SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS

Minas Gerais , 15 de Setembro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios Mineiros • ANO XVIII | Nº 4360

Expediente:
Associação Mineira de Municípios – AMM - MG

Presidente - LUCAS VIEIRA LOPES

1º Vice-Presidente - SANDRO LÚCIO FONSECA
2º Vice-Presidente - JOSÉ APARECIDO MENDES SANTOS
3º Vice-Presidente - LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO
1º Secretário - MAYCON WILLIAN DA SILVA
2º Secretário - VIVIANE BARBOSA PENA
1º Tesoureiro - JULIANO VASCONCELOS GONÇALVES
2º Tesoureiro - GEFERSON GIORDANI BURGARELLI

Diretor Região Central - EVALDO PAULO DOS REIS
Diretor Região Central - OTACÍLIO NETO COSTA MATTOS
Diretor Região Central - JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA

Diretor Região Sul - EDUARDO CHEUNG DE LIMA
Diretor Região Sul - ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL

Diretor Região Noroeste - RAFAEL COSTA DE TONI
Diretor Região Noroeste - OSEIAS CARDOSO QUEIROZ

Diretor Região Triângulo - MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Diretor Região Triângulo - FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Diretora Região Triângulo - ELISA GONÇALVES DE ARAUJO

Diretora Região Alto Paranaíba - FERNANDA APARECIDA LAGARES DE OLIVEIRA
Diretor Região Alto Paranaíba - RUBENS MAGELA DA SILVA
Diretora Região Alto Paranaíba - MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES

Diretor Região Centro-Oeste - FERNANDO AUGUSTO ALVES DE ANDRADE
Diretor Região Centro-Oeste - LEONARDO LACERDA CAMILO
Diretor Região Centro-Oeste - ADALBERTO RIBEIRO LOPES

Diretora Região Zona da Mata - ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI
Diretor Região Zona da Mata - VICTOR DE PAIVA LOPES
Diretor Região Zona da Mata - SILVÉRIO JOAQUIM APARECIDO DA LUZ

Diretor Região Norte - ROBERTO JAIRO TORRES
Diretor Região Norte - JOAQUIM NERES XAVIER DIAS
Diretor Região Norte - CLEBER NASCIMENTO DE PINHO

Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - FABIANO FERNANDES SILVA RIBEIRO
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - MARCELO ADRIANO XAVIER DE VASCONCELOS
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - HERMES ADALTO GOMES DA CUNHA

Diretor Região Rio Doce - JOVANI FERREIRA DOS SANTOS
Diretor Região Rio Doce - RONEY ALVES DE BRITO
Diretor Região Rio Doce - VITOR VICENTE DO PRADO

Membro Efetivo Conselho Fiscal - MÁRCIO PESSOA MOREIRA VICTOR
Membro Efetivo Conselho Fiscal - GUSTAVO MARQUES CARVALHO MITRE
Membro Efetivo Conselho Fiscal - ANTÔNIO MÁRCIO VIEIRA

Membro Suplente Conselho Fiscal - FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Membro Suplente Conselho Fiscal - RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO
Membro Suplente Conselho Fiscal - AILTON PEREIRA GOULART

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Minas Gerais é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE MINAS GERAIS
ACISPES - AGENCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAUDE PÉ DE SERRA

AGENCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAUDE PÉ DA SERRA - ACISPES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026

A Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra – ACISPES, torna pública a realização da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo menor preço por item, pelo modo de disputa aberto, objetivando registro de preços para **Aquisição de Ar-Condicionado**, conforme especificação deste Edital. Envio das propostas poderá ser feito da publicação do edital, até às 09h00min do dia 28/09/2026. Início da sessão pública virtual será às 09h00min do dia 28/09/2026 (Horário de Brasília), através do endereço eletrônico https://ammlicita.org.br/. Maiores informações na sede do consórcio no setor de Licitações, Rua Ataliba de Barros, nº 05, Bairro São Mateus, Juiz de Fora - MG, CEP: 36.025-275, ou através do e-mail licitacoes@acispes.com.br e do telefone (32) 3313-4054.Juiz de Fora.

Publicado por:
Geisiane Rocha Barbosa
Código Identificador:06EC6ABE

ESTADO DE MINAS GERAIS
ARIS - MG AGENCIA REG. INT. DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS

ARIS-MG
ADITIVO A CONTRATO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2024 – PRORROGAÇÃO POR IGUAL PERÍODO. PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 010/2024 DISPENSA: N.º 008/2024. OBJETO: prorrogação da vigência e execução do Contrato por igual período (12 meses) para o fornecimento por assinatura da licença de uso do software “Vamos Fiscalizar” para fiscalização operacional, bem como o reajustamento do valor contratual, conforme previsão contratual - Empresa: STP-UP Excelência Gestão Empresarial Ltda. - CNPJ/MF sob o nº 39.483.815/0001-04 - Valor Total: 46.773,84 Vigência: 21/09/2026 e término em 21/09/2027. Dotação Orçamentaria: 03003.1712500232.005.33904000000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA.

Publicado por:
Danielle Augusta Alvarenga Dos Santos
Código Identificador:BAFD2493

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
AVISO CHAMADA DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS DO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG

AVISO CHAMADA DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS DO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG

PROCESSO DE Nº 072/2026 PREGÃO DE Nº 048/2026

O CONSÓRCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA MICRORREGIÃO DO CIRCUÍTO DAS ÁGUAS - CIMAG, torna público para conhecimento de todos os

interessados, que na condição de Órgão Gerenciador, realizará procedimento público de intenções de registro de preços conforme descrição do objeto abaixo para os 30 municípios filiados ao consórcio público CIMAG.

1 - DO OBJETO
O objeto do presente Edital é o procedimento público de Intenção de Registro de Preços (IRP), a ser operacionalizado pelo CIMAG, na condição de Órgão Gerenciador, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades dos entes da Federação consorciados, não consorciados e/ou cooperados, para registro e divulgação do objeto a ser licitado: registro de preços eventual e futura contratação de solução integrada para implantação, execução, gestão e monitoramento de ações, serviços e programas de saúde, contemplando soluções em telessaúde, serviços técnico-assistenciais especializados, recursos humanos e tecnologias digitais de informação e comunicação, incluindo linhas de cuidado, coordenação de jornadas assistenciais e monitoramento de pacientes na rede pública de saúde dos Municípios Consorciados do CIMAG.

A validade da ata de registro de preços de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, com previsão de início para o dia 30 de setembro de 2026.
2. Esta Chamada Pública não é direcionada a fornecedores e licitantes.
3. DO PRAZO

Os órgãos interessados em participarem do referido processo deverão encaminhar suas intenções expressas e por escrito, assinada pelo Prefeito, ao Consórcio Público CIMAG até o dia 25 de setembro de 2026, direcionado ao Agente de Contratação do Consórcio Público CIMAG, através do e-mail licitacao1@cimag.org.br, devendo ainda fazer constar o valor financeiro estimativo a que se pretende, meramente para efeitos legais, pois no registro de preços inexiste a obrigatoriedade da contratação.
DO PROCEDIMENTO
4.1 Não haverá número máximo de participantes, podendo ser registrado por qualquer órgão ou entidade pública dos entes da Federação consorciados, não consorciados e/ou cooperados.
O Órgão Gerenciador poderá aceitar ou recusar, justificadamente, os quantitativos considerados ínfimos ou superestimados ou a inclusão de novos itens na IRP.
4.3 É facultado aos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, não consorciados e/ou cooperados, antes de iniciar um processo licitatório, consultar a IRP em andamento e deliberar a respeito da conveniência de sua participação.
Dúvidas ou esclarecimento poderão ser solicitadas por meio eletrônico, de segunda a sexta-feira, das 08:00 h às 11:00 h e das 12:30 h às 16:30 h, através dos telefones (35) 3480 - 0831, ou pessoalmente na Sede do CIMAG, localizado na Avenida Camilo Soares, nº 100, Bairro Centro, na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais, CNPJ Nº 21.406.451/0001-01.

Caxambu, 14 de setembro de 2026.

HIAGO AMADOR CUNHA
Agente de Contratação do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:4508834D

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 688/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 053/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2024
EXTRATO DE CONTRATO Nº 688/2026
O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.188.219/0001-21, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **WALTER JOSÉ LESSA,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG**, inscrita no CNPJ n°21.406.451/0001-01, representada por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **SÃO BENTO LIGHTING SOLUTIONS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 10.499.738/0001-07, denominada **CONTRATADA,** celebram o contrato 688/2026, para prestação de serviços por empreitada global para modernização de iluminação pública (fornecimentos de material-mão de obra-encargos-logística, etc.) em ruas, avenidas, praças, pontes, estádios e demais localidades, para o município de **SÃO LOURENÇO** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 053/2024 e Pregão Eletrônico de nº 042/2024. O valor total do contrato é R$ 304.228,61 (trezentos e quatro mil duzentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos). As despesas serão amparadas por dotação próprias do município.

Caxambu, 14 de setembro de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:37FFA89D

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DO EDITAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 068/2026

PREGÃO ELETRÔNICO DE N° 046/2026

TIPO MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA ABERTO

REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG

EXTRATO DO EDITAL

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG, com sede na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais, CNPJ n° 21.406.451/0001-01, através da sua Pregoeira e com base na Lei Federal de n° 14.133/2021 e suas posteriores alterações, torna público que está aberto o pregão eletrônico do tipo Registro de Preços.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA FUTURO FORNECIMENTO E AQUISIÇÃO DE DIVERSOS VEÍCULOS AUTOMOTORES (ZERO QUILOMETRO), PARA ATENDER FUTURAS DEMANDAS DOS MUNICIPIOS FILIADOS AO CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG.

A sessão acontecerá no dia 28 de setembro de 2026, às 09:00h. O certame será realizado na plataforma eletrônica Licitar Digital: https://licitar.digital, telefone (31) 3191-7001. Informações complementares no endereço acima, ou pelo telefone (035) 3480-0831 e-mail: licitacao@cimag.org.br/licitacao1@cimag.org.br

O Edital completo e seus anexos, encontra-se a disposição de todos os interessados, podendo ser enviado por e-mail.

Caxambu,141 de setembro de 2026.

HIAGO AMADOR CUNHA
Pregoeiro do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:68E6030D

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO ELETRÔNICO, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2026 –** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP,** abrangendo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, condições, obrigações e demais requisitos estabelecidos no Termo de Referência, no instrumento convocatório e em seus respectivos anexos. A sessão pública será realizada no dia **28 de setembro de 2026 às 09h00min,** em ambiente eletrônico. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE, pelo site amesp.mg.gov.br, pelo Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou pelo portal de compras http://www.licitamesp.com.br para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

WAGNER DO COUTO –
Pregoeiro AMESP.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:070594A5

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA AMVAP

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAUDE - ATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2026, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

DETERMINA O DIA 30 DE OUTUBRO DE 2026 COMO PONTO FACULTATIVO NAS DEPENDÊNCIAS DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE.

O Presidente do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 43 do Estatuto do Consórcio:

R E S O L V E:

Art. 1º Fica determinado o dia 30 de outubro de 2026 como ponto facultativo nas dependências do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE.

Art. 2º Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

Uberlândia-MG, 10 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde

Publicado por:
Wesly Teodoro de Freitas Martins
Código Identificador:039F3240

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 603/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 603/2026. Contratada: ALGAR TELECOM S/A, inscrita no CNPJ nº 71.208.516/0001-74, para a prestação de Serviço Móvel Pessoal. Valor total do contrato: R$ 4.188,00 (dezesseis mil setecentos e noventa e dois reais). Valor unitário: R$ 349,00. Fundamento: Processo Licitatório nº 43/2026 – Dispensa Eletrônica nº 14/2026, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo de vigência inicial da contratação é de 12(doze) meses da solicitação de fornecimento, podendo a presente contratação ser prorrogada, nos termos do art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 29 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:BDA1BCDF

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 624/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 624/2026. Contratada: Clima Clínica de Diagnóstico Por Imagem Ltda, inscrita no CNPJ nº 02.396.816/0001-01, para a realização de VIDEODEGLUTOGRAMA. Valor total do contrato: R$ 192.110,00 (cento e noventa e dois mil, cento e dez reais). Valor unitário: R$ 451,67 Fundamento: Processo Licitatório nº 27/2024 – Pregão Eletrônico nº 01/2024, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 28/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 03 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:F56448E7

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 627/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 627/2026. Contratada: CHECK-UP LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.032.209/0001-08, para a realização de Exame de Sequenciamento Completo do Exoma com emissão de Laudo. Valor total do contrato: R$ 12.100,00 (doze mil e cem reais). Valor unitário: R$ 3.025,00. Fundamento: Processo Licitatório nº 45/2026 – Inexigibilidade nº 21/2026, Credenciamento nº 13, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 08/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 03 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:97CC0023

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 665/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 665/2026. Contratada: Clinica Endocrinológica Rodrigues Rosa LTDA, inscrita no CNPJ nº 25.101.388/0001-48, para a realização de Consulta de Endocrinologia. Valor total do contrato: R$ 12.176,00 (doze mil, cento e setenta e seis reais). Valor unitário: R$ 121,76. Fundamento: Processo Licitatório nº 22/2026 – Inexigibilidade nº 12/2026, Credenciamento nº 06, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 08/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 19 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:4777707E

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 671/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 671/2026. Contratada: Soma Saúde Clínica de Saúde Ltda, inscrita no CNPJ nº 11.060.254/0001-11, para a realização de CONSULTA DE PROCTOLOGIA EM UBERLÂNDIA. Valor total do contrato: R$ 6.048,00 (seis mil e quarenta e oito reais). Valor unitário: R$ 166,95. Fundamento: Processo Licitatório nº 52/2025 – Inexigibilidade nº 15/2025, Credenciamento nº 13, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 10/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 25 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:78079771

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 673/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 673/2026. Contratada: CIRURGICA UNIAO LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.063.331/0001-21, para aquisição de materiais hospitalares. Valor total do contrato: R$ 4.443,70 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e três reais e setenta centavos). Valor unitário Água destilada: R$ 11,00. Valor unitário Anuscópio-Material: R$ 4,10. Valor unitário Algodão: R$ 3,48. Valor unitário Cânula: R$ 1,65. Valor unitário Cânula: R$ 1,65. Valor unitário Gel de contato: R$ 4,20. Fundamento: Processo Licitatório nº 79/2026 – Dispensa Eletrônica nº 34/2026, sob a regência da art. 75, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no artigo 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 27 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:FB9570E0

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 674/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 674/2026. Contratada: D C R SANTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.169.991/0001-90, para aquisição de materiais hospitalares. Valor total do contrato: R$ 3.874,68 (três mil, oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta e oito centavos). Valor unitário da Agulha de escleroterapia via endoscópica: R$ 88,00. Valor unitário do Teste de urease: R$102,89. Fundamento: Processo Licitatório nº 79/2026 – Dispensa Eletrônica nº 34/2026, sob a regência da art. 75, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no artigo 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 27 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:5E52C374

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 675/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 675/2026. Contratada: NEWCARE COMERCIO DISTRIBUIÇAO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.926.487/0001-15, para aquisição de materiais hospitalares. Valor total do contrato: R$ 10.523,08 (dez mil, quinhentos e vinte e três reais e oito centavos). Valor unitário Avental: R$ 11,03. Valor unitário Avental: R$ 32,12. Valor unitário Detergente: R$ 98,48. Valor unitário Etiquetas: R$ 197,48. Valor unitário Haste flexível: R$ 1,74. Valor unitário Indicador: R$ 37,22. Valor unitário Lençol: R$ 11,78. Valor unitário Máscara: R$ 1,19. Valor unitário Óculos: R$ 4,51. Valor unitário Óculos sobreposição: R$ 4,17. Valor unitário Papel: R$ 143,00. Valor unitário Pilha alcalina AA: R$ 4,70. Valor unitário Pilha alcalina C média: R$ 16,20. Valor unitário Pilha CR: R$ 1,40. Valor unitário Protetor de Colchão: R$ 38,53. Valor unitário Quaternário de amônia: R$ 100,00. Valor unitário Sabonete: R$ 68,76. Valor unitário Sapato de Segurança: R$ 75,22. Valor unitário Sistema fechado: R$ 5,00. Valor unitário Tinta Corante: R$ 10,04. Valor unitário Tira teste: R$ 31,63. Valor unitário Tubo Endotraqueal: R$ 3,78. Fundamento: Processo Licitatório nº 79/2026 – Dispensa Eletrônica nº 34/2026, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no artigo 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 27 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:73FF91E5

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 677/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 677/2026. Contratada: FIEL COMÉRCIO PROFISSIONAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 49.243.318/0001-92, para aquisição de materiais hospitalares. Valor total do contrato: R$ 915,00 (novecentos e quinze reais). Valor unitário do Detergente: R$ 39,00. Valor unitário da Luva de segurança: R$ 15,00. Fundamento: Processo Licitatório nº 79/2026 – Dispensa Eletrônica nº 34/2026, sob a regência da art. 75, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no artigo 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 27 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:10D9198E

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 678/2026.

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 678/2026. Contratada: BIOMIG MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.355.622/0001-75, para aquisição de materiais hospitalares. Valor total do contrato: R$ 3.220,00 (três mil, duzentos e vinte reais). Valor unitário do Indicador químico: R$ 8,05. Fundamento: Processo Licitatório nº 79/2026 – Dispensa Eletrônica nº 34/2026, sob a regência da art. 75, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no artigo

106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 27 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:B3C91F29

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 679/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 679/2026. Contratada: HBC - Hospital Brasil Central Ltda, inscrita no CNPJ nº 10.951.450/0001-13, para a realização de Exame de paquimetria ultrassônica (ambos os olhos). Valor total do contrato: R$ 4.835,60 (quatro mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos). Valor unitário: R$ 120,89. Fundamento: Processo Licitatório nº 73/2025 – Inexigibilidade nº 24/2025, Credenciamento nº 21, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 28/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 27 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:36248018

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 680/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 680/2026. Contratada: HBC - Hospital Brasil Central Ltda, inscrita no CNPJ nº 10.951.450/0001-13, para a realização de Procedimento de vitrectomia via pars plana + endolaser+ oleo de silicone. Valor total do contrato: R$ 4.010,00 (quatro mil e dez reais). Valor unitário: R$ 4.010,00. Fundamento: Processo Licitatório nº 27/2024 – Pregão Eletrônico nº 01/2024, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 28/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 27 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:C1AE954B

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 681/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 681/2026. Contratada: Clinica Dra Taciana Maia Ltda, inscrita no CNPJ nº 41.433.349/0001-02, para a realização de Consulta de Endocrinologia. Valor total do contrato: R$ 12.176,00 (doze mil, cento e setenta e seis reais). Valor unitário: R$ 121,76. Fundamento: Processo Licitatório nº 22/2026 – Inexigibilidade nº 12/2026, Credenciamento nº 06, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 01/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 28 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:9F3E476F

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 682/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 682/2026. Contratada: CRL Saúde Ltda -ME, inscrita no CNPJ nº 11.959.158/0001-00, para a realização de Consulta de Endocrinologia. Valor total do contrato: R$ 6.331,52 (seis mil, trezentos e trinta e um reais e cinquenta e dois centavos). Valor unitário: R$ 121,76. Fundamento: Processo Licitatório nº 22/2026 – Inexigibilidade nº 12/2026, Credenciamento nº 06, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 02/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 28 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:6C8B1B29

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 683/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 683/2026. Contratada: Hospital Nossa Senhora da Abadia Ltda, inscrita no CNPJ nº 21.324.116/0001-56, para a realização de Exame de eletroencefalograma (EEG) dos tipos rotina, vigília, hiperventilação, foto estimulação, analógico ou digital, ERR/R e com sono. Valor total do contrato: R$ 7.192,32 (sete mil, cento e noventa e dois reais e trinta e dois centavos). Valor unitário: R$ 149,84. Fundamento: Processo Licitatório nº 73/2025 – Inexigibilidade nº 24/2025, Credenciamento nº 21, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 01/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 28 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:21C56C2F

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 685/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 685/2026. Contratada: Pro Imagem Diagnóstico por Imagem Ltda, inscrita no CNPJ nº 21.243.399/0002-92, para a realização de Exame de Densitometria Óssea. Valor total do contrato: R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais). Valor unitário: R$ 70,00. Fundamento: Processo Licitatório nº 09/2025 – Credenciamento nº 04/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 03/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:8FE3EB39

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 686/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 686/2026. Contratada: Pro Imagem Diagnóstico por Imagem Ltda, inscrita no CNPJ nº 21.243.399/0002-92, para a realização de EXAME TOMOGRAFIA PARA TODAS AS PARTES DO CORPO, COM OU SEM CONTRASTE, SEM ANESTESIA EM UBERLANDIA. Valor total do contrato: R$ 92.500,00 (noventa e dois mil e quinhentos reais).

Valor unitário: R$ 185,00. Fundamento: Processo Licitatório Nº 66/2025 -Inexigibilidade Nº 21/2025, Credenciamento Nº19, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 03/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:232A7BAF

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 687/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 687/2026. Contratada: HBC - Hospital Brasil Central Ltda, inscrita no CNPJ nº 10.951.450/0001-13, para a realização de Procedimento de vitrectomia posterior via pars plana+faco+lio. Valor total do contrato: R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). Valor unitário: R$ 5.500,00. Fundamento: Processo Licitatório nº 64/2025 – Inexigibilidade nº 20/2025, Credenciamento nº 18, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 03/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:ECEACB2E

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 688/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 688/2026. Contratada: HBC - Hospital Brasil Central Ltda, inscrita no CNPJ nº 10.951.450/0001-13, para a realização de Procedimento de vitrectomia via pars plana + endolaser. Valor total do contrato: R$ 4.828,23 (quatro mil oitocentos e vinte e oito reais e vinte e três centavos). Valor unitário: R$ 4.828,23. Fundamento: Processo Licitatório nº 64/2025 – Inexigibilidade nº 20/2025, Credenciamento nº 18, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 03/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:308F1561

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 689/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 689/2026. Contratada: HBC - Hospital Brasil Central Ltda, inscrita no CNPJ nº 10.951.450/0001-13, para a realização de Procedimento de vitrectomia via pars plana + endolaser+ oleo de silicone. Valor total do contrato: R$ 4.010,00 (quatro mil e dez reais). Valor unitário: R$ 4.010,00. Fundamento: Processo Licitatório nº 27/2024 – Pregão Eletrônico nº 01/2024, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 03/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:071697F3

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 690/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 690/2026. Contratada: Centro Especializado em Oftalmologia Ltda, inscrita no CNPJ nº 47.239.820/0001-02, para a realização de Procedimento de aplicação de injeção intra-vítrea (eylia). Valor total do contrato: R$ 53.625,00 (cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e cinco reais). Valor unitário: R$ 1.625,00. Fundamento: Processo Licitatório nº 64/2025 – Inexigibilidade nº 20/2025, Credenciamento nº 18, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 08/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 04 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:8E85985B

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 698/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 698/2026. Contratada: Soma Saúde Clínica de Saúde Ltda, inscrita no CNPJ nº 11.060.254/0001-11, para a realização de Consulta Dermatologia. Valor total do contrato: R$ 16.695,00 (dezesseis mil, seiscentos e noventa e cinco reais). Valor unitário: R$ 4.010,00. Fundamento: Processo Licitatório nº 27/2024 – Pregão Eletrônico nº 01/2024, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 10/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 09 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:7E1F63DC

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 702/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 702/2026. Contratada: CLINICA SAMI IMAGEM LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.785.149/0001-08, para a realização de Exame de Ultrassonografia Obstétrica Morfológica. Valor total do contrato: R$ 15.210,40 (quinze mil, duzentos e dez reais e quarenta centavos). Valor unitário: R$ 190,13 . Fundamento: PROCESSO DE LICITATÓRIO Nº 48/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 23/2026 -PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 15, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 14/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 11 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:2918D4EF

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO CONTRATO Nº 703/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Contrato nº 703/2026. Contratada: CLINICA SAMI IMAGEM LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.785.149/0001-08, para a realização de Exame de Ultrassonografia Vascular com Doppler Colorido - (Duplex Scan) de Aorta Abdominal

e Artérias Ilíacas. Valor total do contrato: R$ 10.226,88 (dez mil, duzentos e vinte e seis reais e oitenta e oito centavos). Valor unitário: R$ 213,06. Fundamento: PROCESSO DE LICITATÓRIO Nº 48/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 23/2026 -PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 15, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 14/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 11 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:95F25AB0

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 180/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 180/2026. Contratada: HBC - Hospital Brasil Central Ltda, inscrita no CNPJ nº 10.951.450/0001-13. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 592,50 (quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 3 (três) Exame de Microscopia Especular Corneana, ao valor de R$ 197,50 (cento e noventa e sete reais e cinquenta centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 2.962,50 (dois mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 02/2026 – Inexigibilidade nº 02/2026, Credenciamento nº 01, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 08/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 08 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:20999723

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 202/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 202/2026. Contratada: IGEP – Instituto de Gastroenterologia, Endoscopia e Proctologia Ltda - EPP, inscrita no CNPJ nº 03.941.068/0001-63. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 14.222,88 (quatorze mil, duzentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 42 (quarenta e dois) Exame de Colonoscopia Diagnóstica, ao valor de R$ 338,64 (trezentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 71.791,68 (setenta e um mil, setecentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos). Fundamento: o Processo Licitatório nº 76/2025 – Pregão Eletrônico nº 07/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 28/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 28 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:616DFFDD

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 203/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 203/2026. Contratada: IGEP – Instituto de Gastroenterologia, Endoscopia e Proctologia Ltda - EPP, inscrita no CNPJ nº 03.941.068/0001-63. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 12.403,10 (doze mil, quatrocentos e três reais e dez centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 31 (trinta e um) Exame de Colonoscopia Terapêutica, ao valor de R$ 400,10 (quatrocentos reais e dez centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 62.415,60 (sessenta e dois mil, quatrocentos e quinze reais e sessenta centavos). Fundamento: o Processo Licitatório nº 76/2025 – Pregão Eletrônico nº 07/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 28/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 28 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:AD2080E1

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 204/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 204/2026. Contratada: Soma Saúde Clínica de Saúde Ltda, inscrita no CNPJ nº 11.060.254/0001-11. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 28.325,00 (vinte e oito mil, trezentos e vinte e cinco reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 275 (duzentos e setenta e cinco) Consulta em Oftalmologia, ao valor de R$ 103,00 (cento e três reais) cada consulta, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 141.625,00 (cento e quarenta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais). Fundamento: o Processo Licitatório nº 27/2024 – Pregão Eletrônico nº 01/2024, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 28/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 28 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:B56A2683

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 273/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 273/2026. Contratada: HBC - Hospital Brasil Central Ltda, inscrita no CNPJ nº 10.951.450/0001-13. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 9.925,00 (nove mil, novecentos e vinte e cinco reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 50 (cinquenta) Consulta de Retinologia, ao valor de R$ 198,50 (cento e noventa e oito reais e cinquenta centavos) cada consulta, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 49.625,00 (quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais). Fundamento: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 08/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 08 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:2B478FD1

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 441/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 441/2026. Contratada: Prima Diagnósticos Ltda, CNPJ nº 11.724.909/0001-09. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 9.750,00 (nove mil, setecentos e cinquenta reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 25 (vinte e cinco) Exame de Ecocardiograma de Estresse, ao valor de R$ 390,00 (trezentos e noventa reais) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 48.750,00 (quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 23/2025 – Pregão Eletrônico nº 03/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 04/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 03 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:B6288952

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 469/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 469/2026. Contratada: Prima Diagnósticos Ltda, CNPJ nº 11.724.909/0001-09. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 3.622,85 (três mil, seiscentos e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 35 (trinta e cinco) Exame de Teste Ergométrico, ao valor de R$ 103,51 (cento e três reais e cinquenta e um centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 18.114,25 (dezoito mil, cento e quatorze reais e vinte e cinco centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 26/2026 – Inexigibilidade nº 16/2026, Credenciamento nº 08, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 04/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 03 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:2C0CBAE5

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 471/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 471/2026. Contratada: Prima Diagnósticos Ltda, CNPJ nº 11.724.909/0001-09. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 3.995,00 (três mil, novecentos e noventa e cinco reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 50 (cinquenta) Exame de Espirometria, ao valor de R$ 79,90 (setenta e nove reais e noventa centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 19.975,00 (dezenove mil, novecentos e setenta e cinco reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 24/2025 – Credenciamento nº 07/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 04/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 03 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:50826984

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 477/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 477/2026. Contratada: Prima Diagnósticos Ltda, CNPJ nº 11.724.909/0001-09. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 5.236,25 (cinco mil, duzentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 25 (vinte e cinco) Exame de Ecocardiograma Infantil, ao valor de R$ 209,45 (duzentos e nove reais e quarenta e cinco centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 26.181,25 (vinte e seis mil, cento e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 23/2025 – Pregão Eletrônico nº 03/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 04/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 03 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:F2916275

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 486/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 486/2026. Contratada: AL & G Diagnósticos, inscrita no CNPJ nº 15.045.397/0001-05. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 5.937,50 (cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 25 (vinte e cinco) Consulta de Neurologia, ao valor de R$ 237,50 (duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) cada consulta, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 29.687,50 (vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Fundamento: o Processo Licitatório nº 15/2025 – Credenciamento nº 05/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 08/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 08 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:480C94ED

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 490/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 490/2026. Contratada: Sousa Martins Médicos Associados Ltda, inscrita no CNPJ nº 43.286.869/0001-57. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 9.102,00 (nove mil, cento e dois reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 37 (trinta e sete) Consulta de Reumatologia, ao valor de R$ 246,00 (duzentos e quarenta e seis reais) cada consulta, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 46.002,00

(quarenta e seis mil e dois reais). Fundamento: o Processo Licitatório nº 52/2025 – Inexigibilidade nº 15/2025, Credenciamento nº 13, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 28/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 01 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:DA923EFD

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 495/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 495/2026. Contratada: Clínica Center Médica Ltda, CNPJ nº 13.244.928/0001-63. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 1.527,50 (um mil, quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 13 (treze) Exame de Monitorização Ambulatorial de Pressão Arterial (M.A.P.A), ao valor de R$ 117,50 (cento e dezessete reais e cinquenta centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 7.755,00 (sete mil, setecentos e cinquenta e cinco reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 23/2025 – Pregão Eletrônico nº 03/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 02/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:98E6CDA9

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 509/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 509/2026. Contratada: Clinic Lefc Serviços Médicos S/S, inscrita no CNPJ nº 31.719.600/0001-38. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 21.046,00 (vinte e um mil, quarenta e seis reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 50 (cinquenta) Consulta com Neuropediatra, ao valor de R$ 420,92 (quatrocentos e vinte reais e noventa e dois centavos) cada consulta, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 105.230,00 (cento e cinco mil, duzentos e trinta reais). Fundamento: o Processo Licitatório nº 57/2025 – Inexigibilidade nº 17/2025, Credenciamento nº 15, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 28/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 28 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:200CC917

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 510/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 510/2026. Contratada: Daniela Coelho de Andrade -ME, inscrita no CNPJ nº 44.489.842/0001-24. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 21.046,00 (vinte e um mil, quarenta e seis reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 50 (cinquenta) Consulta com Neuropediatra, ao valor de R$ 420,92 (quatrocentos e vinte reais e noventa e dois centavos) cada consulta, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 105.230,00 (cento e cinco mil, duzentos e trinta reais). Fundamento: o Processo Licitatório nº 57/2025 – Inexigibilidade nº 17/2025, Credenciamento nº 15, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 28/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 28 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:48532810

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 527/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 527/2026. Contratada: Pro Imagem Diagnóstico por Imagem Ltda, inscrita no CNPJ nº 21.243.399/0002-92. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 2.088,45 (dois mil, oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 15 (quinze) Exame de Ultrassom com Doppler, ao valor de R$ 139,23 (cento e trinta e nove reais e vinte e três centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 10.442,25 (dez mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos). Fundamento: o Processo Licitatório nº 27/2025 - Credenciamento nº 08/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 04/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 03 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:74DFA793

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 531/2025

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 531/2025. Contratada: ABECOMP SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.347.541/0001-02. Objeto: Constitui objeto deste Termo Aditivo a prorrogação da vigência do Contrato nº 531/2025, que tem por objeto Contratação de T.I, para prestação de serviços, de forma contínua, por mais 12 (doze) meses. A vigência do contrato fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, com início em 24 de setembro de 2026 e término em 24 de setembro de 2027. O presente Termo Aditivo fundamenta-se o Processo Licitatório nº 59/2025, Dispensa de Licitação nº 28/2025, na Cláusula terceira do Contrato nº 531/2025, na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 106 e 107, bem como na justificativa que integra o presente instrumento. Vigência: de 28/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 27 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:4CE4E13D

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 550/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 550/2026. Contratada: Pro Imagem Diagnóstico por Imagem Ltda, inscrita no CNPJ nº 21.243.399/0002-92. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 12.180,78 (doze mil, cento e oitenta reais e setenta e oito centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 146 (cento e quarenta e seis) Exame de ultrassonografia, ao valor de R$ 83,43 (oitenta e três reais e quarenta e três centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 60.903,90 (sessenta mil, novecentos e três reais e noventa centavos). Fundamento: o Processo Licitatório nº 67/2025 – Inexigibilidade nº 22/2025, Credenciamento nº 20, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 04/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 03 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:B274232B

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 562/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 562/2026. Contratada: CDI - CENTRO DIAGNOSTICO DE ITUIUTABA LTDA, inscrita no CNPJ nº 23.065.547/0001-70. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 7.975,00 (sete mil, novecentos e setenta e cinco reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 100 (cem) Exame de Ultrassonografia, ao valor de R$ 79,75 (setenta e nove reais e setenta e cinco centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 39.875,00 (trinta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais). Fundamento: o Processo Licitatório nº 03/2025 – Credenciamento nº 03/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 01/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 01 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:E01B823D

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 580/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 580/2026. Contratada: Hospital Nossa Senhora da Abadia Ltda, inscrita no CNPJ nº 21.324.116/0001-56. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 39.461,25 (trinta e nove mil, quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 125 (cento e vinte e cinco) Tomografia de Urgência, ao valor de R$ 315,69 (trezentos e quinze reais e sessenta e nove centavos) cada tomografia, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 197.306,25 (cento e noventa e sete mil, trezentos e seis reais e vinte e cinco centavos). Fundamento: o Processo Licitatório nº 58/2025 – Inexigibilidade nº 18/2025- Credenciamento 16, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 28/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 28 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:319702C2

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 606/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 606/2026. Contratada: Clínica Center Médica Ltda, CNPJ nº 13.244.928/0001-63. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 5.148,92 (cinco mil, cento e quarenta e oito reais e noventa e dois centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 28 (vinte e oito) Exame de Ecodoppler, ao valor de R$ 183,89 (cento e oitenta e três reais e oitenta e nove centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 25.744,60 (vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 51/2026 – Inexigibilidade nº 24/2026, Credenciamento nº 16, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 02/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:D6E4EC11

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 618/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 618/2026. Contratada: HBC - Hospital Brasil Central Ltda, inscrita no CNPJ nº 10.951.450/0001-13. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 12 (doze) Exame de Tomografia de Coerência Óptica – OCT, ao valor de R$ 300,00 (trezentos reais) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 48/2026 – Inexigibilidade nº 23/2026, Procedimento Auxiliar de Credenciamento nº 15, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 01/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 01 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:9EA1DE74

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 630/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 630/2026. Contratada: Clínica Center Médica Ltda, CNPJ nº 13.244.928/0001-63. Objeto: CConstitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 7.466,56 (sete mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) ao valor inicialmente contratado,

para a realização de mais 32 (trinta e dois) Consulta de Pneumologia, ao valor de R$ 233,33 (duzentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) cada consulta, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 37.332,80 (trinta e sete mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta centavos). Fundamento: PProcesso Licitatório nº 15/2025 – Credenciamento nº 05/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 02/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:87253E71

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 631/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 631/2026. Contratada: HBC - Hospital Brasil Central Ltda, inscrita no CNPJ nº 10.951.450/0001-13. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 13.000,00 (treze mil reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 8 (oito) Procedimentos de aplicação de injeção intra-vítrea (eylia), ao valor de R$ 1.625,00 (um mil, seiscentos e vinte e cinco reais) cada procedimento, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). Fundamento: o Processo Licitatório nº 64/2025 – Inexigibilidade nº 20/2025, Credenciamento nº 18, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 08/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 08 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:A36DEC8D

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 635/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 635/2026. Contratada: Clínica Center Médica Ltda, CNPJ nº 13.244.928/0001-63. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 3.540,25 (três mil, quinhentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 25 (vinte e cinco) Consulta com Gastroenterologista, ao valor de R$ 141,61 (cento e quarenta e um reais e sessenta e um centavos) cada consulta, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 17.701,25 (dezessete mil, setecentos e um reais e vinte e cinco centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 46/2026 – Inexigibilidade nº 22/2026, Credenciamento nº 14, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 02/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:1CC5B733

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 648/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 648/2026. Contratada: Prima Diagnósticos Ltda, CNPJ nº 11.724.909/0001-09. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 100 (cem) Exame de Ecodoppler, ao valor de R$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 23/2025 – Pregão Eletrônico nº 03/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 08/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 04 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:6998AD3C

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 664/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 664/2026. Contratada: Clínica Center Médica Ltda, CNPJ nº 13.244.928/0001-63. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 25 (vinte e cinco) Exame de Holter (24 horas), ao valor de R$ 108,00 (cento e oito reais) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 23/2025 – Pregão Eletrônico nº 03/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 02/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:0ABCF856

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 669/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 669/2026. Contratada: Clínica Center Médica Ltda, CNPJ nº 13.244.928/0001-63. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 1.997,50 (um mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 25 (vinte e cinco) Exame de Espirometria, ao valor de R$ 79,90 (setenta e nove reais e noventa centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 9.987,50 (nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 24/2025 – Credenciamento nº 07/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 02/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 02 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:0030CCAF

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 687/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 687/2026. Contratada: HBC - Hospital Brasil Central Ltda, inscrita no CNPJ nº 10.951.450/0001-13. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo consensual e qualitativo necessário à utilização de LENTE DE FIXAÇÃO ESCLERAL PHYSIOL E COLA BIOLÓGICA, materiais indispensáveis à realização do procedimento cirúrgico de vitrectomia posterior via pars plana + facectomia + implante de LIO, objeto do Contrato nº 687/2026, no valor de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais). Com o presente acréscimo, o valor global do contrato passa de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) para R$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 64/2025 – Inexigibilidade nº 20/2025, Credenciamento nº 18, na Lei Federal nº 14.133/2021, especificamente em seus arts. 124, I, "a". Vigência: de 08/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 08 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:9C612C3D

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 287/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 287/2026. Contratada: IAG – Instituto de Angiologia e Gastroenterologia Ltda, inscrita no CNPJ nº 22.919.058/0001-76. Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a adequação do contrato para acréscimo de valor, visando à inclusão de procedimento anestésico em 02 (dois) exames de Endoscopia Digestiva Alta (EDA) de caráter excepcional, em razão de necessidades clínicas específicas e devidamente justificadas, conforme pedidos médicos anexos. O acréscimo totaliza o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), considerando o valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais) por procedimento anestésico, destinado a cobrir os custos de anestesia e do suporte anestésico necessário à realização segura dos exames. Com a alteração pactuada nesta Cláusula, o valor global atualmente vigente do Contrato nº 287/2026, no montante de R$ 24.713,04 (vinte e quatro mil, setecentos e treze reais e quatro centavos), passa para R$ 25.513,04 (vinte e cinco mil, quinhentos e treze reais e quatro centavos). Fundamento: o Processo Licitatório nº 15/2025 – Credenciamento nº 05/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 08/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 03 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:CB0D4A39

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 579/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 579/2026. Contratada: Pro Imagem Diagnóstico por Imagem Ltda, inscrita no CNPJ nº 21.243.399/0002-92. Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) ao valor inicialmente contratado, para adequação do exame de HISTEROSSALPINGOGRAFIA, conforme solicitação médica e orçamento apresentados e constantes dos autos. Com o presente acréscimo, o valor global estimado do Contrato nº 579/2026 passará de R$ 92.950,00 (noventa e dois mil, novecentos e cinquenta reais) para R$ 93.400,00 (noventa e três mil e quatrocentos reais). Fundamento: o Processo Licitatório nº 66/2025 - Inexigibilidade nº 21/2025 – Credenciamento nº 19, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a justificativa anexa, parte integrante e complementar deste instrumento, fundamentam a presente alteração contratual, especialmente nos termos do art. 124, inciso I, alínea "a", c/c art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 11/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 10 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:91172F14

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 289/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 289/2026. Contratada: IAG – Instituto de Angiologia e Gastroenterologia Ltda, inscrita no CNPJ nº 22.919.058/0001-76. Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração do contrato para acréscimo de valor, visando à inclusão de procedimento anestésico em 01 (um) exames de Colonoscopia Simples, de caráter excepcional, em razão de necessidades clínicas específicas e devidamente justificadas, conforme pedidos médicos anexos. O acréscimo totaliza o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), considerando o valor unitário de R$ 500,00 (quinhentos reais) por procedimento anestésico, destinado a cobrir os custos de anestesia e do suporte anestésico necessário à realização segura dos exames. Com a alteração pactuada nesta Cláusula, o valor global atualmente vigente do Contrato nº 289/2026, no montante de R$ 28.498,00 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais), passa para R$ 28.998,00 (vinte e oito mil, novecentos e noventa e oito reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 55/2025 – Inexigibilidade nº 16/2025, Credenciamento nº 14, com base nos pedidos médicos anexos que justificam a necessidade do acréscimo, fundamentado no art. 124, inciso I, c/c art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021. Vigência: de 08/09/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 03 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:AD9A70DA

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO 226/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Termo de Extinção do Contrato 226/2026. Contratada: AR DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 55.048.684/0001-93. O presente termo fundamenta-se na superveniente solicitação apresentada pela própria contratada, datada de em 24 de julho de 2026 solicitou a extinção consensual do contrato através de e-mail, alegando indisponibilidade no mercado dos itens junto aos seus fornecedores, que inviabilizaria a execução parcial do objeto referente à Solicitação de Compra nº 221/2026 (Margarina e Prato fundo). A Administração acata o pedido para evitar prejuízos ao erário e à rede de saúde consorciada, em consonância com os princípios da eficiência, da razoabilidade, da economicidade e da continuidade do abastecimento, nos termos do art. 138, inciso II e §1º, da Lei nº 14.133/2021. Fundamento: o Processo nº 10/2026, Dispensa

Eletrônica N° 04/2026, no art. 75, II da Lei nº 14.133/2021. Acesso na integra.www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG,13 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:A1725BA4

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO 243/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Termo de Extinção do Contrato 243/2026. Contratada: AR DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 55.048.684/0001-93. O presente termo fundamenta-se na solicitação apresentada pela própria contratada, datada de 18 de agosto de 2026, informando a elevação comprovada do custo de aquisição do Item 1055-11 – Chá Matte a Granel 250g, de R$ 8,57 para R$ 10,39 por unidade, aumento de aproximadamente 21,24%, somada ao acréscimo dos custos logísticos e operacionais envolvidos na entrega, o que reduziu de forma significativa a margem disponível frente ao valor unitário contratado de R$ 11,99. A Administração acata o pedido para assegurar a continuidade do abastecimento da rede de saúde consorciada, em consonância com os princípios da eficiência, da razoabilidade, da economicidade e do interesse público, nos termos do art. 138, inciso II e §1º, da Lei nº 14.133/2021. Fundamento: Processo Licitatório nº 15/2026. Acesso na integra.www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 04 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:582080FB

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO 416/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Termo de Extinção do Contrato 416/2026. Contratada: AR DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 55.048.684/0001-93. O presente termo fundamenta-se na superveniente solicitação apresentada pela própria contratada, datada de 07 de julho de 2026, alegando indisponibilidade no mercado dos itens junto aos seus fornecedores, que inviabilizaria a execução parcial do objeto referente à Solicitação de Compra nº 173/2026 (Detergente Neutro Para Porcelanatos) e nº 206/2026 (Luvas). A Administração acata o pedido para evitar prejuízos ao erário e à rede de saúde consorciada, em consonância com os princípios da eficiência, da razoabilidade, da economicidade e da continuidade do abastecimento, nos termos do art. 138, inciso II e §1º, da Lei nº 14.133/2021. Fundamento: Processo Licitatório nº 28/2026 – Dispensa Eletrônica nº 07/2026. Acesso na integra.www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 13 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:6D2CAF28

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO 453/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Termo de Extinção do Contrato 453/2026. Contratada: AR DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 55.048.684/0001-93. O presente termo fundamenta-se na superveniente solicitação apresentada pela própria contratada, datada de em 24 de julho de 2026 solicitou a extinção consensual do contrato através de e-mail, alegando indisponibilidade no mercado dos itens junto aos seus fornecedores, que inviabilizaria a execução do objeto contratado. A Administração acata o pedido para evitar prejuízos ao erário e à rede de saúde consorciada, em consonância com os princípios da eficiência, da razoabilidade, da economicidade e da continuidade do abastecimento, nos termos do art. 138, inciso II e §1º, da Lei nº 14.133/2021. Fundamento: Processo Licitatório nº 36/2026 – Dispensa Eletrônica nº 10/2026. Acesso na integra.www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 13 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Lilian Pamplona Dos Santos Posse
Código Identificador:7F1AD71A

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE – AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO Nº 81/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026.

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE torna público que fará realizar no dia 28/09/2026, às 09h00, o Pregão Eletrônico nº 11/2026 via plataforma licitanet.com.br, visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de transporte de materiais e amostras destinados à Vigilância Laboratorial do AMVAP SAÚDE, compreendendo o recebimento das remessas na sede da CONTRATANTE, em Uberlândia/MG, e a realização do transporte e entrega nos destinos previamente definidos, observadas as rotas, frequências e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, considerando-se o quantitativo estimado de até 10 kg (dez quilogramas) por viagem, sem prejuízo do transporte de eventuais excedentes decorrentes da demanda operacional. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos no site www.amvapsaude.com.br. Mais informações pelo e-mail compras@amvapsaude.com.br.

Uberlândia, 14 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Francisco Bruno Rodrigues da Silva
Código Identificador:78D477CD

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE – AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO Nº 84/2026, DISPENSA ELETRÔNICA Nº 35/2026. O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE

AMVAP SAÚDE – Aviso de Licitação. Processo nº 84/2026, Dispensa Eletrônica nº 35/2026. O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE torna público que fará realizar no dia 17/09/2026, às 09h00, o Dispensa Eletrônica nº 35/2026 via plataforma licitanet.com.br, visando a Contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia de reforma e adequação de imóvel destinado à implantação da Central de Distribuição de Amostras e Transporte do Consórcio Amvap Saúde, com fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas, máquinas, equipamentos de construção e demais insumos necessários à completa execução do objeto, conforme o Projeto Básico, o Projeto Executivo, o Memorial Descritivo, a Planilha Orçamentária, o Cronograma Físico-Financeiro e os demais documentos técnicos integrantes do processo. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos no site www.amvapsaude.com.br.Mais informações pelo e-mail compras@amvapsaude.com.br.

Uberlândia, 14 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA -
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Renata Pires de Rezende
Código Identificador:E984A3AB

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE – EMPRESA CREDENCIADA - PROCESSO DE LICITATÓRIO Nº 33/2025 - PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 09

A comissão da Contratação do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, com endereço à Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, Uberlândia/MG - CEP 38.402-349, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que, a empresa abaixo relacionada cumpriu todas as exigências estabelecidas no edital do procedimento licitatório em epígrafe, sendo então considerada **CREDENCIADA**, nos termos e prazos fixados no ato convocatório.

ICRES INSTITUTO DE CARDIOLOGIA INTERVENCIONISTA REGIONAL SUL DE GOIÁS LTDA
CNPJ: 40.187.123/0001-06
Endereço: Avenida Celso Maeda, nº 655, Bairro Jardim Liberdade, Itumbiara/GO.
Procedimentos credenciados:
Exame de Arteriografia Vertebral;
Exame de Arteriografia de Carótidas.
Data do credenciamento: 14/09/2026

Uberlândia-MG, 14 de setembro de 2026

THIAGO ROSALINO DE SOUZA
Agente de Contratação
Presidente da Comissão da Contratação

Publicado por:
Thiago Rosalino de Souza
Código Identificador:6C3575BC

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE – EMPRESA CREDENCIADA - PROCESSO DE LICITATÓRIO Nº 46/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 22/2026 -PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 14

A comissão da Contratação do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, com endereço à Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, Uberlândia/MG - CEP 38.402-349, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que, a empresa abaixo relacionada cumpriu todas as exigências estabelecidas no edital do procedimento licitatório em epígrafe, sendo então considerada **CREDENCIADA**, nos termos e prazos fixados no ato convocatório.

ICRES INSTITUTO DE CARDIOLOGIA INTERVENCIONISTA REGIONAL SUL DE GOIÁS LTDA
CNPJ: 40.187.123/0001-06
Endereço: Avenida Celso Maeda, nº 655, Bairro Jardim Liberdade, Itumbiara/GO.
Procedimentos credenciados:
Consulta de cardiologia.
Data do credenciamento: 14/09/2026

Uberlândia-MG, 14 de setembro de 2026

THIAGO ROSALINO DE SOUZA
Agente de Contratação
Presidente da Comissão da Contratação

Publicado por:
Thiago Rosalino de Souza
Código Identificador:E9C81673

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE – EMPRESA CREDENCIADA - PROCESSO DE LICITATÓRIO Nº 48/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 23/2026 -PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 15

A comissão da Contratação do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, com endereço à Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, Uberlândia/MG - CEP 38.402-349, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que, a empresa abaixo relacionada cumpriu todas as exigências estabelecidas no edital do procedimento licitatório em epígrafe, sendo então considerada **CREDENCIADA**, nos termos e prazos fixados no ato convocatório.

ICRES INSTITUTO DE CARDIOLOGIA INTERVENCIONISTA REGIONAL SUL DE GOIÁS LTDA
CNPJ: 40.187.123/0001-06
Endereço: Avenida Celso Maeda, nº 655, Bairro Jardim Liberdade, Itumbiara/GO.
Procedimentos credenciados:
Exame de Angiografia Cerebral Digital por Subtração (4 Vasos/Panangiografia);
Exame de Cineangiocoronariografia (Cateterismo Cardíaco Diagnóstico).
Data do credenciamento: 14/09/2026

Uberlândia-MG, 14 de setembro de 2026

THIAGO ROSALINO DE SOUZA
Agente de Contratação
Presidente da Comissão da Contratação

Publicado por:
Thiago Rosalino de Souza
Código Identificador:8B1B0AA9

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE – EMPRESA CREDENCIADA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 34/2026 - PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 24

A comissão da Contratação do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, com endereço à Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, Uberlândia/MG - CEP 38.402-349, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que, a empresa abaixo relacionada cumpriu todas as exigências estabelecidas no edital do procedimento licitatório em epígrafe, sendo então considerada **CREDENCIADA**, nos termos e prazos fixados no ato convocatório.

EMPRESA: HBC – HOSPITAL BRASIL CENTRAL LTDA
CNPJ: 10.951.450/0001-13
Endereço de atendimento: Avenida Marcos de Freitas Costa, nº 855, Bairro Daniel Fonseca, Uberlândia/MG
Procedimentos credenciados:
Cirurgia de Explante Secundário de Lente Intraocular (LIO), Remoção de LIO Submersa (Mergulhado), Implante de Nova LIO, incluindo a consulta de avaliação pré-operatória e, no mínimo, duas consultas pós-cirúrgicas;
Exame de Campimetria (ambos os olhos);
Procedimento de Aplicação de Injeção Intra-Vítrea (Avastin);
Procedimento de Aplicação de Injeção Intra-Vítrea (Eylia);
Procedimento de Aplicação de Injeção Intra-Vítrea (Lucentis);
Procedimento de Capsulotomia YAG Laser (monocular).
Data do credenciamento: 14/09/2026

Uberlândia-MG, 14 de setembro de 2026

EDUARDA LIANDRA DIAS CARDOSO DA SILVA
Assessor de Diretoria

Publicado por:
Eduarda Liandra Dias Cardoso
Código Identificador:E20DD81D

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO Nº 039/2026 – DISPENSA Nº 032/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO Nº 039/2026 – DISPENSA Nº 032/2026

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA MACRORREGIÃO DO TRIÂNGULO NORTE – CISTRI, CNPJ nº 19.455.924/0001-00, torna público que realizará contratação direta, por dispensa de licitação, com critério de julgamento pelo **menor preço por item**, para a **aquisição de refis para purificadores de água, compatíveis com os modelos Soft Star/Everest, destinados às unidades administrativas e às bases descentralizadas do CISTRI**, conforme especificações do Termo de Referência.
O recebimento das propostas ocorrerá entre **15/09/2026, às 08h, e 17/09/2026, às 23h59**, pelo e-mail **licitacao@cistri.saude.mg.gov.br**.

Uberlândia/MG, 14 de setembro de 2026.

PATRICK CESAR SUCUPIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Patrick Cesar Sucupira
Código Identificador:7E93BA9D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS – DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Barão de Cocais/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 23.946.262/0001-49, torna público o interesse em realizar pesquisa de preços, pelo prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da publicação deste aviso, visando à composição de processo administrativo de contratação por dispensa de licitação, cujos objetos consistem em:

•Contratação de empresa para a prestação de serviços gráficos para impressão de convites com envelopes, para a Solenidade de entrega de Honrarias da Câmara Municipal de Barão de Cocais.

As empresas interessadas deverão encaminhar suas manifestações de interesse e respectivas pesquisas de preços para o e-mail: compras@cmbaraodecocais.mg.gov.br.

Barão de Cocais/MG, 11 de setembro de 2026.

STEFANI GRACE DA SILVA MORAES FONSECA
Coordenadora de Aquisição de Bens e Serviços

Publicado por:
Stefani Grace da Silva Moraes Fonseca
Código Identificador:861582A2

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 18/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
(EXCLUSIVA PARA ME E EPP)

ACâmara Municipal de Barão de Cocais-MG, inscrita no CNPJ 23.946.262/0001-49, representada pelo seu Presidente, o Sr. Tiago Antônio dos Santos, nos termos do art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, torna público que tem interesse em realizar a **aquisição de materiais de informática destinados à reposição do estoque do Almoxarifado da Câmara Municipal de Barão de Cocais, conforme detalhado no Termo de Referência n° 23/2026.**
Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou providências referentes a este Termo de Referência, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site *www.licitardigital.com.br*, no local específico dentro do processo licitatório em análise**.**

Conforme dados abaixo:

Nº do Processo: 26/2026
Nº da Dispensa: 18/2026
Início do envio de Propostas: 15/09/2026 - 08hs
Fim do envio das Propostas / Início da Disputa: 18/09/2026 - 13hs
Duração da Disputa: 01h
Critério de Julgamento: Menor preço por item
Local: Plataforma de Licitações Online - www.licitardigital.com.br

Barão de Cocais, 14 de setembro de 2026.

ANDERSON MAGALHÃES DIAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Andreia Patrícia Gonçalves
Código Identificador:5B65B2C8

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAETANOPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO ADITIVO

2° Termo Aditivo ao Contrato 08/2024 - DISPENSA Nº 11/2024- Objeto: Prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas na sede da Câmara Municipal de Caetanópolis/MG. Contratada: **COMBAT PRAG SERVIÇOS DE IMUNIZAÇÃO LTDA**. CNPJ: 42.264.570/0001-39. Aditiva o prazo de execução em 12 (doze) meses, com vigência até o dia 12/09/2027. Valor mensal: R$ 173,33 (cento e setenta e três reais e trinta e três centavos).

Publicado por:
Geisiane de Freitas Barbosa
Código Identificador:583FCC72

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO ADITIVO

2° Termo Aditivo ao Contrato 07/2024 - Dispensa 09/2024. - Contratado: 27.455.247 JESSE CARLOS FERREIRA. CNPJ: 27.455.247/0001-59. Objeto: Prestação de serviço de assistência técnica de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de informática pertencentes ao acervo patrimonial da Câmara Municipal de Caetanópolis/MG. Aditiva o prazo de execução em 12 (doze) meses, com vigência até o dia 25/08/2027; Valor: R$724,35 (setecentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos).

Publicado por:
Geisiane de Freitas Barbosa
Código Identificador:1521D129

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA DIÁRIA

PORTARIA N°51/2026 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM AOS VEREADORES E DEMAIS AGENTES PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Caetanópolis, no uso de suas atribuições legais
RESOLVE:
Art. 1° - Autorizar o Vereador: Pedro Pereira da Silva, a viajar no **período de 16 a 18 de setembro de 2026,** com destino a cidade de Belo Horizonte/MG,onde o principal objetivo é participar do curso presencial **"A IMPORTÂNCIA DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO BEM TREINADO, ANÁLISE E CUMPRIMENTO DOS CONTRATOS PÚBLICOS PARA QUE NÃO HAJA DESPERDÍCIO DE TEMPO, MATERIAIS E DO ERÁRIO PÚBLICO"** com carga horária total de 12 horas, promovido Pelo WR Gestão Pública - Capacitando Gestores Públicos, Vereadores E Servidores Públicos Ltda.

Art. 2º - Fica o Vereador autorizado a utilizar veículo particular para realizar o seu deslocamento, tendo em vista que a Câmara Municipal não se dispõem de veículo próprio.
Art. 3° - Concede a Vereador, 03(três) diárias no valor de R$ 455,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco) reais, portanto o mesmo receberá o valor total de **R$ 1.365,00** (um mil trezentos e sessenta e cinco reais), para custear despesas com hospedagem, alimentação e deslocamento (conforme a Lei Municipal Nº1913/2025).
Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data da publicação.

Caetanópolis/MG, 14 de setembro de 2026.

PEDRO PEREIRA DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Geisiane de Freitas Barbosa
Código Identificador:F59AFD3B

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO ENEAS

CAMARA MUNICIPAL DE CAPITAO ENEAS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO ENÉAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO ENÉAS TORNA PUBLICO O EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026 – DISPENSA Nº 006/2026.
A Câmara Municipal De Capitão Enéas/MG., torna público o Extrato do Contrato nº 015/2026 – Processo Administrativo nº 008/2026 – Dispensa nº 006/2026.
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO ENÉAS/MG. Informações pelo e-mail: camaralicitacaocapitaoeneas@gmail.com ou Telefone: (38) 9962-8003.
EMPRESA CONTRATADA: empresa NATALIA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 04.930.131/0001-29, com sede na Rua Eulidson Novais, nº 460, bairro Vera Cruz, na cidade de Montes Claros/MG – CEP: 39.400-789.
DATA DA ASSINATURA: 14/09/2026.
DATA DE VIGÊNCIA: 13/09/2027.

JORGE DOS REIS ROCHA DA CRUZ
Presidente da Câmara Municipal de Capitão Enéas

Publicado por:
Paula Juscileia Carvalho Lopes
Código Identificador:91C4F523

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA

CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA
4º (QUARTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 011/2023, CUJO OBJETO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO À LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIDOR PARA OPERAÇÃO DO SIAFIC E SERVIDOR PARA REALIZAÇÃO DE BACKUP DOS DADOS DA CÂMARA MUNICIPAL COM SISTE

4º (QUARTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 011/2023, CUJO OBJETO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO À LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIDOR PARA OPERAÇÃO DO SIAFIC E SERVIDOR PARA REALIZAÇÃO DE BACKUP DOS DADOS DA CÂMARA MUNICIPAL COM SISTEMA DE SEGURANÇA DE REDE

Por este instrumento particular, de um lado, a CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG, com sede na Praça Deputado Renato Azeredo, nº 15 – Centro, CEP 38.195-000, CNPJ 23.371.883/0001-41, por seu Presidente por seu Presidente Airton Lucas de Oliveira, CPF XXXXX, RG XXXXX; denominada CONTRATANTE e de outro lado**,** CANASSA & VALENTE LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.896.253/0001-46, com sede na Rua Zequinha de Araújo, nº 20-A, Bairro Centro, na cidade de Conquista-MG, CEP: 38.195-00, neste ato representada pelo seu responsável legal, Maria Aparecida Canassa Valente, CPF nº XXXXX, RG nº XXXXX, denominada CONTRATADA, resolvem aditar o Contrato nº 11/2023, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 011/2023, nos termos da Lei 8.666/1993 e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL
1.1. O presente Termo Aditivo fundamenta-se no art. 124, inciso II, alínea 'b' da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
2.1. Adequação descritiva do item 1 do objeto contratual, atualmente descrito como "Locação, manutenção e instalação de servidor para utilização do SIAFIC conformedeterminações do Termo de Referência" para"Locação, manutenção e instalação de servidor para controle de usuários,armazenamento de arquivos, segurança da informação, backup e gerenciamentoda infraestrutura de rede"

CLÁUSULA TERCEIRA – DO SERVIÇO ACRESCIDO
3.1. Fica adicionado ao bojo contratual o módulo/sistema de Patrimônio Público, incluindo implantação, conversão, migração de dados, capacitação de usuários, alterações legais, correções, atualizações e suporte técnico in loco e remoto.

CLÁUSULA QUARTA – DA JUSTIFICATIVA
4.1. O SIAFIC deixou de ser operacionalizado no servidor objeto do item 1, passando a funcionar por meio do sistema Publicenter, hospedado em ambiente da Prefeitura Municipal. Diante desse fato superveniente, a Administração questionou a contratada sobre a atual utilização do referido servidor e sobre a permanência da necessidade técnica da estrutura locada.
Em resposta, a contratada informou que o equipamento do item 1 mantém máquinas virtuais dedicadas a: (i) Active Directory, para controle de contas de usuários e restrições de instalação de programas; (ii) servidor de arquivos, para armazenamento e compartilhamento interno; (iii) GLPI, para auditoria e gerenciamento de ativos e softwares; (iv) rotina de backup diário das informações e das máquinas virtuais; e (v) servidor de antivírus e proxy, para gerenciamento de segurança de rede e armazenamento de logs de acesso. Informou, ainda, que o equipamento do item 2 recebe, por snapshot, cópias integrais dessas máquinas virtuais, permitindo restauração em caso de falhas.

Com base nesse cenário, a contratada propôs que a descrição do item 1 passasse a constar como "locação, manutenção e instalação de servidor para controle de usuários, armazenamento de arquivos, segurança da informação, backup e gerenciamento da infraestrutura de rede", mantendo-se inalterados o valor mensal, o valor global e as demais cláusulas e condições do contrato.

Analisadas as justificativas apresentadas pela contratada, foi atestada a vantajosidade na adequação, bem como sua pertinência com os serviços efetivamente prestados.
Ressalta-se que foi atestada ainda a ausência de desvirtuação do objeto ou qualquer glosa aos serviços contratados, mantendo-se assim a pertinência à contratação originária ao mesmo tempo da permanência do equilíbrio contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
5.1. Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 11/2023 que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, lidas e assinada pelos representantes das partes, e pelas testemunhas abaixo.

Conquista/MG, 28 de agosto de 2026.

AIRTON LUCAS DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal

MARIA APARECIDA CANASSA VALENTE
Rep. Legal da Contratada

Testemunhas:
1:_____
2:_____

Publicado por:
Mayara Faria Bizinoto
Código Identificador:DF2B7228

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DESPACHO ADMINISTRATIVO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

DESPACHO ADMINISTRATIVO DA PREGOEIRA

Processo Licitatório nº 08/2026
Pregão Eletrônico nº 02/2026

Considerando o despacho do Presidente da Câmara Municipal de Curvelo, que reconsiderou a decisão anteriormente externada quanto à intenção de revogação parcial do Processo Licitatório nº 08/2026 – Pregão Eletrônico nº 02/2026, relativamente ao Item 01, determinando o prosseguimento do certame;

Considerando a determinação para retomada da negociação com o licitante atualmente classificado em primeiro lugar para o Item 01;

CUMPRO a determinação da autoridade competente, procedendo à retomada da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 02/2026, para fins de formalização da negociação com o licitante atualmente classificado em primeiro lugar para o Item 01, nos termos do art. 61 da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração, observadas integralmente as especificações do objeto, as condições estabelecidas no instrumento convocatório e os demais elementos que nortearam o julgamento da proposta.

Para tanto, fica designado o dia **16 de setembro de 2026, às 13h00min**, para a retomada da sessão pública, a ser realizada por meio do mesmo sistema eletrônico utilizado no certame e indicado do edital.

Na oportunidade, ficam notificados deste despacho e convocados os licitantes interessados, notadamente o licitante **Pinheiro Motors Ltda – CNPJ 09.552.307/0001-70**, para acudirem à retomada da sessão pública.

Dê-se ciência aos interessados, mediante a publicação deste expediente na página de acompanhamento da referida licitação, no sistema eletrônico..

Curvelo/MG, 14 de setembro de 2026.

ÉRICA MARIA DA SILVA COURA
Pregoeira

Publicado por:
Paulo Henrique G. Olavo
Código Identificador:08D4A8C9

CÂMARA MUNICIPAL DE CURVELO
DESPACHO ADMINISTRATIVO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

DESPACHO ADMINISTRATIVO

Considerando a manifestação apresentada pelo licitante atualmente classificado em primeiro lugar para o Item 01, na qual, após requerer o afastamento da intenção de revogação parcial do certame, a manutenção de sua proposta e a consequente adjudicação e homologação do resultado do processo, apresentou, alternativamente, nova proposta para negociação;

Considerando que o setor requisitante se manifestou favoravelmente à nova proposta de negociação apresentada pelo licitante, reputando-a vantajosa para a Administração;

Considerando, ainda, que a Procuradoria Jurídica se manifestou pela regularidade da retomada da negociação com o referido licitante, recomendando o encaminhamento dos autos à Pregoeira para adoção das providências necessárias;

RECONSIDERO a decisão anteriormente externada quanto à intenção de revogação parcial do Processo Licitatório nº 08/2026 – Pregão Eletrônico nº 02/2026 e **DETERMINO** o prosseguimento do certame, mediante o encaminhamento dos autos à Pregoeira para que proceda à retomada e formalização da negociação com o licitante **Pinheiro Motors Ltda**, atualmente classificado em primeiro lugar para o Item 01, nos termos do art. 61 da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

A negociação deverá observar integralmente as condições estabelecidas no instrumento convocatório, sem alteração do objeto, das especificações ou das demais condições editalícias, devendo seu resultado ser devidamente registrado nos autos e divulgado na forma da legislação aplicável.

Cumpra-se.

Curvelo/MG, 11 de setembro de 2026.

DANILO SANTOS XAVIER GUIMARÃES
Presidente da Câmara Municipal de Curvelo

Publicado por:
Paulo Henrique G. Olavo
Código Identificador:26F73411

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Aviso de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório nº 11/2026
Dispensa nº 09/2026

A Câmara Municipal de Diamantina/MG, torna público a Dispensa de Licitação.

Constitui Objeto deste Aviso de Dispensa de Licitação a Contratação de empresa para aquisição de gêneros alimenticios, materiais de copa, cozinha e produtos de limpeza e higiente, para atender as demandas da Câmara Municipal de Diamantina/MG, observadas as características e demais condições em conformidade com o Termo de Referência que fica fazendo parte integrante deste processo e conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Diamantina/MG, 14 de Setembro de 2026.

EVANDRO LUIZ DA CRUZ
Agente de Contratação

Publicado por:
Evandro Luiz da Cruz
Código Identificador:AEA3EED8

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILVERIO

LEGISLATIVO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO/MG – CONTRATO Nº 009/2026.Contratante: **CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO**- inscrita no CNPJ sob o nº 01.759.101/0001-03, Processo Licitatório nº 010/2026- Dispensa de Licitação nº 010/2026.Contratado: **TERRA BIT TECNOLOGIA LTDA**, inscrito no CNPJ sob o n°07.953.070/0001-03. Objeto da Contratação: Contratação de empresa especializada para fornecimento de**05 (cinco) licenças de correio eletrônico corporativo**, destinadas exclusivamente à criação e utilização de contas de e-mail institucional para**comunicação oficial da instituição com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG**, com capacidade de**100 GB de armazenamento dedicado por caixa postal**.. Valor total de R$ 2.153,40 (dois mil cento e cinquenta e três reais e quarenta centavos) correspondentes a 12 (doze) parcelas, iguais, mensais e sucessivas R$ 179,45(cento e setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) a qual ocorrerá á conta da seguinte dotação: 01.01.01.01.031.0101.2002 MANUTENÇÃO ATIVIDADES CÂMARA MUNICIPAL 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA, COM FICHA 00013 OU FICHA CORRESPONDENTE DA UNIDADE ORÇAMENTARIA DA CÂMARA MUNICIPAL, cujo saldo atual será suficiente para garantir o empenho de tais despesas no exercício de 2026. Validade do contrato 10(dez) de setembro de 2026 a 10 (dez) de setembro de 2027, podendo ser renovado mediante manifestação das partes e por meio de termos aditivos, de acordo com o que dita a legislação aplicável.

Dom Silvério-MG, 10/09/2026.

ALEX EVANGELISTA COELHO
Presidente do Legislativo 2025/2026.

Publicado por:
João Pedro Tossige Quaresma Soares
Código Identificador:FAEA8F20

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÁ

PODER LEGISLATIVO
EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº 02/2026
Processo Licitatório nº 12/2026

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÁ
Contratado: MAIA'S BUFFET LTDA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de buffet, com fornecimento de alimentos e bebidas prontos para consumo, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Ibiá/MG, a serem utilizados durante a realização de eventos institucionais promovidos ou apoiados pelo órgão, tais como reuniões, capacitações, audiências públicas, encontros, solenidades oficiais, confraternizações, recepções e outros eventos de interesse institucional.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÁ/MG, órgão detentor de personalidade jurídica, inscrito no CNPJ: 20.060.000/0001-94, com endereço na Av. Tatão Palhares, nº 21, bairro: Jardim, na cidade de Ibiá/MG, CEP: 38.950-000.

CONTRATADO: MAIA'S BUFFET LTDA cadastrada no CNPJ sob o número 62.856.612/0001-19, com sede na Rua Prefeito Ivo Mendes, nº 736-A, Centro, na cidade de Ibiá-MG, CEP: 38.950-000, representada por ROGÉRIO HENRIQUE DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG: M-5.540.210, SSP-MG; e CPF: 700.465.066-91, domiciliado na cidade de Ibiá-MG.

Valor total: R$ 169.900,00 (cento e sessenta e nove mil e novecentos reais).

Amparo Legal: Lei Federal 14.133/2021 e posteriores alterações.

Publicado por:
Leonardo Ribeiro da Silva Borges
Código Identificador:B6B8262B

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA

SECRETARIA DA CÂMARA
LEI ORDINÁRIA Nº 1741, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

"DENOMINA JOSÉ NILSON FERREIRA A GARAGEM MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ITAPEVA – MG, LOCALIZADA NO BAIRRO CAMPO REDONDO".

A Câmara Municipal de Itapeva, Estado de Minas Gerais, por meio de seus Vereadores aprova a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada José Nilson Ferreira a Garagem Municipal do município de Itapeva – MG, situada no Bairro Campo Redondo, no quilômetro 2,4 da Estrada Municipal Luiz Alves da Silva.

Art. 2º. O Poder Executivo ficará encarregado de dar publicidade a esta lei, informando aos órgãos e às entidades públicas locais e às empresas prestadoras de serviços públicos sobre a denominação, bem como providenciará a colocação das placas denominativas do prédio público.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapeva/MG, 10 de setembro de 2026

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito do Município

Publicado por:
Lizandra Lima
Código Identificador:F82A3DFE

SECRETARIA DA CÂMARA
LEI ORDINÁRIA Nº 1742, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

"DENOMINA ESTRADA MUNICIPAL VALE DAS ARAUCÁRIAS A VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA, NO BAIRRO MONJOLINHO."

A Câmara Municipal de Itapeva, Estado de Minas Gerais, por meio de seus Vereadores aprova a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica denominada Estrada Municipal Vale das Araucárias a via pública situada no Bairro Monjolinho, com início no ponto de latitude -22.786320 e longitude -46.234872 e término no ponto de latitude -22.792886 e longitude -46.235573, conforme o traçado constante do Anexo único desta Lei.

Art. 2º. O Poder Executivo ficará encarregado de dar publicidade a esta lei, informando aos órgãos e às entidades públicas locais e às empresas prestadoras de serviços públicos sobre a denominação, bem como providenciará a colocação das placas denominativas.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapeva/MG, 10 de setembro de 2026

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito do Município

Publicado por:
Lizandra Lima
Código Identificador:D8DE2893

SECRETARIA DA CÂMARA
LEI ORDINÁRIA Nº 1743, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

ALTERA O ART. 6º-A DA LEI MUNICIPAL N.º 1.249, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013, QUE "DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO O SOLO URBANO", PARA REDUZIR A FAIXA NÃO EDIFICÁVEL AO LONGO DAS FAIXAS DE DOMÍNIO AS RODOVIAS.

A Câmara Municipal de Itapeva, Estado de Minas Gerais, aprova a seguinte LEI:

Art. 1º. Esta Lei altera a Lei Ordinária Municipal nº 1.249, de 17 de outubro de 2013, que "DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 2º. O Art. 6º-A da Lei Municipal n.º 1.249, de 17 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 6º A.** Nas áreas contíguas às faixas de domínio público dos trechos das rodovias que atravessam os perímetros urbanos ou áreas urbanizadas passíveis de serem incluídas em perímetro urbano, a reserva de faixa não edificável fica reduzida para 5 (cinco) metros de cada lado, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

§1º - A redução prevista no *caput* não dispensa a anuência do órgão ou entidade responsável pela administração da rodovia quanto a acessos e à ocupação de faixa de domínio, nem afasta os recuos, afastamentos e demais índices urbanísticos exigidos pela legislação municipal.

§2º - O Poder Público Municipal poderá, por ato devidamente fundamentado, exigir faixa não edificável superior à prevista no *caput*, por razões de segurança viária, drenagem, execução de obra viária ou proteção ambiental.

§3º - O disposto neste artigo não se aplica às faixas de domínio das ferrovias nem às faixas marginais de cursos d´água e áreas de preservação permanente, observada a legislação federal. "" (NR)

Art. 3º. Esta Lei integra o conjunto de instrumentos de planejamento territorial do Município de Itapeva, Estado de Minas Gerais, para os fins do art. 4º, inciso III, da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapeva/MG, 10 de setembro de 2026

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito do Município

Publicado por:
Lizandra Lima
Código Identificador:0D3E8B56

SECRETARIA DA CÂMARA
LEI ORDINÁRIA Nº 1744, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

"INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO DIREITO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAPEVA-MG."

A Câmara Municipal de Itapeva, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, aprova, e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a Semana Municipal do Direito na rede municipal de ensino do Município de Itapeva, Estado de Minas Gerais, a ser realizada anualmente, de forma preferencialmente integrada ao calendário escolar.

Art. 2º. A Semana Municipal do Direito tem por objetivo proporcionar aos alunos noções elementares sobre o Direito, a legislação e a cidadania, estimulando o pensamento crítico e a formação de jovens conscientes de seus direitos e deveres.

Art. 3º. O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, poderá promover, no âmbito da rede municipal de ensino e em parceria com instituições representativas de classe, faculdades de Direito, órgãos do sistema de justiça, organizações da sociedade civil e demais interessados, atividades pedagógicas voltadas ao ensino de temas relacionados ao Direito e à cidadania durante a realização da Semana.

Art. 4º. As atividades da Semana Municipal do Direito poderão incluir, entre outras, palestras, debates, oficinas, visitas a órgãos do sistema de justiça, apresentações culturais, concursos e ações educativas que promovam o conhecimento e a reflexão sobre o Direito e a cidadania.

Parágrafo único - As atividades poderão ser desenvolvidas, a critério da Secretaria Municipal de Educação, de forma adequada à faixa etária e integrada às turmas da educação de jovens e adultos, preferencialmente em conjunto com as datas alusivas ao Dia do Advogado e ao Dia do Estudante.

Art. 5º O Poder Executivo poderá firmar convênios, termos de colaboração, termos de fomento ou parcerias com instituições públicas ou privadas e organizações da sociedade civil para a execução das atividades previstas nesta Lei, observada a legislação vigente, em especial a Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 6º É vedado ao palestrante ou colaborador utilizar as atividades da Semana Municipal do Direito para promoção pessoal ou para proselitismo político-partidário, observados os princípios da impessoalidade (art. 37, caput, da Constituição Federal) e do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (art. 206, II e III, da Constituição Federal).

Art. 7º As parcerias firmadas com voluntários terão preferência sobre as de natureza onerosa, observados os requisitos legais.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas à Secretaria Municipal de Educação, suplementadas se necessário, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira e a legislação vigente.

Parágrafo único. A execução das atividades previstas nesta Lei fica condicionada à disponibilidade orçamentária e à sua previsão nas leis orçamentárias do exercício

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapeva/MG, 10 de setembro de 2026

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito do Município

Publicado por:
Lizandra Lima
Código Identificador:82CEB205

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE JACUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JACUÍ
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação nº: 013/2026
Processo nº: 015/2026

A Câmara Municipal de Jacuí/MG torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo que tem por objeto a "Contratação de empresa especializada para execução de serviços de comunicação visual, incluído fachada, adesivos, identificação e sinalização para a UAI – Unidade de Atendimento Integrado, contemplando o desenvolvimento de layout, conforme as exigências da SEPLAG-MG para a implantação do UAI na Câmara Municipal de Jacuí/MG; conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, **COM INSTALAÇÃO INCLUSA**."

Visando atender o disposto no §3º do art. 75 da Lei nº. 14.133/2021 abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade. **As propostas serão recebidas pelo e-mail licitacao@jacui.mg.leg.br ou entregues mediante protocolo no Setor de Licitações até às 16h do dia 18 de setembro de 2026.** Este aviso e o Termo de Referência podem ser visualizados no site oficial: https://www.jacui.mg.leg.br/, no lado direito há um ícone em destaque "LICITAÇÕES ABERTAS", que ao clicar será direcionado para o download do arquivo na íntegra.

Dúvidas e esclarecimentos podem ser obtidos através do e-mail acima, presencialmente ou contato telefônico pelo número (35) 98424-1541, que também é WhatsApp.

A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal de Jacuí/MG será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em **até 02 (dois) dias úteis após a convocação**.

Jacuí/MG, 14 de setembro de 2026.

FLAVIO BERNARDES
Presidente Câmara Municipal

Publicado por:
Maisa da Silva Vieira
Código Identificador:4A6EC885

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 1.875, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Declara luto oficial no âmbito do Poder Legislativo do Município de João Monlevade em razão do falecimento do Sr. Lourival Roberto Teixeira.

O Presidente da Câmara Municipal de João Monlevade, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o falecimento do Sr. Lourival Roberto Teixeira, pai do vereador Revetrie Silva Teixeira, e o sentimento de pesar e solidariedade desta Casa Legislativa ao parlamentar e a seus familiares, RESOLVE: Art. 1º Fica declarado luto oficial, no âmbito do Poder Legislativo do Município de João Monlevade, pelo período de 3 (três) dias, contados da publicação desta Portaria, em sinal de pesar pelo falecimento do Sr. Lourival Roberto Teixeira, pai do vereador Revetrie Silva Teixeira. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Publique-se. Cumpra-se.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de João Monlevade, 14 de setembro de 2026.

FERNANDO LINHARES PEREIRA
Presidente da Câmara Municipal de João Monlevade

Publicado por:
Flávio Cristiano Pena Lial
Código Identificador:AD7CE47E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE JUVENILIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JUVENILIA
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2026 - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

A Câmara Municipal de Juvenília - MG, torna público o extrato do Contrato Administrativo nº 006/2026, oriundo do Processo Administrativo nº 006/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026, que tem como objeto o fornecimento parcelado de salgados diversos, tipo mini salgados, destinados ao serviço de coffee break durante as sessões ordinárias, extraordinárias e especiais da Câmara Municipal de Juvenília/MG, bem como em reuniões, eventos e demais atividades institucionais promovidas ou apoiadas pelo Poder Legislativo, conforme necessidade da Administração, através de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro na LEI 14.133/21, art. 75, inciso II, em atendimento a solicitação da Secretaria de Administração/Tesouraria desta Casa Legislativa, conforme segue:

CONTRATANTE: **CÂMARA DE JUVENILIA-MG**
CONTRATADA: **ESTAÇÃO DELÍCIA DOCES E SALGADOS LTDA,** inscrita no CNPJ: 38.732.002/0001-48, sediada na Avenida Minas Gerais, nº 426 - Centro em Juvenília-MG; VALOR HOMOLOGADO: **R$ 13.440,00 (treze mil, quatrocentos e quarenta reais), durante o período de 12 meses.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Dotação: 01.01.01.01.031.0002.2002 – Manutenção das Atividades Administrativas
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte: 15000000
Ficha: 0018

VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 006/2026: 01.09.2026 á 31.08.2027.

Publique-se o extrato para conhecimento público.

Juvenília/MG, 01 de setembro de 2026.

VALDIR FRANCISCO BASTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Patricia Francisca de Carvalho
Código Identificador:3C3BE3C6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PRC-63/2026

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo nº: 63/2026 Dispensa nº: 41/2026

Com fundamento no Art. 72 inciso VIII da Lei Nacional nº 14.133/21, o Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA os Itens a seus respectivos Fornecedores vencedores e AUTORIZA esta Dispensa de Licitação para a contratação segundo as informações descritas abaixo:

Fundamento Legal
* Art. Art. 75, inciso II da Lei Nacional nº 14.133/21

Extrato das Cotações recebidas
Item 1 - Contratação de Seguro Viagem para alunos do projeto institucional Câmara Mirim. Data da viagem: dia 02 de outubro de 2026, para Belo Horizonte, visita à Assembleia Legislativa e ao

Museu de Ciências Naturais da PUC Minas. Coberturas: - Invalidez permanente total ou parcial por acidente; - Despesas médico-hospitalares; - Assistência funeral individual; - Morte Acidental;

Classif.	Razão Social	CNPJ	Valor Total do Item	Data/Hora Envio
1º	Sul América Seguros de Pessoas e Previd	01704513000146	R$ 561,60	14/09/2026 13:56

•

Não houve Cotação desclassificada neste Processo, nos termos da Instrução Normativa nº 6/2024.

Identificação do Vencedor

•

Razão Social: Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.

•CNPJ: 01704513000146

•

Nome Comercial (fantasia): Não Informado

•

Endereço: , - - LAGOA DA PRATA

•

Situação: Fornecedor devidamente habilitado (cf. documentação anexa aos autos do Processo)

ITENS ADJUDICADOS A ESTE FORNECEDOR:

Item	Descrição	Qtd.	Unid.	Homologado
1	Contratação de Seguro Viagem para alunos do projeto institucional Câmara Mirim. Data ...	18	serviço	R$ 561,60
Valor Total para este Fornecedor:				**R$ 561,60**

Razão da Escolha e Justificativa de Preço

•

Razão da Escolha:

Os fornecedores supracitados sagraram-se vencedores após ter sido dada oportunidade de competição com outros fornecedores interessados, tendo ofertado a Cotação de menor valor para os Itens do objeto desta Contratação, desconsiderando-se aquelas eventualmente identificadas como inexequíveis ou excessivamente elevadas.

•

Justificativa de Preço:

Os valores totais a serem pagos pela Câmara em cada Item nesta Contratação, conforme listagem abaixo, demonstram-se abaixo dos Valores Estimados Totais dos Itens da Contratação, portanto, compatíveis com os valores praticados pelo mercado, conforme a presunção de equivalência entre eles. Entende-se, portanto, que os valores a serem pagos nesta Contratação são vantajosos para a Administração Pública:

•

Item 1 --> Valor Total do Vencedor: R$ 561,60 / Valor Estimado da Contratação: R$ 562,86

Previsão Orçamentária
Dotação Orçamentária: 21.000. 21.002. 01.031.01016.018.3.3.9039-Ficha: 72 - Fonte: 1.500.000.0000
Valor Total desta Ficha: R$ 561,60

(cf. Declaração Contábil anexa aos autos do Processo).

Lagoa da Prata, 14 de setembro de 2026.

ANTÔNIO JUSTINO FILHO.
Presidente da Câmara

Publicado por:
Priscila Martins Oliveira
Código Identificador:CE48251B

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO DAS COMISSÕES – 16-9-2026 - 16H

Ordem do Dia da 30ª Reunião das Comissões do Ano de 2026 – 16/09/2026 – 16h

Análise e Discussão:

Projeto de Resolução 08/2026, que "Altera a "Resolução nº 889, de 8 de maio de 2024" e a "Resolução nº 890, de 8 de maio de 2024, que, respectivamente, cria a Escola do Legislativo e institui o seu Regimento Interno."

Projeto de Lei CM nº 15/2026, que "Declara de Utilidade Pública a Associação Atlética de Lagoa da Prata – AALP."

Projeto de Lei CM nº 16/2026, que "Autoriza o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lagoa da Prata – SAAE-LP a receber doações e repassar à Associação de Proteção Animal de Lagoa da Prata."

Projeto de Lei EM nº 147/2026, que "Altera a "Lei nº 3.879, de 29 de agosto de 2023", que autoriza o Município a doar imóveis que menciona e o Poder Executivo a outorgar escritura de doação de lotes urbanos".

Projeto de Lei EM nº 148/2026, que "Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 145.000,00."

Projeto de Lei EM nº 149/2026, que "Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 213.000,00."

Projeto de Lei EM nº 150/2026, que "Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 61.200,00."

Projeto de Lei EM nº 151/2026, que "Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 2.049.000,00."

Projeto de Lei EM nº 152/2026, que "Autoriza o Executivo Municipal a Conceder Auxílio à Entidade Que Menciona."

Projeto de Lei EM nº 153/2026, que "Autoriza o Executivo Municipal a Conceder Auxílio à Entidade Que Menciona."

Projeto de Lei EM nº 154/2026, que "Autoriza o Executivo Municipal a Conceder Subvenção Social à Entidade Que Menciona."

Projeto de Lei EM nº 155/2026, que "Autoriza o Executivo Municipal a Conceder Contribuição à Entidade Que Menciona."

Projeto de Lei EM nº 156/2026, que "Dispõe sobre a desafetação de bens imóveis, autoriza o Poder Executivo Municipal a doar, com encargos, imóveis à CONFECCOES SANTOS & SILVA LTDA, define contrapartidas e dá outras providências."

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:D20A3ED5

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PORTARIA 059-2026 - GESTOR DE CONTRATOS - ADICIONAL - SUPLENTE - CRISTIANO

PORTARIA No 59/2026

Designa Servidor Público que Menciona como Suplente Para Exercer as Atividades de Gestor de Contratos da Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 42 da "Resolução nº 865, de 27 de dezembro de 2022 - Regimento Interno desta Casa", bem como o Art. 6º da "Resolução nº 884, de 21 de dezembro de 2023", nos termos da "Lei Complementar Municipal nº 276, de 23 de fevereiro de 2024", que instituiu o Quadro de Pessoal desta Casa,
Ainda, nos termos da "Lei Complementar Municipal nº 296, de 15 de julho de 2025", que Autoriza o pagamento de Adicionais aos Empregados Públicos da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, nos Casos Que Menciona,

RESOLVE:
Art. 1º Designar o Servidor Público desta Casa, CRISTIANO JÚNIOR DA SILVA, como Suplente para exercer as Atividades de Gestor de Contratos desta Casa de Leis, nos dias 11 de setembro de 2026 até a volta do titular.
Art. 2º O Servidor Público designado por meio desta Portaria exercerá, dentre outras, as atribuições previstas no Art. 7º e no Anexo VI da "Lei Complementar Municipal nº 296, de 15 de julho de 2025."
Parágrafo único. Fica autorizado o pagamento do correspondente Adicional previsto na "Lei Complementar Municipal nº 296, de 15 de julho de 2025", de forma proporcional aos dias em que o servidor substituir o titular já designado, conforme Portaria desta Casa que regulamenta referido pagamento.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 11 de setembro de 2026.

Câmara Municipal de Lagoa da Prata, 14 de setembro de 2026.

ANTÔNIO JUSTINO FILHO
Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:5B26A61A

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PORTARIA 060-2026 - SUPLENTE - APOIO À SESSÕES - ADICIONAL - DAVI

PORTARIA Nº 60/2026

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO COMO SUPLENTE PARA EXERCER AS ATIVIDADES DE APOIO ÀS SESSÕES PLENÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA.

O Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 42 da "Resolução nº 865, de 27 de dezembro de 2022 - Regimento Interno desta Casa", bem como o Art. 6º da "Resolução nº 884, de 21 de dezembro de 2023", nos termos da "Lei Complementar Municipal nº 276, de 23 de fevereiro de 2024", que instituiu o Quadro de Pessoal desta Casa,
Com fundamento na "Lei Complementar Municipal nº 296, de 15 de julho de 2025", que Autoriza o pagamento de Adicionais aos Empregados Públicos da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, nos Casos Que Menciona,

RESOLVE:
Art. 1º Fica designado o Servidor Público desta Casa, DAVI MARÇAL SILVA, Matrícula nº 202, para exercer a função de Suplente do Servidor nomeado para as Atividades de Apoio as Sessões Plenárias da Câmara Municipal, conforme previsto no Parágrafo Único do Art. 2º e no Anexo III da "Lei Complementar Municipal nº 296, de 15 de julho de 2025", no período de 14 de setembro até a volta do titular.
Art. 2º O Servidor Público designado por meio desta Portaria exercerá, dentre outras, as atribuições previstas no Anexo III da "Lei Complementar Municipal nº 296, de 15 de julho de 2025.
Parágrafo único. Fica autorizado o pagamento do correspondente Adicional previsto no Art. 2º da "Lei Complementar Municipal nº 296, de 15 de julho de 2025", de forma proporcional aos dias em que o servidor substituir a titular já designado, conforme Portaria desta Casa que regulamenta referido pagamento.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 14 de setembro de 2026.

Câmara Municipal de Lagoa da Prata, 14 de setembro de 2026.

ANTÔNIO JUSTINO FILHO
Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:CA6D2AAA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PORTARIA 061-2026 - LIQUIDANTE - ADICIONAL - SUPLENTE - FERNANDA

PORTARIA No 61/2026

Designa Servidora Pública que Menciona como Suplente Para Exercer as Atividades de Liquidante dos Empenhos de Despesa da Câmara Municipal de Lagoa da Prata.

O Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 42 da "Resolução nº 865, de 27 de dezembro de 2022 - Regimento Interno desta Casa", bem como o Art. 6º da "Resolução nº 884, de 21 de dezembro de 2023", nos termos da "Lei Complementar Municipal nº 276, de 23 de fevereiro de 2024", que instituiu o Quadro de Pessoal desta Casa,
Ainda, nos termos da "Lei Complementar Municipal nº 296, de 15 de julho de 2025", que Autoriza o pagamento de Adicionais aos Empregados Públicos da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, nos Casos Que Menciona,
Por fim, considerando que o Servidor designado como suplente pela Portaria nº 36/2025, Cristiano Júnior da Silva, atuará como Tesoureiro no período coincidente com o desta Portaria, e em obediência ao Princípio da Segregação de Funções,

RESOLVE:
Art. 1º Designar a Servidora Pública desta Casa, FERNANDA ANTÔNIA APARECIDA COSTA, Matrícula nº 204, como Suplente para exercer as Atividades de Liquidante dos Empenhos de Despesa desta Casa de Leis, nos dias 14 a 18 de setembro de 2026.
Art. 2º A Servidora Pública designada por meio desta Portaria exercerá, dentre outras, as atribuições previstas no Anexo II da "Lei Complementar Municipal nº 296, de 15 de julho de 2025."
Parágrafo único. Fica autorizado o pagamento do correspondente Adicional previsto no Art. 3º da "Lei Complementar Municipal nº 296, de 15 de julho de 2025", de forma proporcional aos dias em que a servidora substituir a titular já designada, conforme Portaria desta Casa que regulamenta referido pagamento.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 14 de setembro de 2026.

Câmara Municipal de Lagoa da Prata, 14 de setembro de 2026.

ANTÔNIO JUSTINO FILHO
Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:3F1970F0

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MARMELÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE MARMELÓPOLIS
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 31/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2026

A Câmara Municipal de Marmelópolis/MG torna pública a autorização da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021.
Contratada: INSTITUTO GLOBAL DE ADMINISTRACAO PUBLICA LTDA
CNPJ: 52.835.850/0001-03
Objeto: Contratação da empresa curso **"Direito Urbanístico Municipal Aplicado – Edificações, Posturas e uso do solo na gestão da cidade sustentável"**, a ser realizado nos dias 15, 16, 17 e 18 de setembro de 2026, em Belo Horizonte/MG, promovido pela empresa Instituto Global de Administração Pública.
Valor total: R$ 8.340,00 (oito mil trezentos e quarenta reais).

Marmelópolis/MG, 14 de setembro de 2026.

CAIRO GUILHERME RIBEIRO
Presidente da Câmara Municipal de Marmelópolis

Publicado por:
Eriene Francinete Alves da Silva
Código Identificador:7844FA88

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
EXTRATO – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2026. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2026. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de relógios de ponto eletrônico com reconhecimento facial, para atender as demandas da Câmara Municipal de Morro da Garça. CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA (CNPJ: 38.522.827/0001-38). CONTRATADA: REAL TIME RELÓGIO DE PONTO E ACESSO LTDA. (CNPJ: 13.416.601/0001-21). VALOR GLOBAL: R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.4.90.52.00 (Ficha 7) Equipamento e Material Permanente. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021. VIGÊNCIA: De 11/09/2026 a 11/09/2027. AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Erica Cristina Gomes da Silva.

Morro da Garça/MG, 11 de setembro de 2026.

CARLOS EDUARDO MARIZ ROCHA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
João Pedro Fernandes do Nascimento
Código Identificador:19046C1D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU

CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 111/2026
OBJETO: Aquisição de suprimentos de informática, destinados ao atendimento das necessidades de impressão e reposição de materiais utilizados nos equipamentos da Câmara Municipal de Paracatu/MG.

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: de 08h00min do dia 15/09/2026 às 12h30min do dia 28/09/2026.

DATA E HORÁRIO DO INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 13h00min do dia 28/09/2026.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: BLL COMPRAS (https://bll.org.br).

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 209.784,10 (duzentos e nove mil, setecentos e oitenta e quatro reais e dez centavos).

CONSULTA AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: Os procedimentos deste pregão serão realizados exclusivamente por meio eletrônico, na plataforma BLL COMPRAS e no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Paracatu, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e demais normas aplicáveis.

IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: até 3 (três) dias úteis antes da abertura do certame, ou seja, até 23 de setembro de 2026, pela plataforma BLL Compras ou pelo e-mail institucional indicado no edital.

AGENTE EXECUTOR DA LICITAÇÃO: Os trabalhos serão conduzidos pela Agente de Contratação, designada Pregoeira Cristina Emi Abe e equipe de apoio designados pela Portaria Nº 4180 de 23 de abril de 2026.

Paracatu/MG, 14 de setembro de 2026.

LAYSLLA RAIANE MALHEIRO DE FREITAS
Equipe de Licitação
Portaria n.º 4.180/2026

Publicado por:
Leovando Mendes Teixeira
Código Identificador:770C8AC4

CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU
EXTRATO DO CONTRATO N° 11/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PARACATU. Contrato nº 0011/2026. Contratante: Câmara Municipal de Paracatu. CNPJ: 20.215.158/0001-96. Contratada: **TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO – LTDA** . **CNPJ: 00.604.122/0001-97**. Objeto: contratação de empresa especializada no gerenciamento da frota de veículos oficiais da Câmara Municipal de Paracatu/MG, visando ao abastecimento por meio de cartões magnéticos com chip de segurança, em ampla rede credenciada de postos de combustíveis, bem como à manutenção preventiva e corretiva, incluindo serviços mecânicos, elétricos, lanternagem, pintura, retífica de motores, alinhamento, balanceamento, troca de óleo para motor, troca de filtros de óleo e de ar, serviços de guincho e borracharia, com fornecimento de peças, pneus, baterias, produtos e acessórios de reposição genuínos, com implantação e operacionalização de sistema informatizado e integrado, através de ampla rede de estabelecimentos credenciados, nos termos da Ata de Registro de Preços nº 019/2024, do Pregão Eletrônico nº 015/2024, do Termo de Referência e da proposta registrada. O valor global estimado deste Contrato é de R$ 218.578,34 (duzentos e dezoito mil, quinhentos e setenta e oito reais e trinta e quatro centavos), sendo R$ 131.147,00 destinados ao gerenciamento do abastecimento e R$ 87.431,34 destinados ao gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças. A taxa de administração é de 0,00% (taxa zero), conforme a proposta registrada na Ata de Registro de Preços nº 019/2024.

Paracatu, Minas Gerais, 08 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elison Saymon Sousa Figueredo
Código Identificador:925B6229

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2026 EDITAL Nº 9/2026 - TELEVISORES II

PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2026
EDITAL Nº 9/2026

OBJETO
O objeto desta licitação é a aquisição de televisores para complementação da implantação do sistema de votação eletrônica e transmissão interna das sessões legislativas e solenes da Câmara Municipal de Patrocínio/MG, conforme as especificações, condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
R$ 37.320,08 (trinta e sete mil, trezentos e vinte reais e oito centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 25/09/2026 às 08h:30min (horário de Brasília)

Critério de Julgamento
Menor preço por item

Modo de disputa
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

SÍTIO ELETRÔNICO
Plataforma Virtual Licitanet (www.licitanet.com.br)

Publicado por:
Clara Beatriz Lisboa Ramos
Código Identificador:D7388EB6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2025

Extrato do Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 005/2025. Contratante: Câmara Municipal de Pirapora, CNPJ: 25.213.679/0001-28. **Contratado:** Inova Refrigeração Janaúba Ltda., CNPJ: 45.988.992/0001-45. **Objeto:** Prorrogar a vigência da Ata de Registro de Preços nº 005/2025 por mais 12 (doze) meses, com renovação dos quantitativos anuais originalmente registrados para os serviços de manutenção preventiva, corretiva e/ou emergencial de equipamentos de ar-condicionado, mantidos os preços registrados. **Vigência:** 24/10/2026 a 23/10/2027. **Fundamentação Legal:** artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/2021. **Processo Licitatório nº 022/2025, Pregão Eletrônico nº 005/2025.**

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:1E727887

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUI

CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUI
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE ATO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

RATIFICANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUI/MG.
CREDENCIADO: EDILSON LOPES, CNPJ: 01.674.853/0001-71
OBJETO: Credenciamento para contratação de empresa especializada para a publicação de atos administrativos, avisos e comunicados oficiais, visando atender às exigências legais e normativas aplicáveis à Câmara Municipal de Pitangui/MG.
O Presidente da Câmara Municipal de Pitangui/MG, **CLODOALDO LOPES DE FARIA**, no uso de suas atribuições legais, **RATIFICA o ato de homologação do Credenciamento nº 03/2026, realizado em 08 de setembro de 2026**, decorrente do Processo Administrativo nº 14/2026, que resultou na celebração do Termo de Credenciamento nº 08/2026 com a empresa EDILSON LOPES (Jornal Independente), inscrita no CNPJ: 01.674.853/0001-71, para execução do objeto acima descrito, nos termos da legislação vigente.
VALOR TOTAL: R$ 24.725,67 (vinte e quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ficha 23 Dotação 01.02.01.01.122.0013.2010.3.3.90.3.9.00 Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica.

Publicado por:
Karen Teixeira Silva
Código Identificador:84BC2BF0

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA – MG - A Câmara Municipal de Ponte Nova/MG torna pública a **adesão à Ata de Registro de Preços nº 0074/2026**, decorrente da **Compra nº 90090/2024**, conforme s**olicitação nº 02/2026**, tendo como objeto a **contratação de serviços de segurança não armada**, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Ponte Nova. **Órgão Gerenciador:** Prefeitura Municipal de Ponte Nova/MG. **Processo Licitatório:** nº 53/2026. **Solicitante/Órgão Aderente:** Câmara Municipal de Ponte Nova/MG. A presente adesão tem por finalidade atender às necessidades institucionais da Câmara Municipal, observadas as condições, quantitativos e demais disposições estabelecidas na respectiva Ata de Registro de Preços.

Publicado por:
Claudiomiro Hermeck Pires
Código Identificador:7C5F693E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 043/2026, INEXIGIBILIDADE 040/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS/MG**,** torna público Extrato de INEXIGIBILIDADE, Processo Administrativo n° 043/2026, Inexigibilidade 040/2026. Partes: Câmara Municipal de Sabinópolis/MG e WR Gestão Pública Consultoria e Assessoria LTDA, inscrita no CNPJ nº 39.616.892/0001-95. Objeto: capacitação denominada: "A Importância do Agente de Contratação bem Treinado, Análise e Cumprimento dos Contratos Públicos para que não haja Desperdício de Tempo, Materiais e do Erário Público", a ser realizado no período de 15 a 18 de setembro de 2026, na cidade de Belo Horizonte. Valor: R$2.700,00 (dois mil e setecentos reais), referente a 02 (duas) inscrições. **CONTRATO: 042/2026**. Dotação Orçamentária 01.031.0001.2001.3.3.90.39.00. DENIS HENRIQUE FILARDETE DE PINHO – Presidente da Câmara Municipal de Sabinópolis.

Sabinópolis, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Tamires Oliveira de Lima
Código Identificador:51345EF8

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA

ASSESSORIA JURÍDICA
EDITAL Nº 04/2026 - DESIGNAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

CONSIDERANDO a urgência e o interesse relevante da proposição abaixo indicada;

Utilizo-me do presente Edital para designar sessão extraordinária, a ser realizada na próxima quinta-feira (17.09.2026), às 09:00 horas, a fim de deliberarmos exclusivamente acerca do Projeto de Lei n° 28/2026, de autoria do Poder Executivo.

Na oportunidade, determino à Secretaria Geral que proceda ampla publicidade à designação da sessão, tal como preconiza o §1º, do art. 111, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Santa Bárbara, MG, 14 de Setembro de 2026.

MÁRCIO RODRIGUES PEDRO
Presidente da Câmara Municipal de Santa Bárbara - MG

Publicado por:
Gabriel Carvalho Nascimento
Código Identificador:6CE89EAE

ASSESSORIA JURÍDICA
EDITAL Nº 05/2026 - DESIGNAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

CONSIDERANDO a urgência e o interesse relevante das proposições abaixo indicadas;

Utilizo-me do presente Edital para designar sessão extraordinária, a ser realizada na próxima quinta-feira (17.09.2026), às 09:30 horas, a fim de deliberarmos acerca dos seguintes projetos:

Projeto de Resolução 05/2026, de autoria do Poder Legislativo (mesa diretora);
Projeto de Lei nº 24/2026, de autoria do Poder Legislativo;
Projeto de Lei nº 25/2026 (43/2026 SAPL), de autoria do Poder Legislativo;
Projeto de Lei nº 20/2026 (45/2026 SAPL), de autoria do Poder Executivo;
Projeto de Lei nº 21/2026 (46/2026 SAPL), de autoria do Poder Executivo;
Projeto de Lei nº 22/2026 (47/2026 SAPL), de autoria do Poder Executivo;
Projeto de Lei nº 23/2026 (48/2026 SAPL), de autoria do Poder Executivo;
Projeto de Lei nº 24/2026 (49/2026 SAPL), de autoria do Poder Executivo.

Na oportunidade, determino à Secretaria Geral que proceda ampla publicidade à designação da sessão, tal como preconiza o §1º, do art. 111, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Santa Bárbara, MG, 14 de Setembro de 2026.

MÁRCIO RODRIGUES PEDRO
Presidente da Câmara Municipal de Santa Bárbara - MG

Publicado por:
Gabriel Carvalho Nascimento
Código Identificador:BEA9A596

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2026

"DISPÕE SOBRE A DEVOLUÇÃO DE SOBRAS DE RECURSOS FINANCEIROS DO DUODÉCIMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA – MG À PREFEITURA MUNICIPAL, REFERENTE AO PERÍODO ACUMULADO ATÉ AGOSTO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ACÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e regimentais, aprovou e eu, Presidente, em nome da Mesa Diretora, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º– Fica autorizada a devolução antecipada de recursos financeiros à Tesouraria da Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra, no valor de**R$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais)**.
Parágrafo Único– O montante referido neste artigo é proveniente da economia de recursos do duodécimo repassado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, acumulado no período de janeiro a agosto do exercício financeiro de 2026.
Art. 2º– A devolução será efetuada mediante transferência bancária para a conta corrente oficial da Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a publicação deste Decreto.
Art. 3º– Recomenda-se ao Poder Executivo Municipal que o recurso ora devolvido seja aplicado, preferencialmente, em áreas de relevante interesse público, como saúde, educação ou infraestrutura urbana.
Art. 4º– Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, 10 de setembro de 2026.

EDILON DOS REIS SILVA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Aline Marques Silva
Código Identificador:E0A31ABE

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA torna público o termo aditivo n° 005/2026 ao contrato nº 024/2024, oriundo do processo nº 026/2024. **Objeto contratado:** Prorrogação por mais 12(doze) meses, do prazo de vigência do contrato. **Contratada:** CAPE INCORPORADORA DE SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ n° 15.312.517/0001-93. **Valor global deste contrato:** R$ 840.242,85. **Dotação orçamentária:** 01002.0103101024.013 – Manutenção das Atividades da Câmara,elemento de despesa 339037 – Locação de mão-de-obra. Subelemento: 33903700000 – Locação de mão de obra. **Vigência:** 10/09/2026 a 09/09/2027. **Assinado por:** Cristiane Alves Pereira, pela Contratada e, Robson Alencar de Souza, pela Câmara Municipal de Viçosa.

ROBSON ALENCAR DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Viçosa

Publicado por:
Camila Vieira de Paula
Código Identificador:87E28455

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIDASSP - CONSORCIO INT. PARA O DESENV. SUSTENTAVEL DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO

CIDASSP
RESOLUÇÃO Nº 03, DE 19 DE AGOSTO DE 2026.
GRATIFICAÇÃO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 03, de 19 DE AGOSTO DE 2026.

ESTABELECE GRATIFICAÇÃO AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL DE Nº 14.133/2021.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região de São Sebastião do Paraíso/MG – CIDASSP, Prefeito Daniel Ferreira da Silva, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO que a nova Lei de Licitações e Contratos exige que a licitação seja conduzida por um Agente de Contratação;
CONSIDERANDO o disposto o disposto no Inciso LX do Art. 6º, §§ 1°,2º, 3º e 4º do Art. 8º , todos da Lei Federal de nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO o Princípio Constitucional da Legalidade.
CONSIDERANDO a deliberação da Assembleia Extratordinária de 11 de setembro de 2026.
RESOLVE
Art. 1°. Fica o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região de São Sebastião do Paraíso/MG – CIDASSP autorizado a pagar gratificação ao Agente de Contratação, no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, estando incluído neste valor despesas de custeio, referentes a deslocamento e alimentação.
Art. 2º. Caberá ao Agente de Contratação e Pregoeiro frente aos procedimentos licitatórios do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região de São Sebastião do Paraíso/MG – CIDASSP, dentre outros:
I-Tomar todas as decisões referentes aos procedimentos licitatórios, nas modalidades estipuladas na Lei Federal de nº 14.133/2021.
II-Acompanhar o trâmite de todas as licitações do CIDASSP.
III-Dar impulso aos procedimentos licitatórios.
IV-Executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.
Art. 3º Referido Agente de Contratação poderá ser auxiliado por equipe de apoio e ainda substituído por comissão de contratação, quando necessário e nas formalidades legais.
Art. 5°. Esta Resolução foi apresentada e aprovada por unanimidade na Assembleia Geral do Consórcio, realizada por videoconferencia na data de 11 de setembro de 2026, entrando em vigor na data de sua publicação, para que produza jurídicos e legais efeitos.

São Sebastião do Paraíso, MG, 11 de setembro de 2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito de São Tomás de Aquino
Presidente do CIDASSP

Publicado por:
Thaís Ferreira Júlio
Código Identificador:5F6B2D9B

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMAMS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, torna público: P.A. 064/2026 – P.E. SRP Nº 029/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO EQUIP. E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, TELEVISORES, EQUIP. DE VIDEOCONFERÊNCIA, DENTRE OUTROS. **Recebimento das propostas:** Até às 08:55h. do dia 29/09/2026. **Início da disputa de preços**: 29/09/2026 às 09:00h.. Infor: (38)93300-4417. Retirada do Edital: Diretamente no site www.portaldecompraspublicas.com.br, www.cimams.mg.gov.br ou www.gov.br/pncp/pt-br

RICARDO ANTUNES MAGALHÃES -
Secretário Executivo do CIMAMS

Publicado por:
Alisson Rafael Alves Santos
Código Identificador:88AFA992

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS, torna público: P.A. 065/2026 – P.E. SRP Nº 030/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ÓCULOS DE GRAU. Recebimento das propostas: Até às 08:55h. do dia 1º/10/2026. Início da disputa de preços: 1º/10/2026 às 09:00h. Infor: (38)93300-4417. Retirada do Edital: Diretamente no site www.portaldecompraspublicas.com.br, www.cimams.mg.gov.br ou www.gov.br/pncp/pt-br

RICARDO ANTUNES MAGALHÃES -
Secretário Executivo do CIMAMS

Publicado por:
Alisson Rafael Alves Santos
Código Identificador:B5C93904

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 055/2026
PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 026/2026
O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira Da SUDENE - CIMAMS, no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA a licitação ao Licitante vencedor

Participante e vencedor
VIA MONDO AUTOMÓVEIS E PEÇAS LTDA (00.836.942/0001-04)

Objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AMBULÂNCIAS TIPO SIMPLES REMOÇÃO, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS**. Informações pelo fone: (38) 3221-0841 ou (38) 9 99970-3832, e-mail: licitacao@cimams.com.br.

Montes Claros – MG, 14 de setembro de 2026

ADAILDO ROCHA MOREIRA
Presidente do CIMAMS

Publicado por:
Alisson Rafael Alves Santos
Código Identificador:B5FD0E11

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 055/2026
PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS N.º 026/2026
O Presidente do CIMAMS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Comissão de Licitação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** a Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo **objeto** é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AMBULÂNCIAS TIPO SIMPLES REMOÇÃO, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO**

INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE – CIMAMS.

Participante e vencedor
VIA MONDO AUTOMÓVEIS E PEÇAS LTDA (00.836.942/0001-04)

Montes Claros – MG, 14 de setembro de 2026

ADAILDO ROCHA MOREIRA
Presidente do CIMAMS

Publicado por:
Alisson Rafael Alves Santos
Código Identificador:D8174954

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMINAS - CONSORCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS

CIMINAS
AVISO DE ERRATA

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS – Licitação credenciamento 006/2025 processos 015/2025, torna público 3º ERRATA ao edital, errata na integra disponível em ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

AMANDA PRISCILA RIBEIRO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:FD1B0190

CIMINAS
AVISO DE SUSPENSÃO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS – Licitação pregão 017/2026 – processo nº 030/2026, torna público a SUSPENSÃO cautelar do referido pregão.

JOSE HUMBERTO RIBEIRO –
Diretor Executivo

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:80B69AC4

CIMINAS
AVISO DE SUSPENSÃO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS - CIMINAS – Licitação pregão 038/2026 – processo nº 085/2026, torna público a SUSPENSÃO do pregão.

JOSE HUMBERTO RIBEIRO –
Diretor Executivo

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:255E0E73

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMMVI - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DOS MUNICIPIOS DO VALE ITAPECERICA

CIMMVI
DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO NO ÂMBITO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 - CIMMVI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA – CIMMVI, no uso das atribuições que lhe conferem o Contrato de Consórcio Público, o Estatuto Social e a legislação aplicável,

CONSIDERANDO a necessidade de avaliação técnica da Prova de Conceito (POC), conforme previsto no item 4.34 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 005/2026 – CIMMVI; e

CONSIDERANDO o princípio da eficiência e a busca pela regularidade e qualidade na contratação de soluções de tecnologia de inteligência territorial - Business Intelligence, analytics governamental e apoio à gestão pública municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída Comissão Especial, de caráter não remunerado, para avaliação da Prova de Conceito (POC) referente ao Pregão Eletrônico nº 005/2026 – CIMMVI.

Art. 2º - A Comissão ora constituída terá a seguinte composição:

a) Apoio Técnico:

I – Vinícius Salomão Gontijo Bahia, matricula nº 10;
II – Warley Franca Santa Bárbara, Chefe de Departamento, matricula nº 13.

b) Apoio Jurídico:

I – Eduardo Araújo Freitas, Assessor Jurídico, matrícula nº 3.

c) Presidência:

I – Ruan Brandão Raposo Simões, Pregoeiro do CIMMVI, matrícula nº 8

Art. 3º - Compete à Comissão:

I – acompanhar, analisar e avaliar a demonstração da Prova de Conceito, conforme roteiro e requisitos estabelecidos no Edital, Termo de Referência e ANEXO III - Relatório Técnico de avaliação para Prova de Conceito (POC);
II – registrar a avaliação por meio de Ata de Reunião, compondo o Relatório Técnico da POC;
III – emitir parecer conclusivo sobre a conformidade da solução apresentada, visando subsidiar as fases subsequentes do procedimento licitatório.

Art. 4º - A Comissão atuará pelo período necessário à avaliação da Prova de Conceito, encerrando-se automaticamente após a lavratura e aprovação do respectivo Relatório Técnico.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis/MG, 14 de setembro de 2026.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Presidente - CIMMVI

Publicado por:
Vinicius Salomão Gontijo Bahia
Código Identificador:3903907E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISAB ZM - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB ZONA DAMATA
HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE ARP

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE ARP DO PREGÃO Nº 000023/2026 E

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000042/2026. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA E EXPEDIENTE, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO CISAB-ZM. Vigência: Vigência: 12 meses a partir da data depublicação. EMPRESA: COMPASSE PAPELARIA E REPRESENTACOES LTDA. VALOR: R$ 11.895,56. Disponível no Sítio eletrônico www.cisab.com.br.

ELENICE DELGADO,
Presidente.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE ARP DO PREGÃO Nº 000023/2026 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0000042/2026. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA E EXPEDIENTE, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO CISAB-ZM. Vigência: Vigência: 12 meses a partir da data de publicação. EMPRESA: OSCIMAR COTA BARBOSA 05266999659. VALOR: R$ 33.530,00. Disponível no Sítio eletrônico www.cisab.com.br.

ELENICE DELGADO,
Presidente.

Publicado por:
Alice Rodrigues
Código Identificador:70B92ABA

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIS LAGOS -CONSORCIO INTERMUNIC.DE SAUDE MUNIC.REG LG SUL MINAS

CISLAGOS
1ª ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DOS LAGOS DO SUL DE MINAS - CISLAGOS

Dispõe sobre a alteração do Preâmbulo, além das Cláusulas 13, 27, 29, 30, 32 e 33 do Protocolo de Intenções, e dá outras providências

A Assembleia Geral, com fundamento na Cláusula 11, §3º, inciso III, do Protocolo de Intenções, aprovou as seguintes alterações do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas:

Cláusula 1º - Fica alterado o item 29 do Preâmbulo do Protocolo de Intenções, que passa a vigorar com a seguinte redação:
29. O **MUNICÍPIO DE JURUAIA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 18.668.368/0001-98, representado neste ato por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal, CELSO MARQUES JÚNIOR, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 043.663.626-35;

Cláusula 2ª – Fica alterado o inciso I do §1º, da Cláusula 13 do Protocolo de Intenções, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I – somente terão direito a candidatar-se e a votar os prefeitos eleitos, independente da diplomação pela Justiça Eleitoral, desde que, antes de tomarem posse na Diretoria do Consórcio, estejam empossados nos respectivos municípios consorciados.

Cláusula 3ª – Fica revogado o inciso II do §1º, da Cláusula 13 do Protocolo de Intenções.

Cláusula 4ª - alterados o *caput*, §2º, §3º, §5º e §6º, todos da Cláusula 27 do Protocolo de Intenções, que passam a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA 27. Para a execução de suas atividades, disporá o CISLAGOS de quadro de pessoal composto de empregados públicos, competindo à Assembleia Geral deliberar sobre a sua instituição ou alteração, sempre por maioria absoluta de seus membros.

§2º. A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT será a legislação que regerá as relações estabelecidas, salvo na hipótese de contrato de estágio.

§3º. O CISLAGOS poderá firmar contratos de estágio ou com menor aprendiz, conforme a necessidade e de acordo com a legislação aplicável.

§5º. O quadro de empregados públicos do CISLAGOS será regulamentado por Resolução.

§6º. As atribuições administrativas, a hierarquia, a avalição de eficiência, a lotação, a jornada de trabalho, a denominação dos cargos, além de outras disposições correlatas serão dispostas em Resolução, desde que seja deliberado e aprovado pela Assembleia Geral.

Cláusula 5ª – Fica revogado §4º da Cláusula 27 do Protocolo de Intenções.

Cláusula 6ª – Fica alterado *caput* da Cláusula 29 do Protocolo de Intenções, que passa a vigorar com a seguinte redação:
CLÁUSULA 29. Os empregos comissionados delineados na realidade do CISLAGOS se equiparam àqueles indicados no inciso II, do art. 62, da CLT, não estando sujeitos ao regime de duração do trabalho estabelecido naquela legislação.

Cláusula 7ª – Fica alterado o *caput* da Cláusula 30 do Protocolo de Intenções, que passa a vigorar com a seguinte redação:
CLÁUSULA 30. Os reajustes salariais serão concedidos mediante Resolução da Presidência do Consórcio, após deliberação e aprovação da Diretoria, dispensada a alteração deste instrumento, bastando o apostilamento da respectiva Ata ao mesmo, após devidamente publicada nos termos do §19, da Cláusula 11.

Cláusula 8ª - Fica alterado o inciso II da Cláusula 32 do Protocolo de Intenções, que passa a vigorar com a seguinte redação:

II – o ônus pelo pagamento da remuneração do servidor cedido ficará a cargo do ente federado consorciado cedente, podendo o CISLAGOS arcar com o ônus da gratificação por função até o limite de 40% (quarenta por cento) do salário ocupado, observado o disposto na Cláusula 31 do Protocolo de Intenções.

Cláusula 9ª - Fica alterado o inciso I da Cláusula 33 do Protocolo de Intenções, que passa a vigorar com a seguinte redação:
I - para atendimento a portarias, deliberações, resoluções e convênios realizados com os Governos Federal, Estadual ou Municipal e demais entidades da administração indireta, de caráter precário;

Cláusula 10 – Esta alteração do Protocolo de Intenções entra em vigor na data de sua publicação.

Alfenas,29 de Julho de 2026

Publicado por:
Paschoal Petrocino
Código Identificador:65C4721F

CISLAGOS
EXTRATO DE ADITIVO

Termo Aditivo nº 01/2026 ao Contrato Administrativo nº 027/2023
Processo Licitatório nº 23/2023
Contratado: WILY APARECIDO CANDIDO 06840106667
Objeto: Em conformidade com o disposto no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21, e tendo em vista o interesse da Administração na continuidade dos serviços prestados, a vigência do presente contrato fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, passando a vigorar até 12/09/2027.
Data: 12 de setembro de 2026

ROSIEL DE LIMA
Presidente do CISLAGOS

Publicado por:
Paschoal Petrocino
Código Identificador:C99EF318

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMARG - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO ALTO RIO GRANDE

CISMARG
ATO NORMATIVO 08/2026 PRORROGA A VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REGIDO PELO EDITAL Nº 01/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ATO NORMATIVO 08/2026

Prorroga a validade do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 01/2025, e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO ALTO RIO GRANDE – CISMARG**, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto Social, o Protocolo de Intenções e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis,
CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 01/2025;
CONSIDERANDO que o resultado final do referido processo seletivo foi homologado em **19 de setembro de 2025**;
CONSIDERANDO que o edital de regência prevê a possibilidade de prorrogação do prazo de validade do processo seletivo por igual período, a critério da Administração;
CONSIDERANDO o interesse público na manutenção da validade do certame, visando possibilitar o aproveitamento dos candidatos classificados para atender às necessidades administrativas do CISMARG, observadas a conveniência e a oportunidade da Administração, a disponibilidade orçamentária e financeira e as demais exigências legais;
RESOLVE:
Art. 1º Fica **prorrogado por mais 12 (doze) meses** o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 01/2025, cujo resultado final foi homologado em **19 de setembro de 2025 de 2025 e publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em 22 de setembro de 2025, nos termos da previsão** editalícia e da legislação aplicável.
Art. 2º Em decorrência da prorrogação de que trata o art. 1º, a validade do Processo Seletivo Simplificado fica estendida até **19 de setembro de 2027**.
Art. 3º A prorrogação da validade do processo seletivo não implica convocação ou contratação automática dos candidatos classificados, ficando eventuais convocações condicionadas à necessidade da Administração, à existência de vagas ou à demanda de serviços, à disponibilidade orçamentária e financeira e à observância da ordem de classificação e dos demais requisitos previstos no edital e na legislação aplicável.
Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital nº 01/2025 e dos atos dele decorrentes.
Art. 5º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santo Antônio do Amparo/MG, 14 de setembro de 2026.

CARLOS HENRIQUE AVELAR
Presidente do CISMARG

Publicado por:
Artur Ferreira Júnior
Código Identificador:00689D1C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2026

Extrato do contrato nº 150/2026 – Processo Administrativo n° 9/2026 – Inexigibilidade Nº 1/2026 – Credenciamento n° 1/2026 de contratação de prestação de serviços médicos e serviços de saúde, com profissionais de nível superior, habilitados nas respectivas áreas, firmado entre o CISMEV – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio das Velhas e a empresa **Clínica Médica Três Marias LTDA**. Vigência: 12 meses, a partir de 25/08/2026 até 24/08/2027. **Valor Total estimado: R$ 90.560,00 (noventa mil e quinhentos e sessenta reais)**.
Assinatura: 24/08/2026.

Publicado por:
Elisa Rodrigues Fonseca
Código Identificador:69062439

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2023

Extrato do quarto termo aditivo ao contrato nº 117/2023 que tem como objeto a prestação de serviços de remoção de pacientes graves dos municípios consorciados, firmado entre o CISMEV – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio das Velhas e a empresa **DMG Serviços de Remoção LTDA,** cujo objeto é a prorrogação da vigência do contrato por 12 meses a partir de 01/11/2026. Em virtude da prorrogação de vigência, o Contrato sofrerá um impacto financeiro no valor de **R$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais)** passando o valor total estimado do contrato de R$ 8.208.00,00 (oito milhões, duzentos e oito mil reais) para **R$ 10.908.000,00 (dez milhões, novecentos e oito mil reais).**
Assinatura: 14/09/2026.

Publicado por:
Elisa Rodrigues Fonseca
Código Identificador:FEE736BB

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMIV - CONSORICIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA

GESTÃO DE CONTRATOS
EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

GESTÃO DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO DE PROGRAMA

CONTRATO DE PROGRAMA N° 04/2026
7° TERMO ADITIVO

O Consórcio Intermunicipal da Microrregião de Viçosa – CISMIV, situado à Rua José Dos Santos, 120, Bom Jesus, Viçosa-MG, CEP 36570-135 no CNPJ 02.326.365/0001-36, torna público o ato de assinatura do aditivo de R$ 13.000,00 (treze mil reais), referente a investimento novo destinado à ampliação de metas físicas em 2026. O contrato foi pactuado entre o MUNICÍPIO DE CAJURI, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob o nº 18.132.456/0001-70, neste ato representado por seu Exmo. Prefeito Municipal, Sr. LUCAS LADEIRA CARDOSO, CPF nº 097.680.966-40, e o CISMIV, em observância às disposições da Lei n° 11.107/2005 e Lei n° 14.133/2021. Data de assinatura: 25/08/2026. Vigência: a partir de sua assinatura.

Viçosa-MG, 14 de setembro de 2026.

LUCIANE MOREIRA ASEVEDO
Secretária Executiva

Publicado por:
Àbner Gomes Teixeira
Código Identificador:AB0DB149

GESTÃO DE CONTRATOS
EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

GESTÃO DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PROGRAMA

CONTRATO DE PROGRAMA N° 04/2026
6° TERMO ADITIVO

O Consórcio Intermunicipal da Microrregião de Viçosa – CISMIV, situado à Rua José Dos Santos, 120, Bom Jesus, Viçosa-MG, CEP 36570-135 no CNPJ 02.326.365/0001-36, torna público o ato de assinatura do aditivo de R$ 13.000,00 (treze mil reais), referente a investimento novo destinado à ampliação de metas físicas em 2026. O contrato foi pactuado entre o MUNICÍPIO DE CAJURI, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob o nº 18.132.456/0001-70, neste ato representado por seu Exmo. Prefeito Municipal, Sr. LUCAS LADEIRA CARDOSO, CPF nº 097.680.966-40, e o CISMIV, em observância às disposições da Lei n° 11.107/2005 e Lei n° 14.133/2021. Data de assinatura: 10/08/2026. Vigência: a partir de sua assinatura.

Viçosa-MG, 14 de setembro de 2026.

LUCIANE MOREIRA ASEVEDO
Secretária Executiva

Publicado por:
Àbner Gomes Teixeira
Código Identificador:CDAADA70

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026

ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE torna público o Aditivo ao Contrato Administrativo nº 058/2026, celebrado com a empresa BIOCELL – MÉDICOS ASSOCIADOS LTDA, referente ao Processo Licitatório nº 022/2025, tendo por objeto o acréscimo de 25% no item COLORAÇÃO ESPECIAL (POR COLORAÇÃO) em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
Em razão do presente aditivo, no valor de R$ 2.543,91 (Dois mil quinhentos e quarenta e três reais e noventa e um centavos), o valor contratual passa para R$ 51.779,93 (Cinquenta e um mil, setecentos e setenta e nove reais e noventa e três centavos) permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

Coronel Fabriciano/MG, 14 de setembro de 2026.

TATIANY FIRMINO
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:682C2859

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 083/2024

PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 083/2024
O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE torna público que celebrou a Prorrogação ao Contrato Administrativo nº 083/2024 com a empresa LAVIE CLÍNICA LTDA, referente ao Processo Licitatório nº 040/2023 cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de consultas não médicas, métodos terapêuticos com técnicas específicas, aplicadas por diversos profissionais não médicos, da área da saúde, ficando prorrogada a vigência do contrato até 30 de Setembro de 2027, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

Coronel Fabriciano/MG, 14 de setembro 2026.

TATIANY FIRMINO
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:DCEA6743

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALIANÇA PARA A SAÚDE - CIAS

GERENCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PRORROGAÇÃO CONTRATUAL - 1DOC TECNOLOGIA S.A.

EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 029/2024

Objeto: A prorrogação da vigência do contrato firmado com a empresa 1DOC TECNOLOGIA S.A, para a prestação de serviços de licenciamento de software de gestão de processos administrativos digitais, para atender demanda do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde. **Partes:** CIAS X 1DOC TECNOLOGIA S.A. - **Vigência:** 12/09/2026 até 12/03/2027 - **Valor:** R$14.194,08 (quatorze mil, cento e noventa e quatro reais e oito centavos) - BH/MG.

DIRAN RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Secretário Executivo

Publicado por:
Lara Rúbia Vaz Diniz Fráguas
Código Identificador:ED4C9FF4

GERENCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PRORROGAÇÃO CONTRATUAL - SERMEP SERVIÇOS MEDICOS LTDA

EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 059/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 042/2024

Objeto: A prorrogação do contrato firmado com a empresa SERMEP SERVICOS MEDICOS LTDA, para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos, na modalidade de plantão, com gestão de escala médica, para atender a demanda dos municípios consorciados e do Consórcio Intermunicipal Aliança para a Saúde (CIAS). **Partes:** CIAS X SERMEP SERVICOS MEDICOS LTDA - **Vigência:** 12/09/2026 até 12/09/2027 - **Valor:** de R$7.658.524,02 (sete milhões seiscentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e vinte e quatro reais e dois centavos) - BH/MG.

DIRAN RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Secretário Executivo

Publicado por:
Lara Rúbia Vaz Diniz Fráguas
Código Identificador:0C321347

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS
CONTRATO Nº 019/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2024,CONCORRÊNCIA Nº 001/2024

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 019/2026
CONTRATANTE: CIGEDAS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2024, CONCORRÊNCIA Nº 001/2024
CONTRATADA: VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S/A, CNPJ Nº 02.536.066/0001-26
OBJETO: registro de preços para contratação de empresa especializada para recebimento dos resíduos sólidos urbanos Classe II-A e II-B dos seguintes municípios consorciados ao CIGEDAS Vertentes: Alfredo Vasconcelos, Barroso, Coronel Xavier Chaves, Dores de Campos, Lagoa Dourada, Prados, Resende Costa, Ritápolis, Santa Cruz de Minas, São João del Rei, São Vicente de Minas e Tiradentes, de acordo com norma ABNT NBR 10004:2004, sob regime de empreitada por preço unitário.
VALOR ESTIMADO: R$ 7.275.189,43 (sete milhões e duzentos e setenta e cinco mil e cento e oitenta e nove reais e quarenta e três centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

São João del-Rei, 17 de agosto de 2026.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO
Presidente

Publicado por:
Vitor Magno Borges Nunes Couto
Código Identificador:86B06AB3

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS
CONTRATO Nº 020/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2024,CONCORRÊNCIA Nº 001/2024

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 020/2026
CONTRATANTE: CIGEDAS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2024, CONCORRÊNCIA Nº 001/2024
CONTRATADA: CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG S/A, CNPJ Nº 18.924.284/0001-31
OBJETO: registro de preços para contratação de empresa especializada para recebimento dos resíduos sólidos urbanos Classe II-A e II-B dos seguintes municípios consorciados ao CIGEDAS Vertentes: Alfredo Vasconcelos, Barroso, Coronel Xavier Chaves, Dores de Campos, Lagoa Dourada, Prados, Resende Costa, Ritápolis, Santa Cruz de Minas, São João del Rei, São Vicente de Minas e Tiradentes, de acordo com norma ABNT NBR 10004:2004, sob regime de empreitada por preço unitário
VALOR ESTIMADO: R$ 710.780,88 (setecentos e dez mil e setecentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

São João del-Rei, 17 de agosto de 2026.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO
Presidente

Publicado por:
Vitor Magno Borges Nunes Couto
Código Identificador:4BAB3CAA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS
DECISÃO DO PRESIDENTE - ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°004/2026

DECISÃO DO PRESIDENTE
(Autoridade Competente)

Referência:
PROCESSO ADMINISTRATIVO 056 /2025
PREGÃO ELETRÔNICO 009 /2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°004/2026

O Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS, através de seu Presidente, em análise do Pedido de Rescisão amigável aviado pela empresa **SAINT EMILION AUTOMÓVEIS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 12.549.490/0001-01, detentora da Ata de Registro de Preços nº 004/2026**, DECIDE:**

O art. 138 e seguintes da Lei 14.133/2021 prevê os casos de extinção do Contrato. No presente caso, a Detentora da Ata formulou pedido de extinção amigável, atraindo a incidência do inciso II do referido dispositivo legal, que segue *in verbis*:

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:
(...).
II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, **desde que haja interesse da Administração**; *Grifei*.

Deste modo, fica evidente que a Detentora não possui o poder potestativo de rescindir o contrato amigavelmente.

A Administração não possui interesse na rescisão ou cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 004/2026, pois, a referida Ata foi assinada em fevereiro do corrente ano, ou seja, pouco mais de 07 (sete) meses.

A administração se cancelar a referida Ata teria que realizar novamente outro processo licitatório apenas para o item, o que acarretaria custos à Administração bem como demandaria prazo para a realização de um novo certame.

Neste cenário, é importante mencionar que a Detentora é obrigada a cumprir a Ata de Registro de preços.

Saliento ainda que os motivos que ensejaram o Indeferimento do pedido de Reequilibrio foram devidamente delineados no Parecer Jurídico, o qual apontou a ausência de comprovação do desequilíbrio através de notas fiscais, e assim sendo a Detentora pode formular novo pedido de reequilíbrio apresentando as devidas comprovações de eventual desequilíbrio contratual.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de Cancelamento da Ata nº 004/2026, em virtude da existência do interesse da Administração em manter os preços registrados.

Publique-se, e notifique-se a Detentora da presente Decisão.

São João del-Rei, 14 de setembro de 2026.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Tiradentes/MG
Presidente – CIGEDAS

Publicado por:
Vitor Magno Borges Nunes Couto
Código Identificador:534EA9B5

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI

CISAMAPI
AVISO DE PRORROGAÇÃO – CREDENCIAMENTO 02/2025.

O CISAMAPI torna pública a renovação da validade do referente Edital de Credenciamento pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 14/09/2026, estendendo-se até 13/09/2027. Processo administrativo nº 30/2025 – Inexigibilidade nº 04/2025. Objeto: Serviços de lavagem e higienização de veículos da frota do CISAMAPI. A medida visa manter o processo aberto para o credenciamento de novos interessados, além de permitir a atualização cadastral dos profissionais e empresas já credenciados. O Edital na integra poderá ser obtido nos sites www.licitardigital.com.br ou www.cisamapi.mg,gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas na sede da CISAMAPI, na Av. Ernesto Trivellato, Nº. 120 – Triângulo – Ponte Nova/MG - CEP: 35.430-141, ou através do e-mail: licitacao@cisamapi.mg,gov.br.

Ponte Nova, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Gabriel Gustavo Ferraz
Código Identificador:2C640085

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORTE DE MINAS - CISRUN

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO RESUMIDO DE CONTRATO 2025 - 2026

PL 035/2025 – INEXIGIBILIDADE 005/2025 – Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de eletrodos descartáveis (PAS DEA) para o CISRUN/SAMU Macro Norte. Sr. Presidente homologa a favor de **MABEF COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA -** CNPJ Nº 07.390.957/0001-30 – **CTR 020/2025 -** Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (presidente) e Marcelo Bezerra p/ Contratada - Valor R$135.900,00 - Vig. 24/11/2025 a 31/12/2025.

PL 039/2025 – DISPENSA 009/2025 – Objeto: disponibilização de uso do software on-line que permite ao CONTRATANTE operar e gerenciar as publicações de seus atos em meio eletrônico intitulado Diário Oficial dos Municípios Mineiros de atos oficiais e demais matérias de interesse do CONTRATANTE, conforme estabelecido na Resolução nº 002/2016. Poderá ser entendido como sinônimo do termo "Diário Oficial dos Municípios Mineiros", para os devidos fins, as seguintes expressões: Diário Eletrônico, Diário Eletrônico dos Municípios, Diário Oficial e Diário Municipal Online. Sr. Presidente homologa a favor de **ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS -** CNPJ Nº 20.513.859/0001-01 – **CTR 021/2025 -** Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (presidente) e Luciano Almeida Melo Pereira p/ Contratada - Valor R$5.794,44 - Vig. 04/12/2025 a 04/12/2027.

PL 006/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 005/2026 – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e desinfecção do reservatório de água, dedetização e desratização do SAMU Montes Claros (Administrativo e Operacional) e das Bases Descentralizadas do SAMU Macro Norte. Sr. Presidente homologa a favor de **INSECT CONTROLE DE PRAGAS ME** – CNPJ nº 48.878.413/0001-08 – **CTR 004/2026** – Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Dannilo Freire Rabelo p/ Contratada – Valor R$61.321,00 – 31/03/2026 a 30/03//2027.

PL 007/2026 – INEXIGIBILIDADE 001/2026 – Objeto: Prestação de serviços técnicos de assessoria e consultoria em gestão pública, visando à implantação do Modelo de Governança e Gestão Pública – IMG 100 Pontos (Gestão.gov.br), ao fortalecimento dos controles internos, ao cumprimento das exigências do art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 19/2022, bem como à estruturação de instrumentos de governança, gestão de riscos, plano de integridade, código de ética, carta de serviços ao cidadão, planejamento estratégico e de capacitação, avaliação de desempenho, canais de ouvidoria e demais mecanismos previstos no modelo de governança. Sr. Presidente homologa a favor de **PENTAGRAMA AUDITORIA E CONSULTORIA TÉCNICA LTDA** – CNPJ nº 27.057.007/0001-04 – **CTR 001/2026** – Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Tainá Neiva Jardim p/ Contratada – Valor R$120.000,00 – Vig. 04/03/2026 a 03/03/2027.

PL 011/2026 – INEXIGIBILIDADE 002/2026 – Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de eletrodos descartáveis (PAS DEA) para o CISRUN/SAMU Macro Norte. Sr. Presidente homologa a favor de **MABEF COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA** – CNPJ nº 07.390.957/0001-30 – **CTR 002/2026** – Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Marcelo Bezerra p/ Contratada – Valor R$89.900,00 – Vig. 23/03/2026 a 31/12/2026.

PL 012/2026 – DISPENSA 001/2026 – Objeto: Contratação de empresa para locação de gerador de energia para atender demanda do Complexo Regulador do SAMU Macro Norte. Sr. Presidente homologa a favor de **STONEMIX EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA** – CNPJ nº 62.845.392/0001-47 – **CTR 003/2026** – Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Gerson Moreira Costa p/ Contratada – Valor R$58.300,00 – Vig. 24/03/2026 a 23/02/2027.

PL 014/2026 – DISPENSA 002/2026 – Objeto: Aquisição de copos personalizados para socorristas do SAMU Macro Norte. Sr. Presidente homologa a favor de **GRÁFICA SANTA RITA DE CORAÇÃO DE JESUS LTDA -** CNPJ Nº 05.562.748/0001-00 – **CTR 005/2026 -** Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Walquíria Rodrigues Durães p/ Contratada - Valor R$34.650,00 - Vig. 15/04/2026 a 31/12/2026.

PL 015/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 010/2026 – Objeto: Prestação de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva em ar condicionado com fornecimento de peças. Sr. Presidente homologa a favor de **COMERCIAL GELOAR REFRIGERAÇÕES LTDA -** CNPJ Nº 05.995.701/0001-21 – **CTR 009/2026 -** Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Ângelo Márcio Santos p/ Contratada - Valor R$7.532,00 – Vig. 27/05/2026 a 26/05/2027

PL 015/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 010/2026 – Objeto: Prestação de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva em ar condicionado com fornecimento de peças. Sr. Presidente homologa a favor de **EDSON DE PAULA SILVA-ME -** CNPJ Nº 21.483.440/0001-17 – **CTR 010/2026 -** Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Edson de Paula Silva p/ Contratada - Valor R$18.624,00 - Vig. 27/05/2026 a 26/05/2027

PL 015/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 010/2026 – Objeto: Prestação de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva em ar condicionado com fornecimento de peças. Sr. Presidente homologa a favor de **INOVA REFRIGERAÇÃO JANAÚBA LTDA -** CNPJ Nº 45.988.992/0001-45 – **CTR 011/2026 -** Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Marcos Aurélio Ribeiro Fernandes p/ Contratada - Valor R$283.116,00 - 27/05/2026 a 26/05/2027

PL 016/2026 – ADESÃO 001/2064 – Objeto: contratação de empresa especializada para a locação de veículos tipo furgão adaptados para ambulância PADRÃO SAMU 192, sem motorista, em caráter permanente, em regime diárias, com quilometragem livre, destinados ao atendimento deste Consórcio/CISRUN. Sr. Presidente homologa a favor de **PARAMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA -** CNPJ Nº 20.080.857/0001-76 – **CTR 006/2026 -** Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Flávio Santos Ladeira p/ Contratada - Valor R$1.803.100,00 - Vig. 27/04/2026 a 27/04/2027.

PL 018/2026 – DISPENSA 003/2026 – Objeto: Locação de ônibus junto ao mercado especializado para transporte de condutores (motoristas) do SAMU Macro Norte até a cidade de Sorocaba/SP,

com a finalidade de trasladar os veículos (ambulâncias) de Sorocaba/SP a Montes Claros/MG. Sr. Presidente homologa a favor de **ELDI MANOEL RODRIGUES - ME** - CNPJ Nº 59.971.422/0001-57 – **CTR 007/2026** - Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Eldi Manoel Rodrigues p/ Contratada - Valor R$17.000,00 - Vig. 08/05/2026 a 30/06/2026.

PL 020/2026 – DISPENSA 004/2026 – Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de seguro automotivo total para 35 novos veículos pertencentes à frota do CISRUN/SAMU 192 Macro Norte, contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas. Sr. Presidente homologa a favor de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS** - CNPJ Nº 61.198.164/0001-60 – **CTR 008/2026** - Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Roberto de Souza Dias p/ Contratada - Valor R$73.546,90 - Vig. 22/05/2026 a 04/08/2026.

PL 021/2026 – ADESÃO 002/2026 – Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados suporte, operação assistida, manutenção corretiva e evolutiva em software de gestão público (sob licença general publiclicense – GPL), disponível no portal do software público brasileiro – SPB (www.softwarepublico.gov.br). Sr. Presidente homologa a favor de **CONTASS SISTEMAS PÚBLICOS LTDA** - CNPJ Nº 10.481.030/0001-10 – **CTR 012/2026** - Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Ivan Fonseca de Oliveira p/ Contratada - Valor R$470.126,00 - Vig. 01/06/2026 a 31/05/2027.

PL 022/2026 – INEXIGIBILIDADE 003/2026 – Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria contábil para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência do Norte de Minas – CISRUN. Sr. Presidente homologa a favor de **CONTASS CONTABILIDADE E CONSULTORIA LTDA - EPP** - CNPJ Nº 09.016.362/0001-45 – **CTR 013/2026** - Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Ivan Fonseca de Oliveira p/ Contratada - Valor R$138.000,00 – 01/06/2026 a 31/05/2027

PL 024/2026 – INEXIGIBILIDADE 004/2026 – Objeto: Aquisição de peças e acessórios para respiradores modelo OXIMAG Magnamed, para atender demanda do CISRUN/SAMU Macro Norte. Sr. Presidente homologa a favor de **BE CARE SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA** - CNPJ Nº 22.426.666/0001-49 – **CTR 014/2026** - Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Anderson Leonardo Carvalho Amorim p/ Contratada - Valor R$32.987,50 - Vig.08/06/2026 a 31/12/2026.

PL 025/2026 – INEXIGIBILIDADE 005/2026 – Objeto: Aquisição de equipamentos e acessórios hospitalares, destinados ao atendimento assistencial das unidades do CISRUN/SAMU Macro Norte. Sr. Presidente homologa a favor de **MABEF COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA** - CNPJ Nº 07.390.957/0001-30 – **CTR 015/2026** - Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Marcelo Bezerra p/ Contratada - Valor R$101.192,00 - Vig.09/06/2026 a 31/12/2026.

PL 026/2026 – ADESÃO 003/2026 – Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos e soluções parenterais para atender as demandas do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada Noroeste – CISREUNO. Sr. Presidente homologa a favor de **VIVA FARMACÊUTICA S/A** - CNPJ Nº 10.447.355/0001-87 – **CTR 016/2026** - Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Felipe Rodrigues Biaggini p/ Contratada - Valor R$1.162.663,00 - Vig. 17/06/2026 a 31/12/2026.

PL 027/2026 – DISPENSA 005/2026 – Objeto: Aquisição de sacos brancos de 200 litros, para atender demanda do CISRUN/SAMU Macro Norte. Sr. Presidente homologa a favor de **NATÁLIA DISTRIBUIDORA LTDA** - CNPJ Nº 04.930.131/0001-29 – **CTR 017/2026** - Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Rosangela Marques Lima Bulhões p/ Contratada - Valor R$9.900,00 - Vig. 19/06/2026 a 31/12/2026.

PL 029/2026 – ADESÃO 004/2026 – Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de equipamentos médico-hospitalares, acessórios e simuladores anatômicos destinados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada Noroeste – CISREUNO. Sr. Presidente homologa a favor de **MAGNAMED TECNOLOGIA MÉDICA S/A** - CNPJ Nº 01.298.443/0002-54 – **CTR 018/2026** - Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Toru Miyagi Kinjo e Tiago Veiga Vieira de Souza p/ Contratada - Valor R$146.250,00 - Vig. 26/06/2026 a 31/12/2026.

PL 030/2026 – PE 015/2026 – Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de seguro automotivo total para veículos pertencentes à frota do CISRUN/SAMU 192 Macro Norte, contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas, conforme especificações e condições constantes do instrumento. Sr. Presidente homologa a favor de **SEGUROS SURA S.A.** CNPJ Nº 33.065.699/0001-27 – **CTR 020/2026** - Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (presidente) e Fernanda Rodrigues dos Santos Lima p/ Contratada - Valor R$289.990,45 - Vig. 03/08/2026 a 02/08/2027.

PL 032/2026 – DISPENSA 006/2026 – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de decoração em eventos realizados pelo CISRUN/SAMU Macro Norte. Sr. Presidente homologa a favor de **VIEIRA SILVA LOCAÇÃO DE MÓVEIS EIRELI** - CNPJ Nº 35.043.489/0001-63 – **CTR 019/2026** - Sig. Gonsalo Antônio Mendes de Magalhães (Presidente) e Cezar Rodrigues Costa p/ Contratada - Valor R$109.297,50 - Vig. 29/07/2026 a 28/07/2027.

Publicado por:
Edilene Batista Cangussu
Código Identificador:BA17E0AC

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA REGIÃO AMPLIADA NOROESTE

SECRETÁRIA EXECUTIVA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2026 CELEBRADO ENTRE O CISREUNO E A EMPRESA SEGUROS SURA S.A PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO ÀS AMBULÂNCIAS DA FROTA DO SAMU

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES, FUNDAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1.1 Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA REGIÃO AMPLIADA NOROESTE – CISREUNO, neste termo simplesmente denominada Contratante, com sede na Avenida Marabá, 1000, Bairro Bela Vista, Patos de Minas/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 20.433.216/0001-58, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Manoel da Costa Lima, inscrito no CPF sob o nº ***.088.316-**, Prefeito de Município de Bonfinópolis de Minas. **1.2 Contratada**: **SEGUROS SURA S.A.,** empesa inscrita no CNPJ sob o nº 33.065.699/0001-27, com sede na Avenida Padre Antonio José dos Santos, nº 1530, Cidade Monções - São Paulo/SP - CEP: 04.563-004, Fone: (31) 99577-7312, e-mail emissoes@hembseguros.com.br, neste ato representada por pela Sra. Fernanda Rodrigues Dos Santos Lima, brasileira, casada, securitária, inscrita no CPF sob o nº ***.785.457-**. **1.3 Fundamento**: O presente contrato decorre do edital de Pregão Eletrônico nº 05/2026, aplicando-se subsidiariamente, tendo em vista o que consta no Processo nº 17/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/ 2021 e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas. **1.4 Dotação orçamentária:** As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento vigente, observada a seguinte classificação: **Natureza do Recurso:** Rateio do SAMU **Dotação:** 33903900000 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica.**Fonte:** 15010000000. **CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO 2.1** O objeto do presente instrumento de contrato é

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro automotivo, com cobertura compreensiva, para as 13 (treze) ambulâncias destinadas à expansão da frota do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, a serem incorporadas à frota operacional do CISREUNO.

ITEM	DESCRIÇÃO	CHASSI	VALOR ANUAL
1	Renault Master 2026/ 2027 - USB Lagamar	93YF62S09VJ539123	R$ 3.299,67
2	Renault Master 2026/ 2027 - USA Buritis	93YF62S02VJ546611	R$ 3.299,67
3	Renault Master 2026/ 2027 - USB Arapuá	93YF62S00VJ546994	R$ 3.299,67
4	Renault Master 2026/ 2027 - USB Bonfinópolis de Minas	93YF62S09VJ546749	R$ 3.299,67
5	Renault Master 2026/ 2027 - USB Cruzeiro da Fortaleza	93YF62S0XVJ546758	R$ 3.299,67
6	Renault Master 2026/ 2027 - USB Guimarânia	93YF62S04VJ547002	R$ 3.299,67
7	Renault Master 2026/ 2027 - USB Lagoa Formosa	93YF62S08VJ546760	R$ 3.299,67
8	Renault Master 2026/ 2027 - USB Natalândia	93YF62S07VJ546653	R$ 3.299,67
9	Renault Master 2026/ 2027 - USB Presidente Olegário	93YF62S06VJ546496	R$ 3.299,67
10	Renault Master 2026/ 2027 - USB Santa Rosa da Serra	93YF62S04VJ546707	R$ 3.299,67
11	Renault Master 2026/ 2027 - USB São Gonçalo do Abaeté	93YF62S08VJ546810	R$ 3.299,68
12	Renault Master 2026/ 2027 - USB Matutina	93YF62S0XVJ539163	R$ 3.299,68
13	Renault Master 2026/ 2027 - USB Guarda Mor	93YF62S05VJ547056	R$ 3.299,68
VALOR TOTAL ANUAL			R$ 42.895,74

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO 3.1 O valor global para a prestação dos serviços objeto deste contrato é de **R$ 42.895,74 (quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos),** correspondente ao período de 12 (doze) meses, conforme proposta apresentada pela CONTRATADA e declarada vencedora do procedimento licitatório, constituindo-se em preço justo e suficiente para a integral execução do objeto contratado. **CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO 4.1** O presente contrato **terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua última assinatura,** passando a produzir efeitos jurídicos a partir dessa data, devendo ser assegurados pela CONTRATADA 12 (doze) meses integrais de cobertura securitária para as 13 (treze) ambulâncias objeto da contratação, nos termos da proposta de seguro e das respectivas apólices. **CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO 7.1** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da liquidação da despesa, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, observadas as condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência. **CLÁUSULA - VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 20.1** O presente contrato passa a produzir seus efeitos jurídicos a partir da data de sua última assinatura, constituindo-se esta como a data de início de sua vigência, pelo período estabelecido na Cláusula Quarta. **20.2** O presente contrato fica integralmente vinculado ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2026, ao respectivo edital e seus anexos, ao Termo de Referência, à proposta apresentada pela CONTRATADA e aos demais documentos integrantes do procedimento licitatório, independentemente de transcrição. O contrato integral está disponível para consulta e cópias na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada Noroeste – CISREUNO localizado na Avenida Marabá, 1000, Bairro Bela Vista, CEP: 38.703-236 Patos de Minas/MG.

MANOEL DA COSTA LIMA
Presidente do CISREUNO

SEGUROS SURA S.A
Representante da Contratada

Publicado por:
Nathalia Gabriela Santos do Amaral
Código Identificador:DF125F58

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA / CIMBAJE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO DIA 14/09/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DO TERMO RATIFICAÇÃO - Processo Administrativo 3.615/2026- Dispensa Eletrônica n° 011/2026. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do **Processo Administrativo** nº **3.615/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **RATIFICAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos: **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ASSINATURA/LICENCIAMENTO DA SOLUÇÃO GOOGLE WORKSPACE BUSINESS STANDARD, CORRESPONDENTE A 01 (UMA) LICENÇA DE USUÁRIO, INCLUINDO ACESSO AOS RECURSOS E FUNCIONALIDADES INTEGRANTES DO PLANO CONTRATADO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES INSTITUCIONAIS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA – CIMBAJE, ESPECIALMENTE PARA A REALIZAÇÃO E GESTÃO DE REUNIÕES VIRTUAIS E DEMAIS ATIVIDADES DE COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL. **Fornecedor: SMRT SOFT SOLUTIONS INFORMATICA LTDA – CNPJ: 10.631.252/0001-72 – Valor global: R$1.152,00 (mil cento e cinquenta e dois reais).** O termo de Ratificação na íntegra encontra-se disponíveis junto ao processo administrativo no site oficial do CIMBAJE na aba de Licitações – Dispensa Eletrônica - **MARCIO FERREIRA SOUTO - Presidente do CIMBAJE –**

Jacinto, MG – 14 de setembro 2026.

Publicado por:
Esttevão de Freitas Ferraz
Código Identificador:D23F80B8

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE
PROCESSO LICITATÓRIO 056/2025 INEXIG. 031/2025 CREDENC. 013/2025

PC 056/25 Inexig. 031/25 Cred. 013/25 Credenciamento de empresa especializada para a prestação de serviços médicos, compostos de consultas, exames, e procedimentos cirúrgicos, para atender os municípios consorciados ao CODANORTE e ao próprio CODANORTE. Sr. Presidente, Miguel Felipe Ferreira de Oliveira, Ratifica, Homol e formaliza o termo de cred a favor de Clinica Ortopedica Eduardo Robson Ltda-ME , CNPJ 12.324.958/0001-17, Termo Cred 043/2026 Assina: Eduardo Robson Monteiro Tolentino, Vr. Total est: R$130.274.987,50.Vig. do edital.14/09/2026.

Publicado por:
Ingrid Rodrigues Martins
Código Identificador:F24F9DD6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA - CPGI

CONSÓRCIO PÚBLICO DE GESTÃO INTEGRADA - CPGI
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICA N° 014/2026

PROCESSOLICITAÓRIO Nº: 0144/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº08/2026

REGIDO PELA LEI N° 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR nº 123/06

ENTIDADE GERENCIADORA: CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA – CPGI –

OBJETO:Registro de Preços para eventual e futura contratação de fornecimento de paramentos têxteis de composição mista e componentes estruturados para locomoção diária, para atender as necessidades dos Municípios Consorciados do Consórcio Público para Gestão Integrada – CPGI.

REGIDO PELA LEI N° 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR nº 123/06
ENTIDADE GERENCIADORA: CONSÓRCIO PÚBLICO PARA GESTÃO INTEGRADA – CPGI –

DATA DE INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 9:00h do dia 14/09/2026
DATA FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:59h do dia 28/09/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09:00h do dia 28/092026

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: plataforma de licitações **https://cpgi.licitapp.com.br**

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
MODO DE DISPUTA: ABERTO-FECHADO

ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÃO:
Diretamente pela plataforma de licitações – https://cpgi.licitapp.com.br, ou por meio eletrônico: consorcio.cpgirs@andradas.mg.gov.br

DATA DE INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 9:00h do dia 14/09/2026
DATA FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:59h do dia 28/09/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09:00h do dia 28/092026

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: plataforma de licitações **https://cpgi.licitapp.com.br**

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
MODO DE DISPUTA: ABERTO-FECHADO

ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÃO:
Diretamente pela plataforma de licitações – https://cpgi.licitapp.com.br, ou por meio eletrônico: consorcio.cpgirs@andradas.mg.gov.br

Andradas-MG, 14 de setembro de 2026.

FELIPE TEODORO SANCHES
Presidente CPGI

Publicado por:
Juliana Puttini da Fonseca
Código Identificador:3971FA76

ESTADO DE MINAS GERAIS
CORSAB - CONSORCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO

CORSAB - CONSORCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO Nº 27/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026

A SER PROCESSADO E JULGADO PELA PREGOEIRA E SUA EQUIPE DE APOIO, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 001/2026, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PRESENTE EDITAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 28, I, da Lei Federal nº 14.133/21

OBJETO: Aquisição de 01 (um) triturador de resíduos orgânicos e 01 (um) triturador de vidro, novos, de primeiro uso, incluindo fornecimento, transporte, entrega, instalação, testes de funcionamento, treinamento operacional e assistência técnica, quando aplicável, destinados aos empreendimentos do Consórcio Regional de Saneamento Básico - CORSAB.

INTERESSADO: CONSÓRCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO – CORSAB

VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R$205.308,33 (duzentos e cinco mil, trezentos e oito reais e trinta e três centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 23/09/2026 às 09:00hs

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por lote

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 11/09/2026 após a publicação

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 23/09/2026 às 08:59hs

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Licitar Digital – www.licitardigital.com.br

PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO: Até 03 dias úteis anteriores a data da sessão

ESCLARECIMENTOS: Diretamente pela plataforma de licitações – www.licitardigital.com.br > Edital PE 10/2026 > esclarecimentos

TELEFONES: (31) 3107-0707 (licitar digital)

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08h00min. às 11h00min e de 13h00min às 17h00min.

Publicado por:
Cleonice Aparecida da Silva
Código Identificador:862225BB

CORSAB - CONSORCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO Nº 28/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

A SER PROCESSADO E JULGADO PELA PREGOEIRA E SUA EQUIPE DE APOIO, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 001/2026, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PRESENTE EDITAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 28, I, da Lei Federal nº 14.133/21

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de operação integral da Usina de Triagem e Compostagem (UTC) do Consórcio Regional de Saneamento Básico - CORSAB, compreendendo a disponibilização de mão de obra, o fornecimento de materiais de consumo e a execução dos serviços de apoio necessários ao adequado funcionamento da unidade, pelo período de 12 (doze) meses, sob coordenação e supervisão do CORSAB.

INTERESSADO: CONSÓRCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO – CORSAB

VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R$ 1.844.626,56 (um milhão, oitocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/09/2026 às 09:00hs

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 14/09/2026 após a publicação

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 24/09/2026 às 08:59hs

DATA DA VISITA TÉCNICA: 21/09/2026 (o dia todo, mediante agendamento prévio via e-mail: engenharia@corsab.mg.gov.br)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Licitar Digital – www.licitardigital.com.br

PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO: Até 03 dias úteis anteriores a data da sessão

ESCLARECIMENTOS: Diretamente pela plataforma de licitações – www.licitardigital.com.br > Edital PE 11/2026 > esclarecimentos

TELEFONES: (31) 3107-0707 (licitar digital)
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08h00min. às 11h00min e de 13h00min às 17h00min.

Publicado por:
Cleonice Aparecida da Silva
Código Identificador:F6A4A511

CORSAB - CONSORCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO
RESOLUÇÃO 12/2026

RESOLUÇÃO Nº 012/2026

Dispõe sobre a definição dos valores de comercialização dos materiais recicláveis provenientes da Usina de Triagem e Compostagem (UTC) localizada do Município Consorciado de São Domingos do Prata e dá outras providências.

A Presidente do CORSAB, Sra. Samantha Aparecida de Ávila Costa Magalhães, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de regulamentar os preços de venda dos materiais recicláveis provenientes da Usina de Triagem e Compostagem - UTC, a necessidade de garantir transparência, padronização e controle na comercialização dos materiais, bem como, o interesse público na adequada gestão dos resíduos sólidos e geração de receita pública

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os valores de comercialização dos materiais recicláveis triados na Usina de Triagem e Compostagem (UTC), conforme tabela constante no Anexo I desta Resolução;
Art. 2º. Os valores definidos no Anexo I foram fixados com base em pesquisa de mercado realizada pela Secretaria Executiva do CORSAB considerando médias regionais de comercialização praticadas por cooperativas, recicladores e empresas do setor;
Art. 3º. Os preços deverão ser atualizados semanalmente mediante levantamento de mercado apresentado pela unidade gestora da UTC, podendo ser reajustados por ato próprio da Secretaria Executiva do CORSAB;
Art. 4º. A receita obtida com a venda dos materiais recicláveis será destinada a:
Custeio das operações da UTC;
Aquisição de equipamentos, insumos e melhorias na infraestrutura;
Outras despesas devidamente autorizadas e relacionadas à gestão de resíduos sólidos.
Art. 5º. Fica a Supervisora de Projetos e Serviços responsável pela fiscalização, controle e registro das vendas efetuadas, e a Gerente Administrativo, responsável pela emissão dos respectivos documentos fiscais;
Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 14 de setembro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES
Presidente do CORSAB

ANEXO I - Tabela de valores dos materiais recicláveis comercializados pela UTC

Vidro	Kg	R$0,048

Publicado por:
Cleonice Aparecida da Silva
Código Identificador:14D1382F

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE OURO FINO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE - PROCESSO N.º 058/2026 - DISPENSA Nº 029/2026

O Departamento Municipal Autônomo de Água e Esgoto de Ouro Fino (MG), torna público aos interessados, que nos termos do art. 75, II, § 3º da Lei nº 14.133/2021, estará recebendo propostas de preços de pessoas jurídicas do ramo, por e-mail ou protocolo presencial em sua sede, entre os dias 15/09/2026 ao dia 18/09/2026, visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de aferição de hidrômetro de ½" com emissão de certificado de calibração rastreável a RBC em laboratório, com fornecimento de equipamentos e materiais necessários. A documentação inerente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentadas após aceitação da proposta de preços e declarado o vencedor. O Termo de Referência, encontra-se disponível no site: www.dmaaeof.com. O e-mail de contato para fins de recebimento das cotações é o: licitacao@dmaaeof.com.br , também poderá ser realizado via protocolo presencial na sede do DMAAE situado à Rua João Rabelo, nº 60, Centro, Ouro Fino no horário das 08:30h às 16:30h. Abertura das Propostas e análises ocorrerá no dia 21/09/2026 às 09h15min. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021.

Ouro Fino (MG), 14 de setembro de 2026 –

WALTER LUIZ PEREIRA –
Diretor.

Publicado por:
Carlos Antônio de Magalhães Cadan
Código Identificador:F15FC2E8

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2025

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE OURO FINO-MG. Processo Licitatório nº 054/2025. Pregão Eletrônico nº 017/2025. Ata de Registro de Preços nº 080/2025. Detentora: CIVIDATTI CASA & CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ sob o nº 21.376.728.0001-92 - Objeto: Prorrogação da Ata de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos e ferramentas elétricas, a bateria e a combustão para atender as demandas do DMAAE de Ouro Fino-MG - Alteração do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a partir do dia 11 de setembro de 2026.

Ouro Fino, 11 de setembro de 2026.

WALTER LUIZ PEREIRA –
Diretor.

Publicado por:
Carlos Antônio de Magalhães Cadan
Código Identificador:ED5B8C66

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2025

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE OURO FINO-MG. Processo Licitatório nº 054/2025. Pregão Eletrônico nº 017/2025. Ata de Registro de Preços nº 082/2025. Detentora: SANESOLUTI COMÉRCIO DE INSTRUMENTAÇÃO E CONTROLE LTDA. CNPJ Nº 22.538.071/0001-85 - Objeto: Prorrogação da Ata de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos e ferramentas elétricas, a bateria e a combustão para atender as demandas do DMAAE de Ouro Fino-MG - Alteração do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a partir do dia 11 de setembro de 2026.

Ouro Fino, 11 de setembro de 2026.

WALTER LUIZ PEREIRA –
Diretor.

Publicado por:
Carlos Antônio de Magalhães Cadan
Código Identificador:CE925373

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2025

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE OURO FINO-MG. Processo Licitatório nº 054/2025. Pregão Eletrônico nº 017/2025. Ata de Registro de Preços nº 081/2025. Detentora: CAMAQ COMÉRCIO DE PEÇAS HIDRÁULICAS LTDA. CNPJ Nº 58.451.428/0001-30 - Objeto: Prorrogação da Ata de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos e ferramentas elétricas, a bateria e a combustão para atender as demandas do DMAAE de Ouro Fino-MG - Alteração do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a partir do dia 11 de setembro de 2026.

Ouro Fino, 11 de setembro de 2026.

WALTER LUIZ PEREIRA –
Diretor.

Publicado por:
Carlos Antônio de Magalhães Cadan
Código Identificador:E41E260A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2025

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE OURO FINO-MG. Processo Licitatório nº 054/2025. Pregão Eletrônico nº 017/2025. Ata de Registro de Preços nº 084/2025. Detentora: Fator Equipamentos Ltda. CNPJ Nº 43.003.732/0001-48 - Objeto: Prorrogação da Ata de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos e ferramentas elétricas, a bateria e a combustão para atender as demandas do DMAAE de Ouro Fino-MG - Alteração do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a partir do dia 11 de setembro de 2026.

Ouro Fino, 11 de setembro de 2026.

WALTER LUIZ PEREIRA –
Diretor.

Publicado por:
Carlos Antônio de Magalhães Cadan
Código Identificador:67F391DF

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2025. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2025.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE OURO FINO-MG. Processo Licitatório nº 054/2025. Pregão Eletrônico nº 017/2025. Ata de Registro de Preços nº 086/2025. Detentora: Sanitop Comercial Ltda - CNPJ Nº 53.710.803/0001-04 - Objeto: Prorrogação da Ata de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos e ferramentas elétricas, a bateria e a combustão para atender as demandas do DMAAE de Ouro Fino-MG - Alteração do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses a partir do dia 11 de setembro de 2026.

Ouro Fino, 11 de setembro de 2026.

WALTER LUIZ PEREIRA –
Diretor.

Publicado por:
Carlos Antônio de Magalhães Cadan
Código Identificador:04B26889

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº075/2026

PORTARIA Nº075/2026

Walter Luiz Pereira, Diretor do Departamento Municipal Autônomo de Água e Esgoto de Ouro Fino, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis em vigor, e em especial com o art. 103, inciso II alínea "a" da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares ao servidor Flávio de Faria Cardoso, cargo de Pedreiro, MASP 100428, de 14/09/2026 a 03/10/2026 referente ao período aquisitivo de 01/09/2024 a 31/08/2025.
Art. 2 º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Ouro Fino, 14 de setembro de 2026.

WALTER LUIZ PEREIRA
Diretor do DMAAE

Publicado por:
Silvia Cristina Guedes
Código Identificador:E666AC3E

DEPARTAMENTO MUNICIPAL AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº076/2026

PORTARIA Nº076/2026

Walter Luiz Pereira, Diretor do Departamento Municipal Autônomo de Água e Esgoto de Ouro Fino, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as Leis em vigor, e em especial com o art. 103, inciso II alínea "a" da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º - Ficam concedidas férias regulamentares para o servidor Ronaldo Rodrigues Cid, cargo de Oficial de Saneamento, MASP 100102, de 14/09/2026 a 03/10/2026 referente ao período aquisitivo de 14/06/2025 a 13/06/2026.

Art. 2 º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Ouro Fino, 14 de setembro de 2026.

WALTER LUIZ PEREIRA
Diretor do DMAAE

Publicado por:
Silvia Cristina Guedes
Código Identificador:D4160D14

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO DE PONTE NOVA/MG

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - DMAES DE PONTE NOVA/MG
PRORROGAÇÃO DA ATA Nº 062/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PROCESSO Nº 025/2025 – PREGÃO Nº 013/2025 – ATA DE REG. PREÇOS Nº 062/2025 - Contratada: KARINA SONIA DOS SANTOS. CNPJ: 60.424.754/0001-09. Objeto deste Aditamento: Prorrogação da ata de registro de preços por igual período. Vigência: 18/09/2026 a 17/09/2027.

Ponte Nova (MG), 14 de setembro de 2026.

EDUARDO GOMES RODRIGUES BEMFEITO/
Diretor Geral.

Publicado por:
Carlos Henrique Marcelo
Código Identificador:121F811F

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - DMAES DE PONTE NOVA/MG
PRORROGAÇÃO DA ATA Nº 063/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PROCESSO Nº 025/2025 – PREGÃO Nº 013/2025 – ATA DE REG. PREÇOS Nº 063/2025 - Contratada: CASA ESMERALDA LTDA. CNPJ: 01.221.241/0001-23. Objeto deste Aditamento: Prorrogação da ata de registro de preços por igual período. Vigência: 18/09/2026 a 17/09/2027.

Ponte Nova (MG), 14 de setembro de 2026.

EDUARDO GOMES RODRIGUES BEMFEITO/
Diretor Geral.

Publicado por:
Carlos Henrique Marcelo
Código Identificador:82EAEDA8

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - DMAES DE PONTE NOVA/MG
PRORROGAÇÃO DA ATA Nº 064/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PROCESSO Nº 025/2025 – PREGÃO Nº 013/2025 – ATA DE REG. PREÇOS Nº 064/2025 - Contratada: DAVI ROSSIGNOLI MARQUES MOALLEN. CNPJ: 26.659.248/0001-52. Objeto deste Aditamento: Prorrogação da ata de registro de preços por igual período. Vigência: 18/09/2026 a 17/09/2027.

Ponte Nova (MG), 14 de setembro de 2026.

EDUARDO GOMES RODRIGUES BEMFEITO/
Diretor Geral.

Publicado por:
Carlos Henrique Marcelo
Código Identificador:09760CF5

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - DMAES DE PONTE NOVA/MG
RESCISÃO DO CONTRATO Nº 013/2025

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL– PROCESSO Nº 040/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 007/2024 – CONTRATO Nº 013/2025 - Contratada: CEMIG DISTRIBUICAO S.A.. CNPJ:06.981.180/0001-16. Objeto deste Termo: Rescisão consensual de contrato.

Ponte Nova (MG), 19 de setembro de 2023.

EDUARDO G RODRIGUES BEMFEITO/
Diretor Geral.

Publicado por:
Carlos Henrique Marcelo
Código Identificador:E7A0A77B

ESTADO DE MINAS GERAIS
HOSPITAL MUNICIPAL GIL ALVES

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE CREDENCIAMENTO 01/2026

AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO
O Hospital Municipal Dr. Gil Alves, através da Comissão de Contratação torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 084/2026 – Inexigibilidade nº 019/2026 – Credenciamento nº 001/2026; objetivando a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM ANGIOLOGIA / CIRURGIÃO VASCULAR PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ELETIVOS NO HOSPITAL DR. GIL ALVES – BOCAIÚVA/MG, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA ELETIVA REFERENCIADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** Mais informações se encontram disponíveis no edital. Edital disponível em bocaiuva.mg.gov.br.

BIANCA CLAUDINA FERNANDES PEIXOTO
Comissão de Contratação

Publicado por:
Bianca Claudina Fernandes Peixoto
Código Identificador:AD09DBA9

ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
PORTARIA IPREM 203/2026

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – IPREM, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos II, IX e XXII do artigo 73 da Lei 4.643/07,
CONSIDERANDO as informações constantes da Comunicação Interna DB nº 080/2026 e do Ofício nº 24124/2026/MCOM;
CONSIDERANDO o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, quanto à vedação e às hipóteses de acumulação de cargos, empregos e funções públicas;
CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos vínculos funcionais mantidos pelo servidor falecido, bem como de eventual repercussão da acumulação irregular sobre os benefícios previdenciários deles decorrentes;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar aos interessados o contraditório e a ampla defesa;
R E S O L V E:
Art. 1º- Instaurar Processo Administrativo sob o protocolo nº 5444/2026, com a finalidade de apurar os fatos relatados na Comunicação Interna DB nº 080/2026 e no Ofício nº 24124/2026/MCOM, especialmente quanto à eventual acumulação indevida de cargos públicos pelo servidor falecido C.F.P cpf:

***664.936** e aos possíveis efeitos dessa situação sobre os benefícios previdenciários decorrentes dos respectivos vínculos, inclusive quanto à pensão por morte concedida à R.C.O.P. cpf: ***476.166**.
Art. 2º- Nomear os servidores abaixo relacionados para conduzir o Processo Administrativo sob à presidência da primeira nominada:

NOME	SETOR	CPF	MATRÍCULA
Paula Thaís da Silveira Silva	GABINETE	***.912.506**	810122
Juliana Cristina Megale	BENEFÍCIOS	***.397.406**	100
Lúcia de Leles Matos Alves Amaral	BENEFÍCIOS	***.588.516**	79
SUPLENTE			
Carlos Alberto Andrade 1º	FINANÇAS	***.279.646-**	78

Art. 3º- O processo administrativo terá por objeto a apuração da regularidade dos vínculos funcionais, das respectivas aposentadorias e dos benefícios de pensão por morte deles decorrentes, sem prejuízo da análise de outros elementos que se mostrarem pertinentes no curso da instrução processual.
Art. 4º Fica assegurado aos interessados o exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.
Art. 5º A Comissão responsável pela instrução do processo deverá promover as diligências necessárias à completa apuração dos fatos, podendo requisitar documentos, informações e manifestações dos órgãos e entidades envolvidos.
Art. 6º - O prazo para a conclusão do Processo Administrativo será de 60 (sessenta) dias, a contar da data da reunião de instalação da Comissão, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão.
Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre, 14 de setembro de 2026.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor Presidente
IPREM - Pouso Alegre/MG

Publicado por:
Vitória Regina Silveira Junho
Código Identificador:0DC22F13

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALÉM PARAÍBA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 075/2026

AVISO DE PUBLICAÇÃO EDITAL

Prefeitura Municipal de Além Paraíba - Aviso de Licitação. **Processo n° 259/2026, Pregão Eletrônico n° 075/2026**. Objeto: Aquisição de MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS, na forma MADEIRAS E CORRELATOS, pelo período de 12 meses, em atendimento á diversas secretarias municipais, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - **Anexo I do Edital e seus anexos. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia 29/09/2026 ás 09:00 horas**, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) **Licitanet** no endereço eletrônico **https://licitanet.com.br/**. O Edital estará disponível através dos Sites: https://licitanet.com.br/, https://alemparaiba.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (32) 3455-1200 ou Email: cotacao@alemparaiba.mg.gov.br.

Além Paraíba, 14/09/2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito(a)

Publicado por:
Maria Beatriz Silva Germiniazi
Código Identificador:8EEA65E7

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA. EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 098/2026 - PROCESSO Nº 243/2026 -PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA. CONTRATADO: **LEILA CRISTINA COUTINHO** CNPJ: 40.772.665/0001-3. **OBJETO**: Constitui objeto a Contratação de profissional/empresa especializada para prestação de serviços de aulas de dança nas modalidades: Jazz; Sapateado, Flamenco e Balé Clássico destinadas às crianças e adolescentes acompanhados pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência.: **VALOR GLOBAL**: R$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais). **VIGENCIA**:O prazo de vigência da contratação será 12 MESES, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 anos nos termos do art. 106 e 107 da Lei 14.133/21. **Data** : 10/09/2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cristiane Lima de Andrade
Código Identificador:EC0E50CD

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 077/2025, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA** Inscrita No CNPJ Sob o N.º 17.709.197/0001-35 e **IMPLANTDENT-CLINICA ODONTOGICA LTDA** , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.250.305/0001-30,que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de radiologia odontológica, especificamente a realização de exames de radiografia panorâmica (ORTOPANTOMOGRAFIA), para atender a demanda de pacientes encaminhados por profissionais da rede pública de saúde de Além Paraíba
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do contrato por 12(doze) meses, dentro do seguinte novo período: **01 DE SETEMBRO 2026 A 31 DE AGOSTO DE 2027.**
VALOR : O valor total da contratação é de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

OBJETO	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO
Exame de Radiologia Panorâmico	360	R$ 100,00

DOTAÇÃO: 02.07.01.10.301.0010.2.0104.3.3.90.39-Fomento ao Desenvolvimento Assistência Primária em Saúde .
PRAZO : O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.
Data: Além Paraíba, 28 de Agosto de 2026

Publicado por:
Cristiane Lima de Andrade
Código Identificador:A0FF8414

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
EXTRATO DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCEIA

Parecer da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas
OSC: Associação de Pais e Amigos do Democrata - ASPDE
Plano de Trabalho: tendo como objetivo a manutenção do Projeto de formação educacional dos jovens na prática esportiva de futebol na faixa etária de 08 a 17 anos , incluindo as inscrições, e despesas com transportes na participação de campeonatos na Zona da Mata.

EXTRATO DA PROPOSTA DE PARCERIA

A Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas nomeada para análise do Plano de Trabalho do Marco Regulatório (Lei 13.019/14) constituída pela Portaria Municipal nº 159 de 15 de junho de 2026, após exame da documentação e avaliação

do objeto da parceria, para cumprimento do disposto no art. 35 e incisos da Lei 13.019/14, declara que:

1 – Houve a dispensa de Chamamento Público, observadas as disposições previstas em lei e a dotação orçamentária para execução da parceria, informada pela Secretaria Municipal de Finanças é a seguinte: 2.01.00.04.422.030.2.0127.3.3.50.41

2 – Os objetivos, as finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da Associação de Pais e Amigos do Democrata - ASPDE , foram avaliados e são compatíveis com o objeto da parceria, sendo o Plano de Trabalho apresentado se acha em conformidade com os termos da Lei nº 13.019/14.

Diante destas primícias passamos à emissão de Parecer Técnico:

a – O mérito da proposta se acha em conformidade com a modalidade da parceria adotada (Termo de Fomento);

b – Há identidade e reciprocidade de interesses das partes na realização da parceria em mútua cooperação, conforme previsão legal;

c – Os demonstrativos indicados se encontram de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Art. 33, inciso IV);

d – O cronograma de desembolso, após análise do mesmo, se apresenta pertinente em sua execução;

e – Os meios utilizados para a fiscalização da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para a avaliação da execução física e financeira no cumprimento das metas e objetivos, terão por base as disposições da Lei nº 13.019/14, sendo tais atos de competência da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas;

f – Desde já, o gestor da parceria será o servidor Gustavo de Souza Cabral, conforme Portaria nº 199 de 10 de agosto de 2026.

Além Paraíba, 14 de setembro de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:8ABECD78

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
EXTRATO DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCEIA

Parecer da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas

Parecer da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas
OSC: Fundação Educacional de Além Paraíba - FEAP
Plano de Trabalho tendo como objetivo execução dos serviços técnicos necessários a manutenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB) da instituição de ensino superior.

EXTRATO DA PROPOSTA DE PARCERIA

A Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas nomeada para análise do Plano de Trabalho do Marco Regulatório (Lei 13.019/14) constituída pela Portaria Municipal nº 159 de 15 de junho de 2026, após exame da documentação e avaliação do objeto da parceria, para cumprimento do disposto no art. 35 e incisos da Lei 13.019/14, declara que:

1 – Houve a dispensa de Chamamento Público, observadas as disposições previstas em lei e a dotação orçamentária para execução da parceria, informada pela Secretaria Municipal de Finanças é a seguinte: 2.01.00.04.422.030.2.0127.3.3.50.41

2 – Os objetivos, as finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional foram avaliados e são compatíveis com o objeto da parceria, sendo o Plano de Trabalho Fundação Educacional de Além Paraíba - FEAP apresentado se acha em conformidade com os termos da Lei nº 13.019/14.

Diante destas primícias passamos à emissão de Parecer Técnico:

a – O mérito da proposta se acha em conformidade com a modalidade da parceria adotada (Termo de Fomento);

b – Há identidade e reciprocidade de interesses das partes na realização da parceria em mútua cooperação, conforme previsão legal;

c – Os demonstrativos indicados se encontram de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Art. 33, inciso IV);

d – O cronograma de desembolso, após análise do mesmo, se apresenta pertinente em sua execução;

e – Os meios utilizados para a fiscalização da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para a avaliação da execução física e financeira no cumprimento das metas e objetivos, terão por base as disposições da Lei nº 13.019/14, sendo tais atos de competência da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas;

f – Desde já, o gestor da parceria será Patrícia Martins Barbi Souza, conforme Portaria nº 199 de 10 de agosto de 2026 .

Além Paraíba, 14 de setembro de 2026

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:9011F96B

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
EXTRATO DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCEIA

Parecer da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas

Parecer da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas
OSC: Associação de Assistência Social Antioquia de Além Paraíba
Plano de Trabalho : tendo como objetivo aquisição de equipamentos e mobiliários.

EXTRATO DA PROPOSTA DE PARCERIA

A Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas nomeada para análise do Plano de Trabalho do Marco Regulatório (Lei 13.019/14) constituída pela Portaria Municipal nº 159 de 15 de junho de 2026, com após exame da documentação e avaliação do objeto da parceria, para cumprimento do disposto no art. 35 e incisos da Lei 13.019/14, declara que:

1 – Houve a dispensa de Chamamento Público, observadas as disposições previstas em lei e a dotação orçamentária para execução da parceria, informada pela Secretaria Municipal de Finanças é a seguinte: 2.01.00.04.422.030.2.0127.4.4.50.41

2 — Os objetivos, as finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional Associação de Assistência Social Antioquia de Além Paraíba , foram avaliados e são compatíveis com o objeto da parceria, sendo o Plano de Trabalho apresentado se acha em conformidade com os termos da Lei nº 13.019/14.

Diante destas primícias passamos à emissão de Parecer Técnico:

a – O mérito da proposta se acha em conformidade com a modalidade da parceria adotada (Termo de Fomento);

b – Há identidade e reciprocidade de interesses das partes na realização da parceria em mútua cooperação, conforme previsão legal;

c – Os demonstrativos indicados se encontram de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Art. 33, inciso IV);

d – O cronograma de desembolso, após análise do mesmo, se apresenta pertinente em sua execução;

e – Os meios utilizados para a fiscalização da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para a avaliação da execução física e financeira no cumprimento das metas e objetivos, terão por base as disposições da Lei nº 13.019/14, sendo tais atos de competência da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas;

f – Desde já, o gestor da parceria será o servidor Natã Couto Tavares, conforme Portaria nº 199 de 10 de agosto de 2026.

Além Paraíba, 14 de setembro de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:82818E75

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALÉM PARAÍBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Parecer da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas
OSC: Associação de Pais e Amigos do Democrata - ASPDE
Plano de Trabalho: tendo como objetivo a manutenção do Projeto de formação educacional dos jovens na prática esportiva de futebol na faixa etária de 08 a 17 anos , incluindo as inscrições, e despesas com transportes na participação de campeonatos.

EXTRATO DA PROPOSTA DE PARCERIA

A Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas nomeada para análise do Plano de Trabalho do Marco Regulatório (Lei 13.019/14) constituída pela Portaria Municipal nº 159 de 15 de junho de 2026, após exame da documentação e avaliação do objeto da parceria, para cumprimento do disposto no art. 35 e incisos da Lei 13.019/14, declara que:

1 – Houve a dispensa de Chamamento Público, observadas as disposições previstas em lei e a dotação orçamentária para execução da parceria, informada pela Secretaria Municipal de Finanças é a seguinte: 2.01.00.04.422.030.2.0127.3.3.50.41

2 – Os objetivos, as finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da Associação de Pais e Amigos do Democrata - ASPDE , foram avaliados e são compatíveis com o objeto da parceria, sendo o Plano de Trabalho apresentado se acha em conformidade com os termos da Lei nº 13.019/14.

Diante destas primícias passamos à emissão de Parecer Técnico:

a – O mérito da proposta se acha em conformidade com a modalidade da parceria adotada (Termo de Fomento);

b – Há identidade e reciprocidade de interesses das partes na realização da parceria em mútua cooperação, conforme previsão legal;

c – Os demonstrativos indicados se encontram de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (Art. 33, inciso IV);

d – O cronograma de desembolso, após análise do mesmo, se apresenta pertinente em sua execução;

e – Os meios utilizados para a fiscalização da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para a avaliação da execução física e financeira no cumprimento das metas e objetivos, terão por base as disposições da Lei nº 13.019/14, sendo tais atos de competência da Comissão de Seleção, Avaliação, Monitoramento e Prestação de Contas;

f – Desde já, o gestor da parceria será o servidor Gustavo de Souza Cabral, conforme Portaria nº 199 de 10 de agosto de 2026.

Além Paraíba, 14 de setembro de 2026.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Maria Pessanha da Cruz
Código Identificador:BD4BD9CC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALVORADA DE MINAS

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 033/2026
CREDENCIAMENTO Nº 007/2026

O Município de Alvorada de Minas/MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Av. José Madureira Horta, n° 190 – Centro, Alvorada de Minas/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.303.164/0001-53, por intermédio da sua Comissão de Contratação, devidamente constituída através das Portarias nº084/2025 e 102/2025 de 2025, torna público que realizará procedimento auxiliar de licitação, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO, ESTAMPAGEM E FORNECIMENTO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO VEICULAR - PIV -, NO PADRÃO MERCOSUL, DESTINADO AOS VEICULOS PERTECENTES A FROTA DO MUNICIPIO DE ALVORADA DE MINAS/MG, conforme solicitações das Secretarias Municipais de Alvorada de Minas, nos termos da Constituição Federal de 1988, da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 04/2024, Decreto Municipal nº 37/2025 e demais normas pertinentes. O credenciamento terá início a partir do dia 21/09/2026, ficando aberto para credenciar durante o período de 1 (um) ano. Aos interessados, demais informações bem como edital completo estará à disposição na Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas, situada à Av. José Madureira Horta, n° 190 – Centro, no endereço eletrônico http://www.alvoradademinas.mg.gov.br, no seguinte link: Licitações - Editais - Credenciamentos no Email: licitacao@alvoradademinas.mg.gov.br / licitacaoalvoradademinas@gmail.com através dos telefones 31/3520-0001 / (31) 3520-0000 em horário comercial.

Alvorada de Minas, 14 de setembro de 2026.

ÂNGELA APARECIDA MOTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Ângela Aparecida Mota
Código Identificador:B0EE82E1

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2026

Processo Licitatório nº 54/2026, Pregão Eletrônico nº 21/2026. Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS e MG CONTROLE DE ACESSO LTDA. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para locação de Relógios de Ponto Eletrônico de

reconhecimento facial, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos por parte contratada, o fornecimento de software de apontamentos para apuração de horas, gerenciamento e tratamento de ponto para os servidores do município de Alvorada de Minas. VALOR TOTAL DO CONTRATO**:** R$34.599,96 (trinta e quatro mil e quinhentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)**.** Assinatura: 11/09/2026. Vigência 11/09/2026 até 10/09/2027.

DANILIO CLESSIO FERREIRA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gilmar Silva Mourão
Código Identificador:F56C2E48

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

Processo Licitatório 142/2025, Dispensa n.º 032/2025, Contrato Administrativo: nº 113/2025. Partes: MUNICÍPIO DE ALVORADA DE MINAS e CONSORCIO INTEGRADO MULTIFINALITARIO DO VALE DO JEQUITINHONHA. Fica prorrogado o prazo contratual até 31 de dezembro de 2026. Objeto: "**Contratação da Obra por Meio de Contrato de Programa com o CIM Jequitinhonha Obra: Reforma, Recuperação e Adequação das Estruturas de Captação e Abastecimento de Água no Distrito de Itapanhoacanga – Município de Alvorada de Minas/MG**". Alvorada de Minas, 04 de agosto de 2026.

DANILIO CLESSIO FERREIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gilmar Silva Mourão
Código Identificador:37D1BDB1

LICITAÇÃO
PORTARIA Nº. 141/2026

Designa Gestor e Fiscal de Contratos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DE MINAS/MG, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal Nº 09/2024;

CONSIDERANDO a necessidade de indicação de Gestor e Fiscal de Contrato, nos termos do Decreto Municipal supramencionado;

CONSIDERANDO a indicação dos Servidores, no (DFD) Documento de Formalização de Demanda do Processo Administrativo nº 54/2026 – Pregão Eletrônico nº 21/2026, para atuar como Gestor e Fiscal do contrato.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os Servidores abaixo identificados como Gestor e Fiscal do contrato abaixo discriminado:
Gestor do Contrato: DEBORA REGINA DA CUNHA ROCHA - Matrícula: 3244.
Cargo/Função: Secretária Municipal de Administração

Fiscal do Contrato: PAULA GENEROSO LIMA SIMÕES - Matrícula: 2963.
Cargo/Função: Gestora de Convênios e Contratos

DADOS DA CONTRATAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 72/2026.

Contratada: MG CONTROLE DE ACESSO LTDA.
Valor total do Contrato: R$ 34.599,96 (trinta e quatro mil e quinhentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).
Objeto: Contratação de Empresa Especializada para locação de Relógios de Ponto Eletrônico de reconhecimento facial, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos por parte contratada, o fornecimento de software de apontamentos para apuração de horas, gerenciamento e tratamento de ponto para os servidores do município de Alvorada de Minas.

Vigência: Até 10 de setembro de 2027.
Art. 2º - Em caso de afastamento ou impedimento, serão designados substitutos para as funções, que assumirão, durante o período da substituição, as mesmas responsabilidades e competências dos titulares.

Art. 3º - O Gestor dos Contratos, ora designado, deverá exercer todas as funções estabelecidas no art. 10 do Decreto Municipal nº 09/2024, promovendo o acompanhamento das ações relacionadas aos fiscais técnico e administrativo.

Art. 4º - O Fiscal dos Contratos, ora designado, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 09/2024, caberá, ainda, no que for compatível com os contratos em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
V – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 5º - Aos Servidores nomeados, deverá ser entregue pelo Setor de Compras, imediatamente após a ciência de sua designação, pasta contendo cópias, no mínimo, do Edital de Licitação e de todos os seus anexos e do Contrato com sua respectiva publicação e, oportunamente, de seus aditamentos, garantindo-lhe, assim, o domínio efetivo do objeto a ser fiscalizado.
Parágrafo único. O Fiscal poderá requerer, além da documentação referida no caput, outros documentos que entender como necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 6º - Os documentos mencionados no art. 5º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital.

Art. 7º - Fica garantido ao Gestor e ao Fiscal, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao contrato sob sua fiscalização.

Art. 8º - Determino ao Departamento de Recursos Humanos que notifique os Servidores ora nomeados para que compareçam perante o Departamento no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da publicação do presente para ciência expressa da sua nomeação.

Art. 9° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no DOM.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alvorada de Minas/MG, 11 de setembro de 2026.

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS.

Declaro-me ciente* da nomeação e das funções que são inerentes em razão da função.

Gestor do Contrato: DEBORA REGINA DA CUNHA ROCHA - Matrícula: 3244.
Cargo/Função: Secretária Municipal de Administração

Fiscal do Contrato: PAULA GENEROSO LIMA SIMÕES - Matrícula: 2963.
Cargo/Função: Gestora de Convênios e Contratos

ESTATUDO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE ALVORADA DE MINAS/MG – 1997
Art. 131- Título III Do Regime Disciplinar- Capitulo I - Dos Deveres
IV - Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

Publicado por:
Gilmar Silva Mourão
Código Identificador:646E2ED6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÇUAÍ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ
AVISO DE LICITAÇÃO PAL 063/2026 CE 004/2026

A Prefeitura Municipal de Araçuaí – MG, torna público nos termos da Lei 14.133/21, o Processo de Contratação nº 063/2026, Concorrência Eletrônico nº 004/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia destinados à reforma do Empório do Mercado Municipal de Araçuaí/MG, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, conforme projetos de engenharia, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos. Abertura 01/10/2026, às 09:00 horas, na plataforma www.licitardigital.com.br. Maiores informações (33) 3731-8530 de 14:00H ÀS 17:00H e-mail licitacao@aracuai.mg.gov.br

Publicado por:
Tacony Ramos Costa
Código Identificador:3AA92ECC

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 003/2024

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 003/2024 – Concedente: Prefeitura Municipal de Araçuaí – CNPJ: 17.963.083/0001-17, Convenente: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Médio Jequitinhonha – CNPJ: 00.745.932/0001.63, celebrado em 27 de agosto de 2024. **Objeto:** O presente aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Termo de Convênio n°003/2024, celebrado em 27 de agosto de 2024, passando sua vigência a estender-se até 01 de setembro de 2027.

Araçuaí – MG, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Larissa Barbosa da Silva
Código Identificador:D78335A1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÚJOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
EXTRATO DO 1 ADITIVO AO CONTRATO N° 92/2025

N.º Processo: 47/2025 – Inexigibilidade: 17/2025 – Credenciamento 04/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Araújos/ MG CNPJ: 18.300.996/0001-16. Contratado: **JUVENAL ALVES LEAL JUNIOR**, inscrita no CNPJ/CPF sob o n° 62.6055.796/0001-63. OBJETO: Prorrogação da vigência contratual cujo o objeto a prestação de Serviços de Oficineiros para a Secretaria Municipal de Saúde, para a Oficina de Práticas Corporais e Atividade Física. Vigência: 12 Meses. Data de assinatura: 10 de setembro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:875D9B16

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 75/2026

N.º Processo: 113/2026 – Dispensa de Licitação: 17/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Araújos/ MG CNPJ: 18.300.996/0001-16. Contratado: **PH & TRAUMA ACADEMY LTDA**, inscrita no CNPJ sob o no 67.780.451/0001-60. OBJETO contratação de Curso de Primeiros Socorros para Capacitação de Professores e Servidores da Rede Municipal de Educação (Lei Lucas - 13.722/2018). Vigência: 12 meses. Valor estimado: R$ 33.600,00. Data de assinatura: 14 de setembro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:F4599DF3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 76/2026

N.º Processo: 107/2026 – Pregão Presencial: 36/2026. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÚJOS/ MG CNPJ: 18.300.996/0001-16. Contratado: **CHAVES E MENDES LTDA,** inscrita no CNPJ sob o número 04.622.754/0001-34. OBJETO: Fornecimento e instalação de grama sintética destinada às áreas recreativas das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino. Vigência: 12 meses. Valor: R$ 283.373,00(duzentos e oitenta e três mil trezentos e setenta e três reais). Data de assinatura: 14 de setembro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:F49F046A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA

Considerando que o presente processo se encontra de conformidade com a legislação pertinente (Art. 75 inciso II, Lei Federal 14.133/21), Processo nº 113/2026 – Dispensa nº 17/2026, RATIFICO a dispensa de licitação em favor da **PH & TRAUMA ACADEMY LTDA**, inscrita no CNPJ sob o no 67.780.451/0001-60, no valor de R$33.600,00(trinta e três mil seiscentos reais), correspondente ao período de vigência do presente contrato para contratação de Curso de

Primeiros Socorros para Capacitação de Professores e Servidores da Rede Municipal de Educação (Lei Lucas - 13.722/2018).

Depois de cumpridas as formalidades de praxe, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Araújos/MG, 14 de setembro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:C2BA8029

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 107/2026
MODALIDADE: Pregão Presencial SRP nº 36/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de grama sintética destinada às áreas recreativas das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.
Confirmado pela Comissão de Pregão instituída pela Portaria 20/2026 e considerando a regularidade deste processo, conforme a análise jurídica do processo HOMOLOGA a presente Licitação nos termos da Lei Federal Nº *14.133*, de 1º de abril de 2021.

Araújos- MG, 14 de setembro de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:DF9AF4AE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- ADITIVO PL 419/2023

PROCESSO Nº 419/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 070/2023
CONTRATO Nº 250/2023
ADITIVO 03

O **MUNICÍPIO DE ARCOS**, Estado de Minas Gerais, Entidade Jurídica de Direito Público Interno, através da Prefeitura Municipal, com sede e foro na cidade de Arcos, à Rua Getúlio Vargas, nº 228, Arcos – MG, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 18.306.662/0001-50, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Wellington Roque, aqui denominado simplesmente LOCATARIO e, de outro lado, como usufrutuários os senhores **JOSÉ BRAS AMARANTE** CPF: ***.246.896-20 E **VINICIUS MAGNO SILVA AMARANTE** CPF: ***.761.616-27, ambos residentes em Arcos/MG, com a anuência da proprietária MARIA MESSIAS DA SILVA AMARANTE, inscrito no CPF: ***.256.496-34 residente em Arcos/MG, aqui denominado simplesmente de LOCADORES, acordam em celebrar o presente Contrato, nos termos das cláusulas seguintes:
Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo Licitatório em epígrafe, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é PRORROGAR, por mais 12 (doze) meses, o prazo de vigência do Contrato Administrativo de Locação nº 250/2023 a contar do dia 04/09/2026 a 03/09/2027, cujo objeto é Locação do imóvel destinado a alojar a defensoria pública, segundo constante no termo de referência e segundo a lei 14.133/2021 na modalidade inexigibilidade.

Parágrafo Primeiro - O imóvel objeto da presente locação será **NÃO RESIDENCIAL** e para este fim exclusivamente deverá ser utilizado; sendo um cômodo comercial, com extensão total de 95 m², contendo um escritório, uma cozinha e um banheiro, localizado na rua São Geraldo, 548, bairro Centro, na cidade de Arcos/MG, conforme termo requisitório, conforme previsto na Cláusula Sétima- Da Vigência no contrato e nos termos dos Art. 107 e 124 da Lei 14.133/21, com início na data de 23/09/2026 e término em 22/09/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor global do contrato é de R$26.334,84 (vinte e seis mil, trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e quatro centavos) com valor mensal de R$ 2.194,57 (dois mil, cento e noventa e quatro reais e cinquenta e sete centavos) reajustado pelo IGPM de agosto na porcentagem 2,16%, conforme clausula previsão no contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

3.1.Os recursos correrão a conta das dotações abaixo descritas para o ano de 2026 e consignada ao orçamento de 2027:

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS CLAUSULAS E CONDIÇÕES CONTRATUAIS
Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais clausulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido na lei 14.133/21, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo Aditivo foi lavrado, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado digitalmente ou manualmente pelos contraentes com fundamento da lei.

Arcos, 01 de setembro de 2026.

PREFEITO MUNICIPAL DE ARCOS
Locatário

VINICIUS MAGNO SILVA AMARANTE
CPF: 035.761.616-27
Locador

JOSÉ BRAS AMARANTE
CPF: 125.246.896-20
Locador

Testemunhas:

Nome:
CPF:

_____

Nome:
CPF:

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:1A4C0C85

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- ATA DE SESSÃO PUBLICA PL 113-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS
Estado de Minas Gerais
ATA DE SESSÃO PÚBLICA DO PROCESSO Nº 113/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 033/2026

CREDENCIAMENTO Nº 009/2026
OBJETO:
Credenciamento e celebração de TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA de Instituições de Ensino Superior pública e privada, visando o estabelecimento de parceria para oferta de estágio curricular não remunerado, obrigatório e estágio remunerado não obrigatório nas instalações da Prefeitura Municipal de Arcos – MG, mediante processo seletivo dos alunos de cursos regulares de nível superior dessas instituições, com base na Lei Federal - 11.788/2008 e lei municipal 2.216/2009 e leis complementares 2.230/2009, 2.234/2009 e 2.749/2015.

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, na sede da Prefeitura Municipal de Arcos, situada à Rua Getúlio Vargas, nº 228, Centro, Arcos/MG, reuniram-se o Agente de Contratação e os Membros de Apoio, designados pela Portaria nº 316/2025, para a realização da sessão pública referente ao Credenciamento nº 009/2026.
SESSÃO DESERTA
Iniciados os trabalhos, o Agente de Contratação verificou que, até o horário previsto para a realização da sessão, não foram protocolados nenhum envelope com documentação, não compareceu nenhum interessado, representante de Instituições de Ensino Superior pública e privada ou participante para apresentar documentação ou requerer o credenciamento objeto deste procedimento.
Dessa forma, não houve apresentação de propostas, documentos de habilitação ou qualquer manifestação de interessados, razão pela qual a presente sessão pública é declarada DESERTA.
Registra-se que a sessão foi realizada na data, horário e local previstos para o procedimento, não havendo, portanto, documentação a ser analisada ou julgamento a ser realizado nesta oportunidade.
Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, lavrando-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, será assinada pelo Agente de Contratação e pelos Membros de Apoio.

Arcos/MG, 11 de setembro de 2026.

VIVIANE CRISTINA GUIMARÃES RAMOS	*RAPHAELA S. GOMES PINHEIRO*
Agente De Contratação	Membro De Apoio

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:40C938D8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS PL 324/2024 - EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/2026

EDITAL PREGÃO Nº 83/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2026

Adjudico o objeto do Processo Licitatório em epígrafe, com fundamento na legislação que rege a matéria, cujo objeto é Fornecimento parcelado de combustíveis: Gasolina Comum, Diesel S-10, Diesel S-500 Comum, Etanol e Arla., à(s) licitante(s) vencedora(s), a(s) empresa(s) abaixo:

Fornecedor	Lote	Item	Vlr. Total
AUTO POSTO MONTANA LTDA	1	1	1.223.040,0000

Classificação Geral

Fornecedor	Valor Total
AUTO POSTO MONTANA LTDA	1.223.040,0000

Valor Total Adjudicado	1.223.040,00

Arcos, 10 de setembro de 2026.

WELLINGTON F. ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/2026

EDITAL PREGÃO Nº 83/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 067/2026

Objeto: Fornecimento parcelado de combustíveis: Gasolina Comum, Diesel S-10, Diesel S-500 Comum, Etanol e Arla.

Pelo presente termo, homologo o Procedimento Licitatório nº 206/2026 Pregão nº 83/2026, e seu julgamento, adjudicando-se o objeto desta licitação aos licitantes vencedores abaixo, para que produza seus efeitos jurídicos legais, na forma da lei.

Fornecedor	Lote	Item	Vlr. Unit.	Vlr. Total
AUTO POSTO MONTANA LTDA	1	1	6,2400	1.223.040,00

Classificação Geral

Fornecedor	Valor Total
AUTO POSTO MONTANA LTDA	1.223.040,00

Arcos, 11 de setembro de 2026.

WELLINGTON F. ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:C6C8FE81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 7.480 – 24/08/2026

DECRETO MUNICIPAL nº 7.480 – 24/08/2026

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal Complementar nº 223 de 09/12/2025,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos às dotações especificadas neste Decreto, de acordo com os valores e as unidades orçamentárias nele indicados, os seguintes créditos suplementares:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
02.01.04.126.9029.2.295.000.3.3.90.37 - Fonte 1500.....121.180,40
Sub-total.....121.180,40

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.06.12.782.9032.2.410.000.3.3.90.39- Fonte 1550.....20.000,00
Sub-total.....20.000,00

SECRETARIA MUN. DESENV. E INTEGRAÇÃO SOCIAL
02.07.16.482.9035.2.393.000.3.3.90.39- Fonte 1500.....108,39
Sub-total.....108,39

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
02.08.11.331.9019.2.301.000.3.3.90.30 - Fonte 1500.....390,00
02.08.14.422.9019.2.327.000.3.3.90.30 - Fonte 1500.....1.617,15
Sub-total.....2.007,15

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.09.04.122.9015.2.386.000.3.3.90.39 - Fonte 1500.....3.000,00
02.09.10.122.9015.2.358.000.3.3.90.14 - Fonte 1500.....2.000,00
Sub-total.....5.000,00

SECRETARIA MUN. DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO
02.11.13.392.9020.2.338.000.3.3.90.39 - Fonte 1500.....6.000,00
Sub-total.....6.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.13.10.302.9016.2.372.000.3.3.90.30 - Fonte 1500.....16.505,97
Sub-total.....16.505,97

SECRETARIA MUNICIPAL MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
02.15.04.122.9017.2.344.000.3.3.90.30 - Fonte 1500.....2.002,77
02.15.04.122.9017.2.344.000.3.3.90.39 - Fonte 1500.....3.477,23
02.15.17.512.9036.2.355.000.4.4.90.52 - Fonte 1500.....3.686,23
02.15.18.541.9017.2.348.000.3.3.90.39 - Fonte 1500.....500,00
02.15.18.541.9017.2.348.000.4.4.90.52 - Fonte 1500.....4.592,00
02.15.15.452.9017.2.346.000.3.3.90.30 - Fonte 1708.....49.306,00
02.15.15.452.9039.2.345.000.3.3.90.30 - Fonte 1708.....15.725,80
02.15.15.452.9039.2.345.000.3.3.90.39 - Fonte 1708.....1.281,42
02.15.17.512.9036.2.457.000.3.3.90.30 - Fonte 1708.....5.000,40
02.15.17.512.9036.2.457.000.3.3.90.39 - Fonte 1708.....45.889,34
Sub-total.....131.481,19

TOTAL: 302.283,10

Art. 2º - Constituem recursos à abertura dos créditos mencionados neste Decreto, a redução de dotações conforme abaixo indicadas, na forma do disposto na Lei Complementar nº101/2000:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
02.01.04.122.9005.2.298.000.3.3.50.41 - Fonte 1500.....22.000,00
02.01.04.126.9029.1.189.000.4.4.90.52 - Fonte 1500.....25.000,00
02.01.14.421.9029.2.436.000.3.3.90.30 - Fonte 1500.....20.000,00
02.01.14.421.9029.2.436.000.3.3.90.39 - Fonte 1500.....4.180,40
02.01.24.721.9005.2.425.000.3.3.90.39 - Fonte 1500.....50.000,00
Sub-total.....121.180,40

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
02.05.04.121.9009.2.321.000.3.3.90.14- Fonte 1550.....7.308,37
Sub-total.....7.308,37

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.06.04.122.9033.2.414.000.3.3.90.39- Fonte 1500.....6.859,86
02.06.12.782.9032.2.410.000.3.3.90.30- Fonte 1550.....20.000,00
Sub-total.....26.859,86

SECRETARIA MUN. DESENV. E INTEGRAÇÃO SOCIAL
02.07.08.243.9021.2.390.000.3.3.90.36- Fonte 1500.....108,39
Sub-total.....108,39

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
02.08.14.422.9019.1.238.000.4.4.90.51 - Fonte 1708.....1.617,15
Sub-total.....1.617,15

SECRETARIA MUN. DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO
02.11.23.695.9020.2.447.000.3.3.50.41 - Fonte 1500.....6.000,00
Sub-total.....6.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.13.10.301.9016.2.362.000.3.3.90.30 - Fonte 1500.....3.000,00
02.13.10.302.9016.2.371.000.3.3.90.30 - Fonte 1500.....13.500,00
02.13.10.302.9016.2.372.000.3.3.90.39 - Fonte 1500.....3.005,97
02.13.10.303.9016.2.378.000.3.3.90.91 - Fonte 1500.....2.000,00
Sub-total.....21.505,97

SECRETARIA MUNICIPAL MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
02.15.18.541.9017.2.348.000.3.3.90.30 - Fonte 1500.....500,00
02.15.15.452.9039.2.345.000.4.4.90.52 - Fonte 1708.....117.202,96
Sub-total.....117.702,96

TOTAL: 302.283,10

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos, 24 de agosto de 2026.

WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:D74146C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 7.483 – 25/08/2026

DECRETO MUNICIPAL nº 7.483 – 25/08/2026

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal Complementar nº 249 de 14/07/2026,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto à dotação especificada neste Decreto, de acordo com o valor e a unidade orçamentária nele indicado, o seguinte crédito suplementar:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.13.10.302.9016.2.372.000.3.3.90.30 - Fonte 1600.....10.500,00

TOTAL: 10.500,00

Art. 2º - Constitui recurso à abertura do crédito mencionado neste Decreto, o excesso de arrecadação, considerando a tendência do

exercício, na Fonte 1600 - Transf do SUS - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, no valor de R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos, 25 de agosto de 2026.

WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:1882D4B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 7.484 – 26/08/2026

DECRETO MUNICIPAL nº 7.484 – 26/08/2026

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal Complementar nº 223 de 09/12/2025,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos às dotações especificadas neste Decreto, de acordo com os valores e as unidades orçamentárias nele indicados, os seguintes créditos suplementares:

SECRETARIA MUN. CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO
02.11.13.391.9020.2.336.000.3.3.90.30 - Fonte 2500.....4.590,00
02.11.13.391.9020.2.336.000.3.3.90.39 - Fonte 2500.....808,50
Sub-total.....5.398,50

TOTAL: 5.398,50

Art. 2º - Constituem recursos à abertura dos créditos mencionados neste Decreto, o superávit financeiro, na fonte 2500 - Recursos não Vinculados de Impostos, no valor de R$ 5.398,50 (cinco mil, trezentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos, 26 de agosto de 2026.

WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:6C3BABA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 7.485 – 28/08/2026

DECRETO MUNICIPAL nº 7.485 – 28/08/2026

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal Complementar nº 240 de 24/03/2026,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos às dotações especificadas neste Decreto, de acordo com os valores e as unidades orçamentárias nele indicados, os seguintes créditos especiais:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.06.12.361.9040.2.475.000.3.1.90.04 - Fonte 1540.....69.945,83
02.06.12.361.9040.2.475.000.3.1.90.13 - Fonte 1540.....13.376,32
Sub-total.....83.322,15

TOTAL: 83.322,15

Art. 2º - Constituem recursos à abertura dos créditos mencionados neste Decreto, a redução de dotações conforme abaixo indicadas, na forma do disposto na Lei Complementar nº101/2000:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.06.12.361.9010.2.408.000.3.1.90.11 - Fonte 1540.....69.945,83
02.06.12.361.9010.2.408.000.3.1.90.13 - Fonte 1540.....13.376,32
Sub-total.....83.322,15

TOTAL: 83.322,15

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos, 28 de agosto de 2026.

WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:DCAF9499

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 7.486 – 28/08/2026

DECRETO MUNICIPAL nº 7.486 – 28/08/2026

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal Complementar nº 223 de 09/12/2025,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos às dotações especificadas neste Decreto, de acordo com os valores e as unidades orçamentárias nele indicados, os seguintes créditos suplementares:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
02.01.04.122.9005.2.294.000.3.1.90.04 - Fonte 1500.....13.034,18
Sub-total.....13.034,18

PROCURADORIA MUNICIPAL
02.03.04.061.9007.2.312.000.3.1.90.04- Fonte 1500.....2.140,04
02.03.04.061.9007.2.312.000.3.3.90.39 - Fonte 1500.....21.252,65
Sub-total.....23.392,69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.04.04.122.9008.2.302.000.3.3.90.46 - Fonte 1500.....816,67
02.04.14.422.9008.2.435.000.3.3.90.39 - Fonte 1500.....3.159,00
02.04.28.845.9008.0.003.000.3.1.90.92 - Fonte 1500.....73.072,09

Sub-total.....77.047,76

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02.06.04.122.9014.2.302.000.3.3.90.46 - Fonte 1500.....652,27
02.06.04.122.9033.2.415.000.3.3.90.14 - Fonte 1500.....12.000,00
02.06.12.122.9030.2.316.000.3.3.90.36 - Fonte 1500.....53.008,32
02.06.12.122.9030.2.405.000.3.1.90.04 - Fonte 1500.....30.512,07
02.06.12.122.9030.2.405.000.3.1.90.11 - Fonte 1500.....247.114,01
02.06.12.122.9030.2.405.000.3.1.90.13 - Fonte 1500.....52.572,76
02.06.12.122.9030.2.405.000.3.3.90.14 - Fonte 1500.....2.000,00
02.06.12.365.9011.2.416.000.3.1.90.04 - Fonte 1500.....84.073,61
02.06.12.365.9011.2.416.000.3.1.90.11 - Fonte 1500.....247.206,60
02.06.12.365.9011.2.416.000.3.1.90.13 - Fonte 1500.....62.943,72
02.06.12.365.9011.2.417.000.3.1.90.04 - Fonte 1500.....52.739,18
02.06.12.365.9011.2.417.000.3.1.90.11 - Fonte 1500.....147.856,69
02.06.12.365.9011.2.417.000.3.1.90.13 - Fonte 1500.....38.360,91
02.06.12.365.9011.2.416.000.3.1.90.04 - Fonte 1540.....12.394,74
Sub-total.....1.043.434,88

SECRETARIA MUN. DESENV. E INTEGRAÇÃO SOCIAL

02.07.08.122.9021.2.388.000.3.1.90.04 - Fonte 1500.....46.910,89
02.07.08.122.9021.2.388.000.3.1.90.94 - Fonte 1500.....16.347,20
Sub-total.....63.258,09

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

02.08.04.122.9019.2.324.000.3.1.90.94 - Fonte 1500.....42.045,95
Sub-total.....42.045,95

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.09.10.122.9015.2.302.000.3.3.90.46 - Fonte 1500.....604,54
02.09.10.122.9015.2.358.000.3.1.90.94 - Fonte 1500.....2.432,24
02.09.10.122.9015.2.358.000.3.3.90.14 - Fonte 1500.....2.000,00
Sub-total.....5.036,78

FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

02.10.08.245.9022.2.396.000.3.1.90.04 - Fonte 1500.....90,14
02.10.08.245.9022.2.396.000.3.1.90.13 - Fonte 1500.....837,68
02.10.08.245.9022.2.399.000.3.1.90.11 - Fonte 1500.....6.004,65
02.10.08.245.9022.2.400.000.3.1.90.04 - Fonte 1500.....23.239,97
02.10.08.245.9022.2.400.000.3.1.90.11 - Fonte 1500.....3.456,36
02.10.08.245.9022.2.400.000.3.1.90.13 - Fonte 1500.....6.428,32
Sub-total.....40.057,12

SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA ESPORTE LAZER E TURISMO

02.11.13.392.9020.2.338.000.3.1.90.04 - Fonte 1500.....16.025,99
02.11.13.392.9020.2.338.000.3.3.90.14 - Fonte 1500.....3.000,00
Sub-total.....19.025,99

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

02.13.10.301.9016.2.361.000.3.1.90.11 - Fonte 1500.....16.623,63
02.13.10.301.9016.2.361.000.3.1.90.13 - Fonte 1500.....65.616,37
02.13.10.301.9016.2.362.000.3.1.90.11 - Fonte 1500.....10.751,02
02.13.10.301.9016.2.362.000.3.1.90.94 - Fonte 1500.....2.241,50
02.13.10.302.9016.2.370.000.3.1.90.94 - Fonte 1500.....17.583,58
02.13.10.302.9016.2.371.000.3.1.90.04 - Fonte 1500.....27.408,58
02.13.10.302.9016.2.371.000.3.1.90.11 - Fonte 1500.....20.233,19
02.13.10.302.9016.2.371.000.3.1.90.13 - Fonte 1500.....7.446,19
02.13.10.302.9016.2.364.000.3.3.50.39 - Fonte 1621.....316.091,11
02.13.10.302.9016.2.464.000.3.3.50.39 - Fonte 1621.....57.092,76
Sub-total.....541.087,93

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

02.15.04.122.9017.2.344.000.3.1.90.94 - Fonte 1500.....2.627,68
02.15.15.452.9039.2.345.000.3.1.90.04 - Fonte 1500.....14.345,48
02.15.15.452.9039.2.345.000.3.1.90.11 - Fonte 1500.....9.543,49
02.15.15.452.9039.2.345.000.3.1.90.13 - Fonte 1500.....15.643,46
02.15.15.452.9039.2.345.000.3.1.90.94 - Fonte 1500.....1.475,32
Sub-total.....43.635,43

TOTAL: 1.911.056,80

Art. 2º - Constituem recursos à abertura dos créditos mencionados neste Decreto, a redução de dotações conforme abaixo indicadas, na forma do disposto na Lei Complementar nº101/2000:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

02.01.04.122.9005.2.294.000.3.3.90.33 - Fonte 1500.....5.500,00
Sub-total.....5.500,00

SECRETARIA MUN. PLANEJAMENTO E DESENV. SOCIAL

02.02.04.121.9006.2.305.000.3.1.90.11 - Fonte 1500.....15.174,22
Sub-total.....15.174,22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

02.04.04.122.9008.2.302.000.3.3.90.39 - Fonte 1500.....816,67
02.04.04.122.9008.2.313.000.3.3.90.39 - Fonte 1500.....5.019,04
02.04.04.122.9008.2.463.000.3.3.90.30 - Fonte 1500.....3.159,00
02.04.11.333.9008.2.308.000.3.3.90.14 - Fonte 1500.....1.000,00
02.04.11.333.9008.2.308.000.3.3.90.30 - Fonte 1500.....1.711,98
02.04.14.422.9008.2.435.000.3.3.90.14 - Fonte 1500.....2.110,00
02.04.28.845.9008.0.003.000.3.1.90.01 - Fonte 1500.....73.072,09
Sub-total.....86.888,78

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
02.02.04.121.9009.2.321.000.3.3.90.14 - Fonte 1500.....2.591,63
Sub-total.....2.591,63

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.06.04.122.9014.2.302.000.3.3.90.39 - Fonte 1500.....652,27
02.06.12.122.9030.2.405.000.3.3.90.30 - Fonte 1500.....2.000,00
02.06.12.361.9010.2.408.000.3.1.90.11 - Fonte 1500.....1.016.387,87
02.06.12.361.9010.2.408.000.3.3.90.39 - Fonte 1500.....12.000,00
02.06.12.361.9010.2.408.000.3.1.90.11 - Fonte 1540.....12.394,74
Sub-total.....1.043.434,88

SECRETARIA MUN. DESENV. E INTEGRAÇÃO SOCIAL
02.07.08.122.9021.2.388.000.3.1.90.11 - Fonte 1500.....30.000,00
02.07.08.243.9021.2.390.000.3.1.90.11 - Fonte 1500.....33.258,09
Sub-total.....63.258,09

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
02.08.04.122.9019.2.324.000.3.1.90.11 - Fonte 1500.....42.045,95
Sub-total.....42.045,95

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
02.09.10.122.9015.2.302.000.3.3.90.39 - Fonte 1500.....604,54
02.09.10.122.9015.2.358.000.3.1.90.11 - Fonte 1500.....2.432,24
02.09.10.122.9015.2.358.000.3.3.90.39 - Fonte 1500.....2.000,00
Sub-total.....5.036,78

FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL
02.10.08.245.9022.2.399.000.3.1.90.04 - Fonte 1500.....40.057,12
Sub-total.....40.057,12

SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA ESPORTE LAZER E TURISMO
02.11.13.392.9020.2.338.000.3.1.90.11 - Fonte 1500.....16.025,99
02.11.23.695.9020.2.447.000.3.3.50.41 - Fonte 1500.....3.000,00
02.11.27.812.9020.2.342.000.3.3.90.33 - Fonte 1500.....2.000,00
Sub-total.....21.025,99

CONTROLE INTERNO
02.12.04.124.9023.2.357.000.3.3.90.14 - Fonte 1500.....1.320,00
Sub-total.....1.320,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.13.10.302.9016.2.370.000.3.1.90.04 - Fonte 1500.....167.904,06
02.13.10.301.9016.2.362.000.3.3.90.30 - Fonte 1621.....294.705,19
02.13.10.305.9016.2.472.000.3.3.90.30 - Fonte 1621.....78.478,68
Sub-total.....541.087,93

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA
02.15.04.122.9017.2.344.000.3.1.90.04 - Fonte 1500.....43.635,43
Sub-total.....43.635,43

TOTAL: 1.911.056,80

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos, 28 de agosto de 2026.

WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:A43FCB28

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 7.487 – 28/08/2026

DECRETO MUNICIPAL nº 7.487 – 28/08/2026

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal Complementar nº 223 de 09/12/2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto à dotação especificada neste Decreto, de acordo com o valor e a unidade orçamentária nele indicado, o seguinte crédito suplementar:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.13.10.302.9016.2.364.000.3.3.50.39 - Fonte 1621.....85.771,32
02.13.10.302.9016.2.370.000.3.3.90.30 - Fonte 1621.....8.597,94
02.13.10.302.9016.2.371.000.3.3.90.39 - Fonte 1621.....7.111,96

TOTAL: 101.481,22

Art. 2º - Constitui recurso à abertura do crédito mencionado neste Decreto, o excesso de arrecadação, considerando a tendência do exercício, na Fonte 1621 - Transf do SUS provenientes do Governo Estadual, no valor de R$ 101.481,22 (cento e um mil, quatrocentos e oitenta e um reais e vinte e dois centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos, 28 de agosto de 2026.

WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:B5E64E24

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 086/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - 007/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 086/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - 007/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente, vem através deste Edital, convocar os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado de Títulos e Tempo de Serviço para provimento de vagas do do Quadro Administrativo da Rede Municipal de Arcos (Edital SEMED nº 007/2025), considerando a necessidade **Temporária** de ocupar cargo público, convoca, obedecendo a classificação verificada no Resultado do Processo Seletivo, para Contrato para cargos públicos conforme abaixo relacionados com seus respectivos horários de convocação.

Não se trata de convocação efetiva, visto que, é apenas para suprir a necessidade de contratação em caráter temporário.

I - DISPOSIÇÕES INICIAIS:

O não cumprimento das regras do edital, a inserção de dados no formulário de inscrição divergentes da documentação apresentada, bem como a não apresentação de qualquer dos documentos conforme detalhado no item II deste edital, caracterizará em **desclassificação do candidato;**

A convocação seguirá os horários estabelecidos neste edital, sendo que, e, no horário marcado para cada cargo, **a porta será fechada**, não havendo tolerância, nem justificativas para atraso.

Só serão aceitas declarações de contagem tempo **emitidas pelo Setor de Recursos Humano**s da Prefeitura Municipal de Arcos – MG.

Devido ao sistema utilizado pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Arcos – MG, a declaração de contagem de tempo será emitida somando os tempos dos cargos de: Auxiliar de Serviços Administrativos - Merendeira e Auxiliar de Serviços Administrativos – Faxineira.

Será considerado "tempo de serviço", para fins de inscrição de que trata este Edital, aquele exercido na Rede Municipal de Ensino de Arcos até 30 de novembro de 2025 na mesma função/componente curricular/área de conhecimento para o qual o candidato se inscrever, devendo comprová-lo no ato da contratação, desde que:

Não esteja vinculado a cargo efetivo;

Não tenha sido utilizado para fins de aposentadoria;

Não seja tempo de serviço paralelo.

Fica impedido ao Candidato de assumir dois cargos utilizando a mesma contagem de tempo.

DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NA CONVOCAÇÃO

Os candidatos classificados e ora convocados, deverão se apresentar pessoalmente no ato da convocação, conforme cronograma abaixo, com os seguintes documentos:

Original e fotocópia do documento que comprove a habilitação e escolaridade declarada no Processo Seletivo exigida para o cargo, conforme Anexo II do Edital SEMED 007/2025;

Original e fotocópia das declarações de contagem de tempo emitidas pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Arcos, conforme Anexo II do Edital SEMED 007/2025;

Original e fotocópia dos documentos de CPF e RG.

Original e fotocópia do certificado de Pós-Graduação informado para critério de desempate.

Original e fotocópia dos certificados de aperfeiçoamento realizados a partir de 2021 com carga horária mínima de 20 h. conforme Capítulo VI do Edital SEMED 007/2025.

Para o cargo PcD, além de toda documentação citada acima, apresentar a Declaração para candidato Pcd assinado pelo médico, conforme anexo VI do Edital SEMED 007/2025 e laudo médico com a respectiva deficiência especificada pelo CID.

DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS APÓS A CONVOCAÇÃO:

III -DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS APÓS A CONVOCAÇÃO:

Documentos para contratação:

Original e fotocópia da certidão de nascimento ou da certidão de casamento (se for o caso devidamente averbada);

Original e fotocópia do CPF próprio;

Original e fotocópia do título de eleitor com o comprovante de votação na última eleição ou certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;

Original e fotocópia do certificado de reservista, se do sexo masculino;

Original e fotocópia da carteira de identidade, ou do documento único equivalente, de valor legal;

Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado;

Laudo médico favorável, sem restrições, fornecido por serviço médico oficial. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente, para o exercício do emprego;

Original e fotocópia do documento que comprove a escolaridade mínima exigida para o emprego;

Original e fotocópia do certificado de conclusão do curso e registro profissional correspondente ao emprego a que concorre, quando do exercício da atividade profissional do candidato o exigir;

Comprovante de regular situação de inscrição no órgão de classe respectivo, quando do exercício da atividade profissional do candidato o exigir;

02 (duas) fotografias 3X4, recente;

Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para os fins do disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

Certidão de nascimento e CPF de todos os dependentes;

Conta bancária do banco ou bancos credenciados pelo Município;

Original e cópia do laudo que comprove a condição de Pessoa com Deficiência (PCD).

Original e cópia declarações de contagem tempo emitidas pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Arcos – MG.

Os candidatos classificados e convocados deverão apresentar os documentos constantes no item I citados acima, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Arcos, **no dia seguinte à convocação**, considerando-se desistente e perdendo o direito à contratação aquele que não se apresentar no prazo estabelecido.

A data da admissão será apresentada durante a convocação.

O candidato não poderá iniciar as atividades, caso não tenha entregue a documentação no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Arcos.

Em nenhuma hipótese haverá justificativa para os candidatos pelo não cumprimento dos prazos determinados, ou serão aceitos documentos após as datas estabelecidas.

Os candidatos assinarão no ato da contratação, um termo, sob as penas da lei, declarando que não exerce outro cargo público inacumulável, nos termos do art. 37, XVI e § 10 da Constituição Federal.

A convocação respeitará a ordem de classificação e o número de vagas temporárias existentes ou que vierem a existir, durante o período de validade do Processo Seletivo SEMED 006/2025.

O desempenho das atividades será na modalidade presencial, no ambiente escolar.

Os critérios para a convocação estão descritos no Anexo I deste edital.

Em caso de dispensa do cargo a pedido do servidor convocado, observar o disposto na Portaria SEMED 003/2025: *Art.1º - O contratado temporário/convocado dispensado a pedido só poderá ser novamente contratado/convocado, depois de decorrido o prazo de 90 (noventa) dias do encerramento de seu contrato anterior, em qualquer cargo da Secretaria Municipal de Educação do Município de Arcos/MG.*

O contrato poderá ser rescindido antes do prazo previsto, de acordo com os critérios constantes no art. 9º, incisos I, II e III da Lei Municipal nº 2.241/2009.

IV - DO RECURSO

O candidato que discordar do resultado da convocação poderá interpor recurso para a comissão de convocação, pelo prazo de 1 dia útil. O recurso deverá conter de forma clara o motivo pelo qual o candidato discorda da decisão proferida na convocação. A decisão do recurso deverá ser proferida em até 03 dias, pela Comissão definida pela Prefeitura Municipal de Arcos. Caso a decisão da comissão for pela procedência do recurso, o procedimento de convocação será revisto e o candidato terá a sua vaga garantida, sendo dispensado o último contratado para o cargo. email: processoseletivo@educacao.arcos.mg.gov.br

CRONOGRAMA DE CONVOCAÇÃO

Local: Secretaria M. de Educação - SEMED
Avenida Yolando Sebastião Logli, 255. Distrito Industrial II
Prédio da Puc Minas em Arcos.

Dia: 15/09/2026
Horário: 13 horas
Cargo: Auxiliar de serviço administrativo - Merendeira
Local de trabalho : Escola Municipal Dorvina Teixeira Arantes
Turno: Vespertino

CRITÉRIOS

- Auxiliar de Serviços Administrativos – Merendeira

- Ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado de Títulos e Tempo conforme Edital SEMED 007/2025, de acordo com o cargo.

Habilitação e Escolaridade:	Comprovante de habilitação e escolaridade: Original e cópia	Classificação:
Ensino Fundamental Incompleto	Histórico Escolar.	1° Maior tempo de serviço na Rede Municipal de Arcos. 2° Maior idade.

Caso não haja candidato que se apresente para assumir a referida vaga, a contratação obedecerá aos critérios de classificação e prioridade descritos no quadro acima (Edital SEMED 007/2025).

Arcos, 14 de setembro de 2026.

LÍLIAN TEIXEIRA GARCIA GOMES
Secretária de Educação

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:340340C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PAUTA DA 2º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CODEMA

PAUTA DA SEGUNDA REUNIÃO DO CODEMA

Processo nº102/2026 – Licenciamento Ambiental da Empresa VF Transportes LTDA, mediante análise do Parecer Técnico.

A reunião será realizada no dia 24/09/2026 as 15 horas na sala de reuniões da prefeitura e também de modo híbrido.

Publicado por:
Marina Monteiro de Sousa
Código Identificador:C1BFC08A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMI Nº 2 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

RESOLUÇÃO CMI Nº 2 de 08 de SETEMBRO de 2026.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA INSCRIÇÃO OU RENOVAÇÃO DAS ENTIDADES NO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA, ESTABELECE OS PRAZOS, HOMOLOGA A COMISSÃO DE DOCUMENTAÇÃO, CADASTRO E VISITAS PARA O ANO DE 2026 E PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2027.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA do MUNICÍPIO DE ARCOS (MG), no uso de suas atribuições legais art.93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e considerando a necessidade de dar cumprimento da Lei Municipal Nº 2.954/20, que dispõe sobre a Política Municipal da Pessoa Idosa; lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003 que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa,

RESOLVE:

Aprovar os parâmetros para inscrição das entidades e organizações que prestam serviços à pessoa idosa no Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

Art. 1º – As entidades e organizações que prestam serviços à pessoa idosa podem ser isolada ou cumulativamente:
I – Serviço de atendimento às pessoas idosas;
II – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos às pessoas idosas;
III – Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas – ILPI, de caráter privado com fins lucrativos;
IV - Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas – ILPI, de caráter assistencial privado sem fins lucrativos;
V – Centro Dia de atendimento à Pessoa Idosa;
VI – Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos.
Art. 2º – Os membros da Comissão de Documentação, Cadastro e Visitas, encarregados de realizar todas as etapas de análise do processo de inscrição de cadastro das entidades, foram escolhidos conforme resolução nº5/2025 e ficou assim composta:
I – Membros Permanentes:
Nilton Vieira Júnior – Presidente;
Ana Paula Torres de Morais - Secretária Executiva;
Maria Elida de Sousa - Representante Governamental;
Ana Paula Menezes – Representante das Entidades;
Maylla Fernanda Pedrosa Rocha – Representante Governamental;
Amanda Tiago – Representante dos Usuários;
Art. 3º - A Comissão de Documentação, Cadastro e Visitas terá um Relator escolhido entre seus membros.
Art. 4º A Comissão de Documentação, Cadastro e Visitas terá as seguintes atribuições:
4.1 Receber os envelopes fechados, com o check-list para que seja conferido a documentação apresentada pelas entidades ou organizações da Pessoa Idosa e ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais pela comissão;
4.2 A Comissão poderá decidir por realizar visita técnica de fiscalização às entidades, para complementar seu relatório e parecer e, ainda, se observada qualquer situação contraditória e desconforme ao que foi apresentado no ato de sua inscrição. Após a visita técnica, reunir-se-ão para emitir relatório e recomendação para análise e deliberação da Plenária, em reunião ordinária ou convocada para esse fim.
Art. 5º A Comissão de Documentação, Cadastro e Visitas reunir-se-á em dois momentos para os fins a que se destina, podendo definir, ainda, outras reuniões para fins de visitas às entidades, durante todo o ano de 2026 e primeiro trimestre de 2027:
Nos dias 01 e 02/09/2026, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Integração Social - SEMDIS, na Rua Major Valeriano Macedo, nº 288, Centro, no horário de 13:15 horas;
Art. 6º Para inscrição no CMI, **as entidades deverão apresentar a documentação exigida, abaixo relacionada, na data de 08/09/2026 a 30/09/2026, no horário de 8h:00 as 14 Hs em envelope lacrado, a ser entregue em mãos para a Secretária Executiva em exercício Ana Paula Torres de Morais, no horário e dia agendados pelo telefone (37) 3352-2571,** na Sala dos Conselhos, na Rua Messias Macedo, 818, Bairro Macedos, local onde está instalado o CREAS:
I - requerimento de Inscrição devidamente preenchido e assinado pelo responsável legal da entidade (modelo do anexo I ou II ou III, conforme solicitação da entidade);
II - plano de Ação/Trabalho/Serviços e/ou Programas a serem prestados pela entidade, do ano vigente, assinado pelo responsável legal da entidade e pelo responsável técnico (roteiro sugestivo, anexo IV);
III - relatório anual de Ação/Trabalho/Serviços e/ou Programas que foram prestados pela entidade, no ano anterior, com fotos e registros que comprovem as ações realizadas, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, assinado pelo responsável legal da entidade e pelo responsável técnico (roteiro sugestivo, anexo V);
IV - cópia autenticada do Estatuto Social e suas Alterações, caso tenha, registrado(s) em Cartório;
V - cópia autenticada da Ata de eleição e de posse da atual Diretoria, registrada em Cartório;
VI - cartão de Inscrição e Situação Cadastral do CNPJ, com endereço e demais informações atualizadas, em prazo não superior a 180 dias;
VII - cópia do Alvará Municipal de Funcionamento, em vigência;
VIII - cópia do Alvará Sanitário, em vigência;
IX - cópia do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) ou Laudo Técnico de Segurança emitido e assinado por Engenheiro

qualificado, onde conste o prazo de validade do laudo e ART respectiva, preenchida, assinada e quitada;
X - cópia da Declaração de que a entidade é, reconhecidamente, de Utilidade Pública;
XI - regimento Interno;
XII certidão de Responsabilidade Técnica geral;
Art. 7º O Certificado de Inscrição de entidades ou organizações da Pessoa Idosa e ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal da Pessoa Idosa – CMI Arcos terão validade de 02 anos**,** ressalvados os casos onde haja cancelamento da inscrição por descumprimento dos requisitos ou por encerramento das atividades.
Art. 8º Durante a vigência do Certificado de Inscrição no Conselho Municipal da Pessoa Idosa – CMI Arcos, ficam as entidades ou organizações da Pessoa Idosa comprometidas em comunicar qualquer alteração estatutária e ou mudanças no Plano de Ação/Trabalho/Serviços e/ou Programas anual e apresentar os documentos com as alterações, atualizados, na Secretaria Executiva, que comunicará à Comissão de Documentação, Cadastro e Visitas.
Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arcos-MG, 08 de setembro de 2026

NILTON VIEIRA JUNIOR
Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa

Anexo I
Requerimento de Inscrição
Entidade ou Organização da Pessoa Idosa
COM SEDE no Município de Arcos

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Arcos,
A entidade, abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer sua: ¨**Inscrição** ¨ **Renovação**

A - Dados da Entidade:
Nome da Entidade _____
CNPJ: _____
Data de inscrição no CNPJ_____/_____/_____
Endereço _____ nº _____
Bairro_____CEP_____
Município_____UF_____
Celular 1 (____)_____Celular 2 (____)_____
E-mail _____
Código Nacional de Atividade Econômica Principal _____
Código Nacional de Atividade Econômica Secundária _____
_____
Atividade Principal_____
_____
_____
Inscrição, caso possua:
( ) CMAS nº _____ desde _____/_____/_____
( ) CONSEA nº _____ desde _____/_____/_____
( ) CMDCA nº _____ desde _____/_____/_____
( ) CONSELHO DO IDOSO nº _____ desde _____/_____/_____
( ) Outros (especificar)_____
Informa que atua também na(s) área(s) da ( ) educação ( ) saúde
( ) outras _____

Descrever as ações realizadas pela entidade, no município. É necessário que cada ação venha com o endereço completo do local de sua execução.
Os termos utilizados para denominar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de modo a evidenciar sua principal função e seus usuários, devem estar de acordo com a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais).
_____
_____
_____

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo)
_____
_____
_____

B - Dados do Representante Legal:
Nome _____
Endereço_____nº_____
Bairro_____CEP_____
Município_____ UF_____
Tel._____ __ Celular_____
E-mail_____
RG_____ CPF_____ Data nasc.____/_____/_____
Escolaridade_____
Período do Mandato:_____

C - Informações adicionais
_____
_____

Termos em que
Pede deferimento.

Carimbo do CNPJ da entidade

Local_____ Data ____/_____/_____

_____
Assinatura do representante legal da entidade

Anexo II
Requerimento de Inscrição
Entidade ou Organização da Pessoa Idosa
que atua em mais de um município e que deverá inscrever os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais por atuar no Município de Arcos.

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Arcos,
A entidade, abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, por prestar serviços, programas, projetos e ou benefícios socioassistenciais no Município, vem requerer sua ¨**Inscrição** ¨ **Renovação**

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade _____
CNPJ: _____
Data de inscrição no CNPJ_____/_____/_____
Endereço
_____ nº _____
Bairro_____CEP_____
_____
Município_____UF_____
Celular 1 (____)_____Celular 2 (____)_____
mail _____
Código Nacional de Atividade Econômica Principal _____
Código Nacional de Atividade Econômica Secundária _____
A entidade matriz está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social de _____ _____ sob o número_____desde _____/____/_____
Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos). É necessário, também, informar o endereço completo do local de sua execução.
Os termos utilizados para denominar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de modo a evidenciar sua principal função e seus usuários, devem estar de acordo com a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais).
_____

_____
_____
_____
_____
_____

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo)
_____
_____
_____

B - Dados do Representante Legal:
Nome _____
Endereço_____nº_____
Bairro_____CEP_____
Município_____ UF_____
Tel._____ Celular_____
E-mail_____
RG_____ CPF_____ Data nasc.____/_____/_____
Escolaridade_____
Período do Mandato:_____ _

C - Informações adicionais
_____
_____

Termos em que
Pede deferimento.

Carimbo do CNPJ da entidade

Local_____ Data ____/_____/_____

_____
Assinatura do representante legal da entidade

Anexo III
Requerimento de Inscrição / Renovação
Entidade ou Organização sem fins lucrativos, que não tenha atuação preponderante
na área da Pessoa Idosa, mas que também atua nessa área, deverá inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Arcos,
A entidade, abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, por prestar **serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais na área da Assistência Social**, abaixo descritos, vem requerer sua ¨**Inscrição** ¨ **Renovação**

A - Dados da Entidade:
Nome da Entidade _____
CNPJ: _____
Data de inscrição no CNPJ_____/_____/_____
Endereço _____ nº _____
Bairro_____CEP_____
Município_____UF_____
Celular 1 (____)_____Celular 2 (____)_____
E-mail _____
Código Nacional de Atividade Econômica Principal _____
Código Nacional de Atividade Econômica Secundária _____
_____
Atividade Principal_____
_____
_____
Síntese dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos). É necessário, também, informar o endereço completo do local de sua execução.
Os termos utilizados para denominar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de modo a evidenciar sua principal função e seus usuários, devem estar de acordo com a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais).
_____
_____
_____

B - Dados do Representante Legal:
Nome _____
Endereço_____nº_____
Bairro_____CEP_____
Município_____ UF_____
Tel._____ Celular_____
E-mail_____
RG_____ CPF_____ Data nasc.____/_____/_____
Escolaridade_____
Período do Mandato:_____

C - Informações adicionais
_____
_____

Termos em que
Pede deferimento.

Carimbo do CNPJ da entidade

Local_____ Data ____/_____/_____

_____
Assinatura do representante legal da entidade

Anexo IV - Plano de Trabalho
(roteiro sugestivo de plano de trabalho da entidade e/ou programa)

1 – IDENTIFICAÇÃO

1.1 Dados institucionais
- Nome da Entidade:
- CNPJ:
- Endereço da Entidade:
- Bairro:
- CEP:
- Telefone: Fax:
- E-mail:
- Data de Fundação:
- Funcionamento (dias da semana e horários)

1.2 Dados da diretoria (se for organização não-governamental)
Do Responsável Legal e demais membros da Diretoria: Nome, CPF, RG, Celular, E-mail, Endereço Residencial, período do mandato;

1.3 Do Técnico Responsável: Nome, CPF, RG, Celular, E-mail, Endereço Residencial.

2- APRESENTAÇÃO
(Descrever o conteúdo do plano, ou seja, do que se trata o trabalho realizado pela entidade, para qual público e a área que abrange; sua relevância à sociedade; metodologia de trabalho; os parceiros para o desenvolvimento das atividades (como as redes de atendimento, voluntários) e da elaboração do mesmo.
Também são apresentados os princípios que norteiam as ações, de forma que expressem os valores morais, culturais, políticos, etc.;
As diretrizes das ações; as leis que fundamentam toda a ação e o modelo de gestão adotado pela entidade).

3- MISSÃO
(Objetivo estatutário)

4- DIAGNÓSTICO DA ÁREA
(Apresentar o diagnóstico da área que será implantado o plano de trabalho ou que já vem sendo desenvolvido, contendo a caracterização das pessoas que serão atendidas; análise da realidade social da

comunidade (bairro, cidade, etc.); aspectos demográficos, fontes de recursos, histórico da região e/ou público).

5 - PROJEÇÃO DE ATENDIMENTOS / QUANTIFICAÇÃO

Idosos
6- OBJETIVOS

6.1 - Objetivo geral
(definir de forma ampla o que se quer alcançar, qual situação problema que se quer superar).

6.2 - Objetivos específicos
(detalhar como se pretende alcançar o objetivo geral).

7- METAS
(demonstrar quantitativamente o objetivo que se quer atingir e o prazo para alcançá-lo).

8- PRIORIDADES E ESTRATÉGIAS
(Listar as prioridades das ações da entidade, levando em conta a sua viabilidade e seu potencial humano e financeiro. As estratégias são os caminhos escolhidos pela entidade para alcançar o objetivo proposto).

9 - RECURSOS HUMANOS (remunerado / voluntário)
NOME/ CARGO OU FUNÇÃO/ FORMAÇÃO/ CARGA HORÁRIA

10 - RECURSOS FINANCEIROS
(apresentação das receitas e despesas da instituição para o desenvolvimento de seu Plano de Trabalho).

11 – PROGRAMAS E PROJETOS
(A partir das orientações detalhadas, apresentar as ações desenvolvidos pela entidade: Título, responsável técnico/nº de inscrição no conselho de classe, público-alvo, período de realização, objetivo geral e específico, metodologia, metas e custos).

12 - REDE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: com parceiros externos
(Envolve apenas pessoas jurídicas; especificar o nome dos parceiros e as ações desenvolvidas).
Tipos de parcerias:
- financiador: provêem recursos financeiros para a execução de projetos e/ou ações;
- executor: realiza os projetos e/ou ações que beneficiam a entidade;
- doador: doa produtos para a viabilização da execução de projetos; e/ou
- prestador de serviços (técnicos administrativos e/ou operacionais): fornecimento de serviços a título gratuito.
Obs.: no caso específico de parcerias com o Poder Público, especificar o órgão. Nome do Parceiro, Ações desenvolvidas.

13- MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
(Descrever como será realizado o acompanhamento contínuo do desenvolvimento das atividades e apresentar a tipologia e a periodicidade da avaliação adotada pela entidade, para identificar os avanços e dificuldades visando um possível aprimoramento).
(Importante: No decorrer do desenvolvimento do Plano de Trabalho, caso a entidade queira alterá-lo, esta alteração deverá ser encaminhada ao CMI).

LOCAL E DATA:

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Anexo V
Relatório Anual de Serviços/Programas prestados pela Entidade, no ano anterior
(roteiro sugestivo)

1- IDENTIFICAÇÃO

1.1- Dados institucionais
- Nome da Entidade:
- CNPJ:
- Endereço da Entidade:
- Bairro:
- CEP:
- Telefone: Fax:
- E-mail:
- Data de Fundação:
- Funcionamento (dias da semana e horários)

1.2 - Dados da diretoria (se for organização não-governamental)
Do Responsável Legal e demais membros da Diretoria: Nome, CPF, RG, Celular, E-mail, Endereço Residencial, Mandato;

1.3 Técnico Responsável: Nome, CPF, RG, Celular, E-mail, Endereço Residencial.

2- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO ANTERIOR (descrições, objetivos e metas alcançados, apresentar comprovação efetiva por registros fotográficos/visuais ou outros)

3- PÚBLICO ATENDIDO E QUANTIDADE (em cada programa/projeto/serviço)

4- ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS (para cada programa/projeto/serviço)

5- RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS (se remunerado ou voluntário ou ambos)

6- INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL
(Espaço físico,matérias permanentes e de consumo, equipe de trabalho multiprofissional)

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE:
[ ] Serviço de atendimento à Pessoa Idosa;
[ ] Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a Pessoa Idosa;
[ ] ILPI de caráter Assistencial, Sem Fins Lucrativos;
[ ] ILPI de caráter Privado, Com Fins Lucrativos;
[ ] Centro Dia para a Pessoa Idosa.
[ ] Assessoramento e Garantia de Direitos da Pessoa Idosa.

8.CAPACIDADE DE ATENDIMENTO:

8.1 QUANTIDADE DE PESSOAS IDOSAS ATENDIDAS: Inserir o número de pessoas atendidas no ano

DESCRIÇÃO DA FORMA DE ACESSO AO SERVIÇO:

RESULTADOS OBTIDOS:
Das relações entre ILPIs, Família, Idoso e Comunidade
Descrever como a instituição fomentou a participação da família no cotidiano da pessoa idosa, na perspectiva da manutenção e do fortalecimento de vínculos, assim como a interação entre a pessoa idosa e comunidade.

PARCERIAS: Identificar os apoios externos na execução dos atendimentos desenvolvidos pela entidade, ou seja, entidades privadas e públicas ou comunitárias que apoiaram de forma técnica, financeira ou administrativa e voluntárias.

LOCAL E DATA:

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL:

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

ANEXO VI

Quadro de Recursos Humanos

Entidade: _____
N.º de Inscrição: _____

	Nome do Funcionário	Escolaridade/ Formação Profissional	Carga Horária Semanal	Cargo/Função
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				
11.				
12.				
13.				
14.				
15.				
16.				
17.				
18.				

Arcos , _____ de _____ de _____

_____
Assinatura do Representante Legal da Entidade

_____
Assinatura do Contador e nº CRC

ANEXO VII
Quadro de Voluntários

Entidade: _____
N.º de Inscrição: _____

	Nome do Voluntário	Escolaridade/ Formação Profissional	Carga Horária Semanal	Cargo/Função
1.				
2.				
3.				
4.				
5.				
6.				
7.				
8.				
9.				
10.				
11.				
12.				
13.				
14.				
15.				
16.				
17.				
18.				

Arcos , _____ de _____ de _____

_____
Assinatura do Representante Legal da Entidade

_____
Assinatura do Contador e nº CRC

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:6E2B8DD0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARINOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
EXTRATOS DE CONTRATOS

Extrato do contrato aquisição de veículo nº231/2026, Pregão Eletrônico nº 05/2026. Objeto: Aquisição de 01 veículo tipo Van nova (Minibus), zero quilômetro ano 2026, cor: branco com acessibilidade, com capacidade mínima para 21 passageiros, destinada ao transporte de pacientes para Tratamento Fora do Domicílio (TFD), em conformidade com as disposições da Resolução SES nº 11.063, de 28 de abril de 2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratada: Bellatrix Veículos e Serviços Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº49.422.071/0001-71, valor global R$ 394.800,00, vigência: 31/12/2026.

Arinos, 14 de setembro de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA.

Extrato do contrato aquisição de veículo nº 248/2026, Pregão Eletrônico nº 07/2026. Objeto: aquisição de um Veículo automotor utilitário, novo (zero quilômetro), assim considerado aquele sem uso anterior ano/modelo igual ou superior a 2026/2027, de acordo com o Plano de Trabalho no.003781/2026, Convênio/Instrumento no 1231001089/2026, indicação no 197728 – Transferência Especial - SEAPA/MG, para atender as necessidades da Secretário Municipal de Agropecuária e Desenvolvimento Rural,. Contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratada: SIGMA Maquinas e Representações Ltda, situada à inscrita no CNPJ sob o no 23.664.303/0001-04,, valor global R$ 126.400,00, vigência: 31/12/2026.

Arinos, 14 de setembro de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:D1969935

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o cumprimento das exigências editalícias por parte do credenciado que abaixo subscrevem, homologo o presente procedimento nos termos do Edital de Credenciamento nº 010/2026. Com base nas informações constantes no processo administrativo epigrafado e em cumprimento aos termos da Lei n° 14.133/2021, Acolho o relatório da Agente de Contratação, Ajudico e Homologo o Credenciamento acima identificado, em favor das pessoas físicas**:** Vandeilson Chaves da Silva, para credenciamento no item 11, Severino Ramos Vicente da Silva, para credenciamento no item 03, Maria Natalice Gomes de Jsus Moura, para credenciamento no item 05,

Arinos, 14 de setembro de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:00775651

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Retificação de Publicação de Homologação. A prefeitura Municipal torna público a retificação da homologação credenciamento 10/2026, publicado no dia 08/09/2026, no Diario Oficial dos Municípios Mineiros, edição 4355. Ode se Lê: Aldemir Gonçalves Pereira, Leia-Se: Tamires Durães Soares.

Arinos, 14 de setembro de 2026.

LUANA DA SILVA FERREIRA.
Chefe do Setor de Licitações e Contratos.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:538AC38E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARRA LONGA

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO PUBLICAÇÃO - PROCESSO 91/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 91/2026

CREDENCIAMENTO Nº. 002/2026

A Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG, CNPJ: 18.316.182/0001-70, representado pelo(a) Autoridade Competente, Sr(a). ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade credenciamento, Nº 002/2026, Processo Administrativo nº 91/2026, com amparo legal na Lei 14.133/2021, Art. 79, I, para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.

Detalhes do Processo:

ID do processo: 113451

Objeto: Chamamento Público para Credenciamento de BANDAS, ARTISTAS MUSICAIS E DJ, não detentores de consagração critica a nível Estadual ou Nacional para apresentação nos diversos estilos musicais em eventos promovidos e/ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG.

Data de Publicação: 14/09/2026 14:18:24

Fim do recebimento de documentos: 13/09/2027 23:59

Critério de julgamento: Não Se Aplica

Modo de disputa: Não Se Aplica

Valor total do processo: R$ 965.656,85

Consulte o processo em:
https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/113451

ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA **-**
Autoridade Competente

Prefeitura Municipal de Barra Longa/MG, 14 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:92BBC557

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARROSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
XTRATO DE ATAS PROCESSO 154/2026

A Prefeitura Municipal de Barroso, torna público a todos os interessados o resultado do seguinte processo licitatório:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026

Objeto: futura, eventual e parcelada aquisição de materiais e insumos ambulatoriais para suprir as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Barroso - MG, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde.

Ata de Registro de Preços: Nº 0185/2026
Detentora: DML DISTRIBUIÇÃO LTDA - CNPJ: 02.858.842/0001-04
Valor da ARP: R$ 8.410,00 (oito mil, quatrocentos e dez reais)
Vigência: De 11/09/2026 à 11/09/2027

Ata de Registro de Preços: Nº 0186/2026
Detentora: ENDOGERAIS EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA
CNPJ: 08.697.82/0001-91
Valor da ARP: R$ 12.670,00 (doze mil, seiscentos e setenta reais)
Vigência: De 11/09/2026 à 11/09/2027

Ata de Registro de Preços: Nº 0187/2026
Detentora: SUPRA DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 14.792.179/0001-71
Valor da ARP: R$ 589.176,00 (quinhentos e oitenta e nove mil, cento e setenta e seis reais)
Vigência: De 11/09/2026 à 11/09/2027

Ata de Registro de Preços: Nº 0188/2026
Detentora: DROGARIA FAMÍLIA DE BARROSO LTDA - CNPJ: 26.161.643/0001-00
Valor da ARP: R$ 5.562,80 (cinco mil, quinhentos e sessenta e dois reais)
Vigência: De 11/09/2026 à 11/09/2027

Ata de Registro de Preços: Nº 0189/2026
Detentora: MED MAIS MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 36.948.457/0001-70
Valor da ARP: 89.992,45 (oitenta e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos)
Vigência: De 11/09/2026 à 11/09/2027

Ata de Registro de Preços: Nº 0190/2026
Detentora: IMPERIUM MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 43.269.791/0001-62
Valor da ARP: R$ 58.443,00 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e três reais)
Vigência: De 11/09/2026 à 11/09/2027

Ata de Registro de Preços: Nº 0191/2026
Detentora: MEDTREM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES -
CNPJ: 57.370.564/0001-33
Valor da ARP: R$ 720.949,50 (setecentos e vinte mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)
Vigência: De 11/09/2026 à 11/09/2027

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:D503492E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM JESUS DO AMPARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRAT DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2026
HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026
O Prefeito Municipal, Wanderlei dos Santos Ribeiro, no uso de suas atribuições legais **ADJUDICA** (14/09/2026) e **HOMOLOGA** (14/09/2026) o Processo Licitatório nº 064/2026 – Pregão Eletrônico nº 029/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição futura e parcelada de dieta enteral, suplemento alimentar e fórmula infantil em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus do Amparo, com as empresas vencedoras:

COMERCIAL OTTO LTDA - ME, CNPJ: 31.374.156/0001-66, estabelecida na Avenida Fernando de Noronha, nº 1144, LJ 3, bairro: Imbaúbas, Ipatinga/MG, CEP: 35.160-335, com o valor global de R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais);
ERA DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 49.569.592/0001-56, estabelecida na Rua Adão Basílio de Brito, nº 512, bairro: Novo

Horizonte, Patos de Minas/MG, CEP: 38.703-574, com o valor global de R$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais);
HASSEN RAAD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS NUTRICI, CNPJ: 21.296.343/0001-15, estabelecida na Rua Ver. Linconl Cortes Campos, nº 38, bairro: Gruta, Patrocínio do Muriaé/MG, CEP: 36.860-000, com o valor global de R$ 9.100,00 (nove mil e cem reais);
LEONE E COLDIBELLI COM E DIST DE PROD NUTRICIONAIS LTDA, CNPJ: 40.021.146/0001-38, estabelecida na Rua Major Querino, nº 125, Galpão, bairro: Residencial Santa Rita, Pouso Alegre/MG, CEP: 37.558-735, com o valor global de R$ 77.570,00 (setenta e sete mil e quinhentos e setenta reais);
MG2 NUTRIÇÃO LTDA, CNPJ: 39.935.073/0001-00, estabelecida na Rua João Afonso Moreira, nº 365, bairro: Ouro Preto, Belo Horizonte/MG, CEP: 31.310-130, com o valor global de R$ 165.057,00 (cento e sessenta e cinco mil e cinquenta e sete reais);
PLN COMERCIO DIGITAL LTDA, CNPj. 68.362.784/0001-31, estabelecida na Rua Orquídeas, nº 20, Casa A, bairro: Tibira, Curvelo/MG, CEP: 35.792-058, com o valor global de R$ 17.436,00 (dezessete mil e quatrocentos e trinta e seis reais).
https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/107925

https://www.bomjesusdoamparo.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/pe-29-2026/1000098

Publicado por:
Rayelle Aparecida Silva
Código Identificador:0B857B3A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para transportar, coletar, efetuar tratamento térmico e/ou destinação final de resíduos de serviços de saúde pertencentes aos grupos ”A”, ”B” e “E”, provenientes de suas operações produtivas normais e classificatória de acordo com as resoluções CONAMA 358/05 e RCD 222/2018 no município de Bom Jesus do Amparo/MG, com a empresa vencedora:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 088/2026: AMBIENTALL TECNOLOGIA LTDA EPP, CNPJ: 10.869.525/0001-11. Assinatura da Ata: 11/08/2026. Vigência: 12 (doze) meses a contar da assinatura. Valor global: R$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais);
https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/108166
https://www.bomjesusdoamparo.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/pe-30-2026/1000100

Publicado por:
Rayelle Aparecida Silva
Código Identificador:DCCDA499

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

Município de Bonfinópolis de Minas-MG. Extrato de **Contrato 372/2026**. Objeto: – Contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais mediante credenciamento, visando execução de leilão de bens móveis e imóveis inservíveis ou ociosos por plataforma eletrônica.
Credenciado: **RUAM CARLOS CHAVES GOTARDO**, registrado na Junta Comercial sob o nº M-1407, inscrito no CPF 163.053.507-95. Início: 14.09.2026. Vigência: 12 meses.

Bonfinópolis de Minas, 14.09.2026.

MANOEL DA COSTA LIMA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:5F6A5E2F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOTUMIRIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG PROC.058/2026 - DISPENSA 016/2026 - LOCAÇÃO TEMPORÁRIA DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA, DEVIDAMENTE LICENCIADA E REVISADA, DESTINADA AO TRANSPORTE DE PACIENTES E AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO NECESSÁRIO AO ATENDIMENTO E AO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.CONTRATO N°053/2026, VIGÊNCIA INICIAL: 14/08/2026 E VIGÊNCIA FINAL: 12/10/2026, VOLOR DO CONTRATO: R$ 55.800,00, CONTRATADA (O): COLARES & MACIEL EMPREENDIMENTOS E SOLUCOES EM SAUDE LTDA, CNPJ 42.528.724/0001-52.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG PROC. 053/2025 – PREGÃO PRESENCIAL 010/2025 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E DE USO ESCOLAR PARA ATENDIMENTO AS DIVERSAS UNIDADES DA PREFEITURA DE BOTUMIRIM/MG. Prorrogação. 1 Termo Aditivo de Prorrogação da ATA N°020/2025, VIGÊNCIA FINAL: 17/08/2027, CONTRATADA (O): 27.218.124 EVANILDE MARIA DE SOUZA, CNPJ: 27.218.124/0001-02.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG PROC. 055/2025 – INEXIGIBILIDADE 021/2025 - LOCAÇÃO DE IMOVEL PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE BOTUMIRIM/MG. RENOVAÇÃO. 1 Aditivo de Renovação do Contrato N°48/2025, VIGÊNCIA FINAL: 11/09/2027, CONTRATADA (O): ANTONIO ANGELO RODRIGUES, CPF: 030.231.566 -70.

Publicado por:
Epitacio Cruz Oliveira
Código Identificador:A4377623

LICITAÇÕES E CONTRATOS
LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG PROC.063/2026 - ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS 014/2026 - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026 E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2026, GERENCIADA PELO CODEMM – CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS, PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE DO ITEM 01 – VAN/FURGÃO TIPO PASSAGEIRO, 0 (ZERO) KM, COM CAPACIDADE PARA 16 (DEZESSEIS) LUGARES (15 PASSAGEIROS + MOTORISTA), DESTINADA AO TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOTUMIRIM/MG.CONTRATO N°056/2026, VIGÊNCIA INICIAL: 02/09/2026 E VIGÊNCIA FINAL: 01/09/2027 VOLOR DO CONTRATO: R$ 387.600,00, CONTRATADA (O): BELABRU COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ 03.353.258/0001-60.

Publicado por:
Epitacio Cruz Oliveira
Código Identificador:48352F40

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE

PREFEITURA DE CABECEIRA GRANDE
EXTRATO DE ATA E CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE-MG. Torna público o**EXTRATO DE ATA** E **CONTRATO,** vinculado ao Processo Administrativo nº 091/2026, Pregão Eletrônico nº 023/2026. Objeto:**formação de registro de preços para aquisição de produtos destinados à premiação, por meio de sorteio, no âmbito do Programa "Contribuinte Premiado", referente ao exercício de 2026, em conformidade com a Lei Municipal nº 397, de 05 de junho de 2013, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal da Economia e Planejamento.** Contratada:**GB COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - 39.938.494/0001-95; -** Valor global de **R$ 6.398,12** (Ata 074/2026 Contrato 073/2026). Contratada: **JOSIANE DO ROCIO MICHALOSKI – CNPJ: 46.318.775/0001-00,** Valor global de **R$ 2.387,40** (Ata 075/2026 Contrato 074/2026). Contratada: **LICITAINFO LTDA – CNPJ:52.277.278/0001-04.** Valor global de **R$ 2.387,40** (Ata 075/2026 Contrato 074/2026). Mais informações no site www.cabeceiragrande.mg.gov.br.

ELBER DE OLIVEIRA SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tatiana Costa de Oliveira
Código Identificador:5EE4CB6D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO 030/2026 PROCESSO 163/2026 - CONCESSÃO TRAILLER PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO EDITAL

Prefeitura Municipal de Cabo Verde - Aviso de Licitação. Processo n° 163/2026, Pregão Eletrônico n° 030/2026.

Objeto: CONCESSÃO ONEROSA DE USO, POR TEMPO DETERMINADO, DAS INSTALAÇÕES PÚBLICAS QUE COMPÕEM A "PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO" DESTE MUNICIPIO, PARA EXPLORAÇÃO EXCLUSIVA DE COMERCIO DE ALIMENTAÇÃO TIPO FAST FOOD (preparo rápido) E BEBIDAS, ATRAVÉS DE PREGÃO ELETRÔNICO., conforme condições e especificações contidas no Edital e seus anexos. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia 06/10/2026 às 09:30 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo SIGMIX no endereço eletrônico https://caboverde-scpi.sigmix.net/comprasedital/. O Edital estará disponível através dos Sites: https://caboverde-scpi.sigmix.net/comprasedital/, https://www.caboverde.mg.gov.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (35) 3736-1220 ou Email: licitacao2@caboverde.mg.gov.br.

Cabo Verde, 08/09/2026.

JOYCE HELENA PAULA
Membro da Comissão de Contratação

Publicado por:
Luciana Pezzi Vitorino Dos Reis
Código Identificador:B77EB47D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOURADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
CHAMAMENTO / CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 04/2025
A Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada/MG, por meio da Secretaria Municipal de Educação, torna público o presente CHAMAMENTO, convocando as candidatas abaixo relacionadas, classificadas no Processo Seletivo - Edital nº 04/2025, para o preenchimento de vagas na função de MONITOR EDUCACIONAL:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA	FUNÇÃO
47°	PATRÍCIA DA SILVA MEDEIROS	MONITOR(A) EDUCACIONAL

A(s) candidate(s) convocada(s) deverão comparecer à SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS para apresentação dos documentos necessários, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data deste chamamento.
O não comparecimento no prazo estabelecido será considerado como desistência da convocação, possibilitando o chamamento do próximo candidato classificado, observada a ordem de classificação do Processo Seletivo.

Cachoeira Dourada/MG, 14 de setembro de 2026.

EDUARDO BERNARDES DOS SANTOS
Supervisor de Recursos Humanos

Publicado por:
Eduardo Bernardes Dos Santos
Código Identificador:FD8086E6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPANHA

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00223/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato de Ata de Registro de Preços nº 00223/2026 – Processo nº 00117/2026 – Pregão nº 0041/2026 - Contratada empresa **FABIANO XAVIER OLIVEIRA - CNPJ n° 22.698.078/0001-64 -** Rua Atilio Casadei, nº 783 - São Cristóvão – Campanha/MG - 37400-000, com valor total de R$ 100.000,00 (Cem mil reais) - **Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MARMITEX ACONDICIONADAS COM ALIMENTAÇÃO PRONTA PARA O CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL) E VIGILÂNCIA EM SAÚDE.** Vigência: 10/09/2026 a 10/09/2027.

Campanha/MG, 11 de Setembro de 2026.

CAROLINA DA SILVA ARANTES
Departamento de Compras

Publicado por:
Carolina da Silva Arantes
Código Identificador:E5B0BA66

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 00338/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato de Contrato nº 00338/2026 – Processo nº 030/2026 – Pregão nº 006/2026 - Contratada empresa **Distribuidora de Alimentos Nagib Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço situado na Rua Sebastião Ribeiro Paiva - Jardim Dona Tereza - São João da Boa Vista - SP - 13871-830, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 13.780.677/0001-31, com valor total de **R$ 5.280,00** (Cinco mil, duzentos e oitenta reais) - **Objeto: FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS** Vigência: 11/09/2026 a 11/09/2027.

Campanha/MG, 11 de Setembro de 2026.

ESTER CARNEIRO CACIANO
Departamento de Compras

Publicado por:
Ester Carneiro Caciano
Código Identificador:1537A38E

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO

O Município da Campanha, pessoa jurídica de direito público, sito a Rua Dr. Brandão, 59 - Centro no município de Campanha, Estado de Minas Gerais, CNPJ nº 18.712.174/0001-42, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Lázaro Roberto da Silva**, inscrito no CPF sob n.º 681.***.***-** denominado **CONTRATANTE**, resolve **RESCINDIR CONSENSUALMENTE O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 00122/2026** oriundo do Processo Licitatório nº 0089/2025 – Inexigibilidade nº 0026/2025 firmado com **LIVIA LEFOL FERREIRA**, pessoa física, com endereço à Rua José Nani, n° 59 - Centro - Campanha - MG - 37400-000, inscrita no CPF sob nº. 068.***.***-**, a seguir denominada **CONTRATADA,** pelos motivos expostos:

Considerando a Manifestação do Gestor de Contrato.
Considerando o Memorando nº 090/2026 oriundo da Procuradoria Geral do Município.

RESOLVE:

Art. 1°. Rescindir consensualmente o Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 00122/2026 do Processo Licitatório nº 0089/2025 – Inexigibilidade nº 0026/2025, cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO DE INSTRUTORES E OFICINEIROS**.

O Presente Termo de Rescisão será publicado, no Diário Oficial dos Municípios Mineiros AMM.

Campanha/MG, 14 de Setembro de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:A93350A7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPESTRE

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATO AVISO DE PRORROGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 012/2025

ATO AVISO DE PRORROGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 012/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – MG – Extrato de Prorrogação de Credenciamento – Processo nº 112/2025 – Inexigibilidade nº 034/2025 – Credenciamento nº 012/2025. Objeto: O presente processo tem por objeto o credenciamento de estabelecimentos locais para fornecimento de leite UHT integral, destinado à distribuição gratuita a famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Campestre/MG, obedecidas as especificações descritas no Anexo I do edital. – Termo de Referência. Fica prorrogada a vigência do credenciamento até a data 17 de setembro de 2027, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições do edital e seus anexos.

ELIANA MARIA MUNIZ –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:1C659CBD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPO FLORIDO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTINÇÃO UNILATERAL DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE CAMPO FLORIDO/MG

EXTRATO DE TERMO DE EXTINÇÃO UNILATERAL DE CONTRATO

• **Origem:** Processo Licitatório nº 003/2026 – Concorrência Eletrônica nº 003/2026.
• **Contrato Vinculado:** Instrumento Contratual nº 043/2026.
• **Contratante:** Município de Campo Florido/MG (CNPJ nº 18.428.862/0001-85).
• **Contratada:** Estrutural Edificação Ltda (CNPJ nº 08.604.549/0001-05).
• **Objeto do Contrato Original:** Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção da Creche Pró-Infância Tipo 2 (Finalidade Escolar), vinculada ao Termo de Compromisso nº 977931/2025/FNDE/CAIXA.
• **Objeto do Termo:** Extinção Unilateral do Contrato nº 043/2026.
• **Motivação:** Descumprimento de cláusulas contratuais e abandono definitivo da execução da obra por parte da contratada, após reiteradas notificações da fiscalização municipal.
• **Fundamento Legal:** Art. 137, inciso I, combinado com o Art. 138, inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021.
• **Efeitos Sancionatórios:** A extinção não exime a contratada das penalidades previstas na Cláusula Décima do contrato originário e nos Arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, a serem apuradas em Processo Administrativo Sancionador específico, garantida a ampla defesa.
• **Foro:** Comarca de Uberaba/MG.
• **Data de Assinatura:** 11 de setembro de 2026.

• **Signatária:** Elisângela da Silva Santos – Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Publicado por:
Alex Félix Amad
Código Identificador:3C80E254

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPOS ALTOS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
2º TERMO ADITIVO - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 110/2026 CONTRATO ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 45/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

2º TERMO ADITIVO - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 110/2026

Contrato Originário do Processo de Licitação nº 45/2026
Pregão Eletrônico nº 21/2026

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.298.190/0001-30, com sede na Rua Cornélia Alves Bicalho, 401, Centro, na cidade de Campos Altos/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente de Paulo Mateus, adiante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA

VERTICE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 60.146.737/0001-49, com sede na cidade de Francisco Beltrão - PR, na Rua Tenente Camargo, nº 1312, Sala 04 Setor B , Bairro Pres. Kennedy, Cep nº 85.601-610, neste ato representada pela Sócia/Administradora, Sra. Thais Caroline Candeia Basseggio, CPF nº xx2.0xx.xx9-xx, tem entre si ajustado o presente termo de aditivo de Registro de Preço para aquisição de medicamentos necessários para manutenção das atividades da Farmácia Básica Municipal,Pronto Atendimento, Atenção Básica em Saúde, Mens Sana - Centro de Especilidades e Canil Municipal do Municipio de Campos Altos– MG, de acordo com as cláusulas seguintes:

CONTRATO:
Entre as partes retro nomeadas e qualificadas, fica ajustado o 2º Termo Aditivo ao presente termo da Ata de registro de Preço, é regido

pela nova Lei de Licitações e Contratos no 14.133/2021, nos termos das seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E VALOR

1.3 Tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL, PRONTO ATENDIMENTO, ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE, MENS SANA - CENTRO DE ESPECILIDADES E CANIL MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE CAMPOS ALTOS – MG.

1.4 O preço do item 14, passa-se, nesta data, a ser de:

Item 14: ÁGUA DESTILADA ASPECTO FÍSICO: ESTÉRIL E APIROGÊNICA, TIPO EMBALAGEM: EM SISTEMA FECHADO-10ML.

Preço Atual: R$ 0,1690
Preço Reajustado: R$ 0,2940

CLÁUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS
2.1. É condição de eficácia do presente 2º Termo Aditivo termo da Ata de registro de Preço nº 110/2026 a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros.
2.2. Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas da Ata de registro de Preço nº 110/2026
2.3. O presente 2º Termo Aditivo é firmado em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

VICENTE DE PAULO MATEUS -
Pref. Municipal de Campos Altos MG.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:EB1E0985

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 101/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO Nº 000101/2026 – PREGÃO/ADESÃO À ATA Nº 000049/2026 – OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2025, DO CONVÊNIO 1261002551/2026 SEE, DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS – CIMINAS, VISANDO À AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0 KM, 16 (DEZESSEIS) LUGARES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/TRANSPORTE ESCOLAR. VALOR TOTAL: R$ 344.000,00 (TREZENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL REAIS). EMPRESA ADJUDICATÁRIA E HOMOLOGADA: PRODOESTE VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ Nº 20.495.149/0001-04.

CAMPOS ALTOS/MG, 11 DE SETEMBRO DE 2026.

VICENTE DE PAULO MATEUS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Wilgner Messias Luiz Silva
Código Identificador:1CD98C2D

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 104-2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. Prefeitura Municipal de Campos Altos – MG. Processo nº 0000104/2026. Pregão/Adesão à Ata nº 052/2026. Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 008/2026 do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Econômico, Social, Educacional e Cultural Sustentável da Região Oeste do Estado do Paraná – CIDERSOP, para aquisição de 01 (um) veículo 0 km, modelo Sedan, destinado à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campos Altos/MG, com recursos oriundos da Resolução SES/MG nº 11.028, de 16 de abril de 2026. Valor Total Estimado: R$ 118.480,00 (cento e dezoito mil quatrocentos e oitenta reais). Empresa adjudicatária: LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO E VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.976.095/0001-06. Adjudicado e homologado pelo Prefeito Municipal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Campos Altos/MG, 11 de setembro de 2026.

VICENTE DE PAULO MATEUS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Wilgner Messias Luiz Silva
Código Identificador:31C901B4

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 51/2026

O Município de Campos Altos-MG, torna público a quem interessar possa que está aberta licitação modalidade Pregão Eletrônico n.º 51/2026, Processo n.º 103/2026, destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS, FITA DE SINALIZAÇÃO, CONES E POSTES DE AÇO GALVANIZADOS, PARA A SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS ALTOS-MG, com abertura prevista para o dia 29/09/2026 às 08:30 horas e será realizada na plataforma eletrônica www.licitanet.com.br. O Edital encontra-se a disposição no Setor de Licitação desta Prefeitura ou pelos sites: www.camposaltos.mg.gov.br ou www.licitanet.com.br ou www.gov.br/pncp/pt-br –

Campos Altos - MG, 14/09/2026 –

VICENTE DE PAULO MATEUS -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Cristina Ferreira
Código Identificador:8EE48CFC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SME Nº 007, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA SME Nº 007, de 14 de setembro de 2026

Estabelece o processo de escolha de turmas, aulas, turnos e funções para os servidores efetivos da rede municipal de ensino de Campos Altos – MG e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Educação de Campos Altos/MG, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o processo de escolha de turmas/aulas e funções para os servidores da rede municipal de ensino das Escolas e CMEIs com cargo efetivo nas instituições municipais.

CAPÍTULO I
COMPETÊNCIA DA EQUIPE GESTORA

Art. 2º Compete à Equipe Gestora da Instituição de Ensino:
Convocar, formalmente, todos os servidores lotados na Instituição de Ensino para o processo de escolha de turma, aulas, turno e função;
Comunicar os servidores efetivos da escola que se encontra em Licença para Tratamento de Saúde para participar da Escolha de Turma e Turno conforme dia e horário agendado pela Direção;
Constar em ata específica a ser assinada pelos servidores, em duas vias, sendo que uma será entregue na Secretaria Municipal de Educação, e a outra, arquivada na instituição de ensino como ata de escolha de turma, aulas, turno e função;
Manter listagem atualizada da ordem de escolha dos servidores na instituição de ensino.

Parágrafo Único. O servidor que estiver impossibilitado de comparecer por estar de Licença de Saúde, Licença de Maternidade/Paternidade, Licença de Luto, Licença de Casamento poderá, por meio de um representante, munido de autorização escrita e devidamente datada e assinada, participar do Processo de Escolha.

CAPÍTULO II
DOS CRITÉRIOS PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DE TURMA, AULAS, TURNO E FUNÇÃO

Art. 3º Os servidores serão classificados de acordo com a pontuação obtida por meio do cálculo estabelecido nesta Portaria, considerando a ordem decrescente de pontuação, que estabelecerá a prioridade na escolha de turma, aulas, turno e função para atuação no ano letivo.

Art. 4º Será considerado, para fins de cálculo da pontuação classificatória de que trata esse processo de escolha, os seguintes critérios:
Servidores que participaram da Capacitação- (10 pontos)
Maior tempo de Serviço na Escola/CMEI;

Art. 5º Não serão computados, para fins de escolha de turma, os seguintes períodos de atuação:
Tempo de contrato anterior à nomeação ou concomitante ao cargo efetivo;
Tempo de afastamento em licença para acompanhar pessoa doente da família, licença para tratar de interesse particular – LIP, faltas ou para ocupar cargo comissionado, exceto como diretor e vice-diretor.

Art. 6º É obrigatória a escolha de turma ao professor que optar por atuar no atendimento educacional especializado – AEE, como professor de apoio à criança com deficiência – PCD, projetos de biblioteca, diretores e vice-diretores.

CAPÍTULO III
DO CÁLCULO DA PONTUAÇÃO

Art. 7º Para contabilizar a pontuação apresentada para fins de escolha de turma, aulas, turno e função, será utilizada a contagem do ano completo, sem admitir arredondamento para mais ou para menos.
Parágrafo Único. O professor que trabalhar em mais de uma unidade escolar/creche terá o cálculo da pontuação do processo de escolha e a respectiva classificação em cada uma delas.

CAPÍTULO IV
DO DESEMPATE

Art. 8º Em caso de empate, serão adotados os seguintes critérios:
Tempo de efetivo exercício, no cargo, na rede municipal de ensino;
Idade maior.

Campos Altos, 14 de setembro de 2026.

MAGDA MARIA FUQUISATO DA SILVA
Secretária Municipal de Educação
Campos Altos - MG

Publicado por:
Edvaldo Lemos Fernandes Silva
Código Identificador:0C4BEEF4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SME Nº 008, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA SME nº 008, de 14 de setembro de 2026

Estabelece normas para organização do Quadro de Pessoal dos CMEIs e Escolas Municipais.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, considerando a necessidade de definir procedimentos de controle permanente dos recursos humanos disponíveis para o atendimento da demanda existente e a expansão do ensino e tendo em vista a legislação vigente,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- Compete à Secretária Municipal de Educação, ao(à) Diretor(a) Escolar e ao(à) Coordenador(a) Escolar, em responsabilidade solidária, cumprir e fazer cumprir as disposições desta Portaria.

Art. 2º- Cabe à Secretária Municipal de Educação, ao(à) Diretor(a) e ao(à) Coordenador(a) Municipal organizar o Quadro de Pessoal com base no disposto nesta Portaria.

§ 1º Observando o disposto nesta Portaria e a conveniência pedagógica compete a SME estabelecer Critérios Complementares para atribuição de turmas, aulas e turno aos servidores efetivos;

§ 2º- Os Critérios Complementares deverão ser amplamente divulgados na comunidade escolar, antes do início do ano letivo.

CAPÍTULO II
DA MATRÍCULA

Art. 3º- É obrigatória a matrícula na Educação Infantil, na modalidade Pré-escola, de crianças que completam 4 (quatro) anos até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

§ 1º A legislação vigente que dispõe sobre o corte etário, deverá ser observada para efetivar a matrícula na Educação Infantil;

§ 2º As crianças que completam 6 (seis) anos após o dia 31 de março, devem ser
matriculadas na Educação Infantil.

Art. 4º- É obrigatória a matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental, de crianças que completam 6 (seis) anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

Parágrafo Único - A legislação vigente que dispõe sobre o corte etário, deverá ser observada para efetivar a matrícula no Ensino Fundamental.

CAPÍTULO III
COMPOSIÇÃO DE TURMAS
EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 5º- Nas Unidades de Ensino Municipal de Educação Infantil, as turmas deverão ser constituídas, observando 01(um/uma) professor(a) por turno, segundo os parâmetros:
Crianças de 0 a 12 meses – até 15 (quinze) crianças;
Crianças de 1 a 2 anos (13 meses a 24 meses) – até 18 (dezoito) crianças;
Crianças de 2 a 3 anos (25 meses a 36 meses) – até 20 (vinte) crianças;
Crianças de 3 a 4 anos (37 meses a 48 meses) – até 22 (vinte e dois) crianças;
Crianças de 4 a 5 anos (49 meses a 60 meses) – até 25(vinte e cinco) crianças;
Crianças de 5 a 6 anos e 8 meses (61 a 80 meses) – até 25 (vinte e cinco) crianças.

Art. 6º- A organização dos grupos de crianças, na Educação Infantil, poderá ser efetivada de maneira flexível, desde que a turma seja constituída por idades aproximadas, contendo, apenas, dois recortes etários.

ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 7º- Nas Unidades de Ensino Municipal de Ensino Fundamental, as turmas deverão ser constituídas segundo os parâmetros:
25 (vinte e cinco) alunos em turmas de Ensino Fundamental - Anos Iniciais;

30 (trinta e cinco) alunos em turmas de Ensino Fundamental - Anos Finais.

Art.8º- O Quadro Curricular deverá ser um referencial para a composição da jornada de trabalho do professor e do quadro de pessoal das Escolas e CMEIs, não devendo constituir impedimento para o trabalho interdisciplinar e com projetos.

§ 1º A Educação Física é componente curricular obrigatório na Educação Básica, sendo facultativo ao aluno nas situações estabelecidas na Lei Federal nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003;

§ 2º Nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil - Pré-Escola, o componente curricular de Educação Física será ministrado pelo professor habilitado nesse componente curricular e, na ausência deste profissional, as aulas serão ministradas pelo próprio Regente de Turma;

§ 3º Educação Religiosa é obrigatória por professor habilitado nos anos finais do Ensino Fundamental e nos Anos Iniciais será ministrado pelo professor Regente de Turma;

§ 4º Nos anos finais do Ensino Fundamental, a duração do módulo/aula será de 50 (cinquenta) minutos.

Art. 9º- Onde houver servidor em Ajustamento Funcional, este cumprirá carga horária **completa** de seu respectivo cargo (vinte e cinco horas para professor e supervisor e 30 horas para os demais cargos), exercendo atividades na Secretaria da Escola, na Biblioteca Escolar ou como Professor de Reforço;

§1º Não sendo possível o aproveitamento do servidor em Ajustamento Funcional na própria Escola, compete à SME processar seu remanejamento para outra Escola municipal;

§2º Em todo caso de ajustamento deverá ser observado o laudo médico apresentado por servidor que atestar que este não está apto às atividade de seu cargo de origem ou em atuar ativamente em sala de aula.

Art. 10- O Professor de Educação Básica que não estiver no exercício da docência e que exerça as suas atividades no apoio a Secretaria da Escola, Biblioteca ou Reforço Escolar, cumprirá as 25 (vinte e cinco) horas semanais no exercício dessas atividades, incluídas as horas destinadas às reuniões.

Art. 11- O quantitativo do pessoal de cada Unidade de Ensino será definido com base:
No quadro curricular;
II- No número de alunos e turmas;
III- Nos turnos de funcionamento;
IV- No espaço físico;
V- Na Proposta Pedagógica.

Art. 12- Integram o Quadro de Pessoal das Unidades de Ensino Municipal:
I- Diretor e Coordenador;
II- Vice-diretor;
III- Técnico em Administração Escolar;
IV- Técnico em Educação Infantil;
V- Técnico em educação Infantil (apoio aos alunos TEA)
VI- Especialista em Educação (Supervisão e Orientação);
VII- Professor de Educação Infantil;
VIII- Professor de Anos Iniciais -- professor de apoio aos alunos TEA;
IX - Professor de Anos Finais;
X- Agente de Apoio da Educação.

Art. 13- A jornada de trabalho do pessoal das Unidades de Ensino Municipal é de:
I- 40 (quarenta) horas semanais, com dedicação exclusiva para:
a) – Diretor;
b) – Coordenador.
II- 30 (trinta) horas para:
a) – Vice-diretor;
b) – Agente de Apoio da Educação (limpeza e cozinha);
c) – Técnico em Administração Escolar (secretaria);
d) – Técnico em Educação Infantil;
e) – Técnico em Educação Infantil (Apoio aos alunos TEA).
III- 25 (vinte e cinco) horas para:
a) – Especialista em Educação (Supervisão e Orientação);
b) – Professor de Educação Infantil;
c) – Professor de Anos Iniciais;
d) – Professor de Anos Finais;
e) – Professor de anos iniciais - Apoio aos Alunos TEA.

§ 1º Da jornada de 25 (vinte e cinco) horas semanais de trabalho do professor, 5 (cinco) horas são destinadas a:
I- Atividades de Planejamento;
II- Atualização;
III- Produção coletiva;
IV- Formação;
V- Colaboração com a Administração da Unidade;
VI- Participação em reuniões, eventos e outras atividades relacionadas ao Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino Municipal.

§ 2º O Professor de Educação Infantil – Pré-escola e o Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, cumprirão 20 (vinte) horas semanais na regência de turma;

§ 3º O Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, cumprirão 21h 40min. (vinte e uma hora e quarenta minutos) semanais na regência de turma;

§ 4º O Professor de Ensino Fundamental – Anos Finais cumprirá 24 (vinte e quatro) aulas de 50 minutos semanais na regência de aulas.

§ 5º O Especialista cumprirá as 25 horas/relógio de trabalho na escola/CMEI

Art. 14 – O tempo de intervalo entre aulas (recreio) não poderá ser considerado no cômputo da carga horária do Ensino Fundamental.

§ 1º O Professor detentor de 2 (dois) cargos ou funções deverá cumprir a carga horária relativa às reuniões de módulo, nos dois cargos.

§2º Na hipótese do **§1º** deste artigo, caso haja coincidência de horários o professor deverá comprovar o comparecimento em uma das duas escolas onde será computada sua presença nos dois cargos com alternância entre as Escolas;

§3º O Professor detentor de 2 (dois) cargos ou funções na mesma escola cumprirá a carga horária relativa aos dois cargos apenas em 1 (uma) reunião de módulo.

Art. 15 – O Professor autorizado a afastar-se da docência pela Lei Municipal nº 542/2013 exercerá atividades de:
I– Reforço escolar;
II– Eventualidades em Sala de Aulas;
III– Elaboração de Programas ou Plano de Trabalho;
IV– Controle e Avaliação do Rendimento Escolar;
V– Intervenção Pedagógica e Aprofundamento de Estudos;
VI– Coordenação de Projetos autorizados pela SME;
VII– Outras Necessidades Básicas ao Funcionamento da Escola.

§ 1º As atividades a que se refere os incisos III a VI deste artigo serão atribuídas ao Professor, pela Direção da Escola;

§ 2º Não sendo possível o aproveitamento do professor na Própria Escola, a SME deverá processar seu remanejamento para outra Escola Municipal.

Art. 16 – No conjunto de cargos de Agente de Apoio da Educação serão computados os servidores responsáveis pela limpeza, conservação da Escola e os servidores responsáveis pelo preparo e distribuição da merenda.

CAPÍTULO IV
ATRIBUIÇÃO DE TURMA, AULAS E FUNÇÕES

Art. 17 – As turmas serão atribuídas, primeiramente, aos Professores detentores de cargo efetivo, no limite da carga horária obrigatória de cada cargo ou função pública, observando-se a seguinte ordem de prioridade:
I- Servidores com menor número de faltas e Licenças de Saúde;
II- Maior Tempo de Serviço na Escola/CMEI;
Os professores da educação infantil que fizeram o LEEI terão direito à escolha antes dos que não participaram da referida capacitação;
Os professores dos anos iniciais que fizeram capacitação pela SME terão direito à escolha antes dos que não participaram da referida capacitação.
III- Maior Tempo de Serviço no Município, na Função que almeja a vaga;
IV- Maior Idade.
§ 1º O remanejamento de funcionários efetivos poderá ser estudado pela SME juntamente com a Direção/Coordenação, visando sempre o bom andamento do Estabelecimento de Ensino Municipal e o interesse público;

§ 2º O requerimento de mudança de unidade de ensino deverá ser preenchido até **31/05** para remanejamentos a serem realizados em **julho** do mesmo ano e até **31/10** para remanejamentos a serem realizados em **janeiro** do ano seguinte.

Art. 18 – A atribuição de aulas entre os detentores de cargo ou função pública efetivos deve ser feita no limite da carga horária obrigatória de cada cargo ou até 25 (vinte e cinco) aulas por exigência curricular, observando sucessivamente:
I– O conteúdo do cargo ou função;
II– Outro conteúdo constante da titulação do cargo ou função;
Parágrafo Único – As aulas que excederem ao número correlato ao cargo do professor por exigência curricular não poderão ser atribuídas ao mesmo servidor ou a outro servidor como contratação para função pública.

Art. 19 – O Professor excedente deverá ser aproveitado sucessivamente, em uma das seguintes situações:
I– Atividades de recuperação de alunos;
II– Atuação em projetos na área de educação ou em projetos culturais, sociais, de esporte e lazer;
III– Substituição, na própria Escola ou em outra Escola municipal, de aulas de outro conteúdo com ATL (Autorização Temporária para Lecionar);
IV– Interesse da SME.

Art. 20 – Após o aproveitamento de todos os servidores efetivos das Unidades de Ensino Municipal, persistindo a necessidade de pessoal para o cargo vago ou em substituição poderá assumir as aulas:
I– Professor efetivo que poderá ter extensão de carga horária em até 10 aulas;
II– Caso nenhum professor efetivo manifeste interesse em aulas de extensão, poderá haver contratação de professor em caráter temporário.

Parágrafo Único – O servidor contratado que abandonar o cargo, fica impedido por 60 (sessenta) dias de assumir outro cargo na mesma função a qual teve o abandono, sendo que seu nome irá para o último lugar na escala de classificação das inscrições anuais.

Art. 21 – A contratação de Especialista de Educação poderá ocorrer:
I – Para cargo vago;
II – Para substituição correspondente a 60 (sessenta) dias ou mais.

§ 1º - Os CMEIs contarão com 1 (um) Especialista;

§ 2º - As Unidades de Ensino com as séries iniciais e finais contarão com apenas 1 (um) especialista por turno;

§ 3º - Toda Unidade Escolar deverá contar com 01 (um) Técnico em Administração Escolar.

Art. 22 – Nas Escolas onde haja Professor para substituição eventual de docente, não poderá ocorrer contratação para a função pública para período igual ou inferior a 15 (quinze) dias letivos, exceto se o Professor nessa função, se encontrar em substituição a outro docente.

§ 1º Para a quantificação de Professor eventual nos anos iniciais e pré-escola, cada turno terá 01 (um) professor independentemente do número de turmas;

§ 2º O Professor eventual, além das substituições de docentes, deve colaborar com a Supervisão nas atividades de Intervenção Pedagógica com os alunos;

§ 3º O Professor que estiver fora da Regência de Turmas pela Lei Municipal nº 542/2013 deverá cobrir as eventualidades dos Anos Finais do Ensino Fundamental;

§4º Na situação indicada no §3º deste artigo, caberá , ao(à) Diretor(a) da Escola organizar a distribuição de horários entre os servidores da Escola.

Art. 23 – O professor contratado com jornada de trabalho inferior a 20 (vinte) aulas de 50 (cinquenta) minutos semanais terá a remuneração e contagem de tempo proporcionais.

Art. 24 – A dispensa de pessoal contratado será feita pela mesma autoridade que efetuou o contrato e poderá ser:
I– automática;
II– a pedido do contratado;
III– de ofício.

§ 1º a dispensa automática decorre do término do prazo estipulado no contrato e independe de ato formal;

§ 2º a dispensa a pedido dar-se-á por solicitação do interessado e deve ser formalizada no dia útil seguinte ao de sua ocorrência;

§ 3º a dispensa de ofício dar-se-á quando se caracterizar uma das seguintes situações;
I – Retorno do titular antes do prazo previsto;
II – Provimento do cargo;
III – Interesse da administração.

§4º. Nas hipóteses dos incisos I e II do §3º deste artigo a dispensa se dará sempre observando-se a ordem do último profissional contratado.

Art. 25 – A dispensa de ofício, motivada por interesse do serviço, ocorrerá quando o servidor:
I– Incorrer em transgressão especificada na Lei nº 18, de 30/10/91;
II– Ser auferida a insuficiência de desempenho do profissional;

Art. 26 – No afastamento do Diretor/Coordenador da Escola, o mesmo deverá comunicar formalmente à SME o nome do Vice-diretor ou Especialista de Educação que responderá pela Direção da Escola

Parágrafo único. O Vice-diretor ou Especialista de Educação que responderá pela Direção da Escola não auferirá remuneração adicional.

Art. 27 – Cabe ainda ao Diretor ou Coordenador da Escola:
I– Preencher quadro demonstrativo de turmas, alunos e funcionários e apresentar à SME, bimestralmente;
II– Apresentar à SME no início do decorrer do ano letivo, as vagas existentes para provimento ou contratações temporárias;
III– Comprovar, se for o caso, a necessidade de alteração dos quantitativos estabelecidos nesta Portaria;
IV– Encaminhar à SME a listagem de frequência dos servidores da Escola, conforme tabela fornecida pelo Setor de Recursos Humanos do Município.

Art. 28 – O Diretor da Escola deverá dar cumprimento a esta Portaria e verificar, bimestralmente, a frequência regular de alunos para dimensionar as turmas e processar ajustes no Quadro de Pessoal, encaminhando-se relatório circunstanciado para a SME.

Art. 29 – É responsabilidade do Diretor ou Coordenador de Escola:
I– Cumprir e fazer cumprir o Calendário Escolar;
II– Dimensionar o Quadro de Pessoal da Escola em estrita observância ao disposto nesta Portaria;
III– Promover o aproveitamento de todo servidor efetivo;
IV– Comunicar à SME possível dispensa do servidor quando a contratação não mais se justificar;
V– Cientificar a SME, sistemática e tempestivamente, sobre as alterações ocorridas na Escola.

Art. 30 – Os contratos e dispensas de servidores deverão ser homologados pela SME e pelo departamento de Recursos Humanos do Município.

Art. 31 – Esta Portaria entra em vigor em 14 de setembro de 2026, revoga-se a Portaria nº 004 de 10 de abril de 2025.

MAGDA MARIA FUQUISATO DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Edvaldo Lemos Fernandes Silva
Código Identificador:BA0EE17E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARANGOLA

PREFEITURA DE CARANGOLA
EXTRATO DE RESULTADO DE DISPENSA ELETRÔNICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1189/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 080/2026

EXTRATO DE RESULTADO DE DISPENSA ELETRÔNICA

O Agente de Contratação, no desempenho de suas atribuições legais, em conformidade com todo o processado no Processo Administrativo nº 1189/2026, modalidade Dispensa Eletrônica nº 080/2026, e em atenção a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, o seguinte **RESULTADO FINAL, CONTRATO E ENCERRAMENTO:**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1189/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 080/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para organização, produção, logística e execução da Conferência Regional do Clima e Meio Ambiente, com estimativa de participação de 200 (duzentas) pessoas, a ser realizada no dia 06 de outubro de 2026, das 8h às 18h, no Município de Carangola/MG, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Termo de Referência

CONTRATADA: ABSOLUT PRODUÇÕES, EVENTOS, ENTRETERIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA, Inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 30.174.422/0001-44.

VALOR DO CONTRATO: R$ 20.990,00 (vinte mil novecentos e noventa reais).

PRAZO: 04 (quatro) meses.
DATA DA ASSINATURA: 14/09/2026

Pelo presente, promovo a publicação imediata deste Extrato nesta data, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, procedendo consequente arquivamento desta Licitação.

Carangola/MG, 14 de setembro de 2026.

ERYCK CHRYSTYAN RAVAIANI DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Eryck Chrystyan Ravaiani de Oliveira
Código Identificador:1C4CB2BF

PREFEITURA DE CARANGOLA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA/MG EXTRATO DE CONVENIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA/MG
EXTRATO DE CONVENIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Extrato de Termo de Convênio de Cooperação Técnica. Partes: Prefeitura Municipal de Carangola e o Sindicato dos Produtores Rurais da Comarca de Carangola. Objeto Cessão da servidora Taiane Martins Dias, mat. 143.221, para prestar serviço junto ao Sindicato dos Produtores Rurais da Comarca de Carangola. Vigência 12 meses. Data da Assinatura: 11/09/2026.

Publicado por:
Meyriellen Ventura Ferreira Gomes
Código Identificador:88225CF0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARLOS CHAGAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS CHAGAS/MG – ADESÃO Nº. 008/2026, Processo Licitatório **Nº. 117/2026 –** EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO DE ATA - Objetivo: "Aquisição de medicamentos através da adesão à ARPE 93.2026, originado do Pregão 380.2025 para distribuição gratuita à população". Ata nº 93/2026 - I – Acácia Comércio de Medicamentos Ltda, Ata nº 93/2026 – II - Alfalagos Ltda, Ata nº 93/2026 – III - Biohosp Produtos Hospitalares S.A, Ata nº 93/2026 – IV - Bioin Farmácia de Manipulação LTDA, Ata nº 93/2026 – V - Cazi Química Farmacêutica Industria e Comercio LTDA, Ata nº 93/2026 – VI - Comercial Cirúrgica Rioclarense LTDA , Ata nº 93/2026 – VII - Estrati Vegetali Farmacia e Manipulação LTDA, Ata nº 93/2026 – VIII - Inovamed Hospitalar Ltda, Ata nº 93/2026 – IX - Sameh Soluções Hospitalares Ltda, Ata nº 93/2026 – X - Soma/MG Produtos Hospitalares Ltda.

Carlos Chagas (MG), 11 de setembro de 2026.

LUDMILA APARECIDA SOARES SOUZA.
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Aline Teixeira de Almeida
Código Identificador:12F64BD4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DA MATA

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
CONCORRÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Licitação – Concorrência Eletrônica n.º 013/2026 – Processo Licitatório n.º 126/2026. o município de Carmo da Mata-MG, torna público o edital da Concorrência Eletrônica nº 013/2026. Objeto: contratação de empresa especializada em execução de Calçamento em trecho após o viaduto da linha férrea da Comunidade do Riacho do município de Carmo da Mata/MG, incluindo mão de obra e materiais, conforme especificações constantes no projeto básico, planilhas orçamentárias, projetos existentes e demais documentos, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Carmo da Mata/MG, nos termos do projeto aprovado. Data e horário de início da sessão: 30/09/2026 às 9h. Maiores informações e edital completo no site: www.carmodamata.mg.gov.br.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:59A9E11B

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Licitação – Credenciamento n.º 008/2026 – Processo Licitatório n.º 108/2026. o município de Carmo da Mata-MG, torna público o edital do credenciamento nº 008/2026. Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (MECÂNICA E ELÉTRICA), COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, FILTROS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, COMPONENTES E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Data e horário para início do envio da documentação: 23/09/2026 às 8h. Maiores informações e edital completo no site: www.carmodamata.mg.gov.br.

MÔNICA BORGES DE SOUSA **–**
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Raíssa Karolyna Alves Santos
Código Identificador:30D7E29F

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE CONTRATO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE CONTRATO CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: CONTRATADO: **CLINICA MEDICA FELIPE AMERICO LTDA, CNPJ Nº 41.455.068/0001-42**. OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTA MÉDICAS EM DIVERSAS ESPECIALIDADES EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DATA: 14/09/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA **–**
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:8A866877

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE CONTRATO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE CONTRATO CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: CONTRATADO: **E. A. DE QUEIROZ JUNIOR, CNPJ nº 41.198.651/0001-15**. OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTA MÉDICAS EM DIVERSAS ESPECIALIDADES EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DATA: 14/09/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA **–**
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:62B94221

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG – EXTRATO DE CONTRATO. O MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE CONTRATO CUJA DESPESA CORREU À CONTA DE DOTAÇÕES PRÓPRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE: CONTRATADO: **Silveira S Servicos Medicos LTDA, CNPJ nº 36.706.744/0001-73**. OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTA MÉDICAS EM DIVERSAS ESPECIALIDADES EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DATA: 14/09/2026.

MÔNICA BORGES DE SOUSA **–**
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:AE4FC02E

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
PREGAO ELETRONICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico n.º 059/2026 – Processo Licitatório n.º 123/2026. o município de Carmo da Mata - MG, torna público o edital do Pregão Eletrônico nº 059/2026. Objeto: AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) LIXEIRAS PARA RUA, DESTINADAS À INSTALAÇÃO NA PRAÇA SITUADA ENTRE A RUA JOSÉ LOBATO E A RUA BALDUÍNO RESENDE, NO MUNICÍPIO DE CARMO DA MATA/MG, COMO PARTE DAS AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO E MELHORIA DO ESPAÇO PÚBLICO PREVISTAS NA EMENDA IMPOSITIVA Nº 04/2026, EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS. Data e horário de início da sessão: 25/09/2026 às 9h. Maiores informações e edital completo no site: www.carmodamata.mg.gov.br.

MÔNICA BORGES DE SOUSA **–**
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Raíssa Karolyna Alves Santos
Código Identificador:83BE61D7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
AVISO DE FRACASSO - P.E. 046-2026

AVISO DE FRACASSO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026

O **MUNICÍPIO DE CARMO DE MINAS/MG**, por intermédio da Gerência de Compras e Licitações, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a *Lei Federal nº 14.133/2021*, torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação abaixo identificada restou **FRACASSADA**, nos seguintes termos:

I – DA IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Processo Licitatório: nº 115/2026.

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 46/2026, amparado no *art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021*.

Objeto: Aquisição de 01 (uma) bicicleta elétrica nova, aro 29, com capacidade mínima de carga de 150 kg, destinada à utilização pelo Fiscal de Posturas do Município, constituída em lote único (Lote 1), conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência e do instrumento convocatório.

Fundamento legal: *Lei Federal nº 14.133/2021*.

Órgão promotor: Prefeitura Municipal de Carmo de Minas/MG.

Plataforma: Licitar Digital.

II – DO MOTIVO DO FRACASSO

O certame restou fracassado após a desclassificação das propostas apresentadas e esgotada a ordem de classificação, sem licitantes remanescentes aptos a atender ao objeto licitado. A licitante classificada em primeiro lugar, **COMERCIAL ITABIRANO DE VARIEDADES LTDA**, **CNPJ nº 04.678.809/0001-28**, teve sua proposta desclassificada com fundamento no *art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021*, c/c os itens 9.2, 11.5 e 11.6 do Edital, porquanto o produto ofertado (modelo DUOS CONFORT) não atendeu a requisitos essenciais do Termo de Referência (Anexo I), notadamente: aro das rodas (exigido 29 polegadas, ofertado 24/26 polegadas); capacidade de carga (exigido mínimo de 150 kg, ofertado 120 kg); garantia do motor e componentes principais (exigido mínimo de 12 meses, ofertado 6 meses); e bateria (exigida de íons de lítio ou tecnologia equivalente ou superior, com autonomia mínima de 30 km, ofertada também versão com bateria de chumbo), conforme manifestação técnica do Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Relatório Técnico de Conformidade juntados aos autos, sendo as especificações do Termo de Referência vinculantes, nos termos do *art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021*.

A proposta subsequente na ordem de classificação, apresentada pela licitante **SMS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, **CNPJ nº 25.235.133/0001-78**, no valor de **R$ 14.850,00** (quatorze mil, oitocentos e cinquenta reais), foi desclassificada com fundamento no *art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021*, c/c os itens 10.2 e 11.5 do Edital, por ofertar valor superior ao preço máximo estimado para a contratação, fixado em **R$ 5.073,24 (**cinco mil e setenta e três reais e vinte e quatro centavos), conforme Termo de Referência (Anexo I). Não havendo licitantes remanescentes na ordem de classificação, o Lote 1 foi declarado fracassado, conforme Ata de Pregão e Ata de Lotes Fracassados, não tendo sido interpostos recursos ou contrarrazões, com ratificação da Autoridade Competente, nos termos do *art. 71 c/c o art. 75, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021*.

III – DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Os autos foram encaminhados à Gerência de Compras e Licitações para reavaliação do Termo de Referência e da estimativa de preços (pesquisa de preços), com vistas à instrução de novo procedimento licitatório, observadas as diretrizes de planejamento da contratação previstas na *Lei Federal nº 14.133/2021*.

IV – DA PUBLICIDADE

O presente aviso será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do Município, em cumprimento ao disposto no *art. 54 da Lei Federal nº 14.133/2021*, assegurando-se a publicidade e a transparência dos atos.

Carmo de Minas/MG, 14 de setembro de 2026.

LEANDRO SILVA DE FREITAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:D3988F1C

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
AVISO DE FRACASSO - P.E. 048-2026

AVISO DE FRACASSO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026

O **MUNICÍPIO DE CARMO DE MINAS/MG**, por intermédio da **Gerência de Compras e Licitações**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021**, torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação abaixo identificada restou **FRACASSADA**, nos seguintes termos:

I – DA IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Processo Licitatório: nº 119/2026.

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 48/2026.

Objeto: Eventual e futura aquisição de seringas para insulina, dividida em 2 (dois) lotes, sendo o **Lote 1** – Seringa para insulina, matéria-prima polipropileno, capacidade 100 UI, bico monobloco ou corpo único, dimensão da agulha 8 x 0,30 mm, graduação 2 UI, estéril, com corpo e êmbolo em polímero plástico e agulha em metal siliconizado, embalagem estéril com dados de identificação, data de fabricação e validade, número do lote e registro ANVISA – na quantidade de **50.000 (cinquenta mil) unidades**; e **Lote 2** – Seringa para insulina, matéria-prima polipropileno, capacidade 50 UI, bico monobloco ou corpo único, dimensão da agulha 6 x 0,25 mm, graduação 1 UI, estéril – na quantidade de **20.000 (vinte mil) unidades**, conforme especificações do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021.

Órgão promotor: Prefeitura Municipal de Carmo de Minas/MG.

Plataforma: Licitar Digital.

II – DO MOTIVO DO FRACASSO

O certame restou fracassado em razão da ausência de propostas com preços compatíveis com o valor estimado fixado no instrumento convocatório, ainda que esgotada a fase de negociação, nos termos da **Ata de Lotes Fracassados** e da **Ata de Propostas Enviadas**, tendo em vista que os menores lances apresentados – `R$ 1,50` no **Lote 1** e `R$ 0,54` no **Lote 2** – superaram o valor estimado unitário de `R$ 0,27` e `R$ 0,24`, respectivamente, inviabilizando a adjudicação dos lotes, conforme ratificação da Autoridade Competente, nos termos do **art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

III – DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Os autos foram encaminhados à **Gerência de Compras e Licitações** para reavaliação do Termo de Referência e da estimativa de preços (pesquisa de preços), com vistas à instrução de novo procedimento licitatório, observadas as diretrizes de planejamento da contratação previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**.

IV – DA PUBLICIDADE

O presente aviso será publicado no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no sítio eletrônico oficial do Município, em cumprimento ao disposto no **art. 54 da Lei Federal nº 14.133/2021**, assegurando-se a publicidade e a transparência dos atos.

Carmo de Minas/MG, 14 de setembro de 2026.

LEANDRO SILVA DE FREITAS
Agente de Contratação

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:693C342A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
EXTRATO DÉCIMO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 128-2023

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 128/2023

DÉCIMO TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 099/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CARMO DE MINAS - MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede de sua Prefeitura

Municipal na Rua Luiz Gomes, nº 150, Centro, CNPJ 18.188.243/0001-60.

CONTRATADA: TRI SERVICE ENGENHART'S E TERCEIRIZAÇÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 41.904.681/0001-08.

OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo contratual por **60 (sessenta) dias corridos**, a contar de **20 de setembro de 2026**, para execução das correções necessárias identificadas em vistoria e formalizadas em notificação à empresa contratada.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo Aditivo fundamenta-se no **art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993**, que autoriza a prorrogação dos prazos de execução de obras e serviços quando houver motivo justificado, devidamente comprovado em processo administrativo.

DATA DA ASSINATURA: 14/09/2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:1EFB33D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010-1-2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010-1/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 060/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CARMO DE MINAS - MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua Luiz Gomes, nº 150, Centro, CNPJ 18.188.243/0001-60.

CONTRATADA: **MULTIPLIQUE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **47.861.572/0001-29**.

OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração do valor unitário do item **Feijão Preto – Tipo I**, conforme consta na Ata de Registro de Preços nº 010-1/2026, firmada em 13 de maio de 2026, em razão de **reequilíbrio econômico-financeiro**, conforme solicitação da Contratada, análise técnica do setor demandante e parecer jurídico.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este aditamento fundamenta-se no artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, que assegura a manutenção do equilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos, bem como no artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil..

DATA DA ASSINATURA: 14/09/2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:223094FC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001-2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026

SEGUNDO TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 179/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CARMO DE MINAS - MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua Luiz Gomes, nº 150, Centro, CNPJ 18.188.243/0001-60.

CONTRATADA: **COMERCIAL CENIRA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **46.924.939/0001-43**.

OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor unitário do item **Carne Bovina em Pedaços**, em virtude da necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Tal alteração fundamenta-se na variação atípica dos preços de mercado, devidamente comprovada por meio de notas fiscais de aquisição do fornecedor e parecer jurídico favorável, contando com a anuência e aprovação da Secretaria Municipal de Educação.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este aditamento fundamenta-se no artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, que assegura a manutenção do equilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos, bem como no artigo 37, inciso XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil..

DATA DA ASSINATURA: 14/09/2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:FC94D0A0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DE MINAS
EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 077-2024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 077/2024

TERCEIRO TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CARMO DE MINAS - MG, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua Mário Junqueira da Silveira, nº 700, Olaria, CNPJ 18.188.243/0001-60.

CONTRATADA: **AGIT SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 08.774.904/0001-86.

OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo de **25% (vinte e cinco por cento)** sobre o quantitativo inicial do Contrato nº 077/2024, cujo escopo consiste na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (Grupos A, B e E), visando assegurar a continuidade e a integralidade do serviço essencial de saúde pública no município.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente aditamento fundamenta-se no art. 124, inciso I, alínea "b", e no art. 125, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante alteração unilateral pela Administração, devidamente justificada.

DATA DA ASSINATURA: 14/09/2026.

DARCI PALMA DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Silva de Freitas
Código Identificador:18EF0129

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARNEIRINHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 60/2026 - REGISTRO DE PREÇOS

Prefeitura Municipal de Carneirinho/MG. Aviso de Edital. Pregão Eletrônico nº 60/2026 – Registro de Preços. Tipo: Menor Preço. O Município de Carneirinho/MG, através do Diretor de Licitação, vem tornar pública a abertura do certame para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DOSES DE SÊMEN BOVINO CONVENCIONAL E SEXADO, BEM COMO DE MATERIAIS, INSUMOS E ACESSÓRIOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM BOVINOS, PARA ATENDIMENTO DAS AÇÕES E PROGRAMAS DE MELHORAMENTO GENÉTICO E DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL. Data/hora de início da sessão de disputa: às 08h30min do dia de 28 de setembro de 2026. Local de retirada do Edital: Rua Otávio Francisco Vilela, nº 1.565, Jardim Primavera, Carneirinho-MG – CEP – 38.290.000 – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO. Fone: (34) 3454-0201 ou através do endereço eletrônico: http://www.carneirinho.mg.gov.br/licitacoes-e-contratos e também na Plataforma eletrônica LICITANET - www.licitanet.com.br.

Carneirinho/MG, 11 de setembro de 2026.

MARCUS LEANDRO DE OLIVEIRA CAVALIN –
Diretor de Licitação.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:15DE6A4E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 44/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO/MG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2026. Extrato de Adjudicação e Homologação. O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, ADJUDICA e HOMOLOGA o procedimento licitatório em epígrafe, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DO ENSINO UNIVERSITÁRIO RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR LOCALIZADAS NOS MUNICÍPIOS DE DESTINO, ABRANGENDO AS ROTAS NºS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 E 09, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL, às empresas vencedoras do certame: ALINE TRANSPORTE TURISMO LTDA - ME - 07.324.035/0001-25, no Valor total de R$: 57.987,61 412.986,00 (quatrocentos e doze mil, novecentos e oitenta e seis reais); DANIEL QUEIROZ MACHADO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 40.277.460/0001-86, no valor total de R$: R$ 214.793,00 (duzentos e quatroze mil, setecentos e noventa e três reais); HILDA QUIRINO TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 17.260.744/0001-48, no valor de R$: R$ 379.392,00 (trezentos e setenta e nove mil, trezentos e noventa e dois reais); IRAIDES PIMENTA DE FREITAS EIRELI – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 10.217.473/0001-07, no valor de R$: $ 989.850,80 (novecentos e oitenta e nove mil, oitocentos reais e oitenta centavos); ASRODRIGUES RODRIGUES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.268.643/0001-95, no valor de R$: R$ 260.336,00 (duzentos e sessenta mil, seiscentos e sessenta reais); LUCAS MACHADO DE SOUZA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 30.796.421/0001-31 no valor de R$: R$ 90.440,00 (noventa mil, quatrocentos e quarenta reais). Totalizando no valor geral de R$: 2.347.797,80 (Dois milhões, trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e noventa e sete reais e oitenta centavos). Data da Adjudicação e homologação: 19/08/2026. Carneirinho/MG.

WILLIAN MARTINS MAIA-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:A1CF6A0F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 87/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO/MG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2026. Extrato Do termo de contrato nº. 87/2026. Contratante: O Município de Carneirinho/MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 26.042.515/0001-48; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DO ENSINO UNIVERSITÁRIO RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR LOCALIZADAS NOS MUNICÍPIOS DE DESTINO, ABRANGENDO AS ROTAS NºS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 E 09, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DESTE EDITAL, e conforme Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026. A proposta do Fornecedor e a Ata da Sessão Pública do Pregão, cujos termos são parte integrante do presente instrumento; FORNECEDORES: ALINE TRANSPORTES TURISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 07.324.035/0001-25, no Valor total de: O valor global estimado deste Contrato é de R$ 412.986,00 (quatrocentos e doze mil, novecentos e oitenta e seis reais), correspondente à estimativa total de até 64.900 km (sessenta e quatro mil e novecentos) kilômetros rodados ao longo de sua vigência; Vigência: O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura (ou conforme Ordem de Serviço inicial), podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja interesse público e obtenção de preços mais vantajosos. 24/08/2026.Carneirinho/MG. Assinatura:*Willian Martins Maia-* Prefeito Municpal- Contratante.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:FB5D9509

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 88/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO/MG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2026. Extrato Do termo de contrato nº. 87/2026. Contratante: O Município de Carneirinho/MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 26.042.515/0001-48; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DO ENSINO UNIVERSITÁRIO RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, COM DESTINO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR LOCALIZADAS NOS MUNICÍPIOS CORRESPONDENTES, ABRANGENDO AS ROTAS NºS 01 E 09, PARA ATENDIMENTO AO CALENDÁRIO ACADÊMICO/LETIVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E DETALHAMENTOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DESTE EDITAL, e conforme Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026. A proposta do Fornecedor e a Ata da Sessão Pública do Pregão, cujos termos são parte integrante do presente instrumento; FORNECEDORES: ALINE TRANSPORTES TURISMO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 07.324.035/0001-25, no Valor total de: O valor global estimado deste Contrato é de R$ 412.986,00 (quatrocentos e doze mil, novecentos e oitenta e seis reais), correspondente à estimativa total de até 64.900 km (sessenta e quatro mil e novecentos) kilômetros rodados ao longo de sua vigência; Vigência: O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses,

contados a partir da data de sua assinatura (ou conforme Ordem de Serviço inicial), podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja interesse público e obtenção de preços mais vantajosos. 24/08/2026. Carneirinho/MG. Assinatura:*Willian Martins Maia*-Prefeito Municpal- Contratante.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:B5F5DC21

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 89/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO/MG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2026. Extrato Do termo de contrato nº. 89/2026. Contratante: O Município de Carneirinho/MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 26.042.515/0001-48; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DO ENSINO UNIVERSITÁRIO RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, COM DESTINO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR LOCALIZADAS NOS MUNICÍPIOS CORRESPONDENTES, ABRANGENDO A ROTA Nº 02, PARA ATENDIMENTO AO CALENDÁRIO ACADÊMICO/LETIVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E DETALHAMENTOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DESTE EDITAL, e conforme Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026. A proposta do Fornecedor e a Ata da Sessão Pública do Pregão, cujos termos são parte integrante do presente instrumento; FORNECEDORES: HILDA QUIRINO TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 17.260.744/0001-48, no Valor total de: O valor global estimado deste Contrato é de R$ 379.392,00 (trezentos e setenta e nove mil, trezentos e noventa e dois reais), correspondente à estimativa total de até 66.560 km (sessenta e seis mil, quinhentos e sessenta) kilômetros rodados ao longo de sua vigência; Vigência: O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura (ou conforme Ordem de Serviço inicial), podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja interesse público e obtenção de preços mais vantajosos. 24/08/2026.Carneirinho/MG. Assinatura:*Willian Martins Maia*-Prefeito Municpal- Contratante.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:8F13A10E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 90/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO/MG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2026. Extrato Do termo de contrato nº. 90/2026. Contratante: O Município de Carneirinho/MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 26.042.515/0001-48; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DO ENSINO UNIVERSITÁRIO RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, COM DESTINO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR LOCALIZADAS NOS MUNICÍPIOS CORRESPONDENTES, ABRANGENDO AS ROTAS Nºs 04, 06 e 07, PARA ATENDIMENTO AO CALENDÁRIO ACADÊMICO/LETIVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E DETALHAMENTOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DESTE EDITAL, e conforme Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026. A proposta do Fornecedor e a Ata da Sessão Pública do Pregão, cujos termos são parte integrante do presente instrumento; FORNECEDORES: IRAIDES PIMENTA DE FREITAS EIRELI – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 10.217.473/0001-07, no Valor total de: O valor global estimado deste Contrato é de R$ 989.850,80 (novecentos e oitenta e nove mil, oitocentos reais e oitenta centavos), correspondente à estimativa total de até 204.200,00 km (duzentos e quatro mil e duzentos) kilômetros rodados ao longo de sua vigência; Vigência: O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura (ou conforme Ordem de Serviço inicial), podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja interesse público e obtenção de preços mais vantajosos. 24/08/2026.Carneirinho/MG. Assinatura:*Willian Martins Maia*-Prefeito Municpal- Contratante.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:7D398EFA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 93/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO/MG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2026. Extrato Do termo de contrato nº. 93/2026. Contratante: O Município de Carneirinho/MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 26.042.515/0001-48; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DO ENSINO UNIVERSITÁRIO RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, COM DESTINO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR LOCALIZADAS NOS MUNICÍPIOS CORRESPONDENTES, ABRANGENDO A ROTA Nº 05, PARA ATENDIMENTO AO CALENDÁRIO ACADÊMICO/LETIVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E DETALHAMENTOS TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DESTE EDITAL, e conforme Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026. A proposta do Fornecedor e a Ata da Sessão Pública do Pregão, cujos termos são parte integrante do presente instrumento; FORNECEDORES: ASRODRIGUES RODRIGUES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.268.643/0001-95, no Valor total de: O valor global estimado deste Contrato é de R$ 260.336,00 (duzentos e sessenta mil, seiscentos e sessenta reais), correspondente à estimativa total de até 42.400,00 km (quarenta e dois mil e quatrocentos) kilômetros rodados ao longo de sua vigência; Vigência: O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura (ou conforme Ordem de Serviço inicial), podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja interesse público e obtenção de preços mais vantajosos. 25/08/2026.Carneirinho/MG. Assinatura:*Willian Martins Maia*-Prefeito Municpal- Contratante.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:211DDF65

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 95/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNEIRINHO/MG. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2026. Extrato Do termo de contrato nº. 95/2026. Contratante: O Município de Carneirinho/MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 26.042.515/0001-48; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DO ENSINO UNIVERSITÁRIO RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, COM DESTINO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR LOCALIZADAS NOS MUNICÍPIOS CORRESPONDENTES, ABRANGENDO A ROTA Nº 08, PARA ATENDIMENTO AO CALENDÁRIO ACADÊMICO/LETIVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E DETALHAMENTOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DESTE EDITAL, e conforme Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026. A proposta do Fornecedor e a Ata da Sessão Pública do Pregão, cujos termos são parte integrante do presente instrumento; FORNECEDORES: LUCAS MACHADO DE SOUZA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 30.796.421/0001-31, no Valor total de: O valor global estimado deste Contrato é de R$ 90.440,00 (noventa mil, quatrocentos e quarenta reais), correspondente à estimativa total de até 17.000,00 km (dezessete mil) kilômetros rodados ao longo de sua vigência; Vigência: O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura (ou conforme Ordem de Serviço inicial), podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que haja

interesse público e obtenção de preços mais vantajosos. 26/08/2026. Carneirinho/MG. Assinatura:*Willian Martins Maia*-Prefeito Municpal- Contratante.

Publicado por:
Marcus Leandro de Oliveira Cavalin
Código Identificador:CEA93173

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CÁSSIA

MUNICÍPIO DE CÁSSIA
"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE TONERS MONOCROMÁTICOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁSSIA –MG. Torna público que realizará o seguinte Processo de Dispensa: **DISPENSA n° 082/2026.** Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGA DE TONERS MONOCROMÁTICOS",**
O Edital está a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Cássia/MG, e no site www.cassia.mg.gov.br . Disponível para enviar propostas até o dia 17/09/2026 ás 16h no email compras1@cassia.mg.gov.br ou sede da Prefeitura Municipal de Cássia/MG

Cássia/MG, 14 de Setembro de 2026.

DONIZETE VILELA,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nicolas Arantes Silva
Código Identificador:429506BC

MUNICÍPIO DE CÁSSIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026 - GEORREFERENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁSSIA/MG PRC 141/26 – PREG ELETRÔNICO 036/26 – REGISTRO DE PREÇOS 031/26. A Prefeitura de Cássia/MG torna público que realizará o seguinte Processo Administrativo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 036/2026. Objeto: "Futura e eventual contratação de empresa para execução de serviços técnicos de engenharia e tecnologia da informação para prestação de serviços de atualização do cadastro imobiliário, aerolevantamento fotogramétrico e perfilométrico LiDAR, mapeamento móvel 360° LiDAR e implantação de sistema de geoprocessamento na modalidade SaaS e integração ao SINTER/CIB, voltados à manutenção do cadastro técnico multifinalitário.", sendo recebidas as propostas até às 8h do dia 29 de SETEMBRO de 2.026, e início da disputa de lances às 8h30min do mesmo dia, cujo critério de julgamento será o de "Menor Preço Por Lote GLOBAL", conforme anexo I. O Edital do Pregão Eletrônico está à disposição dos interessados nos sites www.bnc.org.br e www.cassia.mg.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, na sala da Seção de Licitações, nos dias úteis das 7h às 11h e das 13h às 17h – informações pelo tel. (0**35) 3541-5709 / 5710 ou pelos e-mails licitacoes@cassia.mg.gov.br, cleiton.batista@cassia.mg.gov.br e vinicius.melo@cassia.mg.gov.br. Para tirar dúvidas técnicas contactar Rafael – Seção de Tributos (35) 3541-5700 e pelo e-mail rafael.salerno@cassia.mg.gov.br.

Cássia/MG, 14 de SETEMBRO de 2.026.

DONIZETE VILELA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vinicius Portela Melo
Código Identificador:E6946154

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CATAS ALTAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 101/2025

Concorrência Eletrônica nº 009/2024
Processo autuado nº 201/2024
Termo de Rescisão Contratual Amigável
Contrato nº 101/2025
Contratante: Município De Catas Altas.
Contratada: Steios de Minas Construtora Ltda.
Objeto: Rescisão amigável do contrato de execucão de obras de construção civil para a reforma de edificação tombada da Capela do Senhor do Bonfim no distrito do Morro D' Água Quente em Catas Altas/MG e seu entorno, em atendimento a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, conforme termo de referência, projetos, planilhas, cronograma físico-financeiro e demais anexos, em conformidade com o art. 138, inciso II, combinado com o art. 137, § 2º, incisos III e IV e art. 139, inciso II da Lei nº 14.133/2021.
Data da Rescisão: 09 de setembro de 2026.

Catas Altas/MG, 14 de setembro de 2026.

FLÁVIA APARECIDA MENDES BATISTA
Secretária Municipal de Turismo e Cultura
Gestora

Publicado por:
Dândara Cristina Barbosa
Código Identificador:A4B0A7EA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CENTRALINA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO 017/2026

AVISO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO 017/2026
A Prefeitura Municipal de Centralina - MG, torna público nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o chamamento público, Processo de Licitação – Inexigibilidade/Credenciamento nº **018/2026** para **CHAMAMENTO PÚBLICO NA FORMA DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTOR DE CURSO DE MÚSICA PARA ATENDER AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E PAIF** O credenciamento acontecerá a partir do dia 17/09/2026. As informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Centralina pelo telefone (34) 99643-2900/ 3267-0102 ou pelo e-mail:licitacao.centralina@gmail.comdas 08:00 às 17:00 horas.
Os documentos referentes ao Credenciamento poderão ser entregues presencialmente ou encaminhado no E-mail: licitacao.centralina@gmail.com. O Edital de Chamamento completo está disponível no site: https://centralina.mg.gov.br/licitanew.html

Centralina, 11 de setembro de 2026.

SUELAINE DE FÁTIMA MOURA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Suelâine Fátima Moura Silva
Código Identificador:9F7C6A56

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CLÁUDIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PRC 147 2026 - PE 041 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026. Objeto: O

objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços especializados de locação de itens para festas infantis. ADJUDICO E HOMOLOGO o objeto do certame às empresas: ISL BRINQUEDOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 33.968.159/0001-53, no valor total de R$142.051,80 (cento e quarenta e dois mil, cinquenta e um reais e oitenta centavos).

Cláudio, 14 de setembro de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:8FFBD2AC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA 300 2026 - PRC 147 2026 - PE 041 2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO: O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO N° 147/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 041/2026**. Objeto: O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços especializados de locação de itens para festas infantis. **ATA Nº 300/2026, ISL BRINQUEDOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 33.968.159/0001-53, no valor global de R$142.051,80 (cento e quarenta e dois mil, cinquenta e um reais e oitenta centavos). Vigência: 14/09/2026 a 14/09/2027. Fundamentação Legal: Art. 28, I, da Lei 14.133/21.

Cláudio, 14 de setembro de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:813A6714

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 173 2026 - PRC 162 2026 - ADESÃO 007 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO, PROCESSO LICITATÓRIO N° 162/2026, ADESÃO N° 007/2026. O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato do **CONTRATO Nº 173/2026**. Objeto: Realização de avaliações de imóveis urbanos e rurais e de levantamentos topográficos planialtimétricos georreferenciados, que serão conduzidos pela Secretaria de Obras e Infraestrutura e integrados a uma plataforma digital própria, na modalidade SaaS (Software as a Service), destinada a apoiar a gestão patrimonial e cartorial dos imóveis públicos, permitindo o armazenamento, controle e atualização contínua das informações técnicas e jurídicas do acervo imobiliário. O sistema será controlado e acompanhado pelo Setor de Patrimônio, pertencente à Manutenção de Atividades da Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão, e a contratação contempla ainda suporte técnico especializado, treinamento dos usuários e atualizações permanentes da versão mais recente do software, assegurando a operação plena, a eficiência e a modernização contínua da gestão imobiliária dos entes consorciados, através das empresas **XRE SISTEMAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 55.801.006/0001-50. O valor total estimado da contratação é de R$ 395.702,55 (trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Vigência 27/08/2026 a 27/08/2027.

Cláudio, 14 de setembro de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:80A692FE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CÔNEGO MARINHO

COMISÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº 060/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS Nº 060/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

O Município de Cônego Marinho – MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna público que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA**, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo critério de julgamento de menor preço. Convênio nº 00181/2026 (Transferências do Estado Referentes a Convênios e Outros Repasses).
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de reforma da Escola Municipal João Lopes Corrêa, localizada na Comunidade de Dourados, zona Rural do Município de Cônego Marinho-MG, contemplando os serviços e intervenções previstos nos projetos de engenharia e demais documentos técnicos, sem dedicação exclusiva de mão de obra. A sessão do pregão iniciará no dia 29/09/2026, às 09h00min, no site Plataforma da Bolsa Nacional de Compras – BNC - https://bnc.org.br/
informações: *licitacao@conegomarinho.mg.gov.br*.

Cônego Marinho – MG, 14 de setembro de 2026.

JOÃO WHELLINGTON DE SOUZA
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Berenice Alves Barbosa
Código Identificador:5EC8FB15

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONGONHAL

GABINETE
DECRETO Nº 03603 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026. "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 60 .000, 00 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSTANTES DO VIGENTE ORÇAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DECRETO Nº 03603
de 14 de SETEMBRO de 2026.

"Abre Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 60 .000, 00 para reforço de dotações constantes do vigente orçamento e da outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL de(a)(o) CONGONHAL, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei/Resolução 1730 de 11 de DEZEMBRO de 2025,

D E C R E T A:

Art.: 1º Fica aberto um Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) para reforço de dotações constantes do vigente orçamento, conforme especificação abaixo:

02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0006 - 4490.51.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES
1.020 - CONSTRUCAO E AMPLIAÇÃO UNIDADES DE SAUDE
2.601.99 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estrutur Valor: 60.000,00 (Sessenta Mil Reais)
Adiciona: 60.000,00

Art.: 2º Para abertura do presente Decreto foram utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, conforme previsto no art. 43 da Lei Federal 4.

320/64.

Art.: 3º O(A) DECRETO entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/09/2026.

Suplementação se faz necessária para atender as necessidades de investimentos e melhorias da infraestrutura das unidades de saúde, contribuindo para a adequação dos espaços, qualificação da estrutura fisica e melhorias das condições de atendimento à população.

CONGONHAL - MG, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR
Prefeito Municipal
RG: M-1.779.839

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:BCB589DC

GABINETE
DECRETO Nº 03604 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026. "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 14 .000, 00 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSTANTES DO VIGENTE ORÇAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DECRETO Nº 03604
de 14 de SETEMBRO de 2026.

"Abre Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 14 .000, 00 para reforço de dotações constantes do vigente orçamento e da outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL de(a)(o) CONGONHAL, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei/Resolução 1730 de 11 de DEZEMBRO de 2025,

D E C R E T A:

Art.: 1º Fica aberto um Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R$ 14.000,00 (Quatorze Mil Reais) para reforço de dotações constantes do vigente orçamento, conforme especificação abaixo:

02.04.01 - DIRETORIA DE ESPORTES
27.812.0008 - 3390.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS €23 PESSOA JURÍDICA
2.031 - MANUT.DESP.DESPORTO AMADOR
1.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos Valor: 9.000,00 (Nove Mil Reais)
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.302.0006 - 3390.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS €23 PESSOA JURÍDICA
2.052 - DESPESAS TRANSPORTE DE PACIENTES PARA TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO
1.500.95 - Recursos destinados à Ações e Serviços Públicos de Saúde Valor: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)
Adiciona: 14.000,00

Art.: 2º Para abertura do presente Decreto foram utilizados recursos resultantes de Anulação Parcial ou Total de Dotações Orçamentárias ou de Créditos Adicionais, autorizados em Lei, conforme previsto no art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02.04.01 - DIRETORIA DE ESPORTES
27.812.0008 - 3390.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS €23 PESSOA FÍSICA
2.031 - MANUT.DESP.DESPORTO AMADOR
1.500.99 - Recursos não Vinculados de Impostos Valor: 9.000,00 (Nove Mil Reais)
02.05.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.302.0006 - 3190.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS
2.058 - DESPESAS COM O CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL - CAPS
1.500.95 - Recursos destinados à Ações e Serviços Públicos de Saúde Valor: 5.000,00 (Cinco Mil Reais)
Reduz: 14.000,00

Art.: 3º O(A) DECRETO entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/09/2026.

Suplementação realizada devido o saldo orçamentário na dotação não ser suficiente para a despesa a ser realizada

DECRETO Nº 03604
de 14 de SETEMBRO de 2026.

CONGONHAL - MG, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JUNIOR
Prefeito Municipal
RG: M-1.779.839

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:390CB787

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

PROCURADORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 4921/2026, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO MUNICIPAL Nº 4921/2026, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

RETIFICA O DECRETO MUNICIPAL Nº 4917/2026, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026, QUE DECLARA EMERGÊNCIA ECONÔMICA NO SETOR AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO DE CONQUISTA/MG, PARA CORRIGIR ERRO MATERIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONQUISTA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição da República e a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a existência de erro material no preâmbulo do Decreto Municipal nº 4917/2026, de 02 de setembro de 2026, que faz referência indevida ao Município de Conceição das Alagoas/MG;

CONSIDERANDO que a correção de erro material em ato normativo não importa alteração de conteúdo, mérito ou efeitos do ato original, podendo ser efetivada por simples retificação, sem necessidade de revogação ou de novo procedimento;

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o preâmbulo do Decreto Municipal nº 4917/2026, de 02 de setembro de 2026, para corrigir erro material, passando o último "considerando" a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

CONSIDERANDO por fim, a necessidade de resguardar o emprego no campo, a viabilidade dos estabelecimentos rurais, a renda das famílias, a atividade do comércio local e a arrecadação tributária do Município de Conceição das Alagoas/MG,

Leia –se

CONSIDERANDO *por fim, a necessidade de resguardar o emprego no campo, a viabilidade dos estabelecimentos rurais, a renda das*

famílias, a atividade do comércio local e a arrecadação tributária do Município de Conquista/MG,

Art. 2º Permanecem inalteradas e ratificadas as demais disposições do Decreto Municipal nº 4917/2026, de 02 de setembro de 2026, não atingidas por este Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de publicação do Decreto Municipal nº 4917/2026, de 02 de setembro de 2026, exclusivamente quanto ao trecho ora corrigido.

Prefeitura Municipal de Conquista/MG, aos 14 (quatorze) dias do mês de setembro de 2026.

BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andria Maira Manzan Crosara
Código Identificador:8B13E664

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORAÇÃO DE JESUS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 032/2026

O MUNICÍPIO DE CORAÇÃO DE JESUS/MG, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, torna público o Processo Licitatório Nº 084/2026 Pregão Eletrônico Nº 032/2026, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DESTE MUNICIPIO.** A participação na presente licitação se dará pela PLATAFORMA LICITARDIGITAL, disponível no endereço eletrônico https://app.licitardigital.com.br/login.

PERÍODO PARA REGISTRO DE PROPOSTAS: de 15/09/2026 até as 07h59min de 28/09/2026.
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08:00 (Oito horas) do dia 28/09/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

O Edital e seus respectivos anexos estão disponíveis na integra para download no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br), no site do Município (www.coracaodejesus.mg.gov.br) e na Plataforma Licitar Digital (https://app.licitardigital.com.br/login). Maiores informações através do e-mail: licitacoracao@yahoo.com.br ou pelo telefone: (38)3228-2282.

Coração de Jesus- MG, 14 de setembro de 2026.

GILMAR MOREIRA DA SILVA
Secretário Municipal de Obras Públicas

Publicado por:
Ronaldo Vilela Prado Junior
Código Identificador:A7D7BCAB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2025

Extrato do 1º Termo Aditivo ao contrato nº 110/2025 – Data da assinatura: 11/09/2026 - Contratante: Município de Coração de Jesus-MG - Contratado: **FHC ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA** - Processo Administrativo nº 80/2025 –Modalidade: Concorrência Eletrônica N° 06/2025 - Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE CEMEI NO DISTRITO DE PONTE DOS CIGANOS, NESTE MUNICIPIO.**
Em decorrência das alterações quantitativas e da readequação da planilha orçamentária, o valor global do presente Termo Aditivo corresponde a **R$ 141.386,92 (cento e quarenta e um mil, trezentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centavos)**, conforme planilha orçamentária anexada ao processo.

Coração de Jesus/MG, 11 de setembro de 2026.

MARIA HELENA PIRES PEREIRA
Secretaria Municipal de Educação

FHC ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
Contratada

Publicado por:
Tartalis Taligierisson Ribeiro Santos
Código Identificador:04E0002E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE REAJUSTE CONFORME O IPCA DO CONTRATO Nº 102/2024

Extrato do 3° Termo Aditivo ao contrato nº 23/2024 – Data da assinatura: 11/09/2026 - Contratante: Município de Coração de Jesus-MG - Contratado: NEIMARY RABELO ARAUJO. Licitação: Processo Administrativo 41/2024 – Modalidade: Inexigibilidade N° 08/2024 – Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEI NO DISTRITO DE PONTE DO CIGANOS – fica alterada a Cláusula do preço conforme tabela a baixo;

PERCENTUAL REAJ. CONFORME IPCA	*UNIDADE/ MÊS*	*VALOR UNITARIO ANTERIOR*	*VALOR UNITARIO REAJ.*	*VALOR GLOBAL*
5,60%	**03**	**R$ 500,00**	**R$ 528,00**	**R$ 1.584,00**

Coração de Jesus/MG, Sexta-Feira, 11 de setembro de 2026.

MARIA HELENA PIRES PEREIRA
Secretaria Municipal de Educação
Locatário

NEIMARY RABELO ARAUJO
Locador

Publicado por:
Mariana Sampaio Batista
Código Identificador:5ABB47F7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE REAJUSTE CONFORME O IPCA DO CONTRATO Nº 56/2023

Extrato do 6º Termo Aditivo ao contrato nº 56/2023 – Data da assinatura: 11/09/2026 - Contratante: Município de Coração de Jesus-MG - Contratado: 50.418.610 LUIZ GUSTAVO RIBEIRO LOPES - Processo Administrativo nº 57/2023 – Modalidade: Pregão Presencial 37/2023 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CAMINHÃO CARROCERIA ABERTA PARA MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PUBLICAS MUNICIPAIS NA SEDE E NOS DISTRITOS DO MUNICIPIO DE CORAÇÃO DE JESUS/MG.. – fica alterada também a cláusula do preço;

INPC: 4,31%
Valor diária anterior: R$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais).
Valor Acrescentado Mensal: R$ 18,78 (dezoito reais e setenta e oito centavos).
Valor Acrescentado diária: R$ 453,78 (quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e oito centavos).

Coração de Jesus/MG, Sexta-feira, 11 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS MOTA
Sec. Mun. De Planejamento, Gestão e Finanças.

50.418.610 LUIZ GUSTAVO RIBEIRO LOPES
Contratada

Publicado por:
Mariana Sampaio Batista
Código Identificador:FD4D2C4F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORONEL XAVIER CHAVES

PREFEITURA MUNICIPAL
16º TERMO ADITIVO - PL 53/2024

EXTRATO DO 16º TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 53/2024, Concorrência 03/2024 **– OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO SALÃO SOCIAL, LOCALIZADO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES MUNICIPAL JOÃO BATISTA ASSUNÇÃO EM CORONEL XAVIER CHAVES/MG. Vencedora: AGORA DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 36.113.090/0001-74. Fica alterada a Cláusula Terceira do instrumento contratual originário, para o fim específico de prorrogar a sua vigência até o dia 22 de outubro de 2026. Juliana Jaques Camargos – Agente de Contratação**.** Coronel Xavier

Chaves/MG, 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Juliana Jaques Camargos
Código Identificador:AA26F836

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PL 101/2026

Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves/MG. Aviso de Licitação Presencial - Processo Licitatório: 101/2026, Pregão Presencial: 54/2026, do tipo **Menor Preço por Item**. Objeto: **Contratação de empresa especializada para futura e eventual prestação de serviços de preparo, fritura e fornecimento de churros (em tamanho intermediário), com produção e distribuição no local dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, incluindo mão de obra, equipamentos, utensílios, insumos, ingredientes e demais materiais necessários à execução dos serviços. Credenciamento e Abertura: dia 29/09/2026 às 08h30min**. O edital está disponível no site "www.coronelxavierchaves.mg.gov.br". Mais informações na Prefeitura Municipal à Rua Padre Reis, 84, Centro, Coronel Xavier Chaves/MG, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min. Tel.:(32) 3216-1053 (Ramais 109 e 110) / (32) 99199-6496 (*WhatsApp*).

Coronel Xavier Chaves-MG, 14 de setembro de 2026.

JULIANA JAQUES CAMARGOS
Pregoeira

Publicado por:
Juliana Jaques Camargos
Código Identificador:F14EB399

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CRISTÁLIA

COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO 050/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTÁLIA/MG torna público o Processo Licitatório nº 050/2026 – Credenciamento nº. 001/2026, Inexigibilidade n° 019/2026, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM CLÍNICA MÉDICA DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS UNIDADES MUNICIPAIS INTEGRANTES DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CRISTÁLIA/MG, COMPREENDENDO PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS MÉDICOS DESTINADOS ÀS EQUIPES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E À MANUTENÇÃO DA COBERTURA ASSISTENCIAL DAS UNIDADES MUNICIPAIS INTEGRANTES DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE**. Recebimento das propostas: de 24/09/2026 até às 09h00 do dia 24/09/2027. Abertura da sessão pública: 14/09/2026, às 09h00. Edital disponível no sítio eletrônico do Município: http://www.cristalia.mg.gov.br, e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

TAMIRES RIBEIRO.
Agente de Contratação

Publicado por:
Letícia Daiany de Oliveira
Código Identificador:8F3E4AF2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CURVELO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 6.865, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 3.956, de 30 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares para suprir as seguintes dotações do orçamento vigente:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.01 GABINETE DO PREFEITO
02.01.01 GABINETE DO PREFEITO
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0401 Gestão das Políticas de Governo
04.122.0401.2005 Direção Geral da Política Municipal
3.3.50.41.00 054 Contribuições R$12.856,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$12.856,00
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.10.02 SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
12 Educação
12.365 Educação Infantil
12.365.1202 Educação Infantil – Primeiros Passos
12.365.1202.2255 Manutenção de Creches Municipais
3.3.90.30.00 541 Material de Consumo R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$300,00
02.13 ASSESSORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
02.13.01 ASSESSORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0401 Gestão das Políticas de Governo
04.122.0401.2207 Gestão de Assuntos Estratégicos
3.3.90.33.00 725 Passagens e Despesas com Locomoção R$3.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$3.000,00
TOTAL: R$16.156,00

Art. 2º Para atender ao disposto no art. 1º deste Decreto, utilizar-se-ão como recursos os abaixo descritos, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, os resultantes de anulação parcial ou total:
02 PREFEITURA MUNICIPAL
02.01 GABINETE DO PREFEITO
02.01.01 GABINETE DO PREFEITO
04 Administração
04.122 Administração Geral
04.122.0401 Gestão das Políticas de Governo
04.122.0401.2005 Direção Geral da Política Municipal
4.4.90.52.00 060 Equipamento e Material Permanente R$12.856,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$12.856,00
02.10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02.10.02 SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA
12 Educação
12.361 Ensino Fundamental
12.361.1201 Educação e Comunidade pela Qualidade
12.361.1201.2136 Conservação de Prédios Escolares
4.4.90.52.00 498 Equipamento e Material Permanente R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$300,00
02.13 ASSESSORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
02.13.01 ASSESSORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
26 Transporte
26.782 Transporte Rodoviário
26.782.2601 Planejamento Urbano e Mobilidade
26.782.2601.2085 Manutenção de Trânsito e Transporte
3.3.90.30.00 740 Material de Consumo R$3.000,00
1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos R$3.000,00
TOTAL: R$16.156,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curvelo, 11 de setembro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:E375CB44

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 38/2026

– PARTES: O Município de Curvelo e o Asilo da Velhice Desamparada de Curvelo.
– OBJETO: consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a transferência de recursos financeiros à OSC, em regime de mútua cooperação com o MUNICÍPIO, para garantir custeio das despesas com folha de pagamento e primeira parcela do 13º salário dos colaboradores, assegurando a continuidade, qualidade e segurança dos serviços prestados aos idosos acolhidos, ação de relevância pública e social, conforme definido no Plano de Trabalho.
– VALOR: O valor total deste Termo de Fomento é de R$105.574,84 (cento e cinco mil quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), sendo o valor de R$105.313,62 (cento e cinco mil trezentos e treze reais e sessenta e dois centavos) a ser transferido pelo MUNICÍPIO, e o valor de R$261,22 (duzentos e sessenta e um reais e vinte e dois centavos) como aporte da OSC através de contrapartida financeira voluntária.
–DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
02.16.04.08.241.0810.2336.3.3.50.41.00-887-1.500.000.0000.
– DO PRAZO, DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO: o prazo de execução deste Instrumento será a partir da data de sua assinatura até 9 de setembro de 2027; o prazo de vigência deste Instrumento será a partir da data de sua assinatura até 9 de outubro de 2027; os prazos dispostos poderão ser alterados, por meio de Termo Aditivo, mediante solicitação fundamentada da OSC, devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO, em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término da sua vigência, ou mediante a verificação desta necessidade pelo MUNICÍPIO, com a anuência da OSC, desde que não haja alteração de seu objeto.
– GESTORA: Kívia Nayara Araújo Lima, Matrícula nº 77.728-0.
– DATA DA ASSINATURA: 9 de setembro de 2026.

Publicado por:
Guilherme Menezes Sampaio
Código Identificador:A3E4372B

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.843, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

EXONERA, A PEDIDO, VIVIANE TRINDADE CAMPOS, DO CARGO PÚBLICO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS I.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 576/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Viviane Trindade Campos, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 006.xxx.xxx-03, do cargo público efetivo de Auxiliar de Serviços I, pertencente ao Quadro dos Cargos Efetivos do Grupo Ordinário, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Código SG-03, conforme Anexo III do Quadro Geral dos Servidores, da Lei Complementar nº 177, de 11 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de setembro de 2026.

Curvelo, 14 de setembro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:27DDAA2C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RECURSOS FINANCEIROS – EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Curvelo, na conformidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, vem notificar, através do presente Edital, os partidos políticos, os sindicatos dos trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação do recurso financeiro no valor abaixo discriminado:

Data do crédito	Conta corrente	Valor do crédito
11/09/26	62.525-6 - Fundeb	R$ 3.196,94
10/09/26	42.048-4 – IPI	R$ 32.044,34

Curvelo, 14 de setembro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:21DA8A8D

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
TERMO DE FILIAÇÃO FNP

Pelo presente instrumento, o município de **Curvelo (MG)**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no **CNPJ 17.695.024/0001-05** representado por seu prefeito **Gustavo Nascimento,** inscrito no CPF nº 067.699.686-81, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 8º da Lei nº 14.341/2022, vem por meio do presente instrumento formalizar a filiação do município à Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos – FNP, associação de representação de municípios, de abrangência nacional, de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 05.703.933/0001-69, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra 8, Bloco B-50, 8º andar, sala 827, Venâncio Shopping, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.333-900, o que faz nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – TERMOS GERAIS

Por meio do presente Termo de Filiação, o Município filiado manifesta a vontade de aderir à Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos – FNP, que atua na defesa de interesses gerais dos municípios e no fortalecimento dos municípios por meio de representação política, técnica e social, consoante os termos da Lei nº 14.341/22. A FNP promove, ainda, o intercâmbio de informações e o desenvolvimento de projetos, além de atuar em processos legislativos e judiciais, garantindo voz ativa e soluções para demandas municipais. Com a adesão, o Município filiado passa a gozar de todos os direitos e deveres previstos no Capítulo IV do Estatuto da FNP.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FILIAÇÃO

A filiação do município é formalizada por ato discricionário do Chefe do Poder Executivo municipal, independentemente de autorização em lei específica, mediante assinatura deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DESFILIAÇÃO

O Município poderá solicitar sua desfiliação a qualquer momento, mediante comunicação escrita do chefe do Poder Executivo, a qual produzirá efeitos imediatos.

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRIBUIÇÃO
O município contribuirá para manutenção da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos com o **valor anual de R$ 42.853,00** referente ao pagamento da **contribuição FNP - Ano 2027**, fixado em Assembleia Geral, vigente na data da assinatura deste Termo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O pagamento da contribuição e os repasses de valores à FNP deverão estar previstos na lei orçamentária anual do Município, conforme dispõe a Lei nº 14.341/2022.
PARÁGRAFO SEGUNDO. A forma de pagamento da contribuição poderá ser realizada em cota única ou em parcelas mensais, conforme critérios deliberados em Assembleia Geral, registrado em ata.
PARÁGRAFO TERCEIRO. Os valores das contribuições poderão ser reajustados anualmente, conforme deliberado e aprovado em Assembleia Geral e registrado em ata.
PARÁGRAFO QUARTO. DISPOSIÇÕES GERAIS
Todos os repasses de valores realizados à FNP, relatórios financeiros anuais, bem como despesas, termos de cooperação, contratos, convênios e quaisquer ajustes com entidades públicas ou privadas, associações nacionais e organismos internacionais, firmados no desenvolvimento de suas finalidades institucionais, estarão disponíveis no sítio eletrônico www.fnp.org.br para consulta do cidadão.
PARÁGRAFO ÚNICO. O município filiado compromete-se a realizar a publicação imediata deste instrumento de filiação em órgão de imprensa oficial do Município.

Curvelo/MG, 03 de setembro de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito de Curvelo (MG)

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:03087AC3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIAMANTINA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 090, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui e nomeia os membros das Comissões Municipais de Seleção, de Acompanhamento e de Recursos do Programa Minha Casa Minha Vida Rural (MCMV - Rural) no âmbito do Município de Diamantina/MG, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO as disposições da legislação federal que rege o Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV (Lei Federal nº. 14.620/2023) e suas regulamentações para a modalidade Rural;

CONSIDERANDO a necessidade de estruturação de órgãos colegiados municipais para coordenar, executar, acompanhar e julgar as fases do processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida Rural (MCMV - Rural);

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções, a fim de garantir a regularidade, a transparência e a imparcialidade na condução dos trabalhos e na apreciação de eventuais recursos administrativos;

CONSIDERANDO as indicações de servidores apresentadas pelas Secretarias Municipais demandadas em atendimento à solicitação formal da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, formalizadas através do Memorando nº 84/2026 da referida pasta,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam instituídas as Comissões Municipais do Programa Minha Casa Minha Vida Rural (MCMV - Rural), órgãos colegiados de caráter deliberativo e executivo para a gestão e operacionalização do processo de seleção de beneficiários no Município de Diamantina/MG, compreendendo:
I – Comissão de Seleção;
II – Comissão de Acompanhamento;
III – Comissão de Recursos.

Art. 2º. A **Comissão de Seleção**, responsável pelo recebimento, análise documental, aplicação dos critérios de elegibilidade e classificação preliminar dos candidatos, será composta pelos seguintes membros:

I – Pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente:
a) Jairo Gomes Santos – Matrícula: 88416;
b) Karina Tangari Lopes – Matrícula: 3454.

II – Pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:
a) Ana Lúcia Silva – Matrícula: 273;
b) Patricia Sheilla da Cunha – Matrícula: 3423.

III – Pela Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio:
a) Waldemir Wilher da Cunha – Matrícula: 001555;
b) Silma da Silva Camilo – Matrícula: 900102.

Art. 3º. A Comissão de Acompanhamento, com competência para fiscalizar a execução das etapas, articular ações com as comunidades tradicionais/rurais, acompanhar a transparência e publicidade dos processos e promover o controle social das ações desenvolvidas, será composta pelos seguintes
membros:

I – Pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente:
a) Yuli Caroline Figueiredo – Matrícula: 804;
b) Virginia Cruz Lopes e Macedo Coelho – Matrícula: 2994.

II – Pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:
a) Helen Cristina Buttignol Perrella – Matrícula: 3455;
b) Gabriel Elias Amorim Matos – Matrícula: 3855.

III – Pela Secretaria Municipal de Governo:
a) Magda Fabrina Pereira – Matrícula: 2820;
b) Vinicius Fernandes de Souza – Matrícula: 3441.

Art. 4º. A Comissão de Recursos, responsável por julgar, em instância revisora, as impugnações e recursos administrativos interpostos em face das decisões da Comissão de Seleção e solicitar documentação complementar quando necessário, será composta pelos seguintes membros:

I – Pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente:
a) Gabrielly de Cássia Soares Cunha – Matrícula: 3302;
b) Thais Amanda Barbosa– Matrícula: 714.

II – Pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:
a) Débora Maria Fernandes Rocha – Matrícula: 3815.

III – Pela Secretaria Municipal de Educação:
a) Adailton Muniz – Matrícula: 0981;
b) Robervânia Rosa Silva – Matrícula: 3640.

IV – Pela Secretaria Municipal de Administração:
a) Luiz Henrique Bretanha Lins – Matrícula: 3288.

Parágrafo único. Em atenção ao princípio da segregação de funções, nenhum membro nomeado para a Comissão de Recursos poderá integrar cumulativamente a Comissão de Seleção.

Art. 5º. A atuação dos membros nas Comissões referidas nesta Portaria será considerada serviço público relevante, não remunerada.

Art. 6º. Para subsidiar seus trabalhos, as Comissões poderão solicitar assessoramento técnico de órgãos e entidades públicas municipais, estaduais ou federais, bem como de especialistas nas matérias pertinentes.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantina/MG, 14 de setembro de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:50E51F03

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n.º 272/2026, Modalidade: Concorrência Eletrônica n.º 014/2026. Processo SEI nº 26.1.000027367-4. Objeto: Contratação de empresa para execução das obras de construção de Creche Tipo 2 - Padrão FNDE, no Bairro Cidade Nova, no Município de Diamantina (MG). Fonte de Recursos: Termo de Compromisso nº 979228/2025/FNDE/CAIXA. Recebimento das Propostas: a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros até às 08:59 horas do dia 08/10/2026. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:00 horas do dia 08/10/2026, no endereço eletrônico: https://ammlicita.org.br/, horário de Brasília – DF. Cópia completa do edital também pode ser obtida no endereço eletrônico www.diamantina.mg.gov.br.

Diamantina, 14 de setembro de 2026.

CARLOS AUGUSTO MEIRA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Carlos Augusto Meira
Código Identificador:0244A1F9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 013/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2024 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 90010/2024

Contratante: Câmara Municipal de Divinópolis, CNPJ 23.774.227/0001-90. Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ 90.180.605/0001-02. 1. Objeto: Fica alterada a cláusula segunda, que trata da vigência do contrato original, prorrogando-a por um período de mais 12 (doze) meses, com início às 24 horas do dia 20 de setembro de 2026 e término às 24 horas do dia 20 de setembro de 2027. 2. As despesas contratuais correrão à conta da Dotação Orçamentária nº 01.001.001. 01.122.1010.2003 – Gestão das Atividades Operacionais Gerais – Ficha: 1198 –3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. 3. Ficam ratificadas e permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 013/2024 que não foram expressamente modificadas por este Termo Aditivo.

Divinópolis, 14 de setembro de 2026.

VEREADOR ISRAEL MENDONÇA,
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis.

Publicado por:
Ana Bárbara Valentim Silva
Código Identificador:2282246B

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
LEI Nº 9.762, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza a doação onerosa de bem imóvel à pessoa jurídica denominada Prime Vista Ltda.

O Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Vereador Israel da Farmácia, nos termos do § 7º do art. 51 da Lei Orgânica Municipal, promulga a presente Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à empresa Prime Vista LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 62.295.444/0001-59, a gleba 200, quadra 100, zona 058, com área de 452.754,77 m² (quatrocentos e cinquenta e dois mil setecentos e cinquenta e quatro metros quadrados e setenta e sete centímetros quadrados), situada no lugar denominado "Gafanhoto", novo Centro Industrial do Complexo da Ferradura, zona urbana deste município, havida da matrícula 2205 do CRI local.

§ 1º A doação de que trata o caput fundamenta-se no art. 16, I, "a", da Lei Orgânica Municipal, mediante atendimento ao interesse público e conforme encargos fixados, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social no município, mediante:

I - incentivo à instalação e ampliação de atividades econômicas e industriais;

II - geração de emprego e renda;

III - diversificação da base produtiva municipal;

IV - adensamento das cadeias produtivas regionais;

V - atração de investimentos para o município.

§ 2º O imóvel descrito no caput foi avaliado em R$ 5.523.608,19 (cinco milhões quinhentos e vinte e três mil seiscentos e oito reais e dezenove centavos), aplicando-se o desconto de 30% (trinta por cento) ao valor referencial de avaliação, visando fortalecer a competitividade do Município na atração de investimentos estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico local, conforme estudos elaborados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEMDE, baseados em indicadores do Ranking de Competitividade dos Municípios.

CAPÍTULO II
DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Seção I
Dos encargos e obrigações da Donatária

Art. 2º A doação de que trata esta lei dar-se-á mediante o cumprimento dos seguintes encargos pela Donatária:

I - providenciar a disponibilização de infraestrutura básica (água, esgoto e energia elétrica) no local da gleba no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da lavratura da escritura pública de doação onerosa;

II - arcar com todas as despesas necessárias à instalação da infraestrutura básica, incluindo taxas, ligações e equipamentos necessários;

III - em caso de descumprimento do prazo estabelecido no inciso I por motivos imputáveis à donatária, ficará sujeita às penalidades previstas nesta Lei, podendo o Município declarar a resolução da doação;

IV - o prazo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante requerimento fundamentado apresentado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e autorização expressa do Município;

V - concluir a construção, a qual deverá ocupar, no mínimo, 40% (quarenta por cento) da metragem de área útil edificável do imóvel, conforme proposta apresentada e aprovada;

VI - iniciar o funcionamento das atividades econômicas previstas de acordo com o cronograma de investimentos e o plano de negócios apresentados, no prazo estabelecido no cronograma apresentado, contado da data de efetivação da ligação definitiva de água, esgoto e energia elétrica no ponto de entrada da gleba;

VII - para fins do disposto no inciso V deste artigo, considera-se área útil edificável:

a) áreas cobertas destinadas às atividades operacionais (edificações);
b) áreas descobertas com investimento em pavimentação asfáltica ou de concreto com especificação técnica adequada ao uso;
c) sistema de drenagem com dimensionamento específico e infraestrutura (pátios operacionais, estacionamentos pavimentados, áreas estruturadas de carga/descarga);
d) excluindo-se apenas áreas verdes obrigatórias (mínimo de 20%) e áreas de preservação ambiental obrigatórias, se for o caso.

VIII - o prazo para conclusão da construção e início das atividades será de até 10 (dez) anos, conforme cronograma apresentado pela Donatária na proposta, contados da data de emissão do respectivo termo de ligação pelas concessionárias;

IX - promover o investimento total de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), conforme previsto no cronograma de investimento apresentado, dentro do prazo de 10 (dez) anos contados da ligação definitiva de água, esgoto e energia elétrica; admitida redução de até 20% (vinte por cento) do valor total de investimento previsto, desde que devidamente justificada;

X - comprovação dos investimentos, pela donatária, mediante documentação idônea, incluindo notas fiscais, contratos e relatórios contábeis, quando solicitada pelo Município;

XI - manter ininterrupto o funcionamento da empresa pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data de efetivo início das atividades;

XII - desenvolver no imóvel doado atividades econômicas compatíveis com as previstas no objeto social da empresa, construção de empreendimentos sob medida, locação de imóveis próprios e demais atividades correlatas, e indústria de transformação e logísticas (CNAE 10 a 33, 38, 41.10, 49.30, 52 e 68);

XIII - as atividades desenvolvidas deverão estar em conformidade com a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) vigente no Município de Divinópolis/MG e com os parâmetros urbanísticos de zoneamento;

XIV - o imóvel deverá ser obrigatoriamente destinado ao objetivo previsto no ato de concessão da autorização de funcionamento do empreendimento, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, contados do início efetivo de suas operações;

XV - gerar empregos diretos até o décimo ano de atividade, atingindo a projeção de 50 (cinquenta) empregos diretos, conforme proposta apresentada; admitida redução de até 20% (vinte por cento) da meta de empregos diretos projetada;

XVI - priorizar, quando possível, a contratação de mão de obra local, residente no município de Divinópolis/MG;

XVII - manter o número de empregados diretos proposto até completar-se o período de 10 (dez) anos contados do início efetivo das atividades, devidamente comprovado, mediante apresentação de GFIP, CAGED, eSocial ou documentos equivalentes, quando solicitados pelo Município;

XVIII - faturar toda a receita com o empreendimento no município de Divinópolis/MG;

XIX - manter faturamento anual projetado de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), até o décimo ano de atividade, sendo que a data inicial para fins de comprovação e exigência deverá ser considerada como a conclusão da obra e o início efetivo das atividades produtivas no município; admitida redução de até 20% (vinte por cento) do faturamento previsto;

XX - dotar a área de infraestrutura necessária e adequada às suas operações, tais como energia elétrica, telefonia, abastecimento de água potável, asfaltamento, tratamento de esgotos sanitários e efluentes industriais, inclusive manutenção de segurança;

XXI - arcar com todas as despesas necessárias às obras e instalações, observando as normas legais cabíveis, principalmente no tocante à apresentação e execução dos projetos técnicos necessários;

XXII - apresentar para aprovação dos órgãos competentes os projetos técnicos obrigatórios, incluindo arquitetônicos, estruturais, hidrossanitários, elétricos e de prevenção contra incêndio, dentre outros;

XXIII - obter as licenças urbanísticas e ambientais necessárias ao funcionamento do empreendimento, incluindo licenças prévia, de instalação e de operação;

XXIV - responsabilizar-se pela organização, contratação, realização e demais obrigações quanto às obras de infraestrutura.

§ 1º O prazo para início do funcionamento das atividades poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante requerimento fundamentado, a ser submetido à análise pela Controladoria-Geral do Município, nos casos em que restarem comprovadas quaisquer das seguintes condições:

I - a complexidade das obras de construção civil;

II - a dificuldade na obtenção de autorizações ou licenças dos órgãos governamentais competentes para a operação.

§ 2º Em caso de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, poderão ser suspensos por 1 (um) ano os prazos para comprovação do faturamento, voltando a fluir normalmente após a suspensão.

Seção II
Da Compensação Financeira

Art. 3º A doação onerosa de que trata esta Lei fica condicionada ao pagamento, pela donatária, de compensação financeira no valor de R$ 5.523.608,19 (cinco milhões, quinhentos e vinte e três mil, seiscentos e oito reais e dezenove centavos), calculado com base no valor de R$ 12,20/m² aplicado sobre a área de 452.754,77 m².

§ 1º O pagamento da compensação financeira poderá ser parcelado em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, reajustado mensalmente pelo IPCA ou outro índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data da lavratura da escritura pública de doação onerosa.

§ 2º Os recursos arrecadados a título de compensação financeira serão destinados exclusivamente a:

I - obras de infraestrutura e de acesso em vias públicas dos Centros Industriais, incluindo obras de drenagem, duplicação e asfaltamento de vias, a serem executadas pelo próprio Município e diversas daquelas que compõem os encargos à donatária;

II - subsidiariamente, aquisição de novos terrenos pelo Município com destinação exclusiva à expansão de atividades econômicas.

Seção III
Das Obrigações Adicionais

Art. 4º São obrigações adicionais da donatária:

I - respeitar e fazer respeitar toda a legislação pertinente, especialmente as normas urbanísticas, ambientais e sanitárias;

II - recolher, rigorosamente, dentro dos prazos estabelecidos, as importâncias devidas a quaisquer títulos ao Tesouro Municipal;

III - aprovar os projetos necessários à execução das obras de construção, junto aos órgãos competentes e demais licenças urbanísticas e ambientais, obedecendo-se às normas legais;

IV - fornecer ao Município, quando solicitado, toda documentação necessária à apuração do cumprimento das exigências contidas nesta Lei;

V - facilitar o acesso de agentes municipais credenciados às dependências da empresa, para fiscalização do cumprimento das obrigações;

VI - submeter-se à fiscalização periódica por órgãos da Administração Municipal, para comprovação do atendimento às condicionantes estabelecidas;

VII - comunicar previamente ao Executivo Municipal acerca de qualquer alteração de atividade na empresa, a reclamar por prévia anuência.

CAPÍTULO III
DAS RESTRIÇÕES E LIMITAÇÕES

Art. 5º O imóvel objeto da doação com encargos permanecerá inalienável pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data de início das atividades por parte da donatária.

§ 1º Durante o prazo estabelecido no caput, o imóvel não poderá ter sua destinação alterada sem prévia e expressa autorização do Município de Divinópolis, por ato do Chefe do Executivo, mediante requerimento fundamentado e análise técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

§ 2º Caso a Donatária necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento durante o prazo de inalienabilidade, a cláusula de reversão e demais obrigações estabelecidas nesta Lei serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do Município de Divinópolis, mediante prévia comunicação ao Município, acompanhada de cópia do instrumento contratual que a constituir.

§ 3º Na hipótese do § 2º, em caso de excussão da garantia hipotecária pelo credor, o Município será intimado para exercer seu direito de preferência na arrematação ou adjudicação do imóvel.

§ 4º Fica vedada a oferta do imóvel objeto da doação de que trata esta Lei, antes da integral quitação do valor previsto no art. 3º.

Art. 6º Alterações no projeto original poderão ocorrer para atendimento a determinações de órgãos municipais ou exigências da legislação vigente, sendo autorizadas pelo Município mediante análise técnica, desde que mantidos os parâmetros mínimos de aproveitamento (40%), investimento (R$ 24.000.000,00) e geração de empregos (40 postos).

Parágrafo único. As alterações de que trata o caput deverão ser solicitadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de implementação, acompanhadas de memorial justificativo e documentação técnica pertinente.

CAPÍTULO IV
DA SUBUTILIZAÇÃO E REVERSÃO PARCIAL

Seção I
Da Área Subutilizada

Art. 7º Considera-se área subutilizada, para fins de reversão parcial ao patrimônio municipal:

I - a porção do imóvel que, decorridos os prazos previstos no cronograma de expansão apresentado (limitado ao máximo de 10 anos contados do início efetivo das atividades), permaneça sem qualquer destinação prevista no projeto aprovado;

II - excluem-se da definição de área subutilizada:

a) áreas de preservação ambiental obrigatórias, se houver;
b) áreas verdes de permeabilidade obrigatória (mínimo de 20%);
c) áreas técnicas necessárias à operação (reservatórios, ETEs, subestações);
d) áreas objeto de projetos de expansão futura, aprovados pelo Município.

§ 1º A reversão parcial será precedida de:

a) vistoria técnica;
b) laudo de constatação identificando a área subutilizada;
c) notificação à Donatária para apresentar defesa em 60 (sessenta) dias;
d) análise das justificativas e decisão fundamentada;
e) processo de desmembramento da área subutilizada;
f) decreto municipal declarando a reversão.

§ 2º Caso a parte subutilizada seja área encravada (sem acesso a via pública), o Município terá direito à passagem forçada através do imóvel da donatária, com largura mínima de 12 (doze) metros, sem direito a indenização.

§ 3º A definição da área subutilizada será precedida de levantamento topográfico e vistoria técnica realizada por servidores municipais, assegurado o direito de acompanhamento por representante da Donatária.

Seção II
Da Garantia Fundamental

Art. 8º Cumprida a obrigação mínima de ocupação de 40% (quarenta por cento) da metragem de área útil edificável e mantida a destinação econômica prevista, a posse e a propriedade sobre a parcela em que o encargo foi integralmente adimplido permanecerão integralmente asseguradas à Donatária.

CAPÍTULO V
DA REVERSÃO INTEGRAL

Art. 9º O imóvel será revertido integralmente ao Município, com todas as benfeitorias nele existentes e sem direito à indenização ou retenção, nas seguintes hipóteses:

I - extinção ou cessação das atividades da Donatária antes de completados 10 (dez) anos do início efetivo das operações;

II - alteração não autorizada da destinação do imóvel durante o prazo de vinculação;

III - descumprimento de qualquer dos encargos ou obrigações adicionais previstos nesta Lei;

IV - recuperação judicial, falência ou liquidação da empresa Donatária dentro do prazo estabelecido;

V - inadimplência superior a 90 (noventa) dias no pagamento da compensação financeira, após notificação e concessão de prazo de 30 (trinta) dias para regularização;

VI - constatação de fraude, simulação, prestação de informações falsas, não apresentação de documentos solicitados para fiscalização;

VII - alienação ou cessão do imóvel antes do prazo de 10 (dez) anos sem autorização expressa do Município;

VIII - não atingimento dos investimentos mínimos, considerada a tolerância de 20%;

IX - não geração dos empregos mínimos, considerada a tolerância de 20%;

X - não atingimento do faturamento mínimo, considerada a tolerância de 20%;

XI - não aproveitamento de, no mínimo, 40% da área útil edificável.

§ 1º A reversão dar-se-á independentemente de interpelação judicial, mediante abertura de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, e edição de decreto pelo Poder Executivo.

§ 2º Na hipótese de recuperação judicial, a donatária poderá requerer ao Município a suspensão temporária das obrigações de investimento e geração de empregos pelo prazo de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que mantida a operação das atividades e o pagamento da compensação financeira.

§ 3º Em caso de descumprimento das obrigações previstas nesta Lei, a donatária será notificada para apresentar justificativas ou promover a regularização no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da notificação, cujo descumprimento acarretará o cancelamento dos benefícios concedidos e a reversão do imóvel doado ao patrimônio do Município.

§ 4º A reversão não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas em lei, nem a responsabilização civil, administrativa ou criminal pelos danos causados ao patrimônio público ou a terceiros.

§ 5º As benfeitorias de que trata o caput incluem todas as edificações, instalações, pavimentações, sistemas de drenagem e demais melhorias realizadas no imóvel.

CAPÍTULO VI
DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

Art. 10. Em caso de impossibilidade absoluta e comprovada de obtenção de água, esgoto ou energia elétrica em quantitativo adequado ao empreendimento, por motivos não imputáveis à donatária e que inviabilizem de forma definitiva a finalidade econômica do projeto, o evento será qualificado como caso fortuito ou força maior.

§ 1º A configuração de caso fortuito ou força maior dependerá de comprovação mediante:

a) documentação técnica oficial da(s) respectiva(s) concessionária(s) do(s) serviço(s) público(s);
b) laudo técnico elaborado por profissional habilitado;
c) demonstração idônea e efetiva no sentido de que a donatária tenha envidado todos os esforços razoáveis para solução do problema.

§ 2º Caracterizado o caso fortuito ou força maior, o Município instaurará processo administrativo específico para apuração dos fatos e, concluindo-se pela configuração de impossibilidade superveniente não imputável à donatária, proceder-se-á à resolução da doação por impossibilidade de cumprimento do objeto, com os seguintes efeitos:

a) extinção de todas as obrigações recíprocas;
b) reversão do imóvel ao patrimônio municipal, no estado em que se encontrar;
c) não aplicação de penalidades, multas ou sanções à donatária;
d) vedação à invocação de retenção de benfeitorias, pela donatária;
e) ausência de indenização por benfeitorias eventualmente já integralizadas;
f) desobrigação do pagamento das parcelas vincendas da compensação financeira, se for o caso, não havendo que se cogitar restituição daquelas já pagas.

§ 3º Não configuram caso fortuito ou força maior:

a) dificuldades financeiras ou falta de recursos para custear obras;
b) demora ou desídia da Donatária na solicitação das ligações;
c) inadequação do projeto às normas técnicas;
d) opção por não realizar investimentos por questões de estratégia empresarial.

§ 4º Em caso de outros eventos caracterizados como caso fortuito ou força maior (desastres naturais, pandemias, guerras), devidamente comprovados, ficam suspensos os prazos para conclusão das obras e comprovação do faturamento pelo período de duração do evento, limitado a um ano.

CAPÍTULO VII
DA FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 11. O Município, por meio da Controladoria-Geral do Município, com o auxílio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo e de outros órgãos que se fizerem necessários, realizará fiscalização periódica anual acerca do cumprimento das obrigações previstas nesta Lei.

§ 1º A donatária deverá apresentar anualmente, até o dia 31 de março de cada ano, relatório de acompanhamento contendo:

a) comprovação de investimentos realizados (notas fiscais, contratos, medições de obras);
b) comprovação de empregos gerados (GFIP, CAGED ou eSocial);
c) comprovação de faturamento (demonstrativo contábil assinado por contador);
d) registro fotográfico das obras e instalações;
e) memorial descritivo do andamento do projeto;
f) comprovação de pagamento dos tributos municipais.

§ 2º A não apresentação do relatório anual no prazo, após notificação e concessão de prazo adicional de 30 (trinta) dias, sujeitará a donatária a multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

§ 3º A donatária deverá facilitar o acesso de agentes públicos municipais, devidamente credenciados e identificados, às dependências do empreendimento, para realização de vistorias.

§ 4º Ao final de cada exercício financeiro, a Controladoria-Geral do Município elaborará relatório técnico circunstanciado sobre o cumprimento das obrigações.

§ 5º O Município deverá apurar ao final de cada exercício financeiro se houve ou não o cumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei.

CAPÍTULO VIII
DA LIBERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE

Art. 12. Cumpridas integralmente todas as obrigações previstas nesta Lei durante o prazo de 10 (dez) anos contados do início efetivo das atividades, o Município emitirá Carta de Liberação, consolidando a plena propriedade da donatária sobre o imóvel, a qual conterá:

I - qualificação completa da donatária;

II - descrição do imóvel;

III - referência à Lei autorizativa e à escritura pública de doação;

IV - declaração expressa de que todos os encargos foram integralmente cumpridos;

V - liberação expressa de todos os encargos, cláusulas de reversão, inalienabilidade e gravames.

§ 1º A Carta de Liberação será emitida após vistoria final e comprovação documental do cumprimento de todos os encargos, incluindo:

I - conclusão das obras conforme projeto aprovado, com aproveitamento mínimo de 40% da área útil edificável;

II - pagamento integral da compensação financeira;

III - regularidade fiscal e trabalhista;

IV - ausência de pendências ou infrações urbanísticas ou ambientais;

V - admitindo-se quebra de até 20%, comprovação mínima de:

a) investimentos de R$ 30.000.000,00;
b) geração de 50 empregos diretos;
c) faturamento anual de R$ 4.800.000,00.

§ 2º A Carta de Liberação deverá ser emitida em até 60 (sessenta) dias após a confirmação e ateste do cumprimento integral dos encargos, encerrando-se as obrigações estabelecidas nesta Lei, ressalvadas aquelas de natureza permanente.

§ 3º A Carta de Liberação será averbada pela donatária na matrícula do imóvel, às suas expensas, no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento, sob pena de multa.

§ 4º Com a averbação da Carta de Liberação, consideram-se extintos todos os encargos e obrigações, ficando a Donatária com a propriedade plena, livre e desembaraçada do imóvel.

CAPÍTULO IX
DA FORMALIZAÇÃO E CUSTOS

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a praticar todos os atos necessários à efetivação da doação, incluindo a lavratura da escritura pública de doação onerosa e com encargos e a averbação na matrícula do imóvel.

§ 1º A donatária deverá providenciar a lavratura da escritura pública de doação em até 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, sob pena de perda do direito à doação.

§ 2º O prazo de que trata o § 1º poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante requerimento fundamentado apresentado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do término do prazo original.

§ 3º Todos os custos para regularização e transmissão do imóvel, mediante lavratura e registro de escritura pública, e obtenção dos licenciamentos necessários ocorrerão exclusivamente por conta da donatária.

§ 4º A escritura pública de doação deverá conter a transcrição desta Lei e cláusula específica no sentido de que a doação se vincula ao cumprimento integral dos encargos e obrigações adicionais nesta estabelecidos, com a cláusula de reversão, bem como a previsão quanto à emissão de Carta de Liberação, mediante ateste do integral cumprimento dos encargos e obrigações acessórias.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Ao receber o bem mediante doação, a donatária reconhecerá implicitamente o pleno conhecimento de todas as condições, encargos e restrições estabelecidos nesta Lei e no Edital de Chamamento Público nº 026/2025, bem como das consequências do seu descumprimento, não constituindo fundamento para exoneração de responsabilidades ou mitigação de penalidades, eventual alegação de desconhecimento ou alegação de não compreensão das obrigações estabelecidas.

Art. 15. A doação de que trata esta Lei não gera qualquer direito adquirido à donatária, em caso de descumprimento das obrigações estabelecidas, podendo ser revogada a qualquer tempo, nos termos desta Lei.

Art. 16. As controvérsias decorrentes da execução desta Lei que não puderem ser resolvidas administrativamente serão dirimidas no foro da Comarca de Divinópolis, com exclusão de qualquer outro.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 11 de setembro de 2026.

VEREADOR ISRAEL DA FARMÁCIA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ana Bárbara Valentim Silva
Código Identificador:003A6241

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
LEI Nº 9.763, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza a doação onerosa de bem imóvel à pessoa jurídica denominada PRALUM Distribuidora de Alumínio Ltda.

O Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Vereador Israel da Farmácia, nos termos do § 7º do art. 51 da Lei Orgânica Municipal, promulga a presente Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à empresa PRALUM Distribuidora de Alumínio LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 07.662.975/0001-24, área a ser desmembrada do total de 42.714,17 m² (quarenta e dois mil setecentos e quatorze metros quadrados e dezessete centímetros quadrados), correspondente ao lote 003, quadra 174, zona 031, situada na Rua Rosana Noronha Guarany com Rua Sultã Jaber, Centro Industrial Coronel Jovelino Rabelo, zona urbana deste município, havida da matrícula 75.958 do CRI local e avaliada em R$ 821.730,00 (oitocentos e vinte e um mil e setecentos e trinta reais).

§ 1º A doação de que trata o caput fundamenta-se no art. 16, I, "a", da Lei Orgânica Municipal, mediante atendimento ao interesse público e conforme encargos fixados, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social no município, mediante:

I - incentivo à instalação e ampliação de atividades econômicas e industriais;

II - geração de emprego e renda;

III - diversificação da base produtiva municipal;

IV - adensamento das cadeias produtivas regionais;

V - atração de investimentos para o município.

§ 2º Fica autorizada a subdivisão do imóvel descrito no caput, nos seguintes termos:

I - aproximadamente 16.715,00 m² (dezesseis mil setecentos e quinze metros quadrados), correspondente à Área de Preservação Permanente (APP), que permanecerá sob propriedade do Município;

II - área de 26.009,17 m² (vinte e seis mil e nove metros quadrados e dezessete centímetros quadrados), a ser subdividida em dois lotes (A-01 e A-02), de aproximadamente 13.000,00 m² (treze mil metros quadrados) cada, com frente para a Rua Rosana Noronha Guarany.

§ 3º A donatária terá direito de escolha prioritária entre os lotes A-01 e A-02, em razão de ter obtido a maior pontuação (35,57 pontos), entre os interessados nas áreas A-01 e A-02, no Chamamento Público nº 033/2025, cuja faculdade deverá ser formalizada no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação desta Lei, em reunião com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEMDE.

§ 4º Após a escolha da donatária, o lote remanescente será destinado ao segundo interessado classificado (Supermercado PIC Ltda, com 24,48 pontos).

§ 5º A descrição do lote, produto da subdivisão a que se refere o inciso II do § 2º, deverá constar de memorial descritivo, conforme projeto de desmembramento a ser aprovado pelos órgãos competentes, às custas da donatária.

§ 6º A área objeto da doação foi avaliada à razão de R$ 140,47/m² (cento e quarenta reais e quarenta e sete centavos por metro quadrado), sendo aplicado 55% (cinquenta e cinco por cento) de desconto sobre o valor de avaliação, totalizando no valor de R$ 63,21/m² (sessenta e três reais e vinte e um centavos por metro quadrado).

CAPÍTULO II
DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Seção I
Dos Encargos

Art. 2º A doação de que trata esta Lei dar-se-á mediante o cumprimento dos seguintes encargos pela donatária:

I - concluir a construção no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados da publicação desta Lei, ocupando no mínimo 40% (quarenta por cento) da metragem de área útil edificável do imóvel, iniciando o funcionamento de suas atividades econômicas de acordo com o cronograma de investimentos e plano de negócios apresentados;

II - promover o investimento total previsto de R$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), dentro do prazo de conclusão da obra, admitida quebra de até 20% (vinte por cento);

III - manter ininterrupto o funcionamento da empresa pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de efetiva atividade;

IV - priorizar, quando possível, a contratação de mão de obra local;

V - gerar 200 (duzentos) empregos diretos até o décimo ano de atividade, admitida quebra de até 20% (vinte por cento), conforme projeção apresentada no Protocolo de Intenções;

VI - faturar toda a produção de sua unidade de Divinópolis no próprio município de Divinópolis;

VII - manter o faturamento projetado de R$ 6.875.000,00 (seis milhões oitocentos e setenta e cinco mil reais) anuais, até o décimo ano de atividade, admitida quebra de até 20% (vinte por cento) do previsto, sendo que a data inicial para fins de comprovação deverá ser considerada como a conclusão da obra e o início efetivo das atividades produtivas no município;

VIII - não destinar ou utilizar o imóvel para fins diversos dos propostos, na forma do Chamamento Público nº 33/2025, especialmente para atividades enquadradas no CNAE 25.93-4-00 (fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal), pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos;

IX - pagar a título de compensação financeira o valor de R$ 821.730,00 (oitocentos e vinte e um mil, setecentos e trinta reais), correspondente ao valor considerado de R$ 63,21/m², sobre a área de 13.000,00 m²;

X - dotar a área de infraestrutura necessária e adequada às suas operações, tais como energia elétrica, telefonia, abastecimento de água potável, asfaltamento, tratamento de esgotos sanitários e efluentes industriais, inclusive manutenção de segurança, incorrendo sob sua responsabilidade todas as despesas necessárias, observando todas as normas legais cabíveis.

§ 1º O prazo para início do funcionamento das atividades poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante requerimento fundamentado, a ser submetido à análise pela Controladoria-Geral do Município, nos casos em que restar comprovada:

I - a complexidade das obras de construção civil; ou

II - a dificuldade na obtenção de autorizações ou licenças dos órgãos governamentais competentes para a operação.

§ 2º Em caso de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, ficam suspensos por 1 (um) ano os prazos para comprovação do faturamento, voltando a fluir normalmente após a suspensão.

§ 3º O valor da compensação financeira de que trata o inciso IX do caput deste artigo poderá ser parcelado em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, com o vencimento da primeira no prazo de até 30 (trinta) dias da publicação desta Lei, mediante reajuste pela UPFMD (Unidade Padrão Fiscal do Município de Divinópolis).

§ 4º Os valores arrecadados a título de compensação financeira serão destinados exclusivamente a obras de infraestrutura e de acesso em vias públicas dos Centros Industriais, incluindo obras de drenagem, duplicação e asfaltamento de vias, as quais deverão ser executadas mediante contratação pelo próprio Município.

Seção II
Das Obrigações Adicionais

Art. 3º São obrigações adicionais da Donatária:

I - respeitar e fazer respeitar toda a legislação pertinente, especialmente as normas urbanísticas, ambientais e sanitárias;

II - recolher, rigorosamente, dentro dos prazos estabelecidos, as importâncias devidas a quaisquer títulos ao Tesouro Municipal;

III - aprovar o projeto de construção junto aos órgãos competentes e demais licenças urbanísticas e ambientais, obedecendo as normas legais;

IV - fornecer ao Município, quando solicitado, toda documentação necessária à apuração do cumprimento das exigências contidas nesta Lei;

V - facilitar o acesso de agentes municipais credenciados às dependências da empresa, para fiscalização do cumprimento das obrigações;

VI - submeter-se à fiscalização periódica por órgãos da Administração Municipal, para comprovação do atendimento às condicionantes estabelecidas;

VII - comunicar previamente ao Executivo Municipal acerca de qualquer alteração de atividade na empresa, a reclamar por prévia anuência.

CAPÍTULO III
DAS RESTRIÇÕES E INALIENABILIDADE

Art. 4º O imóvel objeto desta doação permanecerá inalienável pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de assinatura da escritura pública de doação.

§ 1º Durante o período de inalienabilidade, o imóvel não poderá ter sua destinação alterada, sem prévia e expressa autorização pelo Município de Divinópolis.

§ 2º A Donatária somente poderá ceder o imóvel objeto da doação a terceiros, no todo ou em parte, após decorridos dez anos da publicação desta Lei.

Art. 5º Caso a Donatária necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações previstas

nesta Lei serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do Município de Divinópolis.

Parágrafo único. Fica vedada a oferta do imóvel objeto da doação em fidúcia, enquanto não quitada integralmente a compensação financeira de que trata o inciso IX do art. 2º.

CAPÍTULO IV
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 6º O Município deverá apurar, ao final de cada exercício financeiro, o cumprimento das obrigações assumidas pela Donatária, mediante fiscalização pela Controladoria-Geral do Município.

Parágrafo único. A donatária deverá apresentar, até o dia 31 de março de cada ano, relatório comprobatório do cumprimento das obrigações, acompanhado de:

I - comprovação do número de empregados diretos registrados;

II - demonstrativo de faturamento do exercício anterior;

III - comprovação de regularidade fiscal e trabalhista;

IV - documentação adicional que venha a ser solicitada pela fiscalização.

CAPÍTULO V
DA REVERSÃO

Art. 7º O descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta Lei, assim como em termo(s) de compromisso devidamente formalizado(s) perante o Município de Divinópolis, ensejará a reversão do imóvel descrito no art. 1º ao patrimônio público municipal.

§ 1º A reversão será aplicada independentemente de ação judicial, mediante instauração de processo administrativo, para apuração de responsabilidades, observadas as prerrogativas do contraditório e da ampla defesa, após prévia notificação da Donatária, para regularização no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

§ 2º A reversão implicará o retorno do imóvel ao acervo imobiliário do Município, com todos os acréscimos nele existentes, sem direito a indenização ou retenção de benfeitorias.

Art. 8º São hipóteses de reversão automática do imóvel ao patrimônio municipal:

I - extinção da empresa donatária, por qualquer forma, dentro do prazo de 10 (dez) anos contados do início efetivo das atividades;

II - recuperação judicial, falência ou liquidação da empresa donatária;

III - destinação ou utilização do imóvel para fins diversos dos autorizados;

IV - alienação ou cessão do imóvel, antes do prazo estabelecido no art. 4º;

V - cessação das atividades pela donatária, dentro do prazo de dez anos a contar do início das atividades no local ou, após o decurso deste, por mais de dois anos, pela donatária ou sua sucessora.

Parágrafo único. O prazo de dois anos a que se refere o inciso V do caput poderá ser prorrogado, mediante requerimento devidamente fundamentado.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º As despesas com a lavratura da escritura pública, registro imobiliário, impostos e taxas incidentes sobre a doação ocorrerão por conta da donatária, a quem recai exclusiva responsabilidade pela obtenção dos licenciamentos necessários à edificação, instalação e funcionamento no local.

Parágrafo único. A escritura pública deverá ser lavrada no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da quitação do valor previsto no inciso IX do art. 2º.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 11 de setembro de 2026.

VEREADOR ISRAEL DA FARMÁCIA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ana Bárbara Valentim Silva
Código Identificador:E0C399FE

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
LEI Nº 9.764, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza a doação onerosa de bem imóvel à pessoa jurídica denominada Supermercado PIC Ltda.

O Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Vereador Israel da Farmácia, nos termos do § 7º do art. 51 da Lei Orgânica Municipal, promulga a presente Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à empresa Supermercado PIC Ltda., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 25.978.313/0001-40, área a ser desmembrada do total de 42.714,17 m² (quarenta e dois mil setecentos e quatorze metros quadrados e dezessete centímetros quadrados), correspondente ao lote 003, quadra 174, zona 031, situada na Rua Rosana Noronha Guarany com Rua Sultã Jaber, Centro Industrial Coronel Jovelino Rabelo, zona urbana deste município, havida da matrícula 75.958 do CRI local e avaliada em R$ 821.730,00 (oitocentos e vinte e um mil e setecentos e trinta reais).

§ 1º A doação de que trata o caput fundamenta-se no art. 16, I, "a", da Lei Orgânica Municipal, mediante atendimento ao interesse público e conforme encargos fixados, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social no município, mediante:

I - incentivo à instalação e ampliação de atividades econômicas e industriais;

II - geração de emprego e renda;

III - diversificação da base produtiva municipal;

IV - adensamento das cadeias produtivas regionais;

V - atração de investimentos para o município.

§ 2º Fica autorizada a subdivisão do imóvel descrito no caput, nos seguintes termos:

I - aproximadamente 16.715,00 m² (dezesseis mil setecentos e quinze metros quadrados), correspondente à Área de Preservação Permanente (APP), que permanecerá sob propriedade do Município;

II - área de 26.009,17 m² (vinte e seis mil e nove metros quadrados e dezessete centímetros quadrados), a ser subdividida em dois lotes (A-01 e A-02), de aproximadamente 13.000,00 m² (treze mil metros quadrados) cada, com frente para a Rua Rosana Noronha Guarany.

§ 3º O lote a ser destinado à donatária será definido após a escolha prioritária da primeira classificada (Pralum Distribuidora de Alumínio Ltda., com 35,57 pontos), conforme resultado do Chamamento Público nº 033/2025, a ser formalizada no prazo de 10 (dez) dias,

contados da publicação desta Lei, em reunião com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

§ 4º A descrição do lote, produto da subdivisão a que se refere o inciso II do § 2º, deverá constar de memorial descritivo, conforme projeto de desmembramento a ser aprovado pelos órgãos competentes, às custas da donatária.

§ 5º A área objeto da doação foi avaliada à razão de R$ 140,47/m² (cento e quarenta reais e quarenta e sete centavos por metro quadrado), sendo aplicado 55% (cinquenta e cinco por cento) de desconto sobre o valor de avaliação, totalizando no valor de R$ 63,21/m² (sessenta e três reais e vinte e um centavos por metro quadrado).

CAPÍTULO II
DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Seção I
Dos Encargos

Art. 2º A doação de que trata esta Lei dar-se-á mediante o cumprimento dos seguintes encargos pela Donatária:

I - concluir a construção no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados da promulgação desta Lei, ocupando no mínimo 40% (quarenta por cento) da metragem de área útil edificável do imóvel, correspondente a, no mínimo, 5.200 m² (cinco mil e duzentos metros quadrados), iniciando o funcionamento de suas atividades econômicas de acordo com o cronograma de investimentos e plano de negócios apresentados;

II - promover o investimento total previsto de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) dentro do prazo de conclusão da obra, admitida quebra de até 20% (vinte por cento), correspondente a um investimento mínimo de R$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais);

III - manter ininterrupto o funcionamento da empresa pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data de efetiva atividade;

IV - priorizar, quando possível, a contratação de mão de obra local;

V - gerar e manter 20 (vinte) empregos diretos adicionais aos atuais 260 (duzentos e sessenta) empregos, totalizando 280 (duzentos e oitenta) empregos diretos até o décimo ano de atividade, admitida quebra de até 20% (vinte por cento), correspondente a um mínimo de 224 (duzentos e vinte e quatro) empregos diretos, conforme projeção apresentada no Protocolo de Intenções;

VI - faturar toda a produção de sua unidade de Divinópolis neste município;

VII - manter o faturamento projetado de R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) anuais até o décimo ano de atividade, admitida quebra de até 20% (vinte por cento) do previsto, correspondente a um faturamento mínimo de R$ 19.200.000,00 (dezenove milhões e duzentos mil reais), sendo que a data inicial para fins de comprovação deverá ser considerada como a conclusão da obra e o início efetivo das atividades produtivas no Município;

VIII - não destinar ou utilizar o imóvel para fins diversos dos constantes do ato de concessão de autorização de funcionamento da empresa, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos;

IX - pagar a título de compensação financeira o valor de R$ 821.730,00 (oitocentos e vinte e um mil e setecentos e trinta reais), correspondente ao valor considerado de R$ 63,21/m² sobre a área de 13.000,00 m²;

X - dotar a área de infraestrutura necessária e adequada às suas operações, tais como energia elétrica, telefonia, abastecimento de água potável, asfaltamento, tratamento de esgotos sanitários e efluentes industriais, inclusive manutenção de segurança, incorrendo sob sua responsabilidade todas as despesas necessárias, observando todas as normas legais cabíveis.

§ 1º O prazo para início do funcionamento das atividades poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante requerimento fundamentado, a ser submetido à análise pela Controladoria-Geral do Município, nos casos em que restar comprovada:

I - a complexidade das obras de construção civil; ou

II - a dificuldade na obtenção de autorizações ou licenças dos órgãos governamentais competentes para a operação.

§ 2º Em caso de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, ficam suspensos por 1 (um) ano os prazos para comprovação do faturamento, voltando a fluir normalmente após a suspensão.

§ 3º O valor da compensação financeira de que trata o inciso IX do caput deste artigo poderá ser parcelado em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, com o vencimento da primeira no prazo de até 30 (trinta) dias da publicação desta Lei, mediante reajuste pela UPFMD (Unidade Padrão Fiscal do Município de Divinópolis).

§ 4º Os valores arrecadados a título de compensação financeira serão destinados exclusivamente a obras de infraestrutura e de acesso em vias públicas dos Centros Industriais, incluindo obras de drenagem, duplicação e asfaltamento de vias, as quais deverão ser executadas mediante contratação pelo próprio Município.

Seção II
Das Obrigações Adicionais

Art. 3º São obrigações adicionais da Donatária:

I - respeitar e fazer respeitar toda a legislação pertinente, especialmente as normas urbanísticas, ambientais e sanitárias;

II - recolher, rigorosamente, dentro dos prazos estabelecidos, as importâncias devidas a quaisquer títulos ao Tesouro Municipal;

III - aprovar o projeto de construção junto aos órgãos competentes e demais licenças urbanísticas e ambientais, obedecendo as normas legais;

IV - fornecer ao Município, quando solicitado, toda documentação necessária à apuração do cumprimento das exigências contidas nesta Lei;

V - facilitar o acesso de agentes municipais credenciados às dependências da empresa, para fiscalização do cumprimento das obrigações;

VI - submeter-se à fiscalização periódica por órgãos da Administração Municipal, para comprovação do atendimento às condicionantes estabelecidas;

VII - comunicar previamente ao Executivo Municipal acerca de qualquer alteração de atividade na empresa, a reclamar por prévia anuência.

CAPÍTULO III
DAS RESTRIÇÕES E INALIENABILIDADE

Art. 4º O imóvel objeto desta doação permanecerá inalienável pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de assinatura da escritura pública de doação.

§ 1º Durante o período de inalienabilidade, o imóvel não poderá ter sua destinação alterada, sem prévia e expressa autorização pelo Município de Divinópolis.

§ 2º A donatária somente poderá ceder o imóvel objeto da doação a terceiros, no todo ou em parte, após decorridos dez anos da publicação desta Lei.

Art. 5º Caso a donatária necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a cláusula de reversão e demais obrigações previstas nesta Lei serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do Município de Divinópolis.

Parágrafo único. Fica vedada a oferta do imóvel objeto da doação em fidúcia, enquanto não quitada integralmente a compensação financeira de que trata o inciso IX do art. 2º.

CAPÍTULO IV
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 6º O Município deverá apurar, ao final de cada exercício financeiro, o cumprimento das obrigações assumidas pela donatária, mediante fiscalização pela Controladoria-Geral do Município.

Parágrafo único. A donatária deverá apresentar, até o dia 31 de março de cada ano, relatório comprobatório do cumprimento das obrigações, acompanhado de:

I - comprovação do número de empregados diretos registrados;

II - demonstrativo de faturamento do exercício anterior;

III - comprovação de regularidade fiscal e trabalhista;

IV - documentação adicional que venha a ser solicitada pela fiscalização.

CAPÍTULO V
DA REVERSÃO

Art. 7º O descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta Lei, assim como em termo(s) de compromisso devidamente formalizado(s) perante o Município de Divinópolis, ensejará a reversão do imóvel descrito no art. 1º ao patrimônio público municipal.

§ 1º A reversão será aplicada independentemente de ação judicial, mediante instauração de processo administrativo, para apuração de responsabilidades, observadas as prerrogativas do contraditório e da ampla defesa, após prévia notificação da Donatária, para regularização no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

§ 2º A reversão implicará o retorno do imóvel ao acervo imobiliário do Município, com todos os acréscimos nele existentes, sem direito a indenização ou retenção de benfeitorias.

Art. 8º São hipóteses de reversão automática do imóvel ao patrimônio municipal:

I - extinção da empresa donatária, por qualquer forma, dentro do prazo de 10 (dez) anos contados do início efetivo das atividades;

II - recuperação judicial, falência ou liquidação da empresa donatária;

III - destinação ou utilização do imóvel para fins diversos dos autorizados;

IV - alienação ou cessão do imóvel, antes do prazo estabelecido no art. 4º;

V - cessação das atividades pela donatária, dentro do prazo de dez anos a contar do início das atividades no local ou, após o decurso deste, por mais de dois anos, pela donatária ou sua sucessora.

Parágrafo único. O prazo de dois anos a que se refere o inciso V do caput poderá ser prorrogado, mediante requerimento devidamente fundamentado.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º As despesas com a lavratura da escritura pública, registro imobiliário, impostos e taxas incidentes sobre a doação ocorrerão por conta da donatária, a quem recai exclusiva responsabilidade pela obtenção dos licenciamentos necessários à edificação, instalação e funcionamento no local.

Parágrafo único. A escritura pública deverá ser lavrada no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da quitação do valor previsto no inciso IX do art. 2º.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 11 de setembro de 2026.

VEREADOR ISRAEL DA FARMÁCIA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ana Bárbara Valentim Silva
Código Identificador:E65417A8

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
LEI Nº 9.765, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza a doação onerosa de bem imóvel à pessoa jurídica denominada Prime Vista Ltda.

O Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Vereador Israel da Farmácia, nos termos do § 7º do art. 51 da Lei Orgânica Municipal, promulga a presente Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à empresa Prime Vista Ltda., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 62.295.444/0001-59, a gleba 500, quadra 101, zona 058, com área de 110.691,20 m² (cento e dez mil seiscentos e noventa e um metros quadrados e vinte centímetros quadrados), situada no lugar denominado "Gafanhoto", zona urbana deste município, havida da matrícula 2208 do CRI local.

§ 1º A doação de que trata o caput fundamenta-se no art. 16, I, "a", da Lei Orgânica Municipal, mediante atendimento ao interesse público e conforme encargos fixados, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social no município, mediante:

I - incentivo à instalação e ampliação de atividades econômicas e industriais;

II - geração de emprego e renda;

III - diversificação da base produtiva municipal;

IV - adensamento das cadeias produtivas regionais;

V - atração de investimentos para o município.

§ 2º O imóvel descrito no caput foi avaliado no valor de R$ 17,44/m² (dezessete reais e quarenta e quatro centavos por metro quadrado), e aplicado desconto de 30% (trinta por cento) corresponde a R$ 12,21/m² (doze reais e vinte e um centavos por metro quadrado), perfazendo o montante total de R$ 1.351.539,55 (um milhão, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

§ 3º O desconto de 30% (trinta por cento) mencionado no § 2º visa fortalecer a competitividade do Município na atração de investimentos estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico local, conforme estudos elaborados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, baseados em indicadores do Ranking de Competitividade dos Municípios.

§ 4º A área exata do imóvel doado será definida após levantamento topográfico e desmembramento, respeitando-se a metragem aproximada estabelecida no caput e as diretrizes do Edital de Chamada Pública nº 027/2025.

§ 5º A localização exata dentro da Gleba 500 será definida em reunião com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, conforme previsto no item 11.3.4 do Edital de Chamada Pública nº 027/2025.

CAPÍTULO II
DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS
Seção I
Dos encargos e obrigações da Donatária

Art. 2º A doação de que trata esta Lei dar-se-á mediante o cumprimento dos seguintes encargos pela Donatária:

I - providenciar a disponibilização de infraestrutura básica (água, esgoto e energia elétrica) no local da gleba no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da lavratura da escritura pública de doação onerosa;

II - arcar com todas as despesas necessárias à instalação da infraestrutura básica, incluindo taxas, ligações e equipamentos necessários;

III - em caso de descumprimento do prazo estabelecido no inciso I por motivos imputáveis à Donatária, ficará sujeita às penalidades previstas nesta Lei, podendo o Município declarar a resolução da doação;

IV - o prazo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante requerimento fundamentado apresentado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e autorização expressa do Município;

V - concluir a construção, a qual deverá ocupar, no mínimo, 40% (quarenta por cento) da metragem de área útil edificável do imóvel, conforme proposta apresentada e aprovada;

VI - iniciar o funcionamento das atividades econômicas previstas de acordo com o cronograma de investimentos e o plano de negócios apresentados, no prazo estabelecido no cronograma apresentado, contado da data de efetivação da ligação definitiva de água, esgoto e energia elétrica no ponto de entrada da gleba;

VII - para fins do disposto no inciso V, excluindo-se apenas áreas verdes obrigatórias e terreno sem benfeitoria, considera-se área útil edificável:

a) áreas cobertas destinadas às atividades operacionais (edificações);
b) áreas descobertas com investimento em pavimentação asfáltica ou de concreto com especificação técnica adequada ao uso;
c) sistema de drenagem com dimensionamento específico e infraestrutura (pátios operacionais, estacionamentos pavimentados, áreas estruturadas de carga/descarga);

VIII - o prazo para conclusão da construção e início das atividades será de até 10 (dez) anos, conforme cronograma apresentado pela Donatária na proposta, contados da data de emissão do respectivo termo de ligação pelas concessionárias;

IX - promover o investimento total de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), conforme previsto no cronograma de investimento apresentado, dentro do prazo de 10 (dez) anos contados da ligação definitiva de água, esgoto e energia elétrica; admitida uma redução de até 20% (vinte por cento), desde que devidamente justificada;

X - a Donatária deverá comprovar a realização dos investimentos mediante documentação idônea, incluindo notas fiscais, contratos e relatórios contábeis, quando solicitada pelo Município;

XI - manter ininterrupto o funcionamento da empresa pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data de efetivo início das atividades;

XII - desenvolver no imóvel doado atividades econômicas compatíveis com as previstas no objeto social da empresa, construção de empreendimentos sob medida, locação de imóveis próprios e demais atividades correlatas, e indústria de transformação e logísticas (CNAE 10 a 33, 38, 41.10, 49.30, 52 e 68);

XIII - as atividades desenvolvidas deverão estar em conformidade com a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) vigente no Município de Divinópolis/MG e com os parâmetros urbanísticos de zoneamento;

XIV - o imóvel deverá ser obrigatoriamente destinado ao objetivo previsto no ato de concessão da autorização de funcionamento do empreendimento, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, contados do início efetivo de suas operações;

XV - gerar empregos diretos até o décimo ano de atividade, atingindo a projeção de 50 (cinquenta) empregos diretos, conforme proposta apresentada; admitida redução de até 20% (vinte por cento) da meta de empregos diretos projetada;

XVI - priorizar, quando possível, a contratação de mão de obra local, residente no Município de Divinópolis/MG;

XVII - manter o número de empregados diretos proposto até completar-se o período de 10 (dez) anos contados do início efetivo das atividades;

XVIII - a comprovação do cumprimento desta obrigação dar-se-á mediante apresentação de GFIP, CAGED, eSocial ou documentos equivalentes, quando solicitados pelo Município;

XIX - faturar toda a receita com o empreendimento no município de Divinópolis/MG;

XX - manter faturamento anual projetado de R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) até o décimo ano de atividade, sendo que a data inicial para fins de comprovação e exigência deverá ser considerada como a conclusão da obra e o início efetivo das atividades produtivas no Município; admitida redução de até 20% (vinte por cento);

XXI - dotar a área de infraestrutura necessária e adequada às suas operações, tais como energia elétrica, telefonia, abastecimento de água potável, asfaltamento, tratamento de esgotos sanitários e efluentes industriais, inclusive manutenção de segurança;

XXII - arcar com todas as despesas necessárias às obras e instalações, observando todas as normas legais cabíveis, principalmente no tocante à apresentação e execução dos projetos técnicos necessários;

XXIII - apresentar para aprovação dos órgãos competentes todos os projetos técnicos obrigatórios, incluindo projetos arquitetônicos, estruturais, hidrossanitários, elétricos e de prevenção contra incêndio;

XXIV - obter todas as licenças urbanísticas e ambientais necessárias ao funcionamento do empreendimento, incluindo licenças prévia, de instalação e de operação;

XXV - responsabilizar-se pela organização, contratação, realização e demais obrigações quanto às obras de infraestrutura.

§ 1º O prazo para início do funcionamento das atividades poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante requerimento fundamentado, a ser submetido à análise pela Controladoria-Geral do Município, nos casos em que restar comprovada:

I - a complexidade das obras de construção civil; ou

II - a dificuldade na obtenção de autorizações ou licenças dos órgãos governamentais competentes para a operação.

§ 2º Em caso de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, poderá ser suspenso por 1 (um) ano o prazo para

comprovação do faturamento, voltando a fluir normalmente após a suspensão.

Seção II
Das Obrigações Adicionais

Art. 3º São obrigações adicionais da Donatária:

I - respeitar e fazer respeitar toda a legislação pertinente, especialmente as normas urbanísticas, ambientais e sanitárias;

II - recolher, rigorosamente, dentro dos prazos estabelecidos, as importâncias devidas a quaisquer títulos ao Tesouro Municipal;

III - aprovar o projeto de construção junto aos órgãos competentes e demais licenças urbanísticas e ambientais, obedecendo as normas legais;

IV - fornecer ao Município, quando solicitado, toda documentação necessária à apuração do cumprimento das exigências contidas nesta Lei;

V - facilitar o acesso de agentes municipais credenciados às dependências da empresa para fiscalização do cumprimento das obrigações;

VI - submeter-se à fiscalização periódica por órgãos da Administração Municipal, para comprovação do atendimento às condicionantes estabelecidas;

VII - comunicar previamente ao Executivo Municipal acerca de qualquer alteração de atividade na empresa, a reclamar por prévia anuência.

Seção III
Da compensação financeira

Art. 4º A doação onerosa de que trata esta Lei fica condicionada ao pagamento, pela Donatária, de compensação financeira no valor de R$ 1.351.539,55 (um milhão trezentos e cinquenta e um mil e quinhentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), calculado com base no valor de R$ 12,21/m², aplicado sobre a área de 110.691,20 m².

§ 1º O pagamento da compensação financeira poderá ser parcelado em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, a partir da data da lavratura da escritura pública de doação onerosa.

§ 2º O valor das parcelas será reajustado mensalmente pelo IPCA ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

§ 3º Os recursos arrecadados a título de compensação financeira serão destinados exclusivamente a:

I - obras de infraestrutura e de acesso em vias públicas dos Centros Industriais, incluindo obras de drenagem, duplicação e asfaltamento de vias;

II - subsidiariamente, aquisição de novos terrenos pelo Município com destinação exclusiva à expansão de atividades econômicas.

§ 4º As obras de que trata o inciso I do § 3º serão contratadas pelo próprio Município e não poderão coincidir com aquelas sob responsabilidade da Donatária.

CAPÍTULO III
DAS RESTRIÇÕES E LIMITAÇÕES

Art. 5º O imóvel objeto da doação com encargos permanecerá inalienável pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do início das atividades pela Donatária.

§ 1º Durante o prazo estabelecido no caput, o imóvel não poderá ter sua destinação alterada sem prévia e expressa autorização do Município, mediante requerimento fundamentado e análise técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

§ 2º Somente após o transcurso do prazo estabelecido no caput e após o cumprimento integral de todos os encargos, a Donatária poderá ceder a terceiros, no todo ou em parte, o imóvel objeto da doação, observadas as disposições legais aplicáveis.

§ 3º Caso a Donatária necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento durante o prazo de inalienabilidade, a cláusula de reversão e demais obrigações estabelecidas nesta Lei serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do Município de Divinópolis, mediante prévia comunicação ao Município, acompanhada de cópia do instrumento contratual que a constituir.

§ 4º Fica vedada a oferta do imóvel objeto da doação em garantia de financiamento, enquanto não for integralmente paga a compensação financeira prevista no art. 4º.

§ 5º Na hipótese do § 3º, em caso de excussão da garantia hipotecária pelo credor, o Município será intimado para exercer seu direito de preferência na arrematação ou adjudicação do imóvel.

Art. 6º Poderá haver alteração da atividade econômica desenvolvida pela empresa, após o prazo de 10 (dez) anos contados do início efetivo das atividades, mediante anuência expressa do Município.

Parágrafo único. A alteração de atividade deverá:

I - observar a compatibilidade com o zoneamento e a Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente;

II - ser solicitada mediante requerimento fundamentado, acompanhado de novo plano de negócios;

III - ser submetida à análise técnica e aprovação pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Art. 7º Alterações no projeto original poderão ocorrer para atendimento a determinações de órgãos municipais ou exigências da legislação vigente, sendo autorizadas pelo Município mediante análise técnica, desde que mantidos os parâmetros mínimos de aproveitamento e investimento estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. As alterações de que trata o caput deverão ser solicitadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de implementação, acompanhadas de memorial justificativo e documentação técnica pertinente.

CAPÍTULO IV
DA SUBUTILIZAÇÃO E EXPANSÃO

Art. 8º Caso a Donatária apresente proposta com metragem maior que o projeto de utilização inicial do imóvel, visando futura expansão, deverá cumprir o cronograma de expansão no prazo máximo de 10 (dez) anos contados do início efetivo das atividades.

§ 1º Caso o cronograma de expansão não seja integralmente cumprido no prazo estabelecido, a parte não utilizada conforme o projeto aprovado será considerada subutilizada para fins desta Lei, sujeitando-se às consequências previstas neste Capítulo.

§ 2º O cronograma de expansão poderá ser revisto, mediante justificativa fundamentada e documentada, uma única vez, se apresentado ao Município para aprovação em até 6 (seis) meses antes do término do prazo estabelecido no caput.

§ 3º A revisão do cronograma de expansão será analisada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo em conjunto com a Controladoria-Geral do Município, que poderão deferir ou indeferir o pedido, conforme a pertinência e razoabilidade da justificativa apresentada.

Art. 9º Considera-se subutilizada a área que, decorridos os prazos previstos no cronograma de expansão apresentado na proposta (limitado ao máximo de 10 anos contados do início efetivo das atividades), permaneça sem qualquer destinação prevista no projeto aprovado ou em suas alterações devidamente autorizadas pelo Município, excluídas:

I - áreas de preservação ambiental obrigatórias por legislação federal, estadual ou municipal;
II - áreas verdes de permeabilidade obrigatória (20%), conforme parâmetros urbanísticos do zoneamento.

§ 1º A parte subutilizada ao final do prazo previsto no caput será, a qualquer tempo, revertida ao Município sem direito a indenização ou qualquer tipo de compensação, independentemente de interpelação judicial, mediante a abertura de processo administrativo, por decreto do Poder Executivo, para reaproveitamento eficiente da área revertida através de nova chamada pública.

§ 2º Caso a parte subutilizada a ser revertida ao Município se trate de área encravada, ou seja, sem acesso direto à via pública, o Município terá direito à passagem forçada através do imóvel da Donatária sem que isso gere qualquer direito a indenização.

§ 3º O descumprimento do cronograma de utilização das reservas técnicas equipara-se à subutilização para todos os efeitos desta Lei.

§ 4º A definição da área subutilizada será precedida de levantamento topográfico e vistoria técnica realizada por servidores municipais, assegurado o direito de acompanhamento por representante da Donatária.

CAPÍTULO V
DA REVERSÃO E RETROCESSÃO

Art. 10. A utilização do imóvel para finalidade diversa da prevista nesta Lei, bem como a cessação ou interrupção das atividades antes do término do prazo de 10 (dez) anos contados do início efetivo das operações, implicará a reversão automática do imóvel ao patrimônio do Município, nos termos desta Lei.

§ 1º A reversão dar-se-á independentemente de interpelação judicial, mediante abertura de processo administrativo e edição de decreto pelo Poder Executivo, respeitando o devido processo legal e o direito à ampla defesa.

§ 2º A reversão será efetivada com todas as benfeitorias existentes no imóvel, sem direito à indenização, retenção ou compensação de qualquer natureza em favor da Donatária.

§ 3º As benfeitorias de que trata o § 2º incluem todas as edificações, instalações, pavimentações, sistemas de drenagem e demais melhorias realizadas no imóvel.

Art. 11. São hipóteses de reversão do imóvel ao patrimônio municipal:

I - descumprimento de qualquer dos encargos estabelecidos nesta Lei, após esgotados os prazos para regularização;

II - utilização do imóvel para finalidade diversa da autorizada, sem prévia anuência municipal;

III - cessação ou interrupção das atividades econômicas antes do prazo de 10 (dez) anos;

IV - extinção da empresa Donatária por qualquer forma, dentro do prazo de 10 (dez) anos;

V - recuperação judicial, falência ou liquidação da Donatária dentro do prazo estabelecido;

VI - alienação ou cessão do imóvel antes do prazo de 10 (dez) anos sem autorização expressa do Município;

VII - subutilização da área conforme definido no art. 9º desta Lei;

VIII - não pagamento da compensação financeira no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo Município;

IX - não atingimento dos investimentos mínimos, considerada a tolerância de 20%;

X - não geração dos empregos mínimos, considerada a tolerância de 20%;

XI - não atingimento do faturamento mínimo, considerada a tolerância de 20%;

XII - não aproveitamento de, no mínimo, 40% da área útil edificável;

XIII - fraude ou prestação de informações falsas no processo de seleção ou durante o cumprimento dos encargos.

§ 1º Em caso de descumprimento das obrigações previstas nesta Lei, a Donatária será notificada para apresentar justificativas ou promover a regularização no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da notificação.

§ 2º O não cumprimento das obrigações no prazo estabelecido no § 1º, ou a apresentação de justificativas consideradas insuficientes, acarretará o cancelamento dos benefícios concedidos e a reversão do imóvel doado ao patrimônio do Município.

§ 3º A reversão não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas em lei, nem a responsabilização civil, administrativa ou criminal pelos danos causados ao patrimônio público.

Art. 12. O Município deverá apurar ao final de cada exercício financeiro se houve ou não o cumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei.

§ 1º A apuração de que trata o caput será realizada pela Controladoria-Geral do Município, que emitirá relatório circunstanciado sobre o cumprimento dos encargos.

§ 2º Em caso de descumprimento, o Município deverá promover a instauração de processo administrativo para reversão do bem doado, independentemente de ação judicial, respeitando o devido processo legal e o direito à ampla defesa e ao contraditório.

CAPÍTULO VI
DA CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE

Art. 13. Cumpridas integralmente todas as obrigações previstas nesta Lei durante o prazo de 10 (dez) anos contados do início efetivo das atividades, o Município emitirá Carta de Liberação, consolidando a plena propriedade da Donatária sobre o imóvel.

§ 1º A Carta de Liberação será emitida após vistoria final e comprovação documental do cumprimento de todos os encargos, incluindo:

I - conclusão das obras conforme projeto aprovado, com aproveitamento mínimo de 40% da área útil edificável;

II - comprovação dos investimentos de, no mínimo, R$ 15.000.000,00;

III - comprovação da geração de, no mínimo, 50 empregos diretos;

IV - comprovação do faturamento anual de, no mínimo, R$ 2.400.000,00;

V - pagamento integral da compensação financeira;

VI - regularidade fiscal e trabalhista;

VII - ausência de pendências ou infrações urbanísticas ou ambientais.

§ 2º A Carta de Liberação deverá ser emitida em até 60 (sessenta) dias após a comprovação do cumprimento integral dos encargos, encerrando-se as obrigações estabelecidas nesta Lei, ressalvadas aquelas de natureza permanente.

CAPÍTULO VII
DA SUBDIVISÃO E DESMEMBRAMENTO

Art. 14. Considerando a vocação econômica da Gleba 500 e as especificidades das atividades que poderão ser desenvolvidas no local, fica autorizada a subdivisão ou desmembramento do imóvel doado, desde que observadas as diretrizes urbanísticas e ambientais vigentes, com vistas ao melhor aproveitamento da área e à criação de novas unidades destinadas à instalação de múltiplos empreendimentos.

§ 1º A autorização de desmembramento deverá ser precedida de:

I - análise técnica do setor de Políticas Urbanas;

II - manifestação favorável da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

III - requerimento fundamentado da Donatária, contendo estudo justificativo de viabilidade e proposta de ocupação racional da área.

§ 2º O desmembramento não poderá comprometer a função social da área, devendo garantir:

I - o cumprimento dos encargos pactuados nesta Lei;

II - a preservação do percentual mínimo de aproveitamento de 40% estabelecido;

III - a manutenção da destinação pública da política de desenvolvimento econômico no município;

IV - acesso adequado às vias públicas para todas as unidades resultantes;

V - observância dos parâmetros urbanísticos de zoneamento.

§ 3º Os custos do desmembramento, incluindo levantamento topográfico, aprovação de projeto, registro imobiliário e demais despesas, correrão integralmente por conta da Donatária.

§ 4º No caso de desmembramento, cada unidade resultante permanecerá vinculada aos encargos estabelecidos nesta Lei, proporcionalmente à sua área.

CAPÍTULO VIII
DA FORMALIZAÇÃO E CUSTOS

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a praticar todos os atos necessários à efetivação da doação, incluindo a lavratura da escritura pública de doação onerosa e com encargos e a averbação na matrícula do imóvel.

§ 1º A Donatária deverá providenciar a lavratura da escritura pública de doação em até 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, sob pena de perda do direito à doação.

§ 2º O prazo de que trata o § 1º poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante requerimento fundamentado apresentado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do término do prazo original.

§ 3º Todos os custos para regularização e transmissão do imóvel, mediante lavratura e registro de escritura pública, e obtenção dos licenciamentos necessários ocorrerão exclusivamente por conta da Donatária.

§ 4º A escritura pública de doação deverá conter a transcrição desta Lei e cláusula específica no sentido que a doação se vincula ao cumprimento integral dos encargos e obrigações adicionais nesta estabelecidos, com a cláusula de reversão, bem como a previsão quanto à emissão de Carta de Liberação, mediante ateste de integral cumprimento dos encargos e obrigações acessórias.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Ao receber o bem mediante doação, a Donatária reconhecerá implicitamente o pleno conhecimento de todas as condições, encargos e restrições estabelecidos nesta Lei e no Edital de Chamamento Público nº 026/2025, bem como das consequências do seu descumprimento, não constituindo fundamento para exoneração de responsabilidades ou mitigação de penalidades eventual alegação de desconhecimento ou alegação de não compreensão das obrigações estabelecidas.

Art. 17. A doação de que trata esta Lei não gera qualquer direito adquirido à Donatária, em caso de descumprimento das obrigações estabelecidas, podendo ser revogada a qualquer tempo, nos termos desta Lei.

Art. 18. As controvérsias decorrentes da execução desta Lei que não puderem ser resolvidas administrativamente serão dirimidas no foro da Comarca de Divinópolis, com exclusão de qualquer outro.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 11 de setembro de 2026.

VEREADOR ISRAEL DA FARMÁCIA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ana Bárbara Valentim Silva
Código Identificador:B4FDA8A5

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
LEI Nº 9.766, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza a doação onerosa de bem imóvel à pessoa jurídica denominada Paiva Moura & CIA.

O Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Vereador Israel da Farmácia, nos termos do § 7º do art. 51 da Lei Orgânica Municipal, promulga a presente Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar à empresa Paiva Moura & CIA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 07.766.315/0001-93, a gleba 500, quadra 101, zona 058, com área de 275.000 m² (duzentos e setenta e cinco mil metros quadrados), situada no lugar denominado "Gafanhoto", zona urbana deste município, havida da matrícula 2208 do CRI local e avaliada em R$ 3.357.750,00 (três milhões trezentos e cinquenta e sete mil e setecentos e cinquenta reais).

§ 1º A doação de que trata o caput fundamenta-se no art. 16, I, "a", da Lei Orgânica Municipal, mediante atendimento ao interesse público e conforme encargos fixados, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social no município, mediante:

I - incentivo à instalação e ampliação de atividades econômicas e industriais;

II - geração de emprego e renda;

III - diversificação da base produtiva municipal;

IV - adensamento das cadeias produtivas regionais;

V - atração de investimentos para o município.

§ 2º O imóvel descrito no caput foi avaliado à razão de R$ 17,44/m² (dezessete reais e quarenta e quatro centavos por metro quadrado), e aplicado o desconto de 30% (trinta por cento), fixando-se no valor de R$ 12,21/m² (doze reais e vinte e um centavos por metro quadrado).

§ 3º O desconto de 30% (trinta por cento) mencionado no § 2º sobre o valor de avaliação visa fortalecer a competitividade do Município na atração de investimentos estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico local, conforme estudos elaborados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEMDE, baseados em indicadores do Ranking de Competitividade dos Municípios.

§ 4º A área exata do imóvel doado será definida após levantamento topográfico e desmembramento, respeitando-se a metragem aproximada estabelecida no caput e as diretrizes do Edital de Chamada Pública nº 027/2025.

§ 5º A localização exata dentro da Gleba 500 será definida em reunião com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, conforme previsto no item 11.3.4 do Edital de Chamada Pública nº 027/2025.

CAPÍTULO II
DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS
Seção I
Dos encargos e obrigações da Donatária

Art. 2º A doação de que trata esta Lei dar-se-á mediante o cumprimento dos seguintes encargos pela Donatária:

I - providenciar a disponibilização de infraestrutura básica (água, esgoto e energia elétrica) no local da gleba no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da lavratura da escritura pública de doação onerosa;

II - arcar com todas as despesas necessárias à instalação da infraestrutura básica, incluindo taxas, ligações e equipamentos necessários;

III - em caso de descumprimento do prazo estabelecido no inciso I por motivos imputáveis à Donatária, ficará sujeita às penalidades previstas nesta Lei, podendo o Município declarar a resolução da doação;

IV - o prazo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante requerimento fundamentado apresentado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e autorização expressa do Município;

V - concluir a construção, a qual deverá ocupar, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da área útil edificável do imóvel, conforme proposta apresentada e aprovada;

VI - iniciar o funcionamento das atividades econômicas previstas de acordo com o cronograma de investimentos e o plano de negócios apresentados, no prazo estabelecido no cronograma apresentado, contado da data de efetivação da ligação definitiva de água, esgoto e energia elétrica no ponto de entrada da gleba;

VII - para fins do disposto no inciso V deste artigo, excluindo-se apenas áreas verdes obrigatórias e terreno sem benfeitoria, considera-se área útil edificável:

a) áreas cobertas destinadas às atividades operacionais (edificações);
b) áreas descobertas com investimento em pavimentação asfáltica ou de concreto com especificação técnica adequada ao uso;
c) sistema de drenagem com dimensionamento específico e infraestrutura (pátios operacionais, estacionamentos pavimentados, áreas estruturadas de carga/descarga);

VIII - o prazo para conclusão da construção e início das atividades será de até 5 (cinco) anos, conforme cronograma apresentado pela Donatária na proposta, contados da data de emissão do respectivo termo de ligação pelas concessionárias;

IX - promover o investimento total de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), conforme previsto no cronograma de investimento apresentado, dentro do prazo de 10 (dez) anos contados da ligação definitiva de água, esgoto e energia elétrica; admitida redução de até 20% (vinte por cento), desde que devidamente justificada;

X - a Donatária deverá comprovar a realização dos investimentos mediante documentação idônea, incluindo notas fiscais, contratos e relatórios contábeis, quando solicitada pelo Município;

XI - manter ininterrupto o funcionamento da empresa pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data de efetivo início das atividades;

XII - desenvolver no imóvel doado atividades econômicas compatíveis com as previstas no objeto social da empresa, construção de empreendimentos sob medida, locação de imóveis próprios e demais atividades correlatas, e indústria de transformação e logísticas (CNAE 10 a 33, 38, 41.10, 49.30, 52 e 68);

XIII - as atividades desenvolvidas deverão estar em conformidade com a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) vigente no Município de Divinópolis/MG e com os parâmetros urbanísticos de zoneamento;

XIV - o imóvel deverá ser obrigatoriamente destinado ao objetivo previsto no ato de concessão da autorização de funcionamento do empreendimento, pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, contados do início efetivo de suas operações;

XV - gerar empregos diretos até o décimo ano de atividade, atingindo a projeção de 288 (duzentos e oitenta e oito) empregos diretos, conforme proposta apresentada; admitida quebra de até 20% (vinte por cento) da meta;

XVI - priorizar, quando possível, a contratação de mão de obra local, residente no município de Divinópolis/MG;

XVII - manter o número de empregados diretos proposto até completar-se o período de 10 (dez) anos contados do início efetivo das atividades;

XVIII - a comprovação do cumprimento desta obrigação dar-se-á mediante apresentação de GFIP, CAGED, eSocial ou documentos equivalentes, quando solicitados pelo Município;

XIX - faturar toda a receita com o empreendimento no município de Divinópolis/MG;

XX - manter faturamento anual projetado de R$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais) até o décimo ano de atividade, sendo que a data inicial para fins de comprovação e exigência deverá ser considerada como a conclusão da obra e o início efetivo das atividades produtivas no Município; admitida redução de até 20% (vinte por cento);

XXI - dotar a área de infraestrutura necessária e adequada às suas operações, tais como energia elétrica, telefonia, abastecimento de água potável, asfaltamento, tratamento de esgotos sanitários e efluentes industriais, inclusive manutenção de segurança;

XXII - arcar com as despesas necessárias às obras e instalações, observando as normas legais cabíveis, principalmente no tocante à apresentação e execução dos projetos técnicos necessários;

XXIII - apresentar para aprovação dos órgãos competentes todos os projetos técnicos obrigatórios, incluindo projetos arquitetônicos, estruturais, hidrossanitários, elétricos e de prevenção contra incêndio;

XXIV - obter todas as licenças urbanísticas e ambientais necessárias ao funcionamento do empreendimento, incluindo licenças prévia, de instalação e de operação;

XXV - responsabilizar-se pela organização, contratação, realização e demais obrigações quanto às obras de infraestrutura.

§ 1º O prazo para início do funcionamento das atividades poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante requerimento fundamentado, a ser submetido à análise pela Controladoria-Geral do Município, nos casos em que restar comprovada:

I - a complexidade das obras de construção civil; ou
II - a dificuldade na obtenção de autorizações ou licenças dos órgãos governamentais competentes para a operação.

§ 2º Em caso de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, poderá ficar suspenso por 1 (um) ano o prazo para comprovação do faturamento, voltando a fluir normalmente após a suspensão.

Seção II
Das Obrigações Adicionais

Art. 3º São obrigações adicionais da Donatária:

I - respeitar e fazer respeitar toda a legislação pertinente, especialmente as normas urbanísticas, ambientais e sanitárias;

II - recolher, rigorosamente, dentro dos prazos estabelecidos, as importâncias devidas a quaisquer títulos ao Tesouro Municipal;

III - aprovar o projeto de construção junto aos órgãos competentes e demais licenças urbanísticas e ambientais, obedecendo as normas legais;

IV - fornecer ao Município, quando solicitado, toda documentação necessária à apuração do cumprimento das exigências contidas nesta Lei;

V - facilitar o acesso de agentes municipais credenciados às dependências da empresa, para fiscalização do cumprimento das obrigações;

VI - submeter-se à fiscalização periódica por órgãos da Administração Municipal, para comprovação do atendimento às condicionantes estabelecidas;

VII - comunicar previamente ao Executivo Municipal acerca de qualquer alteração de atividade na empresa, a reclamar por prévia anuência.

Seção III
Da compensação financeira

Art. 4º A doação onerosa de que trata esta Lei fica condicionada ao pagamento, pela donatária, de compensação financeira no valor de R$ 3.357.750,00 (três milhões trezentos e cinquenta e sete mil e setecentos e cinquenta reais), calculado à razão de R$ 12,21/m² e aplicado sobre a área de 275.000 m².

§ 1º O pagamento da compensação financeira poderá ser parcelado em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, a partir da data da lavratura da escritura pública de doação onerosa.

§ 2º O valor das parcelas será reajustado mensalmente pelo IPCA ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

§ 3º Os recursos arrecadados a título de compensação financeira serão destinados exclusivamente a:

I - obras de infraestrutura e de acesso em vias públicas dos Centros Industriais, incluindo obras de drenagem, duplicação e asfaltamento de vias;

II - subsidiariamente, aquisição de novos terrenos pelo Município com destinação exclusiva à expansão de atividades econômicas.

§ 4º As obras de que trata o inciso I do § 3º serão contratadas pelo próprio Município.

CAPÍTULO III
DAS RESTRIÇÕES E LIMITAÇÕES

Art. 5º O imóvel objeto da doação com encargos permanecerá inalienável pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data de lavratura da escritura pública de doação.

§ 1º Durante o prazo estabelecido no caput, o imóvel não poderá ter sua destinação alterada sem prévia e expressa autorização do Município de Divinópolis, mediante requerimento fundamentado e análise técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

§ 2º Somente após o transcurso do prazo de 10 (dez) anos contados da lavratura da escritura pública e após o cumprimento integral de todos os encargos, a Donatária poderá ceder a terceiros, no todo ou em parte, o imóvel objeto da doação, observadas as disposições legais aplicáveis.

§ 3º Caso a donatária necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento durante o prazo de inalienabilidade, a cláusula de reversão e demais obrigações estabelecidas nesta Lei serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do Município de Divinópolis, mediante prévia comunicação ao Município, acompanhada de cópia do instrumento contratual que a constituir.

§ 4º Fica vedada a oferta do imóvel objeto da doação em garantia de financiamento, enquanto não for integralmente paga a compensação financeira prevista no art. 4º.

§ 5º Na hipótese do § 3º, em caso de excussão da garantia hipotecária pelo credor, o Município será intimado para exercer seu direito de preferência na arrematação ou adjudicação do imóvel.

Art. 6º Poderá haver alteração da atividade econômica desenvolvida pela empresa, após o prazo de 10 (dez) anos contados do início efetivo das atividades, mediante anuência expressa do Município.

Parágrafo único. A alteração de atividade deverá:

I - observar a compatibilidade com o zoneamento e a Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente;

II - ser solicitada mediante requerimento fundamentado, acompanhado de novo plano de negócios;

III - ser submetida à análise técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

IV - ser autorizada por decreto executivo.

Art. 7º Alterações no projeto original poderão ocorrer para atendimento a determinações de órgãos municipais ou exigências da legislação vigente, sendo autorizadas pelo Município mediante análise técnica, desde que mantidos os parâmetros mínimos de aproveitamento e investimento estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. As alterações de que trata o caput deverão ser solicitadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de implementação, acompanhadas de memorial justificativo e documentação técnica pertinente.

CAPÍTULO IV
DA SUBUTILIZAÇÃO E EXPANSÃO

Art. 8º Caso a donatária apresente proposta com metragem maior que o projeto de
utilização inicial do imóvel, visando futura expansão, deverá cumprir o cronograma de expansão no prazo máximo de 10 (dez) anos contados do início efetivo das atividades.

§ 1º Caso o cronograma de expansão não seja integralmente cumprido no prazo estabelecido, a parte não utilizada conforme o projeto

aprovado será considerada subutilizada para fins desta Lei, sujeitando-se às consequências previstas neste Capítulo.

§ 2º O cronograma de expansão poderá ser revisto, mediante justificativa fundamentada e documentada, uma única vez, se apresentado ao Município para aprovação em até 6 (seis) meses antes do término do prazo estabelecido no caput.

§ 3º A revisão do cronograma de expansão será analisada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo em conjunto com a Controladoria-Geral do Município, que poderão deferir ou indeferir o pedido, conforme a pertinência e razoabilidade da justificativa apresentada.

Art. 9º Considera-se subutilizada a área que, decorridos os prazos previstos no cronograma de expansão apresentado na proposta (limitado ao máximo de 10 (dez) anos contados do início efetivo das atividades), permaneça sem qualquer destinação prevista no projeto aprovado ou em suas alterações devidamente autorizadas pelo Município, excluídas:

I - áreas de preservação ambiental obrigatórias por legislação federal, estadual ou municipal;

II - áreas verdes de permeabilidade obrigatória (20%), conforme parâmetros urbanísticos do zoneamento.

§ 1º A parte subutilizada ao final do prazo previsto no caput será, a qualquer tempo, revertida ao Município sem direito a indenização ou qualquer tipo de compensação, independentemente de interpelação judicial, mediante a abertura de processo administrativo, por decreto do Poder Executivo, para reaproveitamento eficiente da área revertida através de nova chamada pública.

§ 2º Caso a parte subutilizada a ser revertida ao Município se trate de área encravada, ou seja, sem acesso direto à via pública, o Município terá direito à passagem forçada através do imóvel da Donatária sem que isso gere qualquer direito a indenização.

§ 3º O descumprimento do cronograma de utilização das reservas técnicas equipara-se à subutilização para todos os efeitos desta Lei.

§ 4º A definição da área subutilizada será precedida de levantamento topográfico e vistoria técnica realizada por servidores municipais, assegurado o direito de acompanhamento por representante da Donatária.

CAPÍTULO V
DA REVERSÃO E RETROCESSÃO

Art. 10. A utilização do imóvel para finalidade diversa da prevista nesta Lei, bem como a cessação ou interrupção das atividades antes do término do prazo de 10 (dez) anos contados do início efetivo das operações, implicará a reversão automática do imóvel ao patrimônio do Município, nos termos desta Lei.

§ 1º A reversão dar-se-á independentemente de interpelação judicial, mediante abertura de processo administrativo e edição de decreto pelo Poder Executivo, respeitando o devido processo legal e o direito à ampla defesa.

§ 2º A reversão será efetivada com todas as benfeitorias existentes no imóvel, sem direito à indenização, retenção ou compensação de qualquer natureza em favor da donatária.

§ 3º As benfeitorias de que trata o § 2º incluem todas as edificações, instalações, pavimentações, sistemas de drenagem e demais melhorias realizadas no imóvel.

Art. 11. São hipóteses de reversão do imóvel ao patrimônio municipal:

I - descumprimento de qualquer dos encargos estabelecidos nesta Lei, após esgotados os prazos para regularização;

II - utilização do imóvel para finalidade diversa da autorizada, sem prévia anuência municipal;

III - cessação ou interrupção das atividades econômicas antes do prazo de 10 (dez) anos;

IV - extinção da empresa donatária por qualquer forma, dentro do prazo de 10 (dez) anos;

V - recuperação judicial, falência ou liquidação da donatária dentro do prazo estabelecido;

VI - alienação ou cessão do imóvel antes do prazo de 10 (dez) anos sem autorização expressa do Município;

VII - subutilização da área conforme definido no art. 9º desta Lei;

VIII - não pagamento da compensação financeira no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pelo Município;

IX - não atingimento dos investimentos mínimos, considerada a tolerância de 20%;

X - não geração dos empregos mínimos, considerada a tolerância de 20%;

XI - não atingimento do faturamento mínimo, considerada a tolerância de 20%;

XII - não aproveitamento de, no mínimo, 40% da área útil edificável;

XIII - fraude ou prestação de informações falsas no processo de seleção ou durante o cumprimento dos encargos.

§ 1º Em caso de descumprimento das obrigações previstas nesta Lei, a Donatária será notificada para apresentar justificativas ou promover a regularização no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da notificação.

§ 2º O não cumprimento das obrigações no prazo estabelecido no § 1º, ou a apresentação de justificativas consideradas insuficientes, acarretará o cancelamento dos benefícios concedidos e a reversão do imóvel doado ao patrimônio do Município.

§ 3º A reversão não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas em lei, nem a responsabilização civil, administrativa ou criminal pelos danos causados ao patrimônio público.

Art. 12. O Município deverá apurar ao final de cada exercício financeiro se houve ou não o cumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei.

§ 1º A apuração de que trata o caput será realizada pela Controladoria-Geral do Município, que emitirá relatório circunstanciado sobre o cumprimento dos encargos.

§ 2º Em caso de descumprimento, o Município deverá promover a instauração de processo administrativo para reversão do bem doado, independentemente de ação judicial, respeitando o devido processo legal e o direito à ampla defesa e ao contraditório.

CAPÍTULO VI
DA CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE

Art. 13. Cumpridas integralmente todas as obrigações previstas nesta Lei durante o prazo de 10 (dez) anos contados do início efetivo das atividades, o Município emitirá Carta de Liberação, consolidando a plena propriedade da Donatária sobre o imóvel.

§ 1º A Carta de Liberação será emitida após vistoria final e comprovação documental do cumprimento de todos os encargos, incluindo:

I - conclusão das obras conforme projeto aprovado, com aproveitamento mínimo de 80% da área útil edificável;

II - comprovação da realização dos investimentos de, no mínimo, R$ 40.000.000,00;

III - comprovação da geração de, no mínimo, 288 empregos diretos;

IV - comprovação do faturamento anual de, no mínimo, R$ 320.000.000,00;

V - pagamento integral da compensação financeira;

VI - regularidade fiscal e trabalhista;

VII - ausência de pendências ou infrações urbanísticas ou ambientais.

§ 2º A Carta de Liberação deverá ser emitida em até 60 (sessenta) dias após a comprovação do cumprimento integral dos encargos, encerrando-se as obrigações estabelecidas nesta Lei, ressalvadas aquelas de natureza permanente.

CAPÍTULO VII
DA SUBDIVISÃO E DESMEMBRAMENTO

Art. 14. Considerando a vocação econômica da Gleba 500 e as especificidades das atividades que poderão ser desenvolvidas no local, fica autorizada a subdivisão ou desmembramento do imóvel doado, desde que observadas as diretrizes urbanísticas e ambientais vigentes, com vistas ao melhor aproveitamento da área e à criação de novas unidades destinadas à instalação de múltiplos empreendimentos.

§ 1º A autorização de desmembramento deverá ser precedida de:

I - análise técnica do setor de Políticas Urbanas;

II - manifestação favorável da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

III - requerimento fundamentado pela donatária, contendo estudo justificativo de viabilidade e proposta de ocupação racional da área.

§ 2º O desmembramento não poderá comprometer a função social da área, devendo garantir:

I - o cumprimento dos encargos pactuados nesta Lei;

II - a preservação do percentual mínimo de aproveitamento de 40% estabelecido;

III - a manutenção da destinação pública, afeta à política de desenvolvimento econômico do município;

IV - acesso adequado às vias públicas para todas as unidades resultantes;

V - observância dos parâmetros urbanísticos de zoneamento.

§ 3º Os custos do desmembramento, incluindo levantamento topográfico, aprovação de projeto, registro imobiliário e demais despesas, correrão integralmente por conta da donatária.

§ 4º No caso de desmembramento, cada unidade resultante permanecerá vinculada aos encargos estabelecidos nesta Lei, proporcionalmente à sua área.

CAPÍTULO VIII
DA FORMALIZAÇÃO E CUSTOS

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao desmembramento de área necessário para concretização da doação de que trata esta Lei, bem como outorgar escritura pública de doação, a qual deverá ser lavrada e custeada pela donatária, em até 90 (noventa) dias após a publicação desta Lei, sob pena de perda do direito à doação.

§ 1º O prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante requerimento fundamentado apresentado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do término do prazo original.

§ 2º A transmissão do bem, regularização do imóvel junto aos órgãos governamentais e a obtenção de todos os licenciamentos necessários serão de responsabilidade exclusiva da donatária.

§ 3º A escritura pública de doação deverá conter todas as cláusulas, condições e encargos estabelecidos nesta Lei, bem como as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento, inclusive o gravame de inalienabilidade, pelo prazo de 10 (dez) anos.

CAPÍTULO IX
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Ao receber o bem mediante doação, a donatária reconhecerá implicitamente o pleno conhecimento de todas as condições, encargos e restrições estabelecidos nesta Lei e no Edital de Chamamento Público nº 027/2025, bem como das consequências do seu descumprimento, não constituindo fundamento para exoneração de responsabilidades ou mitigação de penalidades eventual alegação de desconhecimento ou alegação de não compreensão das obrigações estabelecidas.

Art. 17. A doação de que trata esta Lei não gera qualquer direito adquirido à donatária, em caso de descumprimento das obrigações estabelecidas, podendo ser revogada a qualquer tempo, nos termos desta Lei.

Art. 18. As controvérsias decorrentes da execução desta Lei que não puderem ser resolvidas administrativamente serão dirimidas no foro da Comarca de Divinópolis, com exclusão de qualquer outro.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 11 de setembro de 2026.

VEREADOR ISRAEL DA FARMÁCIA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Ana Bárbara Valentim Silva
Código Identificador:D41B96FD

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA Nº CM-123, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Altera a data da solenidade de entrega da Comenda “Educador do Ano” promovida pela Câmara Municipal de Divinópolis.

O Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Vereador Israel Mendonça, no uso de suas atribuições legais e regimentais;
CONSIDERANDO que a solenidade de entrega da Comenda “Educador do Ano” estava inicialmente prevista para o dia 15 de outubro de 2026;
CONSIDERANDO que a referida data coincide com o período de recesso escolar, circunstância que poderá prejudicar a participação dos profissionais da educação, homenageados, estudantes e demais integrantes da comunidade escolar;
CONSIDERANDO a importância de assegurar ampla participação na solenidade e conferir o devido reconhecimento aos educadores homenageados;

RESOLVE:
Art. 1º Fica alterada para o dia 20 de outubro de 2026, 19 horas, no Plenário Dr. Zózimo Ramos Couto, a realização da solenidade de entrega da Comenda “Educador do Ano”, promovida pela Câmara Municipal de Divinópolis, anteriormente prevista para o dia 15 de outubro de 2026.

Parágrafo único. Permanecem inalterados o horário, o local e as demais disposições estabelecidas para a realização da solenidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 14 de setembro de 2026.

VEREADOR ISRAEL MENDONÇA
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Publicado por:
Ana Bárbara Valentim Silva
Código Identificador:78F08CD2

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA Nº CM-124 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Exonera Alisson Fabrício Vinhal do cargo de Assessor Parlamentar – Assessoria de Relações Comunitárias da Câmara Municipal de Divinópolis do gabinete do Vereador Wesley Jarbas.

O Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Vereador Israel Mendonça, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE baixar a seguinte Portaria:

Art. 1º Fica exonerado Alisson Fabrício Vinhal do cargo de Assessor Parlamentar – Assessoria de Relações Comunitárias da Câmara Municipal de Divinópolis do gabinete do Vereador Wesley Jarbas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir do dia 16 de setembro do corrente ano.

Divinópolis, 14 de setembro de 2026.

VEREADOR ISRAEL MENDONÇA
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Publicado por:
Ana Bárbara Valentim Silva
Código Identificador:A61273C8

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA Nº CM-125 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia Eden Henrique Duarte Rosa no cargo de Assessor Parlamentar – Assessoria de Relações Comunitárias na Câmara Municipal de Divinópolis no gabinete do Vereador Wesley Jarbas.

O Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Vereador Israel Mendonça, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE baixar a seguinte Portaria:
Art. 1º Fica nomeado Eden Henrique Duarte Rosa no cargo de Assessor Parlamentar – Assessoria de Relações Comunitárias na Câmara Municipal de Divinópolis no gabinete do Vereador Wesley Jarbas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir do dia 17 de setembro do corrente ano.

Divinópolis, 14 de setembro de 2026.

VEREADOR ISRAEL MENDONÇA
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Publicado por:
Ana Bárbara Valentim Silva
Código Identificador:5C0EDC26

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA Nº CM-126 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia Ronayra Michelina Bessas Lisboa no cargo de Assessora Parlamentar – Assessoria de Relações Comunitárias na Câmara Municipal de Divinópolis no gabinete do Vereador Flávio Marra.

O Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis, Vereador Israel Mendonça, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE baixar a seguinte Portaria:

Art. 1º Fica nomeada Ronayra Michelina Bessas Lisboa no cargo de Assessora Parlamentar – Assessoria de Relações Comunitárias na Câmara Municipal de Divinópolis no gabinete do Vereador Flávio Marra.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 14 de setembro de 2026.

VEREADOR ISRAEL MENDONÇA
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Publicado por:
Ana Bárbara Valentim Silva
Código Identificador:752908B3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1208 – SEMED

- Contratado(a) **VIVIANE KEILE DA SILVA BOTELHO** – Lotação: **EM PROFESSOR BAHIA / EM ANTONIETA FONSECA/SEMED** - Cargo: **PAAFEF - CIENCIAS BIOLOGICAS** - Justificativa: SUBSTITUIÇÃO A EMMANUELLE CHRISTMAN MORAES ARANTES JABER LAMOUNIER, MATRÍCULA 99021186 EM LICENÇA MÉDICA - **Período: 14/09/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 3.392,28 (três mil e trezentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos)**
Contrato Administrativo Temporário Nº 1209 – SEMED - Contratado(a) **LIVIAN RABELO LOPES** – Lotação: **SEMED - GERÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS/SEMED** - Cargo: FISIOTERAPEUTA - Justificativa: CARGO VAGO AGUARDANDO NOMEAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA FABRÍCIA FRANCISCHETTO DA ROCHA, MATRÍCULA 2024236, DEVIDO APOSENTADORIA A PARTIR DE 02/08/2026 **Período: 14/09/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 2.462,80 (dois mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8CF31717

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.573/26

Exonera titular do cargo público municipal de provimento em comissão que especifica.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto o art. 22 da Lei nº 7.290/11 e o teor do Ofício SEMED GPLAN/RH nº 1188/2026;

DECRETA:
Art. 1º Fica exonerada Cleide de Fátima Ribeiro, matrícula 2024066, da função em comissão de Diretor Pedagógico no âmbito da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, a partir do dia 02.09.2026, em virtude de aposentadoria.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02.09.2026.

Divinópolis, 04 de setembro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
ANDREIA CARLA FERREIRA DIMAS
Secretária Municipal de Educação

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C1912A0F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
LEI Nº 9.757, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026

Institui o STAVA - Serviço de Transição Assistida para a Vida Adulta, no âmbito da Política de Proteção Social Especial do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, no Município de Divinópolis.

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeita, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no Município de Divinópolis o STAVA - Serviço de Transição Assistida para a Vida Adulta, como serviço integrante da Política de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, no SUAS - Sistema Único de Assistência Social.
Art. 2º O STAVA destina-se a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos, egressos ou em processo de desligamento dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, que se encontrem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, sem possibilidade de retorno à família de origem ou colocação em família substituta.
Art. 3º O STAVA caracteriza-se como serviço de acolhimento em modalidade de república assistida, com acompanhamento técnico contínuo, voltado à construção progressiva da autonomia pessoal, social e econômica dos jovens atendidos.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

Art. 4º São objetivos do STAVA:
I - assegurar condições reais e dignas de transição da adolescência para a vida adulta;
II - promover a autonomia progressiva, a autogestão e a autossustentação dos jovens;
III - prevenir situações de desproteção social, violação de direitos e rupturas abruptas após o desligamento institucional;
IV - fortalecer vínculos comunitários e o acesso às políticas públicas;
V - apoiar a construção de projetos de vida viáveis e sustentáveis.
Art. 5º O STAVA reger-se-á pelos seguintes princípios:
I - centralidade do sujeito e protagonismo juvenil;
II - transição progressiva e planejada;
III - acompanhamento técnico interprofissional;
IV - articulação intersetorial e territorial;
V - promoção da autonomia como processo educativo contínuo.

CAPÍTULO III
DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Seção I
Da Forma de Execução

Art. 6º O STAVA poderá ser executado diretamente pelo Município ou mediante parceria com entidade socioassistencial inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.
Art. 7º As unidades do STAVA deverão estar localizadas, preferencialmente, em áreas residenciais, com fácil acesso a serviços essenciais e às políticas públicas.

Seção II
Da Equipe Técnica

Art. 8º A equipe mínima do STAVA será composta por:
I - um coordenador, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais;
II - equipe técnica composta por um assistente social e um psicólogo, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas semanais cada.

Seção III
Da Metodologia de Atendimento

Art. 9º O atendimento no STAVA será fundamentado em metodologia participativa, assegurando ao jovem participação ativa no planejamento e na avaliação de seu percurso de transição.
Art. 10 Cada jovem atendido elaborará, com acompanhamento da equipe técnica, um Plano Individual de Desenvolvimento - PID, contendo metas de curto, médio e longo prazo, contemplando, no mínimo:
I - escolarização e qualificação profissional;
II - inserção no mundo do trabalho;
III - saúde emocional e acompanhamento psicossocial;
IV - educação financeira e organização da vida cotidiana;
V - fortalecimento de vínculos comunitários e sociais; VI - planejamento do desligamento e da vida autônoma.
Art. 11 O STAVA ofertará moradia em ambiente semiassistido, em regime de república, com regras de convivência, rotinas compartilhadas e responsabilidades coletivas.
Art. 12 Após o desligamento do serviço, será assegurado acompanhamento pós-desligamento, por período definido no PID.

Seção IV
Da Transição entre Serviços

Art. 13 O processo de transição do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes para o STAVA deverá ocorrer de forma gradativa, iniciando-se, preferencialmente, a partir dos 17 (dezessete) anos de idade.
Parágrafo único. A transição deverá constar no Plano Individual de Atendimento - PIA, construído conjuntamente entre o adolescente, a equipe técnica do Serviço de Acolhimento Institucional e a equipe técnica do STAVA.

CAPÍTULO IV
DO AUXÍLIO FINANCEIRO

Art. 14 O Município poderá conceder auxílio financeiro temporário aos jovens atendidos no STAVA, destinado exclusivamente ao custeio de moradia e despesas essenciais.
§ 1º O auxílio poderá corresponder a até 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo, pelo período máximo de 18 (dezoito) meses, prorrogável uma única vez.
§ 2º A concessão do auxílio dependerá da assinatura de termo de compromisso e do cumprimento do PID.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 A coordenação e o monitoramento do STAVA caberão à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
Art. 16 As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, quando necessário.
Art. 17 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 08 de setembro de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:25FE0C85

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA Nº 377/2026 – SEMUSA

(Republicada por incorreção contida na publicação veiculada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em 14/09/2026. Edição 4359)

Dispõe sobre as diretrizes técnicas e os requisitos sanitários para o processamento e a desinfecção de alto nível de transdutores endocavitários em serviços de ultrassonografia no âmbito do Município de Divinópolis, fixa condicionantes de infraestrutura e estabelece prazos para a adequação perante a Vigilância Sanitária Municipal.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 110 da Lei Complementar Municipal nº 30, de 14 de agosto de 1996, e demais disposições legais aplicáveis;

CONSIDERANDO a competência do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e a competência municipal para execução das ações de vigilância sanitária;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir segurança jurídica, previsibilidade e uniformidade à fiscalização;
CONSIDERANDO a obrigatoriedade de assegurar a segurança assistencial e a mitigação de riscos de infecções cruzadas associadas a procedimentos diagnósticos invasivos;

CONSIDERANDO que os transdutores endocavitários utilizados em procedimentos de ultrassonografia entram em contato com mucosas e, por sua natureza e utilização, demandam processamento compatível com sua classificação como produto para saúde semicrítico;

CONSIDERANDO que a limpeza e a desinfecção de alto nível constituem etapas indispensáveis para a redução do risco de transmissão de agentes infecciosos entre pacientes;

CONSIDERANDO a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 15, de 15 de março de 2012, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, que dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde;

CONSIDERANDO as orientações e o entendimento técnico-sanitário manifestados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária por meio do Voto nº 89/2026/SEI/DIRE5/ANVISA, acerca da necessidade de infraestrutura adequada para a realização da limpeza e desinfecção de alto nível de transdutores endocavitários, inclusive nos consultórios individualizados;

CONSIDERANDO que a infraestrutura física destinada ao processamento dos transdutores deve permitir a execução segura e eficaz de todas as etapas do processo, sem comprometer a qualidade da desinfecção e sem expor pacientes e trabalhadores a riscos sanitários, químicos, biológicos ou ocupacionais;

CONSIDERANDO que a adequação da infraestrutura demandará projeto, análise, aprovação, obras, instalações e alteração de fluxos;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer período razoável de transição para estabelecimentos preexistentes, sem prejuízo da segurança sanitária;

CONSIDERANDO a necessidade de harmonizar as exigências sanitárias aplicáveis aos estabelecimentos que realizam ultrassonografia com transdutores endocavitários, assegurando condições adequadas para o processamento desses produtos para saúde, a garantia do cumprimento destas normas e a proteção da saúde da população e dos trabalhadores.

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

•
Art. 1º Ficam estabelecidos os requisitos mínimos para a limpeza e a desinfecção de alto nível dos transdutores endocavitários utilizados em procedimentos de ultrassonografia realizados nos estabelecimentos e serviços de saúde situados no Município de Divinópolis.

•
Art. 2º Os estabelecimentos e serviços de saúde que realizem procedimentos de ultrassonografia com utilização de transdutores endocavitários deverão assegurar, após cada utilização, a realização da limpeza e da desinfecção de alto nível do transdutor, observadas as instruções de uso e as recomendações do fabricante, a legislação sanitária aplicável e as boas práticas de processamento de produtos para saúde.

§ único. O processamento deverá ser realizado de modo a garantir a adequada execução das etapas de limpeza, enxágue, desinfecção, enxágue final, secagem e acondicionamento, conforme aplicável, de forma a preservar a segurança do paciente, do trabalhador e a integridade do produto para saúde.

CAPÍTULO II – DOS ESTABELECIMENTOS COM INFRAESTRUTURA COMPARTILHADA

•
Art. 3º Os estabelecimentos sujeitos à RDC nº 15, de 15 de março de 2012, que utilizam transdutores endocavitários deverão dispor de sala exclusiva para a realização da desinfecção química, observados os requisitos aplicáveis à infraestrutura e ao processamento de produtos para saúde.

§ único. A existência de uma organização complexa, com dois ou mais consultórios e áreas comuns, configura, para todos os efeitos legais e técnicos, um estabelecimento assistencial de saúde, abrangido pela RDC nº 15/2012.

CAPÍTULO III – DOS CONSULTÓRIOS INDIVIDUALIZADOS

•
Art. 4º - Os consultórios individualizados e não vinculados a serviços de saúde, embora excluídos do âmbito de aplicação da RDC nº 15/2012, deverão dispor de infraestrutura física adequada para a desinfecção de alto nível dos transdutores endocavitários, tecnicamente justificada e suficiente para mitigar os riscos inerentes a este processo.

§ 1º - A utilização de bancada com pia, setorizada no interior da própria sala de realização de exames, poderá ser considerada alternativa admissível, desde que sejam garantidas condições técnicas e seguras:
I – separação entre as etapas suja e limpa do processamento, mediante fluxo de trabalho que impeça ou minimize o risco de contaminação cruzada;
II – previsão de uma cuba para limpeza e uma cuba para enxágue com profundidade e dimensionamento que permitam a imersão completa do produto ou equipamento, mantendo distanciamento mínimo entre as cubas de forma a não permitir a transferência acidental de líquidos;
III – realização da limpeza e da desinfecção de forma segura, sem interferência das atividades assistenciais realizadas no consultório;
IV – acesso à água e demais insumos necessários ao processamento, de acordo com o método utilizado e as instruções do fabricante;

V – condições de climatização, exaustão e segurança compatíveis com os produtos químicos utilizados, com comprovação de profissional habilitado;
VI – proteção dos trabalhadores contra exposição a agentes químicos e biológicos;
VII – manutenção da integridade e da rastreabilidade dos transdutores submetidos ao processamento;
VIII – armazenamento adequado dos produtos saneantes utilizados na desinfecção;
IX – adequado gerenciamento dos resíduos gerados durante o processamento;
X – demais condições necessárias para que o processo de limpeza e desinfecção seja realizado de maneira eficaz e segura.

§ 2º - A climatização e o sistema de exaustão a que se refere o inciso V do § 1º deverão atender às normatizações técnicas e à legislação vigente aplicáveis, considerando as características dos produtos utilizados e as necessidades específicas do ambiente.

I - O dimensionamento, a especificação e a definição das características do sistema de exaustão deverão constar do projeto arquitetônico ou do projeto específico elaborado por profissional legalmente habilitado;
II - A definição das condições técnicas necessárias ao sistema de exaustão, incluindo vazão, renovação e descarga do ar, bem como os demais requisitos aplicáveis, será de responsabilidade do arquiteto ou engenheiro responsável pela elaboração e pelo dimensionamento do projeto, observadas as normas técnicas e a legislação vigente;
III - A responsabilidade pela adequação e pelo dimensionamento do sistema de exaustão às características dos produtos utilizados e às condições do ambiente será do profissional legalmente habilitado responsável pelo projeto, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas na legislação profissional e sanitária.

CAPÍTULO IV – DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO

•
Art. 5º Os estabelecimentos e serviços de saúde abrangidos por esta Portaria que, na data de sua publicação, não disponham de infraestrutura física adequada para a realização da limpeza e da desinfecção de alto nível dos transdutores endocavitários, terão o prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua entrada em vigor, para promover a completa adequação às disposições desta Portaria.

§ 1º A adequação prevista no caput compreenderá, obrigatoriamente:

I – elaboração e protocolo, junto à Vigilância Sanitária, de projeto arquitetônico atualizado do estabelecimento, contemplando infraestrutura adequada para limpeza e desinfecção de alto nível dos transdutores endocavitários, sendo admissível área para consultórios individualizados e imprescindível sala exclusiva para serviços de saúde, com dois ou mais consultórios e áreas compartilhadas;

II – aprovação do Projeto Arquitetônico pela Vigilância Sanitária competente; e

III – execução das adequações na estrutura física do estabelecimento, em conformidade com o Projeto Arquitetônico aprovado pela Vigilância Sanitária.

§ 2º O protocolo do Projeto Arquitetônico ou sua aprovação pela Vigilância Sanitária, isoladamente, não será considerado cumprimento da obrigação prevista no caput, devendo o estabelecimento concluir, dentro do prazo estabelecido nesta Portaria, as adequações físicas previstas no Projeto Arquitetônico aprovado.

§ 3º Concluídas as adequações físicas, o responsável pelo estabelecimento deverá protocolar o Termo de Responsabilidade de Conclusão de Obra, devidamente assinado, juntamente com Requerimento à Vigilância Sanitária, requerendo inspeção sanitária para fins de avaliação e verificação das adequações realizadas.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º O prazo para adequação somente será concedido para fins de renovação do Alvará Sanitário. Os novos estabelecimentos e aqueles que tenham iniciado suas atividades sem regularização não se beneficiarão do prazo de transição.

Art. 7º Compete à Vigilância Sanitária Municipal orientar, fiscalizar e avaliar o cumprimento das disposições desta Portaria, sem prejuízo das competências dos demais órgãos integrantes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

•
Art. 8º O descumprimento das disposições desta Portaria sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação sanitária vigente, sem prejuízo das demais responsabilidades administrativas, civis e penais cabíveis.

•
Art. 9º Os casos omissos serão avaliados pela Vigilância Sanitária Municipal, observadas as normas sanitárias federais e estaduais aplicáveis e as orientações técnicas das autoridades sanitárias competentes.

Art. 10º Caso seja publicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa ou Secretaria Estadual de Saúde qualquer resolução, norma ou ato regulatório posterior que estabeleça requisitos mais restritivos aos previstos nesta Portaria, deverão prevalecer as disposições mais restritivas.

•
Art. 11º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 11 de setembro de 2026.

Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2C26DC72

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
REGIMENTO INTERNO PARA CONSULTA PÚBLICA

REGIMENTO INTERNO DA 12ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS

Período da consulta pública: 15 a 30 de setembro de 2026

O Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis torna público o Regimento Interno da 12ª Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis, para conhecimento, apreciação e recebimento de contribuições da população.
A consulta pública tem como objetivo ampliar a transparência, a participação social e a construção democrática do processo conferencial, possibilitando que as pessoas interessadas conheçam previamente as regras propostas para a organização e o funcionamento da Conferência e apresentem sugestões ou observações ao texto.
O Regimento estabelece, entre outros aspectos, normas relativas à participação, aos eixos temáticos, aos grupos de trabalho, à formulação e deliberação de propostas, às votações, à eleição da delegação municipal para a etapa estadual e aos demais procedimentos da Conferência.
COMO PARTICIPAR
As contribuições deverão ser encaminhadas, no período de **15 a 30 de setembro de 2026,** para o e-mail**: cmsdivinopolis2015@gmail.com**
Para facilitar a análise das manifestações, solicita-se que sejam informados, sempre que possível:

•
o artigo, parágrafo, inciso ou trecho do Regimento ao qual a contribuição se refere;

•
a sugestão ou observação apresentada;

•

a proposta de nova redação, quando houver;

•
uma breve justificativa para a alteração sugerida.

As contribuições recebidas dentro do prazo serão analisadas pela Comissão Organizadora da 12ª Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis e posteriormente encaminhadas para apreciação do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis.
Participe! Sua contribuição fortalece o controle social e ajuda a construir uma Conferência de Saúde mais democrática, transparente e participativa.
ATENÇÃO:
O documento apresentado nas páginas seguintes encontra-se em fase de consulta pública e poderá sofrer alterações antes de sua aprovação definitiva.
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

XII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS – MINAS GERAIS

Tema:
SAÚDE, DEMOCRACIA, SOBERANIA E SUS: CUIDAR DO POVO É CUIDAR DO BRASIL.

Data: 18 de outubro de 2026, a partir de 07:30h
Local: Centro Espírita Jesus de Nazaré, Rua do Cobre, 57, Bairro Niterói, Divinópolis, MG

REGIMENTO INTERNO
DA XII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS

A Conferência Municipal de Saúde constitui a mais ampla instância democrática de participação popular, deliberação, formulação de diretrizes e fortalecimento do controle social do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do Município de Divinópolis.
Prevista nos artigos 196 a 200 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e regulamentada pelas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, a Conferência Municipal de Saúde representa espaço público de diálogo, construção coletiva e participação cidadã, reunindo usuárias e usuários do SUS, trabalhadoras e trabalhadores da saúde, gestoras e gestores, prestadoras e prestadores de serviços, instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais e a sociedade civil organizada para discutir os rumos da política pública de saúde.
Nos termos da legislação vigente, a Conferência Municipal de Saúde tem por finalidade avaliar a situação de saúde da população e o funcionamento do Sistema Único de Saúde no Município de Divinópolis, considerando sua inserção no contexto regional, estadual e nacional, bem como analisar os avanços alcançados, os desafios existentes, as necessidades da população e os determinantes e condicionantes sociais, econômicos, ambientais e territoriais da saúde.
Em 2026, a 12ª Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis integra o processo ascendente da 11ª Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais e da 18ª Conferência Nacional de Saúde, sob o tema **"Saúde, Democracia, Soberania e SUS: cuidar do povo é cuidar do Brasil"**. Nesse sentido, sem afastar sua responsabilidade de avaliar e propor o
aperfeiçoamento da política municipal de saúde, a Conferência também deverá debater os seis eixos temáticos definidos para o processo conferencial e formular contribuições destinadas às etapas estadual e nacional.
Compete à Conferência elaborar, discutir, aprovar e encaminhar diretrizes, propostas e recomendações destinadas ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde, observadas as competências de cada ente federativo. As formulações aprovadas deverão contribuir para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de saúde nas esferas municipal, estadual e federal, em conformidade com os princípios constitucionais, com as diretrizes do SUS e as orientações do processo conferencial.
As deliberações aprovadas pela Conferência constituirão referência para a elaboração, revisão, implementação, acompanhamento e avaliação dos instrumentos de planejamento e gestão do Sistema Único de Saúde. No âmbito municipal, poderão subsidiar o aperfeiçoamento do Plano Municipal de Saúde 2026–2029 e dos demais instrumentos de gestão. Também fundamentarão o encaminhamento de propostas às etapas estadual e nacional, fortalecendo o planejamento ascendente, a cooperação interfederativa e a construção compartilhada das políticas públicas de saúde.
O presente Regimento Interno disciplina a organização, o funcionamento e os procedimentos da XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis, assegurando ampla participação popular, transparência, publicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, acessibilidade, inclusão, equidade, respeito à diversidade, paridade entre os segmentos e efetividade do controle social, em consonância com a Constituição da República, a legislação do Sistema Único de Saúde e as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Saúde.
Sua elaboração reafirma o compromisso do Município de Divinópolis com a defesa da saúde como direito fundamental de todas as pessoas e dever do Estado, bem como com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde enquanto política pública universal, integral, equânime, regionalizada, descentralizada, hierarquizada, participativa e de qualidade. Reafirma, ainda, o compromisso com a democracia sanitária, a justiça social, a solidariedade, a cooperação entre os entes federativos, o respeito à diversidade e a participação permanente da sociedade na formulação, no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas de saúde.

PREÂMBULO
O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS, no exercício das atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pela Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, pela legislação municipal pertinente e pelas
deliberações da Comissão Organizadora da XII Conferência Municipal de Saúde, submete à consulta pública o presente Regimento Interno, destinado a disciplinar a organização, o funcionamento, a participação, a deliberação, a eleição da delegação municipal e o encaminhamento dos resultados da XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente Regimento fundamenta-se nas seguintes normas:

•
– Constituição da República Federativa do Brasil, especialmente os arts. 6º, 37 e 196 a 200;

•
– Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;

•
– Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

•
– Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998;

•
– Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);

•
- Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

•
– Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

•
– Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde;

•
- Lei federal Nº 15.126, de 28 de abril de 2025;

•
– Resolução CNS nº 797/2025, que dispõe sobre a aprovação da realização da 18ª Conferência Nacional de Saúde e outras medidas a ela concernentes;

•
– Resolução CNS nº 804, de 12 de março de 2026, que altera o tema da 18ª Conferência Nacional de Saúde;

•
– Resolução CNS nº 805, de 12 de março de 2026, que dispõe sobre o Regimento Interno e as Diretrizes Metodológicas relativas à realização da 18ª Conferência Nacional de Saúde;

•
– Resolução CNS nº 813, de 11 de junho de 2026, que altera as Resoluções CNS nº 797/2025 e nº 805/2026, redefine o calendário da 18ª Conferência Nacional de Saúde, inclui atividade preparatória de âmbito nacional e dá outras providências;

•
- Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

•
– Lei Orgânica do Município de Divinópolis, legislação municipal referente ao Conselho Municipal de Saúde e ato de convocação da 12ª Conferência Municipal de Saúde;

•
– Legislação municipal aplicável ao Conselho Municipal de Saúde;

•
– Demais normas e orientações pertinentes e aplicáveis, inclusive eventuais atualizações dos calendários nacional e estadual.

EMENTA
Dispõe sobre a organização, o funcionamento e os procedimentos da XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis, estabelece normas para participação, deliberação, formulação
de propostas, eleição das pessoas delegadas e aprovação de moções, assegurando os princípios da participação popular, da transparência, da acessibilidade, da equidade e do controle social do Sistema Único de Saúde – SUS.

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I – DA NATUREZA, DA ABRANGÊNCIA E DO PROCESSO ASCENDENTE

Art. 1º A XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis constitui instância colegiada de participação social, de caráter deliberativo, consultivo e propositivo, destinada a avaliar a situação de saúde da população e do Sistema Único de Saúde no Município de Divinópolis, bem como formular diretrizes e propostas e fortalecer o controle social do SUS no Município.
Art. 1ºA A XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis adotará, nesta edição, a denominação honorífica **"Edição Erson Ribeiro Guimarães – in memoriam"**, em reconhecimento à sua trajetória e à relevante contribuição prestada à saúde pública do Município de Divinópolis ao longo de aproximadamente quatro décadas de serviço.
Parágrafo único. A denominação honorífica de que trata este artigo não altera o tema, os eixos temáticos, os objetivos, a natureza, a metodologia ou as demais disposições estabelecidas para a XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis.
Art. 2º A Conferência integra o processo permanente de planejamento participativo do Sistema Único de Saúde – SUS, assegurando a participação da sociedade na formulação, fiscalização, monitoramento e avaliação das políticas públicas de saúde.
Art. 3º As deliberações aprovadas pela Conferência têm caráter deliberativo e constituirão diretrizes do processo de planejamento municipal da saúde, devendo ser apreciadas pelo Conselho Municipal de Saúde e convertidas em Resolução, para incidência no Plano Municipal de Saúde, na Programação Anual de Saúde e no Relatório Anual de Gestão.
Parágrafo único. As deliberações dirigidas às esferas estadual e federal serão destacadas no Relatório Final para encaminhamento à Etapa Estadual da 18ª CNS.
Art. 4º A Conferência integra a Etapa Municipal da 11ª Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais e da 18ª Conferência Nacional de Saúde, com carga horária mínima de 8 (oito) horas, observados este Regimento e as normas nacional, estadual e municipal aplicáveis.
§ 1º A Conferência possui finalidade municipal própria e, simultaneamente, constitui etapa do processo ascendente que se desenvolve dos territórios para a etapa municipal, desta para a etapa estadual e, posteriormente, para a etapa nacional.
§ 2º A condição de etapa ascendente não afasta a competência municipal de formular, deliberar, encaminhar e monitorar diretrizes e propostas dirigidas à política de saúde de Divinópolis.
Art. 5º Para os fins deste Regimento, o processo ascendente compreende a construção progressiva de debates, diretrizes, propostas, deliberações e representações nas etapas territorial, municipal, estadual e nacional.
Art. 6º As pré-conferências territoriais destinam-se a mobilizar, informar, qualificar e ampliar a participação social, não substituindo a Conferência Municipal nem suas instâncias deliberativas.
Parágrafo único. As contribuições oriundas das atividades preparatórias serão sistematizadas e apresentadas aos Grupos de Trabalho ou à Plenária, conforme a metodologia aprovada, para apreciação e deliberação.
Art. 7º Os seis eixos temáticos integrarão, em igualdade de condições, a programação oficial e as instâncias deliberativas da Conferência, vedada a substituição de qualquer eixo por plenária paralela ou atividade exclusivamente preparatória.

CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS
Art. 8º A XII **Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis** reger-se-á pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, observando, especialmente:

•
– A universalidade do acesso às ações e aos serviços de saúde;

•
– A integralidade da assistência;

•
– a equidade;

•
– A descentralização político-administrativa;

•
– a regionalização e a hierarquização da Rede de Atenção à Saúde;

•
– A participação da comunidade na formulação, fiscalização e avaliação das políticas públicas de saúde;

•
– a transparência administrativa e acesso à informação;

•
– o fortalecimento do controle social;

•
– A gestão democrática e participativa;

•
– A cooperação entre os entes federativos;

•
– a valorização da cidadania e da dignidade da pessoa humana;

•
– defesa da soberania sanitária, científica, tecnológica, produtiva e digital;

•
– proteção da vida, justiça social e justiça socioambiental.

Art. 9º Constituem princípios orientadores da organização e dos procedimentos da Conferência:

•
– Legalidade;

•
– Impessoalidade;

•
– Moralidade;

•
– Publicidade;

•
– Eficiência;

•
– Transparência;

•
– Boa-fé objetiva;

•
– Razoabilidade;

•
– Proporcionalidade;

•
– Inclusão social;

•
– Acessibilidade;

•
– Participação popular;

•
– Ética;

•
– Respeito à diversidade;

•
– Respeito aos direitos humanos;

•
– Diálogo democrático;

•
– Cooperação institucional;

•
– Justiça social, ambiental e territorial.

Art. 10 A Conferência promoverá ambiente institucional inclusivo, seguro, acessível, respeitoso, buscando garantir que nenhuma pessoa participante sofra forma de discriminação em razão de raça, cor, etnia, origem, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência, idade, religião, condição econômica, opinião política, nacionalidade ou qualquer outra condição protegida pela Constituição Federal e pela legislação vigente.
Art. 11 Todas as atividades da Conferência deverão observar o respeito mútuo, a liberdade de expressão, a urbanidade, o pluralismo de ideias, a boa-fé e o compromisso com a construção coletiva das políticas públicas de saúde.
Art. 12. Serão asseguradas condições de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, atitudinal, programática e tecnológica, conforme as necessidades apresentadas e as capacidades organizacionais do evento.
Art. 13. A organização, a participação, as deliberações e a eleição da delegação observarão os princípios da paridade, da equidade, da diversidade e da ampla representação social.

CAPÍTULO III – DOS OBJETIVOS
Art. 14 São objetivos da XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis:

•
– Avaliar a situação de saúde do Município e suas interfaces com as realidades estadual e nacional, considerando os determinantes sociais, econômicos, ambientais, climáticos, culturais e territoriais;

•
– Analisar a execução das políticas públicas de saúde;

•
– identificar desafios, potencialidades e prioridades para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde;

•
– Formular diretrizes e propostas destinadas às políticas de saúde nos âmbitos municipal, estadual e nacional;

•
– Formular diretrizes para subsidiar a elaboração e a implementação do Plano Municipal de Saúde;

•
– Fortalecer o controle social e a participação da comunidade;

•
– Ampliar o diálogo entre usuárias e usuários, trabalhadoras e trabalhadores da saúde, gestoras e gestores, prestadoras e prestadores de serviços e instituições parceiras;

•
– promover o debate qualificado sobre os Eixos Temáticos da Conferência;

•
– aprovar propostas destinadas ao aperfeiçoamento das políticas públicas de saúde;

•
– Eleger, por via ascendente e de forma paritária, as pessoas delegadas que representarão o Município de Divinópolis na 11ª Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais, observadas as normas aplicáveis.

•
– Incentivar a formação da cidadania e do controle social desde a infância, por meio da realização da 1ª Conferencinha Municipal de Saúde para Crianças, valorizando a escuta das crianças como sujeitos de direitos e estimulando sua participação na construção de uma sociedade mais saudável, democrática e inclusiva.

•
- Debater os eixos da Conferência com enfoque no tema “Saúde, Democracia, Soberania e SUS: cuidar do povo é cuidar do Brasil";

•
- Reafirmar e efetivar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), da universalidade, da integralidade e da equidade, da humanização, da descentralização, da regionalização e da participação social para garantia da centralidade da saúde como direito humano fundamental e dever do Estado, com a definição de políticas que reduzam as desigualdades sociais e territoriais, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, as Leis nº

8.080/1990, nº 8.142/1990, nº 15.126/2025, e a Lei Complementar nº 141/2012;

•

- Formular diretrizes e propostas para subsidiar a elaboração dos Planos Plurianuais (PPA) e dos Planos de Saúde, nas esferas nacional e estadual para o período de 2028 a 2031, bem como a revisão dos Planos Municipais de Saúde vigentes no período de 2026 a 2029;

•

- Garantir a relevância da participação popular e do controle social, inclusive em seus aspectos legais, como instrumentos de formulação, fiscalização e deliberação das políticas públicas de saúde, assegurada ampla representação da sociedade em todas as etapas da 18ª CNS e XII CMSD;

•

- Analisar os impactos das políticas econômicas, fiscais, orçamentárias e tributárias sobre o financiamento do SUS, enfatizando a transparência, a equidade e a justiça fiscal, em especial na execução orçamentária e financeira das despesas provenientes de emendas parlamentares na saúde;

•

- Debater, formular e deliberar diretrizes para a valorização do trabalho em saúde, com a garantia de condições dignas de trabalho, vínculos laborais protegidos, remuneração justa, saúde e segurança no trabalho e respeito aos direitos trabalhistas das pessoas trabalhadoras da saúde, como elementos indissociáveis da efetivação do direito fundamental à saúde;

•

- Debater e propor estratégias para a preparação e resposta do Estado mineiro e brasileiro às emergências sanitárias, epidemias e pandemias;

•

- Debater e pensar sobre as pautas climáticas como tema relevante e Intersetorial na agenda da saúde e os impactos a curto, médio e longo prazo na vida das pessoas e das comunidades;

•

- Garantir a integração das agendas ambiental e climática às políticas públicas de saúde, reconhecendo a intersetorialidade como elemento estruturante da promoção da saúde no SUS;

•

- Debater e construir políticas públicas de equidade, no âmbito da garantia de acesso e direito à Saúde das Pessoas com Deficiência (PCD) e pessoas LGBTIA+ (de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos, assexuais e outras), nos termos de deliberação plenária do CESMG de 25 de novembro de 2025.

Art. 15 As deliberações aprovadas pela Conferência constituirão referência para a atuação do Conselho Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e dos demais órgãos públicos responsáveis pela formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de saúde.

CAPÍTULO IV – DAS DEFINIÇÕES

Art. 16. Para os fins deste Regimento, considera-se:

•

– **Conferência Municipal de Saúde:** instância máxima de participação social destinada à avaliação da situação de saúde e à formulação de diretrizes para a política municipal de saúde.

•

– **Processo ascendente:** dinâmica em que debates, propostas, deliberações e representações são construídos progressivamente das etapas territoriais à municipal, estadual e nacional.

•

– **atividade preparatória:** as pré-conferências cujas atividades de mobilização, informação e escuta, foram de caráter não substitutivo e não deliberativo.

•

– **Pessoa Delegada:** participante regularmente credenciada em um dos segmentos previstos e que cumpra o requisito de frequência do Anexo V, com direito a voz, voto e candidatura à Etapa Estadual;

•

– **Pessoa Convidada:** participante com direito à voz, sem direito a voto ou candidatura.

•

– **Pessoa Observadora:** participante que acompanha os trabalhos da Conferência, sem direito à voz ou voto, ressalvada autorização da Mesa Coordenadora.

•

– **Plenária:** instância máxima de deliberação da Conferência.

•

– **Grupo de Trabalho:** espaço destinado à discussão, análise e aprovação de propostas relacionadas aos Eixos Temáticos.

•

– **Moção:** manifestação formal de apoio, reconhecimento, recomendação, apelo, solidariedade ou repúdio relacionada ao objeto da Conferência.

•

– **diretriz:** enunciado sintético de uma ideia abrangente, que indica caminho, sentido ou rumo político;

•

– **Proposta:** ação a ser realizada, redigida preferencialmente com verbo no infinitivo e vinculada a uma diretriz;

•

– **Questão de Ordem:** manifestação destinada exclusivamente à interpretação ou à aplicação deste Regimento.

•

– **Encaminhamento de Votação:** manifestação breve destinada a orientar o voto favorável ou contrário à matéria em discussão.

•

– **Relatório Final:** documento oficial que consolida as propostas, diretrizes, moções e deliberações aprovadas pela Conferência.

TÍTULO II - DO TEMA, DOS EIXOS E DAS ATIVIDADES PREPARATÓRIAS CAPÍTULO V - DO TEMA E DOS EIXOS TEMÁTICOS

Art. 17. A 12ª Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis tem como tema: "Saúde, Democracia, Soberania e SUS: cuidar do povo é cuidar do Brasil".

Art. 18. São eixos temáticos da Conferência:

•

- Democracia, saúde como direito e soberania nacional;

•

- Financiamento adequado e suficiente para o SUS, com base na justiça tributária e na sustentabilidade fiscal e social;

•

- Os desafios para o SUS na agenda nacional da defesa da vida e da saúde: emergências climáticas e justiça socioambiental;

•

- Modelo de atenção e gestão: territórios integrados e cuidado integral;

•

- Saúde Integral das Pessoas com Deficiência: garantia do acesso humanizado e efetivação da inclusão social;

•

- Saúde Integral da População LGBTIA+: Travessias do Cuidado, Humanização e Direito à Saúde.

Art. 19. Os seis eixos possuem igual estatuto temático e deliberativo e serão discutidos no âmbito de uma única Conferência Municipal de Saúde, assegurados tempo, estrutura, facilitação, relatoria e possibilidade de deliberação.
Art. 20. Os debates serão subsidiados pelo Documento Orientador da 18ª Conferência Nacional de Saúde, pelo Regimento e pelas Diretrizes Metodológicas da 11ª Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais, pelos relatórios das pré-conferências e por outros documentos pertinentes à realidade local.
Art. 21. As atividades preparatórias poderão ser realizadas em formato presencial, virtual ou híbrido, com ampla divulgação e estratégias de comunicação adequadas à diversidade dos grupos populacionais.
§ 1º As pré-conferências territoriais constituem atividades preparatórias prioritárias para escuta da população e identificação de problemas, necessidades, experiências e potencialidades dos territórios.
§ 2º As atividades preparatórias não substituem a Conferência Municipal, os Grupos de Trabalho ou a Plenária Deliberativa.

TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DA CONFERÊNCIA CAPÍTULO VI – DA ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA
Art. 22. A XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis será organizada pelo Conselho Municipal de Saúde, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Comissão Organizadora instituída para essa finalidade.
Art. 23. A Conferência desenvolverá seus trabalhos em conformidade com a programação oficial aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, compreendendo, entre outras, as seguintes atividades:

•
– Credenciamento das pessoas participantes;

•
– Sessão solene de abertura;

•
– Apresentação do Regimento Interno;

•
– Conferências, palestras e mesas de debate;

•
– Grupos de trabalho;

•
– Apresentação, consolidação e priorização de diretrizes e propostas;

•
– Plenária Deliberativa Final;

•
– Eleição das pessoas delegadas para a etapa estadual;

•
– Atividades da 1ª Conferencinha Municipal de Saúde para Crianças;

•
– Apreciação e votação de moções;

•
– Encerramento oficial.

Art. 24. Todas as atividades observarão os princípios da legalidade, publicidade, transparência, participação social, respeito à diversidade, acessibilidade, equidade e eficiência administrativa.
Art. 25. A programação oficial poderá sofrer adequações por motivo de força maior ou necessidade de organização dos trabalhos, mediante decisão fundamentada da Comissão Organizadora, com ampla divulgação às pessoas participantes.

CAPÍTULO VII – DA COMISSÃO ORGANIZADORA
Art. 26 A Comissão Organizadora é o órgão responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e execução das atividades da Conferência Municipal de Saúde.
Art. 27 Compete à Comissão Organizadora:

•
– Planejar e coordenar todas as etapas da Conferência;

•
– Elaborar a proposta do Regimento Interno;

•
– Promover a consulta pública do Regimento;

•
– Organizar as pré-conferências e demais atividades preparatórias;

•
– Coordenar o processo de divulgação da Conferência;

•
– Definir os procedimentos de credenciamento;

•
– Organizar a infraestrutura necessária ao evento;

•
– Assegurar condições de acessibilidade e inclusão;

•
– Acompanhar os trabalhos da Relatoria;

•
– Supervisionar os Grupos de Trabalho e a Plenária;

•
– Garantir o cumprimento deste Regimento;

•
– Elaborar, validar e encaminhar o Relatório Final ao Conselho Municipal de Saúde;

•
– Designar as equipes de coordenação, relatoria, credenciamento, apoio, acessibilidade e conferencinha;

XIV– Praticar os demais atos necessários ao adequado funcionamento da Conferência.
Art. 28 As decisões da Comissão Organizadora serão tomadas, preferencialmente, por consenso e, quando necessário, por maioria simples de seus membros.
Art. 29 Os atos da Comissão Organizadora observarão os princípios da motivação, publicidade, transparência, impessoalidade e eficiência.

CAPÍTULO VIII – DA MESA COORDENADORA
Art. 30 A Mesa Coordenadora é responsável pela condução dos trabalhos da Conferência, competindo-lhe assegurar o cumprimento deste Regimento e garantir a ordem das sessões.
Art. 31 Compete à Mesa Coordenadora:

•
– Instalar, suspender, reabrir e encerrar as sessões;

•
– Dirigir os debates;

•
– Conceder, controlar e encerrar o uso da palavra;

•
– Apreciar questões de ordem;

•

– Proclamar os resultados das votações;

•
– Manter a ordem dos trabalhos;

•
– Assegurar igualdade de tratamento entre as pessoas participantes;

•
– Interpretar este Regimento, sem prejuízo da deliberação soberana da Plenária quando cabível;

•
– Decidir, fundamentadamente, sobre situações urgentes que exijam solução imediata.

Art. 32 É vedado à Mesa Coordenadora alterar, suprimir ou acrescentar propostas deliberadas pelos Grupos de Trabalho ou pela Plenária, ressalvadas correções exclusivamente formais e adequações autorizadas pelo respectivo espaço deliberativo.
Art. 33 A Mesa Coordenadora exercerá suas atribuições com imparcialidade, urbanidade, respeito ao contraditório e compromisso com a participação democrática.

CAPÍTULO IX – DA SECRETARIA EXECUTIVA
Art. 34 A Secretaria Executiva prestará apoio administrativo, técnico e operacional à Conferência.
Art. 35 Compete à Secretaria Executiva:

•
– Coordenar o credenciamento;

•
– Organizar as listas de presença;

•
– Elaborar e arquivar as atas;

•
– Receber documentos, propostas e moções;

•
– Prestar apoio à Comissão Organizadora, à Mesa Coordenadora e à Relatoria;

•
– Organizar e preservar o acervo documental da Conferência;

•
– Emitir certificados de participação, quando previstos.

Art. 36. Toda a documentação produzida durante a Conferência integrará o arquivo oficial do Conselho Municipal de Saúde, observado o disposto na Lei de Acesso à Informação e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

CAPÍTULO X – DA RELATORIA
Art. 37 A Relatoria é a instância responsável pela sistematização, organização e consolidação das propostas aprovadas nos Grupos de Trabalho e na Plenária.
Art. 38 Compete à Relatoria:

•
– Receber os relatórios dos Grupos de Trabalho e das pré-conferências;

•
– Organizar as diretrizes e propostas por eixo temático e esfera de governo;

•
– consolidar propostas repetidas ou semelhantes, preservando integralmente seu mérito;

•
– Proceder apenas às adequações gramaticais, ortográficas ou de técnica redacional;

•
– Elaborar o Relatório Consolidado;

•
– Apresentar o Relatório Final à Plenária;

•
– elaborar a versão definitiva do Relatório Final após o encerramento da Conferência.

Art. 39. É expressamente vedado à Relatoria modificar o mérito, o alcance ou o conteúdo das propostas aprovadas pelos Grupos de Trabalho ou pela Plenária.
Art. 40 Havendo dúvida quanto à redação ou ao conteúdo de determinada proposta, a matéria será submetida novamente à apreciação da Plenária, vedada decisão unilateral da Relatoria.

CAPÍTULO XI – DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO E VALIDAÇÃO DE PRESENÇA
Art. 41 A Comissão de Credenciamento e Validação de Presença será responsável pelo controle da frequência das pessoas participantes e pela verificação do cumprimento dos requisitos para o exercício do direito de voto e para a candidatura à etapa subsequente da Conferência.
Art. 42 Compete à Comissão:

•
– Realizar o credenciamento;

•
– Controlar a frequência nas atividades oficiais;

•
– validar as listas de presença;

•
– Divulgar a relação das pessoas habilitadas a votar e candidatar-se;

•
– Responder às impugnações relativas ao credenciamento e à frequência, submetendo-as, quando necessário, à decisão da Mesa Coordenadora.

Art. 43 A relação das pessoas habilitadas ao exercício do voto e à candidatura deverá ser divulgada antes do início do processo eleitoral, assegurando-se prazo para eventual impugnação.

CAPÍTULO XII – DA 1ª CONFERENCINHA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA CRIANÇAS
Art. 44 A **1ª Conferencinha Municipal de Saúde para Crianças** integra a programação oficial da

•
Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis, constituindo espaço de educação para a

cidadania, participação social e promoção da cultura democrática, destinado à escuta qualificada das crianças sobre o direito à saúde.
Art. 45 A Conferencinha tem por objetivos:

•
– Estimular a participação das crianças na construção de uma cultura de cidadania e controle social;

•
– Promover ações de educação em saúde adequadas à faixa etária;

•
– incentivar a compreensão do Sistema Único de Saúde – SUS e da importância da participação popular;

•
– Proporcionar ambiente lúdico e educativo para a manifestação das percepções das crianças sobre saúde, bem-estar e qualidade de vida;

•
– Fortalecer a formação cidadã das novas gerações.

Art. 46 Poderão participar da Conferencinha crianças convidadas pelas instituições de ensino, projetos sociais, organizações da sociedade civil, serviços públicos e demais entidades definidas pela Comissão Organizadora.
Art. 47 As atividades serão desenvolvidas por meio de metodologias apropriadas ao público infantil, podendo compreender rodas de conversa, oficinas, atividades culturais, desenhos, jogos educativos, dramatizações e outras estratégias pedagógicas.
Art. 48 As manifestações, propostas, desenhos, produções artísticas e demais contribuições apresentadas pelas crianças serão registradas pela equipe de coordenação e encaminhadas à Relatoria Geral da Conferência Municipal de Saúde.
Parágrafo único. A Relatoria poderá consolidar essas contribuições em capítulo próprio do Relatório Final, preservando seu conteúdo e identificando sua origem como resultado da 1ª Conferencinha Municipal de Saúde para Crianças de Divinópolis.
Art. 49 A participação das crianças possui caráter educativo, formativo e consultivo, não gerando direito a voto nas deliberações da Conferência Municipal nem à eleição para delegação, sem prejuízo da ampla divulgação e valorização de suas contribuições.
Art. 50 A Comissão Organizadora adotará medidas para assegurar ambiente acolhedor, seguro, acessível e adequado ao desenvolvimento das atividades da Conferencinha, observando a proteção integral prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.
Art. 51 As atividades da Conferencinha deverão observar os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta, da inclusão, da acessibilidade, do respeito à diversidade, da participação, do desenvolvimento infantil e do melhor interesse da criança.

TÍTULO IV - DA PARTICIPAÇÃO, DA ACESSIBILIDADE E DA ORDEM DOS TRABALHOS CAPÍTULO XIII
DAS CATEGORIAS DE PARTICIPANTES
Art. 52 Poderão participar da 12ª Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis pessoas representantes dos segmentos previstos na Lei Federal nº 8.142/1990, bem como demais pessoas interessadas nas políticas públicas de saúde, observadas as categorias definidas neste Regimento.
§ 1º As pessoas participantes distribuem-se nos seguintes segmentos, nos termos do art. 1º, § 4º, da Lei Federal nº 8.142/1990 e da Resolução CNS nº 453/2012:

•
– 50% (cinquenta por cento) do segmento de usuárias e usuários do SUS, suas entidades e movimentos;

•
– 25% (vinte e cinco por cento) do segmento de trabalhadoras e trabalhadores da saúde;

•
– 25% (vinte e cinco por cento) do segmento de gestoras, gestores, prestadoras e prestadores de serviços de saúde.

§ 2º A paridade será observada no credenciamento, na composição dos Grupos de Trabalho, na Plenária Deliberativa Final e na eleição da delegação municipal para a Etapa Estadual.
§ 3º Recomenda-se que a delegação observe o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de mulheres e assegure a representatividade da população negra, dos povos indígenas e comunidades tradicionais, de pessoas LGBTIA+, de pessoas com deficiência, de pessoas jovens e idosas e de pessoas em situação de vulnerabilidade social, nos termos do art. 22 do Regimento da 18ª CNS.
Art. 53 As pessoas participantes serão classificadas nas seguintes categorias:

•
– Pessoas Delegadas;

•
– Pessoas Convidadas;

•
– Pessoas Observadoras;

•
– Expositoras e Palestrantes;

•
– Equipe de Apoio.

Art. 54 As pessoas delegadas terão direito a voz e voto, podendo candidatar-se à delegação estadual, desde que atendidos os requisitos de habilitação.
Art. 55 As pessoas convidadas terão direito a voz, sem direito a voto ou candidatura.
Art. 56 As pessoas observadoras poderão acompanhar os trabalhos e usar a palavra quando autorizadas pela Mesa Coordenadora, sem direito a voto ou candidatura.
Art. 57 O credenciamento será realizado na forma definida pela Comissão Organizadora, sendo obrigatório para participação nas atividades oficiais.
Art. 58 O crachá de identificação será de uso obrigatório durante toda a Conferência.

CAPÍTULO XIV – DA ACESSIBILIDADE, DA INCLUSÃO E DA EQUIDADE
Art. 59 A Comissão Organizadora adotará as medidas necessárias para assegurar a plena acessibilidade às pessoas participantes, observando, sempre que possível:

•
– Acessibilidade arquitetônica;

•
– Acessibilidade comunicacional;

•
– Atendimento prioritário;

•
– Tecnologias assistivas;

•
– Inclusão das pessoas com deficiência;

•
– Respeito às especificidades das pessoas idosas, gestantes, lactantes e pessoas com mobilidade reduzida.

Art. 60 Nenhuma pessoa poderá ser impedida de participar em razão de deficiência, condição social, origem, raça, cor, etnia, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, características sexuais, idade, religião, opinião ou qualquer outra condição protegida pela Constituição e pela legislação vigente.

CAPÍTULO XV – DA ORDEM DOS TRABALHOS
Art. 61 Compete à Mesa Coordenadora:

•
– Conceder e retirar a palavra, na forma deste Regimento;

•
– Advertir participantes quanto ao cumprimento do tempo de fala;

•
– organizar e proclamar as votações;

•
– Suspender ou reabrir os trabalhos quando necessário;

•
– Preservar a ordem, o respeito e a urbanidade durante as sessões.

Art. 62 As manifestações deverão guardar relação com a matéria em debate, sendo vedadas ofensas pessoais, manifestações discriminatórias ou condutas que comprometam o regular andamento dos trabalhos.

CAPÍTULO XVI – DAS QUESTÕES DE ORDEM, DOS ENCAMINHAMENTOS E DO TEMPO DE FALA
Art. 63 Questão de ordem é a manifestação destinada exclusivamente à correta aplicação deste Regimento.
Art. 64 A questão de ordem terá preferência sobre as demais manifestações e será decidida imediatamente pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso à Plenária quando houver divergência relevante.
Art. 65 O tempo de fala será de até **03 (três) minutos** por manifestação, podendo a Mesa Coordenadora prorrogá-lo, excepcionalmente, quando a complexidade da matéria assim justificar.
Art. 66 Apartes somente serão admitidos mediante concordância da pessoa oradora e autorização da Mesa Coordenadora.

TÍTULO V - DOS GRUPOS DE TRABALHO, DAS DIRETRIZES, DAS PROPOSTAS E DAS DELIBERAÇÕES
CAPÍTULO XVII – DOS GRUPOS DE TRABALHO
Art. 67 Os Grupos de Trabalho constituem espaços de debate, construção coletiva e deliberação preliminar das diretrizes e propostas relativas aos seis eixos temáticos.

Art. 68 Cada Grupo de Trabalho contará com Coordenação, Relatoria e Apoio Técnico.
§ 1º A Coordenação e a Relatoria serão indicadas pela Comissão Organizadora e submetidas à ratificação do respectivo Grupo no início dos trabalhos.
§ 2º A distribuição das pessoas participantes entre os Grupos de Trabalho observará a paridade entre os segmentos, nos termos do Art. 52, § 2º deste Regimento e do art. 8º, § 4º, das Diretrizes Metodológicas da 18ª CNS.
§ 3º As pessoas convidadas poderão participar dos Grupos de Trabalho com direito a voz.

Art. 69 Compete ao Coordenador:

•
– Conduzir os debates;

•
– Assegurar igualdade de participação;

•
– organizar as votações;

•
– Encaminhar os trabalhos à Relatoria.

Art. 70 Compete ao Relator do Grupo:

•
– Registrar fielmente as propostas;

•
– Consolidar textos repetidos, preservando integralmente seu mérito;

•
– elaborar o relatório do Grupo.

Art. 71 Somente serão encaminhadas à Plenária Deliberativa as diretrizes e as propostas aprovadas pelo respectivo Grupo de Trabalho.

CAPÍTULO XVIII - DAS DIRETRIZES, DAS PROPOSTAS e DAS DELIBERAÇÕES
Art. 72 As diretrizes e propostas deverão:

•
- Guardar pertinência com o tema e o respectivo eixo;

•
- Possuir redação clara, objetiva e compreensível;

•
- respeitar a legislação vigente e os princípios do SUS;

•
- Indicar expressamente a esfera de governo e, quando possível, o ente ou órgão responsável;

•
- Ser formuladas de modo a possibilitar monitoramento e incidência nos instrumentos de planejamento e gestão.

Art. 73. Para cada um dos seis eixos temáticos, a Conferência deverá aprovar e encaminhar:

•
- No âmbito municipal: mínimo de 1 (uma) diretriz e 2 (duas) propostas;

•
- No âmbito estadual: 1 (uma) diretriz e 2 (duas) propostas;

•
- no âmbito nacional: 1 (uma) diretriz e 1 (uma) proposta.

Art. 74. A proposta deverá indicar ação concreta, iniciar preferencialmente com verbo no infinitivo e manter vínculo explícito com uma diretriz.
Art. 75. As diretrizes e propostas encaminhadas à etapa estadual terão, individualmente, no máximo 700 (setecentos) caracteres, incluídos os espaços, salvo orientação superveniente do Conselho Estadual de Saúde.
Art. 76. Diretrizes e propostas aprovadas em conferências anteriores poderão ser reafirmadas ou reapresentadas, desde que mantenham diálogo com o tema e os eixos atuais e apresentem justificativa, atualização ou inovação pertinente.
Art. 77 A Relatoria poderá promover exclusivamente adequações de redação, sendo vedada qualquer alteração do mérito das propostas aprovadas.
Art. 78 Havendo propostas semelhantes, a Relatoria poderá consolidá-las em texto único, preservando integralmente seu conteúdo.
Art. 79. As formulações deverão indicar expressamente se são destinadas ao Município, ao Estado ou à União, considerada a organização tripartite do SUS.

CAPÍTULO XIX – DAS VOTAÇÕES
Art. 80 As deliberações da Conferência ocorrerão, preferencialmente, por consenso.
Art. 81 Não sendo possível o consenso, a matéria será submetida à votação.
Art. 82 As votações ocorrerão, preferencialmente, por aclamação, podendo ser adotado outro procedimento definido pela Mesa Coordenadora.
Art. 83 Em caso de dúvida quanto ao resultado, qualquer pessoa delegada poderá requerer verificação da votação antes da apreciação da matéria seguinte.
Art. 84 É vedado voto de qualidade à Mesa Coordenadora.

CAPÍTULO XX DA ÉTICA E DA CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA
Art. 85 Todas as pessoas participantes deverão observar comportamento compatível com os princípios do respeito mútuo, da urbanidade, do diálogo democrático, da cooperação, da ética e da boa-fé.
Art. 86 É vedada qualquer forma de violência, intimidação, discriminação, assédio, constrangimento ou perturbação dos trabalhos.
Art. 87 A Mesa Coordenadora poderá advertir a pessoa participante que descumprir este Regimento e, em situações graves ou de

reincidência, submeter à Plenária proposta de retirada do recinto, assegurado o direito de manifestação da pessoa interessada.

TÍTULO VI - DA ELEIÇÃO DA DELEGAÇÃO MUNICIPAL PARA A ETAPA ESTADUAL CAPÍTULO XXI - DA COMPOSIÇÃO, DA ELEIÇÃO E DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 88. A 12ª Conferência Municipal elegerá 16 (dezesseis) pessoas delegadas titulares para a 11ª Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais, conforme a faixa populacional definida pelo Regimento Estadual, observada a paridade prevista na Resolução CNS nº 453/2012.

§ 1º A delegação será composta por 8 (oito) pessoas usuárias, 4 (quatro) pessoas trabalhadoras da saúde e 4 (quatro) pessoas gestoras ou prestadoras de serviços de saúde.

§ 2º Serão eleitas suplências por segmento, preferencialmente até a terceira ordem, conforme a disponibilidade de candidaturas e a metodologia aprovada.

Art. 89. Considera-se pessoa usuária, para fins de representação, aquela que não possui vínculo empregatício ou prestação de serviços na área da saúde e não ocupa cargo comissionado ou função de chefia na gestão do SUS.

Art. 90. Não poderão representar os segmentos de pessoas usuárias ou trabalhadoras da saúde as pessoas que ocupem cargos de coordenação, direção ou chefia na gestão municipal de saúde, quando houver conflito com a representação pretendida.

Art. 91. Parlamentares não poderão participar como pessoas delegadas da etapa municipal para a etapa estadual, conforme orientação do Regimento Estadual.

Art. 92. Poderão candidatar-se as pessoas delegadas que:

•
- Estejam regularmente credenciadas;

•
- Cumpram a frequência mínima estabelecida;

•
- pertençam ao segmento pelo qual pretendem concorrer;

•
- Demonstrem compromisso com a defesa do SUS, com o tema e com as deliberações conferenciais;

•
- Observem este Regimento e as demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. A participação nas pré-conferências poderá ser considerada para mobilização, valorização do processo territorial ou critério de desempate, desde que essa condição seja previamente divulgada e aprovada, não podendo ser utilizada de forma discriminatória.

Art. 93. A eleição deverá buscar a maior diversidade possível entre as vagas disponíveis, observando a representação de:

•
– População negra, povos indígenas e comunidades originárias e tradicionais;

•
– Movimentos sociais rurais e urbanos e organizações de pessoas trabalhadoras do campo e da cidade;

•
– movimentos e entidades de pessoas LGBTIA+;

•
– Pessoas jovens, idosas e aposentadas;

•
– Pessoas com deficiência;

•
– pessoas com doenças raras, negligenciadas ou condições crônicas;

•
– pessoas em situação de vulnerabilidade social, população em situação de rua e outros grupos em contextos de exclusão;

•
– povos e comunidades tradicionais e outros grupos relevantes para a realidade local.

Art. 94. A eleição será conduzida por Comissão Eleitoral designada pela Comissão Organizadora, mediante procedimento público, transparente e segmentado, conforme regras apresentadas antes do início da votação.

Art. 95. Em caso de empate, será adotado o critério de desempate previamente aprovado pela Plenária, podendo ser considerado o maior tempo comprovado de atuação no controle social ou outro critério objetivo e não discriminatório.

Art. 96. O Conselho Municipal de Saúde indicará, entre as pessoas eleitas, uma pessoa coordenadora ou representante da delegação municipal para articulação com a Comissão Organizadora Estadual.

Art. 97. A substituição de pessoa titular observará a ordem de suplência do mesmo segmento, mantendo-se a paridade e, sempre que possível, a diversidade da delegação.

§ 1º A necessidade de substituição será comunicada formalmente ao Conselho Municipal de Saúde e à Comissão Organizadora Estadual no prazo definido pelo Regimento Estadual, preferencialmente com antecedência mínima de 7 (sete) dias da etapa estadual.

§ 2º Situações de caso fortuito ou força maior serão analisadas conforme as orientações estaduais.

Art. 98. O resultado da eleição, com titulares e suplências, será encaminhado ao Conselho Estadual de Saúde em até 15 (quinze) dias após a Conferência, por meio do instrumento oficial disponibilizado.

Art. 99. As despesas com preparação e realização da etapa municipal correrão à conta do Fundo Municipal de Saúde, observada a legislação orçamentária.

Parágrafo único. As despesas com deslocamento e alimentação da delegação municipal até o local da etapa estadual serão de responsabilidade do Município, conforme o Regimento Estadual, ressalvadas orientações supervenientes.

TÍTULO VII – DA TRANSPARÊNCIA E DO RELATÓRIO FINAL CAPÍTULO XXII – DA PUBLICIDADE E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 100 Todos os atos oficiais da Conferência observarão os princípios da publicidade e da transparência, respeitadas as hipóteses legais de proteção de dados pessoais.

Art. 101 Serão disponibilizados, sempre que possível, no Portal Oficial da Prefeitura e nos meios oficiais do Conselho Municipal de Saúde:

•
– Regimento Interno;

•
– Programação;

•
– listas de pessoas delegadas;

•
– diretrizes e propostas aprovadas;

•
– Moções aprovadas;

•
– resultado da eleição das pessoas delegadas;

•
– Relatório Final.

Art. 102 O tratamento de dados pessoais observará a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, assegurando-se a proteção das informações pessoais sem prejuízo da transparência dos atos públicos.

CAPÍTULO XXIII - DO RELATÓRIO FINAL E DOS ENCAMINHAMENTOS

Art. 103 O Relatório Final conterá, no mínimo:

•
- Identificação, data, local e programação da Conferência;

•
- Síntese dos debates e informações sobre a participação;

•
- diretrizes e propostas aprovadas por eixo e esfera de governo;

•
- Moções aprovadas;

•
- Resultado da eleição das pessoas delegadas titulares e suplentes;

•
- Relatório da 1ª Conferencinha Municipal de Saúde para Crianças;

•
- Anexos e documentos exigidos pelos Conselhos Estadual e Nacional de Saúde.

Art. 104 O Relatório Final, os dados da etapa municipal e as formulações aprovadas serão registrados no formulário eletrônico disponibilizado pelo Conselho Estadual de Saúde em até 15 (quinze) dias após a realização da Conferência ou no prazo superveniente oficialmente estabelecido.

Parágrafo único. Também serão encaminhados pelos meios indicados pelo Conselho Estadual de Saúde: a ata da Conferência, a lista de presença e a relação das pessoas delegadas titulares e suplentes.

Art. 105 As diretrizes e propostas de âmbito municipal serão remetidas ao Conselho Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Saúde para incidência no Plano Municipal de Saúde 2026-2029, na Programação Anual de Saúde, nos Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior, no Relatório Anual de Gestão e em outros instrumentos pertinentes.

Art. 106 As diretrizes e propostas de âmbito estadual e nacional serão encaminhadas conforme os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Estadual de Saúde, respeitados os quantitativos, limites de caracteres e demais requisitos de sistematização.

TÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS CAPÍTULO XXIV – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 107 Este Regimento será disponibilizado previamente para consulta pública no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Divinópolis, pelo prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos, assegurando ampla publicidade, transparência e participação social.

§ 1º As contribuições recebidas serão analisadas pela Comissão Organizadora, que elaborará relatório circunstanciado contendo a síntese das manifestações e a justificativa para seu acolhimento ou rejeição.

§ 2º Após a apreciação das contribuições e aprovação do texto pelo Conselho Municipal de Saúde, o Regimento será disponibilizado integralmente às pessoas participantes, permanecendo acessível durante toda a realização da Conferência.

§ 3º Em razão da ampla publicidade conferida por meio da consulta pública e da disponibilização prévia do inteiro teor deste Regimento, fica dispensada a sua leitura integral durante a Conferência.

CAPÍTULO XXV – DAS DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS FINAIS

Art. 108 A XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis reafirma seu compromisso com a defesa do Sistema Único de Saúde – SUS como política pública de Estado, universal, integral, equânime, descentralizada, regionalizada e participativa, orientando todas as suas deliberações pelos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da justiça social, da solidariedade, da cidadania e da participação popular.

Art. 109 As propostas, diretrizes, recomendações e moções aprovadas pela Conferência constituirão referência para a atuação do Conselho Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde e dos demais órgãos e entidades responsáveis pelo planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas de saúde no âmbito do Município.

Art. 110 O Relatório Final da XII Conferência Municipal de Saúde deverá ser elaborado pela Relatoria Geral, homologado pela Comissão Organizadora e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde para conhecimento, deliberação e demais providências cabíveis.

Art. 111 O Conselho Municipal de Saúde dará ampla publicidade ao Relatório Final e às deliberações da Conferência, promovendo sua divulgação por meio do Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Divinópolis, dos canais institucionais do Conselho e de outros meios de comunicação disponíveis, observado o disposto na Lei de Acesso à Informação e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Art. 112 A Comissão Organizadora poderá expedir orientações complementares destinadas exclusivamente à execução deste Regimento, vedada qualquer alteração de seu conteúdo sem prévia deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 113 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora, ad referendum da Mesa Coordenadora e, quando necessário, submetidos à deliberação soberana da Plenária da Conferência.

Art. 114 Este Regimento Interno entrará em vigor após sua aprovação definitiva pelo Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis, mediante Resolução, após a conclusão da consulta pública e a apreciação das contribuições recebidas.

CLÁUSULA DE APROVAÇÃO

O presente Regimento Interno será submetido à aprovação definitiva do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis após o encerramento da consulta pública e a análise das contribuições recebidas pela Comissão Organizadora.

Após sua aprovação definitiva, serão registrados neste instrumento a data da deliberação e o respectivo ato normativo de aprovação.

Presidência do Conselho Municipal de Saúde	Presidência da Comissão Organizadora	Secretária Municipal de Saúde

São partes integrantes deste Regimento:

ANEXO I

•
Distribuição dos Eixos Temáticos.

ANEXO II

•
Formulário/modelo de apresentação de propostas.

ANEXO III

•
Formulário/modelo de moção.

ANEXO IV

•
Critérios para eleição das pessoas delegadas (quadro-resumo).

ANEXO V

•
Regras para certificação e controle da frequência, detalhando a exigência de **75% de participação** para habilitação ao voto e à candidatura como pessoa delegada.

ANEXO VI

•
Formulário/modelo de Recurso Administrativo

ANEXO VII

•
Regulamento da 1ª Conferencinha Municipal de Saúde para Crianças

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Presidente da Comissão Organizadora

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I - EIXOS TEMÁTICOS

•
– Democracia, saúde como direito e soberania nacional;

•
– Financiamento adequado e suficiente para o SUS, com base na justiça tributária e na sustentabilidade fiscal e social;

•
– Os desafios para o SUS na agenda nacional da defesa da vida e da saúde: emergências climáticas e justiça socioambiental;

•
– Modelo de atenção e gestão: territórios integrados e cuidado integral;

•
– Saúde Integral das Pessoas com Deficiência: garantia do acesso humanizado e efetivação da inclusão social;

•
– Saúde Integral da População LGBTIA+: Travessias do Cuidado, Humanização e Direito à Saúde.

Eixo 5 | Saúde Integral das Pessoas com deficiência: garantia do acesso humanizado e efetivação da inclusão social

Ementa: A saúde integral das pessoas com deficiência é um direito constitucional e humano, consolidado pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e pela Lei Brasileira de Inclusão. Esse eixo reconhece que a deficiência não é apenas uma condição biológica, mas o resultado da interação entre impedimentos e barreiras sociais, físicas e atitudinais. Propõe refletir sobre como o SUS pode assegurar acesso universal, integral e gratuito em todos os níveis de atenção, garantindo diagnóstico precoce, reabilitação, órteses e próteses, tecnologias assistivas e respeito ao consentimento livre e esclarecido. A efetivação da inclusão social exige acolhimento humanizado, acessibilidade plena, combate às discriminações, participação ativa das pessoas com deficiência na gestão das políticas e valorização da autonomia. O eixo articula saúde com educação, trabalho, transporte, proteção social e justiça, reafirmando que inclusão é cidadania e que o cuidado integral deve ser intersetorial e democrático.

Eixo 6: Saúde Integral da População LGBTIA+: Travessias do Cuidado, Humanização e Direito à Saúde

Ementa: A saúde integral da população LGBTIA+ é fruto de um processo histórico marcado por silenciamentos, exclusões e violências institucionais, mas também por resistências, produção de saberes e disputas por reconhecimento. A consolidação do SUS como política pública universal permitiu que orientação sexual e identidade de gênero fossem reconhecidas como determinantes sociais de saúde, exigindo práticas de cuidado baseadas na humanização, integralidade e equidade. O eixo propõe refletir sobre as travessias necessárias para superar a invisibilidade institucional, enfrentar a LGBTIA+fobia nos serviços, garantir o uso qualificado de dados, fortalecer a educação permanente das equipes e assegurar a participação social ativa. Reconhece que o direito à saúde da população LGBTIA+ depende da combinação entre marcos normativos, financiamento adequado, acolhimento respeitoso e controle social comprometido, em todos os níveis de atenção do SUS. Este eixo dialoga com os marcos nacionais e estaduais da política de saúde, em especial (i) Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, atualmente em processo de atualização para Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTIA+, conforme deliberações da 17ª Conferência Nacional de Saúde (Resolução nº 715, de 20 de julho de 2023); (ii) a reinstalação do Comitê Técnico Nacional de Saúde da População LGBTIA+ no âmbito do Ministério da Saúde; (iii) a Política Estadual de Saúde Integral da População LGBT de Minas Gerais, Deliberação CIBSUS/MG nº3.202,de 14 de agosto de 2020; (iv) os avanços institucionais e orçamentários já existentes no estado, como a Resolução SES-MG nº 8.375/2022, que estabeleceu normas de adesão, execução, acompanhamento e avaliação de incremento financeiro para equipes de Saúde da Família, destinado exclusivamente à implementação da Política Estadual de Saúde Integral LGBT na Atenção Primária, com valor global de R$ 24,4 milhões; e a Resolução SES/MG nº 9.076/2023, que estabelece regras de cofinanciamento para políticas de equidade, incluindo a população LGBT; (v) a Nota Técnica nº 10/SES/SUBPAS-SAPS-DPS/2023, que define critérios para elaboração do Plano Operativo Municipal; (vi) a Nota Técnica nº 4/SES/SUBPAS-SAPS-DPS/2023, que orienta sobre o registro do nome social e dos campos de orientação sexual e identidade de gênero no e-SUS Atenção Primária; (vii) a representação de pessoas usuárias LGBT no Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais desde 2016; e (viii) o papel das Conferências de Saúde como instâncias fundamentais de participação social.

ANEXO II -
FORMULÁRIO PADRÃO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

FICHA DE REGISTRO DAS PROPOSTAS ELABORADAS
Grupo de Trabalho Relator(a):
REGISTRO DA PROPOSTA
Problema relacionado:

Proposta:

Esfera: ( ) Município ( ) Estado ( ) União

ANEXO III
FORMULÁRIO PADRÃO PARA MOÇÕES

FICHA DE REGISTRO DAS MOÇÕES ELABORADAS
Tipo de Moção
( ) Apoio
( ) Reconhecimento ( ) Recomendação ( ) Solidariedade
( ) Apelo
( ) Repúdio
Título:

Texto da Moção:

Proponente:

Segmento:

Teve apoiadores, conforme a lista de assinaturas da Moção nº
Resultado:
( ) Aprovada
( ) Rejeitada

ANEXO IV
QUADRO RESUMO DA ELEIÇÃO DAS PESSOAS DELEGADAS

Segundo a estimativa oficial do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, o município de Divinópolis tem **242.328 habitantes** (dados da estimativa populacional). No Censo oficial realizado anteriormente, a população registrada era de **231.091 pessoas**, o que habilita o município de Divinópolis eleger 16 (dezesseis) delegados para a 11ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. Para cada delegado titular serão eleitos 03 (três) suplentes conforme votação.

Dados Demográficos Principais
Posição no estado: 10º município mais populoso de Minas Gerais.
Região: Maior cidade da região Centro-Oeste do estado.
Área territorial: 708,115 km².
Requisitos

✔ Credenciamento regular
✔ Participação mínima de **75%** das atividades oficiais (colocar na ficha de assinatura horário de chegada)
✔ Participação no segmento correspondente
✔ Participação nas pré conferências em qualquer território e data
✔ Observância deste Regimento

Na Conferência Municipal de Saúde serão eleitas, de forma paritária, nos termos da Resolução CNS nº 453/2012, as pessoas delegadas que participarão da Etapa Estadual 11ª CESMG.

§ 1º Não serão aceitas pessoas delegadas trabalhadoras de saúde que ocupam cargos de coordenação ou chefia no município na representação de trabalhadores ou usuários do SUS no segmento de pessoas usuárias;

§ 2º A delegação municipal será eleita por meio do processo ascendente;

§ 3º O resultado da eleição de pessoas delegadas da etapa municipal será enviado pelos Conselhos Municipais de Saúde à Comissão Organizadora da 11ª CESMG, em até 15 (quinze) dias após a realização da etapa municipal, por meio de formulário eletrônico definido e informado pelo Conselho Estadual de Saúde;

§ 4º Eventual necessidade de substituição de pessoa delegada titular deverá ser comunicada formalmente pelo Conselho Municipal de Saúde à Comissão Organizadora Estadual, com antecedência mínima de 7 (sete) dias da realização da Etapa Estadual.

A necessidade de substituição em menor período poderá ser realizada mediante justificativa expressa de caso fortuito ou força maior que será analisada caso a caso pela Comissão Organizadora da 11ª CESMG.

§ 5º A substituição deverá observar a ordem de suplência definida na Conferência Municipal, assegurada a manutenção da paridade e da composição segmentar da delegação.

§ 6º A ausência de comunicação no prazo estabelecido no §4º impossibilitará a substituição no momento do credenciamento da Etapa Estadual.

Para evitar vacância na delegação, recomendamos que sejam eleitos na etapa municipal até 3 suplentes (em ordem de 1ª, 2ª ou 3ª suplência) para cada pessoa delegada titular em cada segmento.

§8º O Conselho Municipal de Saúde indicará, dentre as pessoas eleitas delegadas, uma pessoa coordenadora ou representante da delegação para articulação com a Comissão Organizadora da 11ª CESMG.

§9º Parlamentares não poderão participar enquanto pessoa delegada na Conferência.

As conferências municipais deverão incentivar a renovação e a ampliação da participação, estimulando a eleição de pessoas delegadas que demonstrem compromisso com a defesa do SUS, com as deliberações conferenciais e com os debates relativos ao tema central da 11ª CESMG.

Das Pessoas Participantes da Etapa Municipal:

As Conferências Municipais deverão eleger suas delegações, fundadas no princípio da equidade, observando a representatividade dos mais diversos grupos que compõem a população mineira, e de seu território, atendendo à representação de:

•
– Grupos étnico-raciais, de modo a garantir a representatividade da população negra, dos povos indígenas e das comunidades originárias e tradicionais;

•
– Representantes de movimentos sociais rurais e urbanos, incluindo organizações de pessoas trabalhadoras do campo e da cidade;

•
– Movimentos e entidades de pessoas LGBTIA+;

•
– Multiplicidade geracional, estimulando, especialmente, a participação de entidades, coletivos e movimentos de pessoas jovens, idosas e aposentadas;

•
– Pessoas com deficiência;

•
– Pessoas com patologias raras, negligenciadas ou outras condições crônicas, conforme realidades locais; portadores de sofrimento mental.

•
– Pessoas em situação de vulnerabilidade social, incluindo população em situação de rua, representantes de pessoas privadas de liberdade e outros grupos em contextos de exclusão social; e

•
– Povos e comunidades tradicionais específicas, ribeirinhas, pescadoras artesanais e outras comunidades locais relevantes. Parágrafo único. A eleição deverá buscar a maior diversidade possível dentre as vagas disponíveis, tomando como referência os segmentos previstos neste artigo, sem que seja obrigatória a contemplação de todos quando o número de vagas for inferior.

•
Pessoas que participaram das pré conferências.

Direito de votar

•
Somente pessoas delegadas habilitadas, que tenham 75% de participação na XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis/MG.

Direito de candidatar-se

•
Somente pessoas delegadas habilitadas, que cumpram os requisitos já elencados.

Critério de desempate

•
Maior tempo comprovado de atuação no controle social.

Vacância

•
Assume a pessoa suplente, devidamente eleita na conferência conforme o seu segmento de representação, classificados em ordem crescente.

Resultado

•
Proclamação imediata pela Comissão eleitoral, após apuração sendo que o segmento gestão é de livre indicação da Secretária Municipal de Saúde.

ANEXO V
REGISTRO PARA CERTIFICAÇÃO E CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Nome: Segmento:	
Atividade	**Assinatura**
Credenciamento	
Abertura	
Conferência Magna	
Debate	
Grupo de Trabalho	
Plenária Final	
Eleição	
Frequência Total ( ) Igual ou Superior a 75% ( ) Inferior a 75% **Situação** ( ) Habilitado(a) ( ) Não habilitado(a) **Responsável pela validação**:	

ANEXO VI
MODELO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

RECURSO ADMINISTRATIVO

À Comissão Eleitoral da **XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis**

Recorrente:
Segmento:
Objeto do Recurso
( ) Credenciamento ( ) Frequência
( ) Votação
( ) Eleição
( ) Outro

Fundamentação Pedido
Data / / 2026

Assinatura:

Decisão: ( ) Deferido ( ) Indeferido
Fundamentação

Assinatura da Comissão eleitoralANEXO VII
REGULAMENTO DA 1ª CONFERENCINHA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA CRIANÇAS
Integrante da XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis
DA FINALIDADE
Art. 1º A 1ª Conferencinha Municipal de Saúde para Crianças constitui atividade oficial integrante da 12ª Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis, com caráter educativo, participativo, lúdico e formativo, destinada a estimular a cidadania, a educação em saúde e a participação social das crianças.
Art. 2º A Conferencinha observará os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta, do melhor interesse da criança, da participação, da inclusão, da equidade, da acessibilidade, do respeito à diversidade e da promoção da cultura de paz
I - Participarão da 1ª CMSD as pessoas delegadas mirins de 0 a 12 anos, sob a responsabilidade de pessoas delegadas e de integrantes da Comissão Organizadora do evento;
II- As participações das pessoas delegadas mirins deverão ser requeridas no formulário de inscrição da delegação municipal, até dia 18 de setembro de 2026.

•
- Para ser garantida a participação das pessoas delegadas mirins, deve ser comprovado o vínculo familiar/legal com a criança e que a mesma seja dependente da pessoa delegada e/ou de integrantes da Comissão Organizadora do evento.

•
- A 1ª CMSD contará com um espaço definido para o acolhimento das pessoas delegadas mirins, conforme programação do evento.

V- Pessoas delegadas mirins de 0 a 12 anos, quando houver, serão acolhidas por equipe específica, com acomodação e alimentação.

•
- As crianças de 0 a 12 anos serão consideradas pessoas delegadas mirins e participarão de atividades recreativas, pedagógicas e específicas da 1ª Conferencinha Municipal de Divinópolis/MG.

•
- A alimentação de todas as pessoas delegadas mirins ficará a cargo da equipe responsável, exceto alimentação especial e congêneres.

•
- No ato do credenciamento das pessoas participantes na 1ª CMSD será preenchida e assinada pela pessoa responsável uma ficha cadastral de cada pessoa delegada mirim.

•
- No crachá de identificação de responsáveis e de pessoas delegadas mirins constarão os nomes de ambas.

•
– O Relatório Final da 1ª Conferencinha Municipal de Saúde para Crianças integrará o Relatório Final da XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis.

•
- A "Conferencinha" constitui espaço destinado ao cuidado temporário de crianças durante a realização das atividades conferenciais, contendo atividades educacionais, lúdicas, estimuladoras do saber e da consciência cidadã das pessoas delegadas mirins, observadas as normas de proteção integral previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), as convenções internacionais aplicáveis e as normas sanitárias vigentes.

DOS OBJETIVOS
São objetivos da Conferencinha:

•
— Despertar nas crianças o interesse pela saúde pública;

•
— Estimular valores de cidadania;

•
— apresentar, de forma lúdica, o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

•
— Incentivar hábitos saudáveis;

•
— Estimular a preservação do meio ambiente;

•
— Incentivar o respeito às diferenças;

•
— fortalecer a participação das crianças na construção de uma cidade mais saudável;

•
— promover a escuta qualificada das crianças.

DOS PARTICIPANTES
Poderão participar crianças a partir de 0 (zero) anos até 12 (doze) anos, desde que os pais e/ou responsáveis estejam presentes na Conferência Municipal de Saúde, podendo ser chamados a qualquer momento para atender as necessidades da criança pela qual está responsável e ainda:

•
— Estudantes da rede pública;

•
— Estudantes da rede privada;

•
— crianças atendidas por projetos sociais;

•
— Crianças acompanhadas pelos serviços municipais;

•
— Demais crianças convidadas pela Comissão Organizadora.

DAS ATIVIDADES
As atividades poderão compreender:
✔ rodas de conversa;
✔ contação de histórias;
✔ teatro;
✔ pintura;
✔ desenhos;
✔ música;

✔ dança;
✔ oficinas;
✔ jogos educativos;
✔ produção de cartazes;
✔ brincadeiras cooperativas;
✔ construção de propostas.

DAS PROPOSTAS DAS CRIANÇAS
As crianças poderão apresentar propostas sobre:

• alimentação saudável;

• vacinação;

• escolas saudáveis;

• saúde mental;

• prevenção de acidentes;

• combate ao bullying;

• preservação ambiental;

• atividades físicas;

• lazer;

• saúde bucal;

• proteção dos animais;

• inclusão;

• acessibilidade;

• combate ao desperdício.

Art. 3º Todas as propostas deverão ser registradas pela equipe de apoio.
Art. 4º Os desenhos produzidos poderão integrar exposição durante a Conferência.
Art. 5º As propostas apresentadas pelas crianças serão encaminhadas à Relatoria Geral da Conferência Municipal de Saúde.
Art. 6º A Relatoria elaborará capítulo específico denominado: **"A Voz das Crianças"** no Relatório Final da Conferência.

DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS
Toda criança terá direito:

• — Ao respeito;

• — À escuta;

• — à participação;

• — Ao acolhimento;

• — À inclusão;

• — À acessibilidade;

• — à segurança;

• — ao ambiente saudável;

• — Ao tratamento digno.

DAS RESPONSABILIDADES DOS MONITORES
Compete aos monitores:

• acolher as crianças;

• orientar as atividades;

• estimular a participação;

• registrar as propostas;

• zelar pela segurança;

• promover ambiente respeitoso;

• comunicar qualquer situação de risco à Coordenação, que comunicará imediatamente aos pais e ou responsáveis.

DOS CERTIFICADOS
Todas as crianças participantes receberão certificado de participação.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
A Conferencinha possui natureza exclusivamente educativa, não gerando direito de voto nem participação na eleição das pessoas delegadas da Conferência Municipal. As contribuições produzidas integrarão oficialmente os registros da 12ª Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis.
"Cada ideia, cada desenho, cada palavra e cada sorriso compartilhados pelas crianças durante a 1ª Conferencinha Municipal de Saúde representam uma contribuição valiosa para a construção de uma cidade mais humana, saudável, inclusiva e solidária. Ao ouvir as crianças, reafirmamos que a participação cidadã começa desde a infância e que cuidar da saúde é também cuidar do futuro de Divinópolis."

PROGRAMAÇÃO OFICIAL 1ª CONFERENCINHA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA CRIANÇAS
Data: / / 2026
Local:

Horário	Atividade
08h00	Recepção e Credenciamento
08h30	Acolhida e Dinâmica de Integração
09h00	Contação de História: "O SUS também cuida de mim"
09h30	Conversa com as Crianças – "Como posso ajudar minha cidade a ser mais saudável?"
10h00	Oficina de Desenhos e Cartazes
10h45	Intervalo
11h00	Construção das Propostas das Crianças
11h40	Apresentação dos Trabalhos
12h00	Entrega dos Certificados e Encerramento

FICHA DE PARTICIPAÇÃO
1ª CONFERENCINHA MUNICIPAL DE SAÚDE PARA CRIANÇAS
Nome da Criança:
Idade: anos

Escola/Instituição:
Nome e telefone de contato do Responsável:
Participou das atividades?

•
Sim

•
Parcialmente Recebeu Certificado?

•
Sim

•
Não

FICHA PARA REGISTRO DOS DESENHOS E DAS PROPOSTAS A VOZ DAS CRIANÇAS
Nome da Criança (opcional): Idade: anos
O que você mais gosta na sua cidade?
O que você gostaria que melhorasse na saúde? Como você imagina uma cidade saudável?
O que deixa você feliz?
O que deixa você preocupado (a)? DESENHE UMA CIDADE MAIS SAUDÁVEL
(Espaço equivalente a uma página para desenho.)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO INSTITUCIONAL DE IMAGEM E PRODUÇÕES AUTORIZAÇÃO
Eu, , portador (a) do CPF nº

, na qualidade de responsável legal pela criança, AUTORIZO o Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis e a Secretaria Municipal de Saúde a utilizar, exclusivamente para fins institucionais, educativos, científicos e de divulgação das ações da XII **Conferência Municipal de Saúde** e da **1ª Conferencinha Municipal de Saúde para Crianças**, sem finalidade comercial:

•
Fotografias

•
Filmagens

•
Áudios

•
Desenhos

•
Cartazes

•
Frases

•
Textos

•
Produções artísticas

A presente autorização é gratuita, por prazo indeterminado, destinando-se exclusivamente às ações institucionais do Conselho Municipal de Saúde e da Prefeitura Municipal de Divinópolis, observadas a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018), o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas aplicáveis.
Divinópolis, de de 2026.

Assinatura do Responsável

FORMULÁRIO PARA CONSOLIDAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES INFANTIS RELATORIA DA CONFERENCINHA

•
Quantidade de Crianças Participantes

•
Instituições Representadas

PRINCIPAIS TEMAS APRESENTADOS

•
Alimentação Saudável

•
Vacinação

•
Saúde Bucal

•
Meio Ambiente

•
Escolas Saudáveis

•
Esporte

•
Lazer

•
Saúde Mental

•
Inclusão

•
Acessibilidade

•
Combate ao Bullying

•
Proteção Animal

•
Outros

PRINCIPAIS PROPOSTAS DAS CRIANÇAS 1.
2.

3.

4.

5.

FRASES MARCANTES DAS CRIANÇAS

DESENHOS SELECIONADOS PARA EXPOSIÇÃO
Quantidade: Responsável:
CONCLUSÃO DA RELATORIA
A Relatoria da **1ª Conferencinha Municipal de Saúde para Crianças** certifica que as manifestações registradas refletem as percepções, expectativas e propostas apresentadas pelas crianças participantes, recomendando sua incorporação, em capítulo próprio, ao Relatório Final da **12ª Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis**, sob o título:
"A Voz das Crianças: construindo um SUS para o presente e para o futuro."

Relator (a) Coordenador (a)
Data: / / 2026
MENSAGEM FINAL
"As crianças não representam apenas o futuro; elas já são cidadãs do presente. Ao lhes oferecer voz, escuta e participação, a 12ª Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis reafirma o compromisso com uma sociedade mais democrática, inclusiva e solidária, reconhecendo que cuidar da saúde também significa educar para a cidadania e fortalecer o controle social desde a infância."

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:BCEB033A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESOLUÇÃO CMS-DIV Nº 31/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, ***Ilmo. Sr. Guilherme Lacerda Teixeira***, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela ***Lei Complementar nº 138, de 17 de julho de 2007***, que dispõe sobre a competência, organização, estrutura e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, pela ***Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e*** considerando a ***Resolução CNS nº. 453/2012 e Resolução nº 155/2024***;
Em consonância com a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis, ocorrida na VI Reunião Extraordinária do exercício de 2026, realizada na quarta-feira, dia 09 de setembro de 2026, às 18:30 hs;

RESOLVE:

Artigo. 1º. Foi dada Ciência à plenária do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis/MG, referente à ***Emenda impositiva municipal destinada à Adefom,*** apresentada pelo Psicólogo da referida instituição**,** o ***Sr. Richard José Tavares, tratando-se de pauta puramente informativa, não seria necessário a deliberação do Conselho, no entanto, a plenária achou por bem deliberar a pauta em questão, tendo como resultado da votação da plenária: 19 (Dezenove) votos pela aprovação.***
Artigo. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, para surtir seus jurídicos e legais efeitos

Divinópolis, 11 de setembro de 2026.

Conselho Municipal de Saúde do Município de Divinópolis/MG
GUILHERME LACERDA TEIXEIRA -
Presidente

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:FE05BE98

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESOLUÇÃO CMS-DIV Nº 32/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, ***Ilmo. Sr. Guilherme Lacerda Teixeira***, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela ***Lei Complementar nº 138, de 17 de julho de 2007***, que dispõe sobre a competência, organização, estrutura e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, pela ***Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e*** considerando a ***Resolução CNS nº. 453/2012 e Resolução nº 155/2024***;
Em consonância com a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis, ocorrida na VI Reunião Extraordinária do exercício de 2026, realizada na quarta-feira, dia 09 de setembro de 2026, às 18:30 hs;

RESOLVE:

Artigo. 1º. Foi dada Ciência à plenária do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis/MG, referente à ***Emenda impositiva municipal destinada ao Instituto Helena Antipoff,*** apresentada pela Coordenadora da referida instituição**,** a ***Sra. Vanessa Melo Silva, tratando-se de pauta puramente informativa, não seria necessário a deliberação do Conselho, no entanto, a plenária achou por bem deliberar a pauta em questão, tendo como resultado da votação da plenária: 21 (Vinte e um) votos pela aprovação.***
Artigo. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, para surtir seus jurídicos e legais efeitos

Divinópolis, 11 de setembro de 2026.

Conselho Municipal de Saúde do Município de Divinópolis/MG
GUILHERME LACERDA TEIXEIRA -
Presidente

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0FA48D3B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESOLUÇÃO CMS-DIV Nº 33/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, ***Ilmo. Sr. Guilherme Lacerda Teixeira***, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela ***Lei Complementar nº 138, de 17 de julho de 2007***, que dispõe sobre a competência, organização, estrutura e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, pela ***Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e*** considerando a ***Resolução CNS nº. 453/2012 e Resolução nº 155/2024***;
Em consonância com a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis, ocorrida na VI Reunião Extraordinária do exercício de 2026, realizada na quarta-feira, dia 09 de setembro de 2026, às 18:30 hs;

RESOLVE:

Artigo. 1º. Foi dada Ciência à plenária do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis/MG, referente à ***Emenda impositiva municipal destinada ao Lar dos Idosos,*** apresentada pelo Coordenador da referida instituição**,** o ***Sr. Valdo Marcos Ribeiro Júnior, tratando-se de pauta puramente informativa, não seria necessário a deliberação do Conselho, no entanto, a plenária achou por bem deliberar a pauta em questão, tendo como resultado da votação da plenária: 20 (Vinte) votos pela aprovação.***
Artigo. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, para surtir seus jurídicos e legais efeitos

Divinópolis, 11 de setembro de 2026.

Conselho Municipal de Saúde do Município de Divinópolis/MG
GUILHERME LACERDA TEIXEIRA -
Presidente

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3569FB39

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESOLUÇÃO CMS-DIV Nº 34/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, ***Ilmo. Sr. Guilherme Lacerda Teixeira***, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela ***Lei Complementar nº 138, de 17 de julho de 2007***, que dispõe sobre a competência, organização, estrutura e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, pela ***Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e*** considerando a ***Resolução CNS nº. 453/2012 e Resolução nº 155/2024***;
Em consonância com a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis, ocorrida na VI Reunião Extraordinária do exercício de 2026, realizada na quarta-feira, dia 09 de setembro de 2026, às 18:30 hs;

RESOLVE:

Artigo. 1º. Foi dada Ciência à plenária do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis/MG, referente à ***Emenda impositiva municipal destinada à Casa Dia,*** apresentada pelo Primeiro Tesoureiro da referida instituição**,** o ***Sr. Rui Faria Campos, tratando-se de pauta puramente informativa, não seria necessário a deliberação do Conselho, no entanto, a plenária achou por bem deliberar a pauta em questão, tendo como resultado da votação da plenária: 14 (Quatorze) votos pela aprovação; 03 (Três) votos pela reprovação e 02 (Dois) votos pela abstenção.***
Artigo. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, para surtir seus jurídicos e legais efeitos

Divinópolis, 11 de setembro de 2026.

Conselho Municipal de Saúde do Município de Divinópolis/MG
GUILHERME LACERDA TEIXEIRA -
Presidente

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:DE1D8E2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESOLUÇÃO CMS-DIV Nº 35/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, ***Ilmo. Sr. Guilherme Lacerda Teixeira***, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela ***Lei Complementar nº 138, de 17 de julho de 2007***, que dispõe sobre a competência, organização, estrutura e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, pela ***Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e*** considerando a ***Resolução CNS nº. 453/2012 e Resolução nº 155/2024***;
Em consonância com a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis, ocorrida na VI Reunião Extraordinária do exercício de 2026, realizada na quarta-feira, dia 09 de setembro de 2026, às 18:30 hs;

RESOLVE:

Artigo. 1º. Foi dada Ciência à plenária do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis/MG, referente à ***Emenda impositiva municipal destinada à APAE,*** apresentada pela Coordenadora da referida instituição**,** a ***Sra. Ana Laura Lopes Azevedo, tratando-se de pauta puramente informativa, não seria necessário a deliberação do Conselho, no entanto, a plenária achou por bem deliberar a pauta em questão, tendo como resultado da votação da plenária: 16 (Dezesseis) votos pela aprovação.***
Artigo. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, para surtir seus jurídicos e legais efeitos

Divinópolis, 11 de setembro de 2026.

Conselho Municipal de Saúde do Município de Divinópolis/MG
GUILHERME LACERDA TEIXEIRA -
Presidente

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0BFD92F9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESOLUÇÃO CMS-DIV Nº 36/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, ***Ilmo. Sr. Guilherme Lacerda Teixeira***, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela ***Lei Complementar nº 138, de 17 de julho de 2007***, que dispõe sobre a competência, organização, estrutura e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, pela ***Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e*** considerando a ***Resolução CNS nº. 453/2012 e Resolução nº 155/2024***;
Em consonância com a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis, ocorrida na VI Reunião Extraordinária do exercício de 2026, realizada na quarta-feira, dia 09 de setembro de 2026, às 18:30 hs;

RESOLVE:

Artigo. 1º. Foi dada Ciência à plenária do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis/MG, referente à ***Emenda impositiva municipal destinada ao SOS do Câncer,*** apresentada pela Gerente de Projetos da referida instituição**,** a ***Sra. Luciana Tedeschi, tratando-se de pauta puramente informativa, não seria necessário a deliberação do Conselho, no entanto, a plenária achou por bem deliberar a pauta em questão, tendo como resultado da votação da plenária: 16 (Dezesseis) votos pela aprovação.***
Artigo. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, para surtir seus jurídicos e legais efeitos

Divinópolis, 11 de setembro de 2026.

Conselho Municipal de Saúde do Município de Divinópolis/MG
GUILHERME LACERDA TEIXEIRA -
Presidente

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:36088ABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESOLUÇÃO CMS-DIV Nº 37/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIVINÓPOLIS

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, ***Ilmo. Sr. Guilherme Lacerda Teixeira***, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela ***Lei Complementar nº 138, de 17 de julho de 2007***, que dispõe sobre a competência, organização, estrutura e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, pela ***Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e*** considerando a ***Resolução CNS nº. 453/2012 e Resolução nº 155/2024***;
Em consonância com a deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis e Comissão Organizadora da XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis, os conselheiros foram submetidos à uma consulta eletrônica interna no grupo corporativo, para deliberação acerca da concessão de: "Denominação honorífica ao servidor municipal Erson Ribeiro Guimarães", realizada na sexta-feira, dia 11 de setembro de 2026, às 13:54 hs, com aprovação por unanimidade.

RESOLVE:
Atribui denominação honorífica à XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis e dá outras providências.
CONSIDERANDO a realização da XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis, convocada pelo Decreto Municipal Nº 17.505/26, para o dia 18 de outubro de 2026;

CONSIDERANDO o falecimento do servidor público municipal Erson Ribeiro Guimarães, cuja trajetória profissional foi marcada por aproximadamente quatro décadas de dedicação à saúde pública de Divinópolis, contribuindo para a construção e o fortalecimento das ações e serviços de saúde no Município;
CONSIDERANDO a importância de reconhecer e preservar a memória das pessoas que contribuíram, por meio de sua atuação profissional, para a consolidação da saúde pública e do Sistema Único de Saúde no Município de Divinópolis;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Saúde de Divinópolis de prestar homenagem à trajetória profissional e à contribuição de Erson Ribeiro Guimarães à saúde pública municipal;

RESOLVE:

Art. 1º: A XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis, a ser realizada em 18 de outubro de 2026, adotará, nesta edição, a

denominação honorífica: "Edição Erson Ribeiro Guimarães – in memoriam".
Art. 2º: A denominação honorífica instituída por esta Resolução constitui homenagem à trajetória e à relevante contribuição de Erson Ribeiro Guimarães à saúde pública do Município de Divinópolis, especialmente em reconhecimento aos aproximadamente quatro décadas de serviços prestados à área da saúde.
Art. 3º: A denominação honorífica de que trata esta Resolução não altera a denominação institucional "XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis", nem seu tema, seus eixos temáticos, objetivos, natureza, metodologia ou sua vinculação ao processo conferencial estadual e nacional.
Art. 4º: A denominação honorífica poderá constar do Regimento Interno, da programação oficial, dos materiais de divulgação, certificados, registros institucionais, Relatório Final e demais documentos relacionados à XII Conferência Municipal de Saúde de Divinópolis.

Art. 5º: A Comissão Organizadora adotará as providências necessárias para a incorporação da homenagem aos documentos e materiais oficiais da Conferência.
Artigo. 6º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, para surtir seus jurídicos e legais efeitos

Divinópolis, 14 de setembro de 2026.

Conselho Municipal de Saúde do Município de Divinópolis/MG
GUILHERME LACERDA TEIXEIRA
Presidente

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:FE7201D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO N° 1025/2026

CONCESSÃO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, e o Gerente de Pessoal e Aposentadoria, Sr. Marcos Paulo Vieira, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, considerando a tarefa CI-64874-2026, encaminhada via Conecta, considerando o Formulário de Atividades Laborais, e considerando o Laudo de Insalubridade/Periculosidade nº 0917/2026, da Equipe de Engenharia e Segurança do Trabalho, resolvem **CONCEDER** o adicional de insalubridade de grau médio, no percentual de 20% (vinte por cento), à servidora **STELLA VARGAS DE PAULA SANTOS,** detentora do cargo efetivo de TÉCNICO DE LABORATÓRIO, matriculada sob o nº 99040108/5, **com efeitos retroativos a 18/08/2026.**
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCOS PAULO VIEIRA
Gerente de Pessoal e Aposentadoria

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6BE4BF50

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO N° 1027/2026

CANCELAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, e o Gerente de Pessoal e Aposentadoria, Sr. Marcos Paulo Vieira, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, considerando a tarefa OFIC-37314-2026, encaminhada via Conecta, considerando a Portaria SEPLAG nº 195/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 11/09/2026, edição 4358, considerando o Formulário de Atividades Laborais, e considerando o Laudo de Insalubridade/Periculosidade nº 0932/2026, da Equipe de Engenharia e Segurança do Trabalho, resolvem **CANCELAR** o adicional de insalubridade de grau médio, no percentual de 20% (vinte por cento), da servidora **LARISSA SENRA FERREIRA,** detentora do cargo efetivo de ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - P.S.F., matriculada sob o nº 99039313, **com efeitos a partir de 14/09/2026.**
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCOS PAULO VIEIRA
Gerente de Pessoal e Aposentadoria

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:32F73141

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO N° 1028/2026

CONCESSÃO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, e o Gerente de Pessoal e Aposentadoria, Sr. Marcos Paulo Vieira, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, considerando a tarefa OFIC-37451-2026, encaminhada via Conecta, considerando o Formulário de Atividades Laborais, e considerando o Laudo de Insalubridade/Periculosidade nº 0935/2026, da Equipe de Engenharia e Segurança do Trabalho, resolvem **CONCEDER** o adicional de periculosidade, no percentual de 30% (trinta por cento), ao servidor **ANTONIONI ALVES DOS REIS,** detentor do cargo efetivo de AGENTE DE OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO, matriculado sob o nº 99035133/1, **com efeitos retroativos a 18/08/2026.**
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCOS PAULO VIEIRA
Gerente de Pessoal e Aposentadoria

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CA20E7B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO N° 1029/2026

CONCESSÃO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, e o Gerente de Pessoal e Aposentadoria, Sr. Marcos Paulo

Vieira, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, considerando a tarefa OFIC-37451-2026, encaminhada via Conecta, considerando o Formulário de Atividades Laborais, e considerando o Laudo de Insalubridade/Periculosidade nº 0936/2026, da Equipe de Engenharia e Segurança do Trabalho, resolvem **CONCEDER** o adicional de periculosidade, no percentual de 30% (trinta por cento), ao servidor **ARTHUR NARDY SOUZA,** detentor do cargo efetivo de AGENTE DE OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO, matriculado sob o nº 99042611/1, **com efeitos retroativos a 13/07/2026.**
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCOS PAULO VIEIRA
Gerente de Pessoal e Aposentadoria

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:5A93466D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO N° 1030/2026

CONCESSÃO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, e o Gerente de Pessoal e Aposentadoria, Sr. Marcos Paulo Vieira, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, considerando a tarefa OFIC-37451-2026, encaminhada via Conecta, considerando o Formulário de Atividades Laborais, e considerando o Laudo de Insalubridade/Periculosidade nº 0938/2026, da Equipe de Engenharia e Segurança do Trabalho, resolvem **CONCEDER** o adicional de periculosidade, no percentual de 30% (trinta por cento), ao servidor **CARLOS BRUNO PEREIRA ANTUNES,** detentor do cargo efetivo de AGENTE DE OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO, matriculado sob o nº 99044689/2, **com efeitos retroativos a 13/07/2026.**
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCOS PAULO VIEIRA
Gerente de Pessoal e Aposentadoria

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0F64F739

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO N° 1031/2026

CONCESSÃO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, e o Gerente de Pessoal e Aposentadoria, Sr. Marcos Paulo Vieira, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, considerando a tarefa OFIC-37451-2026, encaminhada via Conecta, considerando o Formulário de Atividades Laborais, e considerando o Laudo de Insalubridade/Periculosidade nº 0937/2026, da Equipe de Engenharia e Segurança do Trabalho, resolvem **CONCEDER** o adicional de periculosidade, no percentual de 30% (trinta por cento), ao servidor **DANRLEY PEREIRA DOS SANTOS,** detentor do cargo efetivo de AGENTE DE OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO, matriculado sob o nº 99035529/1, **com efeitos retroativos a 13/07/2026.**
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCOS PAULO VIEIRA
Gerente de Pessoal e Aposentadoria

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D78B9C47

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG - ATO ADMINISTRATIVO N° 1032/2026

CONCESSÃO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, e o Gerente de Pessoal e Aposentadoria, Sr. Marcos Paulo Vieira, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 009, de 03 de dezembro de 1992, considerando a tarefa OFIC-37451-2026, encaminhada via Conecta, considerando o Formulário de Atividades Laborais, e considerando o Laudo de Insalubridade/Periculosidade nº 0934/2026, da Equipe de Engenharia e Segurança do Trabalho, resolvem **CONCEDER** o adicional de periculosidade, no percentual de 30% (trinta por cento), à servidora **RAFAELLA AMARAL DE PAULA VALÉRIO,** detentora do cargo efetivo de AGENTE DE OPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO, matriculada sob o nº 99035000/1, **com efeitos retroativos a 13/07/2026.**
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCOS PAULO VIEIRA
Gerente de Pessoal e Aposentadoria

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B8B6EA32

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO Nº 1023/2026

RETORNO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO

A Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições conferidas por lei, e considerando o Protocolo nº 000047248/2026, solicitado em 03/09/2026, referente ao pedido de retorno antecipado de Licença sem Vencimento – LIP, da servidora **PRISCILA MOREIRA LOPES,** detentora do cargo efetivo de Técnico de Laboratório, matriculada sob o nº 99035868, comunica o deferimento do seu retorno ao trabalho, **a partir de 05/10/2026.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7C94FF7D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEPLAG ATO ADMINISTRATIVO Nº 991/2026

CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTO

O Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia, Sr. Thiago Nunes Lemos e a Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 09, de 03 de dezembro de 1992, concede licença sem vencimento à servidora **GEISIANE CARVALHO MOREIRA**, detentora do cargo efetivo de Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, matriculada sob o nº 99035350, **pelo período de 03/10/2026 a 02/10/2028**, podendo a licença ser interrompida a qualquer tempo a pedido da servidora ou no interesse do serviço, sendo necessário a servidora protocolar seu pedido de retorno ao trabalho, através do sistema de protocolo on-line da Prefeitura Municipal de Divinópolis.
A servidora deverá entrar em contato com a Diretoria de Recursos Humanos com 30 (trinta) dias de antecedência do prazo de término da licença, para orientações de retorno ao trabalho ou exoneração.
Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos a partir de 03/10/2026**.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, setembro de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:97855D69

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1198/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Eliane Cristina da Silva**. Cargo:** Técnico de Enfermagem 200h**. Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Técnico de Enfermagem 200h, nos termos do **Edital nº 001/2026**, classificado na 128º colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – **SEMUSA /** Gerência de Regulação**. Período:** 14/09/2026 a 12/03/2027**. Total:** R$ 2.752,37 (Dois mil setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos). **Dotação Orçamentária:** 02.015.002.2150.2810 – Gestão da Secretaria Municipal de Saúde**. Ass.: 11/09/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7682AD26

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1200/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Maria Izabel Divino**. Cargo:** Técnico de Enfermagem 200h**s Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Técnico de Enfermagem 200hs, nos termos do **Edital nº 001/2026**, classificado na 143º colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – **SEMUSA /** Farmácia Central**. Período:** 14/09/2026 a 12/03/2027**. Total:** R$ 2.752,37 (Dois mil setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos). **Dotação Orçamentária:** 02.015.002.2150.2829 – Assistência Farmacêutica**. Ass.: 11/09/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D891D073

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO N° 1207/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sr(a). Aline Joseane de Almeida Rocha**. Cargo:** Técnico de Enfermagem 200h**s Objeto:** Contratação em caráter temporário, por prazo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público, para exercício das funções próprias do cargo de Técnico de Enfermagem 200hs, nos termos do **Edital nº 001/2026**, classificado na 140º colocação**. Lotação:** Secretária Municipal de Saúde – **SEMUSA /** Farmácia Central**. Período:** 15/09/2026 a 13/03/2027**. Total:** R$ 2.752,37 (Dois mil setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos). **Dotação Orçamentária:** 02.015.002.2150.2829 – Assistência Farmacêutica**. Ass.: 14/09/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A968B379

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMAC - EXTRATO DO QUARTO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 02/2022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2022 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2022.

CONTRATADO: GERALDO ANTÔNIO TRAJANO.
Objeto: prorrogação da vigência por 12 (doze) meses, até 22/08/2027, com efeitos jurídicos e financeiros retroativos a 23/08/2026, e revisão do valor mensal da locação para R$ 15.000,00 (quinze mil reais), totalizando o valor estimado de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). Ass.: 11/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:46256388

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMSUR – EXTRATO DO 1º TA – ATA 463/2025 – PL 180/2025.

Contratada: Wines Reis Comercial Ltda. Objeto: Prorrogação até 25/09/2027 e reajuste conforme INPC/IBGE de 3,983300% referente ao período de setembro/2025 a agosto/2026. Passando o item 9 para R$ 1.476,56 e item 24 para R$ 6.005,04. Ass: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B8A0FABC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SEMUSA – EXTRATO DA ATA 367/2026 – PL 145/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 68/2026.

Empresa: LUZIA MARIA APARECIDA MENDONÇA DE CARVALHO LTDA, CNPJ 48.174.216/0001-08. Objeto: Registro de preços para aquisições futuras e eventuais de camisas, blusas e coletes diversos para atendimento às demandas das Secretarias Municipais de Divinópolis/MG. Valor: R$ 53.702,00. Prazo: 12 meses. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00. O teor dos itens está publicado no PNCP. Ass: 11/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0E78409B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA – EXTRATO DA ATA 368/2026 – PL 145/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 68/2026.

Empresa: ZENITTI SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 44.222.010/0001-47. Objeto: Registro de preços para aquisições futuras e eventuais de camisas, blusas e coletes diversos para atendimento às demandas das Secretarias Municipais de Divinópolis/MG. Valor: R$ 48.983,00. Prazo: 12 meses. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00. O teor dos itens está publicado no PNCP. Ass: 09/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:19D30A68

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA – EXTRATO DA ATA 369/2026 – PL 145/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 68/2026.

Empresa: ELEN DANUSA RODRIGUES MELLATO CONFECÇÕES LTDA, CNPJ 29.386.393/0001-03. Objeto: Registro de preços para aquisições futuras e eventuais de camisas, blusas e coletes diversos para atendimento às demandas das Secretarias Municipais de Divinópolis/MG. Valor: R$ 132.890,00. Prazo: 12 meses. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00. O teor dos itens está publicado no PNCP. Ass: 10/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:59D246AD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA – EXTRATO DO 5º TA – CT 031/2025 – PL 398/2024.

Contratada: Azuos Engenharia e Construção Ltda. Objeto: Readequação da planilha orçamentária, fica acrescido o montante de R$ 4.162,31, que corresponde a aproximadamente 0,28%. Ass: 10/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:6E9761DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA – EXTRATO DO 5º TA – CT 200/2024 - PL 282/2024.

Contratada: Martins e Rabelo Construções e Equipamentos Ltda. Objeto: Readequação da planilha orçamentária, fica acrescido o montante de R$ 67.192,44, que corresponde a aproximadamente 6,19%.

Divinópolis, 11 de setembro de 2026.

SHEILA SALVINO
(Secretária Municipal de Saúde)

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F26F0D6A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/ FMS – EXTRATO DE COMUNICADO DE ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2026 – CONTRATADA: ELEVENN MATERIAIS MEDICOS LTDA CNPJ: 60.717.724/0001-82

Objeto: Conforme previsão da Lei 14.133/2021 (diploma ao qual o processo licitatório se vincula) e considerando o descumprimento das obrigações constadas nas cláusulas editalícias do Processo Administrativo Licitatório nº 285/2025 (**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90151/2025, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 675/2025**). fica instaurado o presente Processo Administrativo, sob responsabilidade da comissão, instituída através da portaria nº 351/2026, a fim de apurar a responsabilidade da empresa frente ao descumprimento contratual, abrindo-se prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da publicação deste ato para apresentação de defesa.

Divinópolis, SETEMBRO de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:EF12FDB2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO DE ENCERRAMENTO Nº 066/2026 – PL Nº 056/2026 – PE Nº 90026/2026

– ARP Nº 103/2026 – Contratada: SAUDE ESPLANADA COMERCIO ATACADISTA LTDA CNPJ: 03.356.644/0001-05 – O presente Termo Decisório tem por finalidade determinar o arquivamento do Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 066/2026, bem como registrar a decisão pela não aplicação de sanções à empresa contratada.

Divinópolis, setembro de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4CEF0BE8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO DE ENCERRAMENTO Nº 094/2026 – PL Nº 056/2026 – PE Nº 90026/2026

– ARP Nº 103/2026 – Contratada: SAUDE ESPLANADA COMERCIO ATACADISTA LTDA CNPJ: 03.356.644/0001-05 – O presente Termo Decisório tem por finalidade determinar o arquivamento do Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 094/2026, bem como registrar a decisão pela não aplicação de sanções à empresa contratada.

Divinópolis, setembro de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8157A41A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO TERMO DE ARQUIVAMENTO DO PAR Nº 069/2026 – PL Nº 037/2025 – PE Nº 016/2025 – ARP Nº 139/2025 – CONTRATADA: DICIRURGICA COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ Nº 21.747.056/0001-84.

O presente **Termo de Arquivamento** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: **multa compensatória referente à solicitação de fornecimento nº 3018/2026, no montante de R$ 89,16 (oitenta e nove reais e dezesseis centavos)** e **impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos e 3 (três) meses,** em conformidade com a **Instrução Normativa CGM nº 001/2025**, a **Lei nº 14.133/2021** e o **Processo**

Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 069/2026.

Divinópolis, setembro de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:871207A3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO TERMO DE ARQUIVAMENTO DO PAR Nº 070/2026

– PL Nº 037/2025 – PE Nº 016/2025 – ARP Nº 144/2025 – Contratada: MED LAGOS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 41.703.093/0001-06.

O presente **Termo de Arquivamento** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: **multa moratória referente à solicitação de fornecimento nº 3125/2026, no montante de R$ 136,50 (cento e trinta e seis reais e cinquenta centavos),** em conformidade com a **Instrução Normativa CGM nº 001/2025**, a **Lei nº 14.133/2021** e o **Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 070/2026**.

Divinópolis, setembro de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F08ADD21

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO 2º TA – CT 142/2024 – PL 343/2024.

Contratada: Itacolomi Comunicação Ltda. Objeto: Prorrogação até 19 de novembro de 2027. Ass: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:936EDE93

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO 3º TA – CT 08/2022 – PL 412/2022.

Contratada: Itacolomi Comunicação Ltda. Objeto: Prorrogação até 10 de novembro de 2027. Ass: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A871432D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1090/2026

– Andreany Elyzandra de Paula Campos, UEMG, Psicologia – Objeto: Estágio de 02 (duas) horas diárias. Prazo: 14/09/2026 até o dia 05/10/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D5691FA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1105/2026

– Brenda Fátima Carvalho Santos, UEMG, Psicologia – Objeto: Estágio de 02 (duas) horas diárias. Prazo: 21/09/2026 até o dia 22/10/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:06A9AC58

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1107/2026

– Manuela Duarte Silva, UEMG, Pedagogia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 14/09/2026 até o dia 10/12/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4B8371E8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1108/2026

– Mario Lucio Neto, Anhanguera, Odontologia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 17/09/2026 até o dia 30/11/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0F0BE23F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1109/2026

– Lucas Silveira Maia, Anhanguera, Odontologia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 15/09/2026 até o dia 30/11/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:DF1C6190

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1110/2026

– Márcia Eduarda Moraes Silva, Anhanguera, Odontologia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 15/09/2026 até o dia 30/11/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C950941F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1111/2026

– Letícia Costa Silva, Anhanguera, Odontologia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 15/09/2026 até o dia 30/11/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C5B71C03

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1112/2026

– Lucas Rayan Lacerda Faria, Anhanguera, Odontologia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 15/09/2026 até o dia 30/11/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3AA67702

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1113/2026

– Elidiane Pereira Lima Apolonio, Anhanguera, Odontologia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 14/09/2026 até o dia 30/11/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:120D7693

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1115/2026

– Reysla Vitória Cardoso Lima, Anhanguera, Odontologia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 14/09/2026 até o dia 30/11/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:534B5D44

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1116/2026

– Rusevel Vilela de Oliveira, Anhanguera, Fisioterapia – Objeto: Estágio de 05 (cinco) horas diárias. Prazo: 23/09/2026 até o dia 16/10/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:18EC026D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1117/2026

– Gabriella Simoes Fonseca , Anhanguera, Odontologia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 14/09/2026 até o dia 30/11/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:012EE713

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1118/2026

– Vinicius Eduardo Vieira Cunha, Anhanguera, Odontologia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 14/09/2026 até o dia 30/11/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0964CFE1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1119/2026

– Douglas da Costa Gomes, Anhanguera, Odontologia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 16/09/2026 até o dia 30/11/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:81EA3760

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1120/2026

– Luisa Borges Lemos, Anhanguera, Odontologia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 17/09/2026 até o dia 30/11/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:71BFF614

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1122/2026

– Pedro Couto Souza Sampaio, Anhanguera, Odontologia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 17/09/2026 até o dia 26/11/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:081151D3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1124/2026

– Ana Clara Pereira Chefre, UEMG, Psicologia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 14/09/2026 até o dia 15/12/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B4C09DEC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TCE OBRIGATÓRIO 1127/2026

– Larissa Silva Vilano Boure, UNA, Psicologia – Objeto: Estágio de 04 (quatro) horas diárias. Prazo: 17/09/2026 até o dia 30/11/2026. Ass.: 14/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0F03A1DE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SETOP – EXTRATO DO 1º TA – CT 46/2026 – PL 01/2026.

Contratada: Construir Engenharia LTDA. Objeto: Formalização da repactuação do cronograma físico financeiro, motivada pelo atraso na execução das obras, cuja responsabilidade é atribuída exclusivamente à Contratada. Ass: 08/09/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2D714571

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SETOP - EXTRATO DO 4º TA - CT 199/2025 – PL 196/2025.

Contratada: Licitafort Empreendimentos em Construção Civil Ltda. Objeto: Readequação da planilha orçamentária, fica suprimido do valor global do contrato o montante de R$ 19.108,20, o lote I sofre uma supressão total de R$ 2.922,20 e o lote II sofre uma supressão total de R$ 16.186,00.

Divinópolis, 11 de setembro de 2026.

PAULO JOSÉ SILVA
(Superintendente de Obras Públicas e Planejamento).

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7D3DF587

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE ADITAMENTO Nº. 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº. 1095/2026 – SEMED

CONTRATADO: VALQUÍRIA APARECIDA FERREIRA – MATRÍCULA 99040514/5– PAEIAIEF .
Constitui o presente TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 1095/2026, a alteração da lotação, que passa do(a) E.M. DONA MARIA ROSA para o(a) E.M. JOSÉ QUINTINO LOPES a partir do dia 14/09/2026, tendo como justificativa EM SUBSTITUIÇÃO A LUCIANO GONÇALVES CAMPOS – MATRICULA 99021082 devido ATO ADMINISTRATIVO SEPLAG Nº 996/2026 de concessão de redução de jornada de trabalho, com fulcro no Art. 2º, inciso III, c/c art. 4º, inciso II, da Lei Municipal Nº 4.450, de 22/12/98

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:32AC9D53

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE ADITAMENTO Nº. 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº. 1106/2026 – SEMED

CONTRATADO: VINÍCIUS FERREIRA DE OLIVEIRA – MATRÍCULA 99038977/3 – ASSISTENTE EDUCACIONAL
Constitui o presente TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO DE Nº 1106/2026, a alteração da E.M. JOÃO EPIPHANIO PEREIRA, passando a atuar no CMEI CANDIDES, a partir de 15 de SETEMBRO de 2026, tendo como justificativa garantir a continuidade de caráter temporário para garantir a continuidade dos serviços considerados essenciais e inadiáveis na área da educação, com fulcro no Art. 2º, inciso III, c/c art. 4º, inciso II, da Lei Municipal Nº. 4.450, de 22/12/98

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3C377D23

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE ADITAMENTO Nº. 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº. 1109/2026 – SEMED

CONTRATADO: FÁTIMA APARECIDA DA SILVA – PAEIAIEF
Constitui o presente TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 1109/2026, a alteração do prazo contratual de **13/09/2026 A 21/12/2026**, no(a) EM SÃO JOSÉ, tendo como justificativa SUBSTITUIÇÃO A RAQUEL DE CASTRO MESQUITA FURTADO, MATRÍCULA 99035241 EM LICENÇA MÉDICA, com fulcro no Art. 2º, inciso III, c/c art. 4º, inciso II, da Lei Municipal Nº. 4.450, de 22/12/98.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4B5A4EE7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE ADITAMENTO Nº. 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº. 1114/2026 – SEMED

CONTRATADO: ROSANIA APARECIDA DA SILVA – PAEIAIEF
Constitui o presente TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 1114/2026, a alteração do prazo contratual de **19/09/2026 A 21/12/2026**, no(a) EM ADOLFO MACHADO, tendo como justificativa EM SUBSTITUIÇÃO A KARINE OLIVEIRA AMARAL DE SOUSA – MATRÍCULA 990400460/3 – EM LICENÇA MÉDICA, com fulcro no Art. 2º, inciso III, c/c art. 4º, inciso II, da Lei Municipal Nº. 4.450, de 22/12/98.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D65D2617

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE ADITAMENTO Nº. 05 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº. 903/2026 – SEMED

CONTRATADO: JONATA HENRIQUE DOS SANTOS – MATRÍCULA 99041372/2 – PAAFEF – CIÊNCIAS HUMANAS.
Constitui o presente TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO DE Nº 903/2026, a alteração da lotação, do(a) E.M. PADRE GUARITA e E.M. JOSÉ CARLOS PEREIRA para o(a) **E.M. SIDNEY JOSÉ DE OLIVEIRA** a partir de **14 de SETEMBRO de 2026**, a alteração do prazo contratual de **01 de OUTUBRO de 2026 até 21 de DEZEMBRO de 2026** com fulcro no Art. 2º, inciso III, c/c art. 4º, inciso II, da Lei Municipal Nº. 4.450, de 22/12/98, tendo como justificativa Assumir vaga de caráter temporário para garantir a continuidade dos serviços considerados essenciais e inadiáveis na área da educação.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:37524124

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE APOSTILAMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 1143/2026

Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº **1143/2025** que entre si celebram o Município de Divinópolis-MG, pessoa jurídica de Direito Público, através da Secretaria Municipal de Educação, neste ato representado por sua secretária Andreia Carla Ferreira Dimas, delegada a competência para assinatura deste por meio de portaria a Iracema Silva Sousa e a(o) contratado(a) Sr(a) **NEUSA MARIA DE OLIVEIRA SIMÕES**, especifica O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS, com sede de seu governo, na Prefeitura situada à Av. Paraná, 2601, São José.
CORREÇÃO DO NÚMERO DE CONTRATO NA PAGINA 2 (DOIS) DO CONTRATO DE Nº 1143/2026
Onde se lê:
Cláusula Terceira – DA VIGÊNCIA 3.1 - A vigência da contratação de que trata este instrumento terá por início aos 03/08/2026 e término no dia 21/12/2026, podendo ser prorrogada, por apostilamento, observado o limite estabelecido na Lei nº 4.450/98.
Leia-se:
Cláusula Terceira – DA VIGÊNCIA 3.1 - A vigência da contratação de que trata este instrumento terá por início aos **03/09/2026** e término no dia 21/12/2026, podendo ser prorrogada, por apostilamento, observado o limite estabelecido na Lei nº 4.450/98. **Justificativa:** erro material

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:850C8B4D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE APOSTILAMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 1206/2026

Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº **1206/2026** que entre si celebram o Município de Divinópolis-MG, pessoa jurídica de Direito Público, através da Secretaria Municipal de Educação, neste ato representado por sua secretária Andreia Carla Ferreira Dimas, delegada a competência para assinatura deste por meio de portaria a Iracema Silva Sousa e a(o) contratado(a) Sr(a) **FERNANDA ANGÉLICA DO COUTO**, especifica O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS, com sede de seu governo, na Prefeitura situada à Av. Paraná, 2601, São José. CORREÇÃO DO NÚMERO DE CONTRATO NA PAGINA 1 (UM) DO CONTRATO DE Nº 1206/2026
Onde se lê:
Cláusula Segunda DA JUSTIFICATIVA E DA LOTAÇÃO 2.1 – A contratação temporária regida por este contrato tem como justificativa SUBSTITUIÇÃO A RAQUEL NOGUEIRA DINIZ LOPES – MATRICULA 99038823 EM LIP - LICENÇA POR INTERESSES PARTICULARES, considerando que não há no quadro de pessoal desta Prefeitura outro servidor disponível para suprir tal ausência e é necessária a contratação para manutenção dos serviços, sendo indispensável sua contratação pelas razões expostas, não justificando a permanência de profissional após término da nomeação do titular do cargo. A falta do profissional pode resultar em descredenciamento de serviço e desassistência à população, sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo pré determinado, de excepcional interesse

público e indispensável. Tudo nos termos do art. 2º, III, da Lei 4.450/98. Conforme informações contidas no Edital de Convocação nº 27/2026, publicado no Site Oficial da Prefeitura Municipal de Divinópolis

Leia-se:

Cláusula Segunda DA JUSTIFICATIVA E DA LOTAÇÃO 2.1 – A contratação temporária regida por este contrato tem como justificativa **GARANTIR A CONTINUIDADE DE CARÁTER TEMPORÁRIO DOS ERVIÇOS CONSIDERADOS ESSENCIAIS E INADIÁVEIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**, considerando que não há no quadro de pessoal desta Prefeitura outro servidor disponível para suprir tal ausência e é necessária a contratação para manutenção dos serviços, sendo indispensável sua contratação pelas razões expostas, não justificando a permanência de profissional após término da nomeação do titular do cargo. A falta do profissional pode resultar em descredenciamento de serviço e desassistência à população, sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo pré determinado, de excepcional interesse público e indispensável. Tudo nos termos do art. 2º, III, da Lei 4.450/98. Conforme informações contidas no Edital de Convocação nº 27/2026, publicado no Site Oficial da Prefeitura Municipal de Divinópolis

Justificativa: erro material

Termo de Apostilamento de Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº **1206/2026**

Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário nº **1206/2026** que entre si celebram o Município de Divinópolis-MG, pessoa jurídica de Direito Público, através da Secretaria Municipal de Educação, neste ato representado por sua secretária Andreia Carla Ferreira Dimas, delegada a competência para assinatura deste por meio de portaria a Iracema Silva Sousa e a(o) contratado(a) Sr(a) **FERNANDA ANGÉLICA DO COUTO**, especifica O MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS, com sede de seu governo, na Prefeitura situada à Av. Paraná, 2601, São José. CORREÇÃO DO NÚMERO DE CONTRATO NA PAGINA 1 (UM) DO CONTRATO DE Nº 1206/2026

Onde se lê:

Cláusula Segunda DA JUSTIFICATIVA E DA LOTAÇÃO 2.1 – A contratação temporária regida por este contrato tem como justificativa SUBSTITUIÇÃO A RAQUEL NOGUEIRA DINIZ LOPES – MATRICULA 99038823 EM LIP - LICENÇA POR INTERESSES PARTICULARES, considerando que não há no quadro de pessoal desta Prefeitura outro servidor disponível para suprir tal ausência e é necessária a contratação para manutenção dos serviços, sendo indispensável sua contratação pelas razões expostas, não justificando a permanência de profissional após término da nomeação do titular do cargo. A falta do profissional pode resultar em descredenciamento de serviço e desassistência à população, sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo pré determinado, de excepcional interesse público e indispensável. Tudo nos termos do art. 2º, III, da Lei 4.450/98. Conforme informações contidas no Edital de Convocação nº 27/2026, publicado no Site Oficial da Prefeitura Municipal de Divinópolis

Leia-se:

Cláusula Segunda DA JUSTIFICATIVA E DA LOTAÇÃO 2.1 – A contratação temporária regida por este contrato tem como justificativa **GARANTIR A CONTINUIDADE DE CARÁTER TEMPORÁRIO DOS ERVIÇOS CONSIDERADOS ESSENCIAIS E INADIÁVEIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**, considerando que não há no quadro de pessoal desta Prefeitura outro servidor disponível para suprir tal ausência e é necessária a contratação para manutenção dos serviços, sendo indispensável sua contratação pelas razões expostas, não justificando a permanência de profissional após término da nomeação do titular do cargo. A falta do profissional pode resultar em descredenciamento de serviço e desassistência à população, sendo a contratação temporária, prevista em lei, com prazo pré determinado, de excepcional interesse público e indispensável. Tudo nos termos do art. 2º, III, da Lei 4.450/98. Conforme informações contidas no Edital de Convocação nº 27/2026, publicado no Site Oficial da Prefeitura Municipal de Divinópolis

Justificativa: erro material

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:BE92E234

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO NÚMERO 779-2026, CARGO DE ASSISTENTE EDUCACIONAL, EDITAL NORMATIVO Nº. 04/2025

Fica rescindido o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço Temporário de Interesse Público Nº.779-2026, a pedido do(a) Contratado(a), Sr.(a) **FERNANDA ANGÉLICA DO COUTO**, brasileiro(a), estado civil SOLTEIRO, CPF 079.XXX.XXX-03, residente na Praça Dom Cristiano 134 apto 501, centro, DIVINÓPOLIS/MG CEP: 35500004 a partir de 14 de SETEMBRO de 2026, cargo de ASSISTENTE EDUCACIONAL, lotada na Unidade Escolar denominada EM PROFESSOR PAULO FREIRE, sendo contratante o Município de Divinópolis. Justificativa: Para assumir outro cargo.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4AC1C1C6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DOM BOSCO

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

INEXIGIBILIDADE N.º 024/2026
CREDENCIAMENTO N.º 015/2026

O **Município de Dom Bosco/MG** , por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21, torna pública a **RETIFICAÇÃO** do extrato de publicação do certame acima identificado, veiculado no dia 11 de setembro de 2026, **exclusivamente no que se refere à numeração do Processo Administrativo**.

Onde se lê: PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 096/2026
Leia-se: PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 097/2026

Ficam ratificados e integralmente mantidos todos os demais termos, datas, condições e exigências estabelecidas no edital original do Credenciamento n.º 015/2026 e seus anexos.

O edital retificado encontra-se disponível gratuitamente no site dombosco.mg.gov.br. Informações complementares pelo e-mail licitacoesdombosco@gmail.com ou pelo telefone (38) 99878-3338.

Dom Bosco/MG, 14 de setembro de 2026.

ELIZÂNGELA LAURINDA DA CRUZ DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:EA56CD0F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DALVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA
LEI MUNICIPAL Nº 1.268/2026 DE 11 DE JUNHO DE 2026

"INSTITUI A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DALVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal de Estrela Dalva–MG, por seus representantes aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída, em âmbito municipal, a Política de Educação em Tempo Integral, concebida para ofertar a jornada em tempo integral nas escolas da rede municipal de ensino na perspectiva da educação integral, alinhada à Base Nacional Comum Curricular e às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Parágrafo Único. A Política de Educação em Tempo Integral será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, a qual contará com o apoio do Conselho Municipal de Educação como foro de acompanhamento e participação, além dos demais segmentos da comunidade escolar, com vistas a fortalecer os processos democráticos de gestão pública educacional.

Art. 2º. Para fins de implementação e execução da Política de Educação em Tempo Integral instituída nos termos da presente lei, o Município observará, além das disposições previstas no art. 1º, os Planos Nacional e Municipal de Educação, a Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020, Lei 14.640 de 31 de julho de 2023, Portaria MEC n.º 1.495 de 2 de agosto de 2023, Portaria MEC n.º 2.036 de 23 de novembro de 2023 e suas respectivas alterações posteriores, além das respectivas legislações aplicáveis, conforme o caso.

Parágrafo Único. A implementação e execução da Política de Educação em Tempo Integral dependerá do regime de colaboração federativa e assegura, nos termos da Constituição da República de 1988 e da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a autonomia da rede municipal de ensino.

Art. 3º. A Política de Educação em Tempo Integral, instituída nos termos da presente Lei, observará as seguintes diretrizes:

I - Educação integral em tempo integral: expansão das matrículas e escolas em tempo integral deverá ser orientada pela concepção da educação integral, na qual se assume o compromisso com o planejamento e realização de processos formativos que reconhecem, respeitam, valorizam e incidem sobre as diferentes dimensões constitutivas do desenvolvimento dos sujeitos (cognitiva, física, social, emocional, cultural e Política);

II - Currículo ampliado e materiais pedagógicos significativos: referencial que considere a ampliação, o aprofundamento e o acompanhamento pedagógico das aprendizagens prioritárias, a pesquisa cientifica, as práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer e brincar, tecnologias da comunicação e informação, da cultura de paz e dos direitos humanos, da aprendizagem baseada na relação direta com a natureza e na preservação do meio ambiente e na promoção de práticas de cuidado e saúde integral;

III - Turno único, direitos de aprendizagens e desenvolvimento integral: superação da organização curricular baseada na lógica de turno e contraturno, para se priorizar o turno único, visando a um currículo integrado e integrador de experiências, comprometido com o alcance dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral, ao longo da jornada escolar diária, previstos para cada etapa e modalidade da educação básica;

IV - Priorização de estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica: priorização, na distribuição e alocação das matrículas em tempo integral, das escolas e estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, considerando indicadores de aprendizagem, renda, raça, sexo, condição de pessoa com deficiência, de família monoparental, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, entre outros;

V - Articulação intersetorial: articulação intersetorial com Políticas e órgãos públicos de áreas e esferas diversas, bem como com organizações da sociedade civil, famílias e demais integrantes da comunidade local para a efetiva promoção intersetorial da educação integral e proteção de direitos dos bebês, das crianças, dos adolescentes, jovens e adultos;

VI - Melhoria da infraestrutura: melhoria da infraestrutura física das escolas, com foco na organização de ambientes que favoreçam a diversificação das experiências de aprendizagem e desenvolvimento integral, assegurando acessibilidade às distintas formas de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, respeito e promoção aos pertencimentos étnico-raciais e socioculturais da comunidade escolar;

VII - Valorização e formação dos profissionais da educação: melhoria contínua das condições laborais dos profissionais da educação, assim como a valorização de suas jornadas e processos formativos para a dedicação à educação em tempo integral:

VIII - Educação pela equidade, antirracista e contra todos os tipos de discriminação: educação para as relações étnico-raciais, de forma transversal e interdisciplinar, com o estabelecimento de metas e de estratégias que promovam a redução de desigualdades étnico-racial, socioeconômica, territorial, de gênero, o público-alvo da educação bilíngue de surdos, o público-alvo da educação especial e os jovens que cumprem medidas socioeducativas;

IX - Atendimento a modalidades especiais: atendimento à demanda escolar por tempo integral manifesta ou sob consulta aos públicos das modalidades de educação especial, educação bilíngue de surdos, educação do campo, considerando as respectivas diretrizes curriculares e outras normativas;

X - Participação ativa estudantil e integração com o território: participação ativa dos estudantes e de seu papel no processo coletivo e colaborativo de construção e apropriação dos saberes, atitudes e práticas, em uma perspectiva de progressiva autonomia, bem como a construção de arranjos locais de integração da escola com o território e com a comunidade social de que faz parte, na perspectiva do reconhecimento e da mobilização de seus saberes e práticas socioculturais.

Art. 4º. Nos termos da Política de Educação em Tempo Integral, instituída por meio da presente Lei, consideram-se:

I - Educação integral: concepção de educação na qual se assume o compromisso com o planejamento e realização de processos formativos que reconhecem, respeitam, valorizam e incidem sobre as diferentes dimensões constitutivas do desenvolvimento dos sujeitos (cognitiva, física, social, emocional, cultural e política) a partir da mobilização e integração entre diferentes espaços, instituições sociais, tempos educativos e da diversificação das experiências e interações sociais;

II - Tempo integral: carga horária em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou a 35 (trinta e cinco) horas semanais, em dois turnos, desde que não haja sobreposição entre os turnos, durante todo o período letivo;

III - Desenvolvimento integral: processo singular, historicamente situado, continuo e ao longo da vida, de ampliação, aprofundamento e diversificação das dimensões cognitiva, física, social, emocional, cultural e política do sujeito.

Art. 5º. Além das diretrizes previstas no art. 3º, são partes integrantes da presente Lei e referenciais para fins de implementação e execução das ações referentes à Política de Educação em Tempo Integral, nas escolas integrantes da rede municipal de ensino, o *"Documento de Elaboração da Política de Educação em Tempo Integral"* e o respectivo *"Plano de Fases para Expansão de Matrículas em Tempo Integral"*, inclusive para fins de melhoria progressiva dos espaços e tempos escolares, bem como para previsão de expansão de matrículas em tempo integral.

Art. 6º. Para fins de melhoria progressiva dos espaços e tempos escolares, bem como para previsão de expansão de matrículas em tempo integral, a Secretaria Municipal de Educação deverá considerar as ações a curto, médio e longo prazos, previstas no respectivo *"Plano de Fases para Expansão de Matrículas em Tempo Integral"*, além de priorizar as seguintes estratégias pedagógicas e de organização da rede que deverão ser estabelecidas para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes e da garantia de seus direitos de aprendizagem:

I – Estratégias Pedagógicas:
Adequar a Matriz;
Adequar o Projeto Político Pedagógico – PPP;
Capacitar Equipes;
Aquisição de materiais pedagógicos específicos;
Cursos de formação;

II – Estratégias para organização da rede:
a) Adequar horários de aulas;
b) Adequar horários transporte escolar;
c) Contratar Profissionais;
d) Reformar Espaços;
e) Ampliar Espaços.

Art. 7º. A implementação das ações inerentes à Política de Educação em Tempo Integral, em âmbito municipal, contará com recursos das seguintes fontes de financiamento:
I - Recursos do Programa Escola em Tempo Integral, instituído nos termos da Lei 14.640 de 31 de julho de 2023;
II - Recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino;
III - Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;
IV - Recursos da Quota Municipal do Salário-Educação;
V - Recursos do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola em suas diversas modalidades;
VI - Recursos oriundos de convênios, acordos, ajustes, parcerias ou instrumentos congêneres, inclusive com entidades privadas.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Educação deverá buscar todos os meios para adequação aos requisitos e exigências legais necessários à ampliação dos recursos oriundos de fundos de manutenção e desenvolvimento do ensino e de programas federais e estaduais destinados à alimentação escolar, transporte escolar e às atividades educacionais complementares.

§ 2º. Com o objetivo de ampliar os recursos mencionados no *caput* deste artigo, a Secretaria Municipal de Educação deverá informar no Censo Escolar INEP, nos termos exigidos pelo respectivo sistema, as escolas que têm matrículas de alunos em tempo integral.

Art. 8º. Considerando as ações a serem implementadas a curto, médio e longo prazos, previstas no respectivo *"Plano de Fases para Expansão de Matrículas em Tempo Integral"*, a ampliação de matrículas de tempo integral em âmbito municipal, será implementada, respectivamente, nas seguintes unidades escolares:
I - Escola Municipal de Lourdes Gomes Pedrosa;
II - Centro Educacional Municipal Tia Idê.

Parágrafo Único. A ampliação de matrículas de tempo integral nas respectivas unidades escolares municipais, deverá ocorrer de modo a priorizar estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica, observadas as diretrizes previstas no art. 3º da presente Lei.

Art. 9º. A Secretaria Municipal de Educação deverá adotar junto aos demais setores municipais, inclusive o serviço de direção escolar, as medidas para engajamento, mobilização, planejamento e execução das ações necessárias à ampliação de matrículas de tempo integral nas unidades escolares municipais, em especial:
I - Verificação e organização dos quadros de profissionais da educação, para fins de adequada organização e distribuição da força de trabalho disponível e/ou adoção de outras medidas necessárias;
II - Levantamento das rotas e horários do serviço de transporte escolar, verificando a necessidade de adequações de itinerários e/ou horários, além da eventual necessidade de medidas complementares para atender à logística das atividades escolares em tempo integral;
III - Reorganização dos serviços de oferta de alimentação escolar;
IV - Organização dos tempos/jornada escolar e dos espaços a serem utilizados, inclusive levantamento da demanda de materiais didáticos e de outra natureza, necessários para realização das atividades do tempo integral;
V - Definição de diretrizes e desenho da matriz curricular, considerando as atividades que poderão ser ofertadas no contexto local, de acordo com as peculiaridades, limitações, possibilidades, características culturais, sociais e outras, sempre reconhecendo e garantindo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral definidos na Base Nacional Comum Curricular e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para as distintas etapas, modalidades e para todos os estudantes, considerando suas necessidades individuais e coletivas de aprendizagem;
VI - Orientação às escolas para revisão e atualização dos projetos político-pedagógicos.

Art. 10. A implementação das ações previstas na Política de Educação em Tempo Integral, em âmbito municipal, contará com a articulação junto aos seguintes segmentos:
I - Secretaria Municipal de Assistência Social;
II - Secretaria Municipal de Saúde;
III - Secretária Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo;
IV - Conselho Municipal de Educação;
V - Conselho do FUNDEB;
VI - Conselho de Alimentação Escolar;
VII - Comunidade escolar (pais, professores, especialistas, diretores e profissionais da educação);
VIII - Associações Comunitárias, Clubes, etc.

Art. 11. A articulação para implementação das ações previstas na Política de Educação em Tempo Integral, deverá considerar, ainda, as características do território municipal, suas organizações, equipamentos públicos e comunidade local, cujos alinhamentos poderão ocorrer nos seguintes termos:
I - Utilização da Quadra Municipal;
II - Utilização do Espaço Celita do Carmo Abreu.

Art. 12. A Política de Educação em Tempo Integral deverá ser objeto de monitoramento e avaliação permanentes, a qual contará com estratégias e indicadores para acompanhamento do programa de tempo integral ofertado nas escolas, para fins de monitorar e avaliar a qualidade, eficiência e eficácia das atividades ofertadas no Programa.

§1º. O Conselho Municipal de Educação, no exercício de suas atribuições de controle social, deverá, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, proceder à avaliação das ações implementadas e executadas no âmbito da Política de Educação em Tempo Integral, em especial no que se refere aos seguintes indicadores:
I - Adequação dos espaços e tempos escolares para as atividades do tempo integral;
II - Adequação do serviço de transporte escolar;
III - Qualificação dos profissionais da educação envolvidos nas atividades de tempo integral;
IV - Integração das atividades do tempo integral com as demais disciplinas curriculares;
V - Adequação com o PPP – Projeto Político Pedagógico;
VI - Contribuição e diversificação das atividades ofertadas;
VII - Contribuição das atividades ofertadas para a melhoria dos indicadores de evasão, abandono, repetência e distorção idade-série;
VIII - Contribuição para a melhoria do padrão de qualidade do ensino ofertado pelas unidades escolares municipais.

§2º. O monitoramento e a avaliação permanentes serão regulamentados em instrumento próprio a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e homologado pelo Conselho Municipal de Educação, no qual constará as demais diretrizes para o referido procedimento.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ESTRELA DALVA, MG., 11 DE JUNHO DE 2026.

DIEGO COUTINHO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tallita da Costa Tonázio
Código Identificador:F19DE274

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CONVOCAÇÃO DE LICITANTES REMANESCENTES

OFÍCIO Nº 073/DMLC/2026 ESTRELA DO INDAIÁ, 15 DE SETEMBRO DE 2026

DO: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
À: EMPRESAS LICITANTES REMANESCENTES (CADASTRO DE RESERVA)

REF: CONVOCAÇÃO DE LICITANTES REMANESCENTES – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2026 E Nº 046/2026

Prezados Senhores,
Considerando a rescisão da Ata de Registro de Preços nº 039/2026 e Ata de Registro de Preços nº 046/2026, anteriormente firmada com a empresa MAXIMO PEÇAS E PRODUTOS LTDA, CNPJ nº 04.335.223/0001-60;
Considerando a necessidade de assegurar a continuidade do fornecimento do objeto licitado;
Considerando o disposto no art. 90, § 7º, da Lei nº 14.133/2021, e no art. 16, inciso II, do Decreto Municipal nº 1.357/2024, bem como as disposições do Edital e da Ata de Registro de Preços referentes ao cadastro de reserva;
O MUNICÍPIO DE ESTRELA DO INDAIÁ/MG, por meio do Setor de Licitações,
CONVOCA o licitante remanescente, observada a ordem de classificação do respectivo lote, para manifestar interesse em assumir o registro de preços, nas mesmas condições propostas no certame.
RELAÇÃO DOS CONVOCADOS POR LOTE:

LOTE	COLOCAÇÃO	FORNECEDOR	PERCENTUAL DE DESCONTO
06	6º	TOTAL TRATORES DO BRASIL LTDA CNPJ 07.334.464/0001-83	42,50%
09	4º	STARK DISTRIBUIDORA AUTOMOTIVA LTDA CNPJ 47.587.640/0001-03	50,01%

MANIFESTAÇÃO
Os licitantes convocados deverão manifestar interesse no prazo de **05 (cinco) dias úteis (até a data limite 22/09/2026)**, contados do recebimento deste ofício, por meio do e-mail:
licitacao@estreladoindaia.mg.gov.br
A convocação será encaminhada ao e-mail constante no cadastro da empresa junto ao sistema do pregão eletrônico, considerando-se válida para todos os efeitos legais.
A manifestação deverá indicar expressamente o interesse em assumir o respectivo lote, mantendo integralmente as condições da proposta apresentada no certame.
O não atendimento no prazo estipulado será interpretado como renúncia à contratação, sendo convocado o próximo classificado, conforme ordem subsequente.
Na hipótese de ausência de interessados, a Administração poderá adotar as medidas previstas no art. 90, §4º, da Lei nº 14.133/2021.
Sem mais para o momento.
Atenciosamente,

RYLDER FLÁVIO ALVES CARDOSO
Pregoeiro

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:6A81E80E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO LICITATÓRIO N°: 116/2026

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá - MG, Processo Licitatório n°: 116/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº: 051/2026, Registro de Preços n°: 045/2026 - RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO E EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - OBJETO: **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (CARNES E DERIVADOS), DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ESTRELA DO INDAIÁ-MG, BEM COMO ATENDER À DEMANDA DAS DEMAIS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL"**. A Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá torna público o Resultado do Processo Licitatório e Extrato da Ata de Registro de Preços n°: 129/2026. tendo como vencedor o seguinte licitante: ATACADO E VAREJO MARIOLA LTDA - CNPJ 35.198.153/0001-70, Total estimado para este fornecedor R$ 105.700,00 (cento e cinco mil e setecentos reais),

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:4F9DB8BC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO N°: 002/2026

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ESTRELA DO INDAIÁ, Processo Licitatório n°: 002/2026, Dispensa de Licitação n°: 001/2026. EXTRATO DE CONTRATO – Objeto**: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO, HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO E ALIMENTAÇÃO DO SÍTIO ELETRÔNICO INSTITUCIONAL DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ESTRELA DO INDAIÁ-FUNDOPREI"**. O FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ESTRELA DO INDAIÁ torna pública a assinatura do contrato n°: 002/2026, CONTRATANTE: FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ESTRELA DO INDAIÁ – CONTRATADA: SGPREV DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA, CNPJ Nº 13.131.713/0001-36. No valor total de R$ 14.720,00 (quatorze mil e setecentos e vinte reais).

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:E147E4D5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO Nº 06

PROCESSO Nº 71/2026

INTERESSADO PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL – MG

DATA INICIAL DE RECEBIMENTO DE SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO: 09/10/2026 ÀS 08:00H

DATA FINAL PARA RECEBIMENTO DE SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO: 30/11/2028 ÀS 17:00H

PRAZO FINAL DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: 05/10/2026 ÀS 17:00H

OBJETO DA LICITAÇÃO: CHAMAMENTO PÚBLICO, NA FORMA DE CREDENCIAMENTO, DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS EM DIVERSAS ÁREAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL/MG.

FORMA: CREDENCIAMENTO
LOCAL PARA CREDENCIAMENTO: RUA ALFREDO TORMIN, Nº 32, CENTRO

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO: LICITACAO@ESTRELADOSUL.MG.GOV.BR
PREGOEIRO: REGIANE PATRICIA DA SILVA AZEVEDO
AMPARO LEGAL: REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
DECRETO MUNICIPAL Nº 70/2023
DECRETO MUNICIPAL Nº 07/2026

O EDITAL PODERÁ SER OBTIDO GRATUITAMENTE NO SITE DA PREFEITURA, NO ENDEREÇO WWW.ESTRELADOSUL.MG.GOV.BR A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO; INFORMAÇÕES ADICIONAIS PODEM SER OBTIDAS JUNTO, A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

E-MAIL: LICITACAO@ESTRELADOSUL.MG.GOV.BR

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:A68ECD06

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 29

DECRETO MUNICIPAL Nº 29 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO PELA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG, TERRENOS NECESSÁRIOS AO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIONO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO SUL/MG.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL/MG**, no desempenho de suas atribuições legais, conforme art. 87, II, c da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o disposto no art. 6º e 40º do Decreto_Lei nº3.365, de 21 de junho de 1941;

CONSIDERANDO que os serviços de saneamento básico são direito adjetivo à garantia da dignidade da pessoa humana, e devem ser assegurados à população por todos os entes federativos, conforme previsto no art. 23, IX da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de execução de obras para concluir o sistema de esgoto sanitário e tratamento do município, por se tratar de questão que afeta à saúde pública;

CONSIDERANDO que tornada evidente a "utilidade pública" na execução das obras referidas, visto que permitirá a plenitude da cobertura do sistema de esgoto sanitário, neste Município, impende ao Poder Executivo declarar tal condição por Decreto, na esteira do disposto, inclusive pela Lei Estadual nº 20.922/2013 c/c Decreto Estadual nº 47.634, de 12 de abril de 2019.

D-E-C-R-E-T-A:

Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de constituição de servidão, pela **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG,**Empresa Concessionária de Serviço Público, amigável ou judicial, as áreas de terrenos situadas no **Município de ESTRELA DO SUL MG**, necessárias para implantação de unidades do Sistema de Esgotamento Sanitário, conformedescrições topográficas abaixo caracterizadas e descritas, parte integrante desde Decreto, a saber:

Área de Servidão;

DESCRIÇÃO TOPOGRÁFICA DA FAIXA DE SERVIDÃO DO EXTRAVASOR DA EEE07 LOCALIZADA NA CIDADE DE ESTRELA DO SUL/MG.

PROPRIETÁRIO PRESUMIDO: Espólio Luiz Pires Galante
ENDEREÇO DO IMÓVEL: Chácara Saudade, Distrito da Sede em Santa Rita da Estrela, Cidade: Estrela do Sul/MG, CEP: 38525-000
GLEBA: 02/02
ÁREA: 803,28m² (oitocentos e três metros quadrados e vinte e oito decímetros quadrados)
UTILIZAÇÃO: Servidão
CLASSIFICAÇÃO DO TERRENO: Rural
MATRÍCULA: M-5.810 livro 3-E, fls. 191

DATUM SIRGAS2000, FUSO 23° E MERIDIANO CENTRAL - 45°W MATERIALIZAÇÃO DO VÉRTICE DE PARTIDA, TRANSPORTE DAS AMARRAÇÕES E DESCRIÇÃO DAS DIVISAS:

Esta faixa se define com 3,00m de largura, sendo 1,50m para cada lado e paralelo ao eixo. O ponto de partida vértice V02 de coordenadas (UTM) N=7.927.117,903m e E=215.550,201m, deste com azimute 65°13'02" e distância de 267,76m tem-se o vértice V03, de coordenadas N=7.927.230,143m e E=215.793,299m, sendo este o vértice final do eixo da faixa descrita.

A faixa de servidão definida pelos vértices V02 e V03, confronta-se:
- Pelo vértice V02 confrontando com área de propriedade da Prefeitura Municipal de Estrela do Sul;
- Pelas laterais da faixa com área remanescente de propriedade do Espólio de Luiz Pires Galante;
- Pelo vértice V03 confrontando com Rio Bagagem.

Art. 2º - As áreas mencionadas no art. 1º deste Decreto, destinam-se à implantação de unidades do sistema de esgotamento sanitário,neste município, e sua regularização será promovida pela **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG,** correndo os ônus por sua conta.

Art. 3º - O Município de Estrela do Sul, do Estado de Minas Gerais, autoriza a **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG,** na conformidade com a legislação vigente, a promover a desapropriação das áreas de pleno domínio ou constituição de servidão descritas no art. 1º deste Decreto e a proceder, se alegar urgência, de acordo com o disposto no artigo 15, do Decreto Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941, a imissão provisória na posse das mesmas.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

"As topografias aqui apresentadas constituem parte integrante e inseparável deste documento."

SEBASTIÃO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Estrela do Sul

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:F326B41E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 94/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL – MG

Torna público o extrato do contrato de CHAMAMENTO PÚBLICO NA FORMA DE CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA MECÂNICA E ELETROELETRÔNICA DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO SUL., decorrente do Processo de Inexigibilidade Nº 02, contrato Nº 94/2026. Empresa Contratada: MOTO MINAS LTDA. A vigência do Contrato será de 14/09/2026 a 14/09/2027.

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:A0B87861

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMIGA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

LEI Nº 5632, DE 25 DE MAIO DE 2021

(Dispõe sobre a remoção de veículos abandonados em vias públicas do município de Formiga).

Fica **NOTIFICADO**, Elimarcio de Bastos Belchior proprietário do veículo: Fiat Uno placa HBS4626, para sua retirada da via pública no prazo de 3 (três) dias, sob pena de remoção e recolhimento pela Administração Pública, em observância ao disposto na Lei nº 5632 de 25 de Maio de 2021.

Formiga, 14 de Setembro de 2026.

DARLEY TEIXEIRA SILVA
Superintendente Municipal de Trânsito

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:9234F981

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO

EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº: 006 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 030/2022. Processo Licitatório nº: 168/2021 – Inexigibilidade nº: 021/2021 – Credenciamento nº: 009/2021. Contratante: Município de Formiga-MG, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS. **Contratada:** Fundação Educacional de Formiga-MG – FUOM. **Do Acréscimo:** Fica acrescida ao valor contratual a quantia de R$1.000,00 (um mil reais), referente a PORTARIA GM/MS Nº: 9.760, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2025, (fls. 383/385), o que corresponde a 1,439%, do valor inicialmente contratado, conforme requerimento de fl. 382 e documentos de fls. 383/404, do processo licitatório, com fundamento no art. 65, I, "b" e §1º, da Lei Federal nº: 8.666/93, passando o valor contratual total de R$69.493,20 (sessenta e nove mil, quatrocentos e noventa e três reais e vinte centavos) para R$70.493,20 (setenta mil, quatrocentos e noventa e três reais e vinte centavos). Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do contrato básico, que não colidam diretamente com as cláusulas do presente Termo Aditivo. **Data do Documento:** 10/09/2026. **Data de Assinatura:** 14/09/2026.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:DA904DFA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE - HOMOLOGO o Processo Licitatório nº. 206/2026, Inexigibilidade nº. 057/2026, locação de imóvel em favor de: **DENILSON GONÇALVES OLIVEIRA – CPF 547.369.006-87,** Rua Califórnia 331, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Formiga MG, CEP 35572-130, referente a locação de imóveis destinado para funcionamento da Unidade Básica de Saúde Rosa Mística, situado na Avenida 01 nº 171 e 175, Bairro Rosa Mística, Formiga MG, sendo o imóvel nº 171 com área construída de 113,75m² e o imóvel nº 175 com área de 79,25 m². O valor mensal de R$ 2.700,00(dois mil e setecentos reais), perfazendo valor o total de R$162.000,00(cento e sessenta e dois mil reais) no prazo de 60 meses.

Formiga (MG), 14 de setembro de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:8BEEF8D8

PORTARIAS
PORTARIA Nº. 048/2026

O Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Formiga - PREVIFOR, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso XVI do artigo 119 da Lei Municipal nº. 4172 de 31 de março de 2009, acrescentado pela Lei nº. 4901 de 16 de abril de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** pensão por morte a **MARILENE FÁTIMA DA CUNHA** (companheira), dependente beneficiária, nos termos do inciso I e do parágrafo 1º do artigo 16 da Lei Municipal nº. 4172, de 31 de março de 2009, do servidor inativo **LUCAS PEREIRA NUNES**, matrícula 2613, falecido em 04/09/2025, devendo a pensão por morte ser de 100% do benefício para a dependente, sem direito à paridade, de acordo com o artigo 28, inciso II, alínea "a"; artigos 54, inciso I, 55, 61, 63, inciso I e parágrafo único e artigo 82 da Lei Municipal nº. 4172, de 31 de março de 2009, em conformidade com o artigo 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal de 1988, a partir de **04 de setembro de 2025**.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **04 de setembro de 2025**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Formiga/MG, 14 de setembro de 2026.

RONALDO CÂNDIDO DA SILVA
Superintendente Executivo

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:8A49767A

PORTARIAS
PORTARIA Nº 6.599, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Designa servidor para a função que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, por meio de Memorando – Conecta nº. 8730/2026;

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor Paulo Ribeiro Neto, Engenheiro Civil – CREA MG: 145419/D, para, sem ônus adicional ao erário, acompanhar e fiscalizar o contrato, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em engenharia, por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços, para a execução de serviços de manutenção de vias públicas, com implantação de pavimento intertravado e recapeamento asfáltico em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), em atendimento à secretaria municipal de obras e trânsito.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 14 de setembro de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Tatiane Aparecida Silva
Código Identificador:46CDF0CC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMOSO

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 139/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026

A Prefeitura de Formoso/MG, torna público aos interessados que fará realizar no dia **28 DE SETEMBRO DE 2026** (segunda-feira), às

09:00 horas, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, julgamento: Menor Preço por Item, sob a regência da Lei n° 14.133/2021, em sessão pública a ser realizada na Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br), para a **Aquisição de kits esportivos, compostos por materiais destinados à prática de atividades físicas e esportivas, com a finalidade de promover o acesso ao esporte, incentivar a inclusão social e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população beneficiária, conforme estabelecido no Convênio de Saída nº 1481003825/2026 e no Plano de Trabalho nº 001009/2026, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, e o Município de Formoso/MG.** O edital contendo as linhas e demais especificações se encontra à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal https://www.formoso.mg.gov.br/ e na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Vicente Moreira de Moura, n° 363, Centro, Formoso/MG, e poderá ser obtido no horário comercial. Maiores informações poderão ser obtidas pelos e-mails: compraselicitacoes@formoso.mg.gov.br e geprolformosomg@gmail.com ou telefones: (38) 3647-1552/1111.

Formoso/MG, 11 de setembro de 2026.

JACIELY DE SOUZA ARAÚJO ORNELAS,
Coordenadora da Equipe de Apoio ao Pregão.

Publicado por:
Larissa Carneiro Matos e Silva
Código Identificador:630615D1

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 138/2026 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2026

A Prefeitura de Formoso/MG, torna público aos interessados que fará realizar no dia **30 DE SETEMBRO DE 2026** (quarta-feira), às 09:00 horas, licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo: Sistema de Registro de Preços, julgamento: Menor Preço por Item, sob a regência da Lei n° 14.133/2021, em sessão pública, para a **Formação de registro de preços para contratação de prestação de serviços funerários, para atender às famílias em situação de vulnerabilidade social, no âmbito do Programa "Mais Social", sob a modalidade de Auxílio-Funeral, de que trata a Lei Municipal n° 637, de 15 de junho de 2021, gerido pela Secretaria Municipal do Cuidado e Acolhimento Social, Dignidade e Cidadania do Município de Formoso (MG).** O edital contendo as linhas e demais especificações se encontra à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal https://www.formoso.mg.gov.br/ e na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Vicente Moreira de Moura, n° 363, Centro, Formoso/MG, e poderá ser obtido no horário comercial. Maiores informações poderão ser obtidas pelos e-mails: compraselicitacoes@formoso.mg.gov.br e geprolformosomg@gmail.com ou telefones: (38) 3647-1552/1111.

Formoso/MG, 11 de setembro de 2026.

JACIELY DE SOUZA ARAÚJO ORNELAS,
Coordenadora da Equipe de Apoio ao Pregão.

Publicado por:
Larissa Carneiro Matos e Silva
Código Identificador:5D04E986

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GRÃO MOGOL

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 080 TOMADA DE PREÇOS 009/2023

VI TERMO ADITIVO AO CRT 108/23-PRC 80/23-TP 9/23-Ampl, Ref e Adeq E. M. Afrânio A. Figueiredo-Com. V. Alegre Cv n° 1261000094-2023-See-Prg Mãos Dadas-Objeto: Prorrogação da vigência-24/08/26 a 24/03/27-Art. 57, Inc., L.8.666/93. Data de Assinatura: 14/08/2026.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:A8F82ED6

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 095 INEX 026/2023

III TERMO ADITIVO AO CRT N° 076/2023. PRC 095/2023. INEX 026/2023. Contratante: PREF MUNIC GRAO MOGOL. Contratado: 11.298.044/0001-66-MAGALHÃES PERUHYPE GOMES & FERRAZ SOCIEDADE DE ADVOGADOS. Objeto: Prorrogação da vigência pelo período 12 (doze) meses. Vigência: 12/09/2026 a 12/09/2027, como autoriza o Art. 57, Inciso II da Lei n° 8.666/93. Data de Assinatura: 10/09/2026.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:3C3E7295

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 098 DISPENSA 015/2023

III TERMO ADITIVO AO CRT N° 078/2023. PRC 098/2023. DISPENSA 015/2023. Contratante: PREF MUNIC GRAO MOGOL. Contratado: 03.361.851/0001-58-PRIUS INFORMADOR JURIDICO LTDA-ME. Objeto: Prorrogação da vigência pelo período 12 (doze) meses. Vigência: 23/09/2026 a 23/09/2027, como autoriza o Art. 57, Inciso II da Lei n° 8.666/93. Data de Assinatura: 14/09/2026.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:25F945F7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARACIABA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DA 1ª SESSÃO PÚBLICA DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 401/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 036/2026
CREDENCIAMENTO Nº 007/2026

Aos 14 (quatorze) dias do mês de setembro de 2026, às 08h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaraciaba/MG, realizou-se a 1ª Sessão Pública de Habilitação e Classificação, referente ao Processo Administrativo nº 401/2026, Inexigibilidade nº 036/2026 e Credenciamento nº 007/2026, destinado ao credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de coleta e análise de exames clínicos laboratoriais contemplados na Tabela Unificada do SUS e suas atualizações, para atendimento aos usuários dos serviços de saúde do Município de Guaraciaba/MG.

A sessão foi conduzida pela Agente de Contratação, Diógia Nataele Bailon, com o apoio de Vanice Águida Vigiano, Taynara da Costa Rodrigues e Diego da Silva Oliveira, integrantes da equipe de apoio, regularmente designados para atuação no procedimento.
Inicialmente, a Agente de Contratação declarou aberta a presente Sessão Pública, informando que seriam analisadas as solicitações de credenciamento protocoladas na Plataforma AMM Licita by Licitar Digital até as 07h59min do dia 14 de setembro de 2026, conforme estabelecido no instrumento convocatório.

Registrou-se, para os devidos fins, que foi protocolado apenas uma solicitação de credenciamento, a saber:

• LABORATÓRIO FRANSCISMAR MOREIRA, CNPJ nº 73.465.668/0003-40.

Na sequência, a Comissão de Contratação procedeu à análise da documentação apresentada pelo interessado, verificando o atendimento às exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 048/2026, no Termo de Referência e nos demais anexos que integram o procedimento.

A análise compreendeu os requisitos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira, qualificação técnic**a**, bem como as demais condições e documentos exigidos no instrumento convocatório.

No curso da análise documental, foi constatada divergência entre a data constante do documento apresentado no Anexo IV e a data registrada na respectiva assinatura digital, uma vez que o documento apresenta a data de 10 de setembro de 2026, enquanto a assinatura digital nele aposta registra a data de 09 de setembro de 2026.

Registra-se, para fins de formalização e transparência da análise processual, que a referida divergência de datas não altera o teor, o conteúdo ou a validade das informações constantes do documento analisado, tampouco compromete a aferição do atendimento às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, tratando-se, no caso, de mera divergência temporal entre a data indicada no documento e aquela registrada no certificado/assinatura digital. Dessa forma, a ocorrência fica consignada nos autos exclusivamente como observação da análise documental, não constituindo óbice à habilitação do interessado.

Conforme segue em anexo, a Agente de Contratação, auxiliada pela Equipe de Apoio, realizou consulta aos cadastros pertinentes, notadamente ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, não sendo identificada, nas consultas realizadas, sanção ou ocorrência que impeça a futura contratação da empresa.

Concluída a análise, a Comissão de Contratação verificou que o interessado atendeu integralmente às exigências de habilitação estabelecidas no Edital e seus anexos, encontrando-se regular quanto à documentação apresentada.

Em razão do atendimento às exigências previstas no Edital de Credenciamento nº 048/2026 e no respectivo Termo de Referência, a Comissão de Contratação declarou **HABILITADA** o seguinte interessado:

• LABORATÓRIO FRANSCISMAR MOREIRA, CNPJ nº 73.465.668/0003-40

Nos termos do **item 5 do Edital de Credenciamento,** foi aberto o prazo mínimo de 10 (dez) minutos para manifestação imediata de intenção de recurso em face das decisões de habilitação proferidas nesta sessão, ficando os interessados devidamente cientificados de que a ausência de manifestação importaria na **preclusão do direito de recorrer**, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório.

Decorrido o prazo regulamentar, não houve manifestação de intenção de recurso por parte dos interessados.

Dessa forma, a decisão de habilitação proferida nesta sessão fica consolidada para os fins do presente procedimento, observadas as disposições do Edital e da legislação aplicável.

Concluída a análise da documentação de habilitação e adotadas as providências pertinentes, os autos do Processo Administrativo nº 401/2026 serão encaminhados à Secretaria Municipal de Saúde, na qualidade de secretaria requisitante, para conhecimento do resultado da presente sessão e adoção das providências necessárias ao regular prosseguimento do procedimento, incluindo as etapas subsequentes previstas no Edital de Credenciamento.

O resultado da presente sessão será formalizado e divulgado nos meios previstos no instrumento convocatório, por meio da publicação do respectivo Termo de Homologação Parcial na Plataforma AMM Licita by Licitar Digit**al** e no sítio eletrônico oficial do Município.

Nada mais havendo a tratar, a Agente de Contratação declarou encerrada, às 09h09min, a 1ª Sessão Pública de Habilitação e Classificação do Credenciamento nº 007/2026**,** referente ao Processo Administrativo nº 401/2026**,** determinando o regular prosseguimento dos autos, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório.

Para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada pelos membros presentes da Comissão de Contratação, para que produza os efeitos legais e administrativos pertinentes.

Guaraciaba/MG, 14 de setembro de 2026.

DIÓGIA NATAELE BAILON
Agente de Contratação

VANICE ÁGUIDA VIGIANO
Equipe de Apoio

TAYNARA DA COSTA RODRIGUES
Equipe de Apoio

DIEGO DA SILVA OLIVEIRA
Equipe de Apoio

Publicado por:
Diogia Nataele Bailon
Código Identificador:97649FAC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA. PROCESSO Nº 415/2026.
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços de acesso à internet por fibra óptica, destinados ao atendimento das unidades administrativas do Município de Guaraciaba/MG localizadas nas áreas urbana e rural, incluindo instalação, ativação, configuração, manutenção, suporte técnico, disponibilização de IP público fixo nos pontos especificados e fornecimento, em regime de comodato, de roteadores, switches e demais equipamentos necessários ao funcionamento da solução, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Data da sessão pública: 30/09/2026 às 08:00h horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico www.licitardigital.com.br. O Edital na íntegra poderá ser obtido no site: www.guaraciaba.mg.gov.br
Maiores informações: licitacao@guaraciaba.mg.gov.br e (31)3893-5104.

Guaraciaba/MG, 14/09/2026.

DÉBORA FERNANDES DE ANDRADE.
Secretária Municipal de Administração e Planejamento.

Publicado por:
Taynara da Costa Rodrigues
Código Identificador:DEE9DCF6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL

PROCESSO Nº 401/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 036/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2026

O MUNICÍPIO DE GUARACIABA/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representada por sua Secretária Municipal, Sra. **Cintia Gomes Ferreira**, no exercício de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 74, inciso IV, c/c art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, **HOMOLOGA PARCIALMENTE** o procedimento de Inexigibilidade de Licitação referente ao Edital de Credenciamento nº 048/2026, cujo objeto consiste no **credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de coleta e análise de exames clínicos laboratoriais contemplados na Tabela Unificada do SUS e suas atualizações, para atendimento aos usuários dos serviços de saúde do Município de Guaraciaba/MG.**

Considerando que o credenciamento permanecerá aberto pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme previsto no instrumento convocatório, possibilitando o ingresso de novos interessados durante sua vigência,

e considerando que, na primeira sessão pública de análise e habilitação, realizada no dia 14 de setembro de 2026, foi declarado **HABILITADO** o seguinte interessado:

• **LABORATÓRIO FRANSCISMAR MOREIRA**, CNPJ nº **73.465.668/0003-40**.

Dessa forma, **HOMOLOGA-SE PARCIALMENTE** o presente credenciamento em favor do interessado acima identificado, permanecendo o procedimento aberto para o recebimento e análise de novos pedidos de credenciamento, durante o prazo de vigência do Edital, nos termos e condições estabelecidos no instrumento convocatório.

Determina-se a adoção das providências necessárias para publicação do presente Termo de Homologação Parcial e para a realização dos atos subsequentes previstos no Edital e na legislação vigente.
Publique-se para os fins legais.

Guaraciaba/MG, 14 de setembro de 2026.

CINTIA GOMES FERREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Diogia Nataele Bailon
Código Identificador:ABC36D49

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARANI

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123|2026
DISPENSA SIMPLIFICADA Nº 017|2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de integração do sistema e-SUS APS com a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) e CADSUS, incluindo a configuração de Certificados, Chaves PGP, solicitação de Cliente ID para login via GOV.BR, configuração de servidor SMTP, recuperação de senha e habilitação da prescrição digital.

Vistos, etc.
Compulsando os autos do Processo Licitatório nº 089|2026, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de integração do sistema e-SUS APS com a Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) e CADSUS, incluindo a configuração de Certificados, Chaves PGP, solicitação de Cliente ID para login via GOV.BR, configuração de servidor SMTP, recuperação de senha e habilitação da prescrição digital**, através da empresa **AMANDA VALENTE DA MATA,** inscrita no CNPJ sob o nº: 48.014.659/0001-23, com base no Parecer da Comissão de Contratação acostado ao presente, **AUTORIZO** a contratação direta fundamentada no Art. 95, § 2º da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

CONTRATADA: AMANDA VALENTE DA MATA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.014.659/0001-23.

VALOR TOTAL: O valor da contratação é de **R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).**

Guarani-MG, 14 de setembro de 2026.

ANA CLÁUDIA DOS ANJOS RIBEIRO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Renan Braga Pereira
Código Identificador:07158385

JURÍDICO
LEI Nº 1.280 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

"INSTITUI NORMAS PARA A MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE GUARANI, MEDIANTE A IMPLANTAÇÃO DE GAVETAS FUNERÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Guarani/MG, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal desta cidade aprova e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Esta Lei institui normas para a modernização, ampliação da capacidade e organização administrativa do Cemitério Municipal de Guarani, mediante a implantação de gavetas funerárias, observadas as disposições desta Lei e demais normas aplicáveis.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à desapropriação de túmulos existentes no Cemitério Municipal de Guarani, desde que o último sepultamento nestes túmulos tenha ocorrido há 50 (cinquenta) anos ou mais, observadas as disposições desta Lei.
§1º. Para proceder à desapropriação mencionada no *caput*, a Administração Pública deverá nomear uma Comissão Processante, e esta instaurar um processo administrativo, onde será assegurado à família proprietária do túmulo o contraditório e a ampla defesa.
§2º. Uma vez detectado pela Administração Pública que o túmulo a ser desapropriado encontra-se sem qualquer atividade há mais de 50 (cinquenta) anos, após aberto o processo administrativo, esta deverá tentar localizar o parente mais próximo do último sepultado, e notificar que o túmulo será desapropriado.
§3º. Caso não seja possível localizar o parente mais próximo, deverá a Administração Pública publicar um Edital de Notificação, no sítio eletrônico oficial do Município, no Quadro de Avisos e Publicações da Prefeitura e afixado no Cemitério Municipal, intimando qualquer interessado para manifestar sobre a desapropriação, com um prazo de 30 (trinta) dias.
§4º. Havendo manifestação de qualquer interessado, deverá a Comissão Processante assegurar ao interessado a produção de todas as provas requeridas, caso haja requerimento de produção de provas, antes de se decidir sobre o mérito.
§5º. Uma vez produzidas todas as provas requeridas, ou, na ausência de requerimento de produção de provas, deverá a Comissão Processante decidir sobre a desapropriação, de forma fundamentada.
§6º. Qualquer que seja a decisão da Comissão Processante, esta deverá ser submetida à apreciação do Prefeito Municipal, que, mantendo a desapropriação, deverá publicar o Decreto de Desapropriação.

Art. 3º -A Administração Pública irá implantar gavetas funerárias sobre túmulos existentes no Cemitério Municipal de Guarani, cujo último sepultamento tenha ocorrido há 50 (cinquenta) anos ou mais, para venda a particulares, limitada a 01 (uma) gaveta funerária por titular, observadas as disposições desta Lei.

Art. 4º - O Cemitério Municipal permanecerá vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, competindo ao Poder Executivo disciplinar sua organização administrativa, designar o servidor responsável por sua gestão e adotar as medidas necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art. 5º - As gavetas funerárias serão construídas de acordo com projeto padronizado elaborado e executado pelo Município, observadas as normas sanitárias, ambientais, urbanísticas, de segurança e de engenharia aplicáveis.
PARÁGRAFO ÚNICO. O projeto deverá assegurar a padronização das construções, a segurança estrutural, a acessibilidade e a adequada organização do Cemitério Municipal.

Art. 6º - A implantação das gavetas funerárias dependerá de laudo técnico emitido por profissional legalmente habilitado, que ateste a viabilidade da intervenção, a segurança da estrutura do túmulo no limite máximo de 04 (quatro) gavetas acima do solo, sem qualquer remoção, exumação, translado ou intervenção nos restos mortais

existentes, os quais deverão permanecer integralmente preservados, observadas as normas legais e sanitárias aplicáveis.

Art. 7º - Antes da implantação das gavetas funerárias, o Município deverá promover a permanência dos restos mortais no local em que se encontram, sendo vedada qualquer remoção, exumação, translado ou intervenção, observadas as normas legais e sanitárias aplicáveis.

Art. 8º - A propriedade da gaveta funerária confere ao seu titular exclusivamente o domínio da gaveta objeto da compra e venda.

Art. 9º - Os valores relativos à venda das gavetas funerárias e aos serviços administrativos decorrentes desta Lei serão estabelecidos por Decreto do Poder Executivo.

Art. 10 - É vedada a venda, a permuta, a locação ou qualquer outra forma de comercialização da propriedade da gaveta funerária.
PARÁGRAFO ÚNICO. O titular poderá renunciar à propriedade da gaveta funerária, hipótese em que esta retornará à Administração do Município para nova venda, observadas as disposições desta Lei e do regulamento.

Art. 11 –A propriedade da gaveta funerária será transmitida ao cônjuge ou companheiro sobrevivente e, na sua ausência, aos sucessores do titular, na forma da legislação civil, mediante atualização do cadastro municipal.

Art. 12 - Na ausência de cônjuge, companheiro ou sucessores, ou não havendo manifestação de interesse na manutenção da propriedade, a gaveta funerária retornará à Administração do Município para nova venda, observadas as disposições desta Lei e do regulamento.

Art. 13 - A venda da propriedade das gavetas funerárias observará a ordem cronológica dos requerimentos regularmente protocolizados perante o Município, ressalvadas as prioridades previstas em lei.

Art. 14 - Compete à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo executar, fiscalizar e acompanhar o cumprimento desta Lei, sem prejuízo das atribuições dos demais órgãos competentes.

Art. 15 - Fica o Poder Executivo autorizado a consignar dotações orçamentárias específicas para a execução, manutenção, conservação, ampliação e modernização do Cemitério Municipal.

Art. 16 - O Poder Executivo poderá implantar gavetas funerárias em áreas livres existentes no Cemitério Municipal, desde que haja viabilidade técnica e sejam observadas as normas legais, sanitárias e de engenharia aplicáveis.

Art. 17 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, mediante Decreto.

Art. 18 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guarani, 11 de setembro de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:4F328CE6

JURÍDICO
PORTARIA Nº 76 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Guarani, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e demais legislações pertinentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. **RONALDO DA COSTA MOREIRA** para exercer o cargo em comissão de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA**, com os provimentos de acordo com o disposto na lei nº 1.095 de 26 de dezembro de 2022.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/09/2026.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Guarani, 11 de setembro de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:73EA7F37

JURÍDICO
PORTARIA Nº 77 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO ORDENAMENTO, AUTORIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA".

O Prefeito Municipal de Guarani, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e demais legislações pertinentes,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **RONALDO DA COSTA MOREIRA** como Ordenador, Autorizador e Liquidante de Despesas, da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/09/2026.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Guarani, 11 de setembro de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphaela da Silva Pereira
Código Identificador:BF3ABE30

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARDA-MOR

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITACAO

AVISO DE LICITAÇÃO.
AVISO DE LICITAÇÃO- Prefeitura Municipal de Guarda-Mor - Processo Licitatório n°74/2026 – Pregão Eletrônico nº39/2026 – Através de seu Pregoeiro Municipal – Marcelo Barbosa da Silva e sua Equipe de Apoio comunica que fará realizar às 08h do dia 28 de setembro de 2026, licitação tipo menor lance por item, que tem por objeto **REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURA E EVENTUAL**

AQUISICÃO GENEROS ALIMENTICIOS DE PADARIA DESTINADOS AO CONSUMO POR TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE GUARDA-MOR. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, e comunica que o Edital poderá ser acessado/retirado nos sites: www.bnc.org.br, www.guardamor.mg.gov.br e PNCP (licitações). Maiores informações pelo telefone (41) 3557-2301 ou p/ e-mail: licitacomprasgmor@gmail.com_.

Guarda Mor,14 de setembro de 2026

Publicado por:
Marcelo Barbosa da Silva
Código Identificador:FB9406BD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUAXUPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 023/2026

MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ – MG. Processo de Licitação – Modalidade:**DispensaEletrônica nº 023/2026 – AMPLA PARTICIPAÇÃO – Processo nº 237/2026.**Tipo: **Menor preço por item.** Objeto: **Aquisição de tubo para coleta de sangue com EDTA (Ácido Etilenodiamino Tetracético), para o Programa de Saúde Animal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.** As propostas e documentos pertinentes serão recebidos virtualmente no site www.ammlicita.org.br até o dia **24 de setembro de 2026** às 08:30hs (Horário de Brasília), **quando iniciará a fase de lances**, conforme especificações e normas contidas no Termo de Dispensa e seus Anexos, disponíveis no endereço eletrônico acima e no site www.guaxupe.mg.gov.br, onde o Termo de Dispensa Eletrônica de Licitação poderá ser baixado a partir do **16 de setembro de 2026**. Maiores informações relativas a presente Dispensa Eletrônica: Secretaria Municipal de Administração do Município de Guaxupé, situada na Avenida Conde Ribeiro do Valle, 113 – pavimento superior, Centro – Guaxupé/MG, fone: (35) 3559-1021.

Guaxupé, 14 de setembro de 2026.

BENEDITO RESENDE NETO–
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Suzan Gonçalves Tomaz
Código Identificador:3CF016E9

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 08/2026

Extrato de Termo de Colaboração nº 08/2026: Termo de Colaboração que celebram o Município de Guaxupé, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Associação Pestalozzi de Sumaré, inscrita no CNPJ sob nº 57.501.611/0001-30. Objeto: Contratação de vagas no Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Acolhimento Institucional na modalidade Residência Inclusiva (RI). Valor de R$ 145.578,06. Vigência de 14/09/2026 a 31/08//2027. Dotação orçamentária: 02.06.10.08.245.1323.2616.3.3.50.39.00, Ficha 553, Fonte 1.500.000, Código de aplicação: 0000. Gestora da parceria Anamélia Maria Resende – Matrícula 36.526.

Guaxupé, 14 de setembro de 2026.

RENATA VALÉRIA ROCHA FERNANDES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Roberto Deodato Junior
Código Identificador:62F905B6

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 03º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 074/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 03º Termo Aditivo ao Contrato nº 074/2026, originado da Concorrência nº 003/2026, firmado com a empresa **CONCREPAM CONCRETEIRA E ARTEFATOS LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e de vigência por mais 60 (sessenta) dias, do contrato que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na área de engenharia civil e/ou arquitetura para ‘’REFORMA E ADEQUAÇÃO DE PRÉDIO PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE TELEMEDICINA’’. **Fundamento Legal:** Artigo 111 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 14/09/2026 Márcio

ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:081B2DAC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO 03º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 263/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do 03º Termo Aditivo ao Contrato nº 263/2025, originado da Concorrência nº 016/2025, firmado com a empresa **MRS ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e de vigência por mais 26 (vinte e seis) dias, do contrato que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na área de engenharia civil e/ou arquitetura para construção da Obra de Reforma e Ampliação da Usina de Triagem na cidade de Guaxupé/MG. **Fundamento Legal:** Artigo 111 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Guaxupé, MG, 11/09/2026

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:FACBF8D3

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 189/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do Contrato nº 189/2026, originado do Pregão Eletrônico nº 059/2026, firmado com a empresa **L R TRANSPORTES E TURISMO LTDA. Objeto:** O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte, seguro de viagem e fornecimento de almoço para excursão dos usuários atendidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município à Expoflora, em Holambra/SP, incluindo toda a logística necessária para a realização da viagem, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. **Valor:** R$ 48.000,00.

Guaxupé, MG, 11/09/2026

RENATA VALÉRIA ROCHA FERNANDES
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:80BE6D6B

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 082/2026

MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ – MG, **HOMOLOGAÇÃO Inexigibilidade nº 082/2026** pelo Chefe do Poder Executivo local do Processo Administrativo **nº 234/2026**. Objeto**: Pagamento de quarenta e quatro taxas de inscrição para a participação do**

Grupo de Adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos eventos de corrida de rua "Corrida da Fé" e "Café Energy Run" realizadas na cidade de Guaxupé-MG. Contratada: VIBREA HUB LTDA. Valor: R$ 3.669,60. Fundamento Legal: art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.632/22.

Guaxupé/MG, 14 de setembro de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO –
Prefeito de Guaxupé/MG.

Publicado por:
Odair Jose Alves Junior
Código Identificador:ABFA3D9D

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 083/2026

MUNICÍPIO DE GUAXUPÉ – MG, **HOMOLOGAÇÃO Inexigibilidade nº 083/2026** pelo Chefe do Poder Executivo local do Processo Administrativo **nº 238/2026**. Objeto: **Pagamento de taxa de anuidade para associação do Município de Guaxupé/MG ao COGEMAS/MG – Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Contratada: COGEMAS/MG - Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social do Estado De Minas Gerais. Valor: R$ 900,00.** Fundamento Legal: art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.632/22.

Guaxupé/MG, 14 de setembro de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO –
Prefeito de Guaxupé/MG.

Publicado por:
Odair Jose Alves Junior
Código Identificador:2751E4CB

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
NOTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO (PAR) Nº 013/2026 – PORTARIA Nº 013/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – NOTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE. Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 013/2026 – Portaria nº 013/2026. A Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização torna pública a Notificação de Aplicação de Penalidade de **MULTA,** no **valor de R$ 2.249,75 (dois mil, duzentos e quarenta e nove reais e setenta e cinco centavos),** equivalente a 10% da importância da Ata de Registro de Preços nº 054/2025 – Pregão Eletrônico nº 073/2025, nos termos do artigo 156, inciso II da Lei 14.133/2021, à empresa **VALE COMERCIAL LTDA - CNPJ nº 71.336.101/0001-86.**

Guaxupé/MG, 14 de setembro de 2026.

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO –
Portaria nº 252/2026.

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:3957F0AD

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
NOTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO (PAR) Nº 015/2026 – PORTARIA Nº 015/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – NOTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE. Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 015/2026 – Portaria nº 015/2026. A Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização torna pública a Notificação de Aplicação de Penalidade de **ADVERTÊNCIA**, nos termos do artigo 156, inciso I da Lei 14.133/2021, instaurado para apuração de responsabilidade da empresa **ECSAM SERVICOS AMBIENTAIS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 03.505.277/0001-64**,** referente ao Contrato nº 153/2025 – Concorrência Pública nº 027/2024.

Guaxupé/MG, 14 de setembro de 2026.

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO –
Portaria nº 252/2026.

Publicado por:
Ana Julia Modesto Candido
Código Identificador:FD77783F

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
REABERTURA DE SESSÃO – PREGÃO Nº 065/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – MG. REABERTURA DE SESSÃO – Pregão nº 065/2026, Processo nº 214/2026. O Município de Guaxupé/MG informa aos interessados que, após finalizado o prazo para apresentação de documentos, nos termos do item 2.5 do edital, referentes ao Pregão nº 065/2026, que tem por objeto a Futura e Eventual contratação de empresa especializada em cessão de direito de uso de palco, gerador, painel de led, barricada de contenção, som e iluminação, trio elétrico e transmissão via internet on-line no formato de Lives para eventos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo do Município de Guaxupé/MG, **OCORRERÁ no DIA 21 DE SETEMBRO DE 2026, ÀS 9h00min,** na plataforma de licitações – www.ammlicita.org.br a REABERTURA DA SESSÃO do Pregão 065/2026 para continuidade dos trabalhos. Maiores informações relativas a presente licitação: Secretaria Municipal de Administração do Município de Guaxupé, situada na Avenida Conde Ribeiro do Valle, 113 – pavimento superior, Centro – Guaxupé/MG, fone: (35) 3559-1021.

Guaxupé, 14 de setembro de 2026.

BENEDITO RESENDE NETO –
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Pedro Augusto Dos Santos Pereira
Código Identificador:B7261512

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GURINHATÃ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 024/2026

AVISO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 024/2026

A Prefeitura Municipal de Gurinhatã-MG., torna público nos termos da Lei Federal Nº 14.133/21, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026, CUJO OBJETO é o Registro de preços para futura e eventual **registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos de panificação, conforme** especificações contidas no Termo de Referência Anexo I do Edital. Início da Disputa: 25/09/2026 às 09h. A licitação ocorrerá no endereço eletrônico: Plataforma LICITANET - Licitações Eletrônicas (www.licitanet.com.br)., horário de Brasília. Poderão participar da Licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do Edital. O Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados no site: www.gurinhata.mg.gov.br, via e-mail: licitacao@gurinhata.mg.gov.br.

HERNANI ALVES SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:BD7BA5B0

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N° 133/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 133/2026
EXTRATO DE CONTRATO – Contrato n° 133/2026. Modalidade: Adesão à ata de registro de preços n° 001/2025. Partes: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GURINHATÃ – CONTRATADA: SÃO BENTO LIGHTING SOLUTIONS LTDA, CNPJ N° 10.499.738/0001-07, OBJETO: O presente instrumento contratual, decorrente da adesão do Município de Gurinhatã à Ata de Registro de Preços nº 001/2025, gerenciada pelo Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário da AMAG – CIMAG, tem como objeto a prestação de serviços por empreitada global para modernização da iluminação pública, compreendendo fornecimento de materiais, mão de obra, encargos, logística e demais serviços necessários, em ruas, avenidas, praças, pontes, estádios e demais localidades do Município de Gurinhatã/MG. Vigência: 03/09/2026 a 02/09/2027. Valor R$119.099,51 (cento e dezenove mil noventa e nove reais e cinquenta e um centavos), dotação orçamentária: 02.10.__.25.752.0007.1016 – CONSERVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA - FICHA 379.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:2C13D34D

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N° 134/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 134/2026

EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº 134/2026. Processo nº 023/2026. Inexigibilidade 006/2026. Procedimento Auxiliar – Credenciamento 005/2026. Partes: CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GURINHATÃ – CONTRATADO: RAYANE APARECIDA LUCILA NUNES, CPF 135.695.826-55, OBJETO: Contratação de profissionais da saúde para prestação de serviços. Vigência: 09/09/2026 à 09/09/2027. Valor R$ 40.363,80 (quarenta mil trezentos e sessenta e três reais e oitenta centavos). Dotação orçamentária: 02.09.__.10.301.0004.2043 – ASSISTÊNCIA NA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE – 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – FICHA 287.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:35A58D8B

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO – PRORROGAÇÃO CONTRATO 127/2025

EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO – PRORROGAÇÃO CONTRATO 127/2025

1º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços nº 127/2025, firmado em 28/08/2025, entre o Município de Gurinhatã e a empresa Karaíbas Tênis Clube – CNPJ nº 20.670.873/00001; **Objeto**: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato 127/2025 acordado entre as partes; **Fundamentação legal**: Art. 107, da Lei 14.133/21; **Processo de Licitação** Nº 103/2025, **Inexigibilidade de Licitação** Nº 026/2025. **VALOR GLOBAL DO TERMO ADITIVO**: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). **Cobertura Orçamentária**: 02.09.__.10.301.0004.2043 – ASSISTÊNCIA NA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE – 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – FICHA 287 – FONTE 1.600; **Data do Aditivo**: 27/08/2026; **Signatários**: pelo **Contratante**, Douglas Henrique Valente e pelo **Contratado** Arnaldo Alves Campelo.

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:26BE0371

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IBIÁ

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA / INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO - Nº 31/2026

TERMO DE FOMENTO Nº 28/2026

ENTE FEDERADO: MUNICÍPIO DE IBIÁ
OSC: AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA BENFEITORA DA ORDEM ACÁCIA IBIAENSE Nº 2.392

O Município de Ibiá/MG, por intermédio da Administração Municipal, apresenta a presente Justificativa para celebração de Termo de Fomento sem chamamento público com a Augusta e Respeitável Loja Simbólica Benfeitora da Ordem Acácia Ibiaense nº 2.392, organização da sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 26.040.972/0001-01, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, que institui o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil.

1. DA JUSTIFICATIVA

A parceria tem por finalidade o repasse de recursos financeiros no valor total de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)**, destinados à execução de projeto voltado à reestruturação da parte frontal da sede da entidade, especificamente para a execução da estrutura de cobertura – telhado – do novo espaço construído no local, conforme delimitado no Plano de Trabalho aprovado pela Administração Municipal.

Os recursos públicos destinados à parceria decorrem de duas emendas parlamentares impositivas, regularmente inseridas na Lei Orçamentária Anual do exercício financeiro de 2026, sendo uma no valor de **R$ 10.000,00 (dez mil reais)**, destinada a obras, construção, reforma, ampliação e reestruturação da sede da entidade, bem como aquisições e custeio compatíveis com a finalidade da emenda, e outra no valor de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, destinada à manutenção, aquisições e atendimento às finalidades da entidade.

Nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, os Termos de Colaboração ou de Fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público, observados os demais requisitos legais aplicáveis.

Assim, a legislação federal estabelece expressamente que, quando os recursos destinados à parceria forem provenientes de emendas parlamentares, inexiste necessidade de realização de procedimento competitivo entre organizações da sociedade civil, uma vez que a destinação dos recursos já foi previamente definida no âmbito do processo legislativo orçamentário.

No presente caso, tanto a entidade beneficiária quanto a finalidade da aplicação dos recursos foram previamente determinadas pelas emendas parlamentares impositivas inseridas no orçamento municipal, cabendo à Administração verificar o atendimento dos requisitos legais, técnicos e administrativos necessários à formalização da parceria.

A Augusta e Respeitável Loja Simbólica Benfeitora da Ordem Acácia Ibiaense nº 2.392 apresentou Plano de Trabalho visando à reestruturação da parte frontal de sua sede, mediante a criação de novo espaço destinado ao desenvolvimento de atividades de natureza social, educacional, comunitária e de formação cidadã, inclusive ações envolvendo jovens e entidades fraternais.

Embora o objeto imediato da parceria envolva intervenção física em imóvel utilizado por organização privada, o interesse público da parceria não se confunde com a mera valorização patrimonial da sede da entidade.

A finalidade pública protegida encontra-se relacionada à criação e manutenção de espaço adequado para realização de atividades de caráter social, educacional, comunitário e de formação cidadã, ampliando as condições materiais para o desenvolvimento das ações promovidas pela organização em benefício de seus participantes e da coletividade atendida.

Durante a análise do procedimento administrativo, o Controle Interno Municipal identificou a necessidade de maior precisão quanto ao objeto, ao Plano de Aplicação, às cotações e ao cronograma de execução, razão pela qual o Plano de Trabalho foi submetido a adequações.

Após as correções promovidas pela organização da sociedade civil, o objeto foi delimitado de forma mais precisa, estabelecendo-se que os recursos públicos provenientes das emendas parlamentares serão utilizados exclusivamente na execução da estrutura de cobertura – telhado – do novo espaço construído na parte frontal da sede, ficando as demais etapas da intervenção, tais como alvenaria, acabamento e demais serviços, sob responsabilidade financeira da própria entidade.
A versão definitiva do Plano de Trabalho foi submetida novamente à apreciação do Controle Interno, que concluiu terem sido sanadas as inconsistências anteriormente apontadas e manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento da parceria.

A delimitação do objeto permite assegurar maior transparência e rastreabilidade na aplicação dos recursos, além de distinguir claramente as despesas custeadas pelo Município daquelas que permanecerão sob responsabilidade da organização da sociedade civil.

Deve-se destacar, ainda, que a natureza filosófica, fraternal e iniciática da entidade exige especial cautela quanto à finalidade da transferência dos recursos públicos. Isso porque a Constituição Federal estabelece, em seu art. 19, inciso I, princípio de neutralidade estatal em relação a cultos, manifestações confessionais e organizações de natureza religiosa ou filosófica, vedando ao Poder Público estabelecer relações de dependência ou aliança que comprometam a imparcialidade estatal.

No presente caso, entretanto, a parceria não possui por finalidade financiar cerimônias, ritos, atividades iniciáticas, práticas confessionais ou ações de caráter exclusivamente interno da organização.

Os recursos estão vinculados exclusivamente à execução do objeto material descrito no Plano de Trabalho e à finalidade pública relacionada ao desenvolvimento de atividades sociais, educacionais, comunitárias e de formação cidadã.

Por essa razão, deverá constar expressamente do Termo de Fomento que **os recursos públicos não poderão ser empregados, direta ou indiretamente, no custeio de atividades ritualísticas, confessionais, iniciáticas ou de caráter exclusivamente interno da entidade**, devendo permanecer integralmente vinculados ao objeto e às finalidades de interesse público descritas no Plano de Trabalho aprovado.

O projeto possui, portanto, interesse público na medida em que:
a) viabiliza espaço destinado à realização de atividades sociais, educacionais e comunitárias;
b) contribui para o desenvolvimento de ações de formação cidadã;
c) proporciona melhores condições estruturais para atividades envolvendo jovens e entidades fraternais;
d) amplia a infraestrutura disponível para execução das ações previstas pela organização; e
e) assegura que a aplicação dos recursos públicos permaneça vinculada a finalidade objetivamente identificável e passível de fiscalização.

A execução da parceria será realizada com base em Plano de Trabalho previamente apresentado e aprovado pela Administração Municipal, contendo objeto, metas, etapas de execução, cronograma, plano de aplicação dos recursos e demais elementos exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014.

A organização da sociedade civil deverá manter sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, demonstrar capacidade operacional compatível com o objeto, comprovar a inexistência das hipóteses impeditivas previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014 e atender aos demais requisitos necessários à celebração da parceria.

Considerando que a intervenção será realizada em imóvel utilizado pela entidade beneficiária, deverá constar do processo administrativo documentação suficiente para demonstrar a propriedade, posse legítima ou disponibilidade jurídica do imóvel, de modo a assegurar que a organização possui legitimidade para executar a intervenção prevista no Plano de Trabalho.

A transferência dos recursos encontra-se vinculada à Lei Orçamentária Anual do exercício financeiro de 2026, devendo observar as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, a celebração da parceria revela-se compatível com os princípios da Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, interesse público e neutralidade estatal, previstos na Constituição Federal.

Assim, considerando:
I – a origem dos recursos em duas emendas parlamentares impositivas;
II – a incidência do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, que admite a celebração da parceria sem chamamento público;
III – a existência de Plano de Trabalho devidamente apresentado e aprovado;
IV – a delimitação precisa do objeto ao custeio da estrutura de cobertura – telhado – do novo espaço construído na parte frontal da sede;
V – a responsabilidade da entidade pelo custeio das demais etapas da intervenção;
VI – o interesse público relacionado ao desenvolvimento de atividades sociais, educacionais, comunitárias e de formação cidadã;
VII – a manifestação favorável do Controle Interno Municipal;
VIII – a necessidade de preservação da neutralidade estatal e de vedação ao custeio de atividades ritualísticas, confessionais, iniciáticas ou exclusivamente internas; e
IX – a compatibilidade da parceria com os princípios e requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 13.019/2014;
conclui-se que a formalização do Termo de Fomento encontra-se **DEVIDAMENTE JUSTIFICADA E JURIDICAMENTE FUNDAMENTADA**, sendo cabível sua celebração **sem chamamento público**, nos termos do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente parceria encontra respaldo jurídico nos seguintes dispositivos legais:
1)Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, especialmente:
os arts. 2º, inciso VIII, e 17, quanto ao Termo de Fomento;
o art. 22, quanto ao Plano de Trabalho;
o art. 29, que dispõe que os Termos de Colaboração ou de Fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais serão celebrados sem chamamento público;
os arts. 33, 34 e 35, quanto aos requisitos necessários à formalização da parceria;
o art. 39, quanto às hipóteses de impedimento;
o art. 51, quanto à movimentação dos recursos em conta bancária específica; e
os demais dispositivos relativos à execução, monitoramento, avaliação e prestação de contas;
2)Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente o art. 26, que disciplina a destinação de recursos públicos a entidades privadas;
3)Lei Federal nº 4.320/1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da Administração Pública;

4)Constituição Federal, especialmente os arts. 19, inciso I, e 37, que tratam, respectivamente, da neutralidade estatal e dos princípios aplicáveis à Administração Pública;
5)Lei Municipal nº 2.713/2025 – Lei Orçamentária Anual do Município de Ibiá para o exercício financeiro de 2026, que contempla as emendas parlamentares impositivas destinadas à organização da sociedade civil beneficiária.

A presente justificativa decorre diretamente da hipótese prevista no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, uma vez que a integralidade dos recursos destinados à parceria possui origem em emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual.
Os recursos financeiros encontram-se vinculados a finalidade previamente estabelecida pelo Poder Legislativo, tendo a organização da sociedade civil apresentado Plano de Trabalho compatível com a destinação das emendas e posteriormente adequado às exigências formuladas pelos setores competentes da Administração Municipal.

O objeto definitivo encontra-se suficientemente individualizado, restringindo a aplicação dos recursos públicos à execução da estrutura de cobertura – telhado – do novo espaço construído na parte frontal da sede da entidade, enquanto as demais etapas da obra permanecerão sob responsabilidade financeira da própria organização.

Cumpre destacar que a intervenção física constitui meio instrumental para consecução da finalidade pública protegida pela parceria, consistente em assegurar melhores condições estruturais para o desenvolvimento de atividades sociais, educacionais, comunitárias e de formação cidadã.

A execução deverá observar rigorosamente os limites estabelecidos no Plano de Trabalho, ficando vedada qualquer utilização dos recursos públicos em atividades ritualísticas, confessionais, iniciáticas ou de interesse exclusivamente interno da entidade.Além disso, parceria deverá ser submetida aos mecanismos de acompanhamento, fiscalização, monitoramento e prestação de contas previstos na legislação aplicável, garantindo-se a rastreabilidade dos recursos e a comprovação da execução física e financeira do objeto.

Dessa forma, a parceria revela-se compatível com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, interesse público e neutralidade estatal, atendendo às exigências estabelecidas pela legislação federal e municipal aplicáveis.

Por fim, em observância aos princípios da publicidade e da transparência, a presente Justificativa deverá ser divulgada no sítio eletrônico oficial do Município de Ibiá e receber a publicidade exigida pelas normas aplicáveis, garantindo transparência e controle social da aplicação dos recursos públicos.

Ibiá/MG, 11 de setembro de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal de Ibiá

Publicado por:
Rejane Cristina Borges Costa
Código Identificador:134BB950

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 117/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 026/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

PROCESSO Nº 117/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 026/2026

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica desta Prefeitura, **AUTORIZO** integralmente, nos termos do Art. 72, inciso VIII e Art. 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021 o **Processo de Dispensa de Licitação de n° 026/2026**, que versa sob o objeto **"Contratação de serviço comum de engenharia, de natureza não continuada e executado por escopo, para fornecimento e instalação integral de plataforma elevatória vertical de acessibilidade na UAI – Unidade de Atendimento Integrado do Município de Ibiá/MG, incluindo as atividades técnicas e os materiais/equipamentos indispensáveis à implantação, com a finalidade de assegurar condições adequadas de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e atender às necessidades da Secretaria Municipal de Gestão de Ibiá/MG"**, para a contratação da empresa **ELEVACO LTDA, inscrita no CNPJ n° 27.258.184/0001-40** empresa vencedora pela proposta mais vantajosa, no valor total de **R$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais),** nos termos da ata de julgamento de sessão, realizada no dia 11 de setembro de 2026.

Determino a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos a lavratura do competente contrato ou instrumento equivalente.

Publique-se a presente autorização

Ibiá (MG), 14 de setembro de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vithor Gabriel Borges Dos Reis
Código Identificador:4AD7406E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IGUATAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº135/2026 – PROCESSO N° 078/2026. PREGÃO/ELETRÔNICO N° 040/2026

Objeto: registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos de proteção individual (epi) em atendimento as necessidades de diversas secretarias do município de Iguatama/MG. CNPJ: 18.306.688/0001-06 x TOTAL SEGURANCA EQUIPAMENTOS DE PROTECAO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA, pessoa jurídica inscrito no CNPJ: 13.851.726/0001-80.

LUCAS VIEIRA LOPES –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:895AE620

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DO ADITIVO Nº1 PROCESSO 046/2026. DISPENSA POR CONSÓRCIO 016/2026. CONTRATO N° 065/2026

Objeto: contratação de empresa especializada para a locação de máquinas e caminhões, conforme modalidade de fornecimento de combustível e operador por meio do consorcio interfederativo minas gerais - ciminas para atender a secretaria municipal de obras do município de Iguatama/MG. X CONSORCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS – CIMINAS CNPJ: 19.493.732/0001-99. Lucas Vieira Lopes –

Iguatama, 14 de setembro de 2026.

Prefeito Municipal

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:45A888DC

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
EXTRATO DO ADITIVO Nº6 PROCESSO 083/2022. CREDENCIAMENTO 011/2022. CONTRATO N° 170/2022

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de profissional especialista para execução de serviços de médico

ginecologista e obstetrícia para a Secretaria Municipal de Saúde CONFORME Decreto n. 242/2022 Iguatama-mg. X RMC SERVIÇOS MEDICOS LTDA CNPJ: 20.328.775/0001-06. Lucas Vieira Lopes –

Iguatama, 14 de setembro de 2026.

Prefeito Municipal

Publicado por:
Schaiany Karine de Souza
Código Identificador:6F6C93ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
TERCEITO TERMO ADITIVO - TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2024

TERCEITO TERMO ADITIVO - TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2024

O **MUNICÍPIO DE IGUATAMA MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº18.306.688/0001-06, estabelecida nesta cidade, à Rua Cinco, nº 857, Bairro Centro, neste ato representada por seu prefeito municipal, o Senhor Lucas Vieira Lopes, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF sob o nº 099.653.926-33, doravante denominado **PREFEITURA** e o **ABRIGO CASA DA RESTAURAÇÃO**, CNPJ: 14.299.206/0001-79, localizada na Rua Vicente Alves de Moura Primo, 36 - São José, Santo Antônio do Monte/MG - CEP: 35.560-000, Telefone: (37) 3281-1942 / E-mail: abrigocasadarestauracao@hotmail.com, nesta cidade, neste ato representada por seu Presidente Marcella Pieroni Cambraia, portadora da carteira de identidade nº RG 10.287.999, inscrita no CPF sob nº CPF: 059.512.696-01, doravante denominada **ENTIDADE**, ajustam e assinam o presente **Termo Aditivo**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e objeto do Termo de Colaboração nº 02/2024 do Processo 02/2024 - O presente instrumento tem por objeto a execução do acolhimento de crianças em situação de risco, na modalidade de domicílio coletivo, em regime de internato, de modo a satisfazer suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social, com base no Art. 57 da Lei 14.019 e legislações pertinentes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA GESTÃO

2.1 O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 15/09/2026 a 14/09/2027.

2.2 O valor deste termo aditivo, para cobrir as despesas relativas à prorrogação do contrato, corresponde ao valor global de R$ 128.904,00 (cento e vinte e oito mil, novecentos e quatro reais).

2.2.1 O valor mensal a ser pago pela**PREFEITURA**à**ENTIDADE**, em razão da prestação dos serviços de acolhimento institucional, em caráter excepcional, corresponderá à disponibilização de03 (três) vagasdestinadas a crianças em situação de vulnerabilidade e risco social, pelo período de12 (doze) meses, observadas as condições e demais disposições estabelecidas neste instrumento. Para assegurar as vagas ofertadas, deverá realizar o pagamento mensal equivalente a R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) fixo, para cada vaga disponibilizada.

2.2.2 Fica fixado o valor adicional de 01 (um) salário-mínimo para cada criança quando a vaga for preenchida.

2.3 As despesas contratuais correrão à conta da seguinte rubrica e dotação orçamentária, vigente neste exercício: 02.05.02.08.244.0010.20073.3.3.90.39.00.00 – ficha 148 – fonte 1.500.00

CLAUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As demais cláusulas do Termo de Convênio não alteradas pelo presente instrumento permanecem em plena vigência para todos os efeitos legais.

E por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Iguatama/MG, 10 de setembro de 2026.

Município de Iguatama
DR. LUCAS VIEIRA LOPES **-**
Prefeito

Abrigo Casa de Restauração
MARCELLA PIERONI CAMBRAIA **-**
Presidente

TESTEMUNHAS:

Publicado por:
Dário Alves Gonzaga
Código Identificador:4DB50F9F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INDIANÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Contratação Direta por Dispensa de Licitação em razão do valor, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando a obtenção de propostas adicionais de eventuais interessados, nos termos do § 3º do mesmo artigo.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção, fornecimento, transporte, montagem, instalação e acabamento de elementos de comunicação visual destinados ao Anexo da Câmara Municipal de Indianópolis/MG – UAI Compartilha, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global do lote.
PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:
INÍCIO: 15/09/2026, ÀS 08H00.
ENCERRAMENTO: 17/09/2026, ÀS 16H00.
As propostas deverão ser encaminhadas pelo e-mail ***licitacao@indianopolis.mg.leg.br*** ou entregues presencialmente na sede da Câmara Municipal de Indianópolis/MG, situada na **Rua Saint Clair de Melo, nº 207, Centro, Indianópolis/MG**, dentro do prazo estabelecido.
A **sessão pública para abertura e análise inicial das propostas recebidas** será realizada no dia **18/09/2026, às 09h30**, na sede da Câmara Municipal de Indianópolis/MG, sendo facultada a presença dos interessados.
O **Aviso de Contratação Direta, o Termo de Referência e seus anexos**, contendo as especificações, quantitativos, requisitos de habilitação e demais condições da contratação, estarão disponíveis no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Indianópolis/MG e poderão ser solicitados pelos canais oficiais da instituição.
A apresentação de proposta não gera direito à contratação, ficando eventual contratação condicionada ao atendimento das condições estabelecidas no Aviso e no Termo de Referência, à comprovação da habilitação, à demonstração da vantajosidade, à existência de disponibilidade orçamentária suficiente e à autorização da autoridade competente.

Indianópolis/MG, 14 de setembro de 2026.

CLODOALDO JOSÉ BORGES
Presidente

Publicado por:
Weverthon Henrique Souza da Silva
Código Identificador:49C360E3

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2026

O Município de Indianópolis torna público o contrato administrativo objetivando contratação de empresa especializada no gerenciamento da frota de veículos do município de Indianópolis, visando o abastecimento destes, por meio de cartões magnéticos, com chip de segurança, em uma ampla rede credenciada de postos de combustíveis, bem como a manutenção preventiva e corretiva, incluindo serviços mecânicos, elétricos, lanternagem, pintura, retífica de motores, alinhamento, balanceamento, troca de óleo para motor, troca de filtro de óleo e filtros de ar, serviços de guincho, serviços de borracharia, com fornecimento de peças, pneus, baterias, produtos e acessórios de reposição genuínos, com implantação e operacionalização de sistema informatizado e integrado, através de ampla rede de estabelecimentos credenciados, nos termos da Adesão n° 007/2026, tendo como credenciada a empresa **TRIVALE INSTITUIÇÕES DE PAGAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 00.604.122/0001-97, nas dotações orçamentárias: Ficha: FICHA/FONTE:
365/01.0500.0000.0001 – 02.03.12.122.007.2.225.3.3.90.39,
29/01.0500.0000.0001 – 02.03.12.361.007.2.041.3.3.90.39,
44/01.0500.0000.0001 – 02.03.12.365.0007.2.211.3.3.90.39,
55/01.0500.0000.0001 – 02.03.12.365.0007.2.212.3.3.90.39,
194/01.0600.0000.0059 – 02.14.10.301.012.2.196.3.3.90.39,
194/01.0621.0000.0055 – 02.14.10.301.012.2.196.3.3.90.39,
179/01.0500.0000.0002 – 02.14.10.122.012.2.194.3.3.90.39,
268/01.0500.0000.0000 – 02.12.08.244.014.2.067.3.3.90.39,
278/01.0660.0000.0029 – 02.12.08.244.014.2.073.3.3.90.39,
16/01.0500.0000.0000 – 02.02.04.122.001.2.010.3.3.90.39,
89/01.0500.0000.0000 – 02.06.15.452.010.2.016.3.3.90.39,
89/01.0709.0000.0000 – 02.06.15.452.010.2.016.3.3.90.39,
89/01.0720.0000.0000 – 02.06.15.452.010.2.016.3.3.90.39,
89/01.0501.0000.0000 – 02.06.15.452.010.2.016.3.3.90.39,
343/01.0500.0000.0000 – 02.07.04.122.004.2.174.3.3.90.39,
119/01.0500.0000.0000 – 02.09.26.782.005.2.021.3.3.90.39,
119/01.0501.0000.0000 – 02.09.26.782.005.2.021.3.3.90.39,
119/01.0709.0000.0000 – 02.09.26.782.005.2.021.3.3.90.39,
119/01.0720.0000.0000 – 02.09.26.782.005.2.021.3.3.90.39,
127/01.0500.0000.0000 – 02.10.27.812.015.2.024.3.3.90.39,
111/01.0500.0000.0000 – 02.08.20.608.003.2.019.3.3.90.39,
111/01.0501.0000.0000 – 02.08.20.608.003.2.019.3.3.90.39,
111/01.0709.0000.0000 – 02.08.20.608.003.2.019.3.3.90.39,
111/01.0520.0000.0000 – 02.08.20.608.003.2.019.3.3.90.39 e
5/01.0500.0000.0000 – 02.01.04.122.009.2.006.3.3.90.39, com vigência a partir da assinatura e término em 31 de dezembro de 2026.

Indianópolis-MG, 14 de setembro de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Derimar Borges da Silva
Código Identificador:28E47A97

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
PREGÃO ELETRÔNICO 011/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS/MG - Aviso de Pregão Eletrônico 011/2026 – RESUMO: O Município de Indianópolis-MG, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 4.592/2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico n° 011/2026, do tipo Menor Preço Por Item, cujo objeto é a contratação de empresa para a prestação de serviços médicos, com profissional clínico geral, com carga horária de 40 horas semanais, para atuação no Programa de Atenção Domiciliar à Pessoa Idosa (PADI), nos termos da Portaria GM/MS nº 9.584, de 22 de dezembro de 2025, bem como nas ações estratégicas da Atenção Primária à Saúde do Município de Indianópolis/MG, conforme edital. Regem a presente Licitação, a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal nº 4.407/2023 e demais legislações aplicáveis. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 08h:30min do dia 30/09/2026, no endereço eletrônico: Plataforma LICITANET - Licitações Eletrônicas (www.licitanet.com.br), horário de Brasília. Poderão participar da Licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do Edital. O Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados nos sites: www.licitanet.com.br, www.indianopolis.mg.gov.br, via e-mail: licitacaoindi@outlook.com ROGÉRIO MARCOS RESENDE – PREGOEIRO.

Indianópolis-MG, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Derimar Borges da Silva
Código Identificador:971AE543

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IPANEMA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 109/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 066/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANEMA/MG – AVISO PREGÃO ELETRONICO. Objeto Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados a atender às necessidades das escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Ipanema/MG. Abertura dia 25/09/2026 às 09h00min. O edital encontra-se na plataforma digital www.bbmnet.com.br - https://www.ipanema.mg.gov.br ou pelo email: licitacao@ipanema.mg.gov.br.

Ipanema, 14 de setembro de 2026.

SAMARA KETULY DE ABREU BRAGA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Célia Aparecida Rodrigues Cupertino
Código Identificador:8C984509

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IPUIÚNA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de contrato- Nº 107/2026, com a empresa SANTA CATARINA UTILITARIOS LTDA, cnpj nº 44.329.924/0001-01. Decorrência: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026- Objeto: O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO VAN MINIBUS ZERO KM PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IPUIUNAMG, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 12610011072026SEE E CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 12610033772026SEE, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor do Contrato: R$ 1.548.000,00 (um milhão e quinhentos e quarenta e oito mil reais). Vigência: 12 (doze) meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21. Dotação Orçamentária: nº 12.361.0009.2.223 4490.52.00– Manutenção do Transporte Escolar.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:2F02F7C6

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO - Nº 104/2026, com a empresa CLARO SA, CNPJ Nº 18.179.226/0001-67– Decorrência: CONTRATAÇÃO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOSCONTINUADOS DE TELEFONIA

MÓVEL CORPORATIVA, NO SISTEMA DIGITAL PÓS-PAGO, COM FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO DE APARELHOS SMARTPHONES E APARELHOS TELEFÔNICOS DE MESA TELEFONE CELULAR DE MESA 4G OU TECNOLOGIA SUPERIOR, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNAMG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor: R$ 13.572,00 (treze mil e quinhentos e setenta e dois reais). Vigência: 12 (doze) meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21. Dotações Orçamentárias: nº 02.01.04.122.0001.2.206.3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:EA0FFD53

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO - Nº 105/2026, com a empresa CLARO SA, CNPJ Nº 18.179.226/0001-67– Decorrência: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOSCONTINUADOS DE TELEFONIA MÓVEL CORPORATIVA, NO SISTEMA DIGITAL PÓS-PAGO, COM FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO DE APARELHOS SMARTPHONES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIÚNA/MG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor: R$ 92.460,00 (noventa e dois mil e quatrocentos e sessenta reais). Vigência: 12 (doze) meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21. Dotações Orçamentárias: nº 02.01.04.122.0001.2.206.3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:637C2763

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO - Nº 108/2026, com a empresa AFFONSO FREIRE SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ Nº 55.867.473/0001-82– Decorrência: Chamada Pública nº 002/2025- Objeto: O objeto da presente ata é a CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO EM AMBULATÓRIO DE UROLOGIA, PNEUMOLOGIA E REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA COM LAUDO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUIÚNA/MG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Valor do Contrato: R$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais), distribuídos entre os credenciados. Vigência: 12 (doze) meses. De acordo com a Lei nº 14.133/21. Dotações Orçamentárias: Dotações Orçamentárias: nº 02.04.10.302.0016.2.241.3390.39 – Manutenção da Saúde Média Complexidade– Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; nº 02.04.10.302.0016.2.241.3390.36 – Manutenção da Saúde Média Complexidade– Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:4A6F09E2

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG –EXTRATO DE RETIFICAÇÃO - DISPENSA N.º 115/2026 – PROCESSO Nº 184/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TECNICA ESPECIALIZADA PARA A REVISÃO DO VEICULO KARDIAN EVOLUTION 1.0 PLACA TEY61F10 DO MUNICIPIO DE IPUIUNA-MG.** A seguinte empresa: SAINT EMILION AUTOMÓVEIS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pelo valor total de R$ 1.212,76 (HUM MIL DUZENTOS E DOZE REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS). Com fundamento no Art. 75, I, da Lei Federal 14.133 de 2021.

ELDER CASSIO DE SOUZA OLIVA-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Olivia Floriano Dos Reis Alcantra
Código Identificador:72744B49

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG –EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA N.º 116/2026 – PROCESSO Nº 185/2026. Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DESTINADO AO DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E INCENTIVO A PRÁTICA DE ATIVIDADE FISÍCA NO ÂMBITO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IPUIUNA-MG.** As seguintes empresas: KAMYLA DAS GRAÇAS BARROS, inscrita no CNPJ: 47.217.399/000-20 pelo valor total de R$ 3.116,00 (TRÊS MIL CENTO E DEZESSEIS REAIS) e FENIX FISIO MED MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ: 22.318.918/0001-16, no valor total de R$ 6.180,00 (SEIS MIL CENTO E OITENTA REAIS). Com fundamento no Art. 75, II, da Lei Federal 14.133 de 2021.

ELDER CASSIO DE SOUZA OLIVA-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Olivia Floriano Dos Reis Alcantra
Código Identificador:7D5838E5

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG – 1º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATO Nº 086/2026– DECORRÊNCIA: INEXIGIBILIDADE Nº 021/2026. OBJETO: LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA CAPITÃO JOÃO AMÂNCIO, Nº 462, C/S 01, BAIRRO MOCOCA, PARA A MORADIA DA SRA. APARECIDA DE FATIMA LOPES E FAMÍLIA, EM CUMPRIMENTO AO RELATÓRIO SOCIAL. com a Sra. º EVANILDE JESUS DA SILVA**, CPF Nº 056.685.366-37. Valor Mensal do Contrato: R$ 500,00 (Quinhentos reais)**. **Prazo de Prorrogação: 03 (três) meses. De acordo com a Lei nº 14.133/2021. Dotações orçamentárias nº: 02.08.08.0244.0002.2.261.3.3.90.36.00– Programa de Benefícios Eventuais.**

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:DA0B674D

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG - 9º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL – REEQUILIBRIO DE VALOR – CONTRATO/ATA Nº 01/2026, com a empresa AUTO POSTO JC SALES LTDA, CNPJ Nº 43.513.367/0001-11.Decorrência: Pregão Eletrônico para o Registro de Preços nº 02/2026- Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG, de acordo com as especificações do termo de referência e demais disposições deste edital. Alterou-se o valor do Item: **03 – Diesel S10 para Diesel S10 para R$ 8,19 (oito reais e dezenove centavos) por litro, correspondente ao aumento de aproximadamente 4,33% (quatro vírgula trinta e três por cento) do valor atualmente cobrado**, de acordo com a Lei nº 14.133/21. Dotações Orçamentárias nº 02.01.04.122.0001.2.206.33.90.30- Material de Consumo; 02.03.01.13.392.0012.2.276.3.390.30- Material de Consumo; 02.03.03.12.122.0007.2.220.33.90.30- Material de Consumo; 02.03.03.12.361.0009.2.223.33.90.30- Material de Consumo; 02.04.10.122.0014.2.235.33.90.30- Material de Consumo; 02.04.10.301.0015.2.237.33.90.30- Material de Consumo; 02.07.26.606.0025.2.256.33.90.30 - Material de Consumo;

02.08.08.122.0026.2.257.33.90.30- Material de Consumo; 02.08.08.244.0027.2.259.33.90.30- Material de Consumo; 02.09.08.243.0030.2.266.33.90.30- Material de Consumo;

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:002DC6CA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITACARAMBI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2024
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (PNAB)

A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Desenvolvimento Econômico do Município de Itacarambi/MG, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento aos princípios da publicidade, transparência e eficiência do ato administrativo, torna pública, em **caráter extemporâneo**, a **HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL** do Edital de Chamamento Público nº 004/2024 (PNAB), cujos trâmites de seleção, formalização do Termo de Execução Cultural e respectivo pagamento foram devidamente efetuados no exercício de 2024, conforme demonstrado a seguir:

Categoria: Artistas da terra
Proponente Contemplado: André Rodrigues dos Santos
Área Cultural: *Artista da terra*
Valor Concedido e Pago: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Artistas da terra
Proponente Contemplado: Anderson Cardos Moreira
Área Cultural: *Artista da terra*
Valor Concedido e Pago: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Artistas da terra
Proponente Contemplado: Alessandro Santos Paula
Área Cultural: *Artista da terra*
Valor Concedido e Pago: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Artistas da terra
Proponente Contemplado: Marlon Alkimim Santos
Área Cultural: *Artista da terra*
Valor Concedido e Pago: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Artistas da terra
Proponente Contemplado: Eumar Felix de Souza
Área Cultural: *Artista da terra*
Valor Concedido e Pago: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Artistas da terra
Proponente Contemplado: Roberto Rodrigues dos Santos
Área Cultural: *Artista da terra*
Valor Concedido e Pago: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Artistas da terra
Proponente Contemplado: Maria Aparecida Pereira Abreu
Área Cultural: *Artista da terra*
Valor Concedido e Pago: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Artistas da terra
Proponente Contemplado: Wisley Alves dos Santos
Área Cultural: *Artista da terra*
Valor Concedido e Pago: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Artistas da terra
Proponente Contemplado: Plinio Kessio Melo dos Santos
Área Cultural: *Artista da terra*
Valor Concedido e Pago: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Artistas da terra
Proponente Contemplado: José Mauro Alves Madureira
Área Cultural: *Artista da terra*
Valor Concedido e Pago: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Artistas da terra
Proponente Contemplado: Edmilson Alkimim Mota
Área Cultural: *Artista da terra*
Valor Concedido e Pago: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Artistas da terra
Proponente Contemplado: Jorge Ferreira de Souza
Área Cultural: *Artista da terra*
Valor Concedido e Pago: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Artistas da terra
Proponente Contemplado: Raimundo Nonato Borges de Oliveira
Área Cultural: *Artista da terra*
Valor Concedido e Pago: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Artistas da terra
Proponente Contemplado: Marcos Lucas Borges de Oliveira
Área Cultural: *Artista da terra*
Valor Concedido e Pago: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Artistas da terra
Proponente Contemplado: Weslen Santos Silva
Área Cultural: *Artista da terra*
Valor Concedido e Pago: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Artesanato
Proponente Contemplado: Maria Rosiele de Jesus Souza
Área Cultural: *Artesã*
Valor Concedido e Pago: R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Artesanato
Proponente Contemplado: Wilian Almeida Leite
Área Cultural: *Artesão*
Valor Concedido e Pago: R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Organizador de eventos

Proponente Contemplado: Elis Regina Soares dos Santos
Área Cultural: *Produtora*
Valor Concedido e Pago: R$ 3.907,00 (três mil, novecentos e sete reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Organizador de eventos
Proponente Contemplado: Amarildo Alves Madureira
Área Cultural: *Produtor*
Valor Concedido e Pago: R$ 3.907,00 (três mil, novecentos e sete reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Organizador de eventos
Proponente Contemplado: Rhuan do Nascimento Moreira
Área Cultural: *Produtor*
Valor Concedido e Pago: R$ 3.907,00 (três mil, novecentos e sete reais)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Esta publicação visa conferir eficácia e plena publicidade aos atos administrativos praticados à época e sanar a ausência da divulgação oficial no exercício correspondente.

Itacarambi - MG, 10 de setembro de 2026.

MARÍLIA RAMOS SILVA BARBOZA
Secretária Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Desenvolvimento Econômico
Município de Itacarambi/MG

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:0C1D10BF

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2024
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (PNAB)
A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Desenvolvimento Econômico do Município de Itacarambi/MG, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento aos princípios da publicidade, transparência e eficiência do ato administrativo, torna pública, em **caráter extemporâneo**, a **HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL** do Edital de Chamamento Público nº 005/2024 (PNAB), cujos trâmites de seleção, formalização do Termo de Execução Cultural e respectivo pagamento foram devidamente efetuados no exercício de 2024, conforme demonstrado a seguir:
Categoria: Curso de Formação (Autismo)
Proponente Contemplado: Bagagem Cultura Treinamentos LTDA
Nome do Projeto: *Autismo – Quando você conhece as peças se encaixam*
Valor Concedido e Pago: R$ 12.236,50 (doze mil, duzentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Curso de Formação (Legislação Cultural)
Proponente Contemplado: MR Assessoria de Promoção Cultural
Nome do Projeto: *Legislação Cultural*
Valor Concedido e Pago: R$ 7.647,81 (sete mil, seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta e um centavos)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Esta publicação visa conferir eficácia e plena publicidade aos atos administrativos praticados à época e sanar a ausência da divulgação oficial no exercício correspondente.

Itacarambi - MG, 10 de setembro de 2026.

MARÍLIA RAMOS SILVA BARBOZA
Secretária Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Desenvolvimento Econômico
Município de Itacarambi/MG

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:F212515A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2024
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (PNAB)
A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Desenvolvimento Econômico do Município de Itacarambi/MG, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento aos princípios da publicidade, transparência e eficiência do ato administrativo, torna pública, em **caráter extemporâneo**, a **HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL** do Edital de Chamamento Público nº 003/2024 (PNAB), cujos trâmites de seleção, formalização do Termo de Execução Cultural e respectivo pagamento foram devidamente efetuados no exercício de 2024, conforme demonstrado a seguir:
Categoria: Grupo Cultural, Espaço de Axé e Banda de música.
Proponente Contemplado: Marinalva Mendes da Rocha
Área Cultural: *Espaço de Axé e Fé*
Valor Concedido e Pago: R$ 4.370,18 (quatro mil, trezentos e setenta reais e dezoito centavos)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Grupo Cultural, Espaço de Axé e Banda de música.
Proponente Contemplado: Marciana Ferreira de Souza
Área Cultural: *Banda de música*
Valor Concedido e Pago: R$ 4.370,18 (quatro mil, trezentos e setenta reais e dezoito centavos)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Grupo Cultural, Espaço de Axé e Banda de música.
Proponente Contemplado: Amarildo Moreira de Jesus
Área Cultural: *Banda de música*
Valor Concedido e Pago: R$ 4.370,18 (quatro mil, trezentos e setenta reais e dezoito centavos)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Grupo Cultural, Espaço de Axé e Banda de música.
Proponente Contemplado: Walion Almeida Leite
Área Cultural: *Banda de música*
Valor Concedido e Pago: R$ 4.370,18 (quatro mil, trezentos e setenta reais e dezoito centavos)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Grupo Cultural, Espaço de Axé e Banda de música.
Proponente Contemplado: Marilda Borges de Oliveira
Área Cultural: *Grupo de Reisado*
Valor Concedido e Pago: R$ 4.370,18 (quatro mil, trezentos e setenta reais e dezoito centavos)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Grupo Cultural, Espaço de Axé e Banda de música.
Proponente Contemplado: Iridan Ramos de Oliveira Borges
Área Cultural: *Banda de música*
Valor Concedido e Pago: R$ 4.370,18 (quatro mil, trezentos e setenta reais e dezoito centavos)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Categoria: Grupo Cultural, Espaço de Axé e Banda de música.
Proponente Contemplado: Adalberto Alves Dourado
Área Cultural: *Grupo de Capoeira*
Valor Concedido e Pago: R$ 4.370,18 (quatro mil, trezentos e setenta reais e dezoito centavos)
Status do Processo: Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2024.

Esta publicação visa conferir eficácia e plena publicidade aos atos administrativos praticados à época e sanar a ausência da divulgação oficial no exercício correspondente.

Itacarambi - MG, 10 de setembro de 2026.

MARÍLIA RAMOS SILVA BARBOZA
Secretária Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Desenvolvimento Econômico
Município de Itacarambi/MG

Publicado por:
John Charles Almeida Silva
Código Identificador:96427D60

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAMBÉ DO MATO DENTRO

COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 079/2026 AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 028/2026

RECEBIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO:
INICIO: Do dia 15/09/2026
FIM: Até dia 18/09/2026 as 10h00min. (horário de Brasília)
LOCAL DE LANÇAMENTO DAS PROPOSTAS: SITE DA PREFEITURA
SITE DA PREFEITURA – Prefeitura de Itambé do Mato Dentro - MG

1. DO OBJETO:

O objeto da presente dispensa eletrônica é contratação de empresa especializada para o fornecimento, aplicação e instalação de serviços e materiais de gesso, destinados às edificações públicas municipais, compreendendo, conforme demanda da Administração, a execução de revestimento de gesso em paredes e tetos, instalação de forros em placas de gesso, perfil tipo tabica e molduras de gesso, incluindo todos os materiais, mão de obra, ferramentas, equipamentos, acessórios e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.

Publicado por:
Joziele da Silva Lima
Código Identificador:B9CDCC11

COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 081/2026 AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 029/2026

RECEBIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO:
INICIO: Do dia 15/09/2026
FIM: Até dia 21/09/2026 as 10h00min. (horário de Brasília)
LOCAL DE LANÇAMENTO DAS PROPOSTAS: SITE DA PREFEITURA
SITE DA PREFEITURA – Prefeitura de Itambé do Mato Dentro - MG

1. DO OBJETO:

O objeto da presente dispensa eletrônica é Contratação de empresa especializada para prestação de serviços funerários sob demanda, destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social, no âmbito do Benefício Eventual de Auxílio Funeral.

Publicado por:
Joziele da Silva Lima
Código Identificador:E35CCAE0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITANHANDU

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA 001/2026 EDITAL PROCESSO SELETIVO 003/2026

ERRATA 001/2026
EDITAL PROCESSO SELETIVO 003/2026
ADESÃO A PROVA NACIONAL DOCENTE - PND
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PEB I

2. DO CARGO E VAGAS

2.1. PEB I (Professor de Educação Básica I) - Formação em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade normal. Registro no MEC. Número de vagas: As contratações decorrentes do presente não geram qualquer estabilidade, observados os temos inseridos nos futuros contratos nos termos da legislação municipal vigente.

Leia-se:

2.1. PEB I (Professor de Educação Básica I) - Formação em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade normal. Registro no MEC. Número de vagas: **Cadastro de Reserva.** As contratações decorrentes do presente não geram qualquer estabilidade, observados os temos inseridos nos futuros contratos nos termos da legislação municipal vigente.

Itanhandu-MG, 14 de setembro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:A57B14B7

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
PORTARIA Nº 009/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO - ADM

PORTARIA Nº 009/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO - ADM

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância nº 02/2026 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 63, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e nos termos da Lei Complementar nº 005/2016, de 05 de janeiro de 2016 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Itanhandu,

CONSIDERANDO a instauração da Sindicância nº 02/2026, com nomeação da Comissão Sindicante, através da Portaria nº 06, de 12 de junho de 2026, para apurar possíveis irregularidades decorrentes da denúncia protocolada sob nº 1816, em 09 de junho de 2026, referente à suposta prática de assédio moral no ambiente de trabalho praticado pelo servidor **G.J.F.** (Matrícula nº 7952) em face do servidor **R.S.S.** (Matrícula nº 10119) e propor medidas cabíveis previstas na Lei Complementar nº 05/2016 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDO o memorando CSIND nº 04/2026, protocolado em 10 de julho de 2026, sob o nº 2207, por meio do qual a Comissão Sindicante solicitou, de forma fundamentada, a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos, em razão da necessidade de prosseguimento da instrução processual;

CONSIDERANDO a portaria nº 08/2026, que prorrogou por 60 **(sessenta)** dias, a contar de 13 de julho de 2026, o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa nº 02/2026;

CONSIDERANDO o memorando CSIND nº 09/2026, protocolado em 10 de setembro de 2026, sob o nº 2921, por meio do qual a Comissão Sindicante solicitou, de forma fundamentada, nova prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos, em razão da necessidade de prosseguimento da instrução processual;

RESOLVE:
Art. 1.º. Fica prorrogado, por mais **30 (trinta) dias**, a contar de **11 de setembro de 2026**, o prazo para conclusão dos trabalhos da **Sindicância nº 02/2026**, instaurada pela Portaria nº 006, de 12 de junho de 2026.

Art. 2º. A Comissão Sindicante deverá prosseguir com a instrução processual, observando os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, bem como os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, devendo, ao final, apresentar relatório conclusivo à autoridade competente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Dr. Delfim Pinho Filho, em Itanhandu, 11 de setembro de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Nogueira
Código Identificador:384A4CD1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITANHOMI

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

AVISO DE LICITAÇÃO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHOMI, torna público, para conhecimento de todos, que fará realizar a LICITAÇÃO Nº 066/2026 – Modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021. O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obra, por empreitada global, com utilização de mão-de-obra, equipamentos e materiais, para construção da Escola Municipal Ana Silvéria de Jesus na sede do Município de Itanhomi-MG. Data e horário do recebimento das propostas: até às 07:59 horas do dia 30/09/2026. Data e horário do início da disputa: 08:00 horas do dia 30/09/2026. O EDITAL completo está disponível para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: www.licitanet.com.br e https://transparencia.itanhomi.mg.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas através do telefone: (33) 3231-1345 e/ou e-mail: itanhomiprefeitura@gmail.com.br.

Prefeitura Municipal de Itanhomi-MG, 11/09/2026.

LAERTE ALVES MARTINS DE OLIVEIRA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Adriani Jorge de Oliveira Lopes
Código Identificador:EC18C50C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITATIAIUÇU

SECRETARIA DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 273/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 273/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 239/2026 - NOVO DC - CONTRATAÇÃO Nº 20/2026 - UASG 984673.

O pregoeiro torna público a impugnação apresentada pela empresa GOYAZ HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.748.075/00001-71:

"IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU – ESTADO DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 239/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 273/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 273/2026
GOYAZ HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.748.075/00001-71 com sede à Av. Domingos Neto, 462, Vila Santa Terezinha, Inhumas- Goiás, por intermédio de seu representante legal, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, apresentar a presente:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
em face da exigência constante do instrumento convocatório que determina que "as dependências da CONTRATADA deverão estar localizadas em raio máximo de 80 km (oitenta quilômetros)", pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I – DA TEMPESTIVIDADE
A presente impugnação é apresentada dentro do prazo legal e editalício, razão pela qual deve ser conhecida e regularmente apreciada pela Administração.

II – DO OBJETO DA IMPUGNAÇÃO
A presente insurgência limita-se à exigência de que as dependências da futura CONTRATADA estejam localizadas em raio máximo de 80 km (oitenta quilômetros) do local de execução dos serviços.

O edital estabelece expressamente:

"As dependências da CONTRATADA deverão estar localizadas em raio máximo de 80 km (oitenta quilômetros)."

A Administração justifica a exigência sob o argumento de que a proximidade da empresa permitiria maior agilidade no atendimento emergencial, no deslocamento de equipes técnicas e no fornecimento de peças.

Entretanto, embora se reconheça a relevância e criticidade dos serviços de engenharia clínica, a solução adotada pelo edital mostra-se excessivamente restritiva, pois transforma uma condição geográfica da empresa em requisito de participação, em vez de estabelecer objetivamente requisitos de desempenho e tempo de resposta capazes de assegurar o resultado pretendido pela Administração.

III – DA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE
A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 9º, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", que é vedado ao agente público:

• admitir, prever, incluir ou tolerar situações que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação;
• estabelecer preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
• estabelecer exigências impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.

A regra é especialmente relevante no presente caso.

A Administração pretende contratar empresa especializada em engenharia clínica, manutenção preventiva e corretiva, calibração, testes de segurança elétrica, qualificação, inspeção técnica, avaliação de desempenho e fornecimento de peças.

Portanto, o que efetivamente INTERESSA à Administração é que a contratada possua capacidade técnica, estrutura operacional, profissionais habilitados, instrumentos adequados, peças e capacidade de atendimento dentro dos prazos estabelecidos.

A localização geográfica da sede, por si só, não demonstra qualquer dessas capacidades.
Uma empresa localizada a 50 km pode possuir estrutura insuficiente para atender ao contrato, enquanto uma empresa localizada a 150 km pode manter equipe técnica permanentemente disponível na região e cumprir integralmente o prazo contratual.

Assim, existe evidente diferença entre:

LOCALIZAÇÃO DA SEDE é totalmente diferente de CAPACIDADE DE ATENDIMENTO.
A exigência editalícia acaba presumindo que a distância física da sede determina a capacidade operacional da empresa, conclusão que não necessariamente corresponde à realidade.

IV – DA PRÓPRIA ESTRUTURA DO EDITAL DEMONSTRAR QUE O RESULTADO PODE SER ASSEGURADO POR MEIO DE PRAZOS DE ATENDIMENTO
Há um aspecto particularmente relevante no presente edital.

O Termo de Referência determina que os chamados de manutenção corretiva deverão ser atendidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação formal da CONTRATANTE.

Além disso, o edital determina que:

• a contratada será responsável pelo deslocamento de seus técnicos;
• as manutenções corretivas poderão possuir caráter emergencial;
• deverão ser adotadas medidas para restabelecimento operacional dos equipamentos;
• a contratada deverá manter canal permanente de comunicação;
• deverá existir plantão técnico para atendimentos emergenciais.

Dessa forma, a própria Administração já estabeleceu mecanismos objetivos de controle da eficiência da contratada.

O cumprimento do contrato pode ser fiscalizado mediante:

1. tempo de resposta ao chamado;
2. tempo de chegada da equipe;
3. tempo de indisponibilidade do equipamento;
4. solução definitiva ou provisória do problema;
5. disponibilidade de peças;
6. cumprimento das manutenções preventivas;
7. cumprimento dos indicadores e obrigações contratuais.

O Termo de Referência, inclusive, determina expressamente que os chamados de manutenção corretiva deverão ser atendidos em até 24 horas.

Consequentemente, não se demonstra necessária a criação de uma barreira geográfica prévia para garantir um resultado que já pode ser objetivamente exigido e fiscalizado durante a execução contratual.

V – DA AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO OBJETIVA DE QUE O LIMITE DE 80 KM SEJA INDISPENSÁVEL
A Administração afirma que o raio de 80 km seria "razoável, proporcional e compatível" com a complexidade dos serviços.

Todavia, a simples afirmação de razoabilidade não é suficiente para demonstrar a indispensabilidade da restrição.

É necessário responder objetivamente:

Por que 80 km?
Por que não 100 km? Por que não 120 km? Por que não 150 km?
Qual estudo técnico demonstrou que uma empresa situada a 81 km seria incapaz de atender ao Município dentro das 24 horas estabelecidas no edital?

Qual levantamento de mercado demonstrou que a restrição a 80 km não reduzirá significativamente o universo de potenciais competidores?

Qual estudo técnico demonstrou a relação causal entre a distância da sede e o tempo efetivo de atendimento?

Essas questões são fundamentais.

A Administração não pode simplesmente presumir que empresas localizadas além do raio estabelecido serão incapazes de prestar o serviço adequadamente.

A própria Lei nº 14.133/2021 exige que o planejamento da contratação seja fundamentado e considere os aspectos técnicos e mercadológicos que interferem na contratação.

Mais especificamente, o art. 40, §4º, admite que, em determinadas contratações de manutenção e assistência técnica, a Administração exija deslocamento de técnico ou unidade de prestação de serviços em distância compatível com suas necessidades, desde que tal exigência esteja fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Assim, mesmo admitindo-se a possibilidade jurídica de uma limitação geográfica excepcional, não basta a Administração afirmar genericamente que o raio é razoável: é necessária demonstração técnica de sua necessidade, adequação e proporcionalidade.

VI – DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
O Tribunal de Contas da União (TCU) possui entendimento consolidado no sentido de que exigências relativas à localização de estrutura física ou escritório devem estar acompanhadas de demonstração concreta de sua imprescindibilidade.

No Acórdão 469/2026 – Plenário, o TCU considerou irregular a exigência de instalação de escritório ou estrutura física em localidade específica quando não demonstrada sua imprescindibilidade para a adequada execução do objeto, justamente em razão do potencial de restringir a competitividade, prejudicar a economicidade e violar a isonomia.

No mesmo sentido, o Acórdão 1176/2021 – Plenário assentou que a exigência de escritório em localidade específica, sem demonstração de imprescindibilidade, possui potencial de restringir a competição, afetar a economicidade e ferir a isonomia.

Também merece destaque o Acórdão 6463/2011 – Primeira Câmara, no qual o TCU considerou irregular a exigência de instalação própria ou localizada em determinada cidade quando não devidamente justificada a influência dessa condição sobre a qualidade dos serviços.

Tais entendimentos permanecem especialmente relevantes sob a égide da Lei nº 14.133/2021, cujo art. 9º expressamente veda restrições à competitividade e distinções decorrentes da sede ou domicílio dos licitantes.

VII – DA EXISTÊNCIA DE MEIOS MENOS RESTRITIVOS PARA GARANTIR O ATENDIMENTO EMERGENCIAL
É importante destacar que a Goyaz Hospitalar não questiona a necessidade de atendimento rápido. Ao contrário.
A empresa reconhece a criticidade dos equipamentos médicos, hospitalares, laboratoriais, odontológicos, fisioterápicos e de refrigeração e concorda que a Administração deve exigir elevado padrão de disponibilidade e resposta.

O que se questiona é o meio escolhido para alcançar esse objetivo, o qual a Adiministração não traz sequer algum estudo específico para demonstrar a necessidade de tal restrição.

A Administração pode exigir, por exemplo:

• atendimento emergencial em prazo determinado;

• chegada da equipe técnica em prazo determinado;
• disponibilidade de profissionais habilitados;
• plantão técnico;
• estoque mínimo de peças;
• estrutura de suporte;
• canal permanente de comunicação;
• apresentação de plano de atendimento emergencial;
• indicadores de nível de serviço;
• aplicação de sanções pelo descumprimento dos prazos;
• comprovação de estrutura operacional disponível para atendimento do Município.

Esses mecanismos atingem diretamente o objetivo pretendido pela Administração.

A localização da sede, por outro lado, constitui apenas um critério indireto, incapaz de assegurar, isoladamente, que o atendimento será rápido.

VIII – DA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, COMPETITIVIDADE, RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE
A exigência também deve ser analisada sob a perspectiva dos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

O edital deve buscar a proposta mais vantajosa para a Administração mediante competição efetiva entre fornecedores aptos a executar o objeto.

Ao limitar a participação às empresas que mantenham suas dependências dentro de um raio de 80 km, o instrumento convocatório exclui, previamente, empresas que podem possuir plena capacidade técnica e operacional para cumprir rigorosamente todos os prazos estabelecidos.

A consequência é uma redução artificial do universo competitivo. Essa redução pode produzir:
• menor número de participantes;
• menor disputa de preços;
• redução da possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa;
• favorecimento indireto de empresas já instaladas na região;
• aumento do risco de concentração do mercado;
• eventual majoração dos preços ofertados em razão da menor concorrência.

O fato de a Administração afirmar que o raio permite "ampla participação de empresas da região" não comprova, por si só, a inexistência de restrição.

A questão não é saber se algumas empresas poderão participar.

A questão é saber se a Administração está excluindo, sem necessidade comprovada, empresas tecnicamente aptas a executar o objeto.

IX – DA NECESSIDADE DE PRIVILEGIAR A CAPACIDADE OPERACIONAL EM DETRIMENTO DA LOCALIZAÇÃO DA SEDE
A Goyaz Hospitalar entende que o critério juridicamente mais adequado consiste em exigir que a empresa demonstre capacidade de atendimento dentro dos prazos estabelecidos, e não que possua previamente uma sede localizada dentro de determinado raio.

Tal solução é mais aderente à finalidade da contratação.

A Administração não necessita contratar uma empresa simplesmente porque sua sede está localizada a menos de 80 km.

Necessita contratar uma empresa que:

• execute corretamente as manutenções;
• disponha de profissionais qualificados;
• possua os equipamentos de medição necessários;
• mantenha instrumentos calibrados;
• disponha de peças;
• atenda aos chamados;
• cumpra os prazos;
• assegure a segurança dos equipamentos;
• preserve a continuidade dos serviços públicos de saúde.

Esses são os elementos efetivamente relacionados à capacidade de execução do objeto.

X – DA POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA EXIGÊNCIA POR CRITÉRIO DE DESEMPENHO
Caso a Administração entenda indispensável assegurar determinado tempo máximo de resposta, requer-se que substitua a exigência de localização geográfica por critério objetivo de desempenho.

Como alternativa, poderá ser estabelecido que a futura contratada deverá:

"Disponibilizar equipe técnica, própria ou regularmente vinculada à contratada, apta a realizar atendimento no Município de Itatiaiuçu/MG, observando integralmente os prazos máximos estabelecidos no Termo de Referência, independentemente da localização de sua sede ou estabelecimento empresarial."
Dessa forma, preserva-se integralmente o interesse público sem restringir previamente a participação de empresas capazes de cumprir os níveis de serviço exigidos.

XI – DA NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE
A contratação possui valor máximo estimado de R$ 248.802,84, para vigência de até 12 meses.

Considerando o valor da contratação e a natureza do objeto, mostra-se ainda mais importante que a Administração busque ampliar a competição e permita a participação de empresas tecnicamente qualificadas que possam cumprir integralmente as obrigações contratuais.

A manutenção de uma restrição geográfica sem demonstração objetiva de sua imprescindibilidade pode impedir a participação de potenciais fornecedores e, consequentemente, reduzir a possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa.

XII – DOS PEDIDOS
Diante de todo o exposto, a GOYAZ HOSPITALAR LTDA. requer:

a) O conhecimento e acolhimento da presente impugnação;
b) A revisão da exigência constante do edital que determina que "as dependências da CONTRATADA deverão estar localizadas em raio máximo de 80 km (oitenta quilômetros)";
c) A exclusão da referida limitação geográfica como requisito para participação/habilitação no certame, permitindo-se a participação de empresas independentemente da localização de sua sede ou estabelecimento, desde que comprovem capacidade técnica e operacional para cumprir integralmente as obrigações e os prazos estabelecidos no Termo de Referência;
d) Subsidiariamente, caso a Administração entenda pela manutenção de alguma exigência relacionada à localização, que seja apresentada nos autos justificativa técnica específica e objetiva, demonstrando:

1. a razão técnica para adoção do limite de 80 km;
2. os estudos que fundamentaram a escolha desse raio;
3. a demonstração de que distâncias superiores inviabilizariam o atendimento;
4. a análise de impacto da exigência sobre a competitividade;
5. a demonstração de compatibilidade da restrição com o Estudo Técnico Preliminar;
6. o levantamento de mercado que demonstre a existência de número suficiente de potenciais fornecedores dentro do raio estabelecido;

e) Alternativamente, que a exigência seja substituída por critério objetivo de desempenho, especialmente relacionado ao prazo máximo de atendimento, chegada da equipe técnica e restabelecimento do funcionamento dos equipamentos, independentemente da localização da sede da contratada;
f) Que sejam preservadas as demais exigências técnicas efetivamente necessárias à execução do objeto, especialmente aquelas relacionadas à qualificação profissional, registro perante os conselhos competentes, capacidade técnica, instrumentos calibrados, certificações e demais requisitos pertinentes ao serviço;
g) Caso acolhida a presente impugnação e alterado o instrumento convocatório, requer-se a republicação do edital e a reabertura dos prazos legais, nos termos da legislação aplicável, caso a alteração seja capaz de afetar a formulação das propostas;
h) Por fim, requer-se que a decisão sobre a presente impugnação seja devidamente motivada, com indicação dos fundamentos técnicos e jurídicos que conduzam ao acolhimento ou rejeição dos argumentos apresentados.
XIII – CONCLUSÃO
A presente impugnação não pretende afastar a necessidade de atendimento rápido dos equipamentos pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde.

Ao contrário, reconhece-se a natureza essencial dos serviços de engenharia clínica e a necessidade de que os equipamentos permaneçam disponíveis e seguros para utilização pela população.

O que se busca é apenas que a Administração utilize meios menos restritivos e mais diretamente relacionados ao resultado pretendido.

A capacidade de atendimento não decorre necessariamente da distância da sede empresarial.

Uma empresa localizada fora do raio de 80 km pode perfeitamente possuir equipe técnica, estrutura, estoque de peças, logística e organização suficientes para atender ao Município dentro dos prazos estabelecidos.

Dessa forma, condicionar a participação no certame à localização prévia das dependências da empresa dentro de um raio específico, sem demonstração técnica individualizada da indispensabilidade desse limite, possui potencial para restringir a competitividade, reduzir a economicidade e afastar empresas plenamente capacitadas para executar o objeto.

Por essas razões, espera a GOYAZ HOSPITALAR LTDA. o acolhimento da presente impugnação, com a consequente exclusão ou reformulação da exigência relativa ao raio máximo de 80 km, permitindo-se que a disputa seja efetivamente realizada entre todas as empresas que comprovem possuir capacidade técnica e operacional para atender às necessidades da Administração Pública.

Termos em que, Pede deferimento.

INHUMAS, 09 DE SETEMBRO DE 2026"

RESPOSTA:
DECISÃO ADMINISTRATIVA

RELATÓRIO:

Trata-se de Impugnação ao Edital apresentada pela empresa **GOYAZ HOSPITALAR LTDA.**, em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 239/2026, Processo Licitatório nº 273/2026, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Engenharia Clínica para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
A Impugnante questiona, entre outros aspectos, a exigência editalícia relativa à limitação de raio de distância de 80 km (oitenta quilômetros) para localização das dependências da futura contratada, sustentando, em síntese, que a exigência restringiria a competitividade do certame e que a capacidade de atendimento poderia ser aferida por meio de critérios objetivos de desempenho, independentemente da localização da sede da empresa.
A impugnação foi submetida à análise da Procuradoria do Município, que, por meio de parecer jurídico, manifestou-se quanto aos questionamentos apresentados, especialmente acerca da exigência de localização e dos critérios estabelecidos para atendimento dos chamados de manutenção corretiva.
É o relatório.

DA ANÁLISE

Inicialmente, cumpre destacar que a Administração Pública deve buscar, na elaboração e condução de seus procedimentos licitatórios, a compatibilização entre a satisfação do interesse público, a adequada execução do objeto, a segurança dos serviços prestados e a observância dos princípios da isonomia, competitividade, razoabilidade, proporcionalidade, planejamento e eficiência, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.
No caso em análise, a Administração, após a apresentação da impugnação e diante das considerações constantes do parecer jurídico exarado pela Procuradoria do Município, procedeu à reavaliação dos requisitos estabelecidos no edital, especialmente aqueles relacionados à localização da futura contratada e aos prazos de atendimento dos chamados de manutenção corretiva.
O item 4.24.5 do instrumento convocatório estabelece atualmente que:
"Os chamados de manutenção corretiva deverão ser atendidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação formal da CONTRATANTE."
Embora a disposição tenha como finalidade assegurar a celeridade na prestação dos serviços, verificou-se que a expressão "atendidos" não delimita de forma suficientemente objetiva qual evento deverá ser considerado para fins de cumprimento do prazo contratual.
Com efeito, o termo pode suscitar interpretações distintas quanto ao marco efetivo do atendimento, podendo referir-se à abertura do chamado, ao contato da contratada com a Administração, à chegada da equipe técnica ao local, ao início da intervenção, à realização do diagnóstico ou, ainda, à solução definitiva da ocorrência.
Dessa forma, não se mostra tecnicamente seguro interpretar o item 4.24.5 como estabelecendo, de maneira inequívoca, prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para a chegada da equipe técnica ao local onde se encontra o equipamento.
A análise também evidenciou que o edital não estabelece, de forma específica e mensurável, prazo máximo para o deslocamento e chegada da equipe técnica ao local de atendimento.
Tal circunstância pode comprometer a objetividade da fiscalização contratual, uma vez que, em tese, empresas estabelecidas em diferentes distâncias poderiam declarar possuir capacidade para atender ao chamado dentro do prazo de 24 horas, sem que o instrumento convocatório estabeleça parâmetro específico quanto ao tempo máximo de deslocamento e comparecimento presencial da equipe técnica.
Assim, sem a definição objetiva do tempo de chegada da equipe técnica, a Administração poderia encontrar dificuldades para aferir, durante a execução contratual, se eventual demora decorreu de descumprimento contratual ou simplesmente de circunstâncias relacionadas à logística e localização da empresa.
Nesse contexto, a Administração entende que a localização da sede ou estabelecimento empresarial não constitui, por si só, o elemento mais adequado para aferição da capacidade de atendimento da futura contratada.
O que efetivamente interessa à Administração é garantir que a empresa contratada possua capacidade operacional concreta para disponibilizar equipe técnica qualificada e realizar o atendimento no Município de Itatiaiuçu/MG dentro de prazos objetivos e compatíveis com a criticidade dos equipamentos e com as necessidades dos serviços de saúde.
Diante disso, a Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com a análise jurídica realizada pela Procuradoria do Município, concluiu pela necessidade de aperfeiçoamento dos critérios de desempenho previstos no instrumento convocatório, de modo que a capacidade de atendimento seja aferida por parâmetros objetivos, mensuráveis e diretamente relacionados à execução do objeto.
A solução adotada pela Administração consiste, portanto, na retirada da exigência de limitação de raio máximo de 80 km (oitenta quilômetros) para localização das dependências da contratada, substituindo-se o critério eminentemente geográfico por requisitos

objetivos relacionados à disponibilidade operacional e aos prazos efetivos de atendimento.
Com a alteração, a futura contratada deverá manter estrutura operacional suficiente para garantir o atendimento dos chamados, independentemente da localização de sua sede, filial, oficina ou estabelecimento empresarial, assumindo integral responsabilidade pela organização de sua equipe técnica, logística, meios de transporte e demais recursos necessários ao cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência.
A Administração entende que tal solução se mostra mais adequada ao interesse público, uma vez que não basta que a empresa esteja geograficamente próxima do Município; é necessário que tenha efetiva capacidade de resposta e consiga cumprir os níveis de serviço estabelecidos no instrumento convocatório.
Nesse sentido, serão estabelecidos no Termo de Referência critérios objetivos de desempenho, contemplando, entre outros aspectos, o prazo para chegada da equipe técnica ao local onde se encontra o equipamento, o início da intervenção, o registro do diagnóstico e o restabelecimento do funcionamento do equipamento, permitindo à fiscalização verificar objetivamente o cumprimento das obrigações contratuais.
A alteração também permitirá que a Administração fiscalize a execução contratual com base em elementos concretos e verificáveis, tais como data e horário de abertura do chamado, recebimento da solicitação, chegada da equipe técnica, início da intervenção e restabelecimento do equipamento, reduzindo a margem para interpretações subjetivas quanto ao cumprimento dos prazos.
Dessa forma, a Administração passa a privilegiar a efetiva capacidade operacional da contratada, e não sua localização geográfica, sem prejuízo da necessidade de cumprimento integral dos prazos, níveis de serviço e demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência.
Ressalte-se que a alteração ora determinada não implica redução das exigências de capacidade técnica ou operacional, mas, ao contrário, busca aperfeiçoá-las, tornando-as mais objetivas e diretamente vinculadas ao resultado que se pretende alcançar com a contratação.

DO ACOLHIMENTO DA IMPUGNAÇÃO

Diante da reavaliação promovida pela Secretaria Municipal de Saúde, considerando os argumentos apresentados pela Impugnante e, especialmente, as conclusões constantes do parecer jurídico exarado pela Procuradoria do Município, entende-se pertinente o acolhimento da impugnação quanto à exigência de limitação geográfica.
A Administração reconhece que a exigência de raio máximo de 80 km, embora inicialmente estabelecida com o propósito de assegurar maior celeridade no atendimento, não constitui o mecanismo mais adequado para aferir a efetiva capacidade operacional da futura contratada, especialmente diante da possibilidade de serem estabelecidos critérios objetivos de desempenho e de tempo de atendimento.
Nesse sentido, a manutenção da exigência geográfica mostra-se desnecessária diante da adoção de mecanismos capazes de aferir diretamente o resultado pretendido pela Administração, quais sejam, a disponibilidade efetiva de equipe técnica, a chegada tempestiva ao local de atendimento e o restabelecimento dos equipamentos dentro dos prazos estabelecidos.
A solução adotada mostra-se, portanto, mais compatível com os princípios da isonomia, competitividade, razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e interesse público, ao permitir a participação de empresas independentemente da localização de sua sede, desde que demonstrem capacidade efetiva de cumprir os requisitos de desempenho estabelecidos.

DA DECISÃO

Ante o exposto, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, nas disposições do instrumento convocatório e considerando o parecer jurídico exarado pela Procuradoria do Município, **CONHEÇO** da impugnação apresentada pela empresa **GOYAZ HOSPITALAR LTDA.**, por preencher os requisitos de admissibilidade, e, no mérito, **JULGO-A PROCEDENTE**, nos termos e limites da presente decisão.
Em consequência, **ACOLHO** a impugnação quanto à exigência de limitação de raio máximo de 80 km (oitenta quilômetros) e determino a **RETIRADA** da referida exigência do Edital e do Termo de Referência, conforme as adequações a serem promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde.
Determino, ainda, a RETIRADA do item 4.24.5, que estabelece que:
"Os chamados de manutenção corretiva deverão ser atendidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação formal da CONTRATANTE."
A referida disposição será substituída por critérios objetivos de desempenho e disponibilidade operacional, com definição expressa dos prazos para chegada da equipe técnica ao local onde se encontra o equipamento e demais parâmetros necessários à adequada fiscalização da execução contratual.
As adequações deverão assegurar que a CONTRATADA disponibilize equipe técnica própria ou regularmente vinculada, devidamente habilitada e qualificada, apta a realizar atendimento no Município de Itatiaiuçu/MG, independentemente da localização de sua sede ou estabelecimento empresarial, observando integralmente os prazos máximos e níveis de serviço estabelecidos no Termo de Referência.
Informo que a Secretaria Municipal de Saúde encaminhará Memorando ao Departamento de Compras e Licitações, contendo as retificações e adequações necessárias no Edital, no Termo de Referência e nos demais documentos integrantes do certame, para que sejam adotadas as providências administrativas pertinentes à alteração do instrumento convocatório.
Determino, por fim, o encaminhamento da presente decisão ao setor responsável para que sejam promovidas as retificações necessárias no Edital, Termo de Referência e demais documentos integrantes do certame, garantindo-se a compatibilidade entre suas disposições e a adequada publicidade das alterações, com a observância dos procedimentos e prazos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021. Dê-se ciência à Impugnante.
Publique-se.

Itatiaiuçu, 11 de setembro de 2026.

EDINELLE VIEIRA DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

MARCELA RESENDE COSTA
Assessora Técnica
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Raíssa Carolina Vilela de Oliveira
Código Identificador: AF139D3D

SECRETARIA DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 273/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 273/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 239/2026 - NOVO DC - CONTRATAÇÃO Nº 20/2026 - UASG 984673.

O pregoeiro torna público a impugnação apresentada pela empresa THECLIN – TECNOLOGIA HOSPITALAR EM ENGENHARIA CLÍNICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 25.146.975/0001-53:

"AO MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU/MG AO(À) SENHOR(A) PREGOEIRO(A)
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 273/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 273/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 239/2026 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
THECLIN – TECNOLOGIA HOSPITALAR EM ENGENHARIA CLÍNICA LTDA, pessoa jurídica de
direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 25.146.975/0001-53, por seu representante legal, vem, respeitosamente, perante essa Administração, com fundamento no art. 164 da Lei
Federal nº 14.133/2021, apresentar a presente
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
em razão de exigências de habilitação que, conforme se demonstrará, mostram-se
potencialmente restritivas à competitividade e desproporcionais em relação ao objeto licitado, especialmente quanto:

I – à exigência de balanço patrimonial e demonstrações contábeis como condição de qualificação econômico-financeira, sem demonstração da necessidade e proporcionalidade dos requisitos impostos;
II – à exigência de responsável técnico com formação em Engenharia Elétrica cumulada com especialização em Engenharia Clínica ou Engenharia Biomédica, sem demonstração técnica suficiente de que tal requisito seja indispensável à adequada execução do objeto.

I – DA TEMPESTIVIDADE
A presente impugnação é apresentada nos termos do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, que assegura a qualquer pessoa a possibilidade de impugnar edital de licitação quando identificadas disposições potencialmente incompatíveis com a legislação ou capazes de restringir indevidamente a competitividade do certame.
Assim, requer-se o conhecimento da presente impugnação e sua apreciação pela autoridade competente antes da realização da sessão pública.

II – DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO E DO CONTEXTO DO EDITAL
O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de engenharia clínica, abrangendo manutenção preventiva e corretiva, calibração, testes de segurança elétrica, qualificação, inspeção técnica e avaliação de desempenho operacional, com fornecimento de peças de reposição para equipamentos médicos, hospitalares, fisioterápicos, odontológicos, laboratoriais e sistemas e equipamentos de refrigeração.
O próprio edital caracteriza expressamente o objeto como prestação de serviços, nos termos do art. 6º, XI, da Lei nº 14.133/2021.

Trata-se, portanto, de contratação cuja execução está fortemente vinculada à capacidade técnica e profissional da contratada, sendo o próprio edital responsável por estabelecer
extenso conjunto de requisitos técnicos, incluindo atestados de capacidade técnica, registro no CREA/CRT, responsável técnico, ART, equipamentos de medição e calibração, certificados
rastreáveis à RBC, conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 17025, autorização/credenciamento do INMETRO e licença sanitária.
É justamente nesse contexto que devem ser analisadas as exigências ora impugnadas.

III – DA EXIGÊNCIA DE BALANÇO PATRIMONIAL E DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS – AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA CONCRETA E NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA À
PROPORCIONALIDADE
O item 8.5 – Qualificação Econômico-Financeira do edital estabelece:
“A.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais [...]”
Além disso, exige índices mínimos de:
• Liquidez Geral – ILG ≥ 1;
• Liquidez Corrente – ILC ≥ 1;
• Solvência Geral – SG ≥ 1.
O edital ainda estabelece patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado da contratação caso a licitante não alcance os índices exigidos.
Não se questiona, de forma absoluta, a possibilidade jurídica de a Administração exigir qualificação econômico-financeira.
O que se questiona é a ausência de demonstração concreta da necessidade e adequação dessas exigências em relação ao objeto específico da contratação.
A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 69, que a habilitação econômico-financeira tem por finalidade demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações
decorrentes do futuro contrato e determina que os coeficientes e índices econômicos previstos no edital estejam devidamente justificados no processo licitatório. (Presidência da República)
Portanto, não basta a mera inserção automática de índices contábeis no edital.
É indispensável que a Administração demonstre, no planejamento da contratação, qual risco concreto da execução contratual justifica a adoção simultânea dos índices estabelecidos e do balanço dos dois últimos exercícios sociais.
No presente caso, o objeto consiste em prestação continuada de serviços de engenharia
clínica, com execução mensal, manutenção preventiva e corretiva, calibração, testes, inspeções e demais atividades técnicas.
O próprio instrumento convocatório estabelece um extenso conjunto de mecanismos de proteção à Administração e de comprovação da capacidade da futura contratada, dentre eles:
• atestados de capacidade técnica;

• registro profissional;
• responsável técnico;
• ART;
• comprovação de vínculo profissional;
• certificados de calibração;
• rastreabilidade à Rede Brasileira de Calibração;
• atendimento à ABNT NBR ISO/IEC 17025;
• autorização ou credenciamento do INMETRO;
• licença sanitária;
• possibilidade de diligência pela Administração.
Diante desse cenário, a exigência de demonstrações contábeis de dois exercícios e de três índices econômico-financeiros deve ser acompanhada de justificativa concreta quanto ao risco econômico que se pretende mitigar, especialmente considerando a natureza continuada do
serviço e a forma de execução contratual.
Não se mostra suficiente, para tanto, a simples reprodução de índices tradicionalmente utilizados em editais.
A Administração deve demonstrar que os parâmetros escolhidos são necessários, adequados e proporcionais ao risco efetivamente existente na contratação, sob pena de transformar
requisito de habilitação em verdadeira barreira de entrada ao certame.
A qualificação econômico-financeira não pode ser utilizada como mecanismo genérico de seleção de empresas financeiramente mais robustas quando não demonstrada a relação concreta entre o requisito imposto e o risco da contratação.
A exigência deve guardar pertinência com as obrigações contratuais e ser dimensionada de forma a preservar simultaneamente a segurança da contratação e a competitividade.
No presente caso, a ausência de demonstração clara dessa relação recomenda a revisão do item 8.5, especialmente quanto à exigência de balanço dos dois últimos exercícios e à
utilização cumulativa dos índices estabelecidos.
DO PEDIDO QUANTO AO ITEM 8.5
Diante do exposto, requer-se:
a) a revisão do item 8.5 do edital, com a exclusão da exigência de apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, caso não exista justificativa técnica e econômica específica no processo administrativo que demonstre sua necessidade;
b) subsidiariamente, caso a Administração entenda pela manutenção da exigência, que apresente expressamente a justificativa constante dos estudos técnicos e documentos de planejamento que demonstre a necessidade, adequação e proporcionalidade dos índices econômico-financeiros estabelecidos;

c) que sejam reavaliados os requisitos econômico-financeiros de modo a evitar restrição desnecessária à competitividade do certame.

IV – DA EXIGÊNCIA DE ENGENHEIRO ELETRICISTA COM ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA CLÍNICA OU ENGENHARIA BIOMÉDICA
O item 8.4.3 do edital estabelece:
“O responsável técnico deverá possuir formação em Engenharia Elétrica com especialização em Engenharia Clínica ou Engenharia Biomédica, devidamente registrado no CREA, conforme atribuições previstas nas Resoluções do CONFEA aplicáveis à matéria.”
A exigência, da forma como redigida, merece revisão.
Isso porque o próprio dispositivo afirma que as atribuições profissionais deverão observar as
Resoluções do CONFEA aplicáveis à matéria.
Consequentemente, a aferição da capacidade profissional não deve ocorrer exclusivamente pela denominação do curso ou pela existência

de determinada pós-graduação, mas principalmente pelas atribuições profissionais efetivamente conferidas ao responsável técnico pelo Sistema CONFEA/CREA, em consonância com sua formação acadêmica e respectivo registro profissional.
O CONFEA estabelece que as competências profissionais são concedidas em conformidade com a formação acadêmica do egresso, considerando-se as atribuições e os campos de atuação
correspondentes. A atual regulamentação das competências dos profissionais da modalidade eletricista também reforça essa vinculação entre competência profissional e formação
acadêmica. (Confea)
No caso específico da Engenharia Biomédica, o próprio CONFEA reconhece atribuições relacionadas diretamente aos serviços, dispositivos, produtos médicos e equipamentos
elétricos, eletrônicos e eletromecânicos de tecnologias para a saúde, além de equipamentos médicos, odontológicos e hospitalares. (Confea)
Ocorre que o edital não apresenta justificativa técnica suficiente demonstrando por que, para o conjunto de atividades licitadas, seria indispensável que o responsável técnico possuísse,
cumulativamente:
formação em Engenharia Elétrica + especialização em Engenharia Clínica ou Engenharia Biomédica.
A exigência cumulativa, portanto, pode restringir a participação de profissionais que, embora devidamente habilitados perante o CREA e possuidores das atribuições necessárias à execução das atividades objeto da contratação, não possuam exatamente a titulação de pós-graduação indicada no edital.
A Administração deve distinguir duas situações:
a) a necessidade de que o profissional possua atribuições legais e regulamentares compatíveis com os serviços a serem executados; e
b) a imposição de determinada formação acadêmica ou especialização como condição adicional de habilitação.

A primeira é legítima e necessária.
A segunda exige justificativa concreta.
A Lei nº 14.133/2021 determina que a qualificação técnica seja restrita aos elementos
necessários à demonstração da capacidade do licitante para executar o objeto, admitindo a
exigência de profissional devidamente registrado no conselho profissional competente quando cabível. (Presidência da República)
Assim, caso determinado profissional possua registro regular no CREA e atribuições
compatíveis com as atividades efetivamente contratadas, a simples ausência da denominação específica de uma especialização não deveria, sem justificativa técnica concreta, resultar na
impossibilidade de participação.
A exigência editalícia, portanto, deve ser compatibilizada com as atribuições profissionais efetivamente reconhecidas pelo CREA, evitando-se transformar uma determinada titulação
acadêmica em requisito absoluto quando o que efetivamente importa para a Administração é a capacidade legal e técnica para executar os serviços.

V – DA NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE
A presente contratação possui objeto técnico especializado e já contém diversas exigências destinadas a assegurar a capacidade das futuras contratadas.
O edital exige, entre outros:
• experiência anterior compatível;
• registro no CREA/CRT;
• responsável técnico;
• ART;
• profissional habilitado para atividades de NR-13;
• registro da pessoa jurídica no CREA;
• certificados de calibração;
• equipamentos e instrumentos específicos;
• rastreabilidade à RBC;
• conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 17025;
• autorização/credenciamento do INMETRO;
• licença sanitária.

Portanto, não se está diante de uma contratação de baixa complexidade ou sem mecanismos de controle.
Ao contrário: o edital já possui extensa estrutura de comprovação da capacidade técnica e operacional.

Nesse cenário, requisitos adicionais de habilitação devem ser cuidadosamente calibrados para que não ultrapassem aquilo que efetivamente é necessário à segurança da contratação.
A competitividade constitui elemento essencial do procedimento licitatório, e a Administração deve buscar o equilíbrio entre a seleção de empresa capaz de executar o objeto e a
preservação da maior amplitude possível de competição.
A manutenção de exigências excessivamente restritivas, sem justificativa técnica específica, pode reduzir artificialmente o universo de potenciais competidores e, consequentemente, prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa.

VI – DOS PEDIDOS
Diante de todo o exposto, a THECLIN – TECNOLOGIA HOSPITALAR EM ENGENHARIA CLÍNICA
LTDA, respeitosamente, requer:
1. o conhecimento e acolhimento da presente impugnação;
2. a revisão do item 8.5 – Qualificação Econômico-Financeira, especialmente quanto à
exigência de balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios e aos índices econômico-financeiros estabelecidos, caso não exista nos autos justificativa concreta que demonstre sua necessidade, adequação e proporcionalidade em relação aos riscos da contratação;
3. subsidiariamente, caso mantida a exigência econômico-financeira, que a Administração apresente expressamente a justificativa técnica e econômica que fundamentou a adoção dos requisitos estabelecidos no item 8.5;
4. a revisão do item 8.4.3, afastando-se a exigência cumulativa e restritiva de formação em
Engenharia Elétrica acompanhada, obrigatoriamente, de especialização em Engenharia Clínica ou Engenharia Biomédica, permitindo-se a participação de profissionais regularmente
registrados no CREA e que possuam atribuições profissionais compatíveis com o objeto, devidamente reconhecidas pelo Conselho profissional competente;
5. que a análise da habilitação técnico-profissional seja realizada com base nas atribuições profissionais efetivamente conferidas pelo CREA ao profissional indicado, e não
exclusivamente pela denominação do curso de graduação ou pós-graduação;
6. caso a Administração entenda pela manutenção integral das exigências impugnadas, que sejam apresentadas as respectivas justificativas técnicas constantes dos documentos de
planejamento da contratação, especialmente quanto à demonstração de que tais requisitos são indispensáveis à adequada execução do objeto e não representam restrição desnecessária à competitividade;
7. sendo acolhida a presente impugnação, que o edital seja devidamente retificado e, se
necessário, seja republicado com a consequente reabertura dos prazos legais, nos termos da legislação aplicável.
Por fim, a Impugnante ressalta que a presente manifestação não pretende afastar a
necessidade de qualificação técnica e econômico-financeira dos futuros contratados, mas tão somente assegurar que tais exigências estejam estritamente vinculadas às necessidades efetivas da contratação, devidamente justificadas e compatíveis com os princípios da

razoabilidade, proporcionalidade, isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
Termos em que, Pede deferimento.

Divinópolis, 09 de setembro de 2026.

THECLIN – TECNOLOGIA HOSPITALAR EM ENGENHARIA CLÍNICA LTDA
CNPJ nº 25.146.975/0001-53”

RESPOSTA:
DECISÃO ADMINISTRATIVA

RELATÓRIO:

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **THECLIN – TECNOLOGIA HOSPITALAR EM ENGENHARIA CLÍNICA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 25.146.975/0001-53, em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 239/2026, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de Engenharia Clínica.
A Impugnante, com fundamento no art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, questiona, dentre outros aspectos, a exigência prevista no item 8.4.3 do Edital, que estabelece:
"O responsável técnico deverá possuir formação em Engenharia Elétrica com especialização em Engenharia Clínica ou Engenharia Biomédica, devidamente registrado no CREA, conforme atribuições previstas nas Resoluções do CONFEA aplicáveis à matéria."
Em síntese, sustenta a Impugnante que a exigência cumulativa de formação em Engenharia Elétrica e especialização em Engenharia Clínica ou Engenharia Biomédica seria potencialmente restritiva à competitividade e desproporcional ao objeto licitado, por não haver, em seu entendimento, demonstração técnica suficiente de que a especialização específica seja indispensável à execução dos serviços.
Alega, ainda, que a aferição da capacidade profissional não deveria ocorrer exclusivamente pela denominação do curso ou pela existência de determinada pós-graduação, mas principalmente pelas atribuições profissionais efetivamente conferidas pelo Sistema CONFEA/CREA, de acordo com a formação acadêmica e o registro profissional.
Argumenta que profissionais que possuam registro regular no CREA e atribuições compatíveis com as atividades contratadas poderiam, em tese, executar os serviços, ainda que não detenham exatamente a especialização exigida no edital.
Ao final, requer a revisão da exigência editalícia, de modo que a capacidade profissional seja aferida pelas atribuições legais e regulamentares efetivamente reconhecidas pelo CREA, afastando-se a especialização como requisito absoluto de habilitação.
É o relatório.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Da análise do objeto licitado e da pertinência da exigência

A análise da impugnação deve partir das características concretas do objeto licitado e das atribuições efetivamente conferidas ao responsável técnico pelo instrumento convocatório.
Conforme já analisado pela Administração em decisão anteriormente proferida no âmbito do mesmo procedimento licitatório, o objeto abrange serviços continuados de Engenharia Clínica, envolvendo manutenção preventiva e corretiva, calibração, testes de segurança elétrica, qualificação, inspeção técnica, avaliação de desempenho operacional, fornecimento de peças de reposição, entre outros, em equipamentos médicos, hospitalares, fisioterápicos, odontológicos, laboratoriais e sistemas e equipamentos de refrigeração.
Trata-se, portanto, de objeto de elevada complexidade técnica, que demanda conhecimentos especializados e atuação de profissionais devidamente qualificados para as diferentes atividades que serão executadas durante a vigência contratual.
Nesse contexto, mostra-se plenamente razoável que a Administração exija que a empresa contratada disponha, em sua equipe técnica, de profissional que detenha qualificação compatível e específica com as características do objeto. Afinal, não seria coerente, diante da amplitude e da complexidade dos serviços contratados, admitir que a futura contratada pudesse executar atividades especializadas de Engenharia Clínica sem demonstrar previamente que dispõe de profissional tecnicamente qualificado para assumir a responsabilidade pela condução e supervisão desses serviços.
A exigência encontra respaldo no art. 67, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece:
"Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:
III – indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos."

O dispositivo legal, portanto, contempla expressamente a possibilidade de a Administração exigir a indicação do pessoal técnico adequado e disponível para a execução do objeto, bem como a demonstração da qualificação dos profissionais que irão se responsabilizar pelos trabalhos.
No presente caso, a exigência de profissional com formação em Engenharia Elétrica e especialização em Engenharia Clínica ou Engenharia Biomédica não constitui requisito dissociado do objeto, mas decorre justamente da necessidade de assegurar que a equipe técnica da futura contratada disponha de profissional com conhecimentos específicos e compatíveis com as atividades que serão efetivamente desempenhadas.
A contratação envolve não apenas serviços ordinários de manutenção, mas também atividades de calibração, testes de segurança elétrica, inspeção técnica, avaliação de desempenho operacional, emissão de laudos e pareceres e supervisão dos serviços de Engenharia Clínica, aplicados a equipamentos utilizados diretamente na prestação dos serviços de saúde.
A exigência, portanto, busca assegurar que os profissionais indicados pela licitante estejam tecnicamente preparados e atualizados para atuar em área que exige conhecimentos específicos, contribuindo para a segurança, confiabilidade, continuidade e adequado funcionamento dos equipamentos utilizados nas unidades de saúde.
Ressalte-se que a Administração não está estabelecendo requisito baseado exclusivamente na nomenclatura de determinado curso, nem pretende afastar a análise das atribuições profissionais conferidas pelo Sistema CONFEA/CREA. O registro profissional e as atribuições legalmente conferidas constituem requisitos indispensáveis para o exercício das atividades técnicas e deverão ser igualmente observados.
O que se estabelece, adicionalmente, é um requisito de qualificação técnica mínima para o profissional que assumirá a responsabilidade pela condução e supervisão dos serviços de Engenharia Clínica, considerando a especificidade do objeto e as atividades que lhe foram expressamente atribuídas pelo Edital.
Não se trata, assim, de exigência fundada exclusivamente na denominação atribuída ao objeto, tampouco de escolha aleatória de determinada formação profissional. A exigência decorre das atribuições técnicas que serão efetivamente desempenhadas pelo responsável técnico durante a execução contratual e da necessidade de que este profissional reúna conhecimentos compatíveis com o núcleo elétrico e eletroeletrônico dos serviços e, simultaneamente, com as particularidades dos equipamentos e tecnologias empregados na área da saúde.
Dessa forma, não se verifica, no caso concreto, incompatibilidade entre a exigência editalícia e as normas que disciplinam as atribuições profissionais perante o Sistema CONFEA/CREA, tampouco restrição indevida à competitividade, uma vez que o requisito possui relação direta com o objeto, mostra-se adequado à finalidade pretendida pela Administração e está inserido no âmbito da qualificação técnico-profissional prevista no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Da necessidade da especialização em Engenharia Clínica ou Engenharia Biomédica

A Impugnante questiona especificamente a necessidade de exigir, de forma cumulativa, a graduação em Engenharia Elétrica e a especialização em Engenharia Clínica ou Engenharia Biomédica.
Nesse ponto, também não se verifica razão suficiente para alteração do instrumento convocatório.
A exigência de especialização não foi estabelecida simplesmente para restringir o universo de profissionais habilitados, mas para assegurar que o responsável técnico principal reúna, além da formação de base relacionada ao núcleo elétrico/eletroeletrônico, conhecimentos específicos vinculados à aplicação da engenharia no ambiente de saúde.
A contratação envolve equipamentos médicos, hospitalares, fisioterápicos, odontológicos e laboratoriais, submetidos a atividades de manutenção, calibração, inspeção, testes, avaliação de desempenho e segurança elétrica.
Nesse cenário, a especialização em Engenharia Clínica ou Engenharia Biomédica constitui elemento adicional de qualificação diretamente

relacionado ao objeto, pois representa formação complementar voltada à interface entre os conhecimentos de engenharia e os equipamentos e tecnologias empregados nos serviços de saúde.
A exigência, portanto, não se baseia apenas na existência formal de uma pós-graduação, mas na necessidade de que o profissional que assumirá a responsabilidade técnica principal possua conhecimentos específicos relacionados ao universo dos equipamentos médico-hospitalares e à gestão e avaliação de tecnologias em saúde.
Ademais, a especialização exigida é apresentada de forma alternativa, admitindo-se Engenharia Clínica ou Engenharia Biomédica, justamente para ampliar o espectro de formações especializadas compatíveis com a natureza do objeto.

Da proporcionalidade e da competitividade

Também não procede a alegação de que a exigência, por si só, caracterizaria restrição indevida à competitividade.
A Lei Federal nº 14.133/2021 admite a exigência de qualificação técnica compatível com as características e a complexidade do objeto, desde que os requisitos estejam relacionados à demonstração da capacidade necessária para sua adequada execução.
No caso concreto, o requisito está diretamente vinculado às características do serviço e às responsabilidades atribuídas ao profissional.
Não se exige formação ou especialização estranha ao objeto. Ao contrário, exige-se:
a) formação em Engenharia Elétrica, compatível com o núcleo elétrico e eletroeletrônico das atividades;
b) especialização em Engenharia Clínica ou Engenharia Biomédica, diretamente relacionada às tecnologias e equipamentos abrangidos pela contratação; e
c) registro profissional no CREA, observadas as atribuições conferidas pelo Sistema CONFEA/CREA.
A exigência, portanto, apresenta correspondência lógica entre o requisito estabelecido e o resultado que se pretende assegurar: a contratação de empresa que disponha de profissional tecnicamente preparado para assumir a responsabilidade principal pela condução dos serviços.

DA CONCLUSÃO
Diante da análise das razões apresentadas pela empresa THECLIN – TECNOLOGIA HOSPITALAR EM ENGENHARIA CLÍNICA LTDA., verifica-se que os argumentos apresentados não demonstram a existência de exigência desproporcional ou dissociada do objeto.
A exigência prevista no item 8.4.3 decorre das características e da complexidade da contratação, especialmente considerando que o responsável técnico principal será incumbido da condução, supervisão e coordenação dos serviços de Engenharia Clínica, incluindo calibração, testes de segurança elétrica, inspeções, avaliações de desempenho, emissão de laudos e pareceres técnicos e supervisão da equipe.
A exigência cumulativa de formação em Engenharia Elétrica e especialização em Engenharia Clínica ou Engenharia Biomédica mostra-se, portanto, pertinente ao objeto, uma vez que busca reunir formação de base compatível com o núcleo elétrico/eletroeletrônico dos serviços e conhecimentos especializados relacionados aos equipamentos e tecnologias empregados na área da saúde.
Igualmente, a exigência não afasta a necessidade de análise das atribuições profissionais efetivamente conferidas pelo CREA, sendo esta, inclusive, uma condição expressamente prevista no próprio item 8.4.3.
Assim, a Administração entende que não há fundamento suficiente para acolher o pedido de substituição da exigência de especialização pela mera comprovação de atribuições profissionais perante o CREA.

DECISÃO

Ante o exposto, com fundamento no art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, nas disposições do instrumento convocatório e considerando as características, a abrangência e a complexidade do objeto licitado, **CONHEÇO** da impugnação apresentada pela empresa **THECLIN – TECNOLOGIA HOSPITALAR EM ENGENHARIA CLÍNICA LTDA**., por preencher os requisitos de admissibilidade, e, no mérito, **JULGO-A IMPROCEDENTE**.
Em consequência, **MANTENHO** integralmente a exigência prevista no item 8.4.3 do Edital, segundo a qual o responsável técnico pela condução dos serviços de Engenharia Clínica deverá possuir formação em Engenharia Elétrica, com especialização em Engenharia Clínica ou Engenharia Biomédica, devidamente registrado no CREA, observadas as atribuições profissionais previstas nas Resoluções do CONFEA aplicáveis à matéria.
Dê-se ciência à Impugnante.
Publique-se.

Itatiaiuçu, 11 de setembro de 2026.

EDINELLE VIEIRA DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

MARCELA RESENDE COSTA
Assessora Técnica
Secretaria Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 273/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 239/2026 PARA REGISTRO DE PREÇOS
JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE BALANÇOS PATRIMONIAIS

OBJETO: "**Contratação** de empresa especializada na prestação de **serviços** (art. 6º, XI da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021) **continuados de engenharia clínica**, compreendendo manutenção preventiva e corretiva, calibração, testes de segurança elétrica, qualificação, inspeção técnica e avaliação de desempenho operacional, com fornecimento de peças de reposição, destinados aos equipamentos médicos, hospitalares, fisioterápicos, odontológicos, laboratoriais, sistemas e equipamentos de refrigeração pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, **para ampla concorrência** , observados os prazos máximos para prestação dos serviços, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos nos termos e condições descritos e especificados no edital, em especial no termo de referência (Anexo I)".
A exigência de apresentação de Balanço Patrimonial na fase de habilitação econômico-financeira encontra amparo legal no art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:
"Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato (...), e será restrita à apresentação da seguinte documentação:
I – balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais."
A exigência de apresentação do Balanço Patrimonial e das demais demonstrações contábeis, nos termos do art. 69 da**Lei Federal nº 14.133/2021**, tem por finalidade aferir a qualificação econômico-financeira dos licitantes e verificar se possuem condições patrimoniais e financeiras compatíveis com a execução integral do objeto.
A contratação possui natureza de serviço continuado e envolve atividades de engenharia clínica essenciais à manutenção da disponibilidade, segurança e adequado funcionamento de equipamentos médicos, hospitalares, fisioterápicos, odontológicos, laboratoriais e sistemas de refrigeração, incluindo manutenção preventiva e corretiva, calibração, testes de segurança, inspeções técnicas, avaliação de desempenho e fornecimento de peças de reposição. Tais características demandam da futura contratada capacidade econômico-financeira suficiente para suportar os custos de mobilização, mão de obra especializada, aquisição e fornecimento de peças, insumos e demais despesas inerentes à execução contratual, inclusive antes do eventual recebimento dos pagamentos pela Administração.
Nesse contexto, a análise das demonstrações contábeis constitui instrumento objetivo para aferição da capacidade econômico-financeira mínima necessária à assunção das obrigações contratuais, contribuindo para a mitigação dos riscos de inadimplemento, paralisação ou descontinuidade dos serviços.
A exigência, portanto, mostra-se**pertinente, proporcional e compatível com a natureza e a complexidade do objeto**, estando fundamentada nos arts. 62, IV, e 69 da Lei nº 14.133/2021, e será

aplicada nos limites estabelecidos pela legislação.**JUSTIFICATIVA DOS CÁLCULOS DOS ÍNDICES CONTÁBEIS DE ACORDO COM ORIENTAÇÕES DO TCU**
O Tribunal de Contas da União (TCU) publicou um manual contendo orientações básicas sobre licitações e contratos.
Na obra são apresentadas orientações básicas sobre as modalidades de licitação visando um conjunto das ações de natureza pedagógica que o TCU desenvolve para orientar o Administrador quanto aos procedimentos para gerir recursos públicos com eficiência e economicidade.
No que tange à questão dos índices contábeis, o Tribunal de Contas da União recomenda a exigência mínima de índice igual ou maior que 1,0 (um) em qualquer um dos índices seguintes: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).
Nas licitações que envolvam objeto mais complexo e valores de grande vulto, esse índice de 1,0 (um), dependendo do caso, poderá sofrer um aumento até que seja atingido o máximo de 1,5 (um e meio).
Mostra-nos a prática que o Tribunal de Contas da União (TCU) já enfrentou o tema de frente e tem decidido:
"São a **Liquidez Geral (LG)** e **Liquidez Corrente (LC)** os índices utilizados pelo subitem 6.3 do edital (fl. 22) para a comprovação da boa situação financeira da proponente. **Quanto maiores esses índices, melhor. Um índice de LG menor que 1 demonstra que a empresa não tem recursos suficientes para pagar as suas dívidas, devendo gerá-los. Já um índice de LC menor do que 1 demonstra que a empresa não possui folga financeira a curto prazo. Se os dois índices forem maior do que 1, a empresa estará financeiramente saudável (...).** Nesse sentido, qualquer empresa de pequeno ou grande porte poderia participar de concorrência, independentemente de capital ou de patrimônio líquido mínimo, desde que tivesse os seus índices contábeis nos valores normalmente adotados para comprovar uma boa situação financeira.
(Acórdão 247/2003, Plenário Rel. Min. Marcos Vilaça)" (grifos nossos)

Ante o exposto, ficam assim definidos os cálculos dos índices contábeis:
Memória de cálculo:

a) Índice de Liquidez Corrente - ILC - igual ou superior a 1,0:
AC
ILC = -------, onde
PC
AC = Ativo Circulante;
PC = Passivo Circulante.

b) Índice de Liquidez Geral - ILG - igual ou superior a 1,0:
AC + RLP
ILG = ----------, onde
PC + PNC
AC = Ativo Circulante;
RLP = Realizável a Longo Prazo;
PC = Passivo Circulante;
PNC = Passivo não Circulante.

d) Solvência Geral – igual ou superior a 1,0:
AT
SG = ----------, onde
PC + PNC
SG = Solvência Geral
PC = Passivo Circulante;
PNC = Passivo Não Circulante.
AT = Ativo Total

Cumulativamente, cumpre observar o disposto no instrumento convocatório do pregão em epígrafe, que estabelece, em sua alínea A.2, o seguinte:
"A.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10 %, nos termos do § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021] do valor estimado para a contratação".
O dispositivo prevê critérios alternativos para a comprovação da qualificação econômico-financeira da licitante. A capacidade econômico-financeira poderá ser demonstrada pelo atendimento aos índices contábeis mínimos estabelecidos no edital. Caso a licitante não alcance um ou mais desses índices, poderá comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio da demonstração de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021. Portanto, o atendimentoaos índices ea comprovação dopatrimônio líquido nãoconstituem requisitos cumulativos, mas mecanismos alternativosde aferição dacapacidade econômico-financeiradas licitantes.

Publicado por:
Raíssa Carolina Vilela de Oliveira
Código Identificador:CB1160FD

SECRETARIA DE SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 331/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 331/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 281/2026 - EXTRATO DO CONTRATO Nº 551/2026.

Processo administrativo nº 331/2026 - Processo licitatório nº 331/2026 - modalidade pregão eletrônico nº 281/2026. **Extrato do Contrato nº 551/2026**. Partes: Município de Itatiaiuçu e Acácia Comercio de Medicamentos Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 03.945.035/0001-91. Objeto: **Compra** (art. 6º, X da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) materiais médicos descartáveis, para fornecimento parcelado**, através de adesão à ata de registro de preços nº 99/2026, do processo nº 153/2025, modalidade pregão eletrônico nº 101/2025, da Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP. Valor do contrato R$ 498,00 (quatrocentos e noventa e oito reais). Vigência: 08/09/2026 a 31/12/2026**.

Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Raíssa Carolina Vilela de Oliveira
Código Identificador:D1E0C176

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JACUÍ

CONTRATOS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

Município de Jacuí/MG torna público o Processo nº. 110/2026 Pregão Eletrônico nº. 25/2026. Tipo: **Menor preço por item** Objeto: Constitui o objeto da presente licitação o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de papelaria, visando atender às necessidades de diversos departamentos e secretarias do município. Início de recebimento das propostas **16/09/2026** às 08:30. Fim do acolhimento das propostas em **30/09/2026** às 08:30. Início da sessão de lances em **30/09/2026** às 09:00. Plataforma AMM Licita. Edital completo e demais informações: site www.jacui.mg.gov.br - telefone (35) 3593-1250.

***VINICIUS APARECIDO PEREIRA*–**
Pregoeiro.

Publicado por:
Jessica Rodrigues Cheleider
Código Identificador:17613959

CONTRATOS E LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO E REMARCAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2026

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e materiais de construção, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e setores da Prefeitura Municipal de Jacuí/MG, conforme especificações,

condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo licitatório.

O Município de Jacuí/MG, por intermédio de seu Pregoeiro, torna público que o Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2026 foi **RETIFICADO**, com ajustes no Termo de Referência e na tabela de itens, especialmente quanto às exigências de regularidade ambiental aplicáveis aos itens de madeira de origem florestal nativa.

Para os itens sujeitos a controle ambiental, deverão ser observadas as exigências da legislação vigente, inclusive quanto à apresentação de **CTF/APP, Certificado de Regularidade, DOF ou documento equivalente, quando exigíveis.**

Em razão das alterações, a sessão pública fica **REMARCADA** para o dia **29 de setembro de 2026 às 09h:00min**, mantendo-se o horário e a plataforma previstos no edital retificado.

Ficam mantidas as demais disposições do edital e seus anexos.

O edital retificado encontra-se disponível nos meios oficiais de divulgação.

Jacuí/MG, 14 de setembro de 2026.

VINÍCIUS APARECIDO PEREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:D5AC76E5

CONTRATOS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO 01 AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 09/2026

TERMO ADITIVO 01 AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 09/2026
CONCEDENTE: Município de Jacuí, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.186.056/0001-48, com sede nesta cidade, na Praça Presidente Vargas, 72, Centro, neste ato representada pela Sr.ª. Maria Conceição dos Reis Pereira, prefeita, brasileira, portadora da cédula de identidade RG MG 6.822.912, inscrita no CPF sob o nº 846.538.096-15, e pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente Rafaela Sousa Carvalhaes portadora da cédula de identidade nº MG-18.334.761, inscrição no CPF sob o nº 139.319.086-31.
CONVENENTE: Associação dos Agricultores Familiares do Bairro Pinhal, inscrito(a) no CNPJ 04.652.363/0001-62, com sede na Escola Municipal João Torres, s/n, Bairro Pinhal, Zona Rural, no município de Jacuí, Estado de Minas Gerais representado(a) **Luiz Fernando Diniz Da Costa**, brasileiro, agricultor, casado, presidente da entidade, do RG nº MG-15.844.318-SSP/MG e inscrição no CPF sob o nº 092.831.986-54, no Sítio Pinhal, s/n, Bairro Rural Pinhal, Jacuí, Minas Gerais, CEP.: 37.965-000**,** doravante denominada, **PARCEIRO COLABORADOR**.
As partes acima identificadas celebram, na data de 31/08/2026, o presente TERMO ADITIVO nº 01 ao Termo de Colaboração nº 09/2026, em conformidade com as normas legais vigentes, incluindo, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014, a Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.090/2025, a Lei Orçamentária Anual nº 2.111/2025 e, em especial, a Lei Municipal nº 2.110/2025, bem como demais legislações aplicáveis.
Por meio deste instrumento, as partes acordam em alterar a **INTRODUÇÃO E A CLÁUSULA PRIMEIRA – O OBJETIVO** do Termo de Colaboração original. Ademais, modificam os itens **ANEXO 2 – ELABORAÇÃO DO PROJETO E SEUS SUBTOPICOS 2.1, 2.3, 2.4 e 2.6** do Plano de Trabalho, os quais passarão a vigorar conforme descrito a seguir.
As cláusulas alteradas do Termo de Colaboração nº 09/2026 passam a adotar a seguinte redação:
INTRODUÇÃO
Parceria que entre si celebram o Município de Jacuí e Associação dos Agricultores Familiares do Bairro Pinhal, com a finalidade de cumprir a transferência de Emenda Popular, Emenda Parlamentar Estadual e Emenda Impositiva Individual, totalizando o valor de R$ 76.947,37 (setenta e seis mil, novecentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos), para aquisição de um distribuidor de calcário cotado em R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) e um pulverizador de R$ 17.000,00 (Dezessete mil reais), para atender as necessidades dos produtores rurais, totalizando R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), ficando ainda um saldo de R$ 7.000,00 (sete mil reais), que será utilizado para troca da estrutura do teclado do barracão da entidade, pelo qual a entidade se compromete a complementar os recursos financeiros caso os mesmos sejam insuficientes.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Parceria tem por objeto de adquirir um distribuidor de calcário e um pulverizador para as atividades agrícolas desenvolvidas pelos associados e reformar o telhado do barracão da entidade.
Os itens alterados do Plano de Trabalho aqui aditivados, passam a vigorar da seguinte maneira:
ANEXO 2 – ELABORAÇÃO DO PROJETO
2.1 Título do Projeto
Compra do Distribuidor de Calcário
Aquisição do pulverizador
Reforma do teclado do barracão

2.3 Objeto do Projeto
O repasse dos recursos financeiros tem por finalidade a aquisição de um distribuidor de calcário cotado em R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) e um pulverizador de R$ 17.000,00 (Dezessete mil reais), para atender as necessidades dos produtores rurais, totalizando R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), ficando ainda um saldo de R$ 7.000,00 (sete mil reais), que será utilizado para troca da estrutura do teclado do barracão da entidade, pelo qual a entidade se compromete a complementar os recursos financeiros caso os mesmos sejam insuficientes, totalizando valor de R$ 76.947,37 (setenta e seis mil, novecentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos).
2.4 Metodologia:
A execução do projeto será realizada de forma planejada e organizada, observando os princípios da legalidade, transparência, eficiência e economicidade, visando garantir a correta aplicação dos recursos financeiros e o alcance dos objetivos propostos.
Inicialmente, será realizado o levantamento das necessidades prioritárias da entidade, seguido da elaboração de cronograma para aquisição dos bens e execução das melhorias previstas. Após essa etapa, serão efetuadas pesquisas de preços e orçamentos, com a finalidade de selecionar as propostas mais vantajosas e compatíveis com os valores de mercado.
A aquisição do Distribuidor de Calcário e um pulverizador, observando critérios de qualidade, durabilidade e capacidade operacional do equipamento, a fim de atender adequadamente às demandas agrícolas da entidade e dos produtores beneficiados.
E a reforma do telhado do barracão, contemplando reparos e adequações que proporcionem maior segurança, funcionalidade e melhores condições para o desenvolvimento das atividades administrativas e comunitárias.
Durante todas as etapas do projeto, será realizado acompanhamento e controle da execução das ações, bem como a organização da documentação comprobatória das despesas realizadas, garantindo a transparência na aplicação dos recursos e a correta prestação de contas.

2.6 Justificativa da Proposição
A presente proposição justifica-se pela necessidade de fortalecimento das ações desenvolvidas pela Associação no próximo ano, visando ampliar o atendimento à comunidade, promover melhores condições de trabalho aos produtores rurais e incentivar atividades esportivas e sociais voltadas aos associados e à população em geral.
A aquisição do Distribuidor de Calcário e Pulverizador, representa um importante investimento para o desenvolvimento das atividades agrícolas, proporcionando maior eficiência, agilidade e apoio aos produtores rurais da comunidade, contribuindo diretamente para o fortalecimento da agricultura local e para a melhoria das condições de produção.

Da mesma forma, a reforma do teclado do barracão da Associação mostra-se necessária para garantir um espaço mais adequado, seguro e funcional para a realização de reuniões, eventos, atendimentos e demais atividades comunitárias promovidas pela entidade. A reforma da plantadeira agrícola também se faz indispensável, considerando a importância do equipamento para auxiliar os associados nas atividades do campo, assegurando melhores condições de uso e maior durabilidade.

As demais cláusulas do instrumento original permanecem inalteradas e são aqui expressamente reiteradas.
E, por estarem assim, justas e acordadas, firmam este termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Jacuí – MG, 31 de agosto de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita

RAFAELA SOUSA CARVALHAES
CPF.: 139.319.086-31
Secretária de Agricultura e Meio Ambiente

Nome:
LUIZ FERNANDO DINIZ DA COSTA
CPF.: 092.831.986-54
Associação dos Agricultores Familiares do Bairro Pinhal

Testemunhas:

_____
CPF:

_____
CPF:

Publicado por:
Jessica Rodrigues Cheleider
Código Identificador:CB8EF61A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 149/2021 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 254/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2021

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação de vigência contratual por mais 12 (doze) meses nos termos previstos do art. 57 da Lei 8.666/93 e reajuste contratual, tendo como objeto do contrato a "Contratação de seguro veicular para os carros pertencentes a frota da Prefeitura Municipal, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo, furto, colisão, incêndio, danos morais/estéticos, danos causados pela natureza e assistência 24 horas".

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG
CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 61.198.164/0001-60
VALOR TOTAL DO ADITIVO: O valor total do aditivo é de R$ 1.137,00 (um mil, cento e trinta e sete reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato nº 149/2021, com vencimento para 09 de setembro de 2026, passando a vigorar até 08 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 08 de setembro de 2026.

HÉLDER DE CARVALHO REIS
Secretário Municipal de Administração, Governo e Controle Interno

Publicado por:
Maria Cecilia Alves Pereira
Código Identificador:2D220409

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO DE FOMENTO Nº 264/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 150/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 030/2026

OBJETO: "O presente instrumento tem por objeto a execução do repasse de recurso para a Associação do Congado dos Devotos de Nossa Senhora do Rosário de Japaraíba/MG, para realização da 59° Festa de Nossa Senhora do Rosário que é um bem imaterial registrado pelo conselho de patrimônio cultural de Japaraíba."

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DO CONGADO DOS DEVOTOS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE JAPARAÍBA/MG

VALOR TOTAL: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado.

Japaraíba, 14 de setembro de 2026

ROBERTA APARECIDA LOPES RABELO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Amanda Caroline Soares
Código Identificador:D8480C3A

LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 257/2026 DISPENSA Nº 047/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 154/2026

OBJETO: Formalização de Contrato de Programa junto ao Consórcio Interfederativo Minas Gerais – CIMINAS, decorrente do Contratação de serviços de engenharia para execução de Estudos e Licenciamento Ambiental completos conforme a legislação vigente, para fins de desassoreamento da Lagoa de Capoeirão ou "Lagoa do Balsamo", localizada na Comunidades São Domingos dos Borges e bairro de Capoeirão, Município de Japaraíba/MG, por intermédio do Consórcio Interfederativo Minas Gerais – CIMINAS.
CONTRATANTE: Prefeitura de Japaraíba.
CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS
CNPJ: 19.493.732/0001-99
DO VALOR: R$ 131.040,00 (cento e trinta e um mil e quarenta reais).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei 14.133/21.

Japaraíba/MG, 09 de setembro de 2026.

JOELMA DE FÁTIMA FERNANDES RODRIGUES
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:BFD8FBA1

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº249/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 133/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2026

OBJETO: Contratação de empresas especializadas para decoração, elaboração de projeto de corpo de bombeiros, serviços de recreação, fornecimento de refeições e aquisição de gêneros alimentícios para

realização da festa PAC – Prefeitura Amiga da Criança 2026 na cidade de Japaraíba/MG, a ser realizada no dia 12 de outubro, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba – MG.
CONTRATADA: COMERCIAL EMILIO LTDA
CNPJ: 05.856.833/0001-72
VALOR DO CONTRATO: R$ 8.868,99 (Oito mil, oitocentos e sessenta e oito reais e noventa e nove reais).
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será até dia 03 de fevereiro de 2027, contados da data de assinatura.

ONDE SE LÊ: PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2026

LEIA-SE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº055/2026

Japaraíba, 14 de setembro de 2026.

NIVALDO RODRIGUES MODESTO
Assessor de Gabinete

Publicado por:
Amanda Caroline Soares
Código Identificador:D8FC6D65

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
CONTRATO Nº250/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 133/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2026

OBJETO: Contratação de empresas especializadas para decoração, elaboração de projeto de corpo de bombeiros, serviços de recreação, fornecimento de refeições e aquisição de gêneros alimentícios para realização da festa PAC – Prefeitura Amiga da Criança 2026 na cidade de Japaraíba/MG, a ser realizada no dia 12 de outubro, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba – MG.
CONTRATADA: 67.566.157 ROSANE CAMILA LOPES
CNPJ: 67.566.157/0001-50
VALOR DO CONTRATO: R$ 16.650,00 (Dezesseis mil, seiscentos e cinquenta reais).
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será até dia 03 de fevereiro de 2027, contados da data de assinatura.

ONDE SE LÊ: PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2026

LEIA-SE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº055/2026

Japaraíba, 14 de setembro de 2026.

NIVALDO RODRIGUES MODESTO
Assessor de Gabinete

Publicado por:
Amanda Caroline Soares
Código Identificador:3C77504F

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
CONTRATO Nº251/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 133/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2026

OBJETO: Contratação de empresas especializadas para decoração, elaboração de projeto de corpo de bombeiros, serviços de recreação, fornecimento de refeições e aquisição de gêneros alimentícios para realização da festa PAC – Prefeitura Amiga da Criança 2026 na cidade de Japaraíba/MG, a ser realizada no dia 12 de outubro, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba – MG.
CONTRATADA: LAGOA TENDAS LTDA
CNPJ: 14.479.241/0001-70
VALOR DO CONTRATO: R$ 10.080,00 (Dez mil e oitenta reais).
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será até dia 03 de fevereiro de 2027, contados da data de assinatura.

ONDE SE LÊ: PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2026

LEIA-SE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº055/2026

Japaraíba, 14 de setembro de 2026.

NIVALDO RODRIGUES MODESTO
Assessor de Gabinete

Publicado por:
Amanda Caroline Soares
Código Identificador:A85FE020

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
CONTRATO Nº252/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N° 133/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2026

OBJETO: Contratação de empresas especializadas para decoração, elaboração de projeto de corpo de bombeiros, serviços de recreação, fornecimento de refeições e aquisição de gêneros alimentícios para realização da festa PAC – Prefeitura Amiga da Criança 2026 na cidade de Japaraíba/MG, a ser realizada no dia 12 de outubro, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Japaraíba – MG.
CONTRATADA: KADU SERVIÇOS E EVENTOS LTDA
CNPJ: 64.682.188/0001-88
VALOR DO CONTRATO: R$12.560,00 (Doze mil, quinhentos e sessenta reais).
PRAZO DE VALIDADE: O prazo de vigência será até dia 03 de fevereiro de 2027, contados da data de assinatura.

ONDE SE LÊ: PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2026

LEIA-SE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº055/2026

Japaraíba, 14 de setembro de 2026.

NIVALDO RODRIGUES MODESTO
Assessor de Gabinete

Publicado por:
Amanda Caroline Soares
Código Identificador:26A15795

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2026 INEXIGIBILIDADE Nº027/2026 CREDENCIAMENTO Nº007/2026

O Prefeito Municipal de Japaraíba – MG, no uso de suas atribuições legais, Adjudica e Homologa a licitação referente ao Credenciamento nº 007/2026, que tem como objeto "Credenciamento, sem caráter de exclusividade, pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de assistência fisioterapêutica em ambiente domiciliar (home care), de forma contínua e complementar, para atender às demandas dos pacientes regulados pela Secretaria Municipal de Saúde de Japaraiba/MG", onde foi credenciada a empresa **VIANA & ASSOCIADOS FISIOTERAPIA LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 29.968.794/0001-63**, no valor total de **R$360.600,00 (Trezentos e sessenta mil, e seiscentos reais),** sendo este valor dividido entre todas as empresas credenciadas, **HOMOLOGO** o referido processo licitatório, no inciso 4º do art. 27 da Lei nº 13.019/2014.

Japaraíba, 08 de setembro de 2026.

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Caroline Soares
Código Identificador:4EA850B7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
ATO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO o Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 11/2026, fundamentado na Lei Federal 13.019/2014 e no Decreto Municipal regulamentar nº 112/2018 e na Resolução do CMAS n° 94 de 20 de maio de 2026, para formalização do Acordo de Cooperação N°04/2026 entre o Município de João Monlevade e a Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade - APVA, CNPJ: 46.315.259/0001-22, cujo objeto é: "Realização do XVII Encontro e Exposição de Carros Antigos, previstos para o dia 20 de setembro de 2026, na Praça da Paz, Bairro Vila Tanque, João Monlevade/MG, mediante cooperação institucional, logística e operacional entre o Município de João Monlevade e a Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade/MG - APVA, para viabilização da estrutura e das condições necessárias à realização do evento, sem transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil", conforme detalhado no Plano de Trabalho.
Vigência: 30(trinta) dias, contados da publicação do Acordo de Cooperação no Diário Oficial do Município.

João Monlevade, 14 de setembro de 2026

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:5C3F8789

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 041/2026 - PROCESSO Nº 193/2026.

O Município de João Monlevade torna público, realização de licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico Nº. 041/2026 - Processo Nº 193/2026**. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Monlevade. **Data de abertura: 04/11/2026 às 08:30h**. Edital e anexos disponíveis através dos links: https://pmjm.mg.gov.br/filter/11902; https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/113265; Mais informações: (31) 3859-2509 / 3859-2510.

João Monlevade, 14 de agosto de 2026.

RICARDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:8C788602

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
DECRETO Nº 184/2026 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 1.677, DE 24 DE ABRIL DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ESTÁGIO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE,** no desempenho de suas atribuições legais conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de 29 de abril de 1990;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta o estágio de estudantes;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos administrativos relativos à celebração de convênios e à concessão de estágio no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e segurança jurídica que regem a Administração Pública;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 1.677, de 24 de abril de 2006, estabelecendo normas para a celebração de convênios com instituições de ensino e para a concessão de estágio no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de João Monlevade, observadas as disposições da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.
Art. 2º O estágio constitui ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, destinado à preparação para o trabalho produtivo de estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em instituições de ensino públicas ou privadas.
§ 1º O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme definido no projeto pedagógico do respectivo curso.
§ 2º O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, desde que observados os requisitos previstos na legislação vigente.
§ 3º As atividades desenvolvidas deverão guardar compatibilidade com a formação acadêmica, técnica ou profissional do estudante.
Art. 3º São objetivos do estágio:
I – proporcionar complementação do ensino e da aprendizagem;
II – promover a integração entre teoria e prática;
III – contribuir para a formação profissional do estudante;
IV – possibilitar o desenvolvimento de competências técnicas, científicas e comportamentais;
V – fortalecer a cooperação entre o Município e as instituições de ensino.
CAPÍTULO II
DOS CONVÊNIOS COM AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
Art. 4º A realização de estágio dependerá da celebração de Convênio de Cooperação entre o Município e a instituição de ensino, observado o disposto na Lei Federal nº 11.788/2008.
§ 1º O convênio possui natureza cooperativa e não implica transferência de recursos financeiros entre as partes, salvo disposição legal específica.
§ 2º A celebração do convênio não gera obrigação de oferta de vagas pelo Município.
§ 3º A existência do convênio constitui requisito para formalização dos respectivos Termos de Compromisso de Estágio.
Art. 5º Poderão celebrar convênio com o Município:
I – universidades públicas e privadas;
II – centros universitários;
III – faculdades;
IV – institutos federais;
V – escolas técnicas;
VI – instituições de educação profissional;
VII – outras instituições de ensino públicas ou privadas, regularmente autorizadas pelos órgãos competentes.
Art. 6º Um único convênio poderá abranger:
I – mais de uma unidade escolar da mesma instituição;
II – diversos cursos;
III – diferentes Secretarias Municipais;
IV – estágios obrigatórios e não obrigatórios, quando compatíveis.
Art. 7º O prazo de vigência do convênio será de no mínimo 01 (um) ano e no máximo de 05 (cinco) anos, observado o interesse público e a legislação vigente, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.
Art. 8º A celebração, alteração, renovação e rescisão dos convênios dependerão de instrução processual própria e manifestação jurídica, quando exigida.
CAPÍTULO III
DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA
Art. 9º A instituição de ensino interessada deverá apresentar requerimento formal manifestando interesse na celebração do convênio, acompanhado da documentação prevista neste Decreto.
Art. 10. Constituem documentos obrigatórios da instituição de ensino:

I – ofício de manifestação de interesse;
II – ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado, quando aplicável;
III – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
IV – comprovante de credenciamento ou autorização de funcionamento expedido pelo órgão competente;
V – comprovante de endereço atualizado;
VI – documento oficial de identificação e CPF do representante legal;
VII – comprovante de residência do representante legal;
VIII– Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
IX – Certidão Negativa de Débitos Tributários Estaduais;
X– Certidão Negativa de Débitos Municipais;
XI – Certificado de Regularidade do FGTS;
XII – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
XIII – demais documentos que se mostrarem necessários para a instrução do processo administrativo, mediante justificativa da unidade responsável.
Parágrafo único: A documentação deverá permanecer válida durante toda a vigência do convênio, podendo o Município solicitar sua atualização sempre que necessário.

CAPÍTULO IV
DA TRAMITAÇÃO ADMINISTRATIVA E FORMALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

Art. 11. O processo administrativo destinado à celebração de convênio de estágio deverá ser instruído, no mínimo, com:
I – requerimento da instituição de ensino;
II – documentação prevista no art. 10 deste Decreto;
III – manifestação da unidade administrativa responsável pela gestão dos estágios;
IV – minuta do instrumento de convênio;
V – plano de trabalho, quando aplicável;
VI – parecer jurídico, quando exigido pela legislação;
VII – autorização da autoridade competente.
Art. 12. Compete à Secretaria Municipal de Planejamento e Secretária Municipal de Administração responsáveis pela gestão de pessoal ou unidade administrativa designada pelo Poder Executivo:
I – receber e analisar os pedidos de celebração de convênio;
II – verificar a regularidade da documentação apresentada;
III – manter cadastro atualizado das instituições conveniadas;
IV – orientar as unidades administrativas quanto aos procedimentos relativos aos estágios;
V – acompanhar a vigência dos convênios firmados.
Art. 13. O convênio deverá conter, obrigatoriamente:
I – identificação das partes convenentes;
II – finalidade e objetivos do acordo;
III – responsabilidades do Município e da instituição de ensino;
IV – condições para concessão dos estágios;
V – previsão de acompanhamento e avaliação dos estudantes;
VI – prazo de vigência;
VII – hipóteses de alteração e rescisão;
VIII – indicação do foro competente, quando aplicável.
Art. 14. A assinatura do convênio não gera direito subjetivo à concessão de estágio, ficando a Administração Municipal condicionada à existência de disponibilidade de vagas, interesse público e compatibilidade das atividades.

CAPÍTULO V
DA CONCESSÃO DO ESTÁGIO

Art. 15. A concessão de estágio no âmbito do Município dependerá da existência de:
I – convênio vigente com a instituição de ensino;
II – estudante regularmente matriculado e com frequência efetiva;
III – Termo de Compromisso de Estágio devidamente firmado;
IV – plano de atividades compatível com o curso frequentado pelo estudante;
V – indicação de servidor responsável pela supervisão do estágio;
Art. 16.O estágio destinado a estudantes de cursos de graduação somente poderá ser concedido a aluno que esteja regularmente matriculado, observados os requisitos acadêmicos e legais estabelecidos pela instituição de ensino e pela legislação vigente.
Parágrafo Único: Com exceção do curso de tecnólogo.
Art. 17. O estágio será formalizado mediante Termo de Compromisso de Estágio celebrado entre:
I – o Município de João Monlevade;
II – o estudante ou seu representante legal, quando necessário;
III – a instituição de ensino.
Parágrafo único: O Termo de Compromisso de Estágio deverá observar as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008 e conter as condições específicas para realização do estágio.
Art. 18. O Termo de Compromisso deverá conter, no mínimo:
I – identificação das partes envolvidas;
II – descrição das atividades a serem desenvolvidas;
III – indicação do local de realização do estágio;
IV – jornada de atividades;
V – período de duração;
VI – valor da bolsa-estágio e demais benefícios, quando aplicáveis;
VII – indicação do supervisor do Município;
VIII – indicação do professor orientador da instituição de ensino;
IX – condições de desligamento do estudante.
X - O estagiário deverá apresentar relatório de atividades de estágio a cada 06 (seis) meses, para fins de acompanhamento e comprovação da regularidade do estágio, contendo as atividades desenvolvidas pelo(a) estagiário(a), o período de realização, a carga horária cumprida e a identificação do supervisor e orientador.
Art. 19. A Administração Municipal poderá conceder estágio obrigatório ou não obrigatório, conforme as necessidades dos órgãos municipais e a disponibilidade administrativa.
§ 1º O estágio obrigatório será aquele definido como requisito para conclusão do curso.
§ 2º O estágio não obrigatório dependerá de concessão de bolsa-estágio e auxílio-transporte, conforme previsto na Lei Federal nº 11.788/2008 e na legislação municipal aplicável.

CAPÍTULO VI
DAS VAGAS, SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE ADMISSÃO

Art. 20. A abertura de vagas de estágio ficará condicionada:
I – à necessidade dos órgãos municipais;
II – à disponibilidade orçamentária e financeira;
III – à existência de estrutura adequada para acompanhamento do estudante;
IV – à compatibilidade entre as atividades a serem desenvolvidas e o curso frequentado.
Art. 21. A seleção dos estudantes para preenchimento das vagas de estágio deverá observar critérios objetivos, garantindo:
I – igualdade de oportunidades;
II – transparência;
III – impessoalidade;
IV – compatibilidade entre o perfil do estudante e as atividades previstas.
§ 1º O Município poderá realizar processo seletivo próprio para contração dos estagiários.
§ 2º A seleção não gera direito adquirido à contratação do estágio, ficando condicionada à necessidade e a formalização dos atos administrativos necessários.
§ 3º O estágio destinado aos estudantes de cursos de graduação somente poderá ser iniciado a partir do 5º (quinto) período do respectivo curso, desde que o estudante esteja regularmente matriculado e frequente, atendidos os demais requisitos previstos nesta Lei, na legislação federal aplicável e no projeto pedagógico do curso.
Art. 22. É vedada a concessão de estágio:
I – a estudante que não esteja regularmente matriculado e frequentando instituição de ensino;
II – quando as atividades não tiverem relação com a formação acadêmica do estudante;
III – quando houver incompatibilidade de horários com as atividades escolares;
IV – quando caracterizada substituição de servidor público ou empregado público.
§ 1º O número máximo de estagiários deve ser proporcional ao quadro de pessoal do poder concedente, observando-se a seguinte proporção:
I - De 01 (um) a 05 (cinco) servidores: pelo menos 1 (um) estagiário;
II - De 06 (seis) a 10 (dez) servidores: até 2 (dois) estagiários;
III - De 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) servidores: até 5 (cinco) estagiários;
IV - Acima de 25 (vinte e cinco) servidores: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 2º - Considera-se quadro de pessoal o conjunto de servidores públicos ocupantes de cargos públicos de provimento efetivo ou em comissão no Poder concedente.

CAPÍTULO VII

DA JORNADA, SEGURO, BOLSA-AUXÍLIO, BENEFÍCIOS E RECESSO

Art. 23. Os estagiários admitidos no âmbito da Administração Pública Municipal deverão estar obrigatoriamente cobertos por seguro contra acidentes pessoais, contratado em favor do estudante durante todo o período de vigência do estágio, na forma do art. 9º, inciso IV, da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§ 1º Nos estágios não obrigatórios, será assegurada ao estagiário a concessão de auxílio-transporte e seguro, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 11.788/2008, observado o disposto no Termo de Compromisso de Estágio.

§ 2º Os benefícios previstos neste artigo não caracterizam vínculo empregatício e serão concedidos exclusivamente durante a vigência do estágio.

Art. 24. A jornada de atividades do estagiário deverá ser compatível com as atividades acadêmicas e observar os limites estabelecidos na Lei Federal nº 11.788/2008, sendo:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II - 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, pós-graduação e graduação;

III – A bolsa-auxílio correspondente ao estágio de pós-graduação será fixada no valor equivalente a 120% (cento e vinte por cento) da menor remuneração vigente do quadro de pessoal do Município, observada a jornada de estágio estabelecida no respectivo Termo de Compromisso de Estágio;

IV - A bolsa-auxílio correspondente ao estágio de graduação será fixada no valor equivalente a 03 (três) unidades fiscais do Município;

V - A bolsa de estágio destinada aos estudantes matriculados em cursos técnicos profissionalizantes será fixada em 1,5 (uma vírgula cinco) Unidades Fiscais do Município – UFM por mês, considerando-se o valor da UFM vigente no período de concessão da bolsa e observada a jornada de estágio estabelecida nesta Lei.

§ 1º A jornada de estágio será definida no Termo de Compromisso de Estágio, mediante compatibilidade com o horário escolar do estudante e as necessidades da Administração Pública Municipal.

§ 2º Nos períodos de avaliação escolar ou acadêmica, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, mediante solicitação do estagiário e apresentação de documento emitido pela instituição de ensino, nos termos do art. 10, § 2º, da Lei Federal nº 11.788/2008, sem redução proporcional da bolsa de estágio em razão dessa redução temporária da jornada.

§ 3º A alteração da jornada deverá ser formalizada mediante termo aditivo ao Termo de Compromisso de Estágio.

Art. 25. A duração do estágio observará o disposto na Lei Federal nº 11.788/2008, não podendo ultrapassar o período máximo de 02 (dois) anos na mesma parte concedente. O estágio será inicialmente celebrado pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, por períodos sucessivos, até o limite máximo de 02 (dois) anos, desde que mantidas as condições legais e acadêmicas.

Parágrafo único. O limite de 02 (dois) anos não se aplica ao estagiário com deficiência, conforme previsto no art. 11 da Lei Federal nº 11.788/2008. Para fins deste artigo, considera-se pessoa com deficiência aquela definida no art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, abrangendo impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, observada a legislação aplicável. A pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA também será considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, nos termos da Lei Federal nº 12.764/2012.

Art. 26. O estágio não obrigatório somente será concedido mediante o pagamento de bolsa-estágio, seguro e auxílio-transporte, conforme valores e condições definidos em legislação municipal.

§ 1º A bolsa-estágio possui natureza exclusivamente educacional, não caracterizando remuneração ou vínculo funcional.

§ 2º O pagamento da bolsa-estágio ficará condicionado à frequência regular e relatório de estágio ao cumprimento das atividades previstas no Termo de Compromisso.

Art. 27. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tiver duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares, nos termos do art. 13 da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§ 1º O recesso será remunerado quando o estagiário perceber bolsa ou outra forma de contraprestação, sendo concedido de maneira proporcional nos casos em que o estágio tiver duração inferior a 1 (um) ano.

§ 2º Nos casos em que a duração do estágio for inferior a 01 (um) ano, o período de recesso será concedido de forma proporcional ao tempo efetivamente cumprido, na razão de 15 (quinze) dias para cada 06 (seis) meses de estágio, observado o disposto na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§ 3º O período de recesso do estagiário deverá ser previamente acordado entre a Administração Pública Municipal, a instituição de ensino e o estagiário, observada a conveniência e a continuidade das atividades administrativas, bem como, sempre que possível, a compatibilidade com o calendário acadêmico da instituição de ensino, nos termos da legislação.

§ 4º O recesso não poderá ser convertido, por opção do estagiário, em dias de efetivo exercício para fins de recebimento de remuneração correspondente ao período, devendo ser observadas, em qualquer hipótese de encerramento do estágio, as disposições legais relativas ao recesso proporcional eventualmente adquirido.

§ 5º Compete à Administração Pública Municipal, por meio da unidade responsável pela gestão e acompanhamento dos estágios, programar e assegurar a fruição do período de recesso a que fizer jus o estagiário durante a vigência do Termo de Compromisso de Estágio, preferencialmente antes do seu encerramento, observada a conveniência administrativa e a compatibilidade com o calendário acadêmico.

§ 6º O recesso previsto neste artigo não gera direito ao pagamento de adicional de férias previsto na legislação trabalhista, nem caracteriza vínculo empregatício, aplicando-se exclusivamente as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008.

CAPÍTULO VIII

DA SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO

Art. 28. Cada estudante em estágio deverá possuir acompanhamento efetivo por servidor do Município com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida pelo estagiário.

Art. 29. Cada supervisor de estágio poderá acompanhar, simultaneamente, até o limite máximo de 10 (dez) estagiários, desde que possua condições técnicas e administrativas para garantir o acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas.

§ 1º O limite previsto no *caput* deste artigo poderá ser reduzido pela Administração Municipal quando a complexidade das atividades, a área de atuação ou as condições do setor demonstrarem necessidade de acompanhamento mais individualizado.

§ 2º O supervisor deverá possuir formação ou experiência profissional na área de conhecimento relacionada às atividades desenvolvidas pelos estagiários sob sua responsabilidade, nos termos da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 30. Compete ao supervisor de estágio:

I – acompanhar as atividades desenvolvidas pelo estudante;

II – orientar quanto às normas e procedimentos do órgão municipal;

III – verificar a compatibilidade das atividades com o plano de estágio;

IV – controlar a frequência do estagiário;

V – validar os relatórios periódicos de acompanhamento e avaliação, elaborados pelo estagiário;

VI – comunicar à unidade responsável qualquer irregularidade identificada.

Art. 31. O servidor público designado como supervisor de estágio deverá exercer suas atribuições de acompanhamento no mesmo órgão, setor ou unidade administrativa em que os estagiários estiverem desenvolvendo suas atividades, garantindo a supervisão direta e efetiva.

Parágrafo único: É vedada a designação de servidor para supervisão de estagiários que estejam lotados em unidade administrativa diversa daquela em que o supervisor exerce suas atividades, salvo mediante

justificativa administrativa devidamente fundamentada e autorização da unidade responsável pela gestão dos estágios.
Art. 32. Compete à instituição de ensino:
I – indicar professor orientador responsável pelo acompanhamento acadêmico do estágio;
II – avaliar as instalações do Município e sua adequação à formação profissional do estudante;
III – exigir do estudante a apresentação periódica de relatório de atividades, com validação do supervisor;
IV – comunicar ao Município qualquer alteração na situação acadêmica do estudante que possa interferir na realização do estágio.
Art. 33. O estudante deverá:
I – cumprir as atividades estabelecidas no Termo de Compromisso;
II – manter frequência regular no estágio e na instituição de ensino;
III – observar as normas internas do Município;
IV – zelar pelo patrimônio público;
V – manter sigilo sobre informações obtidas em razão das atividades desenvolvidas;
VI – apresentar relatórios a cada 06 (seis) meses para o municipio, e documentos solicitados pelo supervisor ou pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IX
DO DESLIGAMENTO DO ESTAGIÁRIO

Art. 34. O desligamento do estudante ocorrerá:
I – automaticamente, ao término do prazo estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio;
II – pela conclusão, abandono ou interrupção do curso;
III – por solicitação do estudante;
IV – por interesse da Administração Municipal, mediante justificativa;
V – por descumprimento das obrigações previstas no Termo de Compromisso de Estágio;
VI – por reprovação ou perda da condição de matrícula regular;
VII – por comportamento incompatível com as normas administrativas.

Art. 35. O desligamento deverá ser formalizado mediante termo próprio, com comunicação à instituição de ensino e registro nos assentamentos administrativos do estágio.

CAPÍTULO X
DO AGENTE DE INTEGRAÇÃO

Art. 36. O Município poderá contratar agentes de integração públicos ou privados para auxiliar no processo de estágio, observada a legislação aplicável às contratações públicas.

Art. 37. Compete ao agente de integração, quando contratado:
I – identificar oportunidades de estágio;
II – promover a aproximação entre estudantes, instituições de ensino e Município;
III – auxiliar nos procedimentos administrativos relacionados aos estágios;
IV – acompanhar a documentação necessária;
V – prestar apoio no acompanhamento e avaliação dos estudantes.

Parágrafo único: A atuação do agente de integração não substitui as responsabilidades do Município e da instituição de ensino previstas na Lei Federal nº 11.788/2008.

CAPÍTULO XI
DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Art. 38. A unidade responsável pela administração dos estágios deverá manter controle atualizado dos estudantes em atividade no Município, contendo:
I – identificação do estudante;
II – instituição de ensino;
III – curso;
IV – órgão de lotação;
V – período de estágio
VI – supervisor responsável (município);
VII – situação do Termo de Compromisso de Estágio;
VIII - orientador responsável pela Instituição de Ensino.

Art. 39. Os órgãos e entidades municipais deverão comunicar imediatamente à Administração responsável qualquer alteração referente ao estágio, especialmente:
I – afastamentos;
II – irregularidades;
III – alterações de atividades;
IV – encerramento antecipado;
V – mudança de supervisão;
VI - mudança de orientador.

Art. 40. A Administração Municipal poderá realizar auditorias e avaliações periódicas dos programas de estágio, visando assegurar o cumprimento da legislação e a qualidade da formação oferecida.

CAPÍTULO XII
DAS RESTRIÇÕES À REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO POR SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 41. O estágio previsto neste Decreto destina-se exclusivamente à complementação da formação educacional de estudantes, não podendo ser utilizado como mecanismo de alteração de jornada, afastamento irregular ou substituição das atividades próprias do cargo ou função pública exercida pelo estudante.

Art. 42. O servidor público municipal ocupante de cargo efetivo somente poderá realizar estágio quando houver compatibilidade com sua situação funcional, observadas as seguintes hipóteses:
I – durante período de férias regulamentares;
II – durante licenças ou licenças sem remuneração legalmente concedidas que permitam a realização de atividades acadêmicas;
III – em outras situações expressamente autorizadas pela legislação municipal e pela Administração, desde que não haja prejuízo ao exercício das atribuições do cargo.

§ 1º A realização de estágio por servidor público efetivo não poderá ocorrer durante o horário de expediente ou em prejuízo da jornada de trabalho estabelecida para o cargo ocupado.

§ 2º O servidor deverá apresentar autorização formal do órgão de lotação e comprovar a compatibilidade da realização do estágio com sua situação funcional.

Art. 43. Os servidores públicos ocupantes de cargo de professor ou integrantes do quadro do magistério somente poderão realizar estágio fora do horário correspondente à sua jornada regular de trabalho, observada a compatibilidade com suas atividades funcionais.

Parágrafo único: É vedada a realização de estágio durante o horário destinado às atividades docentes, reuniões pedagógicas, planejamento ou demais atribuições previstas na carga horária do servidor.

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44. Os convênios e Termos de Compromisso de Estágio firmados anteriormente à publicação deste Decreto permanecerão vigentes até o seu término, devendo adequarem às disposições deste Decreto quando de sua renovação ou alteração.

Art. 45. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Administração, responsável pela gestão dos estágios, observadas as disposições da Lei Federal nº 11.788/2008 e demais normas aplicáveis.

Art. 46. A Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Administração poderão editar normas complementares necessárias à execução deste Decreto.

Art. 47. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 48. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 172 de 01 de setembro de 2026.

João Monlevade, 02 de setembro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Assessoria de Governo, no segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:D6E3BC24

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 04/2026

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Fundação Casa de Cultura, Assessoria de Comunicação e Relações Públicas, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e SETRAN.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade – APVA

CNPJ: 46.315.259/0001-22
OBJETO: Realização do XVII Encontro e Exposição de Carros Antigos, previsto para o dia 20 de setembro de 2026, na Praça da Paz, Bairro Vila Tanque, João Monlevade/MG, mediante cooperação institucional, logística e operacional entre o Município de João Monlevade e a Associação dos Proprietários de Veículos Antigos de João Monlevade – APVA, para viabilização da estrutura e das condições necessárias à realização do evento, **sem transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil.**
VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias, contados da publicação do Acordo de Cooperação no Diário Oficial do Município.

João Monlevade, 14 de setembro de 2026

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:3EE2B621

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 95/2025 – ORGANIZAÇÃO COMERCIAL NACIONAL LTDA

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM/DIÁRIAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JOÃO MONLEVADE", decorrente do Pregão Eletrônico n° 41/2025, Processo n° 162/2025, com fundamento na Lei 14.133/2021 **- Valor:** R$6.460,00 **– Vigência:** 12/09/2026 a 11/09/2027 - **Dotação Orçamentária:** 1212212012.044 / 33903900000, Ficha 187, Fonte de Recurso 15500000000 - **Data**: 10/09/2026

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:820BEE5E

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 129/2023 – BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A

Objeto: "*PAGAMENTOS, ARRECADAÇÃO E O RECEBIMENTO DE TODOS OS IMPOSTOS, TAXAS, MULTAS, CONTRIBUIÇÕES E QUAISQUER OUTRAS RECEITAS QUE FOREM DEVIDAS AO MUNICÍPIO, POR QUAISQUER CONTRIBUINTES, obrigatoriamente em padrão FEBRABAN por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados (via VAN ou transmissão direta)"*, decorrente da Inexigibilidade nº 21/2023, Processo nº 361/2023, com fundamento no Artigo 57 e 65 da Lei 8.666/93 **- Vigência:** 19/09/2026 a 18/09/2027 **– Dotação orçamentária:** 0412304032.028 / 3390390000 Ficha: 157, Fonte de Recurso: 15000000000. - **Data**: 10/09/2026

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:61D74063

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 134/2023 – GERALDO JORGE VASCONCELOS

Objeto: "Locação de imóvel localizado na Rua Raposos, nº 317, bairro Lourdes, João Monlevade-MG, para funcionamento da Residência Inclusiva, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social, decorrente do Processo Administrativo nº 407/2023, Dispensa de Licitação nº 163/2023, com fundamento no artigo 57 e 65 da Lei 8.666/93 **- Valor:** R$44.735,04 – **Dotação:** 0824508032.082, 33903600000, Ficha 309, Fonte de Recurso 15000000000 **- Data**: 10/09/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:2774486D

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 70/2022 – HOSPEDAGEM MARIA BUNITA CONVIVÊNCIA LTDA

Objeto: *Contratação de empresa para prestação dos serviços de hospedagem especializada, em CASA DE APOIO, localizada na região da área hospitalar da cidade de Belo Horizonte, para pacientes usuários do SUS e acompanhantes, com indicação médica de tratamento fora de domicílio – TFD, atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de João Monlevade, conforme especificações constantes no Termo de Referência*, decorrente do Processo Licitatório nº 345/2022, Pregão nº 040/2022, com fundamento no Artigo 57 e 65 da Lei 8666/93 **- Valor:** R$ 1.046.080,00 - **Vigência:** 16/09/2026 à 15/09/2027 - **Dotação:** 1030210032.060, 33903900000, Ficha 465, Fonte de Recurso 15000001002- **Data:** 10/09/2026

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:4B1085A3

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2024 – HFC PONTES CONSTRUTORA MINAS BRASIL TERRAPLENAGEM LTDA

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICAS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE DE ACORDO COM DEMANDAS QUE SE APRESENTAREM, com fornecimento de equipamentos, mão-de-obra, materiais e serviços técnicos necessários à execução do objeto, em conformidade com planilha de custos, cronograma, memorial descritivo e projetos anexos do edital", decorrente da Concorrência nº 21/2023, Processo nº 353/2023 com fundamento na Lei 8.666/93 – **Vigência:** 01/10/2026 a 30/11/2026 – **Dotação orçamentária:** 1545115012.085 / 33903900000, Ficha 341, Fonte de Recurso 150000000 -**Data:** 10/09/2026

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:13ED8FC8

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO TERMO DE CONTRATO Nº. 98/2026 – TRANSPRATA LTDA

Objeto: "AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTES INTERMUNICIPAIS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS PARA LINHA SÃO DOMINGOS DO PRATA/MG-JOÃO MONLEVADE/MG.", fundamentado na Inexigibilidade nº. 25/2026, Processo nº. 238/2026, homologado em 21/08/2026, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar n° 123/06, Decreto Municipal nº 05/2023 e, subsidiariamente pelo Decreto Federal nº 10.024/2019 - Vigência: 08/09/2026 a 08/09/2027- Valor: R$114.878,40 - Dotação Orçamentária:

Secretaria	Projeto Atividade	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Ficha	Valor
Administração	0412204012.037	33904900000	1500000000	131	R$28.828,80
Educação	12122212012.055	33904900000	1500001001	189	R$86.049,60

Data: 08/09/2026

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:C6DB7CD1

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PORTARIA Nº 523/2026 DE 04 DE SETEMBRO DE 2026

INSTITUI E DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO E APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE ESPECÍFICO (REURB-E), NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO

MONLEVADE – MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que estabelece normas gerais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana – REURB;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, que regulamenta a Lei Federal nº 13.465/2017;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 20, de 27 de janeiro de 2026, que institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico – REURB-E no Município de João Monlevade;
CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento contínuo dos procedimentos de REURB-E, desde sua instauração até a conclusão das etapas administrativas e registrais pertinentes;
CONSIDERANDO a necessidade de articulação entre os diversos setores e órgãos municipais envolvidos nos procedimentos de regularização fundiária, de modo a conferir maior eficiência, organização e celeridade aos processos;
CONSIDERANDO a necessidade de identificação e encaminhamento de eventuais questões técnicas, administrativas, urbanísticas, ambientais, registrais ou de outras naturezas que possam interferir no regular desenvolvimento dos procedimentos de REURB-E;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa de instituição de comissão destinada ao acompanhamento integrado dos procedimentos de REURB-E e ao apoio aos setores municipais envolvidos, sem prejuízo das competências legalmente atribuídas aos demais órgãos, setores e comissões;
R E S O L V E:
Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial de Acompanhamento e Apoio à Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico – REURB-E, no âmbito do Município de João Monlevade – MG, com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento dos procedimentos de regularização fundiária, promover a articulação entre os setores envolvidos e auxiliar na identificação e encaminhamento de questões que possam comprometer ou dificultar seu regular andamento.
Art. 2º Ficam designados para comporem a Comissão Especial os seguintes servidores:
I – Eduarda Canazart Valadares, Articuladora da Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico – REURB-E, designada pela Portaria nº 112/2026;
II – Eduardo Bastos, membro PMJM;
III – José Silvério dos Santos, membro PMJM;
Art. 3º Compete à Comissão Especial:
I – acompanhar o desenvolvimento dos procedimentos de REURB-E instaurados no âmbito do Município, observadas as competências dos setores e órgãos responsáveis por cada etapa;
II – acompanhar o cumprimento das etapas, prazos, providências e atos previstos no Decreto Municipal nº 20/2026 e na legislação aplicável;
III – promover a articulação entre as Secretarias Municipais, setores, órgãos da Administração Pública e demais agentes envolvidos nos procedimentos de REURB-E;
IV – acompanhar a tramitação dos processos de REURB-E, identificando eventuais pendências, inconsistências, dificuldades ou entraves que possam comprometer seu regular prosseguimento;
V – auxiliar os setores competentes na identificação das providências necessárias ao saneamento de pendências ou à superação de questões que possam surgir no curso dos procedimentos;
VI – promover, quando necessário, a comunicação e o encaminhamento das questões identificadas ao setor ou órgão municipal competente para sua análise e solução;
VII – elaborar, quando necessário, relatórios ou manifestações acerca do andamento dos procedimentos e das questões identificadas durante seu acompanhamento;
VIII – propor aos setores competentes medidas administrativas destinadas ao aprimoramento, à organização e à maior eficiência dos procedimentos de REURB-E;
IX – promover reuniões de acompanhamento com os setores e órgãos municipais envolvidos, sempre que necessárias à análise e ao encaminhamento de questões relacionadas aos procedimentos de regularização;
X – exercer outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas, compatíveis com a finalidade desta Comissão.
Art. 4º No exercício de suas atribuições, a Comissão poderá solicitar aos setores e órgãos municipais competentes informações, documentos, relatórios e demais elementos necessários ao acompanhamento dos procedimentos de REURB-E.
Art. 5º A Comissão Especial poderá, sempre que necessário, solicitar a participação de servidores de outros setores ou de representantes de órgãos e entidades envolvidos nos procedimentos de REURB-E, quando a matéria a ser analisada exigir conhecimento técnico ou atribuição específica.
Art. 6º A atuação da Comissão Especial dar-se-á em caráter de acompanhamento, articulação e apoio, não implicando substituição das competências legalmente atribuídas às Secretarias Municipais, aos setores administrativos, à Comissão Avaliadora dos Imóveis, à Procuradoria Jurídica ou aos demais órgãos e agentes responsáveis pelos procedimentos de REURB-E.
Art. 7º As questões que demandarem decisão, manifestação técnica ou providência de competência específica de determinado órgão ou setor deverão ser encaminhadas à autoridade ou unidade competente para análise e adoção das medidas cabíveis.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 11 de fevereiro de 2026.

João Monlevade, em 04 de Setembro de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, no quarto dia do mês de Setembro de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:51A94C3B

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO 36/2025

O **MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE**, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa à Rua Geraldo Miranda, nº 337, Bairro Nossa Senhora da Conceição, João Monlevade/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.401.059/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO,** RG nº M-179.239 SSP/MG, CPF nº 195.086.896-68, doravante denominado **MUNICÍPIO** e o **LAR SÃO JOSÉ DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO**, inscrito no CNPJ sob nº. 18.267.179/0001-03, com sede na Rua Padre Eustáquio, nº 11, Bairro Laranjeiras, João Monlevade/MG – CEP.: 35930-382, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada pelo Presidente, **Sr. JOÃO BATISTA ROZARIO SANTOS,** portadora do RG 2.667.486 - SSP/MG, CPF nº 456.647.498-87, residente e domiciliado na Rua Betim, n° 359, Bairro Lourdes - João Monlevade – MG, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e pelo Decreto Municipal 112/2018, com alterações introduzidas pelo Decreto nº 40/2025, consoante o processo administrativo de **Chamamento Público nº 01/2025 CMDCA,** com recurso do **FMDPI/JM – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE JOÃO MONLEVADE** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1- O presente instrumento tem por objeto:
Alterar a Cláusula Sexta – **DA VIGÊNCIA** do Termo de Fomento originário;
Adequar o Plano de Trabalho originário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. Será prorrogado o prazo previsto na Cláusula Sexta, item 6.1, do **TERMO DE COLABORAÇÃO 36/2025**, a fim de adequá-lo ao novo Plano de Trabalho, alterando o encerramento da parceria para a data de **31 de outubro de 2026.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO

3.1. Fica alterado o PLANO DE TRABALHO em consonância com a prorrogação da vigência tornando mais eficaz a execução do objeto.

CLÁUSULA QUARTA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do **TERMO DE COLABORAÇÃO 36/2025,** naquilo que não conflitarem com o disposto no Decreto Municipal nº 112/2018, especialmente no que concerne ao Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo Aditivo, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de João Monlevade - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

João Monlevade,14 de setembro de 2026.

JOÃO BATISTA ROZARIO SANTOS
Presidente do Lar São José

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal de João Monlevade

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:A701A3B1

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
RESOLUÇÃO CMAS Nº 108, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite e a anuência do Conselho Municipal de Assistência Social à adesão do Município de João Monlevade ao cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE JOÃO MONLEVADE**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Federal nº 8.742/1993 – LOAS e pela Lei Municipal nº 2.488, de 30 de agosto de 2022,
CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que estabelece a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
CONSIDERANDO a Resolução da comissão Intergestores Tripartite /CIT nº 31, de 25 de novembro de 2025, e a Resolução CNAS nº 223, de 18 de fevereiro de 2026, que estabelecem disposições relativas ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências e ao seu cofinanciamento federal;
CONSIDERANDO o Termo de Aceite que estabelece as responsabilidades e os compromissos para a oferta qualificada do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências;
CONSIDERANDO a deliberação favorável do Plenário do CMAS, em reunião ordinária realizada em 10 de setembro de 2026, conforme Ata nº 387,
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o Termo de Aceite do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências – Municipal;
Art. 2º Dar anuência à adesão do Município de João Monlevade ao cofinanciamento federal do Piso Variável de Alta Complexidade – PVAC, destinado à oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências, nos termos da legislação vigente e do respectivo Termo de Aceite.
Art. 3º O Município deverá cumprir as responsabilidades e os compromissos estabelecidos no Termo de Aceite, assegurando a oferta do Serviço de acordo com as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 10 de setembro de 2026.

ROSIANE MARIA MARTINS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:323D3FA5

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
RESOLUÇÃO CMAS Nº 109, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação da adesão do Município de João Monlevade à Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social – ForSUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de João Monlevade/MG, no uso de suas atribuições legais, conforme a Lei do SUAS Municipal nº 2.488/2022, e demais normativas do Conselho Nacional de Assistência Social e conforme deliberação do plenário em reunião realizada em 10 de setembro de 2026, ata 387.
CONSIDERANDO Considerando a Resolução do CNAS/MDS nº 194 de maio de 2025 e demais normas aplicáveis, nos casos de situação de emergência ou estado de calamidade publica reconhecidos no âmbito do sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil;
CONSIDERANDO o Termo de Aceite à Força de Proteção do Sitema Unico de Assistencia Social do MDS, mediante compromisso de disponibilizar recursos humanos da Rede SUAS municipal para atuação quando acionados;
Considerando que a adesão à ForSUAS tem por finalidade fortalecer a capacidade de resposta da política de assistência social em situações de emergência, por meio da cooperação e mobilização de recursos humanos, materiais e logísticos;
CONSIDERANDO a deliberação favorável do Plenário do CMAS, registrada na Ata nº 387, referente à reunião ordinária realizada em 10 de setembro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a adesão do Município de João Monlevade à Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social – ForSUAS, nos termos do Termo de Aceite apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS.
Art. 2º A adesão compreende as respo
nsabilidades e os compromissos estabelecidos no respectivo Termo de Aceite, especialmente quanto à disponibilização de recursos humanos da Rede SUAS municipal, quando acionados, e ao apoio necessário à atuação da ForSUAS no território municipal, quando requerido.
Art. 3º A adesão à ForSUAS possui caráter voluntário e ocorrerá de forma complementar e cooperativa, sem afastar as competências legais do Município no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 10 de setembro de 2026.

ROSIANE MARIA MARTINS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:AF66C781

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 111/2026

Dispõe sobre a apreciação e aprovação da proposta orçamentária municipal para o exercício de 2027, no âmbito das políticas de Assistência Social, Criança e Adolescente e Pessoa Idosa.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS**, o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA** e o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI**, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, especialmente quanto à participação dos Conselhos no acompanhamento e aprovação da proposta orçamentária;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, lei municipal nº 2.577/2023 que institui as políticas públicas para a infância e adolescência/JM ,
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 10.741/2003 – Estatuto da Pessoa Idosa, com suas alterações e a lei municipal nº 2.671/2024 que institui as políticas públicas para a pessoa idosa no município de João Monlevade;
CONSIDERANDO a reunião conjunta realizada em 10 de setembro de 2026, na qual os Conselhos apreciaram a proposta do Orçamento Municipal para o exercício de 2027, ata 387;
CONSIDERANDO a manifestação favorável dos Conselhos quanto à proposta apresentada e a necessidade de assegurar recursos para a continuidade das ações, serviços, programas e projetos das respectivas políticas públicas,
RESOLVEM:
Art. 1º Aprovar a proposta orçamentária municipal para o exercício de 2027, no âmbito das políticas de Assistência Social, direitos Humanos e Cidadania, conforme apresentada pelo Poder Executivo Municipal.
Art. 2º Para a Função 08 – Assistência Social, fica prevista a importância total de R$ 6.774.100,00 (seis milhões, setecentos e setenta e quatro mil e cem reais), destinada à execução das ações da política municipal de Assistência Social.
Art. 3º Do orçamento apresentado, destacam-se as ações específicas do FMAS:
I - **Controle Social** - R$ 14.000,00
II –**BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**:
*Gestão do Programa Bolsa Família: R$ 460.000,00;
* Benefícios eventuais : R$ 550.000,00
*CRAS - R$ 1.660.100,00

III – **bloco da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade**
*Média Complexidade R$ 1.130.000,00
*Alta complexidade R$ 1.620.000,00.
Art. 4º Ficam asseguradas dotações orçamentárias específicass, dentro das funções 14 e 16 ,que englobam direitos humanos e cidadania para atuação de habitação, defesa civil, Conselho Tutelar, Programa Prefeito Amigo da Criança e organizações da Sociedade civil, CMDCA, CMDPI E outros, prevendo um custo total para as ações no valor de R$ 2.418.000,00 (dois milhões, quatrocentos e dezoito mil reais).
Art. 5º Registra-se a manifestação favorável dos Conselhos à peça orçamentária para o ano de 2027 no valor global estimado de R$ 9.192.100,00 (nove milhões, cento e noventa e dois mil e cem reais), sendo:
*recurso próprio: R$ 8.381.600,00 (oito milhões, trezentos e oitenta e um mil, seiscentos reais)
*recursos federais R$ 560.500,00 (quinhentos e sessenta mil e quinhentos reais)
* recurso estadual: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
Art. 6º Os Conselhos Municipais acompanharão a execução orçamentária das respectivas políticas, observando a legislação vigente e as normas de controle social.
Art. 7º Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 10 de setembro de 2026.

ARIANA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS	*CLEUSA MARIA GOMES*
Presidente do CMDCA	Presidente do CMDPI

ROSIANE MARIA MARTINS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:313C90D0

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 15/2025

O **MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE**, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa à Rua Geraldo Miranda, nº 337, Carneirinhos, João Monlevade – MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.401.059/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO**, RG nº M-179.239 SSP/MG, CPF nº 195.086.896-68, doravante denominado **MUNICÍPIO e o CONSELHO DE SEGURANCA PÚBLICA DA MICRORREGIÃO,** inscrito no CNPJ sob nº. 26.776.582/0001-96, com sede na Rua Floresta, 100, Bairro São Jorge – João Monlevade – MG – CEP.: 35930-235, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada pelo Presidente, **Sr. HAMILTON HENRIQUE SIQUEIRA**, portador do RG nº MG 3-029.049, CPF: 506.856.436-20, residente e domiciliado na Rua Betim,256, Bairro de Lourdes João Monlevade- MG – CEP.: 35.930-063, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e pelo Decreto Municipal 112/2018, com alterações introduzidas pelo Decreto 40/2025, consoante o processo administrativo de **Chamamento Público nº 01/2025,** baseado no artigo 23 da Lei 13.019/2014, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto:

Alterar a Cláusula Terceira – **DOS RECURSOS FINANCEIROS** do Termo de Fomento originário;
Alterar a Cláusula Sexta – **DA VIGÊNCIA** do Termo de Fomento originário;
Adequar o Plano de Trabalho originário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. Fica acrescido o valor de **R$ 100.000,00** (cem mil reais) na Cláusula Terceira, item 3.1, do Termo de Fomento 15/2025, que será repassado em **02 (duas) parcelas no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. Será prorrogado o prazo previsto na Cláusula Sexta, item 6.1, do **Termo de Fomento 15/2025**, a fim de adequá-lo ao novo Plano de Trabalho, alterando o encerramento da parceria para a data de **18/11/2026.**

CLÁUSULA QUARTA – DO PLANO DE TRABALHO

4.1. Fica alterado o PLANO DE TRABALHO em consonância com o acréscimo de valor e prorrogação da vigência citados neste aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do **Termo de Fomento nº 15/2025,** naquilo que não conflitarem com o disposto no Decreto Municipal nº 112/2018, especialmente no que concerne ao Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

6.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo Aditivo, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de João Monlevade - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

João Monlevade, 14 de setembro de 2026.

HAMILTON HENRIQUE SIQUEIRA
Presidente da OSC

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal de João Monlevade

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:E12B47CD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
3º TERMO ADITIVO DE AUMENTO DE QUANTITATIVO DO CONTRATO Nº 303/2025, DERIVADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 136/2025 – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025

Firmado entre o Município de João Pinheiro e a empresa Marca Maior Distribuição Ltda, tendo como objeto de quantidade referente aos itens 20, 35 e 56 do Contrato 303/2025, o presente termo aditivo tem por objeto o aditivo de aumento do quantitativo em 25% (vinte e cinco por cento**)** referente ao item 24 do Contrato nº 303/2025, a contar da data de sua assinatura, a fim de dar continuidade à aquisição de materiais de higiene e limpeza, destinados à Clínica de Hemodiálise, Hospital Municipal e UPA. Partes: Gláucon Cézar Cardoso - Prefeito Municipal – Contratante e Marca Maior Distribuição Ltda – Contratada.

Publicado por:
Hiasminhs
Código Identificador:E097589C

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
CHAMADA PÚBLICA - CREDENCIAMENTO Nº 004/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2026.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO
Credenciamento nº 004/2026
Processo Administrativo: 031/2026
Credenciada: 32.364.555 Nadir da Silva Oliveira Junior.
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de lavagem, sanitização e lubrificação de veículos automotores e máquinas pertencentes à frota oficial do Município de João Pinheiro/MG, compreendendo veículos leves, médios e pesados, bem como máquinas e equipamentos, visando à manutenção das condições adequadas de higiene, conservação e funcionamento dos componentes mecânicos.
Fundamentação: Fundamento: O presente chamamento público para credenciamento tem fundamento no art. 78, I c/c art. 79 da lei 14.133/2021, e do art. 59 ao art. 92 do Decreto Municipal n° 267/2025.
Dotação Orçamentária:
04.122.0402.2002 3.3.90.39.00 Ficha: 38
04.121.0404.2457 3.3.90.39.00 Ficha: 57
04.122.0402.2009 3.3.90.39.00 Ficha: 102
04.122.0402.2019 3.3.90.39.00 Ficha: 124
04.122.1501.2027 3.3.90.39.00 Ficha: 183
15.452.1501.2028 3.3.90.39.00 Ficha: 207
15.452.1501.2033 3.3.90.39.00 Ficha: 230
26.782.2601.2032 3.3.90.39.00 Ficha: 261
10.122.1001.2034 3.3.90.39.00 Ficha: 283
10.301.1002.2036 3.3.90.39.00 Ficha: 300
10.301.1003.2115 3.3.90.39.00 Ficha: 321
10.301.1003.2699 3.3.90.39.00 Ficha: 347
10.301.1003.2040 3.3.90.39.00 Ficha: 368
10.305.1004.2106 3.3.90.39.00 Ficha: 377
10.245.1002.2909 3.3.90.39.00 Ficha: 385
10.301.1002.2815 3.3.90.39.00 Ficha: 410
12.122.0402.2113 3. 3. 90. 39. 00 Ficha: 494
12.361.1202.2101 3. 3. 90. 39. 00 Ficha: 522
12.365.1201.2101 3. 3. 90. 39. 00 Ficha: 554
12.361.1202.2125 3. 3. 90. 39. 00 Ficha: 625
12.361.1202.2136 3. 3. 90. 39. 00 Ficha: 627
12.361.1202.2725 3. 3. 90. 39. 00 Ficha: 630
12.365.1201.2125 3. 3. 90. 39. 00 Ficha: 636
12.365.1201.2136 3. 3. 90. 39. 00 Ficha: 638
12.365.1201.2725 3. 3. 90. 39. 00 Ficha: 639
13.122.1301.2458 3.3.90.39.00 Ficha: 654
04.122.2001.2078 3.3.90.39.00 Ficha: 702
18.541.1801.2712 3.3.90.39.00 Ficha: 744
08.244.0801.2044 3.3.90.39.00 Ficha: 762
08.244.0801.2162 3.3.90.39.00 Ficha: 768
08.244.0801.2666 3.3.90.39.00 Ficha: 774
08.244.0801.2709 3.3.90.39.00 Ficha: 782
08.243.0801.2095 3.3.90.39.00 Ficha: 807
08.243.0802.2154 3.3.90.39.00 Ficha: 821
08.122.0801.2088 3.3.90.39.00 Ficha: 832
Vigência: De 09 de setembro de 2026 até 09 de setembro de 2027.

Publicado por:
Hiasminhs
Código Identificador:6662F96C

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026 PREVIJOP

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/2026
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS LC 147 Art. 47 e 48

O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE JOÃO PINHEIRO – PREVIJOP, ESTADO DE MINAS GERAIS, através do(a) Pregoeiro(a) e da Equipe de Apoio, divulga para conhecimento do público interessado que realizará licitação na modalidade **DISPENSA**, na forma **Eletrônica**, cujo objeto é Aquisição de materiais de construção destinados à manutenção e reforma do telhado da sede do Instituto Municipal de Previdência – PREVIJOP, compreendendo telhas cerâmicas, caibros, ripas, ripões, cimento, areia, pigmento, aditivo para argamassa, pregos, disco de corte, selante para vedação de calhas e demais materiais necessários à execução dos serviços, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar e no respectivo Termo de Referência.
Os materiais deverão ser novos, de primeira qualidade, adequados à finalidade a que se destinam e atender integralmente às especificações, dimensões, unidades e quantitativos definidos pela Administração.
O fornecimento será realizado de forma fracionada, conforme a necessidade do PREVIJOP, mediante solicitação da Administração e de acordo com o andamento dos serviços de manutenção e reforma do telhado. As entregas poderão ocorrer em diferentes períodos, inclusive de forma diária ou semanal, conforme a necessidade de utilização dos materiais, não sendo exigida a entrega integral dos quantitativos contratados de uma única vez.

Em razão da necessidade de entregas fracionadas e atendimento ágil às solicitações do Instituto, será dada preferência a empresas estabelecidas no Município de João Pinheiro/MG, considerando a proximidade geográfica como fator relevante para assegurar maior agilidade na entrega dos materiais, reduzir o risco de atrasos e evitar a paralisação dos serviços por eventual falta de insumos.
A preferência por fornecedores locais está diretamente relacionada às características específicas da contratação, especialmente à necessidade de fornecimento parcelado e conforme a demanda do PREVIJOP, permitindo maior eficiência logística e melhor atendimento às necessidades da Administração, **de acordo com as especificações estabelecidas constantes deste edital e seus anexos, conforme** especificações constantes no edital.
O **prazo para envio de propostas será a partir do dia 15/09/2026 até às 08h:00min do dia 18/09/2026.**A **sessão pública de disputa de preços ocorrerá no dia 18/09/2026 às 09h00**, conforme horário de Brasília-DF. O critério de julgamento será o de **menor preço GLOBAL** no **modo de disputa aberto**, **EXCLUVISO para ME/EPP/equiparadas**. A disponibilização da íntegra do edital e seus anexos encontra-se na Internet, através do site: https://www.previjop.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: www.bnc.org.br. Poderão ser obtidas informações pelos interessados no e-mail: **compraselicitacao@previjop.mg.gov.br**, e junto ao Setor de Licitações do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de João Pinheiro/MG, situado à Rua Frei Carmelo, nº 187, bairro Centro, João Pinheiro – MG, CEP: 38770-000, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, na sala de Licitação, ou pelo telefone (38) 3561-2591.

João Pinheiro/MG, 03 de Setembro de 2026.

FLÁVIO GERALDO DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Flavio Geraldo da Silva
Código Identificador:A2D49450

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA Nº 273/2026

PORTARIA Nº 273/2026

ALTERA A PORTARIA Nº 004/2026, QUE DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO, PARA INCLUIR SERVIDOR NAS FUNÇÕES DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREGOEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto no § 5º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 004/2026 e no Decreto Municipal nº 267/2025;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação da composição dos servidores designados para atuação nos procedimentos de contratação pública do Município;

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 004/2026 passa a vigorar com a inclusão do servidor **THIAGO HENRIQUE SOARES DE NORONHA** na relação de servidores designados para atuar como **Agentes de Contratação**.
Art. 2º O art. 2º da Portaria nº 004/2026 passa a vigorar com a inclusão do servidor **THIAGO HENRIQUE SOARES DE NORONHA** na relação de servidores designados para atuar como **Pregoeiros**, nos termos do § 5º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 3º As designações previstas nos arts. 1º e 2º desta Portaria produzirão efeitos a partir de **15 de setembro de 2026**, permanecendo o servidor sujeito às atribuições, responsabilidades e demais disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 267/2025 e na Portaria nº 004/2026.

Art. 4º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 004/2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 09 de setembro de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:A22ACFB0

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2025 - ADESÃO 94/2025

EXTRATO DE TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA
Ata de Registro de Preços nº 14/2025 – Adesão 94/2025
Espécie: Cancelamento/Rescisão
Contratada: RC Segurança e Medicina do Trabalho Ltda
Objeto: Rescisão Consensual da Ata de Registro de Preços nº 14/2025 – Adesão 94/2025, referente a emissão de Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho.
Fundamentação: Artigos 104, II, c/c art. 137, I e II e art. 138, I e 139 da Lei nº 14.133/2021.
Valor: R$ 55.300,00 (cinquenta e cinco mil e trezentos reais).

Publicado por:
Natália Moreira do Vale
Código Identificador:BCC0EE50

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 059/2026

EXTRATO DE CONTRATO firmado entre a MUNICIPIO DE JOSÉ GONÇALVES DE MINAS e LCON EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA LTDA. CONTRATO nº 59; OBJETO: Contratação de empresa especializada em obras de engenharia para a execução dos serviços de restabelecimento do corpo de bueiro na Comunidade de Palmital e da passagem molhada na Comunidade de Limeira, no Município de José Gonçalves de Minas/MG.; LICITACAO: Dispensa 17 / 2026 Valor Global:R$ 73.404,48 Vigência:14/09/2026 Até:14/03/2027

José Gonçalves de Minas,Sexta-feira 14 setembro 2026

PATRÍCIA DE SOUZA PEREIRA -
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdício da Veiga Leite
Código Identificador:3CD29361

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA

MARCO REGULATÓRIO DO MUNÍCIPIO DE LAGOA DA PRATA
JUSTIFICATIVA DE AUSENCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA ATRAVÉS DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
(PROCESSO ADMINISTRATIVO 061/2026)

JUSTIFICATIVA

Venho por meio deste, justificar a ausência de Chamamento Público para celebração de parceria através de Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Lagoa da Prata/MG, nos termos do art. 31 da Lei 13.019/2014 e art. 41 do Decreto Municipal 304/2016, para atender demanda crescente no Município de Lagoa da Prata, pelos motivos a seguir descritos:

De acordo com o artigo 31 da lei 13.019/*2014 "Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica (...)"* e ainda de acordo com o art. 41, do Decreto Municipal 304/2016 *"Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica (...)"*

Sendo assim, verifica-se a que celebração da parceria sem Chamamento Público, se enquadra na base jurídica supracitada, tendo em vista que a Entidade é a única que presta o tipo de serviço necessário no Município, com indicação, a saber:

"Projeto/ativ.: 8037 - Parceria com Entidades de Atenção à Saúde - 3350.41 - Contribuições, no valor de R$ 349.920,00 (Trezentos e quarenta e nove mil, novecentos e vinte reais)".

Diante do exposto, entendo haver justificativa válida, idônea e de interesse público para a celebração direta do Termo de Fomento, dispensado de Chamamento Público, conforme art. 31, Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 41 do Decreto Municipal 304/2016.

Lagoa da Prata, 14 de Setembro de 2026.

SABRINA ELEN DE NOVAES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Matheus Firmino Ferreira
Código Identificador:AA0F644C

MARCO REGULATÓRIO DO MUNÍCIPIO DE LAGOA DA PRATA
JUSTIFICATIVA DE AUSENCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA ATRAVÉS DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE LAGOA DA PRATA (PROCESSO ADMINISTRATIVO 063/2026)

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM A ASCALP - ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE LAGOA DA PRATA

Processo Administrativo: 063/2026
Tipo de parceria: Termo de Fomento Base legal: Art. 31, inciso II da Lei Federal nº 13.019/14.
Organização da Sociedade Civil/Proponente: ASCALP - ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE LAGOA DA PRATA
Objeto: Formalização de parceria, com transferência de recursos, entre a Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata e a Associação Municipal dos Catadores de Materiais Reaproveitáveis de Lagoa da Prata, visando realizar coleta seletiva de materiais recicláveis no município.

O artigo 31 da Lei Federal 13019/2014 prevê que é inexigível o Chamamento Público na hipótese de inviabilidade de competição entre as Organizações da Sociedade Civil, em razão da natureza singular do objeto de sua parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, o que se verifica no caso em questão.

Esclarecemos que a Inexigibilidade de Chamamento Público, neste caso, justifica-se em função da entidade "ASCALP - ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE LAGOA DA PRATA" ser a única OSC do município que trabalha com a coleta seletiva para o reaproveitamento do lixo com ações ambientais de reciclagem.
Abre-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a publicação deste extrato para qualquer impugnação.

Lagoa da Prata, 14 de setembro de 2026.

LEONARDO RIBEIRO BORGES
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Publicado por:
Matheus Firmino Ferreira
Código Identificador:E43B32CB

MARCO REGULATÓRIO DO MUNÍCIPIO DE LAGOA DA PRATA
JUSTIFICATIVA DE AUSENCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA ATRAVÉS DE TERMO DE FOMENTO COM A FUNDAÇÃO CHIQUITA PERILLO (PROCESSO ADMINISTRATIVO 062/2026)

JUSTIFICATIVA

Venho por meio deste, justificar a ausência de Chamamento Público para celebração de parceria através de Termo de Fomento com a Fundação Chiquita Perillo – FCP de Lagoa da Prata/MG, nos termos do art. 31 da Lei 13.019/2014 e art. 41 do Decreto Municipal 304/2016, para atender demanda crescente no Município de Lagoa da Prata, pelos motivos a seguir descritos:

De acordo com o artigo 31 da lei 13.019/*2014 "Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica (...)"* e ainda de acordo com o art. 41, do Decreto Municipal 304/2016 *"Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica (...)"*

Sendo assim, verifica-se a que celebração da parceria sem Chamamento Público, se enquadra na base jurídica supracitada, tendo em vista que a Entidade é a única que presta o tipo de serviço necessário no Município, com indicação, a saber:

"Projeto/ativ.: 8037 - Parceria com Entidades de Atenção à Saúde - 3350.41 - Contribuições, no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)".

Diante do exposto, entendo haver justificativa válida, idônea e de interesse público para a celebração direta do Termo de Fomento, dispensado de Chamamento Público, conforme art. 31, Lei Federal nº 13.019/2014 e art. 41 do Decreto Municipal 304/2016.

Lagoa da Prata, 14 de Setembro de 2026.

SABRINA ELEN DE NOVAES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Matheus Firmino Ferreira
Código Identificador:425F6487

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MOTORISTA

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO dos seguintes

candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo nº 004/2025 para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de MOTORISTA.

Candidatos convocados pela reserva de vagas PNP:
- Alan Santos de Almeida

Os candidatos indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

O candidato que não se apresentar dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, 14 de setembro de 2026

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Geovana Luiza de Castro Silva
Código Identificador:2512732C

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVENTE ESCOLAR

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO dos seguintes candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo nº 001/2025 para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de SERVENTE ESCOLAR:

- Michele Patricia Da Silva Tavares
- Gabriela Salomé Luiz
- Jessica Cristina Silva
- Amanda Oliveira Mateus de Sousa
- Larissa Cristina Batista Fonseca

Os candidatos indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

O candidato que não se apresentar dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, 14 de setembro de 2026.

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Geovana Luiza de Castro Silva
Código Identificador:1E696D3F

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 203/2026

PORTARIA Nº 203/2026

Institui e designa membros para compor a Comissão Técnica responsável pelo acompanhamento, avaliação e emissão do resultado da Prova de Conceito no âmbito do Processo Licitatório nº 289/2026.

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o Processo Licitatório nº 289/2026, destinado à seleção de instituição financeira autorizada para cessão onerosa, em caráter de exclusividade, do direito de processamento e gerenciamento dos créditos decorrentes da folha de pagamento dos agentes públicos e demais beneficiários vinculados ao Município de Lagoa da Prata;

CONSIDERANDO que o item 9.7 do Edital prevê a realização de Prova de Conceito – PoC, destinada à verificação da compatibilidade técnica da solução ofertada com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e no respectivo Termo de Referência;
CONSIDERANDO o disposto no art. 17, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que admite, desde que prevista no edital, a realização de prova de conceito para análise e avaliação da conformidade da proposta do licitante provisoriamente vencedor e comprovação de sua aderência às especificações estabelecidas pela Administração;
CONSIDERANDO, por fim, a solicitação constante do Memorando nº 321/2026, da Secretaria Municipal de Administração e Governo – SMAG,
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Processo Licitatório nº 289/2026, a **Comissão Técnica responsável pelo acompanhamento, avaliação e emissão do resultado da Prova de Conceito – PoC**, prevista no item 9.7 do respectivo Edital.
Art. 2º Ficam designados para compor a Comissão Técnica de que trata esta Portaria os seguintes servidores:
I – Presidente: PATRÍCIA ALVES DE CARVALHO, Chefe do Setor de Pessoal;
II – Secretário: AÉCIO AVELINIO SANTOS OLIVEIRA, Chefe do Setor de Tecnologia da Informação; e
III – Membro: SABRINA RESENDE MIRANDA, Tesoureira Municipal.
Art. 3º Compete à Comissão Técnica:
I – acompanhar a realização da Prova de Conceito, observadas as condições, os requisitos e os critérios estabelecidos no Edital e no Termo de Referência;
II – avaliar a compatibilidade técnica da solução apresentada com os requisitos estabelecidos no Edital e no Termo de Referência; e
III – emitir o resultado da Prova de Conceito, com base na avaliação realizada.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata/MG, 14 de setembro de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:83C44A30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA DISPENSA ELETRONICA Nº 66/2026

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,HOMOLOGA, ADJUDICA E RATIFICA a D**ISPENSA ELETRONICA Nº 66/2026**, nos termos do Artigo 75 II, da Lei 14.133/2021, junto às empresas:

CAPARAO MEDICAL LTDA - 57.218.958/0001-70
no valor de **R$ 1.732,42** (hum mil, setecentos e trinta e dois reais e quarenta e dois centavos),

DOMINUS COMERCIO SOCIEDADE UNIPESSOAL LTDA - 27.417.234/0001-95
no valor de **R$ 3.163,28** (três mil, cento e sessenta e três reais e vinte e oito centavos),

Visando a Aquisição de Medicamentos e Materiais Destinados ao Atendimento Das Demandas do Setor de Otorrinolaringologia do Centro Municipal de Especialidades Médicas., Conforme Processo N°:339/2026.

Lagoa da Prata, 14 desetembro de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:816EB733

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 102/2025 – PREGÃO Nº 043/2024

Partes: Município de Lagoa Santa e **VITORIA DIGITAL LTDA** - CNPJ: 13.586.248/0001-28

Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, sem renovação de valores, conforme Processo Administrativo nº 17435-26-LST-ADT, Cláusula Segunda do Contrato e nos termos do artigo 6º, II, da Lei Federal n° 14.133/21.

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

Publicado por:
Júlio César Santos Almeida
Código Identificador:8E56775F

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 127/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2024

Partes: Município de Lagoa Santa e **SISTRANS SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO LTDA** - CNPJ: 00.636.758/0001-10

Finalidade: prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com renovação do contrato e reajuste de valor, com base no índice INPC (IBGE), conforme Cláusula Sexta do contrato e nos termos do artigo 25, §§ 7° e 8.º, e art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:772C7B9D

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO - 4° TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 129/2022 – INEXIGIBILIDADE N° 031/2022

Partes: Município de Lagoa Santa e **NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA** - CNPJ: 07.797.967/0001-95

Finalidade: renovação do contrato e reajuste do valor unitário, nos termos do inciso II do art. 57 e § 8° do art. 65 da Lei Federal n° 8.666/93.

FREDERIC HENRIQUE MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:83BCE0E8

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – CONTRATO Nº 152/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 048/2026

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **CAICARA UTILIDADES LTDA -** CNPJ:46.770.683/0001-67

Objeto**:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de conjunto de poltronas estofadas para auditório, com assentos rebatíveis, composto por 04 (quatro) módulos individuais acoplados, destinados à estruturação da nova Sede da 8ª Companhia Independente de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (8ª Cia PM Ind), localizada no Município de Lagoa Santa.

Valor: R$ 39.900,00

Vigência: 10/09/2026 a 10/09/2027

Dotação Orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO
98	02.002.004.06.181.0027.2030.4.4.90.52.00

FREDERIC HENRIQUE MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Júlio César Santos Almeida
Código Identificador:2462D444

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
TORNA SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO 74º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 027/2025 – PREGÃO ELETÔNICO Nº 004/2024

O Município de Lagoa Santa/MG torna sem efeito a publicação do extrato 74º Termo de Apostilamento ao Contrato de Prestação de Serviço n° 027/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, Ano XVIII, n° 4358, na edição do dia 11 de Setembro de 2026, página 145.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO
Secretária Municipal de Saúde

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretária Municipal de Bem Estar Social

ALESSANDRO JORGE SALVINO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente

GABRIEL LEITE MENDES
Secretário Municipal de Educação

DALMAR MORAIS DUARTE
Secretário Municipal de Fazenda

FREDERIC HENRIQUE MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Júlio César Santos Almeida
Código Identificador:01DE97E5

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
02ª CONVOCAÇÃO - DESCLASSIFICADOS E DESISTENTES - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2026

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	CARLOS JOSE ELIAS DE SA	Médico Psiquiatra ou Neurologista ou Pediatra	07/08/2026	**DESCLASSIFICADO**
1	ANA PAULA GIL MACEDO	Terapeuta Ocupacional	07/08/2026	**DESCLASSIFICADO**
2	MARCELO MACENA ABELHA	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	07/08/2026	**DESCLASSIFICADO**
2	ISABELLE NEBIAS ABRANCHES BARBOSA	Médico Psiquiatra ou Neurologista ou Pediatra	07/08/2026	**DESCLASSIFICADO**
3	PAULA CAROLINA ANDRADE MARIANO	Médico Psiquiatra	07/08/2026	**DESCLASSIFICADO**
2	FARLEI WENDER	Técnico de Enfermagem	07/08/2026	**DESCLASSIFICADO**

	PATENTE			
6	HELOISA HELENA DUARTE SCORZA	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	07/08/2026	**DESCLASSIFICADO**
65(2º PCD)	ALFONSO ENRRIQUE URBINA GUADARISMO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	07/08/2026	**DESCLASSIFICADO**

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:4D1E0FCE

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
03ª CONVOCAÇÃO - DESCLASSIFICADOS E DESISTENTES - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2026

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	ELIZANGELA ALMEIDA ROCHA	Biólogo	25/08/2026	**DESCLASSIFICADO**
3	JUSSARA SOUZA BARBOSA	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	25/08/2026	**DESCLASSIFICADO**
3	RAISSA GONTIJO CABRAL DE SOUZA	Médico Psiquiatra ou Neurologista ou Pediatra	25/08/2026	**DESCLASSIFICADO**
3	ALEXANDRE BARRETO RODRIGUES	Técnico de Enfermagem	25/08/2026	**DESCLASSIFICADO**
70 (3º PCD)	JOÃO VICTOR DOS SANTOS CARDOSO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	25/08/2026	**DESCLASSIFICADO**

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:A1F06EA8

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
40ª CONVOCAÇÃO – CONCURSO PÚBLICO 001/2023 – ENTREGA DE DOCUMENTOS

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS ABAIXO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONFORME O SUBITEM 15.5 DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2023.

Data de comparecimento: 16/09/2026
Horário: 9h
Local: Centro Administrativo Municipal desta Prefeitura, localizado à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2.500 / Loja 28, Bairro Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, munidos dos seguintes documentos **originais e cópias simples**:
- 01 (uma) foto 3x4 colorida **RECENTE**;
- Documento oficial de identificação com foto;
- Título de Eleitor com comprovante de votação na última eleição dos dois turnos, quando houver, ou comprovante de quitação da Justiça Eleitoral ou Certidão de Quitação Eleitoral, acompanhada do Título de Eleitor;
- Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- Atestado de Qualificação no e-Social (disponível em http://consultacadastral.inss.gov.br - Site descontinuado. Não será exigida a apresentação do documento);
- Certidão de Nascimento (se solteiro ou se vive em União Estável) ou Comprovante de União Estável ou de Certidão de Casamento (se casado ou viúvo);
- Certificado de Reservista de 1ª e 2ª categorias ou documento equivalente (Certificado de Alistamento Militar – CAM, Certificado de Dispensa de Incorporação – CDI, Certificado de Isenção), se do sexo masculino;
- Comprovante de residência (conta de água, energia ou telefone) atualizado ou declaração de próprio punho do interessado, conforme Lei Federal nº 7.115/1983, expedido nos últimos 03 (três) meses;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- PIS ou PASEP, exceto no caso de primeiro emprego;
- Comprovante de escolaridade mínima exigida sendo: diploma ou certificado de conclusão de curso, devidamente registrado e legalmente reconhecido, expedido por instituição oficial de ensino, conforme habilitação/área de conhecimento, **acompanhado do Histórico Escolar**, conforme o cargo;
- Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 21 anos;

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CARGO	DATA DA CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÃO
3	15459376	ANA LAURA MACHADO DE VETTE LIMA	CIRURGIÃO DENTISTA GERAL	14/09/2026	
14	15436855	ANA MARIA SOUSA DE OLIVEIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	14/09/2026	

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:CBD08BE4

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.923, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui a Escola do Legislativo ARI GONÇALVES DE BASTOS no âmbito da Câmara Municipal de Lagoa Santa/MG e da outras providências.

O povo do Município de Lagoa Santa, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Lagoa Santa, denominada ARI GONÇALVES DE BASTOS, subordinada à Mesa, com o objetivo de oferecer suporte conceitual de natureza **técnico-administrativa às atividades do Poder Legislativo.**

Art. 2º A Escola do Legislativo, para a consecução dos seus objetivos institucionais, será assistida pelas demais unidades administrativas da Câmara Municipal de Lagoa Santa, atuando diretamente junto a estas no limite das respectivas atribuições legais.

DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Lagoa Santa:

§ 1º Oferecer para sociedade, recursos técnicos, teóricos e práticos, por meio de treinamentos, palestras, bolsas e outros subsídios correlatos, diretos ou indiretos, destinados ao acesso à formação e ao aprimoramento, especialmente por meio das seguintes ações:

I - Promoção, no início de cada Legislatura, de cursos de integração e ambientação destinados aos novos Vereadores, Assessores Parlamentares e servidores, com a disponibilização de informações sobre o funcionamento da Câmara, rotinas administrativas, normas de segurança, acessos físicos e digitais, necessárias ao início do exercício das funções institucionais.

II - Promover ações voltadas à valorização pessoal e profissional com foco no bem-estar, na qualidade de vida e no intercâmbio de experiências entre diferentes áreas de atuação institucional e junto à sociedade.

§ 2º Desenvolver ações educativas e culturais voltadas à promoção da cidadania, aproximando a sociedade da Câmara Municipal de Lagoa Santa, inclusive a comunidade estudantil, por meio de iniciativas como:

I - estimular a pesquisa técnico-acadêmica voltada ao Poder Legislativo Municipal e à Câmara Municipal de Lagoa Santa, em cooperação com instituições de ensino e pesquisa públicas ou privadas;

II - promover visitas guiadas de estudantes de escolas do Município, de diferentes níveis de escolaridade, à Câmara Municipal de Lagoa

Santa, com a realização de palestras e apresentações por Vereadores, servidores ou convidados, destinadas à divulgação do funcionamento da Casa e da importância de sua missão institucional para a cidadania;

III - desenvolver ações voltadas à promoção dos direitos e deveres sociais, políticos, econômicos, tributários, previdenciários e culturais dos cidadãos, bem como orientar a população sobre as formas de acesso aos serviços públicos, destacando aqueles disponibilizados pela Câmara Municipal, como o Procon e a Procuradoria da Mulher;

IV - desenvolver programas e atividades específicas voltados à formação e à qualificação de lideranças comunitárias e políticas;

V - planejar e organizar eventos, seminários, palestras e debates sobre temas de relevância social que contribuam para a educação política.

§ 3º Celebrar convênios, acordos de cooperação, termos de cooperação técnica, protocolos de intenções e outros instrumentos de parceria com órgãos e instituições públicas, visando o desenvolvimento de ações institucionais.

§ 4º Realizar eventos, seminários, desenvolver ações motivacionais, palestras, atividades políticas, pesquisas, publicações, atividades culturais, e encontros no âmbito de suas competências.

§ 5º Desenvolver ações voltadas à preservação da memória institucional da Câmara Municipal e à difusão do conhecimento sobre o Poder Legislativo, especialmente:

I - gerir o acervo institucional de caráter histórico da Câmara Municipal, composto por arquivos, registros fotográficos e meiovisuais, objetos, mobiliários e outros bens, visando à preservação da memória institucional e à garantia do acesso dos munícipes à história da política local e dos Vereadores que contribuíram para sua construção;

II - criar e manter memorial institucional, fixo ou itinerante, da Câmara Municipal de Lagoa Santa, promovendo a divulgação de sua história, evolução, criação, momentos relevantes e seu papel no desenvolvimento do Município, podendo realizar exposições em escolas, rodoviárias, shoppings, centros esportivos e demais espaços públicos de convivência;

III - criar e manter biblioteca legislativa em formato digital, contendo banco de informações e referências bibliográficas, tais como publicações, teses, monografias e dissertações relacionadas à política, ao direito e à legislação brasileira, facultada a contribuição de obras de autoria de Vereadores e servidores para composição do acervo.

§ 6º Instituir o Programa de Preparação para Aposentadoria – PPA, destinado aos servidores efetivos e comissionados que se encontrem em fase de transição para a aposentadoria, que poderá, conforme demanda, ofertar orientação financeira e previdenciária, palestras e cursos sobre saúde física e mental, orientações sobre os procedimentos para requerer o benefício e fomentar ações e atividades correlatas.

DA DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Art. 4º A Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Lagoa Santa tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Presidência;

II - Direção;

III - Coordenação Pedagógica e de Projetos;

IV - Conselho Geral.

§ 1º As funções administrativas, conforme estrutura organizacional proposta no caput deste artigo, serão desenvolvidas em regime de colaboração, respectivamente pelos seguintes agentes:

I - Presidência: pelo Presidente da Câmara Municipal;

II - Direção: por servidor da Câmara Municipal, designado pelo Presidente;

III - Coordenação Pedagógica e de Projetos: por servidor da Câmara Municipal, com ensino superior em qualquer área, designado pelo Presidente;

IV - Conselho Geral: composto por um membro da Mesa Diretora do Legislativo e 4 (quatro) servidores efetivos ou não, da Câmara Municipal designados pelo Presidente.

§ 2º Os servidores integrantes do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Lagoa Santa designados para ocupar cargos na estrutura organizacional da Escola, ministrar cursos, palestrar, oferecer oficinas ou outras atividades relacionadas aos fins que se destina a Escola, exercerão essas funções, sem prejuízo para as funções inerentes ao cargo de que forem titulares, e sem prejuízo da respectiva remuneração, eventuais vantagens e contagem de tempo de serviço para todos os efeitos legais.

§ 3º As atividades docentes desenvolvidas por servidores, seja em caráter eventual, temporário ou permanente, serão remuneradas ou desempenhadas a título de colaboração, respeitadas as normas legais aplicáveis à espécie e atendendo, quando aplicável, ao Anexo I desta Resolução - Quadro de Índices de valor.

§ 4º Para remuneração dos profissionais que comporão a estrutura organizacional da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Lagoa Santa, na função de Direção e Coordenação Pedagógica e de Projetos, sejam eles eventuais, temporários ou permanentes fixa-se a título de gratificação o acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre o valor do seu vencimento, no respectivo mês em que alguma atividade de capacitação for efetivamente realizada, observado, no que couber, a Lei nº 2.980/09, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Lagoa Santa.

Art. 5º À Presidência da Escola do Legislativo compete:

I - exercer a supervisão institucional das atividades da Escola do Legislativo;

II - representar a Escola do Legislativo em atos institucionais e eventos oficiais, quando necessário;

III - designar os servidores que exercerão as funções de Direção e de Coordenação Pedagógica e de Projetos;

IV - encaminhar, ou designar quem o faça, à Mesa Diretora relatórios e propostas relativas ao funcionamento da Escola do Legislativo;

V - praticar outros atos necessários ao regular funcionamento da Escola do Legislativo.

Art. 6º À Direção da Escola do Legislativo compete:

I - representar a Escola do Legislativo junto à Administração da Câmara Municipal e a entidades e instituições externas;

II - dirigir as atividades administrativas da Escola e adotar as providências necessárias ao seu regular funcionamento;

III - orientar os serviços administrativos da Escola do Legislativo;

IV - elaborar relatório anual de atividades a ser submetido à Presidência;

V - assinar certificados, em conjunto com a Coordenação Pedagógica e de Projetos, documentos escolares e a correspondência oficial da Escola do Legislativo;

VI - propor a celebração de convênios, acordos de cooperação, termos de cooperação técnica e outras parcerias com instituições públicas ou privadas;

VII - propor o recrutamento temporário de professores, instrutores, monitores, palestrantes e conferencistas;
VIII - executar e acompanhar as deliberações do Conselho Geral;

IX - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas por regulamento ou pela Presidência da Câmara.

Art. 7º À Coordenação Pedagógica e de Projetos compete:

I - planejar, coordenar e acompanhar as atividades pedagógicas da Escola do Legislativo;

II - atuar em conjunto com a Direção na execução das ações e projetos institucionais da Escola;

III - propor parcerias e convênios com instituições de ensino e pesquisa;

IV - elaborar, implementar e revisar periodicamente o projeto pedagógico da Escola do Legislativo;

V - coordenar a organização de cursos, seminários, palestras e demais atividades educacionais;

VI - supervisionar a emissão de certificados e registros acadêmicos das atividades educacionais;
VII - implementar as deliberações do Conselho Geral relacionadas às atividades pedagógicas;

VIII - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas por regulamento ou pela Direção.

Art. 8º Ao Conselho Geral compete:

I - deliberar sobre diretrizes e prioridades das atividades da Escola do Legislativo;

II - aprovar o planejamento anual de atividades da Escola;

III - acompanhar a execução das ações educacionais e institucionais desenvolvidas pela Escola;

IV - propor programas, projetos e iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento das atividades legislativas e administrativas;

V - opinar sobre propostas de convênios, parcerias e cooperação institucional;

VI - colaborar na avaliação das atividades e resultados alcançados pela Escola;

VII - exercer outras atribuições previstas em regulamento.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Para a consecução de suas finalidades institucionais, a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Lagoa Santa poderá realizar ou patrocinar cursos, encontros, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações, bem como promover a divulgação de sua produção intelectual ou científica, de forma onerosa ou gratuita.
Parágrafo Único - Na ausência de Regimento próprio, a Escola se regerá pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Lagoa Santa.

Art. 10. A Mesa editará atos complementares necessários ao desempenho das atividades da Escola do Legislativo.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa em, 09 de setembro de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:EAD6CFB4

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.924/2026, DE 09 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera a redação do inciso VI do art. 202 da Lei Municipal n° 03, de 05 de abril de 1950(Código de Postura do Município de Lagoa Santa).

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lagoa Santa no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 49, §§ 2º e 6º, da Lei Orgânica do Município de Lagoa Santa, **PROMULGA** e **FAZ PUBLICAR,** a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º O art. 202 da Lei Municipal nº 03, de 05 de abril de 1950 (Código de Posturas de Lagoa Santa), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 202. (...):

(...)

VI – bares, adegas, restaurantes e estabelecimentos especializados na venda e no comércio de bebidas poderão funcionar, ordinariamente, de 06h até 01h, todos os dias da semana, inclusive domingos, feriados nacionais, estaduais e municipais, civis e religiosos, sem prejuízo da necessidade de observância da ordem pública, do sossego coletivo, da segurança, da higiene, da saúde pública, da legislação ambiental e das demais normas municipais aplicáveis;

(...).

Parágrafo único. O Poder Executivo, por meio do setor competente, poderá rever de ofício, ou a pedido dos interessados, as licenças concedidas aos estabelecimentos comerciais de que trata o inciso VI do art. 202 da Lei Municipal nº 03, de 05 de abril de 1950."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Lagoa Santa, em 09 de setembro de 2026.

VER. ANTÔNIO CARLOS FAGUNDES JÚNIOR
Presidente

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:C9685874

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.059, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera a redação da Portaria nº 2.045, de 14 de agosto de 2026, que institui a Junta de Recursos, conforme o art. 20, §2º da Lei nº 5.311, de 20 de maio de 2024, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 68, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Alterada a redação do art. 2º da Portaria nº 2.045, de 14 de agosto de 2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***"Art. 2º** (...).*

(...)

***III** - Roberto Emerenciano Pereira Júnior e Raquel Luzia de Jesus Silva, representantes da Secretaria Municipal de Fazenda.*

(...)".

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 2.045, de 14 de agosto, de 2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 08 de setembro de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:F1BB25B6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.061, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera a redação da Portaria nº 2.006, de 19 de junho de 2026, que institui a Comissão de Seleção do Chamamento Público nº 002/2026, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso e gozo de suas atribuições conferidas no art. 68, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º, da Portaria nº 2.006, de 19 de junho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

***"Art. 1º** (...).*

***I -** Alexandre Egídio Guimarães - Matrícula nº 279490;*

***II -** Emannuelly Ferreira de Paula Melo - Matrícula nº 290961;*

***III -** Elenir Ferreira da Silva Alves - Matricula nº 292298;*

***IV -** Gabriela de Paula Diniz - Matrícula nº 291633*

***V -** Layd Enid Carla Melo Fernandes - Matrícula nº 291376.*

***Parágrafo único:** A Comissão de Seleção dos Trabalhos relativos ao Chamamento Público nº 002/2026, será presidido pelo servidor Alexandre Egídio Guimarães, sendo substituído em sua ausência pela servidora Emannuelly Ferreira de Paula Melo.*

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 2.006, de 19 de junho de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 10 de setembro de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:069B7982

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.062, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

Altera a redação da Portaria nº 1.979, de 22 de abril de 2026, que dispõe sobre o Conselho Municipal do Idoso de Lagoa Santa - CMI-LS, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA**, no uso e gozo de suas atribuições conferidas no art. 68, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º O inciso II, do art. 2º, da Portaria nº 1.979, de 22 de abril de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

***"Art. 2º** (...).*

(...)

***II -** Representantes da Sociedade Civil:*

***b)** Representantes de Sindicatos e/ou Associação de Aposentados, Organização de grupo ou movimento do idoso ou de Credo Religioso com políticas explícitas e regulares de atendimento e promoção ao idoso:*

***Titular:** Raiana Fernandes de Souza Pinheiro;*
***Suplente:** Oliviane Laís Almeida.*

(...).

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 1.979, de 22 de abril de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revoga a Portaria nº 2.052, de 26 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, 11 de setembro de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennifer Agatha Moreira da Cruz
Código Identificador:787A4050

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES
INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **INTIMAÇÃO** enviada à empresa **PRIMETECH INFORMÁTICA LTDA** – CNPJ: **03.812.745/0002-24 –** Contrato de Fornecimento nº 108/2026. A **intimação** encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **1837/2026.** Em **14/09/2026.**

DEBORAH VIEIRA
Membro da COPEFOR

Publicado por:
Deborah Vieira Costa
Código Identificador:6BE018B1

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES
INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **INTIMAÇÃO** enviada à empresa **CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES** – CNPJ: **23.228.076/0001-74 –** Ata de Registro de Preço nº 201/2026. A **intimação** encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **1843/2026.** Em **14/09/2026.**

DEBORAH VIEIRA
Membro da COPEFOR

Publicado por:
Deborah Vieira Costa
Código Identificador:90982DE1

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES SANÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **SANÇÃO** enviada à **SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTD**A – CNPJ: **51.659.136/0001-49 –** Ata de Registro de Preços Nº 027/2026. A **Sanção** encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **1173/2026.** Em **14/06/2026.**

LEANDRA CARVALHO
Membro da COPEFOR

Publicado por:
Leandra Márcia de Carvalho
Código Identificador:D0373235

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/CORREGEDORIA-GERAL DO MUNICÍPIO PORTARIA DE DESIGNAÇÃO

Portaria COGEM nº 74, de 14 de setembro de 2026.

Designa servidores para apuração do Processo de Sindicância nº 1845/2026 e dá outras providências.

A CORREGEDORA-GERAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA, no uso das
atribuições previstas no artigo 184, da Lei Municipal n° 3.242, de 16 de janeiro de 2012. Com fulcro no § 1º e § 1º-A do artigo 184, da Lei Municipal n° 3.242, de 16 de janeiro de 2012, alterado pelo artigo 2º da Lei Municipal 5.580, de 24 de junho de 2025 e Portaria 1.981, de 28 de abril de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para constituírem Comissão de Processo de Sindicância, destinada a apurar, no prazo previsto no § 3º, do artigo 184, da Lei Municipal nº 3.242, de 16 de janeiro de 2012, alterado pelo artigo 3º, da Lei Municipal nº 5.269, de 19 de março de 2024, conforme os fatos de que trata o Processo de Sindicância nº 1845/2026, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos:

– Allyne da Silva Cunha – matrícula nº 27834-7;

– Fabiana Ribeiro Evangelista – matrícula nº 28911-0;

– Roselene Alexandre Reis – matrícula nº 00398-5.

Parágrafo único. Os trabalhos dessa Comissão serão presididos pela servidora Allyne da Silva Cunha.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa Santa, 14 de setembro de 2026.

MONIKY KATIANE PINHEIRO DE ALMEIDA
Corregedora-Geral do Município

Publicado por:
Moniky Katiane Pinheiro de Almeida
Código Identificador:0A39DCA6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
COMUNICADO DE CONCESSÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL/DISPENSA

O Secretário Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, torna público que foi expedido o seguinte certificado de licenciamento ambiental, na modalidade de dispensa:

CERTIFICADO Nº: 07/2026
TIPO: Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS-CADASTRO
REQUERENTE: 3D Abastecimentos & Serviços Ltda.
CNPJ: 65.809.199/0001-49
ENDEREÇO: Rodovia BR 16 – KM 758 e 500 metros, Bairro Fortaleza, CEP: 36700-610
PROCESSO: 168.200.2026LA0007/2026
ATIVIDADE: F-06-01-7: postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação.
CLASSE: 2
COORDENADAS: Latitude 21°30’4,93” S – Longitude 42°35’,55,23” O
DATA DA EXPEDIÇÃO: 09/09/26
DATA DE VALIDADE: 09/09/36
DATA DA PUBLICAÇÃO: 11/09/26 – Diário Oficial dos Municípios Mineiros
GUIA DE RECOLHIMENTO CÓDIGO 000079757 – **CÓDIGO DA RECEITA**: 1459
R$ 314,08 (trezentos e quatorze reais e oito centavos)
SIGNATÁRIOS: Luiz Henrique Nogueira Gesualdi e Érica Pereira Bedim

Leopoldina, MG, 10 de setembro de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:31546A55

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
COMUNICADO DE REABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2025, PRC 180/2025.

O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA - Pregão Eletrônico nº 83/2025, PRC 180/2025.
Objeto: Reabertura do processo licitatório visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de varrição de vias e logradouros públicos, no Município de Leopoldina-MG, com critério de julgamento por menor preço global, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência. Para retorno da fase de julgamento, devido a rescisão unilateral do contrato nº 192/2025. Dia da Licitação: 17/09/2026, às 10:00 horas. Local: www.compras.gov.br . Órgão gerenciador (UASG 984767). O edital encontra-se disponível no endereço indicado, no Portal Nacional e Contratações Públicas (PNCP) e também no site www.leopoldina.mg.gov.br , link Licitação.

Leopoldina, MG, 14 de setembro de 2026.

KARINE LOUZADA GOMES NAMORATO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Ana Carla Furtado Neto
Código Identificador:517EA42A

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
COMUNICADO DE RETORNO A FASE DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO, NOS ITENS 02 E 06. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2025, PRC 0245/2025.

O MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA – COMUNICADO DE RETORNO A FASE DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO, nos itens 02 e 06. Pregão Eletrônico nº 065/2025, PRC 0245/2025. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para as escolas e creches municipais, para o ano de 2026, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas contidas no Termo de Referência. Dia da Licitação: 16/09/2026, às 10:00 horas. Local: www.compras.gov.br . O órgão gerenciador (UASG 984767).

Leopoldina, MG, 14 de setembro de 2026.

JANE ADRIANA BONIN MONTAN NETTO –
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Ana Carla Furtado Neto
Código Identificador:C2CF0A89

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 078/2026

PROCESSO Nº 184.2086/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 3 de setembro de 2026 e o Parecer Técnico de nº 66/2026, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessado VR FOOD SERVICE, em que solicita a supressão de um indivíduo arbóreo da espécie Oiti (M*aquilia tomentosa*) localizado na Rua Joaquim Ferreira Brito, nº 130, Bairro do Rosário, informa que a solicitação foi aprovada por unanimidade, tendo como medida compensatória o plantio nas proximidades de outro indivíduo arbóreo da mesma espécie, medindo, no mínimo, 1,5 metros de altura.

Leopoldina, MG, 4 de setembro de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/Leopoldina-MG

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:4B1A362A

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 079/2026

PROCESSO Nº 206.2600//2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 3 de setembro de 2026 e o Parecer Técnico de nº 85/2026, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessado **RAFAEL FERNANDES DE PAULA,** em que solicita a supressão de um indivíduo arbóreo da espécie Oiti (M*aquilia tomentosa*) localizado na Rua Farmacêutico Durval Bastos, nº 655, Bairro de Fátima, informa que a solicitação foi aprovada por unanimidade, tendo como medida compensatória a doação à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de 25 (vinte e cinco) mudas de espécies frutíferas diversas, medindo cada uma no mínimo 1,5 metros.

Leopoldina, MG, 4 de setembro de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/Leopoldina-MG

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:2F24EB5B

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 080/2026

PROCESSO Nº 202.2489//2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 3 de setembro de 2026 e o Parecer Técnico de nº 75/2026, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessado **ELOY DO VALE NETO,** em que solicita a supressão de um indivíduo arbóreo Fabáceo, de espécie muito similar ao nativo Alecrim de Campina *(Holocalyx balansae*), na Rua Manoel Lobato nº 175, Centro, informa que a solicitação foi aprovada por unanimidade, tendo como medida compensatória o plantio no local de 25 (vinte e cinco) mudas de espécies nativas/frutíferas diversas, tantas conquanto foram possíveis ou, não o sendo, que as mesmas sejam doadas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, medindo cada uma no mínimo 1,5 metros.

Leopoldina, MG, 4 de setembro de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/Leopoldina-MG

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:AC7305EB

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 081/2026

PROCESSO Nº 229.3293//2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 3 de setembro de 2026 e o Parecer Técnico de nº 90/2026, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessado **CLUBE DO MOINHO,** CNPJ Nº 17.731.597/0001-47 que solicita a supressão de um indivíduo arbóreo adulto de espécie Palmeira Imperial *(Roystonea oleracea*), localizado na Rua Dr. Custódio Junqueira, nº 550, Centro, informa que a solicitação foi aprovada por unanimidade, tendo como medida compensatória o plantio no local de 5 (cinco) palmeiras de espécie Jussara..

Leopoldina, MG, 4 de setembro de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/Leopoldina-MG

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:5E92DC46

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 082/2026

PROCESSO Nº MEMORANDO SEMA Nº 109//2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 3 de setembro de 2026, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessada a **109º SUBSEÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS DE LEOPOLDINA-OAB-MG**, em que solicita a supressão de dois indivíduos arbóreos da espécie nativa Oiti *(Moquilea tomentosa*), localizado no cruzamento das ruas Idalina Gomes Domingues com Maria do Carmo Salles, informa que o processo foi retirado de pauta para que o requerente apresente o respectivo projeto de engenharia da obra pretendida.

Leopoldina, MG, 4 de setembro de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/Leopoldina-MG

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:17B03E54

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 083/2026

PROCESSO MEMORANDO SEMA Nº 108//2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 3 de setembro de 2026, tendo em vista o Parecer Técnico nº 80/2026 ,nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessado o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE LEOPOLDINA**, em que solicita a vistoria de um indivíduo arbóreo da espécie Ipê *(Handroanthus albus*), localizado no passeio público na Rua Colatino Barbosa de Castro, Vila Esteves, informa que a solicitação foi indeferida, por ora, sendo sugerido que se espere a primavera para identificação de sinais vitais do mencionado indivíduo.

Leopoldina, MG, 4 de setembro de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/Leopoldina-MG

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:C106C4EF

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 084/2026

DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 084/2026
PROCESSO Nº MEMORANDO SEMA Nº 224.3131/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 3 de setembro de 2026, tendo em vista o Parecer Técnico nº 87/2026, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessada a Senhora **HELENICE OLIVEIRA FONSECA**, em que solicita a poda de um indivíduo arbóreo da espécie Oiti *(Maquilea tomentosa)*, localizado na Rua 27 de Abril nº 263, Bairro da Fábrica, informa que a solicitação foi retirada de pauta para análise mais detalhada.

Leopoldina, MG, 4 de setembro de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/Leopoldina-MG

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:DC89AEA9

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 085/2026

PROCESSO Nº MEMORANDO SEMA Nº 143.1226/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 3 de setembro de 2026, considerando o Parecer Técnico nº 70/2026, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessado o Senhor **ELBIO GOUVEA FILHO** que solicita a retirada de remanescentes lenhosos de 03 (três) indivíduos arbóreos adultos de espécie Oitis *(Maquilea tomentosa)*, localizados na Rua Monsenhor Guilherme de Oliveira, nº 199, Bairro Pedro Brito Neto, informa que a solicitação foi deferida tendo como medida compensatório o plantio no local de 3 (três) indivíduos arbóreos da mesma espécie.
.

Leopoldina, MG, 4 de setembro de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/ Leopoldina-MG

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:7F02FBF9

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 086/2026

DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 086/2026
PROCESSO MEMORANDO SEMA Nº 216.2774/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 3 de setembro de 2026, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessado o Senhor **LUIZ CLÁUDIO BASTOS DE MOURA**, em que solicita a poda de um indivíduo arbóreo da espécie Oiti *(Maquilea tomentosa)*, localizado na Rua Omar Junqueira Bastos, nº 111, Bairro da Fábrica, informa que a solicitação foi retirada de pauta para análise mais detalhada, inclusive quanto a necessidade de apresentação de alvará para obras de construção/reforma/ampliação, bem como sobre laudo de alternativa locacional.

Leopoldina, MG, 4 de setembro de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/Leopoldina-MG

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:D7FB4C2A

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
DELIBERAÇÃO CODEMA Nº 087/2026

PROCESSO MEMORANDO SEMA Nº 217.2832/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Leopoldina – **CODEMA**, no uso de suas atribuições legais, e considerando a decisão plenária ocorrida na reunião ordinária de 3 de setembro de 2026, nos autos do processo em epígrafe, em que figura como interessado **TREVO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA.**, CNPJ nº 53.072.789/0001-52, em que apresenta o cumprimento da Condicionante de Instalação nº 12 – Relatório Técnico Descritivo e Fotográfico de Controle Ambiental, Licença Ambiental Simplificada nº 01/2024, informa que o plenário tomou ciência da informação, com ela concordando.

Leopoldina, MG, 4 de setembro de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Presidente do CODEMA/Leopoldina-MG

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:3AC0F3BC

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATOS DE EMPENHOS

Empenho: OR 11260
Contratante: Município de Leopoldina
Contratado: ROMULO CARVALHO NASCIMENTO
– CNPJ 27.265.084/0001-41
Objeto: contratação de empresa na produção audiovisual para elaboração, produção para captação de vídeo, para a secretaria do turismo
Valor Total: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).
Recursos: Próprio.
Vigência: 30 dias.

Condições de pagamento: Após a prestação dos serviços, o pagamento devido será efetuado 30 dias úteis após o evento, juntamente com a Nota
Fiscal, certidão negativa de INSS e FGTS, caso a empresa tenha empregados e caso não tenha, declaração no corpo da nota fiscal, em conformidade com as instruções normativas da Previdência Social.
Data da Nota de empenho: 11/09/2026
Processo Licitatório – n°. PRC 183/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz
ROMULO CARVALHO NASCIMENTO – CNPJ 27.265.084/0001-41

Empenho: OR 11260
Contratante: Município de Leopoldina
Contratado: ROMULO CARVALHO NASCIMENTO
– CNPJ 27.265.084/0001-41
Objeto: contratação de empresa na produção audiovisual para elaboração, produção para captação de vídeo, para a secretaria do turismo
Valor Total: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).
Recursos: Próprio.
Vigência: 30 dias.
Condições de pagamento: Após a prestação dos serviços, o pagamento devido será efetuado 30 dias úteis após o evento, juntamente com a Nota Fiscal, certidão negativa de INSS e FGTS, caso a empresa tenha empregados e caso não tenha, declaração no corpo da nota fiscal, em conformidade com as instruções normativas da Previdência Social.
Data da Nota de empenho: 11/09/2026
Processo Licitatório – n°. PRC 183/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz
ROMULO CARVALHO NASCIMENTO – CNPJ 27.265.084/0001-41

Publicado por:
Ana Carla Furtado Neto
Código Identificador:F528365F

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

EXTRATO DO DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 99/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 205/2015 - CONCORRÊNCIA N° 02/2015
Partes: INFRACON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. e Prefeitura Municipal de Leopoldina.
Cláusula primeira – do Objeto: Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras (memorando n° 106/2026), fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, a partir de 25/07/2026, em consonância com o art. 57, 1°, IV, da Lei Federal n° 8.666/93.
Data de assinatura: 21/07/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina/MG.
Wesley Bambirra Rodrigues

EXTRATO DO DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 28/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 924/2016 - CONCORRÊNCIA N° 03/2015
Partes: INFRACON ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. e Prefeitura Municipal de Leopoldina.
Cláusula primeira – do Objeto: Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras (memorando n° 106/2026), fica prorrogado o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, a partir de 15/09/2026, em consonância com o art. 57, 1°, IV, da Lei Federal n° 8.666/93.
Cláusula segunda - DO REAJUSTE: Constitui objeto do presente termo, em consonância com os preceitos legais da Lei FEDERAL N° 8.666/93, o reajuste contratual no percentual de 6,66% conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras.
Data de assinatura: 21/07/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz - Prefeito de Leopoldina/MG.
Wesley Bambirra Rodrigues

Publicado por:
Ana Carla Furtado Neto
Código Identificador:F9312FA6

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 15/2026.

Torna-se público para conhecimento dos interessados que o MUNICÍPIO DELEOPOLDINA, inscrito no CNPJ sob o nº 17.733.643/0001-47, sediado a Rua LucasAugusto, nº 68, por meio da Secretaria Municipal de Obras, realizará licitação namodalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e dos Decretos Municipais nº 5.189/23, 5.190/23 e 5.570/25 e Decreto Federal nº 7.983/13, e das Leis Complementares nº 123/2006, nº 147/2014, e n° 155/2016, e legislação aplicável. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia e construção civil para execução de reforma da Praça Professora Geny Bittencourt de Araujo, no bairro Eldorado, no Município de Leopoldina/MG, sob regime de execução por empreitada por preço unitário, de caráter não continuado, com fornecimento de material, ferramentas, equipamentos, administração de obra, mão de obra e todas demais operações necessárias e suficientes para entrega final do objeto, em conformidade com as condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas contidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital. Valor estimado: R$ 221.465,33 (duzentos e vinte e um mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e trinta e três centavos).

Prazo de execução: 3 (três) meses.

Data e horário da sessão pública: 30/09/2026 às 09h30min.
Sítio eletrônico: www.compras.gov.br
O edital e seus anexos estão disponíveis no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Leopoldina/MG: www.leopoldina.mg.gov.br.
Comissão Especial de Licitação de Obras
Decreto nº 5.021/2022 - Portaria nº 153/2025
Bruno Gomes Barbosa, Fernanda dos Reis Gomes e Daniel Fonseca Maia

Leopoldina/MG, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Carla Furtado Neto
Código Identificador:55D46C15

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
PORTARIA Nº 208, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SMAS Nº 006/2026, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado SMAS nº 006/2026,com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, conforme Lei Municipal 2.620 de 25.05.1994, para contratação por tempo determinado, publicado no órgão de imprensa oficial do Município – Diário Oficial dos Municípios Mineiros, cujos classificados são os listados no anexo I, parte integrante da presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 11 de setembro de 2026.
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Municipal de Assistência Social

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município

Edital de Processo Seletivo Simplificado SMAS nº 006/2026
RESULTADO FINAL

Oficial de Serviço de Acolhimento Institucional – Cuidador Social

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
NATANAEL DA SILVA DOMINGUES	18,0
NILZA XISTO FERREIRA	18,0
GISELE APARECIDA CESÁRIO GONÇALVES	18,0
POLIANA REIS FERREIRA	18,0
ROBERTA DE SOUZA JERONIMO	17,9
MÁRCIA IOLANDA DA SILVA GUEDES	17,9
ANDERSON VALENTIM TEIXEIRA	17,9
CARINA COSTA LOURENÇO	16,0
WINDERSON SOARES PEREIRA	16,0
ELIZANI ZANGIROLAMI BEDIM	15,8
NAIRA OLIVEIRA DOS SANTOS	15,0
ALEXANDRE SAMPAIO DE ASSIS	14,0
BRUNA DA COSTA DE SOUZA MENDONÇA	14,0
JOANA APARECIDA SANTOS HORACIO	14,0
GABRIELLE LAMOIA DA SILVA	14,0
RAIANNY SOUZA FERNANDES	13,7
GLEICE DA PAZ DIANA MONTAM	13,5
LARA LOPES SILVA	12,4
MARINA FONTANELLA	12,1
ODILENE APAREIDA CALIXTO DIAS	11,5
KARINE DA SILVA MARTINS	11,5
ATHALISSON PAULINELYDA SILVA	11,4

Leopoldina, MG, 11 de setembro de 2026.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Municipal de Assistência Social

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Rachel Soares Faria Pereira
Código Identificador:D3FFF626

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
SOLUÇÃO PROCESSO SUMÁRIO DISCIPLINAR Nº PSD 001/2026

SOLUÇÃO PROCESSO SUMÁRIO DISCIPLINAR Nº PSD 001/2026
PORTARIA Nº PSD 001/2026

O Comandante da Guarda Civil Municipal de Leopoldina, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Complementar Municipal nº 93/2025 e no Decreto Municipal nº 5.655/2026,
CONSIDERANDO QUE:
I – o presente Processo Sumário Disciplinar foi instaurado para apurar as circunstâncias relacionadas à avaria constatada no lançador de elastômero nº 1240, especialmente quanto à ausência da mira dianteira;
II – durante a instrução foram analisados os registros de utilização e cautela do equipamento, bem como colhidas as declarações dos GCMs Carlos Eduardo Moreira, Souza, Napoleão e Gustavo Almeida Duque;
III – em 24 de junho de 2026, o GCM Carlos Eduardo Moreira constatou a ausência da mira dianteira no equipamento, comunicando a irregularidade;
IV – durante a apuração foi constatada a ocorrência de substituição dos lançadores sem registro formal, não tendo sido possível identificar quem realizou a substituição ou em que momento ela ocorreu;
V – foi apresentada fotografia referente à operação realizada em 11 de junho de 2026, na qual já era possível visualizar a ausência da mira dianteira em um dos lançadores, demonstrando que a irregularidade era anterior à sua constatação formal em 24 de junho de 2026;
VI – apesar das diligências realizadas e das declarações colhidas, não foi possível individualizar a autoria da avaria, não havendo elementos que demonstrem que determinado Guarda Civil Municipal tenha concorrido para a transgressão disciplinar;
RESOLVE:
I - Considerando o art. 7º, inciso III, do Decreto Municipal nº 5.655/2026, que estabelece como causa de absolvição a hipótese de "não existir prova de ter o acusado concorrido para a transgressão disciplinar";

II – Arquivar o Processo Sumário Disciplinar nº PSD 001/2026, considerando que, embora comprovada a existência da avaria no lançador de elastômero nº 1240, não foi possível individualizar a autoria ou demonstrar que determinado Guarda Civil Municipal tenha concorrido para a transgressão disciplinar.
III – determinar o arquivamento dos autos, para os devidos registros administrativos;
IV – dê-se ciência aos interessados, quando cabível.

Leopoldina/MG, 14 de setembro de 2026.

YOSHIO LUIZ YAMAGUCHI
Comandante da Guarda Civil Municipal de Leopoldina

Publicado por:
Thiago Azevedo Silva
Código Identificador:170B7025

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LIMEIRA DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE
EXTRATO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0655.097-36

FUNDO NACIONAL DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA SOCIAL – FIIS

Agente Financeiro: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Tomador: MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE – MG.

Objeto: Financiamento, com recursos do Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social – FIIS, destinado à construção de uma Unidade de Atendimento Imediato (UAI) e à compra de equipamentos, visando à ampliação e melhoria dos serviços públicos de saúde no Município de Limeira do Oeste/MG.

Autorização Legislativa: Lei Municipal nº 1.176, de 1º de junho de 2026.

Prazo: 120 (cento e vinte) meses, sendo 24 (vinte e quatro) meses de carência e 96 (noventa e seis) meses de amortização.

Valor Global: R$ 6.428.527,00 (seis milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quinhentos e vinte e sete reais).

Limeira do Oeste – MG, 27 de agosto de 2026.

LEANDRO DE SOUZA CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geovana Freitas Fortunato
Código Identificador:ED18FA44

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LUZ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4059/2026, DE 3 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 4059/2026, de 3 de Agosto de 2026.

Remanejamento de recursos orçamentários, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE LUZ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LUZ e autorização contida na Lei Municipal nº 2985/2025, de 24 de Junho de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 697.576,88, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.002 - SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2013-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado

R$2.216,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.216,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$2.340,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.340,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$10.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 10.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- EDUCAÇÃO BÁSICA - RECURSOS FUNDEB
04.003.12.365.8.2190-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$800,00
1.540.000.1070 Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos - 70% 800,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$5.003,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.003,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$9.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 9.000,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$8.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 8.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$14.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 14.500,00

- SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$9.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 9.000,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$12.000,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 12.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2234-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

R$20.000,00

1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 20.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2234-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$7.000,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 7.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$14.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 14.200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$4.350,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.350,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$212,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 212,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$10.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 10.000,00

- SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- GABINETE DA SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04.001.12.361.5.2054-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$800,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 800,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2233-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$400,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 400,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2156-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$650,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 650,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$1.200,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 1.200,00

- SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- GABINETE DA SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04.001.12.361.5.2054-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil R$250,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 250,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil R$400,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 400,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2120-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

R$11.100,00

1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 11.100,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$5.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 5.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2156-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 200,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.001 - GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 500,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.001 - GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 200,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2156-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$2.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.600,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.700,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.700,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$550,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 550,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.001 - GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$7.600,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 7.600,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$210,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 210,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

R$15.000,00

1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 15.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$30.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 30.000,00
05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.683,88
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 1.683,88

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$760,00
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 760,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.100,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.100,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2072-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2233-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$400,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 400,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.250,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$4.880,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.880,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$4.350,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.350,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2197-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100,00

10.000 - SEC MUNIC DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE ESTEIOS
10.001 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
10.001.4.122.5.2214-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$850,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 850,00

10.000 - SEC MUNIC DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE ESTEIOS
10.001 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
10.001.4.122.5.2214-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

R$1.100,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.100,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.600,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$700,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 700,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$27.200,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 27.200,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$19.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 19.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$7.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 7.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$2.890,00
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 2.890,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.4.122.5.2001-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$150,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 150,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$2.500,00

1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 2.500,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2072-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 500,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$120,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 120,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.001 - GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.600,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

R$820,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 820,00

- SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$2.940,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.940,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.541.22.2130-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.450,00
1.720.000.0000 Transf. União Ref. às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural - FEP -Lei 1.450,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.541.22.2129-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.620,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.620,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.001 - GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$990,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 990,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.500,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 1.500,00

- SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- GABINETE DA SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04.001.12.361.5.2054-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$4.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 4.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.200,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.541.22.2130-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$320,00
1.720.000.0000 Transf. União Ref. às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural - FEP -Lei 320,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2072-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 200,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$11.120,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 11.120,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$8.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 8.000,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.541.22.2129-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

R$30,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 30,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$80,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 80,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$80,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 80,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.002 - SERVIÇO DE AGRICULTURA

09.002.20.606.20.2192-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$3.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.200,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$320,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 320,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$730,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 730,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$138,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 138,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$10.000,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 10.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2072-3.3.90.31.00.00.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Cient., Desport R$400,00
1.719.000.0000 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/202 400,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$5.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$7.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 7.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$2.100,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.100,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

R$250,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 250,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2040-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$170,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 170,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.002 - SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$450,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 450,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.006 - SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2088-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$220,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 220,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.003 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.003.11.332.21.2090-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$30,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 30,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$550,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 550,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001 - GAB.SEC. MUNICIPAL BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001.8.244.5.2105-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.25.2226-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$50,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 50,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001 - GAB.SEC. MUNICIPAL BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001.8.244.5.2105-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$950,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 950,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.004 - CEMITÉRIO MUNICIPAL
08.004.15.452.17.2132-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.600,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$5.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 5.000,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.500,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.001 - GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R$1.800,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.800,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.100,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.100,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.100,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.200,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.003 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.003.11.332.21.2090-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 250,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.002 - SERVIÇO DE CONTABILIDADE
03.002.4.121.5.2026-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 250,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.25.2226-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$400,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 400,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.400,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2120-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R$800,00

1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 800,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.700,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 3.700,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$780,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 780,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$10.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 10.000,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.002 - SERVIÇO DE AGRICULTURA

09.002.20.606.20.2192-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.250,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.006 - SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2088-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$320,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 320,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.010,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.010,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.305.24.2052-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$520,00
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 520,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$150,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 150,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R$420,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 420,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001 - GAB.SEC. MUNICIPAL BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001.8.244.5.2105-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 800,00

- SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
- GAB.SEC. MUNICIPAL BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001.8.244.5.2105-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 800,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2239-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$10.000,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 10.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$480,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 480,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.850,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 1.850,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$550,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 550,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.004 - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2146-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$5.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2146-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$18.544,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 18.544,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2234-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$96.900,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 96.900,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 600,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R$350,00

1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 350,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$11.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 11.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2207-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$360,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 360,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 400,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 400,00

- SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$700,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 700,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.700,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.700,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2328-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 800,00

10.000 - SEC MUNIC DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE ESTEIOS
10.001 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
10.001.4.122.5.2214-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$50,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 50,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.006 - SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2088-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.330,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.330,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$6.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 6.000,00

- GABINETE DO PREFEITO
- GABINETE DO PREFEITO
01.001.6.181.23.2008-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$130,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 130,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2158-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R$280,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 280,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.004 - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2146-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$320,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 320,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
- ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS
01.002.4.122.5.2004-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$360,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 360,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.16.2137-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$180,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 180,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$330,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 330,00

10.000 - SEC MUNIC DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE ESTEIOS
10.001 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
10.001.4.122.5.2214-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$320,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 320,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$320,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 320,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2031-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$710,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 710,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.002 - SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.320,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.320,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.002 - SERVIÇO DE AGRICULTURA

09.002.20.606.20.2192-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.600,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.003 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL
30.003.17.511.2025.2223-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.000,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 2.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç

R$6.000,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 6.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2030-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$33.400,00
1.501.000.0000 Outros Recursos não Vinculados 33.400,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.91.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.780,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.780,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
- FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.1193-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$38.000,00
2.500.000.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 38.000,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$255,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 255,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2072-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$7.660,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 7.660,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$3.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$1.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.500,00

- SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$5.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.200,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$9.600,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 9.600,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2088-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$10.125,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.125,00
Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:
09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$450,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 450,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
- FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2156-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$2.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.600,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$15.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 15.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$3.700,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 3.700,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$10.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 10.000,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.002 - SERVIÇO DE AGRICULTURA

09.002.20.606.20.2192-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$1.250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.250,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 250,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$9.600,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 9.600,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$19.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 19.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$2.500,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 2.500,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.002 - SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$2.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.002 - SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$2.320,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.320,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.002 - SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$3.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.200,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.002 - SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$1.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.600,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 500,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$1.700,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.700,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$3.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.500,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$30.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 30.000,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$3.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$1.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$150,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 150,00

10.000 - SEC MUNIC DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE ESTEIOS
10.001 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
10.001.4.122.5.2214-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$1.100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.100,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$700,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 700,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$27.200,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 27.200,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$7.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 7.000,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05.001.10.122.5.2138-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$120,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 120,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.001 - GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$1.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.600,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$2.340,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.340,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$10.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 10.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.003 - EDUCAÇÃO BÁSICA - RECURSOS FUNDEB
04.003.12.365.8.2190-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$800,00
1.540.000.1070 Transf. do FUNDEB - Impostos e Transf. de Impostos - 70% 800,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$5.003,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.003,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$14.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 14.200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$9.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 9.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$4.350,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.350,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$212,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 212,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$1.200,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 1.200,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$8.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 8.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$14.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 14.500,00

- SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$9.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 9.000,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$12.000,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 12.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.001 - GABINETE DA SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04.001.12.361.5.2054-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$4.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 4.000,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$11.120,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 11.120,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.001 - GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$5.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$7.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 7.500,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$255,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 255,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$1.100,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.100,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$4.880,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.880,00

- SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$4.100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.100,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2013-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$2.216,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.216,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.001 - GABINETE DA SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04.001.12.361.5.2054-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$800,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 800,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2233-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$400,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 400,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2156-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$650,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 650,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$6.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 6.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$3.780,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.780,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2031-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$570,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 570,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.004 - CEMITÉRIO MUNICIPAL
08.004.15.452.17.2132-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$3.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.600,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$550,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 550,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2072-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2072-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$7.660,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 7.660,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$780,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 780,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$1.250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.250,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$4.350,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.350,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$2.010,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.010,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 400,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.001.8.244.15.2220-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 400,00
05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$10.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 10.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$820,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 820,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2328-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 800,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.006 - SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2088-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$2.330,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.330,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.16.2137-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$180,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 180,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$330,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 330,00

10.000 - SEC MUNIC DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE ESTEIOS
10.001 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
10.001.4.122.5.2214-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$320,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 320,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$1.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.200,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil R$210,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 210,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil R$760,00
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 760,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil R$240,00
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 240,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001 - GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil R$2.940,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.940,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001 - GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil R$700,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 700,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2072-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil R$200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2040-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil R$170,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 170,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001 - GAB.SEC. MUNICIPAL BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001.8.244.5.2105-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 800,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2239-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$10.000,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 10.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.004 - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2146-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$5.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2195-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$2.700,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.700,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$3.344,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.344,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2234-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$28.900,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 28.900,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$3.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.006 - SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2088-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$10.125,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.125,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2072-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$400,00
1.719.000.0000 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/202 400,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2234-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$20.000,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 20.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2234-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$7.000,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 7.000,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.002 - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS
01.002.4.122.5.2004-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$360,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 360,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.006 - SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2088-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$220,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 220,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.003.11.332.21.2090-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$30,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 30,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.001 - GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 200,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.001 - GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.800,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.003 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.003.11.332.21.2090-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 250,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.002 - SERVIÇO DE CONTABILIDADE
03.002.4.121.5.2026-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 250,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.001 - GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.400,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.683,88
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 1.683,88

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2233-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$400,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 400,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.006 - SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2088-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$320,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 320,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.003 - SANEAMENTO BÁSICO RURAL
30.003.17.511.2025.2223-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$2.000,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 2.000,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES

08.001.4.122.5.2019-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.305.24.2052-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$520,00
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 520,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001 - GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 800,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.600,00

- SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- GABINETE DA SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04.001.12.361.5.2054-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$250,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 250,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.850,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 1.850,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.910,00
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 1.910,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$8.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 8.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2072-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2207-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$360,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 360,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.541.22.2130-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.450,00
1.720.000.0000 Transf. União Ref. às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural - FEP -Lei 1.450,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.541.22.2129-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.620,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.620,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.6.181.23.2008-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$130,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 130,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.004 - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2146-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$320,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 320,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.541.22.2130-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$320,00
1.720.000.0000 Transf. União Ref. às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural - FEP -Lei 320,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001 - GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.4.122.5.2001-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$480,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 480,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$740,00
2.621.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 740,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.004 - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2194-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$8.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 8.500,00
02.004.4.122.5.2195-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$6.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 6.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2030-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$33.400,00
1.501.000.0000 Outros Recursos não Vinculados 33.400,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$10.000,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 10.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2120-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$11.100,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 11.100,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.002 - SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2197-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 100,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2234-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$68.000,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 68.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.001 - GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 600,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$5.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 5.000,00

- SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
05.001.10.122.5.2138-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$550,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 550,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001 - GAB.SEC. MUNICIPAL BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001.8.244.5.2105-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$1.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.200,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$5.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 5.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$2.100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.100,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$7.600,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 7.600,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$3.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$1.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$550,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 550,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$1.700,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.700,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$1.500,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 1.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$8.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 8.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$320,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 320,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001 - GAB.SEC. MUNICIPAL BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO

06.001.8.244.5.2105-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$950,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 950,00
07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 300,00

10.000 - SEC MUNIC DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE ESTEIOS
10.001 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
10.001.4.122.5.2214-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$850,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 850,00

- SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
- GAB.SEC. MUNICIPAL BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001.8.244.5.2105-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 800,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.4.122.5.2001-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$150,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 150,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$2.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2040-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$350,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 350,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$400,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 400,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$990,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 990,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2158-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$280,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 280,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$80,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 80,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$80,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 80,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$320,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 320,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$730,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 730,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$138,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 138,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.3.90.48.00.00.00.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas R$1.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.3.90.48.00.00.00.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas R$1.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.200,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
- FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.1092-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$38.000,00
2.500.000.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 38.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
- FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2156-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.25.2226-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$50,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 50,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$1.100,00

1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.100,00
05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.25.2226-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$400,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 400,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2120-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$800,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 800,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$2.100,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.100,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$420,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 420,00

10.000 - SEC MUNIC DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE ESTEIOS
10.001 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
10.001.4.122.5.2214-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$50,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 50,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.541.22.2129-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$30,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 30,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2031-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$140,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 140,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 3 de Agosto de 2026.

AILTON DUARTE
..936-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:4C5C34A8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4060/2026, DE 3 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 4060/2026, de 3 de Agosto de 2026.

Transferência de recursos orçamentários, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE LUZ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de LUZ e autorização contida na Lei Municipal nº 3117/2025, de 30 de Dezembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 2.866.729,67, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2070-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado

R$2.800,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.800,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$2.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.500,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$2.300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.300,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.003 - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA
08.003.17.512.18.2134-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$46.700,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 46.700,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.305.24.2181-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$28.400,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 28.400,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$57.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 57.200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.305.24.2181-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$4.700,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.700,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$6.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 6.400,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$12.000,00

1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 12.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$1.530,00
1.604.000.0000 Transf. do Gov. Fed. dest. aos agentes comunitários-saúde e de ombate às endemias. 1.530,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.001.28.846.7.0030-3.1.90.94.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas

R$120.000,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 120.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2040-3.3.50.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$4.820,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.820,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.006 - SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2229-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais R$48.000,00
2.500.000.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 48.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.0016-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais R$4.310,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.310,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.367.8.0019-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais R$27.075,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 27.075,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.0015-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- ENSINO GERAL
04.004.12.306.8.2118-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$35.000,00
1.552.000.0000 Transf. de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar 35.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2120-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$20.000,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 20.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2120-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$20.000,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 20.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2120-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$64.575,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 64.575,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.19.2079-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$2.000,00
1.720.000.0000 Transf. União Ref. às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural - FEP -Lei 2.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$3.800,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.800,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2070-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

R$11.000,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 11.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2186-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.600,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 1.600,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$3.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$4.900,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.900,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.002.10.301.11.2235-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$7.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 7.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.001 - GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$3.450,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.450,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$2.400,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.400,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.306.8.2225-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.700,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 1.700,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.900,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 1.900,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.005 - SERVIÇO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
08.005.26.782.17.2131-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$6.000,00
1.501.000.0000 Outros Recursos não Vinculados 6.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2233-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$420,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 420,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

R$770,00

1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 770,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.001 - GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$5.120,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.120,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$2.120,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.120,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2239-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$2.100,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 2.100,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$7.800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 7.800,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$17.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 17.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2239-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.690,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 1.690,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$15.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 15.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- ENSINO GERAL
04.004.12.306.8.2225-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$4.850,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 4.850,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2239-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.800,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 1.800,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$900,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 900,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.306.8.2225-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$27.505,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 27.505,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2089-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo

R$86,69

1.706.000.3110 Transferência Especial da União 86,69

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.306.8.2225-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$42.550,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 42.550,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$30.000,00
2.753.000.0000 (SF) - Recursos provenientes de taxas e contribuições 30.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$5.800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.800,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.25.2042-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$75.500,00
1.621.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 75.500,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$20.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 20.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.25.2042-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$20.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 20.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$2.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.25.2042-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$570,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 570,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$11.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 11.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$4.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.500,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$4.250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.250,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita

R$1.270,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.270,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$380,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 380,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$560,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 560,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.2204-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$720,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 720,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$2.630,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.630,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$2.000,00
2.500.000.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$240,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 240,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$630,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 630,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$4.250,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.250,00
01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.003 - ASSESSORIA JURÍDICA
01.003.4.122.5.2005-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$8.722,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 8.722,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$10.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 10.000,00

10.000 - SEC MUNIC DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO DE ESTEIOS
10.001 - SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
10.001.4.122.5.2214-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R$880,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 880,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$35.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 35.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$13.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 13.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$158.850,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 158.850,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$41.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 41.400,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$31.326,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 31.326,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$20.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 20.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.004 - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2146-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$22.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 22.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2013-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$30.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 30.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$10.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 10.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- SERVICO DE PROMOÇÃO DO ESPORTE
04.006.27.812.10.2088-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$8.650,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 8.650,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.241.15.2122-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R$550,00

1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 550,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001 - GAB.SEC. MUNICIPAL BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001.8.244.5.2105-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 400,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$16.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 16.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.100,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$27.950,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 27.950,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$10.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 10.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$5.900,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.900,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2207-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$14.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 14.500,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.900,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.900,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$12.550,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 12.550,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$10.100,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 10.100,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R$9.000,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 9.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2239-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$23.900,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 23.900,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2239-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$15.700,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 15.700,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.6.181.23.2241-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$12.000,00
1.751.000.0000 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP 12.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$4.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.400,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$130.000,00
2.500.000.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 130.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$7.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 7.200,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$150,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 150,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2239-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$5.000,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 5.000,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$13.900,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 13.900,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.800,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.002 - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

01.002.4.122.5.2004-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R$920,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 920,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$25.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 25.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2040-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2146-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$17.810,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 17.810,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2207-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$60.200,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 60.200,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$12.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 12.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2233-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.500,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$13.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 13.500,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2239-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.350,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 3.350,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.19.2079-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$4.300,00
1.720.000.0000 Transf. União Ref. às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural - FEP -Lei 4.300,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2072-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$26.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 26.500,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R$20.800,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 20.800,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.430,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.430,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.002 - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS
01.002.4.122.5.2004-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$9.870,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 9.870,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$38.290,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 38.290,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$8.100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 8.100,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$65.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 65.000,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.002 - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS
01.002.4.122.5.2004-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$45.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 45.200,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$16.350,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 16.350,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA

04.005.13.392.9.2072-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$29.900,00
1.719.000.0000 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/202 29.900,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$30.000,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 30.000,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$50.000,00
2.753.000.0000 (SF) - Recursos provenientes de taxas e contribuições 50.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2030-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$5.110,00
1.501.000.0000 Outros Recursos não Vinculados 5.110,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.001 - GABINETE DO PREFEITO
01.001.4.122.5.2001-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç

R$16.310,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 16.310,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.003 - ASSESSORIA JURÍDICA
01.003.4.122.5.2005-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$1.750,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.750,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$34.250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 34.250,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2013-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$17.350,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 17.350,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2197-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$5.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.400,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.002 - SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2196-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$1.240,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.240,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2196-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$1.930,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.930,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$24.250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 24.250,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.002 - SERVIÇO DE CONTABILIDADE
03.002.4.121.5.2026-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$28.700,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 28.700,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$10.450,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.450,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.004 - CEMITÉRIO MUNICIPAL
08.004.15.452.17.2132-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 200,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2030-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$11.290,00
1.501.000.0000 Outros Recursos não Vinculados 11.290,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.12.2231-3.3.90.91.00.00.00.00 - Sentenças Judiciais

R$3.900,00

1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.900,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.12.2231-3.3.90.91.00.00.00.00 - Sentenças Judiciais R$5.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.12.2231-3.3.90.91.00.00.00.00 - Sentenças Judiciais R$45.400,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 45.400,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.12.2231-3.3.90.91.00.00.00.00 - Sentenças Judiciais R$8.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 8.200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.12.2231-3.3.90.91.00.00.00.00 - Sentenças Judiciais R$3.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.001.28.846.7.0030-3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições R$252.088,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 252.088,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.6.181.23.1103-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$32.000,00
1.751.000.0000 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP 32.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.4.122.5.1111-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$8.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 8.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.1043-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$161.739,00
2.601.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Estruturação da Rede de 161.739,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.1192-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$3.090,00
2.500.000.1002 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.090,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$43.272,98
1.621.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 43.272,98

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$590,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 590,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente

R$3.600,00

1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.600,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.002 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO
30.002.17.512.2023.2221-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$20.000,00
2.753.000.0000 (SF) - Recursos provenientes de taxas e contribuições 20.000,00
Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de: Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$35.000,00
1.552.000.0000 Transf. de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar 35.000,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$20.000,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 20.000,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$43.272,98
1.621.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 43.272,98

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$161.739,00
2.601.000.0000 (SF) - Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Estruturação da Rede de 161.739,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$30.000,00
2.753.000.0000 (SF) - Recursos provenientes de taxas e contribuições 30.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$50.000,00
2.753.000.0000 (SF) - Recursos provenientes de taxas e contribuições 50.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$20.000,00
2.753.000.0000 (SF) - Recursos provenientes de taxas e contribuições 20.000,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$86,69
1.706.000.3110 Transferência Especial da União 86,69

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$29.900,00
1.719.000.0000 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/202 29.900,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2156-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$13.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 13.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$41.400,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 41.400,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$27.950,00

1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 27.950,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$5.900,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.900,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$14.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 14.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$7.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 7.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$4.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2328-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$6.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 6.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$25.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 25.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$2.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$17.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 17.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2115-3.1.90.04.00.00.00.00 - Contratação por Tempo Determinado R$20.340,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 20.340,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$1.808,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.808,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$35.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 35.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$3.800,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.800,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$11.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 11.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$31.326,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 31.326,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$20.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 20.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$30.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 30.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$3.100,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.100,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$5.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 5.500,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$20.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 20.000,00
- SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- GABINETE DA SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04.001.12.361.5.2054-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$8.200,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 8.200,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$570,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 570,00

- GABINETE DO PREFEITO
- GABINETE DO PREFEITO
01.001.4.122.5.2002-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$13.900,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 13.900,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$27.075,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 27.075,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
- ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS
01.002.4.122.5.2004-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$8.722,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 8.722,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$2.800,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 2.800,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$2.500,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 2.500,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$57.200,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 57.200,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$12.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 12.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$28.400,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 28.400,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$4.700,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 4.700,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$2.300,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 2.300,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$6.400,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 6.400,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.305.24.2052-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$1.530,00
1.604.000.0000 Transf. do Gov. Fed. dest. aos agentes comunitários-saúde e de ombate às endemias. 1.530,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2176-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$2.100,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 2.100,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$7.800,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 7.800,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$26.500,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 26.500,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$20.800,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 20.800,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA

04.005.13.392.9.2072-3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$16.350,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 16.350,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$92,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 92,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2114-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$12.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 12.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$2.630,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.630,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$10.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 10.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$45.400,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 45.400,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$20.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 20.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$10.100,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 10.100,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2238-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$4.900,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.900,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$10.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 10.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001 - GAB.SEC. MUNICIPAL BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001.8.122.5.2106-3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R$720,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 720,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$639,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 639,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.004 - CEMITÉRIO MUNICIPAL
08.004.15.452.17.2132-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$9.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 9.200,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.003 - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA
08.003.17.512.18.2134-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$12.550,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 12.550,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2072-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$9.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 9.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$10.000,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 10.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2176-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$3.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.400,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2328-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$1.020,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.020,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$3.450,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.450,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2121-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$2.000,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 2.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$4.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.500,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$4.250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.250,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$2.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$630,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 630,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$4.250,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.250,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$46.700,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 46.700,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2108-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$10.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 10.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2220-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$210,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 210,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.003 - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA
08.003.17.512.18.2134-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$6.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 6.500,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2115-3.1.90.16.00.00.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil R$14.500,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 14.500,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.25.752.7.0027-3.2.90.21.00.00.00.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato R$32.000,00
1.751.000.0000 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP 32.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.25.752.7.0027-3.2.90.21.00.00.00.00 - Juros sobre a Dívida por Contrato R$12.000,00
1.751.000.0000 Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP 12.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2206-3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais R$8.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 8.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.0015-3.3.60.45.00.00.00.00 - Subvenções Econômicas R$16.310,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 16.310,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.0015-3.3.60.45.00.00.00.00 - Subvenções Econômicas R$1.750,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.750,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.0015-3.3.60.45.00.00.00.00 - Subvenções Econômicas R$34.250,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 34.250,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.0015-3.3.60.45.00.00.00.00 - Subvenções Econômicas R$17.350,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 17.350,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.0015-3.3.60.45.00.00.00.00 - Subvenções Econômicas R$5.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.400,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.0015-3.3.60.45.00.00.00.00 - Subvenções Econômicas R$1.240,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.240,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2176-3.3.90.14.00.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil R$430,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 430,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL

04.004.12.361.8.2119-3.3.90.18.00.00.00.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes R$20.000,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 20.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.0138-3.3.90.18.00.00.00.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes R$4.310,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.310,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$174.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 174.400,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.425,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.425,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$758,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 758,00

- SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.254,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.254,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2192-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$13.859,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 13.859,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2188-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$6.753,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 6.753,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.542.22.2128-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$2.000,00
1.720.000.0000 Transf. União Ref. às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural - FEP -Lei 2.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2188-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$10.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 10.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$8.650,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 8.650,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$2.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.500,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.200,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$550,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 550,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2076-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 400,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.003.11.332.21.2090-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$5.800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.800,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2115-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$20.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 20.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2188-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$10.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 10.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2188-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$3.500,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 3.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2046-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$75.500,00
1.621.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS provenientes do Governo Estadual 75.500,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.001.8.243.14.2240-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$23.900,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 23.900,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2176-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$2.000,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 2.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.305.24.2181-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$3.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2328-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$150,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 150,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2120-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$1.700,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 1.700,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
- ASSESSORIA JURÍDICA
01.003.4.122.5.2005-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$2.800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.800,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA
08.003.17.512.18.2134-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$6.000,00
1.501.000.0000 Outros Recursos não Vinculados 6.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2328-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$5.120,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.120,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2234-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$60.200,00
1.600.000.0000 Transf. Fundo a Fundo-SUS prov. União-Bloco de Manutenção das Ações e Serviços 60.200,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2176-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$2.800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.800,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
- FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.542.22.2128-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$4.300,00
1.720.000.0000 Transf. União Ref. às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural - FEP -Lei 4.300,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.007 - FUNDO MUNIC DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
04.007.13.391.9.2211-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$3.430,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.430,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2115-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$14.290,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 14.290,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2115-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$8.100,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 8.100,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2115-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$560,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 560,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2120-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$4.850,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 4.850,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2040-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$33.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 33.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2120-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$27.505,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 27.505,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2120-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$42.550,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 42.550,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.007 - FUNDO MUNIC DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
04.007.13.391.9.2322-3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R$7.800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 7.800,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.001.8.244.15.2143-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$7.810,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 7.810,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2143-3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distrib. Gratuita R$10.450,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.450,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.005 - SERVIÇO DE PLANEJAMENTO
03.005.4.121.5.2198-3.3.90.35.00.00.00.00 - Serviços de Consultoria R$2.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.004 - ENSINO GERAL
04.004.12.361.8.2193-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$64.575,00
1.550.000.0000 Transferência do Salário-Educação 64.575,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2030-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$7.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 7.000,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.003 - ASSESSORIA JURÍDICA
01.003.4.122.5.2005-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- CEMITÉRIO MUNICIPAL
08.004.15.452.17.2132-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.500,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.003 - ASSESSORIA JURÍDICA
01.003.4.122.5.2005-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$3.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.600,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2328-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.990,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.990,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.305.24.2181-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$4.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.200,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.003 - ASSESSORIA JURÍDICA
01.003.4.122.5.2005-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.900,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.900,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$770,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 770,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$120,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 120,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2189-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$240,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 240,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2176-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.000,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.243.14.2240-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$1.690,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 1.690,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.365.8.2188-3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$900,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 900,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.100,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.100,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.541.22.2130-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$20.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 20.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2071-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$30.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 30.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2115-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$50.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 50.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.003 - SERVIÇO DE TESOURARIA

03.003.4.123.5.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
02.004.4.122.5.2195-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.600,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.600,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2013-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$590,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 590,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2176-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.700,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 3.700,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.243.14.2240-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.000,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 3.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2013-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$920,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 920,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.003 - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA
08.003.17.512.18.2134-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$5.110,00
1.501.000.0000 Outros Recursos não Vinculados 5.110,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.007 - FUNDO MUNIC DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
04.007.13.392.9.2321-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$15.180,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 15.180,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2207-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$28.700,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 28.700,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2207-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 200,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.003 - SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA
08.003.17.512.18.2134-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$11.290,00
1.501.000.0000 Outros Recursos não Vinculados 11.290,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2176-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.350,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 3.350,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.002 - SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2013-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$3.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.400,00
02.002.4.122.5.2197-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.800,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.800,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.003 - SERVIÇO DE TESOURARIA
03.003.4.123.5.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$4.670,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.670,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.005 - SERVIÇO DE PLANEJAMENTO
03.005.4.121.5.2198-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.000,00

- SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- GABINETE DA SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
04.001.12.361.5.2054-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$6.500,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 6.500,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2176-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.370,00
1.660.000.0000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS 1.370,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
08.005.26.782.17.2131-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$27.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 27.000,00

- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.4.122.5.2010-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$5.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2156-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$4.780,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.780,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.12.2326-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$2.500,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.500,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.003 - SERVIÇO DE TESOURARIA
03.003.4.123.5.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.380,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.380,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2196-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$1.900,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.900,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$420,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 420,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.002 - SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2197-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2070-3.3.90.40.00.00.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicaç R$2.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.12.2044-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$2.400,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.400,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.000,00

- SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- GABINETE SEC. MUNIC. OBRAS PÚBLICAS E TRANPORTES
08.001.4.122.5.2019-3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-alimentação R$380,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 380,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2115-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$20.000,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 20.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2030-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$7.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 7.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$2.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.500,00

- SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
- GAB.SEC. MUNICIPAL BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.001.8.244.5.2105-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$6.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 6.000,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.003 - SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
02.003.4.122.5.2014-3.3.90.47.00.00.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas R$2.400,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.400,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2072-3.3.90.48.00.00.00.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.000,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.541.22.2130-3.3.91.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$880,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 880,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.007 - FUNDO MUNIC DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
04.007.13.391.9.2322-3.3.91.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$1.930,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.930,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.007 - FUNDO MUNIC DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
04.007.13.391.9.2322-3.3.91.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$9.070,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 9.070,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.2235-3.3.91.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$620,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 620,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.002.10.302.12.1089-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações	R$53.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE	53.000,00
05.002.10.302.12.1090-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações	R$10.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE	10.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.005 - SERVIÇO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
08.005.26.782.17.1019-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$10.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
- FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO

06.002.16.482.13.1092-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$48.000,00
2.500.000.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 48.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.1092-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$130.000,00
2.500.000.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 130.000,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.1092-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$2.000,00
2.500.000.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.451.17.1094-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$8.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 8.500,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.11.1043-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$10.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 10.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.451.17.1017-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$5.200,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 5.200,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
- SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.451.17.1017-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$13.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 13.500,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO
06.002 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO
06.002.16.482.13.1092-4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R$3.090,00
2.500.000.0000 (SF) - Recursos não Vinculados de Impostos 3.090,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.005 - SERVIÇO DE PROMOÇÃO DA CULTURA
04.005.13.392.9.2072-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$9.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 9.000,00

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
03.004 - SERVIÇO DE CADASTRO, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
03.004.4.129.5.2030-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.000,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.002 - SERVIÇO DE AGRICULTURA
09.002.20.606.20.2123-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$1.300,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.300,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001 - GAB. SEC. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.001.20.122.5.2093-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$4.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 4.000,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.002 - EDUCAÇÃO BÁSICA
04.002.12.361.8.2115-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$4.550,00
1.500.000.1001 Recursos não Vinculados de Impostos - ENSINO 4.550,00

04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
04.007 - FUNDO MUNIC DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
04.007.13.391.9.2322-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$10.450,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 10.450,00

02.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
02.002 - SERVIÇO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
02.002.4.122.5.2013-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$2.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.304.24.2050-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$2.900,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 2.900,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.302.12.2233-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$3.000,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 3.000,00

08.000 - SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES
08.002 - SERVIÇOS DE OBRAS E URBANISMO
08.002.15.452.17.2328-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$1.990,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.990,00

05.000 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.303.25.2226-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$4.200,00
1.500.000.1002 Recursos não Vinculados de Impostos - SAÚDE 4.200,00

09.000 - SEC. MUN. AGRICULTURA, DESENV. ECON.,MEIO AMBIENTE
09.004 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
09.004.18.541.22.2129-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$1.270,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 1.270,00

06.000 - SEC. MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO

06.003 - FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
06.003.8.243.14.2135-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$2.500,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.500,00
06.003.8.243.14.2156-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$3.790,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 3.790,00

07.000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.8.244.15.2327-4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R$2.000,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 2.000,00

01.000 - GABINETE DO PREFEITO
01.003 - ASSESSORIA JURÍDICA
01.003.28.846.5.0009-4.6.90.91.00.00.00.00 - Sentenças Judiciais R$51.850,00
1.500.000.0000 Recursos não Vinculados de Impostos 51.850,00

30.000 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
30.001 - ADMINISTRAÇÃO GERAL (SAAE)
30.001.99.999.9999.9999-9.9.99.99.00.00.00.00 - Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS R$30.000,00
1.753.000.0000 Recursos provenientes de taxas e contribuições 30.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 3 de Agosto de 2026.

AILTON DUARTE
..936-** Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:DCFB8255

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO Nº: 1226/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 056/2026

Processo nº: 1226/2026
Inexigibilidade de Licitação nº: 056/2026
Data: 14/09/2026
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Luz, em cumprimento ao que preceitua o Artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, com respaldo no **Parecer Jurídico nº. 723/2026** de 10 de setembro de 2026, **RATIFICA** a contratação para **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 74, INCISO III, DA LEI Nº 14.133/2021, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS CONTENCIOSOS DE NATUREZA TÉCNICA E INTELECTUAL, COMPREENDENDO O PATROCÍNIO JUDICIAL, EM TODOS OS GRAUS DE JURISDIÇÃO, DAS AÇÕES DESTINADAS À REVISÃO DAS BASES DE CÁLCULO E À RECUPERAÇÃO DE VALORES REPASSADOS A MENOR AO MUNICÍPIO DE LUZ/MG A TÍTULO DE: (I) COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS – CFEM; (II) FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – FPM; (III) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS; E (IV) INCREMENTO DE REPASSE DE ICMS/IPI - VAF; INCLUÍDAS TODAS AS MEDIDAS PROCESSUAIS ACESSÓRIAS NECESSÁRIAS À EFETIVA RECOMPOSIÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS"** e autoriza o empenho da despesa em favor da empresa**:**

MONTALVÃO & SOUZA LIMA SOCIEDADE DE ADVOGADOS
CNPJ: 49.306.842/0001-65

Valor Estimado a ser recuperado: R$ 21.844.174,29 (Vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, cento e setenta e quatro reais e vinte e nove centavos)
Valor Estimado a ser pago a empresa contratada: R$ 4.368.834,86 (Quatro milhões, trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos)

Fundamento legal: Artigo 74, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021.

Publique-se.

Luz/MG, 14 de setembro de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:271C73A8

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO Nº: 1812/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 052/2026

Processo nº: 1812/2026
Dispensa de Licitação nº: 052/2026
Data: 14/09/2026

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Como Prefeito Municipal de Luz, em cumprimento ao que preceitua o artigo 71, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021, com respaldo no **Parecer de N.º 733/2026**, de 10 de setembro de 2026, da lavra Procuradoria Jurídica do Município de Luz, **RATIFICO** contratação para: **"Contratação de empresa especializada para implantação de 04 (quatro) pontos de videomonitoramento com câmeras LPR/ANPR e infraestrutura associada, incluindo conectividade, VMS, licenças, processamento e armazenamento, e para prestação de manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico"** e autorizo o empenho das despesas em favor da empresa licitante**:**
LC MONITORAMENTO INTELIGENTE LTDA
CNPJ: 19.499.566/0001-38

Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Valor Global do Processo: R$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais)

Publique-se.

Luz/MG, 14 de setembro de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:1187C234

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2026 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2026 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

A Controladoria do Município de Luz-MG, neste ato representado pelo Coordenador do Sistema de Controle Interno, torna pública a errata da publicação de Código Identificador E77F7613, de 14/09/2026, referente à INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2026 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026, realizada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, Edição 4359.
A INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2026 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026 foi publicada com dados incorretos, por tal erro material,

faz-se na presente data a reedição da Instrução Normativa, mantendo-se a íntegra de seu conteúdo, para que surta seus efeitos legais e proceda-se à respectiva retificação junto aos arquivos municipais.

Luz, 14 de setembro de 2026.

MARCOS ALEXANDRE ARAÚJO DUARTE
Coordenador do Sistema de Controle Interno

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:5F886F0F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2026

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES, CRITÉRIOS, FLUXO DE PROCEDIMENTOS E DILIGÊNCIAS OBRIGATÓRIAS PARA A PROSPECÇÃO, CELEBRAÇÃO, ADITAMENTO, GESTÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE LUZ/MG.

O COORDENADOR DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO DE LUZ/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e no âmbito do Sistema de Controle Interno;

• **CONSIDERANDO** os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e motivação (art. 37, *caput*, da CF/88);
• **CONSIDERANDO** as regras gerais para contratação direta por inexigibilidade ou dispensa de licitação destinadas à locação de imóvel, contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 74) e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.245/1991 (Lei do Inquilinato);
• **CONSIDERANDO** a necessidade de padronização do fluxo administrativo entre o Setor Requisitante, Setor de Compras/Contratos, Procuradoria Jurídica e Setor de Contabilidade/Finanças;
• **CONSIDERANDO** as normas de Direito Civil relativas à capacidade jurídica das partes (arts. 1º, 6º e 104 do Código Civil) e da transmissão de herança (*droit de saisine*, arts. 1.784, 1.797 e 1.991 do Código Civil arts. 613 e 618 do CPC);
• **CONSIDERANDO** a necessidade de rigoroso controle sobre a situação cadastral de credores constantes nos empenhos para atendimento aos módulos de controle do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG/SICOM);

RESOLVE:
CAPÍTULO I – DO OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO
Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina o procedimento administrativo geral aplicável à prospecção, instrução, celebração, acompanhamento, aditamento, liquidação e pagamento de todos os contratos de locação de imóveis em que o Município de Luz/MG figurar como LOCATÁRIO.
CAPÍTULO II – DA INSTRUÇÃO DA FASE PREPARATÓRIA DA LOCAÇÃO
Art. 2º A contratação de locação de imóvel exigirá a instauração de processo administrativo próprio, instruído com os seguintes elementos mínimos:

• **Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Documento de Formalização da Demanda (DFD):** Demonstrando a necessidade da instalação do serviço público, a adequação do imóvel escolhido e a impossibilidade ou inconveniência de utilização de imóvel público vago;
• **Certidão de Inteiro Teor da Matrícula do Imóvel:** Emitida há no máximo 30 (trinta) dias pelo Cartório de Registro de Imóveis competente;
• **Auto de Vistoria do Imóvel:** Com relatório fotográfico detalhado e laudo sumário assinado pelas partes antes da imissão na posse;
• **Atestado de Habitabilidade e Segurança:** Alvará de localização/funcionamento, laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) ou termo de compromisso de adequação pelo locador (Apenas em casos onde são exigidos por lei).

CAPÍTULO III – DA REGULARIDADE CADASTRAL E CAPACIDADE JURÍDICA DO LOCADOR
Art. 3º É dever do Setor de Compras/Contratos verificar a capacidade jurídica e a situação cadastral do proprietário/locador antes da assinatura do contrato.

• **§ 1º Pessoa Física:** Deverá apresentar RG, CPF, comprovante de residência e Certidão de Situação Cadastral do CPF perante a Receita Federal do Brasil (RFB).
• **§ 2º Pessoa Jurídica:** Deverá apresentar Contrato Social/Estatuto atualizado, comprovante de CNPJ, documentos dos sócios/administradores e certidões de regularidade fiscal (Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT).
• **§ 3º Locação Intermediada por Imobiliária ou Procurador:** Exige-se a juntada da **Procuração Pública** (ou procuração particular com firma reconhecida) conferindo poderes expressos para locar, dar quitação e receber pagamentos, devendo **o contrato e o empenho serem emitidos em nome do Proprietário/Titular do Imóvel**, registrando-se a imobiliária tão somente como representante contratual.

CAPÍTULO IV – DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS EM CASO DE PROPRIETÁRIO FALECIDO OU ESPÓLIO
Art. 4º Quando o imóvel registrado pertencer a proprietário falecido, ou caso o óbito ocorra no curso do contrato de locação, são vedadas a celebração de contrato, a celebração de aditivos, a alteração contratual e a emissão de nota de empenho diretamente em nome da pessoa falecida.
Art. 5º Na hipótese do *art. 4º*, a regularização jurídica dependerá da comprovação do representante legal, observados os seguintes requisitos:

• **Inventário em Andamento (Judicial ou Extrajudicial):** O contrato/aditivo e o empenho deverão ser celebrados em nome do **ESPÓLIO DE [NOME DO FALECIDO]** (com o respectivo CNPJ do Espólio ou CPF do Inventariante), representado pelo Inventariante munido do **Termo de Compromisso de Inventariante** atualizado (arts. 618 do CPC e 1.991 do CC);
• **Inexistência de Inventário Aberto:** Exige-se a indicação do **Administrador Provisório da Herança** (art. 613 do CPC e art. 1.797 do CC) mediante a apresentação de:

• Certidão de Óbito do proprietário;
• **Termo de Anuência Expressa e Procuração com firma reconhecida assinada por TODOS os herdeiros legítimos**, indicando a conta bancária do representante legal habilitado a receber os aluguéis em nome da herança;

• **Partilha Concluída:** Se o inventário já tiver sido finalizado, o contrato e empenho deverão ser efetuados em nome dos herdeiros que adjudicaram o imóvel, conforme o Formal de Partilha ou Escritura Pública, devidamente averbados/registrados na matrícula do imóvel (art. 167, II, "5" e art. 246 da Lei de Registros Públicos - Lei nº 6.015/1973).

CAPÍTULO V – DA MANUTENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REVISÕES CONTRATUAIS
Art. 6º Cada contrato de locação terá um **Fiscal de Contrato**.
Art. 7º Compete ao Fiscal do Contrato e ao Setor de Contratos:

• **I** - Consultar obrigatoriamente a situação cadastral do CPF/CNPJ do locador **a cada 12 (doze) meses**, por ocasião do reajuste ou aditivo de prorrogação;
• **II** - Notificar a Administração e a Contabilidade imediatamente caso tome conhecimento do óbito do locador para fins de suspensão temporária e preventiva de novos empenhos em nome do falecido;
• **III** - Notificar os sucessores legais para apresentarem a documentação exigida no *art. 5º* no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO VI – DA EMISSÃO DE EMPENHO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Art. 8º O Setor de Contabilidade e a Tesouraria **NÃO** poderão emitir Nota de Empenho, Nota de Liquidação nem efetuar ordem de pagamento para CPF/CNPJ suspenso, cancelado, baixado ou pertencente a titular com registro de óbito.

• **§ 1º** Constatada a irregularidade cadastral ou óbito antes do pagamento, a Contabilidade deverá:

• Sustar a emissão do pagamento;
• Proceder ao cancelamento ou anulação da Nota de Empenho em nome do falecido;
• Aguardar a juntada da documentação de regularização para emitir o novo empenho em nome do Espólio, do Inventariante ou do Herdeiro devidamente habilitado.

• **§ 2º** Os pagamentos deverão ser realizados exclusivamente em conta bancária vinculada ao titular/espólio ou em conta judicial autorizada no processo de inventário, sendo vedada a transferência para contas de terceiros que não foram habilitados contratualmente.

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 9º O Setor de Contratos e a Contabilidade realizarão uma varredura geral em todos os contratos de locação de imóveis vigentes no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Instrução Normativa, a fim de auditar a situação cadastral de todos os credores.

Art. 10. O descumprimento das determinações desta Instrução Normativa sujeitará o agente público às sanções administrativas e disciplinares cabíveis.

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Luz, 14 de Setembro de 2026.

MARCOS ALEXANDRE ARAÚJO DUARTE –
Matrícula 8009
Coordenador do Sistema de Controle Interno

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:FF8C0B96

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 129/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE(FÉRIAS PRÊMIO)/ CONVERSÃO EM PÉCUNIA em razão de aposentadoria – ATO Nº 129/2026

Autoriza a conversão em pecúnia de Licença Premio Assiduidade (Férias Prêmio) nos termos da Lei Complementar Nº. 034/2013, de 31/7/2013, ao servidor:

ALTAIR LARA PEREIRA – Matrícula Nº. 1517, Cargo: Auxiliar de Serviços Urbanos I – ASUI - Jardineiro. Conversão em pecúnia do saldo total de 3 (três) meses de Licença Prêmio Assiduidade (Férias Prêmio) em razão de aposentadoria em 21/02/2023, não paga no período da Pandemia, em razão da Lei Complementar 173/2020, revogada pela Lei Complementar nº 226/2026, referentes ao período completado em 22/09/2022.

Prefeitura Municipal de Luz, 11 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:14D84D76

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 130/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE(FÉRIAS PRÊMIO)/ AFASTAMENTO – ATO Nº 130/2026

Autoriza o afastamento para gozo de Licença Premio Assiduidade (Férias Prêmio) nos termos do Art. 83, da Lei Complementar Nº. 034/2013, de 31/7/2013, a servidora:

GABRIELA SILVA FERREIRA – Matrícula Nº. 5939, Cargo: Agente de Saúde 2 – AS2 - Recepcionista. Concessão de 1 (um) mês no período de 09/09/2026 a 08/10/2026, referente ao período completado em 28/06/2020.

Prefeitura Municipal de Luz, 11 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:2430A8B6

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 131/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE(FÉRIAS PRÊMIO)/ AFASTAMENTO – ATO Nº 131/2026

Autoriza o afastamento para gozo de Licença Premio Assiduidade (Férias Prêmio) nos termos do Art. 83, da Lei Complementar Nº. 076/2016, de 13/7/2016, a servidora:

DAYSE VIEIRA DUARTE – Matrícula Nº. 3108, Cargo: Professor da Educação Básica I – PEB I. Concessão de 1 (um) mês no período de 01/09/2026 a 30/09/2026, referente ao período completado em 31/07/2009.

Prefeitura Municipal de Luz, 11 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:B3C27D64

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 132/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
AUSÊNCIA AO SERVIÇO por motivo de luto –ATO Nº 132/2026

Registra-se ausência ao serviço por motivo de luto, nos termos do inciso III, do art. 106, da Lei Complementar Nº 034/2013, de 31/7/2013, por 2 (dois) dias consecutivos ao servidor:

MAYRA SANTOS FARIA DE OLIVEIRA – Matrícula Nº. 5852, ocupante do cargo de Cirurgiã Dentista de Estratégia de Saúde da Família - CDESF, a partir de 26/08/2026.

Luz, 11 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:F9D1C3BB

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 133/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
LICENÇA ELEITORAL –ATO Nº 133/2026

Concede Licença eleitoral nos termos do Art. 98, da Lei Federal Nº. 9.504/97, de 30/9/1997, o servidor:

CIBELDE APARECIDA ROCHA PEREIRA – ocupante do cargo de Agente Comunitário - ACESF, matrícula nº 5906. Licença em 04/09/2026, referente a 06/10/2024 em que esteve a disposição da justiça eleitoral no primeiro turno.

Luz, 11 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:BEA05FB3

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 134/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
LICENÇA ELEITORAL –ATO Nº 134/2026
Concede Licença eleitoral nos termos do Art. 98, da Lei Federal Nº. 9.504/97, de 30/9/1997, o servidor:

JULIANA DA SILVA SANTIAGO – ocupante do cargo de Agente Comunitário - ACESF, matrícula nº 5922. Licença em 20/08/2026, referentes a 06/10/2024, em que esteve a disposição da justiça eleitoral no primeiro turno.

Luz, 11 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:55B30AB7

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 135/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
LICENÇA ELEITORAL –ATO Nº 135/2026
Concede Licença eleitoral nos termos do Art. 98, da Lei Federal Nº. 9.504/97, de 30/9/1997, o servidor:

SANDRA FRANCISCA QUEIROZ – ocupante do cargo de Professor da Educação Básica – PEB 1, matrícula nº 592. Licença em 21/08/2026, referentes a 02/10/2022, em que esteve a disposição da justiça eleitoral no primeiro turno.

Luz, 11 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:255B624E

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 136/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
LICENÇA ELEITORAL –ATO Nº 136/2026
Concede Licença eleitoral nos termos do Art. 98, da Lei Federal Nº. 9.504/97, de 30/9/1997, o servidor:

CLAUDIA SILVA ABREU – ocupante do cargo de Professor da Educação Básica – PEB 1, matrícula nº 4015. Licença em 31/08/2026, referentes a 07/09/2022, em que esteve a disposição da justiça eleitoral no treinamento.

Luz, 11 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:0BA337B0

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 137/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
LICENÇA ELEITORAL –ATO Nº 137/2026
Concede Licença eleitoral nos termos do Art. 98, da Lei Federal Nº. 9.504/97, de 30/9/1997, o servidor:

CLAUDIA SILVA ABREU – ocupante do cargo de Professor da Educação Básica – PEB 1, matrícula nº 5551. Licença em 31/08/2026, referentes a 07/09/2022, em que esteve a disposição da justiça eleitoral no treinamento.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:1A13F8BD

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 138/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
LICENÇA ELEITORAL –ATO Nº 138/2026
Concede Licença eleitoral nos termos do Art. 98, da Lei Federal Nº. 9.504/97, de 30/9/1997, o servidor:

DAVI DE FREITAS CALACIO – ocupante do cargo de Professor da Educação Básica – PEB 2 - AEE, matrícula nº 8029. Licença em 11/09/2026, referentes a 31/08/2024, em que esteve a disposição da justiça eleitoral no treinamento.

Luz, 14 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:2A88AAB4

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 139/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
LICENÇA ELEITORAL –ATO Nº 139/2026
Concede Licença eleitoral nos termos do Art. 98, da Lei Federal Nº. 9.504/97, de 30/9/1997, o servidor:

DAVI DE FREITAS CALACIO – ocupante do cargo de Especialista da Educação Básica – EEB - Supervisor, matrícula nº 7166. Licença em 11/09/2026, referentes a 31/08/2024, em que esteve a disposição da justiça eleitoral no treinamento.

Luz, 14 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:68AADFEC

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 140/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
LICENÇA ELEITORAL –ATO Nº 140/2026
Concede Licença eleitoral nos termos do Art. 98, da Lei Federal Nº. 9.504/97, de 30/9/1997, o servidor:

CLAUDIA SILVA ABREU – ocupante do cargo de Professor da Educação Básica – PEB 1, matrícula nº 5551. Licença em 11/09/2026 e 14/09/2026, referentes a 18/08/2024, em que esteve a disposição da justiça eleitoral no treinamento.

Luz, 14 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:CE268D0E

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 141/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
LICENÇA ELEITORAL –ATO Nº 141/2026

Concede Licença eleitoral nos termos do Art. 98, da Lei Federal Nº. 9.504/97, de 30/9/1997, o servidor:

CLAUDIA SILVA ABREU – ocupante do cargo de Professor da Educação Básica – PEB 1, matrícula nº 4015. Licença em 11/09/2026 e 14/09/2026, referentes a 18/08/2024, em que esteve a disposição da justiça eleitoral no treinamento.

Luz, 14 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:A6861508

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 142/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
AUSÊNCIA AO SERVIÇO por motivo de luto –ATO Nº 142/2026

Registra-se ausência ao serviço por motivo de luto, nos termos do inciso III, do art. 106, da Lei Complementar Nº 034/2013, de 31/7/2013, por 8 (oito) dias consecutivos ao servidor:

LUCIANA APARECIDA BASÍLIO – Matrícula Nº. 1580, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde AS3 – Agente Comunitário de Saúde, a partir de 31/08/2026.

Luz, 14 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:C46088B1

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 143/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
AUSÊNCIA AO SERVIÇO por motivo de luto –ATO Nº 143/2026

Registra-se ausência ao serviço por motivo de luto, nos termos do inciso III, do art. 106, da Lei Complementar Nº 034/2013, de 31/7/2013, por 8 (oito) dias consecutivos ao servidor:

ANA CRISTINA BASÍLIO – Matrícula Nº. 5928, ocupante do cargo de Agente Comunitário - ACESF, a partir de 31/08/2026.

Luz, 14 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:9F63E5DD

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 144/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
LICENÇA ELEITORAL –ATO Nº 144/2026

Concede Licença eleitoral nos termos do Art. 98, da Lei Federal Nº. 9.504/97, de 30/9/1997, o servidor:

CHADIA SILVA ABREU – ocupante do cargo de Agente de Saúde – AS2 - Recepcionista. Licença em 31/08/2026, 10/09/2026, 11/09/2026 e 14/09/2026, referentes aos dia em que esteve a disposição da justiça eleitoral para treinamento e primeiro turno das eleições de 2020.

Luz, 14 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:83424BAB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MATUTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

Prefeitura Municipal de Matutina(MG). PAL 47/2026 – Pregão Eletrônico 17/2026. Objeto: **aquisição de material esportivo para atender a Secretaria de Ação Social desta Prefeitura de Matutina/MG.** A sessão licitatória se realizará pela plataforma eletrônica no endereço digital: https://licitanet.com.br/, abertura prevista para **28/09/2026, às 08:00 horas**. O edital e os seus anexos estão disponíveis na íntegra no sítio https://licitanet.com.br/, no site www.matutina.mg.gov.br/editais e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações também no Setor de Licitações desta Prefeitura, no endereço: Rua José Londe Filho, 354 – centro, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 11:00 horas e de 12:30 às 16:00 horas e pelos tels: (34) 3674 1210 e 9 9734 4082. Email: licitacaomat@matutina.mg.gov.br.

VILMAR MARTINS –
Pregoeiro.

Publicado por:
Vilmar Martins
Código Identificador:7B0144A2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MINAS NOVAS

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE INTENÇÃO - PAL Nº 118/2026

Prefeitura Municipal de Minas Novas/MG. Processo de Licitação nº 118/2026. Adesão nº 07/2026.Torna público a intenção em aderir à Ata de Registro de Preços nº 008/2024, gerida pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto do Rio Pardo, oriunda do Processo de Licitação nº 014/2024, Pregão Eletrônico nº 05/2024, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada para futura e eventual aquisição de veículos adaptados para compor a frota de veículos das secretarias de saúde dos municípios consorciados ao CISARP. Demais especificações descritas na referida Ata. Valor contratação R$875.800,00. Fornecedor: Belabru Comércio e Representações. Data: 14/09/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odair José Barbosa
Código Identificador:1140B5E4

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/ EXTRATO DE CONTARTO 0251/2026

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

Prefeitura de Minas Novas - Fica ratificado o Processo Administrativo de Licitação PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DA

PLACA CA-CC (AC/DC) DO APARELHO DE ULTRASSON DC 40, FABRICANTE MINDRAY, RESTABELECENDO SUAS CONDIÇÕES NORMAIS DE FUNCIONAMENTO E ASSEGURANDO A CONTINUIDADE OPERACIONAL DO EQUIPAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO legal: art.74, I, da Lei Federal n" 14.133/2021 e demais normas pertinentes. VENCEDOR: "MHEDICA SERVICE COMÉRCIO E MANUTENÇÃO LTDA", CNPJ: 08.245.855/0001-94, Data ratificação: 14 DE SETEMBRO DE 2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

_____

EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura de Minas Novas - Extrato de contrato N° 0251/2026, Processo Administrativo de Licitação nº. 0119/2026, INEXIGIBILIDADE nº. 042/2026. Fundamentação legal: art.74, I, da Lei Federal n" 14.133/2021 e demais normas pertinentes. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DA PLACA CA-CC (AC/DC) DO APARELHO DE ULTRASSON DC 40, FABRICANTE MINDRAY, RESTABELECENDO SUAS CONDIÇÕES NORMAIS DE FUNCIONAMENTO E ASSEGURANDO A CONTINUIDADE OPERACIONAL DO EQUIPAMENTO. VENCEDOR: "MHEDICA SERVICE COMÉRCIO E MANUTENÇÃO LTDA", CNPJ: 08.245.855/0001-94, VALOR: R$ 12.358,00 (DOZE MIL TREZENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS). Assinado(s): 14 DE SETEMBRO DE 2026. PRAZO 12 (DOZE) MESES.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Niete Borges Rosa
Código Identificador:D1E9CC23

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 83/2026

PORTARIA N° 83 , DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

"Dispõe sobre a nomeação de Supervisora de Leitos Hospitalares junto ao Hospital Badaró Júnior, no Município de Minas Novas/MG, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MINAS NOVAS, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Resolução SES/MG nº 9.977, de 06 de fevereiro de 2025, que estabelece diretrizes para a supervisão de leitos hospitalares em consonância com o processo de regulação do acesso;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e supervisão dos leitos hospitalares, visando à organização e à adequada utilização da capacidade hospitalar;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. **ANA RITA MACHADO**, inscrita no CPF sob o nº 083.834.656-10, inscrita no Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais – COREN/MG sob o nº 448979-ENF, para exercer a função de **SUPERVISORA DE LEITOS HOSPITALARES**, junto ao Hospital Badaró Júnior, no Município de Minas Novas/MG.

Art. 2º - Compete à Supervisora de Leitos Hospitalares, observadas as normas aplicáveis e as diretrizes da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais:

I – Acompanhar e supervisionar a disponibilidade e a ocupação dos leitos hospitalares;
II – Contribuir para a organização dos fluxos de internação, transferência e alta hospitalar, em consonância com o processo de regulação do acesso;
III – Acompanhar a utilização dos leitos hospitalares, identificando eventuais dificuldades e necessidades de adequação;
IV – Manter articulação com a Secretaria Municipal de Saúde e com os setores responsáveis pela regulação do acesso;
V – Desempenhar outras atividades correlatas à função, compatíveis com as normas vigentes e com as atribuições do cargo ou função.

Art. 3º - O exercício da função de que trata esta Portaria deverá observar as disposições da Resolução SES/MG nº 9.977, de 06 de fevereiro de 2025, e demais normas aplicáveis à supervisão de leitos hospitalares e à regulação do acesso.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Minas Novas -MG, 14 de setembro de 2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Niete Borges Rosa
Código Identificador:9624E196

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRABELA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CANCELAMENTO DE ARP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG – Termo de Cancelamento amigável a Ata de Registro de Preço nº 147/2026. Partes: Município de Mirabela/MG e a Empresa**M A F VILAS BOAS SERVIÇOS & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.975.421/0001-12. Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS E MÁQUINAS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNCÍPIO DE MIRABELA/MG**. O presente Termo tem por objeto o **cancelamento** da Ata de Registro de Preço nº 147/2026,Conforme justificativa apresentada no termo de rescisão,com fund. na cláusula Nona, Subitem 9.5.2 da Ata de Registro de Preço e no art. 29, Inciso II, do Decreto 11.462/2023 e Lei 14.133/2021.

Mirabela, 14 de setembro de 2026**.**

LAZARO FRANCISCO SOARES REGO -
Secretário Municipal de Transportes

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:2D1D51BD

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG – EXTRATO DE CONTRATO 243/2026 – PROCESSO Nº 125/2026, CONCORRÊNCIA Nº 005/2026. Objeto: **Contratação de empresa especializada de engenharia para a reconstrução da Praça Juca de Bernadino, neste município de Mirabela-MG.** Contratada: RIBEIRO E SILVA ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº11.921.263/0001-50, Valor: R$ 411.660,79, vig: 06 (seis) meses, contados da publi. do instrumento contratual no PNCP, podendo ser prorrogado na forma do artigo 105 e 111, ambos, da Lei n° 14.133, de 2021.

Mirabela, 14 de setembro de 2026.

JOÃO BATISTA FONSECA DA SILVA -
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:9E8B99CE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG- Homologação de Processo 125/2026 – Concorrência 005/2026. Objeto: **Contratação de empresa especializada de engenharia para a reconstrução da Praça Juca de Bernadino, neste município de Mirabela-MG.** Contratada: RIBEIRO E SILVA ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº11.921.263/0001-50, valor: R$ 411.660,79.

JOÃO BATISTA FONSECA DA SILVA –
Secretário Municipal de Obras.

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:D7C3310F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRADOURO

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRAOURO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº: 018/2026
Dispensa de Licitação nº: 017/2026
Unidade Requisitante: Secretaria da Câmara
Objeto: Aquisição de materiais de consumo (material de copa, cozinha, higiene e limpeza, e produtos de gêneros alimentícios) destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Miradouro - MG.
AUTORIZO a Dispensa nº 017/2026, materializada no Termo de Referência e demais documentos constantes nos autos, para contratação das empresas: Empresa 1 – SUPERMERCADO CENTRAL DE MIRADOURO LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.707.277/0001-00, que se perfaz no importe de R$ 1.199,04 (um mil cento e noventa e nove reais e quatro centavos), conforme demonstrativo abaixo:
ITEM: 01
DESCRIÇÃO: Açúcar Cristal Branco
UNID.: PC.
QUANT.: 03
VALOR UNITÁRIO: R$15,99
VALOR TOTAL: R$47,97
ITEM: 02
DESCRIÇÃO: Alho Nacional
UNID.: KG
QUANT.: 0,5
VALOR UNITÁRIO: R$23,90
VALOR TOTAL: R$11,95
ITEM: 03
DESCRIÇÃO: Azeitona Verde 120 gr
UNID.: UN.
QUANT.: 04
VALOR UNITÁRIO: R$7,49
VALOR TOTAL: R$29,96
ITEM: 04
DESCRIÇÃO: Cebola
UNID.: KG.
QUANT.: 01
VALOR UNITÁRIO: R$7,99
VALOR TOTAL: R$7,99
ITEM: 05
CAMARA MUNICIPAL DE MIRADOURO
Rua Cel. Amaro Acelino de Andrade, nº 42 – Centro – Miradouro – Minas Gerais
TEL/FAX: (032) 3753-1188 - CEP: 36893-000 – CNPJ: 26142.406/0001-00

DESCRIÇÃO: Cenoura
UNID.: KG.
QUANT.: 0,5
VALOR UNITÁRIO: R$7,90
VALOR TOTAL: R$3,95
ITEM: 06
DESCRIÇÃO: Creme de Leite com 25% gordura 200 gr
UNID.: CX.
QUANT.: 05
VALOR UNITÁRIO: R$3,49
VALOR TOTAL: R$17,45
ITEM: 07
DESCRIÇÃO: Detergente em pó multiação 800 gr
UNID.: UN.
QUANT.: 02
VALOR UNITÁRIO: R$14,90
VALOR TOTAL: R$29,80
ITEM: 08
DESCRIÇÃO: Fermento em pó 100 gr
UNID.: UN.
QUANT.: 02
VALOR UNITÁRIO: R$5,19
VALOR TOTAL: R$10,38
ITEM: 09
DESCRIÇÃO: Fubá
UNID.: KG.
QUANT.: 01
VALOR UNITÁRIO: R$5,99
VALOR TOTAL: R$5,99
ITEM: 10
DESCRIÇÃO: Leite integral, tipo longa vida 01 litro
UNID.: UN.
QUANT.: 12
VALOR UNITÁRIO: R$6,90
VALOR TOTAL: R$82,80
ITEM: 11
DESCRIÇÃO: Limpador de Vidros 500 ml
UNID.: UN.
QUANT.: 03
CAMARA MUNICIPAL DE MIRADOURO
Rua Cel. Amaro Acelino de Andrade, nº 42 – Centro – Miradouro – Minas Gerais
TEL/FAX: (032) 3753-1188 - CEP: 36893-000 – CNPJ: 26142.406/0001-00

VALOR UNITÁRIO: R$22,90
VALOR TOTAL: R$68,70
ITEM: 12
DESCRIÇÃO: Limpador Profundo, Desengordurante 500 ml
UNID.: UN.
QUANT.: 05
VALOR UNITÁRIO: R$15,90
VALOR TOTAL: R$79,50
ITEM: 13
DESCRIÇÃO: Maionese 450 GR
UNID.: UN.
QUANT.: 06
VALOR UNITÁRIO: R$14,99
VALOR TOTAL: R$89,94
ITEM: 14
DESCRIÇÃO: Manteiga com sal pote de 200 GR
UNID.: POTE.
QUANT.: 05
VALOR UNITÁRIO: R$13,99
VALOR TOTAL: R$69,95
ITEM: 15
DESCRIÇÃO: Óleo de Soja 900 ML
UNID.: LT.
QUANT.: 04
VALOR UNITÁRIO: R$7,99
VALOR TOTAL: R$31,96
ITEM: 16
DESCRIÇÃO: Ovos Brancos de galinha
UNID.: UN.

QUANT.: 20
VALOR UNITÁRIO: R$0,75
VALOR TOTAL: R$15,00
ITEM: 17
DESCRIÇÃO: Pão de Forma 500 GR
UNID.: PCT.
QUANT.: 08
VALOR UNITÁRIO: R$14,90
VALOR TOTAL: R$119,20
ITEM: 18
CAMARA MUNICIPAL DE MIRADOURO
Rua Cel. Amaro Acelino de Andrade, nº 42 – Centro – Miradouro – Minas Gerais
TEL/FAX: (032) 3753-1188 - CEP: 36893-000 – CNPJ: 26142.406/0001-00

DESCRIÇÃO: Papel alumínio rolo com 30 cm largura, 7,5M
UNID.: UN
QUANT.: 05
VALOR UNITÁRIO: R$7,99
VALOR TOTAL: R$39,95
ITEM: 19
DESCRIÇÃO: Refrigerante 2 LTS
UNID.: UN.
QUANT.: 10
VALOR UNITÁRIO: R$11,99
VALOR TOTAL: R$119,90
ITEM: 20
DESCRIÇÃO: Requeijão 410 GR
UNID.: UN.
QUANT.: 04
VALOR UNITÁRIO: R$17,50
VALOR TOTAL: R$70,00
ITEM: 21
DESCRIÇÃO: Sabão em barra neutro pacote com 05 unidades
UNID.: PCT.
QUANT.: 02
VALOR UNITÁRIO: R$13,90
VALOR TOTAL: R$27,80
ITEM: 22
DESCRIÇÃO: Saco plástico para lixo 3KG/15 LT
UNID.: ROLO.
QUANT.: 10
VALOR UNITÁRIO: R$13,99
VALOR TOTAL: R$139,90
ITEM: 23
DESCRIÇÃO: Suco pronto para beber contendo 1 litro
UNID.: LT.
QUANT.: 10
VALOR UNITÁRIO: R$7,90
VALOR TOTAL: R$79,00
Empresa 2 – EDNEI MARTINS DOS SANTOS, inscrita no CNPJ nº 18.680.236/0001-81, que se perfaz no importe de R$ 349,15 (trezentos e quarenta e nove reais e quinze centavos), conforme demonstrativo abaixo:
ITEM: 24
CAMARA MUNICIPAL DE MIRADOURO
Rua Cel. Amaro Acelino de Andrade, nº 42 – Centro – Miradouro – Minas Gerais
TEL/FAX: (032) 3753-1188 - CEP: 36893-000 – CNPJ: 26142.406/0001-00

DESCRIÇÃO: Álcool etílico hidratado 1000 ML
UNID.: UN.
QUANT.: 02
VALOR UNITÁRIO: R$9,99
VALOR TOTAL: R$19,98
ITEM: 25
DESCRIÇÃO: Batata Palha 400 GR
UNID.: PC.
QUANT.: 01
VALOR UNITÁRIO: R$12,99
VALOR TOTAL: R$12,99
ITEM: 26
DESCRIÇÃO: Farinha de Trigo 01 KG
UNID.: KG.
QUANT.: 02
VALOR UNITÁRIO: R$5,99
VALOR TOTAL: R$11,98
ITEM: 27
DESCRIÇÃO: Pão de queijo congelado 400 GR
UNID.: PC.
QUANT.: 06
VALOR UNITÁRIO: R$19,90
VALOR TOTAL: R$119,40
ITEM: 28
DESCRIÇÃO: Papel Higiênico, com 12 rolos
UNID.: FARDO.
QUANT.: 06
VALOR UNITÁRIO: R$23,50
VALOR TOTAL: R$141,00
ITEM: 29
DESCRIÇÃO: Vassoura de pelo sintético em nylon
UNID.: UN.
QUANT.: 02
VALOR UNITÁRIO: R$21,90
VALOR TOTAL: R$43,80
Empresa 3 – MERCEARIA SANTA BARBARA, inscrita no CNPJ nº 11.439.001/0001-53, que se perfaz no importe de R$ 448,50 (quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos), conforme demonstrativo abaixo:
ITEM: 30
CAMARA MUNICIPAL DE MIRADOURO
Rua Cel. Amaro Acelino de Andrade, nº 42 – Centro – Miradouro – Minas Gerais
TEL/FAX: (032) 3753-1188 - CEP: 36893-000 – CNPJ: 26142.406/0001-00

DESCRIÇÃO: Filé peito de frango, bandeja com 1 KG
UNID.: KG.
QUANT.: 04
VALOR UNITÁRIO: R$23,00
VALOR TOTAL: R$92,00
ITEM: 31
DESCRIÇÃO: Limpador limpeza pesada 500 ML
UNID.: UN.
QUANT.: 10
VALOR UNITÁRIO: R$14,00
VALOR TOTAL: R$140,00
ITEM: 32
DESCRIÇÃO: Pano de chão, algodão alvejado, medindo 50x70 CM
UNID.: UN.
QUANT.: 10
VALOR UNITÁRIO: R$8,00
VALOR TOTAL: R$80,00
ITEM: 33
DESCRIÇÃO: Água Sanitária 2 LTS
UNID.: UN.
QUANT.: 06
VALOR UNITÁRIO: R$6,50
VALOR TOTAL: R$39,00
ITEM: 34
DESCRIÇÃO: Copo Descartável 200 ML com 100 UNIDADES
UNID.: UN.
QUANT.: 15
VALOR UNITÁRIO: R$6,50
VALOR TOTAL: R$97,50
VALOR TOTAL: R$ 1.996,69 (um mil novecentos e noventa e seis reais e sessenta e nove centavos).
Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Miradouro, 10 de setembro de 2026.

EDNILSON PAULINO RIBAS
Presidente da Câmara de Miradouro

Publicado por:
Ana Paula Lacerda Tostes
Código Identificador:9DC12657

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 30/2026

"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO, DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE APURAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MIRADOURO, ESTADO DE MINAS GERAIS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de exercer o controle de seus atos, bem como de apurar fatos que demandem esclarecimento no âmbito administrativo;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar regular instrução processual, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, motivação, contraditório e ampla defesa;

RESOLVE:
Art. 1º Fica instaurado **Processo Administrativo de Apuração nº 001/2026**, destinado à apuração dos fatos e circunstâncias descritos no respectivo **Despacho de Instauração**, que passa a integrar os autos para todos os fins.

Art. 2º Fica constituída **Comissão Especial de Apuração**, composta pelos seguintes servidores:

I – Presidente: Ana Carolina de Oliveira, matrícula nº 1804713;

II – Membro: Edvaldo Castro de Farias, matrícula nº 1804247;

III – Membro: Janaina Maria dos Santos, matrícula nº 1803980.

Art. 3º Compete à Comissão Especial promover a regular instrução do processo administrativo, podendo solicitar documentos e informações, realizar diligências, colher manifestações, expedir notificações e praticar os demais atos necessários ao esclarecimento dos fatos.

Art. 4º A Comissão deverá assegurar aos interessados, quando cabível, o exercício do contraditório e da ampla defesa, observada a legislação aplicável.

Art. 5º A Comissão terá o prazo de **60 (sessenta) dias** para conclusão dos trabalhos, contado da publicação desta Portaria, admitida prorrogação mediante justificativa fundamentada.

Art. 6º Concluídos os trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado à autoridade competente, para análise e adoção das providências cabíveis.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Administração prestará o apoio necessário ao desenvolvimento dos trabalhos da Comissão.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Miradouro/MG, 01 de setembro de 2026.

CLOVES DA SILVA BOTELHO
Prefeito Municipal
Município de Miradouro/MG

Publicado por:
Allan Martins Raposo
Código Identificador:81533172

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 022/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 068/2026. Inexigibilidade N.º 022/2026. Juliano de Souza Laviola - Objeto: Credenciamento de empresa para Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Veículo Tipo Guincho e/ou Prancha em locais designados pela Administração Municipal. Data: 14/09/2026.

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:C5C4DF6D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MONTE CARMELO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2024, NO CARGO DE PSICÓLOGO.

A **Prefeitura do Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais**, usando de suas atribuições legais, torna público o Edital de Convocação do candidato aprovado no Concurso Público n.° 01/2024, no Cargo de Psicólogo, disponível em: https://www.montecarmelo.mg.gov.br/concursos-e-selecoes, o qual fica convocado para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, na Praça Getúlio Vargas, 272, Centro, no período de 09 de setembro de 2026 até 08 de outubro de 2026, no horário das 09:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, a fim de apresentar toda a documentação exigida no item 16.5 do Edital do Concurso Público n° 01/2024, homologado em 08 de setembro de 2025, para tomar posse. O não comparecimento implicará desistência pela vaga conquistada no Concurso Público n.º 01/2024, e eliminação automática nos termos do Edital.

Monte Carmelo, 08 de setembro de 2026.

RICARDO FERREIRA **-**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Denner Cândido Lima
Código Identificador:29E92E62

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
DECRETO Nº 14.435, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação do loteamento denominado Loteamento Residencial Arruda e dá outras providências.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Muriaé, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que nos termos do art. 30 da Constituição Federal é da competência do Município promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.334/1999, de 24 de Agosto de 1999, que estabelece normas para instituição de condomínios horizontal de lotes para fins residenciais;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da empresa **LAVS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA;**

CONSIDERANDO a aprovação do Projeto de Loteamento e do cronograma das obras pelo Departamento de Projetos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, da Secrataria de Obras Públicas, do Departamento Municipal de Saneamento Urbano (Demsur);

CONSIDERANDO o interesse público e a constitucionalidade das leis,

D E C R E T A:

Art. 1º. Nos termos da Lei Municipal nº 2.334/1999, editada nos moldes definidos na Constituição Brasileira, no Código Civil, fica aprovado o loteamento denominado "Residencial Arruda", de **propriedade LAVS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, localizado no **Sitio Beira Rio ou Goiabal, Município de Muriaé,** caracterizado como terreno urbano, com área de 98.604,00m², oriundo da Matrícula n° 59.767 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 2º. O loteamento a que se refere o artigo anterior, com área de 98.604,00m², confronta com Moradores do Santana.

Art. 3º. A área loteada é composta de 156 lotes, distribuídos em 14 quadras, alimentados por ruas de acesso, com os seguintes índices de aproveitamento de área urbanizada:

I. Área habitacional (lotes): **51.476,59** m2, correspondente a 52,21%;
II. Áreas públicas: **47.127,41** m2, correspondente a 47,79%, sendo:
a) Área verde: **9.984,20** m2, correspondente a 10,13%;
b) Área Institucional: **10.005,91** m², correspondente a 10,15%;
c) Equipamentos públicos urbanos: **1.405,12** m², correspondente a 1,43%;
d) Área de arruamento: **25.732,18** m², correspondente a 26,10%.

Parágrafo Único. São partes integrantes deste Decreto os memoriais descritivos e projeto do loteamento os quais ficarão arquivados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

Art. 4º. Por força do art. 22 da Lei Federal nº 6.766/79, passam a integrar o patrimônio público as áreas das ruas e/ou avenidas, as áreas verdes e as áreas institucionais.

Art. 5º. O Loteamento ora aprovado será implantado de acordo com as obras a serem realizadas conforme previsto no Projeto apresentado pelo Loteador.

Art. 6º. Os Loteadores ficam obrigados a executar todas as obras e serviços constantes dos projetos aprovados, previstas na Lei Municipal 2.334/1999 e na Lei Federal 6.766/79.

§ 1º. Para garantia da execução das obras previstas neste artigo, ficam caucionados, em favor do Município, 12 lotes, a saber: Quadra C – 01 lote (lote 13), Quadra D – 6 lotes (lotes 01, 11 ,12, 13, 14 e 15) e Quadra E – 05 lotes (lotes 06, 07, 08, 09 e 10).

§ 2º. A caução prevista neste artigo será registrada juntamente com o loteamento, constituindo condição essencial à validade do presente instrumento.

Art. 7º. Se decorrido 1(um) ano, o programa de obras não estiver sendo cumprido conforme Artigos 18 e 19 da Lei Municipal 2.334/1999, a Prefeitura promoverá a notificação ao loteador, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 38 da Lei Federal 6.766/79.
Art. 8º. A Secretária Municipal de Obras Públicas e Urbanismo expedirá competente Licença de Loteamento.

Art. 9º. O Loteador fica obrigado a registrar no Cartório de Registro de Imóveis, no prazo de cento e oitenta dias, a contar da data de aprovação do loteamento, instruídos com os projetos de arruamento e loteamento, bem como o memorial descritivo, nos termos da legislação federal e municipal, sob pena de caducidade.

Art. 10. Após a inscrição no Registro de Imóveis nos termos do artigo anterior, o Loteador obriga-se a encaminhar aos órgãos competentes da Prefeitura Municipal cópia autenticada da Certidão de Registro de Imóveis, sem o que não serão expedidos os Alvarás para as edificações.
Art. 11. As obrigações decorrentes da Lei Municipal nº 2.334/1999, além das já fixadas, que o proprietário do loteamento propõe-se a cumprir, serão executadas na forma da referida Lei, deste Decreto e mediante supervisão e fiscalização da Prefeitura Municipal.

Art. 12. Dentro dos prazos previstos na Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, o proprietário do loteamento compromete-se a adotar todos os procedimentos legais nela fixados, sob pena de caducidade do presente Decreto de aprovação de loteamento.

Parágrafo Único – O loteador obriga-se a cumprir e respeitar todos os termos ema- nados da Lei Municipal nº 2.334/1999, deste Decreto e da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, sob pena de caducidade da aprovação do loteamento.

Art. 13. Os lotes propostos como garantia à execução das obras referidas no art. 6º e no Termo de Compromisso e Doação, deverão ter as certidões de averbação da caução entregues ao Poder Público Municipal no prazo de trinta dias, a contar da data de publicação deste Decreto.

Art. 14. Os prazos estabelecidos pelo Município e prometidos pelos loteadores com respeito às obras de urbanização começam a fluir e contar da data de publicação do presente Decreto.

Art. 15. O presente Decreto de aprovação de loteamento somente produzirá efeitos legais com a competente inscrição no Registro de Imóveis, em nome do Município de Muriaé, dos imóveis descritos no Art. 3º deste Decreto, assim como a averbação, no mesmo Registro, da caução em garantia de execução das obrigações postas no competente Termo de Compromisso.

Art. 16. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé, 11 de setembro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Luana Bittencourt Cardoso de Melo
Código Identificador:A4D1F14C

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 34, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Convoca os candidatos para a realização de atos necessários para a contratação temporária para o exercício de funções junto à Rede Municipal de Ensino.

O Município de Muriaé, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, convoca os candidatos aprovados no concurso público 01/2024, homologado pelo Decreto 12.789 de 26 de Junho de 2024, e demais interessados, para realização de escolha de vaga conforme a classificação com a apresentação dos documentos necessários para ocupação da respectiva função temporária , Perícia Médica Oficial, e assinatura do respectivo contrato temporário, observadas as seguintes condições:

1. DA CLASSIFICAÇÃO:

I – Ser aprovado no Concurso Público regido pelo Edital n.º 001/2024 e homologado pelo Decreto n.º 12.789/2024 para o cargo equivalente à função pleiteada, observada a ordem de classificação daquele cargo, desde que comprovada a habilitação profissional específica (na forma do Edital n.º 001/2024).
II – Não ser aprovado no Concurso Público regido pelo Edital n.º 001/2024 e homologado pelo Decreto n.º 12.789/2024 para o cargo equivalente à função pleiteada, observando-se a seguinte prioridade:

a) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola Pública Municipal de Muriaé, desde que comprovada a habilitação profissional específica;
b) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola Estadual em funcionamento no Município de Muriaé, desde que comprovada a habilitação profissional específica;
c) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola da Rede Particular de Ensino em funcionamento no Município de Muriaé, desde que comprovada a habilitação profissional específica;
d) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola Pública Municipal e/ou Estadual em funcionamento em outros Municípios, desde que comprovada a habilitação profissional específica;
III – Persistindo o empate, terá preferência o candidato de maior idade, observado o disposto no art. 27, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), quando aplicável.

2. DOS DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS NO ATO CONVOCAÇÃO

2.1 Os candidatos deverão comparecer **no horário, data e local estipulados na relação constante do Anexo I deste Edital**, para realizar **a escolha de vagas e a apresentação da seguinte documentação:**

a) Diploma, Registro Profissional ou Declaração de Conclusão, acompanhados de Histórico Escolar, hábeis a comprovar a habilitação profissional mínima exigida para o exercício da função pública pleiteada;
b) Carteira de Identidade;
c) Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Certidão de Situação Regular emitida pelo site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp
d) Comprovante de quitação com as obrigações militares (somente para candidatos do sexo masculino) ;
e) CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL EMITIDA PELO SITE: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidao-de-quitacao-eleitoral
f) Certidão de Contagem de Tempo, emitida em modelo próprio e com o tempo computado somente até 30 de setembro de 2024, para os candidatos que possuirem tempo de serviço em Escola Pública Municipal e/ou Estadual;
g) CTPS e Declaração emitida pela Instituição de Ensino com o tempo computado somente até 30 de setembro de 2025, para os candidatos que possuirem tempo de serviço em Escola da Rede Particular de Ensino em funcionamento no Município de Muriaé.;

2.2 Os candidatos que tiverem a documentação aprovada pela Comissão de Avaliação realizarão, em ato contínuo, a escolha da vaga a ser ocupada temporariamente, **conforme relação de vagas disponíveis constantes do Anexo I deste Edital e observada a ordem de classificação.**

2.3 O candidato que se considerar preterido poderá interpor recurso de imediato, devendo a resposta ser apresentada em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.4Após a escolha das vagas, o candidato deverá comparecer no Departamento Pessoal, na Av. Maestro Sansão, 236, 3º andar, Centro, Muriaé/MG com as cópias dos seguintes documentos:

a) Diploma, Registro Profissional ou Declaração de Conclusão, acompanhados de Histórico Escolar, hábeis a comprovar a habilitação profissional mínima exigida para o exercício da função pública pleiteada;
b) Carteira de Identidade;
c) Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Certidão de Situação Regular emitida pelo site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp;
d) Comprovante de quitação com as obrigações militares (somente para candidatos do sexo masculino);
e) Cópia do Titulo de Eleitor **E** a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo site: https://www.tse.jus.br/servicoseleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;
f) Certidão de Nascimento ou Casamento; (caso houver alteração no nome devido ao casamento ou divórcio, o mesmo deverá estar atualizado junto a Receita Federal- CPF E CI;
g) Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP, emitido pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil;
h) Comprovante de residência atualizado;
i) Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
j) Declaração do Posto de Saúde de estar em dia com a vacinação para filhos menores de 14 (quatorze) anos;
k) Declaração de matrícula em escola para filhos menores de 14 (quatorze) anos;
l) 01 (uma) fotos 3x4; XV - Para fins de IRRF- deverá apresentar documento de identidade e CPF dos filhos menores de 21 anos;
m) Certidão de Antecedentes Criminais, emitida no site da Polícia Civil de Minas Gerais - https://wwws.pc.mg.gov.br/atestado/solicitarsel.do?evento=x&fwPlc=s
n) Resultado da Perícia Médica Oficial assegurando que o candidato ostenta perfeitas condições para a assunção e exercício da função pública que pretende ocupar temporariamente;

3. DA PERÍCIA MÉDICA OFICIAL

3.1. Após a realização da convocação o candidato ficará sujeito à realização da Perícia Médica Oficial, cujo **local, data e horário serão divulgados no momento da convocação**. O candidato deverá comparecer a Perícia munido dos exames constantes do item 3 deste Edital, realizados em até **60 (sessenta)** dias antes da data da perícia, assegurando que o candidato ostenta perfeitas condições para a assunção e exercício da função pública que pretende ocupar temporariamente.

3.2. Somente serão autorizados a ingressarem no local de realização da Perícia Médica Oficial a equipe responsável pelos atos decorrentes da convocação e o candidato designado para aquele horário, sendo **vedada a entrada de terceiros e de candidatos designados para outros horários.**

4. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À PERÍCIA MÉDICA OFICIAL

4.1. Para a realização da **Perícia Médica Oficial**, de caráter eliminatório, todos os candidatos deverão apresentar o BIM – Boletim de Inspeção Médica e o resultado dos exames quais sejam:

I - Hemograma completo, com eritograma, leucograma e contagem de plaquetas;
II- Tempo de tromboplastina pericial ativa (TTPA);
III- Gamaglutamiltransferaze (GamaGT);
IV - Glicemia de Jejum;
V - Creatinina;
VI - Urina (rotina);
VII – TGO
VIII - TGP
IX - Laringoscopia indireta ou videonasolaringoscopia (somente para a função de Professor).

4.2. O prazo para a realização da Perícia Médica Oficial é terminativo, não fazendo jus à contratação o candidato que não apresentar seu resultado dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias úteis.

4.3. Os candidatos cuja documentação for aprovada pela Comissão de Avaliação, após a escolha da vaga a ser ocupada temporariamente e ser declarado apto na Perícia Médica Oficial, deverão comparecer a Secretaria Municipal de Educação para receber o encaminhamento e proceder à assinatura do respectivo contrato temporário.

4.4. **Implicará em perda do direito à contratação**:

a) A não apresentação dos documentos necessários à contratação;
b) A constatação de inveracidade das informações prestadas para fins de classificação;
c) A constatação de falsidade da documentação apresentada para fins de classificação e/ou contratação;
d) A declaração de inaptidão na Perícia Médica Oficial;
e) O não preenchimento dos requisitos para ocupação da respectiva função temporária; e/ou
f) O não comparecimento para assinatura do contrato dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias úteis após a Perícia Médica Oficial.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 As publicações que regem esta convocação estarão disponíveis no endereço eletrônico *https:// www.digiescola.muriae.mg.gov.br/contratacao2026*, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

5.2 O marco classificatório utilizado para as convocações temporárias corresponderá à última classificação alcançada pelas nomeações efetivadas para o respectivo cargo;

5.3 Os candidatos nomeados que não tomaram posse ou foram eliminados não serão considerados remanescentes aptos ao critério prioritário fundado na aprovação no concurso.

5.4 Os casos omissos deste Edital serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação.

Muriaé-MG, 14 de Setembro de 2026.

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

PROFESSOR ANOS FINAIS -MATEMÁTICA
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 15/09/2026 Horário: 14h

ESCOLA	AULAS	TURNO	PERÍODO 18/09/2026 a
EM Gilberto José Tanus Braz (João XXIII)	18	2ª e 4ª Matutino E vespertino	08/10/2026
EM Cândido Portinari (Joanópolis)	16	2ª,3ª,5ª e 6ª Matutino	18/12/2026

PROFESSOR ANOS FINAIS -EDUCAÇÃO FÍSICA
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 15/09/2026 Horário: 14h

ESCOLA	AULAS	TURNO	PERÍODO 18/09/2026 a
EM Profª Stella Fidélis (Aeroporto)	08	Matutino 2ª e 6ª	31/10/2026

AUXILIAR DE SERVIÇO ESCOLAR
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 15/09/2026 Horário: 14h 30min

ESCOLA	FUNÇÃO	TURNO	PERÍODO 18/09/2026 a
EM Jesus Francisco Araujo (Vermelho)	Berçário	Vespertino	31/10/2026
	CRECHE	Matutino	31/10/2026
EM Maria Hastenreiter Dornelas (Dornelas)	Limpeza	Vespertino	Aguardando perícia
EM Profª Maria Quitéria P. Schelb (Alterosa)	Berçário	Matutino	Aguardando perícia
EM Dejanira Passoni de Oliveira (Macuco)	Berçário	Vespertino	16/10/2026
EM Profª Esmeralda Vianna (Inconfidência)	CRECHE	Vespertino	31/10/2026
EM Maria Aleluia soares Bittencourt (Santa Terezinha)	CRECHE	Matutino	31/10/2026

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 15/09/2026 Horário: 15h

ESCOLA	TURMA	TURNO	PERÍODO 18/09/2026 a
EM Sebastião Laviola (Safira)	Integral	Vespertino	Aguardando perícia
EM Onéa Lopes Gouvêa (Vermelho)	3 ano	Vespertino	Aguardando perícia
EM Profª Odaléia Oliveira Moraes Azevedo (Barra)	2º ano	Vespertino	Aguardando perícia

Publicado por:
Luana Bittencourt Cardoso de Melo
Código Identificador:589CA397

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
LEI Nº 7.754/ 2026

Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento do Caráter - ADC

O Prefeito Municipal de Muriaé:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica reconhecida de utilidade pública a **Associação de Desenvolvimento do Caráter – ADC**, fundada em 08 de junho de 2025, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, sob o nº 61.433.875/0001-71, com sede e foro no Município de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A referida entidade tem por finalidade principal promover o desenvolvimento humano integral de crianças, jovens e adultos, utilizando a prática do Karatê como ferramenta pedagógica para o cultivo de valores como disciplina, respeito, perseverança, autocontrole e responsabilidade social, visando à formação de cidadãos conscientes e atuantes.

Art. 3º O reconhecimento de que trata esta Lei não gera qualquer tipo de ônus para o Poder Público Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

MANDO, PORTANTO, a todos as autoridades a quem o conhecimento de execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Muriaé, 04 de setembro de 2026.

MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Muriaé

Publicado por:
Simaire Faria de Souza
Código Identificador:2147D54C

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 107, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Convoca candidatos aprovado no Processo Seletivo regido pelo Edital n.º 05/2025 para fins de contratação.

LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE, Secretária Municipal de Saúde, no uso das suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público simplificado destinado à futura e eventual contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Saúde, regido pelo Edital n.º 05/2025;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a candidata abaixo relacionada convocada a comparecer na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Avenida Maestro Sansão, 236, Centro, nesta cidade, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de 15 de setembro de 2026, no horário de 13:00h às 17:00 horas, munida dos documentos constantes do Edital n.º 05/2025, a fim de firmar termo de contratação.

FUNÇÃO PÚBLICA: ENFERMEIRO - ESF				
COLOCAÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTOS	INSCRIÇÃO
17°	SARA PEREIRA OLIVEIRA RAMOS	22/02/1999	13	6

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé-MG, 14 de setembro de 2026.

LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Luana Bittencourt Cardoso de Melo
Código Identificador:EB582536

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
NOTIFICAÇÃO Nº 042/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2025.

NOTIFICAÇÃO 042/2026

NOTIFICADA: CITY CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ N° 48.256.518/0001-17

END: AVENIDA DAS AMÉRICAS, 13.685 BAIRRO BARRA DA TIJUCA, NA CIDADE DE RIO DE JANEIRO - RJ, CEP 22790-701

REPRESENTANTE LEGAL: SR. VINICIUS DOS SANTOS MOREIRA

REFERENTE: ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 047/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2025.

Na qualidade de Diretora Administrativa e Financeira do DEMSUR - Departamento Municipal de Saneamento Urbano, sirvo-me do presente para **NOTIFICÁ-LO** extrajudicialmente sobre o descumprimento das obrigações dispostas na Ata de Registro de Preço nº 047/2025 - Pregão Eletrônico nº 031/2025, em razão dos fatos a seguir.
O DEMSUR celebrou com a empresa **CITY CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ n° 48.256.518/0001-17**, a Ata de Registro de Preço nº 047/2026, para Registro de preço para futura e eventual contratação de microempresa - ME, empresa de pequeno porte - EPP ou equiparadas especializada para aquisição de lixeiras do tipo papeleira, com capacidade de 50 litros, para atender à demanda da Divisão de Limpeza Urbana do DEMSUR, conforme especificações constantes dos anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 031/2025.
Conforme Nota de Empenho nº 2648/2026, datada de 15/07/2026, e enviada à empresa em 16/07/2026. A empresa deveria entregar o item da Ordem de Compra até a data de 17/08/2026. Até o presente momento o item não foi entregue.
Na Ata de Registro de Preço nº 068/2026, mais especificamente no item 2.3, é possível aferir que "A entrega do material será em até 30 (trinta) dias para cada pedido, a contar da emissão de Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras/ Licitações do DEMSUR. Por se tratar de um Processo regido pelo Sistema de Registro de Preços, onde não há obrigatoriedade de aquisição global do objeto licitado, a entrega será parcelada, devendo a empresa a cada pedido obedecer o limite de 30 (trinta) dias para entrega."
Desta forma, o não cumprimento por parte da Empresa ora notificada das cláusulas estabelecidas tem gerado inúmeros transtornos ao bom funcionamento desta Autarquia.
Agindo desta maneira a empresa notificada está infringindo os dispositivos contratuais, bem como os previstos na Lei 14.133/2021, colocando-se em posição de sofrer sanções por tal descumprimento, podendo a empresa ser penalizada pelo enquadramento nas hipóteses dos artigos 155 e 156 da referida Lei, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Desta forma, diante do descumprimento acima relatado, o Departamento Municipal de Saneamento Urbano **NOTIFICA** a empresa **CITY CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ n° 48.256.518/0001-17 para que cumpra fielmente com o contrato celebrado, entregando os materiais solicitados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento desta.**
Advertimos, ainda, que, em caso de novo descumprimento, a Autarquia promoverá a abertura de **processo administrativo** para aplicação das sanções cabíveis, incluindo **multa, rescisão do contrato e suspensão do direito de participar de licitações e contratos futuros, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.**
Fica a empresa notificada para, querendo, oferecer resposta formal sobre o conteúdo desta notificação, **no prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento desta.**
Ao fim, arquive-se.

Muriaé, 14 de setembro de 2026.

GLENDA FURLANI ASSAD
Diretora Administrativa e Financeira
DEMSUR

Publicado por:
Débora Ribeiro Lopes Carneiro Moreira
Código Identificador:23F36F8B

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 11ª TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 092/2019 – DISPENSA Nº 013/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ TORNA PÚBLICO **EXTRATO DO 11ª TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 092/2019 – *DISPENSA Nº* 013/2019** – OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ACOLHIMENTO REPÚBLICA - **LOCADOR: JOSÉ EXPEDITO NAVARRO SANTANA – MOTIVO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO, COM AMPARO NA LEI FEDERAL 8.666/1993 – VIGÊNCIA: 15/08/2026 A 14/02/2027.**

MURIAÉ/MG, 14/08/2026

VANESSA MAGALHÃES AZEREDO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Alanne Christina Rocha Trotta
Código Identificador:589367C5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NAQUE

PREFEITURA DE NAQUE
AVISO DE LICITAÇÃO : PREGÃO ELETRÒNICO Nº 025/2026

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 033/2026
PREGÃO ELETRÒNICO Nº 025/2026
Registro de preços para a aquisição de material esportivo

IDENTIFICAÇÃO DO CERTAME	
Edital nº	033/2026
Processo Licitatório nº	068/2026
Pregão Eletrônico nº	025/2026
Registro de Preço nº	018/2026
Tipo de Julgamento	Menor Preço por Item
Base Legal	Lei Federal nº 14.133/2021 | Decreto Municipal nº 17/2023 | Decreto Municipal nº 70/2023
Portal Eletrônico	https://naque-pm-scpi.sigmix.net/comprasedital/
Contato	licitacao@naque.mg.gov.br | (33) 99134-0853
Objeto	Registro de preços para a aquisição de material esportivo para atender às necessidades das Secretarias Municipais de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, Saúde, Educação e Assistência Social do Município de Naque/MG, destinados à execução de atividades, projetos e eventos esportivos a ser custeado com recursos próprios e vinculados

CRONOGRAMA	
Recebimento inicial de propostas	15/09/2026 às 00h01min
Prazo final para propostas	29/09/2026 às 08h50min
Abertura/Análise das Propostas	29/09/2026 às 09h00min
Referência de tempo	Horário de Brasília/DF

ACESSO E INFORMAÇÕES	
Endereço da disputa	https://naque-pm-scpi.sigmix.net/comprasedital/
Acesso ao edital	https://naque-pm-scpi.sigmix.net/comprasedital/ | PNCP
Consultas/Esclarecimentos	licitacao@naque.mg.gov.br | (33) 99134-0853

INFORMAÇÕES GERAIS	
Critério de Julgamento	Menor Preço por Item
Amostra	Para os itens 12, 14 a 23 e 26 do Termo de Referência, será exigida a apresentação de AMOSTRA OBRIGATÓRIApara fins de análise e verificação da conformidade do produto com as especificações exigidas.
Valor Global Estimado	R$ 1.003.483,96 (um milhão e três mil e quatrocentos e oitenta e três reais e noventa seis centavos)
Exclusividade ME/EPP	SIM (x) | NÃO ( ) | COTA RESERVADA ( )
Intervalo Mínimo de Diferença	0,5%
Fundamentação Legal	Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 17 de 01/03/2023, Decreto Municipal nº 70 de 18/12/2023

Publicado por:
Delano Sergio Soares de Oliveira
Código Identificador:04162777

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATALÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DISPENSA N° 039/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

O Município de Natalândia/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, torna público que durante 03 dias úteis da publicação deste extrato estará recebendo propostas para a contratação direta no âmbito da Lei Federal n° 14.133/2021, para participarem da "DISPENSA nº 039/2026", cujo objeto é a aquisição de cestas básicas, compostas por gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza, destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social do Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. A convocação para apresentação das propostas poderá ser obtido gratuitamente no site http://www.natalandia.mg.gov, maiores informações telefone: (38) 3458-0000.

Natalândia/MG, 14 de setembro de 2026.

RONEI COSTA LIMA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:C897FE5E

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE EDITAL CREDENCIAMENTO N° 016/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 016/2026

O Município de Natalândia/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público que a partir do 1º dia da publicação deste extrato estará recebendo inscrições para participarem do "credenciamento nº 016/2026", cujo o objeto o credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços médicos de urgência e emergência, mediante plantões de 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) horas no Centro Municipal de Saúde de Natalândia/MG, incluindo atendimentos médicos e, quando necessário, acompanhamento de pacientes para remoção ou transferência, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site http://www.natalandia.mg.gov, maiores informações telefone: (38) 3458-0000.

Natalândia/MG, 14 de setembro de 2026.

NILMA DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:882F7C2D

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° 032/2026

AVISO PREGÃO ELETRÔNICO N° 032/2026

A Prefeitura Municipal de Natalândia-MG, através de sua Pregoeira, torna público que realizará a licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico, nº 032/2026, do tipo Menor Preço Por Item/Lote. **Objeto:** A presente licitação tem por objeto Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para o fornecimento de filtros, óleos lubrificantes, graxas, fluidos, aditivos, produtos de limpeza, materiais e equipamentos destinados à manutenção, conservação e funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, visando atender às possíveis, futuras e eventuais demandas da Administração Municipal. Data e horário do recebimento das propostas: até às 07h00min do dia 28/09/2026. Data e horário do início da disputa: às 09h00min do dia 28/09/2026. Edital no endereço eletrônico www.bnc.org.br e site http://www.natalandia.mg.gov. Informações complementares poderão ser obtidas através dos telefones: (38) 3458-0000.

Natalândia/MG, 14 de setembro de 2026.

RANGEL AFONSO GOMES DOS REIS
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:821328C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO 022/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 107/2025

CREDENCIAMENTO Nº 022/2025

DESPACHO HOMOLOGATÓRIO.

Acolho, homologo e ratifico a decisão da Comissão descrita na Ata de julgamento do Processo Administrativo Licitatório nº 107/2025, Credenciamento nº 022/2025.

ADJUDICANDO A EMPRESA: MANIA DE CIRCO RECREAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ **54.038.045/0001-84**; Item 02 - Valor Global R$ 2.000,00 (dois mil reais); Item 03 - Valor Global R$ 300,00 (trezentos reais); Item 04 - Valor Global 600,00 (seiscentos reais); Item 05 – Valor Global R$ 2.000,00 (dois mil reais); Item 07 - Valor Global R$ 600,00 (seiscentos reais); Item 08 – Valor Global R$ 600,00 (seiscentos reais); Item 09 – Valor Global R$ 1.000,00 (mil reais); Item 10 – Valor Global R$ 500,00 (quinhentos reais); Item 11 – Valor Global R$ 400,00 (quatrocentos reais); Item 12 - Valor Global R$ 1.000,00 (mil reais); Item 15 – Valor Global R$ 1.000,00 (mil reais); Item 16 – Valor Global 1.000,00 (mil reais) – **Valor Global R$ 11.000,00 (onze mil reis)**. **Objeto:** Credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de locação de brinquedos infantis infláveis e não infláveis, destinados à realização de eventos, projetos e atividades promovidos pela Administração Pública Municipal.

Formalize os contratos respectivos com início de execução de acordo com as necessidades da Administração Municipal, e anote as demais providências junto aos proponentes adjudicados.
Publique-se na forma legal.

Prefeitura Municipal de Natalândia/MG, 14 de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO LAURINDO MODESTO
Prefeito.

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:AFD8F7F2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NOVA PONTE

SECRETARIA DO GABINETE
PORTARIA CONJUNTA Nº 006, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

ANULA A PORTARIA CONJUNTA Nº 119, DE 02 DE JULHO DE 2021, QUE CONCEDEU APOSENTADORIA ESPECIAL AO SERVIDOR MAURÍCIO MESSIAS BARBOSA, DETERMINA O RESTABELECIMENTO DE SUA SITUAÇÃO FUNCIONAL ATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA PONTE/MG** e a **PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA PONTE – PREV NOVA PONTE**, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a aposentadoria especial do servidor **MAURÍCIO MESSIAS BARBOSA** foi concedida por meio da **Portaria Conjunta nº 119, de 02 de julho de 2021**;

CONSIDERANDO a instauração e regular tramitação do **Processo Administrativo de Revisão – PAR nº 001/2026**, destinado à revisão da legalidade do ato concessório, dos períodos computados como tempo especial, da Certidão de Tempo de Contribuição oriunda do RGPS e dos demais elementos utilizados para a concessão e cálculo do benefício;

CONSIDERANDO que, no referido processo administrativo, foram assegurados ao interessado o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal, com acesso aos autos, apresentação de defesa e documentos, requerimento de diligências, produção de prova testemunhal e apresentação de alegações finais;

CONSIDERANDO a conclusão administrativa de que os períodos correspondentes ao exercício dos cargos de Secretário Municipal de Obras, Serviços Públicos e Meio Ambiente e de Chefe de Gabinete, compreendidos entre **02/01/2001 e 01/12/2003, 02/01/2004 e 31/07/2007 e 02/01/2013 e 31/12/2013**, não preencheram os requisitos necessários à sua caracterização como tempo especial;

CONSIDERANDO que o período de **07/10/1987 a 12/09/1994**, oriundo do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, não pode, no estado documental atual, ser computado como tempo especial pelo RPPS municipal, diante da ausência de reconhecimento e discriminação dessa condição na respectiva Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS;

CONSIDERANDO que, excluídos os referidos períodos da contagem especial, o servidor não preenchia o requisito temporal necessário à aposentadoria especial concedida pela Portaria Conjunta nº 119/2021;

CONSIDERANDO que a ausência de requisito essencial à concessão caracteriza vício de legalidade do ato administrativo, impondo sua invalidação no exercício do poder-dever de autotutela da Administração Pública;

CONSIDERANDO, finalmente, a **Decisão Administrativa proferida no Processo Administrativo de Revisão – PAR nº 001/2026**, que reconheceu a ilegalidade do ato concessório e determinou sua anulação, bem como as providências administrativas, funcionais, previdenciárias e de controle externo dela decorrentes,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica **ANULADA**, por vício de legalidade decorrente da ausência de requisito essencial para a concessão do benefício, a **Portaria Conjunta nº 119, de 02 de julho de 2021**, que concedeu aposentadoria especial ao servidor **MAURÍCIO MESSIAS BARBOSA**, ocupante do cargo efetivo de **Engenheiro Civil**.

Parágrafo único. A anulação de que trata o caput decorre das conclusões firmadas no **Processo Administrativo de Revisão – PAR nº 001/2026**, especialmente quanto:

I – à exclusão da natureza especial dos períodos de **02/01/2001 a 01/12/2003, 02/01/2004 a 31/07/2007 e 02/01/2013 a 31/12/2013**;
II – à impossibilidade de consideração, como tempo especial, no estado documental atualmente existente, do período de **07/10/1987 a 12/09/1994**, oriundo do RGPS;
III – à consequente insuficiência do tempo especial necessário à concessão da aposentadoria objeto da Portaria Conjunta nº 119/2021.

Art. 2º O **PREV NOVA PONTE** adotará as providências administrativas e previdenciárias necessárias à **cessação do benefício de aposentadoria decorrente da Portaria nº 119/2021**, produzindo esta Portaria efeitos a partir da **ciência formal do interessado**, sem prejuízo das providências materiais necessárias ao processamento da folha de pagamento.

Parágrafo único. Deverá ser certificada nos autos a data da ciência formal do servidor e a data da efetiva cessação do benefício.

Art. 3º A **Secretaria Municipal de Administração e o Setor de Recursos Humanos** adotarão imediatamente as providências necessárias ao **restabelecimento da situação funcional ativa** do servidor **Maurício Messias Barbosa**, no cargo efetivo de **Engenheiro Civil**.

§ 1º Para fins do retorno funcional, será preservado o enquadramento no **Grau XII-E**, enquanto subsistirem os efeitos da decisão judicial proferida no Processo nº **5002272-81.2022.8.13.0450**, sem prejuízo das medidas judiciais que venham a ser adotadas pelo Município.

§ 2º O retorno observará a situação funcional existente na data de sua efetivação, bem como eventuais exigências administrativas e legais aplicáveis ao regular exercício do cargo.

Art. 4º O servidor deverá ser formalmente comunicado para **reassumir o exercício do cargo**, cabendo à Secretaria Municipal de Administração fixar a data, local de apresentação e demais providências necessárias ao efetivo retorno.

Art. 5º A anulação determinada por esta Portaria não implica, por si só, obrigação automática de restituição dos valores previdenciários ou remuneratórios anteriormente recebidos pelo interessado, ficando eventual ressarcimento condicionado a procedimento administrativo próprio, com apuração específica dos pressupostos jurídicos pertinentes e garantia do contraditório e da ampla defesa.

Art. 6º O **PREV NOVA PONTE** promoverá a imediata comunicação desta Portaria ao **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG**, encaminhando cópia:

I – desta Portaria Conjunta;
II – da Decisão Administrativa proferida no PAR nº 001/2026;
III – do Relatório Final da Comissão Especial;
IV – do quadro de contagem do tempo previdenciário que fundamentou a revisão;
V – dos demais documentos considerados necessários à compreensão e processamento do ato.

Parágrafo único. A comunicação terá por finalidade informar formalmente a desconstituição administrativa do ato concessório e possibilitar a adoção, pelo Tribunal de Contas, das providências cabíveis quanto à **averbação do cancelamento junto ao registro da aposentadoria anteriormente efetuado**.

Art. 7º O PREV NOVA PONTE, a Secretaria Municipal de Administração, o Setor de Recursos Humanos e os demais órgãos envolvidos deverão certificar no **PAR nº 001/2026**, individualmente, o cumprimento das providências que lhes forem atribuídas.

Art. 8º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos individuais quanto à cessação da aposentadoria e ao restabelecimento da situação funcional a partir da ciência formal do interessado.

Nova Ponte/MG, 14 de setembro de 2026.

PROF. JOSÉ DIVINO DA SILVA
Prefeito Municipal de Nova Ponte

SHIRLEY CÂMARA LEÃO
Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Nova Ponte – PREV NOVA PONTE

Publicado por:
Lindamar Maria de Almeida Nunes
Código Identificador:0DE92275

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO BRANCO

PREFEITURA DE OURO BRANCO
3035

LEI Nº 3.035, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026.

"DÁ DENOMINAÇÃO À VIA QUE MENCIONA.**"**

A Câmara Municipal de Ouro Branco Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada Rua Alípio da Assunção Pereira a via pública localizada na área urbana isolada da Comunidade de Castiliano, no Município de Ouro Branco/MG, compreendida entre as seguintes coordenadas geográficas em UTM: Início: 23K 639194,00m E / 7722922,00m S; Final: 23K 639198,00m E / 7722523,00m S.

Art. 2º – O Chefe do Poder Executivo Municipal se encarregará de comunicar aos órgãos competentes sobre a denominação, bem como providenciar a instalação de placa indicativa com a denominação oficial da via.

Art. 3º – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 10 de setembro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:E35F174D

PREFEITURA DE OURO BRANCO
LEI Nº 3.036, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026. "INSTITUI A CAMPANHA MUNICIPAL PERMANENTE DE CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO E ORIENTAÇÃO SOBRE A LUDOPATIA E OS RISCOS ASSOCIADOS AOS JOGOS DE AZAR E ÀS APOSTAS NO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."LE

A Câmara Municipal de Ouro Branco Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam estabelecidas diretrizes para a promoção de ações permanentes de conscientização, prevenção e orientação sobre a ludopatia e os riscos decorrentes dos jogos de azar no Município de Ouro Branco. Destinada à promoção da saúde, da prevenção às dependências comportamentais e da proteção da infância, da adolescência, da juventude e das famílias.
Art. 2º. São diretrizes da Política Municipal:
I – Promoção de ações educativas voltadas à prevenção da ludopatia;
II – Divulgação de informações sobre os fatores de risco, sintomas, consequências e formas de prevenção da dependência em jogos;
III – Incentivo à identificação precoce de comportamentos compulsivos relacionados às apostas e aos jogos de azar;
IV – Fortalecimento da conscientização acerca dos impactos sociais, familiares, financeiros e psicológicos decorrentes da ludopatia;
V – Divulgação da rede pública e privada de atendimento e acolhimento às pessoas acometidas pela dependência em jogos;
VI – Promoção da educação financeira e do uso consciente das plataformas digitais.
Art. 3º. As ações de conscientização poderão ser realizadas, entre outros meios:
I – Nas unidades da rede municipal de ensino, observadas as diretrizes pedagógicas;
II – Nas unidades integrantes da rede municipal de saúde;
III – Nos equipamentos públicos municipais destinados à assistência social, cultura, esporte e juventude;
IV – Por meio dos canais oficiais de comunicação do Município;
V – Em campanhas institucionais de interesse público.
Art. 4º. Na execução da campanha, o Poder Executivo poderá celebrar parcerias e cooperação com instituições públicas e privadas de ensino, universidades, entidades da sociedade civil, conselhos municipais, órgãos públicos e instituições especializadas na prevenção e tratamento das dependências comportamentais, observada a legislação vigente.
Art. 5º. A Política Municipal observará os seguintes princípios:
I – Promoção da saúde e da qualidade de vida;
II – Prevenção como instrumento prioritário de redução de danos;
III – Proteção integral da criança e do adolescente;
IV – Respeito à dignidade da pessoa humana;
V – Acesso à informação de interesse público;
VI – Articulação entre educação, saúde e assistência social.
Art. 6º. A execução das ações observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, podendo ser realizada mediante os recursos humanos, materiais e programas já existentes.
Art. 7°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Branco, 10 de setembro de 2026.

SÁVIO RODRIGUES FONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida da Silva
Código Identificador:A51334A1

PREFEITURA DE OURO BRANCO
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR – CONVERSÃO EM RESULTADO FINAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA | CONCURSO DE PROJETOS Nº 02/2026
RESULTADO PRELIMINAR
O Município de Ouro Branco/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, divulga o resultado preliminar do Concurso de Projetos nº 02/2026, destinado à seleção de OSCIP para celebração de Termo de Parceria sem transferência de recursos financeiros para a 40ª edição do Festival da Batata de Ouro Branco - 2026. Após julgamento dos projetos técnicos anonimizados e exame dos documentos de habilitação, a Comissão Julgadora designada pela Portaria nº 363/2026 apurou:
Classificação OSCIP / CNPJ Nota / 100 Resultado
1º Associação Preparatória dos Cidadãos do Amanhã, nota 86, CNPJ: 07.098.076/0001-40 86 Resultado: Habilitada
Uma vez que não houve mais OSCIPs participantes, considera-se prejudicado o prazo para interposição de recursos, considera-se o atual resultado como final ao pleito aplicado.

Ouro Branco/MG, 14 de setembro de 2026.

DIEGO ANDRADE COSTA
Presidente da Comissão Julgadora

FLÁVIA APARECIDA TORQUATO
Secretaria Municipal de Cultura

Publicado por:
Josemar Ivo Pereira da Silva
Código Identificador:D5434C4A

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 219/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO **TORNA PÚBLICO O QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 219/2024**, FIRMADO COM A EMPRESA **FRANTEC CONSTRUÇÕES LTDA**, ORIUNDO DA **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 015/2024 – PRC Nº 143/2024.** O objeto do termo aditivo é o reajuste retroativo pelo período de 23/10/2024 a 23/10/2025 no valor global de 574.120,92 (Quinhentos e setenta e quatro mil, cento e vinte reais e noventa e dois centavos) pelo índice INCC de 6.58%. Data de assinatura: 14/09/2026.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:2804E8D1

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 220/2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO **TORNA PÚBLICO O QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 220/2024**, FIRMADO COM A EMPRESA **FRANTEC CONSTRUÇÕES LTDA**, ORIUNDO DA **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 016/2024 – PRC Nº 145/2024.** O objeto do termo aditivo é o reajuste retroativo pelo período de 23/10/2024 a 23/10/2025 no valor global de 650.752,46 (Seiscentos e cinquenta mil, setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e seis centavos) pelo índice INCC de 6.58%. Data de assinatura: 14/09/2026.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:0EB12873

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O REAJUSTE CONTRATUAL PREVISTO REFERENTE AO CONTRATO PMOB 034/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO **TORNA PÚBLICO O REAJUSTE CONTRATUAL PREVISTO REFERENTE AO CONTRATO PMOB 034/2026**, FIRMADO COM A EMPRESA **CONSTRUTORA ANDRADE & TEIXEIRA LTDA**, ORIUNDO DA **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2025 – PRC Nº 119/2025**. O objeto do termo foi reajustar os valores presentes em contrato pelo índice **INCC de 6,56%**. Após reajuste o valor global atualizado será o de **R$ 5.117.555,93** (Cinco milhões, cento e dezessete mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa e três centavos).

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:9DEDA506

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO FINO

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
DISPENSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO FINO– MG. Processo Nº 180/2026, Dispensa nº 039/2026. DESPACHO: "Pelo exposto e considerando os documentos acostados aos autos, o parecer jurídico da Assessoria Jurídica a justificativa de preços e razões de escolha do fornecedor, considero estarem presentes os requisitos para a contratação direta, por dispensa, com fundamento no inciso II, do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021 e AUTORIZO a contratação. Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de despachante (emplacamento) dos veículos pertencentes à frota municipal. Contratada: Adaury Monteiro 80188346600. CNPJ: 11.903.909/0001-76 – Valor estimado: R$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais).

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL –
Prefeito Municipal de Ouro Fino - MG.

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:BBC13E82

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Ouro Fino – MG – Extrato de Contrato - Pregão Eletrônico nº 011/2026, Processo Licitatório nº 013/2026, Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Paraibuna – CIMPAR – Extrato de Contrato – Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de veículos, especificamente 01 (uma) Ambulância Tipo D – Suporte Avançado UTI Móvel - Contrato nº 149/2026 – Contratada: DEVA VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº 23.762.552/0003-02 – Valor R$ 381.000,00 (trezentos e oitenta e um mil reais) - Assinatura: 14/09/2026 – Vigência de 90 (noventa) dias, a contar da assinatura do contrato -

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Natã Leonardo Pereira
Código Identificador:7BEBB4E8

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Ouro Fino – MG – Extrato de Contrato - Dispensa nº 040/2026, Processo Administrativo nº 182/2026, Contrato nº 147/2026 – Extrato de Contrato – Objeto: Contratação de empresa especializada para afinação dos pianos localizados no Teatro Municipal de Ouro Fino e na Escola Municipal de Música (Casa Café Com Leite) - Contrato nº 147/2026 – Contratada: JESIO PAULO ALÉM FERREIRA 41144511615, CNPJ nº 27.658.262/0001-02 – Valor R$ 3.920,00 (três mil, novecentos e vinte reais) - Assinatura: 09/09/2026 – Vigência até 31/12/2026 -

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Natã Leonardo Pereira
Código Identificador:05ADB9B2

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Ouro Fino – MG – Extrato de Contrato - Inexigibilidade de Licitação nº 047/2026, Processo Administrativo nº 191/2026 – Extrato de Contrato – Objeto: Contratação de capacitação em Educação Inclusiva sobre o tema "Estudo de Caso na Educação: avaliação e intervenção" para os professores da rede municipal de ensino - Contrato nº 146/2026 – Contratada: PRISCILA MARIA PEREIRA BOY, CNPJ nº 32.391.577/0001-68 – Valor R$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais) - Assinatura: 04/09/2026 – Vigência de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua assinatura -

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Natã Leonardo Pereira
Código Identificador:DB687EF5

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO FINO – MG.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2025. CONCORRÊNCIA Nº 002/2026 – TERMO DE ADITIVO, DO CONTRATO Nº 033/2026

Prefeitura Municipal de Ouro Fino – MG. Processo Licitatório nº 015/2025. Concorrência nº 002/2026 – Termo de aditivo, do Contrato nº 033/2026 - Fica, a alteração contratual terá aditivo o valor de R$ 88.896,26(Oitenta e oito mil, oitocentos e novena e seis reais, vinte e seis centavos) F*ace o aditivo o valor total do Contrato que era de R$ 611.999,99 (Seiscentos e onze mil, novecentos e noventa e nove reais, noventa e nove centavos), fica alterado para R$ 700.896,25 (Setecentos mil, oitocentos e noventa e seis reais, vinte e cinco centavos).* Contratado: Limpav Terraplenagem e Pavimentação ltda -. - Contratado: Limpav Terraplenagem e Pavimentação ltda - Assinatura: 14/09/2026.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edmar Pinto de Carvalho
Código Identificador:C012C9E9

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Prefeitura Municipal de Ouro Fino – MG. Prorrogação vigência contratual. Contrato nº 144/2025. Termo de prorrogação de prazo de vigência. Contratada: ALINNE FELIX DA SILVA – CNPJ 38.083.791/0001-33. Objeto: de empresa especializada para a locação de caminhão Munck com operador, que entre si fazem, de um lado a Prefeitura Municipal de Ouro Fino - Prorrogação de prazo contratual de contratação– Assinatura: 01/09/2026 - vigência: 07/10/2026 a 07/10/2027.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:795FCEB7

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PRORROGAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE OURO FINO – MG. Termo de Prorrogação da Ata de Registro de Preço. Processo Licitatório Nº 013/2024. Pregão nº 008/2025. Ata de Registro de Preço nº 263/2025 - Objeto: Aquisição de cestas básicas destinadas remanescente à distribuição gratuita a famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, atendidas pelos programas assistenciais do Departamento de Assistência Social.- Contratada: O&M COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ Nº 05.300.129/0001-39. Data assinatura: 03/09/2026. Vigência: 03/09/2026 à 03/09/2027 –

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Natã Leonardo Pereira
Código Identificador:D0BF4B96

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO 4.514/2026

DECRETO Nº 4.514/2026

Libera lote caucionado que especifica do Loteamento Residencial Ouro de Minas e dá outras providências

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL, Prefeito do Município de Ouro Fino - MG, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o cargo, em especial do art. 103, inciso I, "o" da Lei Orgânica do Município de Ouro Fino – MG, e demais preceitos legais,

CONSIDERANDO que o projeto do Loteamento Residencial Ouro de Minas foi aprovado pelo Decreto 3.939/2021;
CONSIDERANDO o pedido protocolizado pelo Empreendedor junto a esta Prefeitura;
CONSIDERANDO o estágio de execução das obras de infraestrutura do local, atestado por laudo emitido pela Diretoria de Obras, Infraestrutura, Meio Ambiente e Trânsito;

DECRETA:

Art. 1º - Fica liberado apenas o lote 11 da Quadra "C", caucionado pelo Decreto 4.191/2023 de 25 de Outubro de 2023 de propriedade de CAIRBAR PALOMO JÚNIOR EIRELE - ME., CNPJ 27.106.006/0001-02, em razão de cumprimento parcial da infraestrutura de sua responsabilidade.

Art. 2º - O cumprimento de parte da infraestrutura mencionado no artigo anterior foi comprovado por inspeção no local.

Art. 3º - Permanecem caucionados 20 (vinte) lotes, a fim de garantir o restante da execução do projeto:

Etapa	Quadra	Lotes	Área (m²)
SEGUNDA	F	1 a 6	1.041,94
	H	4 a 15	1.961,11
	I	6 e 7	362,30

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor nesta data.

Ouro Fino, 14 de Setembro de 2026.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Prado de Sousa
Código Identificador:E1CA1DD1

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 4.511/2026

DECRETO Nº 4.511/2026

Abre Crédito Suplementar em favor da Diretoria de Desenvolvimento Social, no valor de R$ 77.902,90, para os fins que especifica.

ANTONIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL, Prefeito do Município de Ouro Fino - MG, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 2º, da Lei Municipal nº 3.413 de 02 de setembro de 2026 e no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto de crédito suplementar em favor da Diretoria de Desenvolvimento Social, no valor de R$ 77.902,90 (setenta e sete mil, novecentos e dois reais e noventa centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
02.05.03.08.243.0012.0.015 - Transf Financeiras a Casa de Criança José Noguer			
3350 43 - Subvenções Sociais	886	2.749.000.0.065.001	R$ 8.006,91
3350 43 - Subvenções Sociais	1041	1.749.000.0.065.001	R$ 53.895,99
4450 42 - Auxílios	1042	1.749.000.0.065.001	R$ 16.000,00
TOTAL			R$ 77.902,90

Art. 2º. Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior decorrem das seguintes fontes:

- anulação da dotação orçamentária a seguir especificada, conforme o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964:

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
02.05.03.08.245.0014.0022 - Transf Financeira à Escola Esperança e Vida			
3350 43 - Subvenções Sociais	467	1.749.000.0.065.001	R$ 7.300,00

- excesso de arrecadação, considerando a tendência do exercício financeiro de 2026, apurado na fonte de recurso a seguir especificada, conforme o disposto no inciso II do § 1º e no § 3º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964, combinado com o parágrafo único do artigo 8º e com o inciso I do artigo 50, da Lei Complementar nº 101/2000:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
1.749	Outras Vinculações de transferências	R$ 62.595,99

- superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2025, na fonte de recurso a seguir especificada, conforme o inciso I, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964, combinado com o parágrafo único do artigo 8º e com o inciso I, do artigo 50, da Lei Complementar nº 101/2000:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
2.749	Outras Vinculações de transferências	R$ 8.006,91

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Fino, 02 de setembro de 2026.

ANTONIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Prado de Sousa
Código Identificador:A762EA30

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 4.513/2026

DECRETO Nº 4.513/2026

Institui o Programa Municipal Praças da Primeira Infância no âmbito do Município de Ouro Fino/MG, dispõe sobre a implantação, revitalização e manutenção de espaços públicos destinados ao brincar, à convivência familiar e ao desenvolvimento integral da criança na primeira infância e dá outras providências.

ANTONIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que a Constituição da República, em seu artigo 227, estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assegura à criança o direito ao desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, que instituiu o Marco Legal da Primeira Infância, reconhecendo o brincar como direito fundamental e elemento indispensável ao desenvolvimento infantil;

CONSIDERANDO as diretrizes da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância – PNIPI, que orientam os entes federativos na implementação de políticas públicas voltadas às crianças de zero a seis anos de idade;

CONSIDERANDO que os espaços públicos destinados ao brincar constituem importantes instrumentos de promoção da convivência familiar, fortalecimento comunitário, inclusão social, ocupação qualificada dos espaços urbanos e garantia dos direitos da criança;

CONSIDERANDO o compromisso do Município de Ouro Fino com a implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância, promovendo ações integradas voltadas ao desenvolvimento integral das crianças;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Ouro Fino, o Praças da Primeira Infância, destinado à implantação, revitalização, ampliação, manutenção e qualificação de espaços públicos voltados ao brincar, ao lazer, à convivência familiar e comunitária e ao desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

Art. 2º O Programa Praças da Primeira Infância integra a Política Municipal para a Primeira Infância e constitui estratégia permanente de promoção dos direitos das crianças de zero a seis anos de idade, observando os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta e do desenvolvimento infantil.

Art. 3º Programa será executado de forma intersetorial, mediante atuação integrada dos órgãos da Administração Pública Municipal responsáveis pelas políticas de:
I – Assistência Social;
II – Educação;
III – Saúde;
IV – Cultura;
V – Esporte e Lazer;
VI – Meio Ambiente;
VII – Obras e Infraestrutura;
VIII – Planejamento Urbano;
IX – demais órgãos cuja atuação contribua para a consecução dos objetivos previstos neste Decreto.

Art. 4º A coordenação geral do Programa caberá ao Comitê Municipal Intersetorial da Primeira Infância em conjunto com a Diretoria Municipal de Desenvolvimento Social, competindo-lhe promover a articulação entre os órgãos envolvidos, acompanhar sua execução e propor ações destinadas ao aperfeiçoamento permanente da política pública.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 5º Para os fins deste Decreto considera-se:

I – Praças da Primeira Infância: espaço público planejado, seguro, acessível e destinado prioritariamente ao brincar, à convivência familiar, ao lazer e ao desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.
II – Primeira Infância: período compreendido entre o nascimento e os seis anos completos de idade, nos termos da Lei Federal nº 13.257, de 2016.
III – Desenvolvimento Integral: processo contínuo de desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, social, cultural, afetivo e psicomotor da criança.
IV – Brincar Livre: atividade espontânea, voluntária e criativa realizada pela criança, fundamental para seu aprendizado, autonomia, imaginação e desenvolvimento.
V – Espaço Lúdico: ambiente estruturado para estimular a interação, criatividade, experimentação, movimento, convivência social e exploração infantil.
VI – Acessibilidade Universal: condição que assegura às crianças com deficiência ou mobilidade reduzida igualdade de acesso, utilização e permanência nos espaços integrantes do Programa.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 6º O Programa Municipal Praças da Primeira Infância tem como objetivo geral promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância mediante a implantação ou revitalização de espaços públicos de convivência dotados de brinquedos, equipamentos e ambientes adequados às diferentes etapas do desenvolvimento infantil.

Art. 7º Constituem objetivos específicos do Programa:

I – assegurar o direito ao brincar como direito fundamental da criança;

II – reconhecer o brincar como instrumento essencial para o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo, afetivo, social e cultural;
III – oferecer espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e acolhedores destinados às crianças e suas famílias;
IV – estimular o desenvolvimento psicomotor por meio de atividades que favoreçam equilíbrio, coordenação motora, força, agilidade, criatividade e interação social;
V – fortalecer a convivência familiar e comunitária mediante a ocupação qualificada dos espaços públicos;
VI – incentivar a participação ativa das famílias nas atividades desenvolvidas junto às crianças;
VII – criar ambientes que favoreçam a interação entre crianças de diferentes contextos sociais, promovendo inclusão, respeito às diferenças e cultura de paz;
VIII – estimular brincadeiras tradicionais, atividades lúdicas, recreativas, culturais e educativas;
IX – revitalizar praças públicas subutilizadas ou degradadas, promovendo sua requalificação urbanística e social;
X – ampliar a oferta de áreas públicas voltadas à primeira infância em todas as regiões do Município;
XI – democratizar o acesso aos espaços públicos destinados às crianças;
XII – promover ambientes acessíveis às crianças com deficiência, transtorno do espectro autista e demais necessidades específicas;
XIII – incentivar estilos de vida saudáveis por meio da prática de atividades ao ar livre;
XIV – contribuir para a redução das desigualdades de acesso ao brincar;
XV – fortalecer as ações previstas no Plano Municipal pela Primeira Infância.

Art. 8º As Praças da Primeira Infância deverão ser concebidas como espaços permanentes de convivência comunitária, aprendizagem, inclusão social e promoção do desenvolvimento infantil, observando critérios de segurança, acessibilidade, sustentabilidade ambiental e integração com os demais equipamentos públicos existentes no território.

CAPÍTULO IV
DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 9º O Programa Municipal Praças da Primeira Infância será executado em conformidade com os seguintes princípios:

I – proteção integral da criança;
II – prioridade absoluta na formulação e execução das políticas públicas destinadas à primeira infância;
III – respeito ao desenvolvimento infantil em suas múltiplas dimensões;
IV – garantia do direito ao brincar como elemento essencial ao desenvolvimento humano;
V – convivência familiar e comunitária;
VI – inclusão social;
VII – acessibilidade universal;
VIII – equidade territorial;
IX – participação social;
X – sustentabilidade ambiental;
XI – segurança dos espaços públicos;
XII – valorização da ocupação qualificada dos espaços urbanos.

Art. 10. Constituem diretrizes do Programa:

I – promover ambientes urbanos acolhedores para crianças de zero a seis anos;
II – garantir que os espaços destinados ao brincar estejam distribuídos de forma equilibrada no território municipal, observadas as necessidades locais;
III – incentivar a convivência intergeracional;
IV – estimular o brincar livre e as brincadeiras tradicionais;
V – promover espaços inclusivos destinados às crianças com deficiência;
VI – integrar ações das políticas públicas municipais;
VII – incentivar o sentimento de pertencimento da comunidade em relação aos espaços públicos;
VIII – fortalecer o protagonismo das famílias no desenvolvimento infantil;
IX – promover ambientes seguros, protegidos e supervisionados;
X – incentivar práticas sustentáveis na implantação e manutenção das Praças da Primeira Infância.

CAPÍTULO V
DA IMPLANTAÇÃO DAS PRAÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Art. 11. As Praças da Primeira Infância poderão ser implantadas mediante:

I – construção de novas áreas públicas destinadas à primeira infância;
II – revitalização de praças existentes;
III – adaptação de espaços públicos ociosos;
IV – requalificação urbanística de áreas de lazer.

Art. 12. A implantação das Praças da Primeira Infância deverá observar, sempre que possível:

I – localização de fácil acesso;
II – integração com equipamentos públicos municipais;
III – proximidade de bairros com maior concentração de crianças na primeira infância;
IV – existência de infraestrutura urbana;
V – facilidade de acesso para pessoas com deficiência;
VI – segurança dos usuários.

Art. 13. As Praças da Primeira Infância deverão possuir área livre, permitindo:

I – circulação segura entre os brinquedos;
II – acessibilidade universal;
III – utilização simultânea por diferentes grupos de crianças;
IV – convivência entre famílias;
V – implantação de áreas verdes e espaços de permanência.

Parágrafo único. Poderão ser implantadas Praças da Primeira Infância em áreas com pequenas dimensões, desde que estudos técnicos demonstrem a viabilidade, preservadas as condições de segurança, acessibilidade e funcionalidade.

Art. 14. Na implantação das Praças da Primeira Infância deverão ser observadas as normas técnicas vigentes relativas:

I – segurança em playgrounds;
II – acessibilidade;
III – mobiliário urbano;
IV – prevenção de acidentes;
V – proteção ambiental;
VI – drenagem e permeabilidade do solo;
VII – paisagismo.

CAPÍTULO VI
DA ESTRUTURA MÍNIMA DAS PRAÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Art. 15. As Praças da Primeira Infância deverão possuir estrutura adequada às necessidades do público infantil, podendo contemplar:

I – piso de amortecimento de impacto;
II – áreas sombreadas naturais ou artificiais;
III – bancos destinados às famílias;
IV – lixeiras;
V – iluminação pública;
VI – paisagismo;
VII – acessibilidade universal;
VIII – cercamento quando necessário para garantir maior segurança;
IX – sinalização educativa;
X – equipamentos destinados ao brincar.

Art. 16. Os equipamentos deverão ser planejados considerando as diferentes fases do desenvolvimento infantil, favorecendo:

I – coordenação motora;
II – equilíbrio;
III – percepção espacial;
IV – desenvolvimento sensorial;
V – interação social;
VI – criatividade;
VII – autonomia;
VIII – imaginação;
IX – resolução de problemas;
X – fortalecimento dos vínculos familiares.

Art. 17. A seleção dos equipamentos deverá observar:

I – segurança;
II – resistência;
III – durabilidade;
IV – baixa necessidade de manutenção;
V – materiais ambientalmente adequados;
VI – acessibilidade;
VII – certificações técnicas aplicáveis.

CAPÍTULO VII
DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NAS PRAÇAS DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Art. 18. As Praças da Primeira Infância constituirão espaços permanentes destinados à realização de:

I – atividades recreativas;
II – oficinas lúdicas;
III – contação de histórias;
IV – rodas de leitura;
V – apresentações culturais;
VI – atividades de educação ambiental;
VII – campanhas de promoção da saúde;
VIII – ações de fortalecimento dos vínculos familiares;
IX – eventos comemorativos da primeira infância;
X – atividades promovidas pelos departamentos Municipais.

Art. 19. As ações desenvolvidas deverão estimular:

I – participação ativa das famílias;
II – inclusão de crianças com deficiência;
III – respeito à diversidade;
IV – convivência comunitária;
V – desenvolvimento integral.

CAPÍTULO VIII
DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS

Art. 20. Compete à Diretoria Municipal responsável pela política da Assistência Social:

I – coordenar as ações voltadas às famílias;
II – articular o Programa junto ao Comitê da Primeira Infância;
III – promover ações socioeducativas.

Art. 21. Compete à Diretoria Municipal de Educação:

I – desenvolver atividades pedagógicas nas Praças da Primeira Infância;
II – incentivar o brincar como ferramenta de aprendizagem;
III – integrar as unidades escolares ao Programa.

Art. 22. Compete à Diretoria Municipal de Saúde:

I – promover ações educativas voltadas ao desenvolvimento infantil;
II – incentivar hábitos saudáveis;
III – desenvolver campanhas de promoção da saúde.

Art. 23. Compete à Diretoria de Obras:

I – executar obras;
II – garantir manutenção preventiva;
III – realizar manutenção corretiva;
IV – assegurar a conservação dos equipamentos.

Art. 24. Compete à Divisão Municipal de Meio Ambiente:

I – promover arborização;
II – incentivar práticas sustentáveis;
III – acompanhar a preservação das áreas verdes.

Art. 25. Compete ao Comitê Municipal Intersetorial da Primeira Infância:

I – coordenar o Programa;
II – acompanhar sua execução;
III – propor melhorias;
IV – monitorar indicadores;
V – elaborar relatórios anuais;
VI – fomentar a participação da sociedade civil.

CAPÍTULO IX
DO MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 26. O Programa Municipal Praças da Primeira Infância será objeto de monitoramento contínuo pelo Comitê Municipal Intersetorial da Primeira Infância, com apoio das Secretarias Municipais envolvidas.

Art. 27. O monitoramento terá por finalidade:

I – acompanhar a implantação das Praças da Primeira Infância;
II – verificar as condições de conservação dos equipamentos;
III – avaliar a utilização dos espaços pela comunidade;
IV – identificar necessidades de manutenção preventiva e corretiva;
V – propor melhorias para ampliação da qualidade dos espaços públicos destinados à primeira infância;
VI – subsidiar o planejamento das ações previstas no Plano Municipal pela Primeira Infância.

Art. 28. Para fins de avaliação do Programa poderão ser utilizados, dentre outros, os seguintes indicadores:

I – número de Praças da Primeira Infância implantadas;
II – número de praças revitalizadas;
III – quantidade de crianças beneficiadas;
IV – número de bairros contemplados;
V – quantidade de atividades realizadas;
VI – percentual de equipamentos em perfeito estado de conservação;
VII – participação das famílias nas ações promovidas;
VIII – nível de satisfação dos usuários.

CAPÍTULO X
DA CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS

Art. 29. Os equipamentos integrantes das Praças da Primeira Infância deverão permanecer em perfeitas condições de uso, segurança e conservação.

Art. 30. Compete ao Poder Executivo promover inspeções periódicas para verificar:

I – estabilidade estrutural dos brinquedos;
II – estado do piso amortecedor;
III – condições do cercamento;
IV – funcionamento dos equipamentos;
V – conservação dos bancos, lixeiras e demais mobiliários;
VI – limpeza e paisagismo.

Art. 31. Constatada qualquer situação que coloque em risco a integridade física das crianças, o equipamento deverá ser imediatamente interditado até sua completa recuperação.

CAPÍTULO XI
DAS PARCERIAS

Art. 32. O Município poderá celebrar parcerias com órgãos públicos, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, universidades, empresas privadas e demais entidades para:

I – implantação das Praças da Primeira Infância;
II – revitalização dos espaços;
III – realização de atividades educativas;
IV – campanhas de conscientização;
V – doação de equipamentos;
VI – promoção de eventos destinados à primeira infância.

Parágrafo único. As parcerias observarão a legislação vigente e não afastam a responsabilidade do Município pela gestão e fiscalização dos espaços públicos.

CAPÍTULO XII
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 33. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas quando necessário.

Art. 34. O Programa poderá ser financiado mediante recursos provenientes de:

I – orçamento municipal;
II – transferências voluntárias;
III – convênios;
IV – emendas parlamentares;
V – fundos públicos;
VI – doações;
VII – termos de cooperação;
VIII – outras fontes legalmente admitidas.

CAPÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. As Praças da Primeira Infância integrarão a rede municipal de espaços públicos destinados à promoção dos direitos da primeira infância.

Art. 36. A implantação das Praças da Primeira Infância observará critérios de equidade territorial, priorizando regiões com maior concentração de crianças na primeira infância e menor oferta de espaços públicos de lazer.

Art. 37. O Poder Executivo poderá editar normas complementares necessárias à execução deste Decreto.

Art. 38. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Fino, 14 de Setembro de 2026.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Prado de Sousa
Código Identificador:5F596B10

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA N° 061/2026

PORTARIA N° 061/2026

"Dispõe sobre nomeação de Comissão para acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2026 e avaliação dos documentos do referido processo – Diretoria Municipal de Saúde."

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL, Prefeito do Município de Ouro Fino, MG, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com as leis em vigor e com os poderes que lhes são conferidos pela Lei Orgânica do Município, pela presente Portaria;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de servidores para atendimento de serviço essencial junto à Diretoria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a solicitação da Diretoria Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir comissão destinada a acompanhar, avaliar a documentação e a proceder ao julgamento do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2026, para formação de CADASTRO RESERVA para o cargo de cirurgião-dentista e auxiliar de consultório dentário atendendo a Prefeitura Municipal de Ouro Fino.

Art. 2º. Designar para compor a referida Comissão os servidores abaixo relacionados, que deverão exercer as atividades em caráter de exclusividade e sem prejuízo de suas atribuições funcionais:
Presidente: Adriana Alves de Souza Baganha
Membro: Camila de Carvalho Marques
Membro: Rogério da Silva

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se.

Ouro Fino, 11 de Setembro de 2026.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Prado de Sousa
Código Identificador:4FCEFF44

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PAINEIRAS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 63/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 27/2026

O MUNICÍPIO DE PAINEIRAS, por seu Poder Executivo, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.296.674/0001-04, com sede na Praça Terezinha de Vargas Mendonça, nº 288, Bairro Centro, por intermédio da Coordenação de Licitações e Contratos, torna público em seu sítio eletrônico: www.paineiras.mg.gov.br, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no Licitar Digital - https://licitar.digital/, com na Lei Federal nº 14.133/2021, torna público a abertura do Processo Administrativo Nº 63/2026, Dispensa Eletrônica Nº 27/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de publicidade volante, por meio de veículo equipado com sistema de sonorização, para realização de divulgação de campanhas institucionais, programas, ações, eventos comunicados e demais informações de interesse público promovidos pela Administração Pública Municipal, SEM FASE DE LANCES e critério de julgamento:MENOR PREÇO POR ITEM.

Data de início de Recebimento de Proposta	**15/09/2026 às 12h00min**
Data fubak de recebimento de Proposta	**18/09/2026 às 09h00min**
Data da sessão	**18/09/2026 às 09h01min**
SEM FASE DE LANCES	

Paineiras, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Otavio Verissimo Costa Alvares
Código Identificador:9AB161D1

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMNETO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO...: 16/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO.....: 57/2026

INEXIGIBILIDADE.....: 15/2026
CREDENCIAMENTO.....: 7/2026
CREDENCIANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS/MG
CREDENCIADA.....: 35.982.769 MAURUNES HENRIQUE DE CARVALHO
CNPJ.....: 35.982.769/0001-37
OBJETO.....: Contratação de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, máquinas pesadas e equipamentos integrantes da frota municipal, com vistas a assegurar sua adequada conservação, disponibilidade operacional, segurança, eficiência e continuidade na prestação dos serviços públicos desempenhados pelas diversas Unidades Administrativas do Município.
VIGÊNCIA.....: De 14/09/2026 até 10/09/2027
DATA DE ASSINATURA.....: 11/09/2026

Paineiras/MG, 11 de setembro de 2026.

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:F3B44BDD

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMNETO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO...: 13/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO.....: 57/2026
INEXIGIBILIDADE.....: 15/2026
CREDENCIAMENTO.....: 7/2026
CREDENCIANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS/MG
CREDENCIADA.....: CENTRO OESTE TRATORES LTDA
CNPJ.....: 03.018.577/0001-19
OBJETO.....: Contratação de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, máquinas pesadas e equipamentos integrantes da frota municipal, com vistas a assegurar sua adequada conservação, disponibilidade operacional, segurança, eficiência e continuidade na prestação dos serviços públicos desempenhados pelas diversas Unidades Administrativas do Município.
VIGÊNCIA.....: De 14/09/2026 até 10/09/2027
DATA DE ASSINATURA.....: 11/09/2026

Paineiras/MG, 11 de setembro de 2026.

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:C2C5362F

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMNETO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO...: 17/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO.....: 57/2026
INEXIGIBILIDADE.....: 15/2026
CREDENCIAMENTO.....: 7/2026
CREDENCIANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAINEIRAS/MG
CREDENCIADA.....: ALIANÇA COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA
CNPJ.....: 32.312.350/0001-80
OBJETO.....: Contratação de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, máquinas pesadas e equipamentos integrantes da frota municipal, com vistas a assegurar sua adequada conservação, disponibilidade operacional, segurança, eficiência e continuidade na prestação dos serviços públicos desempenhados pelas diversas Unidades Administrativas do Município.
VIGÊNCIA.....: De 14/09/2026 até 10/09/2027
DATA DE ASSINATURA.....: 11/09/2026

Paineiras/MG, 11 de setembro de 2026.

RAFAELA CRISTINA GUIMARAES FLAUZINO
Agente de Contratação
Matrícula 5687-2

Publicado por:
Rafaela Cristina Guimarães Flauzino
Código Identificador:A7D06469

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PARACATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 163/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **Associação Comunitária do Vale do Sotero**, **CNPJ nº: 20.583.860/0001-02. DATA:** 10/09/2026. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO: 5163/2026. OBJETO DA PARCERIA:** Repasse financeiro através de Emenda Parlamentar, Vereador Hernesto Pereira da Silva, indicação nº 95/2026, e da Vereadora Gislene da Silva Couto Machado, indicação nº 81/2026, e, Vereador Cândido Lopes Ferreira, indicação nº 18/2026, objeto aquisição de um distribuidor de calcário. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.07.01.20.608.0016.2098.4.4.50.42, Ficha: 942. VALOR: R$30.000,00. PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 31/05/2027. ASSINATURAS:** Mariana Alves Souza Doroteu, Secretário Municipal Interina de Agropecuária, convenente, e, Maria Helena de Souza Silva, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:37541511

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 167/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **Associação Comunitária Rural da Região da Contagem**, **CNPJ nº: 21.398.398/0001-34. DATA:** 10/09/2026. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO: 5081/2026. OBJETO DA PARCERIA:** Repasse financeiro através de Emenda Parlamentar, Vereador Manoel Alves Moreira, indicação nº 300/2026, objeto aquisição de implementos agrícolas para atender as demandas da comunidade local. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.07.01.20.608.0016.2098.4.4.50.42, Ficha: 942. VALOR: R$25.000,00. PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 31/12/2026. ASSINATURAS:** Mariana Alves Souza Doroteu, Secretário Municipal Interina de Agropecuária, convenente, e, Jecina Faria de Oliveira, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:EBDC7AC6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 244/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **Associação Mãos que Acolhem de Paracatu - AMAP**, **CNPJ nº: 51.933.306/0001-31. DATA:** 09/09/2026. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO: 12492/2026. OBJETO DA PARCERIA:** Manutenção da estrutura física e das condições de funcionamento da AMAP. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.06.01.10.122.0067.2233.3.3.50.43, Ficha: 350. VALOR: R$147.917,58. PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e subsequente publicação. ASSINATURAS:** Umarques da Silva Couto, Secretário Municipal de Saúde, convenente, e, Eleldimar Ferreira dos Reis, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:01267D6A

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO / PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU-MG. PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 37/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO / Prefeitura Municipal de Paracatu-MG. **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 37/2026**. Processo Licitatório nº 151/2026 – Tipo: Menor Preço Global, **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS, DESTINADOS PARA UTILIZAÇÃO E PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS, INCLUINDO FORNECIMENTO, MOBILIZAÇÃO, MANUTENÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, OPERACIONALIZAÇÃO E AFINS.** As propostas serão recebidas das **17h30m** do dia **15/09/2026** até às **8h59m** do dia **01/10/2026** com início da Sessão às 09h (horário de Brasília-DF), conforme Edital, disponível no Dep. de Licitações e nos sites: ***www.paracatu.mg.gov.br***, ***https://www.gov.br/pncp/pt-br*** e ***www.novobbmnet.com.br***.

Paracatu-MG, 14 de setembro de 2026.

DIEGO LIMA DE LIRA –
Pregoeiro/Agente de Contratação.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:E962C1AE

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº 202/2026 AGR BOTELHO ENGENHARIA

Prefeitura Municipal de Paracatu Minas Gerais
Processo: 3328/2026

EXTRATO CONTRATO Nº 202/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **AGR BOTELHO ENGENHARIA LTDA.** FUNDAMENTAÇÃO: **Lei Federal n° 14.133/2021.** PROCESSO**:** **3328/2026.** OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE REDE DE DRENAGEM SUPERFICIAL E PROFUNDA, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, SINALIZAÇÃO, MEIOS FIOS E CALÇADAS DA REGIÃO MATINHO DIVISA DOS BAIRROS BELA VISTA E SANTA LUCIA EM PARACATU – MG.** DATA**:** **10/09/2026.** VENCIMENTO**:** **15/09/2027.** VALOR: **R$ 1.758.390,65.** ASSINATURAS**:** **FABRÍCIO JORDÃO BOTELHO** pela contratante e **AGR BOTELHO ENGENHARIA LTDA**

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:A32541D0

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2025

Prefeitura Municipal de Paracatu Minas Gerais
Processo: 6611/2025

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2025

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A.** Lei Federal n° 14.133/2021. Processo**:** **6611/2025.** Objeto: **CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (BANCOS COMERCIAIS), CAIXAS ECONÔMICAS E COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, POR MEIO DE DAM - DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL, EM PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS E/OU SEUS CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS.** Data**:** **08/09/2026.** Vencimento**:** **15/09/2031.** ASSINATURA**:** **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA** pela contratante e **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A,** pela contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:314C0FE8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRA BONITA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Pedra Bonita/MG, através de seu Agente de Contratação, torna público, a abertura do Processo Licitatório nº 123/2026, Pregão Eletrônico n° 055/2026. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus novos, destinados aos veículos, máquinas e equipamentos integrantes da frota municipal, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das Secretarias e Setores Vinculados a Prefeitura Municipal de Pedra Bonita/MG. Data e horário da sessão eletrônica: 28/09/2026, às 12h30min, através da plataforma www.licitardigital.com.br. Informações pelo Tel.: (31) 3872-9103, no horário das 12h00min às 18h00min ou pelo e-mail: licitacao@pedrabonita.mg.gov.br ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal.

Pedra Bonita/MG, 14 de setembro de 2026.

AFONSO TALISON DUELE LEANDRO -
Agente de Contratação.

Publicado por:
Afonso Talison Duele Leandro
Código Identificador:0DA23B7E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRINÓPOLIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO ADITIVO

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 097/2025.

ADITANTE-CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS.**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
ADITANTE-CONTRATADA:	**NTFC – CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA**
CNPJ:	**60.897.280/0001-04**

OBJETO:	**PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL PELO PERÍODO DO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2026 A 11 DE SETEMBRO DE 2027, CUJO OBJETO É O CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM CLÍNICA GERAL EM ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE PEDRINÓPOLIS, EM SOBREAVISO, FICANDO A DISPOSIÇÃO, EM CONDIÇÕES DE EXERCER SUAS FUNÇÕES PROFISSIONAIS A QUALQUER MOMENTO, CONTABILIZANDO O SERVIÇO EM UNIDADES DE PLANTÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I, DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 006/2025.**
PROCESSO Nº:	**052/2025**
MODALIDADE:	**CHAMADA PÚBLICA/CREDENCIAMENTO Nº 006/2025**
TERMO DE CONTRATO Nº:	**097/2025**
DATA DA ASSINATURA:	**10/09/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:64043D90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO ADITIVO

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 062/2024.

ADITANTE-CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS.**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
ADITANTE-CONTRATADA:	**55.474.045 MARLI GONCALVES DA SILVA**
CNPJ:	**55.474.045/0001-90**
OBJETO:	**PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL PELO PERÍODO DO DIA 10/09/2026 ATÉ 10/09/2027, CUJO OBJETO É A *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SOM MÓVEL PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMATIVOS PÚBLICOS E EQUIPAMENTOS PARA SONORIZAÇÃO AMBIENTE ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINÓPOLIS PARA O ANO DE 2024, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I DO EDITAL, DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024.***
PROCESSO Nº:	**048/2024**
MODALIDADE:	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2024.**
TERMO DE CONTRATO Nº:	**062/2024**
TERMO ADITIVO Nº:	**002**
DATA DA ASSINATURA:	**10/09/2026**

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:4A18A387

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDIZES

PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 4.282/2026

DECRETO Nº 4.282/2026.
DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

"Exonera servidora ocupante de cargo em comissão e contém outras providências."

O Prefeito do Município de Perdizes, Estado de Minas Gerais, FERNANDO MARANGONI, no uso de suas atribuições legais especialmente aquelas contidas no artigo 69, I e III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica **EXONERADA a partir de 09/09/2026** a servidora **KATIANE ASSANUMA SCHULZ**, do cargo de provimento em comissão ASSESSOR VII, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Ficam revogado o Decretos nº.3851.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de **09/09/2026**.

Perdizes/MG, 14 de setembro de 2026.

FERNANDO MARANGONI
Prefeito Municipal
.

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:DD88310B

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO N.º 01/ 2026 - TRE MG SEI Nº 0000033—69.2026.6.13.8291

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO N.º 01/ 2026 - TRE MG SEI nº 0000033—69.2026.6.13.8291	
Partes	**MUNICÍPIO DE PERDIZES – MINAS GERAIS**
	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS REPRESENTADO PELA 291ª ZONA ELEITORAL DE PERDIZES.
Objeto	O presente instrumento visa estabelecer a integração entre o TCEMG e o MUNICÍPIO DE PERDIES, objetivando a implementação de atividades relacionadas ao Programa Seu Voto Importa – Eleições 2026.
Vigência	O prazo de vigência deste instrumento será a parti da data de sua publicação até 60 (sessenta) dias após o pleito.
Assinaturas	Município de Perdizes: Fernando Marangoni 291ª Zona Eleitoral de Perdizes/MG: Dr. Cláudio Henrique Cardoso Brasileiro

Publicado por:
Cecília Taís de Oliveira
Código Identificador:219C37E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDIZES/MG EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Processo Administrativo nº: 133/2025 Edital de Credenciamento nº 012/2025 Objeto: Credenciamento para contratação de prestação de serviços de transporte escolar gratuito de alunos residentes na zona rural no município de perdizes-mg, por preço unitário por km rodado, nele incluídos todos os tributos, encargos, despesas indiretas e benefícios incluindo o fornecimento de veículos convencionais, abastecidos de combustível com toda a manutenção corretiva e preventiva inclusa, com um operador qualificado conforme legislação vigente, nas linhas, conforme especificações e características constantes do termo de referência – anexo I do Edital. Fundamento Legal: Art. 78, inciso I, e Art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021[4] c/c Arts. 5º e 8º do Decreto Federal nº 11.878/2024 Teor da Decisão: Fica PRORROGADA a vigência do Edital de Credenciamento nº 012/2025 até a data de 09 de Setembro de 2027. Inscrição Permanente: O cadastramento de novos interessados permanecerá permanente e ininterruptamente aberto no PNCP e no sítio eletrônico oficial durante todo o período de prorrogação. Ressalva: Ficam ratificadas todas as demais condições, especificações técnicas e exigências de habilitação estipuladas no instrumento convocatório original[4].

Perdizes/MG, 01 de setembro de 2026.

MARIA VIRGÍNIA DA CUNHA –
Secretária Municipal de Educação - Prefeitura Municipal de Perdizes/MG

Publicado por:
Wilson Antonio Fraga Junior
Código Identificador:F290BC9D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 005/2025 CONVOCA PARA O CARGO DE PSICÓLOGO: MARLUCE ARRIEL PEDROSO.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O município de Perdões, através de seu representante legal Guilherme Pereira Freitas, Prefeito Municipal, vem por este edital convocar o(a) candidato(a) abaixo aprovado(a) no processo seletivo edital 005/2025 para o seguinte cargo de Psicólogo:

MARLUCE ARRIEL PEDROSO

O(A) candidato(a) acima, deverá comparecer de 12:00 às 18:00 horas no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação deste Edital de Convocação portando todos os documentos pessoais e os requisitos de formação exigida para o cargo no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Perdões, situado na Praça 1.º de Junho, n.º 134 - A, Centro – Perdões/MG.

Recursos Humanos – WhatsApp (35) 3864 1142
rh@perdoes.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de Perdões, 11 de setembro de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:72EEC006

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 11.226/26 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026.
CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ROANE CARVALHO.

PORTARIA nº 11.226/26 de 11 de setembro de 2026.

CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ROANE CARVALHO.

O Prefeito Municipal de Perdões, Guilherme Pereira Freitas, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 195, parágrafo 1º, das Férias Prêmio, da Lei Complementar nº 031/2010, Estatuto do Magistério do Servidor Público do Município de Perdões,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal **ROANE CARVALHO** parte de suas férias prêmio referente ao período aquisitivo de 0*5/07/2015 a 04/07/2020* que serão gozadas a partir de **10/09/2026 a 09/10/2026** no total de 30 (trinta) dias.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seu feitos a partir de 10/09/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PERDÕES, 11 de setembro de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

ELENIZE DE FÁTIMA CARVALHO LUIZ
Secretária Municipal Adm. e Recursos Humanos

Publicado por:
Elenize de Fátima Carvalho Luiz
Código Identificador:3C6752B6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAJUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
PREGÃO ELETRÔNICO 034/2026 - REAGENDAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAJUBA
AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 034/2026
REAGENDAMENTO

A Prefeitura Municipal De Pirajuba Torna Público Nos Termos Das Leis 14.133/2021 E Suas Alterações Que Fará Realizar Através De Seu Pregoeiro O Pregão Eletrônico 034/2026 REFERE-SE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DESTINADA NO FORNECIMENTO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FROTAS NO MUNICIPIO DE PIRAJUBA/MG, nos termos da Resolução SES/MG nº 10.797, de 05 de dezembro de 2025. Data Da Abertura Da Sessão: 02 De outubro De 2026 As 09:00 Horas. O Edital Poderá Ser Acessado No Site Www.Pirajuba.Mg,Gov.Br/Licitacoes, E Www.Licitanet.Com.Br. Duvidas E Esclarecimentos Ser Obtidas Pelo E-Mail Licitacao@Pirajuba.Mg.Gov.Br.

Pirajuba-MG, 14 de setembro De 2026.

DIOGO Q. DE OLIVEIRA.
Pregoeiro.

Publicado por:
Diogo Quintiliano de Oliveira
Código Identificador:8874E5DE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRANGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA
PORTARIA Nº 002/2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Institui a Comissão Municipal para Avaliação e Revisão dos Protocolos Municipais para Solicitação, Regulação e Acesso a Consultas e Exames Especializados, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRANGA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,
CONSIDERANDO a necessidade de organizar, qualificar e aprimorar os processos de solicitação, avaliação, regulação e encaminhamento dos usuários para consultas e exames especializados;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir maior equidade, transparência, resolutividade e racionalidade na utilização dos serviços especializados disponíveis à população;
CONSIDERANDO a importância de manter os protocolos municipais atualizados, de acordo com as necessidades epidemiológicas do município, as evidências técnico-científicas e as normas vigentes do Sistema Único de Saúde – SUS;
CONSIDERANDO a necessidade de integrar os profissionais da Atenção Primária à Saúde, da regulação e da gestão na análise e revisão dos fluxos assistenciais;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Piranga/MG, a Comissão Municipal para Avaliação e Revisão dos Protocolos Municipais para Solicitação, Regulação e Acesso a Consultas e Exames Especializados, com a finalidade de avaliar, revisar, atualizar e propor melhorias nos protocolos e fluxos municipais relacionados ao acesso aos serviços especializados.Municipal para Avaliação e Revisão dos Protocolos Municipais para Solicitação, Regulação e Acesso a Consultas e Exames Especializados, com a finalidade de avaliar, revisar, atualizar e propor melhorias nos protocolos e fluxos municipais relacionados ao acesso aos serviços especializados.
Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes servidores/profissionais:
I – Leandro Nogueira de Oliveira – Médico Regulador;II – Larissa Eduarda Luna Alves – Cirurgiã-Dentista da Estratégia Saúde da Família;III – Helen Tatiana Vieira Arcanjo – Enfermeira da Estratégia Saúde da Família;IV – Franklin Gomes de Oliveira Neto – Médico da Estratégia Saúde da Família;V – Ana Luiza Machado Dias – Gerente da Estratégia Saúde da Família.
Art. 3º Compete à Comissão:
I – avaliar os protocolos municipais vigentes para solicitação de consultas e exames especializados;
II – revisar e atualizar os critérios clínicos e administrativos para encaminhamento dos usuários aos serviços especializados;
III – analisar a pertinência, clareza e aplicabilidade dos critérios estabelecidos nos protocolos municipais;
IV – propor alterações, inclusão, exclusão ou atualização de protocolos, considerando as necessidades da população e a capacidade da rede municipal e regional de atenção à saúde;
V – propor fluxos assistenciais que favoreçam a integralidade e a continuidade do cuidado;

VI – promover a padronização dos critérios de encaminhamento utilizados pelas equipes da Atenção Primária à Saúde;
VII – contribuir para a qualificação do processo de regulação municipal, buscando reduzir encaminhamentos inadequados, duplicidades e solicitações sem critérios clínicos definidos;
VIII – considerar, na elaboração e revisão dos protocolos, as diretrizes do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e demais normas aplicáveis ao Sistema Único de Saúde – SUS;
IX – identificar dificuldades e necessidades relacionadas ao acesso às consultas e exames especializados e propor medidas para seu enfrentamento;
X – elaborar, sempre que necessário, relatórios e pareceres técnicos contendo as propostas de atualização dos protocolos e fluxos assistenciais;
XI – promover a divulgação e orientação das equipes de saúde quanto aos protocolos aprovados e suas respectivas atualizações;
XII – exercer outras atividades correlatas necessárias ao cumprimento de suas finalidades.
Art. 4º A Comissão poderá, quando necessário, solicitar a participação de outros profissionais da Secretaria Municipal de Saúde ou de outras áreas técnicas, de acordo com a natureza do protocolo ou matéria a ser avaliada.
Art. 5º A Comissão reunir-se-á, ordinariamente, conforme cronograma estabelecido por seus membros, e extraordinariamente sempre que houver necessidade, mediante convocação de seu coordenador ou da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 6º As reuniões e atividades da Comissão deverão ser registradas em ata, contendo, no mínimo, os assuntos discutidos, as propostas apresentadas e os encaminhamentos definidos.
Art. 7º As propostas de alteração ou criação de protocolos elaboradas pela Comissão serão encaminhadas à Secretaria Municipal de Saúde para análise e, quando pertinente, aprovação e implementação.
Art. 8º A participação na Comissão será considerada de relevante interesse público e não ensejará remuneração adicional aos seus membros.
Art. 9º Os membros da Comissão exercerão suas atribuições sem prejuízo das funções que ocupam no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 10º A Comissão deverá priorizar, em suas atividades, a garantia dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente a universalidade, integralidade, equidade, regionalização, hierarquização e organização da atenção à saúde conforme as necessidades dos usuários.
Art. 11º Os protocolos revisados ou elaborados pela Comissão deverão ser periodicamente avaliados, considerando mudanças nas normas assistenciais, incorporação de novas tecnologias, alterações no perfil epidemiológico da população e modificações na oferta de serviços especializados.
Art. 12º Fica estabelecido o prazo inicial de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Portaria, para que a Comissão realize o levantamento e a avaliação dos protocolos municipais vigentes e apresente à Secretaria Municipal de Saúde relatório contendo as propostas de atualização consideradas necessárias.
Art. 13º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piranga/MG, 09 de setembro de 2026.

ISABEL CRISTINA DE SOUZA PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde Município de Piranga/MG

Publicado por:
Rodrigo Hebert Dias Maciel
Código Identificador:F6803003

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE CONTRATO. Proc. Licitatório nº. 169/2026. Dispensa nº. 028/2026. Objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ARQUITETURA E PATRIMÔNIO CULTURAL, VISANDO AO ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO IEPHA-MG RELATIVAS AO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL – ANO-BASE 2026, EXERCÍCIO 2028, NO MUNICÍPIO DE PIRANGA/MG. Contratada: TAIPA ARQUITETURA E PATRIMONIO CULTURAL LTDA - CNPJ: 20.155.961/0001-82, Valor Total de R$21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais). Período de até 31/12/2026.

Piranga/MG, 10/09/2026

VITOR TIAGO DE SOUZA
Secretário Municipal de Cultura e Turismo
Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:21A162C6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPETINGA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE HORÁRIO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ALTERAÇÃO DE HORÁRIO DE LICITAÇÃO
O MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA/MG, NA FORMA DA LEI, TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 048/2026, ADMINISTRATIVO Nº 02-1673/2025 - EDITAL DE PREGÃO 003/2026 NA FORMA PRESENCIAL.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS, MEDIANTE O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, ATRAVÉS DO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO FÁBRICA DA TABELA REFERENCIAL CMED/ANVISA.

Em obediência ao Decreto Municipal nº 012/2026, que prevê o horário de funcionamento das repartições pública do Município de Pirapetinga, fica alterado horário de realização da sessão do Pregão Presencial nº 003/2026, conforme abaixo

Onde se lê:

DATA DA LICITAÇÃO: 16:00hs. (dezesseis horas) do dia 18/09/2026.

Leia-se:

DATA DA LICITAÇÃO: 13:00hs (treze horas) do dia 18/09/2026.

Ficam mantidas as demais normas do Edital de Convocação.

Pirapetinga, 14 de setembro de 2026.

Publique-se

ROGÉRIO LESSA VIEIRA
Agente de Contratação/Pregoeiro – Portaria Nº 99/2026
Município de Pirapetinga - MG

Publicado por:
Alan Rambaldi de Souza Costa '
Código Identificador:2A745786

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POÇO FUNDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA

ATA DA REUNIÃO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO FUNDO/MG, referente ao Processo Licitatório nº 161/2026, Pregão Eletrônico nº 103/2026, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E PRODUTOS DE LIMPEZA AUTOMOTIVA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME DESCRITO NO EDITAL**. Aos quatorze dias do mês de setembro de 2026, às 09:00 horas,

reuniu-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, conforme Portaria nº 131, de 17 de julho de 2026, para dar prosseguimento ao certame. Após encerrada a diligência para a verificação das marcas apresentadas e das fichas técnicas, a comissão de contratação comunica que amanhã, dia **15 de setembro de 2026, às 9h**, será aberta a sessão para que as empresas possam acompanhar os trâmites. Fica marcada essa data para que os licitantes manifestem, em tempo oportuno, suas intenções de recurso na plataforma eletrônica. Nada mais havendo, lavrou-se a presente ata assinada pela comissão de contração.

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:93F958C0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 6.454, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Retifica a ementa do Decreto Municipal nº 5774, de 08 de dezembro de 2023.

O Prefeito do Município de Pouso Alegre, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 69 da lei Orgânica do Município de Pouso Alegre,

DECRETA:

Art. 1º A ementa do Decreto Municipal nº 5774, de 08 de dezembro de 2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Revoga o Decreto Municipal nº 4.342, de 03 de março de 2015, que prorroga a data de vencimento do ISSQN.".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 10 de setembro de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Antoniele de Rezende
Código Identificador:E68CB976

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 6.456, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza a estremação proveniente do imóvel matriculado sob o nº 108.625 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre – MG, nos termos do art. 49-A, § 1º, da Lei Municipal n° 6.544/2021.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 69, incisos I e VII, da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre,

CONSIDERANDO a Instrução Normativa SMP/ASS.GAB Nº 02, de 10 de julho de 2024, expedida pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente;

CONSIDERANDO o requerimento da parte interessada, José Francisco Pereira, CPF nº 413.XXX.XXX-87, sob protocolo administrativo eletrônico n° 75302/2022, para emissão de certidão de autorização de estremação de parte do imóvel matriculado sob n° 108625 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre - MG, e o teor do Comunicado Interno nº 55/2026, que consta no citado expediente,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado exclusivamente para a finalidade de estremação urbana, de parte do imóvel situado na Avenida Ericksson Flávio da Silva, Bairro São João, Pouso Alegre/MG, com área total registrada de 14.103,20 m² (quatorze mil, cento e três vírgula vinte metros quadrados), matriculado sob n° 108.625 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre - MG, com base na documentação disponível no protocolo administrativo eletrônico n° 75302/2022, conforme solicitação do requerente e Comunicação Interna no 55/2026, levantamento e memorial descritivo anexos, nos termos do artigo 49-A, § 1º, da Lei Municipal n° 6.544/2021.
Parágrafo único. O imóvel de que trata o caput deste artigo, conforme levantamento e memorial descritivo de responsabilidade técnica do Engenheiro e Geógrafo, Gustavo Costa Teixeira CREA 372984/MG, ART n.º 20264944798, terá a área estremada de 918,69 m² (novecentos e dezoito vírgula sessenta e nove metros quadrados), testada de 16,612m (dezesseis metros e seiscentos e doze milímetros) e Área Remanescente de 13.184,21 m² (treze mil, cento e oitenta e quatro vírgula vinte e um metros quadrados).

Art. 2º Fica definido o zoneamento para Macrozoneamento Urbano em MRU (Macroárea de Resiliência Urbana) de acordo com o Anexo V, Mapa 2, para Zoneamento Urbano ZM4 (Zona Mista de Alta Densidade Quatro), conforme Anexo V, Mapa 4 da Lei 6.476/2021, com suas alterações e Lei nº 6.544/2021, e testada para ZMV (Zona Mista de Verticalização), conforme Anexo V, Mapa 4 da Lei nº 7.258/2026, vigente.

Art. 3º Os 15% correspondentes às áreas públicas para o ato do desmembramento, previstas no art. 33 da Lei Municipal nº 6.544/2021, atenderam o art. 34, § 1º, da mesma lei.

Art. 4º A estremação não regulariza os imóveis subdivididos e as suas respectivas construções e o uso, ocupação e construção devem observar as restrições e limites quanto à faixa de domínio e à área non aedificandi e diretrizes emitidas pelo DER/MG e indicadas em planta.

Art. 5º A estremação ora aprovada atende aos requisitos da Lei Municipal nº 6.544/2021, não necessitando de execução de obras ou melhoramento público, nem abertura de novas vias e logradouros públicos, nem prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes, neste momento.

Art. 6º O proprietário deverá providenciar o registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 7º A aprovação em questão considera exclusivamente as normas urbanísticas municipais, sem abranger as exigências relacionadas ao registro em cartório.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pouso Alegre/MG, 11 de setembro de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

THAÍS OLIVEIRA RIBEIRO
Secretária Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Publicado por:
Antoniele de Rezende
Código Identificador:0537BE63

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 6.457, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza a estremação de parte do imóvel matriculado sob o nº 42.496 no Cartório de Registro

de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre/MG, nos termos do art. 49-A, § 1º, da Lei Municipal nº 6.544, de 22 de dezembro de 2021.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 69, incisos I e VII, da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre,

CONSIDERANDO a Instrução Normativa SMP/ASS.GAB Nº 02, de 10 de julho de 2024, expedida pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente;

CONSIDERANDO o requerimento apresentado por Edson da Silva Teixeira, inscrito no CPF sob o nº 568.XXX.XXX-00, protocolo administrativo eletrônico nº 70216/2025, para emissão de certidão de autorização de estremação de parte do imóvel matriculado sob o nº 42.496 R-88, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre/MG,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada, para fins de estremação urbana, a descaracterização da condição de imóvel rural de **uma área de 1.218,00 m² (hum mil, duzentos e dezoito metros quadrados), integrante do imóvel** situado na Avenida Pinto Cobra, nº 440, Vila Mariana/Bairro de Fátima, Pouso Alegre/MG, matriculado sob o nº 42.496 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre/MG, **cuja área total registrada é de 20.000,00 m² (vinte mil metros quadrados)**, passando a observar o regime urbanístico aplicável, nos termos do Plano Diretor e da legislação de uso e ocupação do solo vigente.

Art. 2º A autorização de que trata este Decreto refere-se à retificação e estremação de área de 1.218,00 m² (um mil, duzentos e dezoito metros quadrados), com testada de 34,33 m (trinta e quatro metros e trinta e três centímetros), conforme levantamento e memorial descritivo de responsabilidade técnica do Técnico Agrícola José de Oliveira Dias, inscrito no CFTA sob o nº 26316455615, TRT nº BR20260507494, constantes do protocolo administrativo eletrônico nº 70216/2025.

§ 1º A área objeto da estremação observará o zoneamento urbano definido como ZEP (Zona de Empreendimento de Porte), conforme Anexo V, Mapa 4, da Lei Municipal nº 7.258, de 26 de março de 2026, e como MRU (Macroárea de Resiliência Urbana), de acordo com o Anexo III, Mapa 2, da mesma Lei.

§ 2º A estremação não regulariza os imóveis subdivididos, suas respectivas construções ou usos, os quais deverão observar as restrições e os limites relativos à faixa de domínio e à área non aedificandi.

§ 3º A estremação ora aprovada atende aos requisitos da Lei Municipal nº 6.544/2021, não sendo necessária, neste momento, a execução de obras ou melhoramentos públicos, a abertura de novas vias ou logradouros públicos, nem o prolongamento, a modificação ou a ampliação dos já existentes.

Art. 3º A autorização de que trata este Decreto deverá ser registrada no Cartório de Registro de Imóveis competente no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º A aprovação de que trata este Decreto considera exclusivamente as normas urbanísticas municipais, não abrangendo as exigências e providências de competência do Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 11 de setembro de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

THAÍS OLIVEIRA RIBEIRO
Secretária Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Publicado por:
Antoniele de Rezende
Código Identificador:146681BC

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 6.458, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre outorga do direito de uso de espaço público à pessoa jurídica CARVALHO COMERCIO DE ACAI LTDA.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 69, incisos II e VII, da Lei Orgânica do Município, bem como nos termos das Leis Municipais nº 3.391, de 22 de dezembro de 1997, e nº 6.543, de 22 de dezembro de 2021,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no processo digital sob o nº 66136/2026, por meio do qual a pessoa jurídica CARVALHO COMERCIO DE ACAI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.371.013/0001-07, pleiteia a autorização de uso de espaço público;

CONSIDERANDO que a autorização de uso de bem público encontra amparo no art. 16, §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Município, no art. 3º da Lei nº 3.391, de 22 de dezembro de 1997, e no art. 63 da Lei nº 6.543, de 22 de dezembro de 2021;

CONSIDERANDO que o processo administrativo nº 66136/2026 foi regularmente instruído, contando com manifestação favorável dos órgãos competentes;

CONSIDERANDO que, conforme o citado expediente, o estabelecimento possui alvará de localização e funcionamento regularmente expedido;

CONSIDERANDO que a autorização está condicionada ao pagamento mensal de preço público, nos termos do Decreto nº 4.400, de 22 de julho de 2015, com redação dada pelo Decreto nº 6.324, de 25 de fevereiro de 2026, DECRETA:

Art. 1º Fica outorgado à pessoa jurídica CARVALHO COMERCIO DE ACAI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.371.013/0001-07, o direito de uso de espaço público para instalação de mesas e cadeiras, em área correspondente a 11,60 m² (onze metros quadrados e sessenta decímetros quadrados), em formato de trapézio retângulo, situada em frente ao estabelecimento localizado na Rua Adolfo Olinto, nº 325, bairro Centro, nesta cidade, com base maior de 6,70 m (seis metros e setenta centímetros), base menor de 4,61 m (quatro metros e sessenta e um centímetros), altura de 2,05 m (dois metros e cinco centímetros) e lado oblíquo de 2,90 m (dois metros e noventa centímetros).

§ 1º O uso autorizado restringe-se à área frontal do estabelecimento, sendo vedada sua ampliação ou alteração sem prévia autorização do Poder Executivo.

§ 2º Deverá ser observada a largura mínima de pelo menos 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para faixa destinada a livre circulação de pedestres.

§ 3º A instalação fica condicionada à disposição dos equipamentos de modo a não prejudicar ou comprometer a manobra dos veículos que saem da garagem situada em frente ao estabelecimento, devendo os prismas de concreto ser devidamente ajustados e posicionados ao término da área destinada à colocação das mesas, de forma a delimitar o início da pista de rolamento.

Art. 2º A outorga de que trata este decreto é conferida a título precário e oneroso, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser renovada, a critério da Administração Pública, desde que mantidas as condições que a ensejaram.

Art. 3º A utilização do espaço público fica condicionada ao pagamento mensal do respectivo preço público, nos termos da legislação vigente, em especial o Decreto nº 4.400, de 22 de julho de 2015.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 11 de setembro de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

THAÍS OLIVEIRA RIBEIRO
Secretária de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Publicado por:
Antoniele de Rezende
Código Identificador:55086951

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 6.459, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre outorga do direito de uso de espaço público à pessoa jurídica A CABANA CAFÉ LTDA.

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 69, incisos II e VII, da Lei Orgânica do Município, bem como nos termos das Leis Municipais nº 3.391, de 22 de dezembro de 1997, e nº 6.543, de 22 de dezembro de 2021,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no processo digital sob o nº 91817/2026, por meio do qual a pessoa jurídica A CABANA CAFÉ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.699.014/0001-74, pleiteia a autorização de uso de espaço público;

CONSIDERANDO que a autorização de uso de bem público encontra amparo no art. 16, §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Município, no art. 3º da Lei nº 3.391, de 22 de dezembro de 1997, e no art. 63 da Lei nº 6.543, de 22 de dezembro de 2021;

CONSIDERANDO que o processo administrativo nº 91817/2026 foi regularmente instruído, contando com manifestação favorável dos órgãos competentes;

CONSIDERANDO que, conforme o citado expediente, o estabelecimento é isento do alvará de localização e funcionamento;

CONSIDERANDO que a autorização está condicionada ao pagamento mensal de preço público, nos termos do Decreto nº 4.400, de 22 de julho de 2015, com redação dada pelo Decreto nº 6.324, de 25 de fevereiro de 2026, DECRETA:

Art. 1º Fica outorgado à pessoa jurídica A CABANA CAFÉ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.699.014/0001-74, o direito de uso de espaço público para instalação de mesas e cadeiras, em área correspondente a 17,37 m² (dezessete metros quadrados e trinta e sete decímetros quadrados), em formato de trapézio, situada em frente ao estabelecimento localizado na Rua Adolfo Olinto, nº 239, bairro Centro, nesta cidade, com base maior de 9,98 m (nove metros e noventa e oito centímetros), base menor de 5,75 m (cinco metros e setenta e cinco centímetros), altura de 2,21 m (dois metros e vinte e um centímetros) e lados oblíquos de 2,90 m (dois metros e noventa centímetros) cada.

§ 1º O uso autorizado restringe-se à área frontal do estabelecimento, sendo vedada sua ampliação ou alteração sem prévia autorização do Poder Executivo.

§ 2º Deverá ser observada a largura mínima de pelo menos 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) para faixa destinada a livre circulação de pedestres.

Art. 2º A outorga de que trata este decreto é conferida a título precário e oneroso, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser renovada, a critério da Administração Pública, desde que mantidas as condições que a ensejaram.

Art. 3º A utilização do espaço público fica condicionada ao pagamento mensal do respectivo preço público, nos termos da legislação vigente, em especial o Decreto nº 4.400, de 22 de julho de 2015.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.537, de 23 de novembro de 2022, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 11 de setembro de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

THAÍS OLIVEIRA RIBEIRO
Secretária de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Publicado por:
Antoniele de Rezende
Código Identificador:2E2F0DA2

SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAIS
EXTRATO DO NONO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 017/2022/SMPS/SEAS DA AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAS SUDESTE BRASILEIRA – ADRA BRASIL POUSO ALEGRE.

EXTRATO DO NONO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 017/2022/SMPS/SEAS - AGÊNCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAS SUDESTE BRASILEIRA – ADRA BRASIL POUSO ALEGRE.

EXTRATO DO NONO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº.017/2022/SMPS/SEAS decorrente da CHAMAMENTO PÚBLICO Nº.004/2022/SMPS. PARCEIRO PÚBLICO: Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG, inscrita no CNPJ sob o nº18.675.983/0001-21, através da Secretaria Municipal de Políticas Sociais. PARCEIRO PRIVADO: Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistências Sudeste Brasileira - ADRA, inscrita no CNPJ sob nº16.524.054/0008-62.
OBJETO: O presente Termo de Apostilamento ao Termo de Colaboração tem como objeto alteração na nomenclatura da rubrica "Conservação e Manutenção de Imóveis" passando a ser "Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica/Pessoa Física – Conservação e Manutenção de Imóvel" e criação da rubrica "Manutenção e reposição de bens permanentes" utilizando de saldo remanescente da rubrica de conservação e manutenção de bens imóveis citada, **mantendo-se inalterados o objeto e o valor global da parceria**, bem como os demais itens de despesas previstos no Plano de Trabalho, com fulcro na Lei Federal nº. 13.019/2014 e Decreto Municipal nº. 6.159/2025.
PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do Nono Termo de Apostilamento ao Termo de Colaboração inicia-se a partir da data de sua assinatura até 06 de junho de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 11 de setembro de 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57 da Lei Federal nº13.019/2014 e artigo 56, inciso II, alínea "c" do Decreto Municipal nº.6.159/2025.
PARCEIROS: Sra. Marcela Reis Severino do Nascimento – Secretária Municipal de Políticas Sociais e Sr. Moises Dias de Carvalho Junior – Diretor Regional da Organização da Sociedade Civil Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistências Sudeste Brasileira - ADRA. Todo o processo de

formalização da parceria encontra-se à disposição para consulta e verificação na sede da Secretaria Municipal de Políticas Sociais.

Publicado por:
Claudia Maria Guerzoni Figueiredo
Código Identificador:D7625BA1

SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAIS
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 029/2026/SMPS/EP

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 029/2026/SMPS/EP DECORRENTE DA EMENDA PARLAMENTAR DA DEPUTADA DELEGADA IONE MARIA MOREIRA DIAS BARBOSA, PROGRAMAÇÃO: 315250120260002, INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 01/2026/SMPS-DPPS publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 30/03/2026 Edição 4243. PARCEIRO PÚBLICO: Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ sob o nº 18.675.983/0001-21, através da Secretaria Municipal de Políticas Sociais. PARCEIRO PRIVADO: Movimento Social São José Pró Tuberculosos, inscrita no CNPJ sob nº 23.954.266/0001-79.
OBJETO: realizar manutenções na estrutura física da Associação e aquisição de materiais de consumo para incrementar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ofertado por meio do Projeto "Viver Bem", aos usuários e suas famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social da comunidade local, sem qualquer distinção, cadastrados no serviço e/ou encaminhados pela rede socioassistencial do município, conforme Termo de Referência de Proteção Social Básica nº 01/2025/SMPS-DPPS e a Cartilha de Orientações da Ação 219-G – Custeio (GND 3), em conformidade com a Política de Assistência Social, conforme detalhado no Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável deste Termo.
TOTAL DE RECURSOS: R$100.000,00 (Cem mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02.016.000.0008.0245.0022.2214.33390390000000000000.166000031 10 – Fundo Municipal de Assistência Social – Execução da Emenda nº 202643430007 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Ficha 1654.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Termo de Colaboração entrará em vigor na data de sua assinatura até o dia 14/09/2027.
DATA DA ASSINATURA: 14 de setembro de 2026.
FUNDAMENTO LEGAL:Lei Federal nº. 13.019/2014; e Decreto Municipal nº. 6.159/2025.
SIGNATÁRIOS:Sra. Marcela Reis Severino do Nascimento – Secretária Municipal de Políticas Sociais e Sr. Thiago Donizeti Rosa Pedroso, Presidente da Organização da Sociedade Civil Movimento Social São José Pró Tuberculosos.
O presente extrato e o plano de trabalho poderão ser consultados na íntegra no site da prefeitura www.pousoalegre.mg.gov.br, na aba "Terceiro Setor - Publicações Oficiais". Mais informações: (35) 3112-3877.

Publicado por:
Erika Dos Santos Pereira Ferreira
Código Identificador:2B648B88

SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAIS
EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 030/2026/SMPS/EP

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 030/2026/SMPS/EP DECORRENTE DA EMENDA PARLAMENTAR DO DEPUTADO RAFAEL TADEU SIMÕES, PROGRAMAÇÃO: 315250120260001, INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 01/2026/SMPS-DPPS publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 30/03/2026 Edição 4243. PARCEIRO PÚBLICO: Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ sob o nº 18.675.983/0001-21, através da Secretaria Municipal de Políticas Sociais. PARCEIRO PRIVADO: Associação de Caridade de Pouso Alegre – Betânia da Providência, inscrita no CNPJ sob nº 23.953.730/0002-93.
OBJETO: promover melhorias estruturais na Associação para aprimorar a oferta do Serviço de Acolhimento Institucional à Pessoa Idosa, adequando espaços para garantia de acolhimento, atendimento especializado e ações que promovam a qualidade de vida dos idosos residentes na instituição, em conformidade com o Termo de Referência de Proteção Social Especial nº 02/2025/SMPS-DPPS e a Cartilha de Orientação da Ação 219-G – Custeio (GND3), em conformidade com a Política de Assistência Social, conforme detalhado no Plano de Trabalho, parte integrante e indissociável deste Termo.
TOTAL DE RECURSOS: R$50.000,00 (cinquenta mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02.016.000.0008.0245.0022.2209.33390390000000000000.166000031 10 – Fundo Municipal de Assistência Social – Execução da Emenda nº 202644540001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Ficha 1637.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente Termo de Colaboração entrará em vigor na data de sua assinatura até o dia 14/09/2027.
DATA DA ASSINATURA: 14 de setembro de 2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº. 13.019/2014; e Decreto Municipal nº. 6.159/2025.
SIGNATÁRIOS: Sra. Marcela Reis Severino do Nascimento – Secretária Municipal de Políticas Sociais e Sr. José Eduardo Cabral, Presidente da Organização da Sociedade Civil Associação de Caridade de Pouso Alegre – Betânia da Providência.
O presente extrato e o plano de trabalho poderão ser consultados na íntegra no site da prefeitura www.pousoalegre.mg.gov.br, na aba "Terceiro Setor - Publicações Oficiais". Mais informações: (35) 3112-3877.

Publicado por:
Erika Dos Santos Pereira Ferreira
Código Identificador:C26A5A5D

SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAIS
PORTARIA Nº 14 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 14 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026
Secretaria Municipal de Políticas Sociais

Considerando o inciso VI do artigo 30 da Lei Federal nº. 13.019/2014 que estabelece que a Administração Pública poderá dispensar a realização do chamamento público no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política;

Considerando a Resolução CNAS nº. 21/2016 que estabelece requisitos para celebração de parcerias, conforme a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, entre o órgão gestor da assistência social e as entidades ou organizações de assistência social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

Considerando que o artigo 15 da Portaria MDS nº. 1.044/2024 estabelece requisitos para habilitação de entidades e organizações de assistência social para recebimento de recursos no âmbito do SUAS;

A Secretária Municipal de Políticas Sociais de Pouso Alegre/MG, Sra. Marcela Reis Severino do Nascimento, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. As Organizações da Sociedade Civil serão consideradas credenciadas no âmbito da Assistência Social no Município de Pouso Alegre, para fins de parceria com a Secretaria Municipal de Políticas Sociais com fulcro no inciso VI, do artigo 30 da Lei Federal nº. 13.019/2014, caso comprovem os seguintes requisitos:

I - Possuir o cadastro no CNEAS com o status de concluído há no mínimo 1 (um) ano, com a mesma oferta do serviço socioassistencial nacionalmente reconhecido declarada na inscrição do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Munícipio;
II - Possuir o cadastro do CNEAS atualizado há pelo menos 2 (dois) anos; e
III - possuir declaração do registro de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Munícipio no ano vigente, detalhando a(s) oferta(s) realizadas.

Parágrafo Único: Para fins do disposto no inciso II do caput, devem estar atualizadas no CNEAS as seguintes informações da OSC:
I – Informações cadastrais a respeito da entidade;
II - Questões gerais sobre gestão e monitoramento das entidades de assistência social;
III – Informações da oferta de serviços; e
IV – Parecer do gestor local após a visita.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre, 14 de setembro de 2026.

MARCELA REIS SEVERINO DO NASCIMENTO
Secretária Municipal de Políticas Sociais

Publicado por:
Erika Dos Santos Pereira Ferreira
Código Identificador:8D74114A

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 77/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – Pregão Eletrônico para registro de preços nº 77/2026 – Objeto: Aquisição de sacos de lixo utilizado pelo departamento de limpeza urbana. A sessão pública será realizada no dia 29 de setembro de 2026 as 09h00min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3112-2416. Gustavo Luís Fernandes Silva – Pregoeiro Municipal.

Pouso Alegre/MG, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:E3590608

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 79/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 79/2026 – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de gramado de campos de futebol, incluindo o fornecimento de material, equipamentos e mão de obra. A sessão pública será realizada no dia 01 de outubro de 2026 as 09h00min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3112-2416. William de Oliveira Xavier Junior – Pregoeiro Municipal.

Pouso Alegre/MG, 14 setembro de 2026.

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:B0601736

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 90/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90/2026 – Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de insumos e acessórios necessários para a execução de testes com a cessão do equipamento imunoensaio por quimioluminescência em regime de comodato. A sessão pública será realizada no dia 30 de setembro de 2026 as 09h00min. O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente através do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) e do site da Prefeitura (www.pousoalegre.mg.gov.br/licitacao). Informações: (35) 3112-2416. William de Oliveira Xavier Junior – Pregoeiro Municipal.

Pouso Alegre/MG, 14 setembro de 2026.

Publicado por:
Cyntia Conceição Matoso
Código Identificador:8963BC95

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO CONTRATOS CREDENCIAMENTO Nº 12/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Prorrogação contrato Nº 388/2025– CREDENCIAMENTO Nº 12/2025– OBJETO: CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS. O contrato obriga-se a continuar por mais 12(doze) meses, com inicio em 11/09/2026 e termino previsto para11/09/2027. CONTRATADA : CTV – CENTRO DE TRATAMENTO VASCULAR . Data assinatura: 10/09/2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Prorrogação contrato Nº 395/2025– CREDENCIAMENTO Nº 12/2025– OBJETO: CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS. O contrato obriga-se a continuar por mais 12(doze) meses, com inicio em 11/09/2026 e termino previsto para11/09/2027. CONTRATADA : RENNÓ SERVIÇOS MÉDICOS . Data assinatura: 10/09/2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Prorrogação contrato Nº 399/2025– CREDENCIAMENTO Nº 12/2025– OBJETO: CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS. O contrato obriga-se a continuar por mais 12(doze) meses, com inicio em 11/09/2026 e termino previsto para11/09/2027. CONTRATADA : NEURO PED CENTRO NEUROLÓGICO LTDA . Data assinatura: 10/09/2026. Dotação orçamentária: nº 02.11.10.0302.0002.2016.3.3.90.39.00 - FICHA 1514.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:FA46FBAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO CONTRATOS CREDENCIAMENTO Nº 12/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Prorrogação contrato Nº 408/2025– CREDENCIAMENTO Nº 12/2025– OBJETO: CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS. O contrato obriga-se a continuar por mais 12(doze) meses, com inicio em 24/09/2026 e termino previsto para 24/09/2027. CONTRATADA : M2JP SERVIÇOS MÉDICOS . Data assinatura: 10/09/2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Prorrogação contrato Nº 443/2025– CREDENCIAMENTO Nº 12/2025– OBJETO: CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS. O contrato obriga-se a continuar por mais 12(doze) meses, com inicio em 06/10/2026 e termino previsto para 06/10/2027. CONTRATADA : LG MEDCENTER LTDA . Data assinatura: 10/09/2026. Dotação orçamentária: nº 02.11.10.0302.0002.2016.3.3.90.39.00 - FICHA 1514.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:D9A03373

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 285/2024

Processo Licitatório nº 170/2024 – Pregão Eletrônico nº 022/2024.

Partes: Município de Prata-MG e **TDX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.**
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato, que tem por objeto **"LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO COM SISTEMA DE RADIOGRAFIA COMPUTADORIZADA (CR) PARA DIGITALIZAÇÃO DE IMAGENS PARA O SETOR DE RADIOLOGIA DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL"**.
Fundamento Legal: art. 105 e art. 107, da Lei 14.133/2021.
Valor Total: R$47.760,00 (quarenta e sete mil setecentos e sessenta reais).
Prazo de vigência: de 25/09/2026 a 24/09/2027.
Data da assinatura: 14/09/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:94A349B9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUARTEL GERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/ MG – Processo licitatório nº **290/2026** – Pregão Eletrônico/RP: **57/2026**. Torna publico para conhecimento dos interessados a abertura do processo licitatório cujo objeto: **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA PROJETOS ESPORTIVOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA,** que fará realizar abertura das propostas comerciais e abertura da sessão dia **29/09/2026 às 08:00 horas**. Site para realização do Pregão Eletrônico/RP: https://ammlicita.org.br/ - Informações (37) 99957-5102.

CIBELE DE ASSIS CAMPOS
Pregoeira e Equipe de Apoio – 14/09/2026

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:21645E7A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUELUZITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA Nº 32/2026.

O município de Queluzito – MG, torna público o Aviso de Contratação Direta - Dispensa Nº 32/2026, autorizado pelo PL Nº 69/2026, objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sirene musical escolar em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo de Queluzito - MG, nos termos do §3º do art. 75 da Lei nº. 14.333/2021. Data e prazo final para recebimento das propostas: dia 21/09/2026 às 08h00min. As propostas devem ser enviadas pelo e-mail: licitacoes@queluzito.mg.gov.br. Edital disponível em www.queluzito.mg.gov.br.

Queluzito, 14/09/2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:D7694CE0

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO DA PMQ Nº 22/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO 01/2026.

Extrato 5º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE FORNECIMENTO DA PMQ Nº 22/2026, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e POSTO ELOHIM LTDA – EPP. Objeto: Este Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor unitário do preço dos produtos contratados, passando para:

Item	Especificação	Preço Aceito p/ reajuste
01	Gasolina	6,42
02	Diesel Comum	6,18
03	Diesel S10	6,55

Data da assinatura: 01/09/2026.

Queluzito, 14 de setembro de 2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente De Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:8F6D92C1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 63/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026.

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NOS TERMOS DO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261000277/2026/SEE EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO DE QUELUZITO - MG.

Após averiguar a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. DANILO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Nº 0015/2026.

ITEM	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR VENCEDOR	MARCA	PREÇO UNITÁRIO
1	Item - VAN - 16 LUGARES, TETO ALTO.	TAWA VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA.	Mercedes Sprinter 417	R$ 326.453,00

Queluzito-MG, 14 de setembro de 2026

DANILO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE
CPF: 439.862.006-06
Autoridade Competente

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:B243CB73

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 67/2026.
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2026.

OBJETO – Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 04/2026, Processo Licitatório Nº 007.00029582025-02 – Pregão Eletrônico Nº 90012/2025, realizado pelo Governo do Estado de São Paulo que possui como finalidade o Registro de Preços par futura e eventual aquisição de equipamentos, em atendimento ao Programa Patrulha Agrícola, pelo período de doze meses, conforme especificações e condições descritas nos anexos que integram o edital da licitação e proposta da contratada em atendimento a Secretaria Municipal de Obras Públicas e Assuntos Urbanos e Rurais de Queluzito – MG.

FUNDAMENTO: Art. 82 a 86 da Lei Federal 14.133/21.

DESPACHO: Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Assuntos Urbanos e Rurais, a informação da Comissão de Contratação e o Parecer Jurídico favorável, venho mediante este ratificar o respectivo processo:

FORNECEDOR: **JCB DO BRASIL LTDA,** inscrita no CNPJ: 02.833.372/0001-24, estabelecida na Avenida Joseph Cyril Bamford, nº 3600 – Bairro Eden – Cidade de Sorocaba – RS – CEP 18.103-139.

VALOR GLOBAL – R$294.491,53 (duzentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais e cinquenta e três centavos).

Queluzito, 14 de setembro de 2026.

DANILO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:F8EB450B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RECREIO

SETOR JURÍDICO
PROGRAMA MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO E PREMIAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS EM ALFABETIZAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS (2026)

RESULTADO PRELIMINAR

CATEGORIA
Educação Infantil
Adriana da Silva Rocha
Isabela Costa Bitencourt
Leila Resende Arruda Machado
Viviane da Cruz Climaco Pinheiro
Alfabetização e letramento
Renata Cardoso Gonçalves
Raquel Fernandes Zeitoune Vitipó
Laís Guedes Tomaz Pires
Daniela da Rocha Fineza
Recomposição das aprendizagens
Vanessa Costa Silva Santos
Dulcimara Vieira Ferreira
Fátima de Souza Ferreira Vargas
Suellen Delfim Pessoa Valverde
Aline Ferreira Lopes
Evânia Aparecida Moreira da Fonseca Duarte
Alessandra Fernandes Carvalho
Gestão escolar inovadora
Rosilaine Gallitteres Martins
Críscie Cabral Furtado
Luíza Silva Peixoto
Juliana Maria Spíndola Mury

Comissão avaliadora do Programa Municipal de Reconhecimento e Premiação de Boas Práticas em Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens
Cynthia Cristina de Mello Carvalho
Keciane Geraldo Dias
Castorina Ruback Lima Silva
Késsia de Souza Guimarães Oliveira

Publicado por:
Carolina Meira Ribeiro
Código Identificador:26D0C428

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DECISÃO CODEMAS AD REFERENDUM (006/2026 - SETEMBRO/2026)

O Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente e de Saneamento Básico - CODEMAS-RN, no uso de suas atribuições e competências definidas pela Lei Municipal 4.072/20; sobre a solicitação intervenção ambiental apresentada pelo MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, inscrito sob o CNPJ nº 18.314.609/0001-09, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, no âmbito do processo ambiental nº 10891/2026, onde requereu autorização para intervenção em Área de Preservação Permanente (APP), de baixo impacto, correspondente a uma área de 0,166466 hectares (1.664,66 m²), justificada pela necessidade de construção de alambrado no campo de futebol do bairro Kátia.
Considerando a urgência na apreciação do requerimento, bem como tratar-se de obra de interesse público;
Considerando que os estudos técnicos apresentados atestam a viabilidade ambiental e se manifestam favoravelmente à concessão da autorização requerida;
Considerando que as intervenções ambientais realizadas no Município, necessitam respeitar as normas, parâmetros e exigências ambientais e que, nesta ocasião, esta condição de regularidade ambiental depende da conclusão destes autos mediante a concessão da autorização ambiental e cumprimento da compensação determinada.

DECIDE:

Autorizar *ad referendum* o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, inscrito sob o CNPJ nº 18.314.609/0001-09, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**, a realizar a intervenção ambiental em Área de Preservação Permanente (APP), de interesse social, correspondente a uma área de 0,166466 hectares (1.664,66 m²).** A intervenção foi justificada pela necessidade de construção de alambrado no campo de futebol do bairro Kátia, localizado na Rua Itabira, nº 567, bairro Kátia em Ribeirão das Neves - MG. (P.A. nº 10891/2026).

Ribeirão das Neves, 14 de setembro de 2026.

MARCÍLIO RODRIGUES DE SOUSA
Presidente do CODEMAS-RN
Setembro/2026

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:6AB40DF7

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO 22/2026 RESULTADO DE RECURSO NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE POR NÃO IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR- NIC – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES – JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO DAS NEVES
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes
EDITAL DE PUBLICAÇÃO –22/2026
RESULTADO DE RECURSO NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE POR NÃO IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR- NIC – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES – JARI

092ª REUNIÃO ORDINARIA DA 2ª JUNTA DE 2026

A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA DA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
PVO0I08	14/09/2026	27/01/2025	RJ-536/2026	N200009759	INDEFERIDO

Total de Registros: 01

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN / MG. O Recurso deverá ser protocolado na JARI/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, Rua Ari Teixeira da Costa, n° 1.100, Bairro Savassi, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CEP: 33880-630.

Presidência da JARI/RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Michele Viana de Freitas
Código Identificador:0DD5E8F5

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
RECURSOS LANÇADOS NA 098° SESSÃO ORDINÁRIA DA JARIT DE 2026

Nos termos e conformidade dos dispositivos regulamentares vigentes, faz-se público, para conhecimento dos interessados que esta Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Transporte - (JARIT) / RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, quando da sessão realizada no dia 14/09/2026 julgou os recursos abaixo especificados, com as seguintes decisões.

NRO. DO ANI	ENQUADRAMENTO	PROTOCOLO	DATA DE JULGAMENTO	MOVIMENTO
2628	4045	797	14/09/2026	INDEFERIMENTO DO RECURSO- JARIT
2629	4045	798	14/09/2026	INDEFERIMENTO DO RECURSO -JARIT

TOTAL DE REGISTROS LISTADOS: 02

Presidência da JARIT/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Ana Paula Lima Barros
Código Identificador:563CF9FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA CMDPCD 12/08/2026

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE RIBEIRÃO DAS NEVES MG

Ribeirão das Neves, 12 de agosto de 2026.

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às oito horas e quarenta minutos, no auditório da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, situado à Rua Ari Teixeira da Costa, nº 1.100, bairro Savassi, no município de Ribeirão das Neves, realizou-se a Plenária Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Ribeirão das Neves – CMDPCD-RN, em formato híbrido. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Marliza Castro (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania); Elizabete Leopoldino (Secretaria Municipal de Educação); Flávia F. de Lima Cardoso (Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte); Luana Catarina Bem (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE); Eliete da Silva Ferreira Alves (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE); Mary Sandra Rodrigues Messias (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB); Giselle Cristina (Representante das Pessoas com Deficiência); e Fábio Wanderson Alves Batista (Representante das Pessoas com Deficiência). Registrou-se, ainda, a presença dos convidados: Vinícius Silva (Coordenador da Casa dos Conselhos); Marcirene Martins de Lima (Secretária-Executiva); Jacqueline Silva (representante da Associação Brasileira Borboleta Azul); e Jaqueline S. da Silva (visitante). Participaram em formato on-line os seguintes conselheiros: Andreza P. do Carmo Nascimento (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania); Ana Karolina Moreira Motta (Lar dos Idosos José Justino Rocha); e Valtair Martins de Paula (Representante das Pessoas com Deficiência).

A Presidente, Sra. Marliza Castro, declarou aberta a sessão, dando início aos trabalhos e saudando os presentes. Na ocasião, Marcirene Martins de Lima foi apresentada como a nova Secretária-Executiva da Casa dos Conselhos, passando a assumir o acompanhamento e o suporte administrativo aos Conselhos da Pessoa com Deficiência e ao Conselho Municipal da Mulher. Em seguida, foi realizada a leitura da ata da reunião anterior, realizada em 3 de junho de 2026, sendo a leitura conduzida por Marcirene Martins de Lima. Após a leitura, a ata foi submetida à apreciação dos conselheiros e aprovada. Posteriormente, houve a chegada e apresentação de Jacqueline Silva, assistente social da Associação Brasileira Borboleta Azul, que apresentou o trabalho desenvolvido pela instituição e informou que passará a participar das reuniões plenárias do Conselho. Na sequência, foi apresentada denúncia referente à conduta de profissional de apoio em relação a uma criança com Transtorno do Espectro Autista – TEA, envolvendo situação ocorrida no ambiente escolar que teria causado constrangimento à criança. Segundo relato da responsável, após o ocorrido, foram observadas alterações comportamentais e no sono. A responsável informou ter buscado a direção da instituição e outros órgãos competentes, incluindo o Conselho Tutelar, o Ministério Público e a Ouvidoria, manifestando interesse em formalizar a denúncia junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A Secretaria-Executiva do Conselho realizou contato com a responsável para esclarecimentos e prestou orientações acerca dos direitos da pessoa com deficiência e dos serviços socioassistenciais disponíveis. Como encaminhamento, deliberou-se pela solicitação de esclarecimentos à Secretaria Municipal de Educação acerca dos fatos relatados, das providências adotadas pela unidade escolar e das medidas eventualmente tomadas em relação à situação apresentada. Na sequência, foram retomados os itens da pauta, incluindo a participação da Secretária Municipal de Saúde, Sra. Marla de Souza Guimarães Neves. Registra-se que, anteriormente à realização da plenária, a Sra. Marla de Souza Guimarães Neves, Secretária Municipal de Saúde, havia solicitado a inclusão de pauta na reunião, com o objetivo de prestar esclarecimentos acerca de questões relacionadas a recursos, manifestando a intenção de participar da plenária para tratar do referido assunto. Registra-se, ainda, que a Secretaria Municipal de Saúde foi formalmente convidada para participar da plenária por meio do Ofício SMDSC-CMDPCD nº 09/2026, encaminhado em 03 de agosto de 2026, oportunidade em que foi comunicada acerca da realização da reunião e de sua participação. Entretanto, na data de realização da plenária, a referida representante não compareceu à reunião, não tendo sido apresentada, até aquele momento, justificativa formal para sua ausência. Na sequência, foi discutida a situação dos recursos provenientes de emendas parlamentares destinados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Durante a referida plenária, as representantes da APAE, Sra. Eliete da Silva Ferreira Alves e Sra. Luana Catarina Bem, apresentaram manifestação e questionamentos acerca da destinação e utilização de recursos oriundos de emendas parlamentares que, segundo seus relatos, teriam sido destinados à instituição por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. Conforme as informações apresentadas durante a discussão, foram mencionadas duas emendas parlamentares no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) cada, provenientes de um deputado, e uma emenda no valor aproximado de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), proveniente de um vereador, totalizando aproximadamente R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais). Segundo relatado pelas representantes da APAE, os recursos não teriam sido repassados diretamente à instituição, tendo sido informado que teriam sido direcionados à pasta da Saúde para custeio do transporte dos atendidos da APAE. As representantes questionaram a utilização dos recursos para essa finalidade, considerando que, segundo informado por elas, o serviço de transporte já seria anteriormente disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves. As representantes relataram, ainda, que situação semelhante teria ocorrido pelo segundo ano consecutivo, motivo pelo qual apresentaram o questionamento durante a plenária, solicitando que a questão fosse registrada e que fossem prestados os devidos esclarecimentos acerca da destinação, aplicação e utilização dos referidos recursos. Diante dos questionamentos apresentados, o Conselho deliberou pela necessidade de obter esclarecimentos formais acerca da origem, destinação e aplicação dos recursos, bem como sobre a forma de custeio do transporte dos atendidos da APAE, a secretaria responsável pelo serviço, os valores empregados, os contratos vigentes e respectivos aditivos, além de outras informações e documentos pertinentes à execução do serviço. Diante das informações apresentadas, o Conselho deliberou pela necessidade de obter esclarecimentos formais acerca da destinação, aplicação e execução dos referidos recursos, bem como sobre o custeio do transporte realizado no âmbito do

Programa Crescer sem Barreiras. Foram levantadas dúvidas quanto à secretaria responsável pelo serviço, aos valores destinados ao transporte, à forma de custeio, aos contratos vigentes e respectivos aditivos, bem como à possibilidade de eventual duplicidade de custeio ou pagamento do transporte por diferentes secretarias municipais. Deliberou-se, ainda, pela solicitação de informações e documentos relativos ao contrato vigente do Programa Crescer sem Barreiras, seus respectivos aditivos, projeto ou plano de trabalho, valores envolvidos, forma de execução e demais documentos pertinentes à prestação do serviço. Como encaminhamento, deliberou-se pela solicitação à Secretaria Municipal de Governo para que proceda à convocação da Secretária Municipal de Saúde, Sra. Marla de Souza Guimarães Neves, para prestar esclarecimentos diretamente ao Conselho acerca dos recursos e questões relacionadas ao transporte dos usuários da APAE. Deliberou-se, ainda, pelo encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Educação, solicitando informações acerca do transporte realizado no âmbito do Programa Crescer sem Barreiras, incluindo os contratos vigentes, respectivos aditivos, valores, forma de custeio e demais documentos pertinentes. Ficou estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias corridos para a apresentação das informações e dos esclarecimentos solicitados. Após o decurso do prazo, caso não sejam apresentadas as respostas ou caso permaneçam dúvidas acerca dos assuntos tratados, poderá ser convocada reunião extraordinária para análise dos esclarecimentos e definição das providências cabíveis. Durante a discussão, foi abordada, ainda, a necessidade de uma representação mais efetiva da APAE no Conselho, destacando-se a importância de que seus representantes estejam devidamente informados e envolvidos nas demandas, no funcionamento, nas dificuldades e nos recursos relacionados à instituição, bem como que participem de forma mais efetiva das reuniões plenárias e das discussões realizadas pelo Conselho. Ao final dos debates, ficou estabelecido que, inicialmente, serão aguardados os esclarecimentos formais das Secretarias de Governo, Saúde e Educação, conforme os encaminhamentos deliberados. Em caso de omissão, ausência de resposta ou insuficiência das informações apresentadas, o Conselho poderá avaliar a adoção de outras providências cabíveis, inclusive eventual encaminhamento aos órgãos competentes para conhecimento e apuração dos fatos, conforme deliberação do colegiado. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a plenária. Para constar, eu, Giselle Cristina Almeida Dias, conselheira - segunda secretaria, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pela presidente.

MARLIZA CASTRO	*GISELLE CRISTINA ALMEIDA DIAS*
Presidente CMDPCD/RN	2ª Secretária CMDPCD/RN

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:5F697EC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
RESOLUÇÃO CMAS/RN Nº 371, DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre o Termo de Aceite do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos (SPSBD-GC), deliberado na 336ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves – CMAS/RN, realizada no dia 10 de setembro de 2026.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Ribeirão das Neves – CMAS/RN, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8.742/93 e Lei Municipal nº 4.519/2025 de 03 de janeiro de 2025;

Considerando a Resolução CNAS/MDS nº 218, de 25 de novembro de 2025, que Inclui na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o público Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos completos no Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio;
Considerando a Resolução CNAS/MDS nº 219, de 25 de novembro de 2025, que dispõe sobre a regulamentação do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos e pactua suas ações no Sistema Único de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Termo de Aceite pactuado entre o município de Ribeirão das Neves e o Governo Federal referente ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos (SPSBD-GC) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art. 2º O **referido serviço visa ao** fortalecimento da função protetiva familiar e **será pautada** na lógica da territorialização da política de assistência social, **de modo a contribuir** para a proteção e o desenvolvimento integral de gestantes e crianças na primeira infância.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ribeirão das Neves, 10 de setembro de 2026.

NATÁLIA LINO SILVA
Presidente do CMAS/RN

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:BA710AD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROCESSO LICITATÓRIO N° 025 /2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES.

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, por sua titular**, VANUSA PEREIRA,** tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a **INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 136, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, para que se faça constar:

A Dotação Orçamentária necessária à execução do referido contrato é:

• 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 002 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL - 08.245.0104.2253 – BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 244– FONTE 1.660.000.0000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL FNAS.

• 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA - 001 – GAB. SECRETARIA MUNI. DESEN. SOCIAL E CIDADANIA - 08.244.0104.2833 – GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES MUNICIPAIS - 168 – FONTE 1.500.503 EMENDA PARLAMENTAR

Fica apostilada a modificação de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato e aditivo (s) posterior (es).

Assim, assina o presente instrumento, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, 11 de setembro de 2026.

VANUSA PEREIRA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:5CDBC906

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AO CONTRATO N° 090/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES E A EMPRESA LOCALL PRINT LOCAÇÕES, CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA. PROCESSO LICITATÓRIO – 456.333.003738/2026-66.

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, por sua titular**, VANUSA PEREIRA,** tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a **INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 136, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, para que se faça constar:

A Dotação Orçamentária necessária à execução do referido contrato é:

• 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08.122.0101.2852 – GESTÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 3.3.90.40 SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – FICHA 190 – FONTE 1500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

Fica apostilada a modificação de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato e aditivo (s) posterior (es).
Assim, assina o presente instrumento, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, 10 de setembro de 2026.

VANUSA PEREIRA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:1212636E

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E QUANTITATIVOS A ATA DE RP N°053/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES E A EMPRESA PRIME SOUND PRODUCOES E EVENTOS LTDA. – PROCESSO LICITATÓRIO – PROCESSO N°456.333.001123/2026-55.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS, INCLUINDO EQUIPAMENTOS, MONTAGEM, DESMONTAGEM, OPERAÇÃO TÉCNICA E APOIO NECESSÁRIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE .

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, por sua titular**, VANUSA PEREIRA,** tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a **INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 136, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, para que se faça constar:
As Dotações Orçamentárias necessárias à execução do referido contrato são:

• 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN. SOCIAL E CIDADANIA – 002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08.245.0104.2253 – BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – FICHA 247 – FONTE 1.660.000.0000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FNAS

Fica apostilada a modificação de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato e aditivo (s) posterior (es).
Assim, assina o presente instrumento, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, 14 de setembro de 2026.

VANUSA PEREIRA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:D78391CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA
JUST. DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Dados da Organização Civil: Associação Beneficente Menino Jesus, inscrita no CNPJ sob o nº 02.225.872/0001-83, com sede na Rua Samambaia, nº 62, Bairro Nossa Senhora da Piedade, nesta cidade.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA: Repasse de Contribuições, através de Emenda Parlamentar Impositiva Bancada nº 138-C/2025 da Vereadora Marcela Menezes Costa no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais) com o objetivo de custeio das atividades da orquestra e outras ações socioculturais da associação, incluindo pagamento de professores, aquisição de insumos e outros gastos de custeio a ser detalhado no plano de trabalho.

Considerando a necessidade de fomento e incentivo cultural no Município como fonte de cultura, lazer e oportunidades culturais.

Considerando que Trata-se de repasse de recurso decorrente de Emenda Parlamentar Impositiva de Bancada n.º 138-C/2025, à qual foi destinada a Associação Beneficente Menino Jesus em Ribeirão das Neves;

Considerando a dispensa do chamamento público e a parceria dar-se-á por meio de inexigibilidade para a formalização do Termo de Fomento entre o Município de Ribeirão das Neves e a Associação Beneficente Menino Jesus, nos termos do art. 31, inciso II da Lei Federal n.º 13.019/2014 e art. 4º, § 4º.
Considerando a prévia dotação orçamentária correspondente, nos termos da Lei Municipal nº 4.624/2026.

Considerando, por fim, desde que cumpridos todos os requisitos impostos pela Lei Federal 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 021/2019 e suas atualizações, para a celebração do termo de fomento;

O Município de Ribeirão das Neves, em cumprimento ao artigo 32, caput da Lei Federal 13.019/2014 torna pública a justificativa de inexigibilidade de chamamento público para celebração de Termo de Fomento com a Associação Beneficente Menino Jesus , para execução, em regime de mútua cooperação, para atendimento a Emenda Parlamentar Impositiva de Bancada.

Diante do exposto, com amparo no art. 31, caput, da Lei Federal 13.019/2014 e no art. 13, I, da Lei Municipal 3.083/2017, e cumprindo o disposto no art. 32, § 1º, da mencionada Lei Federal, publique-se a presente justificativa no sítio oficial do Município na internet e também no Quadro de Publicações da prefeitura

Na forma do § 2º do mesmo art. 32 da Lei Federal 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para impugnação, que deverá ser protocolada junto a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo.

Ribeirão das Neves, em 11 de setembro de 2026.

DOLORES KÍCILA ALVES CARLOS /
Secretária Municipal de Esporte e Cultura

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:EC4179CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO DA FICHA ORÇAMENTÁRIA – AO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2025 DA EMPRESA: ADRIANO VANS TRANSPORTES E LOCACAO DE MAQUINAS LTDA – Pregão Eletrônico nº 160/2024, - PROCESSO Nº 188/2024. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FRETAMENTO DE VEÍCULOS, REALIZANDO O TRANSLADO DE PESSOAS, COM MOTORISTAS HABILITADOS E VEÍCULOS DEVIDAMENTE LICENCIADOS.

Pelo presente instrumento, O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária Municipal Interina de Esporte, Cultura e Turismo, DOLORES KICILA ALVES CARLOS , tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do Contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a INCLUSÃO DE FICHA/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA por apostilamento, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

As Dotações Orçamentárias necessárias à execução do referido contrato são:

Órgão 16 – Secretaria Municipal de Esporte e Cultura

Unidade Orçamentária 004–Fundo Municipal de Patrimônio Artistico Histórico e Cultural

13.391.0114.2225 - Fundo Municipal de Patrimônio Artistico Histórico e Cultural

339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurdica

Ficha 1142 - Fonte 1.759.000.0000

Ficam apostiladas as modificações de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes no, Contrato e aditivo (s) posterior (es)

Assim, assina o presente instrumento, em 01 (um) via, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, em 14 de setembro de 2026.

DOLORES KÍCILA ALVES CARLOS /
Secretária Municipal de Esporte e Cultura

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:FA743ACA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PORTARIA Nº 087/2026

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscal da Ata nº 083/2026 e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Obras de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições; do Município de **RIBEIRÃO DAS NEVES**, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 9º do Decreto nº 41/2025, de 11 de março de 2025, do Município de Ribeirão das Neves, que regulamenta a designação de Gestores e Fiscais de Contratos;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata nº 083/2026

RESOLVE:

Art. 1º Designar os(as) servidores(as) públicos(as) abaixo relacionados para exercerem as funções de **Gestor(a)** e **Fiscal** da **Ata nº 083/2026**, decorrente do **processo de licitação nº 7937/2026**, cujo objeto é: **registro de preços para aquisição de materiais elétricos.**

FUNÇÃO	NOME COMPLETO	ID. FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO
Gestor do Contrato	João Maximiano Oliveira da Silva	Mat. 27942	Superintendente I
Fiscal Técnico	Kerlen Jorge Diniz	Mat. 21282	Assistente Administrativo
Fiscal Administrativo	Eliane Almeida da Silva Souza	Mat. 515620	Assessora técnica II

Art. 2º Esta portaria será publicada no Diário Oficial do Município e entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de agosto de 2026.

Ribeirão das Neves, 04 de setembro de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:26593C64

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PORTARIA Nº 088/2026

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscal da Ata nº 084/2026 e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Obras de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições; do Município de **RIBEIRÃO DAS NEVES**, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 9º do Decreto nº 41/2025, de 11 de março de 2025, do Município de Ribeirão das Neves, que regulamenta a designação de Gestores e Fiscais de Contratos;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata nº 084/2026

RESOLVE:

Art. 1º Designar os(as) servidores(as) públicos(as) abaixo relacionados para exercerem as funções de **Gestor(a)** e **Fiscal** da **Ata nº 084/2026**, decorrente do **processo de licitação nº 7937/2026**, cujo objeto é: **registro de preços para aquisição de materiais elétricos.**

FUNÇÃO	NOME COMPLETO	ID. FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO
Gestor do Contrato	João Maximiano Oliveira da Silva	Mat. 27942	Superintendente I
Fiscal Técnico	Kerlen Jorge Diniz	Mat. 21282	Assistente Administrativo
Fiscal Administrativo	Eliane Almeida da Silva Souza	Mat. 515620	Assessora técnica II

Art. 2º Esta portaria será publicada no Diário Oficial do Município e entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de agosto de 2026.

Ribeirão das Neves, 04 de setembro de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:BDEA5E09

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PORTARIA Nº 089/2026

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscal da Ata nº 085/2026 e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Obras de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições; do Município de **RIBEIRÃO DAS NEVES**, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 9º do Decreto nº 41/2025, de 11 de março de 2025, do Município de Ribeirão das Neves, que regulamenta a designação de Gestores e Fiscais de Contratos;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata nº 085/2026

RESOLVE:

Art. 1º Designar os(as) servidores(as) públicos(as) abaixo relacionados para exercerem as funções de **Gestor(a)** e **Fiscal** da **Ata nº 085/2026**, decorrente do **processo de licitação nº 7937/2026**, cujo objeto é: **registro de preços para aquisição de materiais elétricos.**

FUNÇÃO	NOME COMPLETO	ID. FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO
Gestor do Contrato	João Maximiano Oliveira da Silva	Mat. 27942	Superintendente I
Fiscal Técnico	Kerlen Jorge Diniz	Mat. 21282	Assistente Administrativo
Fiscal Administrativo	Eliane Almeida da Silva Souza	Mat. 515620	Assessora técnica II

Art. 2º Esta portaria será publicada no Diário Oficial do Município e entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de agosto de 2026.

Ribeirão das Neves, 04 de setembro de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:B54F85E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PORTARIA Nº 090/2026

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscal da Ata nº 086/2026 e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Obras de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições; do Município de **RIBEIRÃO DAS NEVES**, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 9º do Decreto nº 41/2025, de 11 de março de 2025, do Município de Ribeirão das Neves, que regulamenta a designação de Gestores e Fiscais de Contratos;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata nº 086/2026

RESOLVE:

Art. 1º Designar os(as) servidores(as) públicos(as) abaixo relacionados para exercerem as funções de **Gestor(a)** e **Fiscal** da **Ata nº 086/2026**, decorrente do **processo de licitação nº 7937/2026**, cujo objeto é: **registro de preços para aquisição de materiais elétricos.**

FUNÇÃO	NOME COMPLETO	ID. FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO
Gestor do Contrato	João Maximiano Oliveira da Silva	Mat. 27942	Superintendente I
Fiscal Técnico	Kerlen Jorge Diniz	Mat. 21282	Assistente Administrativo
Fiscal Administrativo	Eliane Almeida da Silva Souza	Mat. 515620	Assessora técnica II

Art. 2º Esta portaria será publicada no Diário Oficial do Município e entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de agosto de 2026.

Ribeirão das Neves, 04 de setembro de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:27FD92C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PORTARIA Nº 091/2026

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscal da Ata nº 087/2026 e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Obras de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições; do Município de **RIBEIRÃO DAS NEVES**, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 9º do Decreto nº 41/2025, de 11 de março de 2025, do Município de Ribeirão das Neves, que regulamenta a designação de Gestores e Fiscais de Contratos;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata nº 087/2026

RESOLVE:

Art. 1º Designar os(as) servidores(as) públicos(as) abaixo relacionados para exercerem as funções de **Gestor(a)** e **Fiscal** da **Ata nº 087/2026**, decorrente do **processo de licitação nº 7937/2026**, cujo objeto é: **registro de preços para aquisição de materiais elétricos.**

FUNÇÃO	NOME COMPLETO	ID. FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO
Gestor do Contrato	João Maximiano Oliveira da Silva	Mat. 27942	Superintendente I
Fiscal Técnico	Kerlen Jorge Diniz	Mat. 21282	Assistente Administrativo
Fiscal Administrativo	Eliane Almeida da Silva Souza	Mat. 515620	Assessora técnica II

Art. 2º Esta portaria será publicada no Diário Oficial do Município e entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de agosto de 2026.

Ribeirão das Neves, 04 de setembro de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:7C0AB2B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PORTARIA Nº 092/2026

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscal da Ata nº 088/2026 e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Obras de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições; do Município de **RIBEIRÃO DAS NEVES**, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 9º do Decreto nº 41/2025, de 11 de março de 2025, do Município de Ribeirão das Neves, que regulamenta a designação de Gestores e Fiscais de Contratos;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata nº 088/2026

RESOLVE:

Art. 1º Designar os(as) servidores(as) públicos(as) abaixo relacionados para exercerem as funções de **Gestor(a)** e **Fiscal** da **Ata nº 088/2026**, decorrente do **processo de licitação nº 7937/2026**, cujo objeto é: **registro de preços para aquisição de materiais elétricos.**

FUNÇÃO	NOME COMPLETO	ID. FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO
Gestor do Contrato	João Maximiano Oliveira da Silva	Mat. 27942	Superintendente I
Fiscal Técnico	Kerlen Jorge Diniz	Mat. 21282	Assistente Administrativo
Fiscal Administrativo	Eliane Almeida da Silva Souza	Mat. 515620	Assessora técnica II

Art. 2º Esta portaria será publicada no Diário Oficial do Município e entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de agosto de 2026.

Ribeirão das Neves, 04 de setembro de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:C659A90C

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PORTARIA Nº 093/2026

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscal da Ata nº 089/2026 e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Obras de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições; do Município de **RIBEIRÃO DAS NEVES**, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 9º do Decreto nº 41/2025, de 11 de março de 2025, do Município de Ribeirão das Neves, que regulamenta a designação de Gestores e Fiscais de Contratos;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata nº 089/2026

RESOLVE:

Art. 1º Designar os(as) servidores(as) públicos(as) abaixo relacionados para exercerem as funções de **Gestor(a)** e **Fiscal** da **Ata nº 089/2026**, decorrente do **processo de licitação nº 7937/2026**, cujo objeto é: **registro de preços para aquisição de materiais elétricos.**

FUNÇÃO	NOME COMPLETO	ID. FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO
Gestor do Contrato	João Maximiano Oliveira da Silva	Mat. 27942	Superintendente I
Fiscal Técnico	Kerlen Jorge Diniz	Mat. 21282	Assistente Administrativo
Fiscal Administrativo	Eliane Almeida da Silva Souza	Mat. 515620	Assessora técnica II

Art. 2º Esta portaria será publicada no Diário Oficial do Município e entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de agosto de 2026.

Ribeirão das Neves, 04 de setembro de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:FA5A2936

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PORTARIA Nº 094/2026

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscal da Ata nº 090/2026 e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Obras de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições; do Município de **RIBEIRÃO DAS NEVES**, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 9º do Decreto nº 41/2025, de 11 de março de 2025, do Município de Ribeirão das Neves, que regulamenta a designação de Gestores e Fiscais de Contratos;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata nº 090/2026

RESOLVE:

Art. 1º Designar os(as) servidores(as) públicos(as) abaixo relacionados para exercerem as funções de **Gestor(a)** e **Fiscal** da **Ata nº 090/2026**, decorrente do **processo de licitação nº 7937/2026**, cujo objeto é: **registro de preços para aquisição de materiais elétricos.**

FUNÇÃO	NOME COMPLETO	ID. FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO
Gestor do Contrato	João Maximiano Oliveira da Silva	Mat. 27942	Superintendente I
Fiscal Técnico	Kerlen Jorge Diniz	Mat. 21282	Assistente Administrativo
Fiscal Administrativo	Eliane Almeida da Silva Souza	Mat. 515620	Assessora técnica II

Art. 2º Esta portaria será publicada no Diário Oficial do Município e entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de agosto de 2026.

Ribeirão das Neves, 04 de setembro de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:7274B8EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
PORTARIA Nº 095/2026

Dispõe sobre a designação de Gestor e Fiscal da Ata nº 091/2026 e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Obras de Ribeirão das Neves, no uso das atribuições; do Município de **RIBEIRÃO DAS NEVES**, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 9º do Decreto nº 41/2025, de 11 de março de 2025, do Município de Ribeirão das Neves, que regulamenta a designação de Gestores e Fiscais de Contratos;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata nº 091/2026

RESOLVE:

Art. 1º Designar os(as) servidores(as) públicos(as) abaixo relacionados para exercerem as funções de **Gestor(a)** e **Fiscal** da **Ata nº 091/2026**, decorrente do **processo de licitação nº 7937/2026**, cujo objeto é: **registro de preços para aquisição de materiais elétricos.**

FUNÇÃO	NOME COMPLETO	ID. FUNCIONAL	CARGO/FUNÇÃO
Gestor do Contrato	João Maximiano Oliveira da Silva	Mat. 27942	Superintendente I
Fiscal Técnico	Kerlen Jorge Diniz	Mat. 21282	Assistente Administrativo
Fiscal Administrativo	Eliane Almeida da Silva Souza	Mat. 515620	Assessora técnica II

Art. 2º Esta portaria será publicada no Diário Oficial do Município e entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de agosto de 2026.

Ribeirão das Neves, 04 de setembro de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:A7171AE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
DESPACHO ADMINISTRATIVO N. 157/2026 – JURFU

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS URBANÍSTICOS
PRIMEIRA INSTÂNCIA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.58, inciso II e art.95, inciso VI, ambas da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no art.1° do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos – JURFU, homologado via Decreto 082/2024, que em razão de sua legitimidade e competência, depois de analisado os autos do processo, de acordo com o que foi observado e considerado, por unanimidade resolve:

CONSIDERANDO QUE:

O requerente **Carlos Monteiro Gonçalves**, protocolou junto à Administração, em 24/03/2026, o recurso constante à fl. 2 – **Processo nº 3343/2026**, por meio do qual pleiteia o cancelamento em razão do **Auto de Notificação Nº SFUP 129/2026.**

II – DA ANÁLISE

Depois de proceder com a regular apreciação da documentação inserida nos autos, esta análise foi convertida em diligência para melhor elucidar os fatos e podemos concluir que houve erro na ação fiscal devendo assim cancelar a **Notificação Nº SFUP 129/2026.**

III – CONCLUSÃO

Deferido.

Ribeirão das Neves/MG, 14 de Setembro de 2026.

JURFU
Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos
Primeira Instância

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:D96050B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
DESPACHO ADMINISTRATIVO N. 158/2026 – JURFU

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS URBANÍSTICOS
PRIMEIRA INSTÂNCIA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.58, inciso II e art.95, inciso VI, ambas da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no art.1° do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos – JURFU, homologado via Decreto 082/2024, que em razão de sua legitimidade e competência, depois de analisado os autos do processo, de acordo com o que foi observado e considerado, por unanimidade resolve:

CONSIDERANDO QUE:

O requerente **Marcos de Andrade Pinto**, protocolou junto à Administração, em 17/04/2026, o recurso constante à fl. 2 – **Processo nº 4299/2026**, por meio do qual pleiteia a defesa em razão do **Auto de Infração Nº SFUP 58/2026.**

II – DA ANÁLISE

Depois de proceder com a regular apreciação da documentação inserida nos autos, verificamos a falta de tempestividade, foi extrapolado o prazo de 15 dias como requisito formal para o processamento do recurso.

III – CONCLUSÃO

Indeferido.

Ribeirão das Neves/MG, 14 de Setembro de 2026.

JURFU
Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos
Primeira Instância

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:3C1B2540

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
DESPACHO ADMINISTRATIVO N. 159/2026 – JURFU

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS URBANÍSTICOS
PRIMEIRA INSTÂNCIA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.58, inciso II e art.95, inciso VI, ambas da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no art.1° do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos – JURFU, homologado via Decreto 082/2024, que em razão de sua legitimidade e competência, depois de analisado os autos do processo, de acordo com o que foi observado e considerado, por unanimidade resolve:

CONSIDERANDO QUE:

A requerente **Elizabeth Ferreira Silva**, protocolou junto à Administração, em 07/05/2026, o recurso constante à fl. 2 – **Processo nº 5178/2026**, por meio do qual pleiteia a defesa em razão do **Auto de Infração Nº SFUP 031/2026.**

II – DA ANÁLISE

Depois de proceder com a regular apreciação da documentação inserida nos autos, esta análise foi convertida em diligência para melhor elucidar os fatos e podemos concluir que houve erro na ação fiscal devendo assim cancelar o **Auto de Infração Nº SFUP 031/2026 e Notificação Nº SFUP 578/2025.**

III – CONCLUSÃO

Deferido.

Ribeirão das Neves/MG, 14 de Setembro de 2026.

JURFU
Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos
Primeira Instância

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:44A6BB96

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
DESPACHO ADMINISTRATIVO N. 160/2026 – JURFU

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS URBANÍSTICOS
PRIMEIRA INSTÂNCIA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.58, inciso II e art.95, inciso VI, ambas da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no art.1° do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos – JURFU, homologado via Decreto 082/2024, que em razão de sua legitimidade e competência, depois de analisado os autos do processo, de acordo com o que foi observado e considerado, por unanimidade resolve:

CONSIDERANDO QUE:

A requerente **Fernanda Gomes da Silva Coimbra**, protocolou junto à Administração, em 07/05/2026, o recurso constante à fl. 2 – **Processo nº 6415/2026**, por meio do qual pleiteia a defesa em razão do **Auto de Notificação Nº SFUP 393/2026.**

II – DA ANÁLISE

Depois de proceder com a regular apreciação da documentação inserida nos autos, esta análise foi convertida em diligência para melhor elucidar os fatos e podemos concluir que houve erro na ação fiscal devendo assim cancelar a **Notificação Nº SFUP 393/2026.**

III – CONCLUSÃO

Deferido.

Ribeirão das Neves/MG, 14 de Setembro de 2026.

JURFU
Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos
Primeira Instância

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:39745DE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
DESPACHO ADMINISTRATIVO N. 161/2026 – JURFU

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS URBANÍSTICOS
PRIMEIRA INSTÂNCIA

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art.58, inciso II e art.95, inciso VI, ambas da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no art.1° do Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos – JURFU, homologado via Decreto 082/2024, que em razão de sua legitimidade e competência, depois de analisado os autos do processo, de acordo com o que foi observado e considerado, por unanimidade resolve:

CONSIDERANDO QUE:

O requerente **Thiago Gomes Martins**, protocolou junto à Administração, em 03/08/2026, o recurso constante à fl. 2 – **Processo nº 9550/2026**, por meio do qual pleiteia a defesa em razão do **Auto de Notificação Nº SFUP 12729/2026.**

.

II – DA ANÁLISE

Após análise dos documentos acostados aos autos, foi constatado que o requerente não atendeu o disposto no art. 23, § 2º, alínea "D" do Regimento Interno homologado pelo decreto nº 082/2024, deixando de apresentar a cópia do ato constitutivo da pessoa jurídica.

III – CONCLUSÃO

Indeferido.

Ribeirão das Neves/MG, 14 de Setembro de 2026.

JURFU
Junta de Recursos Fiscais Urbanísticos
Primeira Instância

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:A975591B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO N.º 024/2026
CONTRATO N° 013/2026
PROCESSO Nº 061/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
CONTRATADO: CONSÓRCIO COPLAN ENGENHARIA E PROJETOS

Objeto de Execução: Contratação de serviços especializados em engenharia e arquitetura consultiva para prestação de serviços técnicos na elaboração, compatibilização e adequação de estudos técnicos, projetos e soluções de Arquitetura e Engenharia em plataforma BIM, bem como no gerenciamento, supervisão, controle e apoio técnico, social e ambiental das obras de infraestrutura e edificações.

A Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, no uso de suas atribuições, vem solicitar que o **Consórcio COPLAN Engenharia e Projetos**, representado pela senhora **Fabíola Batista Pires**, inicie a **ELABORAÇÃO DOS PROJETOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE – UBS TIPO 01, NO ESTACIONAMENTO DA HEMODIÁLISE, BEM COMO A ELABORAÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO PARA HEMODIÁLISE, INCLUINDO ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E APROVAÇÃO JUNTO À VIGILÂNCIA SANITÁRIA – VISA**, no valor total de **R$ 497.450,53 (Quatrocentos e Noventa e Sete Mil, Quatrocentos e Cinquenta Reais e Cinquenta e Três Centavos)**, conforme propostas comerciais anexas, objeto do Contrato de Prestação de Serviços nº 013/2026.

Os serviços objeto desta Ordem de Serviço compreendem:

1. **Projeto UBS Tipo 01 – no estacionamento da Hemodiálise**, conforme **Proposta Comercial RN_26_099**, contemplando serviços de sondagem, elaboração de projeto legal para aprovação junto à VISA, anteprojeto e projeto executivo, incluindo os respectivos projetos e serviços técnicos complementares necessários à implantação da unidade, no valor de **R$ 379.254,87 (Trezentos e Setenta e Nove Mil, Duzentos e Cinquenta e Quatro Reais e Oitenta e Sete Centavos)**. A proposta prevê, entre outros, projetos arquitetônico executivo, hidráulico/sanitário, elétrico, estrutural, drenagem pluvial, prevenção e combate a incêndio, luminotécnico, ar-condicionado, paisagismo, terraplenagem, comunicação visual, cabeamento estruturado, CFTV/alarme, impermeabilização e compatibilização de projetos.

2. **Hemodiálise – Projeto Básico com Aprovação da VISA**, conforme **Proposta Comercial RN_26_100**, contemplando a elaboração de anteprojeto, projeto arquitetônico e projeto básico com

aprovação junto à Vigilância Sanitária – VISA, no valor de **R$ 118.195,66 (Cento e Dezoito Mil, Cento e Noventa e Cinco Reais e Sessenta e Seis Centavos)**. Considerando a complexidade do empreendimento, os projetos complementares eventualmente necessários serão estimados posteriormente à aprovação do projeto pela VISA, conforme previsto na proposta comercial.

A execução dos serviços será supervisionada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, por meio dos servidores abaixo mencionados:

Abel Carvalho M. Júnior – CAU-MG: A 41.261-9 – Fiscal do Contrato Marina Leite Braga – CAU-MG: A 293828-6 – Fiscal do Contrato Saulo Garcia Damasceno – CREA-MG: 402507 – Fiscal do Contrato

Atenciosamente,

MARCÍLIO RODRIGUES DE SOUSA
Secretário de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:C6E2E153

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
PORTARIA Nº 03/2026

PORTARIA Nº 03/2026
SEMPLUR/PMRN

ATA CIMEV

O Secretário da Secretaria de Planejamento e Urbanismo de Ribeirão das Neves, Marcilio Rodrigues de Sousa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
CONSIDERANDO a Adesão do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO RIO DAS VELHAS-CIMEV**, **Processo 008/2025, através da concorrência eletrônica por registro de preço 001/2025**, cujo objetivo é o registro de preços para futura e eventual contratação sob demanda, de serviços especializados em engenharia/arquitetura consultiva para prestação de serviços técnicos na elaboração, compatibilização e adequação de estudos técnicos, projetos e soluções de arquitetura/engenharia em plataforma bim, bem como no gerenciamento, supervisão, controle e apoio técnico, social e ambiental das obras de infraestrutura e edificações, com a finalidade de atender os municípios consorciados ao consórcio intermunicipal multifinalitário do médio rio das velhas - CIMEV;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 8º e 117 da Lei nº 14.133/2021, que tratam da designação de gestor e fiscal para acompanhamento da execução dos instrumentos administrativos;

CONSIDERANDO as regras estabelecidas no Decreto Municipal nº 41/2025, que dispõe sobre a atuação dos Gestores e Fiscais de contratos, no âmbito da Administração direta e indireta e das entidades vinculadas ou controladas direta ou indiretamente pelo Poder Executivo de Ribeirão das Neves, notadamente de seus artigos 3º, 8º e 9º.

RESOLVE:
Art. 1º – **Gestor do Contrato**
Designar a servidora **Marina Leite Braga**, matrícula nº 518160, para exercer a função de Gestora do Contrato nº 015/2026.

Art. 2º – Fiscais do Contrato
Da Secretaria Municipal da Educação
Designar a servidora **Mônica de Jesus Salomão**, matrícula nº 516057, para exercer a função de Fiscal dos serviços prestados à Secretária Municipal da Educação.
Designar o servidor **Edirenaldo Dias de Souza**, matrícula nº 519698, para exercer a função de Fiscal dos dos serviços prestados à Secretária Municipal da Educação.

Da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
Designar o servidor **Saulo Garcia Damasceno**, matrícula nº 519795, para exercer a função de Fiscal de todos serviços voltados a projetos de engenharia.
Designar a servidora **Paloma Coelho Felix**, matrícula nº 520487, para exercer a função de Fiscal de todos serviços voltados a projetos de engenharia/orçamento.
Designar o servidor **Abel Carvalho Mendes Junior,** matrícula nº 27.194, para exercer a função de Fiscal de todos serviços voltados a projetos de arquitetura.

Art. 3º – Atribuições
Compete à gestora e o fiscal acompanhar, fiscalizar e registrar a execução do contrato, observando o fiel cumprimento das condições pactuadas, das especificações técnicas e das demais disposições estabelecidas, bem como comunicar formalmente à autoridade competente quaisquer irregularidades constatadas.

Art. 4º – Responsabilidade da Contratada
A atuação da gestora e da fiscal não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada.

Art. 5º – Vigência
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCÍLIO RODRIGUES SOUSA
Secretário de Planejamento e Urbanismo

MARINA BRAGA LEITE
Gestora do Contrato

MÔNICA DE JESUS SALOMÃO
Fiscal do Contrato

EDIRENALDO DIAS DE SOUZA
Fiscal do Contrato

SAULO GARCIA DAMASCENO
Fiscal do Contrato

PALOMA COELHO FELIX
Fiscal do Contrato

ABEL CARVALHO MENDES JUNIOR
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:CA41C621

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
RETIFICAÇÃO

Convocação Para a 4ª Reunião Ordinária – Coplan 2024/2026

O Presidente do Conselho Municipal de Planejamento Urbano – COPLAN de Ribeirão das Neves, no uso de suas atribuições, **RETIFICA** a data constante na convocação para a 4ª Reunião Ordinária do COPLAN – Gestão 2024/2026.

Onde se lê:

“a realizar-se no dia 09 de setembro de 2026 (quarta-feira), às 9h”

Leia-se:

“a realizar-se no dia 16 de setembro de 2026 (quarta-feira), às 9h”

Ficam mantidas as demais informações e a pauta constantes na convocação anteriormente publicada.

Atenciosamente,

TALITHA LOPES ROSA
Secretária Executiva do COPLAN

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:9B0D32CB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO E CELEBRAÇÃO DE CONTRATO Nº 115/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG–

Torna público, o extrato dos atos de AUTORIZAÇÃO, RATIFICAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO 115/2026.

Objeto: locação de um imóvel situado na Rua Raimundo Nonato de Souza, N0 801 – Bairro Rosana – Ribeirão das Neves /MG, para abrigar as instalações da **Vigilância em Saúde.**

Partes: Município de Ribeirão das Neves (Locatário) com Interveniência da Secretaria Municipal de Saúde e o Locador Reverson Miranda de Souza inscrito no CPF sob o nº 095.367.166-66**,**para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde perfazendo o valor total de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) divididos em parcelas iguais, mensais e consecutivas, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), a serem pagas até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês vencido.

***MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES* /**
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:2A9D8E7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS-RN Nº 007, DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

O Conselho Municipal de Saúde no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Municipal nº. 3.357, de 01 de Março de 2011, Art. 1º, Parágrafo Único, Art. 2º, Incisos 3º e 4º; a Lei Federal nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, de 28 de Dezembro de 1990, Art. 1º e Art. 4º; a Resolução nº. 453, de 10 de maio de 2012, do CNS – Conselho Nacional de Saúde e considerando:

Considerando a necessidade de manter o Conselho Municipal de saúde paritário conforme previsto em lei federal 8.142/1990;
Considerando que a composição do Conselho Municipal de Saúde de Ribeirão das Neves é de:24 conselheiros titulares e 24 conselheiros suplentes, distribuídos por 50% do segmento dos usuários número populacional de cada Região Sanitária, 25% de representantes dos trabalhadores do SUS e 25% de representantes do Gestor e prestadores de serviços;

Considerando que o Conselho Municipal de Saúde encontra vacância de Conselheiros Municipais de Saúde do segmento dos usuários: Região Sanitária III sendo no total de 01(um) conselheiro(a) suplente; Região Sanitária IV sendo total de 02 (dois) conselheiros(as) Suplentes e Região Sanitária V sendo um total de 01(um) conselheiro(a) titular e 02 (dois) conselheiros(as) suplentes;

Considerando que o Conselho Municipal de Saúde encontra Vacância no segmento dos trabalhadores do SUS; sendo 02 (dois) conselheiros(as) suplentes;

Considerando que o Conselho Municipal de Saúde encontra Vacância no segmento dos Prestadores de Serviços do SUS, sendo 02 (dois) conselheiros(as) suplentes;

Resolve:
Convocar: Plenária Extraordinária para a Recomposição do Conselho Municipal de Saúde de Ribeirão das Neves para o dia 19 de setembro de 2026, a ser realizada no Conselho Municipal de Saúde, sito à rua José Cassimiro nogueira, 45, bairro Várzea Alegre, no horário de 9:00 às 13:00 min. As inscrições podem ser feitas do dia 19 de agosto de 2026 e até 90 minutos antes da Plenária extraordinária do dia 19 de setembro de 2026, e podem ser realizadas por e-mail cms.semsa@ribeiraodasneves.mg.gov.br , ou presencial, no Conselho Municipal de Saúde.

Instituir: Comissão de Organização com os seguintes nomes:

• Ana Sílvia Rocha

• Carla Fidélis Santos

• Eva Alípia da Silva

• Flávia Cristina do Carmo

• Gean Brandão

• Gustavo Henrique Rocha

• João Batista da Silva

• José Paulo da Silva

• Katty Cristina de Paula

• Odete Maria Alcântara

• Rosângela Cardoso da Silva

Plenário do Conselho Municipal de Saúde**,** em Ribeirão das Neves-MG, aos 14 de agosto de dois mil e vinte e seis.

EVA ALÍPIA DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Ribeirão das Neves

MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES
Secretária Municipal de Saúde Ribeirão das Neves

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:AFE5640B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROCESSO N° 180/2024 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO – ATA/CONTRATO Nº 163 a 180/2025.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, por sua titular MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES, tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no § 5º do artigo 115 e no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

A dotação orçamentária necessária à execução do referido contrato é:

- 10.002.10.122.0105.2836 – Manut. Atenção Básico - 3.3.90.30 - Fonte 1.500.513.1002/ 1.500.514.1002/ 1.500.515.1002/ 1.500.516.1002/ 1.500.517.1002/ 1.500.518.1002

Ficam apostiladas as modificações de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato.

Assim, assina o presente instrumento, em 01 (uma) via, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, em 14 de setembro de 2026.

MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES /
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:9C8F6888

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026 EDITAL Nº 070/2026

Publicação

O Município de Rodeiro torna público que se realizará:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
EDITAL Nº 070/2026

OBJETO: Contratação de empresa para execução de projetos de segurança contra incêndio e pânico, com fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme projetos técnicos previamente elaborados e aprovados junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG).

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 29/09/2026 ÀS 09H00MIN
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS
MODO DE DISPUTA: ABERTO

AMPLA CONCORRÊNCIA

Link: www.ammlicita.org.br

O Edital completo encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de Rodeiro:
https://www.rodeiro.mg.gov.br/, na plataforma de realização da fase de lances: www.ammlicita.org.br e PNCP.
Informações pelos telefones: (32) 3435-0135 ou e-mail: licitacao@rodeiro.mg.gov.br

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:327EB477

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5975/2026

PORTARIA N. 5975/2026

Concede Férias-Prêmio a Servidor que Menciona

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerias, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o requerimento do servidor,

Resolve:

Art. 1º Conceder gozo de Férias Prêmio à servidora, **Rayanne Flores da Silva**, matrícula nº 1510, no período de 15/09/2026 a 29/09/2026 e 30/09/2026 a 29/12/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 14 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:C816C4A8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5976/2026

PORTARIA N. 5976/2026

Concede folga compensatória a Servidor que Menciona.

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando o requerimento dos servidores,

Considerando o requerimento da folga compensatória acompanhado obrigatoriamente da declaração original emitida pela Chefia imediata que a concedeu;

Resolve:

Art. 1º Conceder folga compensatória à servidora, **Cleuma Ferreira de Paiva**, matrícula nº 619, por 03 (três) dias a partir de 21/09/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 14 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:2EED759F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5977/2026

PORTARIA Nº 5977/2026

Dispõe sobre Exoneração a Pedido de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO o requerimento protocolizado pelo servidor abaixo identificado, solicitando sua exoneração do cargo efetivo que ocupa;

Resolve:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor, **Faruk Felipe Coelho de Freitas**, matrícula nº 3340, ocupante do cargo efetivo de Professor de Atividade Específica (Música) – Professor II, nomeado por meio da Portaria nº 5817/2026, a partir de 09 de setembro de 2026.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo em decorrência da exoneração prevista no artigo anterior.

Art. 3º Determina-se ao Departamento de Gestão de Pessoas a adoção das providências administrativas, funcionais, previdenciárias e financeiras cabíveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 14 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:CD4AC8B4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5978/2026

PORTARIA Nº 5978/2026

Dispõe sobre Exoneração a Pedido de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO o requerimento protocolizado pelo servidor abaixo identificado, solicitando sua exoneração do cargo efetivo que ocupa;

Resolve:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor, **Renan Camara de Lorena de Miranda**, matrícula nº 3321, ocupante do cargo efetivo de Servente Escolar, nomeado por meio da Portaria nº 5797/2026, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo em decorrência da exoneração prevista no artigo anterior.

Art. 3º Determina-se ao Departamento de Gestão de Pessoas a adoção das providências administrativas, funcionais, previdenciárias e financeiras cabíveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 14 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:E4DDFE81

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5979/2026

PORTARIA N. 5979/2026

Concede Licença para Tratamento de Saúde aos Servidores que Menciona

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando os requerimentos dos servidores,

Resolve:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde aos seguintes servidores nos termos que menciona:
I – **Bianca de Fátima Coelho Bonissati**, matrícula nº 3048, por 02 dias a partir de 27/07/2026;
II – **Kelly Oenning de Oliveira**, matrícula nº 3224, por 02 dias a partir de 30/07/2026;
III –**Luciano Oliveira de Assumpção**, matrícula nº 1311, por 14 dias a partir de 26/07/2026;
IV – **Barbara Dagmar dos Santos Brandão**, matrícula nº 3020, por 02 dias a partir de 27/07/2026;
V – **Márcia Maria de Morais**, matrícula nº 2959, por 15 dias a partir de 27/07/2026;
VI – **Fernanda Aparecida Lino de Lana Nascimento**, matrícula nº 3274, por 01 dia em 28/07/2026;
VII – **Maria Emilia A. Bicalho**, matrícula nº 2916, por 01 dia em 29/07/2026;
VIII – **Ana Paula Soares Casal Teixeira**, matrícula nº 3250, por 05 dias a partir de 03/08/2026;
IX – **Jussara Luiza Figueredo**, matrícula nº 3029, por 01 dia em 04/08/2026;
X – **Elisangela Aparecida de Melo Nogueira Menezes**, matrícula nº 168, por 02 dias a partir de 05/08/2026;
XI – **Kelly Oenning de Oliveira**, matrícula nº 3224, por 07 dias a partir de 06/08/2026;
XII – **Sabrina de Oliveira Savino**, matrícula nº 3019, por 01 dia em 06/08/2026;
XII – **Fernanda de Castro Costa**, matrícula nº 1373, por 01 dia em 10/08/2026;
XIII – **Milene Paschoalino Teixeira Soares**, matrícula nº 633, por 02 dias a partir de 10/06/2026;
XIV – **Antonia Rafaela da Silva**, matrícula nº 2985, por 04 dias a partir de 11/08/2026;
XV – **Jussara Luiza Figueredo**, matrícula nº 3029, por 01 dia em 12/08/2026;
XVI – **Mariana Menezes Dal Sasso**, matrícula nº 3223, por 01 dia em 12/08/2026;
XVII- **Raquel Soares Gomes**, matrícula nº 2867/1276, por 01 dia em 13/08/2026;
XVIII- **Kelly Oenning de Oliveira**, matrícula nº 3224, por 05 dias a partir de 13/08/2026;
XIX- **Aline Luiza Ribeiro do Nascimento**, matrícula nº 1285, por 01 dia em 14/08/2026;
XX- **Marcella Teixeira Cusati da Silva**, matrícula nº 3065, por 01 dia em 14/08/2026;
XXI- **Raquel Soares Gomes**, matrícula nº 2867/1276, por 05 dias a partir de 14/08/2026;
XXII- **Barbara Dagmar dos Santos Brandão**, matrícula nº 3020, por 01 dia em 17/08/2026;
XXIII- **Milene Paschoalino Teixeira Soares**, matrícula nº 633, por 05 dias a partir de 17/08/2026;
XXIV- **Luana Ribeiro de Oliveira**, matrícula nº 3298, por 01 dia em 17/08/2026;
XXV- **Davi de Andrade Lima**, matrícula nº 3307, por 01 dia em 17/08/2026;
XXVI- **Núbia Ferrari dos Santos Neves**, matrícula nº 3289, por 01 dia em 18/08/2026;
XXVII- **Anita Patricia de Oliveira Nominato**, matrícula nº 1312, por 01 dia em 18/08/2026;
XXVIII- **Elisangela Aparecida de Melo Nogueira Menezes**, matrícula nº 168, por 01 dia em 18/08/2026;
XXIX- **Kelly Oenning de Oliveira**, matrícula nº 3224, por 02 dias a partir de 18/08/2026;
XXX – **Brenda Araújo Costa**, matrícula nº 3272, por 01 dia em 18/08/2026;

XXXI- **Rafaela Diniz Silva**, matrícula nº 3296, por 01 dia em 18/08/2026;
XXXII- **Rafaela Diniz Silva**, matrícula nº 3239, por 01 dia em 18/08/2026;
XXXIII- **Rafaela Diniz Silva**, matrícula nº 3296, por 01 dia em 19/08/2026;
XXIV- **Rafaela Diniz Silva**, matrícula nº 3239, por 01 dia em 19/08/2026;
XXXV- **Jussara Luiza Figueredo**, matrícula nº 3029, por 02 dias a partir de 19/08/2026;
XXXVI- **Elisandra de Fátima Martins**, matrícula nº 2981, por 01 dia em 20/08/2026;
XXXVII- **Kelly Oenning de Oliveira**, matrícula nº 3224, por 02 dias a partir de 20/08/2026;
XXXVIII- **Helen Cristina Bittio Pacheco**, matrícula nº 3236, por 02 dias a partir de 20/08/2026;
XXXIX- **Diego Correia Fernandes dos Santos**, matrícula nº 3253, por 01 dia em 20/08/2026;
XL- **Sabrina de Oliveira Savino**, matrícula nº 3019, por 01 dia em 21/08/2026;
XLI- **Kelly Oenning de Oliveira**, matrícula nº 3224, por 03 dias a partir de 24/08/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 14 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:689736F7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 5980/2026

PORTARIA N. 5980/2026

Concede Licença para Tratamento de Saúde aos Servidores que Menciona

O Prefeito do Município de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, considerando os requerimentos dos servidores,

Resolve:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde aos seguintes servidores nos termos que menciona:
I – **Liliana de Souza Pereira**, matrícula nº 335, por 02 dias a partir de 21/07/2026;
II – **Rafael Saltori Venturini**, matrícula nº 3276, por 04 dias a partir de 21/07/2026;
III –**Ronaldo da Silva Martins**, matrícula nº 503, por 01 dia em 21/07/2026;
IV – **Alanda Lima Martins Miguel**, matrícula nº 3280, por 01 dia em 22/07/2026;
V – **Paula Ferreira de Oliveira**, matrícula nº 2577, por 14 dias a partir de 22/07/2026;
VI – **Wemerson Carlos da Conceição**, matrícula nº 1783, por 02 dias a partir de 23/07/2026;
VII – **Arlete Toledo de Mello Casal**, matrícula nº 1854, por 01 dia em 23/07/2026;
VIII – **Alanda Lima Martins Miguel**, matrícula nº 3280, por 01 dia em 23/07/2026;
IX – **Arlete Toledo de Mello Casal**, matrícula nº 1854, por 01 dia em 24/07/2026;
X – **Alanda Lima Martins Miguel**, matrícula nº 3280, por 01 dia em 24/07/2026;
XI – **Lucilene Bonato da Silva**, matrícula nº 3097, por 01 dia em 24/07/2026;
XII – **Maria Aparecida Nogueira**, matrícula nº 1193, por 01 dia em 24/07/2026;
XII – **Marcos Caetano dos Santos**, matrícula nº 3201, por 90 dias a partir de 24/07/2026;
XIII – **Jaqueline Silva Martins**, matrícula nº 3256, por 01 dia em 27/07/2026;
XIV – **Rogério Lodron Filho**, matrícula nº 3213, por 01 dia em 27/07/2026;
XV – **Arlete Toledo de Mello Casal**, matrícula nº 1854, por 01 dia em 27/07/2026;
XVI – **Nicolly Merenciano Xavier**, matrícula nº 2755, por 02 dias a partir de 27/07/2026;
XVII- **Liliane de Souza Pereira**, matrícula nº 335, por 01 dia em 27/07/2026;
XVIII- **Maria Eliza de Souza**, matrícula nº 3216, por 01 dia em 28/07/2026;
XIX- **Aline Lemos Vicente**, matrícula nº 3133, por 01 dia em 28/07/2026;
XX- **Joyce Durigueto Gonçalves**, matrícula nº 1269, por 01 dia em 29/07/2026;
XXI- **Eliana Augusta de Melo Nogueira**, matrícula nº 1851, por 01 dia em 29/07/2026;
XXII- **Tatiana Lamana de Assis**, matrícula nº 3200, por 03 dias a partir de 29/07/2026;
XXIII- **Eliana Augusta de Melo Nogueira**, matrícula nº 1851, por 01 dia em 30/07/2026;
XXIV- **Ângela Maria Coutinho de O. Silva**, matrícula nº 1271, por 02 dias a partir de 30/07/2026;
XXV- **Aline Lemos Vicente**, matrícula nº 3133, por 01 dia em 30/07/2026;
XXVI- **Juliana de Fátima da C. Terra**, matrícula nº 2262, por 02 dias a partir de 30/07/2026;
XXVII- **Roberto Bruno Teixeira de Oliveira**, matrícula nº 176, por 02 dias a partir de 30/07/2026;
XXVIII- **Letícia Martins Dal Sasso**, matrícula nº 2722, por 01 dia em 31/07/2026;
XXIX- **Camila Paschoalino Lavorato**, matrícula nº 514, por 05 dias a partir de 31/07/2026;
XXX – **Rosimere Imaculada Silva**, matrícula nº 1503, por 01 dia em 31/07/2026;
XXXI- **Jaqueline Silva Martins**, matrícula nº 3256, por 01 dia em 03/08/2026;
XXXII- **Maria Aparecida Nogueira**, matrícula nº 1193, por 01 dia em 03/08/2026;
XXXIII- **Daiana de Souza Moreira**, matrícula nº 3130, por 01 dia em 03/08/2026;
XXIV- **Lúcio Flávio de Oliveira**, matrícula nº 3192, por 01 dia em 03/08/2026;
XXXV- **José Marcio Rosa**, matrícula nº 2831, por 60 dias a partir de 03/08/2026;
XXXVI- **Ronildo Chaves Martins**, matrícula nº 3093, por 01 dia em 04/08/2026;
XXXVII- **Marlene Vieira Costa e Silva**, matrícula nº 571, por 01 dia em 05/08/2026;
XXXVIII- **Juliana de Fátima da C. Terra**, matrícula nº 2262, por 02 dias a partir de 05/08/2026;
XXXIX- **Rosália Cândido Alberto**, matrícula nº 460, por 01 dia em 06/08/2026;
XL- **Jussarah Úrsula da Cruz**, matrícula nº 3134, por 02 dias a partir de 06/08/2026;
XLI- **Kelly Cristina Ferreira**, matrícula nº 2083, por 07 dias a partir de 07/08/2026;
XLII- **Vanessa de Oliveira Pereira Araújo**, matrícula nº 2915, por 01 dia em 07/08/2026;
XLIII- **Wemerson Carlos da Conceição**, matrícula nº 1783, por 01 dia em 07/08/2026;
XLIV- **Luciene Aparecida Inês de Almeida**, matrícula nº 1820, por 01 dia em 07/08/2026;
XLV- **Joyce Duriguetto Gonçalves**, matrícula nº 1269, por 07 dias a partir de 10/08/2026;
XLVI- **Luiz Carlos de Oliveira**, matrícula nº 3037, por 60 dias a partir de 10/08/2026;

XLVII- **Maria do Carmo Marani Pereira**, matrícula nº 1270, por 05 dias a partir de 10/08/2026;
XLVIII- **Marlene Vieira Costa e Silva**, matrícula nº 571, por 01 dia em 10/08/2026;
XLIX- **Maria Aparecida Nogueira**, matrícula nº 1193, por 01 dia em 10/08/2026;
L- **Paula Ferreira de Oliveira**, matrícula nº 2577, por 01 dia em 11/08/2026;
LI- **Liliane de Souza Pereira**, matrícula nº 335, por 07 dias a partir de 12/08/2026;
LII- **Nicolly Merenciano Xavier**, matrícula nº 2755, por 03 dias a partir de 12/08/2026;
LIII- **Tamara Aparecida Coelho dos Santos**, matrícula nº 3204, por 01 dia em 13/08/2026;
LIV- **Cristiano Estavanato Guimarães**, matrícula nº 583, por 01dia em 13/08/2026;
LV- **Kelly Cristina Ferreira**, matrícula nº 2083, por 07 dias a partir de 17/08/2026;
LVI- **Paula Ferreira de Oliveira**, matrícula nº 2577, por 04 dias a partir de 17/08/2026;
LVII- **Wemerson Carlos da Conceição**, matrícula nº 1783, por 01 dia em 17/08/2026;
LVIII- **Washington Flávio Pereira**, matrícula nº 3111, por 01 dia em 17/08/2026;
LIX- **Aleques Sandro Teixeira Bicalho**, matrícula nº 448, por 01 dia em 17/08/2026;
LX- **Rosalia Candido Alberto**, matrícula nº 560, por 01 dia em 18/08/2026;
LXI- **Sebastião Francisco Meireles**, matrícula nº 2858, por 01 dia em 19/08/2026;
LXII- **Ronaldo Chaves Martins**, matrícula nº 3093, por 01 dia em 19/08/2026;
LXIII- **Cristiano Estavanato Guimarães**, matrícula nº 583, por 01 dia em 19/08/2026;
LXIV- **Rosalia Candido Alberto**, matrícula nº 560, por 01 dia em 19/08/2026;
LXV- **Jaqueline Silva Martins**, matrícula nº 3256, por 01 dia em 19/08/2026;
LXVI- **Juliana de Fátima da Costa Terra**, matrícula nº 2262, por 02 dias a partir de 20/08/2026;
LXVII- **Schedt Altino Moura**, matrícula nº 3248, por 05 dias a partir de 20/08/2026.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro – MG, 14 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah de Oliveira Ferreira
Código Identificador:85DABE9C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 143/2022

Processo nº: 220/2022
Pregão Eletrônico Nº 101/2022
Contrato nº: 143/2022

4º Aditivo ao Contrato nº 143/2022

Contratada:RZD CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA, CNPJ 22.564.081/0001-95

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação da vigência do Contrato, por mais 12 (doze) meses, contados a partir do termino da vigência atual, com vencimento em 25/10/2027.

Prazo: O prazo de vigência do Contrato será de 26 de outubro de 2026 até 25 de outubro de 2027.

Vigência: 26/10/2026 a 25/10/2027.

Santa Bárbara, 14 de setembro de 2026

MIRIANE APARECIDA TOMAZ
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:D448F8FF

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 203/2026

Processo Licitatório n. º 134/2026
Pregão Eletrônico n.º 58/2026
Contrato nº 203/2026

Contratada: VIA ONDAS TELECOMUNICACOES LTDA**, CNPJ nº CNPJ: 27.417.037/0001-76**

Objeto: Prestação de serviços de Telecomunicações com fornecimento de enlaces IP para Conexão das unidades administrativas e locais de acesso público (Hotspots) da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara/MG, utilizando tecnologia via fibra óptica e conectividade IP (Internet Protocol) dedicada, incluindo serviços de instalação, configuração, monitoramento e procedimentos mantendo níveis de segurança e disponibilidade das informações, de acordo com as especificações e detalhamentos do Termo de Referência e demais anexos do edital, os quais passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

Valor: Dá-se a este contrato o valor de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), para todos os fins legais.

Vigência: 11/09/2026 a 11/09/2031.

Data da assinatura: 11 de setembro de 2026.

Santa Bárbara, 14 de setembro 2026.

MIRELLE REZENDE DE SOUZA
Secretária Municipal Adjunta de Planejamento

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:ECAD5F5E

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO REFERENTES AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2026, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2026, PROCESSO Nº 152/2026

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de propaganda volante, para veiculação de spots por meio de veículos automotores (carros ou motocicletas).

Credenciado	CNPJ/ CPF	Ordem	Cód. Int.	Descrição Serviços
ABEL HOSKEN SANTOS	17.825.580/0001-59	1°	25563	Propaganda volante- moto
			25564	Propaganda volante- carro

Santa Bárbara, 14 de setembro de 2026.

AMANDA DOS ANJOS URSULO
Agente de Contratação

Equipe de Apoio

MARINA MOREIRA GONÇALVES DE OLIVEIRA

FABRÍCIO JOSÉ MOTA DE OLIVEIRA

ROBSON ARCANJO MARTINS

BRYAN VICENTE DE SOUZA

Publicado por:
Amanda Dos Anjos Ursulo
Código Identificador:7596B772

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 056/2026

Processo: 131/2026.

Pregão Eletrônico: 056/2026.

Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de professor para aulas de jiu-jitsu e taekwondo, visando a realização de eventos esportivos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Governo, Esporte e Ordem Pública por meio da Diretoria de Esportes, segundo características, condições, obrigações e requisitos técnicos do edital e de seus anexos.

Fornecedor: MVL Esportes e Eventos Ltda - CPF/CNPJ: 14.812.169/0001-50				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Lote 1 - cód. Int. 25039 - AULA DE JIU-JITSU	400,00	HORAS	144,59	57.836,00
Lote 2 - cód. Int. 25040 - AULA DE TAEKWONDO	400,00	HORAS	152,00	60.800,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 118.636,00				

TOTAL DO PROCESSO: R$ 118.636,00 (cento e dezoito mil seiscentos e trinta e seis reais).

Santa Bárbara, 14 de setembro de 2026.

ROBSON ARCANJO MARTINS,
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Marina Moreira Gonçalves de Oliveira
Código Identificador:008B04EE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO AO EXTRATO DO CONTRATO N° 199/2026

Processo nº119/2026
Pregão n° 048/2026
Contrato nº: 199/2026
Contratada: EQUIPOTÉCNICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 38.745.006/0001-60
Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutençãopreventiva e corretiva dos equipamentos médicos e odontológicos da Secretaria de Saúde,incluindo o fornecimento e a substituição de peças, componentes e acessórios necessáriosao pleno funcionamento dos equipamentos, de acordo com as especificações edetalhamentos do Termo de Referência e demais anexos do edital, os quais passam aintegrar este instrumento, independentemente de transcrição.

Onde se lê: Vigência: 02/09/2026 a 02/09/2031
Leia-se: Vigência: 11/09/2026 a 11/09/2031

Santa Bárbara, 14 de setembro de 2026.

WANESSA DE LANA ALVES REZENDE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Daianne Cristine Aparecida Dos Santos
Código Identificador:83693110

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.° 6694/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por motivo de aposentadoria, a pedido, do cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - SÉRIES INICIAIS** a Sra. **MARIA ALICE DOS SANTOS**, matrícula 2468, nomeada pelo Decreto nº 620/1994.

Art. 2º Fica declarada a vacância, em virtude de exoneração, do cargo público de professor de educação básica - séries iniciais.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagindo a 31 de agosto de 2026, inclusive, revogadas as disposições em contrário.

Santa Bárbara, 14 de setembro de 2026.

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovane Gustavo Felício
Código Identificador:547C771D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.° 6695/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA, no uso de suas atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada, do cargo em comissão demissível "ad nutum" de **GESTOR DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS**, a Sra. **PATRÍCIA REGINA DELFINO**, com atribuições junto à **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagindo a 14 de setembro de 2026, inclusive, revogadas as disposições em contrário.

Santa Bárbara, 14 de setembro de 2026.

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovane Gustavo Felício
Código Identificador:631525F1

RECURSOS HUMANOS
CONVOCAÇÃO N.° 422 PARA ADMISSÃO APÓS APROVAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO

EXTRATO DE CONVOCAÇÃO Nº 422

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA – CONVOCAÇÃO - Pelo presente instrumento, fica CONVOCADO para comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara - MG, no prazo máximo de 02 (dois) dias contados a partir da data desta publicação, conforme edital N.° 04/2025, o candidato relacionado no Anexo I deste Extrato, para manifestar interesse pela vaga ao qual foi aprovado e classificado. Salientamos que o prazo estipulado para manifestação de interesse pela vaga será único e não caberá prorrogação.

Santa Bárbara, 14 de setembro de 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública.

ANEXO I DO EXTRATO DE CONVOCAÇÃO Nº 422

CANDIDATO	**Nº PROCESSO SELETIVO**	**CARGO**
PRICILA DE PAULA MONTEIRO	04/2025	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA - MATEMÁTICA

Publicado por:
Giovane Gustavo Felício
Código Identificador:A5D5D527

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DECISÃO ADMINISTRATIVA – PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N.º 3.109/2026/1DOC

Processo Licitatório n.º: 131/2026
Pregão Eletrônico n.º: 56/2026
Recorrentes: EVROS SOLUÇÕES LTDA. e EDSON ALCIDES FONSECA JÚNIOR

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de recursos administrativos interpostos pelas licitantes **EVROS SOLUÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 59.820.994/0001-35, e **EDSON ALCIDES FONSECA JÚNIOR**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 34.573.888/0001-73, em face de atos praticados no âmbito do Processo Licitatório n.º 131/2026, Pregão Eletrônico n.º 56/2026, cujo objeto consiste no registro de preços para eventual e futura contratação de professor para aulas de Jiu-Jítsu e Taekwondo, destinadas à realização de eventos esportivos pela Secretaria Municipal de Governo, Esporte e Ordem Pública, por meio da Diretoria de Esportes.

Conforme estabelecido na Cláusula 9.1.4 do instrumento convocatório, relativa à qualificação técnica, para as aulas de Taekwondo foi exigida a apresentação de documento comprobatório da graduação reconhecida do instrutor de artes marciais por confederação em nível federal ou federação em nível estadual, na modalidade Taekwondo, no mínimo faixa preta. Para as aulas de Jiu-Jítsu, de igual modo, foi exigido documento comprobatório da graduação reconhecida do instrutor por confederação em nível federal ou federação em nível estadual, na modalidade Jiu-Jítsu, no mínimo faixa preta.

No curso da sessão pública, a licitante **MVL ESPORTES E EVENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.812.169/0001-50, sagrou-se vencedora dos lotes 1 e 2, correspondentes, respectivamente, às aulas de Jiu-Jítsu e Taekwondo.

Ao analisar a documentação apresentada pela vencedora, verificou-se a existência de carteiras/documentos vinculados à Federação Mineira de Jiu-Jítsu e à Confederação Brasileira de Jiu-Jítsu (CBJJ), cujas validades constantes dos documentos apresentados remontavam a 31 de dezembro de 2019. Não obstante, constatou-se que a documentação apresentada comprovava a certificação da graduação exigida pelo edital, não havendo, no instrumento convocatório, exigência de manutenção de registro ativo, regularidade cadastral ou quitação de anuidades perante a entidade desportiva.

As recorrentes insurgiram-se contra o resultado da habilitação, buscando, em síntese, o afastamento da habilitação da licitante vencedora e a consequente revisão do resultado do certame.

É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre reconhecer a admissibilidade dos recursos administrativos interpostos pelas licitantes EVROS SOLUÇÕES LTDA. e EDSON ALCIDES FONSECA JÚNIOR, porquanto dirigidos contra ato de habilitação de licitante, hipótese expressamente prevista no art. 165, inc. I, alínea "c", e § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, que assegura a possibilidade de recurso contra ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

A admissibilidade encontra, igualmente, respaldo na Cláusula Sétima do instrumento convocatório, segundo a qual caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de recorrer e, uma vez aceita, apresentar suas razões no prazo de 3 (três) dias úteis, assegurando-se aos demais participantes igual prazo para apresentação de contrarrazões.

Assim, preenchidos os pressupostos de admissibilidade, conhecem-se dos recursos, passando-se à análise individual das razões deduzidas pelas recorrentes e, posteriormente, ao exame conjunto das questões jurídicas e técnicas pertinentes à controvérsia.

2.1. Síntese do recurso interposto pela licitante EVROS SOLUÇÕES LTDA.

A licitante EVROS SOLUÇÕES LTDA., interpôs recurso administrativo em face do ato de habilitação da licitante MVL ESPORTES E EVENTOS LTDA., relativamente ao lote 1 do Pregão Eletrônico n.º 56/2026.

Em suas razões recursais, a recorrente questiona a documentação apresentada pela licitante MVL ESPORTES E EVENTOS LTDA. para fins de comprovação da qualificação técnica exigida na Cláusula 9.1.4 do edital, especialmente quanto aos documentos relacionados à graduação do instrutor de Jiu-Jítsu.

A recorrente faz referência às carteiras e aos documentos apresentados pela licitante MVL ESPORTES E EVENTOS LTDA., vinculados à Federação Mineira de Jiu-Jítsu e à Confederação Brasileira de Jiu-Jítsu (CBJJ), destacando que neles consta a data de validade de 31 de dezembro de 2019.

A partir dos documentos mencionados, a recorrente sustenta que a situação apresentada pela licitante vencedora perante as entidades desportivas não estaria demonstrada na data do certame, formulando pedido de revisão do ato de habilitação da MVL ESPORTES E EVENTOS LTDA.

Em síntese, o recurso apresenta questionamentos relacionados aos documentos utilizados para comprovação da qualificação técnica, especialmente quanto às informações neles constantes acerca da validade e da vinculação às entidades desportivas mencionadas.

2.2. Síntese do recurso interposto pela licitante EDSON ALCIDES FONSECA JÚNIOR

A licitante EDSON ALCIDES FONSECA JÚNIOR interpôs recurso administrativo em face do ato que determinou sua inabilitação no Pregão Eletrônico n.º 56/2026.

Conforme registrado na ata da sessão pública, a recorrente, identificada no certame como "Fornecedor 3", foi inabilitada sob a justificativa de que não teria sido anexado documento comprobatório da graduação reconhecida do instrutor de artes marciais por confederação em nível estadual ou federal.

Após a comunicação de sua inabilitação, a recorrente manifestou-se durante a sessão, afirmando que havia apresentado certificado conferindo a faixa preta ao proponente, acompanhado de documentação relacionada à Liga Brasileira de Jiu-Jítsu (LBJJ).

Em suas razões recursais, a licitante apresenta documentação referente à graduação de faixa preta do instrutor e faz referência ao certificado emitido pela LBJJ.

A recorrente também apresentou, junto ao seu recurso, documentação relacionada à sua solicitação de registro junto à Confederação Brasileira de Jiu-Jítsu (CBJJ), incluindo tela de e-mail referente à solicitação realizada e outra tela de e-mail na qual consta a informação de oficialização de sua inscrição perante a entidade em 29 de julho de 2026, às 12:39.

Em suas razões, a recorrente desenvolve argumentação relacionada à graduação de faixa preta, às entidades desportivas e aos requisitos previstos no instrumento convocatório, requerendo a revisão do ato de inabilitação.

Em arremate, o recurso tem como elementos documentais centrais o certificado de faixa preta emitido pela Liga Brasileira de Jiu-Jítsu (LBJJ) e os documentos relacionados à solicitação e à posterior oficialização de inscrição perante a Confederação Brasileira de Jiu-Jítsu (CBJJ).

2.3. Das razões de decidir

A análise dos recursos interpostos deve observar, inicialmente, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, segundo o qual tanto a Administração quanto os licitantes se submetem às regras previamente estabelecidas no edital, não sendo admissível, após o conhecimento das propostas e documentos de habilitação, modificar ou ampliar os requisitos nele previstos para admitir ou afastar determinado licitante. No caso em exame, o próprio instrumento convocatório estabeleceu, em sua Cláusula 9.1.4, os documentos necessários à comprovação da qualificação técnica dos licitantes, dispondo especificamente, nos itens 9.1.4.1 e 9.1.4.2, que, para os serviços de Taekwondo e Jiu-Jítsu, respectivamente, deveria ser apresentado documento comprobatório da graduação reconhecida do instrutor de artes marciais por confederação em nível federal ou federação em nível estadual, exigindo-se, em ambos os casos, a graduação mínima de faixa preta.

Nesse contexto, a controvérsia relativa à habilitação da empresa MVL ESPORTES E EVENTOS LTDA., vencedora dos Lotes 1 e 2, deve ser examinada a partir do conteúdo objetivo da exigência editalícia, e não mediante a criação posterior de requisitos que não foram expressamente previstos no instrumento convocatório. Com efeito, conforme consta dos documentos integrantes do arquivo denominado “Etapa de Disputa”, à fl. 54, constante do Despacho n.º 16, do Processo Administrativo Eletrônico n.º 3.109/2026/1Doc, foram apresentados documentos relacionados à qualificação técnica da licitante, dentre os quais se encontram documentos vinculados à Federação Mineira de Jiu-Jítsu e à Confederação Brasileira de Jiu-Jítsu (CBJJ).

Da análise desses documentos, verifica-se que as carteiras ou documentos apresentados registram datas de validade encerradas em 31 de dezembro de 2019. Todavia, a questão decisiva não consiste em aferir se tais documentos se encontravam, na data do certame, dentro de eventual prazo de validade administrativa estabelecido pelas próprias entidades desportivas, mas em verificar se a documentação apresentada atendia à exigência efetivamente formulada pelo edital. E, sob esse aspecto, o instrumento convocatório não estabeleceu como requisito de habilitação a comprovação de filiação ativa, de registro vigente, de pagamento de anuidade, de situação cadastral regular ou de manutenção de vínculo financeiro atual com a confederação ou federação responsável pelo reconhecimento da graduação. A exigência editalícia limitou-se à apresentação de documento comprobatório da graduação reconhecida por confederação em nível federal ou federação em nível estadual, com graduação mínima de faixa preta.

Assim, uma vez demonstrada documentalmente a graduação exigida e sua vinculação a entidade desportiva situada no âmbito previsto pelo edital, não se mostra juridicamente adequado acrescentar, na fase de julgamento ou de habilitação, condicionantes não contempladas no instrumento convocatório. A exigência de que o profissional permanecesse necessariamente com cadastro ativo, filiação vigente ou situação financeira regular perante a entidade esportiva constituiria requisito distinto daquele expressamente previsto, implicando alteração material das condições de habilitação após a abertura do certame. Tal providência afrontaria, justamente, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, além de comprometer a isonomia entre os participantes, uma vez que todos formularam suas propostas e organizaram sua documentação com base nas exigências previamente divulgadas.

É relevante destacar, ainda, que a documentação apresentada pela MVL ESPORTES E EVENTOS LTDA. foi considerada suficiente para a comprovação da graduação nos moldes estabelecidos no edital, não havendo, na exigência constante da Cláusula 9.1.4 e de seus subitens, determinação de que a graduação anteriormente reconhecida perdesse sua eficácia para fins de habilitação simplesmente em razão da expiração de documento cadastral ou da ausência de demonstração de vínculo associativo atual. O que o edital exigiu foi a comprovação da graduação reconhecida por entidade de âmbito federal ou estadual, e não a demonstração de que o profissional permanecesse, indefinidamente, associado à entidade que anteriormente reconheceu sua graduação.

Nesse ponto, a argumentação desenvolvida no processo também invoca o disposto no art. 6º, § 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), sustentando que a graduação anteriormente reconhecida constitui situação jurídica já consolidada, não podendo ser desconstituída retroativamente pela posterior alteração da situação cadastral ou associativa do profissional. Embora a questão relativa à natureza jurídica e à extensão da graduação esportiva não constitua, por si só, o fundamento exclusivo da presente decisão, a argumentação reforça a necessidade de distinguir dois fatos juridicamente distintos: de um lado, a existência e o reconhecimento da graduação técnica; de outro, a situação cadastral ou associativa posteriormente mantida perante determinada entidade desportiva. A circunstância de determinado cadastro ou carteira possuir prazo de validade não permite, sem previsão editalícia específica, concluir automaticamente que a graduação anteriormente obtida tenha deixado de existir ou que o respectivo título técnico tenha sido juridicamente invalidado.

Também merece consideração a natureza das entidades desportivas envolvidas. Conforme consignado na documentação submetida à análise, foi invocado o art. 16, § 2º, da Lei n.º 9.615/1998, que institui normas gerais sobre desporto (Lei Pelé), bem como a disciplina relativa às entidades de administração do desporto, para sustentar que confederações e federações constituem pessoas jurídicas de direito privado e que suas regras internas não se confundem com normas legais de exercício profissional ou com exigências de habilitação administrativa estabelecidas pelo Poder Público.

Essa circunstância é relevante porque a Administração Pública, ao elaborar o edital, pode exigir determinada comprovação técnica para demonstrar a aptidão do futuro contratado, mas deve fazê-lo de forma objetiva, clara e previamente conhecida por todos os interessados. Não se mostra possível, posteriormente, converter uma exigência documental de comprovação de graduação em uma exigência mais ampla de filiação associativa permanente, pagamento de anuidades ou manutenção de cadastro ativo, quando tais condições não constaram do instrumento convocatório como requisitos de habilitação. Se a Administração pretendesse exigir situação cadastral atualizada perante determinada entidade desportiva, deveria ter previsto expressamente essa condição no edital, com indicação objetiva do documento comprobatório correspondente.

A mesma compreensão se harmoniza com a liberdade de associação invocada nos autos, especialmente diante do disposto no art. 28 da Lei n.º 14.597/2023, que institui a Lei Geral do Esporte, segundo o qual as organizações esportivas possuem liberdade de associação e organização, sem prejuízo das normas legais aplicáveis. A situação de filiação ou de vínculo associativo com determinada entidade esportiva, portanto, não pode ser automaticamente equiparada à própria existência da qualificação técnica que anteriormente foi reconhecida, sobretudo quando o edital não estabeleceu essa vinculação como condição autônoma de habilitação.

No mesmo sentido, a análise deve considerar o art. 5º, XIII, da Constituição da República, que assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. No presente caso, contudo, a questão não reside em afastar a exigência de qualificação técnica estabelecida no edital, mas em identificar exatamente qual foi a qualificação exigida. E, como já demonstrado, a Administração estabeleceu como requisito a comprovação documental da graduação reconhecida por confederação em nível federal ou federação em nível estadual, com graduação mínima de faixa preta, sem acrescentar a exigência de filiação ativa ou de regularidade financeira perante a entidade desportiva.

De igual modo, foi invocado o art. 5º, XX, da Constituição da República, segundo o qual ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado. A referência constitucional assume relevância para demonstrar que eventual ausência de vínculo associativo atual com determinada entidade não pode, sem fundamento legal ou editalício específico, ser automaticamente interpretada como inexistência da qualificação técnica anteriormente reconhecida. A condição de associado e a titularidade de uma graduação técnica constituem situações que não se confundem, especialmente quando o próprio edital não condicionou a habilitação à permanência do profissional nos quadros associativos da entidade certificadora.

Portanto, relativamente à MVL ESPORTES E EVENTOS LTDA., a análise deve permanecer circunscrita aos requisitos efetivamente estabelecidos no edital. A documentação constante da "Etapa de Disputa", à fl. 54, integrante do Despacho n.º 16, do Processo Administrativo Eletrônico n.º 3.109/2026/1Doc, demonstra a apresentação de documentos relacionados à graduação de faixa preta e às entidades desportivas indicadas no instrumento convocatório. O fato de determinados documentos apresentarem data de validade encerrada em 31 de dezembro de 2019 não autoriza, por si só, a criação de uma exigência de filiação ou registro ativo que não foi prevista na Cláusula 9.1.4. Dessa forma, a conclusão pela habilitação da empresa e sua consequente classificação nos Lotes 1 e 2, referentes, respectivamente, às aulas de Jiu-Jítsu e Taekwondo, encontra fundamento na interpretação objetiva das regras do certame.

Diversa é a situação da licitante EDSON ALCIDES FONSECA JUNIOR. Conforme registrado na documentação analisada, embora tenha sido apresentado, durante a fase de habilitação, diploma de faixa preta emitido pela Liga Brasileira de Jiu-Jítsu (LBJJ), a documentação apresentada não demonstrava, naquele momento, que a graduação estivesse reconhecida por confederação em nível federal ou por federação em nível estadual, conforme exigido expressamente pelos itens 9.1.4, 9.1.4.1 e 9.1.4.2 do edital.

A distinção entre a situação das duas licitantes é, portanto, objetiva. Enquanto a documentação apresentada pela MVL foi analisada como comprobatória da graduação reconhecida nos moldes exigidos pelo edital, a documentação apresentada por EDSON ALCIDES FONSECA JUNIOR, no momento próprio da habilitação, não continha comprovação equivalente de reconhecimento por confederação federal ou federação estadual. A existência de diploma ou certificado de faixa preta, por si só, não afastava a exigência adicional expressamente prevista no edital quanto à entidade responsável pelo reconhecimento da graduação.

A própria dinâmica da sessão pública confirma essa circunstância. Conforme consta da ata da sessão, o "Fornecedor 3" foi declarado inabilitado às 13h07min46s, tendo o Pregoeiro apresentado como justificativa: *"Não foi anexado documento comprobatório da graduação reconhecida, do instrutor de artes marciais, por confederação a nível estadual ou federal"*.

Após a declaração de inabilitação, o licitante apresentou manifestação questionando a decisão, nos seguintes termos: *"Prezado pregoeiro, está havendo algum equívoco, foi apresentado o certificado Conferindo a faixa preta ao proponente, e também, foi anexado, a documentação que comprova a validade da liga brasileira de jiu-jítsu"*. Em resposta, o Pregoeiro esclareceu que o edital exigia documento emitido por confederação/federação, e não por liga (tão somente), ressaltando, ainda, que eventual discordância quanto à exigência deveria ter sido apresentada anteriormente, mediante impugnação ao instrumento convocatório.

A manifestação apresentada na sessão, portanto, não afastou a razão objetiva da inabilitação. Ao contrário, confirmou que a documentação então apresentada estava relacionada à Liga Brasileira de Jiu-Jítsu (LBJJ), enquanto o edital exigia reconhecimento por confederação em nível federal ou federação em nível estadual. A Administração não poderia, depois de iniciado o certame, substituir a exigência expressamente estabelecida por outra que considerasse equivalente, sob pena de violação à vinculação ao instrumento convocatório e à isonomia entre os licitantes.

Também deve ser considerada a circunstância temporal relativa à posterior tentativa de vinculação ou inscrição perante a Confederação Brasileira de Jiu-Jítsu (CBJJ). Conforme registrado nos documentos apresentados pelo próprio recorrente, houve solicitação de registro perante a CBJJ no período imediatamente anterior ao certame, segundo imagem de correio eletrônico juntada aos autos. Entretanto, a própria documentação posteriormente apresentada indica que a inscrição somente foi oficialmente registrada em 29 de julho de 2026, às 12h39, isto é, em momento posterior ao período em que deveria estar comprovada a condição necessária à habilitação.

A circunstância de o licitante ter buscado regularizar sua situação perante a CBJJ posteriormente não permite retroagir a comprovação para suprir a ausência documental verificada no momento oportuno. Em matéria de habilitação, especialmente diante de requisito objetivo previamente estabelecido no edital, a Administração deve aferir se a condição exigida estava devidamente comprovada no momento processual próprio. A juntada ou obtenção posterior de documento destinado a demonstrar requisito que não estava comprovado quando da análise da habilitação não pode ser utilizada para transformar uma situação documentalmente inexistente em situação comprovada à época, salvo hipótese legal expressamente aplicável e desde que observados seus limites, o que não se confunde com a simples apresentação posterior de documento novo.

Nesse sentido, a alegação de que a solicitação de registro perante a CBJJ teria sido realizada antes da sessão não se mostra suficiente para modificar o resultado. O que deveria estar demonstrado era a efetiva comprovação da graduação reconhecida pela entidade exigida pelo edital no momento próprio da habilitação. A documentação registra que a inscrição somente foi oficialmente efetivada em 29/07/2026, às 12h39, circunstância posterior à apresentação da documentação de habilitação e incompatível com a pretensão de utilizar o registro posterior como prova retroativa do atendimento da exigência editalícia.

Além disso, a própria sequência dos acontecimentos registrada na sessão pública reforça a conclusão. O licitante foi inabilitado às 13h07min46s, e, após a inabilitação, apresentou manifestação sustentando que havia anexado certificado de faixa preta e documentação relativa à Liga Brasileira de Jiu-Jítsu. O Pregoeiro esclareceu, então, que o documento exigido pelo edital deveria decorrer de federação/confederação, e não de liga, e que eventual insurgência contra essa exigência deveria ter sido deduzida previamente, por meio da impugnação ao edital. Posteriormente, a tentativa de vinculação à CBJJ não poderia retroagir para suprir a ausência de comprovação existente quando da análise da habilitação.

É necessário, portanto, distinguir duas situações jurídicas e documentais presentes no processo. No caso da MVL ESPORTES E EVENTOS LTDA., a documentação apresentada foi considerada apta a demonstrar o requisito tal como redigido no edital, não sendo possível acrescentar, em prejuízo da licitante, exigência de filiação ativa, renovação cadastral ou pagamento de anuidade que não constava expressamente do instrumento convocatório. No caso de EDSON ALCIDES FONSECA JÚNIOR, ao contrário, não houve, no momento oportuno, a apresentação de documento que comprovasse a graduação reconhecida por confederação federal ou federação estadual, tendo sido apresentado documento vinculado à Liga Brasileira de Jiu-Jítsu, entidade diversa daquela indicada no requisito editalício.

Essa distinção é fundamental para a preservação da isonomia. Não seria juridicamente coerente, de um lado, ampliar o edital para impor à MVL requisito que nele não foi previsto e, de outro, afastar em relação a EDSON ALCIDES requisito que foi expressamente estabelecido e conhecido previamente por todos os participantes. A vinculação ao instrumento convocatório opera em ambas as direções: impede a Administração de criar exigências novas para excluir licitante que cumpriu as regras previstas, mas igualmente impede que

a Administração deixe de aplicar requisito expressamente estabelecido para admitir licitante que não o comprovou.

Também não prospera, portanto, eventual pretensão de considerar suficiente, para fins do presente certame, a simples existência de graduação de faixa preta concedida por entidade desportiva diversa daquela expressamente indicada pelo edital. A Administração não está avaliando, em abstrato, a capacidade técnica de determinada pessoa ou a validade esportiva de determinada graduação, mas verificando o atendimento de um requisito de habilitação previamente estabelecido. Se o licitante entendia que a exigência de reconhecimento por confederação federal ou federação estadual restringia indevidamente a competição ou deveria admitir certificados de outras entidades, a insurgência deveria ter sido deduzida na fase própria, mediante impugnação do instrumento convocatório, conforme inclusive consignado pelo Pregoeiro durante a sessão.

A Cláusula Sétima do edital, por sua vez, estabeleceu procedimento específico para a interposição de recursos, prevendo que a intenção recursal deveria ser imediata e motivada, com indicação objetiva dos fatos e fundamentos jurídicos que justificassem a revisão do ato, além da apresentação das razões no prazo de três dias úteis, assegurado igual prazo para contrarrazões. O mesmo instrumento estabeleceu que a ausência de manifestação imediata e motivada importaria decadência do direito de recurso e autorizaria o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao vencedor, além de dispor que eventual acolhimento do recurso somente invalidaria os atos insuscetíveis de aproveitamento.

A admissibilidade dos recursos, portanto, não conduz automaticamente ao acolhimento das pretensões deduzidas. Superada a análise de conhecimento, impõe-se examinar o mérito à luz dos requisitos objetivos do edital e dos documentos efetivamente apresentados no momento processual adequado. Sob esse prisma, não se identifica fundamento suficiente para afastar a habilitação da MVL ESPORTES E EVENTOS LTDA., tampouco para reformar a decisão que declarou a inabilitação de EDSON ALCIDES FONSECA JÚNIOR.

A aplicação do princípio do formalismo moderado também não conduz a resultado diverso. O formalismo moderado não autoriza a Administração a ignorar requisito substancial de habilitação previamente estabelecido, nem a substituir, após o encerramento da fase própria, documento expressamente exigido por documento de natureza diversa. Seu objetivo é evitar que meras falhas formais, sem repercussão sobre a demonstração da capacidade do licitante, conduzam à sua exclusão indevida. No caso de EDSON, entretanto, a questão não se limita a uma falha meramente formal ou à ausência de documento acessório: trata-se da não comprovação, no momento da habilitação, da condição expressamente exigida pelo edital quanto ao reconhecimento da graduação por confederação ou federação.

Por outro lado, aplicar formalismo excessivo à situação da MVL, exigindo documentação de validade cadastral ou de filiação ativa não prevista no edital, significaria transformar uma exigência originalmente concebida para comprovar qualificação técnica em requisito associativo e financeiro superveniente. Tal interpretação não encontra respaldo no texto do instrumento convocatório e comprometeria a segurança jurídica do procedimento licitatório, pois permitiria que requisitos desconhecidos pelos participantes fossem utilizados somente depois de conhecidos os resultados da disputa.

A documentação constante dos autos, portanto, conduz à conclusão de que a MVL ESPORTES E EVENTOS LTDA. atendeu às condições de qualificação técnica nos termos em que foram efetivamente estabelecidas no instrumento convocatório, razão pela qual não há fundamento para desconstituir sua habilitação ou afastar sua classificação nos Lotes 1 e 2, correspondentes, respectivamente, às aulas de Jiu-Jítsu e Taekwondo.

Em relação a EDSON ALCIDES FONSECA JUNIOR, por sua vez, a documentação disponível demonstra que, no momento próprio, não foi comprovado o requisito específico previsto nos itens 9.1.4, 9.1.4.1 e 9.1.4.2, uma vez que o certificado apresentado decorria da Liga Brasileira de Jiu-Jítsu e não havia, naquele momento, documento apto a comprovar o reconhecimento da graduação por confederação em nível federal ou federação em nível estadual. A posterior inscrição perante a CBJJ, registrada em 29 de julho de 2026, às 12h39, e apresentada somente em sede de recurso, não tem o condão de retroagir para suprir a deficiência documental existente na fase de habilitação.

Desse modo, a decisão de inabilitação proferida pelo Pregoeiro, às 13h07min46s, mostra-se compatível com as regras previamente estabelecidas no edital, especialmente porque a própria justificativa consignada em ata identificou objetivamente a ausência do documento comprobatório da graduação reconhecida por confederação ou federação. A manifestação subsequente do licitante não demonstrou que o documento exigido já estivesse regularmente apresentado no momento oportuno, limitando-se a apontar a existência de certificado de faixa preta e documentação relacionada à Liga Brasileira de Jiu-Jítsu.

Assim, consideradas conjuntamente a documentação constante da "Etapa de Disputa", fl. 54, integrante do Despacho n.º 16, do Processo Administrativo Eletrônico n.º 3.109/2026/1Doc, a redação da Cláusula 9.1.4 e de seus subitens, as circunstâncias registradas na ata da sessão pública, a justificativa apresentada pelo Pregoeiro às 13h07min46s, a intempestiva vinculação à CBJJ, o registro oficial dessa inscrição em 29/07/2026, às 12h39, e a submissão da informação (tela de correio eletrônico) ao crivo da Administração somente quando da apresentação do respectivo recurso, conclui-se que não há fundamento para acolhimento dos recursos quanto ao mérito.

A solução preserva, simultaneamente, a vinculação ao instrumento convocatório, a isonomia entre os participantes, a segurança jurídica, a objetividade do julgamento e a necessidade de observância das condições de habilitação previamente divulgadas. De um lado, impede-se que a Administração crie, posteriormente, requisito não previsto para afastar a licitante MVL ESPORTES E EVENTOS LTDA.; de outro, assegura-se a aplicação efetiva do requisito expressamente previsto para a habilitação de EDSON ALCIDES FONSECA JUNIOR, cuja documentação, no momento processual adequado, não comprovava a graduação reconhecida na forma exigida pelo edital.

Por essas razões, os recursos apresentados por EVROS SOLUÇÕES LTDA e EDSON ALCIDES FONSECA JUNIOR, embora conhecidos por preencherem os pressupostos de admissibilidade, não merecem provimento quanto às pretensões de mérito. Consequentemente, deve ser preservada a habilitação e a classificação da MVL ESPORTES E EVENTOS LTDA., relativamente aos Lotes 1 e 2, correspondentes aos serviços de aulas de Jiu-Jítsu e Taekwondo, respectivamente, com o regular prosseguimento do certame e adoção das providências necessárias à adjudicação dos referidos lotes.

3. DA DECISÃO

Ante o exposto, **CONHEÇO** dos recursos administrativos interpostos pelas licitantes EVROS SOLUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 59.820.994/0001-35, e EDSON ALCIDES FONSECA JÚNIOR, inscrita no CNPJ sob o n.º 34.573.888/0001-73, porquanto presentes os pressupostos de admissibilidade.

No mérito, **NEGO-LHES PROVIMENTO**, mantendo-se a habilitação da licitante MVL ESPORTES E EVENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 14.812.169/0001-50, por ter apresentado documentação suficiente para comprovação da qualificação técnica exigida pelo instrumento convocatório, não sendo possível exigir, em momento posterior, requisito não previsto no edital, especialmente registro ativo, filiação vigente ou quitação de anuidades perante entidade desportiva.

MANTENHO, igualmente, a inabilitação da licitante EDSON ALCIDES FONSECA JÚNIOR, uma vez que, no momento próprio da habilitação, não restou comprovado o atendimento à exigência estabelecida na Cláusula 9.1.4 do edital, consistente na apresentação de documento comprobatório da graduação reconhecida do instrutor por confederação em nível federal ou federação em nível estadual.

Por conseguinte, **DETERMINO** o regular prosseguimento do certame, com a adoção das providências administrativas subsequentes, observadas as disposições da Lei n.º 14.133/2021 e do instrumento convocatório, inclusive quanto à adjudicação dos lotes 1 e 2, correspondentes, respectivamente, às aulas de Jiu-Jítsu e Taekwondo, à licitante MVL ESPORTES E EVENTOS LTDA.

Publique-se. Cumpra-se.

Santa Bárbara/MG, 11 de setembro de 2026.

SIMONE DO ROSÁRIO GERMANO
Secretária Municipal de Administração Pública

9.1.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
9.1.4.1. Para as Aulas de Taekwondo:
a. Documento comprobatório da graduação reconhecida, do instrutor de artes marciais, por confederação a nível estadual ou federal na seguinte forma: Taekwondo, no mínimo faixa preta.
(...)
9.1.4.2. Para as Aulas de Jiu Jitsu:
a. Documento comprobatório da graduação reconhecida, do instrutor de artes marciais, por confederação a nível estadual ou federal na seguinte forma: Jiu-Jitsu no mínimo faixa preta.

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:
I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
(...)
c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
(...)
§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: 7.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances. 7.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante manifeste que sejam revistos pelo Pregoeiro. 7.2. O licitante que manifestar a intenção de recurso e a mesma ter sido aceita pelo Pregoeiro disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, devendo ser lançado na plataforma do www.licitardigital.com.br, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias. 7.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro no licitante vencedor. 7.4. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo. 7.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. 7.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente. 7.7. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, o licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

Art. 16. As entidades de prática desportiva e as entidades de administração do desporto, bem como as ligas de que trata o art. 20, são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomo, e terão as competências definidas em seus estatutos ou contratos sociais.
(...)
§ 2º As ligas poderão, a seu critério, filiar-se ou vincular-se a entidades nacionais de administração do desporto, vedado a estas, sob qualquer pretexto, exigir tal filiação ou vinculação.

Art. 28. As organizações esportivas possuem liberdade de associação na área esportiva no âmbito interno e externo, podendo escolher a natureza jurídica que melhor se conformar a suas especificidades, independentemente da denominação adotada, da modalidade esportiva ou da forma de promoção do esporte com que se envolvam, assim como, no caso de organização esportiva de caráter geral, respeitados os direitos e garantias fundamentais, decidir a forma e os critérios para que outra organização possa a ela filiar-se.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
(...)
XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;
(...)

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
(...)
XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;
(...)

Publicado por:
Bryan Vicente de Souza
Código Identificador:4580CC1C

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
EDITAL SMCDT/SMDESI Nº 01/2026-DECRETO MUNICIPAL 6542/2026

O Município de Santa Bárbara/MG, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo, torna público o resultado da análise técnica referente ao pedido de apoio institucional, conforme segue:

Proponente: Maria da Conceição Luiz de Morais;
Evento: Festa de Santo Antônio;
Local: Rua Principal de Conceição do Rio Acima;
Data: 09 e 10 de outubro de 2026;
Categoria: I- Atividades tradicionais das comunidades;

Objeto: Apoio institucional para realização de evento de caráter comunitário e não exclusivamente lucrativo, com estimativa de público entre 100 e 300 participantes, com acesso gratuito, visando apoiar uma atividade comunitária tradicional realizada anualmente no município.

Resultado da Análise: DEFERIDO

Forma de Apoio: Fomento indireto, sem transferência de recursos financeiros, condicionado à disponibilidade orçamentária, contratual e operacional do Município.

Itens Aprovados (estimativo):

• Som de pequeno porte;

Valor Estimado do Apoio: R$ 2706,86

ALEXANDRE GERALDO MOTA
Secretário Municipal de Cultura e Desenvolvimento do Turismo
Publicado por:
Larissa Garcia Pardini
Código Identificador:E35E7E50

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO LESTE

COMISSAO DE LICITAÇAO
MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DO LESTE
PUBLICAÇÃO DO QUARTO ADITIVO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

O Município de Santa Barbara do Leste torna público extrato do Quarto Aditivo ao Contrato nº. 034/2025 – Processo Administrativo nº. 068/2025 – Concorrência Eletrônica nº 001/2025 – Objeto: Contratação de empresa especializada para execução das obras de Pavimentação de vias urbanas sendo as seguintes Ruas: Alexandre Liberato Batista, Adão Afonso da Silva, Maria Josefina de Jesus e Gerson Gomes de Almeida na sede do município de Santa Barbara do Leste/MG, com recursos provenientes do Contrato de Repasse nº 952807/2023/MCIDADES/CAIXA. Contratada: Metron Construções e Locação Ltda - EPP – CNPJ – 43.869.294/0001-03, para alteração da Cláusula Sexta (DO VALOR) do Contrato inicial para redução em R$ 19,73 (dezenove reais e setenta e três centavos) devido a divergência encontrada na planilha vencedora, passando o valor Global para R$ 435.665,46 (quatrocentos e trinta e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) –

Santa Barbara do Leste, 02 de setembro de 2026 –

JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Enilson Gonçalves Leite
Código Identificador:7085B60A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DA VARGEM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
2º TERMO DE APOSTILAMENTO PARA ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROCESSO 101/2025 - INEXIGIBILIDADE N.º 39/2025

2º TERMO DE APOSTILAMENTO PARA ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG**, entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – MG, neste ato representado por seu prefeito, Argemiro Rodrigues Galvão RG nº MG– 7.364.468-7, CPF nº 721.104.148-04, RESOLVE unilateralmente acrescentar as dotações orçamentárias do Processo Licitatório N° 101/2025, Inexigibilidade Nº 39/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1 Constitui objeto do presente termo o acréscimo da dotação orçamentária para fazer frente dos contratos oriundos do Processo Licitatório N° 101/2025, Inexigibilidade Nº 39/2025, que versa sobre o "CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINA MECÂNICA, SISTEMAS DE AR CONDICIONADO E GEOMETRIA VEICULAR PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS, MÁQUINAS PESADAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM - MG."

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
2.1 O presente termo de apostilamento altera na íntegra o processo licitatório e seus anexos, para fazer face a alteração para correção da dotação orçamentária, conforme dispõe o Art. 136, inciso IV, da Lei Federal, n° 14.133, de 01 de Abril de 2021:
Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
IV - empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.1 Em virtude do acréscimo da dotação orçamentária, acompanhado da dotação já existente no processo, as demais despesas constantes serão:
Ficha 135: 02.051.15.452.1502.2011.3.3.90.39.00 / 2.720.000.0000.000 Manutenção Ativ. Setor Serv. Públicos – FEP – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Transferência da União referente às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP – Lei 9.478/1997 – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente e Agropecuária – SEMINFRA.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:
4.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.

Santana da Vargem, 14 de setembro de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito de Santana da Vargem/MG

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:3EC11DB5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
2º TERMO DE APOSTILAMENTO - PROCESSO 93/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 32/2025

2º TERMO DE APOSTILAMENTO PARA ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG**, entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – MG, neste ato representado por seu prefeito, Argemiro Rodrigues Galvão RG nº MG– 7.364.468-7, CPF nº 721.104.148-04, RESOLVE unilateralmente acrescentar as dotações orçamentárias do Processo Licitatório N° 93/2025, Pregão Eletrônico Nº 32/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1 Constitui objeto do presente termo o acréscimo da dotação orçamentária para fazer frente dos contratos oriundos do Processo Licitatório N° 93/2025, Pregão Eletrônico Nº 32/2025, que versa sobre o Pregão eletrônico para o registro de preços visando à futura e eventual contratação de serviços de máquina retroescavadeira (por hora), para atender os trabalhos executados através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente e Agropecuária."

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
2.1 O presente termo de apostilamento altera na íntegra o processo licitatório e seus anexos, para fazer face a alteração para correção da dotação orçamentária, conforme dispõe o Art. 136, inciso IV, da Lei Federal, n° 14.133, de 01 de Abril de 2021:
Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
IV - empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.1 Em virtude do acréscimo da dotação orçamentária, acompanhado da dotação já existente no processo, as demais despesas constantes serão:

Ficha 135: 02.051.15.452.1502.2011.3.3.90.39.00 / 2.720.000.0000.000 Manutenção Ativ. Setor Serv. Públicos – FEP – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Transferência da União referente às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP – Lei 9.478/1997 – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente e Agropecuária – SEMINFRA.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:
4.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.

Santana da Vargem, 14 de setembro de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito de Santana da Vargem/MG

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:DA966F54

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
4º TERMO DE APOSTILAMENTO PARA ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROCESSO N.º 111/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 38/2025

4º TERMO DE APOSTILAMENTO PARA ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG**, entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – MG, neste ato representado por seu prefeito, Argemiro Rodrigues Galvão RG nº MG– 7.364.468-7, CPF nº 721.104.148-04, RESOLVE unilateralmente acrescentar as dotações orçamentárias do Processo Licitatório N° 111/2025, Pregão Eletrônico Nº 38/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1 Constitui objeto do presente termo o acréscimo da dotação orçamentária para fazer frente dos contratos oriundos do Processo Licitatório N° 111/2025, Pregão Eletrônico Nº 38/2025, que versa sobre o "Registro de preços para futura e eventual aquisição, de forma parcelada de peças de reposição originais do fabricante (GENUÍNAS) e peças de reposição (PÓS-VENDA), conforme classificação da ABNT NBR 15296, destinadas a manutenção preventiva e corretiva dos veículos (LINHA AUTOMOTIVA DE PASSEIO, DIESEL LEVE, DIESEL PESADO) e máquinas, pertencentes à frota de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal de Santana da Vargem/MG."

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
2.1 O presente termo de apostilamento altera na íntegra o processo licitatório e seus anexos, para fazer face a alteração para correção da dotação orçamentária, conforme dispõe o Art. 136, inciso IV, da Lei Federal, n° 14.133, de 01 de Abril de 2021:
Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
IV - empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.1 Em virtude do acréscimo da dotação orçamentária, acompanhado da dotação já existente no processo, as demais despesas constantes serão:
Ficha 133: 02.051.15.452.1502.2011.3.3.90.30.00 / 2.720.000.0000.000 – Manutenção Ativ. Setor Serv. Públicos – FEP – Material de Consumo – Transferência da União referente às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP – Lei 9.478/1997.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:
4.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.

Santana da Vargem, 14 de setembro de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito de Santana da Vargem/MG

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:3A595723

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
4º TERMO DE APOSTILAMENTO PARA ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - PROCESSO N.º 76/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 22/2025

4º TERMO DE APOSTILAMENTO PARA ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG**, entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – MG, neste ato representado por seu prefeito, Argemiro Rodrigues Galvão RG nº MG– 7.364.468-7, CPF nº 721.104.148-04, RESOLVE unilateralmente acrescentar as dotações orçamentárias do Processo Licitatório N° 76/2025, Pregão Eletrônico Nº 22/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1 Constitui objeto do presente termo o acréscimo da dotação orçamentária para fazer frente dos contratos oriundos do Processo Licitatório N° 76/2025, Pregão Eletrônico Nº 22/2025, que versa sobre a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM/MG."

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
2.1 O presente termo de apostilamento altera na íntegra o processo licitatório e seus anexos, para fazer face a alteração para correção da dotação orçamentária, conforme dispõe o Art. 136, inciso IV, da Lei Federal, n° 14.133, de 01 de Abril de 2021:
Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
IV - empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
3.1 Em virtude do acréscimo da dotação orçamentária, acompanhado da dotação já existente no processo, as demais despesas constantes serão:
Ficha 114: 02.051.04.122.0402.2010.3.3.90.39.00 / 2.501.000.0000.000 – Manutenção Atividades Administrativas – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Outros Recursos não Vinculados – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente e Agropecuária - SEMINFRA

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:
4.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.

Santana da Vargem, 14 de setembro de 2026

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito de Santana da Vargem/MG

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:1697A2A8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Argemiro Rodrigues Galvão, Prefeito de Santana da Vargem, no uso das atribuições que lhe confere a lei, em cumprimento ao que determina a lei 14.133/2021 e suas alterações, e, conforme recomendação de parecer jurídico e vistas às justificativas contidas no Processo Licitatório nº 098/2026, AUTORIZO a Dispensa Eletrônica n° 18/2026.

Contratado:

•
RUBENS BASÍLIO DE FARIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.250.680/0001-10, com sede no município de São Lourenço/MG.

•
IVAN MÁRIO DA SILVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 58.145.735/0001-93, com sede no município de Divinópolis/MG;

•
ALA-X COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.128.453/0001-06, com sede no município de Sarandi/RS;

•
ALLINE HELLEN DE SOUSA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.377.226/0001-09, com sede no município de Loanda/PR;

•
CHSF DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 62.234.180/0001-23, com sede no município de Umuarama/PR;

•
GABRIEL MURTA PIMENTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.218.607/0001-52, com sede no município de Belo Horizonte/MG;

•
Scan Life Comercial LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 46.022.479/0001-68, com sede no município de São Paulo/SP;

•
TEXOMED COMERCIO E INDÚSTRIA TEXTIL HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.751.938/0001-08, com sede no município de Belo Horizonte/MG.

Valor total da contratação: R$34.214,90 (trinta e quatro mil, duzentos e quatorze reais e noventa centavos).
Objeto: "**Dispensa eletrônica para aquisição de materiais de rouparia destinados à manutenção das atividades institucionais da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação.** ".
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

•
FICHA 155: 02.061.12.361.1202.2018.3.3.90.30.00 / 1.500.000.1001.000 – Manutenção Ativ. Ensino Fundamental – R. Próprio – Material de Consumo – Recursos não Vinculados de Impostos MDE – Secretaria Municipal de Educação

•
FICHA 206: 02.071.10.301.1003.2031.3.3.90.30.00/1.500.000.1002.000 – Saúde – Atenção Básica – Atenção a Saúde da Comunidade – Manutenção Ativ. Saúde – Básicas – Material de Consumo – Recursos não Vinculados de Impostos ASPS.

•
Ficha 415: 02.071.10.301.1003.2381.3.3.90.30.00/2.621.000.0000.000- Saúde – Atenção Básica – Atenção a Saúde da Comunidade – Res Ses – Material de Consumo – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual.

Determino a publicação da presente ratificação, no Diário Oficial seguindo as normas vigentes de publicações oficiais.

Santana da Vargem/MG, 14 de setembro de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:A0763678

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 119/2026 – TIPO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 38/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 119/2026 – TIPO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 38/2026

A Prefeitura Municipal de Santana da Vargem torna público para conhecimento dos interessados edital de Pregão Eletrônico nº **38/2026** – Processo Licitatório nº **119/2026**. Objeto: **Pregão Eletrônico para aquisição de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Santana da Vargem/MG.** Tipo: Menor preço por item. O Recebimento das propostas será a partir do dia: **16/09/2026** a partir das 08h00min com término no dia **29/09/2026** às 07h59min, na Plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. A abertura das propostas será a partir das 08h00min do dia **29/09/2026**, quando se dará início a sessão. O edital está disponível nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br, www.santanadavargem.mg.gov.br ou no Setor de Compras e Licitações na Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – Centro – Santana da Vargem – CEP 37.195-000. Informações pelo telefone (35) 98402-7281, ou pelo e-mail licitacao@santanadavargem.mg.gov.br.

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:F4EEEDF0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO N° 164/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 46/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 164/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 46/2026

Objeto: Chamamento Público objetivando o credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para a prestação de serviços médicos especializados em Angiologia, incluindo consultas médicas especializadas, avaliação clínica vascular e realização de exames de Ultrassonografia Doppler Vascular arterial e venosa, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

Contratante: Prefeitura Municipal de Santana da Vargem, inscrita no CNPJ sob o n° 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – Minas Gerais.

Contratado: LEANDRO FIORAVANTI FIGUEIREDO LTDA., inscrito no CNPJ sob o n.º 31.124.507/0001-80

Valor da contratação: Os valores a serem pagos aos credenciados serão estabelecidos com base nos valores indicados no edital e seus anexos.

Vigência: 14/09/2026 a 14/09/2027

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:C4435636

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 110/2025

2°TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 110/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG E MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

O Município de SANTANA DA VARGEM inscrito no CNPJ sob o n° 18.245.183/0001-70, com sede situada na Praça Padre João Maciel Neiva, N/ 15, Centro de Santana da Vargem/MG, neste ato representado por seu prefeito, **Argemiro Rodrigues Galvão**, ora denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa Método Telecomunicações e Comércio LTDA. pessoa jurídica inscrita no CNPJ n° 65.295.172/0001-85, situada na Rua Barão Homem de Melo, n.º 3382, Belo Horizonte/MG, ora denominado **CONTRATADO**, ajustam e acordam entre si o presente termo aditivo ao CONTRATO Nº 110/2025, Processo nº 80/2025, Pregão Eletrônico n° 23/2025, com fundamento na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal n.º 033/2023 de 30 de março de 2023, alterações posteriores e demais normas legais aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. - Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação ao item 01 do Contrato nº 110/2025, firmado em 11/09/2025, cujo objeto é o "Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada em prestação de serviços contínuos de solução corporativa de telefonia fixa, ou com portabilidade do tipo VoIP PABX virtual, sem gravação em nuvem, em atendimento à Prefeitura Municipal de Santana da Vargem/MG.".

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
2.1. – A vigência do Contrato nº 110/2025, decorrente do Processo 80/2025, Pregão Eletrônico nº 23/2025 firmado entre o Município de Santana da Vargem/MG e a empresa Método Telecomunicações e Comércio LTDA. pessoa jurídica inscrita no CNPJ n° 65.295.172/0001-85, fica prorrogado por mais 12 meses com fundamento no art. 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cláusula 3.1. do contrato e cláusula 15.2. do Termo de Referência do referido processo.
2.2. - Conforme Ofício n.º 076/2026 emitido pela Secretaria Municipal de Administração, a presente prorrogação justifica-se pela indispensabilidade dos serviços de telefonia fixa para o funcionamento dos setores administrativos e serviços internos da Prefeitura Municipal.
2.3. Ressalta-se que a empresa Método Telecomunicações e Comércio LTDA. vem executando os serviços de forma satisfatória, cumprindo adequadamente as obrigações assumidas e atendendo às necessidades da Administração, não havendo, até o momento, fatos que desabonem a qualidade dos serviços prestados.
2.4. Outro fator relevante para a prorrogação é a vantajosidade econômica da manutenção do contrato vigente. Conforme pesquisa de preços realizada para eventual realização de novo processo licitatório, os valores atualmente praticados no Contrato n.º 110/2025 mostram-se inferiores aos valores obtidos na pesquisa de mercado (anexa aos autos do processo licitatório), demostrando que a manutenção nas condições atuais representa vantagem econômica para a Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
3.1. Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 110/2025, extrato publicado em 12/09/2026 (Edição n.º 1515 do Diário Oficial do Município e Edição n.º 4107 do Diário Oficial dos Municípios Mineiros), que não tenham sido modificadas pelo presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
4.1. É obrigatória a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial do Município, no Portal da Transparência e no Portal Nacional de Contratações Publicas (PNCP), após a sua assinatura, nos termos da legislação vigente.

Santana da Vargem, 09 de setembro de 2026.

ARGEMIRO RODRIGUES GALVÃO	***MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA***
Prefeito Municipal	Contratado
Contratante	

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:2BD857A8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DE CATAGUASES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES - MG
CONTRATADO: L M ASSESSORIA LABORATORIAL LTDA.
PROCESSO LICITATÓRIO: 87/2026
INEXIGIBILIDADE: 22/2026
CREDENCIAMENTO: 03/2026
OBJETO:CONTRATAÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISES LABORATORIAIS PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES, OBSERVADOS OS PROCEDIMENTOS E OS VALORES ESTABELECIDOS NA TABELA SIGTAP/SUS.
CONTRATO Nº: 113/2026
VALOR TOTAL: R$ 240.000,00
HOMOLOGAÇÃO: 14/09/2026 A 14/09/2027

SANTANA DE CATAGUASES-MG, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

MARCOS ANTONIO FERREIRA
- Prefeito Municipal -

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:130DEDF8

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RATIFICACAO

RATIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 008/2025
CREDENCIAMENTO Nº 03/2026

Tendo em vista a solicitação feita pela Secretaria de Saúde, bem como pareceres anexos aos autos do processo em epígrafe, No uso das atribuições que me foram conferidas, RATIFICO, nos termos da Leis nº 14.133/2021 e do Decreto 11.878/2024 e suas alterações, ato de Inexigibilidade de Licitação, serviços de coleta e análises laboratoriais para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Santana de Cataguases, observados os procedimentos e os valores estabelecidos na Tabela SIGTAP/SUS, empresa **L M ASSESSORIA LABORATORIAL LTDA**, inscrita no CNPJ: 20.298.703/0001-55, estabelecida na Rua Joaquim Peixoto Ramos, 13, Centro, Cataguases- MG, CEP: 36.770-066, representada pela senhora

Luciana Marangon, Brito, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, bioquímica, nascida aos 11/03/1975, portadora da Identidade M7997790, CPF: 039.013.726-0, valores estabelecidos na Tabela SIGTAP/SUS.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Santana de Cataguases-MG, 14 de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:043B8EC1

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2024

O MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Agostinho Alves de Araújo, nº 26, centro, nesta cidade de Santana de Cataguases, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.702.515/0001-36, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **MARCOS ANTÔNIO FERREIRA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 380.293.756-20, portador da cédula de Identidade nº M 2.396.684 SSP/MG e a empresa **EDUARDO DA SILVA NOGUEIRA,** inscrito no CNPJ: 40.924.492/0001-26, localizada na Rua Ofélia Resende, 535, Menezes, Cataguases- MG, representado pelo o mesmo resolvem entre si, celebram SEGUNDO TERMO ADITIVO, ao contrato número 140/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2024, PREGÃO ELETRONICO Nº 46/2024, com observância, às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas:

As partes acima qualificadas, com base no Contrato nº 140/2024, firmado em 10 de setembro de 2025, e considerando a necessidade de prorrogação da vigência por mais 12 (doze), meses, e reequilíbrio econômico financeiro IPCA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, contratações de instrutor de natação, solicitação encaminhada através do Oficio SECULTE 49/2025 assinado pelo senhor Humberto do Nascimento Mathias, Subsecretario de cultura, turismo e esportes. A presença do profissional garante qualidade técnica, coesão do grupo e a valorização do esporte. Sem essa prorrogação, corre-se o risco de descontinuidade dos trabalhos em andamento. Assim, reforçamos a necessidade da extensão contratual para assegurar a estabilidade e evolução do projeto, solicitação encaminhada através do memorando SECULTE 78/2026M assinado pelo senhor Humberto do Nascimento Mathias, Subsecretario-Cultura- Turismo- Esportes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto NATAÇÃO – aulas de iniciação, aperfeiçoamento e treinamento competitivo para crianças e adolescentes. O instrutor formado em educação física e apto a treinar a modalidade. Carga horária de 80 hora/aulas mensais.

CLÁUSULA SEGUNDO: DOS PRAZOS
2.1.Conforme previsão da CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA do contrato nº 140/2024, fica prorrogado a vigência do contrato, através deste termo aditivo, pelo período de mais 12 (doze) meses, a contar de 14/09/2026, com previsão de termino em 14/09/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA- REAJUSTE
3.1. O valor do aditivo ao contrato nº 140/2024, fica autorizada o reequilíbrio financeiro conforme CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE, 6.1 do contrato em conformidade com o artigo 130 da Lei Federal nº 14.133/2021 no índice do IPCA índice dos últimos doze meses 4,22%, os serviços a serem prestados, R$ 3.533,05 (três mil quinhentos e trinta e três reais e cinco centavos), mensais, totalizando o valor de R$ 42.396,69 (quarenta e dois mil trezentos e noventa e seis reais e sessenta e nove centavos) anuais.

CLAUSULA QUARTA: Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento particular ora alterado**.**

E por assim ajustados, assinam o presente aditivo ao contrato, em duas vias, que segue com a concordância de duas testemunhas.

Santana de Cataguases-MG, 14 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES
Contratante

EDUARDO DA SILVA NOGUEIRA
CNPJ: 40.924.492/0001-26
Contratada

TESTEMUNHAS:
Nome:

CPF:

Assinatura:

Nome:

CPF:

Assinatura:

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:6BCF9DFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO PREFEITO MUNICIPAL E A TRANSMISSÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO À VICE-PREFEITA, NO PERÍODO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 330, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de férias ao Prefeito Municipal e a transmissão do exercício do cargo à Vice-Prefeita, no período que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos V e XXX, da Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO o disposto no art. 64, da Lei Orgânica Municipal, que assegura ao Prefeito o gozo de férias anuais sem prejuízo da remuneração;
CONSIDERANDO que o afastamento ora concedido é inferior a 20 (vinte) dias, não se sujeitando, portanto, à exigência de prévia licença da Câmara Municipal prevista no art. 64, caput, da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no art. 60 da Lei Orgânica Municipal, segundo o qual o Vice-Prefeito substituirá o Prefeito nos casos de impedimento, nele compreendido o período de férias;
DECRETA:
Art. 1º Fica concedido ao Prefeito Municipal, Sr. Marcos Antônio Ferreira, o gozo de férias regulamentares, pelo período de 15 (quinze) dias, com início em 15 de setembro de 2026 e término em 29 de setembro de 2026, com retorno ao exercício do cargo em 30 de setembro de 2026.
Art. 2º Durante o período de que trata o art. 1º deste Decreto, o exercício do cargo de Prefeito Municipal será transmitido à Vice-Prefeita, Sra. Filomena das Graças Vieira Silva, nos termos do art. 60 da Lei Orgânica Municipal, mediante a lavratura do respectivo Termo de Transmissão de Cargo.

Parágrafo único. Ao Prefeito Municipal fica assegurada, durante o período de férias, a percepção integral de sua remuneração, na forma do art. 64, da Lei Orgânica Municipal.
Art. 3º Findo o período de férias, o Prefeito Municipal reassumirá automaticamente o exercício do cargo, independentemente de novo ato, cessando a substituição de que trata este Decreto.
Art. 4º Fica facultado ao Prefeito Municipal, mediante requerimento simples dirigido à Administração, reassumir antecipadamente o exercício do cargo antes do término do período de férias fixado no art. 1º, hipótese em que cessará, desde logo, a substituição de que trata este Decreto e o respectivo Termo de Transmissão de Cargo.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2026.

Registre-se, publique-se.

Santana de Cataguases – MG, 14 de setembro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:B363CC71

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 93, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de servidor para cargo comissionado, e dá outras providências.

O Povo do Município de Santana de Cataguases/MG, através de seu Prefeito Marcos Antônio Ferreira, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município, dentre outros dispositivos aplicáveis à matéria,

RESOLVE:
Art. 1º Fica nomeado o Senhor Carlos Alberto Pires Millani, CPF nº xxx.985.746-xx, para exercer o cargo de Chefia de Gestão e Manutenção de Frotas, vinculado à Secretaria Municipal de Governo e Planejamento.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionado à sua publicação nos meios oficiais, revogando-se as disposições em contrário.

Santana de Cataguases/MG, 14 de setembro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:BC5E4E27

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE DE PACIENTES NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTANA DE CATAGUASES/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Decreto n° 329, de 14 de SETEMBRO de 2026

Dispõe sobre a organização e a distribuição das atividades de condução de veículos destinados ao transporte de pacientes no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Santana de Cataguases/MG, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE CATAGUASES, em pleno exercício do cargo e no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 37 e 196 da Constituição da República;
CONSIDERANDO o Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997);
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.250/2025, que dispõe sobre a profissão de Condutor de Ambulância e estabelece os requisitos para o exercício da atividade;
CONSIDERANDO que a CBO possui natureza classificatória, destinada à padronização dos registros administrativos, previdenciários, trabalhistas e estatísticos, devendo refletir, sempre que possível, as atividades efetivamente desempenhadas, em observância ao princípio da fidedignidade das informações administrativas;
CONSIDERANDO que a utilização da CBO não implica criação de cargo, reenquadramento funcional, alteração das atribuições legais ou concessão de vantagens remuneratórias;
CONSIDERANDO o poder regulamentar do Chefe do Poder Executivo para disciplinar a organização dos serviços públicos municipais;
RESOLVE:
Art. 1º Dispor sobre a organização e a execução das atividades de condução de veículos destinados ao transporte de pacientes no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, pelos ocupantes do cargo efetivo de Motorista.
Art. 2º As atividades de transporte de pacientes serão exercidas pelos servidores ocupantes do cargo efetivo de Motorista, regularmente lotados ou formalmente designados para atuação junto à Secretaria Municipal de Saúde, compreendendo, dentre outras:
I – condução de ambulâncias;
II – transporte eletivo;
III – TFD;
IV – apoio às ações e serviços de saúde;
V – auxílio operacional ao embarque, desembarque e acomodação dos pacientes.
Art. 3º A condução de veículos da saúde observará os requisitos da Lei Federal nº 15.250/2025, do Código de Trânsito Brasileiro e das normas do CONTRAN, exigindo-se para a designação da condução de ambulâncias que os servidores preencham integralmente os requisitos legais.
Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Saúde promover, conforme disponibilidade administrativa, capacitação periódica, educação continuada, treinamento em direção defensiva, biossegurança e transporte humanizado.
Art. 5º O exercício das atividades disciplinadas neste Decreto constitui atividade compatível com o cargo efetivo de Motorista quando desempenhada no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, não implicando criação de cargo, função pública, reenquadramento funcional ou alteração do vínculo jurídico.
Art. 6º Para fins de registros administrativos, previdenciários, trabalhistas, estatísticos e alimentação dos sistemas oficiais, poderá ser adotada a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO correspondente às atividades predominantemente desempenhadas pelo servidor, desde que compatível com as atribuições legais do cargo e observados os requisitos da legislação federal.
Parágrafo único. A adoção da CBO possui natureza exclusivamente cadastral e informativa, não implicando criação ou transformação de cargo, reenquadramento funcional, alteração das atribuições legais, modificação do regime jurídico ou concessão automática de direitos ou vantagens.
Art. 7º A distribuição das escalas observará a necessidade do serviço, a habilitação, a qualificação específica, a capacitação exigida, a eficiência administrativa e a legislação aplicável.
Art. 8º A designação para determinada modalidade de transporte não assegura direito subjetivo à permanência na atividade.
Art. 9º Este Decreto possui natureza exclusivamente organizacional e administrativa, não implicando criação de vantagem remuneratória, alteração do plano de cargos, transformação de cargo ou reconhecimento automático de adicionais ou gratificações.
Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com a Secretaria de Administração e a Procuradoria Jurídica.
Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santana de Cataguases, 14 de setembro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito de Santana de Cataguases

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:EA5A1163

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DO RIACHO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ERRATA 01/2026 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO RIACHO – Torna público a presente errata em razão das seguintes informações: Considerando, a significativa extensão territorial do Município de Santana do Riacho/MG e a necessidade de assegurar maior acessibilidade e participação dos munícipes e demais interessados no processo de composição do Núcleo Gestor Consultivo.
FICA ACRESCIDO UM NOVO ENDEREÇO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026.
Dessa forma, onde consta no edital a indicação do(s) endereço(s) para entrega da documentação, fica também estabelecido o seguinte local:
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO RIACHO – REGIONAL SERRA DO CIPÓ MG-010, Km 97 – Serra do Cipó, Santana do Riacho/MG – CEP 35.847-000.
A documentação poderá, portanto, ser entregue tanto no(s) endereço(s) originalmente previsto(s) no edital quanto no novo endereço acima indicado, observados os mesmos prazos, horários e demais condições estabelecidos no instrumento convocatório.
Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais disposições, condições, prazos e requisitos constantes do Edital de Chamamento Público nº 01/2026, que não tenham sido expressamente modificados pela presente Errata. Esta Errata passa a integrar o referido Edital para todos os fins de direito.

Santana do Riacho, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Maria Carmosina Ferreira da Silva
Código Identificador:ADBB47D4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA VITÓRIA

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 143/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2026, INEXIGIBILIDADE Nº 029/2026, DERIVADO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2025.

Extrato de Contrato nº 143/2026, Processo Licitatório nº 073/2026, Inexigibilidade nº 029/2026, derivado do Edital de Credenciamento nº 004/2025, Processo Licitatório nº 031/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG, CNPJ nº 18.457.226/0001-81. Contratado: UBN SOLUÇÕES LTDA, CNPJ nº 62.638.287/0001-37. Objeto do contrato: Prestação de serviços médicos complementares, notadamente sobreaviso médico de urgência e emergência, consultas especializadas e procedimentos eletivos, em atendimento da Rede Municipal de Saúde do Município de Santa Vitória – MG, pelo preço fixado nas tabelas do Termo da Referência, anexo I do Edital, a partir de preços referenciais de mercado. Valor: R$124.065,00. Vigência: 14/09/2026 a 14/03/2027. Dotação Orçamentária: Ficha 396 FR 1500 – Secretaria Municipal de Saúde. Publicação em acatamento à Lei Federal nº 14.133/2021.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sônia Queiroz de Lima
Código Identificador:7139D2E6

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA - EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS - (REGIME JURÍDICO: LEI. 14.133/2021) Nº 020/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2026.

DATA DA ABERTURA: 28 de setembro de 2026, às 08h30min.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ESPORTIVOS, visando atender às demandas da Secretaria de Esportes e Lazer, com vistas à estruturação, ampliação e melhoria das atividades esportivas e recreativas no Município de Santa Vitória, MG, mediante a Transferência de Emenda Parlamentar nº 1481003484/2026 em contrapartida municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência (Anexo I) e nos demais anexos.
Itens para a AMPLA PARTICIPAÇÃO e itens EXCLUSIVOS para MPEs. MENOR PREÇO POR ITEM.
INFORMAÇÕES: Telefone: (34) 3251-8522 – e-mail: comissao.pregao@santavitoria.mg.gov.br. HORÁRIO: das 12:00h às 18:00h.
CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas devidamente constituídas.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.santavitoria.mg.gov.br (Portal da Transparência/Licitação), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br e/ou na plataforma www.licitamaisbrasil.com.br.

Município de Santa Vitória, MG, aos 14 dias do mês de setembro de 2026.

EURÍPEDES HENRIQUE DE ANDRADE -
Secretário Municipal de Esportes e Lazer.

Publicado por:
Fabiana Pires Oliveira
Código Identificador:4F9E2423

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS
LEI MUNICIPAL 1039/2026

Lei Municipal nº 1.039/2026

Altera a Lei Municipal 912/2019 que "INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal de Santo Antônio do Aventureiro/MG, por seus autênticos representantes, aprovou e eu, prefeito, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os artigos, parágrafos e incisos da Lei Municipal 912/2019, passam a ter a seguinte redação:

TÍTULO I – DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
CAPÍTULO I – DA FINALIDADE

*Art. 1º Fica criado o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI,** órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e normativo, composto paritariamente por representantes do Governo e Sociedade Civil, conforme previsão da Lei Federal nº 8.842/94.*

Art. 2º O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA fica vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, que deverá dotá-lo de recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo único. A presente vinculação junto à Secretaria Municipal de Assistência Social é meramente administrativa, inexistindo qualquer subordinação hierárquica ou restrição à autonomia deliberativa do Conselho.

CAPÍTULO II – DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Compete ao CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDODA (CMDPI)
(...)

IV – envolver as instituições comprometidas com a causa da pessoa idosa nas ações a serem desenvolvidas pelo CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA;
(...)

XIV – participar da elaboração, discussão e acompanhamento da execução das Leis Orçamentárias (PPA, LDO e PPP).

CAPÍTULO III – DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O CMDPI será composto por 08 (oito) membros, de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil.

Art. 11. O CMDPI elaborará seu Regimento Interno.

Art. 14. Para a primeira instalação do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, o Prefeito Municipal convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada, atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa e posteriormente serão nomeados através de Portaria juntamente com os representantes governamentais.

TÍTULO II – DO FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA
CAPÍTULO I – DA CONSTITUIÇÃO

Art. 15. Fica criado o Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI), instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas às Pessoas Idosas do Município de Santo Antônio do Aventureiro/MG.

§ 1º A aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal da Pessoa Idosa, obedecerá às deliberações do CMDPI.

§ 2º A execução dos recursos provenientes do FMPI obedecerá aos princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, sendo vedada qualquer destinação que fira algum desses princípios.

Art. 16. Constituirão receitas do Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

IV – As parcelas de produtos oriundos de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal da Pessoa Idosa terá direito a receber por força da Lei e de convênios do setor;

Art. 17. O Fundo Municipal da Pessoa Idosa ficará vinculado diretamente á Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

§ 1º Será aberta conta bancária específica em instituição financeira social, sob a denominação "FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, bimestralmente ou quando for solicitado pela mesa diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação, após apresentação e aprovação do CMDPI.

§ 3º Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social gerir o Fundo Municipal da Pessoa Idosa, sob a orientação e controle do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, cabendo a mesa diretora:

I – solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
II – submeter ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa demonstrativo contábil da movimentação financeira do fundo;

Art. 18. O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no CMDPI, será efetivado por intermédio do FMPI, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho.

Parágrafo único. A transferência de recursos para organizações governamentais e não-governamentais com foco na política da pessoa idosa, processar-se-á mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo à legislação vigente sobre a matéria e em conformidade com os planos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 19. As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal da Pessoa Idosa serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

CAPÍTULO II – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21. Para o primeiro ano de exercício financeiro, o Prefeito Municipal remeterá a Câmara Municipal projeto de lei específico do orçamento do Fundo Municipal da Pessoa Idosa.

Art. 22. No que couber, esta lei poderá ser regulamentada por meio de Decreto, expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Municipal 912/2019, cabendo ao Executivo Municipal proceder com a respectiva compilagem.

Art. 3º Revogadas às disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Santo Antônio do Aventureiro, 14 de setembro de 2026.

AMAURY DE SÁ FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clovis Eduardo Schettino
Código Identificador:9B538EC2

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS
LEI MUNICIPAL 1040/2026

Lei Municipal nº 1.040/2026

Dispõe sobre a criação do Centro de Convivência e Cultura – CECO no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS do Município de Santo Antônio do Aventureiro/MG e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santo Antônio do Aventureiro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Centro de Convivência e Cultura – CECO, equipamento público de natureza comunitária e territorial, integrado à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º O CECO tem como finalidade promover a inclusão social, a convivência, a cidadania e o fortalecimento de vínculos comunitários, através de práticas de arte, cultura, esporte, lazer, educação e fomento à economia solidária, abertas a toda a população.

Art. 3º São diretrizes para o funcionamento do CECO:

I - A territorialização e a intersetorialidade.
II - O combate ao estigma e à exclusão social de pessoas com sofrimento psíquico ou transtornos mentais.
III - A construção de redes de apoio e reinserção social.
IV - O respeito à singularidade, autonomia e protagonismo dos usuários.

Art. 4º Para a execução das atividades do CECO, o Poder Executivo poderá dispor, por meio de regulamento próprio, de equipe multiprofissional composta por profissionais das áreas de saúde, cultura, assistência social e educação, conforme normas do Ministério da Saúde.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, e por repasses oriundos do Ministério da Saúde, nos termos da regulamentação da RAPS.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aventureiro/MG, 14 de setembro de 2026.

AMAURY DE SÁ FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clovis Eduardo Schettino
Código Identificador:3470EC22

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS
LEI MUNICIPAL 1041/2026

Lei Municipal nº 1.041/2026

Reconhece a Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica como deficiência no Município de Santo Antônio do Aventureiro, nos termos da Lei Federal 15.176, de 23 de julho de 2025, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santo Antônio do Aventureiro aprovou, e o Prefeito sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida a Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica como deficiência no Município de Santo Antônio do Aventureiro, nos termos da**Lei Federal nº 15.176, de 23 de julho de 2025.**

Art. 2º Fica criada a carteira de identificação da pessoa acometida pela Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica no Município de Santo Antônio do Aventureiro, que será expedida por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, mediante requerimento do interessado ou seu representante legal, com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e acesso aos serviços públicos e privados, e em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 3º A pessoa acometida por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica receberá atendimento integral pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que incluirá, no mínimo:

I - atendimento multidisciplinar por equipe composta de profissionais das áreas de medicina, psicologia, nutrição e fisioterapia;
II - acesso a exames complementares;
III - assistência farmacêutica;
IV - acesso a modalidades terapêuticas reconhecidas, inclusive fisioterapia e atividade física.

§ 1º A relação de exames, medicamentos e modalidades terapêuticas de que trata esta Lei será definida em regulamento.
§ 2º O atendimento integral previsto no*caput*deste artigo incluirá também a divulgação de informações e orientações abrangentes sobre a doença e sobre as medidas preventivas e terapêuticas disponíveis para fins de cuidado e tratamento.

Art. 4º Ficam estendidos aos portadores da Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica, devidamente identificados, o acesso e o uso de transporte municipal de saúde para fins de tratamento médico referente a essa enfermidade, como forma de facilitar o acesso ao tratamento médico necessário e indispensável.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará no que couber a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Aventureiro/MG, 14 de setembro de 2026.

AMAURY DE SÁ FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clovis Eduardo Schettino
Código Identificador:931E09AD

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS
LEI MUNICIPAL 1042/2026

Lei Municipal nº 1.042/2026

Institui o Programa Municipal de Assistência Nutricional Especializada, disciplina a dispensação de fórmulas nutricionais, suplementos alimentares e insumos para terapia nutricional enteral e oral aos usuários do Sistema Único de Saúde em situação de vulnerabilidade socioeconômica no Município de Santo Antônio do Aventureiro/MG e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santo Antônio do Aventureiro aprovou, e o Prefeito sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Santo Antônio do Aventureiro, o Programa Municipal de Assistência Nutricional especializada controlado pela Secretaria Municipal de Saúde, destinado ao fornecimento gratuito, acompanhamento técnico e controle de dispensação de:

I - Fórmulas nutricionais infantis especializadas.;
II - Suplementos nutricionais orais.
III - Dietas para nutrição enteral.
IV - Insumos e materiais necessários à administração de terapia nutricional enteral.

Parágrafo único. O Programa destina-se exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde-SUS, residentes no Município de Santo Antônio do Aventureiro, que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada e que preencham os requisitos clínicos estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º São objetivos do Programa:

I - Assegurar suporte nutricional adequado e de qualidade aos usuários com necessidades nutricionais especiais diagnosticadas clinicamente.
II - Promover, proteger e apoiar o aleitamento materno exclusivo até os 6 (seis) meses de idade, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Aleitamento Materno.
III - Garantir equidade no acesso a uso de insumos nutricionais, priorizando usuários em situação de vulnerabilidade clínica e

socioeconômica, estabelecendo fluxo técnico administrativo para prescrição, avaliação interdisciplinar, dispensação e acompanhamento contínuo desses usuários.

Art. 3º A execução do Programa observará os seguintes critérios:

I - Universalidade do acesso, nos limites da capacidade orçamentária.
II - Equidade no acesso a uso de insumos nutricionais, priorizando usuários em situação de vulnerabilidade clínica e socioeconômico.
III - Transparência com publicidade dos critérios e controle social.
IV - Promover articulação entre saúde e assistência social municipal.

Art. 4º Poderão ser incluídos no Programa os usuários que apresentem cumulativamente:

I - Indicação clínica caracterizada pelas seguintes condições:

alergias alimentares graves;
intolerâncias alimentares diagnosticadas;
desnutrição primária ou secundária;
doenças que comprometam a digestão, absorção ou utilização de nutrientes;
necessidade de terapia nutricional enteral exclusiva ou complementar;
erros inatos de metabolismo que exijam dieta especializada;
contraindicação ao aleitamento materno por motivos clínicos devidamente comprovados;
prematuridade com necessidades nutricionais especiais;
síndromes genéticas ou malformações que impeçam alimentação convencional;
vulnerabilidade socioeconômica comprovada, atestada mediante avaliação social que demonstre a incapacidade financeira da família.

II - A indicação clínica deverá ser realizada exclusivamente por médico ou nutricionista da rede pública municipal de saúde ou credenciado ao SUS, formalizada por laudo médico nutricional com a identificação completa do paciente e do profissional de saúde, diagnóstico clínico detalhado com a CID, justificativa técnica da necessidade do produto, especificação da fórmula ou suplemento indicado com a composição nutricional, quantidade mensal necessária, previsão de tempo de uso e data com assinatura do profissional assistente.
III - A avaliação socioeconômica poderá ser definida pela visita domiciliar, análise de renda familiar, emissão de parecer social, comprovação de inscrição em Programas do Governo Federal, Estadual e/ou Municipal.

Art. 5º Em todos os casos envolvendo lactantes, o aleitamento materno deverá ser priorizado e sua impossibilidade ou contraindicação deverá estar claramente fundamentada em justificativa clínica detalhada.

Art. 6º O beneficiário será desligado do Programa quando atingir o limite de idade ou prazo do uso de fórmula devidamente comprovado pelo profissional de saúde assistente.

Parágrafo único. Caso o beneficiário não compareça em até 30 (trinta) dias para retirada do produto, será automaticamente desligado do Programa.

Art. 7º A dispensação dos produtos será mensal e obedecerá a critérios técnicos conforme as necessidades devidamente atestadas pelo profissional de saúde, em datas previamente agendadas pela Secretaria Municipal de Saúde.
Parágrafo único. Em situações de desabastecimento ou indisponibilidade temporária, poderá ser fornecido produto similar ou de marca diversa que mantenha a mesma característica técnica e nutricional.

Art. 8º São deveres do beneficiário do Programa:

I - Fornecer informações verdadeiras e atualizadas durante sua participação.
II - Utilizar os produtos exclusivamente para o paciente cadastrado.
III - Armazenar adequadamente os produtos, observando condições de temperatura, umidade e prazo de validade.
IV - Apresentar avaliações periódicas semestrais.
V - Comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde, qualquer alteração clínica, social e/ou de residência.
VI - Devolver produtos não utilizados, vencidos ou em caso de desligamento.
VII - Não comercializar, doar, permutar ou desviar a finalidade dos produtos recebidos.
VIII - Permitir visitas domiciliares da equipe técnica, quando solicitadas.
IX - Participar das atividades educativas do Programa.

Parágrafo único. Qualquer descumprimento dos deveres instituídos neste artigo poderá ensejar o desligamento imediato do beneficiário do Programa.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Saúde de Santo Antônio do Aventureiro será responsável pela gestão e controle deste Programa.

Art. 10. Esta lei, no que couber, poderá ser regulamentada por Decreto do Executivo.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Santo Antônio do Aventureiro/MG, 14 de setembro de 2026.

AMAURY DE SÁ FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clovis Eduardo Schettino
Código Identificador:ECA76D22

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS
LEI MUNICIPAL 1043/2026

Lei Municipal nº 1.043/2026

Altera a Lei Municipal 1018/2025 que dispõe sobre a "Carona" em veículos oficiais do Município.

A Câmara Municipal de Santo Antônio do Aventureiro, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ao artigo 5º da Lei Municipal 1018/2025 acrescenta-se o parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 5º (...)

***Parágrafo único**. Nos veículos oficiais de transporte do setor de saúde somente poderá ser concedido "carona" a outras pessoas, se no veículo tiver assento vago e se essas pessoas estiverem com agendamento de compromisso associado à saúde.*

Art. 2º Revogam-se as disposições contrárias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Aventureiro/MG, 14 de setembro de 2026.

AMAURY DE SÁ FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clovis Eduardo Schettino
Código Identificador:FDEC288D

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS
LEI MUNICIPAL 1044/2026

Lei Municipal nº 1.044/2026

Institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Pública

Municipal de Ensino, estabelece diretrizes para sua implementação, gestão, monitoramento e avaliação, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santo Antônio do Aventureiro - Minas Gerais, por seus legítimos representantes, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Santo Antônio do Aventureiro/MG, em consonância com a Constituição Federal, a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, a Lei Federal nº 14.945, de 31 de julho de 2024, o Plano Nacional de Educação, o Plano Municipal de Educação e a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025.

Art. 2º A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral tem por finalidade assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes da Educação Básica em seus aspectos cognitivos, físicos, emocionais, sociais, culturais, éticos, ambientais e políticos, garantindo o pleno exercício dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Educação Integral: concepção educacional voltada ao desenvolvimento pleno dos estudantes em todas as suas dimensões.
II - Educação em Tempo Integral: organização curricular e pedagógica com jornada escolar mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais.
III - Escola de Tempo Integral: unidade escolar que oferta todas as matrículas em jornada ampliada.
IV - Escola Mista: unidade escolar que oferta parte das turmas em jornada ampliada e parte em jornada parcial.
V - Território Educativo: conjunto de espaços, instituições, equipamentos públicos,

organizações sociais e oportunidades de aprendizagem articulados ao processo educativo.

Art. 4º A Educação Integral em Tempo Integral observará os seguintes princípios:

I - Garantia do direito à educação com equidade e qualidade social.
II - Promoção e defesa dos direitos humanos.
III - Gestão democrática e participação da comunidade escolar.
IV - Inclusão educacional e respeito à diversidade.
V - Justiça curricular.
VI - Valorização dos profissionais da educação.
VII - Articulação intersetorial entre educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente e demais políticas públicas.
VIII - Sustentabilidade socioambiental.
IX - Combate a todas as formas de discriminação, preconceito e violência.
X - Promoção da convivência democrática e cultura de paz.
Art. 5º São objetivos da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral:

I - Ampliar progressivamente a oferta de matrículas em tempo integral.
II - Promover a permanência, o sucesso escolar e a redução da evasão.
III - Assegurar aprendizagem significativa e desenvolvimento integral.
IV - Fortalecer os vínculos entre escola, família e comunidade.
V - Integrar políticas públicas e ações territoriais ao processo educativo.
VI - Reduzir desigualdades educacionais, sociais, raciais e territoriais.
VII - Promover práticas pedagógicas inovadoras, interdisciplinares e inclusivas.
VIII - Fortalecer a formação cidadã, ética e democrática dos estudantes.

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Art. 6º A jornada escolar da Educação Integral em Tempo Integral será de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, compreendendo atividades pedagógicas, culturais, esportivas, artísticas, científicas, tecnológicas e de convivência.

§ 1º Integram a jornada escolar os tempos destinados à alimentação, higiene, acolhimento, descanso, socialização e convivência, observada a intencionalidade pedagógica.
§ 2º. A organização da jornada deverá respeitar as especificidades etárias e pedagógicas de cada etapa e modalidade de ensino.

Art. 7º A implementação da Educação Integral em Tempo Integral poderá ocorrer mediante:

I - Implantação de escolas exclusivas de tempo integral.
II - Implantação gradual em escolas mistas.
III - Ampliação progressiva de turmas e matrículas.
IV - Reorganização curricular e pedagógica das unidades escolares.

Art. 8º A expansão da oferta observará:

I - Diagnóstico técnico da infraestrutura física e pedagógica.
II - Disponibilidade de profissionais da educação.
III - Garantia de alimentação escolar adequada.
IV - Garantia de transporte escolar quando necessário.
V - Critérios de equidade e vulnerabilidade social.
VI - Indicadores educacionais e territoriais.

§ 1º Será priorizada a expansão em territórios com maior vulnerabilidade social e educacional.
§ 2º É vedada qualquer forma de seleção discriminatória para acesso às matrículas em tempo integral.

CAPÍTULO III
DA EXPANSÃO DE MATRÍCULAS

Art. 9º O Poder Executivo Municipal deverá implementar as seguintes ações para a ampliação das matrículas em tempo integral:

I - Realizar um levantamento detalhado da demanda por vagas em escolas de educação infantil e de ensino fundamental em tempo integral, considerando as regiões com maior necessidade.
II - Criar novas turmas de educação infantil e ensino fundamental em tempo integral nas escolas existentes que possuam infraestrutura adequada.
III - Construir novas unidades escolares com capacidade para atender à demanda identificada, priorizando áreas com carência de serviços educacionais.
IV - Promover programas de formação continuada para os profissionais da educação, visando à melhoria da qualidade do ensino e à implementação de práticas pedagógicas inovadoras em tempo integral.
V - Incentivar a contratação de profissionais qualificados para atuar nas atividades complementares, como esportes, artes, cultura e ciências.
VI - Fomentar parcerias com instituições públicas e privadas, universidades e

organizações não governamentais para oferecer atividades extracurriculares diversificadas.
VII - Buscar recursos estaduais e federais destinados à educação para viabilizar a ampliação das matrículas.
VIII - Criar um sistema de acompanhamento da implementação das turmas em tempo integral, avaliando o impacto na aprendizagem dos alunos.
IX - Elaborar relatórios semestrais sobre o andamento do projeto, apresentando resultados e propondo ajustes quando necessário.

Art. 10. O Poder Executivo Municipal deverá assegurar que a ampliação das matrículas respeite a diversidade cultural e social do

município, promovendo a inclusão de todos os alunos independentemente de suas condições socioeconômicas.

CAPÍTULO IV
DO CURRÍCULO E DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Art. 11. O currículo da Educação Integral em Tempo Integral será fundamentado:

I - Na Base Nacional Comum Curricular – BNCC.
II - No Currículo de Referência da Rede Estadual.
III - Nas Diretrizes Curriculares Nacionais.
IV - No Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares.

Art. 12. O currículo deverá assegurar:

I - Integração entre conhecimentos, experiências e práticas educativas.
II - Superação da lógica fragmentada entre turno e contraturno.
III - Interdisciplinaridade e contextualização das aprendizagens.
IV - Valorização das múltiplas linguagens e culturas.
V - Acessibilidade curricular e inclusão educacional.
VI - Educação digital e midiática.
VII - Recomposição e aprofundamento das aprendizagens.
VIII - Desenvolvimento de projetos de vida.
IX - Promoção da educação ambiental, cidadania e direitos humanos.

Art. 13. As unidades escolares deverão organizar práticas pedagógicas que contemplem:

I - Atividades culturais, artísticas, esportivas e científicas.
II - Projetos interdisciplinares.
III - Ações de incentivo à leitura e produção textual.
IV - Educação socioemocional.
V - Uso pedagógico de tecnologias educacionais.
VI - Ações de fortalecimento da convivência democrática.
VII - Práticas inclusivas e atendimento às diversidades.
VIII - Valorização dos saberes comunitários e territoriais.

Art. 14. A avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento deverá:

I - Possuir caráter diagnóstico, formativo e processual.
II - Considerar o desenvolvimento integral dos estudantes.
III - Respeitar as diferenças individuais e os tempos de aprendizagem.
IV - Subsidiar estratégias de recomposição das aprendizagens.
V - Orientar a melhoria contínua das práticas pedagógicas.

CAPÍTULO V
DO ACESSO, PERMANÊNCIA E EQUIDADE

Art. 15. O Município adotará medidas destinadas a assegurar acesso, permanência e aprendizagem com equidade na Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 16. Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I - Monitorar indicadores de frequência, evasão e abandono escolar.
II - Implementar ações de busca ativa.
III - Desenvolver protocolos intersetoriais de atendimento aos estudantes.
IV - Promover ações de enfrentamento ao racismo, bullying, capacitismo, preconceito religioso, violência de gênero e demais formas de discriminação.
V - Garantir atendimento educacional inclusivo.
VI - Assegurar estratégias de continuidade da matrícula em tempo integral entre etapas de ensino.

Art. 17. As unidades escolares deverão:

I - Manter diálogo permanente com as famílias.
II - Monitorar a frequência e participação dos estudantes.
III - Promover ações preventivas contra evasão e abandono.
IV - Desenvolver estratégias de acolhimento e convivência escolar.
V - Articular-se com os serviços públicos e organizações do território.

Art. 18. A Secretaria Municipal de Educação de Santo Antônio do Aventureiro elaborará edital para distribuição das vagas, observados os seguintes critérios:

a) Ser a mãe, o pai ou o responsável legal, na condição de arrimo de família. 40 Pontos.
b) Ser beneficiário do Programa Bolsa Família. 30 Pontos.
Trabalhar dentro da área de abrangência da escola. 10 Pontos.
Ter irmão matriculado em escola pública da área de abrangência. 5 Pontos.
Residir na área de abrangência da escola. 5 Pontos.
Famílias identificadas pelo CRAS como de risco. 20 Pontos.

§ 1º Em caso de empate, serão considerados os critérios, na seguinte ordem:

I - Ser a mãe, o pai ou o responsável legal, na condição de arrimo de família.
II - Possuir pais e/ou responsáveis trabalhando.

§ 2º A unidade escolar assegurará a reserva mínima de 10% (dez por cento) das vagas existentes para atendimento prioritário e inclusivo aos alunos com deficiência, não constituindo esse percentual limite máximo de atendimento, em cumprimento às determinações do Conselho Tutelar.

CAPÍTULO VI
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Art. 19. A gestão da Educação Integral em Tempo Integral observará os princípios da gestão democrática e participativa.

Art. 20. Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a Comissão Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

§ 1º A Comissão terá composição paritária e representativa, assegurada a participação de:

I - Secretaria Municipal de Educação.
II - Gestores escolares.
III – Professores.
IV - Profissionais de apoio.
V - Conselho Municipal de Educação.
VI - Conselho do FUNDEB.
VII – Estudantes.
VIII - Pais ou responsáveis.
IX - Sociedade civil organizada.

§ 2º O Poder Executivo regulamentará a composição, competências e funcionamento da Comissão.

Art. 21. Compete à Comissão Municipal de Educação Integral em Tempo Integral:

I - Acompanhar a implementação da política.
II - Propor recomendações e aperfeiçoamentos.
III - Analisar indicadores e resultados.
IV - Promover participação social.
V - Emitir relatórios periódicos de acompanhamento.

Art. 22. As unidades escolares deverão promover:

I - Escuta ativa da comunidade escolar.
II - Participação estudantil em instâncias colegiadas.
III - Revisão periódica do Projeto Político-Pedagógico.
IV - Fortalecimento dos conselhos escolares.
V - Ações de integração entre escola, família e comunidade.

CAPÍTULO VII
DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

Art. 23. O Município promoverá articulação permanente entre as políticas públicas de educação, saúde, assistência social, cultura,

esporte, lazer, meio ambiente e proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 24. A articulação intersetorial poderá ocorrer mediante:

I - Protocolos de atendimento integrado.
II - Compartilhamento de informações institucionais.
III - Ações conjuntas de busca ativa.
IV - Parcerias com equipamentos públicos.
V - Cooperação com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.
VI - Integração com conselhos tutelares e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Parágrafo único. O compartilhamento e o tratamento de dados pessoais no âmbito da articulação intersetorial prevista neste artigo deverão observar a Lei Federal nº 13.709/2018, limitando-se ao estritamente necessário para a execução das finalidades públicas, com resguardo do sigilo, da segurança da informação e da proteção integral de crianças e adolescentes.

Art. 25. As unidades escolares poderão utilizar equipamentos públicos e espaços comunitários para realização de atividades pedagógicas, culturais e esportivas, observadas as normas de segurança e planejamento pedagógico.

CAPÍTULO VIII
DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 26. O Município assegurará condições adequadas para atuação dos profissionais da Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 27. Compete ao Poder Executivo:

I - Garantir quantitativo adequado de profissionais.
II - Promover formação continuada em serviço.
III - Assegurar condições dignas de trabalho.
IV - Estimular, sempre que possível, a dedicação do profissional a uma única unidade escolar.
V - Promover ações de valorização profissional.
VI - Incluir profissionais não docentes nas ações formativas.

Art. 28. A formação continuada deverá contemplar:

I - Fundamentos da Educação Integral.
II - Práticas pedagógicas inovadoras.
III - Educação inclusiva.
IV - Avaliação da aprendizagem.
V - Educação digital e midiática.
VI - Gestão democrática.
VII - Convivência escolar e cultura de paz.
VIII - Articulação intersetorial.

CAPÍTULO IX
DA INFRAESTRUTURA E DOS RECURSOS

Art. 29. O Município promoverá adequações progressivas da infraestrutura escolar para atendimento da Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 30. As unidades escolares deverão dispor, observada a viabilidade administrativa e orçamentária, de:

I - Salas de aula adequadas.
II - Espaços de alimentação.
III - Áreas de convivência.
IV - Espaços esportivos e recreativos.
VI - Biblioteca ou sala de leitura.
VII - Acesso a recursos tecnológicos.
VIII - Condições de acessibilidade.
IX - Ambientes adequados para atividades pedagógicas diversificadas.

Art. 31. A implementação da política observará as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, podendo ser custeada com recursos:

I - Do FUNDEB, com no mínimo 4% (quatro por cento) dos recursos destinados à criação de matrículas em tempo integral, até o atingimento das metas de educação em tempo integral estabelecidas pelo Plano Nacional e pelo Plano Municipal de Educação, em observância à legislação federal aplicável, à lei orçamentária anual, ao PPA, à LDO e à disponibilidade financeira do Município.
II - Do salário-educação.
III - De programas federais e estaduais.
IV - De recursos próprios do Município.
V - De convênios e parcerias legalmente autorizadas.

CAPÍTULO X
DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 32. A Secretaria Municipal de Educação implementará sistema permanente de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.
Art. 33. O monitoramento deverá contemplar, no mínimo:

I - Indicadores de acesso e permanência.
II - Indicadores de aprendizagem.
III - Indicadores de equidade.
IV - Condições de infraestrutura.
V - Dados sobre formação e valorização profissional.
VI - Avaliação da articulação intersetorial.
VII - Participação da comunidade escolar.

Art. 34. A Secretaria Municipal de Educação elaborará relatório anual de monitoramento da política, a ser apresentado ao Conselho Municipal de Educação e ao Conselho do FUNDEB.

CAPÍTULO XI
DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Art. 35. O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, elaborará o Plano Municipal de Ação da Política de Educação Integral em Tempo Integral, destinado ao planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das ações relacionadas à ampliação e consolidação da oferta de matrículas em tempo integral na rede municipal de ensino.

Art. 36. O Plano Municipal de Ação da Educação Integral em Tempo Integral deverá observar as diretrizes desta Lei, da legislação educacional vigente e das normas nacionais aplicáveis, contendo, no mínimo:

I - Diagnóstico da rede municipal de ensino.
II - Metas quantitativas e qualitativas de expansão das matrículas.
III - Definição das unidades escolares prioritárias.
IV - Critérios de equidade e vulnerabilidade social para expansão da oferta.
V - Planejamento de adequação da infraestrutura física e pedagógica das unidades escolares.
VI - Planejamento de alimentação e transporte escolar.
VII - Previsão de contratação, lotação e formação continuada dos profissionais da educação.
VIII - Diretrizes curriculares e pedagógicas para implementação da Educação Integral em Tempo Integral.
IX - Estratégias de articulação intersetorial.
X - Ações de acompanhamento da frequência, permanência e aprendizagem dos estudantes.
XI - Indicadores e mecanismos de monitoramento e avaliação.
XII - Cronograma físico-financeiro de implementação.
XIII - Previsão orçamentária e fontes de financiamento.
XIV - Estratégias de participação da comunidade escolar e da sociedade civil.

Art. 37. O Plano Municipal de Ação da Educação Integral em Tempo Integral será submetido à apreciação e aprovação do Conselho Municipal de Educação.

§ 1º A aprovação do Plano pelo Conselho Municipal de Educação constitui requisito para sua implementação.
§ 2º O Conselho Municipal de Educação acompanhará a execução do Plano e poderá emitir recomendações para seu aperfeiçoamento.
§ 3º O Plano deverá ser revisado periodicamente, no mínimo a cada 2 (dois) anos, ou sempre que houver necessidade de atualização das metas, estratégias ou diretrizes.

Art. 38. A elaboração e revisão do Plano Municipal de Ação deverão garantir participação democrática da comunidade escolar, profissionais da educação, estudantes, famílias, conselhos de controle social e representantes da sociedade civil.

Art. 39. A Secretaria Municipal de Educação deverá apresentar anualmente ao Conselho Municipal de Educação relatório de execução do Plano Municipal de Ação da Educação Integral em Tempo Integral, contendo:

I - Dados de expansão das matrículas.
II - Informações sobre infraestrutura.
III - Indicadores de frequência, permanência e aprendizagem.
IV - Ações de formação profissional.
V - Execução orçamentária e financeira.
VI - Avaliação dos resultados alcançados.
VII - Medidas corretivas e estratégias de aperfeiçoamento.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40. A Secretaria Municipal de Educação deverá elaborar Plano Municipal de Implementação da Educação Integral em Tempo Integral, contendo:

I - Metas de expansão.
II - Cronograma de implementação.
III - Critérios de priorização.
IV - Plano de formação continuada.
V - Estratégias de monitoramento.
VI - Previsão de adequações estruturais.

Art. 41. As unidades escolares deverão revisar seus Projetos Político-Pedagógicos para adequação às disposições desta Lei.

Art. 42. Esta Lei será implementada progressivamente, conforme disponibilidade orçamentária, financeira e capacidade operacional da rede municipal.

Art. 43. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 44. Revogam-se as disposições em contrário.

Santo Antônio do Aventureiro/MG, 14 de setembro de 2026.

AMAURY DE SÁ FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clovis Eduardo Schettino
Código Identificador:BBEEB7A9

LEIS, DECRETOS E PORTARIAS
LEI MUNICIPAL 1045/2026

Lei Municipal nº 1.045/2026

Altera o art. 1º da Lei nº 1.036 de 25 de junho 2026, que modifica o inc. I do art. 5º da Lei nº 1.027 de 09 de dezembro 2025, que "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Santo Antônio do Aventureiro, para o exercício financeiro de 2026".

A Câmara Municipal de Santo Antônio do Aventureiro/MG, por seus autênticos representantes, aprovou, e eu, prefeito, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O inc. I do art. 5º da Lei nº 1.027 de 09 de dezembro 2025, que "Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Santo Antônio do Aventureiro, para o exercício financeiro de 2026" passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a:

I - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 45% (quarenta e cinco por cento) da Despesa Total Fixada no Orçamento do Município, nos termos previstos no inciso I do art. 7º e incisos I, II e III do § 1º do art. 43 da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964;

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Aventureiro, 14 de setembro de 2026

AMAURY DE SÁ FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clovis Eduardo Schettino
Código Identificador:29C1B822

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO ITAMBÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 1º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0110/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0052/2026 — Pregão Eletrônico nº 0019/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X CAPIXABA SAUDE SERRA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 18.520,00 (dezoito mil e quinhentos e vinte reais).**Objeto:**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS PARA A ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG, VISANDO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.**Assinatura:**15/06/2026 — **Vigência:**15/06/2027. **Fundamentação Legal**: art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, 14 de setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:61B73C44

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 1º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0111/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0052/2026 — Pregão Eletrônico nº 0019/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X CARVALHAIS E VIANA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 11.295,00 (onze mil e duzentos e noventa e cinco reais).**Objeto:**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS PARA A ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG, VISANDO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.**Assinatura:**15/06/2026 — **Vigência:**15/06/2027. **Fundamentação Legal:** art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, 14 de setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:B327B76F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 1º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0112/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0052/2026 — Pregão Eletrônico nº 0019/2026. **Partes:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X LICITA MED LTDA. **Ata no valor Total de:** R$ 6.065,00 (seis mil e sessenta e cinco reais). **Objeto:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS PARA A ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG, VISANDO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO. **Assinatura:** 15/06/2026 — **Vigência:** 15/06/2027. **Fundamentação Legal:** art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, 14 de setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:8BCAB004

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 1º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0113/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0052/2026 — Pregão Eletrônico nº 0019/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X MABUS EMPRESARIAL LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 940,00 (novecentos e quarenta reais).**Objeto:**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS PARA A ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG, VISANDO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.**Assinatura:**15/06/2026 — **Vigência:**15/06/2027. **Fundamentação Legal:** art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, 14 de setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:F0A8587E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 1º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0114/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0052/2026 — Pregão Eletrônico nº 0019/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X MEDSET SOLUCOES PARA SAUDE LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 1.057,05 (um mil e cinquenta e sete reais e cinco centavos).**Objeto:**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS PARA A ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG, VISANDO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.**Assinatura:**15/06/2026 — **Vigência:**15/06/2027.

Santo Antônio do Itambé/MG, 14 de setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:EF9FD465

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 1º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0115/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0052/2026 — Pregão Eletrônico nº 0019/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X ORION COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 845,95 (oitocentos e quarenta e cinco reais e noventa e cinco centavos).**Objeto:**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS PARA A ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG, VISANDO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.**Assinatura:**15/06/2026 — **Vigência:**15/06/2027. **Fundamentação Legal:** art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, 14 de setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:03575617

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 1º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0116/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0052/2026 — Pregão Eletrônico nº 0019/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 15.395,96 (quinze mil e trezentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos).**Objeto:**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS PARA A ESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG, VISANDO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO.**Assinatura:**15/06/2026 — **Vigência:**15/06/2027. **Fundamentação Legal:** art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, 14 de setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:93B67B8E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 1º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0117/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0055/2026 — Pregão Eletrônico nº 0020/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X BHDENTAL COMERCIAL LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 11.761,26 (onze mil e setecentos e sessenta e um reais e vinte e seis centavos).**Objeto:**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE E DOS SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS VINCULADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG.**Assinatura:**15/06/2026 — **Vigência:**15/06/2027.

Santo Antônio do Itambé/MG, 14 de setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:72DDCBB4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 1º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0118/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0055/2026 — Pregão Eletrônico nº 0020/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X LC - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 530,00 (quinhentos e trinta reais).**Objeto:**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE E DOS SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS VINCULADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG.**Assinatura:**15/06/2026 — **Vigência:**15/06/2027.

Santo Antônio do Itambé/MG, 14 de setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:4C868E1A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 1º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0119/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0055/2026 — Pregão Eletrônico nº 0020/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X PIETRA ODONTO IMPORTACAO E DISTRIBUIDORA LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 3.000,00 (três mil reais).**Objeto:**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE E DOS SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS VINCULADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG.**Assinatura:**15/06/2026 — **Vigência:**15/06/2027.

Santo Antônio do Itambé/MG, 14 de setembro de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:E4B9DE89

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO 108/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 58/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Santo Antônio do Monte comunica que irá realizar procedimento licitatório que tem por objeto o registro de preços com vistas a futuras e eventuais contratações de serviços de recapagem em pneus, destinados à manutenção da frota municipal e conveniados, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Transportes, de acordo com quantidades e especificações do Relatório de Itens, parte integrante deste Edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: **08:29 hs do dia 29/09/2026.**
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às **08:30 hs do dia 29/09/2026.**

Informações/Edital: santoantoniodomonte.atende.net ou Praça Getúlio Vargas, 18 – Centro em Santo Antônio do Monte – MG – Telefone (37) 3281 7328 Horário: 08:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: compras@samonte.mg.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br.

Santo Antônio do Monte, 14 de setembro de 2026.

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
Diretora de Licitações e Contratos

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:35244A2B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO BENTO ABADE

SETOR DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 089/2026 – DISPENSA ELETRÔNICA 018/2026
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 059/2026

O Prefeito Municipal de São Bento Abade – MG, Eneias Machado de Souza, torna público que realizou a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 059/2026, referente ao Processo Administrativo nº 089/2026, Dispensa Eletrônica nº 018/2026, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO ABADE EM JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO, CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL". conforme informações que se seguem: CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Bento Abade – MG e CONTRATADA: INSTITUTO ZURIEL CAPACITAÇÃO E PUBLICAÇÃO EIRELI- EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 18.553.210/0001-72, com valor estimado registrado de R$3.350,00 (três mil trezentos e cinquenta reais).

ENEIAS MACHADO DE SOUZA
Prefeito Municipal.

São Bento Abade, 14 de setembro de 2026

ESTE EXTRATO FOI PUBICADO NO SITE E NO MURAL EM 14/09/2026

Publicado por:
Edson Donizete
Código Identificador:BD7A5834

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO ADESÃO SEPLAG

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO/MG. AVISO DE ADESÃO. O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO/MG torna público, para conhecimento de todos os interessados, a adesão a ***ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 93/2026 – PLANEJAMENTO Nº 380/2025, COMPRAS DE MEDICAMENTOS III (PRODUTOS DE SAÚDE),*** destinado a atender as necessidades da Farmácia Básica do Município.

São Francisco/MG, 14 de Setembro de 2026.

ANDRESSA VIEIRA RODRIGUES.
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
José Pereira Dos Santos Neto
Código Identificador:699475CD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GERALDO

LICITAÇÕES E PREGÕES
AVISO DE LICITAÇÕES

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 018/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2026 - DISPENSA ELETRÔNICO Nº 018/2026 - Última atualização 14/09/2026 - Local: São Geraldo/MG - Órgão: MUNICIPIO DE SAO GERALDO - Unidade compradora: 02001 - MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO -Modalidade da contratação: Dispensa- Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II - Tipo: Aviso de Contratação Direta - Modo de disputa: Dispensa Com Disputa - Registro de preço: Não - Fonte orçamentária: Não informada - Data de divulgação no PNCP: 14/09/2026 - Situação: Divulgada no PNCP - Data de início de recebimento de propostas: 14/09/2026 16:00 (horário de Brasília) - Data fim de recebimento de propostas: 18/09/2026 08:00 (horário de Brasília) - Id contratação PNCP: 18137935000180-1-000076/2026 - Fonte: SH3 Informática Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada para assessoramento e consultoria técnica à Controladoria Geral do Município de São Geraldo/MG.

CARMEN APARECIDA TOMAZ –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Tamires Cristina da Cruz Ferreira
Código Identificador:B2442BC3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE ALTERAÇÃO DOS TERMOS DO EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2026
(LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, ARTIGO 176, II)

LICITAÇÃO ABERTA A TODOS OS INTERESSADOS; MANTENDO-SE O TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E EQUIPARADOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada dos Resíduos do Setor de Saúde (RSS), dos grupos "A" (biológicos), "B" (químicos e medicamentos) e "E" (perfuro cortantes), gerados nas unidades do Município de São Gonçalo do Rio Preto, com fornecimento de recipientes, emissão de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e Certificação de Destinação Final (CDF), conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e especificações constantes no Termo de Referência. **AVISO:** O (A) Pregoeiro (a) comunica aos interessados na licitação em epígrafe que foi realizada a alteração do edital, relativa ao tratamento favorecido ME/EPP/Equiparadas, com fundamento no artigo 49, inciso II e III da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Por se tratar de modificação estritamente procedimental e de caráter geral, sem qualquer impacto sobre a formulação de propostas ou sobre a abrangência de participação no certame, torna-se despicienda a devolução de prazo. Assim, permanece inalterada a data de abertura do certame, agendada para o dia 24/09/2026 às 09:00 horas.

RETIRADA DO EDITAL E INFORMAÇÕES: Divisão de Licitações e Contratos, na Rua das Flores, n.º 215, no horário de 08:00 às 11:00 e 12:00 às 16:00 de segunda a sexta-feira. Contato: (38) 3546-1240, (38) 99757-1240 ou e-mail: licitacao@saogoncalodoriopreto.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, 14 de setembro de 2026.

DILSON DE FÁTIMA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:6E97F8C7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL EM SEDE DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO Nº 022/2026
UNIDADE GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RESCISÃO DO CONTRATO Nº 059/2026, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO E COMERCIAL PRG LIMITADA PARA FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS DESTINADAS AOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA CIDADANIA EM AÇÃO.

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO, inscrito no CNPJ sob o registro de nº 17.754.151/0001-38, com sede na Rua das Flores, nº 215, Bairro Centro, na cidade de São Gonçalo do Rio Preto, MG, CEP 39185.000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, DILSON DE FÁTIMA MOREIRA, portador da Matrícula Funcional de nº 15137, doravante designado (a) DISTRATADO e o (a) COMERCIAL PRG LIMITADA, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 48.409.842/0001-28, sediado (a) na Rua José do Carmo Barcelos, nº 176, Loja A, Bairro Savassi, na cidade de Ribeirão das Neves, MG, CEP 33820.192, neste ato representado (a) por PAULO RICARDO GUEDES RODRIGUES, conforme atos constitutivos da empresa, doravante designado (a) DISTRATANTE, **resolvem rescindir, amigavelmente**, o **Contrato Administrativo de nº 059/2026**, de acordo com as normas disciplinares da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, considerando as razões consubstanciadas no **Processo nº 022/2026**, na modalidade **Pregão Presencial nº 011/2026.**

1. DO OBJETO

1.1. Este termo tem como objeto a rescisão do Contrato nº 059/2026, firmado entre as partes em 04 de maio de 2026, tendo por objeto o fornecimento de cestas básicas de alimentos destinadas aos

beneficiários do Programa Cidadania em Ação – Lei Municipal nº 633, de 17 de maio de 2021.

2. DA RESCISÃO

2.1. Fica rescindido de pleno direito, amigavelmente, **com efeitos a partir de 11/09/2026**, o Contrato Administrativo nº 059/2026, visto o desinteresse das partes na manutenção do avençado.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. Este Termo de Rescisão decorre de autorização da autoridade legal competente e tem respaldo no artigo 138, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4. DA QUITAÇÃO

4.1. As partes dão plena e total quitação das obrigações pactuadas, com exceção dos créditos, se reconhecidos pelo Município de São Gonçalo do Rio Preto, em favor do DISTRATANTE, não sendo cabível, por parte do DISTRATANTE, qualquer contestação judicial ou extrajudicial que diga respeito a pagamentos, faturas, indenizações ou compensações referentes ao Contrato extinto por este Instrumento.

4.2. Assim, pela assinatura deste Termo, concede-se plena quitação de todas as obrigações pactuadas ao DISTRATANTE, renunciando expressa e irrevogavelmente a qualquer forma de representação judicial ou administrativa.

5. DA PUBLICAÇÃO

5.1. O DISTRATADO providenciará a publicação do extrato deste Termo de Rescisão Amigável no Diário Oficial do Município nos termos do art. 176, inciso III da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e artigo 99 do Decreto Municipal nº 007, de 30 de janeiro de 2024.

6. DO FORO

6.1. O foro competente é do da Comarca de Diamantina/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

6.2. E, para firmeza e validade do que foi deliberado nos autos do Processo nº 090/2017, foi lavrado o presente Termo de Rescisão de Contrato, o qual, depois de lido, é assinado pela autoridade competente da Administração Municipal.

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto (MG), 11 de setembro de 2026.

DILSON DE FÁTIMA MOREIRA
Município de São Gonçalo do Rio Preto
Distratado

PAULO RICARDO GUEDES RODRIGUES
Comercial PGR Limitada
Distratante

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:2F46A120

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO N.º 14/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO N.º 14/2026
LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º ABRIL DE 2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 049/2026
PREGÃO PRESENCIAL N.º 026/2026

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de poços artesianos, incluindo mão de obra, equipamentos e o fornecimento de material, peças de reposição, acessórios e outros componentes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO, com sede na Rua das Flores, nº 215, Bairro Centro, na cidade de São Gonçalo do Rio Preto, MG, CEP 39185-000, inscrito no CNPJ sob o nº 17.754.151/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito DILSON DE FÁTIMA MOREIRA, portador da Matrícula Funcional de nº 13481.

CONTRATADOS:

ADAIR JOSE BARROSO ME, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 30.709.300/0001-05, sediado (a) na Rua do Capão, nº 260, Senador Modestino Gonçalves, MG, CEP 39190-000, doravante designado (a) CONTRATADO, neste ato representado (a) por ADAIR JOSÉ BARROSO, conforme (atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos).

VALOR DO CONTRATO: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento dos bens objeto deste contrato o valor total de R$ 1.042.000,00 (hum milhão e quarenta e dois mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 151317.511.0032.3106 – Investimento no Abastecimento de Água Rural; 151317.512.0032.2144 – Manutenção Sistema Abastecimento de Água; 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

DATA DA ASSINATURA TERMO DE CONTRATO: 14 de setembro de 2026.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O referido processo encontra-se à disposição dos interessados na Rua das Flores, n.º 215, Bairro Centro, São Gonçalo do Rio Preto, na sala da Divisão de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 11:00 e 12:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, telefone (38) 3546-1240; 9.9757-1240 ou e-mail: licitacao@saogoncalodoriopreto.mg.gov.br

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, 14 de setembro de 2026.

DILSON DE FÁTIMA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:B10373B5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GOTARDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DECISÃO ADMINISTRATIVA 17/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA 17/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Memorando Interno nº 356/2026

ASSUNTO: Anulação da 13ª e 14ª Convocações e realização de nova convocação – Concurso Público – Edital nº 01/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO, Estado de Minas Gerais, no regular exercício de suas atribuições legais e

constitucionais, com fulcro na Lei Orgânica do Município e nas normas gerais de direito administrativo;

CONSIDERANDO os termos do Memorando Interno nº 356/2026, expedido por este Gabinete e protocolado no sistema NotPaper sob o nº 2026.09.09.134126.118392, em 09 de setembro de 2026, o qual apontou incongruências operacionais no procedimento de publicação da 13ª Convocação para Posse e Exercício dos aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2024;

CONSIDERANDO que o instrumento convocatório formalizado em 31 de agosto de 2026 consignou data de apresentação dos aprovados para 01 de setembro de 2026, às 13h00, configurando concessão de prazo de comparecimento inferior ao necessário para entrega da documentação exigida;

CONSIDERANDO que a convocação não foi disponibilizada no portal eletrônico da Prefeitura Municipal nem em seus perfis institucionais de comunicação digital, em desacordo com a prática procedimental habitual adotada pelo Poder Executivo e em ofensa à boa-fé objetiva e à segurança jurídica;

CONSIDERANDO o entendimento estabelecido pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça e pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, consubstanciado no Enunciado nº 48 da Súmula de seu Órgão Especial, que impõe o dever de notificação pessoal aos convocados e veda o chamamento realizado unicamente por órgão oficial de imprensa quando rompidas as legítimas expectativas dos administrados;

CONSIDERANDO a incidência do poder-dever de autotutela consagrado nas Súmulas nº 346 e nº 473 do Supremo Tribunal Federal, que confere à Administração o dever de invalidar seus atos quando constatada ilegalidade;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 397/2026/PGM, emitido pela Procuradoria-Geral do Município em 10 de setembro de 2026, que, após análise da 13ª Convocação, opinou pela sua anulação e pela realização de nova convocação, com observância de prazo razoável e ampla divulgação do ato;

CONSIDERANDO o integral acolhimento dos fundamentos expostos no Parecer Jurídico nº 397/2026/PGM, os quais são formalmente incorporados a este ato decisório sob a modalidade de motivação per relationem;

CONSIDERANDO que a 14ª Convocação para Apresentar Exames, publicada em 27 de agosto de 2026, embora tenha sido divulgada nos meios oficiais e canais institucionais de comunicação habitualmente utilizados pelo Município, encontra-se diretamente relacionada ao procedimento de convocação dos candidatos abrangidos pelos atos ora analisados;

CONSIDERANDO que, uma vez desconstituída a convocação originária e determinada a renovação do procedimento convocatório, mostra-se necessária a invalidação dos atos subsequentes a ela vinculados, inclusive da 14ª Convocação, a fim de preservar a coerência, a segurança jurídica e a regularidade do procedimento administrativo;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de assegurar tratamento isonômico aos candidatos aprovados, mediante a realização de nova convocação, com prazo razoável, ampla publicidade e comunicação individualizada, em observância às disposições do Edital nº 01/2024 e aos princípios que regem a Administração Pública;

DECIDE:

Art. 1º. Fica declarada a anulação, com eficácia retroativa (ex tunc), da 13ª Convocação para Posse e Exercício, referente aos candidatos aprovados no Concurso Público – Edital nº 01/2024, formalizada em 31 de agosto de 2026, em razão das irregularidades identificadas quanto à publicidade do ato, ao prazo concedido para comparecimento e à consequente violação aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica.

Art. 2º. Fica igualmente declarada a anulação, com eficácia retroativa (ex tunc), da 14ª Convocação para Apresentar Exames, publicada em 27 de agosto de 2026, inclusive quanto à convocação para comparecimento médico agendado para 31 de agosto de 2026, por se tratar de ato administrativo subsequente e diretamente vinculado ao procedimento de convocação ora invalidado.

Art. 3º. Fica determinado à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão e à Divisão de Recursos Humanos que adotem as providências necessárias à formalização e publicação de nova convocação, contemplando os mesmos cargos e candidatos abrangidos pelos atos ora anulados, observada rigorosamente a ordem classificatória do certame.

Art. 4º. A nova convocação deverá estabelecer prazo adequado para que os candidatos realizem os exames admissionais, apresentem a documentação exigida e compareçam perante a Administração Municipal, observadas as disposições do Edital nº 01/2024 e da legislação aplicável.

Art. 5º. A nova convocação deverá ser publicada integralmente no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM, com divulgação no portal eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de São Gotardo e nos demais canais institucionais de comunicação habitualmente utilizados pelo Município.
Parágrafo único. Deverá ser realizada, ainda, comunicação individual aos candidatos convocados, por meio dos dados de contato disponíveis nos registros do concurso, com a juntada aos autos administrativos dos respectivos comprovantes de envio.

Art. 6º. Esta Decisão Administrativa entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de São Gotardo, 14 de Setembro de 2026.

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna de Cássia Lima
Código Identificador:505992A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº. 290 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº. 290 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

EXONERA SERVIDOR DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Gotardo, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VI, do art.69, da Lei Orgânica do município de São Gotardo,

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar a servidora KEILLA APARECIDA DA SILVA, do cargo, em comissão, de AGENTE DE CONTRATAÇÃO, nos termos das disposições contidas na Lei Complementar nº 261/2026.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à 08 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de São Gotardo, 14 de setembro de 2026.

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna de Cássia Lima
Código Identificador:65255B2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº. 291, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº. 291, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Gotardo, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VI, do art.69, da Lei Orgânica do município de São Gotardo,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear a servidora RAPHAELA ALVES DE OLIVEIRA, brasileira, para exercer o cargo, em comissão, de CHEFE DE DIVISÃO, de acordo com as disposições contidas na Lei Complementar nº 261/2026.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à 09 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de São Gotardo, 14 de setembro de 2026.

MAKOTO EDISON SEKITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna de Cássia Lima
Código Identificador:AAD1C5F8

SETOR DE CONVÊNIOS
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Instrumento: Termo de Fomento
Proponente/OSC: ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (CNPJ nº 20.055.232/0001-54)
Endereço: Rua Lázaro F. Fidelis, nº 26, sala 01, Alto Bela Vista, São Gotardo/MG
Representante Legal: Elaine Aparecida dos Reis (Presidente)
Valor do Fomento: R$ 43.350,00 (quarenta e três mil e trezentos e cinquenta reais)
Objeto: Apoio financeiro para custear a 100ª Festa de Nossa Senhora do Rosário de São Gotardo/MG.

I — DO OBJETO E DA RELEVÂNCIA PÚBLICA DO FOMENTO

A presente parceria visa conjugar esforços entre o Município de São Gotardo e a Associação dos Filhos de Nossa Senhora do Rosário para a realização da 100ª Festa de Nossa Senhora do Rosário de São Gotardo/MG, tradicional manifestação cultural vinculada ao Congado local, destinada à preservação, valorização, continuidade e difusão das tradições culturais e folclóricas do Município. O fomento no valor de R$ 43.350,00 (quarenta e três mil e trezentos e cinquenta reais) destina-se ao custeio das despesas necessárias à realização da festividade, conforme especificações constantes do Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil.

A iniciativa reveste-se de relevante interesse público por contribuir para a preservação e transmissão dos saberes, práticas, celebrações e tradições associadas ao Congado, promovendo sua continuidade entre diferentes gerações e fortalecendo os vínculos culturais e comunitários. A realização da centésima edição da Festa de Nossa Senhora do Rosário representa importante marco histórico para a manifestação, proporcionando a participação dos congadeiros locais, de grupos convidados de outras cidades e da comunidade em geral.

A relevância cultural da iniciativa é reforçada pelo fato de que a tradicional Festa do Congado foi registrada, no ano de 2010, como Patrimônio Cultural no âmbito municipal, com a finalidade de preservar e manter a tradição, circunstância que evidencia o interesse público municipal na adoção de ações destinadas à sua continuidade e salvaguarda.

O apoio municipal encontra respaldo nos arts. 215 e 216 da Constituição Federal, que asseguram o pleno exercício dos direitos culturais e estabelecem o dever do Poder Público de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, compreendendo os bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Nesse contexto, o fomento à realização da 100ª Festa de Nossa Senhora do Rosário configura medida de interesse público voltada ao fortalecimento da cultura local, à transmissão de saberes tradicionais, à preservação da memória coletiva, à valorização do Congado e à salvaguarda do patrimônio cultural de São Gotardo, justificando a atuação do Município em regime de mútua cooperação com a Organização da Sociedade Civil.

II — DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA INEXIGIBILIDADE

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, instituído pela Lei Federal nº 13.019/2014, estabelece, em seu art. 31, a possibilidade de inexigibilidade do chamamento público quando configurada a inviabilidade de competição entre as Organizações da Sociedade Civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou quando as metas somente puderem ser atingidas por entidade específica.

No caso concreto, além das características específicas do objeto, verifica-se hipótese expressamente contemplada pelo art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, uma vez que a transferência de recursos encontra-se previamente autorizada em lei municipal que identifica expressamente a Organização da Sociedade Civil beneficiária.

Com efeito, a Lei Municipal nº 3.011, de 24 de agosto de 2026, autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros à Associação dos Filhos de Nossa Senhora do Rosário, sob o regime de fomento da Lei Federal nº 13.019/2014, no montante de até R$ 43.350,00 (quarenta e três mil e trezentos e cinquenta reais), identificando expressamente a entidade beneficiária da transferência.

Além da previsão legislativa específica, as características do objeto demonstram identidade entre as atividades desenvolvidas pela entidade e as metas pretendidas pela Administração, especialmente quanto à realização da tradicional Festa de Nossa Senhora do Rosário, à participação dos ternos de Congado e à preservação e continuidade dessa manifestação cultural.

A ausência de realização de chamamento público deverá ser devidamente formalizada e justificada, observando-se as disposições pertinentes da Lei Federal nº 13.019/2014, sem prejuízo do atendimento aos demais requisitos legais necessários à celebração da parceria.

III — DA CARACTERIZAÇÃO DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

A inviabilidade de competição para execução do objeto proposto não decorre de mera escolha discricionária desta Pasta, encontrando respaldo tanto na autorização legislativa específica que identifica expressamente a Associação dos Filhos de Nossa Senhora do Rosário como beneficiária da transferência, quanto nas condições institucionais, culturais, técnicas e operacionais relacionadas ao objeto da parceria, conforme demonstrado a seguir.

1. Da Exclusividade Estatutária (Inviabilidade Jurídica de Competição)

Em análise da documentação institucional apresentada, verifica-se que a Associação dos Filhos de Nossa Senhora do Rosário possui atuação compatível com a preservação, promoção e continuidade das manifestações culturais relacionadas ao Congado e à Festa de Nossa Senhora do Rosário, apresentando pertinência entre suas atividades institucionais e o objeto da parceria pretendida.

A especificidade da presente parceria decorre, ainda, do fato de que o objeto consiste na realização da 100ª Festa de Nossa Senhora do Rosário de São Gotardo, manifestação tradicional vinculada à trajetória cultural e comunitária da entidade e dos grupos de Congado envolvidos em sua realização. Trata-se de ação cuja execução pressupõe articulação com os congadeiros locais, participação dos ternos e grupos convidados e organização das atividades próprias da celebração, não se caracterizando como evento cultural genérico

passível de execução indistinta por qualquer outra Organização da Sociedade Civil.

Nesse sentido, a parceria apresenta identidade entre a natureza específica do objeto, a atuação institucional da Associação e a comunidade cultural diretamente vinculada à realização da festividade.

Soma-se a isso o fato de que a própria Lei Municipal nº 3.011, de 24 de agosto de 2026, identifica expressamente a Associação dos Filhos de Nossa Senhora do Rosário como beneficiária dos recursos, circunstância que reforça a especificidade jurídica da parceria.

Assim, a identidade existente entre a natureza do objeto, a atuação institucional da Associação, a tradição cultural diretamente vinculada à entidade e a destinação legislativa específica dos recursos evidencia a inviabilidade de competição nos moldes propostos, reforçando o enquadramento jurídico previsto na Lei Federal nº 13.019/2014.

2. Da Exclusividade Técnica e Operacional (Inviabilidade Fática de Competição)

A realização da 100ª Festa de Nossa Senhora do Rosário de São Gotardo pressupõe conhecimento das práticas tradicionais, articulação com os congadeiros locais e grupos convidados, organização dos ternos e domínio das particularidades culturais e comunitárias inerentes à manifestação.

A Associação dos Filhos de Nossa Senhora do Rosário encontra-se diretamente vinculada à organização e preservação da festividade e à comunidade detentora da manifestação cultural, possuindo conhecimento das práticas, tradições, participantes e formas de organização necessárias à realização da celebração.

A execução do objeto envolve, dentre outras ações, a participação dos congadeiros locais e de grupos de Congado provenientes de outras cidades, a organização das atividades folclóricas e culturais, alimentação dos congadeiros, serviços gráficos para divulgação, aluguel de tendas e transporte de grupos participantes, conforme estabelecido no Plano de Trabalho.

Dessa forma, não se trata do fomento a um evento cultural genérico que poderia ser indistintamente realizado por outra organização, mas do apoio público à centésima edição de uma manifestação cultural tradicional e registrada como Patrimônio Cultural no âmbito municipal, cuja realização está diretamente vinculada à comunidade, aos grupos de Congado e à entidade responsável por sua organização.

A capacidade técnica e operacional da Associação, associada à natureza específica da manifestação e à identificação legislativa da entidade como destinatária dos recursos, demonstra a adequação da Organização da Sociedade Civil para o atingimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

Portanto, diante das características específicas do objeto, da vinculação da Associação à manifestação cultural, de sua capacidade de articulação com os grupos participantes e da destinação legislativa específica dos recursos, resta caracterizada a situação jurídica que autoriza a celebração da parceria sem procedimento competitivo, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

IV — DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DA RAZOABILIDADE DOS CUSTOS

O montante financeiro de R$ 43.350,00 (quarenta e três mil e trezentos e cinquenta reais) destina-se à execução das ações previstas no Plano de Trabalho para realização da 100ª Festa de Nossa Senhora do Rosário de São Gotardo, devendo sua aplicação observar estritamente as metas, etapas e despesas nele estabelecidas.

Os recursos serão destinados às seguintes despesas finalísticas e operacionais:

• **Gás de cozinha:** aquisição prevista no Plano de Trabalho para atendimento das necessidades da festividade;

• **Alimentação:** aquisição de alimentação em geral destinada aos congadeiros participantes da festividade;

• **Serviços gráficos:** confecção de banners e bandeirolas destinados à divulgação e ambientação da Festa;

• **Aluguel de tendas e frete:** contratação das estruturas previstas no Plano de Trabalho para instalação junto à Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário;

• **Transportes:** custeio do transporte de grupos de Congado provenientes das localidades indicadas no Plano de Trabalho.

As despesas previstas guardam relação direta com as metas estabelecidas no Plano de Trabalho, especialmente quanto à realização da festividade, participação dos grupos de Congado, alimentação dos integrantes, divulgação e estrutura necessária ao evento.

Os valores previstos deverão estar respaldados pela documentação integrante do processo administrativo, de forma a demonstrar sua compatibilidade com os preços praticados no mercado e a proporcionalidade entre os recursos públicos empregados e as metas estabelecidas.

Dessa forma, considerando a natureza das despesas, sua vinculação direta à execução do objeto e a demonstração de compatibilidade dos valores constante da instrução processual, considera-se o valor global de R$ 43.350,00 (quarenta e três mil e trezentos e cinquenta reais) adequado à execução da parceria, observados os princípios da economicidade, eficiência e adequada aplicação dos recursos públicos.

V — CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, resta demonstrada a adequação da celebração da parceria diretamente com a Associação dos Filhos de Nossa Senhora do Rosário, considerando a natureza específica do objeto, sua vinculação à tradicional Festa de Nossa Senhora do Rosário e à manifestação do Congado, a compatibilidade entre as atividades institucionais da entidade e as metas estabelecidas no Plano de Trabalho, bem como a existência de destinação legislativa específica dos recursos.

Soma-se a tais circunstâncias a existência de autorização legislativa específica, consubstanciada na Lei Municipal nº 3.011, de 24 de agosto de 2026, que identifica expressamente a Associação dos Filhos de Nossa Senhora do Rosário como entidade beneficiária da transferência de recursos.

Dessa forma, esta autoridade declara a INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO, com fundamento no art. 31, caput e inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, autorizando o prosseguimento da instrução processual destinada à celebração de Termo de Fomento com a Associação dos Filhos de Nossa Senhora do Rosário, inscrita no CNPJ sob o nº 20.055.232/0001-54, no valor de R$ 43.350,00 (quarenta e três mil e trezentos e cinquenta reais), destinado à execução das ações previstas no Plano de Trabalho para realização da 100ª Festa de Nossa Senhora do Rosário de São Gotardo/MG.

A celebração da parceria fica condicionada ao cumprimento dos demais requisitos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pela Lei Municipal nº 3.011/2026, incluindo a regular instrução do processo administrativo, aprovação do Plano de Trabalho, emissão dos pareceres técnico e jurídico pertinentes, comprovação dos requisitos de habilitação e regularidade da Organização da Sociedade Civil e demais providências necessárias à formalização do ajuste.

Determina-se a adoção das medidas de publicidade e transparência legalmente aplicáveis à parceria, bem como o regular acompanhamento, monitoramento e prestação de contas da execução das metas e da aplicação dos recursos públicos.

São Gotardo/MG, 24 de agosto de 2026.

JOYCE FABIULA RODRIGUES
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Maria Neli de Oliveira Teixeira
Código Identificador:F9E89BD6

SETOR DE LICITAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 147/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de apoio administrativo e operacional, compreendendo as categorias de auxiliar de serviços gerais, porteiro/vigia e recepcionista, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do artigo 6º, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021, para atender a sede da Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG.

ASSUNTO: REVOGAÇÃO do processo administrativo

Considerando os autos do processo em epígrafe, referente à contratação acima especificada;
Considerando que, após reavaliação da conveniência e oportunidade do certame, a Administração Pública Municipal verificou que o presente momento não se mostra pertinente para o prosseguimento da contratação pretendida;
Considerando que a Administração não possui mais interesse na continuidade do processo, tratando-se de ato discricionário inserido no poder-dever de autotutela administrativa, exercido com fundamento nos princípios da supremacia do interesse público e da eficiência;
Considerando o entendimento consolidado na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual "**a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial**";

Considerando que o certame não foi adjudicado, tampouco homologado, encontrando-se a Administração ainda no exercício pleno de sua autotutela, sem que tenha havido a constituição de direitos adquiridos por parte de licitantes ou eventuais interessados;
Considerando que a presente decisão se dá por juízo de conveniência e oportunidade administrativa, não havendo, até o presente momento, direitos adquiridos de terceiros a serem preservados;

DECIDO:

Pelo **REVOGAÇÃO** do Processo Administrativo nº 147/2026, que trata da contratação de empresa especializada em prestação de serviços de apoio administrativo e operacional (auxiliar de serviços gerais, porteiro/vigia e recepcionista), em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do artigo 6º, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021, com fundamento na Súmula nº 473 do STF, por não mais subsistir o interesse da Administração Pública na continuidade do feito no presente momento.

Determino:
I. A juntada da presente decisão aos autos do processo;
II. A notificação dos setores e/ou interessados envolvidos, quando aplicável;
III. O arquivamento do processo, sem prejuízo de sua reabertura futura, caso a Administração entenda pertinente, mediante nova análise de conveniência e oportunidade.

São Gotardo/MG, 01 de setembro de 2026.

DANIEL ASSUNÇÃO CARDOSO
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Tiago Eduardo Aninha
Código Identificador:435ACB79

SETOR DE LICITAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA PAL165/2026 - PE 21/2026

Processo Administrativo de Licitação (PAL) nº: 165/2026
Modalidade/Certame: Pregão Eletrônico nº 21/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de internet (conectividade em banda larga/link de dados) para atendimento das Secretarias e unidades da Administração Pública Municipal de São Gotardo/MG
Referência: Parecer Jurídico nº 391/2026 – PGM
Assunto: Anulação integral do Processo Administrativo de Licitação nº 165/2026 (Pregão Eletrônico nº 21/2026)
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e:
CONSIDERANDO o poder-dever de autotutela da Administração Pública, consagrado no art. 53 da Lei nº 9.784/1999 e na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, segundo os quais a Administração pode e deve anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, respeitados os direitos adquiridos de terceiros de boa-fé;
CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso III, e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, segundo o qual compete à autoridade superior proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, devendo, ao pronunciar a nulidade, indicar expressamente os atos viciados, tornando sem efeito todos os atos subsequentes que deles dependam;
CONSIDERANDO os critérios estabelecidos no art. 147 da Lei nº 14.133/2021 para a avaliação das consequências jurídicas e administrativas da invalidação de atos do processo licitatório, tendo sido constatado, no presente caso, que a anulação é a medida menos gravosa e mais adequada ao resguardo do interesse público e da legalidade;
CONSIDERANDO o teor do Parecer Jurídico nº 391/2026 – PGM, exarado pela Procuradoria-Geral do Município, o qual identificou a existência de vícios insanáveis na instrução do Processo Administrativo de Licitação nº 165/2026 (Pregão Eletrônico nº 21/2026), e recomendou, de forma expressa e fundamentada, a anulação integral do certame;
CONSIDERANDO a necessidade de resguardar a legalidade, a moralidade administrativa e o interesse público na condução dos processos de contratação pública do Município de São Gotardo/MG;
CONSIDERANDO a essencialidade do objeto licitado (conectividade de internet) para o funcionamento da Administração Pública Municipal, e a necessidade de se resguardar a continuidade dos serviços públicos essenciais até a conclusão de novo procedimento licitatório;
R E S O L V E:
Art. 1º Fica ANULADO, em sua integralidade, o Processo Administrativo de Licitação (PAL) nº 165/2026, referente ao Pregão Eletrônico nº 21/2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de internet para atendimento das Secretarias e unidades da Administração Pública Municipal de São Gotardo/MG, em cumprimento à recomendação exarada no Parecer Jurídico nº 391/2026 – PGM, em razão dos vícios insanáveis identificados na instrução do certame.
Parágrafo único. *Ficam tornados sem efeito todos os atos praticados no âmbito do certame ora anulado, inclusive os atos subsequentes que deles dependam, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.*
Art. 2º Determina-se à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão a adoção das providências necessárias à: (i) instauração de novo procedimento licitatório para a contratação do objeto, sanados os vícios apontados no Parecer Jurídico nº 391/2026 – PGM; e (ii) formalização de contratação direta, por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, para assegurar a continuidade dos serviços essenciais de conectividade de internet nas unidades da Administração Pública Municipal, enquanto perdurar a elaboração e a conclusão do novo certame.
Art. 3º Determina-se a publicação desta Decisão Administrativa para conhecimento dos interessados e demais efeitos legais.
Art. 4º Esta Decisão Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.
Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Gotardo/MG, 10 de setembro de 2026.

DANIEL ASSUNÇÃO CARDOSO
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Maira Batista
Código Identificador:D675FA4D

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 278/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, ATRAVÉS DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, O SR. DANIEL ASSUNÇÃO CARDOSO, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 187/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 278/2023. OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE 4 (QUATRO) ASSINATURAS ANUAIS DE PLATAFORMA ELETRÔNICA ESPECIALIZADA EM PESQUISA E COMPARAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO O ACESSO

AO SISTEMA POR MEIO DA INTERNET, A DISPONIBILIZAÇÃO DE BASE DE DADOS ATUALIZADA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, A EMISSÃO DE RELATÓRIOS DE PESQUISA DE PREÇOS, O SUPORTE TÉCNICO AO USUÁRIO, AS ATUALIZAÇÕES DA SOLUÇÃO DURANTE A VIGÊNCIA E O TREINAMENTO DOS USUÁRIOS DESIGNADOS, DESTINADA A INSTRUMENTALIZAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, EM ESPECIAL DO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES." NO VALOR DE R$49.200,00 (QUARENTA E NOVE MIL E DUZENTOS REAIS). DATA DA RATIFICAÇÃO: 04/09/2026.

Publicado por:
Rafaella Martins Soares
Código Identificador:AD2B127D

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DA ATA N° 49/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA Nº. 49/2025 , PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 84/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025. OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO 1º TERMO ADITIVO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO ATA Nº 49/2025 POR MAIS 12 (DOZE) MESES. DATA DO ADITIVO: 11/05/2026. VIGÊNCIA: 22 DE MAIO DE 2026 A 22 DE MAIO DE 2027. VALOR ESTIMADO: R$ 74.313,40 (SETENTA E QUATRO MIL TREZENTOS E TREZE REAIS E QUARENTA CENTAVOS). CONTRATADA: LIDER GÁS E BEBIDAS LTDA.. ASSINANTES: MAKOTO EDISON SEKITA– PREFEITO MUNICIPAL. CÉSAR JOSÉ BARBOSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. ADRIENE INES SELENITA DOS SANTOS – SECRETARIA DE ESPORTE – DANIELE MAGNAVITA DE ALENCAR- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL- DEBORA THAIS SILVA ALVES ARAUJO- SECRETARIA DE SAUDE- JOYCE FABIULA RODRIGUES- SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO- MARILENE TEODORO DA SILVA E SILVA- SECRETARIO DE EDUCAÇÃO – DANIEL ASSUNÇÃO CARDOSO – SECRETARIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTAO- EDUARDO CESAR BATISTA DE OLIVEIRA – REPRESENTANTE DA CONTRATADA.

Publicado por:
Cristiani Aparecida Batista Galvão
Código Identificador:862CE22D

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 161/2022

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 161/2022, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 123/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2022. OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO 4° TERMO ADITIVO A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO 161/2022 POR MAIS 12 (DOZE) MESES E O REAJUSTE DO VALOR UNITÁRIO CONFORME VARIAÇÃO DO IPCA/IBGE, NO PERCENTUAL DE 4,71%. CONTRATADA: GOLD TELECOM LTDA ME. O VALOR TOTAL ESTIMADO DA DESPESA É DE R$ 446.000,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA E SEIS MIL REAIS)) PAGOS MENSALMENTE EM 12 (DOZE) PARCELAS NO VALOR DE R$ 37.166,66 (TRINTA E SETE MIL, CENTO E SESSENTA E SES REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS)

. DATA DO ADITIVO: 08/09/2025. VIGÊNCIA DO ADITIVO: 09/09/2026 A 10/09/2027. ASSINANTES: MAKOTO EDSON SEKITA– PREFEITO MUNICIPAL. DANIEL ASSUNÇÃO CARDOSO- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. – GOLD TELECOM LTDA - CONTRATADA.

Publicado por:
Fernanda Maria de Souza
Código Identificador:78867B5F

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº139/2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO Nº139/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 278/2026 DISPENSA Nº 187/2026 OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE 4 (QUATRO) ASSINATURAS ANUAIS DE PLATAFORMA ELETRÔNICA ESPECIALIZADA EM PESQUISA E COMPARAÇÃO DE PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO O ACESSO AO SISTEMA POR MEIO DA INTERNET, A DISPONIBILIZAÇÃO DE BASE DE DADOS ATUALIZADA DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, A EMISSÃO DE RELATÓRIOS DE PESQUISA DE PREÇOS, O SUPORTE TÉCNICO AO USUÁRIO, AS ATUALIZAÇÕES DA SOLUÇÃO DURANTE A VIGÊNCIA E O TREINAMENTO DOS USUÁRIOS DESIGNADOS, DESTINADA A INSTRUMENTALIZAR AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, EM ESPECIAL DO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES". CONTRATADA: NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA, NO VALOR DE R$49.200,00 (QUARENTA E NOVE MIL E DUZENTOS REAIS), PARA UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. DATA DA RATIFICAÇÃO: 04/09/2026. VIGÊNCIA: 04/09/2026 A 04/09/2027. ASSINANTES: PREFEITO MUNICIPAL: MAKOTO EDISON SEKITA- DANIEL ASSUNÇÃO CARDOSO,-SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.- RUDIMAR BARBOSA DOS REIS- REPRESENTANTE DA CONTRATADA.

Publicado por:
Rafaella Martins Soares
Código Identificador:45C4CA02

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA PONTE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 199/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 051/2026
TERMO DE ADESÃO Nº 016/2026

ORIGEM: ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2025– Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba - CODAP.

O **Município de São João da Ponte - MG**, por intermédio da agente de contratação, nomeada através da Portaria n°: 032 de 07 de janeiro de 2025, torna se público o extrato do contrato que tem como objeto a adesão à Adesão à Ata de Registro de Preços nº 020/2025, oriunda do Processo Licitatório n° 019/2025, Pregão Eletrônico nº 012/2025 realizado pelo Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba - CODAP, para **aquisição veículos, para o CODAP e municípios que compõe o consorcio...)**, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no art. 86 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme detalhado a seguir:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG
CONTRATADA: DEVA VEICULOS LTDA
CNPJ: 23.762.552/0003-02
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 199/2026
VALOR GLOBAL TOTAL ESTIMADO: R$ 594.500,00 (Quinhentos e noventa e quatro mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES (18/08/2026 a 17/08/2027)

Publique-se o resultado para conhecimento público.

São João da Ponte, 18 de agosto de 2026.

CAMILA RUAS FERREIRA
Agente de Contratação
Portaria nº 073, de 07/07/2026

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:70BCA264

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 051/2026
TERMO DE ADESÃO Nº 016/2026

ORIGEM: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2025– Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba - CODAP.

ADJUDICO e **HOMOLOGO** para todos os efeitos de direito nos termos do da Lei 14.133/2021, o Processo Licitatório Nº 083/2026, Inexigibilidade de Licitação Nº 051/2026, Termo de Adesão N° 016/2026 com fundamento no fulcro no caput do Artigo 86 da Lei 14.133/2021, para a adesão à Adesão à Ata de Registro de Preços nº 020/2025, oriunda do Processo Licitatório n° 019/2025, Pregão Eletrônico nº 012/2025 realizado pelo Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba - CODAP, para **aquisição veículos, para o CODAP e municípios que compõe o consorcio...)**, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no art. 86 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme abaixo:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE – MG
CONTRATADA: DEVA VEICULOS LTDA
CNPJ: 23.762.552/0003-02
VALOR TOTAL: R$ 594.500,00 (Quinhentos e noventa e quatro mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses da assinatura do contrato;

Publique-se para conhecimento público

São João da Ponte - MG, 18 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Ruas Ferreira
Código Identificador:ED0CFB59

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO EDITAL PROCESSO 0297/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 0114/2026

Objeto: Prestação de serviços de controle de pragas e vetores urbanos (dedetização), com fornecimento de mão de obra, produtos, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços na frota de ônibus do Transporte Coletivo Urbano do Município de São Lourenço/MG. Sessão Pública às 13:00h do dia 01/10/2026. Credenciamento: até as 13:00h do dia 01/10/2026. Apresentação das propostas: até as 13:00h do dia 01/10/2026. Início dos lances: sob comando da pregoeira após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, na Gerência de Licitações pelo telefone (35) 99893-9005, ou no site www.saolourenco.mg.gov.br –

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Pregoeira Oficial e

CLÁUDIA NOGUEIRA DE SOUZA -
Pregoeira Substituta.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:6F65833F

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO EDITAL PROCESSO 0299/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 0115/2026

Objeto: Fornecimento de peças de concreto tipo balaústres, destinadas às atividades de manutenção, recuperação e adequação de estruturas sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, para eventual e futura aquisição com inscrição em Ata de Registro de Preços. Sessão Pública às 13:00h do dia 30/09/2026. Credenciamento: até as 13:00h do dia 30/09/2026. Apresentação das propostas: até as 13:00h do dia 30/09/2026. Início dos lances: sob comando da pregoeira após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, na Gerência de Licitações pelo telefone (35) 99893-9005, ou no site www.saolourenco.mg.gov.br –

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Pregoeira Oficial e

CLÁUDIA NOGUEIRA DE SOUZA -
Pregoeira Substituta.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:1F247A4F

LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE ATO DE REVOGAÇÃO - PROCESSO: 0220/2025 PREGÃO: 0108/2025

O Prefeito Municipal de São Lourenço/MG, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 71 da Lei 14.133/2021 e
Considerando o processo licitatório nº 0220/2025, na modalidade de Pregão Eletrônico de nº 0108/2025 e o contrato nº 202511010;
Considerando que o aludido edital foi preparado para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS, MEDIANTE LOCAÇÃO DE LICENÇA DE SISTEMA COMO SERVIÇO (SaaS), COMPREENDENDO SISTEMA PARA GESTÃO DO CADASTRO TÉCNICO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO, LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO DIGITAL, ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS DO MAPA DIGITAL URBANO (MDU) GEORREFERENCIADO E INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS LEGADOS.
RESOLVE:
REVOGAR o Processo Licitatório nº 0220/2025, na modalidade Pregão Eletrônico nº 0108/2025, em razão dos fatos supervenientes devidamente demonstrados nos autos, que alteraram substancialmente a necessidade administrativa e tornaram necessária a reformulação do objeto da contratação, nos termos do art. 71, inciso III, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, e, em decorrência, ***DECLARAR A EXTINÇÃO do Contrato Administrativo nº 202511010,*** pelos fundamentos constantes dos autos e por razões de interesse público decorrentes dos fatos supervenientes acima indicados, nos termos do art. 137, inciso VIII, e demais disposições aplicáveis da Lei nº 14.133/2021.

Prefeitura Municipal de São Lourenço/MG, 14 de setembro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keila Cristina Palma Coelho
Código Identificador:F5D0D0CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ANÁLISE DE RECURSOS PROCESSO SELETIVO Nº 004/2026

ANÁLISE DE RECURSOS
PROCESSO SELETIVO Nº 004/2026

ANÁLISE DE RECURSO CONTRA RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
NOME: Ana Clara de Souza Castro Silva
CARGO: Auxiliar de Desenvolvimento Infantil I DATA: 09/09/2026
INDEFERIDO
PARECER: Conforme item 6.3 do Edital: A escolaridade mínima exigida para o desempenho da função não será objeto de pontuação.

ANÁLISE DE RECURSO CONTRA RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
NOME: Diogo Dias Noronha Caetano Apparecido
CARGO: Profissional de Apoio Escolar - Educação Especial DATA: 08/09/2026

INDEFERIDO
PARECER: Conforme Item 6.6 do Edital. Item 2 - Formação escolar superior à mínima exigida e relacionada a função pleiteada. Ou seja, na área da Educação.

ANÁLISE DE RECURSO CONTRA RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
NOME: Kai Henrique Silva Fernandes
CARGO: Profissional de Apoio Escolar - Educação Especial DATA: 04/09/2026

INDEFERIDO
PARECER: Conforme Item 6.6 do Edital: Em cada item o candidato receberá pontos uma única vez, de forma não cumulativa, conforme os critérios relacionados na tabela. Item 2 - Formação escolar superior à mínima exigida e relacionada a função pleiteada. Mestrado: 30 pontos.

ANÁLISE DE RECURSO CONTRA RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
NOME: Roseli Sales Pereira
CARGO: Profissional de Apoio Escolar - Educação Especial DATA: 08/09/2026
DEFERIDO
PARECER: Retificação na data de nascimento.

São Lourenço, 14 de setembro de 2026.

Comissão Especial Organizadora (Portaria 4.107)

ANA CARLA NOGUEIRA FERREIRA GUIMARÃES RIBEIRO

CÁSSIA CARNEIRO MANGIA

PAULO APARECIDO COTA

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:BEEEFE12

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.768 DESIGNA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.

DECRETO Nº. 10.768

Designa Secretário Municipal de Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que ao Chefe do Executivo compete decidir sobre as nomeações e exonerações dos titulares de cargos públicos em consonância com o disposto na Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações; **considerando** a necessidade de designação de pessoa para responder pelas funções do referido cargo, enquanto durar o período de férias do titular do cargo; **considerando** que cabe ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o **Sr. Juan Mariel Vidal Rodrigues Lopes** para responder pelas atribuições do cargo de confiança, comissionado, *ad nutum*, de **"Secretário Municipal de Meio Ambiente"** enquanto durar o período de férias do titular do cargo, no período de 14/09/2026 a 23/09/2026, cumulativamente com as atribuições do cargo de **"Gerente de Meio Ambiente".**

Art. 2º Fica determinado que, para efeito de remuneração, o designado fará opção por um dos vencimentos.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 11 de setembro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/ssc

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:96CED96A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº. 10.769 DESIGNA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER.

DECRETO Nº. 10.769

Designa Secretário Municipal de Esportes e Lazer.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII, XIII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal - LOM; **considerando** que ao Chefe do Executivo compete decidir sobre as nomeações e exonerações dos titulares de cargos públicos em consonância com o disposto na Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações; **considerando** a necessidade de designação de pessoa para responder pelas funções do referido cargo, enquanto durar o período de férias do titular; **considerando** que cabe ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e funcionamento da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o **Sr. Marcelo Mathias Menezes** para responder pelas atribuições do cargo de confiança, comissionado, *ad nutum*, de **"Secretário Municipal de Esportes e Lazer",** previsto no Anexo III da Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações, enquanto durar o período de férias do titular do cargo, no período de 10/09/2026 a 09/10/2026, cumulativamente com as atribuições do cargo de **"Assessor de Esportes".**

Art. 2º Fica determinado que, para efeito de remuneração, o designado fará opção por um dos vencimentos.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 10/09/2026.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 14 de setembro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/ssc

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:0C676ECC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LISTA DE CONVOCAÇÃO CONFORME ITEM 9.4 DO EDITAL 01/2023

LISTA DE CONVOCAÇÃO CONFORME ITEM 9.4 DO EDITAL 01/2023			
São Lourenço/MG - Concurso Público 01/2023 /Engº de Regulação			
NOME	CPF	INSC	CLASSIF
LAIO DE ANDRADE ARANTES	116XXXXXX50	000161675-5	3º

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, 11/09/2026

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:6ACB25A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
LISTA DE CONVOCAÇÃO CONFORME ITEM 9.4 DO EDITAL 01/2023

LISTA DE CONVOCAÇÃO CONFORME ITEM 9.4 DO EDITAL 01/2023

São Lourenço/MG - Concurso Público 01/2023 /Professor II - Português

NOME	CPF	INSC	CLASSIF
RAUL GUEDES SANTIAGO	153XXXXXX63	000163062-6	8

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, 14/09/2026

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:3D38A12C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.120 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO A TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 4.120

Dispõe sobre autorização de uso de bem público a título precário e gratuito e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, § 4º, combinado com o art. 88, incisos IX, X, XII e XVII, ambos da Lei Orgânica Municipal – LOM; **considerando** que compete ao Poder Executivo Municipal a autorização para a utilização dos bens públicos que se encontram sob sua responsabilidade; **considerando** a solicitação formulada através do Requerimento nº. 97.704 de 11/09/2026, protocolizado junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de São Lourenço, que obteve a autorização da Secretaria Municipal de Turismo; **considerando** que cabe ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida, a título precário e gratuito, à pessoa física Sr. **Diego Lagrotta de Almeida**, inscrito no CPF sob o nº. 294.230.428-64, residente à Rua Tupinanbas, 860, apto 66, Indaiatuba/SP, a autorização de uso de bem público de parte da área pertencente ao estacionamento ao Parque Municipal Ilha Antônio Dutra, a ser delimitada pela Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 2º A pessoa física autorizada utilizará a área mencionada no artigo anterior para realização do evento "Ultra Moto Fest São Lourenço – 37 anos Abutres Raça em extinção", nos dias 11 a 13 de setembro de 2026.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente autorização, tais como: ECAD, instalação de ligações provisórias e os valores atribuídos ao consumo de energia elétrica, contratadas junto a CEMIG, além dos alvarás da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, etc., correrão por conta e expensas da referida pessoa física.

Art. 4º A pessoa física autorizada deverá apresentar à Secretaria Municipal de Turismo a guia de pagamento dos valores devidos ao ECAD, caso haja a exibição de obras fonográficas, os alvarás expedidos pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do evento, apurada a necessidade dos Órgãos Fiscalizadores.

§ 1º A realização do referido evento configura atividade de fomento ao turismo e economia local, além de ser aberto para a participação de todos, o que, consequentemente, o enquadra no disposto no parágrafo único do Art. 1º do Decreto nº. 10.287 de 03/09/2025, tornando isenta a presente autorização de uso de espaço público da cobrança de Preço Público por parte desta Administração Municipal.

§ 2º A pessoa física autorizada deverá apresentar à Gerência de Fiscalização de Tributos as guias quitadas dos valores relativos ao Preço Público pela utilização do espaço e ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, quando couber, de forma antecipada ao evento, conforme disposto nos Decretos nos. 10.287/2025 e 5.376/2014.

Continua folha 02

PORTARIA Nº. 4.120
Folha 02

§ 3º O não atendimento ao estabelecido neste artigo impedirá a emissão da Licença de Funcionamento do evento, implicando no cancelamento do mesmo, cabendo ao Poder Executivo Municipal revogar a presente autorização, através de Portaria.

§ 4º Cabe à Gerência de Fiscalização de Posturas a devida fiscalização do evento, impedindo ou interrompendo o mesmo até a devida regularização.

Art. 5º A pessoa física autorizada responderá por todos os atos praticados por si mesma ou através de seus representantes e/ou prepostos, nos termos da Lei Civil e Penal, arcando, financeiramente, com possíveis danos causados ao bem público utilizado, devendo este ser entregue nas condições em que foi encontrado, inclusive quanto à limpeza do local, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a data prevista para encerramento de suas atividades.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 11 de setembro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/ssc

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:04EF6B63

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.121 INSTITUI A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA PNAB 2026 E DESIGNA SEUS MEMBROS.

PORTARIA Nº. 4.121

Institui a Comissão de Coordenação, Acompanhamento e Monitoramento da PNAB 2026 e designa seus membros.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, § 4º, combinado com o art. 88, incisos IX, X, XII e XVII, ambos da Lei Orgânica Municipal – LOM; **considerando** a necessidade de acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução das ações e propostas vinculadas à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, no exercício de 2026; **considerando** a necessidade de assegurar o cumprimento das disposições previstas nos editais, instrumentos e termos de execução relacionados à PNAB 2026; **considerando** os Decretos Federais nº 11.740/2023 e 12.409/2025; **considerando** o solicitado pela Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio por meio do Ofício nº 187/2026, de 04 de setembro de 2026; **considerando** que cabe ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública;

RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de São Lourenço, a Comissão de Coordenação, Acompanhamento e Monitoramento da PNAB 2026, destinada a acompanhar a execução das ações e propostas relacionadas à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB.

Art. 2º Ficam designados para compor a Comissão os seguintes servidores:

I – João Marcelo Silva - Gerente Operacional da Cultura;

II – Anna Clara Correa e Silva Cristino Muller - Coordenadora Administrativa;

III – Cilço Mendes Junior - Assessor de Imprensa, Relações Públicas e Cerimonial.

Art. 3º Compete à Comissão:

I – coordenar e acompanhar a execução das ações relacionadas à PNAB 2026;

II – acompanhar o cumprimento das cláusulas, condições e obrigações estabelecidas nos editais e respectivos instrumentos de execução;

III – monitorar a execução das propostas contempladas;

IV – avaliar os resultados gerais das ações desenvolvidas;

V – acompanhar, analisar e processar as prestações de contas apresentadas pelos agentes culturais, observada a legislação e a regulamentação aplicáveis;

VI – solicitar, quando necessário, documentos, informações ou esclarecimentos relacionados à execução das propostas;

Continua folha 02
PORTARIA Nº. 4.121
Folha 02

VII – adotar ou propor as providências necessárias ao adequado acompanhamento e monitoramento das ações da PNAB 2026.

Art. 4º A Comissão poderá solicitar informações, documentos e apoio técnico aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, sempre que necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 5º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de publicação desta Portaria, para conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa apresentada pela Comissão e autorização da autoridade competente.

Art. 6º Os trabalhos realizados pela referida Comissão serão remunerados conforme autorizado no art. 18, III, do Decreto Federal nº 11.525/2023, sendo assegurado o pagamento de gratificação de função no parâmetro previsto no art. 109, §4º da Lei Complementar 002/2011, após a entrega do relatório final, exceto aos cargos de agentes políticos.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da Dotação 31.90.11.00.2.13.00.13.122.0009.2.0108.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 14 de setembro de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/ssc

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:410D3898

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
TERMINO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS CONFORME ITEM 9.4.4 DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO 001/2023

TERMINO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Conforme item 9.4.4 do Edital do Concurso Público 001/2023, do Município de São Lourenço, após a convocação através de carta registrada (AR), e publicação no site do Município e da AMM, o candidato possui o prazo de 15 (quinze) dias corridos para apresentação de documentos, contados do recebimento do AR; considerando que este prazo expirou; e considerando o item 9.4.3 do mesmo Edital que trata sobre os requisitos básicos para investidura e que não houve apresentação de documentos; fica **excluído** do concurso:

Engº de Regulação

NOME	INSC	CLASSIF
LUCAS SANTOS FELICETTI	162911-4	2º

São Lourenço, 11 de setembro de 2026

PAULO APARECIDO COTA
Diretor de Recursos Humanos
Decreto nº. 8.101/2021

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:0BC45651

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO MUNICIPAL Nº 6871

DECRETO MUNICIPAL Nº 6871

ALTERA A TABELA DE TAXAS, TARIFAS E PREÇOS PÚBLICOS PARA O EXERCÍCIO DE 2026, CONSTANTE DO DECRETO MUNICIPAL Nº 6.783, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025, PARA DISCIPLINAR O VALOR APLICÁVEL À REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES INICIADAS ANTES DA VIGÊNCIA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.

MARCELO DE MORAIS, Prefeito do Município de São Sebastião do Paraíso, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 6.783, de 16 de dezembro de 2025, e suas alterações, que dispõe sobre a Tabela de Taxas, Tarifas e Preços Públicos para o exercício de 2026;
CONSIDERANDO o disposto no art. 13 da Lei Municipal nº 5.305/2025, segundo o qual, para a aprovação dos projetos de regularização, os valores cobrados por metro quadrado são aqueles definidos no Decreto Municipal em vigor para regularização de obras;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critério objetivo e uniforme para a cobrança incidente sobre a regularização de edificações cuja execução tenha sido iniciada antes da vigência do Plano Diretor Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de conferir segurança jurídica, previsibilidade e tratamento administrativo uniforme aos processos de regularização edilícia.
DECRETA:
Art. 1º A Tabela de Taxas, Tarifas e Preços Públicos para o exercício de 2026, constante do Decreto Municipal nº 6.783, de 16 de dezembro de 2025, e suas alterações, fica alterada na forma deste Decreto.
Art. 2º O item 4 – REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES, da alínea "D" - DIVERSOS, do item III – TAXAS, da Tabela de Taxas, Tarifas e Preços Públicos para o exercício de 2026, constante do Decreto Municipal nº 6.783, de 16 de dezembro de 2025, passa a vigorar acrescido do subitem 4.4, mantidos integralmente e sem alteração os atuais subitens 4.1, 4.2 e 4.3, conforme quadro abaixo:

4 – REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES	
4.1 – PROJETOS – PADRÃO RESIDENCIAL	
4.1.1 ALTO E/OU NORMAL por m²	**44,08**
4.1.2 BAIXO E/OU POPULAR (Até 2 Sanitários e/ou Lavabos) por m²	**27,95**
4.2 – PROJETOS – PADRÃO COMERCIAL (Salas e Lojas) por m²	**37,81**
4.3 – PROJETOS – PADRÃO GALPÃO INDUSTRIAL E/OU COMERCIAL por m²	**21,15**
4.4 – REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES INICIADAS ANTES DA VIGÊNCIA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – VALORES EQUIVALENTES À PRIMEIRA APROVAÇÃO	
4.4.1 Edificações até 02 pavimentos, por m² de área construída	**2,63**
4.4.2 Edificações com mais de 02 pavimentos, por m² de área construída	**3,31**
4.4.3 Dependências, em prédios residenciais, por m² de área construída	**2,08**
4.4.4 Dependências, em quaisquer outros prédios, por m² de área construída	**2,08**
4.4.5 Barracões, por m² de área construída	**2,08**
4.4.6 Fachadas, muros, marquises cobertas e tapumes, por metro linear	**2,08**
4.4.7 Reconstruções, reformas, reparos e demolições, por m²	**2,08**

Art. 3º Para fins de aplicação do subitem 4.4, considera-se iniciada a obra com a execução completa de sua fundação, e a data de início deverá ser comprovada pelos documentos admitidos no art. 4º da Lei Municipal nº 5.305/2025.
Art. 4º As alterações promovidas por este Decreto têm natureza pontual e não importam substituição integral da Tabela de Taxas, Tarifas e Preços Públicos para o exercício de 2026, que permanece vigente em todos os seus demais termos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 01 de setembro de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:283D9272

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO MUNICIPAL Nº 6872

DECRETO MUNICIPAL Nº 6872

DISPÕE SOBRE A CONVALIDAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DE APURAÇÃO E COBRANÇA DOS VALORES DE REGULARIZAÇÃO DE PROJETOS DE EDIFICAÇÕES COMPROVADAMENTE INICIADAS ANTES DA VIGÊNCIA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL, PRATICADOS NO PERÍODO QUE ESPECIFICA, RECONHECE A CONTINUIDADE DO CRITÉRIO POSTERIORMENTE EXPLICITADO NA TABELA DE TAXAS, TARIFAS E PREÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCELO DE MORAIS, Prefeito do Município de São Sebastião do Paraíso, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 4.999, de 28 de junho de 2023, estabeleceu que as regularizações edilícias somente seriam efetivadas mediante o pagamento dos valores de regularização da obra definidos em decreto municipal, prevendo, ainda, que os valores cobrados por metro quadrado para aprovação dos projetos seriam aqueles constantes do decreto municipal vigente para regularização de obras;
CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 5.305, de 07 de novembro de 2025, manteve a mesma sistemática, ao estabelecer que os valores de regularização da obra seriam aqueles previstos no decreto municipal em vigor e que os valores cobrados por metro quadrado para aprovação dos projetos seriam os definidos no referido ato regulamentar;
CONSIDERANDO que, no período compreendido entre a entrada em vigor da Lei Municipal nº 4.999, de 28 de junho de 2023 e a edição do Decreto Municipal nº 6871 de 01 de setembro de 2026, a Administração Municipal adotou, de forma uniforme, para a regularização das edificações comprovadamente iniciadas antes da vigência do Plano Diretor Municipal, o valor por metro quadrado correspondente ao aplicável à primeira aprovação;
CONSIDERANDO que a aplicação uniforme desse critério assegurou tratamento administrativo isonômico aos requerentes em situações equivalentes, conferindo previsibilidade, coerência e continuidade aos procedimentos de regularização edilícia processados pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano;
CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 6871 de 01 de setembro de 2026, ao alterar o item III, alínea "D", item 4, da Tabela de Taxas, Tarifas e Preços Públicos constante do Decreto Municipal nº 6.783, de 16 de dezembro de 2025, passou a prever expressamente, para as regularizações de construções iniciadas antes da vigência do Plano Diretor Municipal, os mesmos valores correspondentes à primeira aprovação já adotados administrativamente;
CONSIDERANDO que a alteração promovida pelo Decreto Municipal nº 6871 de 01 de setembro de 2026 não instituiu critério materialmente diverso para as situações abrangidas, mas explicitou na Tabela de Taxas, Tarifas e Preços Públicos a sistemática de cálculo que vinha sendo aplicada pela Administração Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de conferir segurança jurídica aos atos de apuração, cálculo, emissão de guias e cobrança praticados no período anterior à explicitação formal do referido critério na Tabela de Taxas, Tarifas e Preços Públicos, preservando-se os efeitos dos procedimentos administrativos processados segundo orientação uniforme da Administração Municipal;
CONSIDERANDO os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança legítima, da boa-fé, da isonomia, da razoabilidade, da proporcionalidade e da estabilidade das relações jurídico-administrativas;
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 20, 24 e 30 do Decreto-Lei Federal nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, especialmente quanto à consideração das consequências práticas das decisões administrativas, à preservação das situações constituídas segundo as orientações gerais existentes à época e ao dever das autoridades públicas de promover a segurança jurídica na aplicação das normas;
CONSIDERANDO que o art. 24, parágrafo único, da LINDB reconhece como orientações gerais, entre outras, aquelas adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público;
CONSIDERANDO que a convalidação administrativa constitui instrumento de preservação dos atos cujos eventuais defeitos sejam sanáveis, desde que não resulte lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros, conforme princípio geral positivado no art. 55 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, utilizada subsidiariamente como referência de processo administrativo;

CONSIDERANDO que a convalidação ora promovida não cria novo critério de cobrança nem modifica os valores materialmente exigidos no período abrangido, destinando-se a reconhecer e preservar os efeitos dos atos administrativos praticados segundo a sistemática que posteriormente passou a constar expressamente da tabela municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam convalidados, ratificados e preservados, para fins de segurança jurídica e estabilidade das relações administrativas, os atos de apuração, cálculo, emissão de guias e cobrança dos valores de regularização de projetos de edificações comprovadamente iniciadas antes da vigência do Plano Diretor Municipal, praticados pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano no período compreendido entre a entrada em vigor da Lei Municipal nº 4.999, de 28 de junho de 2023, e a data imediatamente anterior à entrada em vigor do Decreto Municipal nº 6871 de 01 de setembro de 2026, que alterou o item III, alínea "D", item 4, da Tabela de Taxas, Tarifas e Preços Públicos constante do Decreto Municipal nº 6.783, de 16 de dezembro de 2025.

Art. 2º Para os atos abrangidos pelo art. 1º, fica convalidado o critério de cálculo pelo qual o valor de regularização por metro quadrado das edificações comprovadamente iniciadas antes da vigência do Plano Diretor Municipal correspondeu ao mesmo valor por metro quadrado vigente, em cada exercício, para a primeira aprovação.

§ 1º A convalidação de que trata o caput alcança os cálculos realizados, as guias e documentos de arrecadação emitidos, os pagamentos efetuados, os parcelamentos formalizados e os demais atos administrativos praticados em decorrência do critério de cálculo nele referido.

§ 2º A convalidação alcança, ainda, as aprovações de projetos, licenças, alvarás, certidões de conclusão, habite-se e demais atos administrativos cuja expedição tenha considerado o adimplemento dos valores calculados na forma deste artigo.

§ 3º O disposto neste artigo restringe-se aos valores cobrados por metro quadrado para aprovação dos projetos de regularização, não alcançando a contrapartida financeira ou compensação urbanística, que permanece submetida à legislação específica aplicável a cada período.

Art. 3º A inclusão expressa do critério referido no art. 2º na Tabela de Taxas, Tarifas e Preços Públicos, promovida pelo Decreto Municipal nº 6871 de 01 de setembro de 2026, possui caráter de explicitação e consolidação da sistemática de cálculo já adotada pela Administração Municipal, não implicando instituição de novo critério, alteração de enquadramento ou modificação dos valores aplicáveis às regularizações abrangidas por este Decreto.

Art. 4º Ficam preservados os efeitos dos atos administrativos concluídos ou consumados no período definido no art. 1º, não sendo promovida sua revisão de ofício exclusivamente em razão da posterior inserção expressa do critério de cálculo na Tabela de Taxas, Tarifas e Preços Públicos.

Parágrafo único. O disposto no caput não impede a revisão administrativa quando constatados erro material de cálculo, enquadramento incorreto da edificação, fraude, dolo, simulação, falsidade documental, duplicidade de cobrança ou outra causa específica de revisão prevista em lei ou reconhecida em decisão administrativa ou judicial.

Art. 5º Os processos de regularização protocolados no período definido no art. 1º e ainda em tramitação na data de entrada em vigor do Decreto Municipal nº 6871 de 01 de setembro de 2026 observarão, a partir de então, a redação expressa da Tabela de Taxas, Tarifas e Preços Públicos, preservados os cálculos, guias, pagamentos e parcelamentos anteriormente realizados e abrangidos pela convalidação prevista neste Decreto.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano adotará as providências necessárias à identificação e ao registro dos processos abrangidos por este Decreto, podendo expedir orientações administrativas complementares para assegurar a uniformidade de sua aplicação.

Art. 7º A convalidação de que trata este Decreto produz efeitos desde a prática dos respectivos atos administrativos, limitada ao objeto e ao período definidos nos arts. 1º e 2º.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 01 de setembro de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:C3A6BE77

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO MUNICIPAL Nº 6873

DECRETO MUNICIPAL Nº 6873

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO LOTEAMENTO DENOMINADO RESIDENCIAL CAMPOS ELÍSIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCELO DE MORAIS, Prefeito de São Sebastião do Paraíso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a competência do Município para promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, nos termos do art. 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal 6766/79 e LC 004/2003 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do Município de São Sebastião do Paraíso/MG;

CONSIDERANDO o teor do requerimento firmado pela empresa **RESIDENCIAL CAMPOS ELÍSIOS SPE LTDA.**, bem como a aprovação do Projeto de Loteamento e do cronograma das obras pelo Departamento de Projetos da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano, e tendo em vista a existência do interesse público na aprovação do referido loteamento.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado, de acordo com o Processo PSP-744/2026, o loteamento denominado **"RESIDENCIAL CAMPOS ELÍSIOS"**, nos termos do art. 16 e ss. da LC 004/2003, de propriedade da empresa **RESIDENCIAL CAMPOS ELÍSIOS SPE LTDA.**, caracterizado pelo desmembramento de uma gleba de terras denominada "Santa Terezinha", com área de 175.315,00m2, oriundo da Matrícula 54.409, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

Art. 2º A área loteada é composta de 610 lotes, 01 área verde, 01 área institucional, distribuídos em 22 quadras**,** alimentados por ruas de acesso, com os seguintes índices de aproveitamento de área urbanizada:

I – Área loteada……..……..…...= 175.315,00m2 (100,00%);
II – Área dos lotes……..…..…...= 101.587,10m2 (57,9455%);
III – Área Verde……..……= 13.149,91m2 (7,5007%);
IV – Área Institucional……..…….= 13.149,26m2 (7,5004%);
V – Sistema Viário……...……..= 47.428,73m2 (27,0534%);

Parágrafo único. São partes integrantes deste Decreto os memoriais descritivos e projeto arquitetônico do loteamento os quais ficarão arquivados na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano.

Art. 3º Por força do art. 22 da Lei Federal 6766/79, passam a integrar o patrimônio público as áreas das ruas e/ou avenidas, as áreas verdes e as áreas institucionais.

Art. 4º O Loteamento ora aprovado será implantado em 1 (uma) etapa, de acordo com as obras a serem realizadas conforme previsto no Projeto apresentado pela Loteadora.

Art. 5º Os Loteadores ficam obrigados a executar todas as obras e serviços constantes dos projetos aprovados, conforme o disposto no art. 20 da LC 004/2003, a saber:

I abertura de vias de circulação, inclusive vias de acesso, quando for o caso;
II demarcação dos lotes, quadras e logradouros, com a colocação dos marcos de concreto;
III obras destinadas ao escoamento de água pluvial, inclusive galerias, meio-fio, sarjetas e canaletas, conforme padrões técnicos e exigências da Prefeitura Municipal;
IV construção do sistema público de esgotos sanitários, de acordo com as normas e padrões técnicos estabelecidos pela ABNT, por órgãos ou entidades públicas competentes;
V construção de sistema público de abastecimento de água de acordo com as normas e padrões técnicos estabelecidos pela ABNT, por órgãos ou entidades públicas competentes;
VI obras de compactação e pavimentação poliédrica, asfáltica ou similar das vias;
VII obras de contenção com taludes e aterros destinados a evitar desmoronamentos e assoreamento às águas correntes e iluminação;
VIII construção de rede de energia elétrica e iluminação pública, de acordo com as normas e padrões técnicos exigidos pelos órgãos, entidades públicas ou concessionários de serviço público de energia elétrica;
IX obras e serviços destinados ao tratamento paisagístico das vias e logradouros públicos;
X arborização das vias;
XI sinalização vertical e horizontal de trânsito conforme normas técnicas e projetos complementares; e
XII adaptação das calçadas para acessibilidade de deficientes físicos.

Art. 6º Para garantia da execução das obras previstas no artigo anterior, ficam caucionados, em favor do Município, 306 (trezentos e seis) lotes, avaliados em R$7.000.000,00 (sete milhões de reais), a saber:

– **Quadra A (01 lote)** – 03 – área caucionada 162,43 m²;
– **Quadra B (04 lotes)** – 17, 18, 23 e 24 – área caucionada 643,82 m²;
– **Quadra C (06 lotes)** – 33, 34, 39, 40, 45 e 46 – área caucionada 967,03 m²;
– **Quadra D (08 lotes)** – 51, 52, 61, 66, 75, 76, 78 e 79 – área caucionada 1.314,69 m²;
– **Quadra E (20 lotes)** –85, 86, 87, 88, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 112, 113, 114 e 115 – área caucionada 3.200,00 m²;
– **Quadra F (05 lotes)** – 131, 136, 137, 142 e 143 – área caucionada 821,03 m²;
– **Quadra G (10 lotes)** – 148, 153, 154, 155, 156, 161, 162, 163, 164 e 169 – área caucionada 1600,00 m²;
– **Quadra H (18 lotes)** – 178, 179, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 205 e 206 – área caucionada 2.880,00 m²;
– **Quadra I (10 lotes)** – 220, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 231, 232 e 233 – área caucionada 1.600,00 m²;
– **Quadra J (23 lotes)** – 245, 246, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272 e 273 – área caucionada 3.680,07 m²;
– **Quadra K (10 lotes)** – 285, 286, 287, 288, 289, 293, 294, 295, 296, 297 – área caucionada 1.600,00 m²;
– **Quadra L (24 lotes)** – 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334 e 335 – área caucionada 3840,00 m²;
– **Quadra M (06 lotes)** – 344, 347, 348, 354, 355 e 356 – área caucionada 1.560,00 m²;
– **Quadra N (17 lotes)** – 359, 360, 363, 364, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 378, 379, 380, 381, 382 e 383 – área caucionada 3920,00 m²;
– **Quadra O (09 lotes)** – 387, 390, 391, 394, 395, 398, 399, 402 e 403 – área caucionada 1.445,16 m²;
– **Quadra Q (30 lotes)** – 409, 410, 415, 416, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 430, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 444, 445, 450, 451 e 455 – área caucionada 4.801,15 m²;
– **Quadra R (11 lotes)** – 461, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472 e 474 – área caucionada 1.771,53 m²;
– **Quadra S (28 lotes)** – 478, 479, 482, 483, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 511, 512, 515 e 516 – área caucionada 4.480,00 m²;
– **Quadra T (29 lotes)** – 522, 523, 524, 525, 528, 529, 530, 531, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 541, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 551, 552, 553, 554, 557, 558, 559 e 560 – área caucionada 4.640,02 m²;
– **Quadra U (20 lotes)** – 564, 565, 566, 567, 568, 571, 572, 573, 574, 575, 578, 579, 580, 581, 582, 585, 586, 587, 588 e 589 – área caucionada 3.213,00 m²;
– **Quadra V (17 lotes)** – 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607 e 608 – área caucionada 2.765,31 m²;

Parágrafo único. A caução prevista neste artigo será registrada com o loteamento, constituindo condição essencial à validade do presente instrumento.
Art. 7º O prazo máximo para o início das obras de arruamento e loteamento ora aprovado será de 6 (seis) meses.

Art. 8º A Secretária Municipal de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano expedirá competente Alvará de Loteamento, bem como Alvará de Licença para Execução de Obras e Serviços de Infraestrutura Urbana.

Art. 9. A Loteadora fica obrigada a registrar no Cartório de Registro de Imóveis, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação deste Decreto, instruídos com os projetos de arruamento e loteamento, bem como o memorial descritivo, nos termos da legislação federal e municipal, sob pena de caducidade.

Art. 10. Após a inscrição no Registro de Imóveis nos termos do artigo anterior, a Loteadora obriga-se a encaminhar aos órgãos competentes da Prefeitura Municipal cópia autenticada da Certidão de Registro de Imóveis, sem o que não serão expedidos os Alvarás para as edificações.
Art. 11. O loteamento de que trata o presente Decreto é autorizado mediante as condições constantes do Termo de Compromisso firmado pela proprietária e arquivado na Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Planejamento Urbano, conforme Anexo Único.

Art. 12. As obrigações decorrentes da LC 004/03, além das já fixadas, que a proprietária do loteamento propõe-se a cumprir, serão executadas na forma da referida Lei, deste Decreto e mediante supervisão e fiscalização da Prefeitura Municipal.

Art. 13. Dentro dos prazos previstos na Lei Federal 6766/79, a proprietária do loteamento compromete-se a adotar todos os procedimentos legais nela fixados, sob pena de caducidade do presente Decreto de aprovação de loteamento.

Parágrafo único – A loteadora obriga-se a cumprir e respeitar todos os termos emanados da LC 004/03, deste Decreto e da Lei Federal 6766/79, sob pena de caducidade da aprovação do loteamento.

Art. 14. Os lotes propostos como garantia à execução das obras referidas no art. 6º e no Termo de Compromisso e Doação, deverão ter as certidões de averbação da caução entregues ao Poder Público Municipal no prazo de trinta dias, contados da publicação deste Decreto.
Art. 15. Os prazos estabelecidos pelo Município e prometidos pelos loteadores com respeito às obras de urbanização começam a fluir contados da publicação deste Decreto.
Art. 16. O presente Decreto de aprovação de loteamento somente produzirá efeitos legais com a competente inscrição no Registro de Imóveis, em nome do Município de São Sebastião do Paraíso, dos imóveis descritos no art. 2º, assim como a averbação, no mesmo Registro, da caução em garantia de execução das obrigações postas no competente Termo de Compromisso de que trata o art. 11.

Art. 17. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 04 de setembro de 2026.

MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

"**TERMO DE COMPROMISSO E DOAÇÃO QUE FAZ RESIDENCIAL CAMPOS ELÍSIOS SPE LTDA."**

Pelo presente Termo de Compromisso, **RESIDENCIAL CAMPOS ELÍSIOS SPE LTDA.**, Sociedade Empresária Ltda., com sede no município de Juruaia/MG, na Praça prefeito Benjamim Antonio, 164, Centro, CEP: 37.805-000, inscrita no CNPJ/MF 60.919.415/0001-95, neste ato representado por seu administrador **SR. MARCELO ALVES PIZA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da CIRG MG-11.366.278 SSP/SP e inscrito no CPF/MF 050.958.176-59, residente na Praça Prefeito Benjamim Antonio, nº 140, Centro, município de Juruaia/MG, CEP: 37.805-000 assume a responsabilidade de realizar, às suas expensas, as obras de infraestrutura necessárias à urbanização do empreendimento "**RESIDENCIAL CAMPOS ELÍSIOS**, com área total de 175.315,00m2.

As obrigações decorrentes da LC 004/2003 e da Lei Federal 6766/79, que os signatários propõe-se a seguir, constam no Memorial Descritivo do loteamento, encontrando-se abaixo especificadas. As obras terão supervisão e fiscalização dos setores competentes da Prefeitura Municipal e serão executadas na forma do projeto aprovado pela mesma.

Obras e procedimentos a serem executados, nos termos do art. 20 da LC 004/03:

I - abertura de vias de circulação, inclusive vias de acesso, quando for o caso;
II - demarcação dos lotes, quadras e logradouros, com a colocação dos marcos de concreto;
III - obras destinadas ao escoamento de água pluvial, inclusive galerias, meio-fio, sarjetas e canaletas, conforme padrões técnicos e exigências da prefeitura municipal;
IV - construção do sistema público de esgotos sanitários, de acordo com as normas e padrões técnicos estabelecidos pela ABNT, por órgãos ou entidades públicas competentes;
V - construção de sistema público de abastecimento de água de acordo com as normas e padrões técnicos estabelecidos pela ABNT, por órgãos ou entidades públicas competentes;
VI - obras de compactação e pavimentação poliédrica, asfáltica ou similar das vias;
VII - obras de contenção com taludes e aterros destinados a evitar desmoronamentos e assoreamento às águas correntes e iluminação;
VIII - construção de rede de energia elétrica e iluminação pública, de acordo com as normas e padrões técnicos exigidos pelos órgãos, entidades públicas ou concessionários de serviço pública de energia elétrica;
IX - obras e serviços destinados ao tratamento paisagístico das vias e logradouros públicos;
X - arborização das vias;
XI - sinalização vertical e horizontal de trânsito conforme normas técnicas e projetos complementares;e
XII - adaptação das calçadas para acessibilidade de deficientes físicos.

Todas as obras acima especificadas e constantes do Memorial Descritivo do loteamento terão o prazo de conclusão de dois anos, de acordo com art. 21, da LC 004/03, contados da data do Decreto de Aprovação do loteamento.

A entrega das obras serão efetivadas pela signatária à Prefeitura Municipal, bem como as áreas verdes, institucionais, viárias e estrada que será construída, as quais também serão transferidas ao Patrimônio do Município, mediante doação, conforme a LC 004/03, sem ônus a este, consistente do seguinte:

III – Área Verde…….....…..= 13.149,91m2 (7,5007%);
IV – Área Institucional……...= 13.149,26m2 (7,5004%);
V – Sistema Viário…….....= 47.428,73m2 (27,0534%);
VI – Estrada Municipal a Estruturar…….= 4.765,82m2 (100,00%).

Quanto ao trecho de estrada a estruturar situado externamente à area do objeto do parcelamento, destinado a continuidade da Rua Professor Astolfo Batista Carvalhaes e a sua integração ao sistema viário do empreendimento, a loteadora apresentou declaração de anuência do proprietário confrontante, acompanhada da respectiva certidão comprobatória de propriedade.
Ainda, ficará a cargo da loteadora a execução integral da infraestrutura necessária a adequação do referido trecho como via urbana, compreendendo, entre outros serviços, pavimentação, sistema de drenagem de águas pluviais e dispositivos de acessibilidade, bem como as demais obras e elementos de infraestrutura previstos nos projetos aprovados e exigidos pela legislação municipal aplicável, especialmente pelo art. 20 da Lei Complementar nº 04/2003 e pela Lei Municipal n° 4.665/2020.
Para garantia e execução das obras constantes do presente Termo de Compromisso, a signatária propõe-se a caucionar, em favor do Município, mediante termo próprio, a ser averbado no Registro de Imóveis, o total de 306 lotes, que são os seguintes:

– **Quadra A (01 lote)** – 03 – área caucionada 162,43 m²; – **Quadra B (04 lotes)** – 17,18,23 e 24 – área caucionada 643,82 m²; – **Quadra C (06 lotes)** – 33, 34, 39, 40, 45 e 46 – área caucionada 967,03 m²; – **Quadra D (08 lotes)** – 51, 52, 61, 66, 75, 76, 78 e 79 – área caucionada 1.314,69 m²; – **Quadra E (20 lotes)** –85, 86, 87, 88, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 112, 113, 114 e 115 – área caucionada 3.200,00 m²; – **Quadra F (05 lotes)** – 131, 136, 137, 142 e 143 – área caucionada 821,03 m²; – **Quadra G (10 lotes)** – 148, 153, 154, 155, 156, 161, 162, 163, 164 e 169 – área caucionada 1600,00 m²; – **Quadra H (18 lotes)** – 178, 179, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 205 e 206 – área caucionada 2.880,00 m²; – **Quadra I (10 lotes)** – 220, 221, 222, 223, 224, 229, 230, 231, 232 e 233 – área caucionada 1.600,00 m²; – **Quadra J (23 lotes)** – 245, 246, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272 e 273 – área caucionada 3.680,07 m²; – **Quadra K (10 lotes)** – 285, 286, 287, 288, 289, 293, 294, 295, 296, 297 – área caucionada 1.600,00 m²; – **Quadra L (24 lotes)** – 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334 e 335 – área caucionada 3840,00 m²; – **Quadra M (06 lotes)** – 344, 347, 348, 354, 355 e 356 – área caucionada 1.560,00 m²; – **Quadra N (17 lotes)** – 359, 360, 363, 364, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 378, 379, 380, 381, 382 e 383 – área caucionada 3920,00 m²; – **Quadra O (09 lotes)** – 387, 390, 391, 394, 395, 398, 399, 402 e 403 – área caucionada 1.445,16 m²; – **Quadra Q (30 lotes)** – 409, 410, 415, 416, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 430, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 444, 445, 450, 451 e 455 – área caucionada 4.801,15 m²; – **Quadra R (11 lotes)** – 461, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472 e 474 – área caucionada 1.771,53 m²; – **Quadra S (28 lotes)** – 478, 479, 482, 483, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 511, 512, 515 e 516 – área caucionada 4.480,00 m²; – **Quadra T (29 lotes)** –522, 523, 524, 525, 528, 529, 530, 531, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 541, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 551, 552, 553, 554, 557, 558, 559 e 560 – área caucionada 4.640,02 m²; – **Quadra U (20 lotes)** – 564, 565, 566, 567, 568, 571, 572, 573, 574, 575, 578, 579, 580, 581, 582, 585, 586, 587, 588 e 589 – área caucionada 3.213,00 m²; – **Quadra V (17 lotes)** – 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607 e 608 – área caucionada 2.765,31 m²;
A signatária se compromete: não outorgar escrituras definitivas dos lotes antes do registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis e, em relação aos lotes caucionados, antes de estarem concluídas todas as obras previstas no art. 20 da LC 004/03; mencionar, nos instrumentos de compra e venda de lotes, a condição de que os mesmos só poderão receber construções depois de executadas todas as obras exigidas no art. 20, da referida LC; fazer constar das escrituras ou dos contratos de compra e venda a obrigação pela execução dos serviços e obras a cargo do vendedor, com a

responsabilidade solidária dos compradores ou compromissários, na proporção das áreas de cada lote; ao pagamento do custo das obras e serviços, se executados pelo Município, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa e correspondente execução fiscal.

Fica consignado neste instrumento que as obrigações assumidas por este termo transferem-se aos sucessores da signatária e, ainda, ficando eleito o foro da Comarca de São Sebastião do Paraíso/MG para dirimir as questões dele oriundas.

Este termo deverá ser averbado junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, às expensas da signatária.

São Sebastião do Paraíso/MG, 04 de setembro de 2026.

RESIDENCIAL CAMPOS ELÍSIOS SPE LTDA.

Publicado por:
Larissa Bonfim Cecchini
Código Identificador:FD58C648

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO 085/26

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG. Processo nº 12874/2026, modalidade Pregão nº 085/2026, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO. Critério de Julgamento: GLOBAL Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de cobrança automática de pedágio em rodovias estaduais e federais, mediante o fornecimento, instalação e gerenciamento de etiquetas eletrônicas (TAGS) por sistema de identificação via radiofrequência, acompanhado de plataforma web de gestão e controle, destinados a atender os veículos integrantes da frota oficial do município, por um período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período. As propostas serão recebidas até o dia 01/10/2026 e o horário para início da sessão será às 10h. do mesmo dia. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: http://ammlicita.org.br; http://transparencia.ssparaiso.mg.gov.br/licitacoes; https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça dos Imigrantes, nº 100, Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7000 ou fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 08:30 às 16:30 hs, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos.

São Sebastião do Paraíso – MG, 14 de setembro de 2026.

FERNANDA CRISTINA PEREIRA –
Pregoeira.

Publicado por:
Fernanda Cristina Pereira
Código Identificador:D45046C5

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO 087/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG. Processo nº 13700/2026, modalidade Pregão nº 087/2026, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO. Critério de Julgamento: GLOBAL Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores elétricos de passageiros e plataforma de acessibilidade elevatória vertical, destinados às instalações da Secretaria Municipal de Segurança Pública, Ambulatório de Fisioterapia e Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses. As propostas serão recebidas até o dia 06/10/2026 e o horário para início da sessão será às 10:00h. do mesmo dia. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: http://ammlicita.org.br; http://transparencia.ssparaiso.mg.gov.br/licitacoes; https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça dos Imigrantes, nº 100, Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7000 ou fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 08:30 às 16:30 hs, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos.

São Sebastião do Paraíso – MG, 14 de setembro de 2026.

FERNANDA CRISTINA PEREIRA –
Pregoeira.

Publicado por:
Fernanda Cristina Pereira
Código Identificador:F49CD2E4

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS -
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2026

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso - MG. Extrato das Atas de Registro de Preço. Pregão Eletrônico Nº 079/2026. Processo: 12125/2026 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE PISCINAS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ESPORTE E LAZER, SAÚDE E OBRAS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME, EPP E MEI.

CASA 500 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – CNPJ 86.573.904/0001-21, valor adjudicado R$22.637,50 (vinte e dois mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

GL COMÉRCIO EM GERAL – CNPJ 18.966.588/0001-06, valor adjudicado R$64.348,26 (sessenta e quatro mil trezentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos).

LAA DA COSTA COMÉRCIO DE MATERIAIS – CNPJ 45.382.048/0001-40, valor adjudicado R$67.697,50 (sessenta e sete mil seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

LOTTUS COMÉRCIO LTDA – CNPJ 40.695.811/0001-79, valor adjudicado R$307,23 (trezentos e sete reais e vinte e três centavos).

NOVAC INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA – CNPJ 11.015.846/0001-11, valor adjudicado R$19.896,00 (dezenove mil oitocentos e noventa e seis reais).

SÁ & CIA ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA EPP – CNPJ 02.801.076/0001-41, valor adjudicado R$4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais).

STP COMERCIAL LTDA – CNPJ 53.710.803/0001-04, valor adjudicado R$2.451,28 (dois mil quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos).

Vigência: 15/09/2026 a 14/09/2027.

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG.
Contratante

MARCELO DE MORAIS.
Prefeito

Publicado por:
Sabrina Alves Lovo
Código Identificador:E05E1389

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA SMS Nº 135/2026

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DO NÚCLEO DE SEGURANÇA DO PACIENTE – NSP, DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ADRIANO LOPES DE SIQUEIRA, Secretário Municipal de Saúde e Gestor Municipal do SUS/FMS, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Termo de Compromisso e Posse nº 1.847 de 01 de janeiro de 2025.

CONSIDERANDOa Seção II, Capítulo II, do Título VIII, artigos 196/200 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde – SUS e a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDOa Portaria GM/MS nº 529, de 1º de abril de 2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente;

CONSIDERANDOa Portaria GM/MS nº 1.377, de 09 de julho de 2013 e a Portaria GM/MS nº 2.095, de 24 de setembro de 2013, que aprovam os protocolos de segurança do paciente;

CONSIDERANDOa Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013, que institui ações para segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências;

CONSIDERANDOo Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PNPCIRAS)/ANVISA 2026-2030 e o Plano Integrado para Gestão Sanitária da Segurança de Paciente em Serviços de Saúde/ANVISA 2026-2030;

CONSIDERANDOa necessidade de alteração de membros do Núcleo de Segurança do Paciente – NSP nomeados através das Portarias SMS nº 94/2024, nº 97/2025 e nº 119/2025, no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de São Sebastião do Paraíso-MG,

RESOLVE:

Art.1°. Ficam os servidores abaixo relacionados, nomeados para comporem o Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de São Sebastião do Paraíso:

a) **Vivian Fernanda da Silva,** Enfermeira, matrícula n.º 22.856 **(Presidente)**;

b) **Tássia Borges da Silva,** Enfermeira, matrícula n.º 8.758 **(Vice-Presidente);**

c) **Márcia Regina Oliveira,** Enfermeira, matrícula n.º 8.705;

d) **Ana Paula Vieira Lauria,** Enfermeira, matrícula n.º 16.412;

e) **Wesley Leonan Reis Zanin;** Farmacêutico, matrícula n.º 24.176;

f) **Richer dos Santos Pereira;** Médico, matrícula n.º 23.262.

Art.2° As competências permanecem as mesmas estabelecidas na Portaria SMS nº. 94/2024.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 02 de setembro de 2026.

ADRIANO LOPES DE SIQUEIRA
Secretário Municipal de Saúde
Gestor Municipal do SUS/FMS

Publicado por:
Renato Alves França
Código Identificador:CFA702AC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA SMS Nº 136/2026

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DO NÚCLEO DE SEGURANÇA DO PACIENTE (NSP) DO AMBULATÓRIO MUNICIPAL SANTA MARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADRIANO LOPES DE SIQUEIRA, Secretário Municipal de Saúde e Gestor Municipal do SUS/FMS, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Termo de Compromisso e Posse nº 1.847 de 01 de janeiro de 2025.

CONSIDERANDOa Seção II, Capítulo II, do Título VIII, artigos 196/200 da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde – SUS e a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

CONSIDERANDOa Portaria GM/MS nº 529, de 1º de abril de 2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente;

CONSIDERANDOa Portaria GM/MS nº 1.377, de 09 de julho de 2013 e a Portaria GM/MS nº 2.095, de 24 de setembro de 2013, que aprovam os protocolos de segurança do paciente;

CONSIDERANDOa Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013, que institui ações para segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências;

CONSIDERANDOo Programa Nacional de Prevenção e Controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (PNPCIRAS)/ANVISA 2026-2030 e o Plano Integrado para Gestão Sanitária da Segurança de Paciente em Serviços de Saúde/ANVISA 2026-2030;

CONSIDERANDOa necessidade de alteração de membros do Núcleo de Segurança do Paciente – NSP nomeados através da Portaria SMS nº 87/2024, no âmbito do Ambulatório Municipal de São Sebastião do Paraíso-MG,

RESOLVE:

Art.1°. Ficam os servidores abaixo relacionados, nomeados para comporem o Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) do Ambulatório Municipal de Especialidades de São Sebastião do Paraíso:

a) **Angela dos Santos Guiraldeli,** Coordenadora do Ambulatório, matrícula n.º 12.866 **(Presidente);**

b) **Janaína Marques de Matos**, Enfermeira, matrícula n.º 12.938 **(Vice-presidente);**

c) **Luciana Gonzales de Pádua**, Enfermeira, matrícula n.º 3.058;

d) **Fabíola Arantes Ferreira**, Enfermeira, matrícula n.º 12.937;

e) **Selma Jorge**, Farmacêutica, matrícula n.º 24.166;

f) **Sílvio Henrique Azevedo Santos**, Médico, matrícula n.º 16.529

Art.2° As competências permanecem as mesmas estabelecidas na Portaria SMS nº. 87/2024.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 02 de setembro de 2026.

ADRIANO LOPES DE SIQUEIRA
Secretário Municipal de Saúde
Gestor Municipal do SUS/FMS

Publicado por:
Renato Alves França
Código Identificador:EC583696

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SAPUCAÍ MIRIM

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÃO
CONVOCAÇÃO DE LICITANTE CE 05/2026

EXTRATO DE CONVOCAÇÃO DE LICITANTE REMANESCENTE
CONCORRÊNCIA Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2026
A Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim/MG torna público que, em razão da extinção consensual do Contrato nº 79/2026, anteriormente celebrado com a empresa RJF Construção Civil Ltda., e considerando que não houve início da execução da obra, fica CONVOCADA a empresa classificada em segundo lugar na Concorrência nº 005/2026, **CBTS COMERCIAL BRASILEIRA DE TUBOS E SANEAMENTO LTDA,** inscrita no CNPJ nº 00.869.442/0001-79, para manifestar interesse na contratação destinada à execução integral do objeto originalmente licitado, mantidas as condições propostas pelo licitante vencedor.
A convocação fundamenta-se no art. 90, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
A empresa convocada deverá manifestar formalmente seu aceite ou recusa no prazo de 05 dias úteis, contado da ciência da convocação.

Sapucaí-Mirim/MG, 14 de setembro de 2026.

NILSON GONÇALVES TRINDADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Dos Santos
Código Identificador:D5DD0A80

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SEM PEIXE

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DE 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 145/2025
PREGÃO PRESENCIAL 013/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO 145/2025. Pregão Presencial 013/2024.Objeto: A realização de prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses a partira da data 08/10/2026. Contratado: **COMERCIAL SOARES E GOMES LTDA-ME**, inscrito no CNPJ n° 04.701.978/0001-31, com endereço à Rua José Antônio do Nascimento, nº 182, Centro, Sem Peixe/MG, 35441-000.

Sem Peixe, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:87AA9AAD

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DE 3º ADITIVO A CONTRATO 143/2023 PREGÃO PRESENCIAL 022/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. Pregão Presencial 022/2022. Objeto: A realização de prorrogação do prazo contratual até o dia 02 de outubro de 2027 a partir da data 02 de outubro de 2026. Contratado: **LUCAS JOSÉ CORDEIRO 05304411609**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.722.875/0001-56, com sede na Rua Coronel Martins Cota, nº 20, bairro centro, Dom Silvério/MG.

Sem Peixe, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:FCE1A891

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DE CANCELAMENTO DO PRC 077/2026

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – ANULAÇÃO DO PROCESSO
Processo Administrativo nº 077/2026 – Dispensa de Licitação nº 033/2026
Objeto: Aquisição de acessórios musicais e serviços de reforma de instrumentos, conforme solicitação do Departamento Municipal de Cultura.
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE**, por sua autoridade competente, torna pública a **ANULAÇÃO** do Processo Administrativo nº 077/2026, referente à Dispensa de Licitação nº 033/2026, em razão de divergência entre o CNPJ informado no processo e o CNPJ da empresa efetivamente contratada, nos termos da legislação aplicável.

Publicado por:
Andreza Cris Alves da Silva
Código Identificador:7FB7918D

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO 1º ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇO 170/2025 PREGÃO PRESENCIAL 011/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. Extrato do 1º aditivo a Ata Registro de Preço 170/2025. Pregão Presencial 011/2025.Objeto: A realização de prorrogação do prazo da ata registro de preço mantendo os demais termo da Ata até o dia 30 de outubro de 2027 a partir da data 30 de outubro de 2026. Contratado: **FHE ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 18.908.953/0001-18**, com sede na rua Professor Carlota Vasconcelos, nº 93, Vila Paraiso, Dionisio/MG.

Sem Peixe, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:D9D36024

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO 1º ADITIVO DO CONTRATO 149/2025
CONCORRÊNCIA 008/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. PROCESSO CONCORRENCIA 008/2025. EXTRATO DO 1º ADITIVO. Objeto: A realização de prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses a partira da data de 22 de outubro de 2026. Contratado: **CONSTRUTORA RODRIGUES ROSA, CNPJ/MF nº 57.398.335/0001-27**, com sede na rua Afonsina Repoles, nº 62, Centro, Sem Peixe/MG, CEP:35.441-000.

Sem Peixe, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:73E47AF1

DIVISÃO DE COMPRAS
EXTRATO DO 5º ADITIVO AO CONTRATO 146/2025
PREGÃO ELETRONICO 005/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEM PEIXE. EXTRATO DO 5º ADITIVO AO CONTRATO 146/2025. Pregão Eletrônico 005/2024.Objeto: A realização de prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses a partira da data 08/10/2026. Contratado: **IUSSIF PEREIRA ABDUANI**, inscrito no CNPJ n° 09.520.110/0001/59, com endereço Sítio Bandeira, s/n, Rodovia Raimundo Agripino Soares, Sem Peixe/MG, 35441-000.

Sem Peixe, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Jaciana Carla Jardim Miranda
Código Identificador:3992FFA2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SENADOR CORTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CORTES
ERRATA AO EDITAL REDESIGNAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026

ERRATA AO EDITAL
REDESIGNAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AMBULÂNCIA TIPO A – SIMPLES REMOÇÃO, TIPO PICK-UP 4X4, ZERO QUILÔMETRO, DESTINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SENADOR CORTES – MG, CONFORME RESOLUÇÃO SES/MG Nº 11.063, DE 28 DE ABRIL DE 2026.
O MUNICÍPIO DE SENADOR CORTES – MG, por intermédio de seu Pregoeiro Municipal, torna pública a presente **ERRATA** ao Edital do Pregão Eletrônico nº 052/2026, em razão do julgamento da impugnação apresentada pela empresa **REAVEL VEÍCULOS LTDA.**, CNPJ nº 30.260.538/0001-04, protocolada em 11 de setembro de 2026, a qual foi conhecida e parcialmente provida, conforme Manifestação e Decisão do Pregoeiro.
O acolhimento parcial limita-se à exigência de que o Município figure necessariamente como primeiro proprietário/primeiro licenciado do veículo. Permanecem inalterados o objeto, o quantitativo, o valor estimado, as especificações técnicas da ambulância, a garantia mínima e os demais requisitos do certame que não tenham relação direta com as alterações promovidas por esta Errata.
1 – DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS POR ESTA ERRATA
1.1. Item 4.2.1 do Edital – ONDE SE LÊ:
"4.2.1. O veículo ofertado deverá ser zero quilômetro, sem uso anterior, modelo do ano da contratação ou posterior, e deverá ser entregue com a documentação necessária à regularização e ao primeiro registro/licenciamento definitivo, já transformado e classificado como ambulância, em nome do Município de Senador Cortes – MG, observadas as peculiaridades da transformação e as regras dos órgãos de trânsito."
LEIA-SE:
"4.2.1. O veículo ofertado deverá ser zero quilômetro, sem uso anterior incompatível com a condição de bem novo, modelo do ano da contratação ou posterior, e deverá ser entregue já transformado e classificado como ambulância, devidamente regularizado e registrado/licenciado em nome do Município de Senador Cortes – MG. Eventual registro ou licenciamento anterior em nome de concessionária, revendedora ou outro integrante regular da cadeia de comercialização não descaracterizará, por si só, a condição de veículo zero quilômetro, desde que não tenha ocorrido utilização anterior incompatível, seja preservada integralmente a garantia exigida e a quilometragem apresentada seja compatível exclusivamente com testes, homologação, transformação e logística."
1.2. Item 3.5 do Termo de Referência – ONDE SE LÊ:
"3.5. O primeiro registro/licenciamento definitivo do veículo já transformado e classificado como ambulância deverá ser realizado em nome do Município de Senador Cortes – MG. Serão admitidos pré-cadastros, procedimentos de homologação, emissão de CAT, CCT, CSV e demais atos administrativos ou técnicos intermediários indispensáveis à transformação e à regularização, desde que não caracterizem uso anterior do veículo nem reduzam as garantias exigidas."
LEIA-SE:
"3.5. O veículo deverá ser entregue já transformado e classificado como Ambulância Tipo A, devidamente regularizado e registrado/licenciado em nome do Município de Senador Cortes – MG. Eventual registro ou licenciamento anterior em nome de concessionária, revendedora ou outro integrante regular da cadeia de comercialização não descaracterizará, por si só, a condição de veículo zero quilômetro, desde que não tenha ocorrido utilização anterior incompatível com a condição de bem novo, seja preservada integralmente a garantia exigida e a quilometragem apresentada seja compatível exclusivamente com testes, homologação, transformação e logística. Permanecem admitidos os pré-cadastros, procedimentos de homologação, emissão de CAT, CCT, CSV e demais atos administrativos ou técnicos intermediários necessários à transformação e à regularização do veículo."
2 – DA REDESIGNAÇÃO DA SESSÃO E DA REABERTURA DO PRAZO
2.1. Fica cancelada a sessão pública anteriormente designada para o dia **16 de setembro de 2026, às 10h01**. Considerando que a alteração ora promovida pode ampliar o universo de potenciais participantes e influenciar a formulação das propostas, será observado o disposto no Art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, com divulgação desta Errata e reabertura do prazo do certame.
2.2. Os novos horários e datas serão os seguintes:
Recebimento das Propostas e Documentos de Habilitação: das 10h00 do dia 15/09/2026 até as 10h00 do dia 28/09/2026.
Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h01 do dia 28/09/2026, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.
2.3. As propostas eventualmente já cadastradas poderão ser mantidas, alteradas ou substituídas pelos respectivos licitantes até o novo horário limite, observadas as regras e funcionalidades do Portal de Compras Públicas.
3 – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES
3.1. A decisão relativa à impugnação da Reavel Veículos Ltda. e esta Errata serão disponibilizadas no Portal de Compras Públicas e nos demais meios de divulgação utilizados para o certame, assegurando-se ampla ciência aos interessados. As novas redações constantes desta Errata passam a integrar o Edital e o Termo de Referência para todos os fins, independentemente da emissão de versões consolidadas desses instrumentos.
3.2. Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais disposições do Edital, do Termo de Referência e de seus anexos que não tenham sido expressamente modificadas por esta Errata.
3.3. A presente Errata integra o Edital e o Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 052/2026 para todos os fins.

Senador Cortes – MG, 14 de setembro de 2026.

JOSÉ LUIS GARCIA FERNANDEZ
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
José Luiz Garcia Fernandez
Código Identificador:CFAA78AF

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CORTES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 137/2026 DISPENSA PRESENCIAL Nº 037/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA PRESENCIAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 137/2026
DISPENSA PRESENCIAL Nº 037/2026

A Prefeitura Municipal de Senador Cortes – MG, está publicando o processo acima descrito, tipo menor unitário, nos termos do **Art. 75, inciso II, c/c § 3º, da Lei nº 14.133/21**, e, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE "CORTADOR DE GRAMA", EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE LAZER E TURISMO.** *Recebimento das Propostas e Documentação: até o dia 21/09/2026 às 09:00 hs. Início da sessão pública de análise das propostas e documentação, às 09:01 hs do dia 21/09/2026.* Informações: Tel.: (32) 3490-0700. Íntegra do Aviso de Contratação poderá ser obtida pelos interessados na Sede da Prefeitura, localizada na Avenida Antônio de Souza Rabelo, nº 179, Centro, Senador Cortes – MG. CEP: 36.650-000, ou pelo endereço eletrônico www.senadorcortes.mg.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@senadorcortes.mg.gov.br.

Senador Cortes – MG, 14/09/2026.

JOSÉ LUIS GARCIA FERNANDEZ.
Agente de Contratação.

Publicado por:
José Luiz Garcia Fernandez
Código Identificador:5272241E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRA AZUL DE MINAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PAL 050/2026 PE 020/2026

A Prefeitura Municipal de Serra Azul de Minas/MG torna público, que realizará no dia 02/10/2026, às 09:00 horas, Pregão Eletrônico N°020/2026, Processo 050/2026, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E DEMAIS ITENS CORRELATOS, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPAROS E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PRÉDIOS, ESPAÇOS E DEMAIS BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS, MEDIANTE FORNECIMENTO PARCELADO, CONFORME A DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. Aos interessados, informação bem como Edital completo estará à disposição na Prefeitura Municipal de Serra Azul de Minas/MG, situada à Av. Geraldo Gomes de Brito, 94-Centro, ou pelo telefone (38) 99742-0263, de 08:00 as 11:00h e de 13:00 as 17:00h e pelo e-mail: licita@serraazuldeminas.mg.gov.br , pelo site www.licitardigital.com.br , pelo site https://serraazuldeminas.mg.gov.br/

CÁSSIA CRISTINA COSTA FRANÇA,
Setor de Licitações.

Publicado por:
Cassia Cristina Costa França Pacheco
Código Identificador:4465E443

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRANIA

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA. Extrato de Contrato nº. 121/2026. Processo n.º 91/2026. Dispensa de licitação n.º 43/2026. Objeto: Contratação de empresa para Elaboração de projeto de engenharia Complementar necessário para construção do Loteamento Serra dos Ipês na cidade de Serrania-MG, conforme quantidade e especificações constantes no Termo de Referência. Empresa: Gavioli Empreendimentos e Serviços de Engenharia Ltda CNPJ: 35.402.063/0001-59. Valor: R$ 34.387,86. Vigência: 12 meses a partir da assinatura.

Serrania, 14 de setembro de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:76BCF8D2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0020/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00085/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 00032/2026

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na promoção, produção e operacionalização de eventos institucionais, com fornecimento de infraestrutura sob demanda, locação e instalação de equipamentos diversos, serviços de buffet e alimentação, confecção de faixas, cartazes e comunicação visual, contratação de mão de obra e contratação de shows artísticos e fornecimento de itens de premiação, em atendimento às programações promovidas e apoiadas pelo Município de Serro/MG. **Detentora da Ata:** MOKER EXPERIENCIAS DE MARKETING LTDA – CNPJ: 61.776.593/0001-77; **Vigência:** 10/09/2026 até 09/09/2027.

Publicado por:
Lady Natalie Machado Nunes Rocha
Código Identificador:8797F17B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICO O EDITAL DO PROCESSO 097/2026, DISPENSA ELETRÔNICA 026/2026

Objeto: Contratação de empresa para Aquisição e Instalação de Parques Infantis/Playgrounds Infantis no Município de Serro/MG, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Período de Propostas: 16/09/2026 das 08h até 21/09/2026 às 08h, Período de lances: 21/09/2026 das 08:00 as 14:00hrs, data da sessão: 21/09/2026. Teor encontra-se na íntegra disponível emwww.serro.mg.gov.br.

CELINE MOREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Celine Ribeiro Moreira
Código Identificador:115F71C7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TAPIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
RESULTADO DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO Nº 97/2026 CREDENCIAMENTO Nº 10.0013/2026

RESULTADO DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº 97/2026
CREDENCIAMENTO Nº 10.0013/2026
OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E À ATUAÇÃO JUNTO AO CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE TAPIRA/MG.

A Prefeitura Municipal de Tapira/MG, através da Agente de Contratação/Comissão de Contratação, torna público o resultado do Processo nº 97/2026, Credenciamento nº 10.0013/2026, na forma que segue:

CREDENCIADA:

HELENA MARIA ROSA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 840.735.606-97; Itens habilitados/classificados: Item 04 – Alface verde; Item 12 – Cebolinha; Item 15 – Chuchu; Item 16 – Couve. Valor total: R$ 19.156,25 (dezenove mil, cento e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Condições: Conforme ata de julgamento e demais documentos contidos no processo.

Tapira-MG, 11 de setembro de 2026.

ANIELE BATISTA DOS REIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:82D05820

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEÓFILO OTONI

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
EDITAL Nº 026/2026

EDITAL Nº 026/2026

Em atenção ao devido processo legal, diante a necessidade de dar legalidade e publicidade aos atos administrativos da Junta Recursal do Procon, especialmente os poderes delegados aos seus componentes, conforme Ata de Instalação da Junta de Recursos, datada de 03 de fevereiro de 2025, em observância ao Decreto de Nomeação - DECRETO Nº 8.578, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2025, bem como em atenção a alteração do DECRETO Nº 8.653/2025.

Publica-se: A pauta dos julgamentos que ocorrerão no dia **22 de Setembro de 2026**, às **12:00h**, por meio do Google Meet, cujo link da reunião será **https://meet.google.com/pwv-fgun-cgk**, dos seguintes processos em grau de Recurso:
Processo n°: **26.02.0683.001.00041-3**– Reclamado/Recorrente: **INSTITUTO ADV. DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL ESTE BRASILEIRA;** Recorrido: **PATRICK NEVES PEREIRA**; Relator (a): Julian Silva Bohler;
Processo nº: **26.01.0683.001.00046-3** - Reclamado/Recorrente: **BANCO CREFISA S.A.**; **CREFISA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS;** - Recorrido: **VENCESLAU ALVES FERREIRA**; Relator (a): Francisco Raul Alves Santos;
Processo nº: **26.01.0683.001.00057-3** – Reclamado/Recorrente: **BANCO BMG S.A –**Recorrido: **JOSÉ MARIA DO AMARAL**; Relator (a): Adriana Pinheiro dos Santos;
Publica-se: A pauta dos julgamentos que ocorrerão no dia **22 de Setembro de 2026**, às **18:00h**, por meio do Google Meet, cujo link da reunião será **https://meet.google.com/pwv-fgun-cgk**, dos seguintes processos em grau de Recurso:
Processo n°: **26.06.0683.001.00021-3**– Reclamado/Recorrente: **BANCO BRADESCO S.A;** Recorrido: **TEREZINHA APARECIDA DA SILVA SANTOS**; Relator (a): Julian Silva Bohler;
Processo nº: **26.01.0683.001.00020-3** - Reclamado/Recorrente: **MOTOLIDER COMERICIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**; **ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA;** - Recorrido: **ELIZABEYH DE AMORIM CACIQUE LUIZ**; Relator (a): Francisco Raul Alves Santos;
Processo nº: **25.12.0683.001.00021-3** – Reclamado/Recorrente: **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL –**Recorrido: **ENEILDE LUIZ AURELIO**; Relator (a): Adriana Pinheiro dos Santos;
Publica-se: A pauta dos julgamentos que ocorrerão no dia **25 de Setembro de 2026**, às **12:00h**, por meio do Google Meet, cujo link da reunião será **https://meet.google.com/pwv-fgun-cgk**, dos seguintes processos em grau de Recurso:
Processo n°: **26.06.0683.001.00018-3**– Reclamado/Recorrente: **CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A** - Recorrido: **MARIA JOSÉ PEREIRS DE SOUSA**; Relator (a): Francisco Raul Alves Santos;
Processo nº: **26.04.0683.001.00102-3** - Reclamado/Recorrente: **COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA MG.** Recorrido: **ALBERTO SOARES GOMES**; Relator (a): Julian Silva Bohler;
Processo nº: **26.04.0683.001.00065-3** – Reclamado/Recorrente: **PICPAY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**; Recorrido: **ISABEL CRISTINA MARTINS**; Relator (a): Adriana Pinheiro dos Santos;
Publica-se: A pauta dos julgamentos que ocorrerão no dia **25 de Setembro de 2026**, às **18:00h**, por meio do Google Meet, cujo link da reunião será **https://meet.google.com/pwv-fgun-cgk,** dos seguintes processos em grau de Recurso:
Processo n°: **26.04.0683.001.00066-3**– Reclamado/Recorrente: **NU PAGAMENTOS S.A.** - Recorrido: **ISABEL CRISTINA MARTINS**; Relator (a): Francisco Raul Alves Santos;
Processo nº: **26.03.0683.001.00135-3** - Reclamado/Recorrente: **CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.**; Recorrido: **LUCY ALMEIDA PINTO**; Relator (a): Julian Silva Bohler;
Processo nº: **25.12.0683.001.00024-3** – Reclamado/Recorrente: **BRASIL CARD ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO LTDA**; Recorrido: **ILDEU FELIPE GABRIEL**; Relator (a): Adriana Pinheiro dos Santos;

Teófilo Otoni, 14 de setembro de 2026.

Junta Recursal – PROCON
JULIAN SILVA BOHLER
Presidente

Publicado por:
Julian Silva Bolher
Código Identificador:09B1A4FD

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
LAS RAS 039/2025

O CONSERVAR MUCURI E A PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI, de acordo com a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, regulamentada pela Deliberação Normativa (DN) Copam nº 213, de 22 de fevereiro de 2017, concedem à empresa Social: REDE HG COMBUSTIVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº: 13.569.064/0063-52, a Licença Ambiental Simplificada, na modalidade LAS/RAS.
O objeto do requerimento é a operação para exercer a atividade F-06-01-7, descrita como:
POSTOS REVENDEDORES, POSTOS OU PONTOS DE ABASTECIMENTO, INSTALAÇÕES DE SISTEMAS RETALHISTAS, POSTOS FLUTUANTES DE COMBUSTÍVEIS E POSTOS REVENDEDORES DE COMBUSTÍVEIS DE AVIAÇÃO.
ESTA LICENÇA NÃO DISPENSA NEM SUBSTITUI A OBTENÇÃO, PELO REQUERENTE, DE CERTIDÕES, ALVARÁS, LICENÇAS OU AUTORIZAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL.
Validade desta licença 04 (anos), vencimento em 16/05/2027.

Publicado por:
Keila Cristina Ornelas Silva
Código Identificador:723558B7

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
LEI N°. 7.985 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI
GABINETE DO PREFEITO

LEI N°. 7.985 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Declara a musicista, pianista, poetisa e compositora Hilda Ottoni Porto Ramos (Dª Didinha) Patrona da Música do Município de Teófilo Otoni e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Teófilo Otoni/MG aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica declarada Patrona da Música do Município de Teófilo Otoni a musicista, pianista, poetisa e compositora Hilda Ottoni Porto Ramos (Dª Didinha).
Art. 2º Fica instituído o Dia do Musicista, a ser comemorado anualmente em 24 de abril, data de nascimento de Hilda Ottoni Porto Ramos, em homenagem aos músicos e compositores teófilo-otonenses.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO MARINHO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Autoria: Vereador Thalles Contão

Publicado por:
Ana Luiza Bispo Pinheiro
Código Identificador:0154C15F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
LEI N°. 7.986 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI
GABINETE DO PREFEITO

LEI N°. 7.986 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre denominação de logradouro público – Rua Ipê Branco.

A Câmara Municipal de Teófilo Otoni/MG aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica denominada **Rua Ipê Branco**, conhecida como Rua C, localizada na Av. Luiz Leal, 3426, Viriato – Teófilo Otoni/MG.
Art. 2º O Executivo providenciará a colocação de placas denominativas, bem como comunicações afins.
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

FÁBIO MARINHO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Autoria: Vereador Serginho da Agropecuária

Publicado por:
Ana Luiza Bispo Pinheiro
Código Identificador:A5A06545

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
LEI N°. 7.987 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI
GABINETE DO PREFEITO

LEI N°. 7.987 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre denominação de logradouro público – Rua Ipê Roxo.

A Câmara Municipal de Teófilo Otoni/MG aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica denominada **Rua Ipê Roxo**, conhecida como Rua D, localizada na Av. Luiz Leal, 3426, Viriato – Teófilo Otoni/MG.
Art. 2º O Executivo providenciará a colocação de placas denominativas, bem como comunicações afins.
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
.

FÁBIO MARINHO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Autoria: Vereador Serginho da Agropecuária

Publicado por:
Ana Luiza Bispo Pinheiro
Código Identificador:44A2AA0F

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
LEI N°. 7.988 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI
GABINETE DO PREFEITO

LEI N°. 7.988 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre denominação de logradouro público – Rua Ipê Rosa.

A Câmara Municipal de Teófilo Otoni/MG aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica denominada **Rua Ipê Rosa**, conhecida como Rua A, localizada na Av. Luiz Leal, 3426, Viriato – Teófilo Otoni/MG.
Art. 2º O Executivo providenciará a colocação de placas denominativas, bem como comunicações afins.
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

FÁBIO MARINHO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Autoria: Vereador Serginho da Agropecuária

Publicado por:
Ana Luiza Bispo Pinheiro
Código Identificador:7279614E

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI 2025
LEI N°. 7.989 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI
GABINETE DO PREFEITO

LEI N°. 7.989 DE 08 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre denominação de logradouro público – Rua Ipê Amarelo.

A Câmara Municipal de Teófilo Otoni/MG aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada **Rua Ipê Amarelo**, conhecida como Rua B, localizada na Av. Luiz Leal, 3426, Viriato – Teófilo Otoni/MG.
Art. 2º O Executivo providenciará a colocação de placas denominativas, bem como comunicações afins.
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.
.

FÁBIO MARINHO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Autoria: Vereador Serginho da Agropecuária

Publicado por:
Ana Luiza Bispo Pinheiro
Código Identificador:D834C3AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2026 – **Objeto: CONTRATAÇÃO DA BANDA GET WORSHIP, O QUAL TEM NOTÓRIO RECONHECIMENTO NACIONAL ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO COMO ATRAÇÃO PARA A MARCHA PARA JESUS QUE OCORRERÁ NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2026. Contratada: GET PRODUCTIONS LTDA – EPP,** Inscrita no CNPJ sob o nº 49.626.487/0001-01. **Referência:** Processo Licitatório n.º 119/2026, Inexigibilidade n.º 031/2026. **Da Dotação Orçamentária:** 02.08.01.13.392.2015.4063.3.3.90.39.00 – Ficha: 319 – Fonte: 1.500.000 **Do valor**: O valor total do contrato é **R$ 160.000,00 (Cento e sessenta mil reais). Da Vigência:** O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua assinatura. **Data da Assinatura**: 14/09/2026.

Teófilo Otoni/MG, 14/09/2026.

GRAYCE FERREIRA CORDEIRO PIMENTA –
Secretária Municipal de Cultura.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:A08A489A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS CORAÇÕES

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 0115/2026**

Prefeitura municipal de três corações. Aviso de publicação do edital do pregão eletrônico: n.º 0115/2026. Processo n.° 0364/2026. Objeto: Contratação de empresa para serviços graficos para atender as necessidades das secretarias municipais. O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim américa, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 02/10/2026 às 09h:30min. Local: plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: secretaria municipal de saúde. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Três Corações, 14 de Setembro de 2026.

ALZIRA ARAÚJO DE OLIVEIRA.
Pregoeira

Publicado por:
Rayssa Nayara Santos
Código Identificador:EBAB3B3B

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 0121/2026**

Prefeitura municipal de Três Corações. Aviso de publicação do edital do pregão eletrônico: n.º 0121/2026. Processo n.° 0421/2026. Objeto: Contratação para prestação de serviço de dosimetria de radiação e concessão de uso de dosímetros para utilização nos atendimentos dos departamentos de raio-x. O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim américa, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 02/10/2026 às 14h:00min. Local: plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: Secretaria municipal de saúde. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Três Corações, 14 de Setembro de 2026.

LUIS CARLOS SILVA CARVALHO.
Pregoeiro

Publicado por:
Rayssa Nayara Santos
Código Identificador:46E7E8F0

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 0122/2026.**

Prefeitura municipal de Três Corações. Aviso de publicação do edital do pregão eletrônico: n.º 0122/2026. Processo n.° 0420/2026. Objeto: Aquisição de filmes dry di-ht compatível com impressora dry pix lite, para serem utilizados nos atendimentos do setor de raios-x da secretaria municipal de saúde. O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro jardim américa, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 30/09/2026 às 14h:00min. Local: Plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: secretaria municipal de saúde. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Três Corações, 14 de Setembro de 2026.

LUIS CARLOS SILVA CARVALHO.
Pregoeiro

Publicado por:
Rayssa Nayara Santos
Código Identificador:A8E1198B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS MARIAS

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
COMUNICADO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2026 CONCORRÊNCIA Nº 002/2026**

O Município de Três Marias, Minas Gerais, através da Pregoeira, torna público aos interessados a **SUSPENSÃO** em caráter (sine die) a licitação referente a Concorrência em epigrafe, publicado no Portal Nacional de Compras Públicas-PNCP, em 07/08/2026, no Diário Oficial dos Municípios Mineiros em 07/08/2026, página 262, no Diário Oficial da União em 07/08/2026, página 240, seção 3 e, nos sites: www.tresmarias.mg.gov.br e https://licitar.digital/, visando a contratação de empresa especializada de engenharia para execução da obra de implantação do sistema de drenagem pluvial no Bairro Parque das Nações, no Município de Três Marias/MG, compreendendo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra qualificada, ferramentas, transporte e todos os demais insumos necessários a perfeita execução da obra, em solicitação a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme especificações constantes do Memorial Descritivo, Planilha Orçamentaria, Cronograma Físico-Financeiro demais anexos deste Edital, para readequação dos artefatos que compõe o mesmo. O Edital será republicado com uma nova data para abertura do certame em momento oportuno, através dos meios de divulgação anteriormente utilizados. Informações pelos telefones: (38) 3754–8832 / (38) 3754–8929.

Publique-se.

Prefeitura Municipal de Três Marias/MG, 14 de setembro de 2026.

LUCIENE MENDES DA CUNHA OLIVEIRA
Pregoeira.

Publicado por:
Marcos Pereira Pinto Filho
Código Identificador:E7CFC689

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

**PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
AVISO – DISPENSA N.º 036/2026 – PROCESSO N.º 160/2026**

A Prefeitura Municipal de Três Pontas - MG, através do Agente de Contratação, Márcio de Brito Carvalho, torna pública a abertura de procedimento licitatório na modalidade Dispensa, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de sonorização e iluminação profissional, compreendendo o fornecimento, transporte, montagem, instalação, operação técnica e desmontagem de todos os equipamentos necessários à realização da Final da 33ª Copa do Trabalhador de Futsal, a ser realizada nos dias 24 e 25 de setembro de 2026, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Esportes. O Edital completo e seus anexos estarão à disposição dos interessados

no site: www.trespontas.mg.gov.br. Data e horário de recebimento das propostas comerciais: até às 12horas do dia 18/09/2026. Início do recebimento de propostas através do e-mail compradireta@trespontas.mg.gov.br: 15/09/2026 a partir das 12horas.

TRÊS PONTAS (MG), 14 DE SETEMBRO DE 2026

MÁRCIO DE BRITO CARVALHO
Agente de Contratação

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:051D37F8

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
AVISO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 085/2026 – PROCESSO N.º 156/2026

A Prefeitura Municipal de Três Pontas - MG, através do Pregoeiro, Márcio de Brito Carvalho, torna pública a abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, para o **Registro de Preços para a aquisição de materiais de origem mineral**, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Transportes. O Edital completo e seus anexos estarão à disposição dos interessados nos sites: www.trespontas.mg.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Data e horário de abertura das propostas comerciais: até às 08h30min do dia 28/09/2026. Início da Sessão de Lances: 28/09/2026 a partir das 08h30min.

TRÊS PONTAS (MG), 14 DE SETEMBRO DE 2026

MÁRCIO DE BRITO CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:245B2104

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS – EDITAL – 10/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÕES POR NÃO IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS – , em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 9.503/97, e pelas Resoluções do CONTRAN nº. 710/2017 e Lei 14.229/2021, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, Notifica através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, das respectivas Infrações de Transito, estabelecendo prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da presente publicação para a facultativa interposição da Defesa da Autuação, observado os termos da Resolução do CONTRAN Conselho Nacional de Transito, nº. 918/2022.
A Defesa da Autuação por ventura interposta, deverá ser entregue PESSOALMENTE ao SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS - , que fica localizado na Rua Dr. Artur Brandão,145 – Botafogo - TRES PONTAS MG - CEP. 37187-144 ou VIA CORREIOS para Rua Dr. Artur Brandão, 145 – Botafogo - TRES PONTAS MG - CEP. 37187-144 (de preferência mediante aviso de recebimento).
ATENÇÃO: A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (35) 3265-2730.

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO
SYW4B43	N300001430	07/08/2026	5002-0
TKZ2G54	N300001431	07/08/2026	5002-0
TDS7I16	N300001432	07/08/2026	5002-0
TEQ0C54	N300001433	07/08/2026	5002-0
SYW4B43	N300001429	07/08/2026	5002-0
TXC8J27	N300001438	26/08/2026	5002-0
TDE7I47	N300001444	26/08/2026	5002-0
TXB2J04	N300001443	26/08/2026	5002-0
TDN6A51	N300001442	26/08/2026	5002-0
TIV8D04	N300001441	26/08/2026	5002-0
TEB7B81	N300001440	26/08/2026	5002-0
TDC6F15	N300001439	26/08/2026	5002-0
TDN6A51	N300001437	26/08/2026	5002-0
PVP7A56	N300001436	26/08/2026	5002-0
GFT5J85	N300001435	26/08/2026	5002-0
RUW4D29	N300001445	28/08/2026	5002-0
RVM7E92	N300001446	28/08/2026	5002-0

Autoridade De Trânsito

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:08FBF897

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS – EDITAL – 12/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE POR NÃO IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR NIC

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS – , em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 9.503/97, e pela Resolução do CONTRAN nº. 918/2022, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, NOTIFICA através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, da aplicação das respectivas penalidades de multas referentes aos autos de infrações abaixo especificados. Fica estabelecido prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da presente publicação para a facultativa interposição de recurso administrativo, conforme normatizações do CTB - Código de Trânsito Brasileiro e CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito.
A recurso por ventura interposto, deverá ser entregue PESSOALMENTE ao SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS - , que fica localizado na Rua Dr. Artur Brandão,145 – Botafogo - TRES PONTAS MG - CEP. 37187-144 ou VIA CORREIOS para Rua Dr. Artur Brandão, 145 – Botafogo - TRES PONTAS MG - CEP. 37187-144 (de preferência mediante aviso de recebimento). Para a obtenção de 10% de desconto, a multa deverá ser paga em até 30 dias a partir da data de publicação do presente Edital (artigo 283 da lei Federal nº 9.503/97).
ATENÇÃO: A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (35) 3265-2730.

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	VALOR DA MULTA
SIZ5J79	N300001407	15/05/2026	5002-0	390,46
SYZ8F48	N300001408	15/05/2026	5002-0	390,46

Autoridade De Trânsito

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:D5833C06

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS EDITAL – 13/2026 PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

Em face ao recebimento das solicitações de aplicação de penalidade de advertência, com fulcro na Resolução 918/22 do CONTRAN, em seu Art. 10º, ficam os proprietários dos veículos abaixo notificados conforme decisões. Os autos com acolhimento serão convertidos em penalidades de advertência, e os autos com não acolhimentos serão continuados com a emissão da Notificação de Imposição da Penalidade de multa.

PLACA	AUTO DE INFRAÇÃO	DATA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	DOCUMENTO CONDUTOR
PZL5B19	AG02820108	10/06/2022	5550-0	
QUR3F75	AG02819991	21/07/2022	5592-0	
CXL3420	AG02828511	08/05/2026	5550-0	01884667672
HIP9F46	AG02828512	08/05/2026	5550-0	01346951608
PUR6E05	AG02828396	17/05/2026	5525-0	07903994626
OPT8552	AG02828824	18/05/2026	5550-0	02107797406
FPW1J85	AG02829314	20/05/2026	5550-0	01201761102
GZB1E89	AG02829317	20/05/2026	5550-0	04779039302
SHI6F20	AG02829227	27/05/2026	5231-1	01796261264

QNO3J04	AG02828834	27/05/2026	5380-0	5983079626
PUU9400	AG02828838	28/05/2026	5460-0	02381288390
PZJ5D30	AG02828844	28/05/2026	5380-0	00471961763
GSF0710	AG02829231	01/06/2026	7366-2	00566772886
PVJ9D11	AG02829357	10/06/2026	5550-0	05831959013
QPV2E54	AG02828952	12/06/2026	5622-2	02110380549

Autoridade De Trânsito

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:F3E6B5DC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TUPACIGUARA

CONTROLE INTERNO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIVEL

Art. 31, II da Lei 13.019/2014 – alterada pela Lei 13.204/2015 e Art. 9º, I e III e art.10 Decreto Municipal 029/2017
ESPÉCIE: Transferência de recursos financeiros provenientes do município, aprovado legalmente (Lei nº3.443 de 11 de setembro de 2026) pela Câmara Municipal e já sancionado.
BASE LEGAL – Art. 31, II da Lei 13.019/2014 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal 029/2017.
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: Associação Cidadania Esportiva Social Tupaciguarense dos Amigos do Meio Ambiente e de Grupos Inerentes à Cultura Artística- Associação Cesta Mágica.
CNPJ – 08.257.167/0001-44
OBJETO PROPOSTO: Garantir a regularidade, a transparência e a lisura das disputas realizadas durante as Olimpíadas Escolares, assegurando o cumprimento das regras oficias de cada modalidade, bem como a imparcialidade nas decisões através da cooperação, competição saudável e construção de laços sociais.
VALOR TOTAL DO REPASSE: R$ 19.225,00 (dezenove mil duzentos e vinte e cinco reais).
TIPO DE PARCERIA: Termo de Fomento.
JUSTIFICATIVA: : No entanto, considerando que, nesses casos a Lei nº 13.019/2014, preceitua que é inexigível o chamamento quando se tratar de parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.(Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015), previsto no artigo 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014. A OSC firma termo de parceria com o município de acordo com a Lei Nº 3.443 de setembro de 2026, sendo por finalidade, estimular a prática de atividades físicas, com disciplina e lealdade.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal de Tupaciguara

Publicado por:
Ana Beatriz Peres Piassa
Código Identificador:F35741B1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UBAÍ

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2026, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 018/2026; PROCESSO LICITATÓRIO 073/2026

A PREF. MUNICIPAL DE UBAI-MG – Torna publico para conhecimento dos interessados, EXTRATO DO CONTRATO nº 054/2026. Inexigibilidade de Licitação 018/2026, Processo Licitatório 073/2026, **Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-ESPECIALIZADOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE, ASSESSORIA E APOIO TÉCNICO AOS PROFISSIONAIS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA FORMA ESTABELECIDA NA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SUAS (PNEP/SUAS/2013), DIRECIONADA ÀS SEGUINTES ÁREAS: GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO SUAS; REGULAÇÃO DO SUAS; VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL; PROVIMENTO DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS; CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA; CONTROLE SOCIAL DO SUAS. AS AÇÕES SERÃO DESENVOLVIDAS DE FORMA INTEGRADA, CONSIDERADAS AS ESPECIFICIDADES TERRITORIAIS, INSTITUCIONAIS E OPERACIONAIS DO MUNICÍPIO DE UBAÍ/MG. Contratado**: SENIOR CONSULTORIA EM GESTÃO PUBLICA LTDA - ME, no valor global de R$ 51.240,00; Vigência 20/08/2026 a 19/08/2027.

FREDERICO FREIRE LIMA,
Agente de Contratação.

Publicado por:
Priscila Mendes Silva
Código Identificador:285A2810

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UMBURATIBA

PREFEITURA DE UMBURATIBA
AVISO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMBURATIBA/MG, CHAMADA PÚBLICA Nº. 002/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO N°.037/2026 – INEXIGINILIDADE N°.010/2026. O Município de Umburatiba/MG, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna pública a abertura do Chamamento Público nº 002/2026, para credenciamento de óticas, com vistas ao fornecimento de armações, lentes monofocais e lentes multifocais, destinado ao adequado atendimento das necessidades da população usuária do sistema único de saúde – SUS no Município de Umburatiba/MG, pelo período de 12 (doze) meses. Período de credenciamento: 15/09/2026 a 15/09/2027. O Edital completo poderá ser solicitado através do seguinte e-mail: licitacoespmumburatiba@gmail.com ou acessando o site: https://umburatiba.mg.gov.br/.

Umburatiba/MG, 19 de Setembro de 2026.

MARIA APARECIDA FERRAZ DE ARAÚJO –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Valdenir Ramos Simil
Código Identificador:2905AFD8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UNIÃO DE MINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DISPÕE SOBRE A ADESÃO AO PROTOCOLO DE INSERÇÃO E RETIRADA DO IMPLANTE SUBDÉRMICO DE ETONOGESTREL (IMPLANON®) PELO ENFERMEIRO NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E ESTABELECE O FLUXO ASSISTENCIAL PARA ATENDIMENTO DAS USUÁRIAS.

PORTARIA Nº 16, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a adesão ao Protocolo de Inserção e Retirada do Implante Subdérmico de Etonogestrel (Implanon®) pelo enfermeiro no âmbito da Rede Municipal de Saúde e estabelece o fluxo assistencial para atendimento das usuárias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher;

CONSIDERANDO as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) para ampliação do acesso aos métodos contraceptivos de longa duração;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 7.498/1986, que dispõe sobre o exercício profissional da enfermagem;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 94.406/1987;

CONSIDERANDO as Resoluções do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) vigentes acerca da atuação do enfermeiro na saúde sexual e reprodutiva;

CONSIDERANDO o Protocolo de Inserção e Retirada do Implante Subdérmico deEtonogestrel (Implanon®) elaborado pelo Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais – COREN-MG;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DA ADESÃO AO PROTOCOLO

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Saúde de UNIÃO DE MINAS, a adesão ao Protocolo de Inserção e Retirada do Implante Subdérmico de Etonogestrel (Implanon®) elaborado pelo Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais – COREN-MG.

Art. 2º Os enfermeiros devidamente capacitados e habilitados poderão realizar consulta de enfermagem, inserção e retirada do Implante Subdérmico de Etonogestrel (Implanon®), observadas as normas técnicas, éticas e legais vigentes.

Art. 3º A capacitação dos profissionais deverá ser comprovada mediante certificação emitida por instituição reconhecida ou treinamento validado pela Secretaria Municipal de Saúde.

CAPÍTULO II
DO ACESSO DAS USUÁRIAS

Art. 4º O acesso das usuárias ao método contraceptivo ocorrerá mediante:
I – procura espontânea da usuária na Unidade Básica de Saúde;
II – encaminhamento realizado por profissional da equipe multiprofissional;
III – demanda identificada durante consultas médicas, de enfermagem, pré-natal, puerpério ou demais atendimentos da rede municipal.

CAPÍTULO III
DAS INTERCORRÊNCIAS

Art. 5º As intercorrências imediatas durante a inserção ou retirada do implante deverão ser avaliadas pelo enfermeiro responsável e registradas em prontuário.

Art. 6º Nos casos de intercorrências clínicas leves, incluindo dor local, pequeno hematoma, sangramento discreto ou reação vasovagal sem complicações, a usuária será assistida na própria unidade de saúde, conforme protocolos assistenciais vigentes.

Art. 7º Nos casos de urgência ou emergência, a usuária deverá ser encaminhada imediatamente à Santa Casa de Misericórdia de União que acionará o sistema CORE (sistema de regulação de saúde de acesso de transferência para referência) e assim o especialista em ginecologia será acionado.

CAPÍTULO IV
DA RETIRADA DE IMPLANTE NÃO PALPÁVEL OU PROFUNDO

Art. 8º Quando houver dificuldade técnica para retirada do implante em razão de:
I – implante não palpável;
II – implante profundamente inserido;
III – migração do dispositivo;
IV – proximidade com estruturas vasculares ou nervosas;
V – falha em tentativa de retirada ambulatorial; o procedimento deverá ser interrompido e a usuária encaminhada para avaliação especializada.

Art. 9º O encaminhamento será realizado para o serviço de referência municipal Santa Casa de Misericórdia de União que acionará o sistema CORE (sistema de regulação de saúde de acesso de transferência para referência) e assim o especialista em ginecologia será acionado.
§ 1º Antes do encaminhamento poderá ser solicitado Raio x, indicado para localização do dispositivo.
§ 2º A retirada do implante profundo deverá ocorrer exclusivamente por profissional habilitado e em ambiente assistencial apropriado, conforme avaliação especializada.

CAPÍTULO V
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Saúde:
I – garantir a capacitação dos profissionais;
II – assegurar insumos e materiais necessários para realização dos procedimentos;
III – definir e divulgar os serviços de referência para atendimento das intercorrências;
IV – monitorar os indicadores relacionados ao uso do método.

Art. 11. Compete aos enfermeiros habilitados cumprir integralmente as recomendações constantes no Protocolo de Inserção e Retirada do Implante Subdérmico de Etonogestrel (Implanon®) do COREN-MG.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, observada a legislação vigente.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União de Minas/MG, 14 de setembro de 2026.

GEOVÁ TOMAZ DE AMEIDA
Prefeito

ROSIMAR CRISTINA TEIXEIRA LOPES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Regina Maria Soares Ferreira
Código Identificador:073C34E5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VERDELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Verdelândia-MG torna público que realizará no dia 05/10/2026, o Processo Licitatório N°074/2026, na modalidade Leilão Presencial/Eletrônico N°001/2026, através do endereço eletrônico: https://sandrasantosleiloes.com.br/. Objeto: alienação dos bens móveis e veículos inservíveis pertencentes ao Município de Verdelândia/MG, conforme especificações do Edital Convocatório disponível no endereço eletrônico informado e no site https://verdelandia.mg.gov.br/. Informações: Setor de Licitações, situada a Rua Avenida Renato Azeredo, N°2001, Janaiba. E-mail: licitacoes@verdelandia.mg.gov.br.

CLAYTON SHASSE PEREIRA DE SOUZA JUNIOR
Agente de Contratação
Tel.(38)3625-8113.

Publicado por:
Clayton Shasse Pereira de Souza Junior
Código Identificador:4443DA2D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VESPASIANO

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO 01 - CONTRATO Nº 008/2025 – P.L. 293/2023 – P.P. 097/2023

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE VESPASIANO e a empresa GRÁFICA VEREDAS LTDA. **OBJETO:** Renovação do contrato de serviços de produção jornalística, em atendimento a Comunicação Interna nº 040b/2026 da Assessoria de Imprensa. **VIG:**12 meses. **FDO:**069.

Publicado por:
Tharyk Victor Fagundes
Código Identificador:CC91EA57

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO 01 – CONTRATO Nº 012/2026 - PROC. 003/2026 - ADES. 002/2026

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE VESPASIANO e a empresa SNOP CORRELATOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. **OBJETO:** Acréscimo no percentual de 25% do contrato de aquisição materiais de limpeza e higiene (papel toalha), em atendimento Comunicação Interna nº 432/2026 da Secretaria Municipal de Educação. **VLR:** R$ 4.050,00.**FDO:**163, 186, 214, 222 e 306.

Publicado por:
Tharyk Victor Fagundes
Código Identificador:2C8AB49C

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO 04 - CONTRATO Nº 089/2023 – P.L. 173/2023 – ADES. 026/2023

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE VESPASIANO e a empresa REPROS SOLUÇÕES EM DOCUMENTOS LTDA. **OBJETO:** Renovação de Contrato visando a continuidade da prestação de serviços por impressão e reprografia corporativas com locação de equipamentos, máquinas reprográficas, incluindo assistência técnica e manutenção corretiva, preventiva e especializada dos equipamentos, com fornecimento de peças e insumos originais necessários, em atendimento a diversas secretarias do Município.**VIG:**12 meses.

Publicado por:
Tharyk Victor Fagundes
Código Identificador:BE387280

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO 04 - CONTRATO Nº 124/2022 – P.L. 159/2022 – INEX. 018/2022.

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE VESPASIANO e a empresa C&M ASSESSORIA E INFORMÁTICA LTDA. **OBJETO:** Renovação do contrato de serviços de manutenção em sistema de informatização (software) para gestão das atividades das Secretarias Municipais de Saúde, Desenvolvimento Social e Educação.**VIG:**12 meses.**FDO:**167, 305 e 335.

Publicado por:
Tharyk Victor Fagundes
Código Identificador:8E767BC4

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO 05 – CONTRATO Nº 111/2022 - P.L. 137/2022 - P.E. 034/2022

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE VESPASIANO e a empresa SPEEDLABOR DIAGNÓSTICOS LTDA. **OBJETO:** Renovação do contrato de prestação de serviço contínuo e essencial visando a realização de testes de Hemoglobina Glicada HbA1c (Hemoglobina A1c), em atendimento a Comunicação Interna nº 582/2026 da Secretaria Municipal de Saúde. **VIG.:** 12 meses.**FDO:**377.

Publicado por:
Tharyk Victor Fagundes
Código Identificador:CD789685

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2026 - P.L. 048/2026 - CONC. ELETR. 010/2026

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE VESPASIANO e a empresa MARTINS FORTES ENGENHARIA LTDA. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução de construção de Creche e Escola de Educação Infantil - FNDE - projeto próprio no Bairro Serra Dourada, no município de Vespasiano/MG, com recursos provenientes do Termo de Compromisso nº 964299/2024/FNDE/CAIXA, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Vespasiano e recursos próprios do município, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Obras. **VIG:** 24 meses. **VLR:** R$ 7.497.361,53. **FDO:** 195.

Publicado por:
Tharyk Victor Fagundes
Código Identificador:B9DF73E1

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2026 - P.L. 077/2026 - ADES. 012/2026

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE VESPASIANO e a empresa QUATRO PASSOS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. **OBJETO:** Aquisição de materiais permanentes, mobiliários escolares, em Adesão a Ata de Registro de Preço nº 012/2024 (Processo nº 013/2024 - Pregão Eletrônico nº 007/2024), pertencente ao Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado de São Paulo - CINDESP, em atendimento solicitação da Secretaria Municipal de Educação. **VIG:** 12 meses. **VLR:** R$ 7.475.000,00. **FDO:** 179 e 196.

Publicado por:
Tharyk Victor Fagundes
Código Identificador:C6776917

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2026 - P.L. 078/2026 - INEX. 018/2026

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE VESPASIANO e a empresa NOVIDADE URBANA AGENCIAMENTO LTDA. **OBJETO:** Contratação de show ao vivo do cantor "THALLES ROBERTO" a ser realizado pelo calendário cultural oficial "Explosão de Louvor 2026" no dia 11 de setembro de 2026, às 21h00min, na Praça MRV, localizada no bairro Gávea - Vespasiano/MG, em atendimento a Secretária Municipal de Cultura. **VIG:** 05 dias. **VLR:** R$ 250.000,00. **FDO:** 420.

Publicado por:
Tharyk Victor Fagundes
Código Identificador:6806F4CD

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2026 - P.L. 080/2026 - INEX. 020/2026

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE VESPASIANO e a empresa CRIATIVE AGENCIAMENTO LTDA. **OBJETO:** Contratação de show ao vivo da cantora "FERNANDA BRUM" a ser realizado pelo calendário cultural oficial "Explosão de Louvor 2026" no dia 12 de setembro de 2026, às 22h00min, na Praça MRV, localizada no bairro Gávea - Vespasiano/MG, em atendimento a Secretária Municipal de Cultura. **VIG:** 04 dias. **VLR:** R$ 220.000,00. **FDO:** 420.

Publicado por:
Tharyk Victor Fagundes
Código Identificador:E3296672

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO-PROCESSO Nº 004/2026-
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026

Homologo o Resultado final proferido pela Comissão de Gestão Estratégica e Deliberativa de Projetos Culturais do Município de Vespasiano, bem como o Processo referente ao objeto de Premiação de 24(vinte quatro) autores de linguagens literárias, residentes no município de Vespasiano, sendo 12(doze) autores adultos, 06(seis) autores infanto-juvenil e 06(seis) autores infantis. A relação final homologada dos premiados, encontra-se no site www.vespasiano.com.br(Legislação), no quadro de avisos da Prefeitura Municipal e no quadro de avisos da Câmara Municipal.-

ANA RITA REZENDE VIANA SILVA-
Secretária Municipal de Cultura,Turismo e Lazer

Publicado por:
Ednard John Peixoto Marques
Código Identificador:A053C8F2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VOLTA GRANDE

LICITAÇÕES E EXTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 43 AO CONTRATO Nº 001/2024

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Município de Volta Grande. **QUADRAGÉSIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO.** Processo nº 001/2024, Inexigibilidade nº 001/2024- Fornecedor Contratado: Posto Alteza Comércio e Indústria LTDA, CNPJ nº 00.502.875/0008-68. Objeto: Reequilíbrio econômico-financeiro dos preços dos itens do Contrato nº 001/2024, com base no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/21, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Valor atual	Vlr reequilibrado
001	Alcool - Etanol	R$ 4,39	R$ 4,29
003	Gasolina Comum	R$ 6,59	R$ 6,35

Volta Grande, 01/09/2026.

IVAN SOARES PULLIG
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Alves Bastos
Código Identificador:5601DAAB

LICITAÇÕES E EXTRATOS
ORDEM DE INÍCIO/SERVIÇO

ORDEM DE INÍCIO/SERVIÇO

A Prefeita em Exercício do Município de Volta Grande, Estado de Minas Gerais, nos termos da Lei Federal 14.133/2021, de conformidade com o Processo de Dispensa de Licitação nº 046/2026, de acordo com o disposto na Cláusula quinze do Contrato Administrativo nº 111/2026, autoriza a firma GMS Reformas Ltda. inscrita no CNPJ sob o nº 26.866.436/0001-51, através de seu representante legal, a iniciar os serviços atinentes às OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL GASPAR MARIA PEREIRA, LOCALIZADA NO BAIRRO BONSUCESSO, NA SEDE MUNICIPAL, conforme projeto, memorial descritivo, memória de cálculo, cronograma físico/financeiro e planilha de custos e quantitativos, obedecidas as formalidades insertas nos dispositivos legais acima citados.

Volta Grande-MG, 14 de setembro de 2026.

ALEXANDRINA MONTEIRO ABREU BRUM
Prefeita em Exercício

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:A2F3828A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - PODER EXECUTIVO – CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL - SERVIDOR PÚBLICO - PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto Municipal nº 303/2023, considerando-se o atendimento dos documentos exigidos para a concessão, nos termos previstos no art. 85 da Lei Complementar Municipal nº 106/2023, **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Administração concede progressão horizontal à agente pública municipal, **Elaine Cristina Pires,** ocupante do cargo público de provimento efetivo de **Assistnte Técnico Educacional,** lotada na **Secretaria Municipal de Educação,** no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Abaeté.

Art. 2º - A Agente Pública Municipal, com vencimento determinado pelo enquadramento no **Nível I** e **Grau A**, permanecendo no **Nível I** que se encontrava antes desta concessão e sendo reposicionada no **Grau B,** a partir da competência do mês de **setembro de 2026** para todos os fins de direito.

Art. 3º - Concluída a concessão da Progressão Horizontal, a Agente Pública Municipal enquadra-se e faz jus ao vencimento correspondente ao **Nível I e Grau B,** a partir da competência de **setembro de 2026.**

Art. 4º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro na folha funcional da Agente Pública Municipal, bem como, os registros em sistema de Recursos Humanos e informativo junto ao Sistema de Previdência Social (E-social).

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação.

Abaeté, 09 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:AD3D5DC8

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - PODER EXECUTIVO – CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL - SERVIDOR PÚBLICO - PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto Municipal nº 303/2023, considerando-se o atendimento dos documentos exigidos para a concessão, nos termos previstos no art. 85 da Lei Complementar Municipal nº 106/2023, **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Administração concede progressão horizontal à agente pública municipal, **Ivandélia lucrécia Barbosa,** ocupante do cargo público de provimento efetivo de **Serviços Gerais,** lotada na **Secretaria Municipal de Educação,** no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Abaeté.

Art. 2º - A Agente Pública Municipal, com vencimento determinado pelo enquadramento no **Nível I** e **Grau A**, permanecendo no **Nível I** que se encontrava antes desta concessão e sendo reposicionada no **Grau B,** a partir da competência do mês de **setembro de 2026** para todos os fins de direito.
Art. 3º - Concluída a concessão da Progressão Horizontal, a Agente Pública Municipal enquadra-se e faz jus ao vencimento correspondente ao **Nível I e Grau B,** a partir da competência de **setembro de 2026.**

Art. 4º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro na folha funcional da Agente Pública Municipal, bem como, os registros em sistema de Recursos Humanos e informativo junto ao Sistema de Previdência Social (E-social).

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação.

Abaeté, 09 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:C367C0FC

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - PODER EXECUTIVO – CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL - SERVIDOR PÚBLICO - PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto Municipal nº 303/2023, considerando-se o atendimento dos documentos exigidos para a concessão, nos termos previstos no art. 85 da Lei Complementar Municipal nº 106/2023, **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Administração concede progressão horizontal à agente pública municipal, **Carla Eduarda dos Santos Reis,** ocupante do cargo público de provimento efetivo de **Serviços Gerais,** lotada na **Secretaria Municipal de Educação,** no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Abaeté.

Art. 2º - A Agente Pública Municipal, com vencimento determinado pelo enquadramento no **Nível I** e **Grau A**, permanecendo no **Nível I** que se encontrava antes desta concessão e sendo reposicionada no **Grau B,** a partir da competência do mês de **setembro de 2026** para todos os fins de direito.

Art. 3º - Concluída a concessão da Progressão Horizontal, a Agente Pública Municipal enquadra-se e faz jus ao vencimento correspondente ao **Nível I e Grau B,** a partir da competência de **setembro de 2026.**

Art. 4º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro na folha funcional da Agente Pública Municipal, bem como, os registros em sistema de Recursos Humanos e informativo junto ao Sistema de Previdência Social (E-social).

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação.

Abaeté, 09 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:21D7DF92

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - PODER EXECUTIVO – CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL - SERVIDOR PÚBLICO - PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto Municipal nº 303/2023, considerando-se o atendimento dos documentos exigidos para a concessão, nos termos previstos no art. 85 da Lei Complementar Municipal nº 106/2023, **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Administração concede progressão horizontal ao agente público municipal, **Anderson Lino de Souza,** ocupante do cargo público de provimento efetivo de **Professor da Educação Infantil,** lotado na **Secretaria Municipal de Educação,** no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Abaeté.

Art. 2º - O Agente Público Municipal, com vencimento determinado pelo enquadramento no **Nível I** e **Grau A**, permanecendo no **Nível I** que se encontrava antes desta concessão e sendo reposicionado no **Grau B,** a partir da competência do mês de **setembro de 2026** para todos os fins de direito.

Art. 3º - Concluída a concessão da Progressão Horizontal, o Agente Público Municipal enquadra-se e faz jus ao vencimento correspondente ao **Nível I e Grau B,** a partir da competência de **setembro de 2026.**

Art. 4º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro na folha funcional do Agente Público Municipal, bem como, os registros em sistema de Recursos Humanos e informativo junto ao Sistema de Previdência Social (E-social).

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação.

Abaeté, 09 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:AACEFBC1

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - PODER EXECUTIVO – CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL - SERVIDOR PÚBLICO - PROVIDÊNCIAS

A Secretária Municipal de Administração do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto Municipal nº 303/2023, considerando-se o atendimento dos documentos exigidos para a concessão, nos termos previstos no art. 85 da Lei Complementar Municipal nº 106/2023, **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Administração concede progressão horizontal à agente pública municipal, **Fabiana Menezes da Silva,** ocupante do cargo público de provimento efetivo de **Serviços Gerais,** lotada na **Secretaria Municipal de Educação,** no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Abaeté.

Art. 2º - A Agente Pública Municipal, com vencimento determinado pelo enquadramento no **Nível I** e **Grau A**, permanecendo no **Nível I** que se encontrava antes desta concessão e sendo reposicionada no **Grau B,** a partir da competência do mês de **setembro de 2026** para todos os fins de direito.

Art. 3º - Concluída a concessão da Progressão Horizontal, a Agente Pública Municipal enquadra-se e faz jus ao vencimento

correspondente ao **Nível I e Grau B,** a partir da competência de **setembro de 2026.**

Art. 4º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro na folha funcional da Agente Pública Municipal, bem como, os registros em sistema de Recursos Humanos e informativo junto ao Sistema de Previdência Social (E-social).

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação.

Abaeté, 09 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:DACE0DEC

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - PODER EXECUTIVO – CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL - SERVIDOR PÚBLICO - PROVIDÊNCIAS.

A Secretária Municipal de Administração do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto Municipal nº 303/2023, considerando-se o atendimento dos documentos exigidos para a concessão, nos termos previstos no art. 85 da Lei Complementar Municipal nº 106/2023, **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Administração concede progressão horizontal à agente pública municipal, **Adaiane Aparecida Oliveira Ribeiro,** ocupante do cargo público de provimento efetivo de **Serviços Gerais,** lotada na **Secretaria Municipal de Educação,** no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Abaeté.

Art. 2º - A Agente Pública Municipal, com vencimento determinado pelo enquadramento no **Nível I** e **Grau A**, permanecendo no **Nível I** que se encontrava antes desta concessão e sendo reposicionada no **Grau B,** a partir da competência do mês de **setembro de 2026** para todos os fins de direito.

Art. 3º - Concluída a concessão da Progressão Horizontal, a Agente Pública Municipal enquadra-se e faz jus ao vencimento correspondente ao **Nível I e Grau B,** a partir da competência de **setembro de 2026.**

Art. 4º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro na folha funcional da Agente Pública Municipal, bem como, os registros em sistema de Recursos Humanos e informativo junto ao Sistema de Previdência Social (E-social).

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação.

Abaeté, 09 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:FE83517E

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - PODER EXECUTIVO – CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL - SERVIDOR PÚBLICO - PROVIDÊNCIAS.

A Secretária Municipal de Administração do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto Municipal nº 303/2023, considerando-se o atendimento dos documentos exigidos para a concessão, nos termos previstos no art. 85 da Lei Complementar Municipal nº 106/2023, **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Administração concede progressão horizontal à agente pública municipal, **Maria Helena Lino,** ocupante do cargo público de provimento efetivo de **Professor do Ensino Fundamental I,** lotada na **Secretaria Municipal de Educação,** no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Abaeté.

Art. 2º - A Agente Pública Municipal, com vencimento determinado pelo enquadramento no **Nível I** e **Grau A**, permanecendo no **Nível I** que se encontrava antes desta concessão e sendo reposicionada no **Grau B,** a partir da competência do mês de **setembro de 2026** para todos os fins de direito.

Art. 3º - Concluída a concessão da Progressão Horizontal, a Agente Pública Municipal enquadra-se e faz jus ao vencimento correspondente ao **Nível I e Grau B,** a partir da competência de **setembro de 2026.**

Art. 4º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro na folha funcional da Agente Pública Municipal, bem como, os registros em sistema de Recursos Humanos e informativo junto ao Sistema de Previdência Social (E-social).

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação.

Abaeté, 09 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:2DF1E00B

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
MUNICÍPIO DE ABAETÉ - PODER EXECUTIVO – CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL - SERVIDOR PÚBLICO - PROVIDÊNCIAS.

A Secretária Municipal de Administração do Município de Abaeté, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto Municipal nº 303/2023, considerando-se o atendimento dos documentos exigidos para a concessão, nos termos previstos no art. 85 da Lei Complementar Municipal nº 106/2023, **RESOLVE***:*

Art. 1º - O Município de Abaeté, por seu Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Administração concede progressão horizontal à agente pública municipal, **Fabiana Menezes da Silva,** ocupante do cargo público de provimento efetivo de **Serviços Gerais,** lotada na **Secretaria Municipal de Educação,** no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Abaeté.

Art. 2º - A Agente Pública Municipal, com vencimento determinado pelo enquadramento no **Nível I** e **Grau A**, permanecendo no **Nível I** que se encontrava antes desta concessão e sendo reposicionada no **Grau B,** a partir da competência do mês de **setembro de 2026** para todos os fins de direito.

Art. 3º - Concluída a concessão da Progressão Horizontal, a Agente Pública Municipal enquadra-se e faz jus ao vencimento correspondente ao **Nível I e Grau B,** a partir da competência de **setembro de 2026.**

Art. 4º - O Departamento de Recursos Humanos deve promover o registro na folha funcional da Agente Pública Municipal, bem como, os registros em sistema de Recursos Humanos e informativo junto ao Sistema de Previdência Social (E-social).

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação.

Abaeté, 09 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

MARINA ÁLVARES DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:19211F4D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 079/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº079/2026: A Prefeitura Municipal de Arapuá/MG torna público extrato do contrato administrativo Nº079/2026, originado do Processo licitatório Nº089/2026, Dispensa de Licitação Nº021/2026.
Objeto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM RESIDÊNCIA INCLUSIVA OU INSTITUIÇÃO CONGÊNERE LEGALMENTE APTA, DESTINADA AO ATENDIMENTO INTEGRAL E CONTINUO DE PACIENTE EM SITUAÇÃO DE EXTREMA VULNERABILIDADE SOCIAL E CLÍNICA, EM CUMPRIMENTO A DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NOS AUTOS DO PROCESSO Nº 5001788-37.2025.8.13.0555.
Contratante: MUNICÍPIO DE ARAPUÁ, CNPJ nº 19.942.895/0001-01.
Contratada: CASA DO IDOSO LTDA, CNPJ nº 53.159.573/0001-29.
Representante legal: José Dimas Xavier.
Dotação:
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Econômico, Emprego e Renda 02.07.02 08 244.0018 2.0131.3.3.90. 39 00 00 – Fonte 500;
Vigência: De 05/10/2026 à 05/10/2027.
Valor: R$54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).
No contrato:
Onde se le: Reginaldo Germano da Silva
Leia-se: Nayara Francielle Alves Silva
O contrato encontra-se disponível no site: https://arapua.mg.gov.br/

Arapuá/MG, 14 de setembro de 2026.

EMÍLIO DOS SANTOS BOAVENTURA GONDIN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcio Wanderson de Castro Galvão
Código Identificador:304CAC7B

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA 022/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2026 DISPENSA ELETRÔNICA N° 022/2026: OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROUPARIA HOSPITALAR DESTINADAS AO CENTRO DE SAÚDE ELAZIR LATALISA MACEDO E A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE MÁRIO DOMINGUES BOAVENTURA. LIMITE DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 18/09/2026 ÀS 07H55MIN. Início da fase de lances: 18/09/2026 ÀS 08H00MIN e encerramento dos lances no dia 18/09/2026 ÀS 14H00MIN. Local: www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O edital completo encontra-se disponível no site: www.arapua.mg.gov.br. Maiores informações, junto à Prefeitura Municipal de Arapuá, situada à Praça São João Batista, nº 111, Centro, Arapuá/MG.

Arapuá, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Elvis Gonçalves Boaventura
Código Identificador:8D05FA36

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
DESPACHO - PREGÃO ELETRÔNICO 46/2025

DESPACHO

REF.:Processo nº 141/2025
Pregão Eletrônico nº 46/2025

Considerando as circunstâncias e o andamento do presente processo, a**Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Segurança Pública,** entende ser pertinente, neste momento, o seu **encerramento e arquivamento**, considerando sua suspensão não originou o saneamento das medidas necessárias alcançando êxito para dar prosseguimento, por considerar a medida administrativa mais adequada e cabível.
Dessa forma, não havendo outras providências a serem adotadas, encaminhe-se para o**encerramento e posterior arquivamento do processo**, observadas as formalidades administrativas pertinentes.
Cumpra-se.

Astolfo Dutra, MG, 09 de janeiro de 2026

MARCELO PAIS DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Finanças e Segurança Pública

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:52D6998A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2026

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026

A Prefeitura de Astolfo Dutra/MG, torna público aos participantes e interessados, que seu Agente de Contratação e sua Equipe de Contratação, dará continuidade a fase de "propostas" no dia 24/09/2026, às 13 horas, a licitação objetivando contratação de empresa para execução de serviços de reforma da Quadra Jardim Primavera da Escola Municipal Doutor Francisco de Barros, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários, conforme Projetos de Engenharia, Memorial Descritivo, Memória de Cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do presente processo. Maiores informações estão no Edital à disposição dos interessados, no site: www.astolfodutra.mg.gov.br e na Prefeitura de Astolfo Dutra, na Praça Governador Valadares, 77, ou pelo telefone (32) 3451-1385, no horário de 08:00 às 16:00 horas, nos dias úteis.

Astolfo Dutra, 14/09/2026.

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:4236984D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 33/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

A Prefeitura de Astolfo Dutra/MG, através de seu Pregoeiro, torna público aos interessados, que fará realizar no dia 25/09/2026, às 13:00

horas, licitação, na modalidade Pregão, sob sua forma Eletrônica, objetivando a contratação de empresa especializada para preparação da infraestrutura para instalação de grupos de geradores para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde. Maiores informações estão no Edital à disposição dos interessados, no site: www.astolfodutra.mg.gov.br, na plataforma: www.ammlicita.org.br e na Prefeitura de Astolfo Dutra, na Praça Governador Valadares, 77, ou pelo telefone (32) 3451-1385, no horário de 08:00 às 16:00 horas, nos dias úteis.

Astolfo Dutra, 14/09/2026.

Publique-se.

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:AF5226EC

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
PARECER TÉCNICO - CONCORRÊNCIA PÚLBICA 01/2026

PARECER TÉCNICO PRELIMINAR

Qualificação técnica das licitantes

OBJETO: Reforma da Quadra Jardim Primavera da Escola Municipal Doutor Francisco de Barros
PROCEDIMENTO: Processo licitatório e número da concorrência a confirmar nos autos
CRITÉRIO EXAMINADO: Qualificação técnica — item 10.4 do edital

1. Identificação das licitantes
LICITANTE 1: Sudeste Engenharia e Construtora LTDA — CNPJ nº 16.914.341/0001-02
LICITANTE 2: JGP Construtora LTDA — CNPJ nº 27.711.158/0001-26

2. Objeto e finalidade da análise
O presente parecer examina a qualificação técnica das empresas para a licitação da reforma da Quadra Jardim Primavera da Escola Municipal Doutor Francisco de Barros, em Astolfo Dutra/MG. A análise limita-se ao item 10.4 do edital e não alcança a habilitação jurídica, fiscal, trabalhista ou econômico-financeira.

3. Fundamentação e critérios do edital
O item 10.4, alínea "a", exige atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo conselho competente, comprovando execução compatível em características, quantidades e complexidade. A avaliação também observa o art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 e as normas aplicáveis do CREA/CAU.
O edital admite o somatório de atestados, quando previsto, e relaciona os serviços consolidados na matriz a seguir.

4. Matriz de atendimento técnico
Base de conferência: item 10.4 do edital apresentado pelo solicitante.

EXIGÊNCIA DO EDITAL	SUDESTE ENGENHARIA	JGP CONSTRUTORA
Muro divisório Execução de muro em bloco de concreto aparente, incluindo fundações em concreto armado, sapata corrida e chapéu de muro, com extensão aproximada de 117,84 m.	**ATENDE***	**ATENDE***
Portões metálicos Execução de portões em chapa galvanizada, incluindo fornecimento, instalação e acabamento, totalizando aproximadamente 18,40 m².	**ATENDE***	**ATENDE***
Estruturas de fundação Armaduras em aço CA-50, concreto armado para fundações, concreto estrutural e estacas tipo broca.	**ATENDE***	**ATENDE***
Instalações elétricas Lançamento de cabos elétricos, eletrodutos em PVC e instalação de projetores para iluminação externa de quadra esportiva.	**ATENDE***	**ATENDE***
Esquadrias Execução de esquadrias metálicas e de alumínio.	**ATENDE***	**ATENDE***
Demolições Demolições mecânicas e manuais envolvendo concreto armado, revestimentos cerâmicos, alambrados e remoção de esquadrias metálicas.	**ATENDE***	**ATENDE***
Cobertura e águas pluviais Serviços de cobertura, incluindo instalação de calhas, condutores pluviais e respectivos acessórios.	**ATENDE***	**ATENDE***

** Classificação lançada conforme a informação de atendimento fornecida pelo solicitante. Deve ser confirmada por meio dos atestados, CATs, registros profissionais e respectivos quantitativos constantes dos autos.*

5. Análise das empresas
5.1 Sudeste Engenharia e Construtora LTDA
Considerando a informação de que os atestados e as CATs dos autos comprovam as parcelas de maior relevância do edital, a empresa demonstra aptidão técnico-operacional e técnico-profissional compatível com o objeto.
5.2 JGP Construtora LTDA
Sob o mesmo critério, e considerando a informação de que os atestados e as CATs comprovam serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade, a empresa demonstra aptidão técnico-operacional e técnico-profissional para o objeto.

6. Conclusão
PARECER FAVORÁVEL: atendida a validação dos documentos originais constantes do processo, opina-se pela HABILITAÇÃO TÉCNICA da Sudeste Engenharia e Construtora LTDA, CNPJ nº 16.914.341/0001-02, e da JGP Construtora LTDA, CNPJ nº 27.711.158/0001-26, para prosseguimento no certame.

7. Registro mínimo de validação antes da assinatura

LICITANTE	DOCUMENTOS A CONFERIR	VALIDAÇÃO
Sudeste Engenharia e Construtora LTDA	Nº dos atestados/CATs; emissores; responsáveis técnicos; registros; serviços e quantitativos comprovados.	☐ Conferido Data: 03/09/2026
JGP Construtora LTDA	Nº dos atestados/CATs; emissores; responsáveis técnicos; registros; serviços e quantitativos comprovados.	☐ Conferido Data: 03/09/2026

Astolfo Dutra/MG, 3 de setembro de 2026.

Responsável Técnico
EDUARDO NASCIMENTO BORGES
CREA MG: 239.188/D

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:F785A58C

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTOLFO DUTRA
TERMO ADITIVO CONTRATO 119/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Pregão Presencial 26/2025

Nº: 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 119/2025
Contratante: Município de Astolfo Dutra
Contratada: AUTO POSTO CHEGA MAIS LTDA.
Objeto: Reajuste no preço do item Diesel S-10 para R$ 7,29, a partir de 16/08/2026.
Assinatura: 14/08/2026
Processo Licitatório: 84/2025 – Pregão Eletrônico: nº 26/2025
Signatários: Renata Cascardo da Silva – Secretária Municipal de Educação
Regina Celi Ferreira de Souza – Auto Posto Chega Mais Ltda.

Publicado por:
George Heleno Sales
Código Identificador:534D3C17

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DE EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS – PUBLICAÇÃO DE EDITAL LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO 37/2026, PROCESSO N° 78/2026. Julgamento Menor Preço POR ITEM. Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Constituí objeto da contratação o registro de preços para a aquisição de fraldas descartáveis infantis e lenços umedecidos, destinados ao atendimento das necessidades de higiene e cuidados pessoais das crianças matriculadas e atendidas pela Escola Pedro Ferreira Nunes –

CEMEI, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Data: até as 09:00 h do dia 25/09/2026. Início da sessão e disputa de preços: 25/09/2026 às 09:30h. Referência de tempo: horário de Brasília. Local: portal AMM LICITA https://ammlicita.org.br/ Telefone de contato: (31) 3853-1271/1272 Obtenção do edital:www.belavistademinas.mg.gov.br.

Bela Vista de Minas, 14 de setembro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES.

Publicado por:
Marina Barros Siqueira Leal
Código Identificador:9D455EA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DE RECURSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS – Resultado de Julgamento de Recurso. Processo nº 69/2026 – Dispensa Eletrônica nº 06/2026. A Prefeita Municipal torna público resultado de Julgamento de recurso. **Recorrente**: Robótica de Sucesso LTDA – CNPJ 47.347.671/0001-97 que **INDEFERE** a solicitação dos recursos. objeto: contratação de solução educacional em modalidade de licença anual, composta por plataforma digital, trilhas formativas, cursos assíncronos, biblioteca de atividades pedagógicas plugadas e desplugadas alinhadas à BNCC Computacional, materiais didáticos complementares, suporte técnico e pedagógico presencial, relatórios de acompanhamento e painéis de gestão, destinada à formação continuada de professores e ao desenvolvimento das competências digitais dos estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental/Anos Iniciais e do Atendimento Educacional Especializado (AEE)**..**

Bela Vista de Minas, 14 de setembro de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA C. MAGALHÃES -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Edilaine Pereira de Vasconcelos
Código Identificador:96B5C481

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA

LICITAÇÃO
EXTRATRO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e DSP BRINDES PERSONALIZADOS LTDA. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 227; OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TROFÉUS, MEDALHAS, TAÇAS, CINTURÕES E MATERIAIS CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE, INFÂNCIA, LAZER E JUVENTUDE; LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 47/2026. Valor Global: R$ 33.203,75 Vigência:17/08/2026 Até:16/08/2027.

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:5A6E5F2B

LICITAÇÃO
EXTRATRO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA e AK INOVACOES LTDA. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 226; OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TROFÉUS, MEDALHAS, TAÇAS, CINTURÕES E MATERIAIS CORRELATOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE, INFÂNCIA, LAZER E JUVENTUDE; LICITACAO: Pregão Eletrônico (14.133/21) 47/2026. Valor Global:R$ 76.205,68. Vigência:17/08/2026 Até:16/08/2027

Publicado por:
Bianca Souza Rodrigues
Código Identificador:AC965D93

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO 199/2026 – DISPENSA 069/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para revisão de 70.000 KM do Veículo nº 166 - Placa RUT3B80 - Ford Ranger. **CONTRATADA:** NOVOCAR COMERCIO DE VEICULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 08.573.241/00001-31. **VALOR:** R$ 2.447,31 (dois mil quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e um centavos). **DESPACHO:** Pelo exposto e considerando os documentos acostados aos autos, bem como o parecer jurídico da Assessoria Jurídica do Município, considero estarem presentes os requisitos para a contratação direta, por dispensa, com fundamento no Art. 75, inciso "IV", alínea "a" da Lei Federal nº 14.133/21 e **RATIFICO** o presente processo de dispensa.

Borda da Mata – MG, 14 de setembro de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:A65D2B17

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO 201/2026 – DISPENSA 070/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para revisão de 50.000KM dos veículos nº 192 e 193 – CHEVROLET SPIN SM ADAPT ACESS 1.8L AT LTZ. **CONTRATADA:** ARTVEL VEICULOS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 63.998.314/0004-98. **VALOR:** R$ 1.541,35 (um mil quinhentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos). **DESPACHO:** Pelo exposto e considerando os documentos acostados aos autos, bem como o parecer jurídico da Assessoria Jurídica do Município, considero estarem presentes os requisitos para a contratação direta, por dispensa, com fundamento no Art. 75, inciso "IV", alínea "a" da Lei Federal nº 14.133/21 e **RATIFICO** o presente processo de dispensa.

Borda da Mata – MG, 14 de setembro de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:7E0C63FE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 198/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 198/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 006/2026
O Município de Borda da Mata/MG, por meio de sua Agente de Contratação, informa que fará realizar licitação na modalidade concorrência eletrônica, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a pavimentação em piso intertravados na estrada municipal Borda da Mata – Distrito do Sertãozinho sentido a divisa com Pouso Alegre. Abertura da sessão: dia 30/09/2026 às 09:00h. O edital encontra-se disponível no site www.bordadamata.mg.gov.br e www.comprasnet.gov.br. Informações (35) 3592-0200.

Borda da Mata/MG, 14 de setembro de 2026.

CAROLINA MENDES TROTTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Carolina Mendes Trotta
Código Identificador:90B2453C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO 166/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 069/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS torna público o Edital **RETIFICADO** de Licitação referente ao Processo Licitatório nº 166/2026 – Pregão Eletrônico 069/2026. – Objeto: **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES, POR MEIO DO SALDO DO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261000519/2026, DESTINADOS AO USO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**. Torna-se pública a retificação do Edital exclusivamente para substituição da expressão "**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**" por "**CONTRATO**", não havendo quaisquer outras alterações nas disposições ou demais dados constantes do instrumento convocatório. Fica, portanto, mantida a data e o horário previstos para a realização do certame, qual seja, dia 28/09/2026 às 09:00h, através do sistema ComprasBR, no sítio eletrônico https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Edital à disposição na página do Município www.brazopolis.mg.gov.br e https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Dúvidas pelo e-mail: licitacao@brazopolis.mg.gov.br. Tel. (35) 3641-1373 / 98421-9093

Brazópolis, 14/09/2026.

HELEN GABRIELE APARECIDA DE AZEVEDO FERNANDES –
Comissão de Licitação.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:B207038D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2025

CONTRATANTE: Município de Caiana – CNPJ nº 18.114.256/0001-95.
CONTRATADA: **LAURA RODRIGUES DOS REIS LIMA LTDA** – CNPJ nº 58.443.376/0001-50.
INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 030/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 166/2025.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 030/2025, por mais 12 (doze) meses, cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual aquisição de plantas ornamentais, vasos e correlatos, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Caiana-MG, tendo em vista a permanência da necessidade da execução dos serviços e a vantajosidade da continuidade contratual para a Administração Pública.
VALOR: O presente termo aditivo não implica alteração do valor originalmente contratado.
VIGÊNCIA: Até 15/09/2027.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 14/09/2026.

Publicado por:
Helen Viana Ribeiro
Código Identificador:3C199F35

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2025

CONTRATANTE: Município de Caiana – CNPJ nº 18.114.256/0001-95.
CONTRATADA: **DIGITAL SOLUTIONS EF LTDA** – CNPJ nº 59.865.101/0001-78.
INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 030/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 166/2025.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços nº 031/2025, por mais 12 (doze) meses, cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual aquisição de plantas ornamentais, vasos e correlatos, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Caiana-MG, tendo em vista a permanência da necessidade da execução dos serviços e a vantajosidade da continuidade contratual para a Administração Pública.
VALOR: O presente termo aditivo não implica alteração do valor originalmente contratado.
VIGÊNCIA: Até 15/09/2027.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 14/09/2026.

Publicado por:
Helen Viana Ribeiro
Código Identificador:51711035

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA – EDITAL DE LICITAÇÃO – N º 156/2026 Torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 156/2026, Pregão Eletrônico nº 041/2026, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e insumos odontológicos, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Caiana-MG.** A sessão pública será realizada dia **1º/10/2026 às 13h30min**, através da plataforma eletrônica www.licitanet.com.br.

Caiana/MG, 14 de setembro de 2026,

HELEN VIANA RIBEIRO,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Helen Viana Ribeiro
Código Identificador:0E00CE43

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
PORTARIA N.º 221/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR, o Servidor Municipal JOÃO VITOR CARDOSO SILVA do Cargo de Auxiliar Administrativo III, a partir de 14 de setembro de 2026, conforme pedido de exoneração anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos 14 dias do mês de setembro de 2026.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:59BBB1C9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Pregão Eletrônico 115/2026 – PAL 207/2026 - Contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação em piso intertravado de concreto, sinalização viária e acessibilidade em diversas vias do Município de Cambuquira/MG, abrangendo Alamedas Brasil e Minas Gerais; **Ruas Alfredo Alves Ribeiro, Alterosa, Eldorado, Zumbi dos Palmares, dos Quilombos e Padre Joel; Avenida Goiás (antiga Estrada Velha); e Rua da Paz,** com recursos provenientes de financiamento no âmbito da Linha BDMG Municípios 2026.

Data e horário da sessão: 30/09/2026 às 9h
Data e horário final para envio de Proposta: até o dia 30/09/2026 às 08h: 59min.

ISAQUE BERNARDES DA SILVA -
Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Willian Borges da Silva
Código Identificador:AC124519

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026
Processo Adm: Nº 175/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia civil para execução de obra de reforma e ampliação do prédio da Creche Maria Helena Manes, localizada na Rua Berilo, Bairro Parque São João, no Município de Cambuquira.
Empresas vencedoras valor total: R$ 0,00(ZERO):

Processo Fracassado.
Secretário Requisitante: Isaque Bernardes da Silva – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Item fracassado:1

CAMBUQUIRA - MG, 14 de setembro de 2026

LUÍS CÉSAR NUNES BASTOS
Condutor de Processos

Publicado por:
Fernand Liz Ponzo
Código Identificador:EABD0EF5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO-MG

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA. PARTÍCIPES: MUNICÍPIO DE CAMPO DO MEIO/MG, inscrito no CNPJ nº 18.239.582/0001-29, na qualidade de DESTINATÁRIA, e AXIA ENERGIA S.A., inscrita no CNPJ nº 00.001.180/0001-26, na qualidade de IMPLANTADORA.OBJETO: Estabelecer e formalizar as obrigações e responsabilidades dos partícipes relativas à elaboração do projeto executivo e à implantação do Dique Estabilizador no Município de Campo do Meio/MG, conforme projeto aprovado pelo Comitê Gestor, nos termos do Ofício nº 301/2025/SNSH-MIDR, de 20 de maio de 2025. RECURSOS FINANCEIROS: Não haverá repasses financeiros entre os partícipes para a execução do objeto, cabendo a cada um custear as ações e providências que, direta ou indiretamente, estejam sob sua responsabilidade. VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura, com duração até o encerramento da elaboração do projeto e das obras de implantação do projeto aprovado, admitida prorrogação mediante Termo Aditivo. FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.182/2021, Decretos nº 10.838/2021 e nº 11.059/2022, Lei nº 11.445/2007 e demais normas aplicáveis. DATA DE CONCLUSÃO DAS ASSINATURAS: 09 de setembro de 2026. SIGNATÁRIOS: Pelo Município de Campo do Meio/MG, Samuel Azevedo Marinho – Prefeito Municipal; pela AXIA Energia S.A, seus representantes legalmente constituídos.

Campo do Meio-MG, 14 de setembro de 2026.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:48669FB4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 124/2026 – PREGÃO: 056/2026

A Prefeitura Municipal de Caparaó/MG, torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 124/2026, Pregão Eletrônico nº 056/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para fornecimento e implementação de solução educacional integrada destinada ao fortalecimento e à qualificação das ações de educação em tempo integral desenvolvidas pela rede municipal de ensino, para atendimento de aproximadamente 180 (cento e oitenta) estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil e Educação Infantil, contemplando percursos formativos complementares, materiais didático-pedagógicos estruturados, cadernos de atividades para os profissionais da educação responsáveis pelo desenvolvimento das atividades da educação em tempo integral, coleção didática de educação financeira, materiais pedagógicos e recursos educacionais complementares, formação inicial presencial e formação continuada, assessoria educacional especializada, acompanhamento técnico-pedagógico, visitas técnicas periódicas, suporte técnico, pedagógico e operacional, disponibilização de plataforma tecnológica de apoio à gestão da educação em tempo integral e fornecimento de dispositivos móveis destinados à operacionalização da solução, conforme especificações, constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Caparaó-MG. A sessão pública será realizada dia 30/09/2026 às 13h00min, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br. Maiores informações pelo telefone (32) 3747-1286,

Caparaó/MG, 14 de setembro de 2026,

LIA DÉBORA CARDOSO,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:355BD632

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
GABINETE DO PREFEITO - DECRETO Nº 1.801/2026

DECRETO Nº. 1.801, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia membras para compor o Comitê de Promoção, Representatividade e Acompanhamento das Políticas para Mulheres – PraElas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPARAÓ, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, IX, da Lei Orgânica Municipal, de 22 de março de 1990, e tendo vista o disposto na Lei Municipal nº. 1.560, de 24 de dezembro de 2025, bem como a informação trazida pela Secretaria Municipal de Saúde via Memorando nº 575/2025-1Doc,

DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeadas para compor o Comitê de Promoção, Representatividade e Acompanhamento das Políticas para Mulheres – PraElas, as seguintes membras:

§ 1º Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

I - Elizabete Gomes da Silva – Titular;
II - Jaqueline Damasceno de Souza Miranda – Suplente.

§ 2º Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

I - Camilla Carvalho Ferreira de Souza Xavier– Titular;
II - Míriam Ferreira Guedes – Suplente.

§ 3º Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

I - Aida Moreira – Titular;
II - Ariana de Souza Emiliano Brinate – Suplente.

§ 4º Representantes do setor de comércio e serviços:

I - Maria Rodrigues de Morais – Titular;
II - Viviani Eduardo Aleixo Pinheiro – Suplente.

§ 5º Representantes de setores produtivos:

I - Carla Sampaio de Souza Monteiro – Titular;
II - Greice Mateus da Costa – Suplente.

§ 6º Representantes de mulheres jovens:

I - Lidiane de Lacerda Barros – Suplente;
II - Núbia Fidelis Miranda – Suplente.

Art. 2º O mandato das membras nomeadas por este Decreto será de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução integral para o período subsequente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caparaó, 15 de setembro de 2026.

DIÓGENIS DA SILVA MIRANDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique de Matos Martins
Código Identificador:AA4C8788

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
GABINETE DO PREFEITO - DECRETO Nº 1.802/2026

DECRETO Nº 1.802, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026

Altera o Decreto Municipal nº 1.585, de 17 de outubro de 2023, para instituir o Chat de Atendimento Inteligente Online – Caio, como solução de atendimento digital da Administração Pública municipal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPARAÓ, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, IX, da Lei Orgânica Municipal, de 22 de março de 1990, e considerando as deliberações tomadas no âmbito do Memorando nº 737/2026-1Doc,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 1.585, de 17 de outubro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 36.** À sociedade empresária contratada pelo Município, referida no art. 12, cabe o desenvolvimento, a implantação, o processamento e o fornecimento do suporte tecnológico necessário à operacionalização do Programa Caparaó Novo, inclusive de suas soluções e ferramentas digitais, bem como a orientação às áreas de tecnologia da informação junto aos órgãos da Administração Pública para utilização e manutenção do ambiente digital de gestão documental e das soluções integradas ao Programa. (NR)

Parágrafo único. A execução das atividades previstas no *caput* observará os limites, condições, níveis de serviço, requisitos de segurança da informação, proteção de dados pessoais e demais obrigações estabelecidas no respectivo instrumento contratual."

"**CAPÍTULO IX**
DO CAIO – CHAT DE ATENDIMENTO INTELIGENTE ONLINE

Seção I
Disposições Gerais"

"**Art. 39-A.** Fica instituído, no âmbito do Programa Caparaó Novo, o Chat de Atendimento Inteligente Online – Caio, como solução oficial de atendimento digital da Administração Pública Municipal, destinada a ampliar, facilitar e democratizar o acesso dos usuários às informações e aos serviços públicos municipais.

§ 1º O Caio constitui ferramenta tecnológica baseada em inteligência artificial, processamento de linguagem natural e recursos de automação, destinada a interpretar solicitações formuladas pelos usuários e fornecer respostas e orientações de forma objetiva, clara, acessível e humanizada.

§ 2º O Caio será disponibilizado, inicialmente, por meio da solução *WhatsApp Business*, em conta oficial de titularidade ou sob controle da Administração Pública municipal, sem prejuízo da sua futura disponibilização ou integração a outros canais digitais oficiais.

§ 3º A utilização do Caio não exclui, restringe ou substitui os canais presenciais, telefônicos, eletrônicos, de ouvidoria, de acesso à informação ou quaisquer outros meios de atendimento disponibilizados pela Prefeitura.

§ 4º A expansão das funcionalidades do Caio poderá ocorrer de forma gradual, observadas a capacidade técnica, a disponibilidade orçamentária, a conveniência administrativa, os requisitos de segurança e a legislação aplicável."

"**Art. 39-B.** São objetivos do Caio:

I - ampliar o acesso dos cidadãos às informações relativas aos serviços públicos municipais;
II - facilitar e simplificar a comunicação entre os usuários e a Administração Pública municipal;
III - disponibilizar informações em linguagem clara, objetiva, acessível e compreensível;
IV - ampliar a disponibilidade de atendimento e orientação ao cidadão, inclusive fora do horário regular de expediente;
V - promover a inclusão e a acessibilidade digital;
VI - reduzir barreiras de acesso às informações e aos serviços públicos, especialmente para usuários com menor familiaridade com meios digitais tradicionais;
VII - fomentar a inovação, a transformação digital e a modernização da Administração Pública municipal;

VIII - contribuir para a simplificação e a desburocratização dos serviços públicos;
IX - estimular o autosserviço e a resolução digital de demandas de menor complexidade;
X - produzir dados e indicadores destinados ao aperfeiçoamento dos serviços públicos e das políticas de transformação digital; e
XI - fortalecer a relação entre o Poder Público municipal e os usuários dos serviços públicos."

"**Art. 39-C.** A utilização do Caio observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade e sustentabilidade, bem como os princípios da transparência, acessibilidade, simplicidade, segurança, proteção de dados pessoais, inovação, interoperabilidade, continuidade, qualidade e foco no usuário.

Parágrafo único. A utilização de inteligência artificial no atendimento ao cidadão deverá preservar a possibilidade de atendimento humano e não poderá constituir obstáculo ao exercício de direitos ou ao acesso aos serviços públicos."

"**Seção II**
Das Funcionalidades e da Operação"

"**Art. 39-D.** O Caio poderá disponibilizar, entre outras, as seguintes funcionalidades:

I - atendimento automatizado por meio de inteligência artificial e processamento de linguagem natural;
II - fornecimento de respostas automatizadas em tempo real;
III - consulta e interpretação das informações constantes da Carta de Serviços ao Usuário;
IV - orientação sobre serviços públicos, requisitos, documentos necessários, formas de acesso, etapas de processamento, prazos, locais, canais e condições de atendimento;
V - interpretação semântica das solicitações formuladas pelos usuários e correlação com as informações oficiais disponibilizadas pela Administração Pública;
VI - atendimento por mensagens de texto e, quando tecnicamente disponível, compreensão e interpretação de mensagens de áudio;
VII - encaminhamento do usuário para o canal ou órgão competente quando a demanda não puder ser solucionada de forma automatizada;
VIII - disponibilização contínua de informações, inclusive fora do horário regular de expediente;
IX - geração de registros estatísticos e indicadores relativos à utilização do serviço;
X - integração com sistemas, plataformas, bases de dados e canais digitais oficiais do Município, observadas as condições técnicas, contratuais e legais aplicáveis; e
XI - outras funcionalidades que venham a ser incorporadas à solução tecnológica, mediante avaliação e autorização da Administração Pública municipal."

"**Art. 39-E.** O Caio poderá ser integrado à Carta de Serviços ao Usuário, utilizando suas informações estruturadas como fonte oficial para a prestação automatizada de informações aos cidadãos.

§ 1º A integração prevista no *caput* poderá contemplar, entre outras, informações relativas:

I - aos serviços oferecidos;
II - aos requisitos, documentos e condições para acesso aos serviços;
III - às principais etapas de processamento;
IV - aos prazos previstos para a prestação dos serviços;
V - às formas de prestação;
VI - aos locais e canais de acesso;
VII - aos mecanismos de comunicação com os usuários;
VIII - às formas de apresentação de manifestações;
IX - aos mecanismos de acompanhamento das solicitações; e
X - aos compromissos e padrões de qualidade do atendimento.

§ 2º As informações utilizadas pelo Caio deverão guardar correspondência com as informações oficiais disponibilizadas pela Administração Pública municipal.

§ 3º Os órgãos e unidades administrativas responsáveis pelos respectivos serviços deverão promover a atualização tempestiva das informações sob sua competência.

§ 4º A responsabilidade pelo conteúdo administrativo das informações disponibilizadas pelo Caio permanecerá atribuída ao órgão ou unidade administrativa competente, não sendo transferida à ferramenta tecnológica."

"**Art. 39-F.** O Caio poderá prestar atendimento contínuo, inclusive fora do horário regular de expediente das repartições públicas, para fornecimento de informações e orientações automatizadas.

Parágrafo único. A disponibilidade contínua do Caio não implica funcionamento ininterrupto dos órgãos, unidades, serviços ou setores da Administração, nem altera horários oficiais de atendimento, prazos legais ou regulamentares ou condições para prestação dos serviços públicos."

"**Art. 39-G.** O Caio poderá utilizar recursos de compreensão de áudio e outras tecnologias assistivas disponíveis na solução contratada, com a finalidade de ampliar a acessibilidade e promover a inclusão digital dos usuários.

Parágrafo único. A utilização de recursos de áudio e outras tecnologias assistivas deverá observar, no que couber, as normas relativas à acessibilidade e aos direitos das pessoas com deficiência."

"**Art. 39-H.** O atendimento prestado pelo Caio terá natureza predominantemente informativa, orientativa e, quando houver integração tecnológica e previsão específica, operacional.

§ 1º O Caio não substituirá a análise, decisão, manifestação ou atuação de agente público competente quando a legislação exigir intervenção humana ou apreciação administrativa, técnica ou jurídica.

§ 2º As respostas produzidas automaticamente pelo Caio não constituem, por si sós:

I - decisão administrativa;
II - ato administrativo;
III - parecer jurídico ou técnico;
IV - reconhecimento de direito individual;
V - deferimento ou indeferimento de requerimento; ou
VI – manifestação formal do órgão ou agente público competente.

§ 3º Sempre que a solicitação exigir análise individualizada, acesso a informações protegidas, manifestação de agente público ou providência que não possa ser executada automaticamente, o Caio deverá, quando tecnicamente disponível, orientar o usuário quanto ao canal adequado para prosseguimento da demanda."

"**Art. 39-I.** Mediante integração com sistemas oficiais da Administração Pública municipal, o Caio poderá, progressivamente, disponibilizar funcionalidades destinadas a:

I - orientar e, quando tecnicamente possível, iniciar solicitações de serviços públicos;
II - encaminhar o usuário para abertura de protocolo ou processo administrativo eletrônico;
III - permitir consulta ou acompanhamento de solicitações e processos, observados os requisitos de autenticação e segurança;
IV - direcionar manifestações aos canais oficiais de Ouvidoria e Acesso à Informação, quando cabível;
V - prestar informações sobre agendamentos e atendimentos;
VI - disponibilizar orientações individualizadas com base em informações autorizadas pelos sistemas municipais;
VII - encaminhar notificações ou comunicações de interesse do usuário, quando houver base legal e mecanismo de autenticação adequado; e
VIII - realizar outras operações digitais relacionadas aos serviços públicos municipais, desde que expressamente autorizadas e tecnicamente implementadas.

§ 1º As funcionalidades previstas neste artigo dependerão da existência de integração tecnológica adequada e da definição prévia dos respectivos fluxos administrativos.

§ 2º Quando a execução de determinada funcionalidade depender de identificação ou autenticação do usuário, o Caio deverá utilizar mecanismo compatível com o nível de segurança exigido para o serviço.

§ 3º A utilização do Caio para solicitação ou acompanhamento de serviços não afastará os requisitos, documentos, prazos e demais condições estabelecidos na legislação e na respectiva Carta de Serviços ao Usuário."

"**Art. 39-J.** Para fins de mensuração dos atendimentos realizados, poderá ser considerado atendimento individualizado cada período de interação compreendido entre a primeira manifestação do usuário e o encerramento da interação ou, não havendo sinalização expressa de encerramento, o período máximo de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas contado da primeira interação.

§ 1º A metodologia de contabilização dos atendimentos poderá ser ajustada de acordo com as características técnicas da solução contratada, desde que permita mensuração objetiva, consistente e auditável.

§ 2º Os registros estatísticos poderão contemplar, entre outros dados:

I - quantidade de atendimentos;
II - assuntos mais demandados;
III - horários e períodos de maior utilização;
IV - taxa de encaminhamento para atendimento humano ou outros canais;
V - informações e serviços mais consultados; e
VI - indicadores de desempenho e utilização da ferramenta.

§ 3º Os dados estatísticos e indicadores deverão ser utilizados para fins administrativos legítimos, especialmente para avaliação e melhoria dos serviços públicos, observadas as normas de proteção de dados pessoais."

"**Seção III**
Da Governança, Segurança e Avaliação"

"**Art. 39-K.** Compete ao Comitê Gestor do Programa Caparaó Novo acompanhar a implantação, utilização e evolução do Caio, bem como exercer outras atribuições relacionadas à governança da solução, sem prejuízo das atribuições previstas no art. 37 deste Decreto."

"**Art. 39-L.** Os órgãos e unidades administrativas do Poder Executivo municipal deverão colaborar, no âmbito de suas respectivas competências, para a manutenção, atualização e aperfeiçoamento das informações disponibilizadas pelo Caio.

§ 1º O órgão ou unidade responsável por determinado serviço deverá assegurar a correção, atualidade, completude e adequação das informações de sua competência constantes da Carta de Serviços ao Usuário e utilizadas pela solução.

§ 2º Identificada informação incorreta, desatualizada ou incompleta, o órgão responsável deverá promover sua correção ou atualização no sistema oficial correspondente, observado o fluxo administrativo estabelecido pelo Comitê Gestor.

§ 3º A responsabilidade pela definição do conteúdo administrativo das informações prestadas ao cidadão permanecerá com o órgão ou unidade competente."

"**Art. 39-M.** A utilização do Caio e o tratamento de dados decorrente de sua operação observarão a legislação aplicável à governança digital e ao tratamento de dados pessoais.

§ 1º Sempre que possível e adequado à finalidade do atendimento, o Caio deverá priorizar a utilização de informações públicas e evitar a coleta de dados pessoais desnecessários.

§ 2º A disponibilização de informações pessoais, dados sujeitos a sigilo ou informações protegidas por legislação específica dependerá da observância dos requisitos legais aplicáveis e, quando necessário, de mecanismo adequado de identificação ou autenticação do usuário.

§ 3º A solução deverá, sempre que tecnicamente possível, manter registros suficientes para permitir auditoria, controle e apuração de incidentes relacionados ao funcionamento do atendimento automatizado, respeitados os princípios e limites previstos na legislação de proteção de dados pessoais."

"**Art. 39-N.** A contratação, manutenção, atualização ou evolução tecnológica do Caio poderá ser realizada mediante solução tecnológica fornecida por empresa contratada pelo Município, observados a legislação aplicável às contratações públicas, o instrumento contratual, os requisitos de segurança da informação e as normas de proteção de dados pessoais.

§ 1º A utilização de plataforma tecnológica de terceiros não transfere à contratada a titularidade das informações, dados ou conteúdos produzidos ou disponibilizados pelo Município, ressalvados os direitos e obrigações expressamente previstos no instrumento contratual e na legislação aplicável.

§ 2º As integrações realizadas entre o Caio, a Plataforma 1Doc, a Carta de Serviços ao Usuário, o sítio eletrônico oficial, sistemas municipais ou outras plataformas deverão observar, no que couber, requisitos de segurança, interoperabilidade, disponibilidade, integridade, rastreabilidade e proteção de dados.

§ 3º A utilização de serviços de terceiros para processamento de dados pessoais deverá observar as disposições contratuais e legais relativas à proteção de dados, segurança da informação, confidencialidade, controle de acesso, retenção e eliminação de dados."

"**CAPÍTULO X**
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (NR)"

Art. 2º O Poder Executivo poderá expedir atos complementares necessários à execução deste Decreto, inclusive para estabelecer procedimentos, fluxos, critérios técnicos, requisitos de segurança, governança, proteção de dados e integração do Caio com outros sistemas e canais oficiais da Administração Pública municipal.

Art. 3º A implantação das funcionalidades do Caio poderá ocorrer de forma gradual, mediante disponibilização progressiva de serviços, informações, integrações e recursos tecnológicos, conforme a capacidade técnica e operacional da Administração Pública.

Art. 4º O Caio deverá ser identificado nos canais oficiais do Município como ferramenta de atendimento baseada em inteligência artificial, de modo a assegurar ao usuário conhecimento inequívoco acerca da natureza automatizada da interação.

Art. 5º A Administração Pública municipal promoverá a divulgação do Caio em seus canais oficiais de comunicação, inclusive no sítio eletrônico institucional, informando sua finalidade, forma de acesso e principais funcionalidades.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Caparaó, 15 de setembro de 2026.

DIÓGENIS DA SILVA MIRANDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique de Matos Martins
Código Identificador:DFFEABE6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
TERMO DE ADESÃO À REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2026

TERMO DE ADESÃO À REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Caparaó/MG, torna público o interesse em realização da Adesão a Ata de Registro de Preços nº 12/2026, oriunda do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90.016/2025, Processo Administrativo nº 19973.011536/2024-67, promovido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, por intermédio da Central de Compras da Secretaria de Gestão e Inovação, cujo objeto consiste no registro de preços para eventual contratação de serviços contínuos de telefonia móvel pessoal de dados e voz (SMP), gerenciamento de dispositivos móveis (MDM), bem como opção de aparelhos telefônicos móveis ou modem em comodato, atualização e suporte, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Caparaó-MG.

Informações pelo Site: www.caparao.mg.gov.br; Telefone: (32) 3747-1026; e-mail: licitacao@caparao.mg.gov.br ou pessoalmente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Caparaó/MG.

Caparaó, 04 de setembro de 2026.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:A2C4E86D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

SETOR DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO N° 059/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 016/2026 – AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO N° 059/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 016/2026 – AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado à Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84, bairro Centro, ADJUDICARÁ E HOMOLOGARÁ o processo DISPENSA DE LICITAÇÃO, cujo objeto é a é a contratação do **SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, para prestação de serviços na realização de cursos profissionalizantes de **Quitandas Tradicionais Mineiro e Técnicas Básicas de Salgados**, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**, com condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.** Fornecedor: **SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 03.447.242/0024-02** , pelo valor total de **R$ 35.318,10 (trinta e cinco mil, trezentos e dezoito reais e dez centavos)**.

DATA DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 11 **de Setembro de 2026**.

Carmo do Paranaíba, 11 de Setembro de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:E634086D

SETOR DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG - TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.° 078/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG - Torna público o extrato do **4º Termo Aditivo ao Contrato n.° 078/2024**. **Processo Administrativo n.º 083/2024**, **Inexigibilidade por Credenciamento n.º 006/2024**. **OBJETO:** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para realização de procedimentos com finalidade diagnóstica (Grupo 02) do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órtose e Prótese e Materiais especiais do SUS - SIGTAP, no Município de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais. **CONTRATADO: LABORVIDA S/C LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º **00.553.450/0001-01**. **Objeto do Termo Aditivo:** O aditamento ora firmado resultará no acréscimo do saldo contratual, totalizando-se em **R$ R$180.000,00 (cento e oitenta mil reais)**, bem como aumentará na vigência do contrato inicial, estendendo-se seu prazo por 06 (seis) meses, até o **dia 18/03/2027**, sendo necessário conforme justificado no Pedido n.º 7.746/2026, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde. **Data da assinatura do Termo Aditivo ao Contrato:** 18/09/2026.

Carmo do Paranaíba, 18 de setembro de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:E321139B

SETOR DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG - TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.° 144/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG - Torna público o extrato do **4° Termo Aditivo ao Contrato n.° 144/2023**. **Processo Licitatório n.º 96/2023**, **Pregão Presencial n.º 018/2023**. **OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada em transporte terrestre, com o fornecimento de veículo com capacidade de, no mínimo 15 lugares, para transporte diário dos pacientes psiquiátricos (transtornos mentais graves e/ou severos e em momentos de crises psíquicas) do CAPS I – Centro de Atenção Psicossocial. **CONTRATADA: AGNALDO RODRIGUES CASSIANO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 34.469.771/0001-44. **Objeto do Termo Aditivo:** Este aditamento aumentará na vigência do contrato inicial, estendendo-se seu prazo até o dia **31/08/2027**, bem como aumentará no saldo do contrato inicial, totalizando-se o valor de **R$57.727,07 (cinquenta e sete mil setecentos e vinte e sete reais e sete centavos)**, sendo necessário devido à extensão da vigência do contrato, conforme justificado no Pedido n.º 1.918/2026, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde. **Data da assinatura do Termo Aditivo ao Contrato:** 20/08/2026.

Carmo do Paranaíba, 20 de agosto de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:63F7D797

SETOR DE COMPRAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG - TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 048/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG - Torna público o extrato do **Contrato Administrativo n° 048/2026**. **Processo licitatório n° 059/2026, Dispensa Eletrônica de Licitação nº 016/2026.** Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação do **SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, para prestação de serviços na realização de cursos profissionalizantes de **Quitandas Tradicionais Mineiro e Técnicas Básicas de Salgados**, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em conformidade com as

condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Fornecedor: **SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.447.242/0024-02, pelo valor total de **R$ 35318,10 (trinta e cinco mil, trezentos e dezoito reais e dez centavos). Vigência:** 11/09/2026 a 11/03/2027. **Data da assinatura do contrato:** 11/09/2026.

Carmo do Paranaíba, 11 de setembro de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:380BA9E4

SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO N° 056/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO RP N° 025/2026

EXTRATO DE ERRATA DO EDITAL

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado à Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84, bairro Centro, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO RP cujo objeto é a contratação de empresa para locação de impressoras multifuncionais monocromáticas, impressoras multifuncionais policromáticas e equipamentos de digitalização, incluindo instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, componentes, toners, suprimentos e suporte técnico, exceto papel, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Carmo do Paranaíba/MG: **Onde se lê no Termo de Referência:** "Item 1.1.2: Os equipamentos disponibilizados para cada secretaria requisitante deverão conter as seguintes especificações técnicas:" **IMPRESSORA MONOCROMÁTICA – DIGITALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS:** MULTIFUNCIONAIS MONOCROMÁTICAS (IMPRESSÃO / CÓPIA / DIGITALIZAÇÃO E REDE), INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS NOVOS, EQUIPAMENTO PARA IMPRESSÃO NORMAL DE CÓPIAS/IMPRESSÕES - CARACTERÍSTICASMÍNIMAS: VELOCIDADE MÍNIMA DE 40PÁGINAS POR MINUTO REDUÇÃO E AMPLIAÇÃO, TECNOLOGIA LASER OU LED; - DUPLEX PADRÃO NA CÓPIA E IMPRESSÃO; - MEMÓRIA 256 MB E MÁXIMO 512 MB; -ALIMENTADOR DE ORIGINAIS ATÉ 50 FOLHAS NO FORMATO ATÉ OFICIO LL 8,5 X 14,00"- RESOLUÇÃO DE 1200X1200 DPI; - BANDEJA DE ALIMENTAÇÃO DE PAPELATÉ 100 FOLHAS, GRAMATURA 80GM²; -REDUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE 25% A 400%; VELOCIDADE DEDIGITALIZAÇÃO P&B DE 24 PÁGINAS POR MINUTO P&B E 12 COLORIDO. -ESCALAS DE CINZAS ATÉ 256 TONS; - PLACA DE REDE, CONEXÃO USB 2.0 VELOCIDADE DO PROCESSADOR DE 600 MHZ; OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO SER NOVOS E EM LINHA DE COMERCIALIZAÇÃO. **Leia-se: IMPRESSORA MONOCROMÁTICA – DIGITALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS:** MULTIFUNCIONAIS MONOCROMÁTICAS (IMPRESSÃO / CÓPIA / DIGITALIZAÇÃO E REDE), INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS NOVOS, EQUIPAMENTO PARA IMPRESSÃO NORMAL DE CÓPIAS/IMPRESSÕES - CARACTERÍSTICASMÍNIMAS: VELOCIDADE MÍNIMA DE 40PÁGINAS POR MINUTO REDUÇÃO E AMPLIAÇÃO, TECNOLOGIA LASER OU LED; - DUPLEX PADRÃO NA CÓPIA E IMPRESSÃO; - MEMÓRIA MÍNIMA DE 256 MB; -ALIMENTADOR DE ORIGINAIS ATÉ 50 FOLHAS NO FORMATO ATÉ OFICIO LL 8,5 X 14,00"- RESOLUÇÃO DE 1200X1200 DPI; - BANDEJA DE ALIMENTAÇÃO DE PAPELATÉ 100 FOLHAS, GRAMATURA 80GM²; -REDUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE 25% A 400%; VELOCIDADE DEDIGITALIZAÇÃO P&B DE 24 PÁGINAS POR MINUTO P&B E 12 COLORIDO. -ESCALAS DE CINZAS ATÉ 256 TONS; - PLACA DE REDE, CONEXÃO USB 2.0 VELOCIDADE DO PROCESSADOR DE 600 MHZ; OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO SER NOVOS E EM LINHA DE COMERCIALIZAÇÃO. Dessa forma, por não haver modificação que afete a elaboração das propostas, ficam mantidos a data e o horário da sessão pública originalmente designados.

Carmo do Paranaíba, 14 de setembro de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:510624EF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
AVISO DE LICITAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2026, PREGÃO ELETRONICO Nº 043/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 043/2026
Órgão/Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA - CNPJ: 18.132.464/0001-17
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 119/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: nº 043/2026

OBJETO: Composição de quadro de registro de preços para prestação de serviços técnicos especializados sob demanda para instalação, desinstalação, remanejamento, manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado de diversas capacidades e tecnologias, incluindo mão de obra qualificada, ferramentas, instrumentos, equipamentos e demais recursos necessários à execução dos serviços.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
3.3.90.30.00.2.02.01.04.122.0026.2.0008- Fonte-1.500.000-Manutenção dos serviços administrativos;
3.3.90.30.00.2.06.01.10.301.0006.2.0041-Fonte-1.500.000-Manutenção da rede de atenção primária em saúde;
3.3.90.39.00.2.02.01.04.122.0026.2.0008-Fonte-1.500.000-Manutenção dos serviços administrativos;
3.3.90.39.00.2.06.01.10. 301.0006.2.0041-Fonte-1.500.000--Manutenção da rede de atenção primária em saúde;
3.3.90.39.00.2.07.01.15.122.0026.2.0053-Fonte 1.500.000-Administração do serviço municipal de obras;
3.3.90.39.00.2.07.01.26.122.0026.2.0062-Fonte-1.500.000-Manutenção do departamento de transportes;
3.3.90.39.00.2.11.11.20.122.0017.2.0079-Fonte-1.500.000-Manutenção do departamento de agropecuária;
3.3.90.39.00.2.04.01.12.122.0008.2.0017-Fonte-1550.000-Gestão Administrativa da secretaria M.de Educação;
3.3.90.30.00.2.04.01.12.122.0008.2.0017-Fonte-1550.000- Gestão Administrativa da secretaria M.de Educação.

VALOR ESTIMADO: **R$ 104.734,90** (cento e quatro mil, setecentos e trinta e quatro)

PERÍODO DE PROPOSTAS:
DE:18/09/2026, ÀS 08:00H
ATÉ:02/10/2026, ÀS 08H:00

DATA DE JULGAMENTO:02/10/2026 ÀS 08H:30MIN
Contato: licitacao.prefeituracoimbra@gmail.com - (32) 3555-1214
O certame será realizado de forma eletrônica, pelo Portal de Compras, https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, estando o edital disponível no endereço https://www.coimbra.mg.gov.br/licitacoes/detalhe/47878 .

Publicado por:
Andreia Dos Santos Alves
Código Identificador:7D86830E

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
AVISO DE RESCISÃO CONTRATUAL REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO 095/2026, DISPENSA ELETRÔNICA 029/2026

RESCISÃO CONTRATUAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 095/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 029/2026
CONTRATO: 107/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em restauração de vitrais para atender à demanda da Matriz de São Sebastião, em Coimbra-MG. Os serviços incluirão montagem, desmontagem, instalação, transporte, alimentação e estadia, conforme as especificações estabelecidas, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo de Coimbra-MG.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
4.4.90.51.00.2.04.02.13.392.0009.2.0030-Fonte-1500-Restauração de Bens patrimoniais
VALOR ESTIMADO: R$ 56.714,00 (cinquenta e seis mil, setecentos e catorze reais).

JUSTIFICATIVA: A rescisão contratual ocorreu devido a análise feita pelo Departamento de Cultura, Desporto e Turismo onde foi constatado que o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa **D&M CONSTRUÇÃO LTDA,** não é compatível ao objeto desta Dispensa Eletrônica, por se tratar de uma restauração de um bem tombado do Município.

Publicado por:
Andreia Dos Santos Alves
Código Identificador:FCCBC139

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS PEDRAS

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DAS PDRAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO- PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS PEDRAS/MG–CONTRATAÇÃO DIRETA – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 96/2026 – DISPENSA N° 24/2026 - O objeto desta dispensa constitui na contratação de empresa ´para Serviço de costura para confecção de vestimentas diversas como camisetas, shorts, saias e coletes em tecidos variados. A melhor oferta no Valor de é R$ 12.016,64 (doze mil e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos). Iniciando-se o prazo de 03 (três) dias do interesse da Administração em obter proposta adicionais de eventuais interessados, nos termos a Lei Federal n.14.133 de 2021 e Decreto Municipal n.º 1537 de 19 de janeiro de 2024 As Propostas deverão ser encaminhadas do dia 16/09/2026 a 18/09/2026, para o e-mail: das 08:00 as 23:59 horas ou protocolo na sede da prefeitura no horário das 8 ás 16 horas e a melhor oferta encontram-se disponível no site: http://www.conceicaodaspedra.mg.gov.br

Conceição das Pedras(MG),14 de setembro de 2026.

BENEDITO CARLOS PEREIRA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Elis Regina Merces Faria Reis
Código Identificador:53F60832

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS
ATO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO LICITATÓRIO N° 087/2026 MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 016/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021, VISANDO À LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL SITUADO À RUA MARIA RODRIGUES, Nº 182, LOJA TÉRREO, BAIRRO CENTRO, CONFINS/MG, DESTINADO À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DOS CORREIOS NO MUNICÍPIO DE CONFINS/MG, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE À DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO ADEQUADO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS POSTAIS E AO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO REFERENTE A SERVIÇOS BANCÁRIOS.
Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** o Processo de Inexigibilidade nº 016/2026 e o **ADJUDICO** a Sra. Alzira Cristina Teixeira, CPF n° 035.828.946-73, Carteira de Identidade MG-10.572.957, residente e domiciliada na Rua Maria Rodrigues, nº 152, Bairro Centro, Confins/MG - CEP 33500-000, **AUTORIZANDO**, neste mesmo ato, a locação do imóvel , nos termos do inciso V, do art. 71 da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 68 do Decreto Municipal nº 1.324, de 09 de março de 2021, que dispõe sobre os regulamentos da fase preparatória de compras, licitações, locações e serviços, no âmbito do Poder Executivo do Município de Confins – MG, de acordo com a Lei Federal n. 14.133/2021.
O valor mensal da contratação é de R$ 1.800,00 (Um mil e oitocentos reais). Perfazendo o valor anual de R$ 21.600,00 (Vinte e um mil e seiscentos reais). O pagamento decorrente da presente contratação será efetuado mediante depósito/transferência bancária em conta de titularidade dos proprietários do imóvel.
A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma da Lei n° 14.133/2021 c/c o Decreto Municipal nº 1.327/2023.
Em atendimento ao art. 69 do Decreto Municipal nº 1.324, de 09 de março de 2021, publique-se na íntegra deste ato no PNCP e no site oficial da Prefeitura Municipal de Confins/MG na Internet.

Confins/MG, 14 de Setembro de 2026.

UALES LUCAS RIBEIRO
Prefeito Municipal de Confins/MG

Publicado por:
Luana Rayssa Dos Santos Rodrigues
Código Identificador:6D0229D6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS
AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

O Município de Confins/MG torna público aos interessados a realização da Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 015/2026, cujo **objeto é a Contratação de empresa especializada em engenharia para construção de quadra coberta com vestiário em escola localizada no Bairro Tavares, no Município de Confins/MG, conforme Termo de Referência Anexo I, em atendimento a Secretaria M. de Obras e Serviços Urbanos.** Entrega das propostas será até ás **09:00hs do dia 30/09/2026 e abertura às 09:30hs da mesma data.** O edital poderá ser adquirido no Link: https://www.confins.mg.gov.br/portal/editais/1. www.licitardigital.com.brna Plataforma do Licitar digital e no PNCP https://www.gov.br/pncp/pt-br. Tel. de contato (31) 3665-7829.

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA -
Pregoeira.

Publicado por:
Suzana Maciel Fraga
Código Identificador:B3A0C95D

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO: **Nº 080/2026**

PREGÃO ELETRÔNICOR/P Nº 011/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E CAMINHÕES, COM MOTORISTA, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Faço público, que o Edital referente **Processo Licitatorio n° 080/2026 - Pregão Eletrônico R/P Nº 011/2026,**nos termos do art. 28, inciso I, art. 29 da Lei nº 14.133/2021 c/c com art. 24 do Decreto Municipal nº 1.326/2023, Lei Complementar n° 123/06 e 147/2014 e suas alterações posteriores, encontra-se aberta na sede desta Prefeitura e no site www.confins.mg.gov.br e na plataforma www.licitardigital.com.br, com encerramento marcado para o dia **30 de setembro de 2026 às 09:00 horas,** quando também serão abertas as propostas apresentadas.

Maiores informações sobre o presente processo, poderão ser obtidas na sede desta Prefeitura: **Setor de Licitação/Equipe de Pregão e através do e-mail licitacao@confins.mg.gov.br .**

As propostas e documentos de habilitação deverão serem cadastradas na plataforma licitar digital www.licitardigital.com.br .

Confins/MG, 14 de setembro de 2026.

ANDREIA LUCAS
Pregoeira

Publicado por:
Andreia Lucas da Silva
Código Identificador:6AC760F7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2022

CONTRATANTE: Município de Confins/MG**, CNPJ:** 01.006.232/0001-10, com interveniência do:**Secretário Municipal de Fazenda.**
CONTRATADA: BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA, inscrito no **CNPJ 17.184.037/0001-10**
OBJETO: PRESTAÇÃO, PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, DOS SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CONFINS E RESPECTIVA PRESTAÇÃO DE CONTAS, POR MEIO ELETRÔNICO, DOS VALORES ARRECADADOS, COM EXTENSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS A TODOS PONTOS DE ATENDIMENTO DA INSTITUIÇÃO FINANEIRA, INCLUSIVE POR INTERMÉDIO DE TERCEIROS CONTRATADOS.
Fundamentação Legal: A alteração em questão possui natureza dilatória e fundamento jurídico no inciso II, do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, observado o § 2º do art. 57 e o inciso I do art. 58, todos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como na Cláusula Décima Sétima do contrato nº 109/2022. O reajuste contratual previsão legal no inciso XI do art. 40, cumulado com o inciso III, art. 55 e § 8º do art. 65, todos da Lei nº 8.666/93 e ainda, conforme previsão constante na Cláusula Oitava do Contrato nº 109/2022;
OBJETO DO TERMO ADITIVO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DO VALOR
Por este termo aditivo, observada a fundamentação legal e as justificativas mencionadas acima, fica reajustado o valor total e unitários do item 01 do Contrato nº 109/2022, ao percentual de 4,887170%
CLÁUSULA SEGUNDA – DA RENOVAÇÃO DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO C/C RENOVAÇÃO DE SALDO
Por este termo fica renovado o prazo de vigência do contrato nº 109/2022, por 12 (doze) meses, a partir de 22 de agosto de 2026, ATÉ 22 DE AGOSTO DE 2027, bem como, renovado o saldo atualizado para referido período.
DATA DE ASSINATURA: 14/08/2026
VALOR TOTAL: R$ 12.199,26 (Doze mil, cento e noventa e nove reais e vinte e seis centavos)
CONTRATANTE: Secretário Municipal de Fazenda, Sr. William Machado
CONTRATADA: Neste ato representado pelo Diretor, **Sr.** Rodrigo de Araújo Simões, **CPF** 071.XXX.XXX-35 e **RG:** 14.XXX.X52 – PC/MG e pelo Diretor Vice Presidente, **Sr.** Felipe Lopes Boff, **CPF** 001.XXX.XXX-50 e **RG:** 80XXXXXX78 – SJS/II RS
DATA DA PUBLICAÇÃO: 15/09/2026
LOCAL DA PUBLICAÇÃO: Órgão Oficial de Publicação – http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg

Publicado por:
Pamela Aparecida Calazans Silva
Código Identificador:C2288F12

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

CONTROLADORIA INTERNA
LEI Nº 1670 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

LEI Nº 1670 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Institui o Programa Regional Estradas de Minas, autoriza o Município a celebrar convênios, acordos de cooperação técnica, protocolos de intenções e demais instrumentos jurídicos de cooperação interfederativa com os Municípios de Extrema, Toledo, Itapeva e Camanducaia, visando à execução integrada de ações de infraestrutura, mobilidade rural, turismo, desenvolvimento econômico, preservação ambiental e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS**, Estado de Minas Gerais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinteLei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município, o Programa Regional Estradas de Minas, instrumento permanente de integração regional destinado à execução coordenada de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura rural, da mobilidade intermunicipal, do turismo regional, da preservação ambiental e do desenvolvimento econômico sustentável, mediante cooperação entre os Municípios participantes.

Parágrafo único. O Programa observará os princípios da cooperação federativa, da eficiência administrativa, da economicidade, da sustentabilidade ambiental, da continuidade dos serviços públicos, da solidariedade institucional, da transparência, do planejamento regional e da supremacia do interesse público.

Art. 2º O Programa Estradas de Minas terá como finalidade promover a atuação integrada dos Municípios participantes na elaboração, planejamento, financiamento, execução, monitoramento e manutenção de obras, serviços e projetos considerados de interesse regional, especialmente aqueles localizados em áreas limítrofes ou que beneficiem diretamente mais de um Município.

§ 1º A atuação integrada compreenderá ações conjuntas ou complementares, executadas mediante planejamento regional, compartilhamento de recursos e cooperação técnica.

§ 2º As ações poderão ser executadas diretamente pelos Municípios, mediante convênio, acordo de cooperação, protocolo de intenções,

consórcio público ou qualquer outro instrumento admitido pela legislação.

Art. 3º São objetivos do Programa Estradas de Minas:

I – promover a integração física entre os Municípios por meio da melhoria da infraestrutura viária rural;

II – incentivar o turismo rural, ecológico, gastronômico, religioso, esportivo e cultural;

III – garantir melhores condições de acesso às propriedades rurais, escolas, unidades de saúde, atrativos turísticos e comunidades do interior;

IV – reduzir os impactos provocados pelas chuvas sobre as estradas rurais;

V – implantar soluções permanentes de drenagem e conservação do solo;

VI – estimular a geração de emprego, renda e arrecadação regional;

VII – fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio e o empreendedorismo rural;

VIII – fomentar o desenvolvimento regional sustentável por meio da integração entre os Municípios.

Art. 4º Constituem diretrizes do Programa:

I – planejamento regional integrado;

II – utilização racional dos recursos públicos;

III – compartilhamento de equipamentos, máquinas, tecnologias e conhecimentos técnicos;

IV – preservação ambiental e recuperação de áreas degradadas;

V – prioridade para obras estruturantes de interesse comum;

VI – incentivo à inovação e à adoção de tecnologias sustentáveis;

VII – transparência e participação institucional dos Municípios conveniados.

Art. 5º Poderão aderir ao Programa os Municípios que possuam interesse comum na integração regional e que manifestem formalmente sua adesão mediante autorização legislativa e celebração do respectivo instrumento jurídico.

Parágrafo único. A admissão de novos Municípios dependerá de aprovação do Comitê Gestor Regional, observadas as condições previstas no regulamento.

Art. 6º O Programa poderá desenvolver, entre outras, as seguintes ações:
I – pavimentação de trechos críticos de estradas rurais, especialmente em aclives acentuados;
II – manutenção, cascalhamento e recuperação de estradas vicinais;
III – construção, reforma e ampliação de pontes, pontilhões, galerias, bueiros e dispositivos de drenagem;
IV – implantação de caixas de retenção de águas pluviais, bacias de infiltração, terraços, curvas de nível e demais estruturas destinadas ao controle da erosão;
V – sinalização turística integrada;
VI – implantação de ciclorrotas, rotas gastronômicas, rotas do café, da cachaça, do queijo artesanal e de demais produtos regionais;
VII – recuperação de áreas degradadas e proteção de nascentes;
VIII – desenvolvimento de projetos de turismo rural e de valorização do patrimônio natural, histórico e cultural.

Art. 7º As ações do Programa serão orientadas pelos seguintes princípios:

I – integração regional;
II – cooperação entre os entes públicos;
III – eficiência administrativa;
IV – responsabilidade fiscal;
V – desenvolvimento sustentável;
VI – valorização do turismo e da economia local;
VII – segurança viária;
VIII – preservação dos recursos naturais;
IX – interesse público regional.

Art. 8º A implementação do Programa observará planejamento estratégico plurianual, contendo diagnóstico regional, definição de prioridades, metas, indicadores de desempenho, cronograma físico-financeiro, critérios técnicos de seleção das obras e mecanismos permanentes de avaliação e revisão das ações.

CAPÍTULO II
DO COMITÊ GESTOR REGIONAL

Art. 9º Fica criado o Comitê Gestor Regional do Programa Estradas de Minas, órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, executiva e de planejamento estratégico, responsável pela coordenação, acompanhamento, integração, fiscalização e avaliação das ações desenvolvidas no âmbito do Programa.

Parágrafo único. O Comitê Gestor atuará de forma permanente, observando os princípios da cooperação interfederativa, da gestão compartilhada, da eficiência administrativa, da transparência, da sustentabilidade, da economicidade e da supremacia do interesse público.

Art. 10. O Comitê Gestor Regional será composto por representantes indicados pelos Municípios participantes, observada, preferencialmente, a seguinte composição mínima:

I – o Prefeito Municipal ou representante formalmente designado;

II – o Secretário Municipal responsável pela infraestrutura, obras ou serviços públicos;

III – o Secretário Municipal de Turismo ou equivalente;

IV – um representante da Secretaria de Meio Ambiente;

V – um representante da Secretaria de Agricultura ou Desenvolvimento Rural;

VI – um representante do planejamento ou desenvolvimento econômico;

VII – um representante do Poder Legislativo Municipal, indicado pela Mesa Diretora, na condição de observador institucional, sem função executiva;

VIII – representantes de entidades da sociedade civil, cooperativas, associações de produtores rurais e conselhos municipais, quando convidados pelo Comitê.

§ 1º Cada Município terá direito a um voto nas deliberações do Comitê.

§ 2º As decisões buscarão, preferencialmente, o consenso entre os Municípios, admitindo-se votação quando necessário, na forma do regulamento.

Art. 11. Compete ao Comitê Gestor Regional:

I – elaborar o Plano Regional de Infraestrutura e Turismo Rural;

II – definir as prioridades anuais de investimento;

III – aprovar o cronograma regional de obras e serviços;

IV – estabelecer critérios técnicos para seleção de projetos;

V – acompanhar a execução física e financeira das ações;

VI – promover a integração entre as administrações municipais;

VII – estimular a captação conjunta de recursos estaduais, federais, privados e internacionais;

VIII – aprovar normas operacionais do Programa;

IX – elaborar relatório anual de atividades;

X – avaliar indicadores de desempenho, propondo medidas corretivas sempre que necessário.

Art. 12. O Comitê reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou mediante solicitação da maioria absoluta dos Municípios participantes.

§ 1º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, híbrida ou por videoconferência.

§ 2º As atas e deliberações deverão ser registradas e disponibilizadas aos Municípios conveniados, observadas as normas de transparência e acesso à informação.

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 13. O Programa contará com uma Secretaria Executiva Regional, responsável pelo apoio técnico e administrativo ao Comitê Gestor.

§ 1º A Secretaria Executiva poderá funcionar em sistema de rodízio anual entre os Municípios participantes ou ser exercida pelo Município escolhido pelo Comitê.

§ 2º Caberá à Secretaria Executiva:

I – organizar reuniões;

II – elaborar pautas e atas;

III – acompanhar o cumprimento das deliberações;

IV – manter arquivo técnico e administrativo do Programa;

V – elaborar estudos, pareceres e relatórios;

VI – prestar apoio aos grupos técnicos.

CAPÍTULO IV
DAS CÂMARAS TÉCNICAS

Art. 14. Ficam instituídas Câmaras Técnicas Permanentes, destinadas ao assessoramento especializado do Comitê Gestor. Poderão ser criadas, entre outras:

I – Câmara Técnica de Infraestrutura Viária;

II – Câmara Técnica de Turismo Rural;

III – Câmara Técnica de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

Art. 15. Ficam instituídas Câmaras Técnicas Permanentes, destinadas ao assessoramento especializado do Comitê Gestor. Poderão ser criadas, entre outras:

I – Câmara Técnica de Infraestrutura Viária;

II – Câmara Técnica de Turismo Rural;

III – Câmara Técnica de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

IV – Câmara Técnica de Agricultura e Desenvolvimento Rural;

V – Câmara Técnica de Engenharia e Projetos;

VI – Câmara Técnica de Captação de Recursos e Convênios.

§ 1º As Câmaras Técnicas serão compostas por servidores públicos, especialistas e profissionais convidados.

§ 2º Seus pareceres terão natureza técnica e subsidiarão as decisões do Comitê Gestor.

CAPÍTULO V
DO PLANEJAMENTO REGIONAL

Art. 16. Todas as ações do Programa deverão observar o Plano Regional de Infraestrutura e Turismo Rural, elaborado com horizonte mínimo de quatro anos e revisado anualmente.

Parágrafo único. O Plano conterá, no mínimo:

I – diagnóstico da malha viária rural;

II – inventário turístico regional;

III – levantamento das áreas críticas sujeitas à erosão;

IV – mapa das estradas de divisa;

V – cronograma plurianual de investimentos;

VI – metas físicas e financeiras;

VII – indicadores de desempenho;

VIII – estimativa de impactos econômicos, sociais e ambientais.

CAPÍTULO VI
DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Art. 17. O Programa incentivará a participação da sociedade civil organizada na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas desenvolvidas.

Parágrafo único. Poderão participar representantes de associações comunitárias, sindicatos rurais, cooperativas, conselhos municipais, entidades empresariais, universidades, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil.

CAPÍTULO VII
DA TRANSPARÊNCIA

Art. 18. O Comitê Gestor manterá Portal de Transparência próprio ou integrado aos portais oficiais dos Municípios participantes, contendo, no mínimo:

I – planos de trabalho;

II – cronogramas das obras;

III – contratos e convênios;

IV – relatórios de execução;

V – indicadores de desempenho;

VI – atas das reuniões;

VII – prestação de contas;

VIII – recursos recebidos e sua aplicação.

CAPÍTULO VIII
DA COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 19. Para o cumprimento de seus objetivos, o Programa poderá celebrar convênios, acordos de cooperação, protocolos de intenções, termos de parceria e demais instrumentos previstos em lei com órgãos públicos, universidades, entidades de pesquisa, organizações da sociedade civil, instituições financeiras, empresas públicas e privadas, respeitada a legislação vigente e os princípios da administração pública.

TÍTULO III
DA COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL E DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRADAS

CAPÍTULO I
DA COOPERAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS

Art. 20. Os Municípios participantes ficam autorizados a desenvolver ações integradas de interesse comum, mediante cooperação administrativa, técnica, operacional e financeira, com vistas à implantação, ampliação, conservação e manutenção da infraestrutura regional, observadas as normas constitucionais, legais e os princípios da Administração Pública.

§ 1º A cooperação poderá ocorrer independentemente dos limites territoriais municipais, desde que demonstrado o interesse público regional e formalizada por meio de convênio, acordo de cooperação, plano de trabalho ou outro instrumento jurídico cabível.

§ 2º As ações deverão observar critérios de planejamento técnico, sustentabilidade ambiental, economicidade, segurança viária e benefício coletivo.

Art. 21. São consideradas ações prioritárias do Programa:

I – pavimentação asfáltica ou com revestimento adequado de trechos críticos localizados em estradas vicinais e de divisa, especialmente em aclives, declives e curvas de elevado risco;

II – recuperação estrutural de estradas rurais, incluindo patrolamento, cascalhamento, estabilização do solo e recomposição da plataforma de rolamento;

III – construção, ampliação e manutenção de pontes, pontilhões, galerias, bueiros, muros de contenção e demais obras de arte especiais;

IV – implantação de sistemas de drenagem superficial e profunda, caixas secas, bacias de infiltração, terraços e demais dispositivos destinados ao controle das águas pluviais e à prevenção de processos erosivos;

V – implantação de sinalização viária e turística integrada;

VI – melhoria dos acessos a comunidades rurais, atrativos turísticos, propriedades agrícolas, escolas, unidades de saúde e equipamentos públicos.

CAPÍTULO II
DO COMPARTILHAMENTO DE BENS, EQUIPAMENTOS E SERVIDORES

Art. 22. Os Municípios poderão compartilhar, mediante instrumento próprio:

I – máquinas pesadas;

II – caminhões;

III – usinas de asfalto;

IV – britadores e equipamentos de britagem;

V – rolos compactadores;

VI – motoniveladoras;

VII – escavadeiras hidráulicas;

VIII – retroescavadeiras;

IX – tratores e implementos agrícolas;

X – veículos de apoio;

XI – equipamentos de topografia, georreferenciamento e tecnologia.

§ 1º O compartilhamento poderá ocorrer com ou sem ressarcimento financeiro, conforme estabelecido no plano de trabalho.

§ 2º Cada Município permanecerá responsável pela conservação dos bens sob sua guarda durante o período de utilização.

Art. 23. Poderão igualmente ser compartilhados servidores públicos, equipes técnicas e profissionais especializados, respeitada a legislação vigente e os direitos funcionais.

Parágrafo único. O compartilhamento poderá abranger engenheiros, arquitetos, geólogos, operadores de máquinas, técnicos agrícolas, técnicos ambientais, fiscais de obras, turismólogos, analistas de projetos e demais profissionais necessários à execução das ações do Programa.

CAPÍTULO III
DA PATRULHA REGIONAL ESTRADAS DE MINAS

Art. 24. Fica autorizada a criação da Patrulha Regional Estradas de Minas, destinada à execução coordenada de serviços de manutenção e recuperação da infraestrutura rural dos Municípios participantes.

§ 1º A Patrulha Regional poderá atuar em regime permanente ou por cronograma previamente aprovado pelo Comitê Gestor Regional.

§ 2º As equipes poderão ser compostas por servidores de diferentes Municípios, atuando de forma integrada.

§ 3º O planejamento operacional observará critérios técnicos, climáticos, econômicos e sociais, priorizando situações emergenciais e trechos estratégicos para a mobilidade regional.

CAPÍTULO IV
DAS OBRAS EM ÁREAS LIMÍTROFES

Art. 25. Os Municípios poderão executar obras e serviços em áreas limítrofes, ainda que localizadas parcialmente em território de outro Município.

§ 1º As intervenções poderão compreender toda a extensão necessária para garantir a funcionalidade da obra.

§ 2º A execução não implicará alteração de limites territoriais nem transferência de competências administrativas.

CAPÍTULO V

DOS PLANOS DE TRABALHO

Art. 26. Toda intervenção será precedida de Plano de Trabalho contendo, no mínimo:

I – identificação da obra ou serviço;

II – justificativa técnica;

III – localização georreferenciada;

IV – estimativa de custos;

V – cronograma físico-financeiro;

VI – responsabilidades de cada Município;

VII – metas e indicadores de desempenho;

VIII – medidas de mitigação ambiental;

IX – plano de manutenção da obra concluída.

CAPÍTULO VI
DO RATEIO DAS DESPESAS

Art. 27. As despesas decorrentes das ações conjuntas poderão ser rateadas entre os Municípios participantes segundo critérios definidos no instrumento de cooperação, considerando, entre outros:

I – extensão territorial beneficiada;

II – volume de tráfego;

III – população atendida;

IV – impacto econômico e turístico;

V – capacidade financeira de cada Município;

VI – utilização de máquinas, equipamentos e mão de obra.

Parágrafo único. O rateio poderá ocorrer mediante aporte financeiro, cessão de bens, fornecimento de materiais, disponibilização de servidores ou outra forma de contrapartida previamente pactuada.

CAPÍTULO VII
DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Art. 28. Os Municípios atuarão de forma integrada na elaboração de projetos e na captação de recursos junto aos Governos Federal e Estadual, instituições financeiras oficiais, organismos nacionais e internacionais, emendas parlamentares, fundos públicos e demais fontes legalmente admitidas.

Parágrafo único. Sempre que possível, serão priorizadas propostas de caráter regional, visando ampliar a competitividade dos projetos e maximizar os investimentos destinados ao Programa Estradas de Minas.

CAPÍTULO VIII
DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Art. 29. As obras executadas no âmbito do Programa deverão possuir plano permanente de manutenção preventiva e corretiva, com definição das responsabilidades de cada Município e cronograma periódico de inspeções, assegurando sua durabilidade, segurança e adequada utilização pela população.

TÍTULO IV

DO FINANCIAMENTO, DO FUNDO REGIONAL ESTRADAS DE MINAS E DA GESTÃO DOS RECURSOS

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. O Programa Regional Estradas de Minas será financiado por recursos públicos e privados, observadas as normas de direito financeiro, orçamentário, de responsabilidade fiscal e demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo único. A participação financeira de cada Município observará sua disponibilidade orçamentária, as metas estabelecidas no Plano Regional de Infraestrutura e Turismo Rural e os instrumentos de cooperação firmados entre os entes participantes.

Art. 31. Constituem fontes de financiamento do Programa:

I – dotações orçamentárias próprias dos Municípios participantes;

II – recursos provenientes de convênios celebrados com a União, o Estado de Minas Gerais e demais entes públicos;

III – transferências voluntárias;

IV – emendas parlamentares individuais, de bancada e de comissão;

V – operações de crédito autorizadas na forma da legislação;

VI – recursos oriundos de fundos públicos;

VII – doações de pessoas físicas ou jurídicas;

VIII – patrocínios institucionais permitidos em lei;

IX – recursos obtidos por meio de acordos de cooperação técnica e financeira;

X – receitas provenientes de projetos financiados por organismos nacionais e internacionais;

XI – outras receitas legalmente destinadas ao Programa.

CAPÍTULO II
DO FUNDO REGIONAL ESTRADAS DE MINAS

Art. 32. Fica o Poder Executivo autorizado a participar da criação do Fundo Regional Estradas de Minas, destinado ao financiamento das ações, programas, projetos e obras executados no âmbito da cooperação intermunicipal.

§ 1º O Fundo terá natureza contábil e financeira, observada a legislação aplicável e o instrumento de cooperação firmado entre os Municípios.

§ 2º A constituição e a gestão do Fundo poderão ocorrer de forma compartilhada, mediante convênio, protocolo de intenções ou consórcio público, conforme a legislação vigente.

Art. 33. Os recursos do Fundo serão destinados prioritariamente a:

I – pavimentação de estradas rurais;

II – recuperação de trechos críticos e áreas de risco;

III – implantação de sistemas de drenagem e captação de águas pluviais;

IV – construção e recuperação de pontes, pontilhões e galerias;

V – aquisição, locação e manutenção de máquinas e equipamentos;

VI – elaboração de estudos, levantamentos topográficos, projetos e licenciamentos;

VII – implantação de sinalização turística e viária;

VIII – fortalecimento das rotas de turismo rural e ecológico;

IX – ações de preservação ambiental vinculadas às obras executadas;

X – capacitação de servidores e equipes técnicas.

CAPÍTULO III
DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Art. 34. O Comitê Gestor Regional promoverá atuação conjunta para elaboração de projetos técnicos destinados à captação de recursos junto aos órgãos estaduais, federais e instituições financiadoras, priorizando propostas de interesse regional.

Parágrafo único. Os Municípios poderão constituir grupos técnicos especializados para elaboração de projetos de engenharia, turismo, meio ambiente e desenvolvimento econômico, visando ampliar a competitividade das propostas apresentadas.

CAPÍTULO IV
DA PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA

Art. 35. O Programa poderá receber apoio da iniciativa privada mediante doações, patrocínios, cooperação técnica ou outros instrumentos legalmente admitidos, vedada qualquer forma de transferência da titularidade dos serviços públicos ou afronta aos princípios da Administração Pública.

§ 1º A participação privada observará critérios de transparência, publicidade e interesse público.

§ 2º Os apoiadores poderão ser reconhecidos institucionalmente em materiais de divulgação, projetos e ações do Programa, na forma do regulamento.

DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Art. 36. A aplicação dos recursos observará planejamento anual aprovado pelo Comitê Gestor Regional, compatível com as leis orçamentárias dos Municípios participantes.

Parágrafo único. Nenhuma despesa poderá ser realizada sem previsão no plano de trabalho e disponibilidade orçamentária.

CAPÍTULO VI
DO CONTROLE, DA FISCALIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 37. Todos os recursos utilizados no Programa estarão sujeitos ao controle interno de cada Município, ao controle externo exercido pelos órgãos competentes e à fiscalização social, observados os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e transparência.

Art. 38. O Comitê Gestor Regional elaborará relatório anual contendo:

I – obras executadas;

II – recursos aplicados;

III – indicadores de desempenho;

IV – metas alcançadas;

V – avaliação dos impactos econômicos, turísticos, ambientais e sociais;

VI – recomendações para o exercício seguinte.

Parágrafo único. O relatório será encaminhado aos Prefeitos Municipais, às Câmaras Municipais dos Municípios participantes e disponibilizado nos respectivos Portais da Transparência.

CAPÍTULO VII
DOS INCENTIVOS AO TURISMO REGIONAL

Art. 39. O Programa Estradas de Minas poderá instituir ações de incentivo ao turismo regional, compreendendo:

I – criação de rotas integradas entre os Municípios;

II – valorização da gastronomia, da produção rural, do café, da cachaça, dos queijos artesanais e demais produtos locais;

III – implantação de mirantes, centros de apoio ao turista e sinalização padronizada;

IV – promoção conjunta de eventos esportivos, culturais e turísticos;

V – divulgação institucional integrada da região da Serra da Mantiqueira;

VI – estímulo ao turismo de natureza, aventura, cicloturismo, cavalgadas, turismo religioso e agroturismo.

CAPÍTULO VIII
DA SUSTENTABILIDADE DO PROGRAMA

Art. 40. As ações financiadas pelo Programa deverão observar critérios de sustentabilidade ambiental, adaptação às mudanças climáticas, proteção dos recursos hídricos, conservação do solo e redução dos custos futuros de manutenção das obras, privilegiando soluções técnicas de caráter permanente e preventivo.

Art. 41. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Córrego do Bom Jesus/MG, 14 de setembro de 2026.

JOÃO GABRIEL DIAS RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Pereira Finamor
Código Identificador:3F9221DD

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS
HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO: Processo Licitatório Nº 140/2026 – Modalidade Dispensa nº 038/2026. Objeto: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CRIAÇÃO DE CONTEÚDO INSTITUCIONAL AUDIOVISUAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, conforme solicitação da secretaria de saúde. Empresa **João Paulo da Silva Alves**. Valor: R$: **R$ 55.230,00 (Cinquenta e cinco mil duzentos e trinta reais).** Contratante: Município de Córrego do Bom Jesus. Fundamentado artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21 –

JOÃO GABRIEL DIAS RIBEIRO –
Prefeito Municipal em 11 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Beatriz Garcia
Código Identificador:B6925AB8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO DO DOURADO

SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 00032/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO DOURADO-MG. Aviso de Licitação. Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços n° 00032/2026. Processo Administrativo n° 00156/2026. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de equipamentos pesados para manutenção das estradas vicinais e vias públicas do Município de Espírito Santo do Dourado/MG. O edital na íntegra encontra-se disponível no sítio eletrônico www.espdourado.mg.gov.br e no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas. Maiores informações poderão ser obtidas através do setor de licitações pelo telefone (35) 3454-1000 ou pelo e-mail licita@espdourado.mg.gov.br. A sessão pública ocorrerá às 09h00min do dia 30 de setembro de 2026 na sede da Prefeitura Municipal.

Espírito Santo do Dourado (MG), 14 de setembro de 2026.

HÉRICA ALVARENGA -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Wualley Yuri Ribeiro Serapião
Código Identificador:09E3C30D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 031/2026 CONCERNENTE AO PROCESSOLICITATÓRIO Nº 049/2026, PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2026 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS E MOTORISTAS, PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS/MG, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS – CONTRATADA: 12.005.916 MAGNO LOPES DE PAULA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 12.005.916/0001-13 - VALOR TOTAL DO CONTRATO R$ 72.800,00 – PRAZO DO CONTRATO: 01/09/2026 ATÉ 01/09/2027 –

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 032/2026 CONCERNENTE AO PROCESSOLICITATÓRIO Nº 049/2026, PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2026 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS E MOTORISTAS, PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS/MG, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS – CONTRATADA: 66.144.926 GEOVANE DA SILVA ZAMBOTTI, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 66.144.926/0001-69 - VALOR TOTAL DO CONTRATO R$ 68.816,00 – PRAZO DO CONTRATO: 01/09/2026 ATÉ 01/09/2027 –

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 033/2026 CONCERNENTE AO PROCESSOLICITATÓRIO Nº 049/2026, PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2026 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS E MOTORISTAS, PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS/MG, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS – CONTRATADA: 67.755.356 RIAN JOSE BORGES, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 67.755.356/0001-06 - VALOR TOTAL DO CONTRATO R$ 55.300,00 – PRAZO DO CONTRATO: 01/09/2026 ATÉ 01/09/2027 –

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 034/2026 CONCERNENTE AO PROCESSOLICITATÓRIO Nº 049/2026, PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2026 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS E MOTORISTAS, PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS/MG, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS – CONTRATADA: CARLOS ROBERTO SILVA CARNEIROS, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 04.836.506/0001-96 - VALOR TOTAL DO CONTRATO R$ 156.768,00 – PRAZO DO CONTRATO: 01/09/2026 ATÉ 01/09/2027 –

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 035/2026 CONCERNENTE AO PROCESSOLICITATÓRIO Nº 049/2026, PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2026 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS E MOTORISTAS, PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS/MG, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS – CONTRATADA: HERIO RODRIGUES VASQUES JUNIOR, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 04.815.500/0001-32 - VALOR TOTAL DO CONTRATO R$ 162.044,00 – PRAZO DO CONTRATO: 01/09/2026 ATÉ 01/09/2027 –

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 036/2026 CONCERNENTE AO PROCESSOLICITATÓRIO Nº 049/2026, PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2026 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS E MOTORISTAS, PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS/MG, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS – CONTRATADA: M PAULA TRANSPORTES LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 66.167.520/0001-00 - VALOR TOTAL DO CONTRATO R$ 100.800,00 – PRAZO DO CONTRATO: 01/09/2026 ATÉ 01/09/2027 –

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 037/2026 CONCERNENTE AO PROCESSOLICITATÓRIO Nº 049/2026, PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2026 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS E MOTORISTAS, PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS/MG, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS – CONTRATADA: OLIVEIRA DE PAULA TRANSPORTES, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 42.639.596/0001-14 - VALOR TOTAL DO CONTRATO R$ 72.800,00 – PRAZO DO CONTRATO: 01/09/2026 ATÉ 01/09/2027 –

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 038/2026 CONCERNENTE AO PROCESSOLICITATÓRIO Nº 049/2026, PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2026 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS E MOTORISTAS, PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS/MG, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS – CONTRATADA: ORENI DE FREITAS BALSANTE 04723898662, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 40.698.370/0001-69 - VALOR TOTAL DO CONTRATO R$ 49.000,00 – PRAZO DO CONTRATO: 01/09/2026 ATÉ 01/09/2027 –

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 039/2026 CONCERNENTE AO PROCESSOLICITATÓRIO Nº 049/2026, PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2026 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, MEDIANTE DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS E MOTORISTAS, PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE EUGENÓPOLIS/MG, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS – CONTRATADA: RONEL CORREIA DE JESUS 08060473727, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 27.949.336/0001-51 - VALOR TOTAL DO CONTRATO R$ 69.800,00 – PRAZO DO CONTRATO: 01/09/2026 ATÉ 01/09/2027 –

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:566BC858

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PL 073.2026 CC 003.2026 EDITAL 003.2026 COMPRASGOV 984519 06.2026

Torna público aos interessados a realização do processo licitatório. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica sobre base poliédrica nas ruas: Maurício S. Martins e Rua Floresta, Município de Florestal/mg para atender as demandas das da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Tipo: Concorrência – Empreitada por Preço unitário. Abertura: 05/10/2026 as 09:00 h. Maiores informações tel.: 31-98202 8515. Edital site www.florestal.mg.gov.br.

NAYARA DE SOUZA GONÇALVES.
Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Alessandra Rodrigues Pacheco Silva
Código Identificador:28883245

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PL 077.2026 PE 058.2026 EDITAL 058.2026 COMPRASGOV 984519. 5 - 2026

Contratação de empresa para execução de serviços de “tapa buracos” com utilização de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) com CAP50/70, incluindo pintura de ligação para execução de tapa buraco e construção de quebra-molas, com fornecimento de material, equipamentos e mão de obra, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Florestal – MG, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Tipo: Menor preço lote. Abertura: 01/10/2026 as 09:00 h. Maiores informações tel.: 31-98202 8515. Edital site www.florestal.mg.gov.br.

NAYARA DE SOUZA GONÇALVES.
Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Alessandra Rodrigues Pacheco Silva
Código Identificador:8BDEB8D3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 086/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 066/2025

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Adesão nº 007/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Franciscópolis, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.394/0001-16, com sede na Avenida Presidente Kennedy, n.º 67, Centro, Franciscópolis/MG, neste ato representado por Nilton dos Santos Coimbra, Prefeito Municipal, CPF 997.***.***-68.

FORNECEDOR: FR TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 24.504.419/0001-49 – situada na Rua Doutor João Antônio, n.º 100, Centro, na cidade de Teófilo Otoni/MG, representada por Fábio Rodrigues, brasileiro, inscrita no CPF 059.***.***-00.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 085/2025 de **contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de recrutamento, seleção e administração de mão de obra temporária, exclusivo para vagas temporárias, conforme a ata de registro de preços nº 010/2025, formalizada pelo município de Poté/MG.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO
Fica prorrogado o prazo de vigência do referido contrato por mais 12 (doze) meses, com início em 06/10/2026 e término em 06/10/2027, nos termos do Art. 844 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato de prestação de serviços original que não colidirem com as disposições deste Termo Aditivo.

Franciscópolis, 14 de setembro de 2026.

NILTON DOS SANTOS COIMBRA	***FÁBIO RODRIGUES***
Prefeito Municipal	Representante Legal
Contratante	FR Transportes E Serviços LTDA
	Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Nome: Pedro Junior de Oliveira	Nome: Adriana Pereira de Macedo
CPF: 121.***.***-21	CPF 048.***.***-79

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:2463A94C

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
1º TERMO ADITIVO DE PRAZO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 048/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 062/2025

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 025/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Franciscópolis, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.394/0001-16, com sede na Avenida Presidente Kennedy, n.º 67, Centro, Franciscópolis/MG, neste ato

representado por Nilton dos Santos Coimbra, Prefeito Municipal, CPF 997.***.***-68.

FORNECEDOR: ALTI SANTOS E ALVES COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, CNPJ n.º 35.223.531/0001-28, com sede a Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 123, Centro, na cidade de Setubinha/MG, neste ato representado pelo Sr. Adriano Alves dos Santos Pinto, portador do CPF nº. 067.***.***-35, Residente e domiciliado a Rua Cristo Redentor, nº 310, Centro, na cidade de Novo Cruzeiro/MG

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da vigência de prazo da Ata de Registro de Preços nº 048/2025 do r**egistro de preços para eventual e futura prestação de serviços em confecção de vestuários, faixa e artigos de cama e banho para as secretarias municipais.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência da referida Ata por mais 12 (doze) meses, com início em 07/10/2026 e término em 07/10/2027, nos termos do Art. 844 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços original que não colidirem com as disposições deste Termo Aditivo.

Franciscópolis, 14 de setembro de 2026.

NILTON DOS SANTOS COIMBRA	***ADRIANO ALVES DOS SANTOS PINTO***
Prefeito Municipal	Alti Santos E Alves Comunicação Visual LTDA
Órgão Gerenciador	Fornecedor Registrado

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Nome: Pedro Junior de Oliveira	Nome: Adriana Pereira de Macedo
CPF: 121.***.***-21	CPF: 048.***.***-79

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:6375B668

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de Concorrência N.º 005/2026, Processo Licitatório N.º 043/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve ADJUDICAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços na área de engenharia, incluindo mão-de-obra, materiais e disponibilização de equipamentos necessários para executar a obra de Calçamento de Estradas Vicinais no Município de Franciscópolis em atendimento ao Termo de Compromisso de Transferência Especial Nº 1301002507/2026**.

CONTRATADA: TEMA CONSTRUTORA LTDA
CNPJ N.º: 26.863.748/0001-01

VALOR: R$3.992.302,25 (três milhões, novecentos e noventa e dois mil, trezentos e dois reais, vinte e cinco centavos).

Franciscópolis, 14 de setembro de 2026.

NILTON DOS SANTOS COIMBRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:5A09EA79

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 005/2026

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de Concorrência N.º 005/2026, Processo Licitatório N.º 043/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve HOMOLOGAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços na área de engenharia, incluindo mão-de-obra, materiais e disponibilização de equipamentos necessários para executar a obra de Calçamento de Estradas Vicinais no Município de Franciscópolis em atendimento ao Termo de Compromisso de Transferência Especial Nº 1301002507/2026**.

CONTRATADA: TEMA CONSTRUTORA LTDA
CNPJ N.º: 26.863.748/0001-01

VALOR: R$3.992.302,25 (três milhões, novecentos e noventa e dois mil, trezentos e dois reais, vinte e cinco centavos).

Franciscópolis, 14 de setembro de 2026.

NILTON DOS SANTOS COIMBRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:ADFAB935

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
TERMO ADITIVO DE PRAZO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 049/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 064/2025

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 026/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Franciscópolis, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.394/0001-16, com sede na Avenida Presidente Kennedy, n.º 67, Centro, Franciscópolis/MG, neste ato representado por Nilton dos Santos Coimbra, Prefeito Municipal, CPF 997.***.***-68.

FORNECEDOR: CONSTRU NERES MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ 33.010.601/001-34, com sede a Rua Getúlio Vargas, nº 417, Loja 01, bairro Centro, na cidade de Franciscópolis/MG, neste ato representado pelo Sr. Gilson Fernandes Neres, portador do CPF nº. 088.***.***-32, Residente e domiciliado a Rua Getúlio Vargas, nº 419.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da vigência de prazo da Ata de Registro de Preços nº 049/2025 da **aquisição de tubos e conexões, para garantir o abastecimento e a distribuição de água potável das comunidades rurais do Manhuaçu, Jacutinga, Lizardos, Brás e demais comunidades rurais, Distrito de Antônio Ferreira, Povoado do Norete e sede do município de Franciscópolis.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo de vigência da referida Ata por mais 12 (doze) meses, com início em 08/10/2026 e término em 08/10/2027, nos termos do Art. 844 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços original que não colidirem com as disposições deste Termo Aditivo.

Franciscópolis, 12 de setembro de 2026.

NILTON DOS SANTOS COIMBRA	***CONSTRU NERES MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI***
Prefeito Municipal	Gilson Fernandes Neres
Órgão Gerenciador	Fornecedor Registrado

TESTEMUNHAS:

Nome: Pedro Junior de Oliveira	Nome: Adriana Pereira de Macedo
CPF: 121.***.***-21	CPF: 048.***.***-79

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:257BDA84

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCÓPOLIS
TERMO ADITIVO DE PRAZO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 050/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 064/2025

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 026/2025

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Franciscópolis, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.394/0001-16, com sede na Avenida Presidente Kennedy, n.º 67, Centro, Franciscópolis/MG, neste ato representado por Nilton dos Santos Coimbra, Prefeito Municipal, CPF 997.***.***-68.

FORNECEDOR: MVS SERVIÇOS E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 09.293.995/0001-09, estabelecida na Avenida Pedro Abrantes, n.º 139, Centro, na cidade de Malacacheta/MG, CEP 39.690-000, neste ato representada por Celso Cristiano Vieira dos Santos, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Geraldo dos Santos Coimbra, n.º 306, bairro Progresso, na cidade de Malacacheta/MG, CPF nº. 100.***.***-07.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da vigência de prazo da Ata de Registro de Preços nº 050/2025 da **aquisição de tubos e conexões, para garantir o abastecimento e a distribuição de água potável das comunidades rurais do Manhuaçu, Jacutinga, Lizardos, Brás e demais comunidades rurais, Distrito de Antônio Ferreira, Povoado do Norete e sede do município de Franciscópolis.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo de vigência da referida Ata por mais 12 (doze) meses, com início em 08/10/2026 e término em 08/10/2027, nos termos do Art. 844 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços original que não colidirem com as disposições deste Termo Aditivo.

Franciscópolis, 12 de setembro de 2026.

NILTON DOS SANTOS COIMBRA	***CELSO CRISTIANO VIEIRA DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	Representante Legal Da Empresa
Órgão Gerenciador	MVS Serviços E Comercio LTDA
	Fornecedor Registrado

TESTEMUNHAS:

Nome: Pedro Junior de Oliveira	Nome: Adriana Pereira de Macedo
CPF: 121.***.***-21	CPF: 048.***.***-79

Publicado por:
Adriana Pereira Macedo
Código Identificador:579338B6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMONTE

LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES
CONTRATOS DE AGOSTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMONTE – **Contratos de AGOSTO 2026 – ARP 240/2026** Fornecedor: 46.924.939 CENIRA DE OLIVEIRA, CNPJ: 46.924.939/0001-43 de 06/08/2026 à 05/08/2027 – R$ 185.616,00; **ARP 241/2026** Fornecedor: G99 COMERCIAL ATACADO E VAREJO-EIRELI, CNPJ: 32.602.152/0001-50 de 06/08/2026 à 05/08/2027 – R$ 49.380,00 - **Processo 076/2026 – Pregão 48**, Registro de Preços para futura e eventual aquisição, de forma parcelada, de carnes bovinas, suínas, de aves e peixes, destinadas ao preparo da alimentação escolar dos alunos matriculados na rede municipal de ensino do ano de 2026.; **ARP 242/2026** Fornecedor: BALUGART INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS METALICOS E DE CO, CNPJ: 07.864.677/0001-17, de 13/08/2026 à 12/08/2027 – R$ 5.342.000,00 - **Processo 084/2026 – Pregão 52**, Registro de preços visando a futura e eventual prestação de serviços de pavimentação em diversas ruas do Município inclusive nas estradas rurais, visando suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Mobilidade Urbana e Serviços Públicos.; Termo de Credenciamento **243/2026** Fornecedor: CASA DE REPOUSO NOSSA SENHORA DAS GRACAS LTDA, CNPJ: 42.567.955/0001-75, de 14/08/2026 à 13/08/2027 - **Processo 083/2026 – Inex. 22 Credenciamento 06** - Credenciamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), devidamente licenciadas e habilitadas pelos órgãos competentes, para prestação de serviços de acolhimento institucional de pessoas idosas, de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade, risco social, abandono, negligência, violência ou ausência de vínculos familiares, mediante demanda da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.; **ARP 244/2026** Fornecedor: WISDOM FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 48.174.071/0001-37, de 14/08/2026 à 13/08/2027 – R$ 31.332,00 - **Processo 085/2026 – Pregão 53**, Registro de Preços para futura e eventual aquisição de sensores para monitoramento contínuo de glicose FreeStyle Libre 2, destinados ao cumprimento da ordem judicial e ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Itamonte/MG.; **Contrato 245/2026** Fornecedor: FRS ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, CNPJ: 40.813.470/0001-99, de 18/08/2026 à 18/02/2027 – R$ 162.000,00 - **Processo 078/2026 – Pregão 49**, Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para execução de obra de reforma, adequação e revitalização da Casa Mineira – Escritórios de Negócios, no Município de Itamonte/MG, visando à modernização das instalações, melhoria da infraestrutura física e funcional do imóvel e preservação da estrutura existente, conforme projetos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, memoriais descritivos e demais documentos técnicos integrantes da contratação.; **ARP 246/2026** Fornecedor: CONSORCIO INTERM DE SAUDE SIST MICRO SAUDE S LOURENÇO, CNPJ: 71.203.715/0001-90, de 18/08/2026 à 17/08/2027 – R$ 47.306,58 - **Processo 094/2026 – Pregão 59**, Licitação Compartilhada visando a aquisição de medicamentos III, previsto na Ata de Registro de Preços nº 093/2026, conduzida pelo Governo do Estado de Minas Gerais planejamento nº 380/2025, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. - Informações complementares na sede da Prefeitura e no site: www.itamonte.mg.gov.br –

Itamonte, 06 de setembro de 2026.

CÁTIA DE SOUZA FERREIRA –
Pregoeira,

JOÃO PEDRO FONSECA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cátia de Souza Ferreira
Código Identificador:FC73A8F4

PROCURADORIA E SECRETARIA
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - PREFEITURA DE ITAMONTE E AXIA ENERGIA S.A.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM AXIA ENERGIA S.A (IMPLANTADORA) E O MUNICÍPIO DE ITAMONTE LOCALIZADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS (DESTINATÁRIO), NA FORMA ABAIXO. A

AXIA ENERGIA S.A, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 00.001.180/0001-26, com sede na Avenida Graça Aranha, nº 26, 19º Andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20030-000, neste ato representada por seus procuradores ao final assinados, doravante denominada IMPLANTADORA; A MUNICIPIO DE ITAMONTE (MG), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.666.750/0001-62, com sede à Rua Prefeito José Ribeiro Pereira Filho, nº 206, CEP 37466-000, município de Itamonte, estado Minas Gerais, neste ato representado por seu Prefeito Sr. João Pedro Fonseca, brasileiro, solteiro, portador do RG n.º MG-10.809.930 e CPF n.º 038.655.016-64, doravante denominado DESTINATÁRIO; Todos denominados, isoladamente, PARTÍCIPE, ou, em conjunto, PARTÍCIPES, CONSIDERANDO QUE a. A Lei nº 14.182/2021, regulamentada pelos Decretos nº. 10.838/2021 e 11.059/2022, instituiu (i) o programa de revitalização dos recursos hídricos das bacias do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba; (ii) o programa de revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas; (iii) o programa de redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal; e (iv) os programas para navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins; b. Os referidos programas são geridos por COMITÊS GESTORES específicos, os quais são responsáveis pela aprovação de projetos em cada área de atuação; c. A IMPLANTADORA, nos termos da Lei nº 14.182/2021 e de seus decretos regulamentadores, tem a atribuição de implementar os projetos aprovados pelos COMITÊS GESTORES; d. Tal implementação restringe-se às obras relacionadas aos PROJETOS APROVADOS, não envolvendo, em nenhuma hipótese, a operação ou administração das instalações implantadas;Classificação: Pública e. O COMITÊ GESTOR CPRFurnas aprovou, conforme o Ofício nº 886/2025/SNSH-MIDR, de 12 de novembro de 2025, o PROJETO referente à elaboração de Projetos e implantação, relativo às obras de revisão e reestruturação integral das redes coletoras existentes, novas redes coletoras, redes interceptoras de esgoto, estações elevatórias de esgoto (EEE) e estação de tratamento de esgoto (ETE) no Município de Itamonte, Estado de Minas Gerais, a ser elaborado pela IMPLANTADORA; f. O PROJETO APROVADO, objeto deste instrumento, visa atender ao escopo delimitado nas normas de regência acima citadas, no âmbito da área de atuação do DESTINATÁRIO, motivo pelo qual este(s), se compromete(m) a despender seus melhores esforços visando cooperar para que o projeto seja elaborado e implementado (i) no menor prazo possível; (ii) com a melhor técnica possível, observados os parâmetros aprovados pelo COMITÊ GESTOR; (iii) atendendo a todas as normas e legislação aplicáveis. Ademais, compromete-se ainda, ao DESTINATÁRIO, a providenciar(em) tudo o que for necessário para a pronta assunção da operação das instalações implantadas, tão logo estejam aptas e liberadas para tanto pela IMPLANTADORA, incluindose dotações orçamentárias, pessoal especializado, licenças, entre outros; g. Após a revisão do projeto e a conclusão da implantação do PROJETO APROVADO, a operação e a manutenção da instalação serão realizadas diretamente pelo DESTINATÁRIO, caso assim seja definido, cabendo a estes ajustar as condições e responsabilidades específicas para a execução dessas atividades; h. O MUNICÍPIO, na qualidade de DESTINATÁRIO do empreendimento e OPERADOR exclusivo após a formalização da entrega, assume integral e exclusivamente todas as responsabilidades relacionadas à gestão, operação, manutenção, conservação e regularidade legal do empreendimento, respondendo por atos próprios e de terceiros por si contratados ou delegados; i. É necessária a definição das responsabilidades e atribuições durante as etapas de elaboração, implantação e da futura operação do PROJETO APROVADO, entre os PARTÍCIPES; resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, que será regulado pelas cláusulas e condições seguintes e, no que couber, pelas disposições contidas na Lei nº 11.445, de 05.01.2007, Lei nº. 13.019, de 31/07/2014 e demais normas nacionais aplicáveis:Classificação: Pública 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO Pelo presente instrumento, os PARTÍCIPES estabelecem e formalizam as respectivas obrigações e responsabilidades relativas à elaboração de Projetos e implantação, relativo às obras de revisão e reestruturação integral das redes coletoras existentes, novas redes coletoras, redes interceptoras de esgoto, estações elevatórias de esgoto (EEE) e estação de tratamento de esgoto (ETE) no Município de Itamonte, estado de Minas Gerais, devidamente aprovados pelo COMITÊ GESTOR nos termos do Ofício nº 886/2025/SNSH-MIDR, de 12 de novembro de 2025. 2. CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES 2.1. Por força do presente Termo de Cooperação caberá aos PARTÍCIPES, na esfera de competência de cada um, o cumprimento das seguintes obrigações: I. Caberá à IMPLANTADORA a) Contratar, acompanhar e fiscalizar os serviços da empresa de Engenharia Consultiva para elaboração do projeto, com base nas informações, dados, estudos e documentos fornecidos pelos PARTÍCIPES; b) Submeter ao DESTINATÁRIO os produtos técnicos entregues pela Engenharia Consultiva, para ciência e manifestação/avaliação; c) Elaborar o Termo de Referência para contratação, tendo como base o projeto e/ou a documentação encaminhada pelo DESTINATÁRIO; d) Disponibilizar os Projetos Básicos e Executivos ao DESTINATÁRIO, para caracterização do empreendimento no processo de licenciamento ambiental e) Implantar, mediante a contratação de empresa especializada, o PROJETO APROVADO, incluindo-se a elaboração do projeto básico e executivo; f) Gerenciar e fiscalizar as obras do PROJETO APROVADO; g) Designar, oficialmente, o coordenador para elaboração do projeto e do contrato das obras e um representante para acompanhar a execução do presente Termo, apresentando-os ao DESTINATÁRIO; h) Permitir o acesso às instalações físicas e à documentação técnica das obras aos representantes oficialmente designados pelo DESTINATÁRIO os quais deverão ser formalmente apresentados à IMPLANTADORA;Classificação: Pública i) Aprovar as medições dos serviços executados e dos insumos fornecidos, e providenciar os pagamentos respectivos, observadas as orientações e governança do COMITÊ GESTOR; j) Responder, oficialmente, toda e qualquer solicitação de explicação técnica referente ao PROJETO APROVADO solicitada pelo DESTINATÁRIO; k) Responder, oficialmente, toda e qualquer solicitação de explicação técnica referente às atividades em andamento, solicitada pelo DESTINATÁRIO; l) Elaborar e entregar ao DESTINATÁRIO o "As Built" e todos os demais documentos técnicos relacionados à obra, quando couber, ao final da sua conclusão, de forma direta ou por empresa contratada, visando subsidiar a futura operação e manutenção do sistema de esgotamento sanitário pelos responsáveis; m) Emitir ao DESTINATÁRIO: • O Termo de Entrega Provisório – TEP específico da elaboração do projeto executivo, para início das atividades de obras e implementação do PROJETO APROVADO; • O Termo de Entrega Provisório – TEP geral, para início efetivo da operação do PROJETO APROVADO pelo DESTINATÁRIO; e • O Termo de Entrega Definitivo – TED, após a regularização e solução integral de todas as pendências relativas ao objeto, formalizando a transferência integral dos produtos e resultados decorrentes das atividades executadas; n) Comunicar ao DESTINATÁRIO alterações do projeto e execução, envolvendo etapas chave, para acompanhamento e avaliação; o) Disponibilizar ao DESTINATÁRIO, quando necessário, as peças técnicas, estudos, memoriais, plantas, croquis e demais documentos necessários à instrução do processo de Declaração de Utilidade Pública – DUP e demais medidas correlatas, de modo a subsidiar a tramitação e obtenção da liberação fundiária do projeto; e p) A atuação da IMPLANTADORA em matéria fundiária limita-se ao acompanhamento, à comunicação formal de pendências e ao fornecimento de peças técnicas para instrução de DUP e medidas correlatas, não lhe cabendo promover, negociar, custear ou concluir atos de liberação/regularização fundiária. II. Caberá ao DESTINATÁRIO: a) Designar, oficialmente, uma comissão representante para acompanhar os trabalhos de elaboração do projeto e a execução do presente Termo, apresentando-o formalmente à IMPLANTADORA;Classificação: Pública b) Disponibilizar à IMPLANTADORA, conforme o caso, todos os documentos técnicos necessários ao desenvolvimento do projeto, de sua responsabilidade, já executados anteriormente de forma direta ou indireta, inclusive por meio de empresas contratadas, compreendendo, entre outros, documentos cadastrais, fundiários, ambientais, operacionais, projetos, registros técnicos e documentos "as built", quando existentes, com o objetivo de subsidiar o conhecimento do empreendimento, a manifestação quanto às adequações pertinentes, a elaboração e o desenvolvimento do projeto, o acompanhamento da obra e a futura operação do sistema; c) Despender os melhores esforços para realizar a liberação de licenças, alvarás e outras providências e documentos que sejam de competência municipal ou que dependam de sua atuação, relacionadas ao PROJETO APROVADO; d) Solicitar a

emissão de outorga, em seu nome, junto ao competente Órgão Gestor de Recursos Hídricos, para lançamento dos efluentes tratados, quando houver necessidade; e) Figurar como titular das licenças ambientais necessárias à implantação do empreendimento, responsabilizando-se por todas as ações necessárias para sua obtenção, desde a abertura de processo, realização dos estudos, protocolo de documentação e obtenção da respectiva Portaria da licença. É imprescindível a obtenção e a vigência da licença ambiental pertinente, ou, quando aplicável, a formal dispensa, para o início da implantação do empreendimento; f) Reportar o andamento do status do licenciamento ambiental sempre que solicitado pela IMPLANTADORA, ou sempre que uma nova etapa for concluída; g) Disponibilizar à IMPLANTADORA. para fim de controle e arquivamento, os documentos obtidos durante todas as etapas do licenciamento; h) Na qualidade de responsável pela operação do empreendimento, adotar todas as medidas necessárias à solicitação, obtenção, manutenção e renovação da Licença de Operação – LO, bem como ao cumprimento integral das obrigações e condicionantes nela estabelecidas, respondendo diretamente perante os órgãos ambientais competentes; i) Fica expressamente pactuado que, desde a assinatura deste Termo e durante toda a fase de elaboração de projetos e implantação do PROJETO APROVADO, até a emissão e assinatura do Termo de Entrega Definitivo (TED), ao DESTINATÁRIO será única e integralmente responsável pela condução e pelo custeio de todas as providências e medidas necessárias à liberação fundiária das áreas afetadas pelo PROJETO APROVADO, sem qualquer ônus, adiantamento, reembolso ou responsabilidade financeira para a IMPLANTADORA;Classificação: Pública j) Caso a IMPLANTADORA venha a ser notificada, intimada, autuada, citada, demandada, condenada, ou tenha suas atividades/obras total ou parcialmente embargadas ou paralisadas em razão de passivo ou pendência de natureza fundiária, ao DESTINATÁRIO obriga-se a adotar, de imediato, todas as providências necessárias para assumir integralmente tais responsabilidades, inclusive: (i)atuar para promover a substituição da IMPLANTADORA no polo passivo de procedimentos administrativos e/ou judiciais, ou, quando não juridicamente possível, intervir/ingressar no feito, requerendo expressamente a exclusão da IMPLANTADORA; e (ii) tomar todas as medidas administrativas, negociais e judiciais necessárias para a liberação da área e a remoção do impedimento, às suas expensas. k) Disponibilizar à IMPLANTADORA, relatório fundiário, contendo documentação comprobatória de propriedade ou posse de áreas que já estejam regulares ou em processo de regularização, que vão compor o PROJETO APROVADO, em até 30 dias, a partir da data de assinatura desse Termo, assim como em situações futuras e sem prejuízo, mediante solicitação formal (ofício, memorando ou e-mail); l) Nos casos em que haja processo de liberação fundiária finalizado, garantir a regularidade fundiária e assegurar a liberação de acesso às áreas destinadas à execução das atividades vinculadas ao PROJETO APROVADO, mantendo-as livres, desimpedidas e aptas para a realização dos serviços, bem como disponibilizar documentação comprobatória a IMPLANTADORA; m) Adotar, em observância aos prazos indicados pela IMPLANTADORA, as providências necessárias para (i) aquisição, cessão ou instituição de servidão formalizada, ou (ii) Declaração de Utilidade Pública – DUP e imissão na posse, conforme aplicável, bem como auxiliando a IMPLANTADORA na obtenção de Certidões de Uso do Solo quando necessário, das áreas essenciais à implantação do projeto, assumindo integralmente as responsabilidades decorrentes desse procedimento; n) Analisar a documentação entregue pela IMPLANTADORA, aprovar o projeto elaborado e acompanhar a execução das obras, e, quando necessário, notificar a IMPLANTADORA requerendo explicação técnica referente ao projeto e aos serviços, inclusive as adequações consideradas pertinentes, apresentando pontualmente as motivações relativas ao pleito para análise da IMPLANTADORA. Após o retorno da IMPLANTADORA ao DESTINATÁRIO deverá manifestar-se no prazo de até 10 (dez) dias corridos;Classificação: Pública o) Participar, sob demanda da IMPLANTADORA das decisões técnicas para adequações dos projetos quando estes estiverem em conflito com as condições de campo ou sofrerem interferências das estruturas existentes, devendo as propostas e soluções serem formalizadas por meio de ata específica; p) Atuar nas interferências entre a obra e as infraestruturas existentes, provendo as orientações necessárias para minimização de eventuais transtornos e/ou com o remanejamento de unidades existentes, quando necessário; q) Participar, quando expressamente demandado pela IMPLANTADORA, das ações promovidas para implantação do sistema, bem como intermediar todas as repercussões das ações com as pessoas físicas e jurídicas eventualmente impactadas; r) Receber da IMPLANTADORA os estudos, atividades relevantes, produtos técnicos submetidos pela IMPLANTADORA e relacionadas à implantação do PROJETO APROVADO, objeto deste Termo, podendo, a seu critério, aportar comentários em até 10 (dez) dias corridos. Ultrapassado o prazo sem manifestações, os estudos e atividades serão consolidados sem novas alterações; s) Participar, quando expressamente demandado pela IMPLANTADORA, de todos os estudos e atividades relacionados à elaboração e à implantação do PROJETO APROVADO, objeto deste Termo, apresentando todos os apontamentos e considerações que reputar pertinentes, ao longo das atividades, nada podendo alegar posteriormente, seja para solicitar modificações da obra, seja para negar-se ao recebimento, provisório ou definitivo, das instalações, ou para qualquer outro fim; t) Acompanhar todos os testes e, ao final da execução do PROJETO APROVADO, seu comissionamento (entrega técnica); u) Assumir, diretamente, de forma provisória e parcial, a responsabilidade pela operação e manutenção das instalações implantadas, caso haja transferência parcial da infraestrutura ao longo da execução do PROJETO APROVADO, por meio da emissão de TEP parcial específico; v) Assumir, diretamente, de forma definitiva, após a transferência da infraestrutura, a operação e manutenção das instalações implantadas, respondendo perante todos, em especial a população e os órgãos ambientais, de controle e de fiscalização. Para tanto, deverá obter, em seu próprio nome, alvarás, outorgas, licenças de operação e demais atos e documentações necessárias à assunção da operação das instalações, em consonância com o andamento das atividades de implantação do PROJETO APROVADO;Classificação: Pública w) Informar à IMPLANTADORA sobre a situação do licenciamento ambiental do projeto e, caso exista licença vigente, apresentá-la antes da contratação da execução das obras; x) Prestar esclarecimento, sempre que solicitado pela IMPLANTADORA, sobre o projeto, quando este tiver sido fornecido pelo DESTINATÁRIO, cabendo interagir, inclusive, com a projetista, visando dar o correto direcionamento técnico à execução do empreendimento; y) Receber, analisar e aprovar o Termo de Referência a ser utilizado pela IMPLANTADORA na contratação da empresa responsável pela execução das obras; z) A critério do DESTINATÁRIO, poderá participar das ações promovidas pela IMPLANTADORA durante a implantação do projeto; aa) Receber o projeto formalmente, por meio Termo de Entrega Provisório (TEP)específico relativo ao projeto, acompanhado de todos os documentos técnicos, memoriais descritivos, relatórios, projetos executivos e demais peças produzidas e disponibilizadas pela IMPLANTADORA nesta etapa, responsabilizando-se pela sua guarda, conservação e utilização nos estritos termos e finalidades previstos neste instrumento; bb) Firmar o Termo de Entrega Definitiva (TED), conforme o modelo a ser emitido pela IMPLANTADORA, para formalização da transferência, sem ônus para a IMPLANTADORA, dos ativos referentes ao PROJETO elaborado e implantado; cc)Após a assinatura do Termo de Entrega Definitivo (TED), assumir, de forma integral e exclusiva, a responsabilidade pela condução técnica, adoção de medidas, acompanhamento e conclusão de todos os processos de liberação fundiária eventualmente não concluídos, relacionados ao PROJETO APROVADO. Para tanto, incumbir-se-á de realizar, em seu próprio nome, todas as providências administrativas, negociais, registrais e judiciais que se fizerem necessárias, inclusive junto aos proprietários, possuidores, órgãos públicos, cartórios de registro de imóveis e demais entidades competentes, respondendo integralmente pelos atos praticados, pelos custos incorridos e pelas obrigações deles decorrentes, até a efetiva regularização fundiária e plena disponibilização das áreas; dd) Assumir o ônus das contas de consumo diante da legislação aplicável no que couber, perante as respectivas concessionárias após a conclusão das obras de implantação do PROJETO APROVADO, imediatamente a partir do início do processo de transferência da infraestrutura implantada (TEP ou outro marco anterior), devendo, nesta ocasião, adotar providências para a efetiva transferência da titularidade das contas;Classificação: Pública ee) Assumir, de forma provisória, em caso de paralisação das obras, com a suspensão das atividades de implantação do PROJETO APROVADO, a vigilância das unidades construídas e em construção,

pelo período que se fizer necessário; ff) Disponibilizar áreas adequadas para o armazenamento de materiais e equipamentos remanescentes, na hipótese de paralisação das obras; gg) Acompanhar todos os testes estáticos e dinâmicos dos materiais e equipamentos, nos sistemas projetados de sua responsabilidade, que deverão ser executados quando assumir as responsabilidades destes; hh) Atuar nas interferências de obra entre o sistema existente e as unidades a serem implantadas, provendo com as orientações necessárias para minimização de eventuais transtornos e/ou com o remanejamento de unidades existentes, quando necessário; ii) Realizar acompanhamentos periódicos da execução do PROJETO APROVADO, mediante registros formais em atas ou relatórios técnicos, no mínimo uma vez por mês, contendo parecer sobre a conformidade das etapas executadas. Os documentos deverão ser assinados pelo representante designado pelo DESTINATÁRIO e encaminhados à IMPLANTADORA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após cada visita técnica. O silêncio ou a ausência de manifestação formal será interpretado como concordância com o andamento e a qualidade das etapas executadas até aquela data; jj) Figurar como titular da outorga dos direitos de uso de recursos hídricos necessárias à operação do empreendimento; kk) O DESTINATÁRIO, deve solicitar a emissão de outorga, junto ao competente Órgão Gestor de Recursos Hídricos; § 1° - Caso ao DESTINATÁRIO não adote as providências necessárias, a seu cargo, para o efetivo recebimento, provisório ou definitivo, do PROJETO APROVADO, nos moldes em que implantado, reputar-se-á efetivado o recebimento, tacitamente, 20 (vinte) dias após a emissão, pela IMPLANTADORA ao DESTINATÁRIO, do respectivo documento (TEP ou TED, conforme o caso), liberando-se, desde então, a IMPLANTADORA, que desocupará as instalações, desmobilizando toda a equipe e equipamentos por ela alocados no local das atividades, inclusive a vigilância.Classificação: Pública 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO 3.1. Considerando a existência de obras, equipamentos e estruturas anteriormente implantados, que poderão servir de base ou interface para a elaboração do projeto básico, executivo, obras de revisão e reestruturação integral das redes coletoras existentes, novas redes coletoras, redes interceptoras de esgoto, estações elevatórias de esgoto (EEE) e estação de tratamento de esgoto (ETE), no Município de Itamonte, as PARTÍCIPES reconhecem a necessidade de disponibilização prévia e adequada das informações e condições de acesso às instalações existentes, de modo a subsidiar a correta concepção das soluções de engenharia. 3.2. O DESTINATÁRIO deverá fornecer à IMPLANTADORA, em prazo compatível com o cronograma do projeto: a. todas as informações técnicas, estudos, projetos, plantas, memoriais descritivos, registros “as built” e demais documentos disponíveis relativos aos ativos e sistemas já implantados, se existentes, conforme item 2.1, II,b; b. dados sobre o estado de funcionamento e eventuais restrições operacionais das estruturas existentes, quando houver, conforme item 2.1, II,b; e c. acesso físico às instalações e áreas necessárias à realização de levantamentos, inspeções visuais e coleta de informações complementares pela equipe da IMPLANTADORA ou por empresas por ela contratadas. 3.3. A IMPLANTADORA elaborará o projeto executivo com base nas informações e condições fornecidas pelo DESTINATÁRIO, não se responsabilizando por erros, omissões ou inconsistências decorrentes de dados incorretos, incompletos, desatualizados ou da ausência de acesso adequado às áreas e estruturas existentes. 3.4. Eventuais dificuldades ou limitações no fornecimento de informações ou no acesso às instalações deverão ser comunicadas formalmente pela IMPLANTADORA ao DESTINATÁRIO, que adotará, sob sua responsabilidade, as providências necessárias para o saneamento da pendência, de modo a não comprometer o andamento e a qualidade técnica do projeto.Classificação: Pública 4. CLÁUSULA QUARTA - DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS IMPLANTADOS 4.1. Por intermédio deste instrumento, ao DESTINATÁRIO formaliza, perante a IMPLANTADORA e para todos os fins e efeitos legais, o compromisso de operar e manter, de forma contínua, eficiente e segura, os serviços e as obras implantadas no âmbito deste Termo de Cooperação Técnica, assegurando a existência de dotação orçamentária específica e de recursos financeiros suficientes para a adequada operação, conservação e manutenção dos serviços e das obras implantadas. 4.2. Para tanto, ao DESTINATÁRIO se responsabiliza pela operação do empreendimento, assegurando que esta disponha de todos os poderes, informações, instrumentos jurídicos e meios necessários para desempenhar tal função, em conformidade com as deliberações do COMITÊ GESTOR e a legislação aplicável. 4.3. O DESTINATÁRIO obriga-se a realizar a operação e manutenção do empreendimento, observadas as seguintes premissas: I. Garantia dos recursos técnicos e humanos necessários à adequada operação e manutenção; II. Cumprimento integral das normas técnicas aplicáveis, das condicionantes ambientais e das demais exigências dos órgãos de controle e fiscalização; III. Garantia da regularidade, qualidade e segurança na prestação dos serviços decorrentes das obras implantadas; IV. Adoção de todas as medidas preventivas e corretivas necessárias à preservação da integridade, funcionalidade e vida útil das instalações; e V. Observância do Marco Regulatório do Saneamento Básico, nos termos da Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020, especialmente o art. 50 da Lei nº 11.445/2007, incluindo metas, indicadores de desempenho, critérios tarifários, mecanismos de revisão e instrumentos de controle social. 4.4. A operação e a manutenção da instalação, provisória e definitiva, será realizada, pelo DESTINATÁRIO, conforme as premissas acima estabelecidas, cabendo ajustar a prestação dos serviços ora mencionados em instrumento próprio, que deverá ser celebrado antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo – TED e estabelecerá as condições e responsabilidades específicas para a execução das atividades de operação.Classificação: Pública 4.5. A IMPLANTADORA não será responsável, em nenhuma hipótese, por quaisquer obrigações relacionadas à operação ou à manutenção das obras e serviços implantados, cabendo exclusivamente ao DESTINATÁRIO o atendimento integral das responsabilidades ora formalizadas. 4.6. O DESTINATÁRIO assume, plena e exclusivamente, a responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à operação e manutenção do PROJETO APROVADO, abrangendo, sem limitação, encargos fiscais, legais, trabalhistas, previdenciários, ambientais, acidentários, civis, criminais ou de qualquer outra natureza, inclusive aquelas decorrentes de atos praticados por terceiros que atuem em seu nome. 4.7. Caso a IMPLANTADORA venha a ser autuada, notificada, intimada, citada ou condenada em razão de descumprimento de quaisquer obrigações relacionadas à operação e manutenção do empreendimento, compromete-se o DESTINATÁRIO a adotar, de imediato, todas as providências necessárias para assumir integralmente tais responsabilidades, inclusive pleiteando a alteração do polo passivo de medidas administrativas e/ou judiciais, de modo a excluir a IMPLANTADORA. 4.8. Ademais, obriga-se a DESTINATÁRIA a ressarcir a IMPLANTADORA por todos os custos e despesas em que esta venha a ser equivocadamente onerada, incluindo, sem limitação, valores destinados à garantia do juízo, honorários advocatícios, custas judiciais e administrativas, despesas com produção de provas, honorários periciais e quaisquer ônus de sucumbência. O ressarcimento deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação pela IMPLANTADORA ou, havendo controvérsia, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do trânsito em julgado da respectiva decisão. 4.9. Caso o ressarcimento não seja efetuado no prazo previsto no Item 4.8 da Cláusula 4, a IMPLANTADORA ingressará com a competente ação regressiva contra o DESTINATÁRIO. 5. CLÁUSULA QUINTA – ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE 5.1. Fica expressamente estabelecido que a IMPLANTADORA estará isenta de qualquer responsabilidade, obrigação ou ônus decorrentes de fatos, atos ou omissões ocorridas anteriormente à data de início da execução, pela IMPLANTADORA, das obras do PROJETO APROVADO, devendo o real responsável pelos atos ou fatos geradores, em cada caso, assumir o polo passivo da demanda e pleitear a exclusão da IMPLANTADORA. 5.2. A IMPLANTADORA é responsável única e exclusivamente pelas atividades por ela executadas a partir do momento em que assumir a obra do PROJETO APROVADO; a responsabilidade pelas etapas executadas anteriormente observará a garantia da obra disciplinada pelas disposições presentes no ordenamento jurídico (em especial o disposto no art. 610 e ss. do Código Civil, notadamente o art. 618), bem como as de cunho contratual acaso aplicáveis.Classificação: Pública 5.3. Nos termos do presente acordo, cominado com art. 614 §1º e §2º do Código Civil, considera-se que as etapas já executadas, medidas e pagas foram devidamente verificadas, não sendo possível imputar responsabilidade à IMPLANTADORA por qualquer vício,

defeito ou inadequação eventualmente identificados. 5.4. Fica expressamente estabelecida a exclusão de qualquer responsabilidade da IMPLANTADORA por eventuais orientações, determinações, interpretações, exigências ou diretrizes, emitidas supervenientemente ao projeto elaborado, apontadas pelos órgãos reguladores, fiscalizadores, autoridades competentes ou demais entidades que venham a apresentar entendimento divergente ou que alterem condições originalmente previstas. Eventuais modificações do PROJETO APROVADO deverão ser submetidas à governança do Programa de Revitalização. Todas as adequações ou providências necessárias deverão ser indicadas exclusivamente pelo DESTINATÁRIO. 6. CLÁUSULA SEXTA - DO DIAGNÓSTICO DOS ATIVOS EXISTENTES E DA CONDIÇÃO PARA CONEXÃO DO NOVO PROJETO 6.1 Considerando a existência de obras, equipamentos e estruturas anteriormente implantados e que poderão ser interligados, integrados ou utilizados para fins de conexão e operação do PROJETO APROVADO, os PARTÍCIPES reconhecem a necessidade de avaliação prévia e detalhada das condições técnicas, estruturais e de funcionalidade dos ativos existentes, de modo a verificar sua aptidão para garantir a plena operacionalidade, a segurança e o desempenho esperado do PROJETO, bem como a compatibilidade com as soluções técnicas previstas, sem prejuízo à eficiência, à continuidade dos serviços e aos resultados pactuados. 6.2 O DESTINATÁRIO deverá apresentar à IMPLANTADORA o diagnóstico técnico, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos anteriores ao prazo previsto para emissão da ordem de serviço, contemplando: a. a identificação e caracterização dos ativos e trechos já executados; b. o estado de conservação, funcionamento e adequação técnica às normas vigentes; c. a compatibilidade e adequação do estado de conservação das estruturas existentes para conexão com as novas obras e equipamentos a serem implantados; eClassificação: Pública d. identificação de eventuais vícios, falhas, deteriorações, pendências, limitações ou outros riscos ou não conformidades que possam comprometer a integração entre as etapas, com o correspondente plano de ação para intervenções de solução de não conformidades, ficando estabelecido que as correções necessárias deverão estar integralmente concluídas até o término das obras contratadas pela IMPLANTADORA. 6.3 A IMPLANTADORA somente dará prosseguimento às etapas de implantação após o recebimento do diagnóstico, podendo solicitar complementações ou esclarecimentos, quando entender necessário: a. Verificada a inexistência de não conformidades, pendências ou restrições técnicas, a integração será executada conforme o planejamento do empreendimento; e b. Identificadas não conformidades, pendências ou limitações que possam comprometer a compatibilidade ou segurança operacional do PROJETO APROVADO, o prosseguimento ficará condicionado à apresentação de plano de ação que contemple a integral correção ou saneamento das condições apontadas pelos PARTÍCIPE(S) responsáveis, até o término das obras contratadas pela IMPLANTADORA. 6.4 Fica expressamente pactuado que a IMPLANTADORA não será responsável por vícios, falhas ou deteriorações dos ativos anteriormente implantados, tampouco pelos custos de adequação, substituição ou reparo das estruturas preexistentes, cabendo ao DESTINATÁRIO adotar, sob sua responsabilidade, as providências necessárias para garantir a plena condição de uso e conexão segura com o novo sistema. 6.5 As intervenções para correção das inconformidades serão de responsabilidade do DESTINATÁRIO. Qualquer intervenção pela IMPLANTADORA nos ativos existentes, elencadas no diagnóstico e que venham a ser consideradas imprescindíveis à conexão ou operação do PROJETO APROVADO, deverão ser previamente submetidas à avaliação técnica conjunta e à deliberação do COMITÊ GESTOR, observadas as competências e responsabilidades de cada PARTÍCIPE.Classificação: Pública 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DESCUMPRIMENTOS 7.1. No caso de ocorrer descumprimento das condições previstas nas CLÁUSULAS SEGUNDA e TERCEIRA, caberá à IMPLANTADORA a adoção dos seguintes procedimentos: I. Nos casos de recusa de atendimento aos itens que impliquem no andamento das atividades, a IMPLANTADORA se resguarda o direito de notificar ao COMITÊ GESTOR e aos órgãos de fiscalização pertinentes, destacando o prejuízo ao cumprimento dos termos acordados pelas partes, bem como ao interesse público relacionado ao PROJETO APROVADO em questão; II. Ademais, reputar-se-ão anuídas as condições apresentadas pela IMPLANTADORA, dando-se normal seguimento, tanto quanto possível, às atividades; III.Nos casos em que não seja possível dar-se normal seguimento às atividades, considerar-se-á automaticamente prorrogado o cronograma, relativamente às etapas afetadas, e na proporção em que forem afetadas; IV.A ausência de cooperação do DESTINATÁRIO poderá ensejar, ainda, a critério do COMITÊ GESTOR, a modificação ou o cancelamento da implantação do PROJETO APROVADO, nesses casos, especificamente quando caracterizada a ausência do representante previsto no item 2.1, inciso II, alínea “a”, poderá ser previamente expedida notificação formal à Prefeitura, em tempo razoável, de modo a oportunizar a regularização da pendência e a manutenção do projeto. 7.2. Nos casos de recusa de atendimento aos itens que impliquem no recebimento, parcial ou total, do PROJETO APROVADO, a IMPLANTADORA se resguarda ao direito de adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis que assegurem a solução das pendências, destacando-se que: I. Em nenhuma hipótese a IMPLANTADORA poderá operar e manter as instalações já concluídas; e II. As partes concordam, desde já, que aplicar-se-á, de imediato, o disposto na CLÁUSULA SEGUNDA, §1º, liberando-se a IMPLANTADORA, nos termos ali dispostos. 8. CLÁUSULA OITAVA– DOS ENCARGOS Para execução do objeto do presente instrumento não haverá quaisquer repasses financeiros entre os PARTÍCIPES, cabendo a cada um custear as ações e providências que, direta ou indiretamente, estejam a seu cargo.Classificação: Pública 9. CLÁUSULA NONA– DO PRAZO 9.1. O presente instrumento tem início a partir da data de sua assinatura, com duração até o encerramento da elaboração projeto e das obras de implantação do PROJETO APROVADO referido na cláusula primeira, podendo ser prorrogado por iniciativa de todos os PARTÍCIPES, mediante celebração de Termo Aditivo ao presente instrumento. 9.2. O encerramento deste instrumento, no entanto, não afetará ou limitará qualquer direito ou responsabilidade que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após o encerramento, ou que dele decorra. 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO PESSOAL E DAS RESPONSABILIDADES 10.1. Cada partícipe será responsável pelo pessoal que utilizar na execução do objeto deste Termo de Cooperação, o qual lhe será diretamente vinculado e subordinado, bem como responderá pelos atos praticados por seu pessoal perante terceiros em decorrência deste instrumento. 10.2. O disposto neste Termo não poderá ser interpretado como um consórcio, parceria, ou qualquer outra forma associativa para condução de negócios; ademais, a execução dos serviços vinculados ao objeto desta parceria não acarretará a solidariedade direta, solidária ou subsidiária entre as partes, bem como não constituirá vínculo funcional empregatício ou ensejará a responsabilidade pelo pagamento de encargos civis, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, assistenciais ou outros de qualquer natureza. 10.3. Cada PARTÍCIPE se responsabilizará pelos danos diretos que porventura venham a ser causados, dolosa ou culposamente, por seus empregados ou prepostos, ao patrimônio da outra parte ou de terceiros, quando da execução dos serviços previstos neste instrumento. 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES Sempre que necessário, este instrumento poderá ser alterado de comum acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, observada a governança do tema perante os Fundos Regionais e demais prescrições da Lei 14.182/21, da Lei nº 13.019/2014 e seus Decretos regulamentadores.Classificação: Pública 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS AÇÕES PROMOCIONAIS 12.1. A divulgação de ações, resultados ou qualquer material decorrente deste instrumento deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, sendo vedada, nos termos do art. 37, §1º da Constituição Federal, a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos. 12.2. Toda e qualquer divulgação das ações e resultados advindos deste instrumento por parte da IMPLANTADORA e do DESTINATÁRIO, ou com seu consentimento, deverá observar as normas eventualmente aplicáveis, inclusive as de cunho eleitoral. 12.3. Ademais, qualquer citação ou vinculação do nome ou da marca da IMPLANTADORA, da AXIA Energia ou de outras Companhias do Grupo deve ser prévia e expressamente aprovada pela IMPLANTADORA, sob pena de responsabilidade da divulgadora, nos termos da CLÁUSULA 10, acima. 12.4. O modelo da Placa da Obra será fornecido pela IMPLANTADORA e seguirá o padrão aprovado pelo Comitê Gestor do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias dos

Rios São Francisco e Parnaíba. 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA PUBLICAÇÃO O DESTINATÁRIO providenciará a publicação deste instrumento, na forma da legislação específica que o rege. 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS 14.1. Em atendimento à Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, ao realizar quaisquer atividades relacionadas à execução deste Termo, as Partes deverão observar as disposições legais de proteção de dados pessoais, comprometendo-se a proteger e tratar os dados coletados de forma estrita e necessária para o cumprimento deste Termo. 14.2. As partes são solidariamente responsáveis por quaisquer incidentes de segurança da informação, nos termos da legislação vigente, mas a parte afetada reserva-se o direito de regresso contra a outra parte, caso fique comprovado um dano que a parte afetada não foi a causadora do evento. 14.3. As partes obrigam-se, por meio deste instrumento, a: I. Tratar e utilizar os dados pessoais coletados para as finalidades a que se destinam, mantendo-os registrados, organizados, conservados e disponíveis para consulta;Classificação: Pública II. Assegurar o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição e portabilidade; III. Compartilhar os dados apenas e nos casos em que o titular dos mesmos tenha dado consentimento para tanto, ou nos casos permitidos pela legislação aplicável; IV. Tratar os dados de forma compatível com as finalidades para as quais foram coletados e pelo menor número possível de pessoas, sendo que estas devem ser identificadas por plano; V. Manter os dados apenas pelo período necessário à execução das finalidades deste Termo ou pelo período necessário ao cumprimento de qualquer obrigação legal, assegurando sua efetiva confidencialidade; VI. Implementar medidas técnicas e administrativas necessárias à proteção dos dados contra alteração, perda, ou mesmo disseminação, acesso ou destruição não autorizados - acidental ou intencionalmente - e contra qualquer outra forma de processamento ilícito; VII. Informar a outra Parte em até 72 horas se houver qualquer incidente de segurança ou suspeita envolvendo quaisquer dados pessoais, prestando toda a colaboração necessária em qualquer investigação que venha a ser realizada. A notificação de incidente de segurança deverá conter, no mínimo, as informações solicitadas para comunicação de incidente de segurança pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados. A AXIA Energia deverá ser contatada pelo e-mail dpo@axia.com.br. O município de Itamonte deverá ser contado pelo e-mail segov@itamonte.mg.gov.br; e VIII. Assegurar que todos os indivíduos que venham a ter acesso a dados pessoais no âmbito do presente instrumento cumpram as disposições legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, não transferindo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem os utilizando para quaisquer finalidades que não aquelas estritamente consentidas pelos respectivos titulares. 14.4. Os Dados Pessoais devem ser mantidos pelo DESTINATÁRIO somente pelo período em que forem necessários para atingimento das finalidades legítimas da relação existente entre as Partes, deste Instrumento e dos termos de uso firmados com o Titular, incluindo finalidades relativas ao cumprimento de obrigações legais e regulatórias ou relativas a processos administrativos, judiciais ou arbitrais. Comprometendo-se as Partes, a eliminar, anonimizar e/ou bloquear o acesso às informações, que tiverem sido compartilhadas em decorrência deste Termo, estendendo-se a eventuais cópias, em caráter definitivo.Classificação: Pública 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ÉTICA E TRANSPARÊNCIA 15.1. As Partes se comprometem a cumprir as disposições abaixo relacionadas, sob as penas previstas neste TERMO, fazendo com que suas disposições também sejam observadas e cumpridas por todos os seus diretores, empregados, prepostos ou qualquer pessoa agindo em seu nome alocados (inclusive subcontratados): I. Respeitar e promover a diversidade, abstendo-se de todas as formas de preconceito e discriminação; II. Respeitar a liberdade de associação; III. Respeitar os direitos sociais e trabalhistas previstos nas normas legais brasileiras e internacionais relativas ao trabalho, abstendo-se do uso da mão de obra infantil, de condições análogas à escravidão ou de jornadas exaustivas, adotando medidas de proteção à segurança, à saúde no ambiente de trabalho e a um ambiente digno de trabalho; IV. Apoiar de forma efetiva a erradicação da exploração sexual, assim como coibir o assédio sexual e moral em sua força de trabalho; V. Adotar medidas de combate à prática de lavagem de dinheiro e à corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina, incluindo, mas não se limitando, no que for aplicável, a Lei nº 12.846/13 - "Lei Anticorrupção", o U.S. Foreign Corrupt Practices Act, Sapin II e UK Bribery Act, a Lei nº 12.683/12 - "Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo", a Lei nº 12.529/2011 - Lei de Defesa da Concorrência "Antitruste"); e VI. Proteger e preservar o meio ambiente, bem como prevenir quaisquer práticas que possam lhe causar danos, executando seus serviços em estrita observância às normas legais e regulamentares, federais, estaduais ou municipais, aplicáveis ao assunto, incluindo, mas não se limitando à: a) Lei nº 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente; b) Lei nº 9.605/1998, a chamada "Lei dos Crimes Ambientais"; e c) Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assim como as demais normas relacionadas ao gerenciamento, ao manuseio e ao descarte adequado dos resíduos sólidos resultantes de suas atividades, privilegiando todas as formas de reuso, reciclagem e de descarte adequado, de acordo com as normas antes mencionadas. 15.2. Quando autorizada a execução de terceiros para o desempenho de atividades relacionadas ao objeto deste Termo, o PARTÍCIPE fará constar do TERMO, o repasse das obrigações as cláusulas acima.Classificação: Pública 15.3. As Partes são responsáveis por conhecer e cumprir seus respectivos Códigos de Conduta e Políticas de Compliance, cuidando para que suas disposições sejam observadas no que couber, durante todo o relacionamento (negociação, período de vigência e término). 15.4. As Partes declaram ter conhecimento do Canal de Denúncias da AXIA ENERGIA com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana através do telefone 0800 721 9885, bem como através do link: https://www.axia.com.br/esg/programa-de-compliance, e Canal de Denúncias do município, através da ouvidoria municipal à partir do número 35-99265-0170, ambos com garantia de anonimato e não retaliação, e se comprometem em divulgá-los para todos os seus administradores, empregados e terceiros que atuarem na execução do objeto deste Termo e do Contrato Definitivo, orientandoos a fazer uso em qualquer situação que reflita suspeita de violação ou conflito de interesses aos termos deste Instrumento Jurídico, do Código de Conduta da Axia Energia, Município de Itamonte ou da legislação aplicável. 15.5. Adicionalmente, os PARTÍCIPES declaram e garantem que: I. Mantém livros, registros, contas e documentos financeiros e contábeis organizados e que reflitam suas operações, garantindo que todas as suas transações sejam devidamente registradas; II. Comprometem-se a informar a outra PARTE, de imediato, por escrito, contados da ciência da investigação por órgãos públicos, em casos de violação à legislação, regulamentos e normas anticorrupção, informados nesta seção; III. Não estão registradas em quaisquer listas de sanções nacionais ou estrangeiras e não conduzem operações em países com embargo comercial ou com entidades sancionadas; IV. Prestarão informações, na data de assinatura e durante o prazo de vigência deste TERMO, quanto a situações de real ou potencial conflitos de interesses; e V. Prestarão esclarecimentos e responderão diligências, com as devidas evidências, solicitadas pela outra PARTE, até o término do presente TERMO. 15.6. O presente TERMO pode ser rescindido, sem prejuízo da obrigação de reparar o dano causado por iniciativa das Partes, em quaisquer situações que seja comprovado o envolvimento da parte infratora em atividades que violem as diretrizes dispostas nesta seção, Programa de Compliance ou Código de Conduta de uma das Partes, condicionada à prévia manifestação da Parte Lesada e respectivo direito de resposta da Parte Infratora, inclusive no caso desta praticar atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, o que poderá ser passível de indenização regressiva devidamente apurada dentro do processo legal, com decisão transitada em julgado, sem prejuízo ao contraditório e ampla defesa, em caso de responsabilização da outra empresa, por ato da infratora no âmbito deste TERMO.Classificação: Pública 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO Fica eleito o foro de Itamonte/MG para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Brasília/DF, Pela AXIA
Energia

_____

_____

Pelo Município

_____

Testemunhas

_____

_____

Publicado por:
Luciano s S Silva
Código Identificador:30243993

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

HOMOLOGAÇÃO: O Prefeito do Município de Jequitinhonha/MG, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o art. 43, VI da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, **HOMOLOGA** em 14/09/2026 o Resultado do Processo Licitatório: N.º 050/2026, Modalidade Pregão Nº 018/2026 para o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Publicação de normas, atos institucionais e administrativos de interesse da Prefeitura Municipal de Jequitinhonha, em Jornal de Grande Circulação do Estado de Minas Gerais e no Diário Oficial da União, para a empresa VORTION PUBLICIDADE LTDA - CNPJ: 29.325.126/0001-18, com valor global de R$ 84.600,00 (oitenta e quatro mil e seiscentos reais).

NILO BARBUDA SOUTO /
Prefeito de Jequitinhonha.

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:D6FA4FEF

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE ATA PARA PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Jequitinhonha/MG, através da Comissão de Licitação de Pregão, vem publicar o extrato da ata de habilitação e julgamento de propostas referente ao Processo Licitatório nº. 042/2026 – Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 013/2026, Objeto: Contratação de empresa especializada para cessão de direto de uso de plataforma digital voltada à administração acadêmica e de serviços complementares, incluindo implantação, migração de dados, parametrizações, treinamento, garantia de atualização legal, atualização tecnológica, suporte técnico e disponibilização da solução em datacenter externo certificado, para atendimento das demandas de gestão da rede Municipal de ensino do Município de Jequitinhonha/MG, tendo a seguinte Apuração final abaixo:

LOTE	EMPRESA	ITEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
01	CONSULTE INFORMÁTICA LTDA - CNPJ: 71.139.240/0001-10	01	R$ 7.579,00	R$ 90.948,00
		02	R$ 195,70	R$ 19.570,00

Jequitinhonha/MG, 14 de setembro de 2026

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:D404FDFA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO: nº021/2025
Processo Licitatório nº 043/2025. Objeto Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material, insumos e equipamentos de saúde bucal, que será destinado ao uso nos consultórios odontológicos do centro de especialidades odontológicas e das unidades básicas de saúde da prefeitura municipal de Jequitinhonha/MG. Firmam o primeiro Termo Aditivo de prorrogação de prazo. O prazo de vigência estabelecido na ARP n° 137/2025, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 23/09/2026 e término em 22/09/2027.

Jequitinhonha/MG, 14 de setembro de 2026.

THATIANE FERNANDES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:FA7A7400

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO: nº021/2025
Processo Licitatório nº 043/2025. Objeto Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material, insumos e equipamentos de saúde bucal, que será destinado ao uso nos consultórios odontológicos do centro de especialidades odontológicas e das unidades básicas de saúde da prefeitura municipal de Jequitinhonha/MG. Firmam o primeiro Termo Aditivo de prorrogação de prazo. O prazo de vigência estabelecido na ARP n° 146/2025, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 23/09/2026 e término em 22/09/2027.

Jequitinhonha/MG, 14 de setembro de 2026.

THATIANE FERNANDES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:265827A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO: nº021/2025
Processo Licitatório nº 043/2025. Objeto Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material, insumos e equipamentos de saúde bucal, que será destinado ao uso nos consultórios odontológicos do centro de especialidades odontológicas e das unidades básicas de saúde da prefeitura municipal de Jequitinhonha/MG. Firmam o primeiro Termo Aditivo de prorrogação de prazo. O prazo de vigência estabelecido na ARP n° 128/2025, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 23/09/2026 e término em 22/09/2027.

Jequitinhonha/MG, 14 de setembro de 2026.

THATIANE FERNANDES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:C35632DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO: nº021/2025
Processo Licitatório nº 043/2025. Objeto Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material, insumos e equipamentos de saúde bucal, que será destinado ao uso nos consultórios odontológicos do centro de especialidades odontológicas e das unidades básicas de saúde da prefeitura municipal de Jequitinhonha/MG. Firmam o primeiro Termo Aditivo de prorrogação de prazo. O prazo de vigência estabelecido na ARP n° 131/2025, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 24/09/2026 e término em 23/09/2027.

Jequitinhonha/MG, 14 de setembro de 2026.

THATIANE FERNANDES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:9F96E156

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº026/2025
Processo Licitatório nº 051/2025. Objeto Registro de Preços para futura e eventual Contratação de serviços de arbitragem de todas as atividades esportivas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, tendo em vista a necessidade de promover os eventos esportivos no município de Jequitinhonha/MG. Firmam o primeiro Termo Aditivo de prorrogação de prazo. O prazo de vigência estabelecido na ARP n° 125/2025, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 17/09/2026 e término em 16/09/2027.

Jequitinhonha/MG, 14 de setembro de 2026.

THATIANE FERNANDES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:DCAEA7F6

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO: nº021/2025
Processo Licitatório nº 043/2025. Objeto Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material, insumos e equipamentos de saúde bucal, que será destinado ao uso nos consultórios odontológicos do centro de especialidades odontológicas e das unidades básicas de saúde da prefeitura municipal de Jequitinhonha/MG. Firmam o primeiro Termo Aditivo de prorrogação de prazo. O prazo de vigência estabelecido na ARP n° 143/2025, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 23/09/2026 e término em 22/09/2027.

Jequitinhonha/MG, 14 de setembro de 2026.

THATIANE FERNANDES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:B6641234

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO: nº021/2025
Processo Licitatório nº 043/2025. Objeto Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material, insumos e equipamentos de saúde bucal, que será destinado ao uso nos consultórios odontológicos do centro de especialidades odontológicas e das unidades básicas de saúde da prefeitura municipal de Jequitinhonha/MG. Firmam o primeiro Termo Aditivo de prorrogação de prazo. O prazo de vigência estabelecido na ARP n° 133/2025, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 23/09/2026 e término em 22/09/2027.

Jequitinhonha/MG, 14 de setembro de 2026.

THATIANE FERNANDES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Thatiane Fernandes Dos Santos
Código Identificador:248667AF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
EDITAL DE LEILÃO ONLINE 03/2026

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO ON-LINE 003/2026
OBJETO: Leilão Público de bens imóveis inservíveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa, que será realizado dia 13 de outubro de 2026, às 09:00 horas, através do site www.danielgarcialeiloes.com.br.
Informações e edital no site www.danielgarcialeiloes.com.br e www.lagoaformosa.mg.gov.br

Lagoa Formosa-MG, 14 de setembro de 2026.

JOSE WILSON AMORIM.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bruna Cristina Lima Oliveira
Código Identificador:F830AE5B

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG
EXTRATO CONTRATO 140/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA/MG
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO EXTERNA 015/2026
Torna-se público a adesão a Ata de Registro de Preços nº 015/2026, Ata de Registro de Preços: 1071/2025, do Consórcio Público Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba-ICISMEP, decorrente do Pregão Eletrônico nº 038/2025 cujo objeto Registro de Preço para futura e eventual aquisição de equipamentos médicos hospitalares, incluindo a instalação, com os devidos laudos de calibração, além do fornecimento dos acessórios para funcionamento individual de cada tecnologia, conforme especificações do termo de referência. Fornecedor MHEDICA SERVICE COMERCIO E MANUTENÇÃO LTDA, CNPJ: 08.245.855/0001-94, Contrato 140/2026, no valor de R$ 58.024,90 (cinquenta e oito mil vinte e quatro reais e noventa centavos), validade 14/09/2026 a 14/09/2027. Maiores informações disponíveis no site: www.lagoaformosa.mg.gov.br.

Lagoa Formosa, 14 de setembro de 2026

JOSÉ WILSON AMORIM –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Melo Braga
Código Identificador:9392F57E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA
EXTRATO DE CONTRATO MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA/MG – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2026 – PROCESSO Nº 246/2026

MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA/MG – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2026 – PROCESSO Nº 246/2026. Contratada: VECCI CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ nº 53.275.036/0001-44. Objeto: execução de serviços de manutenção, reparos e conservação de vias públicas, incluindo recapeamento asfáltico em CBUQ, sinalização e tapa-buracos. Valor: R$ 1.073.781,21. Vigência: 06 (seis) meses. Execução: 03 (três) meses a partir da Ordem de Serviço. Origem: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 003/2026 do CIMGEP.

Contratante:
NIVALDO RODRIGUES DE CARVALHO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Romario de Sousa Ricardo
Código Identificador:03114437

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
EXTRATO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2026
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 22/2026

À Prefeitura Municipal De Maria Da Fé, através do seu Departamento de Licitações, pela presente torna público acima identificada, cujo processo e julgamento será realizado por **Modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 022/2026, CHAMADA PÚBLICA Nº 22/2026, que será processada e julgada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021**, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
A presente licitação tem como objeto Credenciamento Eletrônico de empresas prestadoras de serviços de locação de 02 (dois) veículos usados, caminhão basculantes, com capacidade mínima de transporte de 20 toneladas, para transporte de brita e cascalho britado da mineração situada a cerca de 20 kg de distância até os bairros rurais deste Município de Maria da Fé, MG, sendo a previsão de 3.000 toneladas de materiais, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Vias Públicas, conforme documentos DFD, ETP anexos, que fazem parte integrante do Edital, no valor em torno de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ENCAMINHAMENTOS

DIA/HORÁRIOS:
O presente Edital estará aberto para Credenciamento **das 08:00 HS de 14/09/2026 às 17:00 horas de 28/09/2026**, conforme determina o § 5º do art. 36 do Decreto Municipal nº 4.366/2022.

LOCAL: www.bnc.org.br "Acesso Identificado".

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Praça Getúlio Vargas, nº 60, Bairro Centro, Maria da Fé, MG, CEP. 37.517-000.
Agente de Contratação: Adv. º Carlos Alberto Lemes – Portaria nº 03/2024;
E-mail: licitação@mariadafe.mg.gov.br

O Edital na integra encontra-se no site oficial da Prefeitura – www.mariadafe.mg.gov.br

ADVº CARLOS ALBERTO LEMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:248A042D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO VERDE
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. º 30/2026

O Município de Mato Verde – MG, torna público para o conhecimento dos interessados que realizará o Pregão Eletrônico SRP nº 30/2026, tipo menor preço por item, objetivando o registro de preços para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, LANCHES PREPARADOS, PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E DOCES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MUNICIPIO. Data da sessão pública: 30/09/2026 às 09:00 horas (Horário de Brasília – DF). Endereço eletrônico da disputa: www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital poderá ser solicitado na sede da Prefeitura, pela plataforma eletrônica ou pelo e-mail: matoverdelicitacao@gmail.com -

PEDRO HENRIQUE HORTA FREITAS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Letícia Silva Pereira
Código Identificador:E570C581

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ
ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2025

Ato de Autorização para adesão à Ata de Registro de Preços nº 015/2025
Processo Administrativo nº 85/2026
Interessado: Secretaria de Cultura
Assunto: Autorização para adesão à Ata de Registro de Preços nº **015/2025**
Em atenção à instrução processual e com fundamento no **art. 86 da Lei nº 14.133/2021**, analisados os documentos acostados e considerando:

• A manifestação favorável do setor técnico competente, atestando a **vantajosidade econômica e a adequação da adesão aos interesses públicos**;
• A **disponibilidade orçamentária e financeira**, conforme demonstrado no parecer da unidade de planejamento;
• A **autorização do órgão gerenciador da Ata**, com a anuência formal da empresa fornecedora, garantindo o atendimento da demanda dentro dos prazos e condições estabelecidos;
• A compatibilidade da adesão com o Plano de Contratações e os princípios da economicidade, eficiência e legalidade;

AUTORIZO a adesão do Municipio de Mirai à **Ata de Registro de Preços nº 015/2025** nos quantitativos e condições especificadas no processo. Determino o prosseguimento dos trâmites administrativos para a formalização da contratação, nos termos da legislação vigente. Encaminhe-se ao setor responsável para as providências cabíveis.

Miraí (MG), 01 de setembro de 2026.

ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES
Prefeito de MiraíProcesso Administrativo nº 85/2026
Interessado: Secretaria de Cultura
Assunto: Autorização para adesão à Ata de Registro de Preços nº **015/2025**
Em atenção à instrução processual e com fundamento no **art. 86 da Lei nº 14.133/2021**, analisados os documentos acostados e considerando:

• A manifestação favorável do setor técnico competente, atestando a **vantajosidade econômica e a adequação da adesão aos interesses públicos**;
• A **disponibilidade orçamentária e financeira**, conforme demonstrado no parecer da unidade de planejamento;
• A **autorização do órgão gerenciador da Ata**, com a anuência formal da empresa fornecedora, garantindo o atendimento da demanda dentro dos prazos e condições estabelecidos;
• A compatibilidade da adesão com o Plano de Contratações e os princípios da economicidade, eficiência e legalidade;

AUTORIZO a adesão do Municipio de Mirai à **Ata de Registro de Preços nº 015/2025** nos quantitativos e condições especificadas no processo. Determino o prosseguimento dos trâmites administrativos para a formalização da contratação, nos termos da legislação vigente. Encaminhe-se ao setor responsável para as providências cabíveis.

Miraí (MG), 01 de setembro de 2026.

ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES
Prefeito de Miraí

Publicado por:
Márcia Maria Dos Reis Silva
Código Identificador:112C6B56

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2026

PROCESSO Nº 85/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026

CONTRATANTE: Município de Miraí/MG.

CONTRATADO: Diogo Ferreira Moreira Machado, CNPJ nº 18.854.583/0001-83.

OBJETO: Prestação de serviços especializados de locação, fornecimento, montagem, operação e desmontagem de estruturas, equipamentos e serviços correlatos para realização do evento "Desfile de 7 de setembro", no Município de Miraí/MG, conforme especificações constantes no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços nº 015/2025 e no Ofício nº 290/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: R$ 17.640,00 (dezessete mil, seiscentos e quarenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.2.05.00.12.122.0026.2.0031 – exercício 2026.

DATA DA ASSINATURA: 11 de setembro de 2026.

Miraí/MG, 11 de setembro de 2026.

ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Maria Dos Reis Silva
Código Identificador:071DC519

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORATÓRIOS

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
EXTRATO DE ADESÃO E CONTRATO - PROCESSO 083/2026

EXTRATO DE ADESÃO E CONTRATO – Adesão a Atas de Registro de preços, Processo nº 07.0256.2025.15, Pregão Eletrônico nº 027/2025. Órgão Gerenciador: **Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI, CNPJ: 19.738.706/0001-83**.
Contratante: Prefeitura Municipal de Oratórios - CNPJ: 01.616.836/0001-88.
Processo Licitatório nº **062/2026**, Pregão Eletrônico nº **030/2026,** Adesão **005/2026.**
Contrato n° 128/2026. Empresa contratada: DIGRAPEL DISTRIBUIDORA DE PAPEL E GRÁFICA LTDA EPP, CNPJ: 27 740 877/0001-75, com sede na Rua Corina Caiado França, 20, Coramara, Cachoeiro de Itapemirim/ES, CEP: 29.313-350, representada pelo Sr. Raphael Marinho Moreira, CPF: 109.918.857-16 – Representante Legal. Valor do Contrato: R$ 18.858,20 (dezoito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais, vinte centavos).
Contrato n° 129/2026. Empresa contratada: GRAFIK SERVICOS GRAFICOS LTDA CNPJ: 07.193.034/0001-99, com sede na RUA BAHIA, 731, SANTA EUGENIA, LAGOA DA PRATA/MG CEP: 35591060, neste ato representada pelo Sr. André Vasconcelos - Representante Legal. Valor do Contrato: R$ 51.602,93 (cinquenta e um mil, seiscentos e dois reais e noventa e três centavos).
Contrato n° 130/2026. Empresa contratada: F&R SOLUCOES GRAFICAS LTDA, CNPJ: 46.912.160/0001-08, com sede na Rua Marfim, 560, Pindorama, Belo Horizonte/MG CEP: 30.880-410. neste ato representada pelo Sr. Fabio Daniel Costa – Representante Legal. Valor do Contrato: R$ 10.404,00 (dez mil e quatrocentos e quatro reais)
Contrato n° 131/2026. Empresa contratada: PERFIL SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA, **CNPJ:** 39.685.763/0001-59, com sede na Rua Marcilio Martins, 226, Parque Joao Maria, Campos Dos Goytacazes/RJ. **CEP:** 28027400, neste ato representada pela Sra. Nathalia da Silva Gomes Coutinho, CPF: 126.832.857-01- Representante Legal. Valor do Contrato: **R$ 176.738,50 (cento e setenta e seis mil, setecentos e trinta e oito reais, cinquenta centavos);**
Contrato n° 132/2026. Empresa contratada: KOPU BRINDES LTDA CNPJ: 20.621.038/0001-99, com sede na Avenida Maria Amelia Ramos, 515, Guaruja, Lages/SC. CEP: 88521154, representada pelo Sr. Vinicius Rodrigues Bitencourt - Representante Legal. Valor do Contrato: R$ 2.203,75 (dois mil, duzentos e três reais e setenta e cinco centavos).
Contrato n° 133/2026. Empresa contratada: R2MG MIDIA GRAFICA LTDA CNPJ: 41.428.778/0001-83, com sede na rua Professor Amaro Xisto de Queiroz, 508, Dom Joaquim, Belo Horizonte/MG. CEP: 31170810, representada pela Sra. Gabriela Maria Silva, CPF: 123.370.656-00 - Representante Legal. Valor do Contrato: R$ 19.840,00 (dezenove mil e oitocentos e quarenta reais).
Objeto: **Registro de Preço futura e eventual contratação de empresas especializadas em serviços gráficos para atender a demanda do Município de Oratórios.**
Dotação Orçamentária:
3.3.90.39.00.2.02.00.04.122.0002.2.0011
3.3.90.39.00.2.03.01.12.122.0015
3.3.90.39.00.2.05.01.10.122.0002.2.0036
Data do Contrato: 15 de setembro de 2026.
DATA DA ATA 26 de novembro de 2025.
VIGÊNCIA – 12 (doze) MESES, contados a partir da data da sua publicação,
podendo ser prorrogado para até 24 (vinte e quatro) MESES. **Adesão a Atas de Registro de preços, Processo nº 07.0256.2025.15, Pregão Eletrônico nº 027/2025.** Órgão Gerenciador: **Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI, CNPJ: 19.738.706/0001-83.**

Publicado por:
Cleide Aparecida Felício
Código Identificador:418B6913

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
DECRETO Nº 4.818, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Convoca a 1ª Conferência Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Paraisópolis.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o inciso XVII, do artigo 13, da Lei nº 2.003, de 06 de dezembro de 2005, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, **DECRETA:**
Art. 1º Fica convocada a **1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, que terá como tema central: **"*Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e a Democracia Participativa*"**.
Parágrafo único - A Conferência Municipal, será realizada no dia 06 de novembro de 2026, das 14h00 às 17h00, no Salão da 3ª Idade, no endereço Rua Governador Benedito Valadares, e será organizada conjuntamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Serviço Municipal de Assistência Social, que fornecerá o apoio necessário para a sua realização.
Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis,aos 14 de setembro de 2026

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

MARY IZAURA CABRAL REZENDE
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:73DB5233

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 003/2026

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica nº 003/2026, firmado entre a Prefeitura Municipal de Paraisópolis e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE na data de 14/09/2026
Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS E O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE. OBJETO: cooperação técnica e institucional entre o Município de Paraisópolis e o SAAE, mediante o compartilhamento de conhecimentos, apoio técnico e colaboração entre os profissionais integrantes de suas respectivas áreas técnicas de engenharia e saneamento, pelo prazo de vigência deste instrumento. DATA DA ASSINATURA: 14/09/2026. VIGÊNCIA: 14/09/2026 a 14/09/2031.

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:E7F49706

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 004/2026

Extrato do Acordo de Cooperação Técnica nº 004/2026, firmado entre a Prefeitura Municipal de Paraisópolis e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE na data de 14/09/2026
Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS E O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE. OBJETO: apoio na instauração, instrução, processamento e conclusão de Processos Administrativos Sancionadores – PAS, destinados à apuração de infrações administrativas praticadas por licitantes ou contratados do SAAE, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo prazo de vigência deste instrumento. DATA DA ASSINATURA: 14/09/2026. VIGÊNCIA: 14/09/2026 a 14/09/2028.

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:C431EEE6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
LEI Nº 3.007, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza concessão de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros, no exercício de 2027, às organizações da sociedade civil que especifica.

O Povo do Município de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprova, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros, no exercício de 2027, às seguintes Organizações da Sociedade Civil, cujos projetos serão selecionados de conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014 e legislação municipal específica:

Asilo São Vicente de Paulo	R$ 127.572,00
Associação Comunitária do Distrito de Costas - ACODIC	R$ 42.901,00
Associação das Ursulinas de Paraisópolis	R$ 81.286,00
Associação de Corredores de Rua de Paraisópolis - ACORPA	R$ 22.579,00
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	R$ 127.572,00
Associação de Promoção Humana Maria Mãe da Igreja	R$ 13.549,00
Associação Desportiva BV2 Futsal	R$ 11.290,00
Associação Recreativa Princesa Isabel Rosa de Ouro	R$ 11.290,00
Associação Resgate Quatro Patas	R$ 59.835,00
Caixa Escolar Adair Moreira – E.M. Conceição Adair Moreira de Almeida Paiva	R$ 3.445,00
Caixa Escolar Erestina de Carvalho Almeida – Creche Municipal Erestina de Carvalho Almeida	R$ 1.242,00
Caixa Escolar Maria Emília – E.M. Maria Emília Gomes de Carvalho	R$ 3.964,00
Caixa Escolar Pe. Sebastião Vieira – E.M. Mons. Sebastião Vieira	R$ 3.952,00
Caixa Escolar Profª. Ana Gomes Ribeiro – E.M. Bueno de Paiva	R$ 5.589,00
Caixa Escolar Profª. Braizina Rezende Ribeiro – E.M. Mons. José Carneiro Pinto	R$ 1.807,00
Conselho Comunitário de Segurança Pública de Paraisópolis - CONSEPP	R$ 22.579,00
Fundação Educacional de Paraisópolis	R$ 121.927,00
Lira Cônego Benedito Profício	R$ 13.549,00
OPIS - Olimpíadas de Paraisópolis de Inverno e Solidariedade	R$ 79.027,00
Sociedade de Educação e Assistência Frei Orestes	R$ 208.856,00
TOTAL	R$ 963.811,00

Parágrafo único. Para transferência de recursos às instituições que participam do Sistema Único de Saúde - SUS é facultada a aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 2º As subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros autorizados no art. 1º, serão concedidos, exclusivamente, a Organizações da Sociedade Civil cujos projetos sejam selecionados e que comprovem prestar serviços essenciais na área de saúde, educação, assistência social, cultura, desporto amador, e que atendam às seguintes condições:
I- Não tenha fins lucrativos;
II- Atenda diretamente à população, de forma gratuita;
III- Comprove regular funcionamento;
IV- Comprove regularidade do mandato de sua diretoria;
V- Possua no mínimo um ano de existência.
Parágrafo único - Na hipótese de a organização especificada no art. 1º não atingir o mínimo de um ano de existência, é facultada a redução desse prazo pelo órgão público, por ato específico.

Art. 3º Os repasses relativos às subvenções, contribuições e auxílios financeiros autorizados nesta lei e consignados na lei orçamentária anual, ficam condicionados a:
I- a existência de recursos orçamentários e financeiros;
II- aprovação do plano de trabalho;
III- celebração de Instrumento de Parceria.

Art. 4º As Organizações da Sociedade Civil beneficiadas com recursos públicos, na forma desta Lei, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, mediante apresentação de prestação de contas ao órgão competente, no prazo estabelecido no Instrumento de Parceria.
Parágrafo único - A prestação de contas deverá comprovar o cumprimento das metas e objetivos do plano de Trabalho.

Art. 5º Como recursos às despesas autorizadas nesta Lei, utilizar-se-ão dotações do orçamento, inclusive decorrentes de créditos adicionais.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis,
aos 14 de setembro de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:BC0D80BB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 414, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede licença sem remuneração.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI e IX da Lei Orgânica Municipal, nos termos do art. 164 da Lei nº 27/1950 - Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, ***RESOLVE,***
Art. 1º Conceder licença sem remuneração, pelo período de 18 (dezoito) meses, a **CLAUDILENE PAIVA DE OLIVEIRA,** reg. nº 4233, servidora pública municipal ocupante do cargo de Ajudante Geral Feminino, constante do Anexo I da Lei Complementar nº 05, de 1º de junho de 1995, com início em 14 de setembro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 14 de setembro de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:48FEE78A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSABÉM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSABÉM
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 023/2026

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Passabém/MG torna público o Processo Administrativo de Contratação nº. 075/2026, Pregão Eletrônico nº. 023/2026.
Aviso de Licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO por LOTE.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS E EQUIPAMENTOS RECREATIVOS, BEM COMO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE PICOLÉS, PIPOCA E ALGODÃO-DOCE, DESTINADOS ÀS FESTIVIDADES INFANTIS PROMOVIDAS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Modo de Disputa: Aberto.
Início do Recebimento as Propostas: 16/09/2026.
Fim do Recebimento das Propostas: até às 08:59 horas de 28/09/2026.
Data de Abertura das Propostas: 28 de setembro de 2026.
Horário de Abertura das Propostas: 09:00 horas.
Referência de Tempo: Horário de Brasília.

E PARAINFORMAÇÕES E CREDNCIAMNETO DEVERÁ CONSULTAR A PÁGINA http://www.passabem.mg.gov.br bem como **Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br).** Edital no site: www.licitardigital.com.br

LUCIANO DE SÁ MADUREIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ricardo José de Oliveira
Código Identificador:316B82F3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

CORREGEDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 14.604/2026

PORTARIA Nº. 14.604/2026

Dispõe sobre prorrogação de prazo para conclusão de Sindicância Administrativa.

O Prefeito Municipal de Patrocínio, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que lhe faculta a Lei Complementar Municipal n°. 060/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município
Considerando, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, é admitida a prorrogação do prazo para conclusão de sindicâncias quando demonstrada a necessidade;
Considerando, a fundamentação do pedido de prorrogação de prazo apresentado pela Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;
RESOLVE

Art. 1º. – Prorrogar o prazo para a conclusão da Sindicância Administrativa n°. 009/2026, instaurada através da Portaria n°. 14.524/2026.
Art. 2º. – Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Patrocínio MG, 02 de setembro de 2026

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:480C10D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PROCESSO Nº: 137/2025 MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA EDITAL Nº: 3/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Processo nº: 137/2025
Modalidade: Concorrência Pública
Edital nº: 3/2025
Tipo: Técnica e Preço

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PUBLICIDADE VISANDO A ELABORAÇÃO DE PROJETOS E CAMPANHAS DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.468.033/0001-26, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Gustavo Tambelini Brasileiro.

CONTRATADA: LIGRE PROPAGANDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.600.564/0001-77.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS

1.1 O presente Termo Aditivo tem como fundamento legal o art. 124, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão da necessidade de acréscimo quantitativo do objeto contratado, visando atender às necessidades da Administração Pública Municipal.

1.2 O acréscimo quantitativo ora formalizado observa os limites e condições estabelecidos pela legislação aplicável, permanecendo inalterados os valores unitários originalmente contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 O valor inicial do contrato é de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

2.2 Considerando a necessidade de acréscimo quantitativo dos serviços contratados, o presente Termo Aditivo prevê o acréscimo de R$ 361.480,30 (trezentos e sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta reais e trinta centavos), correspondente a 24,10% do valor contratual, decorrente da estimativa de gastos de R$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais), apresentada pela Secretaria Municipal de Comunicação e Imprensa, e o saldo contratual remanescente de R$ 214.157,44 (duzentos e quatorze mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

2.3 Em decorrência do presente Termo Aditivo, o valor global do contrato passa de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para R$ 1.861.480,30 (um milhão, oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta reais e trinta centavos).

2.4 O acréscimo objeto deste Termo Aditivo produzirá efeitos financeiros a partir da data de assinatura deste instrumento, observada a correspondente disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02.01.03.01.04.122.0009.00.2.010.3.3.90.68.001500 – Serviço de Publicidade e Propaganda

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 O presente Termo Aditivo será publicado na forma e nos termos exigidos pela legislação vigente.

E, por estarem justos e pactuados, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Patrocínio/MG, 11 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO-MG
Contratante

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:ABC50DF0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ

MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/26

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ – Publica a Concorrência Eletrônica Nº 003/26 – Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de obras e serviços, fornecimento e instalação de biodigestor capacidade de 600 litros para atender as demandas de melhorias sanitárias na zona rural do Município de Patrocínio do Muriaé, conforme projeto aprovado junto a FUNASA Convênio Federal nº 854985/2017. Tipo de Julgamento: Menor Preço Global. Recebimento das propostas até às 08h50min do dia 29/09/2026. Início da Sessão: 29/09/26 às 09h00min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares pelo 0800 032 1233 – Ramal 3008 ou e-mail: licitacao3@patrociniodomuriae.mg.gov.br. Edital disponível a partir de 15/09/2026.

GOLDSTEIN AGOSTINI DA MATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviane Avila Ferreira
Código Identificador:4C6FDC74

MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/26

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO DO MURIAÉ – Publica a Concorrência Eletrônica Nº 004/26 – Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de calçamento em bloquete sextavado na zona rural do município de Patrocínio do Muriaé- MG, denominado Morro do Gato - Convênio Estadual SEINFRA nº 1301002620/2026. Tipo de Julgamento: Menor Preço Global. Recebimento das propostas até às 08h50min do dia 30/09/2026. Início da Sessão: 30/09/26 às 09h00min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares pelo 0800 032 1233 – Ramal 3008 ou e-mail: licitacao3@patrociniodomuriae.mg.gov.br. Edital disponível a partir de 16/09/2026.

GOLDSTEIN AGOSTINI DA MATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flaviane Avila Ferreira
Código Identificador:BD46B568

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 093/2025

A PREFEITURA DE PEDRA AZUL/MG torna-se publica o **1º Termo Aditivo** de prazo com **Vigência: 08/05/2026 à 08/11/2026** ao contrato **Nº 093/2025**, respaldado pelo resultado do Processo Administrativo nº **046/2025**, Concorrência **08/2025**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA AV. TRÊS/INTERVENÇÕES DE QUALIFICAÇÃO VIÁRIA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE PEDRA AZUL/MG. CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 946513/2023/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA ECON. FEDERAL** empresa: **EMPRESA FERREIRA & VIANA LTDA CNPJ/MF N. 66.417.668/0001-47,** permanecendo as demais clausulas inalteradas. Pedra Azul/MG, Marcio Ferreira Souto, 08/05/2026.

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Renato Dias de Melo
Código Identificador:708AD4B8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA. CONTRATADA: TR TURISMO LTDA OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de transportes de passageiros, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretariais e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Pedra Dourada – MG. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 049/2026 ASSINATURA: 08/09/2026. VIGÊNCIA: 08/09/2026 A 08/09/2027.

PEDRA DOURADA/MG, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

IGOR VAZ CARRARA DA CRUZ –
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Publicado por:
Igor Vaz Carrara da Cruz
Código Identificador:4F34CCFD

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA. CONTRATADA: GTL COMERCIO DE VEICULOS OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de 01 (um) veículo do tipo VAN, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra Dourada – MG nos termos do CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261000162/2026/SEE. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

044/2026 ASSINATURA: 08/09/2026. VIGÊNCIA: 08/09/2026 A 08/01/2027.

PEDRA DOURADA/MG, 14 DE SETEMBRO DE 2026.

IGOR VAZ CARRARA DA CRUZ –
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Publicado por:
Igor Vaz Carrara da Cruz
Código Identificador:73BB38F5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTÓPOLIS
EXTRATO DE CREDENCIADOS

EXTRATO DE CREDENCIADOS

CREDENCIAMENTO Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 066/2026
INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO Nº 018/2026

O MUNICIPIO DE PINTÓPOLIS/MG torna público, para conhecimento das Secretarias e órgão municipais, e demais interessados, o resultado do Credenciamento nº 06/2026, como segue: **OBJETO:CREDENCIAMENTO DE PESSOA FISÍCA E JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERAPÊUTICOS ESPECIALIZADOS, COMPREENDENDO NEUROMODULAÇÃO POR ESTIMULAÇÃO TRANSCRANIANA POR CORRENTE CONTÍNUA (tDCS) + FIOTERAPIA ESPECIALIZADA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTE EM CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA E ACOMPANHAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE RESPONSÁVEIS**.

CREDENCIADO:

TOPFISIO SERVIÇO EM REABILITAÇÃO LIMITADA
CNPJ: 51.660.750/0001-20

Pintopolis mg 14 de Setembro de 2026.

KLEITON GOMES DE BRITO
Agente de Contratação

Publicado por:
Kleiton Gomes de Brito
Código Identificador:58422AA6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINTÓPOLIS
RATIFICAÇÃO

RATIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 066/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026
CREDENCIAMENTO Nº 06/2026

OBJETO: Credenciamento de pessoa fisíca e jurídica especializada para prestação de serviços terapêuticos especializados, compreendendo neuromodulação por estimulação transcraniana por corrente contínua (tdcs) + fioterapia especializada, destinados ao atendimento de paciente em cumprimento de determinação judicial, conforme prescrição médica e acompanhamento dos profissionais de saúde responsáveis.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PINTÓPOLIS - MG, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, em conformidade com a Lei 14.133/2021, **RATIFICA** o termo de credenciamento e autoriza a contratação conforme a seguir:

CREDENCIADA: **TOPFISIO SERVIÇO EM REABILITAÇÃO LIMITADA CNPJ: 51.660.750/0001-20**

Item	Descrição	Unid	Quant. estimada	V. Sessão	Total
01	Prestação de serviços de fisioterapia especializada com neuromodulação, conforme prescrição médica e necessidade terapêutica do paciente	Sessão	240	R$ 854,00	R$ 204.960,00

Valor Global: **R$ 204.960,00 (Duzentos e quatro mil, novecentos e sessenta reais).**
Publique-se.

Pintópolis/MG, 14 de setembro de 2026.

ELTON CARLOS JOSÉ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Kleiton Gomes de Brito
Código Identificador:C31249E5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
AVISO DE LICITAÇÃO. PRC 258/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 059/2026

Aviso de Licitação. PRC 258/2026 Inexigibilidade nº 059/2026 - A Prefeitura Municipal de Ponte Nova - MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que estará realizando a licitação, Inexigibilidade nº 059/2026, conforme a seguir:

PROCESSO 258/2026 – Inexigibilidade Nº 059/2026 – Credenciamento para contratação de estabelecimentos de saúde para realização de serviços de fisioterapia motora e respiratória - Data: A partir de 21/09/2026 - Protocolo da Documentação: Requerimento no Sistema Eletrônico oficial do município de Ponte Nova "1Doc" pelo link: https://atendimento.pontenova.mg.gov.br/b.php?pg=o/wp.

SANDRA HELENA DE CARVALHO LANA.
Agente de Contratação

Informações gerais e obtenção dos Editais pelo telefone: [31] 3819-5454, ramais 1046 ou 1048, no horário de 12h00 às 18h00. Obtenção da integra dos Editais: licitacao@pontenova.mg.gov.br ou no endereço www.pontenova.mg.gov.br

Publicado por:
Sandra Helena de Carvalho Lana
Código Identificador:468D623E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
AVISO DE LICITAÇÃO. PRC Nº 260/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 085/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA - MG. Aviso de Licitação. PRC Nº 260/2026 - Pregão Eletrônico Nº 085/2026 - A Prefeitura Municipal de Ponte Nova - MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que estará realizando a licitação, Pregão na forma eletrônica, conforme a seguir:
PROCESSO Nº 260/2026 – Pregão Eletrônico Nº 085/2026 – Data: 01/10/2026 às 09:00. Contratação de estabelecimento de saúde para atendimento multidisciplinar a pessoas com TEA, deficiência intelectual, TDAH e outros transtornos do neurodesenvolvimento no Município de Ponte Nova. Isabella Gomides de Magalhães. (Pregoeira).
Informações gerais e obtenção dos Editais pelo telefone: [31] 3819-5454, ramais 1045/1046/1047/1048, no horário de 12h00 às 18h00. Obtenção da integra dos Editais à Avenida Caetano Marinho, 306 - Centro, Ponte Nova - MG, CEP 35.430-001, no endereço www.pontenova.mg.gov.br e no https://licitar.digital.

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:F53AF62B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO14.966

DECRETO Nº 14.966/2026

Estabiliza os servidores ocupantes de cargos efetivos.

O Prefeito Municipal de Ponte Nova usando de suas atribuições,

CONSIDERANDO:

1 – A norma contida no art. 41 da Constituição Federal da República; e art.23 da Lei Municipal 1.522/1990.
2 – O conteúdo da Lei 4.526 de 2021 que dispõe sobre a Avaliação Especial de Desempenho dos servidores públicos em estágio probatório integrantes do Quadro Geral do Poder Executivo Municipal e dá outras providências- Artigo 14 inciso I.

RESOLVE:

Art.1o Consoante o exposto, passam a condição de estáveis, os servidores públicos ocupantes de cargos de provimentos efetivos abaixos nominados:

NOME	CARGO
DIEGO ANTUNES RIBEIRO TRIUNFO	SERVENTE DE LIMPEZA
EDIRLEIA APARECIDA DA SILVA ROMÃO	SERVENTE DE LIMPEZA
GIRLAINE DE PAULA TOMAZ SOUZA	SERVENTE DE LIMPEZA
MARA ISA VITOR ALVES DE ALMEIDA	SERVENTE DE LIMPEZA
NAYARA CASTRO DE OLIVEIRA	SERVENTE DE LIMPEZA
SIDNEI DE ANDRADE MACIEL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO I

Art.**2o** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art**. 3o** Revogam-se as disposições em contrário.

Ponte Nova,11 de setembro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

GEISA GRAZIELA TAVARES
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:F4AF9567

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO14967

DECRETO No 14.967/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1o Designar Fernanda de Magalhães Ribeiro, Secretária Municipal de Governo, para substituir interinamente, Lazinier Serrano Gonçalves, Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, durante o período de férias de 15/09/2026 a 24/09/2026.
Art. 2o Este Decreto entra em vigor a partir de 15 de setembro de 2026.
Art. 3o Revogam-se disposições contrárias.

Ponte Nova,11 de setembro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:FAD4CAA6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO

Extrato do Termo de Fomento n° 046/2026. TERMO DE FOMENTO N° 046/2026, decorrente do procedimento administrativo n° 763/2026 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PONTE NOVA/MG e a organização da sociedade a Academia de Letras, Ciências e Artes de Ponte Nova – ALEPON. Objeto: Transferir recursos originado de emenda orçamentária impositiva no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinados a execução das ações de modernização administrativa, preservação e digitalização do acervo documental, adequação e melhoria na infraestrutura da sede e fortalecimento de ações socioculturais e intercâmbio cultural. A íntegra do Termo de Fomento n° 046/2026 estará disponível para qualquer interessado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ponte Nova e no endereço eletrônico www.pontenova.mg.gov.br.

Ponte Nova, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Camila Monteiro Tavares Sotero
Código Identificador:529D72C6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
LEI4973

LEI Nº 4973/2026
PROJETO DE LEI Nº 4.229/2026

Autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente, visando à inclusão de dotações orçamentárias para a execução do Instrumento 7AAEWN/2026.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente, no valor de R$ 730.522,55 (setecentos e trinta mil quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos), na seguinte classificação orçamentária:
Unidade 02.05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
Sub-Unid. 02.05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
15.451.0007.1350 - INSTRUMENTO 7AAEWN/2026 – PAVIMENTAÇÃO
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações ..... R$ 730.522,55
1.700.000.0000 Outras Transf. Convênios ou Inst. C. da União ..... R$ 584.795,00
2.500.000.000 Recursos não vinculados de Impostos ..... R$ 145.727,55
Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas constantes no artigo 1º desta Lei, correrão à conta das seguintes fontes:
I – do superávit financeiro dos recursos próprios apurado do exercício de 2025, no valor de R$ 145.727,55 (cento e quarenta e cinco mil setecentos e vinte e sete reais e cinquenta e cinco centavos), conforme inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964;
II - do excesso de arrecadação apurado no exercício corrente vinculado à Proposta nº 028008/2026 - Instrumento 7AAEWN/2026, no valor de R$ 584,795,00 (quinhentos e oitenta e quatro mil setecentos e noventa e cinco reais).
Art. 3º Fica autorizada a inclusão do Projeto/Atividade discriminado no art. 1º desta Lei no PPA - Plano Plurianual 2026/2029 (Lei 4.900, de 29.12.2025) e na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026 (Lei Municipal nº 4.856, de 10.07.2025).
Art. 4º Fica autorizada a suplementação das dotações orçamentárias ora criadas via crédito adicional especial objeto da presente Lei, cuja fonte de recurso será qualquer uma das admitidas no art. 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964, até o limite de 20% (vinte por cento).
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova,14 de setembro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

CONSOLAÇÃO DE FREITAS SILVA PAULA
Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

FERNANDA DE MAGALHÃES RIBEIRO
Secretária Municipal de Governo

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:2825D7FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
LEI 4974

LEI Nº 4.974/2026
PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 11/2026

Institui o Banco Municipal de Ração e Utensílios para Proteção de Animais no Município de Ponte Nova e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituído o Banco Municipal de Ração e Utensílios para Proteção de Animais, com finalidade de receber, armazenar e promover a destinação de materiais destinados ao bem-estar animal, como:
I - rações;
II - VETADO;
III - coleiras;
IV - casinhas;
V - cobertores;
VI - recipientes para água e alimentação.
Art. 2º O Banco poderá atender:
I - organizações sem fins lucrativos de proteção animal;
II - famílias em situação de vulnerabilidade que possuam animais;
III - animais abandonados ou comunitários;
IV - protetores independentes, devidamente cadastrados.
Parágrafo único. A distribuição dos materiais observará critérios de necessidade e disponibilidade.
Art. 3º O Banco poderá ser abastecido por meio de recursos do Fundo Municipal do Bem-Estar Animal, bem como mediante doações de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, tais como:
I - recursos arrecadados por meio de campanhas, eventos e ações solidárias;
II - bens, produtos e insumos destinados por clínicas veterinárias, estabelecimentos comerciais, empresas e demais parceiros;
III - contribuições e repasses de associações, fundações e demais organizações sem fins lucrativos.
Art. 4º Compete ao Poder Executivo instituir e administrar o Banco Municipal de Bem-Estar Animal, promover ampla publicidade de sua existência e funcionamento, bem como realizar ou apoiar campanhas de arrecadação destinadas à captação de bens para o atendimento de suas finalidades.
Art. 5º O Poder Público deverá publicar em sua página oficial, de forma acessível a qualquer interessado, informações detalhadas relacionadas a:
I – doações recebidas, com identificação do doador, tipo de bem, quantidade recebida;
II – doações efetuadas, com identificação do beneficiário, tipo de bem e quantidade doada;
III – relatório contendo o inventário de materiais e produtos, com indicação clara do bem e quantidades em estoque.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova ,14 de setembro de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

ALINE ALVES COLOMBARI VIEIRA
Secretária Municipal de Meio Ambiente

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:D59211C6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
TERMO DE FOMENTO N° 46/2026

Termo de Fomento n° 46/2026 que entre si celebram o município de Ponte Nova e a Academia de Letras, Ciências e Artes de Ponte Nova – ALEPON,objetivando a formalização do repasse de emenda parlamentar, conforme Lei n° 4.856/2025.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, inscrita no CNPJ no 23.804.149/00001-29, situada na Av. Caetano Marinho, n° 306, Centro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Cultura e Patrimônio ADMINISTRADOR PÚBLICO da presente parceria, doravante denominado MUNICÍPIO, e a ACADEMIA DE LETRAS, CIÊNCIAS E ARTES DE PONTE NOVA – ALEPON, organização da sociedade civil inscrita no CNPJ sob o no 00.371.947/0001-09, com sede na Rua Cantídio Drumond, no 92, Centro, CEP 35.430-006, Ponte Nova/MG, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Júlio Cezar de Oliveira, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG no M-124.204, inscrito no CPF sob o no 354.567.366-91, residente e domiciliado no Bairro Palmeiras, CEP 35.430-220,Ponte Nova/MG, doravante denominada, O.S.C., e ambos em conjunto denominados PARCEIROS, sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2000, Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal no 11.119/2018, Lei Municipal n° 4.856/2025, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, e demais normas que regulamentam a espécie, em conformidade com o Plano de Trabalho deste instrumento, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Fomento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto transferir e acompanhar a aplicação dos recursos advindos das Emendas Orçamentarias Impositivas, advindas do Vereador Sr. Guilherme Belmiro do Couto na quantia total de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), estinados à execução das ações de modernização administrativa, preservação e digitalização do acervo documental, adequação e melhoria da infraestrutura da sede, fortalecimento de ações socioculturais, intercâmbio e difusão da literatura ponte-novense, conforme determinado pelo Plano de Trabalho apresentado pela O.S.C e indissociável do presente Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES
2.1. O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
2.2. São obrigações da Administração Pública Municipal:
a) Coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar a execução dos serviços prestados pela O.S.C. em decorrência deste Fomento, em seus aspectos qualitativos e quantitativos;
b) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento;
c) Notificar a O.S.C., por escrito, da ocorrência de quaisquer imperfeições ou irregularidades na execução dos serviços decorrentes deste Fomento, fixando prazo para a sua correção;
d) Informar acerca da verificação de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da parceria, opinando pela melhor forma de reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição do objeto;
e) Exigir o cumprimento das cláusulas da parceria e respectivos termos aditivos;
f) Transmitir à O.S.C. os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso
aprovado no Plano de Trabalho;
g) Analisar o Relatório de Execução do Objeto e o Relatório de Execução Financeira;

h) Fornecer, quando requisitados pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria, independente de autorização judicial;
i) Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela O.S.C., bem como notificá-la quando da sua não apresentação no prazo fixado e ainda quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial;
j) Elaborar, quando for o caso, Relatório de Visita in Loco e Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1. Montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) repassados pela EMENDA IMPOSITIVA, com objeto voltado a revitalização do campo de futebol, de acordo com o cumprimento de metas, cronograma de desembolso e as demais condições estabelecidas no Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.
3.2. As despesas com a execução do Termo de Fomento ocorrerão à conta da dotação orçamentária 3.3.50.41.00, Ficha 640, Fonte 1.500.
3.3. É vedado utilizar os recursos da parceria para:
a) finalidade alheia ao objeto da parceria;
b) pagamento de penalidades, tais como multas e juros;
c) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas
em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.
3.4. Recursos somente poderão ser utilizados para pagamento das despesas mencionadas
no Plano de Trabalho, em conformidade com os incisos do artigo 46 da Lei Federal no 13.019/2014, observadas as vedações do artigo 45 do mesmo diploma legal.
3.5. No caso de aplicação indevida dos recursos transferidos em decorrência da parceria, os valores deverão ser restituídos, acrescido de juros legais e atualização monetária a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. O recurso transferido no âmbito da parceria será liberado em estrita conformidade com o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho anexo, exceto nos casos previstos no art. 48 da Lei Federal no 13.019/2014, o qual ficará retido até o saneamento das impropriedades.
4.2. O recurso recebido em decorrência da parceria será depositado na conta corrente 0146 ,1388, 000717213074-0, agência 0146, da Caixa Econômica Federal vinculada ao Termo de Fomento.
4.3. Toda a movimentação do recurso no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.
4.4. O pagamento deverá ser realizado mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, somente sendo admitida a realização de pagamento em espécie caso demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:
5.1. Cabe ao Município exercer as atribuições de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, através de visitas, análise de documentos e outros instrumentos que julgar necessário, podendo valer-se de apoio técnico de terceiros, delegação de competência ou parceria com órgãos ou entidades.
5.2 O monitoramento ficará a cargo da Comissão de Monitoramento designada pelo Decreto no14.604/2026, que se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias, sem prejuízo da fiscalização de outros órgãos de controle.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1. O presente Termo de Fomento vigerá a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Ponte Nova, vigerá pelo prazo de 12 (doze) meses.
6.2. Será permitida a prorrogação da vigência da parceria nas seguintes hipóteses:
a) mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto;
b) de ofício, pela Administração Pública, quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.
6.3. Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, apenas produzindo efeitos após a sua regular publicação.
CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO
7.1. Esta parceria poderá ser rescindida, após a prévia oitiva da parte contrária, quando:
a) ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações e condições previstas no Plano de Trabalho, na Lei Federal no 13.019/2014, na legislação municipal específica e nas cláusulas deste Termo de Fomento;
b) pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que a torne formal ou materialmente inexequível;
c) por denúncia, a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante prévio aviso com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;
d) a OSC não sanar as impropriedades apuradas pela Administração Pública, após a sua regular notificação.
7.2. Nas hipóteses dos incisos I e IV, aplicam-se as deposições previstas na cláusula 10 do presente Termo de Fomento.
7.3. Na hipótese do inciso III, deverão ser apurados os possíveis prejuízos gerados ao Município.
7.3. Havendo constatação de prejuízo, a OSC deverá ressarci-lo sob pena de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou
contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos.
7.4. Passado o prazo de dois anos e perdurando os motivos determinantes da punição, a OSC será declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, até que ocorra o saneamento.
7.5. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pelo Município.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.
8.2. A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros que se mostrem necessários, a critério da Administração Pública:
a) extrato da conta bancária específica;
b) notas e comprovantes fiscais, com dato do documento, valor, dados da organização da
sociedade civil;
c) material probatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes;
d) relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; VI- lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
8.3. Sem prejuízo do disposto acima, a organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir do término da vigência da parceria.
8.4. Para fins de prestação final de contas, deverá a OSC apresentar, sem prejuízo no disposto no item 8.2:

a) relatório de execução do objeto, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
b) relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.
8.5. Quando constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, poderá a Administração Pública conceder prazo para a organização da sociedade civil sanar irregularidade ou cumprir a obrigação.
8.6. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo
o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
8.7. Poderá a Administração Pública Municipal promover a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.
8.8. A OSC fica obrigada a manter em seu arquivo, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas.
8.9. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA NONA – DOS BENS REMANESCENTES
9.1. São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, assim como aqueles que, em razão de sua execução, tenham sido produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública.
9.2. Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados e com cláusula de inalienabilidade, sendo que a entidade se compromete a transferir a propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES
10.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, com as normas da
Lei Federal no 13.019/2014, com legislação municipal e com as cláusulas deste Termo de
Fomento, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização
da sociedade civil as seguintes sanções:
a) advertência;
b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por prazo não superior a dois anos;
c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
10.2. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim
de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
a) retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO
11.1. Fica eleito o foro da comarca de Ponte Nova para dirimir os conflitos decorrentes
desta parceria, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
11.2. Deverão as partes, obrigatoriamente, realizar prévia tentativa de solução administrativa, com a participação da Assessoria Jurídica de Ponte Nova.
11.3. E por estarem assim justos e pactuados, firmam este instrumento, que será assinado pelas partes que surja seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do original.

Ponte Nova/MG, na data da última assinatura digital.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

JÚLIO CEZAR DE OLIVEIRA
Presidente da OSC

Publicado por:
Camila Monteiro Tavares Sotero
Código Identificador:8B1FDA81

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALTO
PROCESSO 0210/2026-SHOW BANDA INFINITY

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS Nº 193/2026.
ROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0210/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 38/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE POUSO ALTO - MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.667.212/0001-92, com sede na Rua Barão de Pouso Alto, nº 164, Centro, Pouso Alto/MG, CEP 37.468-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RAULYSSON MAGELA MANCILHA JÚNIOR.
CONTRATADA: INFINITY BANDA SHOWS E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.721.150/0001-40, com sede na Avenida Fortaleza, nº 107, Parque Industrial, São José dos Campos/SP, CEP 12.235-560, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. MAURO GOMES DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 36.669.687 SSP/SP e do CPF nº 159.667.018-57.
OBJETO: Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de show artístico com a banda **INFINITY BANDA SHOW**, consagrada pela opinião pública, para realização de apresentação musical durante as festividades de comemoração do Município de Pouso Alto/MG, a ser realizada no dia 17 de outubro de 2026, com duração mínima de 03 (três) horas e repertório variado (sertanejo, pop, funk, axé, pagode, pop rock, xotes e hits atuais), conforme especificações do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar que instruem o processo.
VALOR GLOBAL: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), com detalhamento dos custos conforme exigência do § 2º do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos provenientes da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, conforme reserva orçamentária e disponibilidade financeira atestadas pela Contadoria e Tesouraria Municipal, nos termos do art. 7º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado pela Tesouraria Municipal, mediante apresentação da nota fiscal eletrônica, em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização do show, condicionado à emissão do Recebimento Definitivo pela fiscalização e à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência da data de sua assinatura até o dia 31 de outubro de 2026, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

Pouso Alto – MG, 14 de setembro de 2026.

CLÉBER HUMBERTO SOARES -
Secretário Municipal de Turismo e Cultura

Publicado por:
Janaina Soares Fonseca
Código Identificador:087216C2

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALTO
PROCESSO 0215/2026-FABIO SATIM

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS Nº 194/2026.
ROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0215/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 40/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE POUSO ALTO - MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.667.212/0001-92, com sede na Rua Barão de Pouso Alto, nº 164, Centro, Pouso Alto/MG, CEP 37.468-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. RAULYSSON MAGELA MANCILHA JÚNIOR.
CONTRATADA: FÁBIO SATIM PROMOÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.404.310/0001-95, com sede na Rua Joaquim Ferreira Junior, nº 363, Parque Primavera, Cachoeira Paulista/SP, CEP 12.361-022, neste ato representada por seu sócio-administrador, Sr. FÁBIO FERREIRA SATIM, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.895.069-8 e do CPF nº183.963.278-07.
OBJETO: Contratação direta, por inexigibilidade de licitação, de show artístico com o cantor **FÁBIO SATIM**, consagrada pela opinião pública, para realização de apresentação musical durante as festividades de comemoração do Município de Pouso Alto/MG, a ser realizada no dia 18 de outubro de 2026, com duração mínima de 02 (duas) horas e repertório variado de acordo com os estilo musical do cantor, conforme especificações do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar que instruem o processo.
VALOR GLOBAL: R$ 7.000,00 (sete mil reais), com detalhamento dos custos conforme exigência do § 2º do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos provenientes da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, conforme reserva orçamentária e disponibilidade financeira atestadas pela Contadoria e Tesouraria Municipal, nos termos do art. 7º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado pela Tesouraria Municipal, mediante apresentação da nota fiscal eletrônica, em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização do show, condicionado à emissão do Recebimento Definitivo pela fiscalização e à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.
VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência da data de sua assinatura até o dia 31 de outubro de 2026, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

Pouso Alto – MG, 14 de setembro de 2026.

CLÉBER HUMBERTO SOARES -
Secretário Municipal de Turismo e Cultura

Publicado por:
Janaina Soares Fonseca
Código Identificador:AA44E148

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 243/2026

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 243/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2026
CONTRATANTE: Município de Prudente de Morais/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, com sede administrativa na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, Prudente de Morais/MG, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação e Cultura, Sr.(a) Cheila Reis de Souza.
CONTRATADO: ARROBA DA CARNE O AÇOUGUE INTELIGENTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 63.600.270/0001-53, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Yuri Gontijo Gil.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento da Alimentação Escolar das escolas e creches da Rede Municipal de Ensino de Prudente de Morais/MG, visando ao fornecimento de refeições aos alunos durante o período letivo, conforme condições, quantitativos e especificações constantes neste instrumento e no Termo de Referência.
VALOR TOTAL: R$ 216.900,00 (duzentos e dezesseis mil e novecentos reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Prudente de Morais/MG, 10 de setembro de 2026.

Assinam Digitalmente:

CHEILA REIS DE SOUZA -
Secretária Municipal de Educação e Cultura

YURI GONTIJO GIL -
Representante Legal -
Arroba da Carne o Açougue Inteligente LTDA

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:EDFC0E80

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CASCA

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 032/2026

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 123/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de dispensa de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do fornecedor, quanto pela justificativa dos preços, vez que a empresa apresentou o menor preço;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para fornecimento dos produtos, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO o PARECER JURIDICO opinando pelo cumprimento das exigências legais e dos requisitos mínimos para a contratação e a conclusão da Agente de Contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, **AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO 032/2026**, nos termos descritos abaixo:

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de sondagem de solo pelo método de Sondagem à Percussão – SPT (Standard Penetration Test), conforme ABNT NBR 6484:2020, destinada à investigação geotécnica dos terrenos onde serão implantadas 03 (três) Unidades Básicas de Saúde – UBS, localizadas nos bairros Santa Efigênia, Das Graças e Cruzeiro, no Município de Rio Casca/MG.

Contratado: GEOPONTUALL ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.863.957/0001-73.
Valor Total: R$ 15.444,90.
Vigência: 60 dias

Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao ato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Rio Casca, 11 de setembro de 2026.

RAIMUNDO ALBERTO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Amorim Boseja de Morais
Código Identificador:0C3DC890

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 132/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 132/2026. Processo nº 076/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: F5 DISTRIBUIDORA LTDA. CNPJ nº 57.048.285/0001-58. Objeto: fornecimento de materiais, instrumentais e equipamentos odontológicos, para atender às demandas das equipes de saúde bucal do Programa Estratégia Saúde Da Família do Município de Rio Novo. Valor Total: R$ 6.300,00. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 14/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:FE2644B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 133/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 133/2026. Processo nº 076/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: BIO LOGICA DISTRIBUIDORA LTDA. CNPJ nº 06.175.908/0001-12. Objeto: fornecimento de materiais, instrumentais e equipamentos odontológicos, para atender às demandas das equipes de saúde bucal do Programa Estratégia Saúde Da Família do Município de Rio Novo. Valor Total: R$ 883,02. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 14/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:E6B8A2C7

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 137/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 137/2026. Processo nº 071/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: ESFIGMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA. CNPJ nº 27.455.068/0001-11. Objeto: fornecimento de medicamentos, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Novo/MG. Valor Total: R$ 134.430,40. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 14/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:35536521

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 139/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 139/2026. Processo nº 071/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: M & E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. CNPJ nº 50.548.325/0001-81. Objeto: fornecimento de medicamentos, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Novo/MG. Valor Total: R$ 149.765,21. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 14/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:1E1082FB

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 140/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 140/2026. Processo nº 071/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: REZENDE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA. CNPJ nº 28.506.066/0001-77. Objeto: fornecimento de medicamentos, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Novo/MG. Valor Total: R$ 151.380,56. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 14/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:47ACAF50

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 141/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 141/2026. Processo nº 071/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: AQ PHARMA LABORATORIO DE MANIPULACAO LTDA. CNPJ nº 04.767.168/0001-88. Objeto: fornecimento de medicamentos, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Novo/MG. Valor Total: R$ 4.845,00. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 14/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:7A5E4A4F

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 143/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 143/2026. Processo nº 071/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: ALICARE DISTRIBUIDORA LTDA. CNPJ nº 58.348.779/0001-10. Objeto: fornecimento de medicamentos, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Novo/MG. Valor Total: R$ 37.575,56. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 14/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:8E699685

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 144/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 144/2026. Processo nº 071/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: R P HOSPITALAR LTDA. CNPJ nº 59.903.312/0001-58. Objeto:

fornecimento de medicamentos, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Novo/MG. Valor Total: R$ 39.197,40. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 14/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:6B05D851

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 146/2026 – RIO NOVO/MG

Ata de Registro de Preço nº 146/2026. Processo nº 071/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: WF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. CNPJ nº 43.025.186/0001-46. Objeto: fornecimento de medicamentos, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Novo/MG. Valor Total: R$ 23.662,50. Vigência: 12 (doze) meses. Data de assinatura: 14/09/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:3A399216

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO

CONTRATO Nº 160/2026
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e ADRIANA MARQUES CORZINO
Objeto– Prestação dos Serviços de Professor Língua Estrangeira, para atender à Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 3.885,11 (três mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e onze centavos).
Vigência– 03/08/2026 a 31/12/2026
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
ADRIANA MARQUES CORZINO – Contratado

CONTRATO Nº 161/2026
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e ALESSANDRA DE SALES MARTINS TEODOSIO
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 03/08/2026 a 03/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
ALESSANDRA DE SALES MARTINS TEODOSIO – Contratado

CONTRATO Nº 162/2026
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e ALINE FIALHO RUBIM
Objeto– Prestação dos Serviços de Fiscal De Obras E Postura, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 2.128,13 (dois mil, cento e vinte e oito reais e treze centavos)
Vigência– 03/08/2026 a 03/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
ALINE FIALHO RUBIM – Contratado

CONTRATO Nº 163/2026
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e ANDREA DE SOUZA JACINTO
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Cuidador Infantil Da Casa-Lar, para atender à Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor – R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 03/08/2026 a 03/02/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
ANDREA DE SOUZA JACINTO – Contratado

CONTRATO Nº 164/2026
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e DANIELE MAIA MAGALHAES
Objeto– Prestação dos Serviços de Terapeuta Ocupacional, para atender à Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 3.745,58 (três mil, setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).
Vigência– 03/08/2026 a 31/12/2026
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
DANIELE MAIA MAGALHAES – Contratado

CONTRATO Nº 165/2026
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e DARLAN SANTIAGO VILELA
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor – R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 03/08/2026 a 03/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
DARLAN SANTIAGO VILELA – Contratado

CONTRATO Nº 166/2026
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e DAVID ALFENA GOULART
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 03/08/2026 a 03/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
DAVID ALFENA GOULART – Contratado

CONTRATO Nº 167/2026
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e EDUARDA STEFANY DE SOUZA SILVA
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 03/08/2026 a 03/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
EDUARDA STEFANY DE SOUZA SILVA – Contratado

CONTRATO Nº 168/2026
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e JOAO PAULO RICARDO AMERICO
Objeto– Prestação dos Serviços de Operador De Maquinas, para atender à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 2.837,51 (dois mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos)
Vigência– 03/08/2026 a 03/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
JOAO PAULO RICARDO AMERICO – Contratado

CONTRATO Nº 169/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e JULIA ROSA DE ALENCAR
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 03/08/2026 a 03/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
JULIA ROSA DE ALENCAR – Contratado

CONTRATO Nº 170/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e LILIAN CORBELLI TEIXEIRA
Objeto– Prestação dos Serviços de Psicólogo, para atender à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 3.745,58 (três mil, setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).
Vigência– 03/08/2026 a 03/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
LILIAN CORBELLI TEIXEIRA – Contratado

CONTRATO Nº 171/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e MARCIA COSTA FLORENCIO PEREIRA
Objeto– Prestação dos Serviços de Contador, para atender à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 4.766,98 (quatro mil, setecentos e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos).
Vigência– 03/08/2026 a 08/01/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
MARCIA COSTA FLORENCIO PEREIRA – Contratado

CONTRATO Nº 172/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e MARILEA PEREIRA DIAS
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 03/08/2026 a 03/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
MARILEA PEREIRA DIAS – Contratado

CONTRATO Nº 173/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e NATALIA FATIMA OLIVEIRA MIGUEL
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 03/08/2026 a 03/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
NATALIA FATIMA OLIVEIRA MIGUEL – Contratado

CONTRATO Nº 174/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e TAIS ALVES FERREIRA
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 03/08/2026 a 03/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
TAIS ALVES FERREIRA – Contratado

CONTRATO Nº 175/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e ADRIANE APARECIDA DA SILVA
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 04/08/2026 a 04/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
ADRIANE APARECIDA DA SILVA – Contratado

CONTRATO Nº 176/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e BARBARA DE OLIVEIRA SANTIAGO
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 04/08/2026 a 04/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
BARBARA DE OLIVEIRA SANTIAGO – Contratado

CONTRATO Nº 177/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e CLAUDIANA DA SILVA PAZ
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 04/08/2026 a 04/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
CLAUDIANA DA SILVA PAZ – Contratado

CONTRATO Nº 178/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e ELIVELTON SANTIAGO VILELA

Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 04/08/2026 a 04/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
ELIVELTON SANTIAGO VILELA – Contratado

CONTRATO Nº 179/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e FABIO CAETANO
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 04/08/2026 a 04/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
FABIO CAETANO – Contratado

CONTRATO Nº 180/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e FELIPE DA SILVA TIAGO
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 04/08/2026 a 04/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
FELIPE DA SILVA TIAGO – Contratado

CONTRATO Nº 181/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e JEANINE MARCIA BENTO
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Agricultura, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 04/08/2026 a 04/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
JEANINE MARCIA BENTO – Contratado

CONTRATO Nº 182/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e JOSE LUIZ DA TRINDADE
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 04/08/2026 a 04/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
JOSE LUIZ DA TRINDADE – Contratado

CONTRATO Nº 183/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e MARLY FARIA
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 04/08/2026 a 04/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
MARLY FARIA – Contratado

CONTRATO Nº 184/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e MILTON JOSE DE ASSIS
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 04/08/2026 a 04/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
MILTON JOSE DE ASSIS – Contratado

CONTRATO Nº 185/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e ROSANA APARECIDA ANGELO
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 04/08/2026 a 04/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
ROSANA APARECIDA ANGELO – Contratado

CONTRATO Nº 186/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e ROSIMA DA PAIXAO CAETANO
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 04/08/2026 a 04/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
ROSIMA DA PAIXAO CAETANO – Contratado

CONTRATO Nº 187/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e SARA GOMES DOS SANTOS
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 04/08/2026 a 04/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
SARA GOMES DOS SANTOS – Contratado

CONTRATO Nº 188/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e SONIA MARIA DE PAULA
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 04/08/2026 a 04/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
SONIA MARIA DE PAULA – Contratado

CONTRATO Nº 189/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e TATIANE MICHELE DIAS BOAVENTURA
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 04/08/2026 a 04/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
TATIANE MICHELE DIAS BOAVENTURA – Contratado

CONTRATO Nº 190/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e VALMIR LIMA VILELA
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 04/08/2026 a 04/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
VALMIR LIMA VILELA – Contratado

CONTRATO Nº 191/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e TIAGO DE CASTRO LUCIO
Objeto– Prestação dos Serviços de Professor Língua Estrangeira, para atender à Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 3.885,11 (três mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e onze centavos).
Vigência– 05/08/2026 a 31/12/2026
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
TIAGO DE CASTRO LUCIO – Contratado

CONTRATO Nº 192/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e YASMIN FERREIRA DE SOUZA MARTINS
Objeto– Prestação dos Serviços de Monitor Escolar, para atender à Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 3.108,08 (três mil, cento e oito reais e oito centavos)
Vigência– 05/08/2026 a 31/12/2026
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
YASMIN FERREIRA DE SOUZA MARTINS – Contratado

CONTRATO Nº 193/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e HERCILIA DE PAULA
Objeto– Prestação dos Serviços de Cuidador Infantil Da Casa-Lar, para atender à Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor – R$ 2.025,86 (dois mil e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos)
Vigência– 06/08/2026 a 06/02/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
HERCILIA DE PAULA – Contratado

CONTRATO Nº 194/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e ÉRIKA REGINA CAMPOS
Objeto– Prestação dos Serviços de Cuidador Infantil Da Casa-Lar, para atender à Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor – R$ 2.025,86 (dois mil e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos)
Vigência– 11/08/2026 a 11/02/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
ÉRIKA REGINA CAMPOS – Contratado

CONTRATO Nº 195/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e JOSE RICARDO GONCALVES VILELA
Objeto– Prestação dos Serviços de Operador De Maquinas, para atender à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 2.837,51 (dois mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos)
Vigência– 11/08/2026 a 11/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
JOSE RICARDO GONCALVES VILELA – Contratado

CONTRATO Nº 196/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e LUIZ PAULO ELIAS LOPES
Objeto– Prestação dos Serviços de Operador De Maquinas, para atender à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 2.837,51 (dois mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos)
Vigência– 11/08/2026 a 11/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
LUIZ PAULO ELIAS LOPES – Contratado

CONTRATO Nº 197/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e BETANIA APARECIDA DUARTE SILVA
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Cuidador Infantil Da Casa-Lar, para atender à Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor – R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 12/08/2026 a 12/02/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
BETANIA APARECIDA DUARTE SILVA – Contratado

CONTRATO Nº 198/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e ANA GABRIELE ANASTACIO DA SILVA REIS
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 13/08/2026 a 13/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
ANA GABRIELE ANASTACIO DA SILVA REIS – Contratado

CONTRATO Nº 199/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.

Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e CEILA VALERIO SILVA PATROCINIO
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 13/08/2026 a 13/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
CEILA VALERIO SILVA PATROCINIO – Contratado

CONTRATO Nº 200/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e DERLANIA APARECIDA DA SILVA
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 13/08/2026 a 13/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
DERLANIA APARECIDA DA SILVA – Contratado

CONTRATO Nº 201/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e ELDER DA SILVA SANTOS
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 13/08/2026 a 13/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
ELDER DA SILVA SANTOS– Contratado

CONTRATO Nº 202/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e LUCAS TRAJANO DE OLIVEIRA
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 13/08/2026 a 13/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
LUCAS TRAJANO DE OLIVEIRA – Contratado

CONTRATO Nº 203/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e MARIA APARECIDA MOREIRA TRINDADE
Objeto– Prestação dos Serviços de Técnico Em Enfermagem, para atender à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.871,36 (um mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos).
Vigência– 13/08/2026 a 13/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
MARIA APARECIDA MOREIRA TRINDADE – Contratado

CONTRATO Nº 204/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e MARIA JOSE SALVIANO COSTA
Objeto– Prestação dos Serviços de Servente Escolar, para atender à Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 13/08/2026 a 31/12/2026
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
MARIA JOSE SALVIANO COSTA – Contratado

CONTRATO Nº 205/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e PEDRO LUIZ LOURENCO
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 13/08/2026 a 13/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
PEDRO LUIZ LOURENCO – Contratado

CONTRATO Nº 206/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e SERGIO LUIS DA SILVA
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 13/08/2026 a 13/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
SERGIO LUIS DA SILVA – Contratado

CONTRATO Nº 207/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e THALITA DIAS DOS SANTOS
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 13/08/2026 a 13/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
THALITA DIAS DOS SANTOS – Contratado

CONTRATO Nº 208/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e WELLINGTON BRUNO COSTA
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Obras, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 13/08/2026 a 13/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
WELLINGTON BRUNO COSTA – Contratado

CONTRATO Nº 209/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e ANTONIO BENJAMIM DE PAULA
Objeto– Prestação dos Serviços de Fiscal De Obras E Postura, para atender à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.

Valor– R$ 2.128,13 (dois mil, cento e vinte e oito reais e treze centavos)
Vigência– 14/08/2026 a 14/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
ANTONIO BENJAMIM DE PAULA – Contratado

CONTRATO Nº 210/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e DANIEL DA SILVA SANTOS
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 14/08/2026 a 14/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
DANIEL DA SILVA SANTOS – Contratado

CONTRATO Nº 211/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e GLEICEKELEN DE SOUZA SILVA
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 14/08/2026 a 14/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
GLEICEKELEN DE SOUZA SILVA – Contratado

CONTRATO Nº 212/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e JULIANA CRISTINA DE MELO FARIA
Objeto– Prestação dos Serviços de Técnico Em Enfermagem, para atender à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.871,36 (um mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos).
Vigência– 14/08/2026 a 14/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
JULIANA CRISTINA DE MELO FARIA – Contratado

CONTRATO Nº 213/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e MAYRA ANGELICA DOS REIS SENA
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 14/08/2026 a 14/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
MAYRA ANGELICA DOS REIS SENA – Contratado

CONTRATO Nº 214/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e ALICIANA APARECIDA TOLEDO PIRES
Objeto– Prestação dos Serviços de Técnico Em Enfermagem, para atender à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.871,36 (um mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos).
Vigência– 17/08/2026 a 17/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
ALICIANA APARECIDA TOLEDO PIRES – Contratado

CONTRATO Nº 215/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e FRANCISCA LANA CORREA NETO
Objeto– Prestação dos Serviços de Auxiliar De Serviços Gerais, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.621,00 (um mil, seiscentos e vinte e um reais)
Vigência– 17/08/2026 a 17/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
FRANCISCA LANA CORREA NETO – Contratado

CONTRATO Nº 216/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e MONICA MARIA DE PAULA
Objeto– Prestação dos Serviços de Técnico Em Enfermagem, para atender à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.871,36 (um mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos).
Vigência– 17/08/2026 a 17/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
MONICA MARIA DE PAULA – Contratado

CONTRATO Nº 217/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e ANA LUCIA CAMARGOS BARBOSA VIEIRA
Objeto– Prestação dos Serviços de Técnico Em Enfermagem, para atender à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 1.871,36 (um mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos).
Vigência– 18/08/2026 a 18/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
ANA LUCIA CAMARGOS BARBOSA VIEIRA – Contratado

CONTRATO Nº 218/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e VALESKA ALICE TEIXEIRA DE OLIVEIRA CARVALHO
Objeto– Prestação dos Serviços de Medico Clinico Geral 40h, para atender à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Valor– R$ 15.959,80 (quinze mil, novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos).
Vigência– 18/08/2026 a 18/08/2027
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
VALESKA ALICE TEIXEIRA DE OLIVEIRA CARVALHO – Contratado

CONTRATO Nº 219/2026

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e MAÍSA DE FÁTIMA DA SILVA
Objeto– Prestação dos Serviços de Profissional De Apoio Escolar, para atender à Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.

Valor– R$ 1.810,98 (um mil, oitocentos e dez reais e noventa e oito centavos)
Vigência– 21/08/2026 a 03/10/2026
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
MAÍSA DE FÁTIMA DA SILVA – Contratado

Publicado por:
Gessica Vilela de O. Vinha
Código Identificador:BC6CA45A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO

1º ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº 169/2025 DE 22/08/2025
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e MAISA DO CARMO
Objeto– Prestação dos Serviços de VIGIA, para atender à Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Vigência– 23/08/2026 a 22/08/2027.
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
MAISA DO CARMO– Contratado

1º ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº 165/2025 DE 11/08/2025
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e ADEMIR QUINTÃO TRINDADE
Objeto– Prestação dos Serviços de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Vigência– 12/08/2026 a 11/08/2027.
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
ADEMIR QUINTÃO TRINDADE– Contratado

1º ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº 157/2025 DE 04/08/2025
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e JACKSON MACIEL DE OLIVEIRA
Objeto– Prestação dos Serviços de ASSISTENTE DE SECRETARIA, para atender à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Vigência– 05/08/2026 a 04/08/2027.
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
JACKSON MACIEL DE OLIVEIRA – Contratado

Publicado por:
Gessica Vilela de O. Vinha
Código Identificador:FE75AA5B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO

1º ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº 172/2025 DE 01/09/2025
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e FLAVIO HENRIQUE SILVA TEIXEIRA
Objeto– Prestação dos Serviços de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, para atender à Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Vigência– 02/09/2026 a 01/09/2027.
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
FLAVIO HENRIQUE SILVA TEIXEIRA – Contratado

1º ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº 177/2025 DE 09/09/2025
CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA A ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
Lei- 1.493/2014 e suas alterações posteriores.
Partes– Prefeitura Municipal de Rio Pomba e THAÍS VIDAL DE PAIVA
Objeto– Prestação dos Serviços de FISCAL DE TRIBUTOS, para atender à Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.
Vigência– 10/09/2026 a 09/09/2027.
Signatários –Fernando Antônio Dutra Macedo - Prefeito Municipal
THAÍS VIDAL DE PAIVA – Contratado

Publicado por:
Gessica Vilela de O. Vinha
Código Identificador:E878C152

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO:

O Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Rio Pomba, do Estado de Minas Gerais, informa aos interessados que o Prefeito Municipal, no uso de atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital nº010/2026, homologado em 03/09/2026, convoca nesta data, observada a ordem de classificação, os relacionados abaixo:

CARGO: MÉDICO ESPECIALISTA EM PSIQUIATRIA
2º SAMUEL SANCHES GARCIA JUNIOR
Os candidatos convocado terão prazo de 3 (três) dias úteis subsequentes à convocação, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio Pomba, localizado à Av. Raul Soares, n.º 15, Centro, com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado e/ou a não apresentação dos documentos, implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

Publicado por:
Gessica Vilela de O. Vinha
Código Identificador:11662A00

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBIM
EXTRATO DE CONTRATO

O Município de Rubim, Estado de Minas Gerais, torna pública a assinatura do Contrato BMDG/BF nº 434.648/26, com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A., em 2 de setembro de 2026, no valor de R$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), com recursos do Programa Baixo IDHM – Edital 2026.

Rubim-MG, 02 de setembro de 2026.

NELMAR ALVES ARAÚJO FILHO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Debora Pinheiro da Silva
Código Identificador:3FA224E9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA DE MINAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº066/2026 Dispensa nº 033/2026.O Município de Santa Helena de Minas/MG, torna público o Extrato de Dispensa de Licitação, fundamentada no art. 75, inciso XI, da Lei Federal nº

14.133/2021, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE REDE CREDENCIADA DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E DEMAIS COMPONENTES NECESSÁRIOS AO ATENDIMENTO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE SANTA HELENA DE MINAS/MG, decorrente de credenciamento realizado pelo CONSORCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS-CIMINAS, do qual o Município é ente consorciado, inscrita no CNPJ nº 19.493.732/0001-99, com á**Vigência:** 11/09/2026 á 11/09/2027.

Santa Helena de Minas.

MARCUS AURELIUS RODRIGUES.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Alaecio Rodrigues Pereira
Código Identificador:B7E6C07F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO JACARÉ

PM SANTANA DO JACARÉ
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Prefeitura Municipal de Santana do Jacaré /MG – Ratificação da Inexigibilidade 019/2026 – Considerando que o processo licitatório 060/2026 - inexigibilidade nº 019/2026 encontra-se de conformidade com a legislação pertinente (art. 74, inciso III, "c" da lei federal 14.133/2021) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a inexigibilidade em favor da firma IBIAEON Contabilidade Consultoria Patrimonial Avaliações e Informática Ltda, para prestação de serviços técnicos especializados de Realização de Avaliação imobiliária para fins contábeis. Depois de cumpridas as formalidades de praxe, publique-se e cumpra-se.

Publicado por:
Vitória Laila Ribeiro
Código Identificador:8CB046CC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE IBITIPOCA

SETOR DE LICITAÇÕES
1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 60/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 60/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2025 – DISPENSA Nº 23/2025. CONTRATANTE: Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG. CONTRATADO: Guilherme Salles. OBJETO: prorrogação da vigência do Contrato nº 60/2025 por 12 (doze) meses, com recondução do saldo inicial, sem reajuste, para continuidade da prestação de serviços de Maestro/Regente para a Corporação Musical Santa Cecília. VIGÊNCIA: 10/09/2026 a 10/09/2027. VALOR MENSAL: R$ 1.518,00. VALOR DO PERÍODO PRORROGADO: R$ 18.216,00. DOTAÇÃO: 3.3.90.36.00.2.03.03.13.392.0005.2.0026 1 – VALORIZAÇÃO DA CULTURA E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS. FUNDAMENTO: art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. DATA: 10/09/2026. SIGNATÁRIOS: Leandro Eduardo Fonseca Paula, pelo Município, e Guilherme Salles, contratado.

Publicado por:
Cristiano Ribeiro de Paula
Código Identificador:14EA096B

SETOR DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DISPENSA Nº 21/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 56/2026 — Dispensa de Licitação nº 21/2026

O Prefeito Municipal de Santa Rita de Ibitipoca, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e
CONSIDERANDO o Documento de Formalização de Demanda, o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência elaborados pela Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano e pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura;
CONSIDERANDO o Despacho aprovativo do ETP e do TR e autorizativo da instrução do processo;
CONSIDERANDO o parecer jurídico exarado nos autos, opinando pela regularidade da contratação direta pretendida;
CONSIDERANDO que o Município de Santa Rita de Ibitipoca é consorciado ao CODAMMA – Consórcio de Desenvolvimento da Área dos Municípios da Microrregião da Mantiqueira, nos termos da Lei Municipal nº 606/2014, e que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços públicos em regime de gestão associada, mediante Contrato de Programa;
CONSIDERANDO o disposto no art. 72, parágrafo único, c/c o art. 75, inciso XI, da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c a Lei Federal nº 11.107/2005 e o Decreto Federal nº 6.017/2007;
RESOLVE:
RATIFICAR o processo de Dispensa de Licitação nº 21/2026, referente ao Processo Licitatório nº 56/2026, para a contratação direta do CODAMMA, objetivando a prestação de serviços de adição e/ou substituição de pontos de iluminação pública em tecnologia LED do Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, em regime de gestão associada de serviços públicos, pelo valor estimado de R$ 94.752,00, mediante celebração de Contrato de Programa, com vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período.
DETERMINAR a publicação do presente Termo de Ratificação na imprensa oficial do Município, como condição de eficácia do ato, nos termos do art. 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o encaminhamento dos autos para os atos subsequentes de autorização da contratação direta e celebração do Contrato de Programa.

Santa Rita de Ibitipoca, 10 de setembro de 2026.

LEANDRO EDUARDO FONSECA PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Ribeiro de Paula
Código Identificador:CFA6C64D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA
AVISO DE EXTRATO DE ATA- PREGÃO ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA-MG – EXTRATO DE ATA - Torna público o EXTRATO DA ATA do Processo Nº 076/2026 Pregão Eletrônico Nº 012/2026. Objeto: **Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Locação, Instalação de Infraestrutura e Produção Técnica (Estrutura, Sonorização, Iluminação e Painel de Led).** Contratante: Prefeitura Municipal Santa Rosa da Serra – MG, Ata nº 064/2026 Contratada: **EVENTUAL LIVE MARKETING LTDA,** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 04.433.214/0001-02. Prazo de vigência: 14/09/2026 à 14/09/2027. Valor R$ 69.350,00 (sessenta e nove mil trezentos e cinquenta reais).

Publicado por:
Cristina Paola Silva
Código Identificador:2DC3F729

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATUAL

PARTES: Município de SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO/MG
EMPRESA: 50.377.766 PEDRO HENRIQUE ALVARENGA LAGE

OBJETO DO CONTRATO: CREDENCIAMENTO DE SERVIÇO DE RESTAURANTE, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO/MG.

CONTRATO Nº 47/2026.

Data do 1º Termo do Aditivo: 29 de agosto de 2026. Vigorando até 28 de agosto 2027.

Certifico que o presente extrato fora publicado no Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal, no prazo legal.

Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, 14 de setembro de 2026.

ALEXANDRE RODRIGUES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geisielle Almeida Soares
Código Identificador:0F553D8A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO
PROCESSO N. º 60/2026 DISPENSA ELETRÔNICA N. º 17/2026 EXTRATO DO CONTRATO N° 62/2026

PARTES: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Rio Abaixo/ **VILA EVENTOS E TRANSPORTES LTDA**

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SANITÁRIO MÓVEL TIPO CARRETA, INSTALADO SOBRE VEÍCULO COM RODAS, CLIMATIZADO E EQUIPADO COM LAVABOS, CONTENDO, NO MÍNIMO, 20 (VINTE) UNIDADES SANITÁRIAS MASCULINAS, ENTRE VASOS SANITÁRIOS E MICTÓRIOS, E 10 (DEZ) UNIDADES SANITÁRIAS FEMININAS, INCLUINDO TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, MANUTENÇÃO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DESTINAÇÃO ADEQUADA DOS EFLUENTES PARA ATENDER ÀS FESTIVIDADES PROMOVIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO/MG
DATA DO CONTRATO: 11/09/2026.
VALOR DO CONTRATO: R$ 25.500,00 (vinte cinco mil e quinhentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Certifico que o presente extrato fora publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, no prazo legal.

Santo Antônio do Rio Abaixo/MG, 14 de setembro de 2026.

GEISIELLE ALMEIDA SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Geisielle Almeida Soares
Código Identificador:C8A00810

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 4.740/2025.

LEI No. 4.807 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

Altera a Lei Municipal nº 4.740/2025.

O Povo do Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito do Município, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° O caput do art. 4° da Lei Municipal 4.740 de 14 de agosto de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.4º A Exposição Anual de Carros Antigos realizar-se-à durante o mês de maio, em data e local a serem definidos pela organização, garantindo acessibilidade e segurança a todos os visitantes.

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Registre-se e publique-se.

Palácio Alberto Santos Dumont Sede da Prefeitura Municipal.
Santos Dumont, 11 de setembro de 2026

ERNANE LUIZ DE ANDRADE
Secretário Municipal de Administração

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela Maria Dos Santos Mendes
Código Identificador:A538C2C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA DIGITAL NO MUNICÍPIO DE SANTOS DUMONT/MG".

LEI No. 4.808 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

"Institui a Política Municipal de Informação Turística Digital no Município de Santos Dumont/MG".

O Povo do Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito do Município, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Informação Turística Digital no Município de Santos Dumont/MG, com a finalidade de ampliar o acesso às informações sobre os pontos turísticos, históricos e culturais do Município por meio de recursos tecnológicos.

Art. 2º O Poder Executivo poderá utilizar ferramentas digitais, inclusive QR Codes, para divulgação de informações turísticas, culturais e históricas do Município.

Art. 3º As informações previstas nesta Lei poderão ser disponibilizadas, preferencialmente, em praças públicas, rodoviária, centros culturais, monumentos, prédios históricos e demais locais de interesse turístico do Município, inclusive por meio de painéis, placas informativas ou estruturas de comunicação visual instaladas em pontos estratégicos de acesso e circulação pública.

Art. 4º As ferramentas digitais de que trata esta Lei poderão conter informações sobre os pontos turísticos do Município, incluindo descrição do local, localização, rotas de acesso, imagens, informações históricas, agenda cultural e demais conteúdos de interesse turístico e cultural.

Art. 5º A implementação das ações previstas nesta Lei ocorrerá conforme conveniência e disponibilidade da Administração Pública Municipal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Registre-se e publique-se.

PALÁCIO ALBERTO SANTOS DUMONT
Sede da Prefeitura Municipal.

Santos Dumont, 11 de setembro de 2026

ERNANE LUIZ DE ANDRADE
Secretário Municipal de Administração

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela Maria Dos Santos Mendes
Código Identificador:70DA12F3

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE PUBLICAÇÃO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2026 - PROCESSO N° 166/2026

Prefeitura Municipal de Santos Dumont- Aviso de Licitação. **Processo n° 166/2026, Pregão Eletrônico n° 042/2026**. Objeto: Aquisição de Playground (Parque Infantil) de acordo com Parecer Técnico SEDESE, Plano Trabalho nº 002964/2026, Referência 1480.01.0004079/2026-20 - Transferência Especial, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia 30/09/2026 ás 13 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) **Licitar Digital**no endereço eletrônico **https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa**. O Edital estará disponível através dos Sites: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa, https://www.santosdumont.mg.gov.br/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (32) 3934-0550 ou Email:licitacao@santosdumont.mg.gov.br -

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:2CA63DEE

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DA CONCORRÊNCIA Nº 06/2025 – PROC. Nº 87/2025

Concorrência nº 06/2025 – Proc. nº 87/2025 - 1º T.A ao Cont nº 170/2025
Contratante: Município de Santos Dumont
Contratada: LOREDO CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ nº11.790.782/0001-26
Objeto: Prorrogação de vigência até 21 de Novembro de 2026.
Assinado em 21 de Novembro de 2025
Fundamento Legal: 107 da Lei nº. 14.133/21.

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR -
Prefeito de Santos Dumont

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:BDA1279A

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 018/2024 - PROCESSO Nº 80/2024

Inexigibilidade de Licitação nº 018/2024 - Processo nº 80/2024 – 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº: 78/2024 - Contratada: Tal Empreendimentos Ltda.
Objeto: Prorrogação de vigência até 31/06/2027 e reajuste do valor mensal das salas: da Agência do Ministério do Trabalho: R$2.094,57 e do Conselho Municipal de Saúde. Reajuste no valor mensal: R$2.866,26.
Fundamento legal: Art. 107 e 124 da Lei Nº 14.133/2021 –

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JÚNIOR –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:13633D63

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
ATO ORDINATÓRIO 119/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
Praça Cesário Alvim, 02 – Santos Dumont-MG
CNPJ 17.747.924/0001-59
Governo 2025/2028

ATO ORDINATÓRIO Nº 119/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso IX e XIII do Art.90 da Lei Orgânica nº 2.252, de 16 de abril de 1.990 e nos termos do Artigo n° 83 da Lei Municipal n° 952 de 20 de junho de 1.969 (ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS) e respectivas alterações, bem como portaria n° 59, de 16 de maio de 2019.

R E S O L V E:

Art.1º) – **CONCEDER** 02 (dois) meses de **FÉRIAS-PRÊMIO** em gozo à servidora municipal **JULIANE REGINA DE OLIVEIRA NASCIMENTO,** ocupante do cargo efetivo de **PEB II-INFORMÁTICA,** a partir do dia 24 de agosto de 2.026, devendo retornando ao serviço no dia 23 de outubro de 2.026.

Art.2º) – Os efeitos deste ATO terão vigência a partir da data de 24 de agosto de 2.026, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço da Prefeitura Municipal de Santos Dumont, 01 de setembro de 2.026.

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR
Prefeito Municipal

PERJ/gas.

Publicado por:
Rosilaine Rodrigues Leite
Código Identificador:1CED5C09

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
ATO ORDINATÓRIO 120/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
Praça Cesário Alvim, 02 – Santos Dumont-MG
CNPJ 17.747.924/0001-59
Governo 2025/2028

ATO ORDINATÓRIO Nº 120/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso IX e XIII do art.90 da Lei Orgânica nº 2.252, de 16 de abril de 1.990, Lei Municipal nº 2.274, de 30 de maio de 1990 e Decreto Municipal nº 1180/90, Lei Municipal n º 952 de 20 de junho de 1969 e respectivas alterações.

R E S O L V E:

Art.1º) – **NOMEAR**, em caráter de provisório, o senhor UMBERTO BRETAS PALMIERI para responder pelas atribuições do cargo em comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.**

Art.2º) – Os efeitos deste ATO terão vigência a partir de 01 de setembro de 2.026, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

Paço da Prefeitura 01 de setembro de 2.026

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR
Prefeito Municipal

PERJ/gas.

Publicado por:
Rosilaine Rodrigues Leite
Código Identificador:3C090408

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
ATO ORDINATÓRIO 121/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
Praça Cesário Alvim, 02 – Santos Dumont-MG
CNPJ 17.747.924/0001-59
Governo 2025/2028

ATO ORDINATÓRIO Nº 121/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso IX e XIII do art.90 da Lei Orgânica nº 2.252, de 16 de abril de 1.990, Lei Municipal nº 2.274, de 30 de maio de 1990 e Decreto Municipal nº 1180/90, Lei Municipal n º 952 de 20 de junho de 1969 e respectivas alterações.

R E S O L V E:

Art.1º) – **NOMEAR** a servidora municipal **ZENAIDE MARIA MENDES DIAS** para exercer as atribuições do cargo em comissão de **Coordenação da Função Gratificada de Encarregado de Setor-FG-I**, enquanto for de interesse do Executivo Municipal.

Art.2º) – Os efeitos deste ATO terão vigência a partir de 01 de setembro de 2.026, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se

Paço da Prefeitura 01 de setembro de 2.026

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR
Prefeito Municipal

PERJ/gas.

Publicado por:
Rosilaine Rodrigues Leite
Código Identificador:A3254AE9

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
ATO ORDINATÓRIO 122/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
Praça Cesário Alvim, 02 – Santos Dumont-MG
CNPJ 17.747.924/0001-59
Governo 2025/2028

A T O O R D I N A T Ó R I O Nº 122/2026

Dispõe sobre a reintegração de servidor público celetista estável em decorrência de decisão judicial e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO as garantias de estabilidade estendidas aos servidores públicos celetistas da Administração Direta aprovados por concurso público, nos termos do Art. 41 da Constituição Federal e da Súmula nº 390, Inciso I, do Tribunal Superior do Trabalho (TST);

CONSIDERANDO determinação judicial proferida nos autos do Processo n° 5002702-81.2021.8.13.0607, que determinou a anulação do ato demissão da servidora;

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 125, § 2º, da Lei Orgânica de Santos Dumont, que disciplina o instituto da reintegração como retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado;

RESOLVE:
Art. 1º – REINTEGRAR ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Santos Dumont a servidora ELISABETE MARIA DE JESUS, portadora do CPF nº 529.953.136-20, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Art. 2º – O servidor retornará exatamente à mesma referência funcional, jornada de trabalho e lotação em que se encontrava lotado na data de seu desligamento, devendo apresentar-se imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º – Fica assegurado à servidora o restabelecimento do vínculo contratual para todos os efeitos legais a contar da decisão proferida pelo Poder Judiciário.

Art. 4º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Santos Dumont.

Registre-se, publique-seecumpra-se.

Paço da Prefeitura Municipal de Santos Dumont, 08 de setembro de 2.026.

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR
Prefeito Municipal

PERJ/gas.

Publicado por:
Rosilaine Rodrigues Leite
Código Identificador:205E9E4E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO MANTIMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO MANTIMENTO
CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 073/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2026 ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026 CONTRATANTE: Município de São José do Mantimento/MG, inscrito no CNPJ nº 18.392.514/0001-03. **CONTRATADA:** LÍDER COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A, inscrita no CNPJ nº 32.776.132/0001-42. **OBJETO:** Aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais, objetivando a renovação e ampliação da frota municipal, bem como o atendimento aos convênios, resoluções e portarias firmados junto aos Governos Federal e Estadual, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no instrumento de contratação e seus anexos. **VALOR GLOBAL:** R$ 91.900,00 (noventa e um mil e novecentos reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02 10 01 13 122 0027 2078 44 90 52 00 – Ficha 877 – DR 1710003210. **VIGÊNCIA:** 03 (três) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.**DATA DA ASSINATURA:** 04 de setembro de 2026.

São José do Mantimento/MG, 04 de setembro de 2026.

ANDREIA TEIXEIRA NEVES GOMES
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Noemia Patricio da Silva Rodrigues
Código Identificador:62E80B0D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
DECRETO N° 65 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO, REGULADO PELO EDITAL N° 12/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de **São Pedro da União-MG**, **Ronaldo Aparecido Dias**, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando que o Edital de Abertura de Processo Seletivo Público Simplificado n° 12/2026, foi devidamente publicado nos canais de publicação oficiais da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO**, no dia 24 de agosto de 2026 e no endereço eletrônico da Prefeitura www.saopedrodauniao.mg.gov.br no dia 24 de agosto de 2026.
Considerando que o Resultado Final do Processo Seletivo Público Simplificado n° 12/2026 foi devidamente publicado nos canais de publicação oficiais da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO** no dia 08 de setembro de 2026 e no endereço eletrônico da Prefeitura www.saopedrodauniao.mg.gov.br no dia 08 de setembro de 2026.
Considerando terem sido ultimadas todas as etapas editalícias.
DECRETA:
Art. 1°- Fica homologado o resultado do Processo Seletivo Público Simplificado n° 12/2026 promovido pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO**, nos termos do **Edital 12/2026**.
Art. 2°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3°- Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Pedro da União, 10 de setembro de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:FB10BD55

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
EXTRATOS DAS ATAS

EXTRATO DA ATA nº 95/2026

PRC 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CLÍNICA ODONTOLÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO-MG.

CONTRATADA: CIRURGICA UNIAO LTDA - **CNPJ:** 04.063.331/0001-21
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 23.474,56 (Vinte e três mil quatrocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: 14/09/2026 a 14/09/2027

EXTRATO DA ATA nº 96/2026

PRC 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CLÍNICA ODONTOLÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO-MG.

CONTRATADA: DENTAL HIGIX PROD ODONT MED HOSP EIRELI - EPP - **CNPJ:** 26.240.632/0001-16
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 9.588,00 (Nove mil e quinhentos e oitenta e oito reais).

VIGÊNCIA: 14/09/2026 a 14/09/2027

EXTRATO DA ATA nº 97/2026

PRC 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CLÍNICA ODONTOLÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO-MG.

CONTRATADA: DENTAL PRIME PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - **CNPJ:** 21.504.525/0001-34
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 7.080,03 (Sete mil e oitenta reais e três centavos).

VIGÊNCIA: 14/09/2026 a 14/09/2027

EXTRATO DA ATA nº 98/2026

PRC 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CLÍNICA ODONTOLÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO-MG.

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA - **CNPJ:** 44.223.526/0001-06
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 6.796,00 (Seis mil e setecentos e noventa e seis reais).

VIGÊNCIA: 14/09/2026 a 14/09/2027

EXTRATO DA ATA 99/2026

PRC 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CLÍNICA ODONTOLÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO-MG.

CONTRATADA: EMIGE MATERIAIS ODONTOLOGICOS LTDA - **CNPJ:** 71.505.564/0001-24

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 4.097,31 (Quatro mil e noventa e sete reais e trinta e um centavos).

VIGÊNCIA: 14/09/2026 a 14/09/2027

EXTRATO DA ATA 100/2026

PRC 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CLÍNICA ODONTOLÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO-MG.

CONTRATADA: FARMA 2 PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - **CNPJ:** 24.826.631/0005-56
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 1.582,50 (Um mil e quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 14/09/2026 a 14/09/2027

EXTRATO DA ATA 101/2026

PRC 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CLÍNICA ODONTOLÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO-MG.

CONTRATADA: K2 INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - **CNPJ:** 20.669.174/0001-59
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$15.938,00 (Quinze mil e novecentos e trinta e oito reais).

VIGÊNCIA: 14/09/2026 a 14/09/2027

EXTRATO DA ATA 102/2026

PRC 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CLÍNICA ODONTOLÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO-MG.

CONTRATADA: MAQUIRA INDUSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS S.A. - **CNPJ:** 05.823.205/0001-90
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 1.575,00 (Um mil e quinhentos e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 14/09/2026 a 14/09/2027

EXTRATO DA ATA 103/2026

PRC 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CLÍNICA ODONTOLÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO-MG.

CONTRATADA: MEGA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - **CNPJ:** 25.341.162/0001-14
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 22.244,05 (Vinte e dois mil e duzentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 14/09/2026 a 14/09/2027

EXTRATO DA ATA 104/2026

PRC 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CLÍNICA ODONTOLÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO-MG.

CONTRATADA: MIDAS COM ATACADISTA PRODS HOSP LTDA - **CNPJ:** 09.012.033/0001-26
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 7.324,00 (Sete mil e trezentos e vinte e quatro reais).

VIGÊNCIA: 14/09/2026 a 14/09/2027

EXTRATO DA ATA 105/2026

PRC 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CLÍNICA ODONTOLÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO-MG.

CONTRATADA: VALE COMERCIAL LTDA - **CNPJ:** 71.336.101/0001-86
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 14.197,49 (Quatorze mil e cento e noventa e sete reais e quarenta e nove centavos).

VIGÊNCIA: 14/09/2026 a 14/09/2027

EXTRATO DA ATA 106/2026

PRC 146/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 18/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CLÍNICA ODONTOLÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO-MG.

CONTRATADA: DENTAL BONSUCESSO PRODUTOS ODONTOLOGICO LTDA - **CNPJ:** 02.482.141/0001-13
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 11.508,70 (Onze mil e quinhentos e oito reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA: 14/09/2026 a 14/09/2027

São Pedro da União-MG, 14 de setembro de 2026.

JULIANA REIS TERRA
Agente de Contratação | Mat 001289

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:C60FD78B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DOS FERROS MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS/MG, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2026, ORIUNDO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000099/2026, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 000006/2026, HOMOLOGADO E ADJUDICADO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS/MG, torna público o Extrato do Contrato nº 139/2026, oriundo do Processo Administrativo nº 000099/2026, Concorrência Eletrônica nº 000006/2026, HOMOLOGADO e ADJUDICADO pela autoridade competente, tendo como CONTRATANTE o Município de São Pedro dos Ferros/MG e como CONTRATADA a empresa KA CONSTRUIR, CNPJ nº 52.228.951/0001-16, tendo por OBJETO a execução de serviços para reforma e adequação do Auditório da Escola Municipal Professor Alves de Souza, consistindo no fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e demais itens inerentes à execução, conforme especificações dos memoriais descritivos, projetos, cronograma físico-financeiro, planilha de custos e anexos, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Educação de São Pedro dos Ferros/MG, no VALOR TOTAL de R$ 184.999,98 (cento e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), com VIGÊNCIA de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021, correndo as despesas à conta da dotação orçamentária nº 006001.1236500281.026 – Investimentos – Ensino Infantil – 44905100000, Fontes 15000001001 e 17100003210, Ficha 0000437, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 08/2025 e alterações posteriores, assinado em 11 de setembro de 2026, por Danilo Caldarele Dias, Prefeito Municipal, pela CONTRATANTE, e por Waltenir José Bueno, pela CONTRATADA. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de São Pedro dos Ferros/MG, situada na Praça Prefeito Armando Rios, nº 186, Centro, CEP 35.360-000, pelo e-mail licitacao@saopedrodosferros.mg.gov.br, ou pelo sítio eletrônico www.saopedrodosferros.mg.gov.br.

DANILO CALDARELE DIAS
Prefeito Municipal.

São Pedro dos Ferros/MG, 11 de setembro de 2026.

Publicado por:
Rodrigo Martins Santana
Código Identificador:18D7CAD5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO FINAL E INTEGRAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 001/2026

A **PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO/MG**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e em conformidade com as disposições constantes do Edital nº 001/2026, que regulamenta o Processo Seletivo Simplificado do Município de São Sebastião do Rio Preto/MG;
Considerando a regular realização das etapas previstas no Edital nº 001/2026;
Considerando que, no decorrer do certame, foram realizadas homologações parciais relativamente aos cargos cujas etapas de seleção já se encontravam concluídas;
Considerando a conclusão das etapas relativas aos cargos submetidos à prova prática e a divulgação dos respectivos resultados pela instituição responsável pela execução do certame;
Considerando que, relativamente ao cargo **104 – Bombeiro**, não houve candidato com inscrição válida apto a prosseguir nas etapas do certame;
Considerando, por conseguinte, a conclusão de todas as etapas do **Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2026**;
RESOLVE:
Art. 1º Fica **HOMOLOGADO O RESULTADO FINAL** dos cargos submetidos à prova prática no âmbito do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 001/2026, conforme classificação final divulgada pela instituição responsável pela execução do certame, relativamente aos cargos **106 – Eletricista; 109 – Motorista de Veículos de Grande Porte; 110 – Motorista de Veículos de Pequeno Porte; 111 – Operador de Máquinas; e 112 – Operador de Máquinas Leves**.
Parágrafo único. Para o cargo **104 – Bombeiro**, não houve candidato classificado, em razão da inexistência de inscrição válida apta ao prosseguimento no certame.
Art. 2º Em decorrência da conclusão das etapas remanescentes, fica **HOMOLOGADO, EM CARÁTER FINAL E INTEGRAL, O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO/MG – EDITAL Nº 001/2026**, abrangendo todos os cargos previstos no respectivo instrumento convocatório.
Art. 3º Ficam ratificadas, para todos os fins e efeitos, as homologações parciais anteriormente realizadas, permanecendo válidos os atos administrativos delas decorrentes, inclusive as convocações já regularmente efetuadas, sem alteração das classificações anteriormente homologadas.
Art. 4º A homologação do resultado final não dispensa o atendimento, pelos candidatos convocados, dos requisitos, condições e documentação estabelecidos no Edital nº 001/2026 e nos respectivos atos de convocação.
Art. 5º As convocações observarão rigorosamente a ordem de classificação, o número de vagas, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado e as demais disposições constantes do Edital nº 001/2026.
Art. 6º O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado observará o período e as condições estabelecidos no Edital nº 001/2026.
Art. 7º Este Termo de Homologação entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião do Rio Preto/MG, 15 de setembro de 2026.

ANDRÉA APARECIDA OTONE DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Alan Pereira Malpartida
Código Identificador:9EAB0AE7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA CREDENCIAMENTO N. 07/2026 - AVISO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG
CREDENCIAMENTO Nº 07/2026.
O Município de Sericita/MG, torna público a realização do CREDENCIAMENTO Nº 07/2026. Objeto: Credenciamento de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços técnicos e especializados, em carater continuado, de MEDICINA, na área de CARDIOLOGIA, visando suprir demanda da Rede de Atenção Básica do Município de Sericita/Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde. Período de credenciamento: de 15/09/2026 a 01/10/2026. Edital disponível nos sítios: https://www.sericita.mg.gov.br e www.licitar.digital.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:AF488527

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA EXTRATO EDITAL CONCORRENCIA 10-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2026.
O Município de Sericita/MG, torna público a realização da Concorrência Eletrônica nº 10/2026. Objeto: Obra de construção de despensa e sala na Academia Municipal. Sessão Pública: 29/09/2026, às 8:00 horas. Edital disponível junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, junto ao Sítio Oficial da Prefeitura de Sericita/MG (https://www.sericita.mg.gov.br), bem como junto à Plataforma da Licitar Digital (www.licitar.digital).

CLAUDILÉA APARECIDA SAMPAIO QUEIROZ,
Comissão de Contratação - Sericita/MG

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:42906B3D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Agente de Contratação do Município de Serranópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, designada pela portaria nº 055/2025, comunica aos interessados que fará licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº 005/2026, tipo Menor Preço – LOTE, objetivando a contratação de empresa especializada para execução de obras de pavimentação com blocos intertravados de concreto do tipo sextavado, com fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, sinalização, controle tecnológico e serviços complementares, no Município de Serranópolis de Minas/MG, dividida em 2 (dois) lotes autônomos, conforme especificações constantes do Projeto Básico e demais peças técnicas que integram o Edital, objetivando atender as necessidades da secretaria municipal de Obras Públicas e Transportes de Serranópolis de Minas/MG. **Data início das Propostas: 15/09/2026 às 09:00 hs. Data Final das Propostas: 01/10/2026 às 08:30 hs – Data da Abertura da Sessão e início de Disputa: 01/10/2026 às 09h00min,** no endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas – MG, ou pelo telefone (38) 3220-8620 – e-mail: licitacao@serranopolisdeminas.mg.gov.br, anexos no site: www.serranopolisdeminas.mg.gov.br.

Serranópolis de Minas/MG, 14 de setembro de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:199F18D2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 075/2025

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 075/2025

CONTRATO Nº 075/2025, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 051/2025**, **MODALIDADE: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 006/2025,** celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.501/0001-91 e a **Empresa GESTÃO DE TRANSPORTES E FROTAS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 31.623.492/0001-03**.**

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos, para atender a demanda dos municípios consorciados ao União da Serra Geral, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação do pregão eletrônico 004/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição, para atender as necessidades da Secretaria de Administração e demais secretarias adjuntas do Município de SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG.

Torna público o **PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 075/2025, PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA VIGÊNCIA E SALDO R$ 493.946,91 (QUATROCENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL E NOVECENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS).**
VALIDADE: ATÉ 15/09/2027.

Serranópolis de Minas /MG, 08 de Setembro de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:BECDB4C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 076/2025

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 076/2025

CONTRATO Nº 076/2025, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 053/2025**, **MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE nº. 009/2025,** celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.501/0001-91 e a Empresa **R2 ASSESSORIA PARA MUNICÍPIOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 33.904.747/0001-23**.**

OBJETO: Contratação da empresa especializada na prestação de serviços de consultoria para o desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas nos setores de Cultura, Patrimônio Cultural, Turismo, Esporte, Comunicação, Meio Ambiente e Sala Mineira no município de Serranópolis de Minas/MG, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Torna público o **PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 076/2025, PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA VIGÊNCIA E SALDO R$ 51.600,00 (CINQUENTA E UM MIL E SEISCENTOS REAIS).**
VALIDADE: ATÉ 18/09/2027.

Serranópolis de Minas /MG, 14 de Setembro de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:B6EA6B51

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 133/2026

CONTRATO Nº 133/2026, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 046/2026**, **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2026,** celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG,** inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.501/0001-91 e a Empresa **43.336.311 THALITA LANIELY DE FRANCA CORREA,** inscrita no CNPJ sob o nº 43.336.311/0001-39**.**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação, sob demanda, de brinquedos recreativos e equipamentos de apoio, compreendendo camas elásticas, castelo escorregador inflável, piscina de bolinhas, máquina de algodão-doce e máquina pipoqueira elétrica, incluindo transporte, carga, descarga, montagem, instalação, testes de funcionamento, desmontagem, retirada, manutenção e suporte durante o período

de utilização, destinados à realização dos Dias "D" de vacinação e demais ações previstas no calendário da Secretaria Municipal de Saúde de Serranópolis de Minas/MG, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, no valor total de R$ 19.425,00 (Dezenove mil, quatrocentos e vinte e cinco reais) por um período de 12 (doze) meses.

Torna público o **CONTRATO Nº 133/2026.**

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

Serranópolis de Minas /MG, 14 de setembro de 2026.

ARLENE MARIA DIAS DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:65EC34C1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 071/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 030/2025
MODALIDADE: CREDENCIAMENTO Nº 004/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 071/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 030/2025
MODALIDADE: CREDENCIAMENTO Nº 004/2025

Pelo presente **TERMO DE APOSTILAMENTO** que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 01.612.501/0001-91, com sede administrativa situada na Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 01 - Centro, CEP 39.518-000, na Cidade de Serranópolis de Minas/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Ilmo. **Sr. Max Vinícius Aguiar Martins**, inscrito no CPF sob o nº **044.418.486-41**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **SANTOS E LACERDA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA,** inscrita no **CNPJ** sob o N° 07.858.537/0001-36**,** doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, celebram em comum acordo o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO,** com base no art. 136 §8º da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objetivo é a **alteração da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento inicial, acrescentando nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente: **FICHA 8248.**
Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato inicial e, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai ser devidamente assinado pelo Contador, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Serranópolis de Minas/MG, 01 de setembro de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

DESPACHO

Com efeito, diante a solicitação da **Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transporte**, informo a inclusão de nova dotação orçamentária:

09.01.26.782.9009.1915.3449030000000.17540000 – 8248 - IMOBIL.DE DOM PUBL. E PAT.EST.VICINAIS - Material de Consumo.

Para o **CONTRATO Nº 071/2025**, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 030/2025**, **CREDENCIAMENTO Nº 004/2025.**

Serranópolis de Minas/MG, 01 de setembro de 2026.

_____
JEAN CARLOS TOLENTINO

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:174CE6FB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 100/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 063/2025
MODALIDADE: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 100/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 063/2025
MODALIDADE: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025

Pelo presente **TERMO DE APOSTILAMENTO** que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 01.612.501/0001-91, com sede administrativa situada na Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 01 - Centro, CEP 39.518-000, na Cidade de Serranópolis de Minas/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Ilmo. **Sr. Max Vinícius Aguiar Martins**, inscrito no CPF sob o nº **044.418.486-41**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **PROJEMINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA,** inscrita no **CNPJ** sob o N° 25.372.472/0001-04**,** doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, celebram em comum acordo o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO,** com base no art. 136 §8º da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objetivo é a **alteração da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento inicial, acrescentando nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente: **FICHA 735.**
Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato inicial e, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai ser devidamente assinado pelo Contador, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

DESPACHO

Com efeito, diante a solicitação da **Secretaria de Cultura, Turismo, Desenvolvimento Econômico**, informo a inclusão de nova dotação orçamentária:

08.01.20.606.8002.2804.3339039000000.15000000 – 735 - MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

para o **CONTRATO Nº 100/2025**, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 063/2025, MODALIDADE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025.**

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:9D345A3F

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 174/2024
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 065/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 014/2024

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 174/2024
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 065/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 014/2024

Pelo presente **TERMO DE APOSTILAMENTO** que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n° 01.612.501/0001-91, com sede administrativa situada na Praça Nossa Senhora da Conceição, nº 01 - Centro, CEP 39.518-000, na Cidade de Serranópolis de Minas/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Ilmo. **Sr. Max Vinícius Aguiar Martins**, inscrito no CPF sob o nº **044.418.486-41**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa **G.R.G EMPREENDIMENTOS LTDA,** inscrita no **CNPJ** sob o N°29.479.997/0001-96**,** doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, celebram em comum acordo o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO,** com base no art. 136 §8º da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objetivo é a **alteração da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, prevista no instrumento inicial, acrescentando nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente: **FICHA 8252.**

Ficam inalteradas as demais cláusulas contratuais estabelecidas no Contrato inicial e, para constar, foi lavrado o presente instrumento, que, depois de lido e achado conforme, vai ser devidamente assinado pelo Contador, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto de 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

DESPACHO

Com efeito, diante a solicitação da **SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES,** informo a inclusão de nova dotação orçamentária:

09.01.26.782.9009.1915.3449030000000.17550000 – 8252 - IMOBIL.DE DOM PUBL. E PAT.EST.VICINAIS - Material de Consumo.

Para o **CONTRATO Nº 174/2024**, **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 065/2024, MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 014/2024.**

Serranópolis de Minas/MG, 03 de agosto 2026.

JEAN CARLOS TOLENTINO
Contador

Publicado por:
Arlene Maria Dias da Silva
Código Identificador:CD9EF542

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVIANÓPOLIS-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVIANÓPOLIS-MG
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 04 - TRE/MG 2026

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
AV. SINHÁ MOREIRA, 270 - Bairro CENTRO - CEP 37.536-016 - Santa Rita do Sapucaí - MG
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA "ELEIÇÕES"
SEI n.º 0000048-70.2026.6.13.8248
Acordo de Cooperação n.º 004/2026 - TRE-MG

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS E O MUNICÍPIO DE SILVIANÓPOLIS - MG

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, Órgão do Poder Judiciário da União, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, com sede na Av. Prudente de Morais, n.º 100, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG, doravante denominado **TRE/MG**, neste ato representado pelo Excelentíssimo **Juiz Eleitoral** de Santa Rita do Sapucaí/MG, **Doutor João Paulo Santos da Costa Cruz**, de acordo com a delegação de competência contida no art. 1º da Portaria n.º 176/2026, da Presidência deste Tribunal, de 08/06/2026, e do outro lado o **MUNICÍPIO DE SILVIANÓPOLIS**, inscrito no CNPJ sob n.º 18.675.942/0001-35, com sede em Silvianópolis, na Avenida José Magalhães Carneiro, nº 33, Bairro Centro, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu **Prefeito, Lúcio Tadeu Andrade Peixoto**, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente instrumento visa à cooperação técnico-administrativa a ser prestada pelo **MUNICÍPIO** ao **TRE/MG**, em atividades inerentes à realização das Eleições Gerais de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA COOPERAÇÃO
O **MUNICÍPIO** arcará com as seguintes obrigações, de acordo com a requisição do Juiz Eleitoral, para as eleições que ocorrerão **no dia 04 de outubro** em primeiro turno e **no dia 25 de outubro**, segundo turno, se houver:
I. ceder veículos, motoristas e combustível para vistoria de locais de votação, realização do treinamento de mesários e outros serviços externos da Justiça Eleitoral, principalmente na Zona Rural, **mediante solicitação prévia**, a partir da primeira semana de setembro até a antevéspera das eleições.
II. ceder veículo, motorista e combustível para transporte e distribuição das urnas eletrônicas por ocasião da realização do pleito, no primeiro turno e, se houver, no segundo, de acordo com a programação de logística da zona eleitoral para de envio dos materiais destinados à votação, do município-sede, **Santa Rita do Sapucaí**, para **Silvianópolis**, antes e após a votação. O Veículo deverá ter capacidade de transportar **21 urnas de seção**, **2 urnas de contingência**, **sacolas com os materiais das seções**, e **3 técnicos de apoio** que ficarãono município durante todo o período das eleições em atendimento às seções eleitorais.
Horário máximo de chegada em Santa Rita do Sapucaí: 5:15h ;
III. Ceder veículo, motorista e combustível que ficará à disposição da equipe de apoio, para atendimento nas escolas e outros serviços afins durante votação;
IV. disponibilizar responsáveis técnicas(os) (eletricista e bombeira(o) hidráulica(o) para vistoria dos locais de votação, bem como materiais para eventual reparo, devendo ficar em regime de plantão no(s) dia(s) do(s) pleito(s);
V. Fornecimento de sala que funcionará como **CENTRAL DE SUPORTE** no município, em um local de votação de fácil acesso. A sala **deverá ter chave**, a qual ficará em poder de **um dos membros da Equipe de Apoio**, tendo em vista que todo o material de reserva e contingência ficará nela armazenado;
VI. Fornecimento de lanche ao longo do dia, e almoço aos **3 (três) colaboradores** que ficarão à disposição deste Juízo no município, no dia do pleito, desde que os destinatários não recebam qualquer benefício similar da própria Prefeitura ou de outra instituição;
VII. Ceder veículo, motorista e combustível para a **transporte dos eleitores das zonas rurais pertencentes ao município** em rotas a serem definidas entre o Cartório Eleitoral e a Prefeitura, de forma a atenderem ao maior número de eleitores possíveis;
VIII. fornecer serviço de limpeza na entrada e imediações dos locais de votação **(principalmente antes do início da votação, quando poderá haver material de campanha desovado na madrugada)**.
Parágrafo único: As despesas com conservação e manutenção dos veículos são responsabilidade do **Município.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
O prazo de vigência deste Termo de Cooperação será a partir da data de sua assinatura até **27 de outubro de 2026**.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO
Faculta-se a qualquer dos partícipes, a seu exclusivo critério e a salvo de qualquer multa ou sanção, dar por findo o presente Termo a

qualquer momento, devendo apenas o partícipe interessado notificar por escrito o outro de sua intenção, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

Parágrafo Único: Na hipótese de rescisão deste instrumento, as partes se obrigam a cumprir todos os compromissos e obrigações pendentes ao tempo da rescisão assumidas neste Termo.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR
A celebração do presente Termo de Cooperação não acarreta despesas diretas aos partícipes, salvo aquelas decorrentes do cumprimento das obrigações estabelecidas na Cláusula Segunda.

CLÁUSULA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
Os partícipes reconhecem a importância da proteção de dados pessoais e comprometem-se a tratar todos os dados pessoais obtidos, armazenados, tratados ou compartilhados em virtude da execução deste Acordo de Cooperação Técnica em estrita conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD —, e legislação aplicável à proteção de dados e privacidade.

Parágrafo Primeiro. Os partícipes comprometem-se a:
I. tratar os dados pessoais exclusivamente para os fins estabelecidos neste Acordo de Cooperação Técnica;
II. implementar medidas de segurança técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito;
III. garantir a confidencialidade dos dados pessoais tratados e o acesso somente a pessoas autorizadas, para a execução deste Acordo de Cooperação Técnica;
IV. assegurar a transparência e o direito de informação às(aos) titulares dos dados, fornecendo todas as informações necessárias sobre o tratamento de seus dados pessoais de maneira clara, precisa e acessível.

Parágrafo Segundo. Qualquer transferência de dados pessoais entre os partícipes ou para terceiros, quando necessária à execução deste Acordo de Cooperação Técnica, deverá ser realizada em conformidade com a LGPD, garantindo-se a proteção dos dados transferidos.

Parágrafo Terceiro. Os partícipes asseguram o respeito aos direitos das(dos) titulares dos dados, conforme previsto na LGPD.

Parágrafo Quarto. Em caso de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante às(aos) titulares dos dados, os partícipes comprometem-se a comunicar uma à outra, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da ciência do ocorrido, sem prejuízo da comunicação às autoridades competentes, conforme exigido pela LGPD, e a tomar todas as medidas necessárias para a mitigação dos efeitos do incidente, nos termos do art. 48 da LGPD.

Parágrafo Quinto. Os partícipes comprometem-se a manter registros completos e detalhados de todas as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas no âmbito deste Acordo de Cooperação Técnica e a disponibilizá-los para auditoria pelas autoridades competentes, quando solicitado.

Parágrafo Sexto. As obrigações relativas ao tratamento de dados pessoais previstas nesta cláusula permanecerão vigentes após a extinção ou conclusão deste Acordo de Cooperação Técnica, pelo período necessário para a preservação de direitos ou conforme exigido pela legislação aplicável.

Parágrafo Sétimo. Os partícipes deverão cumprir e fazer cumprir o disposto na Resolução TSE nº 23.650, de 9 de setembro de 2021, que trata da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral, e na Resolução TSE nº 23.656, de 7 de outubro de 2021, que dispõe sobre o acesso a dados pessoais constantes dos sistemas informatizados da Justiça Eleitoral, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Parágrafo Oitavo. Cada partícipe será responsável pelos prejuízos que ocasionar às(aos) titulares dos dados, além de arcar com eventuais multas administrativas decorrentes do descumprimento da LGPD.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO
O **TRE-MG** publicará o extrato do presente Acordo de Cooperação Técnica no Diário Oficial da União, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura, conforme art. 10 da Portaria SEGES/MGI nº 3.506, de 08 de maio de 2025.
Parágrafo Único. Os partícipes publicarão, nos sítios eletrônicos oficiais, o inteiro teor do acordo celebrado.

CLÁUSULA OITAVA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Acordo de Cooperação Técnica é celebrado com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Presidencial nº 11.531, de 16 de maio de 2023 e na Portaria nº 103, de 13 de junho de 2025, da Presidência.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
I. Os partícipes garantem e declaram mutuamente que:
a) as atividades referentes ao Acordo de Cooperação Técnica ora celebrado serão conduzidas de forma ética, obedecendo aos mais rigorosos princípios de integridade e da boa-fé;
b) valorizam a diversidade e repudiam toda e qualquer forma de preconceito e assédio, comprometendo-se a não praticar qualquer forma de discriminação ou constrangimento, sejam elas relacionadas a cor, raça, sexo, orientação sexual, língua, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social;
II - Os partícipes poderão, a qualquer tempo e de comum acordo, modificar este instrumento através de Termo Aditivo, mediante prévia e expressa comunicação, observando-se a forma legal;
III - para acompanhar o desenvolvimento do presente acordo, o **MUNICÍPIO** e o **TRE/MG** indicam, respectivamente, como seus representantes, o Prefeito ou pessoa por este indicada e a chefe de cartório, ficando acordado que todas as comunicações entre os signatários deverão ser formalmente encaminhadas aos representantes indicados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO
Conforme o disposto no inciso I do art. 109 da Constituição Federal e no § 1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente acordo.
E, por estarem ajustados e acordados, os partícipes assinam o presente Acordo de Cooperação Técnica.

Santa Rita do Sapucaí, na data da assinatura deste termo.

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
JOÃO PAULO SANTOS DA COSTA CRUZ
Juiz Eleitoral

LUCIO TADEU ANDRADE PEIXOTO:69178755620
Assinado de forma digital por LUCIO TADEU ANDRADE PEIXOTO:69178755620
Dados: 2026.09.09 16:18:58 -03'00'

Município de Silvianópolis -MG
LÚCIO TADEU ANDRADE PEIXOTO
Prefeito

ANEXO - PLANO DE TRABALHO

1. OBJETO
Formalizar as ações de cooperação técnico-administrativa entre o TRE-MG – 248ª Zona Eleitoral de Santa Rita do Sapucaí e o Município de SILVIANÓPOLIS/MG, visando ao apoio logístico, operacional e estrutural necessários à realização das Eleições Gerais de 2026.

2. JUSTIFICATIVA
A presente cooperação justifica-se pela necessidade de assegurar suporte adequado às atividades da Justiça Eleitoral durante todas as

etapas preparatórias e operacionais das Eleições Gerais de 2026, abrangendo três frentes principais de atuação:

Frente 1 – Treinamento de Mesárias(os) e Vistorias dos Locais de Votação
Necessidade de apoio logístico para:
- transporte de servidoras(es) da Justiça Eleitoral responsáveis pelas atividades preparatórias;
- transporte de urnas eletrônicas de treinamento e equipamentos utilizados nas reuniões e capacitações de mesárias(os);
- deslocamento para realização de vistorias e reuniões nos locais de votação.

Frente 2 – Logística da Eleição
Necessidade de apoio operacional para:
- transporte de urnas eletrônicas, cabinas de votação e demais materiais eleitorais;
- suporte técnico, estrutural e operacional nos locais de votação.

Frente 3 – Transporte de Eleitores
Necessidade de garantir o acesso do eleitorado aos locais de votação, especialmente por meio:
- do transporte de eleitores residentes na zona rural;
Além disso, a cooperação visa assegurar a limpeza, infraestrutura e funcionamento adequado dos locais de votação.

3. OBJETIVOS
- Viabilizar o transporte da equipes de apoio, urnas eletrônicas, materiais e equipamentos necessários às atividades eleitorais no dia do pleito;
- Garantir suporte logístico para treinamentos de mesárias(os) e realização de vistorias;
- Assegurar a adequada distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e materiais eleitorais;
- Garantir condições de acessibilidade e transporte de eleitores residentes na zona rural;
- Garantir a limpeza, vigilância e o suporte técnico necessário nos locais de votação;
- Disponibilizar espaços físicos adequados para a realização de treinamentos, reuniões e atividades operacionais da Justiça Eleitoral.

4. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ITEM	OBRIGAÇÃO	PERÍODO
1	Transporte de servidoras(es), urnas de treinamento e equipamento para convocações, vistorias e treinamentos de mesárias(os)	Setembro a outubro de 2026
2	Cessão de espaço físico para treinamentos de mesárias(os)	
3	Transporte e distribuição de urnas eletrônicas, cabinas, materiais eleitorais e Equipe de Apoio (1º e 2º turnos)	

ITEM	OBRIGAÇÃO	PESReÍmOaDnOa e dia
5	Transporte de eleitores da zona rural	dos pleitos (1º e 2º Turnos)
6	Plantão técnico e limpeza das imediações dos locais de votação	
7	Recolhimento das urnas eletrônicas, materiais após a votação e retorno ao município-sede de Santa Rita do Sapucaí	

Documento assinado eletronicamente por **JOAO PAULO SANTOS DA COSTA CRUZ** , **Juiz(a) Eleitoral**, em 04/09/2026, às 18:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7664554** e o código CRC **6A7279D1**.

0000048-70.2026.6.13.8248	7664554v1

Publicado por:
Andreza Lima Rocha Soares
Código Identificador:469340FA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

O MUNICÍPIO DE TAPIRAÍ/MG torna pública a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório nº 041/2026, Pregão Eletrônico nº 012/2026, cujo objeto consiste na aquisição de mobiliário, eletrodomésticos e equipamentos de informática, destinados ao atendimento do Convênio de Saída nº 1261001888/2025/SEE, com fundamento no art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, pelas razões de conveniência e oportunidade decorrentes da necessidade de revisão substancial das especificações técnicas do objeto, conforme justificativa e Termo de Revogação constantes dos autos.

Tapiraí/MG, 14 de setembro de 2026.

VANDERLEI CASSIANO DE RESENDE.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevão Santana Barbosa
Código Identificador:BB6CFE47

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES

LICITAÇÃO TIRADENTES
EXTRATO DE CONTRATO (CONTRATO Nº 134/2026)

EXTRATO DE CONTRATO (CONTRATO Nº 134/2026)

O Município de Tiradentes, torna público a todos os interessados o contrato abaixo :

CONTRATO Nº 134/2026 oriundo do Processo Licitatório nº 039/2026, DISPENSA nº012/2026

Objeto: Prestação de serviços de rastreamento e monitoramento veicular, com fornecimento de equipamento rastreador em regime de comodato, incluindo instalação, configuração, ativação, manutenção corretiva, suporte técnico, transmissão de dados, disponibilização de plataforma de gerenciamento on-line, treinamento dos usuários on-line e substituição dos equipamentos quando necessária, destinados ao atendimento da frota oficial do Município de Tiradentes/MG.

Serviço de rastreamento e monitoramento veicular, com equipamento em comodato
Quantidade : 70 UN
Valor Unitario : R$ 24,90
Valor Mensal : R$ 1.743,00
Valor da contratação : R$ 20.916,00

Contrato N°: 134/2026**.**
Valor do Contrato: R$ 20.916,00 (vinte novecentos e dezesseis reais)
Vigência: De 02/09/2026 a 02/09/2027
Contratada: SANTANA RASTREAMENTO E MONITORAMENTO LTDA
CNPJ: 22.140.663/0001-44
Endereço: Rua DAS CASTANHEIRAS, nº 320, bairro Santa Amélia, na cidade de Belo Horizonte,Cep: 31560-210, estado de Minas Gerais

Íntegra do contrato encontra-se disponível em www.tiradentes.mg.gov.br

Dou fé, Tiradentes, 14 de setembro de 2026

(Assinado Nos Autos)
DENILSON GERALDO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Denilson Geraldo da Silva
Código Identificador:441E90AB

LICITAÇÃO TIRADENTES
EXTRATO DE CONTRATO (CONTRATO Nº 138/2026)

EXTRATO DE CONTRATO (CONTRATO Nº 1382026)

O Município de Tiradentes, torna público a todos os interessados o contrato abaixo :

Contrato Nº138/2026 oriundodo Processo Nº029/2026 Credenciamento Nº 003/2026
Objeto: Credenciamento de Bandas e Artistas em diferentes estilos musicais e artísticos para atender aos eventos culturais, esportivos e turísticos promovidos ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Tiradentes.

Contrato N°: 138/2026**.**
Valor do Contrato: R$ 500,00 (quinhentos reais).
Vigência: De 14/09/2026 a 14/12/2026
Contratado: HUALLANCY FERNANDO DE SOUZA
CNPJ: 36.045.166/0001-71
Endereço: Travessa Jacarandá,38, Alto Maquiné, São João Del Rei /MG, CEP: 36302-332
Íntegra do contrato encontra-se disponível em www.tiradentes.mg.gov.br

Dou fé, Tiradentes, 14 de setembro de 2026

(Assinado Nos Autos)
DENILSON GERALDO DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Denilson Geraldo da Silva
Código Identificador:BF52EBF4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCOS DO MOJI

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2026 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2026.

Objeto: Referente a Contratação de empresa para prestação de serviços em locação de concentrador de oxigênio e aspirador de secreção para uso em saúde, visando atender às necessidades de pacientes do município que requerem terapia de oxigenoterapia domiciliar, solicitado pelo Departamento de Saúde do Município de Tocos do Moji - MG, conforme especificado no anexo I do Edital. A sessão com entrega e abertura dos envelopes será no dia 29 de setembro de 2026, até as 09h 00min. CREDENCIAMENTO; às 09h e 00 min. INÍCIO DO CERTAME. O Edital e maiores informações estão disponíveis na Sede da Prefeitura Municipal sito à Rua Antônio Mariano da Silva, nº 36, Bairro Centro – e pelo site www.tocosdomoji.mg.gov.br, –

EDINALDA DE FATIMA FARIA ROSA
(Diretora do Departamento de Saúde).

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:DF54BD19

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2026.

Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji- MG. Contratada: SUL MINEIRA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA MÉDICA LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de remoção de pacientes. Ambulância UTI móvel tipo D, incluindo equipe de plantão com motorista, médico e enfermeiro/socorrista para atender as demandas do Departamento de Saúde e para atuar nas festividades culturais e tradicionais do Município de Tocos de Moji/MG. Valor do Contrato: R$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais). Vigência: 27/08/2026 a 26/08/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Rodrigo Baldoni Lopes – Representante Legal.

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:0AAEF70B

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PRC-144/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji- MG. Contratada: WALMIR CARLOS DA ROSA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO. Objeto: Aquisição de agregados minerais, materiais cerâmicos e de concreto para Prefeitura de Tocos do Moji-MG. Valor do Contrato: R$ 639.075,00 (seiscentos e trinta e nove mil e setenta e cinco reais). Vigência: 09/09/2026 a 08/09/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Walmir Carlos da Rosa – Proprietário. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2026**. Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji- MG. Contratada: OLAVO E DONIZETE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto: Aquisição de agregados minerais, materiais cerâmicos e de concreto para Prefeitura de Tocos do Moji-MG. Valor do Contrato: R$ 246.817,50 (duzentos e quarenta e seis mil, oitocentos e dezessete reais e cinquenta centavos). Vigência: 09/09/2026 a 08/09/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Ângela Maria Pereira Cantuária – Sócia Administradora. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2026**. Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji- MG. Contratada: MADEIREIRA BRAÚNA LTDA. Objeto: Aquisição de agregados minerais, materiais cerâmicos e de concreto para Prefeitura de Tocos do Moji-MG. Valor do Contrato: R$ 32.365,00 (trinta e dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais). Vigência: 09/09/2026 a 08/09/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, OdairJoséFerreira – Sócio Administrador. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2026**. Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji- MG. Contratada: A & Z COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: Aquisição de agregados minerais, materiais cerâmicos e de concreto para Prefeitura de Tocos do Moji-MG. Valor do Contrato: R$ 108.910,00 (cento e oito mil, novecentos e dez reais). Vigência: 09/09/2026 a 08/09/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Zenaide Campos da Silva – Representante Legal. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2026**. Contratante: Prefeitura Municipal de Tocos do Moji- MG. Contratada: A. J. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA. Objeto: Aquisição de agregados minerais, materiais cerâmicos e de concreto para Prefeitura de Tocos do Moji-MG. Valor do Contrato: R$ 177.260,00 (cento e setenta e sete mil, duzentos e sessenta reais). Vigência: 09/09/2026 a 08/09/2027. Signatários: José Maria Cantuária – Prefeito Municipal, Andreza Nonata da Silva – Sócia Administradora.

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:8391D056

PREFEITURA TOCOS DO MOJI
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, o Exmo. Prefeito Municipal de Tocos do Moji, Sr. José Maria Cantuária, no uso de suas atribuições legais, **adjudico e homologo** a Contratação direta através da **Concorrência Eletrônica nº 012/2026, Processo Licitatório n° 146/2026,** para Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação com blocos de concreto intertravado, meio-fio e sarjeta em trecho da Estrada Vicinal de acesso do Distrito Fernandes ao bairro Nogueiras (próximo ao senhor Tonho Jordão) e em trecho da Estrada Vicinal do bairro Amoreiras (próximo ao senhor Josimar), ambas na Zona Rural de Tocos do Moji/MG, com recursos provenientes da Transferência Especial, Instrumento nº

1301002126/2026, do Estado de Minas Gerais por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (SEINFRA), em favor da empresa **CONSTRUTORA PAVIFORT LTDA,** inscrita no CNPJ sob o **nº 52.345.677/0001-65,** pelo valor total de **R$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais),** nos termos do Artigo 28, Inciso II, da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

A homologação da presente Concorrência Eletrônica é feita nos termos do artigo 28, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas na lei.

A empresa fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no Projeto Básico e anexos que foi celebrado, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de **Adjudicação e Homologação**, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei n.º 14.133/2021.

Tocos do Moji – MG, 14 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA CANTUÁRIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Maria Cantuaria
Código Identificador:40823DC1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMBOS

LICITAÇÃO E CONTRATOS DO MUNICIPIO DE TOMBOS O MUNICÍPIO DE TOMBOS, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE CONTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 034/2026 – PREGÃO N.º 021/2026

O MUNICÍPIO DE TOMBOS, torna público o EXTRATO DE CONTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.**º 034/2026** – PREGÃO N.º **021/2026**. Objeto: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 007/2026, oriunda do Processo Licitatório nº 011/2026 – Pregão na forma Eletrônica nº 009/2026, realizado pelo **Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto do Sapucaí – Cimasp**, tendo por detentora do preço registrado a empresa **Italbus Carrocerias de Ônibus Ltda**., para aquisição de 01 (um) ônibus rural de 45 lugares para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Tombos/MG. **Empresa Fornecedora**: **Italbus Carrocerias de Ônibus Ltda**, CNPJ n.º 16.557.958/0001-18, com valor global de R$ 567.000,00 (quinhentos e sessenta e sete mil reais).

Tombos, 14 setembro de 2026.

TIAGO PEDROSA LAZZARONI DALPERIO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tânia Monteiro Cheregato
Código Identificador:0F3E4777

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGOLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGOLÂNDIA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGOLÂNDIA/MG – Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico Nº 004/2026. O Município de Virgolândia/MG torna público que realizará Pregão Eletrônico, Processo Licitatório nº 031/2026, para registro de preços para futuro e eventual fornecimento parcelado de fogos de artifício e girândolas, para a execução de shows pirotécnicos nos eventos realizados pelo município de Virgolândia/mg. Critério de julgamento: menor preço. A sessão pública ocorrerá em 28/09/2026, às 09h00min, com cadastro de propostas até às 00h01min, na plataforma www.licitardigital.com.br. Informações: licitacaovirgolandia@hotmail.com.

EMILLY FERREIRA BRANDÃO,
Agente de Contratações.

Publicado por:
Êmilly Ferreira Brandão
Código Identificador:2EE6F4BB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Nos termos dos artigos 75, II da Lei nº 14.133/2021, ratifico o **Processo Administrativo nº 141/2026 – Dispensa nº 055/2026**, que tem por objeto a aquisição de 01 (um) smartphone de 256 GB, desbloqueado para uso em operadoras nacionais, em favor da empresa Eletrozema S.A., inscrita no CNPJ nº 26.404.731/0001-96, neste ato representado por Romero Zema, no valor de R$ 1.099,00 (mil e noventa e nove reais).

Visconde do Rio Branco, 14 de setembro de 2026.

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:06E9E084

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 022/2026 -PROCESSO Nº 129/2026 – OBJETO:A Administração Municipal de Visconde do Rio Branco, através da sua pregoeira, torna público a licitação na modalidade Pregão eletrônico, para aquisição de insumos, materiais e instrumentais odontológicos, mediante licitação, destinados a suprir as necessidades das 11 Unidades Básicas de Saúde, da Policlínica Municipal e do Centro de Especialidades Odontológicas do Município de Visconde do Rio Branco.**Início do recebimento de proposta: dia: 17/09/2026. Data da sessão pública: Dia 29/09/2026 às 09h00min**, quando será dado início aos trabalhos. Cópia do edital já se encontra disponível para os interessados, no site: www.viscondedoriobranco.mg.gov.br e **viscondedoriobranco.licitapp.com.br** Informações: licitacaopmvrb@gmail.com**,** endereço à Praça 28 de Setembro, Centro. **(Ass.) Jordana Teixeira da Luz – Agente de Contratação.**

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:3506E5B2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 240/2026 - PROCESSO 115/2026 - DISPENSA 044/2026 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: CELSO DA SILVA MIRANDA FILHO LTDA– CNPJ: 50.275.851/0001-15 **– OBJETO:** Aquisição de 01 (um) telão de LED para instalação na Praça Tiradentes, composto por 8 (oito) gabinetes de LED PH5, para uso outdoor, com dimensão de 96x96cm por gabinete, tipo de gabinete Iron, acompanhado de processador de vídeo modelo TB10 Plus Novastar, com garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação, incluindo fornecimento, instalação, configuração e testes de funcionamento. **Valor total: R$ 62.000,00 (Sessenta e dois mil reais)**. **Data: 09/09/2026 – Vigência: 09/09/2027** –

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:2C8D6AC5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 241/2026 - PROCESSO 120/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 019/2026 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: CIA BRASIL DE RODEIOS LTDA – CNPJ: 23.502.418/0001-00 – OBJETO: prestação de serviços de montagem da arena, organização e apresentação de rodeio e concurso de marcha na Exposição Agropecuária de VRB, nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2026 no Parque de Exposição do município de Visconde do Rio Branco/MG. **Valor total: R$ 290.000,00 (Duzentos e noventa mil reais)**. **Data: 11/09/2026 – Vigência: 11/03/2027** –

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:EBD73035

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 242/2026 - PROCESSO Nº 106/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 016/2026 - CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO – CONTRATADO: DELTA PRODUCOES LTDA – CNPJ: 12.939.678/0001-13**–** **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação, montagem, desmontagem, instalação, operação e manutenção de estruturas, equipamentos e serviços de apoio necessários à realização da Exposição Agropecuária e Industrial de Visconde do Rio Branco, a ser realizada no Parque de Exposição Mário Bouchardet Sênior, nos dias 25, 26, 27 e 28 de setembro de 2026. **Valor total:** R$ 330.000,00 (Trezentos e trinta mil reais). **Data: 14/09/2026 – Vigência: 14/12/2026** –

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:6D9B8CD5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DIOGO DE VASCONCELOS

DEPTO COMPRAS E CONTRATOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 045/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA AO TERMO DE CONTRATO Nº 045/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DIOGO DE VASCONCELOS E A EMPRESA BAZAR FARIA LTDA.

O **MUNICÍPIO DE DIOGO DE VASCONCELOS**, com sede à Travessa Municipal, 38, centro, CEP 35.437-000 inscrito no CNPJ nº 18.295.311/0001-90, Inscrição Estadual Isento, neste ato representado pelo Sr. **Joao Cláudio de Souza**, Prefeito Municipal, inscrito no CPF Sob nº 072.XXX.XXX-42, RG 19.XXX.X99-2 SSPSP residente e domiciliado a Praça Coronel Vicente Ferreira, 55, Centro, Diogo de Vasconcelos - MG, Cep 35.437-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) **Bazar Faria Ltda**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **21.519.012/0001-05**, sediado(a) na **Praça Monsenhor Castilho Barbosa, 07, Pilar, Ouro Preto MG, CEP 35402333**, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **Márcio Homem Cotta de Faria**, portador(a) do CPF nº 246.XXX.XXX-49, tendo em vista o que consta no Processo nº 074/2024 e em estrita observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (arts. 106 e 107) e da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), resolvem celebrar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato originário nº 045/2025 por mais 12 (doze) meses, cujo objeto consiste na **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E EXPEDIENTE**, com fundamento no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no item 2.1 da Cláusula Segunda do instrumento contratual primitivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do Contrato nº 045/2025 fica formalmente **prorrogado por mais 12 (doze) meses**, iniciando-se em **02 de setembro de 2026** e encerrando-se em **01 de setembro de 2027**.

2.2. A presente prorrogação baseia-se na manutenção da vantajosidade econômica das condições e preços pactuados e no interesse público na continuidade do fornecimento regular dos materiais escolares e de expediente às unidades requisitantes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da prorrogação contratual correrão à conta dos créditos orçamentários consignados nas dotações próprias do Município de Diogo de Vasconcelos/MG constantes da Cláusula Quarta do Contrato originário, bem como de dotações correspondentes no exercício financeiro subsequente, consignadas na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA).

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam expressamente ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas, condições e obrigações estabelecidas no Termo de Contrato originário nº 045/2025 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a divulgação do inteiro teor deste Termo Aditivo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 20 (vinte) dias úteis contado da data de sua assinatura, em cumprimento ao disposto no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal na Internet.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

6.1. Permanece eleito o Foro da Comarca de Mariana/MG para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Termo Aditivo e do contrato principal que não possam ser compostos administrativamente, conforme fixado na Cláusula Décima Sétima originária e nos termos do art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Diogo de Vasconcelos - MG, 25 de agosto de 2026.

JOAO CLÁUDIO DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

MÁRCIO HOMEM COTTA DE FARIA
Representante Legal
Contratada

TESTEMUNHAS:

1.
Nome:
CPF:

2.
Nome:
CPF:

Publicado por:
Marco Antonio Teixeira da Silva
Código Identificador:A0162960

DEPTO COMPRAS E CONTRATOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 053/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024
REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2024

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA E RETIFICAÇÃO CADASTRAL AO TERMO DE CONTRATO Nº 053/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DIOGO DE VASCONCELOS E A EMPRESA DISTRIBUIDORA TEM DI TUDO LTDA.

O **MUNICÍPIO DE DIOGO DE VASCONCELOS**, com sede à Travessa Municipal, nº 38, Centro, CEP 35.437-000, inscrito no CNPJ nº 18.295.311/0001-90, Inscrição Estadual Isento, neste ato representado pelo Sr. **Joao Cláudio de Souza**, Prefeito Municipal, inscrito no CPF sob nº 072.XXX.XXX-42, RG 19.XXX.X99-2 SSP/SP, residente e domiciliado à Praça Coronel Vicente Ferreira, 55, Centro, Diogo de Vasconcelos - MG, CEP 35.437-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a sociedade empresária **DISTRIBUIDORA TEM DI TUDO LTDA**, anteriormente denominada *SOLUÇÃO EM NEGOCIOS RS LTDA*, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **47.999.358/0001-33**, com sede na **Rua Avestruz, nº 152, Bairro Dona Dina, Município de Matipó - MG, CEP 35.367-000**, e-mail *distribuidoratemditudo@gmail.com*, telefone (31) 3424-4434, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **EDUARDO PRATA DE LACERDA**, portador(a) do CPF nº 036.XXX.XXX-30, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 074/2024 e em estrita observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (arts. 106, 107 e 136, inciso III), resolvem celebrar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto:

a) A **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato originário nº 053/2025 por mais 12 (doze) meses, com fundamento no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Cláusula Segunda do instrumento contratual;

b) A **atualização cadastral e retificação subjetiva da CONTRATADA** nos registros contratuais, decorrente da alteração de sua denominação social (razão social) e de seu endereço de sede, conforme contrato social atualizado e comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ emitido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DOS DADOS DA CONTRATADA

2.1. Em razão de alteração formal averbada perante os órgãos competentes e registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 47.999.358/0001-33, atualizam-se os dados da CONTRATADA em todos os registros do Contrato nº 053/2025 e seus anexos, passando a vigorar com a seguinte qualificação:

Razão Social: DISTRIBUIDORA TEM DI TUDO LTDA
Nome Fantasia: DISTRIBUIDORA TEM DI TUDO
CNPJ/MF: 47.999.358/0001-33 (inalterado)
Endereço da Sede: Rua Avestruz, nº 152, Bairro Dona Dina, Matipó - MG, CEP 35.367-000
Endereço Eletrônico: distribuidoratemditudo@gmail.com
Telefone de Contato: (31) 3424-4434

2.2. A alteração cadastral ora processada preserva integralmente a personalidade jurídica, os direitos, os deveres, as responsabilidades e as garantias contratualmente pactuadas, não configurando descontinuidade ou sucessão irregular do vínculo, nos termos do art. 136, inciso III, e art. 137, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do Contrato nº 053/2025 fica formalmente **prorrogado por mais 12 (doze) meses**, iniciando-se em **02 de setembro de 2026** e encerrando-se em **01 de setembro de 2027**.

3.2. A presente prorrogação fundamenta-se na continuidade da necessidade do fornecimento dos materiais escolares e de expediente e na manutenção das condições e dos preços vantajosos para a Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da prorrogação contratual correrão à conta dos créditos orçamentários consignados nas dotações próprias do Município de Diogo de Vasconcelos/MG constantes da Cláusula Quarta do Contrato originário, bem como de dotações correspondentes no exercício financeiro subsequente, consignadas na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA).

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1. Ficam expressamente ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas, condições e obrigações estabelecidas no Termo de Contrato originário nº 053/2025 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO

6.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a divulgação do inteiro teor deste Termo Aditivo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 20 (vinte) dias úteis contado da data de sua assinatura, em cumprimento ao disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no sítio eletrônico oficial do Município na Internet.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1. Permanece eleito o Foro da Comarca de Mariana/MG para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Termo Aditivo e do contrato principal que não possam ser compostos administrativamente, conforme fixado na Cláusula Décima Sétima originária e no art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Diogo de Vasconcelos - MG, 25 de agosto de 2026.

JOAO CLÁUDIO DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

EDUARDO PRATA DE LACERDA
Representante Legal
Contratada

TESTEMUNHAS:

1.
Nome:
CPF:

2.
Nome:
CPF:

Publicado por:
Marco Antonio Teixeira da Silva
Código Identificador:7256BA37

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CARMO DE MINAS/MG

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CARMO DE MINAS/MG
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 0032/2026, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 007/2026 ENTRE SAAE E TECLA INFORMÁTICA LTDA - SITIO ELETRÔNICO WEBSITE

O SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CARMO DE MINAS/MG, PUBLICA O CONTRATO *ADMINISTRATIVO Nº. 0032/2026, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 007/2026, ENTRE:*
SAAE DE CARMO DE MINAS E A EMPRESA: TECLA INFORMÁTICA LTDA;

CNPJ Nº 25.641.127/0001-10;
Nº Processo: 0027/2026;
Referente ao Lote 1 Sitio Eletrônico - Website:
Do OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE LOCAÇÃO DE LICENÇA E CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO, HOSPEDAGEM E GERENCIAMENTO DE SÍTIO ELETRÔNICO INSTITUCIONAL, INCLUINDO FORNECIMENTO DE E-MAILS INSTITUCIONAIS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA PARA GERENCIAMENTO OPERACIONAL DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETA DO SAAE, DIVIDIDO EM LOTES INDEPENDENTES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS;
VALOR DA MENSALIDADE:R$ 208,00 (duzentos e oito reais);
MONTANTE AO FINAL DOS 12 (DOZE) MESES DE: R$ 2.496,00 (dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais);
NA NOVA VIGÊNCIA: de 14 de setembro de 2026 até 13 de setembro de 2027;

Carmo de Minas, 14 de Setembro de 2026.

ANA NIVEA NEVES SANTOS
Assistente Administrativo
SAAE - Carmo de Minas – MG

Publicado por:
Ana Nívea Neves Santos
Código Identificador:63057DEB

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRAPORA

SAAE PIRAPORA-MG
I RETIFICAÇÃO - AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026 PROCESSOLICITATÓRIO Nº 49/2026

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. I Retificação. Pregão Eletrônico nº 17/2026 – Processo Licitatório nº 49/2026 – com critério de julgamento do "menor preço item" com o objetivo de proporcionar maior competitividade. **Licitação Mista: Cota para ME/EPP e Ampla Concorrência**. A presente licitação será regida pela Lei Federalnº14.133/2021, de 01/04/2021, legislações pertinentes, e demais condições fixadas no instrumento convocatório. Objeto: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de tubos e conexões em PVC e ferro fundido, além de algemas e cadeados para corte de água, para manutenção e expansão dos sistemas de água e esgoto. Nova data de abertura: 1º/10/2026 às 9h**, sítio eletrônico: www.licitardigital.com.br - https://licitar.digital/, **ID: 111915.** Altera descritivo dos itens 02 e 91 para inserir novas especificações e retifica distribuição das cotas no edital. Referência de tempo: as referências de horários, nos instrumentos convocatórios e durante a sessão pública virtual, observarão o fuso horário oficial de Brasília-DF, o qual será registrado no sistema Licitar Digital e na documentação pertinente. O edital na íntegra e as informações complementares à licitação encontram-se à disposição dos interessados no endereço: av. Salmeron, nº 255 – Centro, CEP.:39.270-068, na cidade de Pirapora-MG, telefone (38) 3741-1530, no site www.saaepirapora.com.br ouwww.licitardigital.com.br ou https://licitar.digital/ ouhttps://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1

Pirapora/MG., 14 de setembro de 2026.

WEDERSON PEIXOTO RAMOS
Pregoeiro.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM
Diretor Geral do SAAE/ Pirapora-MG.

Publicado por:
Cristiano Ribeiro da Silva
Código Identificador:850B0DBC

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAISÓPOLIS

SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 004/2024

O SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Paraisópolis/MG, torna público o extrato do Segundo Termo Aditivo, oriundo do Processo Licitatório n.º 007/2024 - Pregão Presencial n.º 004/2024, Contrato n.º 004/2024, com objeto:Contratação de empresa para prestação de serviço de telefonia móvel, com ligações de longa distância nacional e acesso à Internet 05GB para uso dos servidores do SAAE e aquisição de 12 (doze) aparelhos novos, de acesso móvel, por 05 (cinco) anos, conforme especificações contidas neste edital e anexos.

PARTES: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO SAAE de Paraisópolis/MG e TELEFÔNICA BRASIL LTDA.
OBJETO: Acréscimo quantitativo consistente em R$8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), correspondente à inclusão de 06 (seis) novas linhas telefônicas, no valor mensal de R$ 210,00 (duzentos e dez reais), pelo período remanescente de 40 (quarenta) meses
de vigência contratual, o que equivale a 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) do Lei nº 14.133, de 2021.
VALOR TOTAL DO ADITIVO: R$8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).
VIGÊNCIA: de 31/08/2026 a 21/03/2029.
DATA DE ASSINATURA: 14/09/2026.

ELEANDRO DE SOUZA FRAGA
Diretor

Publicado por:
Maiara Andressa Faria de Oliveira
Código Identificador:10DBAC4F

SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG
PORTARIA Nº 042, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a adoção de medida excepcional e temporária para o pagamento em pecúnia do vale-alimentação aos servidores da autarquia municipal SAAE de Paraisópolis/MG no mês de setembro de 2026, e dá outras providências.

O Diretor do SAAE de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,
Considerando os termos do Decreto Municipal nº 4.815, de 10 de setembro de 2026, que reconheceu a situação excepcional e autorizou o pagamento em pecúnia do vale-alimentação no mês de setembro de 2026;
Considerando o teor do Parecer Jurídico nº 38/2026, emitido pela Assessoria Jurídica do Município, que validou a viabilidade jurídica da medida com base na dignidade humana, na continuidade do serviço público e nas diretrizes da LINDB;
Considerando que a empresa contratada para gerenciar os cartões informou oficialmente a esta Autarquia a sua total incapacidade de regularizar os pagamentos junto à rede credenciada e requereu a extinção do contrato administrativo;
Considerando que os servidores públicos desta Autarquia não podem sofrer prejuízos alimentares por conta do inadimplemento exclusivo da empresa operadora do benefício;
RESOLVE:
Art. 1º Fica autorizado, em caráter estritamente excepcional, transitório e restrito ao mês de setembro de 2026, o pagamento em pecúnia (dinheiro) do valor correspondente ao vale-alimentação aos servidores públicos ativos da Autarquia SAAE.

Parágrafo único. O pagamento de que trata o caput deste artigo será realizado por meio de folha complementar.
Art. 2º O valor pago em dinheiro será exatamente o mesmo que seria colocado no cartão-alimentação, mantendo-se o desconto obrigatório de 5% (cinco por cento) previsto no § 4º do art. 1º da Lei Municipal nº 2.258/2011.
Art. 3º Fica ratificada a natureza puramente indenizatória deste pagamento, o que significa que o valor não vai se incorporar aos vencimentos ou salários dos servidores para nenhum efeito legal.
Parágrafo único. Sobre este valor não haverá incidência de contribuição trabalhista ou previdenciária.
Art. 4º Esta medida emergencial cessa de forma automática logo após o pagamento no setembro de 2026, não gerando qualquer direito de continuidade em dinheiro para os meses seguintes, nem alterando o modelo padrão de cartão previsto na lei.
Art. 5º O setor administrativo e financeiro do SAAE adotará, com máxima prioridade, os trâmites necessários para a abertura de processo de extinção contratual, apuração de responsabilidade da empresa faltosa e a devida substituição da operadora para os meses seguintes.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paraisópolis/MG, 14 de setembro de 2026.

ELEANDRO DE SOUZA FRAGA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Jessica de Fatima Goria
Código Identificador:EA9F9C45

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RAUL SOARES

SAAE RAUL SOARES
EXTRATO DE CONTRATO 11/2026 E 12/2026

Extrato de Contrato nº 11/2026-Contratante: SAAE de Raul Soares/MG (CNPJ 24.089.583/0001-37). Contratada: JEFERSON EPIFANIO SILVA LTDA (CNPJ 31.064.711/0001-53). Objeto: fornecimento de placas de identificação e sinalização (itens 01 e 02). Valor: R$ 17.775,00 (dezessete mil, setecentos e setenta e cinco reais). Prazo de entrega: 30 (trinta) dias corridos. Vigência: 6 meses Dotação: 17.512.0447.5002.1753 (Ficha 33), elemento 4.4.90.52.99. Fundamento: art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021 — Dispensa de Licitação nº 90006/2026. Data da assinatura: 11/09/2026. Signatários: Cláudio Alves de Barros (Contratante) e Jeferson Epifanio Silva (Contratada). Extrato de Contrato nº 12/2026-Contratante: SAAE de Raul Soares/MG (CNPJ 24.089.583/0001-37). Contratada: ANDRADE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO LTDA (CNPJ 44.719.519/0001-08). Objeto: fornecimento de placas de sinalização e advertência (itens 03, 04, 05 e 06). Valor: R$ 1.606,00 (mil, seiscentos e seis reais). Prazo de entrega: 30 (trinta) dias corridos. Vigência: 6 meses Dotação: 17.512.0447.5002.1753 (Ficha 33), elemento 4.4.90.52.99. Fundamento: art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021 — Dispensa de Licitação nº 90006/2026. Data da assinatura: 14/09/2026. Signatários: Cláudio Alves de Barros (Contratante) e Aline Aparecida de Andrade (Contratada).

Raul Soares-MG, 14 de setembro de 2026.

CLÁUDIO ALVES DE BARROS -
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Maria do Carmo Oliveira da Cunha Fernandes
Código Identificador:0379A605

SAAE RAUL SOARES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA ADESÃO

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a Adesão à Ata de Registro de Preços nº 18/2025 (CODAP), vinculada ao Processo Administrativo nº 800035/2026, que tem por objeto a adesão à Ata de Registro de Preços nº 18/2025, decorrente do Pregão Eletrônico n° 12/2025 (Processo Licitatório n° 19/2025), gerenciada pelo Consórcio Público para Desenvolvimento do Alto Paraopeba - CODAP, para aquisição de veículo utilitário tipo pickup, cabine simples (caminhonete), 0 km, conforme necessidades do SAAE de Raul Soares. Ratificado em favor de: JJM Automóveis e Serviços Ltda (CNPJ 17.426.228/0001-40), conforme qualificação constante da Ata de Registro de Preços nº 18/2025, no valor total de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), por encontrar-se o processo devidamente instruído. Data: 11/09/2026.

Raul Soares-MG, 14 de setembro de 2026.

CLÁUDIO ALVES DE BARROS –
Diretor do SAAE.

Publicado por:
Maria do Carmo Oliveira da Cunha Fernandes
Código Identificador:D90D918B

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG

SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA - SEMASA DE CARANGOLA/MG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2026

O SEMASA DE CARANGOLA-MG TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2026, Processo nº 026/2026, inexigibildade nº 004/2026. CONTRATANTE: SEMASA. CONTRATADO: banco bradesco s.a. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO DE CONTAS DE ÁGUA E ESGOTO E OUTROS SERVIÇOS EMITIDOS PELO SEMASA. FORMA DE PAGAMENTO: conforme clúausla onze do contrato. VIGÊNCIA: de 01/10/2026 a 30/09/2027. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 17.1222.0021.6001-3.3.90.39.00. Assinatura do Contrato: 11/09/2026.

VITOR HUGO COSENZA NEVES.
Diretor Geral SEMASA/CGA.

Publicado por:
Renata Izidoro Lima Heinisch
Código Identificador:7DAD5F39

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA

CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA
5º (QUINTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2023, CUJO OBJETO CONSISTE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO (SST), PARA ATENDER O QUADRO DE SERVIDORES LOTADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG.

5º (QUINTO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2023, CUJO OBJETO CONSISTE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO (SST), PARA ATENDER O QUADRO DE SERVIDORES LOTADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA/MG.

Pelo presente instrumento, de um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA**, Estado de Minas Gerais, sediada na Praça Deputado Renato Azeredo, nº 15, Centro, Conquista/MG, CEP 38.195-000, inscrita no CNPJ nº 23.371.883/0001-41, neste ato representada por seu Presidente, Airton

Lucas de Oliveira, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, **AMO – ASSESSORIA MÉDICA OCUPACIONAL DE SACRAMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 44.580.329/0001-44, com sede na Rua São Pedro, nº 160, Centro, Sacramento/MG, CEP 38.190-000, neste ato representada por seu responsável legal, Carlos Henrique Santos de Pádua, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente 5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 016/2023, decorrente do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 019/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a formalização do reajustamento dos preços do Contrato Administrativo nº 016/2023, mediante aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, conforme memória de cálculo constante dos autos do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 019/2023.

1.2. O reajustamento ora formalizado refere-se à anualidade correspondente ao período de julho de 2025 a julho de 2026, observada a data-base adotada no processo administrativo e o interregno mínimo de 12 (doze) meses exigido pela legislação aplicável.

1.3. O reajustamento é formalizado em razão da ausência de cláusula específica no contrato originário estabelecendo os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento, suprindo-se, por meio do presente instrumento, a referida omissão, nos termos dos arts. 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/1993, do art. 3º da Lei nº 10.192/2001 e do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

1.4. O percentual efetivamente aplicado ao contrato será aquele apurado na memória de cálculo constante dos autos, observada a variação oficialmente divulgada do INPC correspondente ao período de reajustamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES REAJUSTADOS

2.1. Em decorrência do reajustamento previsto na Cláusula Primeira, os preços unitários dos serviços contratados passam a vigorar conforme os valores abaixo:

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR APÓS REAJUSTE	VALOR TOTAL
1	Serv.	01	**Elaboração do Laudo de LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho).** LTCAT, conforme estabelece o art. 58 da lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social, o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho, tem como objetivo identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física do trabalhador, para fins de concessão da aposentadoria especial e caracterização de insalubridade.	**R$ 600,00**	**R$ 625,90**	**R$ 625,90**
2	Serv.	01	**Elaboração do PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos).** Elaboração do PGR de acordo com a NR 01, com inventário de risco contendo descrição dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde, identificação das fontes ou circunstâncias, indicação do grupo de trabalhadores sujeitos aos riscos, classificação do risco pela severidade e probabilidade, controle dos riscos e medidas preventivas e a elaboração do plano de ação e cronograma de execução.	**R$ 600,00**	**R$ 625,90**	**R$ 625,90**
3	Serv.	01	**ELABORAÇÃO DO PCMSO – PROGRAMA CONTROLE MÉDICO SAÚDE OCUPACIONAL** Elaborar PCMSO conforme NR 07 tendo como principal objetivo proteger e preservar a saúde de seus empregados em relação aos riscos ocupacionais, conforme avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Risco - PGR da organização.	**R$ 600,00**	**R$ 625,90**	**R$ 625,90**
4	Mês	12	**Alimentação de eventos ao e-Social** Envio dos eventos S-2210 - Comunicação De Acidente No Trabalho, S-2220 - Monitoramento De Saúde Do Trabalhador e S-2240 - Condições Ambientais Do Trabalho Agentes Nocivos, conforme estabelecido no Manual De Orientação do e-Social e suas alterações disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e emprego.	**R$ 118,80**	**R$ 123,93**	**R$ 1.486,80**
5	Serv.	34	**Elaboração de atestados de saúde ocupacional (ASO's)** Objetiva a redução do adoecimento dos trabalhadores e acompanha a exposição dos trabalhadores a riscos do ambiente de trabalho garantindo sua saúde e bem-estar. Composto por exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, mudança de função e retorno ao trabalho.	**R$ 40,00**	**R$ 41,73**	**R$ 1.418,82**
6	Serv.	01	**Análise ergonômica em posto de trabalho, conforme exigências contidas na NR 17.** A Análise Ergonômica tem a finalidade de estabelecer parâmetros visando adaptar as condições de trabalho as características psicofisiológicas dos trabalhadores.	**R$ 930,00**	**R$ 970,14**	**R$ 970,14**
7	Serv.	12	**Elaboração de PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário).** Este documento traz os dados informados pela empresa sobre as condições de trabalho e de exposição a agentes prejudiciais à saúde do colaborador (empregado, prestador de serviço cooperado ou trabalhador avulso).	**R$ 0,00**	-	**R$ 0,00**
8	Serv.	2	Eletrocardiograma-ECG	**R$ 27,00**	**R$ 28,17**	**R$ 56,34**
9	Serv.	2	Hemoglobina glicada - A1C - Sangue	**R$ 26,00**	**R$ 27,12**	**R$ 54,24**
10	Serv.	2	Avaliação Psicossocial	**R$ 35,00**	**R$ 36,51**	**R$ 73,02**
11	Serv.	2	Acuidade Visual	**R$ 20,00**	**R$ 20,86**	**R$ 41,72**
12	Serv.	1	Exame Audiométrico	**R$ 30,00**	**R$ 31,29**	**R$ 31,29**
13	Serv.	2	Teste Romberg	**R$ 19,00**	**R$ 19,82**	**R$ 39,64**
VALOR TOTAL						**R$ 6.049,71**

2.2. Em razão do reajustamento, o valor global estimado para o período passa a ser de **R$ 6.049,71 (seis mil, quarenta e nove reais e setenta e um centavos)**, conforme memória de cálculo constante dos autos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS EFEITOS FINANCEIROS

3.1. O reajustamento dos preços ora formalizado produzirá efeitos financeiros a partir de 10 de agosto de 2026, data em que se aperfeiçoou o interregno mínimo de 12 (doze) meses para a incidência do reajustamento, observada a data-base adotada no processo administrativo.

3.2. Os valores eventualmente devidos à CONTRATADA em razão da aplicação dos preços reajustados a partir de 01 de setembro de 2026 até a data da assinatura deste Termo Aditivo serão apurados pela CONTRATANTE e pagos de acordo com a efetiva prestação dos serviços e com as disposições contratuais aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA – DA NATUREZA DO REAJUSTAMENTO

4.1. O reajustamento previsto neste Termo Aditivo constitui reajuste em sentido estrito, destinado à atualização dos preços contratuais em razão da variação ordinária dos preços, não se confundindo com a revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro prevista na Cláusula Décima Sexta do Contrato Administrativo nº 016/2023.

4.2. O presente reajustamento não implica alteração do objeto, das especificações ou dos quantitativos dos serviços contratados, limitando-se à atualização monetária dos preços originalmente pactuados e daqueles regularmente incorporados ao contrato por termos aditivos anteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

5.1. O presente Termo Aditivo fundamenta-se nos arts. 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/1993, no art. 3º da Lei nº 10.192/2001, no art. 37, XXI, da Constituição Federal, bem como na jurisprudência do Tribunal de Contas da União que reconhece que a ausência de cláusula específica de reajustamento constitui falha formal que não impede o reconhecimento do direito ao reajuste, podendo a omissão ser sanada mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

6.1. Permanecem ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 016/2023 e em seus termos aditivos anteriores, desde que não contrariem as disposições deste instrumento.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

CONQUISTA/MG, 01 de setembro de 2026.

AIRTON LUCAS DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara Municipal

CARLOS HENRIQUE SANTOS DE PÁDUA
Representante Legal da Contratada

Testemunhas:
1) _____
CPF nº. _____

2) _____
CPF nº. _____

Publicado por:
Mayara Faria Bizinoto
Código Identificador:AA88C546

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI

CISAMAPI
DECRETO N° 341 DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe o regulamento das normas de gestão, arquivamento e temporalidade de documentos do Consórcio Intermunicipal da Microrregião de Saúde do Vale do Piranga – CISAMAPI , dispõe sobre o tratamento de documentos físicos, nato-digitais e digitalizados, institui o Programa de Gestão Documental Digital – PGDD, estabelece normas de segurança da informação e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal da Microrregião de Saúde do Vale do Piranga - CISAMAPI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela consolidação de contrato de consórcio público do CISAMAPI e,

CONSIDERANDO que o CISAMAPI é um consórcio público constituído nos termos da Lei nº 11. 107, de 6 de abril de 2005, e do Decreto nº 6. 017, de 17 de janeiro de 2007, dotado de personalidade jurídica de direito público e sujeito às normas de direito público em sua gestão administrativa e documental;

CONSIDERANDO que o regime jurídico dos empregados do CISAMAPI é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT , aprovada pelo Decreto-Lei nº 5. 452, de 1º de maio de 1943, impondo a adoção de critérios específicos para a guarda e conservação de documentos funcionais e de folha de pagamento;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 8. 159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e nos atos normativos complementares expedidos pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ ;

CONSIDERANDO o Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, que estabelece a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD , que disciplina o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoas jurídicas de direito público, com especial atenção à proteção de dados sensíveis de saúde dos pacientes atendidos pelo CISAMAPI ;

CONSIDERANDO a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação – LAI, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Resolução do CONARQ nº 40, de 9 de dezembro de 2014, que dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, e a necessidade de adoção de procedimentos uniformes para a gestão do acervo documental do CISAMAPI;

CONSIDERANDO a Resolução do CONARQ nº 37, de 19 de dezembro de 2012, que aprova as Diretrizes para a Presunção de Autenticidade de Documentos Arquivísticos Digitais, impondo ao CISAMAPI a adoção de mecanismos que garantam a autenticidade, a integridade e a disponibilidade dos documentos digitais;

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Federal de Medicina – CFM nº 2. 299, de 30 de setembro de 2021, que regulamenta o uso de sistemas informatizados para a guarda e manuseio do prontuário eletrônico do paciente, e a necessidade de adequação dos sistemas do CISAMAPI às exigências técnicas e éticas para o arquivamento de registros de saúde;

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 2. 200-2, de 24 de agosto de 2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP-Brasil, e a necessidade de utilização de assinatura digital com certificação reconhecida para conferir validade jurídica aos documentos eletrônicos produzidos e recebidos pelo CISAMAPI ;

CONSIDERANDO a necessidade de modernização da gestão documental do CISAMAPI , com a implementação de processos de transição do suporte físico para o suporte digital, a adoção de repositórios arquivísticos digitais confiáveis e a eliminação segura de documentos físicos substituídos por versões digitalizadas devidamente certificadas;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios uniformes, seguros e eficientes para a produção, tramitação, uso, avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo, garantindo a transparência, a rastreabilidade e a conformidade legal de todos os atos administrativos praticados pelo CISAMAPI ,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta as normas de gestão, arquivamento e temporalidade de documentos produzidos e recebidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Piranga – CISAMAPI , no exercício de suas atividades administrativas, assistenciais, financeiras, contábeis e de pessoal.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:
I – documento de arquivo: toda informação registrada em qualquer suporte, produzida ou recebida pelo CISAMAPI no exercício de suas atividades, que constitua elemento de prova ou informação;
II – documento físico: documento produzido e mantido em suporte papel ou outro suporte não digital;
III – documento nato-digital: documento criado originariamente em meio eletrônico ou digital, que nunca existiu em suporte físico, produzido por sistemas informatizados ou aplicativos de processamento de dados;
IV – documento digitalizado: documento obtido a partir da conversão de um documento físico para o formato digital, por meio de processo de digitalização;
V – temporalidade documental: prazo de guarda e destinação final estabelecidos para cada tipo documental, conforme sua frequência de uso, valor probatório e interesse histórico;
VI – arquivo corrente: conjunto de documentos em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes;
VII – arquivo intermediário: conjunto de documentos com uso esporádico, aguardando destinação final;
VIII – arquivo permanente: conjunto de documentos de valor histórico, probatório e informativo, que devem ser definitivamente preservados;
IX –Tabela de Temporalidade Documental – TTD : instrumento de gestão arquivística que determina os prazos de guarda e a destinação final dos documentos;
X – eliminação de documentos: destruição de documentos destituídos de valor que justifique sua guarda;
XI – Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA: órgão colegiado responsável pela orientação e realização do processo de análise, avaliação e seleção de documentos;
XII – digitalização: processo de conversão de documentos em suporte físico para o formato digital, mediante o uso de equipamento óptico eletrônico;
XIII – metadados: dados estruturados que descrevem, explicam, localizam ou tornam mais fácil recuperar, usar ou gerenciar um recurso de informação;
XIV – assinatura digital: resultado de uma operação matemática que utiliza algoritmos de criptografia assimétrica e permite aferir, com segurança, a origem e a integridade de um documento;
XV – repositório arquivístico digital confiável: sistema para armazenamento e gerenciamento de documentos arquivísticos digitais que garante a autenticidade, a integridade e a disponibilidade dos documentos a longo prazo;
XVI – Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos – SIGAD: sistema de gestão de documentos arquivísticos em ambiente digital.

CAPÍTULO II
PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º A gestão documental do CISAMAPI rege-se pelos seguintes princípios:
I – legalidade, observando a legislação federal e as normas do CONARQ aplicáveis aos consórcios públicos;
II – publicidade, assegurando o acesso às informações nos termos da Lei nº 12. 527, de 2011 – Lei de Acesso à Informação – LAI;
III – eficiência, promovendo a racionalização dos procedimentos de produção, tramitação, uso e destinação de documentos;
IV – integridade, garantindo a autenticidade e a fidedignidade dos documentos em qualquer suporte;
V – privacidade e proteção de dados, observando a Lei nº 13. 709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, especialmente quanto aos dados sensíveis de saúde dos pacientes atendidos pelo CISAMAPI ;
VI – preservação da memória institucional, assegurando a guarda permanente de documentos de valor histórico.

Art. 4º São objetivos da gestão documental do CISAMAPI :
I – garantir o acesso rápido e seguro às informações necessárias ao exercício das atividades institucionais;
II – assegurar o cumprimento dos prazos legais de guarda de documentos;
III – promover a eliminação criteriosa de documentos destituídos de valor administrativo, legal ou histórico;

IV – proteger os dados pessoais e sensíveis dos pacientes e empregados do CISAMAPI ;
V – modernizar a gestão documental por meio da transição para o ambiente digital;
VI – garantir a rastreabilidade e a transparência dos atos administrativos.

CAPÍTULO III
CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Art. 5º Os documentos do CISAMAPI classificam-se quanto à natureza em:
I – ostensivos: documentos de livre acesso, sem restrição de consulta;
II – restritos: documentos cujo acesso é limitado a determinados agentes em razão de sigilo legal, privacidade ou interesse institucional;
III – sigilosos: documentos que, por sua natureza, exigem medidas especiais de proteção, incluindo os que contêm dados pessoais sensíveis de saúde dos pacientes.

Art. 6º Quanto ao suporte, os documentos classificam-se em:
I – físicos: produzidos e mantidos em papel ou outro suporte não digital;
II – nato-digitais: produzidos originariamente em meio eletrônico;
III – digitalizados: resultantes da conversão de documentos físicos para o formato digital.

Art. 7º Quanto à espécie e tipologia, os documentos do CISAMAPI compreendem:
I – documentos de saúde e histórico médico de pacientes: prontuários, registros de consultas, exames, relatórios cirúrgicos, atendimentos hospitalares, laudos, receituários e demais documentos clínicos;
II – documentos de licitação e contratos: editais, propostas, atas de julgamento, contratos, aditivos, ordens de serviço, notas de empenho e documentos correlatos;
III – documentos financeiros, contábeis e fiscais: balancetes, balanços, notas fiscais, comprovantes de pagamento, empenhos, ordens bancárias, prestações de contas e documentos correlatos;
IV – documentos de pessoal: folhas de pagamento, fichas funcionais, contratos de trabalho, registros de férias, rescisões, holerites, documentos do e-Social e documentos correlatos regidos pela CLT ;
V – documentos patrimoniais: tombamentos, inventários, termos de baixa, registros de veículos e imóveis;
VI – documentos administrativos e institucionais: atos normativos, atas de reunião, correspondências, relatórios de gestão e documentos correlatos.

CAPÍTULO IV
FASES DO ARQUIVO

Art. 8º O ciclo de vida dos documentos do CISAMAPI compreende três fases:
I – arquivo corrente;
II – arquivo intermediário;
III – arquivo permanente.

Art. 9º O arquivo corrente abrange os documentos em tramitação ou de consulta frequente, mantidos nas unidades produtoras ou em local de fácil acesso.

Art. 10. O arquivo intermediário abrange os documentos que aguardam cumprimento de prazos legais ou administrativos, com consulta esporádica, podendo ser armazenados em local centralizado.

Art. 11. O arquivo permanente abrange os documentos de valor histórico, probatório ou informativo que devem ser preservados indefinidamente, sendo vedada a sua eliminação.

CAPÍTULO V
NORMAS ESPECÍFICAS POR TIPOLOGIA DOCUMENTAL

Seção I
Documentos de Saúde e Histórico Médico

Art. 12. Os documentos de saúde e histórico médico dos pacientes atendidos pelo CISAMAPI são considerados dados pessoais sensíveis nos termos do art. 5º , inciso II, da LGPD, sujeitando-se às medidas reforçadas de proteção previstas neste Decreto.

Art. 13. Os prontuários e demais registros clínicos dos pacientes devem ser mantidos em arquivo corrente pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos após o último atendimento, transferidos para o arquivo intermediário pelo prazo de15 (quinze) anos e, após avaliação pela Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA , destinados à guarda permanente ou eliminação conforme a Tabela de Temporalidade Documental – TTD constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 14. É vedada a eliminação de prontuários de pacientes menores de18 (dezoito)anos antes do completamento da maioridade, independentemente dos prazos estabelecidos na TTD .

Seção II
Documentos de Licitação e Contratos

Art. 15. Os documentos relativos a processos licitatórios e contratos firmados pelo CISAMAPI devem ser mantidos em arquivo corrente durante a vigência do contrato e por 5 (cinco) anos após o encerramento, transferidos ao arquivo intermediário por 5 (cinco) anos adicionais e, após avaliação, destinados à guarda permanente ou eliminação conforme a TTD .

Art. 16. Os processos de licitação encerrados sem contratação devem ser arquivados pelo prazo de 5 (cinco) anos em arquivo corrente, seguidos de 5 (cinco) anos em arquivo intermediário.

Seção III
Documentos Financeiros, Contábeis e Fiscais

Art. 17. Os documentos financeiros, contábeis e fiscais do CISAMAPI devem observar os prazos estabelecidos na TTD , CONSIDERANDO as exigências do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG e da Secretaria do Tesouro Nacional –STN.

Art. 18. As notas fiscais, comprovantes de pagamento, empenhos e ordens bancárias devem ser mantidos em arquivo corrente pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e em arquivo intermediário por 5 (cinco) anos adicionais, observado o prazo prescricional de ações relacionadas.

Seção IV
Documentos de Pessoal e Folha de Pagamento
Art. 19.Os documentos de pessoal dos empregados do CISAMAPI, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT , devem ser mantidos pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos após a rescisão do contrato de trabalho para os documentos de natureza trabalhista, e de 30 (trinta)anos para os documentos relativos à Previdência Social e ao FGTS, observado o disposto na legislação específica.

Art. 20. As folhas de pagamento devem ser mantidas em arquivo corrente pelo prazo de 5 (cinco) anos e em arquivo intermediário por 25 (vinte e cinco) anos adicionais, em razão de sua natureza previdenciária.

Seção V
Documentos Patrimoniais

Art. 21. Os documentos relativos ao patrimônio do CISAMAPI devem ser mantidos em arquivo corrente durante a vigência do bem patrimonial e por 5 (cinco) anos após o desfazimento, sendo os documentos de aquisição de bens imóveis mantidos em guarda permanente.
Seção VI
Documentos Administrativos e Institucionais

Art. 22. Os atos normativos, atas de assembleia, atas do Conselho de Prefeitos e documentos constitutivos do CISAMAPI são de guarda permanente, vedada sua eliminação.

CAPÍTULO VI
DOCUMENTOS NATO-DIGITAIS E DOCUMENTOS DIGITALIZADOS

Seção I
Disposições Gerais

Art. 23. Para os fins deste Capítulo, considera-se:
I – documento nato-digital: aquele criado originariamente em meio eletrônico, que nunca existiu em suporte físico;
II – documento digitalizado: aquele obtido a partir da conversão de um documento físico para o formato digital;
III – digitalização: processo de conversão de documentos físicos para o formato digital, mediante o uso de equipamento de captura óptica ou eletrônica;
IV – metadados: conjunto de dados estruturados que descrevem, contextualizam e permitem a recuperação, o uso e o gerenciamento de documentos digitais;
V – assinatura digital: resultado de operação matemática que utiliza algoritmos de criptografia assimétrica reconhecidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP-Brasil, permitindo aferir a origem e a integridade do documento;
VI – repositório arquivístico digital confiável: sistema para armazenamento e gerenciamento de documentos arquivísticos digitais, que garante autenticidade, integridade e disponibilidade dos documentos a longo prazo;
VII – valor legal equivalente: equiparação dos efeitos jurídicos dos documentos digitais e digitalizados, nos termos do Decreto nº 10. 278, de 2020, aos documentos físicos originais.
VIII - anonimização: Processo irreversível em que o titular não pode ser identificado com meios técnicos razoáveis, sendo que o dado deixa de ser considerado dado pessoal.
IX - pseudonimização: É um processo reversível mediante a utilização de identificadores direto, como nome ou CPF em que ocorrem a substituição por pseudônimos como códigos ou hashes, e informações adicionais que permitem a reidentificação que são mantidas separadamente.

Art. 24. Os documentos nato-digitais e os documentos digitalizados produzirão os mesmos efeitos legais que os documentos em suporte físico, desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:
I – produção ou conversão em conformidade com as normas técnicas estabelecidas neste Decreto e no Decreto nº 10. 278, de 2020;
II – utilização de assinatura digital com certificado emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP-Brasil, ou outro meio de comprovação de autoria e integridade admitido em lei;
III – indexação com metadados mínimos que garantam a rastreabilidade, a autenticidade e a recuperação do documento;
IV – armazenamento em repositório arquivístico digital confiável, com controle de versões, registro de auditoria e redundância de dados;
V – observância dos prazos de guarda e das destinações finais estabelecidos na Tabela de Temporalidade Documental – TTD constante do Anexo Único deste Decreto.

Seção II
Documentos Nato-Digitais

Art. 25. Os documentos nato-digitais produzidos pelo CISAMAPI devem observar os seguintes requisitos técnicos obrigatórios:
I – produção no formato PDF/A(ISO 19005) ou outro formato aberto e não proprietário definido pelo CONARQ , que garanta a preservação e o acesso a longo prazo;
II – inclusão de metadados mínimos no momento da criação, compreendendo: identificação do produtor, data e hora de criação, classificação conforme o plano de classificação documental, nível de acesso e palavras-chave;
III – assinatura digital com certificado reconhecido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP-Brasil, obrigatória para documentos com efeitos jurídicos externos;
IV – armazenamento em Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos –SIGAD, com controle de versões, registro de log de auditoria, redundância de dados em pelo menos dois servidores distintos e política de backup automatizado;
V – adoção de mecanismos de verificação de integridade por meio de hash criptográfico, aplicado no momento da criação e renovado periodicamente.

Art. 26. Os contratos, aditivos, empenhos, notas fiscais eletrônicas –NF-e, ordens bancárias e demais documentos financeiros nato-digitais do CISAMAPI devem, adicionalmente:
I – ser registrados no sistema de gestão financeira do CISAMAPI com número de identificação único;
II – garantir interoperabilidade com os sistemas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG e da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;
III – ser arquivados em conformidade com os prazos estabelecidos na TTD , observando as exigências do TCEMG quanto à prestação de contas.

Seção III
Documentos Digitalizados

Art. 27. O processo de digitalização de documentos físicos do CISAMAPI deve atender aos seguintes requisitos técnicos mínimos:
I – resolução mínima de300 DPI (pontos por polegada) para documentos textuais e de 600 DPI para documentos que contenham imagens, fotografias, gráficos ou elementos gráficos relevantes;
II – uso do formato PDF/A(ISO 19005) para arquivamento, com camada de texto reconhecida por meio de tecnologia de Reconhecimento Óptico de Caracteres –OCR, quando tecnicamente viável;
III – inclusão de metadados no momento da digitalização, compreendendo: data de digitalização, identificação do operador responsável, equipamento utilizado, resolução adotada, formato do arquivo e referência ao documento físico original;
IV – verificação de qualidade após a digitalização, certificando a legibilidade, a integridade e a fidelidade da imagem ao documento físico original;
V – aplicação de assinatura digital no arquivo gerado, com certificado reconhecido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP-Brasil, para garantir a autenticidade do documento digitalizado.

Art. 28. A digitalização de documentos poderá ser executada por empregados do CISAMAPI devidamente capacitados ou por empresa especializada contratada para esse fim, mediante processo licitatório, observando-se, em qualquer caso, as normas técnicas deste Decreto.

Art. 29.São categorias de digitalização obrigatória e prioritária no CISAMAPI :
I – prontuários médicos e registros de saúde dos pacientes atendidos;
II – contratos, aditivos e instrumentos congêneres firmados pelo CISAMAPI ;
III – processos de licitação encerrados;
IV – folhas de pagamento e documentos funcionais dos empregados;
V – documentos contábeis e financeiros;
VI – atos normativos, atas e demais documentos institucionais.

Seção IV
Eliminação de Documentos Físicos após Digitalização

Art. 30. Após a conclusão do processo de digitalização, os documentos físicos poderão ser eliminados, desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:
I – conclusão do processo de digitalização em conformidade com os requisitos técnicos estabelecidos no art. 27 deste Decreto;
II – verificação e validação da qualidade da imagem digitalizada, atestando a fidelidade ao documento físico original;
III – aplicação de assinatura digital no arquivo gerado, com certificado reconhecido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP-Brasil;
IV – armazenamento do arquivo digital em repositório arquivístico digital confiável, com no mínimo dois backups em locais fisicamente distintos;
V – elaboração e aprovação do Termo de Eliminação de Documentos Físicos Digitalizados pela Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA ;
VI – publicação de Edital de Ciência de Eliminação com prazo mínimo de30 (trinta) dias para manifestações, nos termos da Resolução do CONARQ nº 40, de 2014.

Art. 31. É vedada a eliminação de documentos físicos digitalizados nas seguintes hipóteses:
I – documentos considerados de guarda permanente nos termos da TTD , em razão de seu valor histórico, probatório ou informativo;
II – documentos cujas assinaturas ou características físicas originais não possam ser adequadamente verificadas ou reproduzidas pelo processo de digitalização, a juízo da CADA;
III – documentos exigidos em formato físico original por legislação específica, normas do TCEMG ou determinação judicial;
IV – prontuários médicos cujo paciente ainda se encontre em tratamento ativo junto ao CISAMAPI ;
V – documentos objeto de investigação administrativa, inquérito ou processo judicial em curso.

Art. 32. O Termo de Eliminação de Documentos Físicos Digitalizados deverá conter:
I – identificação dos documentos eliminados, com número de série ou código de controle;
II – data e local da eliminação;
III – método de destruição física utilizado, que deverá ser irreversível, preferencialmente fragmentação mecânica ou incineração;
IV – identificação dos responsáveis pela execução e pela supervisão do processo;
V – referência ao processo de digitalização correspondente e à localização dos arquivos digitais;
VI – assinatura dos membros da CADA presentes.

Art. 33. A destruição física dos documentos eliminados será realizada de forma irreversível, preferencialmente por meio de fragmentação mecânica ou incineração, sendo lavrada ata circunstanciada do processo, assinada pelos membros da CADA e arquivada em caráter permanente.

Seção V
Processo de Transição dos Documentos Físicos para o Ambiente Digital

Art. 34. Fica instituído o Programa de Gestão Documental Digital – PGDD do CISAMAPI , destinado a regulamentar e executar a transição progressiva do acervo documental físico para o suporte digital.

Art. 35. O PGDD será implementado em 5 (cinco) fases, com os seguintes prazos e atividades:

I – Fase 1 – Diagnóstico e Planejamento (prazo: 90 dias contados da publicação deste Decreto): realização de diagnóstico completo do acervo físico, com identificação e quantificação dos documentos por tipologia, identificação dos documentos prioritários para digitalização, avaliação da infraestrutura tecnológica disponível e elaboração do Plano de Digitalização;
II – Fase 2 – Infraestrutura e Capacitação (prazo: 180 dias contados da publicação deste Decreto): aquisição ou contratação dos equipamentos, sistemas e serviços necessários à digitalização, configuração do repositório arquivístico digital confiável, capacitação dos empregados envolvidos no processo e publicação do Plano de Digitalização no sítio eletrônico do CISAMAPI ;
III – Fase 3 – Digitalização Prioritária (prazo: 12 meses contados da publicação deste Decreto): digitalização dos documentos identificados como prioritários na Fase 1, especialmente os das categorias previstas no art. 29 deste Decreto, com aplicação de todos os requisitos técnicos obrigatórios;
IV – Fase 4 – Acervo Remanescente (prazo: 24 meses contados da publicação deste Decreto): digitalização do acervo documental físico remanescente, com priorização definida pela CADA conforme critérios de valor, frequência de consulta e prazo de guarda residual;
V – Fase 5 – Encerramento e Eliminação (prazo: contínuo, após a conclusão das fases anteriores): avaliação final do acervo digitalizado, elaboração dos Termos de Eliminação, realização do Edital de Ciência e eliminação definitiva dos documentos físicos que atendam aos requisitos previstos no art. 30 deste Decreto.

Art. 36. O Plano de Digitalização, elaborado na Fase 1 do PGDD , deverá conter obrigatoriamente:
I – diagnóstico quantitativo e qualitativo do acervo físico, por tipologia documental;
II – cronograma detalhado de digitalização, com metas e indicadores de desempenho;
III – especificações técnicas dos equipamentos e sistemas a serem utilizados;
IV – definição dos metadados mínimos a serem inseridos por tipologia documental;
V – procedimentos de controle de qualidade e validação dos arquivos gerados;
VI – protocolo de segurança da informação aplicável ao processo de digitalização;
VII – estimativa de custos e fonte de recursos para execução do Plano.

Art. 37. Durante o período de transição, enquanto o processo de digitalização estiver em curso, o CISAMAPI deverá manter controle paralelo dos acervos físico e digital, por meio de inventário atualizado, indicando para cada documento: localização física, situação da digitalização, localização do arquivo digital e prazo de guarda remanescente.

Art. 38. As medidas de salvaguarda durante o processo de transição compreendem:
I – manutenção dos documentos físicos em condições adequadas de conservação até a conclusão da digitalização e validação dos arquivos digitais correspondentes;
II – vedação da eliminação de qualquer documento físico antes da conclusão e validação de sua versão digitalizada;
III – realização de backups diários dos arquivos digitalizados durante o processo de transição;
IV – designação formal de empregado responsável pelo controle e pela supervisão de cada etapa do processo de transição.

Art. 39. O PGDD será gerido pela Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA, com supervisão da Diretoria Administrativa do CISAMAPI, que deverá aprovar formalmente o Plano de Digitalização e os Termos de Eliminação correspondentes.

Seção VI

Normas de Segurança dos Documentos Eletrônicos Nato-Digitais e Digitalizados

Art. 40. A segurança dos documentos eletrônicos nato-digitais e digitalizados do CISAMAPI será garantida mediante a adoção das seguintes medidas obrigatórias:
I – controle de acesso por autenticação forte, com múltiplos fatores de verificação, e gestão de identidade e privilégios mínimos para cada perfil de usuário;
II – registro de logs de auditoria de todos os acessos, alterações, exclusões e movimentações de documentos, com retenção mínima de 5 (cinco) anos;
III – criptografia de dados em repouso e em trânsito, com uso de protocolos e algoritmos reconhecidos como seguros pelos órgãos competentes;
IV – realização de backups diários automáticos, com armazenamento em pelo menos dois ambientes fisicamente distintos e realização de testes de restauração trimestrais;
V – instalação e manutenção de sistemas de detecção e prevenção de intrusões –IDS/IPS, firewall e antivírus atualizados;
VI – política de senhas com requisitos mínimos de complexidade, expiração periódica e bloqueio automático após tentativas de acesso malsucedidas;
VII – revogação imediata de credenciais de acesso em caso de desligamento, afastamento ou mudança de função do empregado;
VIII – realização de varredura periódica de vulnerabilidades nos sistemas que armazenam documentos eletrônicos, com periodicidade mínima trimestral;
IX – aplicação de hash criptográfico em todos os documentos armazenados, com verificação periódica de integridade;
X – atualização regular dos sistemas operacionais, aplicativos e firmware dos equipamentos utilizados no armazenamento e processamento de documentos digitais.

Art. 41. Os documentos eletrônicos classificam-se quanto ao nível de segurança em:
I – ostensivos: documentos de acesso irrestrito, disponíveis para consulta por qualquer empregado ou, quando for o caso, pelo público em geral, nos termos da Lei nº 12. 527/2011;
II – restritos: documentos cujo acesso é limitado a determinados perfis de usuário em razão de sigilo funcional, estratégico ou de interesse institucional;
III – sigilosos: documentos que contêm dados pessoais sensíveis, incluindo os dados de saúde dos pacientes atendidos pelo CISAMAPI , sujeitos às medidas reforçadas de proteção previstas na LGPD.

Art. 42. Os documentos eletrônicos que contenham dados pessoais sensíveis de saúde dos pacientes atendidos pelo CISAMAPI estão sujeitos, adicionalmente, às seguintes medidas de segurança:
I – armazenamento em servidor dedicado e segregado dos demais sistemas do CISAMAPI , com controle de acesso independente;
II – criptografia ponta a ponta no tráfego de dados, com certificado digital reconhecido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP-Brasil;
III – anonimização ou pseudonimização dos dados quando utilizados para fins estatísticos, de pesquisa ou de formação profissional;
IV – registro de todas as hipóteses de tratamento de dados de saúde, com identificação do agente responsável, da finalidade e da base legal, nos termos da LGPD;
V – notificação imediata à Autoridade Nacional de Proteção de Dados –ANPD em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano a titulares dos dados.

Art. 43. Fica instituído o Protocolo de Resposta a Incidentes de Segurança Documental – PRISD do CISAMAPI , com os seguintes procedimentos obrigatórios e prazos máximos:
I – contenção: isolamento imediato dos sistemas afetados, no prazo máximo de 02 (duas)horas após a identificação do incidente;
II – comunicação interna: notificação à Diretoria Executiva do CISAMAPI , no prazo máximo de 04 (quatro)horas após a identificação;
III – comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD: notificação nos termos do art. 48 da LGPD, no prazo máximo de72 (setenta e duas)horas após a confirmação do incidente envolvendo dados pessoais;
IV – comunicação ao Conselho de Prefeitos: relatório circunstanciado do incidente, no prazo máximo de15 (quinze) dias após sua ocorrência;
V – elaboração de relatório técnico: documentação completa do incidente, das medidas adotadas e das lições aprendidas, arquivado em caráter permanente.

Art. 44. O CISAMAPI deverá elaborar e manter atualizado um Plano de Continuidade de Negócios –PCN, contemplando:
I – definição do Objetivo de Ponto de Recuperação – POR máximo admissível para cada sistema de arquivamento documental;
II – definição do Objetivo de Tempo de Recuperação – RTO máximo admissível para restauração dos sistemas após incidente;
III – procedimentos de recuperação de desastres, com responsáveis designados e cronograma de atuação;
IV – realização de simulações e testes do PCN com periodicidade mínima anual.

Art. 45. A capacitação em segurança da informação é obrigatória para todos os empregados do CISAMAPI que tenham acesso a documentos eletrônicos, devendo ser realizada:
I – no momento da admissão do empregado, como parte do processo de integração;
II – anualmente, com conteúdo atualizado conforme as ameaças e vulnerabilidades identificadas.

Art. 46. O descumprimento das normas de segurança previstas neste Capítulo sujeita o empregado às sanções disciplinares previstas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT , sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

CAPÍTULO VII
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E LGPD

Art. 47. O CISAMAPI , na qualidade de controlador de dados pessoais nos termos da LGPD, adotará as medidas técnicas e organizacionais necessárias para garantir a segurança dos dados pessoais tratados no exercício de suas atividades.

Art. 48. O tratamento de dados pessoais dos pacientes atendidos pelo CISAMAPI somente poderá ser realizado nas hipóteses previstas no art. 11 da LGPD, especialmente para a tutela da saúde, exclusivamente em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.

Art. 49. Os documentos que contêm dados pessoais dos empregados do CISAMAPI regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT sujeitam-se às disposições da LGPD, sendo seu acesso restrito ao setor de recursos humanos e à gestão do CISAMAPI , salvo determinação legal ou judicial em contrário.

Art. 50. O encarregado pelo tratamento de dados pessoais do CISAMAPI, nos termos do art. 41 da LGPD, será designado por ato da Secretaria Executiva, com as atribuições previstas na referida lei.

CAPÍTULO VIII
ACESSO, SIGILO E RESTRIÇÕES

Art. 51. O acesso aos documentos do CISAMAPI é assegurado a qualquer cidadão, nos termos da Lei nº 12. 527/2011, ressalvados os documentos cujo sigilo seja imprescindível à segurança do CISAMAPI ou dos indivíduos, nos termos da legislação.

Art. 52. São de acesso restrito:
I – documentos que contenham dados pessoais dos pacientes atendidos pelo CISAMAPI , incluindo prontuários, exames e demais registros de saúde;
II – documentos que contenham dados pessoais dos empregados do CISAMAPI , incluindo folhas de pagamento, contratos de trabalho e registros funcionais;
III – documentos relacionados a processos administrativos ou investigações em curso;
IV – documentos estratégicos cuja divulgação prematura possa comprometer interesses do CISAMAPI .

Art. 53. Os pedidos de acesso a informações serão analisados e respondidos conforme os procedimentos estabelecidos na Lei nº 12. 527/2011, e no regulamento específico do CISAMAPI sobre acesso à informação.

Art. 54. O descumprimento das normas de sigilo e acesso previstas neste Capítulo sujeita o responsável às sanções previstas na legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades civil, penal e administrativa cabíveis.

CAPÍTULO IX
ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Art. 55. A eliminação de documentos do CISAMAPI deve ser precedida de:
I – avaliação pela Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA , com base na TTD constante do Anexo Único deste Decreto;
II – elaboração de Listagem de Eliminação de Documentos, com identificação dos documentos a serem eliminados, seus prazos e a fundamentação da destinação;
III – publicação de Edital de Ciência de Eliminação, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para manifestações de outros órgãos ou entidades;
IV – elaboração de Termo de Eliminação de Documentos, assinado pelos membros da CADA e arquivado permanentemente.

Art. 56. São vedadas a eliminação e a destruição de documentos:
I – em curso de tramitação ou litígio;
II – que sejam objeto de solicitação de acesso à informação pendente de resposta;
III – considerados de guarda permanente na TTD ;

IV – que contenham dados pessoais de titulares que não tenham sido devidamente notificados, nos casos exigidos pela LGPD.

Art. 57. A eliminação será realizada por método que garanta a irrecuperabilidade das informações, preferencialmente por fragmentação mecânica ou incineração, sendo proibido o descarte em lixo comum.

CAPÍTULO X
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E ACESSO – CADA

Art. 58. Fica instituída a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA do CISAMAPI , com as seguintes atribuições:
I – orientar e coordenar o processo de análise, avaliação e seleção de documentos do CISAMAPI ;
II – elaborar e propor atualizações da Tabela de Temporalidade Documental – TTD ;
III – supervisionar os processos de eliminação de documentos físicos e digitais;
IV – emitir pareceres sobre a classificação de documentos quanto ao nível de acesso;
V – acompanhar a implementação do Programa de Gestão Documental Digital – PGDD ;
VI – propor à Secretaria Executiva medidas de aprimoramento da gestão documental do CISAMAPI .

Art. 59. A CADA será composta por três empregados públicos do CISAMAPI designados pelo Diretor Administrativo.
Parágrafo único. A CADA poderá solicitar consultoria de prestadores de serviços no exercício de sua atuação.

Art. 60. Os membros da CADA serão designados por ato da Secretaria Executiva do CISAMAPI, com mandato de 2 (dois)anos, permitida a recondução.

CAPÍTULO XI
RESPONSABILIDADES

Art. 61. Compete à Diretoria Administrativa do CISAMAPI:
I – supervisionar o cumprimento deste Decreto;
II – aprovar o Plano de Digitalização e os Termos de Eliminação elaborados pela CADA ;
III – garantir os recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários à implementação da gestão documental;
IV – designar o encarregado de dados pessoais nos termos da LGPD.

Art. 62. Compete aos gestores de cada setor do CISAMAPI :
I – zelar pela guarda e conservação dos documentos produzidos e recebidos em sua área de atuação;
II – observar os prazos de guarda estabelecidos na TTD ;
III – comunicar à CADA qualquer irregularidade ou necessidade de adequação nos procedimentos de gestão documental;
IV – participar dos processos de capacitação em gestão documental e segurança da informação.

Art. 63. Todos os empregados do CISAMAPI são responsáveis pela correta produção, tramitação, guarda e conservação dos documentos com os quais trabalham, respondendo pelo descumprimento das normas deste Decreto nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e da legislação aplicável.

CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 64. O CISAMAPI deverá adequar seus procedimentos às normas deste Decreto no prazo máximo de180 (cento e oitenta) dias contados de sua publicação.

Art. 65. A TTD constante do Anexo Único deste Decreto deverá ser revisada periodicamente pela CADA, com periodicidade mínima de 3 (três) anos, ou sempre que alterações legislativas ou normativas o exigirem.

Art. 66. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do CISAMAPI , ouvida a CADA , aplicando-se subsidiariamente as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ e a legislação nacional pertinente.

Art. 67. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 14 de setembro de 2026

EDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

ANEXO ÚNICO
TABELA DE TEMPORALIDADE DOCUMENTAL – TTD
CISAMAPI – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO PIRANGA
CLASSE 1 – DOCUMENTOS DE SAÚDE E HISTÓRICO MÉDICO DE PACIENTES

Código	Tipo Documental	Fase Corrente	Fase Intermediária	Destinação Final	Fundamentação
1. 1	Prontuário do paciente (papel ou eletrônico)	5 anos após último atendimento	15 anos	Avaliação pela CADA (guarda permanente para casos de relevância histórica ou científica)	CFM nº 2. 299/2021; Resolução CFM nº 1. 605/2000; LGPD art. 11
1. 2	Laudos de exames laboratoriais e de imagem	5 anos	15 anos	Eliminação após avaliação da CADA	CFM nº 2. 299/2021; LGPD
1. 3	Registros de consultas médicas e especializadas	5 anos	15 anos	Eliminação após avaliação da CADA	CFM nº 2. 299/2021
1. 4	Relatórios cirúrgicos e anestésicos	5 anos	20 anos	Avaliação pela CADA	CFM nº 2. 299/2021; CC art. 206
1. 5	Registros de atendimentos hospitalares e de urgência	5 anos	15 anos	Eliminação após avaliação da CADA	CFM nº 2. 299/2021
1. 6	Prescrições médicas e receituários	2 anos	5 anos	Eliminação	Lei nº 5. 991/1973; CFM

1. 7	Registros de vacinação	5 anos	10 anos	Eliminação	PNI; LGPD
1. 8	Autorizações de procedimentos (APAC, AIH)	5 anos	5 anos	Eliminação após prazo prescricional	Lei nº 9.784/1999; TCEMG
1. 9	Relatórios epidemiológicos e de saúde coletiva	5 anos	10 anos	Guarda permanente	Lei nº 8. 080/1990; CONARQ
1. 10	Termos de consentimento informado	5 anos após o procedimento	15 anos	Eliminação após avaliação da CADA	CFM ; LGPD; CC

CLASSE 2 – DOCUMENTOS DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Código	Tipo Documental	Fase Corrente	Fase Intermediária	Destinação Final	Fundamentação
2. 1	Processo licitatório completo (edital, propostas, atas, adjudicação)	Vigência + 5 anos	5 anos	Guarda permanente dos atos constitutivos; eliminação de documentos acessórios	Lei nº 14. 133/2021; TCEMG
2. 2	Contratos e aditivos	Vigência + 5 anos	5 anos	Guarda permanente	Lei nº 14. 133/2021; CC art. 206
2. 3	Dispensas e inexigibilidades de licitação	5 anos	5 anos	Eliminação	Lei nº 14. 133/2021 art. 75
2. 4	Ordens de serviço e ordens de fornecimento	Vigência do contrato + 5 anos	5 anos	Eliminação	Lei nº 14. 133/2021
2. 5	Atas de registro de preços	Vigência + 5 anos	5 anos	Eliminação	Lei nº 14. 133/2021; Decreto nº 11. 462/2023
2. 6	Garantias contratuais	Vigência + 5 anos	5 anos	Eliminação	Lei nº 14. 133/2021
2. 7	Termos de recebimento de obras e serviços	5 anos	5 anos	Eliminação	Lei nº 14. 133/2021; TCEMG
2. 8	Pesquisa de preços e estudos técnicos preliminares	5 anos	5 anos	Eliminação	Lei nº 14. 133/2021; IN SEGES nº 65/2021

CLASSE 3 – DOCUMENTOS FINANCEIROS, CONTÁBEIS E FISCAIS

Código	Tipo Documental	Fase Corrente	Fase Intermediária	Destinação Final	Fundamentação
3. 1	Balanços e demonstrações contábeis anuais	5 anos	5 anos	Guarda permanente	Lei nº 4. 320/1964; TCEMG ; STN
3. 2	Balancetes mensais	2 anos	5 anos	Eliminação	Lei nº 4. 320/1964; TCEMG
3. 3	Notas de empenho	5 anos	5 anos	Eliminação	Lei nº 4. 320/1964; TCEMG
3. 4	Notas fiscais e faturas	5 anos	5 anos	Eliminação	CTN; RFB; TCEMG
3. 5	Comprovantes de pagamento e ordens bancárias	5 anos	5 anos	Eliminação	CC; CTN; TCEMG
3. 6	Prestações de contas ao TCEMG	5 anos	5 anos	Guarda permanente	CE/MG; Resolução TCEMG
3. 7	Plano Plurianual – PPA	Vigência + 5 anos	5 anos	Guarda permanente	CF art. 165; LC nº 101/2000
3. 8	Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	Vigência + 5 anos	5 anos	Guarda permanente	CF art. 165; LC nº 101/2000
3. 9	Lei Orçamentária Anual – LOA	5 anos	5 anos	Guarda permanente	CF art. 165; LC nº 101/2000
3. 10	Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e RREO	5 anos	5 anos	Guarda permanente	LC nº 101/2000; STN
3. 11	Declarações fiscais e tributárias (RAIS, DIRF, DCTF)	5 anos	5 anos	Eliminação	CTN; RFB; TST
3. 12	Tomadas de contas especiais	10 anos	10 anos	Guarda permanente	TCEMG ; Lei nº 8. 159/1991

CLASSE 4 – DOCUMENTOS DE PESSOAL E FOLHA DE PAGAMENTO – CLT

Código	Tipo Documental	Fase Corrente	Fase Intermediária	Destinação Final	Fundamentação
4. 1	Contratos de trabalho e termos de admissão	Vigência + 5 anos	25 anos	Guarda permanente	CLT ; Decreto-Lei nº 5. 452/1943; INSS
4. 2	Folhas de pagamento mensais	5 anos	25 anos	Guarda permanente	CLT art. 464; Lei nº 8. 213/1991; FGTS
4. 3	Holerites e recibos de pagamento	5 anos	—	Eliminação	CLT ; TST Súmula nº 461
4. 4	Fichas de registro de empregados	Vigência + 5 anos	25 anos	Guarda permanente	CLT art. 41; Portaria MTE nº 1. 510/2009
4. 5	Termos de rescisão de contrato de trabalho – TRCT	5 anos	25 anos	Guarda permanente	CLT ; Lei nº 8. 213/1991
4. 6	Registros de férias	5 anos após gozo	—	Eliminação	CLT art. 135; TST
4. 7	Acordos e convenções coletivas de trabalho	Vigência + 5 anos	5 anos	Guarda permanente	CLT art. 614; CF art. 7º , XXVI
4. 8	Registros de eSocial	5 anos	25 anos	Guarda permanente	Decreto nº 8. 373/2014; INSS; FGTS
4. 9	Atestados médicos e laudos de saúde ocupacional (ASO, PPRA, PCMSO)	20 anos após desligamento	—	Guarda permanente	NR-7; NR-9; CLT art. 168; Resolução CFM
4. 10	Documentos de FGTS (extratos, guias de recolhimento)	5 anos	25 anos	Guarda permanente	Lei nº 8. 036/1990; Decreto nº 99.684/1990
4. 11	Documentos de processo seletivo e recrutamento	2 anos	3 anos	Eliminação	CLT ; LGPD art. 7º
4. 12	Registros de treinamentos e capacitações	Vigência do vínculo + 5 anos	5 anos	Eliminação	CLT ; NR-1
4. 13	Processos administrativos disciplinares de empregados	5 anos após encerramento	5 anos	Eliminação	CLT ; LGPD
4. 14	Documentos de benefícios (vale-transporte, plano de saúde)	5 anos	—	Eliminação	CLT ; Lei nº 7. 418/1985

CLASSE 5 – DOCUMENTOS PATRIMONIAIS

Código	Tipo Documental	Fase Corrente	Fase Intermediária	Destinação Final	Fundamentação
5. 1	Inventário de bens móveis e imóveis	Atualização anual, guarda contínua	—	Guarda permanente	Lei nº 4. 320/1964; TCEMG
5. 2	Escrituras, matrículas e títulos de imóveis	Enquanto o bem pertencer ao CISAMAPI	—	Guarda permanente	CC; Lei nº 6. 015/1973
5. 3	Documentos de veículos (CRLV, seguros, manutenção)	Vigência + 5 anos	—	Eliminação	CTB; TCEMG
5. 4	Termos de baixa e desfazimento de bens	5 anos	5 anos	Eliminação	Lei nº 8. 666/1993; Lei nº 14. 133/2021; TCEMG

CLASSE 6 – DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS

Código	Tipo Documental	Fase Corrente	Fase Intermediária	Destinação Final	Fundamentação
6. 1	Protocolo de Intenções e Estatuto do CISAMAPI	Enquanto vigente	—	Guarda permanente	Lei nº 11. 107/2005; CONARQ
6. 2	Atas do Conselho de Prefeitos e da Assembleia Geral	Enquanto vigente	—	Guarda permanente	Lei nº 11. 107/2005; CONARQ
6. 3	Resoluções, portarias e decretos do CISAMAPI	Enquanto vigente	—	Guarda permanente	Lei nº 8. 159/1991; CONARQ
6. 4	Correspondências oficiais externas	2 anos	3 anos	Eliminação (guarda permanente quando de relevância histórica)	CONARQ
6. 5	Relatórios de gestão e relatórios anuais de atividades	5 anos	5 anos	Guarda permanente	Lei nº 12. 527/2011; CONARQ
6. 6	Planos de trabalho e programas de saúde	Vigência + 5 anos	5 anos	Guarda permanente	Lei nº 8. 080/1990; TCEMG
6. 7	Convênios, termos de fomento e instrumentos de parceria	Vigência + 5 anos	5 anos	Guarda permanente	Lei nº 13. 019/2014; TCEMG
6. 8	Processos administrativos em geral	5 anos após encerramento	5 anos	Eliminação (guarda permanente para processos de relevância institucional)	Lei nº 9.784/1999; CONARQ
6. 9	Documentos de planejamento estratégico e planos plurianuais	Vigência + 5 anos	5 anos	Guarda permanente	CF art. 165; TCEMG

*Notas:
(*) Os prazos da TTD são mínimos. A CADA poderá, mediante justificativa fundamentada, ampliar os prazos de guarda.
(**) Documentos objeto de investigação, inquérito ou processo judicial devem ser retidos até o trânsito em julgado, independentemente dos prazos da TTD .
(***) A TTD deve ser revisada pela CADA a cada3 (três)anos ou quando da ocorrência de alterações legislativas relevantes.
(****) Os prazos para documentos com dados pessoais sensíveis de saúde devem observar, adicionalmente, as disposições da LGPD, e das Resoluções do Conselho Federal de Medicina – CFM .

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:8DF64AF3

ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR AFONSO PAVIE - FHAP

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR.AFONSO PAVIE
ROL DE ATAS

A Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie de Itamarandiba/MG torna público o resultado dos pregões realizados no período de fevereiro de 2026 a 14 de setembro de 2026. Estão elencadas as empresas vencedoras dos processos, bem como o número e a vigência das atas, objeto, modalidade e respectivos valores, informações que podem ser consultadas integralmente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP., link: https://www.gov.br/pncp/pt-br .

N°Ata.	Dt Ass.	Vigên. F	Objeto	Nº Proc.	Modalidade	Nº Mod.	Contratado	Valor
1	06/02/2026	06/02/2027	AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS E HORTIFRUTIGRANJEIROS DIVERSOS PARA ABASTECIMENTO DO SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR AFONSO PAVIE-FHAP PARA ATENDER AS DEMANDAS DIÁRIAS.	22	Pregão Eletrônico (14.133/21)	16	**06.280.618/0001-39** - COMERCIO DE BEBIDAS E ALIMENTOS SAO JOAO LTDA	R$ 104.432,20
2	15/04/2026	15/04/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS, SENDO ELES MARMITEX, COLHERES DE REFEIÇÕES POTES DESCARTÁVEIS, SACOS PLÁSTICOS PARA HAMBURGUER PARA ATENDIMENTO Á DEMANDA DIVERSA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR AFONSO PAVIE.	7	Pregão Eletrônico (14.133/21)	1	**21.767.486/0001-68** - ROSILAN COMERCIO E LICITACOES LTDA	R$ 45.680,00
3	24/04/2026	24/04/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO HOSPITALAR E ITENS DE APOIO ASSISTENCIAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	9	Pregão Eletrônico (14.133/21)	2	**61.561.649/0001-76** - CAPIXABA SAUDE SERRA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 1.030,00
4	24/04/2026	24/04/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO HOSPITALAR E ITENS DE APOIO ASSISTENCIAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	9	Pregão Eletrônico (14.133/21)	2	**17.932.562/0001-76** - DORAMEL LTDA	R$ 11.232,00
5	24/04/2026	24/04/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO HOSPITALAR E ITENS DE APOIO ASSISTENCIAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	9	Pregão Eletrônico (14.133/21)	2	**51.972.983/0001-69** - LICITA MED LTDA	R$ 52.140,00
6	24/04/2026	24/04/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO HOSPITALAR E ITENS DE APOIO ASSISTENCIAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	9	Pregão Eletrônico (14.133/21)	2	**59.834.889/0001-55** - NOVORTHEC COMERCIO INTEGRADO LTDA	R$ 3.500,00
7	24/04/2026	24/04/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO HOSPITALAR E ITENS DE APOIO ASSISTENCIAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	9	Pregão Eletrônico (14.133/21)	2	**14.323.297/0001-30** - ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA	R$ 24.450,00
8	27/05/2026	27/05/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS, INSTRUMENTAIS, MATERIAIS CIRÚRGICOS E ITENS DE FISIOTERAPIA PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	10	Pregão Eletrônico (14.133/21)	3	**18.929.297/0001-30** - CIRURGICA NORTE BRASIL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	R$ 24.246,29
9	27/05/2026	27/05/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS, INSTRUMENTAIS, MATERIAIS CIRÚRGICOS E ITENS DE FISIOTERAPIA PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	10	Pregão Eletrônico (14.133/21)	3	**04.971.211/0001-22** - ODONTOSUL LTDA	R$ 7.868,50
10	27/05/2026	27/05/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS, INSTRUMENTAIS, MATERIAIS CIRÚRGICOS E ITENS DE FISIOTERAPIA PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	10	Pregão Eletrônico (14.133/21)	3	**19.316.524/0001-14** - DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 7.889,00

Cód.Ata.	N°Ata.	Nº Aditivo	Dt Ass.	Vigên. F	Objeto	Nº Proc.	Modalidade	Nº Mod.	Contratado	Valor
504	11		11/06/2026	11/06/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS DE SAÚDE BUCAL, COMPREENDENDO MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE HIGIENE ORAL, TAIS COMO ANTISSÉPTICOS BUCAIS, CREMES DENTAIS, ESCOVAS DENTAIS E INSUMOS CORRELATOS, DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	12	Pregão Eletrônico (14.133/21)	4	**10.478.755/0001-50** - BEAGA HOSPITALAR LTDA	R$ 23.240,00
505	12		11/06/2026	11/06/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS DE SAÚDE BUCAL, COMPREENDENDO MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE HIGIENE ORAL, TAIS COMO ANTISSÉPTICOS BUCAIS, CREMES DENTAIS, ESCOVAS DENTAIS E INSUMOS CORRELATOS, DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	12	Pregão Eletrônico (14.133/21)	4	**31.378.353/0001-53** - BIOANALYSIS IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA	R$ 189.960,00
507	13		02/07/2026	02/07/2027	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO HOSPITALAR E ITENS DE APOIO ASSISTENCIAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	9	Pregão Eletrônico (14.133/21)		**61.561.649/0001-76** - CAPIXABA SAUDE SERRA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 20.500,00
508	14		02/07/2026	02/07/2027	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO HOSPITALAR E ITENS DE APOIO ASSISTENCIAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	9	Pregão Eletrônico (14.133/21)		**10.491.244/0001-78** - RD PHARMA LTDA	R$ 3.640,00
509	15		09/07/2026	09/07/2027	REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES E MATERIAIS PERMANENTES ASSISTENCIAIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE	14	Pregão Eletrônico (14.133/21)	5	**18.258.209/0001-15** - CIRURGICA CERON IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINARIOS LTDA	R$ 10.500,00
510	16		09/07/2026	09/07/2027	REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES E MATERIAIS PERMANENTES ASSISTENCIAIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE	14	Pregão Eletrônico (14.133/21)	5	**54.647.123/0001-48** - JT COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA	R$ 13.829,10
511	17		09/07/2026	09/07/2027	REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES E MATERIAIS PERMANENTES ASSISTENCIAIS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE	14	Pregão Eletrônico (14.133/21)	5	**57.498.660/0001-61** - STARMEDICAL IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 62.028,00
513	18		21/07/2026	21/07/2027	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	31	Pregão Eletrônico (14.133/21)		**55.514.837/0001-40** - STELLA DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA	R$ 26.219,28

Cód.Ata.	N°Ata.	Nº Aditivo	Dt Ass.	Vigên. F	Objeto	Nº Proc.	Modalidade	Nº Mod.	Contratado	Valor
514	19		24/07/2026	24/07/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, POR MEIO DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE MAIOR DESCONTO PERCENTUAL POR LOTE, INCIDENTE SOBRE OS VALORES CONSTANTES DA TABELA SINAPI COM DESONERAÇÃO, ABRANGÊNCIA MINAS GERAIS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, CONSERVAÇÃO, REFORMAS E REPAROS DAS EDIFICAÇÕES, INSTALAÇÕES E ÁREAS PERTENCENTES À FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	15	Pregão Eletrônico (14.133/21)	6	**12.133.092/0001-67** - VANDERLUCIO DE JESUS OLIVEIRA & CIA LTDA	R$ 68.029,60
515	20		28/07/2026	28/07/2027	REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS, COMPREENDENDO MICROSCÓPIOS LABORATORIAIS E CENTRÍFUGAS LABORATORIAIS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	16	Pregão Eletrônico (14.133/21)	7	**42.599.771/0001-97** - TAURUS BIOTEC LTDA	R$ 30.500,00
516	21		28/07/2026	28/07/2027	REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS, COMPREENDENDO MICROSCÓPIOS LABORATORIAIS E CENTRÍFUGAS LABORATORIAIS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	16	Pregão Eletrônico (14.133/21)	7	**19834932000168** - BIOLABBRASIL EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA	R$ 39.000,00
517	22		18/08/2026	18/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPME), DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS ORTOPÉDICOS, VISANDO AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	18	Pregão Eletrônico (14.133/21)	9	**12.290.401/0001-02** - MEDTRAUMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ORTOPEDICOS LTDA	R$ 164.885,00
518	23		20/08/2026	20/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**03.945.035/0001-91** - ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 52.735,00
519	24		20/08/2026	20/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**42.799.163/0001-26** - BH FARMA COMERCIO LTDA	R$ 6.450,00
					REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E		Pregão		**02.537.890/0001-09** -	

520	25		20/08/2026	20/08/2027	EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Eletrônico (14.133/21)	8	COFARMINAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	R$ 28.242,60
521	26		20/08/2026	20/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**44.734.671/0022-86** - CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA	R$ 314.060,00

Cód.Ata.	N°Ata.	Nº Aditivo	Dt Ass.	Vigên. F	Objeto	Nº Proc.	Modalidade	Nº Mod.	Contratado	Valor
522	27		20/08/2026	20/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**00.874.929/0001-40** - MED CENTER COMERCIAL LTDA	R$ 25.981,50
523	28		20/08/2026	20/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**21.681.325/0001-57** - MULTIFARMA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.	R$ 91.410,00
524	29		20/08/2026	20/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**12.927.876/0001-67** - SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 372.412,00
525	30		21/08/2026	21/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**55.514.837/0001-40** - STELLA DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA	R$ 310.664,10
526	31		21/08/2026	21/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**34.771.531/0001-08** - DISTRIBEM MED. E MAT. HOSP. LTDA	R$ 39.759,50
527	32		21/08/2026	21/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**18.917.657/0001-83** - MEDH DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 269.134,00
528	33		21/08/2026	21/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**35.186.943/0001-35** - SINERGIA FARMACEUTICA LTDA	R$ 82.480,00
529	34		21/08/2026	21/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**04.470.877/0001-05** - MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 4.262,00
530	35		21/08/2026	21/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**12.889.035/0002-93** - INOVAMED HOSPITALAR LTDA	R$ 7.200,00
531	36		21/08/2026	21/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**67.729.178/0002-20** - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	R$ 52.414,00
532	37		21/08/2026	21/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**43.269.791/0001-62** - IMPERIUM MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 8.300,50

Cód.Ata.	N°Ata.	Nº Aditivo	Dt Ass.	Vigên. F	Objeto	Nº Proc.	Modalidade	Nº Mod.	Contratado	Valor
533	38		21/08/2026	21/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**02.305.767/0001-54** - MAT MED HOSPITALAR LTDA	R$ 4.200,00
534	39		21/08/2026	21/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**22.355.622/0001-75** - BIOMIG MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	R$ 50.000,00
535	40		21/08/2026	21/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**60.146.737/0001-49** - VERTICE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 4.750,00
536	41		21/08/2026	21/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**05.155.425/0001-93** - VASCONCELOS INDUSTRIA FARMACEUTICA E COMERCIO LTDA	R$ 13.185,00
537	42		21/08/2026	21/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**49.324.221/0016-90** - FRESENIUS KABI BRASIL LTDA.	R$ 39.800,00
538	43		21/08/2026	21/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**23.864.942/0001-13** - UNIQUE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	R$ 5.300,00
539	44		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**05.222.267/0001-47** - AGIS MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 9.237,84
					REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E		Pregão		**47.853.686/0001-27** - AGLMED	

540	45		26/08/2026	26/08/2027	EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Eletrônico (14.133/21)	10	PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 35.846,80
541	46		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**12.516.438/0001-06** - AUDIO POWER COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	R$ 4.800,00
542	47		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**19.848.316/0001-66** - BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A	R$ 11.850,00
543	48		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**57.218.958/0001-70** - CAPARAO MEDICAL LTDA	R$ 6.000,00

Cód.Ata.	N°Ata.	Nº Aditivo	Dt Ass.	Vigên. F	Objeto	Nº Proc.	Modalidade	Nº Mod.	Contratado	Valor
544	49		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**18.258.209/0001-15** - CIRURGICA CERON IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINARIOS LTDA	R$ 4.756,00
545	50		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**02.537.890/0001-09** - COFARMINAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	R$ 157.761,20
546	51		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**19.316.524/0001-14** - DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 40.300,00
547	52		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**56.081.482/0001-06** - DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	R$ 83.800,00
548	53		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**13.977.106/0001-91** - EBD BIOTECH IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPIT	R$ 8.400,00
549	54		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**26.294.192/0001-80** - F V P COELHO	R$ 61.938,65
550	55		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**04.654.861/0001-44** - INDALABOR INDAIA LABORATORIO FARMACEUTICO LTDA	R$ 92.250,00
551	56		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**30.597.921/0001-44** - IS 8 INTERNATIONAL SUPPLIES IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 1.800,00
552	57		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**03.402.979/0001-12** - M.N.P. CUSTODIO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 223.173,60
553	58		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**51.910.969/0001-30** - MEDIOCENTER LTDA	R$ 167.265,10
554	59		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**52.165.681/0001-41** - MEDSET SOLUCOES PARA SAUDE LTDA	R$ 5.127,20

Cód.Ata.	N°Ata.	Nº Aditivo	Dt Ass.	Vigên. F	Objeto	Nº Proc.	Modalidade	Nº Mod.	Contratado	Valor
555	60		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**00.207.500/0001-07** - MULTIMEDIC COMERCIAL LTDA	R$ 88.964,00
556	61		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**23.957.055/0001-90** - PONTO COM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 10.638,20
557	62		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**12.927.876/0001-67** - SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 75.936,50
558	63		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**61.771.120/0001-87** - SUTCARE LTDA	R$ 20.000,00
559	64		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**47.326.875/0001-41** - TANKAVEL LTDA	R$ 38.082,00

					HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP					
560	65		26/08/2026	26/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICO-HOSPITALARES, PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	19	Pregão Eletrônico (14.133/21)	10	**48.566.347/0001-22** - TELES SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA	R$ 7.860,00
561	66		31/08/2026	31/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)		**43.269.791/0001-62** - IMPERIUM MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 5.148,00
562	67		31/08/2026	31/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)		**49.324.221/0016-90** - FRESENIUS KABI BRASIL LTDA.	R$ 67.500,00
563	68		31/08/2026	31/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)		**67.729.178/0002-20** - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	R$ 3.600,00
564	69		31/08/2026	31/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP.	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)		**34.771.531/0001-08** - DISTRIBEM MED. E MAT. HOSP. LTDA	R$ 3.920,00
565	70		31/08/2026	31/08/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE – FHAP	17	Pregão Eletrônico (14.133/21)		**12.927.876/0001-67** - SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R$ 31.880,00

Cód.Ata.	N°Ata.	Nº Aditivo	Dt Ass.	Vigên. F	Objeto	Nº Proc.	Modalidade	Nº Mod.	Contratado	Valor
567	72		08/09/2026	08/09/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS, AVIAMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA COSTURA, BEM COMO COBERTORES E TRAVESSEIROS HOSPITALARES, DESTINADOS À CONFECÇÃO, MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DE ENXOVAIS E DEMAIS ITENS DE USO HOSPITALAR, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE,	22	Pregão Eletrônico (14.133/21)	13	**62.234.180/0001-23** - CHSF DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA	R$ 52.200,00
568	73		08/09/2026	08/09/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS, AVIAMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA COSTURA, BEM COMO COBERTORES E TRAVESSEIROS HOSPITALARES, DESTINADOS À CONFECÇÃO, MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DE ENXOVAIS E DEMAIS ITENS DE USO HOSPITALAR, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE,	22	Pregão Eletrônico (14.133/21)	13	**46.797.348/0001-52** - DINAMICA DISTRIBUICAO LTDA	R$ 7.100,00
569	74		08/09/2026	08/09/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS, AVIAMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA COSTURA, BEM COMO COBERTORES E TRAVESSEIROS HOSPITALARES, DESTINADOS À CONFECÇÃO, MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DE ENXOVAIS E DEMAIS ITENS DE USO HOSPITALAR, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE,	22	Pregão Eletrônico (14.133/21)	13	**11.698.905/0001-01** - FRANCINETE DE JESUS BARBOSA E SOUZA	R$ 12.735,52
570	75		08/09/2026	08/09/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS, AVIAMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA COSTURA, BEM COMO COBERTORES E TRAVESSEIROS HOSPITALARES, DESTINADOS À CONFECÇÃO, MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DE ENXOVAIS E DEMAIS ITENS DE USO HOSPITALAR, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE,	22	Pregão Eletrônico (14.133/21)	13	**53.896.598/0001-05** - J. L. COMERCIO TEXTIL LTDA	R$ 4.752,00

Cód.Ata.	N°Ata.	Nº Aditivo	Dt Ass.	Vigên. F	Objeto	Nº Proc.	Modalidade	Nº Mod.	Contratado	Valor
572	77		10/09/2026	10/09/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS DE TINTA PARA IMPRESSORAS, A SEREM UTILIZADOS PELOS DEPARTAMENTOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	21	Pregão Eletrônico (14.133/21)	12	**29.106.685/0001-37** - COMERCIAL H10 LTDA	R$ 2.994,00
573	78		10/09/2026	10/09/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS DE TINTA PARA IMPRESSORAS, A SEREM UTILIZADOS PELOS DEPARTAMENTOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	21	Pregão Eletrônico (14.133/21)	12	**52.103.510/0001-98** - TERABAYTE COMERCIO E SERVICOS LTDA	R$ 3.420,00
574	79		10/09/2026	10/09/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS DE TINTA PARA IMPRESSORAS, A SEREM UTILIZADOS PELOS DEPARTAMENTOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	21	Pregão Eletrônico (14.133/21)	12	**05.808.979/0001-42** - V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA	R$ 5.987,00
Valor Total: R$ 4.273.562,70										

Publicado por:
Viviane Silva Figueiredo
Código Identificador:4E0BBD85

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALÉM PARAÍBA

DEPARTAMENTO COMPRAS
ATO DE HOMOLOGAÇÃO PE

ATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 245/2026
Pregão Eletrônico 068/2026

REGISTRO DE PREÇO visando futura e eventual Aquisição de material de sinalização visual e afim, conforme condições e especificações contidas neste termo de referência.

Em 11 de setembro de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, eu, Prefeito do Município de Além Paraíba/MG, Paulo Henrique Marinho Goldstein,

RESOLVO:

FRACASSADOS:

0007	PELÍCULA REFLETIVA AUTO ADESIVA E 0,12MM X L 61M X C 50M. PRETA - ROLO DE PELÍCULA REFLETIVA - GRAU COMERCIAL AUTO ADESIVA, ESPESSURA 0,12mm - LARGURA 61CM - COMPRIMENTO 50 METROS, ABNT 14644 TIPO 1-A, NA COR PRETA	UN	10	159,61	1.596,10
0013	TUBO DE AÇO GALVANIZADO: 6MT X 2 1/2" X 14MM	UN	20	155,99	3.119,80

VENCEDORES:

Fornecedor: VALENTE DISTRIBUICAO, REPRESENTACOES E PRESTACAO DE SERVICOS LTDACNPJ: 48.803.785/0001-67
Representante:ELT**********
Telefone:(22) 9791-1840
E-mail:msilva.elton@gmail.com
Endereço:R EDIMAR POLICIANO DA SILVA, 12 - ALTO DA CAIXA DAGUA, Carmo - Rio de Janeiro - 28640-000

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
1	5,00	UN	MÁSCARA DE TRANSFERÊNCIA ALTO TACK - EM ROLO DE 50 METROS POR 50 CM; TRANSPARENTE PARA TRANSFERÊNCIA DE ADESIVOS RECORTADOS ELETRONICAMENTE PARA A SUPERFÍCIE FINAL	ADERE	ADERE	R$ 189,00	R$ 945,00

Total R$ 945,00

Fornecedor: PRIMOR COMERCIO DE TINTAS PRODUTOS E SERVICOS DE SINALIZACAO LTDACNPJ: 57.598.558/0001-38
Representante:MAR*********
Telefone:(19) 9984-7079
E-mail:PRIMOR.CONTATO@OUTLOOK.COM
Endereço:R ANDRE LUIZ VILELA, 20 - PARQUE INDUSTRIAL FRITZ BERSIN, Nova Odessa - São Paulo - 13380-246

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
2	10,00	UN	MICROESFERA - TIPO 1-B DROP ON - PARA MISTURA NA TINTA VIÁRIA - PACOTE COM 25 KG	VETROLUX	VETROLUX	R$ 240,00	R$ 2.400,00
8	20,00	UN	SOLVENTE PRÓPRIO PARA TINTA Á BASE DE RESINA ACRÍLICA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA - SOLVENTE PRÓPRIO PARA TINTA Á BASE DE RESINA ACRÍLICA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, LATA DE 18 LITROS. O SOLVENTE ADQUIRIDO DEVERÁ SER DA MESMA MARCA DO FORNECEDOR DA TINTA PARA DEMARCAÇÃO COM NBR-11862.	VETROLUX	VETROLUX	R$ 320,00	R$ 6.400,00
9	50,00	UN	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, A BASE DE RESINA ACRÍLICA, NA COR AMARELA - TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, A BASE DE RESINA ACRÍLICA, PADRÃO ABNT-NBR 11862, BALDE COM 18 LITROS, NA COR AMARELA (ANALISADA COM LACRE NAS LATAS E DOCUMENTO DE LAUDO TÉCNICO DE INSTITUTO DEVIDAMENTE CREDENCIADO, ATESTANDO QUE O MATERIAL ATENDE QUE O MATERIAL AS EXIGÊNCIAS DA ABNT-NBR 11862). MARCAS DE REFERÊNCIA: BEMA, INDUTIL E HOTLINE DEVERÁ APRESENTAR LAUDO DO INMETRO OU EQUIVALENTE, ATESTANDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	VETROLUX	VETROLUX	R$ 315,00	R$ 15.750,00
10	50,00	UN	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, A BASE DE RESINA ACRÍLICA NA COR BRANCA - TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, A BASE DE RESINA ACRÍLICA, NA COR BRANCA, PADRÃO ABNT-NBR 11862, BALDE COM 18 LITROS (ANALISADA COM LACRE NAS LATAS E DOCUMENTO DE LAUDO TÉCNICO DE INSTITUTO DEVIDAMENTE CREDENCIADO, ATESTANDO QUE O MATERIAL ATENDE AS EXIGÊNCIAS DA ABNT-NBR 11862). - MARCAS DE REFERÊNCIA: BEMA, INDUTIL E HOTLINE DEVERÁ APRESENTAR LAUDO DO INMETRO OU EQUIVALENTE, ATESTANDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	VETROLUX	VETROLUX	R$ 380,00	R$ 19.000,00
11	20,00	UN	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, A BASE DE RESINA ACRÍLICA, NA COR PRETA - TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, A BASE DE RESINA ACRÍLICA, NA COR PRETA, PADRÃO ABNT-NBR 11862, BALDE COM 18 LITROS (ANALISADA COM LACRE NAS LATAS E DOCUMENTO DE LAUDO TÉCNICO DE INSTITUTO DEVIDAMENTE CREDENCIADO, ATESTANDO QUE O MATERIAL ATENDE AS EXIGÊNCIAS DA ABNT-NBR 11862). MARCAS DE REFERÊNCIA: BEMA, INDUTIL E HOTLINE DEVERÁ APRESENTAR LAUDO DO INMETRO OU EQUIVALENTE, ATESTANDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	VETROLUX	VETROLUX	R$ 380,00	R$ 7.600,00
12	30,00	UN	TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, A BASE DE RESINA ACRÍLICA, NA COR VERMELHA - TINTA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA, A BASE DE RESINA ACRÍLICA, NA COR VERMELHA, PADRÃO ABNT-NBR 11862, BALDE COM 18 LITROS (ANALISADA COM LACRE NAS LATAS E DOCUMENTO DE LAUDO TÉCNICO DE INSTITUTO DEVIDAMENTE CREDENCIADO, ATESTANDO QUE O MATERIAL ATENDE AS EXIGÊNCIAS DA ABNT-NBR 11862). MARCAS DE REFERÊNCIA: BEMA, INDUTIL E HOTLINE DEVERÁ APRESENTAR LAUDO DO INMETRO OU EQUIVALENTE, ATESTANDO AS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO.	VETROLUX	VETROLUX	R$ 390,00	R$ 11.700,00

Total R$ 62.850,00

Fornecedor: SIGA EM FRENTE SINALIZAÇÃO LTDACNPJ: 48.965.463/0001-14
Representante:DAYANE CRISTINA DOS SANTOS LEAO
Telefone:(19) 9291-2522
E-mail:souzathiago969@yahoo.com
Endereço:AVENIDA ENGENHEIRO ANTONIO FRANCISCO DE PAULA SOUZA, 3590 - JARDIM ANTONIO VON ZUBEN, Campinas - São Paulo - 13044-502

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor R$	Total R$
3	10,00	UN	PELÍCULA REFLETIVA AUTO ADESIVA E 0,12MM X L 61CM X C 50M AMARELA - ROLO PELÍCULA REFLETIVA - GRAU COMERCIAL AUTO ADESIVA, ESPESSURA 0,12mm - LARGURA 61CM - COMPRIMENTO 50 METROS, ABNT 14644 TIPO 1-A, NA COR AMARELA	PRÓPRIA	CONFORME EDITAL	R$ 850,00	R$ 8.500,00
4	10,00	UN	PELÍCULA REFLETIVA AUTO ADESIVA E 0,12MM X L 61CM X C 50M. AZUL - ROLO DE PELÍCULA REFLETIVA - GRAU COMERCIAL AUTO ADESIVA, ESPESSURA 0,12mm - LARGURA 61CM - COMPRIMENTO 50 METROS, ABNT 14644 TIPO 1-A, NA COR AZUL	PRÓPRIA	CONFORME EDITAL	R$ 800,00	R$ 8.000,00
5	10,00	UN	PELÍCULA REFLETIVA AUTO ADESIVA E 0,12MM X L 61CM X C 50M BRANCA - ROLO DE PELÍCULA REFLETIVA - GRAU COMERCIAL AUTO ADESIVA, ESPESSURA 0,12mm - LARGURA 61CM - COMPRIMENTO 50 METROS, ABNT 14644 TIPO 1-A, NA COR BRANCA	PRÓPRIA	CONFORME EDITAL	R$ 800,00	R$ 8.000,00
6	10,00	UN	PELÍCULA REFLETIVA AUTO ADESIVA E 0,12MM X L 61CM X C 50M. VERMELHA - ROLO DE PELÍCULA REFLETIVA - GRAU COMERCIAL AUTO ADESIVA, ESPESSURA 0,12mm - LARGURA 61CM - COMPRIMENTO 50 METROS, ABNT 14644 TIPO 1-A, NA COR VERMELHA	PRÓPRIA	CONFORME EDITAL	R$ 800,00	R$ 8.000,00

Total R$ 32.500,00

Determino ainda, que os setores competentes procedam a publicação da presente homologação e adjudicação no sitio eletrônico e diário oficial do município e que convoque a vencedora para assinatura do contrato.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

PAULO HENRIQUE MARINHO GOLDSTEIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Beatriz Silva Germiniazi
Código Identificador:0E594100

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÚJOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO n.º 107/2026
MODALIDADE: Pregão Presencial SRP nº 36/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de grama sintética destinada às áreas recreativas das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.
Dia 14 de setembro de 2026, após análise e julgamento das propostas conforme processo em epígrafe, certificando a inexistência de recurso, a pregoeira Thaís Mesquita Ribeiro ADJUDICA os itens para a empresa abaixo relacionada:

CHAVES E MENDES LTDA CNPJ: 04.62.754/0001-34

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR TOTAL
01	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA PARA USO RECREATIVO E ESCOLAR EM AREAS RECREATIVAS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, INCLUINDO PEQUENOS REPAROS NA BASE, QUANDO NECESSÁRIO, FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS, MÃO DE OBRA, COLAGEM, ACABAMENTO E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, ALTURA DOS FIOS ENTRE 20 MM E 30 MM, PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UV, EMENDAS E ACABAMENTOS. GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	M2	3.587	R$ 283.373,00
TOTAL GLOBAL DA ESTIMATIVA:				R$ 283.373,00

THAIS MESQUITA RIBEIRO
Setor De Licitações

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:39532159

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOURADA

GABINETE DO PREFEITO
RELATÓRIO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS PARA OBTENÇÃO DE MORADIA

LISTA ESPECÍFICA DE RESERVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

A Comissão Responsável informa que a lista de classificação abaixo segue as diretrizes da Lei 1.356/2025 e do Decreto 046/2026.

Classific.	Nome	Total Pontos
1	FABIANA DIAS FERREIRA DA SILVA ANDRADE	51
2	MARIA EDUARDA RAIMUNDO	51
3	LISSIA GONÇALVES AQUINO	50

LISTA ESPECÍFICA DE AMPLA CONCORRÊNCIA

A Comissão Responsável informa que a lista de classificação abaixo segue as diretrizes da Lei 1.356/2025 e do Decreto 046/2026.

Classific.	Nome	Total Pontos
1	MILENE DOS SANTOS SILVA	47
2	ANA CLARA TOBIAS FERREIRA	45
3	DUANA LORIS LEE SILVA BERNARDES	45
4	NÚBIA APARECIDA DA SILVA AQUINO	44
5	CARLA YORRANA OLIVEIRA DA SILVA	43
6	JULIANA CRISTINA GOMES SILVA	42
7	VANESSA DE PAULA SOUZA	42
8	HIGNER JOSE FARIA DOS SANTOS	41
9	GRACIELA DA SILVA RIBEIRO	41
10	CAMILA STORTI DE LIMA	40
11	LUCIANA DA SILVA	40
12	MEIDIAN ALVES FERREIRA JOAQUIM PEREIRA	40

13	ANA PAULA MARTINS NUNES	39
14	QUEILA CRISTINA DA SILVA	38
15	FLAVIA DOS SANTOS SILVA	38
16	ELIENE TOBIAS DO NASCIMENTO	38
17	WEDERSON GOMES DUARTE	38
18	ETYENE ALVES PEREIRA	38
19	MARISTELA APª GONÇALVES JOAQUIM	37
20	MARTA DUARTE MACEDO	37
21	RANISLAYNE MONTEIRO DA SILVA SANTOS	36
22	DEIGELANE CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS	36
23	ELIANE FERREIRA DA SILVA SANTOS	36
24	GIUSLAINE SOARES ALVES	36
25	ANA PAULA DE LIMA TOBIAS	36
26	HELEN CAMPELO ARAÚJO	36
27	LORRAINE APARECIDA DE SOUZA	36
28	MARILIA CARLA PEREIRA	36
29	CLICIANE APARECIDA RODRIGUES RIBEIRO	36
30	SARA LEMES ARAÚJO	36
31	MARIA GISELI DE SOUZA LIZARDO DE LIMA	35
32	ANA PAULA GOMES SILVA	35
33	DAIANE APARECIDA DA SILVA	35
34	STEPHANY OHONA PEREIRA COSTA E SILVA	35
35	EDILEUZA IZIDORO NETO	34
36	RITA DE KASSIA APARECIDA FERNANDES RIBEIRO	34
37	EVILEIDE ALVES DA SILVA	34
38	FABIANA NASCIMENTO DE OLIVEIRA	34
39	EDIVANIA CAJUEIRO DOS SANTOS	34
40	ANDREIA APARECIDA DOS SANTOS	33
41	ANGELICA STORTI DA SILVA	33
42	SARA APARECIDA ALVES DA SILVA	33
43	NÚBIA LOPES DE FARIAS	33
44	MARIANE ALVES DE SOUZA	33
45	DANIELLE CAMPELO DA SILVA SOARES	33
46	TATIENE KARINE LEAL	33
47	MARIA CLARA RODRIGUES SILVA	33
48	TUANNY GONÇALVES PINHEIRO	32
49	LAISSA CAMILA DE LIMA STORTI	32
50	ANA CAROLINA DA SILVA ROCHA	32
51	ANA PAULA RODRIGUES CAMPANHA	32
52	KEZIA VITHORIA ALVES NOTELES	32
53	JADERSON PEDRO SILVA MOURA	31
54	LARA BARBOSA DE ARAÚJO	30
55	ALDA DE SOUZA BARBOSA PEREIRA	30
56	TAYNARA DIAS FERREIRA DA SILVA	30
57	EDIVALDO DOS SANTOS	30

LISTA ESPECÍFICA DO CADASTRO RESERVA

A Comissão Responsável informa que a lista de classificação abaixo segue as diretrizes da Lei 1.356/2025 e do Decreto 046/2026.

58	ADILMA SOARES LISBOA	29
59	MARIA CICERA VIEIRA DOS SANTOS	29
60	NACKYELLY FERREIRA SILVA	29
61	ANA LAURA SANTOS PEREIRA	28
62	MARILDA SILVA	28
63	GISELE SOARES ALVES FERNANDES	28
64	JOÃO EMANUEL ALVES DE MORAES	27
65	WILIAN DOS REIS ALVES	26
66	JUNIOR CEZAR GOMES	26
67	EURIPIA FRANCISCA LUGIN SILVA	25
68	JOSÉ MOISÉS FILHO	25
69	MARIELE PONCIANO MACHADO	24
70	ELEN FERREIRA BRANQUINHO	24
71	VILMA APARECIDA ALVES	24
72	MIRCÉLIA BERNARDES LINO	23
73	WILTON FERNANDES SILVA	23
74	LUCIENE DOMINGAS MOTA	23
75	JOHN LENNON FAUSTINO DA SILVA	23
76	CAROLINE OLIVEIRA SILVA	23
77	SAMARA COSTA OLIVEIRA	23
78	GLAUCIA PEREIRA SILVA	23
79	ELANE RODRIGUES MEDEIROS	22
80	DANILO ALEXANDRE SILVA	21
81	CLAUDIA APARECIDA DA SILVA	21
82	MARIA NEDITE DOS SANTOS	21
83	JENIFER SOARES MOURA NISHIMURA	20
84	MARIA GORETE RODRIGUES	20
85	DENNER FERNANDES DA SILVA	20
86	LILIANE LAURENICE DE OLIVEIRA	19
87	MARILENE ACOSTA DE ARAÚJO	19
88	LUANA APARECIDA GONÇALVES DA SILVA	19
89	CAUANA NUNES FERREIRA DA SILVA	19
90	DANIELA CORREA DE BARROS	19
91	JOSÉ CANDIDO MARTINS	19
92	PRISCILA ROCHA DOS SANTOS	19
93	MONISE ESTRELA DA SILVA	18
94	DIVINA APARECIDA DA SILVA	18

95	CRISTIANE APARECIDA DA SILVA MARTINS	18
96	ALICE ALVES DOS SANTOS	18
97	JORGE ARAÚJO DOS SANTOS	18
98	LAZARO DONIZETE RODRIGUES GOMES	16
99	MARIA AVELINA MARTINS	16
100	ROSIMEIRE BATISTA DOS DANTOS	16
101	LUCIANO DE SOUZA SILVA	16
102	LIGIA APARECIDA DE MEDEIROS COSTA	16
103	TALITA DA SILVA SOUSA	15
104	TATIELE APARECIDA GOMES DA SILVA	15
105	MARIA DO LIVRAMENTO FAGUNDES	15
106	EDILSON FERNANDES DA SILVA	15
107	ELISABETE CAVALCANTE DA SILVA CARVALHO	14
108	TAISSA DE ARAUJO VIEIRA	13

LISTA ESPECÍFICA DOS INABILITADOS

A Comissão Responsável informa que a lista abaixo segue as diretrizes da Lei 1.356/2025 e do Decreto 046/2026.

NAQUITIELI RODRI. BENEVIDES
LIZIELLE CRISTINA MORAES MEDEIROS
NATHAN MARCOS LUIZ
DYEINE SILVA REZENDE SOUZA
ANA FERNANDA DA SILVA
ISABELLE MARQUES DA SILVA
ALEXSANDRA ALVES ROCHA
UBIRATANIA DOS SANTOS SILVA
ELIANE SEVERINO DA SILVA
LETICIA MARIA DE ARAÚJO
PATRICIA GONÇALVES SANTANA
SUELI APARECIDA DE ARAÚJO

Publicado por:
Vanessa Silva Domingues
Código Identificador:5BDFA035

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPOS ALTOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SME Nº 009, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA SME Nº 009, de 14 de setembro de 2026

Estabelece critérios e define procedimentos para inscrição e classificação de candidatos para contratação para o exercício de Função Pública na Rede Municipal de Ensino de Campos Altos.

A Secretária Municipal de Educação de Campos Altos, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de definir critérios e procedimentos para inscrição e classificação de candidato à contratação para o exercício de função pública na Rede Municipal de Ensino para o ano de 2027,

CONSIDERANDO a realização da Prova Nacional Docente (PND), instituída pelo Ministério da Educação e regulamentada no âmbito municipal pelo Edital nº 01/2026, como instrumento de avaliação e valorização do exercício profissional docente;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer o período de 03 (três) meses de experiência na função para os contratos firmados, a fim de assegurar adaptação inicial e cumprimento adequado das atribuições da função;

RESOLVE:

Art. 1º – Será aberta inscrição para a contratação de candidatos ao exercício de função pública, nas Escolas, CMEIs e Projeto Curumim da Rede Municipal de Ensino de Campos Altos, nos termos desta Portaria.
Parágrafo Único: O cronograma para o processo de contratação está disponibilizado no Anexo II desta Portaria e, a inscrição será efetuada no link a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – O candidato à contratação poderá inscrever-se em até **03 (três)** cargos, das funções abaixo, observados os critérios estabelecidos nos Anexos desta Portaria.
I – AGENTE DE APOIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CANTINA E LIMPEZA;
II – TÉCNICO DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA – SECRETARIA;
III – TÉCNICO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – MONITOR;
IV – TÉCNICO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – PROFISSIONAL DE APOIO;
V– PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE;
VI- PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA;
VII – PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – 1º e 2º ANOS;
VIII – PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – 3º ao 5º ANO;
IX – PROFESSOR DE ANOS FINAIS;
X– PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (PROFESSOR DE APOIO E AEE);
XI – ESPECIALISTA MULTIDISCIPLINAR – SUPERVISOR;
XII – ESPECIALISTA MULTIDISCIPLINAR – ASSISTENTE SOCIAL;

XIII – ESPECIALISTA MULTIDISCIPLINAR – NUTRICIONISTA;
XIV – ESPECIALISTA MULTIDISCIPLINAR – PSICÓLOGO.

Art. 3º – O candidato deverá efetuar sua inscrição para o cargo descrito no Art. 2º desta Portaria.
§ 1º - O preenchimento dos dados no ato da inscrição deverá ser feito, **completo e corretamente**, com a total responsabilidade do candidato.
§ 2º - O candidato que fizer inscrição para mais de 3 (três) cargos, será considerado as 3 (três) últimas inscrições.

Art. 4º – Não caberá recurso motivado por quaisquer erros do candidato no ato da inscrição.
Parágrafo Único: Os recursos apresentados, devido a erros de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, serão corrigidos.

Art. 5º – As informações do candidato em sua inscrição, que resultarão na sua classificação, deverão ser comprovadas no ato da contratação, quando solicitado.

Art. 6º – A omissão de dados na inscrição e/ou irregularidades detectadas no momento da contratação implicará na desclassificação do candidato.

Art. 7º – Para efeitos desta Portaria considera-se "tempo de serviço" o tempo exercido na **REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPOS ALTOS,** até **31/10/2026, NO MESMO** cargo ou função para o qual o candidato se inscrever, observadas as seguintes condições:
I – não esteja vinculado a cargo efetivo ativo;
II – não tenha sido utilizado para fins de aposentadoria;
Parágrafo Único - A mesma contagem **NÃO** poderá ser utilizada para se inscrever em mais de 01 (um) cargo.

Art. 8º – O candidato que se inscrever para o cargo descrito no Art. 2º, deverá informar, no ato da inscrição, sua habilitação e documentos pessoais conforme o Anexo I desta Portaria.
Parágrafo Único: No caso de empate entre 02 (dois) ou mais candidatos, após o somatório dos pontos, terá prioridade o candidato com idade maior.

Art. 9º – O candidato inscrito será classificado de acordo com a ordem **decrescente** do Somatório dos pontos atribuídos no Anexo IV desta Portaria.

Art. 10 – A listagem classificatória será disponibilizada no Instagram: @semedcamposaltos e na Sede da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 11 – Caberá à Secretaria Municipal de Educação divulgar o processo de inscrição de candidatos à contratação para exercício de função pública.

Art. 12 – Os editais de convocação serão afixados na Secretaria Municipal de Educação e Instagram: @semedcamposaltos.

Art. 13 – O candidato contratado nos termos desta Portaria estará sujeito a um período de até 03 (três) meses de experiência na função, destinados à sua adaptação inicial na função contratada.
Parágrafo único – O candidato classificado, no ato da contratação, terá direito a escolha da Unidade Escolar, do turno de trabalho e da turma que irá atuar.

Art. 14 – Fica aberto o prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de publicação desta Portaria, para apresentação de questionamentos, impugnações ou recursos quanto ao seu conteúdo e às regras nela estabelecidas.
Parágrafo único – Decorrido o prazo previsto no caput deste artigo, sem manifestação formal dos interessados, considerar-se-ão plenamente aceitas e consolidadas todas as disposições desta Portaria, operando-se a preclusão, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre os critérios, prazos ou procedimentos aqui fixados.

Art. 15 – Fica revogada a Portaria nº 14 de 2025 e a Portaria nº 003 de 2026.

Art. 16 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Campos Altos, 14 de setembro de 2026

MAGDA MARIA FUQUISATO DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I da Portaria SME nº 009, de 14 de setembro de 2026

Documentação exigida para contratação de servidor para atuar nas Escolas, CMEIs Municipais e Projeto Curumim – 2027 de acordo com o cargo. (Original e cópias dos documentos abaixo relacionados)

A- Documento de Identidade Oficial (RG ou CNH);
B- Experiência profissional comprovada no exercício da função inscrita (**contagem de tempo para contratado até 31/10/2026);**
C- Certificado de conclusão do Ensino Fundamental;
D- Certificado de Conclusão do Ensino Médio;
E- Magistério;
F- Diploma de Pedagogia;
G- Diploma de Licenciatura Área Específica;
H- Diploma de Licenciatura em Educação Especial ou Inclusiva;
I- Certificado de Conclusão em Psicologia;
J- Certificado de Conclusão de Assistente Social;
K- Certificado de Conclusão de Nutricionista;
L- Certificado de Pós-graduação na área pretendida;
M- Certificado de Pós-graduação em Educação Especial ou Inclusiva;
N- Certificado de Conclusão do Curso de Comunicação Alternativa - 60 (sessenta) horas;
O- Certificado de Conclusão do Curso de Tecnologia Assistiva - 60 (sessenta) horas;
P- Certificado de Conclusão do Curso de Capacitação 2026;

Q- Comprovante da nota da PND.

OBS: O Diploma tem a mesma validade do Certificado de Conclusão com Histórico Escolar. A data da expedição do Certificado, não pode ultrapassar 365 dias.

ANEXO II da Portaria SME nº 009, de 14 de setembro de 2026

EDITAL

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, torna público que estarão abertas as inscrições para candidato à contratação para exercício nos CMEIs, Escolas Municipais, Projeto Curumim em 2027, de acordo com o seguinte cronograma:

Data e Período	Horário	Atividade	Local
A partir de	---	Divulgação da Portaria nº.	Redes sociais da SME. @semedcamposaltos
Início: 03/11/2026 □ 8:00 h e Término: 30/11/2026 □ 17:00h		Inscrição ON-LINE de candidatos para contratação.	LINK: A ser divulgado.
1º/12/2026 a 18/12/2026	---	Período para classificação dos candidatos inscritos.	---
08/01/2027	A partir das 14 h	Divulgação da classificação dos candidatos inscritos.	Secretaria Municipal de Educação e @semedcamposaltos
11/01/2027	→ 8 h às → 17h	Período para Recurso dos Candidatos inscritos.	**Novo link** A ser divulgado
13/01/2027	A partir das 14 h	Divulgação da classificação final dos candidatos inscritos.	Secretaria Municipal de Educação e em suas Redes Sociais.
25/01/2027 a 29/01/2027	---	Edital - ANEXO III Contratação	**Secretaria Municipal de Educação**

ANEXO III - EDITAL da Portaria SME nº 009, de 14 de setembro de 2026

DATA	HORÁRIO	CARGO
25/01/2027	8:30 h	ASSISTENTE SOCIAL, PSICÓLOGO, NUTRICIONISTA
	9:30 h	SUPERVISÃO
	13:30 h	CANTINEIRA
	15:00 h	LIMPEZA
26/01/2027	8:30 h	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL: PRÉ-ESCOLA E MATERNAL
	13:30 h	PROFESSOR - ANOS INICIAIS: ALFABETIZADOR 1º e 2º ANOS
	15:00 h	PROFESSOR - ANOS INICIAIS: 3º, 4º e 5º ANOS
27/01/2027	8:30 h	TÉCNICA APOIO EDUC BÁSICA - SECRETÁRIA
	9:30 h	TÉCNICO DE EDUCAÇÃO BÁSICA - MONITOR
	13:30 h	TÉCNICO DE **APOIO** À EDUCAÇÃO BÁSICA
	15:00 h	PROFESSOR DE APOIO
28/01/2027	**PROFESSOR DE ANOS FINAIS**	
	9:00 h	LÍNGUA PORTUGUESA
	9:15 h	LÍNGUA INGLESA
	9:30 h	MATEMÁTICA
	9:45 h	CIÊNCIAS
	10:00 h	GEOGRAFIA
	10:15 h	HISTÓRIA
	10:30 h	ARTE
	10:45 h	ENSINO RELIGIOSO
	13:30 h	EDUCAÇÃO FÍSICA

OBS: Não será permitido contratação de candidatos por procuração.
Para todos os cargos acima relacionados, o candidato deverá apresentar, **no ato da contratação**, quando solicitado, toda documentação **ORIGINAL E CÓPIA**, informada na inscrição.

ANEXO IV da Portaria SME nº 009, de 14 de setembro de 2026

TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA OS CARGOS

ANEXO IV da Portaria SME nº 009, de 14 de setembro de 2026
TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA PROFESSOR DE APOIO E TÉCNICO DE APOIO

OBS: - BONIFICAÇÃO: Valor **ATÉ** 10 pontos, sendo 0,06 correspondente a 1 (um) dia trabalhado;
- PND: de acordo com o resultado **TOTAL** obtido na avaliação;
- CONTAGEM DE TEMPO: Conforme documento emitido pelo **RH da Prefeitura** de Campos Altos;
- Para todos os cargos acima relacionados, o candidato deverá apresentar, **no ato da contratação**, quando solicitado, toda documentação **ORIGINAL E CÓPIA**, informada na inscrição.

Publicado por:
Edvaldo Lemos Fernandes Silva
Código Identificador:07D1E4E4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
BALANÇO FINANCEIRO

ESTADO DE MINAS GERAIS			
MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS			Exercício de 2026
Balanço Financeiro - Anexo 13			Período de: Agosto à Agosto
ENTIDADE(S): INSTITUTO PREV SERVIDORES MUNICIPIO DE DIVINOPOLIS			Despesa: Paga
INGRESSOS		**DISPÊNDIOS**	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	**11.477.998,45**	**Despesa Orçamentária (VII)**	**16.410.935,64**

Recursos Não Vinculados	**0,00**	**Recursos Não Vinculados**	**1.253.920,67**
		Recursos não Vinculados de Impostos - Ordinário	1.253.920,67
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	**0,00**	**Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)**	**0,00**
Recursos Vinculados ao RPPS	**11.477.998,45**	**Recursos Vinculados ao RPPS**	**15.157.014,97**
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	**10.627.058,44**	**Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)**	**14.714.416,00**
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano	10.627.058,44	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	14.714.416,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	**850.940,01**	**Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração**	**442.598,97**
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	850.940,01	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	442.598,97
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**6.803.407,71**	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**0,00**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.258.338,05	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00
Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução	0,00	Transferências Financeiras Concedidas Independentes de Execução	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	5.545.069,66	Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)	**16.489.724,59**	**Outras Movimentações Financeiras (IX)**	**18.383.738,57**
Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras	16.489.724,59	Transferências de Investimentos e Aplicações Financeiras	18.383.738,57
Desbloqueios de Valores em Caixa	0,00	Bloqueios de Valores em Caixa	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**5.012.021,53**	**Pagamentos Extraorçamentários (X)**	**4.988.478,07**
		Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00
		Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.012.021,53	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.988.478,07
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00
Saldo do Exercício Anterior (V)	**0,00**	**Saldo para o Exercício Seguinte (XI)**	**0,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	0,00	Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00
TOTAL (VI) = (I + II + III + IV + V)	**39.783.152,28**	**Total (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)**	**39.783.152,28**
Nota(s) Explicativa(s):			
INGRESSOS		**DISPÊNDIOS**	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
AGUINALDO H. FERREIRA LAGE	***CAMILA FORTUNATO FONTES***		***PATRICIA ANTÔNIA ROCHA***
Superintendente	Contador - CRC MG-126.957/O-0		Gerente Financeiro

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7D2F989E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO NO 70/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 70/2026

A Secretaria Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana do Município de Divinópolis, Minas Gerais, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções nº 900/2022 e nº 918/2016, bem como a Deliberação nº 66 do Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Minas Gerais – CETRAN/MG, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA AUTUAÇÃO os proprietários e/ou infratores dos veículos abaixo relacionados, podendo ser interposta a DEFESA DA AUTUAÇÃO e/ou a IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR, conforme e até a data limite abaixo indicada, junto ao setor de atendimento da SETTRANS, ou via Correios, no endereço: Avenida JK, 1.455, 2º Andar, Bairro Bom Pastor, Divinópolis/MG, CEP: 35.500-155. FORMULÁRIOS E ENDEREÇOS: Os formulários poderão ser retirados pelo sítio www.divinopolis.mg.gov.br. O padrão de sequência de identificação dos dados das infrações abaixo relacionados é: placa, número do auto de infração, datada infração, código da infração/desdobramento, data de vencimento da notificação.

Divinópolis, 14 de setembro de 2026.

LUCAS LOPES ESTEVAM
Secretário Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana

PLACA	NÚMERO DO AUTO	COMETIMENTO	TIPO DE INFRAÇÃO	VENCIMENTO
BIM7546	**DA00093327**	**02/09/2026**	**5738/0**	**02/11/2026**
BIM7546	**DA00093328**	**02/09/2026**	**6599/2**	**02/11/2026**
BKB4246	**DA00097025**	**28/08/2026**	**5550/0**	**03/11/2026**
BRQ7I24	**DA00095373**	**04/09/2026**	**6050/1**	**06/11/2026**
CFO4C62	**DA00097020**	**28/08/2026**	**5550/0**	**02/11/2026**
CIN1B89	**DA00096844**	**02/09/2026**	**5550/0**	**06/11/2026**
CSL5019	**DA00096682**	**05/09/2026**	**7633/1**	**06/11/2026**
DJY5C40	**DA00097096**	**04/09/2026**	**6599/2**	**06/11/2026**
DJY5C40	**DA00097097**	**04/09/2026**	**7340/0**	**06/11/2026**
EJV7G41	**DA00097736**	**31/08/2026**	**5550/0**	**03/11/2026**
ESP8A01	**DA00096845**	**02/09/2026**	**7633/1**	**06/11/2026**
FRP2163	**DA00094129**	**02/09/2026**	**7633/1**	**02/11/2026**
FYP3F84	**DA00095615**	**05/09/2026**	**6050/1**	**06/11/2026**
GAM9706	**DA00096847**	**04/09/2026**	**5401/0**	**06/11/2026**
GQM0F56	**DA00089414**	**02/09/2026**	**5185/1**	**02/11/2026**
GRM3D13	**DA00096223**	**04/09/2026**	**7633/1**	**06/11/2026**
GRM6762	**DA00094865**	**02/09/2026**	**5541/4**	**02/11/2026**
GSA3552	**DA00096527**	**04/09/2026**	**5185/1**	**06/11/2026**
GTH0804	**DA00095614**	**05/09/2026**	**7633/1**	**06/11/2026**
GTZ1390	**DA00094874**	**04/09/2026**	**7633/2**	**06/11/2026**
GVQ9C90	**DA00096846**	**03/09/2026**	**5479/0**	**06/11/2026**
GWO6E70	**DA00096802**	**31/08/2026**	**5487/0**	**06/11/2026**
GXS6C77	**DA00096226**	**05/09/2026**	**5541/2**	**06/11/2026**

GXT6F13	DA00094862	02/09/2026	5452/3	02/11/2026
GYA3F79	DA00096521	04/09/2026	7633/1	06/11/2026
GYI5I74	DA00095611	05/09/2026	5541/2	06/11/2026
GYS8974	DA00094212	04/09/2026	7633/2	06/11/2026
GYW4I72	DA00091599	04/09/2026	5592/0	06/11/2026
HAC7F12	DA00094131	05/09/2026	6653/1	06/11/2026
HAM3G51	DA00097005	25/08/2026	6041/2	02/11/2026
HBC3121	DA00097216	03/09/2026	6769/0	03/11/2026
HBC3A55	DA00093329	02/09/2026	6050/1	02/11/2026
HBC3A55	DA00093330	02/09/2026	6599/2	02/11/2026
HBD3217	DA00097084	02/09/2026	7633/1	06/11/2026
HEA2E89	DA00097437	03/09/2026	7633/1	03/11/2026
HEC2337	DA00097638	03/09/2026	5738/0	03/11/2026
HEM1444	DA00097205	02/09/2026	6769/0	02/11/2026
HFR7H11	DA00097212	03/09/2026	5592/0	03/11/2026
HFS8891	DA00096841	01/09/2026	5550/0	06/11/2026
HGL3J98	DA00095937	02/09/2026	7633/1	02/11/2026
HGY9036	DA00097094	02/09/2026	5541/1	06/11/2026
HIE1600	DA00094870	04/09/2026	5452/6	06/11/2026
HJA6836	DA00097002	24/08/2026	6530/0	02/11/2026
HJV5027	DA00097208	03/09/2026	6769/0	03/11/2026
HJV5027	DA00097209	03/09/2026	7684/2	03/11/2026
HLA0A22	DA00089416	03/09/2026	5460/0	03/11/2026
HMA5044	DA00094211	04/09/2026	5487/0	06/11/2026
HMN8040	DA00096843	01/09/2026	7633/1	06/11/2026
HNC4C41	DA00097435	03/09/2026	7633/1	03/11/2026
HOC8210	DA00095607	04/09/2026	7340/0	06/11/2026
HOC8740	DA00097024	28/08/2026	5720/0	03/11/2026
IZP1I10	DA00097029	29/08/2026	5541/4	03/11/2026
JHQ6375	DA00094210	04/09/2026	7633/1	06/11/2026
JSF6H44	DA00094859	02/09/2026	5622/2	02/11/2026
KFN4B05	DA00097004	24/08/2026	5550/0	02/11/2026
KMI7J20	DA00097751	03/09/2026	7633/2	03/11/2026
MMS0511	DA00091600	03/09/2026	5479/0	06/11/2026
OEV3H28	DA00097211	03/09/2026	7633/1	03/11/2026
OPT9992	DA00096528	04/09/2026	7633/1	06/11/2026
OPT9992	DA00096529	04/09/2026	5185/1	06/11/2026
OPT9992	DA00096530	04/09/2026	6599/2	06/11/2026
OQM7A32	DA00095612	05/09/2026	5541/2	06/11/2026
OQY6103	DA00096228	05/09/2026	5541/2	06/11/2026
OWZ7H44	DA00097015	27/08/2026	5452/1	02/11/2026
PTJ0G04	DA00090603	05/09/2026	5460/0	06/11/2026
PUH2087	DA00097436	03/09/2026	7633/1	03/11/2026
PVV0766	DA00094867	03/09/2026	5550/0	03/11/2026
PWG2B35	DA00089418	03/09/2026	5541/4	03/11/2026
PXW1F16	DA00097635	03/09/2026	7633/2	03/11/2026
PYP2F11	DA00095606	04/09/2026	6599/2	06/11/2026
QJM4C47	DA00095119	04/09/2026	7633/1	06/11/2026
QJM4C47	DA00095120	04/09/2026	6599/2	06/11/2026
QNT5534	DA00097031	29/08/2026	5550/0	03/11/2026
QOF1D55	DA00095605	04/09/2026	5037/1	06/11/2026
QPP3781	DA00097187	28/08/2026	7340/0	02/11/2026
QPP3781	DA00097188	28/08/2026	6599/2	02/11/2026
QQB9G97	DA00094869	04/09/2026	5380/0	06/11/2026
QUD2H21	DA00097204	02/09/2026	5592/0	02/11/2026
RMU8I11	DA00097734	31/08/2026	5452/2	03/11/2026
RMZ9J55	DA00096800	29/08/2026	6050/1	02/11/2026
RTN2H96	DA00097009	25/08/2026	7340/0	02/11/2026
SHI8D30	DA00097019	27/08/2026	5568/0	02/11/2026
SHY0B99	DA00089419	03/09/2026	7633/1	03/11/2026
SJT6B96	DA00094866	02/09/2026	7340/0	02/11/2026
SYB2A02	DA00097032	31/08/2026	7633/2	03/11/2026
SYJ4G66	DA00097633	03/09/2026	7633/1	03/11/2026
SYR4A52	DA00096221	31/08/2026	6050/1	06/11/2026
TCO3F40	DA00094864	02/09/2026	5452/2	02/11/2026
TEZ6A88	DA00097215	03/09/2026	7340/0	03/11/2026
TXO2F97	DA00096220	28/08/2026	7633/1	06/11/2026
TXO2G25	DA00092332	01/09/2026	5738/0	02/11/2026
TYK2E08	DA00095655	03/09/2026	5380/0	03/11/2026
TYO5F34	DA00097190	28/08/2026	7340/0	02/11/2026
TZE4I56	DA00094875	05/09/2026	5452/1	06/11/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3937D6B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO NO 71/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 71/2026

A Secretaria Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana do Município de Divinópolis, Minas Gerais, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções nº 900/2022 e nº 918/2022, bem como a Deliberação nº 66 do Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Minas Gerais – CETRAN/MG, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, tendo sido cumprido o

estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA PENALIDADE de multa referente à infração de trânsito os proprietários e/ou infratores dos veículos abaixo relacionados, podendo ser interposto o RECURSO perante à Junta Administrativa de Recurso de Infração - JARI, conforme e até a data limite abaixo indicada, junto ao setor de atendimento da SETTRANS, ou via correios, no endereço: Avenida JK, 1.455, 2º Andar, Bairro Bom Pastor, Divinópolis/MG, CEP: 35.500-155. FORMULÁRIOS E ENDEREÇOS: Os formulários poderão ser retirados pelo sítio www.divinopolis.mg.gov.br. O padrão de sequência de identificação dos dados das infrações abaixo relacionados é: placa, número do auto de infração, datada infração, código da infração/desdobramento, data de vencimento da notificação.

Divinópolis, 14 de setembro de 2026.

LUCAS LOPES ESTEVAM
Secretário Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana

PLACA	NÚMERO DO AUTO	COMETIMENTO	TIPO DE INFRAÇÃO	VALOR	VENCIMENTO
AHA4D29	DA00093236	05/06/2026	6602/0	R$293,47	23/10/2026
AZE7549	DA00086826	05/06/2026	5622/2	R$88,38	23/10/2026
CRF4115	DA00086828	05/06/2026	5185/1	R$195,23	23/10/2026
EQY7J93	DA00090022	06/06/2026	5550/0	R$130,16	23/10/2026
FOI4D32	DA00089000	06/06/2026	7633/2	R$293,47	23/10/2026
GDV2771	DA00091561	03/06/2026	5550/0	R$130,16	22/10/2026
GKS6635	DA00091396	06/06/2026	5541/4	R$195,23	23/10/2026
GLY2765	DA00086816	01/06/2026	5193/0	R$293,47	19/10/2026
GSO2G82	DA00091398	06/06/2026	5185/1	R$195,23	23/10/2026
GUV3281	DA00091559	03/06/2026	5487/0	R$195,23	19/10/2026
GVJ1I00	DA00086824	05/06/2026	6050/1	R$293,47	23/10/2026
GXX2C57	DA00086822	01/06/2026	6050/1	R$293,47	19/10/2026
GYJ9E54	DA00093064	03/06/2026	5592/0	R$130,16	19/10/2026
GZF8F75	DA00093358	06/06/2026	5550/0	R$130,16	23/10/2026
HBJ5647	DA00088994	02/06/2026	5550/0	R$130,16	19/10/2026
HBU4726	DA00091393	06/06/2026	5550/0	R$130,16	23/10/2026
HCU2338	DA00093650	03/06/2026	5460/0	R$130,16	19/10/2026
HDF4967	DA00092985	31/05/2026	5550/0	R$130,16	19/10/2026
HFK9912	DA00091395	06/06/2026	5550/0	R$130,16	23/10/2026
HGZ4525	DA00092984	31/05/2026	5550/0	R$130,16	19/10/2026
HHH6749	DA00092826	30/05/2026	5592/0	R$130,16	19/10/2026
HIU2F02	DA00092983	31/05/2026	5550/0	R$130,16	19/10/2026
HKL7B20	DA00086820	01/06/2026	6050/1	R$293,47	19/10/2026
HMK9015	DA00091801	06/06/2026	5541/4	R$195,23	23/10/2026
HML8J41	DA00091391	03/06/2026	5541/4	R$195,23	22/10/2026
HPH2035	DA00088997	05/06/2026	5541/4	R$195,23	23/10/2026
HPV4A29	DA00092265	05/06/2026	6947/1	R$195,23	23/10/2026
KWV5F34	DA00092831	30/05/2026	5592/0	R$130,16	19/10/2026
MGH7243	DA00092802	02/06/2026	5541/1	R$195,23	19/10/2026
MSO5D35	DA00088400	29/05/2026	5738/0	R$293,47	22/10/2026
ODA9449	DA00090013	01/06/2026	7633/1	R$293,47	19/10/2026
OLU4525	DA00093646	03/06/2026	5541/4	R$195,23	19/10/2026
OMK4C46	DA00086819	01/06/2026	6050/1	R$293,47	19/10/2026
PUJ5363	DA00093353	01/06/2026	6068/1	R$195,23	19/10/2026
PUP8455	DA00092821	30/05/2026	5550/0	R$130,16	19/10/2026
PUR5C43	DA00092980	31/05/2026	5460/0	R$130,16	19/10/2026
PVE1678	DA00091722	01/06/2026	6068/1	R$195,23	19/10/2026
PVE1678	DA00093349	01/06/2026	6599/2	R$293,47	19/10/2026
PVS7H98	DA00093347	01/06/2026	6068/1	R$195,23	19/10/2026
PVX3I81	DA00091397	06/06/2026	5541/4	R$195,23	23/10/2026
PWM6C90	DA00088995	02/06/2026	6050/1	R$293,47	19/10/2026
PWN1J69	DA00093648	03/06/2026	5568/0	R$195,23	19/10/2026
PXT8H20	DA00093537	31/05/2026	6661/0	R$195,23	19/10/2026
PXT8H20	DA00093538	31/05/2026	6599/2	R$293,47	19/10/2026
PXU8E16	DA00091923	02/06/2026	5568/0	R$195,23	19/10/2026
PZC1C66	DA00093343	01/06/2026	5720/0	R$195,23	19/10/2026
PZT8C11	DA00088999	05/06/2026	7633/2	R$293,47	23/10/2026
QLM2C12	DA00086818	01/06/2026	6050/1	R$293,47	19/10/2026
QNN3268	DA00090023	06/06/2026	5541/1	R$195,23	23/10/2026
QOQ5J39	DA00093355	02/06/2026	5487/0	R$195,23	19/10/2026
QOV7490	DA00091802	06/06/2026	5541/4	R$195,23	23/10/2026
QQB2F53	DA00093339	29/05/2026	5592/0	R$130,16	19/10/2026
QQR2F01	DA00092823	30/05/2026	5550/0	R$130,16	19/10/2026
QUR3B49	DA00093546	31/05/2026	6661/0	R$195,23	23/10/2026
QWY9D84	DA00093057	31/05/2026	5525/0	R$130,16	19/10/2026
QXP6I37	DA00093642	03/06/2026	5550/0	R$130,16	19/10/2026
RFE9A51	DA00093539	31/05/2026	6661/0	R$195,23	23/10/2026
RFU8C44	DA00093238	05/06/2026	7323/2	R$130,16	23/10/2026
RMH2F40	DA00092789	30/05/2026	7633/2	R$293,47	19/10/2026
RMJ9H07	DA00092728	29/05/2026	6661/0	R$195,23	19/10/2026
RMV3I13	DA00091389	03/06/2026	6637/1	R$195,23	19/10/2026
RNC4A42	DA00093340	29/05/2026	5592/0	R$130,16	19/10/2026
RNM2H85	DA00091922	02/06/2026	5541/2	R$195,23	19/10/2026
RTF6H47	DA00092987	31/05/2026	5592/0	R$130,16	19/10/2026
RTG4E06	DA00093735	02/06/2026	6041/2	R$195,23	19/10/2026
RTT6H10	DA00093237	05/06/2026	5541/3	R$195,23	23/10/2026
SAZ0J15	DA00091394	06/06/2026	5550/0	R$130,16	23/10/2026
SHN3J28	DA00093202	03/06/2026	5550/0	R$130,16	19/10/2026
SII7B98	DA00092822	30/05/2026	5550/0	R$130,16	19/10/2026
SIS5D02	DA00086815	30/05/2026	5185/1	R$195,23	19/10/2026
SJQ1F63	DA00091392	03/06/2026	6050/1	R$293,47	22/10/2026
SRH6A48	DA00092455	03/06/2026	5592/0	R$130,16	19/10/2026
SYK6I34	DA00093734	02/06/2026	5452/2	R$195,23	19/10/2026

TCK6J43	**DA00087221**	**29/05/2026**	**5550/0**	**R$130,16**	**19/10/2026**
TEA9I24	**DA00091723**	**01/06/2026**	**6068/1**	**R$195,23**	**19/10/2026**
TEH7G48	**DA00090382**	**02/06/2026**	**5452/1**	**R$195,23**	**19/10/2026**
TEU2H28	**DA00091921**	**02/06/2026**	**5541/2**	**R$195,23**	**19/10/2026**
TEX6E42	**DA00093346**	**01/06/2026**	**5487/0**	**R$195,23**	**19/10/2026**
TFC1G76	**DA00086823**	**04/06/2026**	**5819/1**	**R$880,41**	**22/10/2026**
TYH9H73	**DA00092262**	**28/05/2026**	**7633/1**	**R$293,47**	**19/10/2026**
UAI0C72	**DA00090021**	**06/06/2026**	**6041/2**	**R$195,23**	**23/10/2026**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C2F8D542

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IBIÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Origem: Pregão Eletrônico 030/2026 - PAL:098/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS), EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPCS) E EQUIPAMENTOS DESTINADOS À BRIGADA DE EMERGÊNCIA MUNICIPAL DE IBIÁ/MG, VISANDO GARANTIR A SEGURANÇA DOS BRIGADISTAS E DEMAIS SERVIDORES MUNICIPAIS E A ADEQUADA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO, COMBATE A INCÊNDIOS, ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS, RESGATES E DEMAIS AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE IBIÁ – MG

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Ibiá/MG

COMERCIAL J & C COMEX LTDA- 46.687.136/0001-12

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR LANCE	TOTAL LANCE
2	480,00	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA COM BIQUEIRA DE COMPOSITE	crival ca 39936	crival ca 39936	R$ 90,00	R$ 43.200,00
3	24,00	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA ELETRICISTA	crival ca 39936	crival ca 39936	R$ 100,00	R$ 2.400,00
8	1.000,00	UNIDADE	CREME PROTETOR SOLAR	happy sol	happy sol	R$ 10,00	R$ 10.000,00
12	6,00	UNIDADE	PROTETOR FACIAL	valeplast ca 44461	valeplast ca 44462	R$ 22,00	R$ 132,00
14	10,00	UNIDADE	TRAVA QUEDAS	dg master	dg master	R$ 122,00	R$ 1.220,00
34	20,00	UNIDADE	LANTERNA DE LED PARA CABEÇA/CAPACETE	vonder	vonder	R$ 72,00	R$ 1.440,00
37	20,00	UNIDADE	COTURNOS/BOTA BRIGADISTA	bracol	bracol	R$ 305,00	R$ 6.100,00
38	20,00	UNIDADE	BALACLAVA	hercules ca 15307	hercules ca 15308	R$ 80,00	R$ 1.600,00
39	20,00	UNIDADE	LUVAS DE VAQUETA	luveq ca 26742	luveq ca 26742	R$ 18,00	R$ 360,00

Total: R$ 66.452,00
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **11/09/2026** , a contar do dia **11/09/2027.**

ROSA CAFE IMPORTS LTDA- 51.053.659/0001-47

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR LANCE	TOTAL LANCE
5	200,00	PAR	BOTINA DE SEGURANÇA SEM BIQUEIRA	CARTOM	CA17137	R$ 60,98	R$ 12.196,00
25	4,00	UNIDADE	MARTELO DE BORRACHA	SPARTA	50MM	R$ 29,68	R$ 118,72
26	4,00	UNIDADE	PÁS	OEM	230MM	R$ 24,55	R$ 98,20
33	20,00	UNIDADE	APITOS DE EMERGÊNCIA	OEM	NAUTICO	R$ 12,89	R$ 257,80
40	1,00	UNIDADE	COLAR CERVICAL RESGATE INFANTIL AJUSTAVEL	PM2 MEDICAL	RESGATE	R$ 101,86	R$ 101,86
41	1,00	UNIDADE	COLAR CERVICAL RESGATE ADULTO AJUSTAVEL	VNO	RESGATE	R$ 109,60	R$ 109,60

Total: R$ 12.882,18
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **11/09/2026** , a contar do dia **11/09/2027.**

TOTAL SEGURANCA EQUIPAMENTOS DE PROTECAO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA- 13.851.726/0001-80

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR LANCE	TOTAL LANCE
6	20,00	UNIDADE	CAPACETE PARA TRABALHO EM ALTURA	STEELFLEX	CA 35983	R$ 97,00	R$ 1.940,00
17	40,00	UNIDADE	ROUPA DE APROXIMAÇÃO COMPLETA (CALÇA JAQUETA)	NEXUS	CA 35341/35342	R$ 1.100,00	R$ 44.000,00

Total: R$ 45.940,00
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **11/09/2026** , a contar do dia **11/09/2027.**

BH SOLDAS EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL LTDA- 21.151.275/0001-04

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR LANCE	TOTAL LANCE
7	150,00	UNIDADE	COLETE REFLETIVO TIPO X	MAICOL	MAICOL	R$ 9,50	R$ 1.425,00
13	200,00	UNIDADE	TÊNIS DE SEGURANÇA	SUPER SAFETY CA51618	SUPER SAFETY CA51618	R$ 115,00	R$ 23.000,00
Total: R$ 24.425,00 A validade desta Ata de Registro de Preços é até **11/09/2026** , a contar do dia **11/09/2027.**							

BARAOSEG LTDA- 53.763.552/0001-18

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR LANCE	TOTAL LANCE
9	120,00	PAR	LUVA DE RASPA	TOTAL	CA 47806	R$ 11,90	R$ 1.428,00
11	60,00	UNIDADE	MACACÃO CONTRA AGENTES QUIMICOS	KALIPSO	CA 48789	R$ 11,90	R$ 714,00
42	20,00	UNIDADE	LUVA APICULTOR	CALSEG	CA 15467	R$ 34,90	R$ 698,00
Total: R$ 2.840,00 A validade desta Ata de Registro de Preços é até **11/09/2026** , a contar do dia **11/09/2027.**							

WTRADE INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA- 21.856.981/0001-43

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR LANCE	TOTAL LANCE
21	4,00	UNIDADE	BOMBAS COSTAIS	MEGA	MEGA	R$ 350,00	R$ 1.400,00
Total: R$ 1.400,00 A validade desta Ata de Registro de Preços é até **11/09/2026** , a contar do dia **11/09/2027.**							

NUCLEO EPI, SALVAMENTO E OUTROS LTDA- 51.411.904/0001-40

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VALOR LANCE	TOTAL LANCE
35	20,00	UNIDADE	CAPACETE MODELO RESGATE	Montana	Focus	R$ 191,99	R$ 3.839,80
Total: R$ 3.839,80 A validade desta Ata de Registro de Preços é até **11/09/2026** , a contar do dia **11/09/2027.**							

As íntegras das atas encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Ibiá, na Avenida Tancredo Neves nº 663, Bairro Centro, Ibiá/MG, bem como, disponibilizadas no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

Ibiá (MG), 14 de setembro de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:1F6DB399

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

FUNDAÇÃO CRÊ-SER
EDITAL Nº 004/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

MONITOR DE ATIVIDADES FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER
INSCRIÇÕES DEFERIDAS
CANDIDATOS(AS) POR ORDEM ALFABÉTICA

ADRIANA APARECIDA DE FREITAS NEVES SENA	DEFERIDA
ALANA DA SILVA PEREIRA DE SOUZA	DEFERIDA
ALESSANDRA GOMES COSTA CARVALHO	DEFERIDA
ALESSANDRA NUNIS LOUREIRA	DEFERIDA
ALESSANDRA PATRÍCIA BORGES	DEFERIDA
ALICE MARIA INÁCIO ALEXANDRE	DEFERIDA
AMANDA GRAZIELA VIEIRA DORIM	DEFERIDA
AMANDA TORRES BUENO	DEFERIDA
ANA LAURA DE OLIVEIRA VIANA	DEFERIDA
ANA PAULA CAROLINO PRIMO	DEFERIDA
ANDRÉA DOS SANTOS FERREIRA	DEFERIDA
ANELINO APARECIDO FIRMO	DEFERIDA
ANTONIA ALVES FERREIRA DE ARAÚJO	DEFERIDA
APARECIDA MARTINS FIGUEIREDO	DEFERIDA
BETHANIA NUNES CAMPOS PEREIRA	DEFERIDA
CLAUDIA GISELE DIAS SILVA	DEFERIDA
CLEIDE DO CARMO RAMOS	DEFERIDA
CREMILDA DO CARMO RAMOS	DEFERIDA
DANIELA APARECIDA COTA	DEFERIDA
DÉBORA CRISTINA DE ASSIS COTA	DEFERIDA
DEBORAH CRISTINA DOS SANTOS BRAZ	DEFERIDA
DIANA DE PAULA DIAS PIMENTEL	DEFERIDA
EDILENE NASCIMENTO SILVA SANTOS	DEFERIDA
EDNA DA CONSOLAÇÃO VIANA SODRÉ	DEFERIDA
EDUARDA REGINA GONÇALVES PEREIRA	DEFERIDA
ELAINE DE FATIMA GREGORIO CHAVES	DEFERIDA
ELIANA CELESTINA ALFEU LOPES	DEFERIDA

ELIANE MARTINS DOMINGUES ARAÚJO	DEFERIDA
ELISÂNGELA APARECIDA MIRANDA	DEFERIDA
EMANOELA JÚNIA OLIVEIRA DO ESPÍRITO SANTO	DEFERIDA
ERICA APARECIDA COUTO DE PAULA	DEFERIDA
ERLEN JUNIA LEITE DE PAULO	DEFERIDA
ERLEN JUNIA LEITE DE PAULO	DEFERIDA
FRANCINI ALMERINDO	DEFERIDA
FRANCIS DEL CARMEN SULVARAN	DEFERIDA
GISELE APARECIDA SILVA	DEFERIDA
GLEICEMARA AMÉRICO ALVES	DEFERIDA
GRACE KELLY GOMES FERREIRA	DEFERIDA
IÁSCARA NOLASCO DA COSTA SILVA	DEFERIDA
JAQUELAINE APARECIDA GOMES	DEFERIDA
JÉSSICA GABRIELA SILVA COSTA ARAÚJO	DEFERIDA
JOÃO MARCELO SOUZA E SILVA	DEFERIDA
JOELMA DE SOUZA RODRIGUES MAGALHÃES	DEFERIDA
JONATHAS MODESTO DA SILVA	DEFERIDA
JOSIANE MERCÊS DE BARROS DA MATA	DEFERIDA
JÚLIA VITÓRIA CALASANS	DEFERIDA
KAMILLA AMARAL DA LUZ	DEFERIDA
KARINA WALESKA HERZOG	DEFERIDA
KARINE ALVES FERREIRA DO CARMO	DEFERIDA
LAILLA MICHELLE DE SOUZA FAUSTINO ALMEIDA	DEFERIDA
LARISSA VITÓRIA COSTA	DEFERIDA
LETÍCIA DA SILVA FERREIRA	DEFERIDA
LIDIANA LEANDRO MATTOS NOVAIS	DEFERIDA
LÍVIA FERREIRA DOS SANTOS	DEFERIDA
LUCAS SOUZA SILVA E OLIVEIRA	DEFERIDA
LUCIANA MARCELINA MENDES	DEFERIDA
LUCILENE MARIA DORNELO	DEFERIDA
LUCIMEIRE APARECIDA BARROS CORREA	DEFERIDA
LUZENEITE APARECIDA DE SOUZA	DEFERIDA
MAGNA DO NASCIMENTO	DEFERIDA
MAÍZA CRISTINA DOS SANTOS	DEFERIDA
MÁRCIA VALÉRIA SANTOS SILVA	DEFERIDA
MARIA APARECIDA FONSECA LAGE	DEFERIDA
MARIA APARECIDA VENÂNCIO	DEFERIDA
MARIA LUISA LOPES	DEFERIDA
MARLI CONCEIÇÃO DA SILVA	DEFERIDA
MICHELE MARA XAVIER	DEFERIDA
MÔNICA ELIZABETE DE SOUZA	DEFERIDA
MONIQUE GABRIELLE DE MIRANDA ASSIS	DEFERIDA
NÁDIA CRISTINA TEIXEIRA	DEFERIDA
NILZA SILVA BARBOSA	DEFERIDA
POLIANA MARA VALADARES	DEFERIDA
PRISCILA CRISTINA RAMOS BRANDÃO	DEFERIDA
PRISCILA SÁVIA MEIRELES ROCHA	DEFERIDA
RAFAELA CRISTINA CAMILLO	DEFERIDA
RONIELE CRISTINA DA SILVA	DEFERIDA
ROSÂNGELA DA CRUZ	DEFERIDA
ROSEMEIRE DE OLIVEIRA VIEIRA	DEFERIDA
SAMARA RODRIGUES SIMÃO	DEFERIDA
SAMUEL FERNANDES SANTOS SILVA	DEFERIDA
SAMUEL FERNANDES SANTOS SILVA	DEFERIDA
SOÉDINA KILL DA SILVA	DEFERIDA
STELLA MARIS MIRANDA LIMA NASCIMENTO	DEFERIDA
SUELI MARIA BRAGA	DEFERIDA
TAINARA BEATRIZ DOS SANTOS	DEFERIDA
TAMARA BATISTA FERREIRA SALGADO	DEFERIDA
TAMIRES GONÇALVES DA SILVA	DEFERIDA
THAISMARA ETERNA TEIXEIRA	DEFERIDA
THAMY CRISTINA PEREIRA	DEFERIDA
VALCELI PERPETUA SOARES	DEFERIDA
VERIANE PIRES MONTEIRO DOMINGUES	DEFERIDA
VERIANE PIRES MONTEIRO DOMINGUES	DEFERIDA
VILMA GERALDINA SOUZA E SILVA	DEFERIDA
WALQUIRIA ELIZABETH RODRIGUES	DEFERIDA
WEBERT PAULO SANTOS	DEFERIDA
YASMIN CRISTINA DOS SANTOS MIRANDA	DEFERIDA

Publicado por:
Heládio Jose da Silveira
Código Identificador:78ABEF32

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: AGENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
2752-26-LST-PSS	CARLOS EDUARDO DIAS	09/09/1992		Não	08/12/2010		1617	Deferido	1
2476-26-LST-PSS	YASMIM TAINA	21/08/2006		Não	13/12/2024		365	Deferido	2
3387-26-LST-PSS	JOSIANE SIMÕES DA COSTA SILVA	09/05/1985		Não	19/12/2003	Pós-Graduação	0	Deferido	3
4077-26-LST-PSS	DAVID JACKSON EVANGELISTA	16/02/1993		Não	17/12/2010	Pós-Graduação	0	Deferido	4
3290-26-LST-PSS	IGOR JESU	07/02/2008		Não	17/12/2025	Pós-Graduação	0	Deferido	5
3329-26-LST-PSS	PAULO HENRIQUE NASCIMENTO JUNIOR	28/11/1992		Não	30/12/2010	Graduação	0	Deferido	6
4438-26-LST-PSS	ALVARO JOSE SIQUEIRA	27/02/1976		Não	29/12/1998		0	Deferido	7
4659-26-LST-PSS	WESLEY GUEDES PUGLIESI	26/04/1979		Não	01/12/2000		0	Deferido	8
3535-26-LST-PSS	JOELMA BRAZ	01/11/1978		Não	30/12/2000		0	Deferido	9
2892-26-LST-PSS	CHARLENE RODRIGUES DE PAULA	14/10/1981		Não	19/06/2001		0	Deferido	10
4201-26-LST-PSS	CRISTIANE SARAIVA	09/04/1982		Não	31/12/2001		0	Deferido	11
4817-26-LST-PSS	DIEGO HENRIQUE DE SOUZA BATISTA	19/12/1985		Não	03/05/2004		0	Deferido	12
3916-26-LST-PSS	ANA PAULA DE SOUZA	30/11/1983		Não	20/12/2004		0	Deferido	13
4526-26-LST-PSS	EVSON DE MOURA SOARES	17/03/1982		Não	22/12/2004		0	Deferido	14
3738-26-LST-PSS	AMANDA CRISTINA NUNES DOS SANTOS	24/05/1988		Não	16/12/2005		0	Deferido	15
4236-26-LST-PSS	SAMARA ANGELICA OLIVEIRA BATISTA	24/04/1988		Não	22/12/2005		0	Deferido	16
4074-26-LST-PSS	JUDSON RENATO DE SOUZA LANA	12/05/1970		Não	07/12/2006		0	Deferido	17
3026-26-LST-PSS	RONALDO CANDIDO FERREIRA	11/02/1982		Não	16/12/2007		0	Deferido	18
2897-26-LST-PSS	LEANDRO MIRANDA MARTINS	29/09/1988		Não	20/12/2007		0	Deferido	19
4446-26-LST-PSS	FRANK LUTHIANE DE MATOS SANTOS	15/03/1990		Não	20/12/2007		0	Deferido	20
2888-26-LST-PSS	CASSIO ARAUJO TARANTINO	12/09/1989		Não	28/03/2008		0	Deferido	21
4977-26-LST-PSS	CHRISTIENNE BRUNA VILELLA VIEIRA	04/08/1991		Não	18/12/2008		0	Deferido	22
4018-26-LST-PSS	RENDHEL HELIOMAR MENDES MOREIRA	20/11/1989		Não	19/12/2008		0	Deferido	23
4110-26-LST-PSS	CRISTIANE DA SILVA PEREIRA	03/02/1992		Não	18/12/2009		0	Deferido	24
2704-26-LST-PSS	VALMIR DA SILVA ALVES	16/07/1979		Não	31/08/2010		0	Deferido	25
3984-26-LST-PSS	MARCELO ESTEVÃO DOS SANTOS	04/01/1993		Não	10/12/2010		0	Deferido	26
3609-26-LST-PSS	DIEGO TEODORO REBECCHI	15/04/1993		Não	28/12/2010		0	Deferido	27
3559-26-LST-PSS	DANIELE ALMEIDA DOS SANTOS	22/03/1993		Não	16/12/2011		0	Deferido	28
2606-26-LST-PSS	MELINIER APARECIDA SERRANO LIMA	06/07/1994		Não	14/12/2012		0	Deferido	29
2754-26-LST-PSS	LETICIA DA COSTA PERDIGAO	29/09/1993		Não	03/04/2013		0	Deferido	30
3959-26-LST-PSS	MARCOS ANDRE DE ARAUJO	04/12/1996		Não	08/01/2014		0	Deferido	31
4816-26-LST-PSS	NATA AUGUSTO REZENDE ABREU	30/12/1997		Não	19/12/2014		0	Deferido	32
4792-26-LST-PSS	GIULIAN MOREIRA DA SILVA	22/04/1991		Não	29/08/2015		0	Deferido	33
4016-26-LST-PSS	RAPHAELA MAGALHAES MATOS M DA SILVA	19/03/1997		Não	12/12/2015		0	Deferido	34
3629-26-LST-PSS	ALEXSANDRA TORRES	29/10/1996		Não	17/12/2015		0	Deferido	35
2955-26-LST-PSS	JEAN CARLOS OLIVEIRA SANTOS	08/09/1997		Não	17/12/2015		0	Deferido	36
4122-26-LST-PSS	LEANDRA CONTES	28/07/1997		Não	20/12/2015		0	Deferido	37
3784-26-LST-PSS	RHAVILLAH ABISAG SANTOS MARTINS COELHO	06/06/1997		Não	01/01/2017		0	Deferido	38
4099-26-LST-PSS	ALEXANDRE HENRIQUE DA SILVEIRA	16/02/1984		Não	05/09/2017		0	Deferido	39
4442-26-LST-PSS	HERNANI DE ASSIS OLIVEIRA	01/05/1975		Não	29/03/2019		0	Deferido	40
3589-26-LST-PSS	LEANDRO BRUNO SOARES DE SAL	08/03/1995		Não	15/01/2020		0	Deferido	41
2938-26-LST-PSS	PABLO VINICIUS DE ANDRADE DOMINGUES	30/08/2000		Não	11/07/2020		0	Deferido	42
2762-26-LST-PSS	MOISES CRISTINO ALVES	08/11/2002		Não	28/05/2021		0	Deferido	43
3547-26-LST-PSS	SARAH VITÓRIA ARAÚJO COSTA	11/05/2004		Não	18/12/2021		0	Deferido	44
2841-26-LST-PSS	BERNARDO DE SOUSA BOSSIGIA	30/10/2003		Não	15/09/2022		0	Deferido	45
3706-26-LST-PSS	LYON AQUILES RIBEIRO MARTINS	02/04/1989		Não	20/12/2024		0	Deferido	46
3216-26-LST-PSS	ALMIR GIL CACIQUE	05/05/1981		Não	18/03/2025		0	Deferido	47
4160-26-LST-PSS	MATHAUS MAIKON MARQUES NASCIMENTO	01/10/1994		Não	03/07/2025		0	Deferido	48
2554-26-LST-PSS	RICARDO CAVALCANTE CARVALHO	30/07/1989		Não	18/12/2006		0	Indeferido	Desclassificado
2683-26-LST-PSS	DEBORA CANDIDA MOREIRA	22/11/1997		Não	01/01/2020		0	Indeferido	Desclassificado
2816-26-LST-PSS	ARILDO BRUNO PACHECO SANTOS	27/05/1991		Não	25/06/2015		0	Indeferido	Desclassificado
2898-26-LST-PSS	WASHINGTON SANTOS OLIVEIRA	02/02/1981		Não	13/02/2004		0	Indeferido	Desclassificado
2965-26-LST-PSS	ISRAEL LOPES GONCALVES JUNIOR	28/07/1984		Não	01/12/2002		0	Indeferido	Desclassificado
2984-26-LST-PSS	TAIS CAMILA VIEIRA	21/02/2000		Não	22/12/2017		0	Indeferido	Desclassificado
3095-26-LST-PSS	TAYNA RODRIGUES DE OLIVEIRA	23/12/1994		Não	21/12/2012		0	Indeferido	Desclassificado
3154-26-LST-PSS	RAYSSA STHEPHANIE CARRIJO CALDEIRA CRUZ	10/09/2000		Não	09/11/2018		0	Indeferido	Desclassificado
3208-26-LST-PSS	RUBENS JUNIOR	14/05/1992		Não	12/12/2009		0	Indeferido	Desclassificado
3248-26-LST-PSS	JOSE DA SILVA JUNIOR	24/04/1992		Não	16/12/2013		0	Indeferido	Desclassificado
3401-26-LST-PSS	WASHINGTON ANTONIO SANTOS RIBEIRO	11/03/1989		Não	31/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3435-26-LST-PSS	HENRIQUE TRINDADE ZAMBELLI DE ALMEIDA	12/06/2003		Não	18/01/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3516-26-LST-PSS	VINICIUS MAIA DA SILVA	08/12/1997	Desclassificado	Sim	26/12/2015		0	Indeferido	Desclassificado
3567-26-LST-PSS	AMILTON RODRIGUES GUIMARAES JUNIOR	30/12/2005		Não	21/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
3598-26-LST-PSS	EDNA MARIA GOMES DOS SANTOS	24/12/1990		Não	02/02/2016		0	Indeferido	Desclassificado
3630-26-LST-PSS	VINICIUS CAETANO DE SOUZA COELHO	23/11/2004		Não	05/07/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3818-26-LST-PSS	ANNA CAROLINA DUTRA MATOS MARTINS	12/09/2007		Não	28/10/2025		0	Indeferido	Desclassificado
3838-26-LST-PSS	MARIA EDUARDA RODRIGUES MIRANDA	19/06/2000		Não	18/01/2019		0	Indeferido	Desclassificado
3850-26-LST-PSS	GUILHERME TADEU FIGUEIREDO DE SOUZA SOARES	26/12/2000		Não	22/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4045-26-LST-PSS	PAULA RAMONNY FONSECA AZEVEDO	15/09/1997		Não	14/06/2017		0	Indeferido	Desclassificado
4294-26-LST-PSS	ALISSON LUIZ DE MOURA MACHADO	23/10/1982		Não	01/01/2003		0	Indeferido	Desclassificado
4313-26-LST-PSS	EMANUEL CIRILO FELIX DE SALLES	06/08/1998		Não	13/01/2017		0	Indeferido	Desclassificado
4326-26-LST-PSS	CAIQUE BERNARDINO MONTEIRO PEREIRA	20/11/2005		Não	31/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4385-26-LST-PSS	VANDER LUCIO FREITAS SOARES	17/10/1971		Não	31/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4582-26-LST-PSS	PEDRO	22/03/2005		Não	20/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4618-26-LST-PSS	LEANDRO JEREMIAS GUERRA	24/01/1998		Não	22/06/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4751-26-LST-PSS	AMIR ROGERIO DOS ANJOS	05/01/1974		Não	19/12/2005		0	Indeferido	Desclassificado
4834-26-LST-PSS	VITORIA BORGES DE PAULA	01/05/1995		Não	06/06/2014		0	Indeferido	Desclassificado
4997-26-LST-PSS	MARIA CECÍLIA	17/01/2006		Não	31/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:D93D2723

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
4938-26-LST-PSS	JAQUELINE CRISTINA DA SILVA	12/09/1979		Não	30/12/2001		2023	Deferido	1
3400-26-LST-PSS	LISANGELA FERREIRA	26/04/1980		Não	20/12/2019		963	Deferido	2
4619-26-LST-PSS	JOSE CARLOS DA SILVA	20/09/1969		Não	31/12/1996	Graduação	0	Deferido	3
3814-26-LST-PSS	CLAUDINEA DA CONCEIÇÃO ROMÃO	11/09/1977		Não	30/11/2006		0	Deferido	4
3171-26-LST-PSS	JOSEPH SANTOS VIEIRA CARDOSO	01/10/1990		Não	31/12/2008		0	Deferido	5
2922-26-LST-PSS	KAMILA GABRIELA DA COSTA MENDES	23/06/2007		Não	08/11/2025		0	Deferido	6
3124-26-LST-PSS	SAMILY RODRIGUES OLIVEIRA	22/06/1996		Não	20/12/2014		0	Indeferido	Desclassificado
3653-26-LST-PSS	DEISE CANDIDO DA SILVA	15/06/1995		Não	01/01/2013		0	Indeferido	Desclassificado
3900-26-LST-PSS	CAMILA GOMES PEREIRA MARCAL	10/01/2005		Não	21/03/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4397-26-LST-PSS	PEDRO BONIFACIO	03/06/2002		Não	12/11/2020		0	Indeferido	Desclassificado
4740-26-LST-PSS	FELIPE RAMALHO DE ALMEIDA SILVA	04/02/1974	Desclassificado	Sim	04/02/1974		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:F81A8283

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: ANALISTA AMBIENTAL- INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
3096-26-LST-PSS	NARA SILVEIRA CUNHA	20/11/1991		Não	29/03/2017	Pós-Graduação	2968	Deferido	1
3019-26-LST-PSS	BÁRBARA LEANDRA DA CONCEIÇÃO	22/04/1991	1	Sim	02/08/2017	Pós-Graduação	2166	Deferido	2
4226-26-LST-PSS	THAIS SILVA SALES	19/12/1987		Não	23/11/2012	Doutorado	2048	Deferido	3
4778-26-LST-PSS	MARIA LUCIA LEITE SILVANO	16/05/1963		Não	01/04/2016	Pós-Graduação	1978	Deferido	4
4949-26-LST-PSS	ALINE LOPES	20/02/1986		Não	17/02/2011	Doutorado	1928	Deferido	5
4787-26-LST-PSS	CAMILA MENTA BRITTO	08/02/1993		Não	13/08/2019	Mestrado	1914	Deferido	6
3175-26-LST-PSS	FERNANDA ALVES DOS SANTOS	13/01/1996		Não	31/12/2018	Pós-Graduação	1914	Deferido	7
4151-26-LST-PSS	FERNANDO AUGUSTO SOARES	18/07/1995		Não	19/12/2017	Pós-Graduação	1911	Deferido	8
4856-26-LST-PSS	GABRIEL BOSCOLI POLIN	11/12/1990		Não	18/09/2018		1902	Deferido	9
3422-26-LST-PSS	TÂNIA GONÇALVES BARBOSA	05/02/1983		Não	01/09/2008	Doutorado	1279	Deferido	10
4988-26-LST-PSS	RAQUEL GONCALVES SILVA	13/09/1989		Não	14/12/2012	Mestrado	1275	Deferido	11
4957-26-LST-PSS	KENA FERRARI MOREIRA DA SILVA	10/03/1977		Não	22/12/2000	Doutorado	1274	Deferido	12
4645-26-LST-PSS	GABRIEL PEREIRA SILVA	13/07/1996		Não	03/02/2023		1228	Deferido	13
3527-26-LST-PSS	ORIMAX MONTEIRO CRUZ	20/02/1986		Não	05/07/2017	Mestrado	1097	Deferido	14
3987-26-LST-PSS	SABRINA CRISTINA SILVA FREITAS	30/01/1989		Não	24/08/2019		1088	Deferido	15
3998-26-LST-PSS	RAFAELA PEREIRA RAPOSO DE OLIVEIRA	18/10/1989		Não	12/03/2019	Pós-Graduação	1028	Deferido	16
4169-26-LST-PSS	LORRANA ZELIA MARTINS DE SOUZA	22/12/1993		Não	24/07/2019	Mestrado	1012	Deferido	17
4654-26-LST-PSS	SARA VASCONCELOS DOS SANTOS	21/06/1985		Não	23/07/2010	Mestrado	750	Deferido	18
4866-26-LST-PSS	CLAUDIA OLIVEIRA MEDEIROS	23/06/1973		Não	17/07/2022	Pós-Graduação	700	Deferido	19
3752-26-LST-PSS	LEANDRO SAMOS DE OLIVEIRA	28/04/1982		Não	08/07/2023		685	Deferido	20
3722-26-LST-PSS	CIBELLE GIOVANA SILVA SANTOS	16/07/2001		Não	17/09/2024		651	Deferido	21
4625-26-LST-PSS	BARBARA DIAS ARAUJO	08/03/1995		Não	13/12/2019	Mestrado	533	Deferido	22
3683-26-LST-PSS	PAULO RICARDO DA SILVA ROSA	11/12/2000		Não	25/02/2025		490	Deferido	23
2622-26-LST-PSS	ERICA POSSINOZER CAMPOS	01/10/1997		Não	21/12/2021		309	Deferido	24
4186-26-LST-PSS	LIVIA LAIANE BARBOSA ALVES	17/12/1993		Não	16/12/2016	Doutorado	188	Deferido	25
3434-26-LST-PSS	JANAINA GONCALVES DE SOUZA	03/06/1988		Não	20/10/2022		186	Deferido	26
4231-26-LST-PSS	DANIELLE RAMOS DE ALVARENGA	06/11/1996		Não	31/01/2020	Mestrado	75	Deferido	27
4007-26-LST-PSS	ANA LUIZA RANGEL LINHARES LIMA	21/01/2000		Não	07/02/2024	Mestrado	69	Deferido	28
4387-26-LST-PSS	EDUARDAH GABRIELLA ALVES SILVA	28/01/2000		Não	07/07/2026		8	Deferido	29
3714-26-LST-PSS	EMAYRE REBECCA DOS SANTOS CAMPOS	20/10/1989		Não	06/03/2014	Doutorado	0	Deferido	30
3325-26-LST-PSS	RAFAELY PANTOJA OLIVEIRA	19/02/1993		Não	18/05/2018	Doutorado	0	Deferido	31
4802-26-LST-PSS	PEDRO HENRIQUE VIANNA FRANCA	27/02/1984		Não	20/12/2007	Mestrado	0	Deferido	32
4097-26-LST-PSS	JÉSSICA LIMA	02/06/1992		Não	05/04/2016	Mestrado	0	Deferido	33
3174-26-LST-PSS	FRANCIELLE CARVALHO FERREIRA	30/05/1992		Não	04/07/2016	Mestrado	0	Deferido	34
4132-26-LST-PSS	JULIA DE MATOS NOGUEIRA	02/09/1994		Não	28/07/2017	Mestrado	0	Deferido	35
4378-26-LST-PSS	BARBARA ALVES PORTO	24/06/1992		Não	21/02/2018	Mestrado	0	Deferido	36
3602-26-LST-PSS	DEBORA EVELYN CHRISTO DOS SANTOS	06/07/1995		Não	07/02/2019	Mestrado	0	Deferido	37
4865-26-LST-PSS	CIBELLE PINHEIRO MOURÃO	26/07/1997		Não	11/07/2022	Mestrado	0	Deferido	38
3294-26-LST-PSS	OTAVIO AUGUSTO GONÇALVES PIMENTA	01/07/2000	2	Sim	27/02/2023	Mestrado	0	Deferido	39
3887-26-LST-PSS	ABNER SOUZA DE CARVALHO	10/09/1980		Não	12/12/2012	Pós-Graduação	0	Deferido	40
5025-26-LST-PSS	CRISTIANE FLÁVIA MADEIRA	27/05/1991		Não	31/12/2013	Pós-Graduação	0	Deferido	41
4630-26-LST-PSS	VIVIANE TELES GOULART MOREIRA	14/12/1975		Não	24/09/2015	Pós-Graduação	0	Deferido	42
3018-26-LST-PSS	CAMILA GOMES SIQUEIRA MONTALVAO	18/02/1990		Não	03/09/2017	Pós-Graduação	0	Deferido	43
4798-26-LST-PSS	ARIENE CRISTINA DOS REIS ANDRADE	25/08/1988		Não	30/04/2025	Pós-Graduação	0	Deferido	44
4519-26-LST-PSS	PAULO JUNIOR CESAR BONCOMPAGNI	25/04/1989		Não	09/08/2012		0	Deferido	45

4051-26-LST-PSS	WILSON SANTOS D SOUZA	14/05/1984		Não	12/02/2014		0	Deferido	46
4314-26-LST-PSS	OTÁVIO ALVES GONÇALVES	21/03/1997		Não	08/07/2019		0	Deferido	47
4520-26-LST-PSS	HALICAN RODRIGUES CHACARA	08/06/1994		Não	06/12/2019		0	Deferido	48
4379-26-LST-PSS	JOSÉ FÁBIO FERREIRA DE SOUZA	09/06/1992		Não	23/02/2022		0	Deferido	49
2875-26-LST-PSS	WILLIAN RESENDE	22/12/1997		Não	30/06/2022		0	Deferido	50
3520-26-LST-PSS	NEIDE FERNANDA COELHO SILVA	06/06/1989		Não	06/07/2022		0	Deferido	51
3237-26-LST-PSS	JULIA ALMEIDA VARGAS	26/05/1998		Não	06/02/2023		0	Deferido	52
2833-26-LST-PSS	TACILA EDIMARA RODRIGUES GOMES	16/05/1998		Não	07/02/2023		0	Deferido	53
3836-26-LST-PSS	EDUARDO ROSETTI DE QUEIROZ	26/02/1998		Não	31/07/2024		0	Deferido	54
2515-26-LST-PSS	AMANDA ZICA CALIXTO	13/06/1997		Não	01/09/2024		0	Deferido	55
4384-26-LST-PSS	CELMA PEÇANHA DE JESUS	10/02/1982		Não	31/07/2025		0	Deferido	56
3315-26-LST-PSS	LARISSA BRUNELLI ANDRADE CHAGAS	02/07/1999		Não	03/08/2025		0	Deferido	57
4001-26-LST-PSS	VITORIA STEFANY COELHO ALVES	02/10/1999		Não	30/01/2026		0	Deferido	58
4042-26-LST-PSS	LUCAS RODIGHERI HIRT MATOS	04/07/2002		Não	25/03/2026		0	Deferido	59
2557-26-LST-PSS	CHRISTIAN JHALELE FUMUPAMBA	14/03/1993		Não	26/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
2565-26-LST-PSS	DEBORA SANTANA GOMES SOARES	30/07/1982		Não	17/12/2004		0	Indeferido	Desclassificado
2590-26-LST-PSS	VANESSA LACERDA RIBEIRO	06/01/1983		Não	09/11/2007		0	Indeferido	Desclassificado
2634-26-LST-PSS	MATHEUS MIR LEITE FERREIRA	09/11/1995		Não	19/11/2019		0	Indeferido	Desclassificado
2793-26-LST-PSS	EDINA DA CONCEICAO RODRIGUES PIRES	15/09/1967		Não	30/06/1989		0	Indeferido	Desclassificado
2835-26-LST-PSS	BEATRIZ CARVALHO AGUIAR	24/05/1999		Não	06/07/2024		0	Indeferido	Desclassificado
2867-26-LST-PSS	GUILHERME DE ARAUJO MARCONDES	31/03/1984		Não	10/07/2008		0	Indeferido	Desclassificado
2985-26-LST-PSS	SUZANA MARQUES CLAUDINO MOTA	14/07/1981		Não	11/07/2008		0	Indeferido	Desclassificado
3022-26-LST-PSS	GABRIELA BRITO COSTA	07/09/1999		Não	10/08/2023		0	Indeferido	Desclassificado
3074-26-LST-PSS	CARLOS EDUARDO FERNANDES DE HOLANDA	26/12/1983		Não	02/07/2009	Mestrado	0	Indeferido	Desclassificado
3388-26-LST-PSS	LUIZ GONCALVES JUNIOR	05/01/1977		Não	16/12/1999		0	Indeferido	Desclassificado
3500-26-LST-PSS	GABRIEL MOREIRA ALVES	01/10/1985		Não	01/08/2013		0	Indeferido	Desclassificado
3648-26-LST-PSS	ALINE PEREIRA	14/04/1984		Não	14/10/2009		0	Indeferido	Desclassificado
3666-26-LST-PSS	LEAN CASSIO FIGUEIREDO SOUSA	17/05/1989		Não	23/01/2013		0	Indeferido	Desclassificado
3685-26-LST-PSS	ANDRÉ CORRÊA COSTA	24/09/1975		Não	02/07/1999		0	Indeferido	Desclassificado
3869-26-LST-PSS	BARBARA INGRID KELY RABELO SILVA	09/12/1995		Não	20/03/2020		0	Indeferido	Desclassificado
3871-26-LST-PSS	MARIANA ELISA FERREIRA ASSIS	06/07/2000		Não	12/02/2025		0	Indeferido	Desclassificado
3876-26-LST-PSS	BIANCA MACHADO CAMPOS TRINDADE	28/07/1987		Não	02/02/2010		0	Indeferido	Desclassificado
3925-26-LST-PSS	MARCIO AUGUSTO CARVALHO SOARES	26/05/1975	Desclassificado	Sim	17/06/2020		0	Indeferido	Desclassificado
3985-26-LST-PSS	GERALDA DE SENA	05/10/1981		Não	09/01/2019		0	Indeferido	Desclassificado
4021-26-LST-PSS	ANDRÉ LUIZ MENDES VILELA	16/09/1991		Não	28/08/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4025-26-LST-PSS	MICHELLE HILARIO TEIXEIRA DA ROCHA	08/02/2003		Não	07/07/2026		0	Indeferido	Desclassificado
4056-26-LST-PSS	MYLENA SANTOS ALVES	06/04/1999		Não	19/03/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4059-26-LST-PSS	VINICIUS ALMEIDA DE OLIVEIRA	26/11/1992		Não	20/06/2015		0	Indeferido	Desclassificado
4085-26-LST-PSS	DANIEL DOS SANTOS MARCELINO	29/11/1989		Não	09/02/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4111-26-LST-PSS	BRENDA ALCAMOND ROCHA	19/04/1995		Não	20/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4249-26-LST-PSS	FABIO DA SILVA APOLIANO	04/10/1996		Não	01/08/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4344-26-LST-PSS	VITOR AUGUSTO DA SILVA	29/11/1990	Desclassificado	Sim	10/03/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4366-26-LST-PSS	VANESSA EBURNEO DE ABREU GONCALVES	13/11/1990		Não	28/11/2014		0	Indeferido	Desclassificado
4367-26-LST-PSS	VIVIAN COMINI PIMENTA	19/05/1976		Não	10/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4471-26-LST-PSS	LÊNIM FABER LOPES	06/05/1985		Não	31/08/2020		0	Indeferido	Desclassificado
4486-26-LST-PSS	LUMMA PAPASPYROU FERREIRA	24/11/1987		Não	18/11/2013		0	Indeferido	Desclassificado
4510-26-LST-PSS	MARCELLE ALVES DE OLIVEIRA	08/11/1998		Não	02/12/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4550-26-LST-PSS	MARA REGINA DE OLIVEIRA	05/05/1969		Não	27/09/1994		0	Indeferido	Desclassificado
4571-26-LST-PSS	VIVIANE SANTOS DA SILVA ALMEIDA	05/08/1992		Não	31/07/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4608-26-LST-PSS	BEATRIZ AUGUSTA GONCALVES	21/11/1957	Desclassificado	Sim	05/10/2009		0	Indeferido	Desclassificado
4672-26-LST-PSS	NAIARA EVANGELISTA PIMENTEL CRISTELI	27/11/1987		Não	25/02/2014		0	Indeferido	Desclassificado
4678-26-LST-PSS	PAULA FIGUEIRÓ MENDES GANGANA	11/11/1968		Não	30/12/2005		0	Indeferido	Desclassificado
4686-26-LST-PSS	REJANE SILVA DINIZ	18/08/1967		Não	10/04/1992		0	Indeferido	Desclassificado
4847-26-LST-PSS	BEATRIZ AUGUSTA GONÇALVES	21/11/1957	Desclassificado	Sim	05/10/2009		0	Indeferido	Desclassificado
4882-26-LST-PSS	BARBARA THARYNI RODRIGUES SOUSA	21/09/1994		Não	25/01/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4891-26-LST-PSS	TATIANA APARECIDA DE ALMEIDA	29/08/1995		Não	03/08/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4937-26-LST-PSS	DAVI MARTINS	07/07/1995		Não	07/09/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4942-26-LST-PSS	BERENICE BITENCOURT RODRIGUES	20/05/1968		Não	11/12/2006		0	Indeferido	Desclassificado
4945-26-LST-PSS	KARINA MAGALHAES RIBEIRO	02/07/1993		Não	21/03/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4964-26-LST-PSS	ROSA HELENA HERINGER	14/03/1979		Não	05/02/2009		0	Indeferido	Desclassificado
4989-26-LST-PSS	WELLINGTON LUIZ RODRIGUES	22/12/1969		Não	15/12/2001		0	Indeferido	Desclassificado
5009-26-LST-PSS	MICHELLE LISBOA OLIVEIRA	21/09/1986		Não	16/01/2010		0	Indeferido	Desclassificado
5028-26-LST-PSS	MARIA ELISA IANNI VIEIRA	13/01/1990		Não	15/01/2015		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:5D8A89EB

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: ANALISTA DE GESTÃO ESPORTIVA

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
3087-26-LST-PSS	HIAGO PAULINO DE ARAUJO	26/04/1994		Não	15/02/2017	Pós-Graduação	2980	Deferido	1
3621-26-LST-PSS	TAMYRIS CAMILA DOS SANTOS	17/08/1990		Não	30/06/2013	Pós-Graduação	2524	Deferido	2
4841-26-LST-PSS	RAQUEL SILVA GUERRA	09/12/1985	1	Sim	09/02/2017		2091	Deferido	3
3464-26-LST-PSS	THAYNARA CRISTINA PEREIRA DA SILVA	30/08/1997		Não	18/06/2022		1339	Deferido	4
4926-26-LST-PSS	MATHEUS CRISTOPHER FERREIRA SILVA	16/01/1997		Não	30/06/2023	Pós-Graduação	786	Deferido	5

3612-26-LST-PSS	IGOR ORLANDO PINTO DA SILVA	15/10/1997		Não	23/12/2022		727	Deferido	6
3975-26-LST-PSS	GUILHERME LOPES GONÇALVES	02/12/1991		Não	30/06/2024		700	Deferido	7
4178-26-LST-PSS	KARINE SILVA RAMOS DOS SANTOS	26/06/1987		Não	18/08/2014	Pós-Graduação	608	Deferido	8
3810-26-LST-PSS	DOMINIQUE ROCHANE DIAS DA SILVA	15/09/1993		Não	16/03/2023	Pós-Graduação	553	Deferido	9
4777-26-LST-PSS	RAQUEL CRISTINA NAVES	26/09/1988		Não	04/02/2019		520	Deferido	10
2842-26-LST-PSS	AFFONSO DA SILVEIRA TIRADO	12/10/1980		Não	25/02/2025		342	Deferido	11
3733-26-LST-PSS	MARLEI FERREIRA ABREU	01/07/1985		Não	14/08/2023		75	Deferido	12
3466-26-LST-PSS	DOUGLAS RICARDO	21/01/1997		Não	23/08/2021		70	Deferido	13
4499-26-LST-PSS	WAGNER LUCIO DA SILVA	30/12/1976		Não	08/02/2009	Pós-Graduação	0	Deferido	14
2466-26-LST-PSS	ANDREA MELO FARIA VIEIRA	22/09/1984		Não	07/10/2009	Pós-Graduação	0	Deferido	15
4026-26-LST-PSS	FELIPE GUIMARAES ALVIM	13/11/1989		Não	29/12/2014	Pós-Graduação	0	Deferido	16
2577-26-LST-PSS	RAQUEL ROCHA ALVES	10/02/1992		Não	24/08/2021	Pós-Graduação	0	Deferido	17
3708-26-LST-PSS	ALEXANDRA DUARTE FEITOSA	22/09/1980		Não	05/12/2022	Pós-Graduação	0	Deferido	18
4261-26-LST-PSS	LEONARDO COSTA MATOS BORGES	24/01/1982	2	Sim	07/07/2007		0	Deferido	19
4729-26-LST-PSS	MARINA DANIELLE RODRIGUES FLORENCIO	11/04/1986		Não	26/03/2010		0	Deferido	20
2728-26-LST-PSS	ANGELINA DE MELO BOREL	24/12/1983		Não	31/03/2016		0	Deferido	21
3491-26-LST-PSS	WILLIAM SILVA	28/12/1982		Não	29/07/2019		0	Deferido	22
3743-26-LST-PSS	GUILHERME ALMEIDA DINIZ	12/08/1996		Não	21/12/2021		0	Deferido	23
2801-26-LST-PSS	ISABELLA BARBOSA SILVA	17/04/1997		Não	23/12/2021		0	Deferido	24
2723-26-LST-PSS	DANIEL HENRIQUE SILVA FERREIRA VALE	25/02/1993		Não	01/02/2022		0	Deferido	25
3906-26-LST-PSS	GILMAR GIL CARDOSO COSTA	23/10/1999		Não	27/02/2023		0	Deferido	26
3381-26-LST-PSS	HAROLDO ROSA ANDRADE	28/02/1991		Não	15/06/2024		0	Deferido	27
3066-26-LST-PSS	DANIEL NORONHA MAGALHAES	06/08/1991		Não	15/01/2025		0	Indeferido	Desclassificado
3355-26-LST-PSS	JAQUELINE DE FREITAS CERQUEIRA	23/07/1965		Não	12/12/1987		0	Indeferido	Desclassificado
3615-26-LST-PSS	IARA LOPES	15/09/1974		Não	28/05/2007		0	Indeferido	Desclassificado
3872-26-LST-PSS	JUNIA VIRGINIA DAS GRACAS DINIZ	17/06/1993		Não	21/01/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3879-26-LST-PSS	DAVID TAAN DA SILVA ARAUJO	16/11/1996		Não	26/05/2025		0	Indeferido	Desclassificado
3993-26-LST-PSS	THYEGO COSTA RODRIGUES	05/07/1983		Não	10/03/2011		0	Indeferido	Desclassificado
4276-26-LST-PSS	LEONARDO COSTA MATOS BORGES	24/01/1982	Desclassificado	Sim	07/07/2007		0	Indeferido	Desclassificado
4443-26-LST-PSS	THALINNE RODRIGUES DA ROCHA	16/05/1991		Não	10/11/2017		0	Indeferido	Desclassificado
4444-26-LST-PSS	MAURO DINIS SOUSA	31/01/1962		Não	10/07/1987		0	Indeferido	Desclassificado
4494-26-LST-PSS	RAMON MARTINS DE FREITAS	23/07/1974		Não	17/03/2023		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:972B725B

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: ANALISTA DE POLÍTICAS CULTURAIS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
3856-26-LST-PSS	LUISA PADUA ZANON	26/08/1999		Não	11/08/2022	Mestrado	931	Deferido	1
3689-26-LST-PSS	RENATA GONÇALVES SILVA	29/05/1988		Não	16/01/2012		557	Deferido	2
4223-26-LST-PSS	LIZZIANE MELO BARROS	31/08/1978		Não	25/02/2005	Mestrado	0	Deferido	3
3011-26-LST-PSS	GUILHERME DE ALMEIDA ABU-JAMRA	19/04/1991		Não	26/03/2015	Mestrado	0	Deferido	4
2610-26-LST-PSS	CAIO CESAR ASSIS DE RESENDE	23/10/1990		Não	28/08/2019	Mestrado	0	Deferido	5
4143-26-LST-PSS	RAFAEL LUCCA ANDRADE MARTINS	22/06/2002		Não	23/12/2023	Pós-Graduação	0	Deferido	6
3989-26-LST-PSS	HELBERT JUNIO COSTA	24/12/1993		Não	13/12/2024	Pós-Graduação	0	Deferido	7
4041-26-LST-PSS	JUAREZ NETO DOS SANTOS	23/10/1959		Não	21/12/1993		0	Deferido	8
4974-26-LST-PSS	REGINA CARLA MOREIRA AMORIM	22/11/1976		Não	09/08/2001		0	Deferido	9
4664-26-LST-PSS	ELIZA CAMPOS MOURA	03/01/1991		Não	28/07/2017		0	Deferido	10
4054-26-LST-PSS	MILENA LEÃO	18/12/1982		Não	31/08/2024		0	Deferido	11
4524-26-LST-PSS	MARAÍSA ASSIS	21/01/1999		Não	26/09/2024		0	Deferido	12
4603-26-LST-PSS	JULIA RODRIGUES RIBAS	13/12/2002		Não	22/07/2025		0	Deferido	13
4602-26-LST-PSS	STÉPHANIE DOS SANTOS MARTINS	01/05/1996		Não	12/09/2025		0	Deferido	14
3997-26-LST-PSS	NATHALIA DE ANDRADE ARRUDA	28/02/2002		Não	04/02/2026		0	Deferido	15
2621-26-LST-PSS	IACY PISSOLATO	04/03/1987		Não	13/03/2010		0	Indeferido	Desclassificado
2883-26-LST-PSS	WASHINGTON OLIVEIRA	02/02/1981		Não	04/06/2026		0	Indeferido	Desclassificado
3004-26-LST-PSS	SARAH AGUILA	04/06/1997		Não	13/08/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3222-26-LST-PSS	FELIPE BIZZOTTO REY	17/05/1979		Não	02/02/2002		0	Indeferido	Desclassificado
3617-26-LST-PSS	MARIA BERENICE BARROSO DA SILVA	04/03/1970		Não	10/12/1996		0	Indeferido	Desclassificado
3695-26-LST-PSS	DANIEL SILVA PORTO	09/10/1974		Não	20/12/2003		0	Indeferido	Desclassificado
3748-26-LST-PSS	ERYKA FERNANDA PEREIRA GONCALVES	06/04/1989		Não	06/03/2013		0	Indeferido	Desclassificado
3762-26-LST-PSS	CLARISSA MATOS	13/05/2003		Não	03/07/2026		0	Indeferido	Desclassificado
3918-26-LST-PSS	MONICA REIS SANTOS	05/06/1985		Não	31/03/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4003-26-LST-PSS	LUANA DOS SANTOS BRAGA	23/05/1999		Não	17/07/2024		0	Indeferido	Desclassificado
4008-26-LST-PSS	MATEUS DOS SANTOS TEODORO	06/04/1994		Não	30/06/2026		0	Indeferido	Desclassificado
4010-26-LST-PSS	FERNANDA TEIXEIRA DIAS LOPES	12/12/2001		Não	05/04/2024		0	Indeferido	Desclassificado
4078-26-LST-PSS	ALESSANDRO JOSE DE OLIVEIRA	18/05/1973		Não	19/08/1999		0	Indeferido	Desclassificado
4192-26-LST-PSS	LILIAN TATIANA DE BARROS VIEIRA	18/05/1977		Não	20/06/2008		0	Indeferido	Desclassificado
4551-26-LST-PSS	CAMILA PEREIRA DE OLIVEIRA	09/03/1988		Não	31/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4617-26-LST-PSS	JHONATA SANTOS PEREIRA	25/08/1990		Não	25/08/2020		0	Indeferido	Desclassificado
4680-26-LST-PSS	KARLA TAMIRES MENEZES GUEDES	18/12/1989		Não	31/03/2014		0	Indeferido	Desclassificado
4692-26-LST-PSS	GEISIANE LÚCIA DA SILVA	04/10/1986		Não	27/03/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4720-26-LST-PSS	PAULA REGINA DA SILVA SANTOS	29/06/1989		Não	05/07/2012		0	Indeferido	Desclassificado
4746-26-LST-PSS	GABRIEL DE ALENCAR MIRANDA SALES OLIVEIRA	22/03/1999		Não	04/07/2026		0	Indeferido	Desclassificado
4756-26-LST-PSS	ARIEL LUCAS SILVA	17/08/1983		Não	14/07/2025		0	Indeferido	Desclassificado

4941-26-LST-PSS	MARIANA ALVES LUZ	03/07/2002		Não	13/02/2026		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:E27E2CAB

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL -PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: ANALISTA DE POLÍTICAS DE FORMENTO AO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD
RESULTADO FINAL

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
3442-26-LST-PSS	RAFAELA CAROLINE ALVES DA SILVA	26/02/1994		Não	31/10/2017	Pós-Graduação	1939	Deferido	1
3928-26-LST-PSS	LARISSA LORRAINE CASTILHO DE SOUZA	21/06/1996		Não	28/02/2023		1081	Deferido	2
3758-26-LST-PSS	VERUSKA MAGNAVACCA DOS SANTOS	03/10/1976		Não	27/09/2001		334	Deferido	3
4461-26-LST-PSS	LUIZA FONSECA LIMA	06/05/2002		Não	27/02/2025		160	Deferido	4
5021-26-LST-PSS	MARIA LUCIA SANTOS FERNANDES	04/11/1988		Não	01/04/2016	Pós-Graduação	0	Deferido	5
3927-26-LST-PSS	PAMELLA STEFANIE DO NASCIMENTO	15/03/1996		Não	14/10/2021	Pós-Graduação	0	Deferido	6
4286-26-LST-PSS	PEDRO ROCHA DE SOUZA	11/09/1979		Não	20/09/2003		0	Deferido	7
3633-26-LST-PSS	TATIANA DE BARROS CARDOSO	03/10/1979		Não	13/12/2005		0	Deferido	8
4485-26-LST-PSS	KELLY CHRISTIANE GARCIA CASTRO DE ALMEIDA	23/04/1979		Não	30/11/2008		0	Deferido	9
4080-26-LST-PSS	MARINA LAGE NOGUEIRA	21/02/1987	1	Sim	30/11/2008		0	Deferido	10
4959-26-LST-PSS	MARCELIA DOS SANTOS	05/10/1986		Não	15/12/2011		0	Deferido	11
3502-26-LST-PSS	MICHEL GUEDIS FARAH	30/06/1987		Não	07/11/2012		0	Deferido	12
4036-26-LST-PSS	PAULO JOSÉ DE OLIVEIRA GOES	05/10/1972	2	Sim	18/12/2014		0	Deferido	13
4673-26-LST-PSS	YANA CRISTINA BRAGA	26/07/1991		Não	07/07/2025		0	Deferido	14
4284-26-LST-PSS	ALEXSSANDRA RODRIGUES BATISTA SILVA	25/09/1999		Não	31/07/2025		0	Deferido	15
2646-26-LST-PSS	MÔNICA LÚCIA DE CASTRO DO CARMO	06/11/1986		Não	22/12/2011		0	Indeferido	Desclassificado
3416-26-LST-PSS	ANDRE LUCIANO SOUZA BORGES NETTO	26/03/1980		Não	24/08/2005		0	Indeferido	Desclassificado
3790-26-LST-PSS	ANA LUISA FIGUEIREDO FERREIRA	26/07/2001		Não	19/01/2026		0	Indeferido	Desclassificado
4083-26-LST-PSS	2019 GUEDES GUEDES	20/10/1966		Não	18/07/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4094-26-LST-PSS	EDSON GUEDES DE OLIVEIRA	20/10/1966		Não	18/07/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4228-26-LST-PSS	PETERSON P SANTOS	19/12/2002		Não	26/02/2026		0	Indeferido	Desclassificado
4554-26-LST-PSS	ELISÂNGELA SOUZA	29/11/1978		Não	29/11/1978		0	Indeferido	Desclassificado
4944-26-LST-PSS	ROSANA MARISA DA SILVA	18/08/1981		Não	01/08/2007		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:36B8D0A1

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: ANALISTA DE SISTEMA

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
4531-26-LST-PSS	ADRIANA CONCEICAO RODRIGUES DE RESENDE	22/04/1982		Não	29/07/2005	Pós-Graduação	5826	Deferido	1
2782-26-LST-PSS	RUAN CARLO BONILHA POZZEBON	25/04/1990		Não	23/04/2012	Mestrado	3913	Deferido	2
3179-26-LST-PSS	LUCAS CRISTIANO FERREIRA ALVES	27/12/1989		Não	14/08/2012	Doutorado	2889	Deferido	3
3657-26-LST-PSS	FERNANDA MARA LEONCIO SILVA	20/10/1986		Não	28/01/2010		2875	Deferido	4
2459-26-LST-PSS	VERA LUCIA SILVA DA GLORIA	13/12/1983		Não	26/02/2014	Pós-Graduação	2833	Deferido	5
3050-26-LST-PSS	RENATO RODRIGUES DE CARVALHO	21/07/1986		Não	17/12/2017	Pós-Graduação	2354	Deferido	6
4717-26-LST-PSS	ANTONIO PEREIRA DE SOUZA NETO	17/09/1995		Não	21/09/2020		1946	Deferido	7
4637-26-LST-PSS	NATHAN VIEIRA MEDRADO	29/04/1999		Não	31/12/2020		1906	Deferido	8
4440-26-LST-PSS	LUCAS APARECIDO RIBEIRO	25/03/1984		Não	30/01/2015	Pós-Graduação	1592	Deferido	9
3068-26-LST-PSS	VIVIANE NUNES EVANGELISTA	26/09/1979		Não	25/08/2016	Pós-Graduação	1554	Deferido	10
4530-26-LST-PSS	GLAUBER SOARES DOS SANTOS	15/02/1988		Não	24/08/2013	Mestrado	1551	Deferido	11
5000-26-LST-PSS	ADINAN	27/03/1993		Não	07/07/2021	Pós-Graduação	1479	Deferido	12
4642-26-LST-PSS	TATIANE MOREIRA DA SILVA CERQUEIRA	23/06/1985		Não	26/08/2018	Pós-Graduação	1256	Deferido	13
4502-26-LST-PSS	LUIZ CARLOS DE SIQUEIRA HERRERA	30/08/1990		Não	06/04/2023		1198	Deferido	14
3054-26-LST-PSS	LEONARDO AUGUSTO DOS SANTOS SOARES	13/08/1978	1	Sim	18/04/2013	Pós-Graduação	1104	Deferido	15
3496-26-LST-PSS	LUCAS PEREIRA DE CARVALHO	21/01/1997		Não	22/12/2022		1088	Deferido	16
2548-26-LST-PSS	THIAGO BENTO	16/03/1999		Não	31/07/2022		1068	Deferido	17
4601-26-LST-PSS	GUILHERME LUIZ CACIQUE DE SOUZA	26/03/1991		Não	26/01/2016		850	Deferido	18
4416-26-LST-PSS	EDI PENA	13/03/1999		Não	29/02/2024	Pós-Graduação	834	Deferido	19
2678-26-LST-PSS	MATHEUS SANTOS SOARES DE JESUS	01/04/1998		Não	21/12/2023		831	Deferido	20
4677-26-LST-PSS	CLOVIS DA CRUZ OLIVEIRA NETO	10/02/2000		Não	28/06/2024	Pós-Graduação	751	Deferido	21
3121-26-LST-PSS	GUILHERME LUIS CARVALHO PINTO	05/02/2001		Não	20/12/2024		566	Deferido	22
3204-26-LST-PSS	RODRIGO DE AGUILAR CHACARA	29/11/1977		Não	19/04/2000		548	Deferido	23

3359-26-LST-PSS	DEUSVALDO JUNIOR	19/03/1980		Não	13/09/2024		540	Deferido	24
4425-26-LST-PSS	BRENDA AXEL	09/01/1993		Não	14/12/2024		471	Deferido	25
3266-26-LST-PSS	VINICIUS SILVA ALVES SANTANA	29/03/2003		Não	18/12/2024		387	Deferido	26
3505-26-LST-PSS	ITALO KHRISTIAN AVELAR DE ARAUJO GOMES	03/10/1998		Não	17/01/2025		367	Deferido	27
3189-26-LST-PSS	WILHIAN DIAS MACHADO	27/05/2004		Não	30/06/2024		337	Deferido	28
4591-26-LST-PSS	MATHEUS HENRIQUE MARCAL DE MIRANDA	12/04/1994		Não	15/12/2023		254	Deferido	29
2691-26-LST-PSS	GABRIELLY CRISTINY GONCALVES ANDRADE	26/01/2004		Não	21/08/2025		234	Deferido	30
3974-26-LST-PSS	PAULO VITOR SOARES CARDOSO	12/12/1991		Não	18/12/2015	Pós-Graduação	0	Deferido	31
4522-26-LST-PSS	FÁBIO DE SOUZA PEREIRA	19/04/1987		Não	02/03/2016	Pós-Graduação	0	Deferido	32
3833-26-LST-PSS	VICTOR HUGO PEREIRA REIS	12/06/1984		Não	14/12/2019	Pós-Graduação	0	Deferido	33
4365-26-LST-PSS	TALES AUGUSTO DOS SANTOS E SOUZA	19/02/1997		Não	18/12/2020	Pós-Graduação	0	Deferido	34
4134-26-LST-PSS	VITOR FERREIRA LAGE	02/10/1996		Não	18/08/2022	Pós-Graduação	0	Deferido	35
4396-26-LST-PSS	ROGERIO DA SILVA BARBOSA	11/11/1988		Não	06/04/2023	Pós-Graduação	0	Deferido	36
4423-26-LST-PSS	JOSE RENATO MARIANO	15/06/1984		Não	30/06/2023	Pós-Graduação	0	Deferido	37
3686-26-LST-PSS	BRUNO ROBERTO SILVA COSTA	08/06/1990		Não	11/12/2023	Pós-Graduação	0	Deferido	38
4353-26-LST-PSS	MURILO AUGUSTO MENDES DE OLIVEIRA	04/01/1975		Não	10/08/2024	Pós-Graduação	0	Deferido	39
4060-26-LST-PSS	ANDRE FILIPE VIEIRA ANDRADE CARVALHO	25/02/1992		Não	08/11/2024	Pós-Graduação	0	Deferido	40
4371-26-LST-PSS	LEONARDO DOS SANTOS FERREIRA	21/07/1985		Não	23/12/2008		0	Deferido	41
2581-26-LST-PSS	FLAVIA MARTINS SOARES MIRANDA	09/05/1985		Não	29/01/2009		0	Deferido	42
4511-26-LST-PSS	MARISSON JOAQUIM FIGUEIREDO VESPERMANN	21/12/1988		Não	20/12/2012		0	Deferido	43
4323-26-LST-PSS	EDUARDO VITOR DA COSTA	12/09/1979		Não	25/03/2017		0	Deferido	44
2776-26-LST-PSS	KELIA PRISCILA SANTOS DO AMARAL	06/02/1986		Não	14/08/2019		0	Deferido	45
2562-26-LST-PSS	VICTOR HUGO MARQUES FIGUEIREDO	22/02/1994		Não	10/07/2020		0	Deferido	46
2628-26-LST-PSS	ANDRESSA FERNANDES FAGUNDES DUARTE	27/03/1990		Não	23/08/2021		0	Deferido	47
3717-26-LST-PSS	THAIS FELIX COSTA NASCIMENTO	20/05/1996		Não	28/09/2022		0	Deferido	48
4262-26-LST-PSS	WESLEY RAFAEL ALVARENGA SANTOS	24/05/1998		Não	30/06/2023		0	Deferido	49
2693-26-LST-PSS	LUCAS NASCIMENTO COSTA	29/10/2003		Não	08/07/2023		0	Deferido	50
2510-26-LST-PSS	THIAGO VICENTE RODRIGUES DE P ROGERIO	09/07/2000		Não	23/12/2023		0	Deferido	51
2552-26-LST-PSS	LUIZ CARLOS MARTINS DA HORA	12/11/1985		Não	08/04/2024		0	Deferido	52
4255-26-LST-PSS	FERNANDO HENRIQUE SOARES DA SILVA	01/03/1994		Não	15/06/2024		0	Deferido	53
3265-26-LST-PSS	FLAVIO ADRIANO DE ABREU FILHO	10/08/1995		Não	15/06/2024		0	Deferido	54
2605-26-LST-PSS	PEDRO HENRIQUE DE ANDRADE OTONI	23/10/2002		Não	28/06/2024		0	Deferido	55
3920-26-LST-PSS	JOAO VITOR CAMPOS DIAS	21/08/1995		Não	12/07/2024		0	Deferido	56
4123-26-LST-PSS	JULIANA WILKE SALIBA	28/08/1987		Não	25/10/2024		0	Deferido	57
2468-26-LST-PSS	DIEGO HENRIQUE PEREIRA DE SOUSA	19/01/1995		Não	02/12/2024		0	Deferido	58
3487-26-LST-PSS	RAFAEL ALVES CIRIACO	10/02/1989		Não	14/12/2024		0	Deferido	59
4750-26-LST-PSS	GABRIEL DE PAULA MACHADO	15/09/2003		Não	25/04/2025		0	Deferido	60
2667-26-LST-PSS	GABRIEL MARTINS BARBOSA	18/12/1999		Não	25/06/2025		0	Deferido	61
4691-26-LST-PSS	VITOR CAMILO INACIO	18/01/2003		Não	30/06/2025		0	Deferido	62
2742-26-LST-PSS	ANA CLARA DE ARAÚJO ROUSSIN	12/09/2004		Não	06/07/2025		0	Deferido	63
4202-26-LST-PSS	PÂMELLA DE SOUZA SANTOS	05/07/2000	2	Sim	16/07/2025		0	Deferido	64
4632-26-LST-PSS	LUCAS SILVA DE SENA BASTOS	20/04/1985		Não	03/10/2025		0	Deferido	65
2963-26-LST-PSS	RAMON VINICIUS SANTANA	10/12/1998		Não	13/12/2025		0	Deferido	66
3326-26-LST-PSS	RICARDO ALMEIDA TONHOLLI RIBEIRO LOPES	10/01/1992		Não	31/03/2026		0	Deferido	67
3591-26-LST-PSS	RAFAEL VIKTOR SOARES PEREIRA	29/01/2003		Não	07/07/2026		0	Deferido	68
2561-26-LST-PSS	ANDERSON FERREIRA MAIRINCK	10/09/1978		Não	17/12/2013		0	Indeferido	Desclassificado
2641-26-LST-PSS	JUNIO CESAR PINTO DA SILVA	22/04/1978		Não	31/12/2002		0	Indeferido	Desclassificado
2599-26-LST-PSS	CRISTIANO LACERDA ASSIS DE LEMOS BASTOS	09/06/1980		Não	10/02/2022		0	Indeferido	Desclassificado
2749-26-LST-PSS	GISELLE CAROLINE VIEIRA	29/08/1991		Não	28/10/2024		0	Indeferido	Desclassificado
2774-26-LST-PSS	SAMUEL OLAVO BRANDÃO TEIXEIRA	12/06/1995		Não	18/01/2021		0	Indeferido	Desclassificado
2809-26-LST-PSS	MIKAEL JOSE ARAYA BRUNO	24/08/2001		Não	06/08/2025		0	Indeferido	Desclassificado
2889-26-LST-PSS	GERSON MARTINS DE ASSIS	08/03/1990		Não	31/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
2902-26-LST-PSS	ROBSON DOMICIANO FERREIRA	29/07/1969		Não	01/01/1994		0	Indeferido	Desclassificado
2908-26-LST-PSS	IAGO AUGUSTO ALVES MARTINS	21/07/1993		Não	01/07/2021		0	Indeferido	Desclassificado
2944-26-LST-PSS	RENAN UNSONST CRUZ	24/11/2001		Não	16/01/2026		0	Indeferido	Desclassificado
2949-26-LST-PSS	ENDEREÇO DO USUÁRIO	07/04/2005		Não	31/12/2025		0	Indeferido	Desclassificado
3042-26-LST-PSS	JEFFERSON ALCANTARA LUZ	17/08/2002		Não	01/01/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3286-26-LST-PSS	IGOR RODRIGUES SIMIAO	27/12/1998		Não	20/12/2025		0	Indeferido	Desclassificado
3406-26-LST-PSS	RICARDO FRANCISCO DE MATOS	10/03/1976		Não	31/05/2023		0	Indeferido	Desclassificado
3419-26-LST-PSS	SELECIONE...	16/12/1987		Não	19/09/2019		0	Indeferido	Desclassificado
3430-26-LST-PSS	ALISSON MENEZES DE OLIVEIRA	21/06/1995		Não	30/09/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3508-26-LST-PSS	GUILHERME AUGUSTO RODRIGUES DE ANDRADE	28/05/2004		Não	04/10/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3521-26-LST-PSS	JANSEM WALLEMBERG TORQUETTI MAIA	23/10/1995		Não	13/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3604-26-LST-PSS	HENRIQUE COSTA DO NASCIMENTO	10/04/2000		Não	15/07/2023		0	Indeferido	Desclassificado
3645-26-LST-PSS	TIAGO MOREL LEMOS DE PINHO	18/05/2003	Desclassificado	Sim	12/06/2026		0	Indeferido	Desclassificado
3676-26-LST-PSS	RAYANE DE SOUZA MENESES SANTOS	10/02/1996	Desclassificado	Sim	06/06/2019		0	Indeferido	Desclassificado
3861-26-LST-PSS	HIAGO HENRIQUE RODRIGUES SANTOS	04/11/1997		Não	31/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3911-26-LST-PSS	DIEGO APARECIDO COSTA CUNHA	06/07/1999		Não	13/07/2026		0	Indeferido	Desclassificado
3950-26-LST-PSS	CARLOS AUGUSTO PALHARES DOS REIS VIEIRA	28/09/1998		Não	18/07/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4009-26-LST-PSS	MATEUS DOS SANTOS TEODORO	06/04/1994		Não	30/06/2026		0	Indeferido	Desclassificado
4089-26-LST-PSS	VICTOR BRUNO SOARES PEREIRA	22/12/1998		Não	12/08/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4101-26-LST-PSS	MATEUS VILELA	04/09/1987		Não	06/06/2013		0	Indeferido	Desclassificado
4209-26-LST-PSS	RENATO ALVES ALMEIDA	26/01/1980		Não	14/07/2012		0	Indeferido	Desclassificado
4222-26-LST-PSS	PAULO ELIAS DE ABREU	27/04/1984		Não	03/11/2014		0	Indeferido	Desclassificado
4239-26-LST-PSS	CELSO REZENDE	24/01/1995		Não	30/01/2026		0	Indeferido	Desclassificado
4240-26-LST-PSS	GLEYSON FRANCISCO DA COSTA	08/04/1981		Não	01/08/2009		0	Indeferido	Desclassificado
4248-26-LST-PSS	RAQUEL CHAVES WINTER	07/07/1993		Não	14/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4291-26-LST-PSS	AGATHA RENIELLE ROCHA SALES	11/04/1996		Não	08/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
4409-26-LST-PSS	MARCOS FELIPE MORAIS DOS SANTOS	24/10/1991		Não	01/07/2014		0	Indeferido	Desclassificado
4417-26-LST-PSS	RAFAEL AULER DE MELO ARAUJO	17/11/2001	Desclassificado	Sim	03/03/2026		0	Indeferido	Desclassificado

4605-26-LST-PSS	MAXWUELL JUNIO DA COSTA	14/10/1992		Não	01/08/2024		0	Indeferido	Desclassificado
4624-26-LST-PSS	CARLOS TADEU ALCICI MOREIRA	11/06/1986		Não	11/07/2008		0	Indeferido	Desclassificado
4706-26-LST-PSS	VICTOR HUGO	21/02/1999		Não	16/10/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4783-26-LST-PSS	KESLON ISRAEL SALES GOMES DA SILVA	26/02/1992		Não	04/06/2024		0	Indeferido	Desclassificado
4868-26-LST-PSS	MATHEUS PINHEIRO ARAUJO DA SILVA	01/10/2002		Não	31/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4869-26-LST-PSS	KAIO VICTOR SOUZA DEMETRIO	06/06/1993		Não	25/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
4910-26-LST-PSS	ANDERSON MARQUES DA SILVA	03/04/1990		Não	30/06/2016		0	Indeferido	Desclassificado
4917-26-LST-PSS	RONALDO RIBEIRO	24/04/1963		Não	29/08/2012		0	Indeferido	Desclassificado
4980-26-LST-PSS	NATHAN CESAR RODRIGUES SANTANA	13/04/1992		Não	03/03/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4995-26-LST-PSS	MARCEL RAMOS DA ROCHA	10/11/1989		Não	22/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:895E0177

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: ARQUITETO

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
4420-26-LST-PSS	ADRIANA LUCIA DA SILVEIRA PINTO	13/10/1972		Não	06/01/1997	Pós-Graduação	10171	Deferido	1
3909-26-LST-PSS	VANESSA SILVA RIBEIRO	04/12/1982		Não	15/08/2006	Pós-Graduação	6601	Deferido	2
3698-26-LST-PSS	MÔNICA VALLE ROLIM	20/04/1978		Não	19/12/2002	Pós-Graduação	5915	Deferido	3
4317-26-LST-PSS	TATIANA BARRETO BRAVO	05/07/1980		Não	21/12/2005		5464	Deferido	4
4546-26-LST-PSS	ELLEN FLAVIA NASCIMENTO FERNANDES	28/07/1985		Não	29/07/2009		5251	Deferido	5
3354-26-LST-PSS	LUCIANA DOLABELLA LACERDA CAMPOS	16/01/1982		Não	27/01/2005		4963	Deferido	6
4742-26-LST-PSS	CIBELE DA CUNHA BEZERRA	05/01/1982		Não	01/07/2005	Pós-Graduação	4865	Deferido	7
3967-26-LST-PSS	VIVIANA FONSECA PEREIRA	21/11/1985		Não	16/03/2012	Pós-Graduação	4412	Deferido	8
4198-26-LST-PSS	ANNY ROSE DE OLIVEIRA SOTERO	10/06/1987		Não	19/08/2011	Pós-Graduação	4332	Deferido	9
4622-26-LST-PSS	RAQUEL PRAXEDES GOMES DE MELLO	01/03/1983		Não	03/09/2008	Pós-Graduação	4142	Deferido	10
4548-26-LST-PSS	TARSILA ALICE DA SILVA PASSOS	01/10/1980		Não	12/12/2003	Pós-Graduação	4010	Deferido	11
4649-26-LST-PSS	FERNANDA PEDROSA LIMA	18/03/1976		Não	03/09/2002	Mestrado	3682	Deferido	12
4199-26-LST-PSS	RAQUEL LAFETÁ SILVEIRA PINTO	06/11/1986	1	Sim	03/08/2010		3447	Deferido	13
2613-26-LST-PSS	ARQUITETA MARIELLE CABALLERO	25/10/1991		Não	13/03/2017	Pós-Graduação	3372	Deferido	14
3982-26-LST-PSS	ROSILEI SANTIAGO DE PAULA MIRANDA	16/12/1992		Não	26/01/2016	Pós-Graduação	3326	Deferido	15
2494-26-LST-PSS	JAQUELINE FERREIRA DE LIMA BRITO	13/10/1987		Não	15/12/2010	Mestrado	3235	Deferido	16
2720-26-LST-PSS	ANDREA JULIANA DE OLIVEIRA SÁ	14/12/1971		Não	18/08/1998	Mestrado	3162	Deferido	17
4716-26-LST-PSS	FLAVIO SANTOS NEVES	09/03/1968		Não	22/12/1993		3149	Deferido	18
3523-26-LST-PSS	MARIA CYNTHIA DE ARAUJO URBANO	04/04/1981		Não	20/06/2008	Mestrado	2854	Deferido	19
2659-26-LST-PSS	ELI SILVERIO GOMES	27/08/1990		Não	04/08/2017	Pós-Graduação	2845	Deferido	20
2943-26-LST-PSS	KELLE FRANCISCA MOREIRA	22/03/1994		Não	17/12/2016	Pós-Graduação	2798	Deferido	21
4864-26-LST-PSS	VIRGÍNIA LÚCIA DE OLIVEIRA CARVALHO	29/06/1985	2	Sim	14/08/2008	Pós-Graduação	2773	Deferido	22
4157-26-LST-PSS	DEBORA PECANHA DE ALMEIDA COUTO	12/10/1987		Não	26/01/2011	Pós-Graduação	2751	Deferido	23
4268-26-LST-PSS	LORENE PAULINE LOPES DE OLIVEIRA	16/04/1986		Não	24/09/2010	Mestrado	2732	Deferido	24
2632-26-LST-PSS	ANA CAROLINE LOPES DE ANDRADE	28/05/1992		Não	07/03/2016	Pós-Graduação	2710	Deferido	25
3494-26-LST-PSS	CLAUDIA BARBOZA CAMILO	07/01/1993		Não	28/11/2015	Pós-Graduação	2648	Deferido	26
4413-26-LST-PSS	CLAUDIA NUNES DE LIMA E ANDRADE	03/01/1970		Não	24/07/1997	Doutorado	2576	Deferido	27
4382-26-LST-PSS	VIRGINIA AMARAL	23/02/1980		Não	19/12/2002	Pós-Graduação	2494	Deferido	28
4410-26-LST-PSS	PAMELA TAVARES ELIAS	03/06/1995		Não	05/07/2019	Pós-Graduação	2465	Deferido	29
4578-26-LST-PSS	JOYCE GODOY FERREIRA CANDIDO CORRÊA	25/12/1984		Não	03/08/2010	Pós-Graduação	2438	Deferido	30
3935-26-LST-PSS	OTON MOREIRA DA COSTA JÚNIOR	02/02/1959		Não	22/02/1989	Pós-Graduação	2325	Deferido	31
3390-26-LST-PSS	LEONARDO DAVY SILVA	16/10/1990		Não	20/02/2020	Pós-Graduação	2322	Deferido	32
4951-26-LST-PSS	EDUARDA LOPES FERREIRA	04/03/1991		Não	15/12/2018	Pós-Graduação	2277	Deferido	33
4507-26-LST-PSS	VINICIUS CAMPOLINA E MOURA	12/12/1992		Não	19/07/2016	Graduação	2134	Deferido	34
4517-26-LST-PSS	AMANDA JOYCE DRUMOND MADEIRA	02/10/1975		Não	30/01/2009	Pós-Graduação	2109	Deferido	35
2604-26-LST-PSS	RENATA SALLES	26/11/1981		Não	02/12/2004	Mestrado	2013	Deferido	36
4728-26-LST-PSS	FELIPPE MARCELINO SOARES	25/09/1992		Não	03/07/2019	Pós-Graduação	1985	Deferido	37
4491-26-LST-PSS	GABRIELA PRESTES RIBEIRO DE FARIA	28/11/1985	3	Sim	12/12/2009	Pós-Graduação	1969	Deferido	38
2747-26-LST-PSS	GABRIELA DA SILVA FERREIRA	03/11/1995		Não	19/12/2019	Pós-Graduação	1899	Deferido	39
4282-26-LST-PSS	FLAVIANE DE QUEIROZ TEIXEIRA PINTO	18/04/1992		Não	17/07/2020		1865	Deferido	40
2721-26-LST-PSS	LETÍCIA TAÍS TEWS	12/03/1994		Não	12/01/2019	Pós-Graduação	1827	Deferido	41
3650-26-LST-PSS	JOICE BEATRIZ DE ALMEIDA ANDRADE	26/04/1990		Não	26/09/2016	Pós-Graduação	1792	Deferido	42
4251-26-LST-PSS	NAYARA CRISTINA OLIVEIRA CARVALHO	10/02/1990		Não	17/12/2015		1739	Deferido	43
3427-26-LST-PSS	VINICIUS BRASIL GAMARANO	18/08/1984		Não	19/02/2008		1647	Deferido	44
3635-26-LST-PSS	FABIANE CRISTINE FONSECA	17/06/1981		Não	23/12/2008	Pós-Graduação	1629	Deferido	45
3432-26-LST-PSS	MAYARA LIMA DE OLIVEIRA	30/09/1996		Não	08/09/2020	Pós-Graduação	1583	Deferido	46
2796-26-LST-PSS	MARA RAMOS RABELO	13/07/1970		Não	28/01/2000	Pós-Graduação	1560	Deferido	47
4814-26-LST-PSS	CÁSSIO DOUGLAS VALADARES TORRES	23/09/1993		Não	18/12/2018	Mestrado	1515	Deferido	48
3802-26-LST-PSS	MATHEUS TOLEDO • ARQUITETURA	19/07/1996		Não	12/07/2019	Pós-Graduação	1509	Deferido	49
3881-26-LST-PSS	RIANE RICCELI DO CARMO SOSSAI	16/01/1989		Não	27/01/2012	Mestrado	1498	Deferido	50
3384-26-LST-PSS	ISABELLA BOMTEMPO MARTINS ANDRADE	05/10/1991		Não	03/08/2015	Pós-Graduação	1462	Deferido	51
4428-26-LST-PSS	SORAIA APARECIDA MARTINS FARIAS	25/04/1973		Não	01/07/1999	Doutorado	1461	Deferido	52
4562-26-LST-PSS	ANGELA BICALHO ALVES DE SOUZA	16/05/1971		Não	22/12/1993		1461	Deferido	53
4195-26-LST-PSS	CAROLINA DOS SANTOS NUNES FERREIRA	27/05/1988		Não	21/09/2015		1414	Deferido	54
4996-26-LST-PSS	ANDRESSA QUINTINO MEDEIRO	22/11/1998		Não	10/09/2022	Pós-Graduação	1405	Deferido	55
4265-26-LST-PSS	CAROLINE BRUZIGUES	06/06/1988		Não	13/12/2012	Pós-Graduação	1374	Deferido	56

4147-26-LST-PSS	GUSTAVO LIMA DE ALMEIDA	05/08/1992		Não	16/12/2020	Mestrado	1284	Deferido	57
4990-26-LST-PSS	LAISLAN MORGANA ALVES NOGUEIRA	24/06/1995		Não	29/06/2018		1265	Deferido	58
4166-26-LST-PSS	LUIZA REIS E LIMA	09/12/1989		Não	06/02/2014		1260	Deferido	59
4843-26-LST-PSS	MICHELLE XAVIER CORREIA	09/09/1987		Não	29/07/2013	Pós-Graduação	1256	Deferido	60
3905-26-LST-PSS	LOIDE DE MACEDO SOUSA	21/11/1993		Não	15/02/2023	Pós-Graduação	1246	Deferido	61
3085-26-LST-PSS	SÉRGIO LUIZ FERNANDES COUTO	27/03/1992		Não	18/08/2020	Pós-Graduação	1236	Deferido	62
3607-26-LST-PSS	LUIS ALAN DE OLIVEIRA BORGES	02/12/1981		Não	24/08/2011	Pós-Graduação	1183	Deferido	63
2583-26-LST-PSS	MICHELLE TEODORICO BASTOS	10/01/1983		Não	14/12/2005	Pós-Graduação	1162	Deferido	64
3544-26-LST-PSS	CAROLINE LACERDA NUNES	04/09/1992		Não	19/03/2016	Pós-Graduação	1126	Deferido	65
4641-26-LST-PSS	JADEILSON PEREIRA DE MOURA	16/03/1998		Não	25/06/2022	Pós-Graduação	1105	Deferido	66
4336-26-LST-PSS	LARISSA NAPOLI DE OLIVEIRA	18/04/1997		Não	25/12/2022	Pós-Graduação	1101	Deferido	67
4569-26-LST-PSS	LARISSA PIRES MAGALHÃES	08/11/1996		Não	19/04/2021		1052	Deferido	68
4431-26-LST-PSS	DHEYNE A OLIVEIRA	27/08/1990		Não	09/08/2014	Pós-Graduação	1011	Deferido	69
2450-26-LST-PSS	ADRIANA FERREIRA DOS SANTOS ESPERIDIAO	04/10/1997		Não	01/02/2023		985	Deferido	70
3672-26-LST-PSS	BEATRIZ PATRICIA DE LIMA ZICA	13/05/1996		Não	01/08/2020		951	Deferido	71
3934-26-LST-PSS	SABRINA TAVARES MALTA	20/02/1979		Não	16/08/2007	Pós-Graduação	907	Deferido	72
3157-26-LST-PSS	CAROLINA FRANCA NETTO CHIODI	20/11/1987		Não	12/07/2012	Mestrado	896	Deferido	73
3873-26-LST-PSS	PEDRO HENRIQUE RESENDE DA SILVA	31/03/1996		Não	13/02/2020	Pós-Graduação	873	Deferido	74
4703-26-LST-PSS	ALINE GONÇALVES DE SOUZA	18/05/1989		Não	13/05/2022	Mestrado	844	Deferido	75
2673-26-LST-PSS	ANNA CAROLINNE SILVA GOMES	22/04/1997		Não	20/01/2021	Pós-Graduação	817	Deferido	76
2770-26-LST-PSS	EMERSON TIAGO RODRIGUES VASCONCELOS	15/06/1988		Não	30/08/2023	Pós-Graduação	749	Deferido	77
4738-26-LST-PSS	JOELMA REIS TEIXEIRA	14/08/1973		Não	03/12/2004	Pós-Graduação	743	Deferido	78
4167-26-LST-PSS	RICHARD WAGNER COELHO AMARAL	15/11/1991		Não	14/12/2016	Doutorado	731	Deferido	79
3293-26-LST-PSS	WAGNER JOSE DOS SANTOS	13/10/1977		Não	26/01/2017	Mestrado	731	Deferido	80
4193-26-LST-PSS	LÍGIA CASTANHEIRA MAGALHÃES	25/09/1997		Não	04/05/2022	Mestrado	731	Deferido	81
3944-26-LST-PSS	JESSICA PEREIRA ALVES BAPTISTA	14/09/1991		Não	08/12/2020	Pós-Graduação	731	Deferido	82
4230-26-LST-PSS	JUNIO HENRIQUE PONGELUPI	08/02/1992		Não	12/12/2022	Pós-Graduação	731	Deferido	83
4308-26-LST-PSS	THEREZA EMMANUELLE ALVES PEREIRA	26/11/1989		Não	01/08/2016	Pós-Graduação	728	Deferido	84
4900-26-LST-PSS	TATIANE ESTER DE SOUZA	23/01/1979		Não	18/09/2015		728	Deferido	85
2703-26-LST-PSS	HENRIQUE FRANCISCO DOS REIS	20/01/1996		Não	14/12/2018	Pós-Graduação	689	Deferido	86
4058-26-LST-PSS	MYLLENA RAYANE LAGE SANTOS	22/07/1997		Não	13/02/2020	Pós-Graduação	678	Deferido	87
4790-26-LST-PSS	ANA CAROLINA DO NASCIMENTO SILVA	18/05/1999		Não	20/12/2021		666	Deferido	88
2810-26-LST-PSS	DAYANE SANTOS COELHO	19/06/1990		Não	25/02/2015	Pós-Graduação	663	Deferido	89
4559-26-LST-PSS	ALEXANDRA PAMELA SABINO DOS SANTOS	03/08/1989		Não	03/08/2016	Pós-Graduação	575	Deferido	90
4568-26-LST-PSS	GABRIELA BRAGANÇA LEMOS GONÇALVES	14/02/1993		Não	15/12/2015		436	Deferido	91
3561-26-LST-PSS	GENIVALDO BORGES DA SILVA	21/08/1969		Não	23/12/1997	Mestrado	367	Deferido	92
4102-26-LST-PSS	IVONILDO FERNANDES DA SILVA	15/07/1984		Não	05/09/2014	Pós-Graduação	365	Deferido	93
2567-26-LST-PSS	ROBERT MORAIS FERREIRA	01/09/1989		Não	23/08/2019	Pós-Graduação	365	Deferido	94
4354-26-LST-PSS	LUCAS GUIMARÃES DE OLIVEIRA	02/11/1993		Não	03/04/2017	Mestrado	364	Deferido	95
5015-26-LST-PSS	GABRIEL DE CASTRO LAMBERT	27/12/1975		Não	11/07/2006		342	Deferido	96
2601-26-LST-PSS	LAIS RIBEIRO DA SILVA	01/03/1994		Não	30/06/2021		319	Deferido	97
4149-26-LST-PSS	LARISSA MARTINS MOURA	05/11/2000		Não	28/06/2024		306	Deferido	98
4636-26-LST-PSS	LAURO GUSTAVO MOREIRA ARAUJO	26/05/1995		Não	17/12/2019	Pós-Graduação	290	Deferido	99
2767-26-LST-PSS	SARA MARIA MONTEIRO FERREIRA	24/12/2002		Não	13/12/2025		207	Deferido	100
4271-26-LST-PSS	SARA FARIA AZEVEDO	19/04/1980		Não	19/12/2002	Pós-Graduação	203	Deferido	101
3641-26-LST-PSS	RHANNA ALBUQUERQUE MESQUITA DA SILVA	21/10/1999		Não	20/10/2025		193	Deferido	102
2815-26-LST-PSS	BRUNA GEOVANNA VIANA MACHADO	02/05/1992		Não	20/02/2018	Pós-Graduação	186	Deferido	103
2528-26-LST-PSS	HELENA LUISA COURA DE SA	23/12/1996		Não	18/03/2019	Pós-Graduação	151	Deferido	104
4472-26-LST-PSS	THAIS ELLEN SANTOS ABREU MORANDI	27/05/2001		Não	24/02/2026		107	Deferido	105
3467-26-LST-PSS	ANA BEATRIZ ROSA NASCIMENTO	15/12/2001		Não	19/03/2025		58	Deferido	106
2658-26-LST-PSS	GIULIA TEIXEIRA CAMPOS DE ALBUQUERQUE	31/12/2000		Não	21/12/2024	Pós-Graduação	38	Deferido	107
4011-26-LST-PSS	ROMELL FERNANDO VAROTO BARBOSA	27/10/1987		Não	04/08/2011	Mestrado	0	Deferido	108
3536-26-LST-PSS	WANDERSON NASCIMENTO BARBOSA	23/10/1996		Não	22/02/2019	Mestrado	0	Deferido	109
5013-26-LST-PSS	THAYNA FURTUNATO	04/03/1996		Não	12/12/2019	Mestrado	0	Deferido	110
2656-26-LST-PSS	DANIELA NAVES DE CARVALHO RIBEIRO	22/05/1973		Não	28/08/1997	Pós-Graduação	0	Deferido	111
4652-26-LST-PSS	CÍCERO AFONSO DIAS JÚNIOR	10/08/1981		Não	25/01/2006	Pós-Graduação	0	Deferido	112
2756-26-LST-PSS	ELENICE DE SOUZA	27/09/1985		Não	04/09/2010	Pós-Graduação	0	Deferido	113
3608-26-LST-PSS	TATIANE DO NASCIMENTO LOPES	28/04/1982		Não	22/02/2011	Pós-Graduação	0	Deferido	114
4048-26-LST-PSS	TAUNA HERTHEL MAGALHAES	06/04/1978		Não	27/08/2013	Pós-Graduação	0	Deferido	115
5008-26-LST-PSS	CAMILA DE FREITAS ANTUNES	06/10/1989		Não	29/01/2015	Pós-Graduação	0	Deferido	116
3030-26-LST-PSS	MIRIÃ AQUINO	06/04/1990		Não	29/08/2015	Pós-Graduação	0	Deferido	117
3574-26-LST-PSS	MARINA SENRA PRADO	03/01/1990		Não	03/08/2016	Pós-Graduação	0	Deferido	118
3501-26-LST-PSS	LARISSA DE SOUZA SILVA LELLIS	24/11/1990		Não	03/08/2016	Pós-Graduação	0	Deferido	119
3845-26-LST-PSS	FERNANDA LEAL SANTOS	16/01/1991		Não	28/12/2017	Pós-Graduação	0	Deferido	120
4611-26-LST-PSS	LETICIA BARACHO THIBAU	17/08/1994		Não	18/02/2018	Pós-Graduação	0	Deferido	121
2588-26-LST-PSS	TATIANE ABOGANEM DE AVELAR VERAS	05/11/1992		Não	09/05/2018	Pós-Graduação	0	Deferido	122
4714-26-LST-PSS	LUCAS GABRIEL VAZ PEREIRA	09/05/1995		Não	11/08/2018	Pós-Graduação	0	Deferido	123
3787-26-LST-PSS	BARBARAH YOLANDA SANTOS DE OLIVEIRA	27/03/1996		Não	13/12/2018	Pós-Graduação	0	Deferido	124
3687-26-LST-PSS	SIMONE ADRIANA DAL BOSCO GOMES	30/09/1988		Não	15/12/2018	Pós-Graduação	0	Deferido	125
4760-26-LST-PSS	WILLIAM JOUBERT RAMOS DE ALMEIDA	30/05/1992		Não	29/01/2020	Pós-Graduação	0	Deferido	126
4639-26-LST-PSS	NAYARA CLISNIA FARIA RODRIGUES	28/06/1994		Não	07/08/2020	Pós-Graduação	0	Deferido	127
3440-26-LST-PSS	PAMELA HELLEN LOPES MACHADO	09/01/1996		Não	14/10/2020	Pós-Graduação	0	Deferido	128
4232-26-LST-PSS	FERNANDA LIBRELON OLIVEIRA COIMBRA	26/04/1996		Não	02/08/2021	Pós-Graduação	0	Deferido	129
4070-26-LST-PSS	KARINE DE JESUS SANTOS	18/01/1995		Não	22/09/2021	Pós-Graduação	0	Deferido	130
4835-26-LST-PSS	OTAVIO AUGUSTO CARVALHO RABELO	25/10/1996		Não	22/12/2021	Pós-Graduação	0	Deferido	131
3488-26-LST-PSS	EFAI SILVA ROCHA	09/08/1997		Não	14/07/2022	Pós-Graduação	0	Deferido	132
4028-26-LST-PSS	MIGUEL VICTOR PEREIRA VELOSO	09/09/1994		Não	12/09/2022	Pós-Graduação	0	Deferido	133
2688-26-LST-PSS	GEISE CAREN PINTO DA SILVA	03/04/1996		Não	16/09/2022	Pós-Graduação	0	Deferido	134
4124-26-LST-PSS	THIAGO GUILHERME DE BRITO FERREIRA	03/07/1999		Não	06/07/2023	Pós-Graduação	0	Deferido	135
4140-26-LST-PSS	MEIRE HELEN DINIZ TOMAZ	10/02/1988		Não	15/08/2023	Pós-Graduação	0	Deferido	136
3590-26-LST-PSS	LUCAS ALVES AZEVEDO GODOY	11/06/1996		Não	15/12/2023	Pós-Graduação	0	Deferido	137
2616-26-LST-PSS	GLAYCON JHONATAN COSTA	04/12/1994		Não	20/12/2023	Pós-Graduação	0	Deferido	138

	EVANGELISTA								
3392-26-LST-PSS	NICOLE LACERDA BITENCOURT	05/12/2001		Não	31/01/2024	Pós-Graduação	0	Deferido	139
3531-26-LST-PSS	ANA BEATRIZ BARBOSA BRAGA	07/06/1999		Não	05/03/2024	Pós-Graduação	0	Deferido	140
3062-26-LST-PSS	MARCOS JOSE RIBEIRO JUNIOR	16/11/1991		Não	07/08/2024	Pós-Graduação	0	Deferido	141
3258-26-LST-PSS	ISABELLA VIEIRA TORQUATO DE FARIA	30/09/1997		Não	17/09/2024	Pós-Graduação	0	Deferido	142
3831-26-LST-PSS	STHÉFANY FREITAS	01/02/2000		Não	19/03/2025	Pós-Graduação	0	Deferido	143
4347-26-LST-PSS	REGINA LUCIA DA MATTA BARCANTE	09/10/1966		Não	31/08/1990		0	Deferido	144
4243-26-LST-PSS	SABRINA GOMES DOS SANTOS	01/02/1979		Não	05/09/2007		0	Deferido	145
4993-26-LST-PSS	CAROLINA ALVES DE PAULA LISBOA	08/06/1981		Não	06/07/2009		0	Deferido	146
2773-26-LST-PSS	RODRIGO GITIRANA LYRIO DO NASCIMENTO	01/06/1983		Não	01/03/2010		0	Deferido	147
4383-26-LST-PSS	PRISCILLA DE CASTILHO PEREIRA	18/07/1986		Não	17/12/2010		0	Deferido	148
4567-26-LST-PSS	LAIS CAMPOS LAINE	22/06/1989		Não	15/02/2012		0	Deferido	149
4460-26-LST-PSS	CAROLINE MARQUES DA CUNHA	06/04/1990		Não	06/08/2014		0	Deferido	150
4264-26-LST-PSS	CAROLINA CRISTINA FERNANDES F SACCHETTO	05/07/1990		Não	08/09/2014		0	Deferido	151
4596-26-LST-PSS	MATHEUS HENRIQUE CASTELAR FRANCO	30/04/1992		Não	10/09/2015		0	Deferido	152
3475-26-LST-PSS	MARINA PIMENTA	28/06/1995		Não	20/02/2018		0	Deferido	153
2633-26-LST-PSS	GABRIELLA CAMPOS RODRIGUES	11/02/1995		Não	24/02/2018		0	Deferido	154
4235-26-LST-PSS	ANNA VICTORIA NARDELLI FERNANDES	06/10/1993		Não	31/07/2018		0	Deferido	155
3447-26-LST-PSS	BARBARA RAIANE SOUZA DE OLIVEIRA	28/02/1996		Não	21/12/2018		0	Deferido	156
4183-26-LST-PSS	CARLA SOARES CRUZ	10/08/1994		Não	28/12/2018		0	Deferido	157
3316-26-LST-PSS	CAMILA ABREU SANTOS DUARTE VILHENA	27/05/1995		Não	31/12/2018		0	Deferido	158
3884-26-LST-PSS	ARTHUR HENRIQUE GONCALVES TEIXEIRA	28/06/1993		Não	18/03/2019		0	Deferido	159
2629-26-LST-PSS	NATALIA JORGE LIMA	10/05/1996		Não	14/12/2019		0	Deferido	160
4304-26-LST-PSS	ISABELA SANTANA GONTIJO	30/07/1993		Não	31/12/2019		0	Deferido	161
2505-26-LST-PSS	GABRIELA FURTADO SALOMAO ALVES DA SILVA	16/04/1997		Não	20/01/2020		0	Deferido	162
4851-26-LST-PSS	PRISCILA MOREIRA DA SILVA	26/04/1986		Não	21/01/2020		0	Deferido	163
3794-26-LST-PSS	RAYLAINE ROSA SOUZA	07/02/1997		Não	31/01/2020		0	Deferido	164
3353-26-LST-PSS	ANA LUISA GUERRA DE CARVALHO	08/10/1991		Não	01/06/2020		0	Deferido	165
3940-26-LST-PSS	LAIS MOREIRA DE CASTRO	09/09/1990		Não	01/08/2020		0	Deferido	166
4033-26-LST-PSS	FERNANDA AGUIAR PINTO	14/11/1995		Não	08/08/2020		0	Deferido	167
4612-26-LST-PSS	THÂMER MIRALHA VIEIRA	20/05/1986		Não	17/09/2020		0	Deferido	168
2651-26-LST-PSS	YASMIM DA MATA ARAÚJO	30/08/1997		Não	22/12/2020		0	Deferido	169
4142-26-LST-PSS	LAURA CRISTINA SOUZA RODRIGUES	24/08/1996		Não	04/02/2021		0	Deferido	170
3206-26-LST-PSS	LUIS GUILHERME RODRIGUES DE OLIVEIRA HOVADICK	23/08/1994		Não	08/02/2021		0	Deferido	171
4006-26-LST-PSS	IURICA LUIZA ALVES NONAKA	10/09/1993		Não	19/04/2021		0	Deferido	172
4565-26-LST-PSS	JEFFERSON FONSECA DA SILVA	12/03/1995		Não	27/04/2021		0	Deferido	173
3855-26-LST-PSS	SOPHIA JALES LIMA	02/04/1997		Não	25/10/2021		0	Deferido	174
3806-26-LST-PSS	CARLA BARBOSA MARQUES	18/09/1975		Não	23/12/2021		0	Deferido	175
4076-26-LST-PSS	RENATA BEATRIZ ALVES DE MELO	17/10/1997		Não	22/02/2022		0	Deferido	176
2852-26-LST-PSS	FERNANDA GABRIELA AZEVEDO BORGES	28/07/1997		Não	13/05/2022		0	Deferido	177
3119-26-LST-PSS	MARIANNE JUNQUEIRA BERNARDES	16/02/1997		Não	27/06/2022		0	Deferido	178
2586-26-LST-PSS	AMILLY PASSOS GOMES	21/11/1990		Não	10/12/2022		0	Deferido	179
3923-26-LST-PSS	KAROL TEIXEIRA PIASSI FERREIRA	27/10/1999		Não	10/12/2022		0	Deferido	180
3649-26-LST-PSS	VITÓRIA CAROLINA SILVA DE PAULA	22/04/1998		Não	21/12/2022		0	Deferido	181
4334-26-LST-PSS	REYSLA DIAS RODRIGUES	22/02/2000		Não	11/07/2023		0	Deferido	182
4429-26-LST-PSS	GLAUCY CRISTINA CARLOS DUARTE	26/03/1983		Não	23/12/2023		0	Deferido	183
4515-26-LST-PSS	WISLA MAIRA NEVES PINTO	30/08/1999		Não	06/03/2024		0	Deferido	184
4962-26-LST-PSS	TALYSON ALMEIDA SOUZA	16/12/1994		Não	11/07/2024		0	Deferido	185
3431-26-LST-PSS	LAURA MARQUES ISSA	21/04/1998		Não	12/07/2024		0	Deferido	186
4071-26-LST-PSS	MATHEUS CUNHA PRATA MOREIRA	23/11/1997		Não	31/07/2024		0	Deferido	187
3841-26-LST-PSS	IARA BAIENSE	23/06/2000		Não	30/05/2025		0	Deferido	188
4117-26-LST-PSS	JULIA LUIZA SOUZA BISPO	03/02/1999		Não	11/07/2025		0	Deferido	189
2758-26-LST-PSS	ALINE SILVA MELO	03/02/1995		Não	16/12/2025		0	Deferido	190
3961-26-LST-PSS	MELINE COSTA CONCEIÇÃO	28/05/2000		Não	31/12/2025		0	Deferido	191
4953-26-LST-PSS	PEDRO FERREIRA DE BASTOS RODRIGUES	10/03/2001		Não	23/01/2026		0	Deferido	192
4391-26-LST-PSS	GISELE DOMINGUES GOMES DE OLIVEIRA	09/04/2003		Não	30/01/2026		0	Deferido	193
2509-26-LST-PSS	ANTONIO CARLOS LEITE BARBOSA	13/07/1976		Não	23/01/2008		0	Indeferido	Desclassificado
2543-26-LST-PSS	ADRIANA ROSSINI DE PAULA	02/08/1970		Não	08/11/2019		0	Indeferido	Desclassificado
2571-26-LST-PSS	GABRIELA DE SA MARTINS	08/09/1998		Não	08/01/2023		0	Indeferido	Desclassificado
2575-26-LST-PSS	ISADORA FIGUEIREDO BAZILIO	30/12/1991		Não	30/01/2015		0	Indeferido	Desclassificado
2630-26-LST-PSS	TAYNARA VIEIRA DEIRO	14/04/1995		Não	07/12/2017		0	Indeferido	Desclassificado
2647-26-LST-PSS	CATIA CONTARELI ANDRADE	11/02/1995		Não	12/12/2019		0	Indeferido	Desclassificado
2655-26-LST-PSS	KEDREN LUCAS OLIVEIRA SILVA	22/02/2000		Não	08/02/2024		0	Indeferido	Desclassificado
2893-26-LST-PSS	NATÁLIA MACHADO VIEIRA	26/11/1994		Não	10/09/2018		0	Indeferido	Desclassificado
2931-26-LST-PSS	VIVIANE RODRIGUES VERDOLIN DOS SANTOS	20/05/2000		Não	26/07/2023		0	Indeferido	Desclassificado
2942-26-LST-PSS	THALYSSON PAULO ALVES PACHECO	23/04/1997		Não	13/07/2020		0	Indeferido	Desclassificado
2977-26-LST-PSS	FERNANDA FORNEAS MOREIRA ARAUJO	04/03/1995		Não	11/01/2019		0	Indeferido	Desclassificado
2981-26-LST-PSS	BRUNA LUZIA RODRIGUES LIMA	13/12/1995		Não	23/12/2002		0	Indeferido	Desclassificado
2990-26-LST-PSS	ANDRESSA CAMARGO PEREIRA	07/02/1997		Não	15/04/2019		0	Indeferido	Desclassificado
3051-26-LST-PSS	BRUNA GODDARD DA MATA BORGES MENDES	03/04/1987		Não	03/03/2010		0	Indeferido	Desclassificado
3067-26-LST-PSS	LOURDES ANDRADE DINIZ	07/09/1988		Não	20/09/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3112-26-LST-PSS	CÍNTIA MIRANDA	12/05/1989	Desclassificado	Sim	06/06/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3177-26-LST-PSS	PEDRO ARAÚJO DE MENEZES	11/11/1997		Não	30/05/2025		0	Indeferido	Desclassificado
3178-26-LST-PSS	EVELIN HELLEN ANDRADE CEOLIN	07/07/1993		Não	20/12/2016		0	Indeferido	Desclassificado
3240-26-LST-PSS	POLIANA RODRIGUES BATISTA	23/03/1993		Não	04/09/2019		0	Indeferido	Desclassificado
3243-26-LST-PSS	JESSICA GOMES DA SILVA	05/04/1998		Não	25/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3321-26-LST-PSS	DAVID CARLOS CRUZ	14/03/1985		Não	15/07/2016		0	Indeferido	Desclassificado
3339-26-LST-PSS	LORENA EL AZZI SANTANA	08/10/1999		Não	31/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3341-26-LST-PSS	DANDARA GOMES DE ASSIS	09/12/1993		Não	15/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3365-26-LST-PSS	ANA PAULA SOARES	28/11/1976		Não	03/02/2000		0	Indeferido	Desclassificado
3852-26-LST-PSS	BRUNA HELOIZA SOUZA MATOS	18/03/1993		Não	17/09/2018		0	Indeferido	Desclassificado

4019-26-LST-PSS	MATHEUS DA SILVA ESTEVES	16/12/1998		Não	05/10/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4038-26-LST-PSS	MARCOS ROBERTO AMARAL COSTA	31/03/1990	Desclassificado	Sim	15/03/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4162-26-LST-PSS	CRISTINA COSTA CAMPOS	06/04/1978		Não	10/09/2010		0	Indeferido	Desclassificado
4171-26-LST-PSS	IVANAMARIA FURTADO MAGNO NUNES LOBO	19/09/1969		Não	13/02/1993		0	Indeferido	Desclassificado
4377-26-LST-PSS	DYMPYA NATALIA BERNARDINO SILVA AMARAL	25/09/1984		Não	13/07/2008		0	Indeferido	Desclassificado
4381-26-LST-PSS	ANA LUIZA CORRÊA	28/06/1991		Não	29/02/2024		0	Indeferido	Desclassificado
4451-26-LST-PSS	KAROLLINY HENRIQUES MENDES	25/09/1996		Não	15/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4455-26-LST-PSS	RICELLE CREPALDE CASTRO DE SÁ	21/01/1994		Não	07/08/2020		0	Indeferido	Desclassificado
4570-26-LST-PSS	RAFAEL GENEROSO LOTT GLORIA	18/06/1984		Não	20/01/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4598-26-LST-PSS	MARCOS NOBRE DE LIMA	18/09/1962		Não	12/05/1987	Pós-Graduação	0	Indeferido	Desclassificado
4653-26-LST-PSS	CINTHIA BRAGA GONCALVES	31/01/1982		Não	30/06/2005		0	Indeferido	Desclassificado
4690-26-LST-PSS	EDUARDO MAIA MEMORIA	17/08/1971	Desclassificado	Sim	27/01/2004		0	Indeferido	Desclassificado
4696-26-LST-PSS	ALEX ALVES PEREIRA	04/11/1988		Não	22/09/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4767-26-LST-PSS	ANDRE GUSTAVO CARDOSO CARNEIRO	28/09/1971		Não	30/06/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4795-26-LST-PSS	LARA ROCHA RIBEIRO DOS SANTOS	06/09/1989		Não	19/12/2014		0	Indeferido	Desclassificado
4821-26-LST-PSS	THAYLANE MONTEIRO ALVES	30/06/2003		Não	07/07/2026		0	Indeferido	Desclassificado
4839-26-LST-PSS	ISABELA BRAZ ROSSETTI	05/04/1996		Não	20/02/2020		0	Indeferido	Desclassificado
4840-26-LST-PSS	ANA LUIZA DE PAULA MARQUES DINIZ	31/03/1994		Não	23/02/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4853-26-LST-PSS	VIVIANE COTA ALVES DA SILVA	27/08/1981		Não	30/06/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4861-26-LST-PSS	CLARISSA LUSTOSA MONTEIRO	12/02/1993		Não	17/08/2017		0	Indeferido	Desclassificado
4872-26-LST-PSS	LUCAS MENDES BARBOSA	15/12/1994		Não	10/09/2020		0	Indeferido	Desclassificado
4896-26-LST-PSS	IZABELA NUNES COELHO CARDOSO	10/09/1994		Não	14/12/2019		0	Indeferido	Desclassificado
4913-26-LST-PSS	MARINA MENDES MULLER ROCHA A M FONSECA	15/06/1994		Não	16/03/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4920-26-LST-PSS	JULIA GUIMARÃES TEIXEIRA	08/10/2002		Não	13/12/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4929-26-LST-PSS	RENATA FILIPPETTO OLIVEIRA	10/03/1975		Não	30/11/1998		0	Indeferido	Desclassificado
4934-26-LST-PSS	KARINA GUALBERTO DE LIMA	20/03/1972		Não	09/12/1997		0	Indeferido	Desclassificado
4985-26-LST-PSS	DANDARA SANT'ANNA DE JESUS	05/07/1984		Não	20/12/2012		0	Indeferido	Desclassificado
4986-26-LST-PSS	BIANCA SIVOLELLA	13/01/1979	Desclassificado	Sim	31/03/2004		0	Indeferido	Desclassificado
5005-26-LST-PSS	STHEFANIE RAMALHO CALDAS	02/08/1999		Não	25/04/2025		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:7DA8331B

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
4919-26-LST-PSS	ILMA DA CONCEICAO DE SOUSA	22/05/1959		Não	18/12/1974		3394	Deferido	1
3512-26-LST-PSS	ANA MARIA DOS ANJOS ANDRADE	05/02/1968		Não	16/04/2018		2832	Deferido	2
3504-26-LST-PSS	SIRLEY TOU FERNANDES	01/11/1960		Não	26/11/1971		2133	Deferido	3
4628-26-LST-PSS	IONE NUNES DA SILVA PEREIRA	25/05/1981		Não	22/12/2003		910	Deferido	4
3115-26-LST-PSS	HIRAIS GABRIEL FERNANDES DA SILVA	31/12/1994		Não	30/06/2017		886	Deferido	5
3423-26-LST-PSS	MARIA OTILIA DE SOUZA	20/07/1968		Não	17/12/2008		811	Deferido	6
3389-26-LST-PSS	THIAGO ALVES LACERDA	25/01/2002		Não	27/01/2021		731	Deferido	7
4113-26-LST-PSS	UGO PETRUS FERRARI	17/08/1982		Não	14/12/2001		730	Deferido	8
4399-26-LST-PSS	ANISIO MARIA DA SILVA	22/04/1962		Não	13/12/2010		730	Deferido	9
4470-26-LST-PSS	RENATA KARINE SILVA	08/03/1977		Não	14/03/1994		396	Deferido	10
3148-26-LST-PSS	CLAUDIA ALVES MATIAS	24/10/1993		Não	12/05/2014		212	Deferido	11
4241-26-LST-PSS	VITOR MOREIRA GONCALVES DA SILVA	24/04/1997		Não	15/08/2024	Pós-Graduação	197	Deferido	12
4098-26-LST-PSS	AMANDA LUCIANA DE ANDRADE VIEIRA	02/02/1989		Não	22/12/2003		169	Deferido	13
4164-26-LST-PSS	JUSCILENE GRACIANA DA SILVA SANTOS	23/04/2002		Não	06/06/2025		28	Deferido	14
3203-26-LST-PSS	SERGIO PEREIRA	10/08/1976		Não	10/08/1989		0	Deferido	15
3448-26-LST-PSS	MARCIO FERNANDES PEREIRA OLIVEIRA	09/05/1971		Não	22/12/1990		0	Deferido	16
3525-26-LST-PSS	ALESSANIA SONIA LUCIDE MASCARENHAS	04/09/1973		Não	27/09/1993		0	Deferido	17
3995-26-LST-PSS	CARLA CRISTINA ALVES CRUZ	30/05/1983		Não	14/12/2001		0	Deferido	18
4597-26-LST-PSS	ROSILEA LEIA	22/09/1983		Não	23/12/2002		0	Deferido	19
3309-26-LST-PSS	DÉBORA CARVALHO	19/11/1978		Não	10/11/2003		0	Deferido	20
4556-26-LST-PSS	LEONETE COUTO E SÁ	19/08/1986		Não	30/12/2004		0	Deferido	21
3146-26-LST-PSS	NATALIA MENDES MOURA	25/03/1972		Não	22/12/2006		0	Deferido	22
3599-26-LST-PSS	ROSANGELA RABELO DA SILVA	15/07/1978		Não	16/12/2007		0	Deferido	23
3808-26-LST-PSS	CLAURISMARA DELFINO FERREIRA	19/11/1963		Não	18/12/2009		0	Deferido	24
4153-26-LST-PSS	JANAINA SAMARA DE O BATISTA DE SOUZA	11/05/1987		Não	19/06/2012		0	Deferido	25
3968-26-LST-PSS	NYCOLLE GOMES MOREIRA DE SOUZA	27/05/1997		Não	13/12/2013		0	Deferido	26
2625-26-LST-PSS	ISABELA CARVALHO RANGEL	29/12/1998		Não	19/12/2016		0	Deferido	27
2643-26-LST-PSS	ELIZANGELA ALVES	20/12/1997		Não	20/12/2018		0	Deferido	28

	RODRIGUES								
4679-26-LST-PSS	POLOMA CAMILA DESIDERIA DA SILVA	12/01/1996		Não	25/08/2019		0	Deferido	29
4305-26-LST-PSS	ANDREZA GOMES DE OLIVEIRA	13/07/2001		Não	14/11/2025		0	Deferido	30
2675-26-LST-PSS	JESICA SIMÕES DE JESUS	31/03/1987		Não	29/11/2022		0	Indeferido	Desclassificado
2783-26-LST-PSS	PALOMA MIRANDA PRAXEDES	25/01/2002		Não	04/04/2016		0	Indeferido	Desclassificado
2865-26-LST-PSS	LUCIENE DE PAULA GOMES	08/08/1980		Não	08/06/2000		0	Indeferido	Desclassificado
2986-26-LST-PSS	TAIS CAMILA VIEIRA	21/02/2000		Não	22/12/2017		0	Indeferido	Desclassificado
3131-26-LST-PSS	SAMILY RODRIGUES OLIVEIRA	22/06/1996		Não	20/12/2014		0	Indeferido	Desclassificado
3352-26-LST-PSS	DALILA RUANA CHAVES DOS SANTOS	09/09/1989		Não	16/12/2004		0	Indeferido	Desclassificado
3958-26-LST-PSS	ANA CRISTINA DA COSTA COELHO	27/05/1984		Não	22/06/2022		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:63619D43

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: CONTADOR

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
2514-26-LST-PSS	CINTHIA DA CONCEICAO OLIVEIRA ROLAND	17/12/1969		Não	09/07/1996	Pós-Graduação	5711	Deferido	1
3936-26-LST-PSS	EDUARDO CIPRIANO DE CARVALHO	27/01/1970		Não	11/12/1992	Pós-Graduação	4226	Deferido	2
4320-26-LST-PSS	MARIA AMELIA ALVES DA COSTA	18/05/1973		Não	04/02/2000	Pós-Graduação	4031	Deferido	3
3443-26-LST-PSS	VALQUIRIA ELIZA DA SILVA	09/05/1978	1	Sim	07/09/2006	Pós-Graduação	3910	Deferido	4
4180-26-LST-PSS	CHRISTHINY GONTIJO ORTEGA	19/06/1974		Não	12/01/2001	Pós-Graduação	3570	Deferido	5
4577-26-LST-PSS	LAÍS SOUZA CARVALHO	09/07/1988		Não	30/11/2011	Pós-Graduação	3488	Deferido	6
3417-26-LST-PSS	MARILENE SALESIANO ALMEIDA FONSECA	29/09/1986		Não	16/08/2012	Pós-Graduação	3330	Deferido	7
4770-26-LST-PSS	DAYANA SOUZA DE OLIVEIRA	26/05/1986		Não	20/12/2016	Pós-Graduação	3245	Deferido	8
2791-26-LST-PSS	RODRIGO MARTINS MOREIRA	02/01/1989		Não	22/12/2017	Pós-Graduação	3120	Deferido	9
4558-26-LST-PSS	ANA TEREZA CORDEIRO DOS SANTOS	02/11/1989		Não	12/07/2013		3047	Deferido	10
2609-26-LST-PSS	MOISES ELIAS DOS REIS	08/07/1982		Não	03/07/2017		2872	Deferido	11
3105-26-LST-PSS	ARTHUR ROBERTO DE PAULA DINIZ	21/06/1991		Não	21/03/2014	Pós-Graduação	2077	Deferido	12
2786-26-LST-PSS	ELLEN SOUZA AMARAL	19/12/1994		Não	08/01/2018	Pós-Graduação	1978	Deferido	13
3962-26-LST-PSS	ANA CLAUDIA GOMES ALVES	08/08/1994		Não	30/12/2016		1941	Deferido	14
4555-26-LST-PSS	PATIARA ZICA ANTUNES SILVA	23/11/1982		Não	16/08/2014	Pós-Graduação	1783	Deferido	15
3865-26-LST-PSS	SAMANTA MOREIRA BARROS	30/04/1994		Não	31/07/2017	Pós-Graduação	1734	Deferido	16
2714-26-LST-PSS	ANGELA MARIA PEREIRA TOLENTINO	10/06/1964		Não	15/12/2018	Pós-Graduação	1583	Deferido	17
4506-26-LST-PSS	LUCIENE ZANON DAS GRAÇAS PESSOA	15/09/1974		Não	13/10/2010	Pós-Graduação	1515	Deferido	18
4780-26-LST-PSS	MARIA IZABEL FERREIRA LOPES VIEIRA	28/05/1966		Não	19/12/1993		1401	Deferido	19
2858-26-LST-PSS	CAROLINA APARECIDA MARTINS FERREIRA	11/06/1987		Não	30/01/2013	Pós-Graduação	1320	Deferido	20
4893-26-LST-PSS	THIAGO MONTEIRO NEVES	22/02/1989		Não	18/12/2015	Pós-Graduação	1247	Deferido	21
3749-26-LST-PSS	ELIZETE DE JESUS ALVES	28/09/1980		Não	12/12/2012		1246	Deferido	22
3280-26-LST-PSS	WILIAN SOL FERREIRA	02/11/1980	2	Sim	17/06/2020	Pós-Graduação	630	Deferido	23
2929-26-LST-PSS	JOAO PAULO TEIXEIRA ROCHA	02/06/1997		Não	30/06/2024		621	Deferido	24
2582-26-LST-PSS	GUILHERME DIAS DE OLIVEIRA TEIXEIRA	05/05/2000		Não	11/12/2022	Pós-Graduação	464	Deferido	25
2546-26-LST-PSS	ANA CAROLINE MARQUES DE AVELAR	24/06/2000		Não	23/12/2021	Pós-Graduação	385	Deferido	26
4593-26-LST-PSS	ALVIM HENRIQUES NETO	23/09/1973	3	Sim	12/12/2015	Pós-Graduação	290	Deferido	27
2680-26-LST-PSS	GILMAR DE OLIVEIRA JUNIOR	20/11/1996		Não	21/12/2022	Pós-Graduação	108	Deferido	28
3367-26-LST-PSS	ALFREDO LEOPOLDO DINIZ NETO	23/09/1970		Não	13/11/1998	Pós-Graduação	0	Deferido	29
4662-26-LST-PSS	ROSILAINY CAMPOS	19/12/1971		Não	04/03/1999	Pós-Graduação	0	Deferido	30
4030-26-LST-PSS	ROBERTA CHRISTINE MARUGEIRO	09/04/1976		Não	16/12/1999	Pós-Graduação	0	Deferido	31
2687-26-LST-PSS	EDUARDO RENAUD GIMENEZ	30/08/1968		Não	14/03/2006	Pós-Graduação	0	Deferido	32
4534-26-LST-PSS	DANIELA ISRAEL GONCALVES	18/03/1983		Não	06/06/2014	Pós-Graduação	0	Deferido	33
3383-26-LST-PSS	BRUNA NATALIA SANTOS FERREIRA	15/12/1989		Não	16/06/2016	Pós-Graduação	0	Deferido	34
3729-26-LST-PSS	KAROLINA LOPES VIEIRA GELAIS	09/07/1993		Não	21/08/2018	Pós-Graduação	0	Deferido	35
4812-26-LST-PSS	FERNANDA DA SILVA PEREIRA	24/08/1982		Não	12/12/2014		0	Deferido	36
3842-26-LST-PSS	GEZER WALDANO	16/09/1993		Não	02/08/2016		0	Deferido	37
4683-26-LST-PSS	JOAO BATISTA FERREIRA	10/04/1981		Não	15/12/2016		0	Deferido	38
4092-26-LST-PSS	SARA SOARES CASTILHO	02/10/1998		Não	15/09/2021		0	Deferido	39
4845-26-LST-PSS	LUCAS SILVA SANZON RAMALHO	16/11/1997	4	Sim	22/12/2021		0	Deferido	40
4811-26-LST-PSS	GUILHERME JORGE DA SILVA OLIVEIRA	30/09/1994		Não	21/06/2023		0	Deferido	41
3311-26-LST-PSS	EDIANA PINHEIRO NUNES DOS SANTOS	15/08/1995		Não	09/12/2023		0	Deferido	42
3362-26-LST-PSS	MARIA JUSSARA DE SOUZA LOPEZ	03/10/1963		Não	23/02/2024		0	Deferido	43
4225-26-LST-PSS	MARCO AURELIO BARBOSA DE VASCONCELOS	27/01/1982		Não	26/07/2024		0	Deferido	44
2570-26-LST-PSS	FLAVIO ROBERTO GEREMIAS	06/10/1984	5	Sim	08/05/2025		0	Deferido	45
2513-26-LST-PSS	NAIRA IZABELE MARÇAL LIMA	01/10/1988		Não	01/07/2012		0	Indeferido	Desclassificado
2657-26-LST-PSS	ISAINE BRAGANCA VASCONCELOS	03/09/1973		Não	30/06/2015		0	Indeferido	Desclassificado
2712-26-LST-PSS	JULIANA RAMOS DE OLIVEIRA	05/03/1994		Não	31/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
2726-26-LST-PSS	ANA PAULA BUCKER DA SILVA	31/03/1978		Não	31/12/2007		0	Indeferido	Desclassificado
2788-26-LST-PSS	FELIPE AUGUSTO VIEGAS RIBEIRO	14/08/1997		Não	18/10/2023		0	Indeferido	Desclassificado
2799-26-LST-PSS	FABIO RIBEIRO FERRAZ	13/01/1973		Não	11/09/2006		0	Indeferido	Desclassificado
2808-26-LST-PSS	CARLOS EDUARDO DE BRITO	03/09/1979		Não	31/12/2015		0	Indeferido	Desclassificado

2838-26-LST-PSS	ROGERIO MARTINS DOS SANTOS	26/06/1961		Não	13/10/1989		0	Indeferido	Desclassificado
2936-26-LST-PSS	NIVALDA OLIVEIRA DIAS MONTEIRO	27/02/1979		Não	01/08/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3046-26-LST-PSS	LEONARDO CAMPOS DE AVELAR	17/11/1976		Não	01/06/2005		0	Indeferido	Desclassificado
3519-26-LST-PSS	NIRLEI LEAL FELIX	26/01/1984		Não	15/08/2019		0	Indeferido	Desclassificado
3637-26-LST-PSS	EDUARDO GABRIEL DE ASSUNCAO	31/08/2000		Não	01/07/2026		0	Indeferido	Desclassificado
4096-26-LST-PSS	NOISBEBS	14/11/1986		Não	21/07/2020		0	Indeferido	Desclassificado
4233-26-LST-PSS	LETICIA DE OLIVEIRA RAMOS FERREIRA	19/01/1993		Não	18/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4269-26-LST-PSS	RIAN LUCAS DE SOUZA SOARES	11/04/2002		Não	16/10/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4357-26-LST-PSS	UELZIVOM LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA	01/04/1995		Não	10/12/2019		0	Indeferido	Desclassificado
4401-26-LST-PSS	RAQUEL PADILHA DOS SANTOS	02/12/1979		Não	06/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4527-26-LST-PSS	MARIANO ANTONIO DE FIGUEIREDO NETO	09/10/1990		Não	10/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4589-26-LST-PSS	YAN BRAGA MARTINS	06/01/1996		Não	31/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
4620-26-LST-PSS	RAQUEL PADILHA DOS SANTOS	02/12/1979		Não	30/08/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4671-26-LST-PSS	CLEIDE DE FARIA VEIGA	13/10/1972		Não	30/07/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4711-26-LST-PSS	ANA LUIZA LIMA DA SILVA	21/01/1999		Não	19/12/2020		0	Indeferido	Desclassificado
4734-26-LST-PSS	RODRIGO SOARES TEIXEIRA	04/07/1995		Não	27/08/2019		0	Indeferido	Desclassificado
4879-26-LST-PSS	RAIANE PRESTES SOUZA	11/01/1992		Não	14/08/2024		0	Indeferido	Desclassificado
4968-26-LST-PSS	ANDRE FELIPE NERES DE CARVALHO	10/01/1991		Não	15/09/2014		0	Indeferido	Desclassificado
5023-26-LST-PSS	LARISSA TAIS MARTINS BELMIRO	23/05/1996		Não	20/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:62334643

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: ENGENHEIRO AGRIMENSOR

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
4509-26-LST-PSS	GERALDO FERNANDO DA SILVA	26/08/1974		Não	19/01/2001		4583	Deferido	1
4125-26-LST-PSS	RUI ANDERSON CARDOSO DE MELO	05/05/1990		Não	22/04/2016	Pós-Graduação	1727	Deferido	2
2579-26-LST-PSS	GILMAR CORTES SALVIO SANTANA	21/08/1966		Não	15/02/2006	Pós-Graduação	1462	Deferido	3
4497-26-LST-PSS	ROGERIO MACHADO NASCIMENTO FARIA	07/01/1985		Não	10/05/2013		1360	Deferido	4
4288-26-LST-PSS	ADRIANO AUGUSTO DE OLIVEIRA TOLEDO	03/10/1973		Não	31/01/2012		1277	Deferido	5
3866-26-LST-PSS	JOAO MATHEUS DOS SANTOS LEAL	11/12/1998		Não	09/09/2022	Pós-Graduação	79	Deferido	6
3560-26-LST-PSS	LUCAS LIMA VIEIRA	03/05/1994		Não	31/12/2018	Pós-Graduação	0	Deferido	7
3289-26-LST-PSS	CARLOS ROBERTO DOS SANTOS O N DE SOUZA	17/01/1996		Não	02/04/2022	Pós-Graduação	0	Deferido	8
2959-26-LST-PSS	PEDRO EMANOEL PERES DIANI	27/11/1999		Não	21/12/2024	Graduação	0	Deferido	9
3433-26-LST-PSS	RODRIGO MORAES PASSOS	02/04/1974		Não	15/12/1998		0	Deferido	10
4448-26-LST-PSS	PEDRO ALVES NESTOR NETO	14/01/1983		Não	31/07/2013		0	Deferido	11
4837-26-LST-PSS	JEFFERSON CAMPOS DE SIQUEIRA	10/10/1991		Não	02/08/2024		0	Deferido	12
2759-26-LST-PSS	PAULO ALEXANDRE DE BORBA AIROLDI	20/11/1987		Não	13/05/2026		0	Indeferido	Desclassificado
3212-26-LST-PSS	WESLEY MIGUEL BRAZ	06/08/1991		Não	20/12/2017		0	Indeferido	Desclassificado
4635-26-LST-PSS	ALINE REZENDE MILAGRES SOARES	14/08/1982		Não	01/03/2016		0	Indeferido	Desclassificado
4823-26-LST-PSS	JAIRO FERREIRA FRAGA BARRIONI	14/02/1961		Não	10/01/1989		0	Indeferido	Desclassificado
4836-26-LST-PSS	RODRIGO DE MENEZES VIEIRA LIMA	06/03/1990		Não	13/02/2017		0	Indeferido	Desclassificado
4838-26-LST-PSS	JOSE RENATO PEREIRA DE JESUS	01/06/1978		Não	15/07/2015		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:AA70957A

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
4115-26-LST-PSS	CLAYTON GUTEMBERG DA COSTA E SILVA	27/01/1976		Não	31/12/1999	Pós-Graduação	6715	Deferido	1
3563-26-LST-PSS	MARCUS VINÍCIUS GOMES ZAMPIERI	26/02/1972		Não	26/03/1999	Pós-Graduação	6189	Deferido	2
3880-26-LST-PSS	LUCAS ROMUALDO DOS SANTOS	05/01/1982		Não	27/01/2006	Pós-Graduação	6116	Deferido	3
4626-26-LST-PSS	JOSE DA CONCEICAO SILVA	08/12/1960		Não	13/12/1988	Pós-Graduação	6095	Deferido	4
4430-26-LST-PSS	GRACE LIMA DO AMARAL	15/02/1968		Não	14/01/1998	Graduação	6095	Deferido	5
3613-26-LST-PSS	CHRISTIAN MANFRED WIESEN	22/05/1979		Não	17/12/2002		4835	Deferido	6
4609-26-LST-PSS	SIDNEYA PEREIRA DE AMORIM MENEZES	15/08/1976		Não	14/02/2003		4690	Deferido	7
4586-26-LST-PSS	QUEYLA DE OLIVEIRA GONÇALVES	02/05/1981		Não	29/08/2007	Pós-Graduação	4479	Deferido	8
2635-26-LST-PSS	AFONSO WALTER CORDEIRO	29/05/1949		Não	12/10/1971	Pós-Graduação	4343	Deferido	9
4693-26-LST-PSS	EDMAR GREGÓRIO DE SIQUEIRA	21/01/1967		Não	09/12/1997	Pós-Graduação	4211	Deferido	10
4757-26-LST-PSS	FLAVIA MEIRA MARTINS MEINICKE	13/07/1973		Não	12/12/2005	Pós-Graduação	4056	Deferido	11
3517-26-LST-PSS	JOSE RICARDO CAMARA DE OLIVEIRA	04/11/1965		Não	16/12/1992		3780	Deferido	12

4694-26-LST-PSS	ELDER SALES DA COSTA	26/12/1980		Não	28/07/2015	Pós-Graduação	3695	Deferido	13
4560-26-LST-PSS	TIAGO HENRIQUE SILVA SANTOS	21/09/1989		Não	17/01/2014	Mestrado	3555	Deferido	14
4498-26-LST-PSS	EDSON ESPINDOLA XAVIER	28/06/1972		Não	15/12/2010	Pós-Graduação	3521	Deferido	15
3584-26-LST-PSS	DANILO CHAVES	30/10/1983		Não	11/07/2013	Pós-Graduação	3237	Deferido	16
4516-26-LST-PSS	SANDRO BARBOSA DE CARVALHO	16/06/1974		Não	10/01/2007		3137	Deferido	17
4210-26-LST-PSS	PAULO CESAR MOREIRA PINTO JUNIOR	20/09/1983		Não	23/07/2010		3125	Deferido	18
2705-26-LST-PSS	JERÔNIMO FERREIRA CASTRO	24/10/1982		Não	01/03/2016	Pós-Graduação	2973	Deferido	19
4386-26-LST-PSS	EGBERTO GOMES BROILO DA SILVA	18/11/1984		Não	11/12/2010	Pós-Graduação	2840	Deferido	20
4870-26-LST-PSS	ENERSON DIEGO HAVELANGE MENDES DANTAS	14/04/1984		Não	22/06/2018	Pós-Graduação	2743	Deferido	21
4281-26-LST-PSS	MARIA DO SOCORRO MAGALHAES DE BRITO	25/03/1969		Não	16/12/1995	Pós-Graduação	2737	Deferido	22
2695-26-LST-PSS	LUARA CARDOSO SÁ MOTTA	15/03/1991		Não	23/08/2014	Pós-Graduação	2666	Deferido	23
2828-26-LST-PSS	DOMINGOS QUIANTE	03/12/1978		Não	31/12/2004	Mestrado	2651	Deferido	24
3966-26-LST-PSS	IGOR DOS SANTOS BARCA	22/03/1989		Não	17/12/2014		2632	Deferido	25
3945-26-LST-PSS	ARISTÓTELES LINO PINTO DE SOUSA	03/11/1979		Não	28/06/2017	Pós-Graduação	2607	Deferido	26
2462-26-LST-PSS	FELIPE MOREIRA NOBRE	20/05/1990		Não	12/07/2013		2537	Deferido	27
2803-26-LST-PSS	RAYANE ALVES SILVA	16/10/1995		Não	29/07/2019	Pós-Graduação	2536	Deferido	28
4215-26-LST-PSS	TIAGO HENRIQUE FREIRA	27/01/1988		Não	26/03/2018	Pós-Graduação	2313	Deferido	29
4745-26-LST-PSS	ROGERIO DE ALCANTARA PEDROSA	01/03/1990	1	Sim	07/08/2019	Pós-Graduação	2163	Deferido	30
4500-26-LST-PSS	JARDEL SOUZA DE AZEVEDO	22/03/1972	2	Sim	24/02/2014	Mestrado	2040	Deferido	31
3233-26-LST-PSS	BRUNO DE PAULA DOMINGOS MIRANDA	02/06/1989		Não	10/05/2013	Pós-Graduação	2025	Deferido	32
4688-26-LST-PSS	ALLAN AGUIAR BERTAO	08/02/1984		Não	25/08/2014		1962	Deferido	33
3197-26-LST-PSS	MAURO DE ALMEIDA DUTRA	02/01/1981		Não	06/12/2004	Pós-Graduação	1827	Deferido	34
3553-26-LST-PSS	CARLOS EDUARDO MOREIRA NOLASCO	18/07/1966		Não	11/10/2013	Pós-Graduação	1759	Deferido	35
4372-26-LST-PSS	OLIVEIRO MOREIRA GUEDES JUNIOR	07/06/1963		Não	15/07/1994	Pós-Graduação	1704	Deferido	36
3746-26-LST-PSS	PRISCILA RODRIGUES LAUREANO	21/10/1998		Não	17/12/2020	Pós-Graduação	1679	Deferido	37
4978-26-LST-PSS	CRISTIANO DANTAS DE FREITAS	05/09/1975		Não	24/01/2017	Pós-Graduação	1677	Deferido	38
4660-26-LST-PSS	NARA PATRICIA DE SOUZA SILVA	17/04/1979		Não	05/12/2002	Pós-Graduação	1662	Deferido	39
4109-26-LST-PSS	CINTHIA FIGUEIRA DA SILVA	05/06/1986		Não	21/04/2014	Pós-Graduação	1630	Deferido	40
4545-26-LST-PSS	LEONEL ULISSES SANTOS CABRAL	06/10/1986		Não	20/03/2015	Pós-Graduação	1603	Deferido	41
2895-26-LST-PSS	HERISMA VICTORE DE CASTRO	25/05/1966		Não	24/01/2017	Pós-Graduação	1559	Deferido	42
2460-26-LST-PSS	BRUNA CAROLINA DE ALMEIDA	08/11/1994		Não	19/12/2018	Pós-Graduação	1461	Deferido	43
4402-26-LST-PSS	GISELLE FERRANTE VELOSO	11/01/1977		Não	04/02/2016	Pós-Graduação	1452	Deferido	44
3372-26-LST-PSS	ROBERT OTAVIANO BARRETO	20/10/1978		Não	15/07/2005	Mestrado	1394	Deferido	45
4266-26-LST-PSS	BRUNA RODRIGUES VIEIRA	04/06/1996		Não	08/07/2019		1352	Deferido	46
4280-26-LST-PSS	MATHEUS FILIPE DE PAULA SOUSA	03/05/1994		Não	23/12/2016	Pós-Graduação	1317	Deferido	47
2991-26-LST-PSS	WANDERLEY FELIX CORREA JUNIOR	01/03/1992		Não	10/08/2017	Pós-Graduação	1285	Deferido	48
4707-26-LST-PSS	TIAGO EUSTAQUIO DE SOUSA	05/12/1982		Não	14/04/2015	Pós-Graduação	1218	Deferido	49
4952-26-LST-PSS	FERNANDO DOS SANTOS RODRIGUES	20/03/1996		Não	16/03/2019	Pós-Graduação	1203	Deferido	50
3224-26-LST-PSS	PRISCILA PRADO COSTA VAN DER LAAN	11/05/1988		Não	21/03/2018	Pós-Graduação	1192	Deferido	51
4753-26-LST-PSS	TAYNARA APARECIDA MACHADO DE OLIVEIRA	13/10/1994		Não	12/12/2017	Pós-Graduação	1159	Deferido	52
4116-26-LST-PSS	LUIZA GOMES CORRÊA PARENTE	09/09/1991		Não	14/12/2019	Pós-Graduação	1140	Deferido	53
4698-26-LST-PSS	LORENA LEHMANN ALVES	17/04/1997		Não	05/02/2020	Pós-Graduação	1101	Deferido	54
4976-26-LST-PSS	MARCOS MOTA SIMÕES	27/11/1970		Não	20/12/2016	Pós-Graduação	1070	Deferido	55
4467-26-LST-PSS	LORAINE FERNANDES DA SILVA	14/08/1972		Não	28/11/1996	Graduação	1066	Deferido	56
4088-26-LST-PSS	DAYANE SABRINA JANUARIA DA MATA ASSIS	31/12/1994		Não	31/12/2017	Pós-Graduação	1052	Deferido	57
4418-26-LST-PSS	ALICE CASSIA DE SA E CASTRO REIS	14/05/1965		Não	11/12/1997	Graduação	1039	Deferido	58
4954-26-LST-PSS	AMINE LETICIA SVIZZERO GEBER	24/08/1999		Não	02/02/2023	Pós-Graduação	1038	Deferido	59
4807-26-LST-PSS	ERIC DRUMOND LAGE ASSIS	26/05/1989		Não	30/06/2017	Pós-Graduação	959	Deferido	60
3254-26-LST-PSS	ADRIANA DOS SANTOS SEPULVEDA	21/04/1972		Não	20/07/2006	Pós-Graduação	946	Deferido	61
2463-26-LST-PSS	HELENO PRUDENCIO DA SILVA FILHO	13/08/1977	3	Sim	15/12/2017	Mestrado	938	Deferido	62
4476-26-LST-PSS	MARIANNA SANTOS BULHOES	11/03/1994		Não	19/12/2017		916	Deferido	63
4066-26-LST-PSS	ANA CAROLINA DO CARMO AIRES	09/11/1997		Não	14/07/2023		891	Deferido	64
2497-26-LST-PSS	MONIQUE HELLEN NASCIMENTO COSTA	02/09/1996		Não	06/07/2022	Pós-Graduação	881	Deferido	65
4859-26-LST-PSS	RAYSSA GONCALVES SILVA	29/05/1996		Não	15/01/2021	Pós-Graduação	849	Deferido	66
3917-26-LST-PSS	LORENA ESTRELA	25/11/1988		Não	19/05/2023	Mestrado	792	Deferido	67
4543-26-LST-PSS	ELEM CÁTIA DA SILVA CAMPOS	07/07/1974		Não	18/12/2013	Pós-Graduação	752	Deferido	68
3870-26-LST-PSS	MARGARETH DA SILVA MAFFORT	23/01/1965		Não	06/08/1998		732	Deferido	69
3130-26-LST-PSS	EMANUEL MACHADO SANTORO	23/12/1994		Não	19/12/2018	Pós-Graduação	703	Deferido	70
4004-26-LST-PSS	SCOTT BRANDON LOPES GONÇALVES	18/12/1993		Não	30/06/2023		668	Deferido	71
3063-26-LST-PSS	TADEU SOUZA PEREIRA	14/12/1990		Não	15/02/2024	Pós-Graduação	564	Deferido	72
3642-26-LST-PSS	PEDRO PEREIRA CELESTINO	26/10/1958		Não	12/07/2009		548	Deferido	73
3509-26-LST-PSS	LEONARDO ANTONIO DA SILVA	20/07/1982		Não	23/12/2013	Pós-Graduação	533	Deferido	74
4752-26-LST-PSS	STEFHANI GABRIELA GONCALVES OLIVEIRA	21/12/1998		Não	30/08/2023		521	Deferido	75
3727-26-LST-PSS	ARTHUR MICRONI BEZERRA	20/10/1998		Não	17/12/2021	Pós-Graduação	518	Deferido	76
3907-26-LST-PSS	BRUNO BRAZ ANTONIO	26/05/1991		Não	11/08/2015	Pós-Graduação	492	Deferido	77
3847-26-LST-PSS	VALQUIRIA DA SILVA PRIMO	14/04/1990		Não	28/12/2020	Pós-Graduação	380	Deferido	78
4449-26-LST-PSS	RENATO MENDES VERTELO	24/06/1982		Não	12/09/2017		366	Deferido	79
4415-26-LST-PSS	LUCAS SILVA RICARDO	03/10/1995		Não	17/01/2019	Pós-Graduação	364	Deferido	80
4529-26-LST-PSS	INGRID KELLY LEAL DE ASSIS	10/08/1993		Não	28/07/2021		364	Deferido	81
3421-26-LST-PSS	ROBERTO DE FREITAS SENA	24/11/1995		Não	14/02/2020	Pós-Graduação	317	Deferido	82
4661-26-LST-PSS	LUAN VITOR DIAS SILVA	12/04/1999		Não	31/12/2022		246	Deferido	83
4427-26-LST-PSS	JOSE GERALDO DA SILVA	19/08/1961		Não	31/05/2019		201	Deferido	84
4726-26-LST-PSS	TIAGO DE LIMA ALMEIDA	11/09/1990		Não	25/02/2023	Pós-Graduação	198	Deferido	85
4874-26-LST-PSS	PATRICIA AMANDA LOPES MARTINS	06/03/1994		Não	03/03/2021	Pós-Graduação	193	Deferido	86
3524-26-LST-PSS	DENYS RANGEL	10/02/2000		Não	11/11/2024		125	Deferido	87
2489-26-LST-PSS	LUCAS SOARES MUCCHIUT	22/07/1993		Não	27/02/2015	Pós-Graduação	68	Deferido	88
3781-26-LST-PSS	AMANDA MEDEIROS LEAO	05/01/1995		Não	20/12/2020	Mestrado	0	Deferido	89
4799-26-LST-PSS	MONICA DE OLIVEIRA FRANCO LATORRE	20/04/1963		Não	11/12/1985	Pós-Graduação	0	Deferido	90
3437-26-LST-PSS	PAULO SERGIO CARDOSO MARTINS	10/02/1966		Não	12/12/1990	Pós-Graduação	0	Deferido	91
4257-26-LST-PSS	KLEBER VILHENA DO NASCIMENTO	26/05/1970		Não	06/12/1995	Pós-Graduação	0	Deferido	92
4419-26-LST-PSS	MARTA FERRÃO ROCKENBACH	18/01/1972		Não	15/01/2001	Pós-Graduação	0	Deferido	93
4658-26-LST-PSS	CASSIA SUMIE AONO DOS SANTOS	30/05/1977		Não	12/01/2004	Pós-Graduação	0	Deferido	94
3720-26-LST-PSS	HERMES APARECIDO SANTOS FONSECA	09/06/1974		Não	19/07/2005	Pós-Graduação	0	Deferido	95
3716-26-LST-PSS	GERALDO LUCAS DA SILVA NETO	29/06/1980		Não	03/07/2009	Pós-Graduação	0	Deferido	96
3891-26-LST-PSS	CAROLINA PRIMO FERNANDES PEREIRA	24/10/1988		Não	08/08/2013	Pós-Graduação	0	Deferido	97

4681-26-LST-PSS	BÁRBARA BIANCA VIANNA DE CASTRO	27/01/1991		Não	23/08/2014	Pós-Graduação	0	Deferido	98
3954-26-LST-PSS	DOGMAR UBIRAJARA PIRES	04/01/1982		Não	16/12/2016	Pós-Graduação	0	Deferido	99
3223-26-LST-PSS	DANTAS DE OLIVEIRA	18/11/1991		Não	16/12/2016	Pós-Graduação	0	Deferido	100
3415-26-LST-PSS	MARCELO JOAO FRITZ JUNIOR	10/09/1994		Não	31/01/2017	Pós-Graduação	0	Deferido	101
3133-26-LST-PSS	LORRAN RODRIGUES DE OLIVEIRA SILVA	08/12/1991		Não	29/08/2018	Pós-Graduação	0	Deferido	102
2569-26-LST-PSS	MURILLO HENRIQUE S PEDROSA	21/12/1990		Não	28/11/2018	Pós-Graduação	0	Deferido	103
4146-26-LST-PSS	MARCILENE DA SILVA PEIXOTO	08/02/1981		Não	23/04/2019	Pós-Graduação	0	Deferido	104
3703-26-LST-PSS	GILDINE GOMES DE OLIVEIRA GUEDES	23/09/1974		Não	09/03/2020	Pós-Graduação	0	Deferido	105
3377-26-LST-PSS	GREYCE KELY AMPARO	05/05/1989		Não	14/07/2020	Pós-Graduação	0	Deferido	106
3671-26-LST-PSS	SANDRO JESSE SPINDOLA FARIAS	20/04/1975		Não	16/07/2020	Pós-Graduação	0	Deferido	107
3619-26-LST-PSS	DANIELLE CINARA MAGALHAES SIRUFFO	02/06/1989		Não	25/09/2020	Pós-Graduação	0	Deferido	108
2578-26-LST-PSS	KETLY HORRANA DA SILVA	25/08/1996		Não	31/12/2020	Pós-Graduação	0	Deferido	109
3317-26-LST-PSS	YANKA IZABELA ALCANTARA EVARISTO	23/03/1996		Não	25/01/2021	Pós-Graduação	0	Deferido	110
4062-26-LST-PSS	BEATRIZ DE OLIVEIRA SANCHES	30/11/1996		Não	04/06/2021	Pós-Graduação	0	Deferido	111
2761-26-LST-PSS	VINICIUS MARLEN MOREIRA SILVA	26/09/1984		Não	07/07/2021	Pós-Graduação	0	Deferido	112
3070-26-LST-PSS	TADEU FELIPE MIGUEL RODRIGUES	28/01/1982		Não	14/07/2021	Pós-Graduação	0	Deferido	113
3557-26-LST-PSS	TATIANA FERNANDES GUIMARAES	07/05/1995		Não	05/10/2021	Pós-Graduação	0	Deferido	114
2743-26-LST-PSS	JOAO HENRIQUE DE MESQUITA FILHO	11/07/1992		Não	09/12/2022	Pós-Graduação	0	Deferido	115
4627-26-LST-PSS	JAMMERSON JUNIO DA SILVA	19/06/1984		Não	30/12/2022	Pós-Graduação	0	Deferido	116
5026-26-LST-PSS	YAGO HENRIQUE DE SOUZA BRUM	06/03/1995		Não	31/12/2022	Pós-Graduação	0	Deferido	117
3889-26-LST-PSS	BEATRIZ NUNES DE SOUZA	19/04/2000		Não	20/12/2023	Pós-Graduação	0	Deferido	118
4631-26-LST-PSS	LUIZ VICTOR RODRIGUES DE OLIVEIRA	21/12/1998		Não	02/02/2024	Pós-Graduação	0	Deferido	119
4718-26-LST-PSS	ELISA CORREA BECKER	08/04/1993		Não	15/06/2024	Pós-Graduação	0	Deferido	120
3542-26-LST-PSS	GUILHERME RIBEIRO CARDOSO	23/10/1989		Não	04/07/2024	Pós-Graduação	0	Deferido	121
4801-26-LST-PSS	GABRIELA HELENA DE PAULA SANTOS MARQUES	23/08/2001		Não	23/07/2025	Pós-Graduação	0	Deferido	122
3264-26-LST-PSS	MAURICIO GOMES	04/08/1975	4	Sim	31/12/2025	Pós-Graduação	0	Deferido	123
3201-26-LST-PSS	CHRISTIANO AUGUSTO NOGUEIRA DA SILVA	27/10/1972		Não	29/06/2000	Graduação	0	Deferido	124
4095-26-LST-PSS	ELIZANGELA ALVES DE SOUSA	15/09/1998		Não	01/06/2022	Graduação	0	Deferido	125
2716-26-LST-PSS	EMERSON DE OLIVEIRA BARROS	04/04/1959		Não	28/02/1986		0	Deferido	126
4272-26-LST-PSS	MÍRIAM MARCONDES CRUZ	24/03/1964		Não	16/12/1987		0	Deferido	127
3378-26-LST-PSS	LEILA GILMARA SANTANA DUARTE	17/12/1965		Não	17/12/1991		0	Deferido	128
4490-26-LST-PSS	ANDREA MARIA LACORTE FARIA	09/07/1967		Não	15/12/1993		0	Deferido	129
2740-26-LST-PSS	EVANDO COSTA NUNES	02/04/1973		Não	10/12/1999		0	Deferido	130
3903-26-LST-PSS	IGOR FIGUEIREDO	20/02/1989		Não	07/10/2013		0	Deferido	131
3344-26-LST-PSS	IGOR CESAR LACERDA ARANHA PEREIRA	06/12/1989		Não	19/12/2014		0	Deferido	132
4528-26-LST-PSS	VICTOR DUARTE FERREIRA	29/09/1989		Não	17/12/2015		0	Deferido	133
4965-26-LST-PSS	THIAGO MOURA DA COSTA AYRES	21/04/1994		Não	05/01/2018		0	Deferido	134
4375-26-LST-PSS	BRENO REANE DE OLIVEIRA	08/04/1993		Não	12/03/2018		0	Deferido	135
4523-26-LST-PSS	ISABELA CRISTINA DUTRA OLIVEIRA	12/06/1996		Não	24/07/2019		0	Deferido	136
4339-26-LST-PSS	FABIO ALVES PEREIRA	03/08/1982		Não	03/08/2020		0	Deferido	137
4521-26-LST-PSS	ROBERTA APARECIDA MENEZES INACIO	24/05/1991		Não	16/06/2021		0	Deferido	138
3483-26-LST-PSS	KLEISON SANTOS DE CAMPOS	01/11/1995		Não	27/08/2021		0	Deferido	139
4065-26-LST-PSS	DANIEL DE OLIVEIRA ANTÔNIO	01/04/1986		Não	10/09/2021		0	Deferido	140
2709-26-LST-PSS	JONATHAS ANDRE DE FARIA SILVA	21/11/1990		Não	17/12/2021		0	Deferido	141
3963-26-LST-PSS	RENATO ALVES LEITE JUNIOR	15/03/1995		Não	30/06/2022		0	Deferido	142
3822-26-LST-PSS	GUSTAVO DE SOUSA SIMEÃO	30/08/1998		Não	01/07/2022		0	Deferido	143
3587-26-LST-PSS	LEONARDO ALEXANDRE FERNANDES	20/07/1971		Não	12/08/2022		0	Deferido	144
3319-26-LST-PSS	EDIVALDO GALDINO DA SILVA	09/10/1983		Não	30/12/2022		0	Deferido	145
4701-26-LST-PSS	LUCAS MARTUCHELI MOREIRA	18/12/1998		Não	11/07/2023		0	Deferido	146
4947-26-LST-PSS	LUIS FERNANDO MARQUES PHILOMENO	05/07/1996		Não	01/02/2024		0	Deferido	147
3182-26-LST-PSS	FILIPE FERREIRA SILVA	12/05/1999		Não	17/09/2024		0	Deferido	148
3299-26-LST-PSS	GEYCIELLE AMARAL DE SOUZA	24/05/1994		Não	20/12/2024		0	Deferido	149
4053-26-LST-PSS	VICTOR CURVELANO LADEIRA NEVES	26/06/1997		Não	08/07/2025		0	Deferido	150
4741-26-LST-PSS	PAULO VIEIRA SECUNDINO	21/08/1963		Não	21/12/2025		0	Deferido	151
3386-26-LST-PSS	JOANA JANDIRA DINIZ COSTA	27/09/1999		Não	07/01/2026		0	Deferido	152
3205-26-LST-PSS	BRUNO ARLINDO BARBOSA DE SOUZA	25/02/1986		Não	08/01/2026		0	Deferido	153
2471-26-LST-PSS	ANA CLARA GOMES JANSSEN PANTUZA	30/06/2000		Não	02/02/2024		0	Indeferido	Desclassificado
2482-26-LST-PSS	JEAN DENER RODRIGUES SANTOS	25/10/1990		Não	31/12/2016		0	Indeferido	Desclassificado
2537-26-LST-PSS	RAFAELA KARINE SANTOS PEREIRA	21/09/1998		Não	07/03/2022		0	Indeferido	Desclassificado
2642-26-LST-PSS	PHILIPE MIGUEL GONÇALVES DE LIMA	03/02/1997		Não	31/12/2019		0	Indeferido	Desclassificado
2666-26-LST-PSS	FABIO ANTONIO SANTOS	06/03/1985		Não	06/07/2026		0	Indeferido	Desclassificado
2722-26-LST-PSS	MARIA LUIZA DE SOUZA	25/10/1987		Não	30/06/2024		0	Indeferido	Desclassificado
2827-26-LST-PSS	VINICIUS MAIA DA SILVA	08/12/1997	Desclassificado	Sim	20/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
2915-26-LST-PSS	MIRIAN LUIZA FERNANDES DA SILVA	27/11/1975		Não	15/12/2003		0	Indeferido	Desclassificado
2987-26-LST-PSS	LUIZ FERNANDO TAVARES GURGEL	19/09/1992		Não	16/04/2018		0	Indeferido	Desclassificado
2994-26-LST-PSS	WALISON DOUGLAS ALMEIDA CORDEIRO	26/11/1997		Não	01/09/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3014-26-LST-PSS	GISELE BARBOSA CABRAL	27/06/1984		Não	10/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
3015-26-LST-PSS	ALEXANDRE DOS SANTOS RODRIGUES	10/05/1965		Não	30/12/1997		0	Indeferido	Desclassificado
3016-26-LST-PSS	LAION BELTRAO ARAUJO	08/06/1989		Não	24/02/2013		0	Indeferido	Desclassificado
3034-26-LST-PSS	RAPHAEL OLIVEIRA NEVES	24/09/1990		Não	17/07/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3138-26-LST-PSS	ISABELA CRISTINA BIFANO VIEIRA	20/01/1994		Não	25/02/2018		0	Indeferido	Desclassificado
3162-26-LST-PSS	CAMILA BARCELOS DE PAULA	13/06/1998		Não	30/06/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3163-26-LST-PSS	JEFFERSON CESAR FAGUNDES DOS SANTOS	20/07/1988		Não	08/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
3164-26-LST-PSS	SANDRO PEREIRA LIMA	27/06/1975		Não	09/07/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3181-26-LST-PSS	JÚLIO CESAR MENDES FERREIRA	02/05/1977		Não	10/08/2011		0	Indeferido	Desclassificado
3213-26-LST-PSS	MÁRCIO VINÍCIUS FONSECA	25/08/1971		Não	29/11/1996		0	Indeferido	Desclassificado
3313-26-LST-PSS	WELLINGTON HAIRTON BRAGA DOS SANTOS	17/02/1995		Não	29/11/2019		0	Indeferido	Desclassificado
3385-26-LST-PSS	AILA ACACIA ALMEIDA SANTOS	07/02/1985		Não	08/07/2023		0	Indeferido	Desclassificado
3407-26-LST-PSS	GLEIDSTONE RESENDE SOARES	27/01/1977		Não	24/02/2010		0	Indeferido	Desclassificado
3418-26-LST-PSS	JOÃO VITOR SANTOS ROESNER	24/12/1986		Não	20/03/2020		0	Indeferido	Desclassificado
3429-26-LST-PSS	ROBERTO DE FREITAS SENA	24/11/1995		Não	14/12/2020		0	Indeferido	Desclassificado
3439-26-LST-PSS	PAULO VINICIUS DA CRUZ PEREIRA	30/03/1974		Não	03/12/1998		0	Indeferido	Desclassificado
3515-26-LST-PSS	VINICIUS MAIA DA SILVA	08/12/1997		Não	20/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3518-26-LST-PSS	CHRISTIAN DE SOUZA PEREIRA	30/12/1995		Não	04/03/2020		0	Indeferido	Desclassificado
3554-26-LST-PSS	ROMULO PACHECO E SILVA	17/12/1983		Não	01/07/2008		0	Indeferido	Desclassificado

3603-26-LST-PSS	ANTONIO FERREIRA	29/10/1999		Não	14/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3631-26-LST-PSS	LIDIANE ARAÚJO CASTRO	07/02/1987		Não	02/03/2023		0	Indeferido	Desclassificado
3679-26-LST-PSS	GUSTAVO HENRIQUE ALVES FONSECA	05/10/1990		Não	14/12/2017		0	Indeferido	Desclassificado
3712-26-LST-PSS	SANDRO JESSÉ SPÍNDOLA FARIAS	20/04/1975		Não	16/06/2020		0	Indeferido	Desclassificado
3786-26-LST-PSS	CELIA RODRIGUES FERREIRA	31/07/1982		Não	22/10/2025		0	Indeferido	Desclassificado
3864-26-LST-PSS	SILVIA RODRIGUES PEREIRA CAMPOS	11/11/1989		Não	10/06/2016		0	Indeferido	Desclassificado
3901-26-LST-PSS	DRIELLY PRISCILA RODRIGUES PEREIRA	01/06/1994		Não	20/11/2019		0	Indeferido	Desclassificado
3964-26-LST-PSS	JONATHAS ANDRE DE FARIA SILVA	21/11/1990		Não	17/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4285-26-LST-PSS	LUIZ CARLOS PEREIRA JUNIOR	01/11/1984		Não	03/10/2014		0	Indeferido	Desclassificado
4289-26-LST-PSS	RONALDO GONÇALVES DA SILVA	15/11/1964		Não	10/12/1996		0	Indeferido	Desclassificado
4306-26-LST-PSS	MATHEUS OLIVEIRA SANTOS	12/12/1994		Não	01/04/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4318-26-LST-PSS	ROGERIO RIBEIRO DIAS	13/05/1976		Não	03/08/2007		0	Indeferido	Desclassificado
4348-26-LST-PSS	PRISCILA BENVINDA SOUZA DE JESUS	16/10/1990		Não	01/01/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4359-26-LST-PSS	GABRIEL MATEUS SILVA LEITE	31/10/1994		Não	02/02/2017		0	Indeferido	Desclassificado
4373-26-LST-PSS	REINALDO SALIM LANA CARNEIRO	14/04/1990		Não	24/08/2017		0	Indeferido	Desclassificado
4412-26-LST-PSS	LUCAS MARIANO DA SILVA	16/02/1994		Não	11/02/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4452-26-LST-PSS	RONALDO GONÇALVES DA SILVA	15/11/1964		Não	10/12/1996		0	Indeferido	Desclassificado
4610-26-LST-PSS	MICHELLE LIMA FERREIRA	01/08/1985		Não	01/07/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4646-26-LST-PSS	1O TRAÇO ARQUITETURA	19/11/1992		Não	18/08/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4655-26-LST-PSS	STEPHANIE DA SILVA VITAL	20/07/1993		Não	01/12/2019		0	Indeferido	Desclassificado
4724-26-LST-PSS	TIAGO EUSTAQUIO DE SOUSA	05/12/1982		Não	14/04/2015		0	Indeferido	Desclassificado
4764-26-LST-PSS	MARCELO FERREIRA DE SOUZA	28/10/1975		Não	30/09/2011		0	Indeferido	Desclassificado
4786-26-LST-PSS	ROBERTO DESLANDES DE FIGUEIREDO	23/08/1969		Não	09/12/1998		0	Indeferido	Desclassificado
4789-26-LST-PSS	WELLINGTON SOARES FERREIRA	07/09/1976		Não	20/12/2005		0	Indeferido	Desclassificado
4803-26-LST-PSS	MARCUS PAULO JULIO SILVA	19/07/1995		Não	19/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4829-26-LST-PSS	LUCIANO RESENDE FERREIRA DE OLIVEIRA	24/09/1978		Não	12/12/2007		0	Indeferido	Desclassificado
4854-26-LST-PSS	PAULO AFONSO SOARES DE ALMEIDA TOCAFUNDO	04/04/1994		Não	05/04/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4886-26-LST-PSS	MATHEUS RODRIGUES DOS SANTOS	27/01/1994		Não	07/10/2019		0	Indeferido	Desclassificado
4889-26-LST-PSS	LEONARDO ALVES RIBEIRO DOS SANTOS	21/10/1998		Não	23/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4898-26-LST-PSS	IVAN MADRONA	08/02/1977		Não	29/08/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4907-26-LST-PSS	CINDY DANIELLE MARUCH ARTIAGA	16/08/1989		Não	31/07/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4914-26-LST-PSS	JEFFERSON MAGALHAES SOARES	25/12/1978		Não	22/12/2004		0	Indeferido	Desclassificado
4921-26-LST-PSS	MARIA ADRIANA ROCHA	04/03/1988		Não	20/07/2020		0	Indeferido	Desclassificado
4939-26-LST-PSS	CELINA SANTOS AQUINO	16/06/1993		Não	31/10/2016		0	Indeferido	Desclassificado
4955-26-LST-PSS	MARIANA TEIXEIRA SANCHES MAIA	31/05/1994		Não	28/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4960-26-LST-PSS	DÊNISON DE BRITO ALMEIDA	20/07/1978		Não	10/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4963-26-LST-PSS	NATALIA FIALHO RIOS	03/11/1987		Não	18/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4981-26-LST-PSS	ELVIS ALEXANDRE EMILIANO	14/05/1989		Não	16/06/2021		0	Indeferido	Desclassificado
5003-26-LST-PSS	LUIZ MARCOS COELHO DE SOUZA ARAUJO JUNIOR	07/02/1969		Não	17/03/1991		0	Indeferido	Desclassificado
5019-26-LST-PSS	GUILHERME VENANCIO BORGES ALMEIDA	03/02/1992	Desclassificado	Sim	01/08/2020		0	Indeferido	Desclassificado
5027-26-LST-PSS	ALESSANDRA GUIMARAES BARBOSA	10/07/1973		Não	29/10/2002		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:6C6302D7

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: ENGENHEIRO ELETRICISTA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
3281-26-LST-PSS	ANTONIO CARLOS RODRIGUES SALGADO	03/08/1955		Não	01/08/1979	Pós-Graduação	7798	Deferido	1
4830-26-LST-PSS	EDSON CELESTE LIMA DE OLIVEIRA	19/05/1963		Não	12/12/1985	Pós-Graduação	7397	Deferido	2
3007-26-LST-PSS	ANTÔNIO GUSTAVO ADAME RODRIGUES	14/10/1977		Não	30/06/2002		4813	Deferido	3
2792-26-LST-PSS	MÔNICA SOARES CAMPOS	27/08/1963		Não	17/07/1987	Pós-Graduação	2977	Deferido	4
3840-26-LST-PSS	MEIRELUCI ROCHA	31/08/1981		Não	29/03/2007	Pós-Graduação	2251	Deferido	5
4351-26-LST-PSS	RAFAEL JOSÉ DA PAIXÃO	01/04/1986		Não	16/03/2018	Pós-Graduação	1712	Deferido	6
4254-26-LST-PSS	YURI HAYASHI ISAYAMA	14/01/1989		Não	28/01/2011	Doutorado	1506	Deferido	7
4682-26-LST-PSS	JOB NOE DE JESUS	04/03/1995		Não	01/12/2020	Pós-Graduação	1065	Deferido	8
3127-26-LST-PSS	LUCAS GABRIEL LARA FARIA	27/07/1992		Não	15/12/2016	Pós-Graduação	968	Deferido	9
4474-26-LST-PSS	JEAN KARLOS DE SOUZA CANDEIA	19/12/1994		Não	29/09/2021	Pós-Graduação	765	Deferido	10
3647-26-LST-PSS	EDERSON LOPES GOULART	01/07/1979		Não	21/08/2017	Pós-Graduação	714	Deferido	11
3185-26-LST-PSS	MATHEUS DO VALE ARAUJO	27/08/1995		Não	11/02/2022	Pós-Graduação	710	Deferido	12
3605-26-LST-PSS	HENRIQUE FELIX DIAS DE OLIVEIRA	12/09/1988		Não	23/12/2023		579	Deferido	13
3348-26-LST-PSS	HENES ANSELMO DOS SANTOS	06/09/1977		Não	14/12/2020	Pós-Graduação	368	Deferido	14
4328-26-LST-PSS	BRUNO CRISCOLO DE ARAUJO	09/12/1989		Não	09/05/2018	Pós-Graduação	256	Deferido	15
4161-26-LST-PSS	ALINE MARIA SILVA BRUM DE PAULA	29/07/1972		Não	12/08/2024		145	Deferido	16
2923-26-LST-PSS	MARCO TULIO LIRA DE ARAÚJO FILHO	02/03/1997		Não	28/08/2022	Pós-Graduação	128	Deferido	17
2611-26-LST-PSS	MARCELO ANTONIO TEIXEIRA	30/09/1969		Não	18/12/1992	Pós-Graduação	0	Deferido	18
3774-26-LST-PSS	LUCIANO RODRIGUES MENDES	16/12/1985		Não	31/03/2017	Pós-Graduação	0	Deferido	19
4049-26-LST-PSS	JEFFERSON TEIXEIRA SANTOS	20/07/1994		Não	20/08/2019	Pós-Graduação	0	Deferido	20
3921-26-LST-PSS	THIAGO GONCALVES DE ABREU	13/01/1993		Não	12/12/2019	Pós-Graduação	0	Deferido	21
2453-26-LST-PSS	MATEUS DE SENA FLORENZANO	17/09/1990		Não	31/12/2020	Pós-Graduação	0	Deferido	22
4287-26-LST-PSS	GIOVANNI BRAGA DI BLASIO	28/04/1998		Não	23/12/2021	Pós-Graduação	0	Deferido	23
4640-26-LST-PSS	BRENO MOURA DE PAULA	01/06/1993		Não	01/06/2022	Pós-Graduação	0	Deferido	24
4761-26-LST-PSS	HERMES HENRIQUE SILVA MELO	04/08/2000		Não	29/02/2024	Pós-Graduação	0	Deferido	25
4504-26-LST-PSS	CLEYDSON FAGUNDES AGUILAR	27/04/1987		Não	28/07/2024	Pós-Graduação	0	Deferido	26

4758-26-LST-PSS	FREDERICO LUIZ GOMES RIBEIRO	07/01/1978		Não	18/04/2001		0	Deferido	27
5007-26-LST-PSS	RUBENS ALCANTARA DE SOUZA	26/05/1986		Não	19/08/2016		0	Deferido	28
3992-26-LST-PSS	GUILHERME SOARES PAES	03/11/1992		Não	02/09/2018		0	Deferido	29
2461-26-LST-PSS	VALDEMAR REGINO DE ARAUJO JUNIOR	09/08/1981		Não	10/12/2018		0	Deferido	30
2661-26-LST-PSS	BRUNA APARECIDA BOTELHO FERREIRA	12/10/1995		Não	24/02/2019		0	Deferido	31
3571-26-LST-PSS	JEAN LUCIO FERNANDES	26/10/1978		Não	31/12/2019		0	Deferido	32
3930-26-LST-PSS	MATHEUS THIAGO GONCALVES RIBEIRO	04/05/1987		Não	01/11/2020		0	Deferido	33
4260-26-LST-PSS	MARCONE DA SILVA SANTOS	23/03/1984		Não	09/07/2023		0	Deferido	34
2732-26-LST-PSS	MAURÍCIO DE MATOS COSTA	23/06/1983		Não	20/12/2023		0	Deferido	35
2928-26-LST-PSS	LUIS HENRIQUE DO ESPIRITO SANTO CORREIA	12/02/2001		Não	23/12/2023		0	Deferido	36
4057-26-LST-PSS	LEONARDO ROMÃO QUEIROZ ARAÚJO	06/11/1997		Não	25/10/2024		0	Deferido	37
5010-26-LST-PSS	ALLISON ALEANDRO COELHO SANTOS	01/12/1982		Não	18/07/2025		0	Deferido	38
4487-26-LST-PSS	TALES AUGUSTO SILVA MAIA	05/04/1991		Não	11/12/2025		0	Deferido	39
2475-26-LST-PSS	GABRIEL WENDER SERRA SEREJO	10/11/2001		Não	22/12/2025		0	Deferido	40
2854-26-LST-PSS	ARTUR COSTA GONCALVES	02/05/1994		Não	13/02/2026		0	Deferido	41
2498-26-LST-PSS	RODNEI VIEIRA COSTA	31/10/1982		Não	25/02/2013		0	Indeferido	Desclassificado
2807-26-LST-PSS	LUÍZ CLÁUDIO RODRIGUES PEREIRA	13/07/1968		Não	05/02/1994		0	Indeferido	Desclassificado
3048-26-LST-PSS	CLEFTSON BATISTA RODRIGUES	21/06/1974		Não	31/07/2019		0	Indeferido	Desclassificado
3058-26-LST-PSS	JONATAS DAVI CESAR	26/11/1992		Não	22/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3075-26-LST-PSS	POLYANNA MARA PEREIRA	22/11/1985		Não	24/02/2011		0	Indeferido	Desclassificado
3336-26-LST-PSS	BRUNO HENRIQUE SANTIAGO REIS	03/07/2000		Não	13/03/2025		0	Indeferido	Desclassificado
3441-26-LST-PSS	ROGER AUGUSTO SANTOS GONCALVES	03/10/1996		Não	03/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
3444-26-LST-PSS	SÉRGIO VINÍCIUS CAVALARI OTTOBONI	26/01/2000		Não	13/06/2025		0	Indeferido	Desclassificado
3874-26-LST-PSS	TIAGO LUIZ PINTO	11/06/1989		Não	14/09/2019		0	Indeferido	Desclassificado
3878-26-LST-PSS	CARINE EUSTAQUIO DA SILVA	19/09/1991		Não	20/03/2017		0	Indeferido	Desclassificado
4063-26-LST-PSS	LEANDRO SILAS COSTA SOARES	19/12/1996		Não	08/08/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4224-26-LST-PSS	JOAO DE PAIVA ANDRADE	11/06/1971		Não	14/12/2007		0	Indeferido	Desclassificado
4638-26-LST-PSS	SAMUEL ESTEVAO GOMES NUNES	05/06/1998		Não	30/06/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4685-26-LST-PSS	ANDRE FELIPE CARDOSO DE MELO	16/05/1984		Não	10/10/2024		0	Indeferido	Desclassificado
4887-26-LST-PSS	JOICY LEANDRO CARVALHO	28/07/1998		Não	20/07/2022		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:5450A36F

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: MÉDICO DO TRABALHO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
3948-26-LST-PSS	JAMILE SANTIAGO MOURA CARVALHO	24/12/1985		Não	19/12/2013	Pós-Graduação	4443	Deferido	1
4687-26-LST-PSS	SEMIRA BRUM RIBEIRO	30/07/1978		Não	11/12/2008	Pós-Graduação	3970	Deferido	2
4023-26-LST-PSS	MARIA LUIZA BRANDAO DE FARIA	26/02/1994		Não	02/03/2026		0	Deferido	3
2763-26-LST-PSS	JULIA GRICHTOLIK CANTAGALLI PAIVA	07/04/1996		Não	24/06/2026		0	Indeferido	Desclassificado
3765-26-LST-PSS	LARISSA OLIVEIRA DOS REIS	13/10/1985		Não	23/12/2019		0	Indeferido	Desclassificado
3922-26-LST-PSS	MARCELA MATTAR DE SA	02/01/1983		Não	11/12/2009		0	Indeferido	Desclassificado
4279-26-LST-PSS	ANA RAQUEL DE PAULA RICARTE	14/01/1992		Não	02/12/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4791-26-LST-PSS	MOARA CARVALHAES DE ALMEIDA BORGES SILVA	07/10/1998	Desclassificado	Sim	23/06/2026		0	Indeferido	Desclassificado
4936-26-LST-PSS	BERNARDO DE ALMEIDA MACHADO	14/02/1983		Não	09/07/2010		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:FA858871

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: MOTORISTA II

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
4352-26-LST-PSS	ROGER SABINO DOS SANTOS	19/12/1978		Não	22/02/2013		3864	Deferido	1
4831-26-LST-PSS	PAULO XAVIER DE OLIVEIRA	11/10/1972		Não	18/03/2019		1115	Deferido	2
2456-26-LST-PSS	CLAUDIO GERALDO ROSA	15/03/1997		Não	02/01/2015		731	Deferido	3
3747-26-LST-PSS	XEMINIA ROSARIO XAVIER	19/06/1988		Não	15/12/2006		0	Deferido	4
2996-26-LST-PSS	RICHARD POURCL RIBEIRO	04/07/1990		Não	20/08/2011		0	Deferido	5
4337-26-LST-PSS	TARCISIO ESTEVES LARA NETO	09/11/1981		Não	01/01/2017		0	Deferido	6
3420-26-LST-PSS	LUCIANO ANTONIO DA SILVA CHAGAS	13/06/1978		Não	22/12/2000		0	Indeferido	Desclassificado
4100-26-LST-PSS	RODRIGO LACERDA NETO	17/06/1960		Não	01/12/1976		0	Indeferido	Desclassificado
4299-26-LST-PSS	BRUNA MARIA FERNANDES	06/04/1984		Não	20/12/2006		0	Indeferido	Desclassificado
4969-26-LST-PSS	SIMONE APARECIDA ABREU DOLABELLA	10/05/1972		Não	30/12/1994		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:BF2DF4D6

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
4301-26-LST-PSS	FELIPE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA	08/02/1988		Não	20/12/2006		0	Deferido	1
3273-26-LST-PSS	LUIZ FELIPE COSTA CHAGAS	22/06/1985		Não	25/04/2008		0	Deferido	2
4035-26-LST-PSS	DALVAN ROCHA RIBEIRO	04/08/1989		Não	17/12/2021		0	Deferido	3

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:F3E72DCF

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
4584-26-LST-PSS	FREDINIR CARVALHO DOS SANTOS	05/09/1982	1	Sim	04/12/2019	Graduação	1677	Deferido	1
4999-26-LST-PSS	DIEGO DE OLIVEIRA FRANCA	28/01/1993		Não	30/09/2011		0	Deferido	2
3783-26-LST-PSS	HIAGO REIS MARQUES AFONSO	26/04/2002		Não	18/12/2023		0	Deferido	3
3651-26-LST-PSS	LUIZA DOMENICI RIBEIRO	10/11/1990		Não	26/01/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4040-26-LST-PSS	MARCOS ROBERTO AMARAL COSTA	31/03/1990	Desclassificado	Sim	15/03/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4043-26-LST-PSS	ALEXANDRE JOSE BORDONI DOS SANTOS	02/05/1977		Não	12/06/2026		0	Indeferido	Desclassificado
5004-26-LST-PSS	EVANDRO LUIZ ESTEVES	29/10/1971		Não	17/07/2006		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:E3D766B9

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
2672-26-LST-PSS	MATEUS MARTINS BARBOSA	18/12/1999		Não	29/12/2018		2040	Deferido	1
3736-26-LST-PSS	MATEUS PAMPOLINI COUTO	07/05/1982		Não	31/12/2002	Pós-Graduação	1657	Deferido	2
2912-26-LST-PSS	WESLEY HENRIQUE	11/08/1995		Não	20/11/2015		699	Deferido	3
3221-26-LST-PSS	IGOR GABRIEL DE SOUZA	20/05/1999		Não	15/12/2018		685	Deferido	4
3271-26-LST-PSS	LEONARDO DARK COSTA	26/12/1976		Não	15/07/2009	Graduação	640	Deferido	5
2648-26-LST-PSS	ERIC STEFANO DOS SANTOS LIMA	07/01/2002		Não	20/12/2024		571	Deferido	6
4020-26-LST-PSS	HENRIQUE SILVA OLIVEIRA	30/09/1993		Não	20/11/2015	Graduação	78	Deferido	7
3120-26-LST-PSS	MARCELO FERRAZ BARBOSA	19/09/1978		Não	31/12/1998	Pós-Graduação	0	Deferido	8
4175-26-LST-PSS	TIAGO DE FREITAS BARROSO	22/09/2000		Não	15/12/2022	Pós-Graduação	0	Deferido	9
3455-26-LST-PSS	PAMELA TALITA CARDOSO	22/12/1996		Não	06/07/2017		0	Deferido	10
2830-26-LST-PSS	LEONARDO LEONHARDT BISPO	03/06/2004		Não	16/07/2021		0	Deferido	11
4904-26-LST-PSS	FLAVIO HENRIQUE MARQUES ANTUNES	03/08/1990		Não	17/12/2021		0	Deferido	12
3849-26-LST-PSS	ADERVAL MARTINS TEIXEIRA	11/07/1983		Não	10/12/2022		0	Deferido	13
3033-26-LST-PSS	ALYNNE PAIOLLA ABDALLA VIANA	27/07/2004		Não	12/12/2022		0	Deferido	14
3767-26-LST-PSS	GABRIEL DE FREITAS FERRAZ	08/10/2003		Não	19/04/2023		0	Deferido	15
3632-26-LST-PSS	LUIZ VICTOR VIDAL SERVIO	17/12/2003		Não	19/04/2023		0	Deferido	16
4730-26-LST-PSS	LEONARDO ALVES BATISTA ARCANJO	22/07/2005		Não	21/12/2023		0	Deferido	17
3507-26-LST-PSS	GUILHERME AUGUSTO RODRIGUES DE ANDRADE	28/05/2004		Não	04/10/2024		0	Deferido	18
4932-26-LST-PSS	ANDRE LUIS DA CRUZ DA ROCHA	11/02/2007		Não	06/07/2025		0	Deferido	19
5020-26-LST-PSS	RODRIGO DOS SANTOS COSTA	02/04/2002		Não	27/11/2025		0	Deferido	20
4967-26-LST-PSS	ESTER CRISTINA	01/08/2007		Não	15/12/2025		0	Deferido	21
4668-26-LST-PSS	TAYLOR DE JESUS MIRANDA	07/12/2006		Não	17/12/2025		0	Deferido	22
3570-26-LST-PSS	MARIA CLARA FIGUEIREDO SANTOS	04/01/2007		Não	17/12/2025		0	Deferido	23
2778-26-LST-PSS	ISADORA DE PAULO SALVINO SANTOS	10/05/2008		Não	17/12/2025		0	Deferido	24
2671-26-LST-PSS	DÉBORA FONSECA CHAGAS	21/05/2008		Não	17/12/2025		0	Deferido	25
3983-26-LST-PSS	JONATAS MOURA CHAGAS	23/03/1984		Não	13/07/2026		0	Deferido	26

2479-26-LST-PSS	FELIPE MACHADO DE ASSIS	16/05/1997		Não	30/09/2017		0	Indeferido	Desclassificado
2674-26-LST-PSS	EDUARDO HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA	24/01/2006		Não	31/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
2697-26-LST-PSS	SAKURA TAMASHIRO DOROTEU ROCHA	23/09/1993	Desclassificado	Sim	20/01/2014		0	Indeferido	Desclassificado
2925-26-LST-PSS	SAMUEL HERCULANO DE SENA	14/03/1988		Não	16/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
2953-26-LST-PSS	ENDEREÇO DO USUÁRIO	07/04/2005		Não	31/12/2025		0	Indeferido	Desclassificado
3049-26-LST-PSS	JEFFERSON ALCANTARA LUZ	24/08/2002		Não	01/01/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3126-26-LST-PSS	ELIZEU PINHEIRO NUNES	25/05/1999		Não	01/01/2000		0	Indeferido	Desclassificado
3363-26-LST-PSS	DEUSVALDO JUNIOR	19/03/1981		Não	13/09/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3376-26-LST-PSS	CELSO MOREIRA DA COSTA NETO	04/05/1976		Não	01/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
3459-26-LST-PSS	IVANNA OLIVEIRA DE ALMEIDA NUNES	05/05/1994		Não	28/10/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3485-26-LST-PSS	MARIA CECÍLIA	17/01/2006		Não	31/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
3540-26-LST-PSS	LUCAS EDUARDO MARTINS ALVES	29/04/1994		Não	14/05/2008		0	Indeferido	Desclassificado
3568-26-LST-PSS	JULIO CEZAR LOPES DOS SANTOS TOMAZ	20/07/1995		Não	29/06/2026		0	Indeferido	Desclassificado
3601-26-LST-PSS	PEDRO BRAGA VASCONCELOS ARAUJO	31/10/1995		Não	31/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
3734-26-LST-PSS	JOAO PEDRO SARAIVA DE ABREU	18/08/2004		Não	15/12/2019		0	Indeferido	Desclassificado
3932-26-LST-PSS	MATHEUS FELIPE DA SILVA	16/02/2005		Não	01/07/2026		0	Indeferido	Desclassificado
3952-26-LST-PSS	CARLOS AUGUSTO	28/09/1998		Não	18/07/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4032-26-LST-PSS	SAMUEL ROBERT DELIGNE VITOR	05/10/1994		Não	22/10/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4093-26-LST-PSS	ELIZEU PINHEIRO NUNES	25/05/1999		Não	10/12/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4237-26-LST-PSS	CELSO REZENDE	24/01/1995		Não	30/01/2026		0	Indeferido	Desclassificado
4349-26-LST-PSS	EDUARDO AUGUSTO NATALINO DA CRUZ	11/03/1999		Não	16/08/2013		0	Indeferido	Desclassificado
4370-26-LST-PSS	SERGIO TEIXEIRA DE MORAIS	09/02/1976		Não	09/08/2003		0	Indeferido	Desclassificado
4434-26-LST-PSS	ARTHUR SAMUEL FERREIRA ANDRADE	16/01/2006		Não	30/11/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4483-26-LST-PSS	ARTHUR SAMUEL FERREIRA ANDRADE	16/01/2006		Não	30/11/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4553-26-LST-PSS	JONATAS MOURA CHAGAS	23/03/1984		Não	13/07/2026		0	Indeferido	Desclassificado
4579-26-LST-PSS	PEDRO ALVES	22/03/2005		Não	24/04/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4583-26-LST-PSS	PEDRO	22/03/2005		Não	25/04/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4588-26-LST-PSS	MIGUEL DOLABELLA MIRANDA	04/09/2007		Não	20/12/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4895-26-LST-PSS	GABRIEL CARLOS FREITAS LORENZIN	13/01/2003		Não	19/07/2026		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:DFD012DC

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: TÉCNICO EM TOPOGRAFIA

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
2818-26-LST-PSS	EVERTON DE MELO RAMOS	03/05/1987		Não	14/07/2020	Graduação	0	Deferido	1
4905-26-LST-PSS	RICARDO DANIEL FERREIRA CARNEIRO	29/12/1991		Não	02/10/2025		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:772C9ADB

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – CARGO: ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
3436-26-LST-PSS	LUCIANE MARIA SALLESSE DE OLIVEIRA	25/12/1974		Não	06/02/1997	Pós-Graduação	7880	Deferido	1
4897-26-LST-PSS	IVO REIS DOS SANTOS	03/11/1973		Não	09/10/2012	Mestrado	3187	Deferido	2
2587-26-LST-PSS	BRUNO JOSE BRUNELLI FAJARDO	02/12/1982		Não	14/09/2012		3156	Deferido	3
4005-26-LST-PSS	AGNALDO ALVES DA COSTA	07/02/1975		Não	22/01/2004	Pós-Graduação	3051	Deferido	4
2729-26-LST-PSS	EDILZA ANDRADE	22/03/1974		Não	10/02/2012		2715	Deferido	5
4466-26-LST-PSS	ISABELA PROCOPIO CAMILO	08/01/1982		Não	16/12/2014		2217	Deferido	6
4482-26-LST-PSS	SHIRLEY TEREZA RODRIGUES CIRIACO	26/06/1991		Não	23/08/2019		2099	Deferido	7
2711-26-LST-PSS	VANESSA LEAL SATIRO	21/01/1991		Não	28/08/2019	Pós-Graduação	1935	Deferido	8
3493-26-LST-PSS	AQUILES PEREIRA MARTINS	07/07/1979		Não	17/07/2020	Pós-Graduação	582	Deferido	9
4432-26-LST-PSS	MAIGUI MORRONE DA SILVA	29/05/1981		Não	30/06/2005		538	Deferido	10
4126-26-LST-PSS	FREDERICO PEREIRA	11/05/1977		Não	10/02/2014		455	Deferido	11
2615-26-LST-PSS	VINICIUS BRANDAO RAMOS	12/08/1996		Não	08/09/2023		344	Deferido	12
2968-26-LST-PSS	EDUARDO PEREIRA DA SILVA	24/04/1970		Não	10/12/1999	Pós-Graduação	0	Deferido	13
2689-26-LST-PSS	JAILSON ALVES DOS SANTOS	20/09/1982		Não	19/12/2014	Pós-Graduação	0	Deferido	14
4464-26-LST-PSS	HENRIQUE COSTA MELATO	11/12/1991		Não	15/05/2025	Pós-Graduação	0	Deferido	15
4404-26-LST-PSS	ANA CRISTINA RIBEIRO HENRIQUES ROCHA	04/09/1969		Não	06/11/2015		0	Deferido	16
3805-26-LST-PSS	CAROLINA APARECIDA COELHO	19/02/1983		Não	14/02/2018		0	Deferido	17
4733-26-LST-PSS	JOYCE RIBEIRO RODRIGUES	15/03/1987		Não	16/10/2020		0	Deferido	18
4136-26-LST-PSS	STEPHANE CAROLINE DE SOUZA	03/07/1991		Não	21/12/2021		0	Deferido	19
3041-26-LST-PSS	HELBERTE BRAZ SANTOS PEREIRA	01/11/1996		Não	22/10/2024		0	Deferido	20

2532-26-LST-PSS	RODNEI VIEIRA COSTA	31/10/1982		Não	25/02/2013		0	Indeferido	Desclassificado
2857-26-LST-PSS	WELLINGTON RAIMUNDO RIBEIRO	27/12/1986		Não	04/08/2017		0	Indeferido	Desclassificado
2868-26-LST-PSS	CRISTINA RAMOS SILVA	10/06/1994		Não	21/11/2023		0	Indeferido	Desclassificado
2937-26-LST-PSS	AGOSTINHO FERREIRA NÉTO NETO	20/06/1965		Não	17/02/2026		0	Indeferido	Desclassificado
3027-26-LST-PSS	EDUARDA DELGADO CAMPOS	11/03/1991		Não	18/07/2013		0	Indeferido	Desclassificado
3143-26-LST-PSS	CLEISON BATISTA RODRIGUES	21/06/1974		Não	14/09/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3158-26-LST-PSS	EMANUEL MACHADO SANTORO	23/12/1994		Não	19/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
3449-26-LST-PSS	PAULO VINICIUS DA CRUZ PEREIRA	30/03/1974		Não	19/12/2011		0	Indeferido	Desclassificado
3452-26-LST-PSS	RICARDO AUGUSTO DOS SANTOS HORTA	30/05/1992		Não	30/06/2017		0	Indeferido	Desclassificado
3453-26-LST-PSS	EDIMILSON DE ALMEIDA ALVES PEREIRA	26/06/1984		Não	12/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3460-26-LST-PSS	RICARDO AUGUSTO DOS SANTOS HORTA	30/05/1992		Não	30/06/2017		0	Indeferido	Desclassificado
3481-26-LST-PSS	JOAO MARCOS ALEXANDRE DA SILVA	01/09/1986		Não	11/12/2015		0	Indeferido	Desclassificado
3663-26-LST-PSS	LEAN CASSIO FIGUEIREDO E SOUSA	17/05/1989		Não	25/01/2013		0	Indeferido	Desclassificado
3697-26-LST-PSS	OTÁVIO CORDEIRO CAMPOS	23/08/1991		Não	04/08/2017		0	Indeferido	Desclassificado
3739-26-LST-PSS	JOAO HENRIQUE DE ALMEIDA LEITE	09/09/1989		Não	17/12/2017		0	Indeferido	Desclassificado
3804-26-LST-PSS	ANDRE GUILHERME DE PAULA SPINA	31/08/1979		Não	12/08/2013		0	Indeferido	Desclassificado
3809-26-LST-PSS	CAROLINA APARECIDA COELHO	05/02/1983		Não	06/02/2019		0	Indeferido	Desclassificado
3883-26-LST-PSS	DANILLO HORACIO GUALBERTO PEREIRA	15/06/1985		Não	22/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3895-26-LST-PSS	ALFREDO FERREIRA	17/02/1991		Não	24/02/2023		0	Indeferido	Desclassificado
3915-26-LST-PSS	FREDERICO ALVES CAETANO	16/10/1981		Não	15/01/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3919-26-LST-PSS	KENEDY PABLO RODRIGUES	13/08/1987		Não	20/05/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3943-26-LST-PSS	LEONARDO VICENTE CARDOSO	09/07/1972		Não	18/12/2008		0	Indeferido	Desclassificado
3955-26-LST-PSS	KENEDY PABLO RODRIGUIES	13/08/1987		Não	20/05/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3965-26-LST-PSS	BRUNO MOREIRA OLIVEIRA	13/05/1996	Desclassificado	Sim	01/08/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3973-26-LST-PSS	RULIANO SEBASTIAO PEREIRA	07/07/1984		Não	09/10/2024		0	Indeferido	Desclassificado
4067-26-LST-PSS	VIVIANE ABREU MENDES PEREIRA	08/02/1985		Não	28/06/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4073-26-LST-PSS	DAVID GOMES CRUZ	21/12/1991		Não	28/10/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4194-26-LST-PSS	DAVID JUNIO AZEVEDO DA SILVA	09/08/1990		Não	26/11/2015		0	Indeferido	Desclassificado
4267-26-LST-PSS	WELTON PEREIRA BARBOSA	30/12/1982		Não	30/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
4380-26-LST-PSS	JOILTON ANTONIO TEIXEIRA	08/03/1975		Não	16/12/2015		0	Indeferido	Desclassificado
4405-26-LST-PSS	FABIOLA CARVALHO DE MOURA	19/01/1992		Não	07/12/2020		0	Indeferido	Desclassificado
4477-26-LST-PSS	DEBORA PEREIRA LEMOS CURVELANO	23/11/1992		Não	29/12/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4539-26-LST-PSS	FLAVIO NUNES DA SILVA	18/08/1967		Não	07/07/2005		0	Indeferido	Desclassificado
4702-26-LST-PSS	ROMEU DE OLIVEIRA DA SILVA FILHO	02/11/1975		Não	24/07/2001		0	Indeferido	Desclassificado
4769-26-LST-PSS	DANIELE APARECIDA DIAS	01/12/1993		Não	12/07/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4825-26-LST-PSS	SIMONE CARLA DA COSTA	27/09/1977		Não	25/11/2009		0	Indeferido	Desclassificado
4912-26-LST-PSS	DIEGO FERNANDES BAZILIO DE ALMADA	16/04/1997		Não	28/04/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4931-26-LST-PSS	DEBORA MARIA DA SILVA	03/08/1989		Não	29/09/2015		0	Indeferido	Desclassificado
4961-26-LST-PSS	CRISLLEI PATRICIA CARVALHO GALDINO	15/01/1992		Não	19/01/2022		0	Indeferido	Desclassificado
5012-26-LST-PSS	ANDRÉ LUIZ MARTINS PIRES HORTA	29/08/1970		Não	21/06/2013		0	Indeferido	Desclassificado
5030-26-LST-PSS	GISLEY MARCOS DOS ANJOS	04/09/1970		Não	30/06/2012		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:8719177A

SECRETARIA DE SAÚDE
ERRATA Nº 007 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 002/2026 - SECRETARIA DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO A NECESSIDADE TEMPORÁRIA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

A Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, no uso de suas atribuições legais, informa que, em razão da nova listagem de classificação publicada pela Secretaria Municipal de Saúde em **15/09/2026**, foram efetuadas as seguintes alterações:

01ª CONVOCAÇÃO

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS,CONFORME O SUBITEM 8.8 DO EDITAL 002/2026, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.

ONDE SE LÊ:

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	LUCAS DE MORAIS BARROS	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	
2	GABRIELLY FERNANDES MACHADO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	
3	ANETE LUCIA DE OLIVEIRA MARTINS	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	
4	ENES FRANCISCO BERALDO DE QUEIROZ	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	
5	LUCIANA GRAVITO DE AZEVEDO BRANCO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	
26 (1º PCD)	ADILSON SILVA PRADO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	
1	MANUELA ALMEIDA	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	
2	DAYARA MAYRLA RODRIGUES	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	
3	ISABELA RODRIGUES OSORIO	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	
4	CRISTINA SOERMANE DA SILVA	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	
5	BATE-SEBA ANDRADE TEIXEIRA GUALBERTO	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	
6	IVETE ASSUNCAO DO NASCIMENTO	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	
7	MONIQUE GIOVANNA SILVA BERNARDO	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	
1	MARIA IVANILDE DE ANDRADE	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	28/07/2026	
1	ALEXANDRA GIORGINI	Assistente Social	28/07/2026	

LEIA-SE:

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	ALEXANDRA GIORGINI	Assistente Social	28/07/2026	
1	MARIA IVANILDE DE ANDRADE	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	28/07/2026	
1	MANUELA ALMEIDA	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	
2	DAYARA MAYRLA RODRIGUES	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	
3	ISABELA RODRIGUES OSORIO	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	
1	GABRIELLY FERNANDES MACHADO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	
2	ANETE LUCIA DE OLIVEIRA MARTINS	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	
3	ENES FRANCISCO BERALDO DE QUEIROZ	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	
4	LUCIANA GRAVITO DE AZEVEDO BRANCO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	
25 (1º PCD)	ADILSON SILVA PRADO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	
4	CRISTINA SOERMANE DA SILVA	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	
5	BATE-SEBA ANDRADE TEIXEIRA GUALBERTO	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	
6	IVETE ASSUNCAO DO NASCIMENTO	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	
7	MONIQUE GIOVANNA SILVA BERNARDO	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	

02ª CONVOCAÇÃO

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS,CONFORME O SUBITEM 8.8 DO EDITAL 002/2026, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.

ONDE SE LÊ:

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
2	MARCELO MACENA ABELHA	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	07/08/2026	
1	CARLOS JOSE ELIAS DE SA	Médico Psiquiatra ou Neurologista ou Pediatra	07/08/2026	
2	ISABELLE NEBIAS ABRANCHES BARBOSA	Médico Psiquiatra ou Neurologista ou Pediatra	07/08/2026	
1	LUDMYLA TOLLER COCCO	Médico Psiquiatra	07/08/2026	
2	LETICIA ABREU FAIOLI	Médico Psiquiatra	07/08/2026	
3	PAULA CAROLINA ANDRADE MARIANO	Médico Psiquiatra	07/08/2026	
1	CARMEM APARECIDA SILVA ALVES	Técnico de Enfermagem	07/08/2026	
2	FARLEI WENDER PATENTE	Técnico de Enfermagem	07/08/2026	
1	ANA PAULA GIL MACEDO	Terapeuta Ocupacional	07/08/2026	
2	MARGARETH LATORRE GALVES	Terapeuta Ocupacional	07/08/2026	
1	ANA BONIFÁCIO	Técnico de Enfermagem de Família e Comunidade	07/08/2026	
2	CAMILA CAMINI SOUZA	Técnico de Enfermagem de Família e Comunidade	07/08/2026	
3	CRISTIANA KWECKO LIMA	Técnico de Enfermagem de Família e Comunidade	07/08/2026	
6	MARCELA TORRES NASTA	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	07/08/2026	
7	HELOISA HELENA DUARTE SCORZA	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	07/08/2026	
65(2º PCD)	ALFONSO ENRRIQUE URBINA GUADARISMO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	07/08/2026	

LEIA-SE:

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
5	MARCELA TORRES NASTA	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	07/08/2026	
6	HELOISA HELENA DUARTE SCORZA	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	07/08/2026	
65 (2º PCD)	ALFONSO ENRRIQUE URBINA GUADARISMO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	07/08/2026	
2	MARCELO MACENA ABELHA	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	07/08/2026	
1	LUDMYLA TOLLER COCCO	Médico Psiquiatra	07/08/2026	
2	LETICIA ABREU FAIOLI	Médico Psiquiatra	07/08/2026	
3	PAULA CAROLINA ANDRADE MARIANO	Médico Psiquiatra	07/08/2026	
1	CARLOS JOSE ELIAS DE SA	Médico Psiquiatra ou Neurologista ou Pediatra	07/08/2026	
2	ISABELLE NEBIAS ABRANCHES BARBOSA	Médico Psiquiatra ou Neurologista ou Pediatra	07/08/2026	
1	CARMEM APARECIDA SILVA ALVES	Técnico de Enfermagem	07/08/2026	
2	FARLEI WENDER PATENTE	Técnico de Enfermagem	07/08/2026	
1	ANA BONIFÁCIO	Técnico de Enfermagem de Família e Comunidade	07/08/2026	
2	CAMILA CAMINI SOUZA	Técnico de Enfermagem de Família e Comunidade	07/08/2026	
3	CRISTIANA KWECKO LIMA	Técnico de Enfermagem de Família e Comunidade	07/08/2026	
1	ANA PAULA GIL MACEDO	Terapeuta Ocupacional	07/08/2026	
2	MARGARETH LATORRE GALVES	Terapeuta Ocupacional	07/08/2026	

03ª CONVOCAÇÃO

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS,CONFORME O SUBITEM 8.8 DO EDITAL 002/2026, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.

ONDE SE LÊ:

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	ELIZANGELA ALMEIDA ROCHA	Biólogo	25/08/2026	
70 (3º PCD)	JOÃO VICTOR DOS SANTOS CARDOSO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	25/08/2026	
8	TAMIRIS GARCIA VALADARES	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	25/08/2026	
3	JUSSARA SOUZA BARBOSA	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	25/08/2026	
3	RAISSA GONTIJO CABRAL DE SOUZA	Médico Psiquiatra ou Neurologista ou Pediatra	25/08/2026	
3	ALEXANDRE BARRETO RODRIGUES	Técnico de Enfermagem	25/08/2026	
4	CONCEICAO ADRIANA LEMOS ACIPRESTE	Técnico de Enfermagem de Família e Comunidade	25/08/2026	
3	MAIRE ELEN PASSOS PEREIRA	Terapeuta Ocupacional	25/08/2026	

LEIA-SE:

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
7	TAMIRIS GARCIA VALADARES	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	25/08/2026	
70 (3º PCD)	JOÃO VICTOR DOS SANTOS CARDOSO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	25/08/2026	
1	ELIZANGELA ALMEIDA ROCHA	Biólogo	25/08/2026	
3	JUSSARA SOUZA BARBOSA	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	25/08/2026	
3	RAISSA GONTIJO CABRAL DE SOUZA	Médico Psiquiatra ou Neurologista ou Pediatra	25/08/2026	
3	MAIRE ELEN PASSOS PEREIRA	Terapeuta Ocupacional	25/08/2026	
3	ALEXANDRE BARRETO RODRIGUES	Técnico de Enfermagem	25/08/2026	
4	CONCEICAO ADRIANA LEMOS ACIPRESTE	Técnico de Enfermagem de Família e Comunidade	25/08/2026	

04ª CONVOCAÇÃO

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS,CONFORME O SUBITEM 8.8 DO EDITAL 002/2026, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.

ONDE SE LÊ:

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	FABIANA DOS SANTOS TELES GOULART	Auxiliar de Saúde Bucal	10/09/2026	
2	ALEXANDRA ROCHA DA CRUZ	Auxiliar de Saúde Bucal	10/09/2026	
2	IGOR PIRES REIS	Biólogo	10/09/2026	
101(4ºPCD)	MIGUEL HENRIQUE SALOMAO DE ALMEIDA	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	10/09/2026	
4	NAJARA GARCIA CARVALHO	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	10/09/2026	
5	DAPHINE REGINA SOARES DE SOUZA CARVALHO	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	10/09/2026	
6	LIDIA DE FATIMA CUSTODIO DA SILVA	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	10/09/2026	
9	NELSON FERREIRA BATISTA	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	10/09/2026	
1	MARCIA REGINA DE MESQUITA	Psicólogo	10/09/2026	
2	KATIA APARECIDA VIEIRA LANG	Psicólogo	10/09/2026	
4	AURIA MARIA DE OLIVEIRA	Técnico de Enfermagem	10/09/2026	
5	NOEL RAFAEL JORGE	Técnico de Enfermagem	10/09/2026	

LEIA-SE:

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
8	NELSON FERREIRA BATISTA	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	10/09/2026	
101 (4º PCD)	MIGUEL HENRIQUE SALOMAO DE ALMEIDA	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	10/09/2026	
1	FABIANA DOS SANTOS TELES GOULART	Auxiliar de Saúde Bucal	10/09/2026	
2	ALEXANDRA ROCHA DA CRUZ	Auxiliar de Saúde Bucal	10/09/2026	
2	IGOR PIRES REIS	Biólogo	10/09/2026	
4	NAJARA GARCIA CARVALHO	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	10/09/2026	
5	DAPHINE REGINA SOARES DE SOUZA CARVALHO	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	10/09/2026	
6	LIDIA DE FATIMA CUSTODIO DA SILVA	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	10/09/2026	
1	MARCIA REGINA DE MESQUITA	Psicólogo	10/09/2026	
2	KATIA APARECIDA VIEIRA LANG	Psicólogo	10/09/2026	
4	AURIA MARIA DE OLIVEIRA	Técnico de Enfermagem	10/09/2026	
5	NOEL RAFAEL JORGE	Técnico de Enfermagem	10/09/2026	

01ª CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2026 – ASSINATURA DE CONTRATO

ONDE SE LÊ:

CANDIDATOS APTOS EM EXAME ADMISSIONAL				
CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	ALEXANDRA GIORGINI	Assistente Social	01/09/2026	
1	MARIA IVANILDE DE ANDRADE	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	01/09/2026	
1	MANUELA ALMEIDA	Técnico de Saúde Bucal	01/09/2026	
2	DAYARA MAYRLA RODRIGUES	Técnico de Saúde Bucal	01/09/2026	
6	IVETE ASSUNCAO DO NASCIMENTO	Técnico de Saúde Bucal	01/09/2026	
3	ANETE LUCIA DE OLIVEIRA MARTINS	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	01/09/2026	
5	LUCIANA GRAVITO DE AZEVEDO BRANCO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	01/09/2026	

LEIA-SE:

CANDIDATOS APTOS EM EXAME ADMISSIONAL				
CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	ALEXANDRA GIORGINI	Assistente Social	01/09/2026	
1	MARIA IVANILDE DE ANDRADE	Enfermeiro Supervisor da Família e Comunidade - 20H	01/09/2026	
1	MANUELA ALMEIDA	Técnico de Saúde Bucal	01/09/2026	
2	DAYARA MAYRLA RODRIGUES	Técnico de Saúde Bucal	01/09/2026	
6	IVETE ASSUNCAO DO NASCIMENTO	Técnico de Saúde Bucal	01/09/2026	
2	ANETE LUCIA DE OLIVEIRA MARTINS	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	01/09/2026	
4	LUCIANA GRAVITO DE AZEVEDO BRANCO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	01/09/2026	

02ª CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2026 – ASSINATURA DE CONTRATO

ONDE SE LÊ:

CANDIDATOS APTOS EM EXAME ADMISSIONAL				
CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	LUDMYLA TOLLER COCCO	Médico Psiquiatra	01/09/2026	

2	LETICIA ABREU FAIOLI	Médico Psiquiatra	01/09/2026	
1	CARMEM APARECIDA SILVA ALVES	Técnico de Enfermagem	01/09/2026	
1	ANA BONIFÁCIO	Técnico de Enfermagem de Família e Comunidade	01/09/2026	
2	CAMILA CAMINI SOUZA	Técnico de Enfermagem de Família e Comunidade	01/09/2026	
3	CRISTIANA KWECKO LIMA	Técnico de Enfermagem de Família e Comunidade	01/09/2026	
2	MARGARETH LATORRE GALVES	Terapeuta Ocupacional	01/09/2026	
6	MARCELA TORRES NASTA	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	01/09/2026	

LEIA-SE:

CANDIDATOS APTOS EM EXAME ADMISSIONAL				
CLASS	**NOME**	**FUNÇÃO**	**DATA DE CONVOCAÇÃO**	**OBSERVAÇÕES**
1	LUDMYLA TOLLER COCCO	Médico Psiquiatra	01/09/2026	
2	LETICIA ABREU FAIOLI	Médico Psiquiatra	01/09/2026	
1	CARMEM APARECIDA SILVA ALVES	Técnico de Enfermagem	01/09/2026	
1	ANA BONIFÁCIO	Técnico de Enfermagem de Família e Comunidade	01/09/2026	
2	CAMILA CAMINI SOUZA	Técnico de Enfermagem de Família e Comunidade	01/09/2026	
3	CRISTIANA KWECKO LIMA	Técnico de Enfermagem de Família e Comunidade	01/09/2026	
2	MARGARETH LATORRE GALVES	Terapeuta Ocupacional	01/09/2026	
5	MARCELA TORRES NASTA	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	01/09/2026	

01ª CONVOCAÇÃO - DESCLASSIFICADOS E DESISTENTES

ONDE SE LÊ:

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
3	ISABELA RODRIGUES OSORIO	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	**DESCLASSIFICADO**
4	CRISTINA SOERMANE DA SILVA	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	**DESCLASSIFICADO**
5	BATE-SEBA ANDRADE TEIXEIRA GUALBERTO	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	**DESISTENTE**
7	MONIQUE GIOVANNA SILVA BERNARDO	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	**DESISTENTE**
2	GABRIELLY FERNANDES MACHADO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	**DESCLASSIFICADO**
4	ENES FRANCISCO BERALDO DE QUEIROZ	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	**DESCLASSIFICADO**
26 (1º PCD)	ADILSON SILVA PRADO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	**DESISTENTE**

LEIA-SE:

CLASS	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
3	ISABELA RODRIGUES OSORIO	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	**DESCLASSIFICADO**
4	CRISTINA SOERMANE DA SILVA	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	**DESCLASSIFICADO**
5	BATE-SEBA ANDRADE TEIXEIRA GUALBERTO	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	**DESISTENTE**
7	MONIQUE GIOVANNA SILVA BERNARDO	Técnico de Saúde Bucal	28/07/2026	**DESISTENTE**
2	GABRIELLY FERNANDES MACHADO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	**DESCLASSIFICADO**
4	ENES FRANCISCO BERALDO DE QUEIROZ	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	**DESCLASSIFICADO**
26 (1º PCD)	ADILSON SILVA PRADO	Cirurgião Dentista de Família e Comunidade	28/07/2026	**DESISTENTE**

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:BE1F01C8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LUZ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 4.082, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO N.º 4.082, DE 11 DE SETEMBRO DE 2026

ALTERA O ANEXO II DO DECRETO N.º 3.222, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022, QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE OBRAS E SERVIÇOS EVENTUAIS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS E PATRIMÔNIOS PÚBLICOS, , para atualizar os valores unitários, ajustar os quantitativos anuais de horas e incluir categorias de serviços de ar-condicionado

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LUZ**, Estado de Minas Gerais, no exercício de suas atribuições previstas no Artigo 162, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 3.785, de 31 de março de 2025, regulamenta, no âmbito do Município de Luz, os procedimentos auxiliares previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021, inclusive a contratação paralela e não excludente prevista no art. 79, inciso I, dessa Lei, e exige a indicação, no edital de credenciamento, da tabela de preços e dos critérios de reajustamento; e
CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 3.222, de 21 de fevereiro de 2022, que instituiu o Sistema de Credenciamento de Fornecedores de Obras e Serviços Eventuais para Manutenção e Conservação dos Prédios e Patrimônios Públicos do Município de Luz, adota essa mesma hipótese de contratação e já prevê, no artigo 5º, § 5º, do Anexo I, o reajuste dos valores de remuneração, nos casos autorizados pela legislação aplicável;

CONSIDERANDO a necessidade de manter os valores de remuneração compatíveis com os preços correntes de mercado, em observância aos princípios da economicidade e da obtenção da solução mais vantajosa para a Administração, nos termos dos artigos 5º e 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

CONSIDERANDO que os valores atualmente vigentes têm como referência a Tabela SINAPI de outubro de 2021 e que a atualização ora promovida utilizará, como parâmetros oficiais, as Tabelas SETOP e SINAPI com data-base em julho de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade operacional de estender a manutenção e conservação dos prédios e patrimônios públicos aos sistemas de condicionamento de ar, justificando a inserção, no Anexo Único deste Decreto, das categorias de Técnico em Manutenção, Reposição de Peças e Conserto de Ar Condicionado e de Técnico em Limpeza e Higienização de Ar Condicionado;

CONSIDERANDO, por fim, que a definição do quantitativo de horas anuais atribuído a cada categoria constante do Anexo Único deste Decreto, incluído o incremento aplicado a categorias específicas, foi estabelecida por decisão da Administração, cabendo à respectiva Secretaria requisitante a responsabilidade pela adequação entre os quantitativos fixados e a real demanda de serviços;

DECRETA:

Art. 1º. O Anexo II do Decreto Municipal nº 3.222, de 21 de fevereiro de 2022, passa a vigorar na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º. A execução dos quantitativos de horas anuais fixados no Anexo Único deste Decreto, incluído o incremento aplicado a categorias específicas, fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, a ser verificada pelo órgão competente na forma da legislação aplicável.

Art. 3º. Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto Municipal nº 3.222, de 21 de fevereiro de 2022, não expressamente modificadas por este Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luz, 11 de setembro de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DO DECRETO N.º 4.082 DE 11 DE SETEMBRO DE 2026
A TABELA DO ANEXO II DO DECRETO N.º 3.222, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2022 PASSA A VIGORAR COM AS SEGUINTES ALTERAÇÕES:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (HORA)	N.º DE HORAS ANUAL	VALOR ESTIMADO ANUAL
1	ELETRICISTA	R$ 27,9533	8.480	R$ 237.043,98
2	AJUDANTE DE ELETRICISTA	R$ 21,1367	7.480	R$ 158.102,52
3	BOMBEIRO	R$ 27,5767	5.480	R$ 151.120,32
4	AJUDANTE DE BOMBEIRO	R$ 20,8467	5.480	R$ 114.239,92
5	PINTOR	R$ 28,3633	7.480	R$ 212.157,48
6	AJUDANTE DE PINTOR	R$ 21,7533	7.480	R$ 162.714,68
7	PEDREIRO	R$ 27,7867	8.480	R$ 235.631,22
8	AJUDANTE DE PEDREIRO	R$ 20,0033	8.480	R$ 169.627,98
9	CARPINTEIRO	R$ 28,9600	5.480	R$ 158.700,80
10	AJUDANTE DE CARPINTEIRO	R$ 21,6567	5.480	R$ 118.678,72
11	PINTOR DE PRECISÃO/DEMARCAÇÕES, LETREIROS E DESENHOS	R$ 24,9167	5.480	R$ 136.543,52
12	CALCETEIRO/CALÇAMENTO PEDRA POLIÉDRICA	R$ 17,8800	5.480	R$ 97.982,40
13	CAPINA MANUAL	R$ 20,6733	5.480	R$ 113.289,68
14	SERRALHEIRO	R$ 29,0500	5.480	R$ 159.194,00
15	MÃO-DE-OBRA MEIO-FIO CONCRETO TIPO A	R$ 27,7867	5.480	R$ 152.271,12
16	LIMPEZA DE BUEIROS	R$ 24,8733	5.480	R$ 136.305,68
17	TÉCNICO EM MANUTENÇÃO, REPOSIÇÃO DE PEÇAS E CONSERTO DE AR CONDICIONADO	R$ 128,3300	3.960	R$ 508.186,80
18	TÉCNICO EM LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO	R$ 76,6700	3.960	R$ 303.613,20
VALOR TOTAL				**R$ 3.325.404,02**

Observações:

• Quantitativos são a título estimativo e serão utilizados conforme a demanda, podendo variar para mais ou para menos.
• O valor unitário dos serviços foi fixado pela respectiva Secretaria Municipal, de acordo com as Tabelas SETOP e SINAPI de julho de 2026.

Luz, 11 de setembro de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:A712DD3A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO 198/2026 RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO DAS NEVES
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes

EDITAL DE PUBLICAÇÃO –198/2026
RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

089ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª JUNTA DE 2026

A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA DA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
QOZ9H81	09/09/2026	01/11/2025	RJ-427/2026	R100236034	INDEFERIDO
HAK9124	09/09/2026	26/11/2022	RJ-437/2026	R100001396	INDEFERIDO
HAK9124	09/09/2026	02/12/2022	RJ-436/2026	R100002548	INDEFERIDO
PWL7C34	09/09/2026	27/11/2022	RJ-435/2026	R100001793	INDEFERIDO
HHE5J99	09/09/2026	25/09/2025	RJ-433/2026	R100226065	INDEFERIDO
LLA4D46	09/09/2026	01/10/2025	RJ-432/2026	AG10217619	INDEFERIDO
QUX7619	09/09/2026	15/11/2025	RJ-431/2026	R100239681	INDEFERIDO
RNN3D25	09/09/2026	13/11/2025	RJ-430/2026	AG10224421	INDEFERIDO
QOZ9H81	09/09/2026	12/11/2025	RJ-429/2026	R100239035	INDEFERIDO
QOZ9H81	09/09/2026	02/11/2025	RJ-428/2026	R100236526	INDEFERIDO
QOW7H29	09/09/2026	30/09/2025	RJ-418/2026	R100227332	INDEFERIDO
QXE0F74	09/09/2026	30/05/2024	RJ-426/2026	R100108131	INDEFERIDO
PZA6H62	09/09/2026	08/06/2024	RJ-425/2026	R100110575	INDEFERIDO
HOB9F76	09/09/2026	01/10/2025	RJ-424/2026	AG10220536	INDEFERIDO
HMO6952	09/09/2026	26/09/2025	RJ-423/2026	R100226329	INDEFERIDO
SJH5J79	09/09/2026	19/09/2025	RJ-422/2026	R100223977	INDEFERIDO
GZD1H96	09/09/2026	27/09/2025	RJ-421/2026	AG10217911	INDEFERIDO
SSA0G98	09/09/2026	22/09/2025	RJ-420/2026	R100225167	INDEFERIDO
EME2F07	09/09/2026	04/10/2025	RJ-419/2026	R100228274	INDEFERIDO

Total de Registros: 19

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN / MG. O Recurso deverá ser protocolado na JARI/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, Rua Ari Teixeira da Costa, n° 1.100, Bairro Savassi, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CEP: 33880-630.

Presidência da JARI/RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Michele Viana de Freitas
Código Identificador:2D07AB28

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO 199/2026 RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO DAS NEVES
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes
EDITAL DE PUBLICAÇÃO –199/2026
RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

090ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª JUNTA DE 2026

A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA DA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
GHF9J75	10/09/2026	05/10/2025	RJ-447/2026	R100228593	INDEFERIDO
RUT5D45	10/09/2026	27/09/2025	RJ-458/2026	AG10217844	DEFERIDO
LTM8A30	10/09/2026	29/09/2025	RJ-457/2026	R100227085	INDEFERIDO
OWT2278	10/09/2026	21/08/2025	RJ-456/2026	R100216787	INDEFERIDO
PZG1326	10/09/2026	31/08/2025	RJ-455/2026	R100219026	INDEFERIDO
QQB2D28	10/09/2026	25/09/2025	RJ-454/2026	R100226248	INDEFERIDO
QMQ6609	10/09/2026	30/11/2022	RJ-453/2026	R100002255	INDEFERIDO
NGN1C99	10/09/2026	22/09/2025	RJ-452/2026	R100225354	INDEFERIDO
RMR0E20	10/09/2026	23/09/2025	RJ-449/2026	R100225580	INDEFERIDO
BXI4E06	10/09/2026	20/09/2025	RJ-438/2026	AG10216488	DEFERIDO
PUR5677	10/09/2026	29/09/2025	RJ-446/2026	R100227246	INDEFERIDO
PUR5677	10/09/2026	29/09/2025	RJ-445/2026	R100227265	INDEFERIDO
TEH2H27	10/09/2026	01/10/2025	RJ-444/2026	R100227355	INDEFERIDO
RFP8E76	10/09/2026	09/10/2025	RJ-443/2026	R100229720	INDEFERIDO
RMR1D65	10/09/2026	27/11/2022	RJ-442/2026	R100001638	INDEFERIDO
GXR5I37	10/09/2026	29/09/2025	RJ-441/2026	R100227086	INDEFERIDO
HMO6952	10/09/2026	26/09/2025	RJ-440/2026	R100226202	INDEFERIDO
HMO6952	10/09/2026	25/10/2025	RJ-439/2026	AG10223002	INDEFERIDO

Total de Registros: 18

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN / MG. O Recurso deverá ser protocolado na JARI/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, Rua Ari Teixeira da Costa, n° 1.100, Bairro Savassi, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CEP: 33880-630.

Presidência da JARI/RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Michele Viana de Freitas
Código Identificador:78BAFF15

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO 200/2026 RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO DAS NEVES
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes
EDITAL DE PUBLICAÇÃO –200/2026
RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

091ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª JUNTA DE 2026

A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA DA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
TYA7016	11/09/2026	07/10/2025	RJ-483/2026	R100229108	DEFERIDO
HIS1171	11/09/2026	04/10/2025	RJ-492/2026	R100228351	INDEFERIDO
HOB9F76	11/09/2026	15/10/2025	RJ-491/2026	AG10216286	INDEFERIDO
HOB9F76	11/09/2026	18/10/2025	RJ-490/2026	AG10214794	INDEFERIDO
QNM2A65	11/09/2026	19/10/2025	RJ-489/2026	AG10223224	INDEFERIDO
TEH0B34	11/09/2026	05/10/2025	RJ-488/2026	R100228849	INDEFERIDO
TEH0B34	11/09/2026	05/10/2025	RJ-487/2026	R100228798	INDEFERIDO
TEH0B34	11/09/2026	05/10/2025	RJ-486/2026	R100228446	INDEFERIDO
TYA7016	11/09/2026	13/10/2025	RJ-485/2026	R100230833	DEFERIDO
TYA7016	11/09/2026	07/10/2025	RJ-484/2026	R100229103	DEFERIDO
PXP8D80	11/09/2026	28/11/2025	RJ-474/2026	AG10229291	DEFERIDO
PUG0H30	11/09/2026	10/10/2025	RJ-482/2026	R100229844	INDEFERIDO
PWF6813	11/09/2026	24/10/2025	RJ-481/2026	AG10223322	INDEFERIDO
PWG5A23	11/09/2026	05/10/2025	RJ-480/2026	AG10217984	INDEFERIDO
LUK7D36	11/09/2026	04/10/2025	RJ-479/2026	AG10217978	INDEFERIDO
OQT7H98	11/09/2026	03/10/2025	RJ-478/2026	R100228201	INDEFERIDO
IUA1A01	11/09/2026	06/10/2025	RJ-477/2026	R100228960	INDEFERIDO
GLD6I86	11/09/2026	05/10/2025	RJ-476/2026	R100228902	INDEFERIDO
GLD6I86	11/09/2026	05/10/2025	RJ-475/2026	R100228832	INDEFERIDO

Total de Registros: 19

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN / MG. O Recurso deverá ser protocolado na JARI/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, Rua Ari Teixeira da Costa, n° 1.100, Bairro Savassi, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CEP: 33880-630.

Presidência da JARI/RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Michele Viana de Freitas
Código Identificador:79606EAB

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO 201/2026 RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO DAS NEVES
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes
EDITAL DE PUBLICAÇÃO –201/2026
RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 2ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

092ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª JUNTA DE 2026

A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA DA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
PVZ3B34	14/09/2026	28/10/2025	RJ-532/2026	AG10222398	INDEFERIDO
QOD4H94	14/09/2026	11/11/2025	RJ-542/2026	AG10224563	INDEFERIDO
SYV0H72	14/09/2026	05/11/2025	RJ-541/2026	R100237211	INDEFERIDO
RUI9A02	14/09/2026	02/11/2025	RJ-540/2026	AG10215964	INDEFERIDO
SYV0H72	14/09/2026	28/10/2025	RJ-539/2026	R100235256	INDEFERIDO
SYO1E54	14/09/2026	14/10/2025	RJ-538/2026	R100231070	INDEFERIDO
SHU4J96	14/09/2026	31/10/2025	RJ-537/2026	AG10223947	INDEFERIDO
SYJ8J84	14/09/2026	15/10/2025	RJ-535/2026	R100231425	INDEFERIDO
PZQ3D96	14/09/2026	26/10/2025	RJ-534/2026	R100234468	INDEFERIDO
PVZ3B34	14/09/2026	20/10/2025	RJ-533/2026	R100233030	INDEFERIDO
OMA3864	14/09/2026	19/10/2025	RJ-523/2026	AG10222338	INDEFERIDO
QMU9D51	14/09/2026	20/10/2025	RJ-531/2026	R100232992	INDEFERIDO
QMU9D51	14/09/2026	12/11/2025	RJ-530/2026	R100239133	INDEFERIDO
QQV5H03	14/09/2026	22/10/2025	RJ-529/2026	R100233397	INDEFERIDO
AWE1628	14/09/2026	17/10/2025	RJ-528/2026	AG10221523	INDEFERIDO
SYJ3I64	14/09/2026	25/10/2025	RJ-527/2026	AG10215140	INDEFERIDO
HKY2G92	14/09/2026	23/10/2025	RJ-526/2026	AG10221155	INDEFERIDO

SYJ3I64	14/09/2026	22/10/2025	RJ-525/2026	AG10222812	INDEFERIDO
EGV8G96	14/09/2026	19/10/2025	RJ-524/2026	AG10222355	INDEFERIDO

Total de Registros: 19

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN / MG. O Recurso deverá ser protocolado na JARI/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, Rua Ari Teixeira da Costa, n° 1.100, Bairro Savassi, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CEP: 33880-630.

Presidência da JARI/RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 14 de setembro de 2026.

Publicado por:
Michele Viana de Freitas
Código Identificador:6A5D5898

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO RIO PRETO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de confecção e impressão de materiais gráficos personalizados para atendimento de demanda da Administração Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

O Prefeito Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, MG, Sr. Dilson de Fátima Moreira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, resolve adjudicar o objeto da licitação e homologar os procedimentos realizados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, em favor do (s) licitante (s), na forma abaixo:

ADJUDICATÁRIOS:

Y&R SOLUÇÕES LTDA CNPJ: 68.903.652/0001-70

VALOR TOTAL DA PROPOSTA				**R$ 148.785,00**	
ITEM	QTDE	UNID	OBJETO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
001	200	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE ADESIVO FORMATO POR M², SUBSTRATO VINIL TRANSPARENTE, GRAMATURA 150G, CORES 4X0 (ARTE A DEFINIR) COBERTURA SEM VERNIZ, ACABAMENTO MEIO CORTE PERSONALIZADO..	108,00	21.600,00
002	50	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE ADESIVO PERFURADO VIDRO TRASEIRO CARRO. FORMATO 400 X 800MM, SUBSTRATO VINIL PERFURADO, GRAMATURA 150G, CORES 4X0, COBERTURA SEM VERNIZ, ACABAMENTO REFILE.	122,00	6.100,00
003	200	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE ADESIVO PARA CARRO, FORMATO POR METRO QUADRADO. ADESIVO CONFECCIONADO EM VINIL AUTOMOTIVO RECORTADO EM PLOTTER DE ALTA PRECISÃO, CORES 4X0 (ARTE A DEFINIR) COM INSTALAÇÃO	184,00	36.800,00
010	20	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE BACKDROP ALTURA 2M, LARGURA 3M, CORES 4X0 (ARTE A DEFINIR), IMPRESSÃO DIGITAL EM LONA FOSCA ANTI-REFLEXO EM ALTA RESOLUÇÃO, ACABAMENTO COM ILHÓS A CADA 20CM E REFORÇO NA BAINHA.	845,00	16.900,00
011	50	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSAO DE BANNER EM LONA, COLORIDO, TAMANHO 1,20MX0.80M. (ARTE A DEFINIR)..	133,00	6.650,00
046	50	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE MEDALHA DE METAL FEITA EM ZAMAQ (LIGA DE ZINCO, ALUMÍNIO, COBRE E MAGNÉSIO) FORMATO REDONDO TAMANHO 5.8X5.8CM ESPESSURA 04MM COM 01CM DE CIRCUNFERÊNCIA QUE SERÁ FUNDIDO EM ALTO E BAIXO RELEVO O NOME DO MUNICÍPIO (SINOP) RESINADO COM TINTA EPOX E UMA CIRCUNFERÊNCIA DE 3.8CM QUE SERÁ PERSONALIZADO E RESINADO COM O NOME DO EVENTO E MODALIDADE. PASSADOR DE FITA E FITA DE CETIM BANHADA NAS CORES OURO, PRATA E BRONZE INDEPENDENTES DE QUANTIDADES.	41,50	2.075,00
049	100	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PLACA DE IDENTIFICAÇÃO 8CMX30CM CONFECCIONADA EM ADESIVO DE RECARTE, VINIL PREMIUM ALLTAK, 3 CAMADAS, ACRÍLICO PERMANENTE 20G/M, PVC CALANDRADO PAPEL COUCHÊ SILICONIZADO, OS ALUMINIZADO.	38,00	3.800
051	30	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PLACA PSAI ALUMINIZADA ADESIVADA. 4MM, 30X8CM, FUNDO ALUMINIZADO, IMPRESSÃO DIGITAL.	192,00	5.760,00
052	15	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PLACA EM AÇO INOX PRATA. COM GRAVAÇÕES EM ALTO RELEVO COM PINTURA AUTOMOTIVA TAMANHO 60 X 80CM COM GRAVAÇÕES EM RELEVO E MOLDURAL DE VIDRO BISOTADO E TEMPERADO COM ESPAÇADORES DE PAREDE PARA FIXAÇÃO. INCLUSO ARTE.	2.399,00	35.985,00
064	25	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE TROFÉU EM ACRILICO 05MM TAMANHO 30CM. PERSONAZILADO COM CORTE ESPECIAL IMPRESSÃO EM PAPEL FOTOGRÁFICO E RESINADO COM RESINA ACRÍLICA. BASE DE ACRÍLICO 10MM DUPLO PRETO. DETALHE COM BARRA DE METAL 20MM FIXADA NA BASE. OS TROFÉUS SERÃO TODOS PERSONALIZADOS POR EVENTOS E MODALIDADES, INDEPENDENTE DE QUANTIDADE, CONFORME SOLICITAÇÃO.	165,00	4.125,00
067	20	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE TROFÉU, EM ACRÍLICO DE 05MM RECORTADO TAMANHO 20X20CM. COM A BASE DE 195X5CM EM ACRÍLICO 10MM FIXADO COM 2 PEÇAS EM ZAMAQ, ARTE EM PAPEL FOTOGRÁFICO COM RESINA ACRÍLICA PARA PROTEÇÃO. OS TROFÉUS SERÃO TODOS PERSONALIZADOS POR EVENTOS E MODALIDADES, INDEPENDENTE DE QUANTIDADE, CONFORME AS SOLICITAÇÃO.	128,00	2560,00
071	M²	10	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE LETRAS EM ACRÍLICO 5MM PRODUZIDO PELA EMPRESA.	643,00	6.430,00

GRAFICA SANTA RITA DE CORAÇÃO DE JESUS LTDA CNPJ: 05.562.748/0001-00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA				**R$ 70.020,00**	
ITEM	QTDE	UNID	OBJETO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
004	1000	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE ADESIVOS PARA CADERNOS TAMANHO 140MMX 202MM.	4,40	4.400,00
005	50	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE ATESTADO MÉDICO. AP 56G/M, BLOCO COM 100 FOLHAS EM 01 VIA, TAMANHO 21CM X 15CM.	10,00	500,00

006	30	UNID	SERVICOS DE ENCADERNAÇÃO DE ATOS E DOCUMENTOS OFICIAIS ATE 100 PAGINAS.	30,00	900,00
007	500	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE FICHA DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR. AP 180G A4, FRENTE E VERSO.	1,90	950,00
009	500	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE BOLETIM ESCOLAR, EM PAPEL CARTOLINA NA COR BRANCO, MEDINDO 21CM X 29CM.	1,60	800,00
012	50	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇAO DE CARIMBO AUTOENTINTADO L20.	53,00	2650,00
013	50	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇAO DE CARIMBO AUTOENTINTADO L30.	59,50	2.975,00
015	100	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE CARTÃO DE CONTROLE DE HIPERTENSÃO 24X16CM, AP 60. FRENTE E VERSO.	1,80	180,00
017	1000	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE CERTIFICADOS/DIPLOMAS, A4 210X297MM, EM PAPEL VERGÊ. CORES 4X0 (IMPRESSO APENAS FRENTE) ARTE A DEFINIR.	3,40	3.400,00
019	5	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE CADASTRO INDIVIDUAL. AP75 A4, 01 VIA FRENTE E VERSO BLOCO CONTENDO 100 UNIDADES.	36,00	180,00
021	200	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE CARTÃO PARA SOLICITAÇÃO DE ANTICONCEPCIONAL, CONFECCIONADO EM PAPEL CARTOLINA MEDINDO 23CM DE LARGURA X 14CM DE ALTURA, FRENTE E VERSO, CORES DIVERSAS.	1,80	360,00
023	600	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CRACHÁ PVC PERSONALIZADO. CONFECCIONADO EM MATERIAL PVC 0,5MM CRISTAL, CORES 4X0 (ARTE A DEFINIR), ACABAMENTO EM VERNIZ CRISTAL FRENTE E VERSO, TAMANHO 8,5CM X 5,4CM, IMPRESSÃO DIGITAL, TAMANHO COM SANGRA 6X9,1CM, ACABAMENTO INCLUSO FURO PARA PRESILHA, INCLUSO CORDÃO PERSONALIZADO DE 15MM.COM PRESILHA JACARÉ.	29,50	17.700,00
025	300	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE CARTAZ COLORIDO A2. EM PAPEL COUCHÊ BRILHO 90G, TAMANHO ABERTO 42CM X 60CM, ACABAMENTO CORTE RETO. 4X0 CORES (ARTE A DEFINIR).	300	3.000,00
027	600	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE CERTIFICADOS/DIPLOMAS. A5 150X210MM, EM PAPEL VERGÊ, CORES 4X0 (IMPRESSO APENAS FRENTE), ARTE A DEFINIR.	2,90	1.740,00
029	5	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE FICHA DE CHAMADA NUTRICIONAL. AP 75 A4, 1 VIA, BLOCO COM 100 FOLHAS, IMPRESSÃO DIGITAL.	37.50	187.50
031	10	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE FICHA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO INDIVIDUAL. AP75 A4, FRENTE E VERSO, 1 VIA, BLOCO COM 100 UNIDADES.	21.00	210,00
033	60	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE FICHA DE CONTROLE MÉDICO INDIVIDUAL. AP 75 A4, FRENTE E VERSO, 01 VIA, BLOCO COM 100 UNIDADES.	21,50	1.290,00
035	30	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE FICHA DE CONTROLE MÉDICO INDIVIDUAL. AP 75 A4, FRENTE E VERSO, 01 VIA, BLOCO COM 100 UNIDADES.	21,50	645,00
037	5	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSAO DE FICHA DE CADASTRO DOMICILIAR E TERRITORIAL. AP 75 A4, FRENTE E VERSO 1 VIA, BLOCO COM 100 UNIDADES	36,00	180,00
039	5	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSAO DE FICHA DE CADASTRO DOMICILIAR E TERRITORIAL. AP 75 A4, FRENTE E VERSO 1 VIA, BLOCO COM 100 UNIDADES	36,50	182,50
041	300	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE HIPERTENSOS. AP 180 A4, FRENTE E VERSO.	1,80	540,00
043	50	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSAO DE FICHA DE PRESCRIÇÃO MEDICA. AP 75 A4, 01 VIA, BLOCO COM 100 UNIDADES.	21,50	1075,00
045	2000	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSAO DE FOLDER A4 4X4 CORES. EM PAPEL COUCHE, 150 GRAMAS, 2 DOBRAS.	1,35	2.700,00
047	50	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE MEDALHA EM ZAMAQ (LIGA DE ZINCO, ALUMÍNIO, COBRE E MAGNÉSIO) REDONDA NO TAMANHO DE 7,5CM DE CIRCUNFERÊNCIA COM PASSADOR DE FITA E COM FITA, COM 2CM DE BAIXO RELEVO COM DECORAÇÃO EM FOLHAS NA BORDA, ARTE DA MEDALHA EM PAPEL FOTOGRÁFICO MEDINDO 3,7CM DE CIRCUNFERÊNCIA COBERTURA EM RESINA. AS MEDALHAS SERÃO TODAS PERSONALIZADAS POR EVENTO E MODALIDADES E INDEPENDENTE DA QUANTIDADE POR EVENTO SENDO CONFORME SOLICITAÇÕES 1º LUGAR EM OURO, 2º LUGAR EM PRATA, 3º LUGAR EM BRONZE.	47,00	2.350,00
048	50	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE MEDALHA EM ZAMAQ (LIGA DE ZINCO, ALUMÍNIO, COBRE E MAGNÉSIO) REDONDA NO TAMANHO DE 48CM DE CIRCUNFERÊNCIA COM PASSADOR DE FITA E COM FITA, COM 2CM DE BAIXO RELEVO COM DECORAÇÃO EM FOLHAS NA BORDA, ARTE DA MEDALHA EM PAPEL FOTOGRÁFICO MEDINDO 3,3CM DE CIRCUNFERÊNCIA COBERTURA EM RESINA. AS MEDALHAS SERÃO TODAS PERSONALIZADAS POR EVENTO E MODALIDADES E INDEPENDENTE DA QUANTIDADE POR EVENTO SENDO CONFORME SOLICITAÇÕES 1º LUGAR EM OURO, 2º LUGAR EM PRATA, 3º LUGAR EM BRONZE.	47,50	2.375,00
050	100	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PLACA DE ACRÍLICO TIPO CALENDÁRIO PARA MESA E OU ESTANTE. TAMANHO 9 X 7CM, MATERIAL MANTA MAGNÉTICA, IMAGEM APLICAÇÃO DE MATERIAL COM IMPRESSÃO DE ALTA QUALIDADE 4X0 CORES, IMÃ INTEIRO NA PARTE DE TRÁS, (ARTE A DEFINIR).	19,50	1.950,00
053	5000	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE PANFLETOS COLORIDO, 15CMX21 CM, EM PAPEL COUCHE, 4X4.	0,50	2.500,00
055	10	UNID	SERVIÇO DE PLOTAGEM A3.	44,90	449,00
057	10	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSAO DE REQUISIÇAO DE RESULTADO DE EXAME HEMATOLOGICO. AP 56G, TAMANHO 21,5CM X 14,5CM, BLOCO DE 100 FOLHAS, 1 VIA.	13,00	130,00
059	1000	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE REVISTAS 4X4 POLICROMIA COM GRAMPO. EM PAPEL AP 90G, FORMATO A4, CONTENDO 24 PÁGINAS, COM CAPA E CONTRA CAPA.	9,00	9.000,00
061	50	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSAO DE REQUISIÇÃO DE MATERIAL INTERNO. AP 56G, TAMANHO 20CM X 16CM, BLOCO 50 X 2 AP JORNAL.	10,00	500,00
063	20	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSAO DE RECEITA AZUL B SB24 F24 PRETO, BLOCO COM 50 UNIDADES.	18,00	360,00
065	25	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE TROFÉU EM ACRÍLICO DE 05MM RECORTADO TAMANHO 25X25CM. COM A BASE DE 24X6CM EM ACRÍLICO 10MM FIXADO COM 2 PEÇAS EM ZAMAQ ARTE EM PAPEL FOTOGRÁFICO COM RESINA ACRÍLICA PARA PROTEÇÃO. OS TROFÉUS SERÃO TODOS PERSONALIZADOS POR EVENTOS E MODALIDADES, INDEPENDENTE DE QUANTIDADE, CONFORME SOLICITAÇÃO.	143,00	3.575,00
069	2	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE LAUDO DE REFERÊNCIA, AP 75G/M A4. BLOCO 100 UNIDADES, 1 VIA	43,00	86,00

EMBACOM LTDA CNPJ: 47.156.456/001-09					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA				**R$ 79.769,05**	
ITEM	QTDE	UNID	OBJETO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
008	2000	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE BOTONS PERSONALIZADOS. BOTONS ADESIVOS, TIPO AMERICANO. REDONDOS, TAMANHO APROXIMADOS DE 6,5CM DE DIAMETRO 4X0 CORES (COLORIDO APENAS FRENTE) ARTE A DEFINIR	10,85	5425,00
014	500	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CHAVEIRO, TAMANHO 4CMX5CM. CONFECCIONADO EM METAL INOXIDÁVEL, COM ARTE LITOGRAFADA COLORIDA EM UMA FACE, PARA USO DIÁRIO, (ARTE A DEFINIR).	10.85	5.425,00
016	1000	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE CARTÃO DE CONTROLE DE HIPERTENSÃO 24X16CM, AP 60. FRENTE E VERSO.	1,15	1.150,00
018	500	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CANECA PLÁSTICA PERSONALIZADA 300ML COM ALÇA. PAREDE DE ESPESSURA 25MM PRODUZIDA COM POLIPROPILENO VIRGEM ATÓXICO, RESISTENTE A 100 GRAUS.	13,75	6.875,00
020	3000	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSAO DE CARTAO DE MEDICAMENTO F8, CONFECCIONADO EM CARTOLINA. FRENTE E VERSO, CORES DIVERSAS.	1,35	4050,00
022	500	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSAO DE CARTAZES COLORIDOS, TAMANHO A3, EM PAPEL COUCHE 150G.	9,90	4.950,00
024	1000	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CONVITES COMUNS. DIMENSÕES 15,5CM X 21,5CM FECHADO E 31CM X 21,5CM ABERTO, CONFECCIONADO EM PAPEL ASPEN BRILHANTE DE 250 GRAMAS, IMPRESSÃO DIGITAL, CORES 4X0 (ARTE A DEFINIR).	4,15	4.150,00
026	1000	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE CONVITE INDIVIDUAL. CONFECCIONADO EM PAPEL COUCHÊ	0,60	600,00

			TAMANHO 5,5CM X 3,5CM, CORES 4X0, (ARTE A DEFINIR).		
028	15	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO EM CONSULTA MÉDICA. AP 56G/M, BLOCO COM 100 FOLHAS EM 01 VIA, TAMANHO 21CM X 15CM.	13,95	209,25
030	1	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE FICHA DE CONTROLE PARA CHAGAS, AP75 A4, 1 VIA. BLOCO 50 FOLHAS.	49,80	49,80
032	300	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE FICHA CLINICA DE FISIOTERAPIA, AP 60, FRENTE E VERSO. 24CMX15CM.	2,15	645,00
034	10	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE FICHA DE PRONTUÁRIO SAÚDE BUCAL. AP75 A4, FRENTE E VERSO, 1 VIA, BLOCO COM 100 UNIDADES.	22,90	229,00
036	10	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE FICHA DA MULHER, AP 75 A4, 1 VIA, BLOCO 100 UNIDADES.	22,90	229,90
038	3000	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE FICHA DE EVOLUÇÃO DE PACIENTE PRONTUÁRIO AP75 A4.	0,23	690,00
040	20	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSAO DE FICHA DE VISITA DOMICILIAR E TERRITORIAL. AP 75 A4, FRENTE E VERSO, EM 01 VIA, BLOCO COM 100 UNIDADES.	20	17,90
042	5	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE FICHA DE ATENDIMENTO A GESTANTES. AP75 A4, 1 VIA, BLOCO COM 100 FOLHAS.	36,40	182,00
044	3000	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSAO DE FOLDER A4 4X1 CORES, EM PAPEL COUCHE 150 GRAMAS. DUAS DOBRAS.	1,35	4.050,00
054	10	UNID	SERVIÇO DE PLOTAGEM A1.	83,90	839,00
056	50	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSAO DE REQUISIÇÃO DE EXAMES TAMANHO 21CM X 15CM. BLOCO COM 100 FOLHAS, EM 01 VIA.	9,45	472,50
058	3000	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE REVISTAS 4X4 POLICROMIA SEM GRAMPO. EM PAPEL AP 90G, FORMATO A4, CONTENDO 24 PÁGINAS, COM CAPA E CONTRA CAPA.	3000	8,95
060	500	BLOCO	SERVIÇO DE IMPRESSAO DE RECEITUARIO MEDICO. AP 56G, TAMANHO 21CM X 15CM. BLOCO COM 100 FOLHAS, EM 01 VIA.	8,85	4425,00
062	500	UNID	SERVIÇO DE IMPRESSAO DE FICHA DE REGISTRO DE EMPREGADO. EM PAPEL COLOR SET 120G A4, FRENTE E VERSO.	2,75	1375,00
066	20	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO TROFEU EM ACRILICO 05MM TAMANHO 25CM. PERSONALIZADO COM CORTE ESPECIAL IMPRESSÃO EM PAPEL FOTO GRÁFICO E RESINADO COM RESINA ACRÍLICA. BASE DE ACRÍLICO 10MM DUPLO PRETO. DETALHE COM BARRA DE METAL 20MM FIXADA NA BASE. OS TROFÉUS SERÃO TODOS PERSONALIZADOS POR EVENTOS E MODALIDADES, INDEPENDENTE DE QUANTIDADE, CONFORME SOLICITAÇÃO.	142,90	2.858,00
068	25	UNID	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE TROFÉU EM ACRÍLICO DE 05MM RECORTADO TAMANHO 30X30CM. COM A BASE DE 28X7CM EM ACRÍLICO 10MM FIXADO COM 2 PEÇAS EM ZAMAQ, ARTE EM PAPEL FOTOGRÁFICO COM RESINA ACRÍLICA PARA PROTEÇÃO. OS TROFÉUS SERÃO TODOS PERSONALIZADOS POR EVENTOS E MODALIDADES, INDEPENDENTE DE QUANTIDADE, CONFORME AS SOLICITAÇÃO.	155,90	3.897,50
070	5	UNID	SERVIÇO DE CRIAÇÃO E PRODUÇÃO DE CARTAZES PARA OUTDOOR, COLORIDOS. 100 POR CENTO DIGITAL, MEDINDO 3X6M.	622,00	3110,00

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto, 14 de setembro de 2026.

DILSON DE FÁTIMA MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gleisimara Helida Lopes França
Código Identificador:A520ECF0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GOTARDO

SETOR DE CONVÊNIOS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022)

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (LEI Nº 14.399/2022)

Olá, agentes culturais do Município de São Gotardo!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste chamamento público. Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura.
Desejamos sucesso!

1. POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A Política Nacional Aldir Blanc objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da Política Nacional Aldir Blanc foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do Município de São Gotardo.
Deste modo, a Gestão Municipal torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc, na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN de Ações Afirmativas e Acessibilidade da Política Nacional Aldir Blanc).

2. INFORMAÇÕES GERAIS
2.1 Objeto do edital

O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de São Gotardo.

2.2 Quantidade de projetos selecionados

Serão selecionados 05 projetos.

Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da Política Nacional Aldir Blanc oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

2.3 Valor total do edital

Cada projeto receberá o valor descrito no Anexo I. O valor total deste edital é de R$ 50.000,00

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Finalidade: termo de execução cultural (doação mediante realização de atividade, como encargo) visando ao financiamento de projetos de OSCs com relevantes ações de preservação e valorização da cultura local.

13.392.0109.2173 Apoio as Atividades Artísticas e Culturais 33.50.41.00 283 Contribuições 1.719.000 Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura

Sobre o valor total repassado pelo Município de São Gotardo ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.

O valor previsto neste edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.

2.4 Prazo de inscrição

De 17 horas do dia 09/09/2026 até às 17 horas do dia 05/10/2026.

As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

Etapa	Período / Data Limite
Publicação do Edital	16/09/2026

Período de Inscrições	16/09/2026 (17h) a 16/10/2026 (17h)
Análise de Mérito Cultural (Seleção)	19/10/2026 a 26/10/2026
Publicação do Resultado Preliminar da Seleção	27/10/2026
Prazo para Recursos da Etapa de Seleção	27/10/2026 a 30/10/2026 (3 dias úteis)
Prazo para Contrarrazões da Seleção	03/11/2026 a 04/11/2026 (2 dias úteis)
Publicação do Resultado Final da Seleção	05/11/2026
Envio da Documentação de Habilitação	06/11/2026 a 12/11/2026 (5 dias úteis)
Publicação do Resultado Preliminar de Habilitação	13/11/2026
Prazo para Recurso da Habilitação	16/11/2026 a 18/11/2026 (3 dias úteis)
Resultado Final e Homologação	19/11/2026
Assinatura do Termo de Execução e Repasse	A partir de 20/11/2026

2.5 Quem pode participar

Pode se inscrever no Edital qualquer agente cultural que atua ou reside no Município de São Gotardo há pelo menos 12 (doze) meses.

Agente Cultural é toda pessoa ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, como artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

O agente cultural pode ser:

I - Microempreendedor Individual (MEI);

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos (Ex.: empresa de pequeno porte, empresa de grande porte, etc)

III - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc)

IV - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VII.

2.6 Quem NÃO

pode participar Pessoas físicas.

Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:

I - tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;

II - sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

Atenção! O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 2.6.

Atenção! Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.

Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2.7 Quantos projetos cada agente cultural pode apresentar neste edital

Cada agente cultural poderá concorrer neste edital com, no máximo 01 (um) projeto e poderá ser contemplado com no máximo 01 (um) termo.

3. ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:

● **Inscrições –** etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais

● **Seleção –** etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos

● **Habilitação –** etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação

● **Assinatura do Termo de Execução Cultural** – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

4. INSCRIÇÕES

O agente cultural deve encaminhar por meio do Formulário:

Formulário de inscrição disponível em:

https://forms.gle/i9KcsivXrzN64sqn6
Contato para informações cultura@saogotardo.mg.gov.br a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II)
b) Plano de Trabalho (projeto), conforme Anexo III;
c) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o projeto será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
d) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
e) Declaração de representação, se for concorrer como um coletivo sem CNPJ; e
f) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
O agente cultural deve encaminhar por meio do formulário a seguinte documentação:
a. O preenchimento do próprio formulário, cujo modelo se encontra no anexo II, para que os participantes tenham conhecimento de quais informações serão necessárias antes mesmo de preencher o formulário;
b. Documentos específicos relacionados aos requisitos específicos da categoria de bolsa em que o projeto será inscrito, quando houver;
c. Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
d. Ato constitutivo (estatuto social) e ata de eleição da diretoria em exercício, que comprovem a natureza de pessoa jurídica sem fins lucrativos e a representação legal do signatário da inscrição;
Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.
O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

Atenção! O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

5. COTAS
5.1 Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
a) pessoas negras (pretas e pardas);
b) pessoas indígenas;
c) pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I. Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.
5.2 Concorrência concomitante
Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

5.3 Desistência do optante pela cota
Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

5.4 Remanejamento das cotas

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.
5.5 Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos
As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
II - pessoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
IV - outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.
As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VIII e Anexo IX.

6. COMO ELABORAR O PROJETO (PLANO DE TRABALHO)
6.1 Preenchimento do modelo
O agente cultural deve preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição, documento que contém a ficha de inscrição, e o Anexo III - Plano de Trabalho, documento que contém a descrição do projeto e a planilha orçamentária.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o Município de São Gotardo de qualquer responsabilidade civil ou penal.

6.2 Previsão de execução do projeto

Os projetos apresentados deverão ser executados até 12 meses após a assinatura.

6.3 Custos do projeto
O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo III indicando os custos do projeto, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.

Atenção! O projeto poderá apresentar valores divergentes das práticas de mercado convencionais na hipótese de haver significativa excepcionalidade no contexto de sua implementação, consideradas variáveis territoriais e geográficas e situações específicas, como a de povos indígenas, ribeirinhos, atingidos por barragens e comunidades quilombolas e tradicionais.
Atenção! O valor solicitado não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.
Atenção! O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal, patrocínio direto privado, e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item de despesa.
Atenção! Em caso de cobrança de ingresso ou venda de produtos, os recursos provenientes deverão ser revertidos ao próprio projeto, devendo ser apresentada na planilha orçamentária a previsão de arrecadação, juntamente com a relação de quais itens serão custeados com esse recurso.

6.4 Recursos de acessibilidade
Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as suas caractetísticas, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

7. ETAPA DE SELEÇÃO
7.1 Quem analisa os projetos
Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata.

7.2 Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Atenção! Os parentes de que trata o item III são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.

7.3 Análise do mérito cultural
Os membros da comissão de seleção farão a análise de mérito cultural dos projetos.

Entende-se por “Análise de mérito cultural" a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo IV deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada projeto, e de seus impactos e relevância em relação a outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.
7.4 Análise da planilha orçamentária
Os membros da comissão de seleção vão avaliar se os valores informados pelo agente cultural são compatíveis com os preços praticados no mercado.
Os membros da comissão de seleção podem realizar a análise comparando os valores apresentados pelo agente cultural com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

7.5 Valores incompatíveis com o mercado
Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.6.

7.6 Recurso da etapa de seleção
O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do Município de São Gotardo.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado a Comissão de Avaliação que deve ser apresentado por meio do canal de comunicação contido no resumo deste
edital, no prazo de até 03 dias úteis, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação. Havendo apresentação de recurso, será concedido aos demais interessados o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de contrarrazões, pelo mesmo meio de comunicação indicado no item 1 — Resumo deste Edital, em conformidade com o inciso III do art. 9º da Lei nº 14.903/2024. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados. Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no site oficial do município Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no site oficial do município.

8. REMANEJAMENTO DE VAGAS
Caso alguma categoria não tenha todas as vagas preenchidas, os recursos que seriam inicialmente desta categoria poderão ser remanejados para outra, conforme as seguintes regras:
1. A distribuição das 5 (cinco) vagas deste Edital observa os percentuais mínimos legais e resulta na seguinte reserva: 2 (duas) vagas de ampla concorrência, 2 (duas) vagas para pessoas negras (pretas ou pardas), 1 (uma) vaga para pessoas indígenas e, em razão da impossibilidade matemática de fracionamento do termo, nenhuma vaga inicialmente reservada a pessoas com deficiência.
2. A ausência de reserva específica não impede que Organizações da Sociedade Civil que se enquadrem no perfil de pessoas com deficiência concorram, em igualdade de condições, às vagas de ampla concorrência e às demais vagas remanejadas na forma deste item.
3. Não havendo projetos aptos em número suficiente para o preenchimento de vaga reservada a determinada cota, o remanejamento observará, sucessivamente, a seguinte ordem:
4. I — a vaga não preenchida será destinada à outra modalidade de cota deste Edital que possua agente cultural cotista classificado e ainda não contemplado, observada, entre as cotas remanescentes, a ordem decrescente de nota final e, em caso de igualdade, a ordem de percentual legal de reserva (pessoas negras, pessoas indígenas e pessoas com deficiência, nesta ordem);
5. II — inexistindo agente cultural cotista classificado em qualquer modalidade de cota, a vaga será destinada à ampla concorrência, sendo convocado o próximo projeto classificado na lista geral, observada estritamente a ordem decrescente de nota final;
6. III — inexistindo projeto apto em número suficiente na ampla concorrência, os recursos correspondentes poderão ser destinados a outro edital ou ação de fomento executada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc, mediante decisão fundamentada da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, publicada no sítio oficial do Município.

7. Em nenhuma hipótese a vaga reservada permanecerá vaga ou terá sua execução suspensa por ausência de inscritos cotistas.
8. O remanejamento de que trata este item será registrado em ata da Comissão de Seleção, com indicação expressa da vaga de origem, da hipótese aplicada e do projeto contemplado, e será publicado juntamente com o resultado final da etapa de seleção, para fins de transparência e controle.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da Política Nacional Aldir Blanc.

9. **ETAPA DE HABILITACÃO**
Documentos necessários
O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de 05 dias úteis após a publicação do resultado final de seleção, os seguintes documentos:
Se o agente cultural for **pessoa jurídica**:
I - inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
IV - certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - certidões negativas de débitos estaduais e municipais;
VII - certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
Se o agente cultural for **grupo ou coletivo sem personalidade jurídica (sem CNPJ):**
I – documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União em nome do representante do grupo;

II - certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais;
IV - certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho em nome do representante do grupo;
V - comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural, em nome do representante do grupo.
As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.
Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

9.1 Recurso da etapa de habilitação
Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso destinado a Comissão, que deve ser apresentado pelo meio de comunicação contido no resumo do presente edital, no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no site oficial do município Após essa etapa, não caberá mais recurso.

10. ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1 Termo de Execução Cultural

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo V deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.

O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pelo Município de São Gotardo contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

10.2 Recebimento dos recursos financeiros

Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital, em desembolso único ou em parcelas.

Para recebimento dos recursos, o agente cultural deve abrir conta bancária específica, em instituição financeira pública isenta de tarifas bancárias ou em instituição financeira privada.

Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento dos recursos estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

11. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e do Município de São Gotardo, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.

O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

O material de divulgação deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

12.1 Monitoramento e avaliação realizados pelo Município de São Gotardo.

12.2 Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

12.3 Como o agente cultural presta contas ao Município de São Gotardo

O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo VI deste edital.

O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:

I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou

II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

13. **DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1 Desclassificação de projetos

Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificados, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Atenção! Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

13.2 Acompanhamento das etapas do edital

O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site oficial do município.

O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos são de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, devem ficar atentos às publicações no site oficial do município, e nas mídias sociais oficiais.

13.3 Informações adicionais

Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail cultura@saogotardo.mg.gov.br. Os casos omissos ficarão a cargo da Secretária de Municipal de Cultura e Turismo

13.4 Validade do resultado deste edital

O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 12 meses após a publicação do resultado final.

13.5 Anexos do edital

Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Categorias de apoio;

Anexo II - Formulário de Inscrição/

Anexo III - Plano de Trabalho;

Anexo IV - Critérios de seleção

Anexo V - Termo de Execução Cultural;

Anexo VI - Relatório de Objeto da Execução Cultural;

Anexo VII - Declaração de representação de grupo ou coletivo;

Anexo VIII - Declaração étnico-racial

Anexo IX – Declaração PCD

Anexo X – Formulário de interposição de recurso

ANEXO I – CATEGORIAS

1. RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de R$ 50.000,00 distribuídos da seguinte forma: Quantidade de Projetos Contemplados: 05 (cinco) projetos

Valor de Fomento por Projeto (Teto Individual): R$ 10.000,00 (dez mil reais) Montante Total Aportado: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Os projetos poderão ser das seguintes categorias:

Categoria 1 - Educação patrimonial: realização de estudos formais e não formais de agentes culturais em instituições das artes, culturas, gestão e voltados para manutenção, conservação, restauro, tombamento e registro, promoção, valorização da memória e outras ações voltadas ao patrimônio material e imaterial, histórico e artístico-cultural.

Categoria 2- Formação artística, técnica e empreendedora: realização de pesquisa, estudos e pós-graduações de agentes culturais em instituições de formação, artes, cultura, e economia da cultura e criativa, de ensino formal, não formal, e outras entidades nacionais ou internacionais

Categoria 3 - Formação em política e gestão cultural: pesquisa e estudos em instituições de gestão pública e privada para as artes e cultura, parcerias com a sociedade civil e gestão para a economia da cultura, de ensino formal, não formal, e outras entidades nacionais ou internacionais.

Categoria 4 - Outras temáticas culturais não abarcadas nas categorias anteriores.

2. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

2.1 Dança

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de dança, em qualquer modalidade, a exemplo de: dança contemporânea; danças urbanas; danças populares e tradicionais; dança moderna; dança clássica, entre outras. Os projetos podem ter como objeto:

I – produção de espetáculos de dança;

II – ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas;

III - realização de eventos, mostras, festas e festivais de dança;

IV – publicações na área da dança ou

V– outro objeto com predominância na área da dança.

2.2 Música

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de música, envolvendo a criação, difusão e acesso de uma maneira ampla, incluindo os diversos gêneros musicais e estilos.

Os projetos podem ter como objeto:

I – produção de eventos musicais: produção e realização de espetáculos musicais de músicos, bandas, grupos;

II – formação musical: ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas;

III – gravações de álbuns musicais;

IV – criação de obras musicais;

V – realização de eventos, mostras, festas e festivais musicais;

VI – publicações na área da música; ou

VII - outro objeto com predominância na área da música.

2.2 Artesanato

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de artesanato, que compreende a produção artesanal de objetos, obras e bens.

Os projetos podem ter como objeto:

I – realização de feiras, mostras, exposições;

II – produção de peças artesanais;

III – ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas;

IV – publicações na área de artesanato; ou

V – outro objeto com predominância na área do artesanato.

2.4 Literatura

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área da leitura, escrita e oralidade.

Os projetos podem ter como objeto:

I – publicação de textos inéditos, em diversos gêneros e/ou formatos;

II - organização de eventos e demais atividades com foco na difusão da literatura, do Livro, da leitura e da oralidade, tais como feiras, mostras, saraus e batalhas de rimas;

III – projetos de formação, como a realização de oficinas, cursos, ações educativas;

IV - apoio à modernização e qualificação de espaços e serviços em bibliotecas comunitárias e pontos de leitura, ampliando o acesso à informação, à leitura e ao livro;

V – formação e circulação de contadores de histórias, mediador de leitura em bibliotecas, escolas, pontos de leitura ou espaços públicos;

VI - outro objeto com predominância nas áreas de leitura, escrita e oralidade.

2.5 Patrimônio Cultural

Podem concorrer nesta categoria projetos que disponham sobre patrimônio cultural material ou imaterial, bens tombados e registrados, imóveis de relevância histórica e arquitetônica, ou as diversas manifestações, celebrações e saberes considerados expressões das tradições culturais que integram a Região.

Os projetos podem ter como objeto:

I – pesquisa, incluindo a elaboração de inventários;

II - publicação de trabalhos já concluídos, que visem à difusão e preservação da memória das várias identidades da região;

III – educação patrimonial, por meio da realização de seminários, fóruns, palestras, minicursos e cursos, aulas, oficinas, simpósios, congressos, encontros, exposições, apresentações culturais, ou quaisquer ações comunitárias que visem à difusão, promoção e preservação da memória das várias identidades que constituem;

IV – exposições, criação de catálogo;

V – elaboração de material educativo; ou

VI – outro objeto relacionado ao patrimônio cultural material ou imaterial.

2.6 Cultura Popular e Manifestações Culturais

Podem concorrer nesta categoria projetos de qualquer linguagem artística/cultural não contemplada nominalmente nas outras categorias.

Os projetos podem ter como objeto:

I – produção de espetáculos, apresentações e afins;

II – ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas;

III - realização de eventos, mostras, festas e festivais;

2.7 Temas Livres e audiovisual
Podem concorrer nesta categoria projetos de qualquer linguagem artística/cultural não contemplada nominalmente nas outras categorias.
Os projetos podem ter como objeto:
I – produção de espetáculos, apresentações e afins;
II – ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas;
III - realização de eventos, mostras, festas e festivais; ou
IV – ações de audiovisual diversas V- outro objeto cultural

DISTRIBUIÇÃO DE COTAS1

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS:

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PARA PESSOAS NEGRAS 25%	COTAS PARA PESSOAS INDÍGENAS 10%	COTAS PARA PESSOAS PCD 5%	TOTAL DE VAGAS
TODAS	2	2	1	-	5

A ausência de vaga inicialmente reservada à cota de pessoas com deficiência decorre exclusivamente da impossibilidade de fracionamento matemático de bolsas (5% de 5 vagas). Organizações da Sociedade Civil que se enquadrem nesse perfil concorrem normalmente às vagas de ampla concorrência e às vagas eventualmente remanejadas, na forma do item 7.3 deste Edital.

1 Havendo disponibilidade numérica, as cotas nos editais de fomento realizados com recursos da Lei nº 14.399, de 2022, são de: 25%o das vagas para pessoas negras (pretas ou pardas);
10% para pessoas indígenas;
e 5% para pessoas com deficiência.

ANEXO II FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
1. DADOS DO PROPONENTE
Este edital é destinado exclusivamente a Organizações da Sociedade Civil — pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, com sede no Município de São Gotardo/MG há, no mínimo, 12 (doze) meses.
Confirmo que a entidade proponente é pessoa jurídica sem fins lucrativos, regularmente constituída: ( ) Sim ( ) Não
Atenção! A resposta "Não" implica o indeferimento da inscrição, nos termos do item
4.d deste Edital.
Vai concorrer às cotas ? ( ) Sim ( ) Não
Se sim. Qual?
( ) Pessoas negras
( ) Pessoas indígenas
( ) Pessoas com deficiência
Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim
( ) Não
Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?

( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
PARA PESSOA JURÍDICA:
Razão Social Nome fantasia CNPJ
Endereço da sede:
Cidade:
Estado:
Número de representantes legais
Nome do representante legal
CPF do representante legal
E-mail do representante legal
Telefone do representante legal
Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Não Binária
( ) Não informar
Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena
Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim

( ) Não
Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?

( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós-graduação completo
2. DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer: _____

Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa de estudos
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Campanha de comunicação
Capacitação
Catálogo

Cineclube
Concerto
Cortejo
Curso livre
Curso regular
Desfile
Documentário
Ebook
Encontro
Espetáculo
Evento cultural
Evento institucional Exibição
Exposição
Feira
Festival
Filme
Fomento
Fotografia
Intercâmbio
Jogo
Live
Livro
Mostra
Música
Espetáculo
Musical Obra
Oficina Palestra
Performance
Pesquisa
Podcast
Bolsa
Produção audiovisual
Produção de arte digital
Produção de publicações
Produção musical
Produção radiofônica
Produtos artesanais
Programa de rádio Projeto
Publicação Reforma
Relatório de pesquisa Residência
Restauro
Roda de samba
Roteiro cinematográfico Seminário
Site Single
Texto teatral
Tombamento, Registro Vídeo
Visita espontânea
Visita mediada programada

Visita programada
Vivência
Quais são as principais áreas de atuação do projeto?
(Marque entre 1 e 3 principais áreas da cultura que seu projeto alcança:)
Arte de rua
Arte digital
Arte e Cultura Digital
Artes visuais Artesanato Audiovisual
Cenografia
Cinema Circo
Comunicação
Cultura Afro-brasileira
Cultura Alimentar
Cultura Cigana Cultura DEF
Cultura Digital
Cultura Estrangeira (imigrantes)
Cultura Indígena
Cultura LGBTQIAP+ Cultura Negra
Cultura Popular
Cultura Quilombola
Cultura Tradicional
Dança
Design
Direito Autoral
Economia Criativa
Figurino
Filosofia Fotografia Gastronomia
Gestão Cultural
História
Humor e Comédia
Jogos Eletrônicos
Jornalismo Leitura
Literatura
Livro
Meio ambiente Memória Moda
Museu Música
Patrimônio Imaterial
Patrimônio
Material Performance
Pesquisa
Povos Tradicionais de Matriz Africana
Produção Cultural
Rádio
Sonorização e iluminação
Teatro
Televisão

Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

_____

_____
Objetivos do projeto

(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)

_____

Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

_____

Perfil do público a ser atingido pelo projeto
_____

(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

_____

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público? Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária) Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos Outros
Medidas de acessibilidade empregadas no projeto

(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como,

intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida.)
Acessibilidade arquitetônica:

( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra

Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra
Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.

_____

Local onde o projeto será executado
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.

_____

Previsão do período de execução do projeto Data de início:
Data final:

Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empr esa	Funçã o no projet o	CPF/CNPJ	Pesso a negra ?	Pessoa indígen a?	Pessoa com deficiênci a?

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	_/_/_	_/_/_

Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

_____

Contrapartida
Neste campo, descreva qual contrapartida será realizada, quando será realizada, e onde será realizada.

_____

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?
(Informe se o projeto prevê apoios financeiro tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)
( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal

( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros
Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.
O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?
(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.
Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc.) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

Descriçã o do item	Justificativa	Unidad e de medid a	Valor unitário	Quantida de	Valor total	Referência de preço

INFORMAÇÕES SOBRE TRAJETÓRIA CULTURAL
Quais são as suas principais ações e atividades culturais realizadas?
Aqui, conte, o mais detalhadamente possível, sobre as ações culturais que você realiza, informando em que área ou segmento cultural atua, em que local realiza suas atividades, entre outras informações.
_____

Como começou a sua trajetória cultural?
Descreva como e quando começou a sua trajetória na cultura, informando onde seus projetos foram iniciados, indicando há quanto tempo você os desenvolve.

Como as ações que você desenvolve transformam a realidade do seu entorno/sua comunidade?
Responda quem são as pessoas beneficiadas direta ou indiretamente pelas suas atividades, e como suas ações impactam e beneficiam as pessoas ao redor. Destaque se a sua comunidade participou enquanto público ou também trabalhou nos projetos que você desenvolveu.
_____

Na sua trajetória cultural, você desenvolveu ações e projetos com outras esferas de conhecimento, tais como educação, saúde, etc.?
Descreva se as suas ações e atividades possuem relação com outras áreas além da cultura, tais como área de educação, saúde, esporte, assistência social, entre outras.

Você desenvolveu ações voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social, tais como pessoas negras, indígenas, crianças, jovens, idosos, pessoas em situação de rua, entre outros? Se sim, quais?
_____

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS
Encaminhe junto a esse formulário os seguintes documentos: RG e CPF do proponente
CNPJ
Currículo do proponente
Mini currículo dos integrantes do projeto
[OUTROS DOCUMENTOS QUE FOREM RECOMENDADOS, DE ACORDO COM AS CATEGORIAS]

ANEXO III CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

CRITÉRIOS		
Identificaçã o do Critério	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto - Avaliar se o conteúdo do projeto apresenta coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar os resultados que serão obtidos.	20
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do município - Avaliar quanto a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura local.	20
C	Trajetória artística e cultural do proponente - Avaliar a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	15
D	Contribuição do agente cultural à(s) comunidade(s) em que atua, tais como realização de ações dentro da comunidade, contratação de profissionais da comunidade, priorização de populações em situação de vulnerabilidade social, tais como idosos, crianças, pessoas negras, etc.	15
E	Promoção de Diversidade- considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta estratégias que promovem a diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de integração de pessoas com deficiência, entre outras	10
	PONTUAÇÃO TOTAL:	80

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO EXTRA PARA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL		
Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação Máxima
F	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	5
G	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	10
H	Pessoas jurídicas com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20 PONTOS

CONSIDERAÇÕES:
A pontuação de cada item acima identificado será definida por consenso dos membros da comissão.
Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente. Em caso de empate, será utilizada, para fins de classificação dos projetos, a maior nota obtida nos critérios, observada a seguinte ordem: A, B, C, D, E, F, G e H, respectivamente. Persistindo o empate, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios: (I) maior tempo de constituição da Organização da Sociedade Civil, comprovado pelo ato constitutivo registrado; e (II) sorteio público, realizado em sessão aberta, com divulgação prévia de data, horário e local no sítio oficial do Município.

Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: PROPONENTE COM MAIORIDADE seguido de SORTEIO.
Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 60 pontos.

Serão desclassificados os projetos que:
I - Apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº [INDICAR NÚMERO]/[INDICAR ANO] TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 001/2026 –, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
1. PARTES
1.1 O Município de São Gotardo, neste ato representado por Senhora Joyce Fabiula Rodrigues, e o(a) AGENTE CULTURAL, [INDICAR NOME DO(A) AGENTE CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e domiciliado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP: [INDICAR CEP], telefones: [INDICAR TELEFONES], resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:
2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).
3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural [INDICAR NOME DO PROJETO], contemplado no conforme processo administrativo nº [INDICAR NÚMERO DO PROCESSO].
4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMERO ARÁBICO] ([INDICAR VALOR POR EXTENSO] reais).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.
5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.
6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:

I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na
CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações à **Secretaria Municipal de Cultura** por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de **30 (trinta) dias** contados do término da vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela **Secretaria Municipal de Cultura** no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.
7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES IN LOCO
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações in loco.
7.2 O agente público responsável elaborará Relatório de Verificação Presencial da Execução no qual concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório de Objeto da Execução Cultural, caso considere não ter sido possível aferir na visita técnica de verificação o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.2.1 Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o subitem I do item 7.2, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.2.1 Caso seja solicitada a apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural de que trata o subitem I do item 7.2, será adotado o procedimento de que trata o art.
19 e seguintes da Lei nº 14.903/2023.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e

II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS

11.1 O monitoramento e a fiscalização das ações executadas serão realizados diretamente pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, por meio da verificação do cumprimento das metas, análise do relatório final de execução do objeto e/ou realização de acompanhamento *in loco.*

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no site oficial.

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de São Gotardo para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

São Gotardo, ____ de _____ de 2026.

Pelo Órgão:
JOYCE FABIULA RODRIGUES
Secretária Municipal de Cultura e Turismo
Pelo Agente Cultural:
_____

ANEXO V
RELATÓRIO DE
Objeto da execução cultural
1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:
2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. Resumo:
Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.
2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.
2.3. Ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, , datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.
2.4. Cumprimento das Metas
Metas integralmente cumpridas:
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]
Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER):
• META 1: [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Observações da Meta 1: [Informe qual parte da meta foi cumprida]
◦ Justificativa para o não cumprimento integral: [Explique porque parte da meta não foi cumprida]
Metas não cumpridas (se houver)
• Meta 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]
◦ Justificativa para o não cumprimento: [Explique porque a meta não foi cumprida]
3. PRODUTOS GERADOS
3.1. A execução do projeto gerou algum produto?
Exemplos: vídeos, produção musical, produção gráfica etc.
( ) Sim
( ) Não
3.1.1. Quais produtos culturais foram gerados?
Você pode marcar mais de uma opção. Informe também as quantidades.
( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo
( ) Live (transmissão on-line)
( ) Vídeo
( ) Documentário
( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa
( ) Produção musical

( ) Jogo
( ) Artesanato
( ) Obras
( ) Espetáculo
( ) Show musical
( ) Site
( ) Música
( ) Outros: _____
3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?
3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.
3.2.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele …
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.

( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação.
( ) Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
( ) Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
( ) Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

( ) Sim ( ) Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional/empres a	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra ou indígena?	Pessoa com deficiência?

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

( )1. Presencial.
( ) 2. Virtual.
( ) 3. Híbrido (presencial e virtual).

Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Youtube
( )Instagram / IGTV

( )Facebook
( )TikTok
( )Google Meet, Zoom etc.
( )Outros: _____

6.3 Informe aqui os links dessas plataformas:

Caso você tenha marcado os itens 1 e 3 (Presencial e Híbrido):

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

( )1. Fixas, sempre no mesmo local.
( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.5 Em que município e Estado o projeto aconteceu?

6.6 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção.
( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual.
( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque.
( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, entre outros.

_____
Nome

_____
Assinatura do Agente Cultural Proponente

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

OBS.: Essa declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam um grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

GRUPO ARTÍSTICO:
NOME DO REPRESENTANTE INTEGRANTE DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO:
DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE: [IDENTIDADE, CPF, E-MAIL E TELEFONE]
As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada no campo "REPRESENTANTE" como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultura, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURAS

São Gotardo _____ de _____ de 2026.

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

ANEXO VII
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
(Para agentes culturais concorrentes às cotas étnico-raciais – negros ou indígenas)
Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou _____(informar se é NEGRO OU INDÍGENA).
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

_____
NOME

_____
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
(Para agentes culturais concorrentes às cotas destinadas a pessoas com deficiência)
Eu, _____, CPF nº_____, RG nº _____, DECLARO para fins de participação no Edital (Nome ou número do edital) que sou pessoa com deficiência.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

_____
NOME

_____
ASSINATURA DO DECLARANTE

ANEXO IX
formulário de apresentação de recurso
DA ETAPA DE SELEÇÃO
NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:
RECURSO:
À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção** do Edital 001/2026 venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.

São Gotardo, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

formulário de apresentação de recurso
DA ETAPA DE HABILITAÇÃO
NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
NOME DO PROJETO INSCRITO:
CATEGORIA:
RECURSO:
À Comissão de Habilitação,
Com base na **Etapa de Habilitação** do Edital 001/2026, venho solicitar alteração do resultado preliminar de habilitação, conforme justificativa a seguir.

Justificativa:_____.

São Gotardo, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura Agente Cultural
NOME COMPLETO

Publicado por:
Maria Neli de Oliveira Teixeira
Código Identificador:F77BEE58

SETOR DE CONVÊNIOS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 SELEÇÃO DE PROJETOS PARA RECEBIMENTO DE BOLSAS CULTURAIS DE PROMOÇÃO, DIFUSÃO, CIRCULAÇÃO, MANUTENÇÃO TEMPORÁRIA, RESIDÊNCIA, INTERCÂMBIO CULTURAL E SIMILARES COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL AL

EDITAL
PNAB – POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC
CICLO 02
(BOLSAS)
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA RECEBIMENTO DE BOLSAS CULTURAIS DE PROMOÇÃO, DIFUSÃO, CIRCULAÇÃO, MANUTENÇÃO TEMPORÁRIA, RESIDÊNCIA, INTERCÂMBIO CULTURAL E SIMILARES COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB
(LEI Nº 14.399/2022)
Olá, agentes culturais!
Estamos muito felizes com o seu interesse em participar deste edital.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB).
Aqui você vai encontrar as regras do edital e como fazer para se inscrever.
Boa leitura.

SUMÁRIO
1 RESUMO
1.1 FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
1.2 CONTATO PARA INFORMAÇÕES
1.3 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
1.4 RECURSOS FINANCEIROS
1.5 FINALIDADE
2 CRONOGRAMA
3 POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
4 INFORMAÇÕES GERAIS
4.1 OBJETO
4.2 VALORES
4.3 PRAZO DE INSCRIÇÃO
4.4 QUEM PODE PARTICIPAR
4.5 QUEM NÃO PODE PARTICIPAR
4.6 QUANTOS PROJETOS CADA AGENTE CULTURAL PODE APRESENTAR
5 ETAPAS
6 INSCRIÇÕES
6.1 COMO SE INSCREVER
7 COTAS
7.1 CONCORRÊNCIA CONCOMITANTE
7.2 DESISTÊNCIA DO OPTANTE PELA COTA
7.3 REMANEJAMENTO DE COTAS
7.4 APLICAÇÃO DAS COTAS PARA COLETIVOS SEM CNPJ
7.5 PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES DE VERIFICAÇÃO
8 COMO ELABORAR O PROJETO
8.1 PREENCHIMENTO DO MODELO

8.2 PREVISÃO DE EXECUÇÃO DO PROJETO
9 ETAPA DE SELEÇÃO
9.1 QUEM ANALISA OS PROJETOS
9.2 QUEM NÃO PODE FAZER PARTE DA COMISSÃO PARA ANALISAR OS PROJETOS
9.3 ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL
9.4 RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO
10 REMANEJAMENTO DE VAGAS
11 ETAPA DE HABILITAÇÃO
11.1 PESSOA FISÍCA
11.2 GRUPO OU COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA — SEM CNPJ
11.3 RECURSO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO
12 ASSINATURA DO TERMO DE BOLSA CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS
12.1 TERMO DE BOLSA CULTURAL
12.2 RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS
13 ENCARGO
13.1 DEFINIÇÃO DO ENCARGO
13.2 DESCUMPRIMENTO DO ENCARGO
14 DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

15 DISPOSIÇÕES FINAIS
15.1 DESCLASSIFICAÇÃO DE PROJETOS
15.2 ACOMPANHAMENTO DAS ETAPAS DO EDITAL
15.3 INFORMAÇÕES ADICIONAIS E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
15.4 VALIDADE DO RESULTADO DESTE EDITAL
15.5 ANEXOS DO EDITAL
15.6 CASOS OMISSOS
ANEXO I – CATEGORIAS DE BOLSAS CULTURAIS
ANEXO II - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
ANEXO III - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS DAS BOLSAS
ANEXO IV - MINUTA DO TERMO DE BOLSA CULTURAL

ANEXO V - RELATÓRIO DO BOLSISTA
ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO-CULTURAL
ANEXO VII - DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
ANEXO VIII - DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ANEXO IX - FORMULÁRIOS DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

1 RESUMO
1.1 FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
https://forms.gle/BuDgwBVJi5fXwEWq8
1.2 CONTATO PARA INFORMAÇÕES
cultura@saogotardo.mg.gov.br
1.3 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
13.392.0109.2173 - Apoio às Atividades Artísticas e Culturais
33.90.48.00.291 - Outros auxílios financeiros a pessoas físicas
1.719.000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura
1.4 RECURSOS FINANCEIROS
O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$ 161.000,00.**

Categoria Cultural	Nº bolsas	Valor individual de cada bolsa	Valor total de cada categoria
Música	03	R$ 16.100,00	R$ 48.300,00
Artesanato	02	R$ 16.100,00	R$ 32.200,00
Audiovisual	02	R$ 16.100,00	R$ 32.200,00
Dança	01	R$ 16.100,00	R$ 16.100,00
Literatura	01	R$ 16.100,00	R$ 16.100,00
Temas livres	01	R$ 16.100,00	R$ 16.100,00
Total	10	-	R$ 161.000,00

1.5 FINALIDADE

Este Edital tem por finalidade conceder bolsas culturais, na modalidade de doação com encargo, para apoiar projetos culturais apresentados por agentes culturais do Município de São Gotardo, nas categorias previstas no Anexo I, conforme as regras deste instrumento.

2 CRONOGRAMA

ETAPA	DATA OU PERÍODO
Publicação do Edital	16/09/2026
Período de Inscrições	16/09/2026 a 16/10/2026
Avaliação das Iniciativas (Comissão de Seleção)	16/10/2026 a 26/10/2026
Divulgação do resultado provisório da seleção	27/10/2026
Prazo para recursos da etapa de seleção	27/10/2026 a 30/10/2026 (3 dias úteis)
Contrarrazões aos recursos da etapa de seleção, se houver recurso	03/11/2026 a 04/11/2026 (2 dias úteis)
Julgamento dos recursos da seleção	05/11/2026 a 06/11/2026
Publicação do resultado final da seleção e convocação para habilitação	07/11/2026
Apresentação dos documentos de habilitação	09/11/2026 a 13/11/2026 (5 dias úteis)
Divulgação do resultado provisório da habilitação	16/11/2026
Prazo para recursos da etapa de habilitação	17/11/2026 a 19/11/2026 (3 dias úteis)
Julgamento dos recursos da habilitação	23/11/2026 a 24/11/2026
Publicação do resultado final da habilitação e convocação para assinatura do Termo de Bolsa Cultural	25/11/2026
Assinatura do Termo de Bolsa Cultural Pagamento da Bolsa Cultural	26/11/2026 a 03/12/2026 a partir de 04/12/2026 até 18/12/2026

3 POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 instituiu a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura — PNAB, com o objetivo de fomentar a cultura nacionalmente, apoiar agentes, espaços, iniciativas, cursos, produções, manifestações culturais e atividades de economia criativa e economia solidária, além de estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal repassados pelo Ministério da Cultura ao Município de São Gotardo, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura — PNAB.
O presente Edital foi elaborado com fundamento na Lei nº 14.399/2022, com suas alterações posteriores, na Lei nº 14.903/2024, que estabelece o Marco Regulatório do Fomento à Cultura, no Decreto nº 11.740/2023, no Decreto nº 11.453/2023, na Instrução Normativa MinC nº 10/2023, na Portaria MinC nº 243/2025, na Portaria MinC nº 256/2025 e nas demais normas aplicáveis à execução da PNAB.

4 INFORMAÇÕES GERAIS
4.1 OBJETO
O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para recebimento de bolsas culturais, nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de apoiar, fomentar e incentivar a produção cultural no Município de São Gotardo.
4.2 VALORES

O valor total disponibilizado para este Edital é de **R$ 161.000,00,** distribuído entre as categorias de bolsas culturais descritas no item **1 — Resumo** e no **Anexo I** deste Edital.
A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:
13.392.0109.2173 — Apoio às Atividades Artísticas e Culturais
33.90.48.00.291 — Outros auxílios financeiros a pessoas físicas
1.719.000 — Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura
O valor previsto neste Edital poderá ser suplementado, caso haja interesse público e disponibilidade orçamentária suficiente.

4.3 PRAZO DE INSCRIÇÃO
O prazo de inscrição para este Edital é o que está inserido no cronograma do presente documento, respeitado o prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis conforme o art. 9º, inciso I, da Lei nº 14.903/2024.
4.4 QUEM PODE PARTICIPAR
Pode se inscrever neste Edital o agente cultural que comprove residência, sede, filial ou atuação cultural no Município de São Gotardo há pelo menos 12 (doze) meses, conforme sua natureza jurídica e nos termos da documentação exigida na etapa de habilitação.
O agente cultural pode ser:
I. Pessoa física ou;
II. Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
O proponente é o agente cultural responsável pela inscrição do projeto.
Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Bolsa Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo.
O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque e capacidade de decisão no projeto.
O Anexo I deve ser consultado para fins de verificação das condições de participação de todos os proponentes.
4.5 QUEM **NÃO** PODE PARTICIPAR
Não podem se inscrever neste Edital os agentes culturais que:

I. tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II. sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III. sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
O agente cultural que integrar o Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital, desde que não se enquadre nas situações previstas no item 4.5 deste Edital.
Quando se tratar de agentes culturais constituídos sob a forma de coletivo ou grupo sem CNPJ, estará igualmente impedido de apresentar projeto o coletivo cujo representante legal ou qualquer de seus integrantes se enquadre nas vedações descritas neste item, bem como o coletivo do qual participe servidor público do órgão responsável pelo edital ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau.
A participação de agentes culturais em audiências, consultas públicas ou outros mecanismos de participação social não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do Edital e não impede a inscrição.
4.6 QUANTOS PROJETOS CADA AGENTE CULTURAL PODE APRESENTAR
Cada agente cultural poderá concorrer neste Edital com, no máximo, **1 (um) projeto** e poderá ser contemplado com, no máximo, **1 (um) benefício,** independentemente de se inscrever como pessoa física ou grupo/coletivo sem CNPJ.
Para fins deste limite, serão considerados o CPF do proponente pessoa física e o CPF do representante indicado pelo grupo/coletivo sem CNPJ, não sendo permitida a contemplação duplicada do mesmo agente cultural neste Edital.

5 ETAPAS
Este edital é composto pelas seguintes etapas:
I. **Inscrições –** etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais;
II. **Seleção –** etapa de análise de mérito cultural dos projetos pela Comissão de Seleção, com divulgação de resultado provisório, prazo para recursos, contrarrazões, quando houver, e publicação do resultado final;
III. **Habilitação –** etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação;
IV. **Recurso da habilitação:** etapa destinada à apresentação e julgamento de eventual recurso contra o resultado da habilitação;
V. **Assinatura do Termo de Bolsa Cultural:** etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinatura do instrumento jurídico;
VI. **Pagamento da Bolsa Cultural:** etapa de repasse dos recursos aos agentes culturais contemplados, conforme disponibilidade orçamentária e financeira;
VII. **Execução do projeto e cumprimento do encargo:** etapa em que o agente cultural deverá executar o projeto aprovado e apresentar o relatório do bolsista, conforme previsto neste Edital.
6 INSCRIÇÕES
6.1 COMO SE INSCREVER
O agente cultural deve encaminhar por meio do **formulário de inscrição disponível em: https://forms.gle/BuDgwBVJi5fXwEWq8,** durante o período indicado no cronograma. No ato da inscrição, o agente cultural deverá preencher o formulário eletrônico e anexar, quando aplicável, os seguintes documentos:
a) formulário de inscrição devidamente preenchido, conforme modelo constante do Anexo II;
b) documentos específicos relacionados à categoria de bolsa cultural em que o projeto será inscrito, quando houver;
c) autodeclaração étnico-racial, caso o agente cultural opte por concorrer às vagas reservadas para pessoas negras, pretas ou pardas, ou para pessoas indígenas;
d) declaração de pessoa com deficiência, caso o agente cultural opte por concorrer à vaga reservada para pessoa com deficiência;
e) declaração de representação de grupo ou coletivo cultural, caso a inscrição seja realizada por grupo ou coletivo sem CNPJ;
f) outros documentos que o agente cultural julgar necessários para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

A documentação de habilitação prevista no item 11 deste Edital será exigida apenas dos agentes culturais selecionados, na etapa própria de habilitação.
O agente cultural é responsável pela veracidade das informações prestadas, pelo envio dos documentos, pela qualidade visual dos arquivos e pelo conteúdo de seu projeto.
A inscrição implica o conhecimento e a concordância com os termos e condições previstos neste Edital, na Lei nº 14.399/2022, na Lei nº 14.903/2024, no Decreto nº 11.740/2023, no Decreto nº 11.453/2023 e nas demais normas aplicáveis à execução da PNAB.

7 COTAS

Considerando o total de 10 (dez) vagas deste Edital, ficam reservadas 3 (três) vagas para pessoas negras, pretas ou pardas, 1 (uma) vaga para pessoas indígenas e 1 (uma) vaga para pessoa com deficiência, conforme a distribuição por categoria indicada no Anexo I deste Edital.
A reserva de vagas observará os percentuais mínimos de 25% (vinte e cinco por cento) para pessoas negras, pretas ou pardas, 10% (dez por cento) para pessoas indígenas e 5% (cinco por cento) para pessoas com deficiência, considerada a totalidade das vagas disponibilizadas neste Edital.
Os agentes culturais optantes pelas cotas concorrerão concomitantemente às vagas de ampla concorrência, nos termos deste Edital, aplicando-se, quando necessário, as regras de remanejamento de cotas e de vagas previstas neste instrumento.

7.1 CONCORRÊNCIA CONCOMITANTE

Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência e às vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionadas de acordo com sua nota ou classificação no processo de seleção.
Os agentes culturais optantes pelas cotas que atingirem nota suficiente para classificação dentro das vagas de ampla concorrência serão selecionados pela ampla concorrência e não ocuparão as vagas reservadas às cotas.
Nessa hipótese, a vaga reservada será destinada ao próximo agente cultural optante pela respectiva cota, observada a ordem de classificação.

7.2 DESISTÊNCIA DO OPTANTE PELA COTA

Em caso de desistência de agente cultural aprovado em vaga reservada às cotas, a vaga será destinada ao próximo agente cultural optante pela respectiva cota, observada a ordem de classificação.

7.3 REMANEJAMENTO DE COTAS

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o preenchimento de vaga reservada em determinada cota ou categoria cultural, o preenchimento observará estritamente a seguinte ordem de preferência:
I – Outra modalidade de cota na mesma categoria: A vaga reservada será remanejada para outro agente cultural cotista (negro, indígena ou PcD) classificado na mesma categoria cultural;
II – Ampla concorrência da mesma categoria: Não havendo outro cotista classificado na mesma categoria, a vaga será preenchida pelo próximo candidato da ampla concorrência daquela mesma categoria, respeitada a ordem de pontuação;
III – Cotistas de outras categorias: Não havendo candidatos classificados na categoria (seja cotista ou ampla concorrência), a vaga será remanejada para cotistas não contemplados de outras categorias de bolsas, priorizando a maior nota final;
IV – Ampla concorrência geral de outras categorias: Persistindo a sobra de vagas, esta será destinada ao candidato suplente de maior nota geral na ampla concorrência, independentemente da categoria, garantindo a execução integral dos recursos da PNAB.
Parágrafo Único: A vaga reservada para Pessoa com Deficiência (PcD) possui caráter transversal. Caso haja mais de um candidato PcD inscrito em categorias distintas, a vaga será destinada ao proponente PcD que obtiver a maior nota final entre todas as categorias.

7.4 APLICAÇÃO DAS COTAS PARA COLETIVOS SEM CNPJ

Os grupos ou coletivos sem CNPJ poderão concorrer às cotas, desde que preencham ao menos uma das seguintes condições:
I. mais da metade dos integrantes do grupo ou coletivo sejam pessoas negras, indígenas ou com deficiência;
II. pessoas negras, indígenas ou com deficiência ocupem posições de liderança no projeto cultural;
III. a equipe do projeto cultural seja majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência;
IV. haja outra forma de composição que garanta o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência no grupo ou coletivo sem CNPJ.
As pessoas físicas que compõem o grupo ou coletivo sem CNPJ e que fundamentem a opção pela cota deverão preencher a autodeclaração correspondente, conforme modelos constantes dos anexos deste Edital.

7.5 PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES DE VERIFICAÇÃO

Para fins de verificação da autodeclaração, poderão ser exigidos procedimentos complementares, nos termos da Instrução Normativa MinC nº 10/2023, tais como:
I. heteroidentificação, para confirmação da autodeclaração de pessoa negra, preta ou parda, considerando seus aspectos fenotípicos;
II. carta consubstanciada, em formato escrito, oral ou audiovisual, contendo os motivos pelos quais o agente cultural se autodeclara negro, preto, pardo ou indígena;
III. documento, em formato escrito, oral ou audiovisual, que demonstre o pertencimento étnico do agente cultural indígena, elaborado por liderança ou entidade indígena formalizada ou não;
IV. avaliação biopsicossocial, laudo médico, Certificado da Pessoa com Deficiência, comprovante de recebimento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência ou outro documento apto à comprovação da deficiência;
V. Outras estratégias destinadas a garantir que as vagas reservadas sejam destinadas a pessoas negras, indígenas ou com deficiência.

8 COMO ELABORAR O PROJETO

8.1 PREENCHIMENTO DO MODELO

O agente cultural deverá preencher o Formulário de Inscrição constante do Anexo II, informando os dados do proponente, a categoria escolhida e a descrição do projeto cultural.
O projeto deverá apresentar, de forma objetiva, as informações necessárias à sua análise, incluindo justificativa, objetivos, ações previstas, público-alvo, local de realização, período de execução, estratégias de divulgação, medidas de acessibilidade, quando aplicáveis, e demais informações solicitadas no formulário.
O agente cultural será responsável pela veracidade das informações prestadas, bem como pelo conteúdo do projeto e dos documentos encaminhados, sem prejuízo da responsabilização administrativa, cível e penal em caso de declaração falsa ou irregularidade.

8.2 PREVISÃO DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Os projetos selecionados deverão ser executados no prazo de até **12 (doze) meses,** contado da assinatura do **Termo de Bolsa Cultural,** conforme as condições previstas neste Edital e em seus anexos.
Eventuais alterações na execução do projeto deverão ser previamente justificadas pelo agente cultural e submetidas à análise da Administração Pública, quando necessário.

9 ETAPA DE SELEÇÃO

9.1 QUEM ANALISA OS PROJETOS

A análise dos projetos será realizada por **Comissão de Seleção,** composta por gestores públicos, técnicos, pareceristas ou representantes da sociedade civil, designados pela Administração Pública Municipal.
A Comissão de Seleção será responsável pela análise de mérito cultural dos projetos inscritos, observados os critérios de avaliação previstos no **Anexo III** deste Edital.

9.2 QUEM **NÃO PODE** FAZER PARTE DA COMISSÃO PARA ANALISAR OS PROJETOS

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:

I. tiverem interesse direto na matéria;

II. tiverem participado como colaboradores na elaboração do projeto;

III. tiverem relação de parentesco, até o terceiro grau, com o proponente, seus sócios, administradores, dirigentes, representantes legais ou integrantes do grupo/coletivo cultural;

IV. no caso de grupo ou coletivo sem CNPJ, tiverem integrado o grupo ou coletivo nos últimos 2 (dois) anos.

Para fins deste Edital, consideram-se parentes até o terceiro grau: pai, mãe, filho, filha, avô, avó, neto, neta, bisavô, bisavó, bisneto, bisneta, irmão, irmã, tio, tia, sobrinho, sobrinha, sogro, sogra, genro, nora, enteado, enteada, cunhado e cunhada.

O membro da Comissão de Seleção que incorrer em impedimento deverá comunicar o fato à Comissão e abster-se de atuar na análise do respectivo projeto, sob pena de nulidade dos atos praticados.

9.3 ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL

A Comissão de Seleção realizará a análise de mérito cultural dos projetos inscritos. Entende-se por análise de mérito cultural a identificação de aspectos relevantes dos projetos culturais, considerados individualmente e em relação ao seu contexto social, cultural e territorial, mediante atribuição fundamentada de notas, conforme os critérios previstos no **Anexo III** deste Edital.

A análise dos projetos deverá observar exclusivamente os critérios previstos neste Edital e em seus anexos, vedada a utilização de critérios não previstos no instrumento convocatório.

A pontuação de cada projeto será atribuída de acordo com os critérios de avaliação, considerando a categoria em que o projeto foi inscrito e a comparação com os demais projetos concorrentes na mesma categoria.

9.4 RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no site oficial do município.

Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção, que deverá ser apresentado **pelo meio de comunicação indicado no item 1 — Resumo deste Edital,** no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.

Havendo apresentação de recurso, será concedido prazo de 02 (dois) dias úteis para contrarrazões aos demais interessados, pelo mesmo meio de comunicação indicado neste edital.

Contra a decisão da Comissão de Seleção/Habilitação caberá recurso fundamentado, dirigido à própria Comissão, no prazo de 3 (três) dias úteis. Caso a Comissão mantenha a decisão indeferitória, o recurso será encaminhado de ofício à autoridade superior competente — Secretário(a) Municipal de Cultura e Turismo —, que proferirá decisão final e irrecorrível na esfera administrativa, garantido o duplo grau de jurisdição.

Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no site oficial do município.

10 REMANEJAMENTO DE VAGAS

Após a aplicação das regras de cotas previstas no item **7** deste Edital, caso alguma categoria não tenha projetos classificados e habilitados em número suficiente para o preenchimento de todas as vagas previstas, as vagas remanescentes poderão ser remanejadas para outra categoria deste Edital.

O remanejamento deverá observar a ordem de classificação dos projetos suplentes, a disponibilidade orçamentária, o interesse público e a necessidade de execução integral dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura — PNAB.

O remanejamento de vagas não poderá alterar o valor individual da bolsa cultural previsto neste Edital.

Caso, após o remanejamento entre as categorias, ainda não seja possível preencher todas as vagas deste Edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital ou ação da PNAB, observada a legislação aplicável.

11 ETAPA DE HABILITAÇÃO

Finalizada a etapa de seleção, o agente cultural selecionado deverá apresentar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis,** contado da convocação, os documentos de habilitação correspondentes à sua natureza jurídica.

A não apresentação dos documentos no prazo estabelecido, ou a apresentação de documentação irregular não sanada no prazo concedido pela Administração, poderá acarretar a inabilitação do agente cultural e a convocação de suplente, observada a ordem de classificação.

A Administração Pública poderá solicitar esclarecimentos ou documentos complementares, quando necessário à verificação das informações apresentadas.

11.1 PESSOA FÍSICA

I. documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF;

II. certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União;

III. certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos créditos tributários estaduais, quando aplicável;

IV. certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos municipais perante o Município de São Gotardo;

V. certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas — CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;

VI. comprovação de residência no Município de São Gotardo há pelo menos 12 (doze) meses, mediante apresentação de comprovante de residência atual e de comprovante emitido há, no mínimo, 12 (doze) meses antes da data de publicação deste Edital, por meio de contas relativas à residência ou outros documentos idôneos.

Na impossibilidade de apresentação de comprovante pretérito, poderá ser aceita declaração assinada pelo agente cultural atestando residência no Município há pelo menos 12 (doze) meses, sem prejuízo de a Administração solicitar documentos complementares em caso de dúvida.

A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:

I. pertencentes à comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;

II. pertencentes à população nômade ou itinerante; ou

III. que se encontrem em situação de rua.

11.2 GRUPO OU COLETIVO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA — SEM CNPJ

O grupo ou coletivo sem CNPJ deverá apresentar os seguintes documentos, em nome de seu representante:

I. documento pessoal do representante do grupo que contenha RG e CPF, como Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação — CNH, Carteira de Trabalho ou outro documento oficial com foto;

II. declaração de representação de grupo ou coletivo artístico-cultural, conforme modelo constante no Anexo VI deste Edital, assinada pelos integrantes do grupo ou coletivo;

III. certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, em nome do representante do grupo;

IV. certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos créditos tributários estaduais, quando aplicável, em nome do representante do grupo;

V. certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos municipais perante o Município de São Gotardo, em nome do representante do grupo;

VI. certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos trabalhistas — CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho, em nome do representante do grupo;

VII. comprovação de residência do representante do grupo ou de atuação cultural do coletivo no Município de São Gotardo há pelo menos 12 (doze) meses, mediante apresentação de comprovante de residência atual do representante e de comprovante emitido há, no mínimo, 12 (doze) meses antes da data de publicação deste Edital; ou, alternativamente, mediante portfólio, declarações, registros de atividades culturais, materiais de divulgação, publicações, contratos ou outros documentos idôneos que demonstrem a atuação cultural do coletivo no Município no período exigido.

Na impossibilidade de apresentação de documento pretérito, poderá ser aceita declaração assinada pelo representante do grupo atestando residência ou atuação cultural do coletivo no Município de São Gotardo há pelo menos 12 (doze) meses, sem prejuízo de a Administração solicitar documentos complementares em caso de dúvida.

11.3 RECURSO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

O resultado provisório da etapa de habilitação será divulgado no site oficial do Município.
Contra o resultado provisório da etapa de habilitação, caberá recurso destinado à Comissão, que deverá ser apresentado pelo meio de comunicação indicado no item **1 — Resumo** deste Edital, no prazo mínimo de **3 (três) dias úteis**, contado da publicação do resultado provisório, considerando-se como início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados fora do prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado no site oficial do Município.
Após essa etapa, não caberá novo recurso no âmbito administrativo deste Edital.

12 ASSINATURA DO TERMO DE BOLSA CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS

12.1 TERMO DE BOLSA CULTURAL

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural habilitado será convocado a assinar o Termo de Bolsa Cultural, conforme Anexo IV deste Edital, de forma ELETRÔNICA ou PRESENCIAL.
O Termo de Bolsa Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural habilitado neste Edital e pelo Município, contendo as obrigações das partes.

12.2 RECEBIMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Após a assinatura do Termo de Bolsa Cultural e a apresentação regular dos dados bancários, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária de sua titularidade, em desembolso único ou em parcelas, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.
No caso de grupo ou coletivo sem CNPJ, os recursos serão repassados em conta bancária de titularidade do representante indicado pelo grupo ou coletivo, conforme declaração de representação constante do Anexo VI.
A não assinatura do Termo de Bolsa Cultural ou a não apresentação dos dados bancários no prazo fixado pela Administração poderá acarretar perda do apoio financeiro e convocação de suplente, observada a ordem de classificação.

13 ENCARGO

A modalidade de concessão de bolsas culturais será implementada em formato de **doação com encargo**, vedada a exigência de demonstração financeira.

13.1 DEFINIÇÃO DO ENCARGO

O encargo corresponde à execução do projeto cultural aprovado, conforme descrito no formulário de inscrição, no Anexo I, no Termo de Bolsa Cultural e nos demais documentos que integram este Edital.

A Bolsa Cultural possui natureza jurídica de doação com encargo, não configurando contratação de serviço, vínculo empregatício, prestação continuada de serviço à Administração Pública ou aquisição pública de oficina, palestra, aula, curso, apresentação ou produto cultural.
O cumprimento do encargo será demonstrado por meio do **Relatório de Bolsista**, que deverá ser apresentado no prazo de até **30 (trinta) dias** após a finalização do projeto cultural.
O Relatório de Bolsista deverá comprovar a execução do projeto e o cumprimento do encargo, podendo conter links, certificados, diplomas, relatório fotográfico, vídeos, materiais de divulgação, matérias jornalísticas, registros em redes sociais, listas de presença ou quaisquer outros documentos compatíveis com a natureza da atividade fomentada, conforme modelo constante do Anexo V deste Edital.
Nos casos em que a execução do encargo resultar na materialização de produtos culturais, o agente cultural deverá observar as estratégias de democratização de acesso indicadas no projeto, tais como adaptação do produto para fruição por pessoas com deficiência, acesso gratuito, destinação de acervo à Administração Pública ou outras medidas previstas na proposta aprovada.

13.2 DESCUMPRIMENTO DO ENCARGO

O não cumprimento do encargo poderá resultar, após regular processo administrativo, em:

I. pagamento de multa, nos termos da legislação aplicável;
II. suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de **180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias**.

O pagamento da multa e a suspensão poderão ser convertidos em obrigação de executar plano de ações compensatórias, conforme decisão da Administração Pública.

A decisão sobre o descumprimento do encargo deverá ser precedida de abertura de prazo de **10 (dez) dias** para apresentação de defesa pelo agente cultural.

A ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeça a execução do encargo afastará a aplicação de sanção, desde que devidamente comprovada pelo agente cultural.

14 DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos apoiados com Bolsas Culturais exibirão as marcas do Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
Na hipótese de agente cultural contemplado se candidatar a cargo eletivo, a execução do projeto deverá observar cautela redobrada, podendo a Administração reprogramar atividades, restringir a participação direta do candidato ou adotar outras medidas necessárias para evitar promoção pessoal ou uso eleitoral de recursos públicos.
É vedada a utilização das atividades, produtos, eventos, apresentações, oficinas, peças de divulgação ou quaisquer ações realizadas com recursos deste edital para promoção de candidatura, partido político, federação, coligação ou agente público, sendo proibida a execução de atividades em comitês, comícios, atos de campanha ou eventos com distribuição, exibição ou uso de material eleitoral.
Durante o período de defeso eleitoral, as peças de divulgação em meios oficiais não deverão utilizar logomarca ou slogan de gestão municipal, admitidos o uso dos símbolos oficiais do ente federativo, como brasão, e das marcas federais exigidas pela PNAB, observadas as orientações técnicas do Ministério da Cultura.
O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

15 DISPOSICÕES FINAIS

15.1 DESCLASSIFICAÇÃO DE PROJETOS

Serão desclassificados os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito ou discriminação de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade, deficiência ou outras formas de discriminação, com fundamento no art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
Eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo poderão acarretar a desclassificação do projeto ou do agente cultural, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas, cíveis e penais cabíveis, conforme o caso, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2 ACOMPANHAMENTO DAS ETAPAS DO EDITAL

Este Edital e seus anexos estarão disponíveis no site oficial do Município de São Gotardo.
O acompanhamento de todas as etapas do Edital, bem como a observância dos prazos estabelecidos, é de inteira responsabilidade dos agentes culturais interessados.
As publicações oficiais relativas a este Edital serão realizadas no site oficial do Município, podendo também ser divulgadas nos canais oficiais de comunicação da Administração Pública, de forma objetiva, informativa e impessoal.
Na contagem dos prazos previstos neste Edital, será excluído o dia da publicação ou comunicação do ato e incluído o dia do vencimento. Os prazos serão contados em dias úteis, salvo quando houver previsão expressa de contagem em corridos.
Quando o vencimento do prazo ocorrer em dia sem expediente administrativo, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

15.3 INFORMAÇÕES ADICIONAIS E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Informações adicionais poderão ser obtidas pelo e-mail indicado no item **1 — Resumo** deste Edital.
Os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis coletados no âmbito deste Edital serão tratados exclusivamente para fins de inscrição, avaliação, aplicação de cotas e ações afirmativas, transparência, monitoramento, cumprimento de obrigações legais e atendimento aos órgãos de controle, nos termos da Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD.
O acesso aos dados será restrito aos responsáveis pela condução e processamento do Edital, sendo divulgadas apenas as informações necessárias à transparência do resultado e ao cumprimento das obrigações legais.

15.4 VALIDADE DO RESULTADO DESTE EDITAL

O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade de até **360 (trezentos e sessenta) dias corridos**, contados da publicação do resultado final.

15.5 ANEXOS DO EDITAL

Compõem este Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Categorias de Bolsas Culturais;
- Anexo II – Formulário de Inscrição;
- Anexo III – Critérios de Avaliação e Seleção de Projetos;
- Anexo IV – Minuta do Termo de Bolsa Cultural;
- Anexo V – Relatório de Bolsista;
- Anexo VI – Declaração de Representação de Grupo ou Coletivo Artístico-Cultural;
- Anexo VII – Declaração Étnico-Racial;
- Anexo VIII – Declaração de Pessoa com Deficiência;

- Anexo IX – Formulários de Interposição de Recursos.

15.6 CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal responsável pela Cultura, observada a legislação aplicável e os princípios da Administração Pública.

São Gotardo, 20 de julho de 2026.

__
Secretaria de Cultura e Turismo

ANEXO I – CATEGORIAS DE BOLSAS CULTURAIS
1 TIPOS DE PROJETOS
Os projetos poderão ser inscritos nas seguintes categorias, conforme distribuição financeira indicada no item 1 - Resumo:

Categoria 1 - Música;
Categoria 2 - Artesanato;
Categoria 3 - Audiovisual;
Categoria 4 - Dança;
Categoria 5 - Literatura;
Categoria 6 - Temas Livres.

2 DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

2.1 MÚSICA

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de música, envolvendo a criação, difusão e acesso de uma maneira ampla, incluindo os diversos gêneros musicais e estilos.
Os projetos podem ter como objeto:

I – produção de eventos musicais: produção e realização de espetáculos musicais de músicos, bandas, grupos;
II – formação musical: ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas;
III – gravações de álbuns musicais;
IV – criação de obras musicais;
V – realização de eventos, mostras, festas e festivais musicais;
VI – publicações na área da música, ou;

VII - outro objeto com predominância na área da música.

2.2 ARTESANATO

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de artesanato, que compreende a produção artesanal de objetos, obras e bens.
Os projetos podem ter como objeto:

I – realização de feiras, mostras, exposições;
II – produção de peças artesanais;
III – ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas;
IV – publicações na área de artesanato;
V – outro objeto com predominância na área do artesanato.

2.3 AUDIOVISUAL

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área do audiovisual, incluindo produção, difusão, formação, circulação, memória, pesquisa, exibição, registro, preservação e outras ações relacionadas à linguagem audiovisual.
Os projetos podem ter como objeto:

I — produção de obras audiovisuais, vídeos, documentários, registros, séries, curtas-metragens, médias-metragens ou outros formatos audiovisuais;
II — realização de mostras, exibições, cineclubes, oficinas, cursos, ações educativas ou atividades de formação audiovisual;
III — pesquisa, memória, preservação de acervos audiovisuais, criação de catálogos, publicações ou materiais educativos relacionados ao audiovisual;
IV — circulação, difusão, acessibilidade, registro ou outras ações com predominância na área audiovisual..

2.4 DANÇA

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área de dança, em qualquer modalidade, como dança contemporânea, danças urbanas, danças populares e tradicionais, dança moderna, dança clássica, entre outras.
Os projetos podem ter como objeto:

I – produção de espetáculos de dança;
II – ações de qualificação, formação, tais como realização de oficinas, cursos, ações educativas;
III - realização de eventos, mostras, festas e festivais de dança;
IV – publicações na área da dança, ou;
V– outro objeto com predominância na área da dança.

2.5 LITERATURA

Podem concorrer nesta categoria projetos que demonstrem predominância na área da leitura, escrita e oralidade.
Os projetos podem ter como objeto:

I — publicação de textos inéditos, em diversos gêneros ou formatos;
II — organização de eventos e atividades voltadas à difusão da literatura, do livro, da leitura e da oralidade, tais como feiras, mostras, saraus e batalhas de rimas;
III — ações de formação, tais como oficinas, cursos e ações educativas;
IV — apoio à modernização e qualificação de espaços e serviços em bibliotecas comunitárias e pontos de leitura, ampliando o acesso à informação, à leitura e ao livro;
V — formação ou circulação de contadores de histórias, mediadores de leitura e demais agentes da área do livro, leitura, literatura e oralidade;

VI — outro objeto com predominância nas áreas de leitura, escrita, livro, literatura ou oralidade.

2.6 TEMAS LIVRES

Podem concorrer nesta categoria projetos de qualquer linguagem artística ou cultural não contemplada nominalmente nas categorias anteriores, incluindo patrimônio cultural, cultura popular, manifestações culturais, memória, diversidade cultural e outras temáticas culturais.
Os projetos podem ter como objeto:
I. produção de espetáculos, apresentações e atividades culturais;
II. ações de qualificação e formação, tais como oficinas, cursos e ações educativas;
III. realização de eventos, mostras, encontros, festas e festivais;
IV. ações de promoção, difusão, memória, patrimônio cultural, manifestações culturais e demais temáticas não contempladas nas categorias anteriores;
V. outro objeto cultural.

3 DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E COTAS

A distribuição das vagas observará as categorias culturais previstas neste Anexo e as regras de cotas estabelecidas no item 7 deste Edital.

Categoria	Total de vagas	Ampla concorrência	Pessoas negras	Pessoas indígenas	Pessoa com deficiência
Música	3	1	1	1	0
Artesanato	2	1	1	0	0
Audiovisual	2	1	1	0	0
Dança	1	1	0	0	0
Literatura	1	1	0	0	0
Temas Livres	1	1	0	0	0
Total	10	6	3	1	0

ANEXO II - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. DADOS DO PROPONENTE

Natureza do proponente:
( ) Pessoa física
( ) Grupo ou coletivo sem CNPJ representado por pessoa física

O proponente declara possuir residência, sede, filial ou atuação cultural no Município de São Gotardo há pelo menos 12 (doze) meses?
( ) Sim
( ) Não

Deseja concorrer às vagas reservadas para cotas?
( ) Não, desejo concorrer apenas pela ampla concorrência
( ) Sim, pessoa negra, preta ou parda
( ) Sim, pessoa indígena
( ) Sim, pessoa com deficiência

Caso tenha marcado pessoa com deficiência, indique o tipo de deficiência:
( ) Auditiva
( ) Física
( ) Intelectual
( ) Múltipla
( ) Visual
( ) Outra:_____

PARA PESSOA FÍSICA:

Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:

Cidade:
Estado:

Você reside em quais dessas áreas?
( ) Zona urbana central
( ) Zona urbana periférica
( ) Zona rural
( ) Área de vulnerabilidade social
( ) Unidades habitacionais
( ) Territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( ) Comunidades quilombolas (terra titulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Palmares)
( ) Áreas atingidas por barragem
( ) Território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiro, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc.).

Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional
( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas
( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas

( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais
( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas
( ) Outra comunidade tradicional

Gênero:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa Não Binária
( ) Não informar

Raça, cor ou etnia:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto
( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto
( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós-graduação Completo

Qual a sua renda mensal fixa individual (média mensal bruta aproximada) nos últimos 3 meses?
(Calcule fazendo uma média das suas remunerações nos últimos 3 meses. Em 2026, o salário-mínimo foi fixado em R$ 1.621,00.)
( ) Nenhuma renda.
( ) Até 1 salário-mínimo
( ) De 1 a 3 salários-mínimos
( ) De 3 a 5 salários-mínimos
( ) De 5 a 8 salários-mínimos
( ) De 8 a 10 salários-mínimos
( ) Acima de 10 salários-mínimos

Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não
( ) Bolsa família
( ) Benefício de Prestação Continuada
( ) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
( ) Garantia-Safra
( ) Seguro-Defeso
( ) Outro

Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.

( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins.
( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.

( ) Outro (a)s:___

Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não
( ) Sim
Caso tenha respondido "sim":
Nome do coletivo:
Ano de Criação:
Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
Nome completo e CPF das pessoas que compõem o coletivo:

2. DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto:
Escolha a categoria a que vai concorrer:

Quais atividades e/ou produtos estão previstos no seu projeto? Por favor, quantifique.
Bolsa de estudos
Bolsa para desenvolvimento de processos criativos
Campanha de comunicação
Capacitação
Catálogo
Cineclube
Concerto
Cortejo
Curso livre
Curso regular
Desfile
Documentário
Ebook
Encontro

Espetáculo
Evento cultural
Evento institucional
Exibição
Exposição
Feira
Festival
Filme
Fomento
Fotografia
Intercâmbio
Jogo
Live
Livro
Mostra
Música
Espetáculo Musical
Obra
Oficina
Palestra
Performance
Pesquisa
Podcast
Bolsa
Produção audiovisual
Produção de arte digital
Produção de publicações
Produção musical
Produção radiofônica
Produtos artesanais
Programa de rádio

Projeto
Publicação
Reforma

Relatório de pesquisa
Residência
Restauro
Roda de samba
Roteiro cinematográfico
Seminário
Site Single
Texto teatral
Tombamento, Registro
Vídeo
Visita espontânea
Visita mediada programada
Visita programada
Vivência

Quais são as principais áreas de atuação do projeto?
(Marque entre 1 e 3 principais áreas da cultura que seu projeto alcança:)
Arte de rua
Arte digital
Arte e Cultura Digital
Artes visuais
Artesanato
Audiovisual
Cenografia
Cinema Circo
Comunicação

Cultura Afro-brasileira
Cultura Alimentar
Cultura Cigana
Cultura DEF
Cultura Digital
Cultura Estrangeira (imigrantes)
Cultura Indígena
Cultura LGBTQIAP+
Cultura Negra
Cultura Popular
Cultura Quilombola
Cultura Tradicional
Dança
Design
Direito Autoral
Economia Criativa
Figurino
Filosofia
Fotografia
Gastronomia
Gestão Cultural
História
Humor e Comédia
Jogos Eletrônicos
Jornalismo
Leitura
Literatura
Livro
Meio ambiente
Memória
Moda

Museu
Música
Patrimônio Imaterial
Patrimônio Material
Performance
Pesquisa
Povos Tradicionais de Matriz Africana
Produção Cultural
Rádio
Sonorização e iluminação
Teatro
Televisão
Descrição do projeto
(Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Porque ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

Objetivos do projeto
(Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.)
Metas
(Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)
Perfil do público a ser atingido pelo projeto
(Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
Pessoas vítimas de violência
Pessoas em situação de pobreza
Pessoas em situação de rua (moradores de rua)
Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária)
Pessoas com deficiência
Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico
Mulheres
Gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais
Povos e comunidades tradicionais
Negros e/ou negras
Ciganos
Indígenas
Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos
Outros
Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida.)
Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;
( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência;
( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas;
( ) iluminação adequada;
( ) Outra _____
Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;
( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil;
( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra _____
Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.
Informe como essas medidas de acessibilidade serão implementadas ou disponibilizadas de acordo com o projeto proposto.
Local onde o projeto será executado
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada. É importante informar também os municípios e Estados onde ela será realizada.
Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:
Equipe
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra?	Pessoa indígena?	Pessoa com deficiência?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim	Sim	Sim
			Não	Não	Não

Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade Geral	Etapa	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Pré-produ ção	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/10/2024	11/11/2024

Estratégia de divulgação

Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.

Contrapartida social e estratégias de democratização de acesso

Neste campo, descreva quais ações serão realizadas para ampliar o acesso do público ao projeto ou aos seus resultados, indicando, quando aplicável, se haverá gratuidade, acessibilidade, ações em escolas, comunidades, espaços públicos, disponibilização digital, destinação de exemplares, apresentações abertas, oficinas ou outras formas de democratização de acesso.

Projeto possui recursos financeiros de outras fontes? Se sim, quais?

(Informe se o projeto prevê apoios financeiro tais como cobrança de ingressos, patrocínio e/ou outras fontes de financiamento. Caso positivo, informe a previsão de valores e onde serão empregados no projeto.)

( ) Não, o projeto não possui outras fontes de recursos financeiros
( ) Apoio financeiro municipal
( ) Apoio financeiro estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Municipal
( ) Recursos de Lei de Incentivo Estadual
( ) Recursos de Lei de Incentivo Federal
( ) Patrocínio privado direto
( ) Patrocínio de instituição internacional
( ) Doações de Pessoas Físicas
( ) Doações de Empresas
( ) Cobrança de ingressos
( ) Outros

Se o projeto tem outras fontes de financiamento, detalhe quais são, o valor do financiamento e onde os recursos serão empregados no projeto.

O projeto prevê a venda de produtos/ingressos?

(Informe a quantidade dos produtos a serem vendidos, o valor unitário por produto e o valor total a ser arrecadado. Detalhe onde os recursos arrecadados serão aplicados no projeto.)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Deve haver a indicação do parâmetro de preço (Ex.: preço estabelecido no SALICNET, 3 orçamentos, etc.) utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo.

A planilha orçamentária será utilizada exclusivamente para análise da coerência e da viabilidade da proposta, não constituindo obrigação de prestação de contas financeira, pois o cumprimento do encargo da Bolsa Cultural será demonstrado por meio do Relatório de Bolsista.

Descriçã o do item	Justificativ a	Unidade de medida	Valor unitário	Quanti dade	Valor total	Referência de preço
Ex.: Fotógraf o	Profission al necessário para registro da oficina	Serviço	R$1.100,0 0	1	R$1.10 0,00	Salicnet – Oficina/workshop/se minário Audiovisual – Brasília – Fotografia Artística – Serviço

INFORMAÇÕES SOBRE TRAJETÓRIA CULTURAL

Quais são as suas principais ações e atividades culturais realizadas?

Aqui, conte, o mais detalhadamente possível, sobre as ações culturais que você realiza, informando em que área ou segmento cultural atua, em que local realiza suas atividades, entre outras informações.

Como começou a sua trajetória cultural?

Descreva como e quando começou a sua trajetória na cultura, informando onde seus projetos foram iniciados, indicando há quanto tempo você os desenvolve.

Como as ações que você desenvolve transformam a realidade do seu entorno/sua comunidade?

Responda quem são as pessoas beneficiadas direta ou indiretamente pelas suas atividades, e como suas ações impactam e beneficiam as pessoas ao redor. Destaque se a sua comunidade participou enquanto público ou também trabalhou nos projetos que você desenvolveu.

Na sua trajetória cultural, você desenvolveu ações e projetos com outras esferas de conhecimento, tais como educação, saúde, etc.?

Descreva se as suas ações e atividades possuem relação com outras áreas além da cultura, tais como área de educação, saúde, esporte, assistência social, entre outras.

Você desenvolveu ações voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social, tais como pessoas negras, indígenas, crianças, jovens, idosos, pessoas em situação de rua, entre outros? Se sim, quais?

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

Encaminhe junto a este formulário, quando aplicável:

I — documento pessoal do proponente pessoa física ou do representante legal, contendo RG e CPF;
II — currículo, portfólio ou comprovação de trajetória cultural do proponente;
III — mini currículo dos principais integrantes da equipe do projeto, quando houver;
IV — autodeclaração étnico-racial, caso o proponente opte por concorrer às vagas reservadas para pessoas negras, pretas ou pardas, ou para pessoas indígenas;
V — declaração de pessoa com deficiência, caso o proponente opte por concorrer à vaga reservada para pessoa com deficiência;
VI — declaração de representação de grupo ou coletivo cultural, caso a inscrição seja realizada por grupo ou coletivo sem CNPJ;
VII — documentos específicos relacionados à categoria de bolsa cultural escolhida, quando houver;
VIII — outros documentos que o proponente julgar necessários para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

Observação: os documentos de habilitação previstos no item 11 do Edital serão exigidos apenas dos agentes culturais selecionados, na etapa própria de habilitação.

ANEXO III - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS DAS BOLSAS

CRITÉRIOS		
Identificação do Critério	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto - Avaliar se o conteúdo do projeto apresenta coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar os resultados que serão obtidos.	20
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do município - Avaliar quanto a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura local.	20
C	Trajetória artística e cultural do proponente - Avaliar a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta	15
D	Contribuição do agente cultural à(s) comunidade(s) em que atua, tais como realização de ações dentro da comunidade, contratação de profissionais da comunidade, priorização de populações em situação de vulnerabilidade social, tais como idosos, crianças, pessoas negras, etc.	15
E	Promoção de Diversidade- considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta estratégias que promovem a diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de integração de pessoas com deficiência, entre outras	10
	PONTUAÇÃO TOTAL:	80

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação Máxima**
F	Proponentes do gênero feminino	5
G	Proponentes negros, pretos ou pardos, ou indígenas	5
H	Proponentes com deficiência	5
I	Proponente idosos, com 65 anos ou mais	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20 PONTOS

PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PESSOAS JURÍDICAS E GRUPOS/COLETIVOS SEM CNPJ		
Identificação	**Descrição do Ponto Extra**	**Pontuação Máxima**
J	Grupos ou coletivos sem CNPJ compostos majoritariamente por pessoas negras, indígenas ou com deficiência	5
K	Grupos ou coletivos sem CNPJ compostos majoritariamente por mulheres	10
L	Grupos ou coletivos sem CNPJ com atuação em temáticas relacionadas a pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica ou social	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20 PONTOS

CONSIDERAÇÕES:

A pontuação de cada critério será atribuída pela Comissão de Seleção, de forma fundamentada, observados os parâmetros previstos neste Anexo.
A nota final do projeto será composta pela soma da pontuação obtida nos critérios de avaliação de mérito cultural, acrescida dos bônus aplicáveis ao proponente, quando houver, limitada ao total de **100 (cem) pontos**.

Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação **0 (zero)** em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.
Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a **60 (sessenta) pontos.**
Em caso de empate, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

I. maior pontuação no critério A;
II. maior pontuação no critério B;
III. maior pontuação no critério C;
IV. maior pontuação no critério D;
V. maior pontuação no critério E;
VI. maior pontuação total nos critérios de bônus aplicáveis ao proponente;
VII. maior idade do proponente pessoa física ou do representante legal, no caso de grupo/coletivo sem CNPJ;
VIII. sorteio público.

Serão desclassificados os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito ou discriminação de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade, deficiência ou outras formas de discriminação, com fundamento no art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
A falsidade de informações acarretará a desclassificação do proponente, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas, cíveis ou criminais cabíveis.

ANEXO IV - MINUTA DO TERMO DE BOLSA CULTURAL

TERMO DE BOLSA CULTURAL Nº _____
PNAB MUNICIPAL CICLO 02 / 2026

TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE BOLSA CULTURAL A PROJETO CONTEMPLADO PELO EDITAL PNAB CICLO 02 MUNICIPAL, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 14.399/2022 (PNAB), DA LEI FEDERAL Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DE FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO FEDERAL Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO) E DO DECRETO FEDERAL Nº 11.740/2023 (DECRETO PNAB).

1. PARTES
1.1 O Município de São Gotardo/MG, neste ato representado por JOYCE FABIULA RODRIGUES, e o(a) AGENTE CULTURAL, portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedido por [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], inscrito(a) no CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente/sediado(a) à [INDICAR ENDEREÇO], CEP [INDICAR CEP], telefone [INDICAR TELEFONE], resolvem firmar o presente Termo de Bolsa Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Bolsa Cultural é instrumento da modalidade de concessão de bolsas culturais de que trata o inciso III do art. 8º do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural habilitado nos termos da LEI FEDERAL Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO) e do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Bolsa Cultural tem por objeto a concessão de bolsa cultural ao projeto cultural_____ conforme processo administrativo municipal nº_____ .

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros concedidos a título de Bolsa Cultural totalizam o montante de R$ 161.000,00.
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, aberta no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

4.3. No caso de grupo ou coletivo sem CNPJ, os recursos serão transferidos para conta bancária de titularidade do representante indicado na Declaração de Representação constante do Anexo VI do Edital.

5. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E CUMPRIMENTO DO ENCARGO
5.1 O valor da Bolsa Cultural será utilizado pelo(a) AGENTE CULTURAL para viabilizar sua dedicação e a realização da ação cultural aprovada, não havendo obrigação de apresentação de notas fiscais, recibos ou prestação de contas financeira, sem prejuízo da comprovação do cumprimento do encargo por meio do Relatório de Bolsista.
5.2 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações DO MUNICÍPIO:
I) transferir os recursos ao(à) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento de comprovação do cumprimento do encargo, por meio do Relatório de Bolsista e demais documentos materiais que demonstrem a execução da ação cultural, vedada a exigência de demonstração financeira;
III) analisar e emitir parecer sobre o relatório do bolsista e demais informações apresentadas pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste Termo de Bolsa Cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar o projeto objeto da Bolsa Cultural, que constitui o encargo;
II - ao final da execução, apresentar Relatório de Bolsista no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da finalização do projeto cultural, conforme modelo constante do Anexo V do Edital; III - atender a qualquer solicitação regular feita pelo município, no prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento da notificação, que pode se dar por via telefônica, mensagem eletrônica, ou ainda por meio de comunicação oficial via correios e/ou ofício.

7. ALTERAÇÃO DO TERMO DE BOLSA CULTURAL
7.1 Este Termo de Bolsa Cultural pode ser alterado por termo aditivo, mediante solicitação fundamentada do interessado ou por iniciativa do município, desde que não haja alteração do objeto acordado.
7.2 A alteração de cronograma que não exija modificação da cláusula de vigência pode ser realizada por termo de apostilamento assinado apenas pelo município, sem necessidade de análise jurídica prévia.

8. EXTINÇÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO DO TERMO DE BOLSA CULTURAL
8.1 O presente Termo de Bolsa Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) comprovação de desvio de finalidade, fraude, dano ao erário ou utilização dos recursos em desacordo com o objeto da Bolsa Cultural;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
8.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando as partes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente deste Termo.
8.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
8.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
8.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

9. DESCUMPRIMENTO DO ENCARGO
9.1 O não cumprimento do encargo poderá resultar em:
I - pagamento de multa;
II - suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
9.2 O pagamento da multa e a suspensão poderão ser convertidos em obrigação de executar plano de ações compensatórias.
9.3 A decisão sobre o descumprimento deve ser precedida de abertura de prazo de 10 dias para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
9.4 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

10. VIGÊNCIA
10.1 A vigência deste Termo de Bolsa Cultural terá início na data de sua assinatura, com duração de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada mediante justificativa e autorização da Administração Pública, observada a legislação aplicável.

11. PUBLICAÇÃO
11.1 O extrato do Termo de Bolsa Cultural será publicado no site oficial do Município ou em outro meio oficial adotado pela Administração Pública.

12 FORO
12.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Gotardo/MG para dirimir eventuais dúvidas ou controvérsias decorrentes deste Termo de Bolsa Cultural, quando não solucionadas administrativamente.

São Gotardo,____ de _____ de 2026.

Pelo município:
_____

Pelo Agente Cultural:

_____
[NOME DO AGENTE CULTURAL]

ANEXO V - RELATÓRIO DO BOLSISTA

1. NOME DO AGENTE CULTURAL QUE RECEBEU A BOLSA:

2. CATEGORIA:

3. NOME DO PROJETO:

4. CUMPRIMENTO DO ENCARGO
As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações. ( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

Descreva como o encargo foi cumprido. No caso de projeto de pesquisa, explique o projeto e detalhe como foi sua execução e finalização. Em caso de projetos de promoção, difusão, circulação, intercâmbio e residência cultural, explique como foram realizadas as atividades, onde foram realizadas, quando foram realizadas.

5. DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO
Junte os documentos que comprovem que você executou o encargo (projeto), tais como relatório fotográfico, vídeos, links de postagens, certificado, cópia da pesquisa apresentada.

Declaro estar ciente de que este relatório tem por finalidade demonstrar o cumprimento do encargo assumido no Termo de Bolsa Cultural, não constituindo prestação de contas financeira.

NOME E ASSINATURA DO AGENTE CULTURAL

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO-CULTURAL

OBS.: esta declaração deve ser preenchida somente por proponentes que sejam grupo ou coletivo sem personalidade jurídica, ou seja, sem CNPJ.

NOME DO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO-CULTURAL:
NOME DO REPRESENTANTE INDICADO PELO GRUPO OU COLETIVO ARTÍSTICO: DADOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE:
IDENTIDADE:
CPF:
E-MAIL
E TELEFONE

Os integrantes abaixo-assinados, pertencentes ao grupo ou coletivo artístico-cultural acima identificado, declaram, para fins de participação no Edital PNAB — Política Nacional Aldir Blanc — Ciclo 02 — Bolsas, que elegem a pessoa indicada neste documento como representante do grupo ou coletivo perante a Administração Pública Municipal.
O representante indicado fica autorizado a praticar os atos necessários à participação do grupo ou coletivo neste Edital, incluindo inscrição, envio de documentos, recebimento de comunicações, apresentação de recursos, assinatura do Termo de Bolsa Cultural, recebimento dos recursos financeiros, apresentação do Relatório de Bolsista e demais atos necessários à execução do projeto aprovado.
Os integrantes declaram estar cientes de que o representante indicado será responsável pela comunicação com a Administração Pública, pelo recebimento dos recursos, pela execução do projeto e pelo cumprimento do encargo previsto no Edital e no Termo de Bolsa Cultural.
Os integrantes declaram, ainda, que não incorrem nas vedações de participação previstas no Edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURA

São Gotardo, de de 2026

ANEXO VII - DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL
1 DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL PARA PESSOA FÍSICA

Para agentes culturais pessoas físicas optantes pelas cotas étnico-raciais — pessoas negras, pretas ou pardas, ou pessoas indígenas.

Eu,_____ , CPF nº _____, RG nº _____, declaro, para fins de participação no Edital PNAB — Política Nacional Aldir Blanc — Ciclo 02 — Bolsas, que sou:

( ) pessoa negra, preta ou parda;
( ) pessoa indígena.
Declaro estar ciente de que poderão ser adotados procedimentos complementares de verificação da autodeclaração, nos termos do Edital e da Instrução Normativa MinC nº 10/2023.
Declaro, ainda, estar ciente de que a apresentação de declaração falsa poderá acarretar desclassificação do Edital, perda do direito à vaga reservada e aplicação das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis.

Por ser verdade, assino a presente declaração.

Local e data: _____
Nome do declarante: _____
Assinatura do declarante: _____

2. DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL PARA GRUPO OU COLETIVO SEM CNPJ

Para grupos ou coletivos sem CNPJ optantes pelas cotas étnico-raciais — pessoas negras, pretas ou pardas, ou pessoas indígenas.
Eu, _____ , CPF nº _____, RG nº_____ , na qualidade de representante indicado do grupo ou coletivo denominado , declaro, para fins de participação no Edital PNAB — Política Nacional Aldir Blanc, que o grupo ou coletivo por mim representado opta por concorrer à cota destinada a:
( ) pessoas negras, pretas ou pardas;
( ) pessoas indígenas.
Declaro que a opção pela cota se fundamenta na composição, liderança, equipe ou protagonismo de pessoas negras, pretas ou pardas, ou indígenas, no âmbito do grupo ou coletivo representado, conforme as regras previstas no Edital.
Declaro, ainda, que o grupo ou coletivo atende à seguinte condição:
_____.
Declaro estar ciente de que poderão ser adotados procedimentos complementares de verificação da autodeclaração, nos termos do Edital e da Instrução Normativa MinC nº 10/2023.
Declaro, ainda, estar ciente de que a apresentação de declaração falsa poderá acarretar desclassificação do Edital, perda do direito à vaga reservada e aplicação das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis.
Por ser verdade, assino a presente declaração.

Local e data: _____
Nome do representante: _____
Assinatura do representante: _____

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA
1 DECLARAÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA — PESSOA FÍSICA
Para agentes culturais pessoas físicas optantes pela cota destinada a pessoas com deficiência.
Eu, _____, CPF nº _____, RG nº_____ , declaro, para fins de participação no Edital PNAB — Política Nacional Aldir Blanc — Ciclo 02 — Bolsas, que sou pessoa com deficiência.
Declaro estar ciente de que poderão ser adotados procedimentos complementares de verificação, nos termos do Edital e da Instrução Normativa MinC nº 10/2023.
Declaro, ainda, estar ciente de que a apresentação de declaração falsa poderá acarretar desclassificação do Edital, perda do direito à vaga reservada e aplicação das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis.
Por ser verdade, assino a presente declaração.

Local e data: _____
Nome do declarante: _____
Assinatura do declarante: _____

2 DECLARAÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA — GRUPO OU COLETIVO SEM CNPJ

Para grupos ou coletivos sem CNPJ optantes pela cota destinada a pessoas com deficiência.
Eu, _____, CPF nº_____ , RG nº_____ , na qualidade de representante indicado do grupo ou coletivo denominado , declaro, para fins de participação no Edital PNAB — Política Nacional Aldir Blanc, que o grupo ou coletivo por mim representado opta por concorrer à cota destinada a pessoa com deficiência.
Declaro que a opção pela cota se fundamenta na composição, liderança, equipe ou protagonismo de pessoa com deficiência no âmbito do grupo ou coletivo representado, conforme as regras previstas no Edital.
Declaro, ainda, que o grupo ou coletivo atende à seguinte condição: _____.

Declaro estar ciente de que poderão ser adotados procedimentos complementares de verificação, nos termos do Edital e da Instrução Normativa MinC nº 10/2023.
Declaro, ainda, estar ciente de que a apresentação de declaração falsa poderá acarretar desclassificação do Edital, perda do direito à vaga reservada e aplicação das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis.
Por ser verdade, assino a presente declaração.

Local e data: _____
Nome do representante: _____
Assinatura do representante: _____

ANEXO IX - FORMULÁRIOS DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS
FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:

CPF:
CATEGORIA:
NOME DO PROJETO:

À Comissão de Seleção,

Com base no resultado provisório da etapa de seleção do Edital PNAB — Política Nacional Aldir Blanc — Ciclo 02 — Bolsas, venho apresentar recurso, solicitando a reavaliação do resultado, conforme justificativa abaixo.

Justificativa do recurso:
_____

Local, data.

_____
Assinatura
NOME COMPLETO

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:
CATEGORIA:
NOME DO PROJETO:

À Comissão responsável pela habilitação,

Com base no resultado provisório da etapa de habilitação do Edital PNAB — Política Nacional Aldir Blanc — Ciclo 02 — Bolsas, venho apresentar recurso, solicitando a reavaliação do resultado, conforme justificativa abaixo.

Justificativa do recurso:
_____

São Gotardo, __de __de 2026.

_____
Assinatura
NOME COMPLETO

Publicado por:
Maria Neli de Oliveira Teixeira
Código Identificador:624604AF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS – EDITAL – 13/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS – , em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 14.229/21, e pelas Resoluções do CONTRAN nº. 918/2022, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, Notifica através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, das respectivas Infrações de Transito, estabelecendo prazo legal de 30 (trinta) dias, a contar da presente publicação para a facultativa interposição da Defesa da Autuação ou Solicitar a aplicação de Penalidade de Advertência Por Escrito, observado os termos da Resolução do CONTRAN Conselho Nacional de Transito, nº. 918/2022.
A Defesa da Autuação por ventura interposta, ou a Solicitação da aplicação da Penalidade de Advertência por Escrito, deverão ser entregues PESSOALMENTE ou VIA CORREOS (de preferência mediante aviso de recebimento), ao SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS - , que fica localizado na Rua Dr. Artur Brandão,145 – Botafogo - TRES PONTAS MG - CEP. 37187-144.
Caso o infrator não tenha sido identificado no momento da autuação, e tratando-se de infração de responsabilidade do condutor, para fins de pontuação, o proprietário do veículo, tem o prazo de 30 dias a contar da presente publicação, para identificá-lo, sob pena de ser considerado o responsável pela pontuação decorrente, nos termos dos §§ 7º e 8º do artigo 257, da Lei Federal 14.229/21 (Código de Transito Brasileiro). O formulário para identificação do Condutor Infrator pode ser solicitado no SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS, localizado na Rua Dr. Artur Brandão,145 – Botafogo - TRES PONTAS MG - CEP. 37187-144.
ATENÇÃO: A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (35) 3265-2730.

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO
RTD0A24	AG02829763	24/07/2026	5541-1
SHK1D88	AG02829764	26/07/2026	5193-0
HJU0501	AG02829765	27/07/2026	7625-2
OWI5I48	AG02829766	27/07/2026	7625-2
FYW8D12	AG02829767	27/07/2026	7625-2
RTA1D72	AG02828870	27/07/2026	7625-2
BMV3392	AG02829768	27/07/2026	5452-6
PBA9B43	AG02828871	27/07/2026	5452-6
PWH4522	AG02829769	27/07/2026	5452-6

SCL0I43	AG02829770	27/07/2026	7625-1
FOC6D65	AG02828872	28/07/2026	7625-2
RNN9H77	AG02828873	28/07/2026	7625-2
TCP5H36	AG02829771	28/07/2026	5452-6
SHR3A87	AG02828874	28/07/2026	5541-4
LCG9722	AG02829772	28/07/2026	5452-6
FAE2276	AG02829773	28/07/2026	5541-4
TCO5F34	AG02828875	28/07/2026	5452-2
TZI8I74	AG02829774	29/07/2026	5380-0
QPJ8779	AG02828876	29/07/2026	6050-1
TZA6C56	AG02829775	29/07/2026	5738-0
JBR9E31	AG02828877	30/07/2026	5452-6
GAG0I05	AG02829786	31/07/2026	5541-1
EVR9963	AG02829776	03/08/2026	5550-0
RUG2D90	AG02829778	03/08/2026	7625-2
NYE6041	AG02829779	03/08/2026	5452-6
ASU3A41	AG02828878	03/08/2026	7625-2
TZI5D84	AG02829781	03/08/2026	5541-1
TCM2E14	AG02829782	03/08/2026	5541-1
GUW9158	AG02829783	03/08/2026	5452-2
CBN8067	AG02829787	03/08/2026	6130-0
AYC3G63	AG02829791	03/08/2026	7366-2
QPN8786	AG02829797	03/08/2026	5541-1
HIF9374	AG02829777	04/08/2026	5738-0
QQY9H32	AG02829780	04/08/2026	6050-1
SHU5C85	AG02829784	04/08/2026	5738-0
SHU5C85	AG02829785	04/08/2026	5738-0
EBX5576	AG02829792	04/08/2026	5622-1
ASM7A16	AG02829793	04/08/2026	5541-4
HNG0498	AG02829788	05/08/2026	5452-2
FLO3861	AG02829790	05/08/2026	7625-1
HNG0445	AG02829795	05/08/2026	5452-6
QOF4B65	AG02829796	05/08/2026	5550-0
QUF0F41	AG02829805	05/08/2026	5541-1
RFK2C70	AG02829806	05/08/2026	5541-1
HHA6D26	AG02829800	06/08/2026	7056-1
HEC1A25	AG02829801	06/08/2026	5193-0
RNZ6C64	AG02829802	06/08/2026	7048-1
GUW9780	AG02829803	06/08/2026	5452-2
TYF9J83	AG02829804	06/08/2026	5452-6
BCS5E37	AG02829807	06/08/2026	5541-1
FMO3D00	AG02829808	06/08/2026	5592-0
RTK7H91	AG02829810	06/08/2026	5401-0
AAE3779	AG02829811	06/08/2026	5401-0
AAE3779	AG02829812	06/08/2026	5452-2
HJY9C97	AG02829799	07/08/2026	7099-1
KYV5B93	AG02829809	07/08/2026	5541-1
UAE2B92	AG02829813	10/08/2026	5550-0
NUV5088	AG02829814	10/08/2026	5541-4
GUW9D38	AG02829815	10/08/2026	5550-0
ABL8I87	AG02829816	12/08/2026	5541-4
SYI5I51	AG02829817	15/08/2026	5452-2
CJV2E82	AG02829818	15/08/2026	5452-6
RNJ2J12	AG02829826	16/08/2026	5193-0
TDX0I41	AG02829824	17/08/2026	5010-0
HNZ9896	AG02829834	17/08/2026	5380-0
ORA5029	AG02829820	18/08/2026	5550-0
OWR5914	AG02829821	18/08/2026	5550-0
LLX6297	AG02829822	18/08/2026	5541-4
PUI6G92	AG02828880	18/08/2026	5452-6
FAN6E63	AG02828881	18/08/2026	5452-2
SHY1D79	AG02828882	18/08/2026	5410-0
HMT3I99	AG02829835	18/08/2026	5380-0
BES3J65	AG02829819	19/08/2026	5452-2
OOZ1165	AG02829827	19/08/2026	5452-6
PUR6D86	AG02829828	19/08/2026	5380-0
GUW9B59	AG02829829	19/08/2026	5452-2
AVW6F71	AG02829830	19/08/2026	5452-2
TEX5C87	AG02829831	19/08/2026	5452-2
HFC2393	AG02829832	19/08/2026	5380-0
SHH3E07	AG02829840	19/08/2026	6122-0
TKP5G53	AG02829823	20/08/2026	5550-0
GRW5I09	AG02829833	20/08/2026	5380-0
HHY0802	AG02829837	20/08/2026	5452-2
CMB6E16	AG02829838	20/08/2026	5193-0
RMU1E72	AG02829845	20/08/2026	5452-2
GYH0E92	AG02829846	20/08/2026	5452-6
OQR0169	AG02829847	20/08/2026	5452-2
FLO3861	AG02829848	21/08/2026	5452-2
KVN9464	AG02829849	21/08/2026	5487-0
HAF4F21	AG02829841	24/08/2026	5738-0
QNB2840	AG02829842	24/08/2026	5452-6
TEL7E49	AG02829843	24/08/2026	7625-1
QNC8332	AG02829850	24/08/2026	5380-0
DMG4C74	AG02829851	24/08/2026	5541-1
QOV9H38	AG02829852	24/08/2026	7625-2
HLS8972	AG02829853	24/08/2026	5452-2
PUZ0B61	AG02829854	24/08/2026	5541-4
SJF1H12	AG02829855	24/08/2026	5452-2

QPQ8120	AG02829856	24/08/2026	5487-0
RLF2E32	AG02829857	24/08/2026	5487-0
LQZ5G43	AG02829858	24/08/2026	6068-1
ELH3219	AG02829859	24/08/2026	5452-6

Autoridade De Trânsito

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:EC8BE9D7

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS – EDITAL – 13/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS – , em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 14.229/21 e pela Resolução do CONTRAN nº. 918/2022, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, NOTIFICA através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, da aplicação das respectivas penalidades de multas referentes aos autos de infrações abaixo especificados. Fica estabelecido prazo máximo de 30 dias, contados da publicação desde edital, para a facultativa interposição de recurso administrativo, conforme normatizações do CTB - Código de Trânsito Brasileiro e CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. O recurso por ventura interposto, deverá ser entregue PESSOALMENTE ou VIA CORREOS (de preferência mediante aviso de recebimento), ao SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS - , que fica localizado na Rua Dr. Artur Brandão,145 – Botafogo - TRES PONTAS MG - CEP. 37187-144. Para a obtenção de 20% de desconto, a multa deverá ser paga em até 30 dias a partir da data de publicação do presente Edital (artigo 284 da lei Federal n° 14.229/21).
ATENÇÃO: A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (35) 3265-2730.

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO
HEU9117	AG02817708	05/07/2021	5452-2
DKG6406	AG02817120	07/07/2021	5185-1
HMH1894	AG02817776	13/07/2021	5541-1
QXE2149	AG02817795	13/07/2021	6050-2
GAA3C35	AG02817780	14/07/2021	7633-1
RMK4A43	AG02818422	16/07/2021	7366-2
KVA3362	AG02818411	17/07/2021	5452-6
FEO2E62	AG02818463	26/07/2021	6050-2
OQU6238	AG02818815	07/08/2021	6530-0
PVU7I57	AG02818499	21/08/2021	6530-0
PXE6150	AG02818399	22/08/2021	5185-1
GOZ1861	AG02818512	28/08/2021	5835-0
GOZ1861	AG02818513	28/08/2021	6050-2
QPH5151	AG02818830	03/09/2021	5460-0
OOV6643	AG02818872	03/09/2021	5541-1
PXO4I49	AG02818806	04/09/2021	6530-0
DGI8986	AG02818852	11/09/2021	6530-0
EUM9332	AG02818853	12/09/2021	6530-0
HFX2C58	AG02817555	13/09/2021	5541-1
OME6024	AG02818935	18/09/2021	5673-1
DSX7673	AG02818962	18/09/2021	6530-0
HFX2C58	AG02818900	25/09/2021	5541-4
DQI7395	AG02829687	15/10/2021	6530-0
DQI7395	AG02829688	15/10/2021	5185-1
DQB4F51	AG02818996	17/10/2021	5541-1
PZD1813	AG02819048	18/10/2021	5185-1
EHX0I20	AG02819054	18/10/2021	5185-1
FQQ2C46	AG02818232	02/11/2021	6530-0
HNG0564	AG02818270	03/02/2022	5452-2
EQZ5A40	AG02818280	09/02/2022	5738-0
EIQ0505	AG02829677	19/02/2022	5410-0
OQU2I93	AG02829651	20/02/2022	5738-0
GZB1405	AG02818247	27/02/2022	5460-0
QXS1I07	AG02818327	27/02/2022	6530-0
GZB1405	AG02818329	27/02/2022	5541-2
DRA7063	AG02818660	28/02/2022	5185-1
DCG7848	AG02818367	01/03/2022	6530-0
CWH7H79	AG02818334	09/03/2022	6530-0
GRJ8A88	AG02818337	12/03/2022	6530-0
DXS4C71	AG02818375	24/03/2022	6530-0
CRT6H83	AG02819948	09/04/2022	6530-0
FMI5334	AG02820007	16/04/2022	5568-0
JLQ0012	AG02820009	16/04/2022	5487-0
GZB0703	AG02819572	05/10/2022	5576-0
GWD1103	AG02819641	13/10/2022	5568-0
HSA0564	AG02820325	06/11/2022	7633-2
CAX9902	AG02819755	10/11/2022	6530-0
HEH0G68	AG02819756	11/11/2022	6530-0
QWU5E34	AG02819779	16/11/2022	5452-6
PJB2H66	AG02819517	24/11/2022	6530-0
RMS7I66	AG02819843	25/11/2022	5541-1
GUW9758	AG02819536	04/12/2022	5185-1
RUK0J33	AG02819940	09/12/2022	6050-1
RTP6C15	AG02819850	11/12/2022	5835-0
HAZ3J18	AG02822048	07/12/2023	5878-0
DUB8585	AG02828509	06/05/2026	7366-2
GBL0998	AG02828510	07/05/2026	7625-1

CRA2476	AG02829186	07/05/2026	5452-2
GCD7230	AG02829187	07/05/2026	5452-6
OQH6D69	AG02829192	07/05/2026	5541-1
ERJ4G65	AG02828388	08/05/2026	6530-0
CCN6E18	AG02828921	08/05/2026	6530-0
OLS8185	AG02829185	08/05/2026	5541-1
QUL5D05	AG02829193	08/05/2026	5452-2
HSX7H24	AG02829194	08/05/2026	5452-6
ECN0166	AG02829195	08/05/2026	5452-6
HIQ7F57	AG02828931	09/05/2026	6050-2
HIQ7F57	AG02828932	09/05/2026	7056-1
HIQ7F57	AG02828933	09/05/2026	5720-0
EKO6J56	AG02828934	09/05/2026	5525-0
CTI5019	AG02828922	11/05/2026	5452-6
EUC8397	AG02828923	11/05/2026	5452-2
DSE0D89	AG02828924	11/05/2026	5452-2
QMY7C62	AG02828927	11/05/2026	5819-1
QMY7C62	AG02828928	11/05/2026	5738-0
HAJ8C30	AG02828813	11/05/2026	7056-1
GTZ6343	AG02828815	13/05/2026	5878-0
GTZ6343	AG02828816	13/05/2026	5207-0
SYO5D75	AG02828814	14/05/2026	5819-4
RTI3C57	AG02828817	14/05/2026	5452-6
GRC1978	AG02828818	14/05/2026	5452-2
CZL7700	AG02828819	14/05/2026	5452-6
TYE1F84	AG02829197	14/05/2026	5738-0
TZB0J93	AG02829200	14/05/2026	5452-2
OPL0413	AG02828820	15/05/2026	5452-2
OPM3402	AG02828821	15/05/2026	5452-6
GZT0181	AG02828822	15/05/2026	7625-2
BDQ1A23	AG02828823	15/05/2026	7625-1
GXV4542	AG02829198	15/05/2026	7048-1
EUG4G92	AG02829206	15/05/2026	5541-4
OLY4E45	AG02829207	15/05/2026	5550-0
TEJ0A86	AG02829208	15/05/2026	5550-0
GSR0G69	AG02829209	15/05/2026	6068-1
GSR0G69	AG02829210	15/05/2026	7340-0
GSR0G69	AG02829211	15/05/2026	7684-1
EVK4351	AG02829222	18/05/2026	5452-2
OOX1D24	AG02829201	18/05/2026	6068-1
TZI1H27	AG02829315	18/05/2026	5452-1
RFE4E20	AG02829202	19/05/2026	5541-4
SYI3I46	AG02829203	19/05/2026	5541-4
RFK2C70	AG02829204	19/05/2026	5541-1
FQX0442	AG02829223	20/05/2026	5452-6
OQW6G75	AG02829212	20/05/2026	5452-2
TYX8G43	AG02829313	20/05/2026	6050-1
MCZ5I39	AG02829318	20/05/2026	5550-0
DQP9I73	AG02829320	20/05/2026	5487-0
DEF3C44	AG02828400	20/05/2026	5452-2
QUF0F41	AG02828401	20/05/2026	5380-0
EVR1C47	AG02828826	24/05/2026	5541-1
HCZ4881	AG02828828	25/05/2026	5568-0
HHX9820	AG02828830	25/05/2026	5452-2
PUL0B98	AG02828831	25/05/2026	5541-1
BNF6741	AG02828849	25/05/2026	5185-1
BNF6741	AG02828850	25/05/2026	5207-0
GSQ2068	AG02829322	26/05/2026	5738-0
TEG5E39	AG02829323	26/05/2026	6041-2
TZA1F50	AG02829324	26/05/2026	6041-2
TDU9B57	AG02828832	26/05/2026	5452-6
SWI3E61	AG02829332	26/05/2026	5452-1
SVB8C90	AG02829334	26/05/2026	5452-1
GZE2J13	AG02829228	27/05/2026	5452-2
LRS7F36	AG02829325	27/05/2026	5452-6
TET0B33	AG02829326	27/05/2026	5541-1
HKP2B84	AG02828833	27/05/2026	6068-1
SYX7C82	AG02828836	27/05/2026	5380-0
SHJ5J64	AG02828837	27/05/2026	5380-0
HKB0092	AG02828839	28/05/2026	5541-1
UFB2B26	AG02828840	28/05/2026	5541-1
ENJ6J07	AG02828841	28/05/2026	5541-1
SYY6B19	AG02828842	28/05/2026	5380-0
EPN9354	AG02828843	28/05/2026	5380-0
TXE7B83	AG02828845	28/05/2026	5541-1
TEE7D11	AG02828846	28/05/2026	5452-6
DYM0J72	AG02828847	28/05/2026	5452-6
TDT5C37	AG02828848	28/05/2026	5452-6
ORB4B61	AG02829335	28/05/2026	5452-1
ONK2823	AG02829336	28/05/2026	5452-1
RNP1F54	AG02829337	28/05/2026	5738-0
SIL0H29	AG02829338	28/05/2026	5991-0
EZP9I91	AG02829340	28/05/2026	5452-2
TET0B33	AG02828835	29/05/2026	5380-0
QWW4576	AG02829327	29/05/2026	5452-2
LPR9733	AG02829342	29/05/2026	5835-0
LPR9733	AG02829343	29/05/2026	5525-0
LPR9733	AG02829344	29/05/2026	5380-0
QWW4564	AG02828940	30/05/2026	7633-2

DFS2J78	AG02828941	30/05/2026	6530-0
HBR1285	AG02828943	31/05/2026	6530-0
HEW5021	AG02829339	01/06/2026	5193-0
HMT3D84	AG02829346	01/06/2026	7633-2
ECT6613	AG02828851	02/06/2026	5452-2
QXT9I69	AG02829345	02/06/2026	5452-6
GZA1C48	AG02829347	02/06/2026	7625-2
MUR2A50	AG02828944	03/06/2026	5452-2
RMY2A84	AG02828945	03/06/2026	5452-6
GQP3616	AG02828947	03/06/2026	6530-0
HFM3173	AG02829349	04/06/2026	5193-0
PUN5779	AG02828949	06/06/2026	5452-5
DPO6362	AG02828950	06/06/2026	7684-1
GXZ3C14	AG02829236	06/06/2026	7340-0
TXZ9B04	AG02829350	06/06/2026	5452-6
TXB2J04	AG02829351	06/06/2026	5452-2
TXL5A75	AG02829352	06/06/2026	5452-2
OWZ2128	AG02829353	06/06/2026	5452-2
HLI0134	AG02829348	08/06/2026	5568-0
UJL1G84	AG02829239	09/06/2026	7633-2
TCQ2E65	AG02829354	09/06/2026	7625-1
OWZ3A00	AG02829361	09/06/2026	5452-2
PVZ9D36	AG02829362	09/06/2026	5622-5
TZP7E25	AG02829240	10/06/2026	5410-0
QXB6C24	AG02829241	10/06/2026	5452-2
TYL3E44	AG02829242	10/06/2026	5452-2
GUP1649	AG02828402	10/06/2026	6530-0
GZB1276	AG02829356	10/06/2026	5452-2
SYK8I81	AG02829358	11/06/2026	5452-2
PYE3E32	AG02829359	11/06/2026	5452-2
GZB5D76	AG02829360	11/06/2026	5452-2
PVB0J28	AG02829355	12/06/2026	5452-2
GXY8H70	AG02828953	12/06/2026	5738-0
DHR3I80	AG02828955	12/06/2026	5398-0
GAK7J30	AG02828956	12/06/2026	5576-0
GZB1405	AG02829363	12/06/2026	5568-0

Autoridade De Trânsito

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:F218E63B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIQUINHAS

LICITAÇÃO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIQUINHAS
CNPJ : 18.296.640 / 0001 - 56
RUA GOIAS, 986 - CENTRO – BIQUINHAS – MINAS GERAIS
CEP: 35.621-0000
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
1. INTRODUÇÃO1

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa da fase de planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele ainda servirá de base ao termo de referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2. UNIDADE REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Obras, serviços e transportes.
3. REFERÊNCIA LEGAL

Aplicam-se à contratação proposta os seguintes marcos normativos:

3.1. Lei Federal n°. 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

3.2. Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n° 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar n° 155/2016 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

3.3. Decreto Municipal nº. 090, de 28 de dezembro de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Prefeitura Municipal de Biquinhas e dá outras providências;

3.4. Decreto Municipal nº. 086, de 11 de dezembro de 2023, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado para as microempresas e de pequeno porte nos processos de licitações públicas no âmbito do município de Biquinhas/MG, e dá outras providências.

3.5 A contratação se sujeita ainda aos demais requisitos legais e normativos que regem a matéria.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E OBJETO2

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de óleos lubrificantes, filtros e demais insumos destinados à manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ou utilizados pelo Município de Biquinhas/MG, visando assegurar condições adequadas de funcionamento, segurança, desempenho e disponibilidade dos bens públicos.

1 Art. 6º, inciso XX da Lei 14.133/2021 c/c Art. 7º do Decreto Municipal nº. 90/2023
2 Art. 18, inciso I, §1º da Lei 14.133/2021

A aquisição desses insumos é necessária para viabilizar a execução de manutenções preventivas e corretivas, especialmente aquelas relacionadas à substituição periódica de óleos lubrificantes, filtros de óleo, combustível, ar e demais componentes, conforme as especificações e recomendações técnicas aplicáveis a cada veículo ou equipamento. A manutenção preventiva constitui medida essencial para reduzir o desgaste prematuro dos componentes, prevenir falhas mecânicas e prolongar a vida útil da frota municipal.

Com a contratação, será possível atender de forma planejada ao cronograma de manutenção e reposição dos insumos, evitando a paralisação dos veículos e máquinas por ausência de materiais indispensáveis à sua manutenção. A disponibilidade dos produtos permitirá, ainda, a realização tempestiva de manutenções corretivas, quando identificadas falhas ou desgastes, possibilitando o restabelecimento das condições adequadas de uso e funcionamento dos veículos e equipamentos.

A manutenção regular da frota mostra-se indispensável para garantir segurança, dirigibilidade, confiabilidade, eficiência operacional e disponibilidade dos veículos e máquinas, considerando sua utilização nas atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias e órgãos municipais. A adequada conservação desses bens contribui diretamente para a continuidade dos serviços públicos prestados à população. Nesse contexto, considerando as disposições do Decreto Municipal nº 086, de 11 de dezembro de 2023, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado para as microempresas e empresas de pequeno porte nos processos de licitações públicas no âmbito do Município de Biquinhas/MG, deverá ser avaliada e observada a aplicação do tratamento regionalizado, quando presentes os pressupostos legais e regulamentares para sua adoção.

A consideração do critério de regionalidade busca, nos termos da regulamentação municipal, fortalecer a participação de microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no âmbito local e regional, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região, para a circulação de recursos na economia local e para o fortalecimento dos pequenos negócios, sem afastar os princípios da isonomia, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A adoção do tratamento regionalizado deverá observar, rigorosamente, os limites territoriais, condições, requisitos, hipóteses e demais critérios estabelecidos no Decreto Municipal nº 086/2023, de modo que eventual preferência ou benefício concedido às empresas locais ou regionais esteja devidamente fundamentado e seja compatível com a legislação aplicável e com as características do objeto pretendido.
Ressalta-se, ainda, que a utilização de óleos lubrificantes e filtros de qualidade e compatíveis com as especificações técnicas dos veículos e equipamentos é fundamental para assegurar o desempenho adequado dos motores e demais sistemas, reduzir a ocorrência de defeitos e minimizar custos decorrentes de manutenções prematuras ou danos ocasionados pela utilização inadequada de insumos.

Dessa forma, a aquisição pretendida mostra-se necessária, adequada e indispensável à manutenção da frota municipal em condições regulares de funcionamento, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais e o atendimento eficiente das demandas das diversas Secretarias do Município de Biquinhas/MG, ao mesmo tempo em que, quando cabível, poderá promover o desenvolvimento econômico local e regionalmediante a aplicação do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do Decreto Municipal nº 086/2023.

5. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO3

O levantamento da quantidade foi feito através da análise criteriosa da demandante, conversa com o responsável pela frota municipal e traz à tona o alinhamento entre o planejamento do que se pretende contratar, gerando despesas em conformidade com as leis de diretrizes orçamentárias, a fim de que não exceda a previsão estipulada, nem ultrapasse a análise de saldo orçamentário junto ao Quadro de Detalhamento da Despesa - Q.D.D., frisando que não foi elaborado Plano Anual de Contratações Públicas.

6. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO4

Trata-se de aquisição óleos lubrificantes e filtros para os veículos, motos, ônibus e máquinas pesadas. Sendo assim, justificasse a abertura do presente procedimento licitatório, face ao interesse público de atender as necessidades dos veículos e máquinas que compõe a frota municipal.

O desempenho regular das atividades praticadas no ambiente da administração, uma vez que os veículos oficiais devem estar em plenas condições de funcionamento e conservação, à disposição do serviço sempre que forem demandados e, no caso de situações emergenciais, receber o atendimento e assistência devidos.

Os óleos lubrificantes e filtros ofertados deverão ser novos, sem uso anterior com certificação do INMETRO, garantia de 90 (noventa) dias a partir da data da entrega; anteriormente a isso devem ter sido armazenados de forma adequada de acordo com as especificações do fabricante.

A contratada deve possuir quantitativamente e qualitativamente estruturas necessárias para honrar os fornecimentos dentre outros dos prazos e condições previstos no termo de referência.

A contratada deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos, bem como diligenciar para que o fornecimento seja realizado em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios.

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES5

O município de Biquinhas/MG fez o levantamento de suas respectivas demandas através do responsável pela frota municipal. Com isto, ficou demonstrando que o quantitativo é proveniente do resultado da consolidação das quantidades planejadas e informadas pelo responsável, bem como a média utilizada nas contratações anteriores, logo suficiente e necessária à contratação no quantitativo estimado.

3 Art. 18, inciso II, §1º da Lei 14.133/2021

4 Art. 18, inciso III, §1º da Lei 14.133/2021
5 Art. 18, inciso IV, §1º da Lei 14.133/2021

No que versa, sobre os quantitativos do projeto constantes no Termo de Referência, estimou-se com base em estudos na elaboração da demanda necessária em virtude do número de veículos e máquinas próprios das Secretarias Municipais que compõem a esfera municipal de Biquinhas/Mg.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1.	ADITIVO ARLA 20 LTS	Unidade	400
2.	Desengraxante	Tambor 200,00 Litros	50
3.	Disco Para Tacógrafo 24 Horas	Caixa 24,00 Unidades	10
4.	Disco Para Tacógrafo Semanal	Caixa 24,00 Unidades	12
5.	Filtro 2063.9610	Unidade	15
6.	Filtro AE1200EX	Unidade	50
7.	Filtro AF 26393	Unidade	5
8.	Filtro AI3095-1	Unidade	50
9.	Filtro AKX 1129 F	Unidade	5
10.	Filtro AKX 35163	Unidade	5
11.	Filtro AKX 35723	Unidade	20
12.	Filtro AP 7108	Unidade	50
13.	Filtro AP 7998	Unidade	30
14.	Filtro ARS 6223	Unidade	30
15.	Filtro ARS 9839	Unidade	30
16.	Filtro AS 820	Unidade	30
17.	Filtro C 27902	Unidade	50
18.	Filtro C20 457	Unidade	30
19.	Filtro C25 710/3	Unidade	50
20.	Filtro C27830/1	Unidade	50
21.	Filtro CF1500	Unidade	50
22.	Filtro E1719L	Unidade	50
23.	Filtro FAP 3286	Unidade	30
24.	Filtro FAP 3288	Unidade	50
25.	Filtro FAP 9112	Unidade	30
26.	Filtro FCD 0952	Unidade	30
27.	Filtro FF 185	Unidade	30
28.	Filtro FS 362355	Unidade	50
29.	Filtro HF 6317	Unidade	50
30.	Filtro HU947/2X	Unidade	30
31.	Filtro HV931/5 X	Unidade	30
32.	Filtro LF 1520	Unidade	50
33.	Filtro P 550625	Unidade	50
34.	Filtro P 550900	Unidade	50
35.	Filtro P 551066	Unidade	50
36.	Filtro P 551100	Unidade	50
37.	Filtro P591100	Unidade	30
38.	Filtro PH 346	Unidade	30
39.	Filtro PSC706	Unidade	30
40.	Filtro PSH 307	Unidade	15
41.	Filtro PSH 348	Unidade	50
42.	Filtro TM 1	Unidade	30
43.	Filtro TM 2	Unidade	50
44.	Filtro TM 3	Unidade	15
45.	Filtro TM 4	Unidade	15
46.	Filtro TM 5	Unidade	15
47.	Filtro TUA25290P	Unidade	50
48.	Filtro UH074FUS180	Unidade	50
49.	Filtro VA25291P	Unidade	50
50.	Filtro WAP 103	Unidade	30
51.	Filtro WAP 103/5	Unidade	50
52.	Filtro WAP 285	Unidade	30
53.	Filtro WK 1060/2	Unidade	30
54.	Filtro WK 820/18	Unidade	15
55.	Filtro WK 950/21	Unidade	30
56.	Filtro WK1060/4	Unidade	15
57.	Filtro WO 340	Unidade	15
58.	Filtro WUMI 0003	Unidade	15
59.	Fluído De Freio DOT4	Frasco 500,00 Mililitros	200
60.	Graxa 200LGP Lubrificante CHASSI 2	Balde 20,00 Litros	30
61.	Graxa Para Rolamento MP2	Balde 20,00 Litros	30
62.	Jato Ativo TB 200 L	Tambor 200,00 Litros	80
63.	Líquido Arrefecedor para Radiador	Balde 20,00 Litros	80
64.	Óleo 0W20 com 100% sintético dexos 1	Litro	200
65.	Óleo 10W30 balde de 20 litros (Arbor/petronas)	Balde 20,00 Litros	200
66.	Óleo 10w40	Litro	150
67.	Óleo 15W40 Turbo (Lubrax ou Equivalente); API CI-4; SAE 15W-40	Galão 20,00 Litros	400
68.	Óleo 20W50 APISJ	Litro	50
69.	Óleo 4T 20W50 1L (Lubrax Essencial ou Equivalente)	Unidade	60
70.	Óleo 5W30 - 1LT	Unidade	250
71.	Óleo 5W40 que atende a normas 508.88/509.99	Litro	250
72.	Óleo 90	Litro	200
73.	Óleo A.T.F. Para Direção Fluído Tipo A	Balde 20,00 Litros	45
74.	Óleo de motor 15W40 (Caterpillar ou Equivalente)	Balde 20,00 Litros	200
75.	Óleo de motor 5W30 (Lubrax ou Equivalente); API SN PLUS e API SN/RC (ambos), FORD WSS-M2C946-B1 e GM 6094M (5W-30) e FORD WSS-M2C947-B1 (0W20)	Litro	150
76.	Óleo de transmissão ITTO 7X-7858 SAE50 (Caterpillar ou Equivalente)	Balde 20,00 Litros	100
77.	Óleo direção hidráulica	Litro	200
78.	Óleo EP 90 GL - 5 Transmissão	Balde 20,00 Litros	50
79.	Óleo EP140	Balde 20,00 Litros	50

80.	Óleo Hidráulico AW68; DIN 51524 PARTE 2; ISO 68	Galão 20,00 Litros	300
81.	Óleo Lubrificante (Selênia ou Equivalente); SAE 15W-40; API SL	Litro	300
82.	Óleo Lubrificante SAE 10W40, (que atenda as normas da M-3277)	Balde 20,00 Litros	25
83.	Óleo Moto 2 Sint 500 ml (Lubrax ou Equivalente)	Unidade	30
84.	Oleo moto 20 W 50	Litro	40
85.	Óleo para moto sintético 10W30 - 1LT	Caixa 24,00 Unidades	50
86.	Óleo para moto sintético 10W30 - 1LT	Unidade	100
87.	Óleo Semi-Sintético 15W40 APISL	Litro	240
88.	Óleo SW30 com filtro DPF. (dexos 2) para veículos a diesel	Litro	500
89.	Óleo Top Turbo 15W40 4LT- Óleo para motores a diesel turbinados (Lubrax ou Equivalente); API SN, ACEA A3/B4, VW 502.00/505.00, RN 0700; SAE 5W-40.	Unidade	550
90.	PSL 283	Unidade	15
91.	Shampoo Automotivo	Tambor 200,00 Litros	50
92.	Tratamento intensivo para diesel S10	Litro	300
93.	WBF 10080 W Shell	Balde 20,00 Litros	200

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO6

Não é o caso da contratação em tela, tendo em vista a natureza do objeto, pois há no mercado Nacional diversas empresas que comercializam óleos lubrificantes e filtros, oque possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação.
Assim, foi conversado com o responsável pela frota do Município e elaborado planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde foram discriminados os valores unitários estimados de todos os itens que serão necessários.
Considerando ainda o objeto deste estudo foi feito o levantamento de mercado para aquisição de óleos lubrificantes e filtros e observado as recomendações de troca, de modo a evitar o desgaste prematuro e ou que possa causar defeitos.

Toda a execução, gerenciamento e logística para realização dos fornecimentos será de responsabilidade da empresa contratada, evitando-se a administração pública municipal a responsabilidade de transporte na entrega do objeto deste estudo.

Assim como, garantiria a continuidade dos serviços prestados pelos órgãos municipais, evitando quaisquer indisponibilidades ou atraso dos serviços prestados aos usuários dos serviços públicos. Atenta-se ao fato de que não foram encontradas cotações de todos os itens com municípios.

6 Art. 18, inciso V, §1º da Lei 14.133/2021

9. ESTIMATIVA DE VALOR DE CONTRATAÇÃO7

O custo foi verificado após a realização de pesquisas, onde a conclui-se que seria mais eficiente, em respeito ao interesse público, elaborar um projeto e levantar todos os itens deste estudo, para melhor atender aos importantes requisitos preconizados pelo ordenamento jurídico brasileiro, com sua precificação devidamente justificada na Memória de Cálculo, concluindo ser tecnicamente e economicamente viável a execução indireta dos serviços.

De acordo com os valores unitários estimados para cada item, encontrados na pesquisa de preços realizada pela administração pública de Biquinhas/MG, e considerando-se os quantitativos solicitados, vale ressaltar que a realização da pesquisa de preços supracitados para a contratação no âmbito da administração municipal foi feita através de procedimentos prévios e indispensáveis para a verificação de existência de recursos financeiros suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação.

O valor estimado para essa contratação é de R$ 1.954.366,24 (um milhão, novecentos e cinquenta e quatro, trezentos e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos).

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO8

Das soluções:

1ª Solução: Buscar Atas de Registro de Preços disponíveis para a realização de adesão.

2ª Solução: Aquisição dos produtos listados no quadro de detalhamento por meio de licitação própria.

Da análise:

1ª Solução: Não foi encontrada nenhuma Ata vigente que contempla todos os itens desta demanda específica, sendo necessário realizar, se possível, múltiplas adesões. Todavia, a Adesão Externa a uma Ata de Registro de Preços é um processo complexo, em que o município assumiria riscos e responsabilidades por um procedimento do qual ele não participou e foi realizado por outro órgão ou entidade, tornando-se esta solução inviável.
2ª Solução: A aquisição dos produtos listados através de pregão eletrônico se torna mais viável, pois irá contribuir na contra parcelada dos itens, e a não paralização dos serviços. Lembrando ainda que neste caso a compra poderá ser a medida que for solicitando, não deixando estoques para que haja possíveis perdas.

Da conclusão: Com o exposto, diante da inviabilidade de adesão e uma vez que, esta equipe conclui que se deve realizar licitação própria, nos termos da Solução 2, utilizando recurso próprio municipal, para a compra dos itens presentes neste Estudo.

11. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO9

7 Art. 18, inciso V, §1º c/c Art. 22 §2º inciso I da Lei 14.133/2021
8 Art. 18, inciso VI, §1º da Lei 14.133/2021

A quantidade a ser contratada será entregue de forma parcelada tendo em vista que o objeto possui natureza divisível, levando em consideração tanto o tamanho da frota, quanto ao tempo de desgaste durante sua utilização, bem como ano/modelo/marca de cada veículo.
Nesse sentido, há conveniência da entrega com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração.

Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para a entrega de forma parcelada em razão da demanda ser eventual e futura, de acordo com a necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS10

Os benefícios da aquisição têm por finalidade a substituição desses insumos e durante as manutenções periódicas (preventiva) da frota, a fim de que os veículos possam estar sempre prontos para atender as mais diversas demandas em todos os órgãos municipais requisitantes. Temos então que essa aquisição será programada perfeitamente para atender um cronograma planejado de manutenção e reposição, bem como garantir a reparação ou recuperação (corretiva) do material danificado com o objetivo de repor em perfeitas condições de uso para garantir que a frota continue atuante e operante.
Assim sendo, o objeto desta licitação tem como benefício comprovado garantir que a frota municipal possa estar sempre pronta a atender as demandas, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade do serviço público prestado à população podem ser objetivamente definidos no edital e em seus anexos, com especificações usuais do mercado.

A economicidade a ser obtida pela administração, em relação à aquisição dos acessórios em questão, poderá ser alcançada pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado procedimento instrutório em conformidade com as previsões da legislação pertinente cujo fator preponderante será o "menor preço por item". Considerando a complexidade do objeto a ser licitado, em decorrência do grande número de itens e especificações; considerando que pela mesma razão, em outras licitações e contumaz o fracasso de lote, evidenciasse a premente necessidade de início de procedimentos para aquisição dos insumos para fins de atender, de forma preventiva, a frota, em decorrência da acentuada utilização veicular e em observância às recomendações técnicas e à legislação vigente, evitando assim descontinuidade dos serviços ofertados por essa municipalidade.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS11

9 Art. 18, inciso VII, §1º da Lei 14.133/2021
10 Art. 18, inciso IX, §1º da Lei 14.133/2021
11 Art. 18, inciso X, §1º da Lei 14.133/2021

A gestão da distribuição desses óleos lubrificantes e filtros serão realizadas através do controle da emissão das notas de empenho, ou seja, do recebimento das notas de empenhos pelos fornecedores, bem como do acompanhamento das entregas, o que será realizado pelo servidor da área ou órgãos requisitantes.

14. CONTRATAÇÃO CORRELATADAS E/OU INTERDEPENDENTES12

Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal, e no momento não há nenhum processo vigente que abrange todos os itens deste estudo.

15. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO13

Não se observa impactos ambientais relevantes, apenas a correta destinação final dos resíduos gerados.

16. DA FISCALIZAÇÃO14

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato que contará com uma fiscalização técnica, que ficará a cargo do Secretário Municipal de Obras, Serviços e Transportes, Servidor Analdo Henrique de Carvalho e outra administrativa, cuja responsável será a Chefe do Setor de Compras, Servidora Geane Antônia Ribeiro da Costa.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara viável e razoável esta contratação.

Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, financeira e orçamentária, forma de cumprimento do objeto, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

Biquinhas, 07 de agosto de 2026.

ANALDO HENRIQUE DE CARVALHO
Secretário Municipal de Obras, Serviços e Transportes.

GEANE ANTÔNIA RIBEIRO DA COSTA
Chefe do Setor de Compras

12 Art. 18, inciso XI, §1º da Lei 14.133/2021
13 Art. 18, inciso XII, §1º da Lei 14.133/2021
14 art. 117, caput da Lei 14.133/2021

BRENDA LUANA DE OLIVEIRA
Equipe De Planejamento

ELBIONE CRISTINA RODRIGUES ALVES SILVA
Equipe De Planejamento

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:1BD0B043

LICITAÇÃO
MINUTA DE EDITAL E ANEXOS

Prefeitura Municipal de Biquinhas
Estado de Minas Gerais

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00089 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000013

• **OBJETO**: Registro de Preços para **aquisição de óleos lubrificantes e filtros para veículos e máquinas pesadas pertencentes à frota do Município de Biquinhas-MG**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I.

• ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:
Dia 25/09/2026 às 08:00 .
O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado até a data e horário fixados para abertura das Propostas Comerciais.

• ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:
Dia 25/09/2026 às 08:00

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das Propostas Comerciais, bem como a data para a sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.
• **TEMPO DA DISPUTA:** O tempo inicial da disputa será de dez minutos, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. A prorrogação automática da etapa de lances, de que se trata, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
• SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:
https://ammlicita.org.br/

• **CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** na internet, nos sites https://ammlicita.org.br/ e www.biquinhas.mg.gov.br, ou na sala do Setor de Licitação, à Rua Goiás, 986, Centro, Biquinhas/MG.

• **ESCLARECIMENTOS:** e-mail licitacao@biquinhas.mg.gov.br, telefones (37) 3112-5100, ou na sala do Setor de Licitação.

• **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 0035/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00089 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000013
I - PREÂMBULO
Município de Biquinhas, Estado de Minas Gerais, com sede administrativa na Rua Goiás, nº. 986, Centro, CEP 35621-000, CNPJ nº. 18.296.640/0001-56, isento de inscrição estadual, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº** 00089, na modalidade **Pregão Eletrônico** nº **000013**, do tipo **Menor Preço Por Item, Modo de Disputa Aberto**, regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021, Lei Complementar nº. 123, de 14/12/06, Decreto Municipal nº. 90/2023, Decreto Municipal nº. 86/2023 e e demais condições fixadas neste Edital**.**

II - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 - O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.
2 - Os trabalhos serão conduzidos pela servidora da Prefeitura Municipal de Biquinhas, Alane Rúbia Medeiros da Silva, designada Agente de Contratação, designada pela Portaria nº 73/2025 e integrarão a Equipe de Apoio os servidores Bethânia Bernardes Oliveira e Araújo, Maurilio Geraldo da Silva e Leandro Alves dos Passos, designados pela Portaria nº. 010/25, publicada em 02/01/2025.

III - OBJETO

1 – O objeto do presente Edital é a aquisição de óleos lubrificantes e filtros para veículos e máquinas pesadas pertencentes à frota do Município de Biquinhas-MG, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência.

IV - ÁREA SOLICITANTE

Secretaria de Obras, Serviços e Transportes

V - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1 - Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico www.licitardigital.com.br.
1.1 - Os interessados deverão enviar como anexo no ato do pedido de participação: Contrato social da empresa, CNPJ, Dados bancários, endereço de e-mail, contato telefônico e informações dos sócios (nome completo, endereço, CPF, Identidade, nº de telefone, endereço de e-mail).
2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
5 - A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Exceto para os itens cujo valor total estimado ultrapasse o valor de R$ 80.000,00.
5.1 - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta

máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte e que sejam sediadas local e regionalmente, ou seja, há uma distância de 100 km (cem quilômetros) do centro geográfico do município de Biquinhas.
5.1.1 - A comprovação da distância entre os municípios será verificada através de consulta no sítio eletrônico www.google.com/maps.
5.2 - Será concedido também, nos limites e condições descritas no caput deste item, tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI.
6 - Não poderão disputar esta licitação:
6.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
6.2 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
6.3 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
6.4 - pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
6.5 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
6.6 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
6.7 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
6.8 - agente público do órgão ou entidade licitante;
6.9 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
6.10 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
7 - O impedimento de que trata o item 6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
8 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.2 e 6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
9 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
10 - O disposto nos itens 6.2 e 6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
11 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
12 - A vedação de que trata o item 6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação
na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

VI - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
3 - Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
4 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
4.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
4.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
4.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
4.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
5 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
6 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
6.1 - no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
6.2 - nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
7 - A falsidade da declaração de que trata os itens 4 ou 6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
8 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
9 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

10 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
11 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

11.1 - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
11.2 - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
12 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
12.1 - valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
12.2 - percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
13 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
14 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
15 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

VII - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
1.1 - valor unitário e valor total do item;
1.2 - Marca;
1.3 - Modelo;
1.4 - Deverá ser anexado juntamente com a proposta, as especificações técnicas emitdas pela fabricante referente aos itens considerados equipamentos e materiais permanentes, para fins de análise técnica, por parte do Município, quanto ao cumprimento da qualidade exigida no Termo de Referência;
1.5 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
2 - O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.
3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, inclusive com o transporte dos produtos.
4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
7 - Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
8.1 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
8.2 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
9 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

VIII - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
3 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
4 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
5 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
8 - O intervalo mínimo de diferença dos valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,00 (um real).
9 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
10 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
11 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
11.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
11.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
11.4 - Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
11.5 - Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
1 2 - Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
13 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
14 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
15 - No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
16 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
17 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o percentual de sua proposta.
18 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
18.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
18.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
18.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
18.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
19 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
19.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
19.1.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
19.1.2 - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
19.1.3 - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
19.1.4 - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
19.2 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
19.2.1 - empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;
19.2.2 - empresas brasileiras;
19.2.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
19.2.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
20 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
20.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
20.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
20.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
20.4 - A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
20.5 - É facultado à pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
21 - Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

IX - DA FASE DE JULGAMENTO

1 - Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 da Cláusula V do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
1.1 -SICAF;
1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, expedida pelo TCU(https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/); e
2 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
2.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
2.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação).
2.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
3 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício.
4 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

5 - Será desclassificada a proposta vencedora que:
5.1 - contiver vícios insanáveis;
5.2 - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
5.3 - apresentar descontos inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
5.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
5.5 - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
6 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
6.1 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:
6.1.1 - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
6.1.2 - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
7 - Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
7.1 - Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
7.2 - No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
7.3 - No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
7.4 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
8 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
9 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
9.1 - Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
10 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
10.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
10.2 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
11 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
12 - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
13 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
14 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
15 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
16 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

X - DA FASE DE HABILITAÇÃO

1 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
2 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
3 - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
4 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

4.1 - Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
5 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por consulta eletrônica.
6 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
7 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.
8 - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9 - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
10 - A habilitação será verificada pela pregoeira através de documentos enviados pelo licitante via sistema.
10.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
11 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos documentos enviados com as exigências do Edital.
11.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
12 - A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
12.1 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam inseridos poderão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da pregoeira.
12.2 - Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
13 - A verificação da habilitação ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
13.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou
parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, em se tratando de benfeficiários da LC 123/06.
13.2.1 - A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema

eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista. 10.8.3.
13.2.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação, sendo facultado ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
13.3 - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
14 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos da Lei nº. 14.133/21, art. 64:
14.1 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
14.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
15 - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
16 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 12.1.
17 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
18 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
19 - Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

XI - DOS RECURSOS

1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
3.2 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
3.3 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
3.4 - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
10 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na plataforma do site eletrônico www.licitardigital.com.br.

XII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
1.2.4 - deixar de apresentar amostra;
1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
1.3 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
1.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
1.5 - fraudar a licitação
1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1 - advertência;
2.2 - multa;
2.3 - impedimento de licitar e contratar e
2.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida.
3.2 - as peculiaridades do caso concreto
3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes
3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública

3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5¨% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
4.1 - Para as infrações previstas nos itens 1.1, 1.2 e 1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
4.2 - Para as infrações previstas nos itens 1.4, 1.5, 1.6, 1.7 e 1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 1.1, 1.2 e 1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Biquinhas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 1.4, 1.5, 1.6, 1.7 e 1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 1.1, 1.2 e 1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
9 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

XIII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do e-mail licitacao@biquinhas.mg.gov.br.
4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.
3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
10 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico www.biquinhas.mg.gov.br.
11 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
11.1 - ANEXO I - Termo de Referência
11.2 - ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços.
11.3 - ANEXO III - Modelo de declaração de cumprimento para ME e EPP.
12 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, a Pregoeira poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.
13 - A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo.
14 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
15 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Prefeitura revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, sendo disponibilizado para os participantes da sessão do Pregão, no Quadro de avisos e nos sítios eletrônicos.
16- Poderão ser alteradas as condições do presente Edital, com fixação de novo prazo para a sua realização;
16.1 - A sessão de apresentação de lances poderá ser prorrogada para os dias subsequentes, nos dias e horários determinados pela administração conforme sua conveniência, ou pausada caso a pregoeira entenda necessário, informando aos participantes através do "chat".
17 - As decisões do Prefeito Municipal de Biquinhas e da Pregoeira, bem como o resultado do julgamento da licitação, serão afixadas no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal e no site oficial do Município, pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis.
18 - Fica eleito o foro da Comarca de Morada Nova de Minas, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Prefeitura Municipal de Biquinhas-MG, 19 de agosto de 2026.

ALANE RÚBIA MEDEIROS DA SILVA
Pregoeira

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00089 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000013

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:
1.1 - A presente licitação tem por objeto a aquisição de óleos lubrificantes e filtros para veículos e máquinas pesadas pertencentes à frota do Município de Biquinhas-MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Preço Médio
000349 28	ADITIVO ARLA 20 LTS	Unidade	400,0000	115,1900
000090 42	Desengraxante	Tambor 200,00 Litros	50,0000	869,9733
000014 82	Disco Para Tacógrafo 24 Horas	Caixa 24,00 Unidades	10,0000	70,0000
000014 83	Disco Para Tacógrafo Semanal	Caixa 24,00 Unidades	12,0000	82,6666
000462 34	Filtro 2063.9610	Unidade	15,0000	402,5000
000491 49	Filtro AE1200EX	Unidade	50,0000	482,5000
000462 31	Filtro AF 26393	Unidade	5,0000	187,5000
000491 48	Filtro AI3095-1	Unidade	50,0000	400,0000
000462 10	Filtro AKX 1129 F	Unidade	5,0000	49,3333
000462 00	Filtro AKX 35163	Unidade	5,0000	37,0100
000461 93	Filtro AKX 35723	Unidade	20,0000	37,7450
000462 03	Filtro AP 7108	Unidade	50,0000	105,6666
000462 07	Filtro AP 7998	Unidade	30,0000	117,7500
000462 02	Filtro ARS 6223	Unidade	30,0000	141,9175
000462 04	Filtro ARS 9839	Unidade	30,0000	155,3780
000462 29	Filtro AS 820	Unidade	30,0000	90,4475
000462 26	Filtro C 27902	Unidade	50,0000	212,0000
000462 05	Filtro C20 457	Unidade	30,0000	140,2966
000462 06	Filtro C25 710/3	Unidade	50,0000	379,4225

000491 50	Filtro C27830/1	Unidade	50,0000	231,0000
000491 51	Filtro CF1500	Unidade	50,0000	196,0000
000491 45	Filtro E1719L	Unidade	50,0000	199,0000
000461 95	Filtro FAP 3286	Unidade	30,0000	41,4100
000462 01	Filtro FAP 3288	Unidade	50,0000	54,4475
000462 14	Filtro FAP 9112	Unidade	30,0000	105,3980
000461 97	Filtro FCD 0952	Unidade	30,0000	168,0000
000462 25	Filtro FF 185	Unidade	30,0000	227,5000
000491 38	Filtro FS 362355	Unidade	50,0000	446,8500
000491 39	Filtro HF 6317	Unidade	50,0000	88,0000
000461 96	Filtro HU947/2X	Unidade	30,0000	61,5000
000462 13	Filtro HV931/5 X	Unidade	30,0000	88,5000
000491 36	Filtro LF 1520	Unidade	50,0000	332,5000
000491 37	Filtro P 550625	Unidade	50,0000	252,0000
000491 40	Filtro P 550900	Unidade	50,0000	402,5000
000491 41	Filtro P 551066	Unidade	50,0000	382,0000
000491 42	Filtro P 551100	Unidade	50,0000	172,5000
000462 24	Filtro P591100	Unidade	30,0000	303,4533
000461 98	Filtro PH 346	Unidade	30,0000	33,3333
000462 11	Filtro PSC706	Unidade	30,0000	191,6150
000462 32	Filtro PSH 307	Unidade	15,0000	57,2225
000491 43	Filtro PSH 348	Unidade	50,0000	152,0000
000462 19	Filtro TM 1	Unidade	30,0000	26,4880
000462 20	Filtro TM 2	Unidade	50,0000	27,2680
000462 21	Filtro TM 3	Unidade	15,0000	29,3333
000462 22	Filtro TM 4	Unidade	15,0000	27,5000
000462 23	Filtro TM 5	Unidade	15,0000	27,7500
000491 47	Filtro TUA25290P	Unidade	50,0000	552,5000
000491 44	Filtro UH074FUS180	Unidade	50,0000	281,5000
000491 46	Filtro VA25291P	Unidade	50,0000	351,5000
000461 91	Filtro WAP 103	Unidade	30,0000	195,0000
000461 92	Filtro WAP 103/5	Unidade	50,0000	125,6966
000462 08	Filtro WAP 285	Unidade	30,0000	156,6666
000462 12	Filtro WK 1060/2	Unidade	30,0000	145,8625
000462 09	Filtro WK 820/18	Unidade	15,0000	559,6700
000462 27	Filtro WK 950/21	Unidade	30,0000	143,7175
000462 17	Filtro WK1060/4	Unidade	15,0000	133,6475
000461 99	Filtro WO 340	Unidade	15,0000	28,3333
000461 94	Filtro WUMI 0003	Unidade	15,0000	34,0000
000047 34	Fluído De Freio DOT4	Frasco 500,00 Mililitros	200,0000	27,3160
000005 53	Graxa 200LGP Lubrificante CHASSI 2	Balde 20,00 Litros	30,0000	986,6333
000005 54	Graxa Para Rolamento MP2	Balde 20,00 Litros	30,0000	1.273,7900
000014 81	Jato Ativo TB 200 L	Tambor 200,00 Litros	80,0000	821,4566
000050 69	Líquido Arrefecedor para Radiador	Balde 20,00 Litros	80,0000	444,0000
000458 04	Óleo 0W20 com 100% sintético dexos 1	Litro	200,0000	62,2500
000458 05	Óleo 10W30 balde de 20 litros (Arbor/petronas)	Balde 20,00 Litros	200,0000	725,5000
000373 67	Óleo 10w40	Litro	150,0000	60,0000
000416 63	Óleo 15W40 Turbo (Lubrax ou Equivalente); API CI-4; SAE 15W-40	Galão 20,00 Litros	400,0000	543,5800
000005 56	Óleo 20W50 APISJ	Litro	50,0000	39,0416
000351 55	Óleo 4T 20W50 1L (Lubrax Essencial ou Equivalente)	Unidade	60,0000	45,4975
000353 05	Óleo 5W30 - 1LT	Unidade	250,0000	50,7925
000458 03	Óleo 5W40 que atende a normas 508.88/509.99	Litro	250,0000	58,0000
000458 07	Óleo 90	Litro	200,0000	46,6850
000005 52	Óleo A.T.F. Para Direção Fluído Tipo A	Balde 20,00 Litros	45,0000	176,0000
000353 19	Óleo de motor 15W40 (Caterpillar ou Equivalente)	Balde 20,00 Litros	200,0000	652,5000
000416 64	Óleo de motor 5W30 (Lubrax ou Equivalente); API SN PLUS e API SN/RC (ambos), FORD WSS-M2C946-B1 e GM 6094M (5W-30) e FORD WSS-M2C947-B1 (0W20)	Litro	150,0000	50,0000
000353 23	Óleo de transmissão ITTO 7X-7858 SAE50 (Caterpillar ou Equivalente)	Balde 20,00 Litros	100,0000	774,4900
000458 08	Óleo direção hidráulica	Litro	200,0000	46,6666
000005 49	Óleo EP 90 GL - 5 Transmissão	Balde 20,00 Litros	50,0000	901,6666
000111 62	Óleo EP140	Balde 20,00 Litros	50,0000	800,1833
000416 66	Óleo Hidráulico AW68; DIN 51524 PARTE 2; ISO 68	Galão 20,00 Litros	300,0000	435,4000
000416 67	Óleo Lubrificante (Selênia ou Equivalente); SAE 15W-40; API SL	Litro	300,0000	50,0000
000050 70	Óleo Lubrificante SAE 10W40, (que atenda as normas da M-3277)	Balde 20,00 Litros	25,0000	789,1666
000351 54	Óleo Moto 2 Sint 500 ml (Lubrax ou Equivalente)	Unidade	30,0000	40,0000
000112 15	Oleo moto 20 W 50	Litro	40,0000	39,7800
000353 06	Óleo para moto sintético 10W30 - 1LT	Unidade	100,0000	46,8075
000353 06	Óleo para moto sintético 10W30 - 1LT	Caixa 24,00 Unidades	50,0000	56,5000
000005 55	Óleo Semi-Sintético 15W40 APISL	Litro	240,0000	48,8000
000458 02	Óleo SW30 com filtro DPF. (dexos 2) para veículos a diesel	Litro	500,0000	71,8666
000491 35	Óleo Top Turbo 15W40 4LT-Óleo para motores a diesel turbinados (Lubrax ou Equivalente); API SN, ACEA A3/B4, VW 502.00/505.00, RN 0700; SAE 5W-40.	Unidade	550,0000	192,5000
000462 28	PSL 283	Unidade	15,0000	60,6666
000075 61	Shampoo Automotivo	Tambor 200,00 Litros	50,0000	819,2200
000458 10	Tratamento intensivo para diesel S10	Litro	300,0000	149,3566
000458 06	WBF 10080 W Shell	Balde 20,00 Litros	200,0000	703,7800

1.2 – Parte dos materiais têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade a aquisição de óleos lubrificantes, filtros e demais insumos destinados à manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ou utilizados pelo Município de Biquinhas/MG, visando assegurar condições adequadas de funcionamento, segurança, desempenho e disponibilidade dos bens públicos.
A aquisição desses insumos é necessária para viabilizar a execução de manutenções preventivas e corretivas, especialmente aquelas relacionadas à substituição periódica de óleos lubrificantes, filtros de óleo, combustível, ar e demais componentes, conforme as especificações e recomendações técnicas aplicáveis a cada veículo ou equipamento. A manutenção preventiva constitui medida essencial para reduzir o desgaste prematuro dos componentes, prevenir falhas mecânicas e prolongar a vida útil da frota municipal.
Com a contratação, será possível atender de forma planejada ao cronograma de manutenção e reposição dos insumos, evitando a paralisação dos veículos e máquinas por ausência de materiais indispensáveis à sua manutenção. A disponibilidade dos produtos permitirá, ainda, a realização tempestiva de manutenções corretivas, quando identificadas falhas ou desgastes, possibilitando o restabelecimento das condições adequadas de uso e funcionamento dos veículos e equipamentos.
A manutenção regular da frota mostra-se indispensável para garantir segurança, dirigibilidade, confiabilidade, eficiência operacional e disponibilidade dos veículos e máquinas, considerando sua utilização nas atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias e órgãos municipais. A adequada conservação desses bens contribui diretamente para a continuidade dos serviços públicos prestados à população.
Nesse contexto, considerando as disposições do Decreto Municipal nº 086, de 11 de dezembro de 2023, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado para as microempresas e empresas de pequeno porte nos processos de licitações públicas no âmbito do Município de Biquinhas/MG, deverá ser avaliada e observada a aplicação do tratamento regionalizado, quando presentes os pressupostos legais e regulamentares para sua adoção.
A consideração do critério de regionalidade busca, nos termos da regulamentação municipal, fortalecer a participação de microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no âmbito local e regional, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região, para a circulação de recursos na economia local e para o fortalecimento dos pequenos negócios, sem afastar os princípios da isonomia, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
A adoção do tratamento regionalizado deverá observar, rigorosamente, os limites territoriais, condições, requisitos, hipóteses e demais critérios estabelecidos no Decreto Municipal nº 086/2023, de modo que eventual preferência ou benefício concedido às empresas locais ou regionais esteja devidamente fundamentado e seja compatível com a legislação aplicável e com as características do objeto pretendido.
Ressalta-se, ainda, que a utilização de óleos lubrificantes e filtros de qualidade e compatíveis com as especificações técnicas dos veículos e equipamentos é fundamental para assegurar o desempenho adequado dos motores e demais sistemas, reduzir a ocorrência de defeitos e minimizar custos decorrentes de manutenções prematuras ou danos ocasionados pela utilização inadequada de insumos.
Dessa forma, a aquisição pretendida mostra-se necessária, adequada e indispensável à manutenção da frota municipal em condições regulares de funcionamento, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais e o atendimento eficiente das demandas das diversas Secretarias do Município de Biquinhas/MG, ao mesmo tempo em que, quando cabível, poderá promover o desenvolvimento econômico local e regional mediante a aplicação do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do Decreto Municipal nº 086/2023.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Os óleos lubrificantes e filtros ofertados deverão ser novos, sem uso anterior com
certificação do INMETRO, garantia de 90 (noventa) dias a partir da data da entrega;anteriormente a isso devem ter sido armazenados de forma adequada de acordo com as especificações do fabricante
.
3.2 - O envio dos materiais será iniciado mediante Ordem de Serviço emitida pela Contratante, após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

3.3 - As entregas dos materiais deverão ser feitas em perfeitas condições, conforme especificações e prazo, Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Transportes, situada à Rua Armando Mendes de Souza, 169 (Praça da Matriz), Centro, Biquinhas-MG, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

3.4 - As embalagens dos produtos deverão estar íntegras, sem amassados, ferrugens e com o prazo de validade devidamente identificado e legível.
3.4.1 - provisoriamente, no ato da entrega, por servidor ou o responsável pelo recebimento do produto que ficam encarregados da avaliação das características do mesmo na ocasião da entrega, estando autorizado a recusar o produto que não estiver de acordo com o descrito no edital, e/ou com a legislação pertinente.
3.4.2 - definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.
3.5 - A empresa contratada deverá substituir no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do dia da entrega do produto que deixar de ser recebido por não estar de acordo com as condições exigidas no Edital ou que apresentarem qualquer característica que o torne impróprio para consumo. O não cumprimento dos prazos implicará nas penalidades previstas no edital.
3.5.1 - o descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

3.6- A Secretaria requisitante, juntamente com os servidores designados exercerão a fiscalização do contrato e registrarão todas as ocorrências e as deficiências quando verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora. Verificada a irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas neste Edital.

3.7 - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Biquinhas, em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato garantindo a segurança e eficácia dos itens fornecidos às Secretarias Municipais.
3.8 - Os objetos a serem licitados, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio Pregão Eletrônico, dado que na classificação de bens comuns, nos termos do Art. 20 da Lei 14133/21. considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

3.9 - A contratada deverá atender aos requisitos exigidos no Edital/Termo de referência no item que lhe compete, tendo como obrigações principais, que o item ofertado atenda todas as exigências de especificação e atendendo as normativas, que couber. Importante ressaltar que os todos os produtos fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, com certificação do INMETRO, e garantia de 90 (noventa) dias a partir da data da entrega; anteriormente a isso devem ter sido armazenados de forma adequada de acordo com as especificações do fabricante.
3.10 - A empresa contratada deve se comprometer a cumprir os prazos de entrega estabelecidos no contrato, garantindo assim a disponibilidade dos equipamentos e materiais dentro do prazo previsto em contrato.

3.11 - A empresa deve possuir capacidade logística para realizar o transporte seguro e eficiente até à Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Transportes, garantindo a integridade dos produtos durante o processo de entrega

3.12 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
3.13 - A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.
3.14 - A contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos materiais, sem qualquer ônus para a contratante.

3.15 - A contratada deve possuir quantitativamente e qualitativamente estruturas necessárias para honrar os fornecimentos dentre outros dos prazos e condições previstos no termo de referência.

3.16 - A contratada deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos, bem como diligenciar para que o fornecimento seja realizado em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios**.**

4 – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E VALOR

4.1 - Tendo em vista a natureza do objeto e considerando que há no mercado Nacional diversas empresas que comercializam óleos lubrificantes e filtros, entendemos a possibilitação da ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação. O setor de planejamento, juntamente com o responsável pela frota do Município, elaboraram planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde foram discriminados os valores unitários estimados de todos os itens que serão necessários.
4.1 - considerando ainda o objeto deste estudo foi feito o levantamento de mercado para aquisição de óleos lubrificantes e filtros e observado as recomendações de troca, de modo a evitar o desgaste prematuro e ou que possa causar defeitos.
4.2 - Toda a execução, gerenciamento e logística para realização dos fornecimentos será de responsabilidade da empresa contratada, evitando-se a administração pública municipal a responsabilidade de transporte na entrega do objeto.
4.2.1 - garantiria ainda a continuidade dos serviços prestados pelos órgãos municipais, evitando quaisquer indisponibilidades ou atraso dos serviços prestados aos usuários dos serviços públicos.
4.3 - Quanto ao levantamento de mercado, não foram encontradas cotações de todos os itens com municípios. O custo foi verificado após a realização de pesquisas, onde a conclui-se que seria mais eficiente, em respeito ao interesse público, elaborar um projeto e levantar todos os itens deste estudo, para melhor atender aos importantes requisitos preconizados pelo ordenamento jurídico brasileiro, com sua precificação devidamente justificada na Memória de Cálculo, concluindo ser tecnicamente e economicamente viável a execução indireta dos serviços.

4.4 - De acordo com os valores unitários estimados para cada item, encontrados na pesquisa de preços realizada pela administração pública de Biquinhas/MG, e considerando-se os quantitativos solicitados, vale ressaltar que a realização da pesquisa de preços supracitados para a contratação no âmbito da administração municipal foi feita através de procedimentos prévios e indispensáveis para a verificação de existência de recursos financeiros suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação.
4.5 – O custo estimado da contratação é de R$ 1.954.366,24 Um Milhão e Novecentos e Cinquenta e Quatro Mil e Trezentos e Sessenta e Seis Reais e Vinte e Quatro Centavos.

5 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Biquinhas/MG, sob a rubrica orçamentária:

Dotação Orçamentária	Descrição da Dotação Orçamentária
02.01.01.04.122.0003.2003.33903000	Gestão Administrativa e Institucional do Gabinete do Prefeito Material De Consumo
02.02.01.04.122.0003.2006.33903000	Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Administração Material De Consumo
02.03.02.10.301.0020.2012.33903000	Programa Estratégia Saúde da Família - Bloco da Atenção Básica Material De Consumo
02.03.02.10.302.0012.2014.33903000	Serviços Urgência e Emergência - Bloco Méd. Complexidade Amb Hospitalar Material De Consumo
02.03.02.10.303.0012.2016.33903000	Atividades Assistência Farmacêutica - Bloco Assistência Farmacêutica Material De Consumo
02.03.02.10.304.0013.2017.33903000	Atividades da Vigilância Sanitária - Bloco da Vigilância em Saúde Material De Consumo
02.05.01.20.608.0004.2023.33903000	Programa de Fomento ao Agronegócio Material De Consumo
02.06.02.12.361.0006.2030.33903000	Inclusão Educacional com Suporte Logístico a Estudantes Material De Consumo
02.07.01.15.122.0021.2033.33903000	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras, Serviços e Transportes Material De Consumo
02.07.01.26.782.0021.2035.33903000	Serviços Municipais de Estradas de Rodagens Material De Consumo
02.08.02.08.244.0014.2040.33903000	Serviço de Proteção Social Básica Material De Consumo

6 – DA VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do termo de contrato ou equivalente, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogada por igual período.

7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas dispostas na Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
7.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou de suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
7.3 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 – O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
7.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das

estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8 – FISCALIZAÇÃO

8.1 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9 – FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

9.1 – O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
9.2 - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do documento, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º),

9.3 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do documento, determinando prazo para a correção;
9.4 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
9.5 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.6 - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10 – FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

10.1 – O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
10.2 - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

11 – GESTOR DO CONTRATO

11.1 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vista à verificação da necessidade de adequações do documento para fins de atendimento da finalidade da administração.
11.2 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do documento e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
11.3 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
11.4 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
11.5 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
11.6 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
11.7 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

12.1 – Recebimento
12.1.1 – O produto/material será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável ao acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.1.2 - O produto/material poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado/corrigido no prazo de (05) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
12.1.3 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que é pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
12.1.4 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
12.1.5 - O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.2 – Liquidação
12.2.1 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa fundamentada.

12.2.2 - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.3 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e da contratante;
d) o período respectivo da execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.3 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.4 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.5 - A Administração deverá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito da Administração Pública Municipal, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.6 - Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.7 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
12.8 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
12.9 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

13 – PRAZO DE PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
13.2 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.
13.3 - É de responsabilidade do fornecedor a contabilização dos pagamentos efetuados pelo Município e caso haja necessidade, desde que solicitado antecipadamente, será fornecido exclusivamente o relatório extraído pelo sistema utilizado pelo Município.

14 – FORMAS DE PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
14.2 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
14.3 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
14.4 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
14.5 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123,de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15 – ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

15.1 - A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento total ou parcial, conforme as regras previstas no presente tópico.

16 – CESSÃO DE CRÉDITO

16.1 - É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, conforme as regras deste presente tópico.
16.1.1 - As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

16.2 - A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

16.3 - Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
16.4 - O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime

jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

16.5 - A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

17 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

17.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

17.1.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

17.2 - Forma de Fornecimento

17.2.1 - Os produtos deverão ser entregues da seguinte forma:

a) deverão ser entregues em dias úteis, nos horários normais de funcionamento da Secretaria requisitante, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, juntamente com o Setor de Compras que é o emissor das Ordens de Compras/Fornecimento e em conformidade com as mesmas.

b) a entrega dos produtos adquiridos deverá ocorrer no endereço indicado na Ordem de Fornecimento ou no corpo do e-mail, Centro de Biquinhas, de segunda à sexta-feira no horário de 07:00 às 16:00 horas, sendo os servidores não responsáveis pelo recebimento fora desses dias e horários.

c) o prazo máximo de entrega é 10 (dez) dias, após o recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

17.2.2 - As despesas com transporte, fretes, bem como qualquer outro relacionado à entrega dos produtos, serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

17.2.3 - As embalagens dos produtos deverão estar íntegras, sem amassados, ferrugens e com o prazo de validade devidamente identificado e legível. Provisoriamente, no ato da entrega, por servidor ou o responsável pelo recebimento do produto que ficam encarregados da avaliação das características do mesmo na ocasião da entrega, estando autorizado a recusar o produto que não estiver de acordo com o descrito no edital, e/ou com a legislação pertinente.

17.2.4 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

17.2.5 - O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

17.2.6 - A empresa contratada deverá substituir no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do dia da entrega do produto que deixar de ser recebido por não estar de acordo com as condições exigidas neste Edital ou que apresentarem qualquer característica que o torne impróprio para uso. O não cumprimento dos prazos implicará nas penalidades previstas no edital.

17.2.7 - O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

17.2.8 - As Secretarias requisitantes, juntamente com os servidores designados exercerão a fiscalização do contrato e registrarão todas as ocorrências e as deficiências quando verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora. Verificada a irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas neste Edital.

17.2.9 - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Biquinhas, em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato garantindo a segurança e eficácia dos itens fornecidos às Secretarias Municipais.

17.2.10 - A quantidade a ser contratada será entregue de forma parcelada tendo em vista que o objeto possui natureza divisível, levando em consideração tanto o tamanho da frota, quanto ao tempo de desgaste durante sua utilização, bem como ano/modelo/marca de cada veículo.

Nesse sentido, há conveniência da entrega com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração.

Justifica-se ainda a motivação para a entrega de forma parcelada em razão da demanda ser eventual e futura, de acordo com a necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural.

18 – EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

18.1 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

18.1.1 – Habilitação Jurídica:

18.1.1.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.1.1.2 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

18.1.1.3 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.1.1.4 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

18.1.1.5 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.1.1.6 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

18.1.1.7 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

18.1.2 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

18.1.2 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

18.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

18.1.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);
18.1.2.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
18.1.2.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
18.1.2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
18.1.2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
18.1.2.7 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
18.1.2.8 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
18.1.3 – Qualificação Econômico-Financeira:

18.1.3.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;
18.1. 4 – Qualificação Técnica:

18.1.4.1 - Atestado de capacidade técnica, comprovando o ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, emitido por órgão público ou pessoa jurídica/física de privado de reconhecida idoneidade, devidamente registrado no conselho profissional competente para o objeto.

18.1.5 - Declaração:
18.1.5.1 - Modelo de declaração constante no Anexo III do Edital.

19 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Das soluções:
1ª Solução: Buscar Atas de Registro de Preços disponíveis para a realização de adesão.
2ª Solução: Aquisição dos produtos listados no quadro de detalhamento por meio de licitação própria.
Da análise:
1ª Solução: Não foi encontrada nenhuma Ata vigente que contempla todos os itens desta demanda específica, sendo necessário realizar, se possível, múltiplas adesões. Todavia, a Adesão Externa a uma Ata de Registro de Preços é um processo complexo, em que o município assumiria riscos e responsabilidades por um procedimento do qual ele não participou e foi realizado por outro órgão ou entidade, tornando-se esta solução inviável.

2ª Solução: A aquisição dos produtos listados através de pregão eletrônico se torna mais viável, pois irá contribuir na contra parcelada dos itens, e a não paralização dos serviços. Lembrando ainda que neste caso a compra poderá ser a medida que for solicitando, não deixando estoques para que haja possíveis perdas.

Da conclusão:

Com o exposto, diante da inviabilidade de adesão e uma vez que, esta equipe conclui que se deve realizar licitação própria, nos termos da Solução 2, utilizando recurso próprio municipal, para a compra dos itens presentes neste Termo de Referência.

ALANE RÚBIA MEDEIROS DA SILVA
Pregoeira

ANEXO II - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00089 Pregão Eletrônico Nº: 000013

Aos dias do mês de de , através do presente instrumento de Ata de Registro de Preços, de um lado o Município de Biquinhas, com sede administrativa na Rua Goiás, 986, Centro, Biquinhas, MG, CEP 35621-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. «Responsável» e de outro lado a empresa <<FornecedorVencedor>>, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº: , estabelecido à Rua , Bairro , , doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do Processo Licitatório nº «Número do Processo», na modalidade «Modalidade» nº «Aquisição», resolvem registrar os preços abaixo referenciados, mediante cláusulas e condições seguintes:

1 - DO OBJETO:

1.1 - O objeto desta Ata é o de Registro de Preços, do tipo Menor Preço – Por Item, para futura e eventual «Objeto».
2 – DOS PREÇOS:

2.1 - Considera-se registrado os percentuais referentes aos itens abaixo discriminados:

Lote	Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade

2.2 - No preço registrado já se encontram computados todos os impostos, taxas e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando o CONTRATANTE de quaisquer ônus por despesas decorrentes.
2.3 - Os valores devidos pelo Município serão pagos, até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos mediante apresentação da respectiva fatura acompanhado dos demais documentos fiscais.

3 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 - O Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogada por igual período.

4 - DA FORMA DE PAGAMENTO:

4.1 - Após a entrega a Detentora da Ata emitirá a fatura, sendo que o Município terá até 30 dias após a entrega do documento fiscal para efetuar o pagamento, o que será feito pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por processo legal.
4.2 - O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Setor de Licitação e Compras que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos com sua exata especificação constante do Anexo I do Edital.
4.3 - Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas a devida correção e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

5 - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

5.1 - A entrega dos produtos deverá ser TOTAL e, acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Anexo I deste Edital.
5.2 - A solicitação do objeto do Contrato de Fornecimento de Produtos será formalizada através de ordem de serviços, enviada por e-mail: compras@biquinhas.mg.gov.br.

5.3 - As áreas competentes para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o fornecimento dos produtos desta licitação, serão a Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Transportes, pelo seu secretário Analdo Henrique de Carvalho, o Setor de Compras, os Fiscais de Contrato e o Gestor de Contratos, devidamente designados.

6 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
6.1.3.1. Para fins do disposto no caput deste item, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
6.1.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 28, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
6.1.3.3. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no § 1º, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
6.1.4. A contratada se obriga a aceitar nas mesmas condições o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento), nos moldes definados no art. 125 da Lei Federal nº. 14.133/21.

7 - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

7 - Caberá à Contratada, sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste Edital e no Termo de Referência - Anexo I:
7.1 - Tomar todas as providências necessárias ao fiel fornecimento dos produtos objetos desta licitação;
7.2 - Manter, durante o período de vigência da ata de registro de preços e/ou da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.3 - Promover o fornecimento dos produtos/materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica, da seguinte forma:

7.4 - Realizar a (s) entrega (s) prazo máximo de entrega é de 10 (dez) dias, após o recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento
7.4.1 - a entrega deverá ser TOTAL e, acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceitos após a verificação do cumprimento das especificações contidas no Anexo I do Edital;
7.4 - O recebimento se dará no local descrito na Ordem de Fornecimento ou no corpo do e-mail, não se responsabilizando a Administração pelo recebimento em outro local, dias e horários;
7.5 - Deverão ser entregues lacrados e selados pelo fabricante ou fornecedor e entregues devidamente embalados, contendo externamente a data, o nome do produto, quantidades e outras informações, de acordo com a legislação pertinente, de forma a garantir completa segurança durante o transporte e a identificar o seu conteúdo;
7.6 - Importante ressaltar que os todos os produtos fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, com certificação do INMETRO;

7.7 - Prestar todos os esclarecimentos que lhe foram solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
7.8 - Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio do Município em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE;
7.9 - Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, igualmente, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do ajuste a ser firmado;
7.10 - Assumir responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

7.11 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos produtos ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE, inclusive por danos causados a terceiros;
7.12 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista cível ou penal, relacionados à entrega dos produtos, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

7.13 - Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste processo licitatório;
7.14 - Os óleos lubrificantes e filtros ofertados deverão ser novos, sem uso anterior com certificação do INMETRO, garantia de 90 (noventa) dias a partir da data da entrega; anteriormente a isso devem ter sido armazenados de forma adequada de acordo com as especificações do fabricante.
7.15 - A quantidade a ser contratada será entregue de forma parcelada tendo em vista que o objeto possui natureza divisível, levando em consideração tanto o tamanho da frota, quanto ao tempo de desgaste durante sua utilização, bem como ano/modelo/marca de cada veículo.
7.16 - Receber as Ordens de Fornecimento via E-mail.

8 – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Caberá ao Município de Biquinhas, sem prejuízo das demais disposições inseridas neste Edital e no Termo de Referência - Anexo I:

8.1 - Supervisionar o fornecimento do objeto, exigindo presteza na entrega e correção das falhas eventualmente detectadas;
8.2 - Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias ao fornecimento dos produtos.

9 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
9.1.1. deixar de entregar ou entregar os produtos em desacordo com os termos pactuados;
9.1.2. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1.2.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.1.2.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.1.2.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.1.3. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.1.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
9.2.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
9.2.1. advertência;
9.2.2. multa;
9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1 e 9.1.2, a multa será de 3% do valor do contrato licitado.
9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.3 e 9.1.4, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1 e 9.1.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.3 e 9.1.4, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1 e 9.1.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
9.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
9.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
9.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
9.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
9.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10 - DA CESSÃO

10.1 - A CONTRATADA não poderá ceder o presente vínculo ou subcontratar o seu objeto para outra empresa, no todo ou em parte, sendo nulo de pleno direito qualquer ato neste sentido, alem de construir infração passível de penalidade.

11 - DA PUBLICAÇÃO

11.1 - O presente instrumento será publicado, em resumo, no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal e também no Diário Eletrônico do Município.

12 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1 - O presente instrumento é regido pela Lei nº 14.133/21 e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Processo Licitatório nº «Número do Processo»,«Modalidade» nº «Aquisição».

13 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

13.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação Orçamentária	Descrição da Dotação Orçamentária
02.01.01.04.122.0003.2003.33903000	Gestão Administrativa e Institucional do Gabinete do Prefeito Material De Consumo
02.02.01.04.122.0003.2006.33903000	Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Administração Material De Consumo
02.03.02.10.301.0020.2012.33903000	Programa Estratégia Saúde da Família - Bloco da Atenção Básica Material De Consumo
02.03.02.10.302.0012.2014.33903000	Serviços Urgência e Em ergência - Bloco Méd. Complexidade Amb Hospitalar Material De Consumo
02.03.02.10.303.0012.2016.33903000	Atividades Assistência Farmacêutica - Bloco Assistência Farmacêutica Material De Consumo
02.03.02.10.304.0013.2017.33903000	Atividades da Vigilância Sanitária - Bloco da Vigilância em Saúde Material De Consumo
02.05.01.20.608.0004.2023.33903000	Programa de Fomento ao Agronegócio Material De Consumo
02.06.02.12.361.0006.2030.33903000	Inclusão Educacional com Suporte Logístico a Estudantes Material De Consumo
02.07.01.15.122.0021.2033.33903000	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras, Serviços e Transportes Material De Consumo
02.07.01.26.782.0021.2035.33903000	Serviços Municipais de Estradas de Rodagens Material De Consumo
02.08.02.08.244.0014.2040.33903000	Serviço de Proteção Social Básica Material De Consumo

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1 - O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.

14.2 - A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica.

14.3- O detentor da ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório.

14.4- As condições gerais de fornecimento, tais como os prazos e critérios para execução, as obrigações da Administração e da Empresa registrada, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo Contratual.

14.5- Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-lhe todos os seus dispositivos, o Edital, com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

15 – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1 - A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

15.2 - A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

15.3 - A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

15.4 - A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual. 15.5 - A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.5.1 - A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

15.6 - A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

15.6.1 - À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

15.6.1.1 - A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

15.7 - A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.7.1 - A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.7.2 - A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

15.8 - A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores. 15.9 - O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária. 15.10 - O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

16 – DO FORO:

16.1 - Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o foro da Comarca de Morada Nova de Minas, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, firmam a presente Ata, em 2 (duas) vias, de igual forma e teor, para todos os fins e efeitos de direito.

_____
Prefeito Municipal

_____
Contratada
CNPJ

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00089 Pregão Eletrônico Nº: 000013

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS PARA ME E EPP E ATENDIMENTO DO §2º DO ART. 4º DA LEI Nº 14.133/21

(Nome da Empresa)____ , CNPJ Nº____ , sediada na Rua____, nº____ , bairro____ , CEP____ , município de____, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para fins de participação em licitação ou contratação direta com a Prefeitura Municipal de Biquinhas, sob as penas da lei que:
I - Que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.
II - Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

____,____ de____ de 2026.

_____
[Nome e assinatura do responsável pela empresa]

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:04F3DC7C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
DECRETO Nº 4.817, DE 14 DE SETEMBRO DE 2026

Homologa o resultado final do Processo Seletivo Público nº 16/2026, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, incisos VI e IX, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a conclusão das etapas do Processo Seletivo Público nº 16/2026, **DECRETA:**

Art. 1º Fica homologado, para que surta os devidos efeitos jurídicos, o resultado final do Processo Seletivo Público nº 16/2026, para a contratação dos cargos de Cirurgião Dentista e de Farmacêutico/Bioquímico, necessários ao atendimento das necessidades do Departamento de Saúde.

Art. 2º O resultado final do Processo Seletivo, especificado abaixo, encontra-se publicado no endereço eletrônico www.paraisopolis.mg.gov.br:

CIRURGIÃO DENTISTA					
Ordem classificátoria	**N° de inscrição**	**Nome do candidato**	**Data de Nascimento**	**Pontuação**	**Resultado**
1º	001/2026	ROBSON ALVES PIMENTA JUNIOR	08/12/2026	35	APROVADO
2º	014/2026	MARIA MARGARETE VANANCIO	10/03/1964	27	APROVADO
3º	006/2026	ROBERTA GONÇALVES DIAS	26/09/1966	22	APROVADO
4º	005/2026	MARCIO CEDENILLA DOS SANTOS	29/06/1978	22	APROVADO
5º	034/2026	JULIA MENDOÇA DE FARIA	15/12/1997	21	APROVADO
6º	007/2026	GIOVANNA VISOTO CARNEIRO	24/10/1996	19	APROVADO
7º	024/2026	ANNE SUNAE MATSUMOTO	20/05/1981	17	APROVADO
8º	025/2026	JULIA MARIA HERINGER SERPA CORTE LEAL	26/04/1998	15	APROVADO
9º	026/2026	JACKELINE MARIA SILVA	05/01/1967	14	APROVADO
10º	030/2026	PATRICIA AGRESTA LOVATO DA SILVA	21/05/1986	14	APROVADO
11º	023/2026	SONIA APARECIDA DE LIMA	29/10/1974	12	APROVADO
12º	004/2026	WALTER JOSÉ BRANDÃO	04/06/1953	10	APROVADO
13º	024/2026	ALEXANDRA PALMA FELIX OMINE	11/05/1974	10	APROVADO
14º	020/2026	THIAGO MEDA GIACOMELLI	08/02/1990	10	APROVADO
15º	033/2026	ANDRÉ LUIZ DE CARVALHO	24/10/1991	10	APROVADO
16º	032/2026	STEFANIA FERNANDA DE JESUS SANTOS	17/09/1997	10	APROVADO
17º	021/2026	LIVINE SOARES DA SILVA	01/04/1993	9	APROVADO
18º	002/2026	LORENA GUADALUPE H. CARVALHO	08/10/1995	9	APROVADO
19º	011/2026	MARIA FERNANDA NUNES LOPES	25/10/2000	9	APROVADO
20º	029/2026	CAROLINA SAYURI SOUZA OKURA	08/03/2001	9	APROVADO
21º	008/2026	GABRIELA DE FATIMA SANTOS FARIA	03/12/1999	6	APROVADO
22º	035/2026	KARINA AMANDA VIANA SANTOS	07/12/1989	5	APROVADO
23º	022/2026	ALEX COSTA LIMA	05/03/1999	5	APROVADO
24º	031/2026	HEVELLYN CAROLINE FERREIRA DE SOUZA	04/10/2000	5	APROVADO

25º	015/2026	RAYANE FLORIANO DIAS DE LIMA	21/07/2003	5	APROVADO
26º	013/2026	NATALIA CRISTINA DOS SANTOS	26/06/2000	2	APROVADO
27º	016/2026	RODRIGO DE FARIA ROCHA	18/03/1983	0	APROVADO
28º	017/2026	CAMILA FARIA OLIVEIRA	15/03/1999	0	APROVADO
29º	010/2026	JULIANA JESUS FERREIRA	31/03/2000	0	APROVADO
30º	018/2026	RAYANE NOGUEIRA TURBINO	27/10/2000	0	APROVADO
31º	019/2026	JULIA DA COSTA DIAS	14/02/2001	0	APROVADO
32º	009/2026	LAURA AP. DA SILVA GONÇALVES	01/05/2001	0	APROVADO
33º	003/2026	LUCAS FELIPE DA SILVA	22/06/2001	0	APROVADO
34º	028/2026	GIOVANA FRANCIELLI DA SILVA SANTOS	10/05/2002	0	APROVADO
35º	012/2026	LIVIA FARIA SANTOS	10/03/2003	0	APROVADO

FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO					
Ordem classificátoria	**N° de inscrição**	**Nome do candidato**	**Data de Nascimento**	**Pontuação**	**Resultado**
1º	002/2026	LAÍS SILVEIRA CARNEIRO	29/07/1994	10	APROVADA
2º	003/2026	HARYELLA VIEIRA GOMES	05/02/1983	2	APROVADA
3º	007/2026	HELEN MARA LIMA	09/03/1965	0	APROVADA
4º	005/2026	MARCIA VIVIANE DOS SANTOS	22/10/1982	0	APROVADA

Art. 3º Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a necessidade e a disponibilidade financeira da Prefeitura Municipal, dentro do prazo de validade do processo seletivo, compondo o cadastro de reserva e obedecida, obrigatoriamente, à respectiva ordem de classificação.

Art. 4º A Diretoria-Adjunta de Recursos Humanos, observado o disposto no artigo anterior, convocará os candidatos habilitados para a apresentação de documentação exigida e a realização dos exames para admissão.
Parágrafo único - O candidato que não atender aos requisitos estabelecidos no Edital do Processo Seletivo, inclusive quanto à documentação e às condições de saúde para ingresso no serviço público, será desclassificado, convocando-se o candidato imediatamente colocado na ordem de classificação.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 14 de setembro de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:D47747D8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATOS TERMO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO Nº: 41/2026 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO EDITAL Nº: 10/2026

EXTRATO CONTRATOS TERMO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº: 41/2026
Modalidade: Inexigibilidade por credenciamento
Edital nº: 10/2026

CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS E DEMAIS SERVIÇOS AUTOMOTIVOS, FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS NOVOS PARA **VEÍCULOS PESADOS** SENDO DO TIPO MICRO-ÔNIBUS, ÔNIBUS E CAMINHÕES PELO MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DO SOFTWARE "TRAZ VALOR", EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA PARA ATENDER A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

Partes: Prefeitura Municipal de Patrocínio e as seguintes empresas, nos termo do seguinte resultado:

EMPRESA: POSTO DE MOLAS PATROCINIO LTDA / CNPJ: 22.147.078/0001-76

Item	Qtde	Un	% DE DESCONTO TABELA-TRAZ VALOR	**Especificação**	VALOR ESTIMADO/QUANT.
002	1	SE	49%	CATALOGO DE PECAS FORD VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS ACESSORIOS ORIGINAIS	R$ 22.500,00
003	1	SE	35%	CATALOGO DE PECAS FORD VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS CHASSIS ORIGINAIS	R$ 25.000,00
010	1	SE	35%	CATALOGO DE PECAS FORD VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS COTA DE 75 POR CENTO AMPLA CONCORRENCIA	R$ 131.250,00
011	1	SE	35%	CATALOGO DE PECAS FORD VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS. COTA DE 25 POR CENTO RESERVADA PARA ME E EPP	R$ 43.750,00
014	1	SE	49,99%	CATALOGO DE PECAS IVECO VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS ACESSORIOS ORIGINAIS	R$ 27.500,00
018	1	SE	50%	CATALOGO DE PECAS IVECO VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS DE CHASSIS ORIGINAIS	R$ 50.000,00
023	1	SE	35%	CATALOGO DE PECAS IVECO VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS COTA DE 75 POR CENTO AMPLA CONCORRENCIA	R$ 236.250,00
024	1	SE	35%	CATALOGO DE PECAS IVECO VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS. COTA DE 25 POR CENTO RESERVADA PARA ME E EPP	R$ 78.750,00
027	1	SE	49,99%	CATALOGO DE PECAS MERCEDES BENZ VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS DE ACESSORIOS ORIGINAIS	R$ 27.500,00
030	1	SE	34%	CATALOGO DE PECAS MERCEDES BENZ VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS DE CHASSIS ORIGINAIS	R$ 35.000,00
035	1	SE	30%	CATALOGO DE PECAS MERCEDES BENZ VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS COTA DE 75 POR CENTO AMPLA CONCORRENCIA	R$ 168.750,00
036	1	SE	30%	CATALOGO DE PECAS MERCEDES BENZ VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS MECANICA	R$ 56.250,00

				ORIGINAIS. COTA DE 25 POR CENTO RESERVADA PARA ME E EPP	
037	1	SE	26,01%	CATALOGO DE PECAS VOLARE VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS ACESSORIOS ORIGINAIS	R$ 17.500,00
042	1	SE	34%	CATALOGO DE PECAS VOLARE VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS DE CHASSIS ORIGINAIS	R$ 10.000,00
046	1	SE	34%	CATALOGO DE PECAS VOLARE VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS	R$ 32.500,00
047	1	SE	49,99%	CATALOGO DE PECAS VOLKSWAGEN VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS ACESSORIOS ORIGINAIS	R$ 27.500,00
052	1	SE	49,99%	CATALOGO DE PECAS VOLKSWAGEN VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS DE CHASSIS ORIGINAIS	R$ 50.000,00
057	1	SE	39%	CATALOGO DE PECAS VOLKSWAGEN VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS COTA DE 75 POR CENTO AMPLA CONCORRENCIA	R$ 328.125,00
058	1	SE	39%	CATALOGO DE PECAS VOLKSWAGEN VEICULOS PESADOS PARTE DE PECAS MECANICA ORIGINAIS. COTA DE 25 POR CENTO RESERVADA PARA ME E EPP	R$ 109.375,00
059	1	SE	16,02%	PRESTACAO DE SERVICO EM CHASSIS DE VEICULOS PESADOS LINHA FORD.	R$ 40.000,00
070	1	SE	16,02%	PRESTACAO DE SERVICOS EM CHASSIS DE VEICULOS PESADOS IVECO	R$50.000,00
071	1	SE	16,02%	PRESTACAO DE SERVICOS EM CHASSIS DE VEICULOS PESADOS MERCEDES BENZ	R$40.000,00
072	1	SE	16,02%	PRESTACAO DE SERVICOS EM CHASSIS DE VEICULOS PESADOS VOLARE	R$14.000,00
073	1	SE	16,02%	PRESTACAO DE SERVICOS EM CHASSIS DE VEICULOS PESADOS VOLKSWAGEN	R$70.000,00
074	1	SE	16,02%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM VEICULOS PESADOS IVECO	R$350.000,00
075	1	SE	16,02%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM VEICULOS PESADOS LINHA FORD	R$ 200.000,00
076	1	SE	16,02%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM VEICULOS PESADOS MERCEDES BENZ	R$250.000,00
077	1	SE	16,02%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM VEICULOS PESADOS VOLARE	R$40.000,00
078	1	SE	16,02%	PRESTACAO DE SERVICOS MECANICOS EM VEICULOS PESADOS VOLKSWAGEN	R$450.000,00
079	1	SE	16,02%	PRESTACAO DE SERVICOS RELACIONADOS A ACESSORIOS DE VEICULOS PESADOS IVECO	R$25.000,00
080	1	SE	16,02%	PRESTACAO DE SERVICOS RELACIONADOS A ACESSORIOS DE VEICULOS PESADOS LINHA FORD	R$ 20.000,00
081	1	SE	16,02%	PRESTACAO DE SERVICOS RELACIONADOS A ACESSORIOS DE VEICULOS PESADOS MERCEDES BENZ	R$25.000,00
082	1	SE	16,02%	PRESTACAO DE SERVICOS RELACIONADOS A ACESSORIOS DE VEICULOS PESADOS VOLARE.	R$11.000,00
083	1	SE	16,02%	PRESTACAO DE SERVICOS RELACIONADOS A ACESSORIOS DE VEICULOS PESADOS VOLKSWAGEN	R$35.000,00

As quantidades de prestações de serviços são estimativas, uma vez que se trata de procedimento por credenciamento, onde todas as empresas credenciadas podem usufruir dessa quantidade, não havendo garantia de demanda mínima ou máxima para cada empresa.

Data: 01 de setembro de 2026.
Vigência: 12(doze) meses.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:C27CB3A6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N° 001/2026

O **Prefeito Municipal de São Pedro da União/MG**, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas, TORNA PÚBLICO que fará realizar, por meio da empresa **Instituto Aplicativa**, sob supervisão da Comissão Organizadora nomeada por meio da **Portaria nº 016/2026 de 07 de agosto de 2026**, em datas, locais e horários a serem oportunamente divulgados, Concurso Público regido de acordo com a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, da Lei Municipal n.º 995/2013 de 16 de janeiro de 2013, e as demais Leis Municipais em vigor, destinado aos cargos descritos na Tabela I, especificada no Capítulo 1 deste Edital, mediante as condições estabelecidas no Regulamento do Concurso Público a seguir, que passam a fazer parte integrante deste Edital para todos os fins e efeitos de direito.

REGULAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO

1. DO CONCURSO PÚBLICO

1.1. O presente Concurso Público destina-se ao provimento dos cargos efetivos indicados neste Edital, regidos **pelo Regime Jurídico Estatutário** em conformidade com a legislação vigente.
1.2. O prazo de validade do Concurso Público é de 2 (dois) anos, a contar da data de homologação do certame, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do **Município de São Pedro da União/MG**.
1.2.1. A nomeação e posse dos candidatos aprovados destinam-se ao provimento de cargo público do **Município de São Pedro da União/MG**, submetendo-se o servidor ao **Regime Jurídico Estatutário**, não se configurando vínculo de prestação de serviços, observadas as condições, prazos e demais disposições relativas à nomeação e posse estabelecidas no **Capítulo 13 deste Edital**.
1.2.2. O candidato que, ainda que aprovado em todas as etapas, não comprovar os requisitos exigidos no ato da posse, na forma e prazo estabelecidos no **Capítulo 13 deste Edital**, será eliminado do certame, não fazendo jus à nomeação ou efetivação no cargo.
1.3. O cargo, as vagas, o salário inicial, a carga horária, os requisitos mínimos exigidos e a taxa de inscrição são os estabelecidos na Tabela I de Cargos, especificada abaixo.
1.4. As atribuições dos cargos estão descritas no Anexo I deste Edital

TABELA I – CARGOS, VAGAS, SALÁRIO INICIAL, REFERÊNCIA, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS E TAXA DE INSCRIÇÃO

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO						
CARGOS	**VAGAS**	**VAGAS RESERVADAS PCD***	**SALÁRIO INICIAL**	**CARGA HORÁRIA**	**REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS**	**TAXA DE INSCRIÇÃO**
Auxiliar de Serviços	01	-	R$ 1.655,40	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto	**R$ 40,00**

Gerais						
Coveiro	01	-	R$ 1.680,22	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto	**R$ 40,00**
Cozinheiro Escolar	01	-	R$ 1.655,40	30 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto	**R$ 40,00**
Motorista	01	-	R$ 1.961,66	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto e ter carteira nacional de habilitação de motorista profissional categoria "D ou E"	**R$ 40,00**
Operador de Máquinas	01	-	R$ 2.496,05	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto e ter carteira nacional de habilitação de motorista profissional categoria "D ou E"	**R$ 40,00**
Pedreiro	01	-	R$ 2.102,39	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto.	**R$ 40,00**
Tratorista	01	-	R$ 1.961,66	40 horas semanais	Ensino Fundamental Incompleto.	**R$ 40,00**

Legenda:
PCD* = Pessoas com Deficiência

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO						
CARGOS	**VAGAS**	**VAGAS RESERVADAS PCD***	**SALÁRIO INICIAL**	**CARGA HORÁRIA**	**REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS**	**TAXA DE INSCRIÇÃO**
Ajudante Geral	01	-	R$ 1.680,22	40 horas semanais	Ensino fundamental completo	**R$ 40,00**

Legenda:
PCD* = Pessoas com Deficiência

ENSINO MÉDIO COMPLETO						
CARGOS	**VAGAS**	**VAGAS RESERVADAS PCD***	**SALÁRIO INICIAL**	**CARGA HORÁRIA**	**REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS**	**TAXA DE INSCRIÇÃO**
Auxiliar Administrativo	01	-	R$ 1.705,44	40 horas semanais	Ensino médio completo	**R$ 50,00**
Auxiliar de Consultório Dentário	01	-	R$ 1.705,44	40 horas semanais	Ensino Médio Completo, curso de formação específico e registro no conselho competente	**R$ 50,00**
Fiscal da Vigilância Sanitária	01	-	R$ 2.496,05	40 horas semanais	Ensino Médio Completo	**R$ 50,00**
Fiscal de Tributos	01	-	R$ 2.496,05	40 horas semanais	Ensino Médio Completo	**R$ 50,00**
Monitor Escolar	01	-	R$ 1.705,44	30 horas semanais	Ensino Médio Completo	**R$ 50,00**
Profissional de Apoio Escolar	01	-	R$ 1.756,98	30 horas semanais	Ensino Médio Completo e curso específico	**R$ 50,00**

Legenda:
PCD* = Pessoas com Deficiência

ENSINO MÉDIO / TÉCNICO						
CARGOS	**VAGAS**	**VAGAS RESERVADAS PCD***	**SALÁRIO INICIAL**	**CARGA HORÁRIA**	**REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS**	**TAXA DE INSCRIÇÃO**
Técnico Em Enfermagem	CR*	-	R$ 2.504,98	40 horas semanais	Curso Técnico em enfermagem e Registro no Conselho Competente.	**R$ 50,00**

Legenda:
CR* = Cadastro Reserva (a convocação dos candidatos classificados para o cadastro reserva ocorrerá conforme a necessidade da Administração do Município, dentro do prazo de validade do Concurso Público).
PCD* = Pessoas com Deficiência

ENSINO SUPERIOR						
CARGOS	**VAGAS**	**VAGAS RESERVADAS PCD***	**SALÁRIO INICIAL**	**CARGA HORÁRIA**	**REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS**	**TAXA DE INSCRIÇÃO**
Assistente Social	01	-	R$ 4.079,58	30 horas semanais	Curso superior em serviços social e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Cirurgião Dentista	01	-	R$ 4.079,58	20 horas semanais	Curso superior em odontologia e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Cirurgião Dentista Do Psf	01	-	R$ 5.439,08	40 horas semanais	Curso superior em odontologia e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Contador	01	-	R$ 5.439,08	40 horas semanais	Curso superior em ciências contábeis e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Engenheiro Civil	01	-	R$ 5.439,08	24 horas semanais	Curso superior em Engenharia civil e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Fisioterapeuta	01	-	R$ 4.079,58	30 horas semanais	Curso superior em fisioterapia e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Fonoaudiólogo	01	-	R$ 4.079,58	30 horas semanais	Curso superior em fonoaudiologia e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Médico do PSF	01	-	R$ 17.612,87	40 horas semanais	Curso superior em medicina e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Nutricionista	01	-	R$ 4.079,58	40 horas semanais	Curso superior em nutrição e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Professor Conteúdo Específico (Ed. Física)	01	-	R$ 3.540,18	24 horas semanais	curso superior em licenciatura, de graduação plena, correspondente as áreas específicas do plano curricular, nos termos da legislação vigente.	**R$ 80,00**
Professor De Atendimento Especializado	01	-	R$ 3.540,18	24 horas semanais	curso superior em pedagogia e/ou normal superior com pós graduação em Educação Especial ou Inclusiva e/ou formação superior em Educação Especial ou Inclusiva.	**R$ 80,00**
Professor De Educação Básica	01	-	R$ 3.078,38	24 horas semanais	Curso Superior De Licenciatura Plena Em Pedagogia Ou Curso Normal Superior Ou Magistério	**R$ 80,00**
Psicólogo	01	-	R$ 4.079,58	40 horas semanais	Curso superior em psicologia e registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Psicopedagogo	01	-	R$ 4.079,58	40 horas semanais	Curso Superior Graduação em psicopedagogia ou graduação em psicologia com pós-graduação em psicopedagogia institucional e clínica ou licenciatura em pedagogia com pós graduação em psicopedagogia institucional e clínica registro no conselho competente	**R$ 80,00**
Supervisor Escolar	01	-	R$ 5.130,62	40 horas semanais	Curso Superior de Pedagogia e/ou Normal Superior com Habilitação em Supervisão Pedagógica e/ou Pós-graduação em Supervisão Pedagógica.	**R$ 80,00**

Legenda:

PCD* = Pessoas com Deficiência

2. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO

2.1. Para se inscrever o candidato deverá ler este edital em sua íntegra, tendo conhecimento e estando de acordo com as exigências nele contidas, principalmente, as especificadas a seguir, que devem ser comprovadas à época da posse:
2.1.1. Ter nacionalidade brasileira, nata ou naturalizada, ou portuguesa, amparada pelo Estatuto da Igualdade entre brasileiros e portugueses conforme disposto nos termos do parágrafo 1º, artigo 12, da Constituição Federal e do Decreto Federal nº 70.436/72;
2.1.2. Ter, na data da posse, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
2.1.3. No caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar, nos termos do Decreto nº 57.654/66, alterado pelo Decreto nº 93.670/86;
2.1.4. Ser eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral;
2.1.5. Possuir documentação comprobatória, no ato da nomeação, dos **REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS** para os cargos, conforme especificado na Tabela I, do Capítulo 1, e a **DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA** determinada no **item 13.5 do Capítulo 13** deste edital;
2.1.6. Ter aptidão física e mental e não possuir deficiência física incompatível com o exercício dos cargos, comprovada por Exame Médico Admissional, realizado pelo município que avaliará sua capacidade física e mental, de caráter eliminatório;
2.1.7. Providenciar, sob responsabilidade do candidato, os exames complementares que se fizerem necessário à realização do Exame Admissional.
2.1.8. Não ter sido punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo, condenado em processo criminal por prática de crimes contra a administração pública, capitulados nos títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492/86 e na Lei nº 8.429/92;
2.1.9. Não estar impedido, por lei ou norma vigente, de assumir outro cargo público no momento da nomeação;
2.1.10 Não registrar antecedentes civis ou criminais contra a administração pública e não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, conforme Inciso II, do Artigo, da Constituição Federal;
2.1.11. Não possuir condenação criminal transitada em julgado por crime previsto na legislação penal brasileira, enquanto subsistirem os efeitos da condenação que sejam juridicamente incompatíveis com o exercício do cargo ou função, observado o disposto na Constituição Federal e na legislação aplicável.
2.1.12. Apresentar declaração de bens.
2.1.13. Não estar com idade de aposentadoria compulsória.
2.1.14. Não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego público ou função púbica, ressalvados os cargos acumuláveis previsto na Constituição Federal.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão realizadas via Internet, no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br, iniciando-se no dia 28 de novembro de 2026 e encerrando-se no dia 28 de dezembro de 2026**, observado o horário oficial de Brasília/ DF e os itens estabelecidos no Capítulo 2. Das Condições para Inscrição, deste Edital.
3.1.1 As inscrições serão realizadas exclusivamente pela internet, sendo de responsabilidade do(a) candidato(a) dispor dos equipamentos e do acesso necessários para efetuar sua inscrição, não cabendo à Instituto Aplicativa fornecer equipamentos para tal finalidade.
3.1.2 A Instituto Aplicativa, assegurará a ampla publicidade e igualdade de condições, em conformidade com os princípios previstos no art. 13 da Constituição do Estado de Minas Gerais e no art. 37 da Constituição Federal, bem como na legislação estadual aplicável, disponibilizando todas as informações pertinentes ao certame em seu site oficial www.institutoaplicativa.org.br.
3.2. Após o preenchimento da ficha de solicitação de inscrição online, o candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição a título de ressarcimento de despesas com material e serviços, de acordo com o valor definido na Tabela I, do Capítulo 1 deste Edital.
3.3. Objetivando evitar ônus desnecessários, o candidato deverá recolher o valor da taxa de inscrição somente se atender a todos os requisitos exigidos para o cargo pretendido.
3.4. A inscrição do candidato implicará no completo conhecimento e a tácita aceitação das normas legais pertinentes e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, e as condições previstas em Lei, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.
3.5. O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição através de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária, com vencimento para o dia de **30 de dezembro de 2026**, primeiro dia útil subsequente após a data de encerramento do período de inscrição. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.
3.5.1. O boleto bancário estará disponível no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br** até a data de encerramento das inscrições e deverá ser impresso para o pagamento da taxa de inscrição, após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição online.
3.5.2. Na hipótese de instabilidade técnica comprovada do sistema de inscrições que impeça a emissão/visualização do boleto no período normal, a Comissão do Concurso, em conjunto com a banca Aplicativa, publicará ato com prorrogação de prazo e procedimento alternativo de pagamento (segunda via ou modalidade eletrônica), de modo a não gerar prejuízo aos candidatos.
3.5.3. A inscrição somente será confirmada após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição.
3.5.4. O comprovante de inscrição é o boleto bancário devidamente quitado e deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no local de realização da Prova Objetiva. É de inteira responsabilidade do candidato a manutenção sob sua guarda do comprovante do pagamento da taxa de inscrição, para posterior apresentação, se necessário.
3.6. O candidato poderá efetuar **até 2 (duas) inscrições no Concurso Público**, desde que seja **1 (uma) para cada período** de aplicação das provas disposto na tabela do **item 7.1.1, Capítulo 7 deste Edital.**
3.6.1. A opção de cargo realizada pelo candidato no ato da inscrição é definitiva, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a solicitação de alteração ou troca de cargo, independentemente de a inscrição já estar ou não efetivada.
3.6.2. Não haverá devolução ou reembolso da taxa de inscrição, qualquer que seja o motivo alegado pelo candidato, inclusive desistência, duplicidade de inscrição ou erro de preenchimento, salvo o descrito no item 3.9 deste capitulo.
3.7. Não serão aceitas inscrições recebidas por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile, transferência ou depósito em conta corrente, por depósito "por meio de envelope" em caixa rápido, DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital, bem como fora do período de inscrição estabelecido.
3.8. Não será aceito, como comprovante de pagamento da inscrição, comprovante de agendamento bancário.
3.9. A devolução da taxa de inscrição somente ocorrerá nos casos de suspensão, anulação ou cancelamento do certame, conforme decisão da Administração Pública Municipal.
3.10. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração de opção de emprego sob hipótese alguma, portanto, antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deve verificar atentamente a opção preenchida.
3.10.1. É vedada a transferência do valor pago a título de inscrição para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outros processos ou concursos.

3.11. O **Instituto Aplicativa** e o **Município de São Pedro da União/MG** não se responsabilizam por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados. Assim é recomendável que o candidato realize sua inscrição e respectivo pagamento com a devida antecedência.
3.12. A partir do dia de **04 de janeiro de 2026**, o candidato deverá conferir no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br** se os dados da inscrição, efetuada via Internet, e se o valor da inscrição foram recebidos pelo **Instituto Aplicativa**, ou seja, se a inscrição está confirmada.
3.12.1. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato do **Instituto Aplicativa**, pelo e-mail contato@aplicativa.net.br para verificar o ocorrido, das 9h às 17h de segunda a sexta, bem como interpor recurso nos termos do Capítulo 12 deste Edital.
3.13. A apresentação dos documentos e das condições exigidas para participação no referido Concurso Público será feita por ocasião da nomeação, sendo que a não apresentação implicará a anulação de todos os atos praticados pelo candidato.
3.14. As informações prestadas na ficha de inscrição online são de inteira responsabilidade do candidato, ainda que realizada com o auxílio de terceiros, cabendo ao **Município de São Pedro da União/MG** e o **Instituto Aplicativa** o direito de excluir do Concurso Público aquele que preenchê-la com dados incorretos, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.
3.15. O candidato que desejar concorrer à vaga reservada a pessoas com deficiência deverá, obrigatoriamente, no ato da inscrição, informar em campo específico da Ficha de Inscrição, e proceder conforme estabelecido no Capítulo 5 deste Edital.
3.16. O candidato que necessitar de condições especiais para realização das provas deverá encaminhar, **por meio de upload** em campo específico na ficha de inscrição, declaração constante no **Anexo III deste Edital**, devidamente preenchida e assinada pelo candidato, especificando a condição especial para a realização da prova.
3.16.1. O candidato que não o fizer durante o período de inscrição estabelecido no item anterior, não terá a prova e as condições especiais providenciadas, seja qual for o motivo alegado.
3.16.2. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.
3.17 No caso de candidata lactante, serão aplicadas as regras previstas na Lei Federal nº 13.872/2019, que assegura o direito de amamentação durante a realização do Concurso Público.
3.17.1 A candidata lactante deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, previamente indicado, que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela guarda da criança. **A CANDIDATA QUE NÃO APRESENTAR ACOMPANHANTE NÃO REALIZARÁ AS PROVAS.**
3.17.2 O tempo despendido na amamentação de filhos de até 6 (seis) meses será integralmente compensado durante a realização da prova, em igual período, conforme §2º do art. 4º da Lei nº 13.872/2019.
3.17.3 A candidata lactante poderá ausentar-se da sala de prova, acompanhada por uma fiscal, nos horários de amamentação, consistentes em intervalos de até 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.
3.17.4 Na sala ou local reservado para a amamentação permanecerão apenas a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência do acompanhante ou de quaisquer outras pessoas com grau de parentesco ou amizade com a candidata.
3.17.5 A candidata lactante deverá declarar a referida condição na ficha de inscrição on-line e encaminhar sua solicitação à Instituto Aplicativa Ltda até o último dia das inscrições, por meio de upload em campo específico na ficha de inscrição, juntamente ao Anexo III disponibilizado neste edital, devidamente preenchido e assinado, acompanhado dos seguintes documentos, reunidos em um único arquivo no formato PDF:
a) Certidão de nascimento ou documento oficial que comprove que o bebê possui até 6 (seis) meses de idade na data da prova;
b) Documento oficial de identidade com foto da candidata (RG, CNH, passaporte etc.);
c) Comprovante de inscrição no Concurso Público (protocolo ou boleto pago);
d) Documento oficial de identidade com foto do acompanhante;
e) Declaração da candidata indicando o nome completo e número do documento do acompanhante, autorizando sua permanência em sala reservada para cuidar da criança;
3.18. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização da prova por motivo de crença religiosa, deverá encaminhar solicitação o **Instituto Aplicativa Ltda,** nos termos do item 3.16 deste Capítulo.
3.19. O candidato que se enquadrar nos termos do Decreto nº 47.148 de 27 de janeiro de 2017, sobre a adoção e utilização do nome social por parte de pessoas travestis e transexuais, cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, e que desejar ser identificado pelo nome social no dia da realização da prova, deverá encaminhar por meio de **por meio de upload** em campo específico na ficha de inscrição, de **28 de novembro de 2026 a 03 de dezembro de 2026**, indica-lo através do Formulário constante neste Edital, devidamente preenchida e assinada pelo candidato, e os documentos a seguir:
a) Formulário de solicitação de inclusão de Nome Social **(Anexo V);**
b) Documento de Identidade Social (frente e Verso)
c) Documento de Identidade (frente e Verso)
3.20. São de exclusiva responsabilidade do candidato, sob as penas da lei, as informações fornecidas no ato da inscrição.
3.20.1 O candidato que não o fizer durante o período de inscrição estabelecido no itens anteriores, não terá condições especiais atendidas, seja qual for o motivo alegado.
3.21. O candidato que solicitar condição especial para a realização das provas deverá, a partir de **04 de dezembro de 2026**, acessar o site **www.institutoaplicativa.org.br** para verificar o resultado da solicitação pleiteada.
3.21.1. Em caso negativo, o candidato deverá interpor recurso nos termos do Capítulo 12 deste Edital.
3.22. O período de inscrição poderá ser prorrogado por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, a critério da **Comissão do Concurso Público** e da **Instituto Aplicativa**
3.22.1 A prorrogação de que trata o item 3.21. poderá ser feita sem aviso prévio, bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação feita na Imprensa Oficial do Município e no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br.**

4. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1. O candidato, que estiver amparado pelos dispositivos contidos na **Lei Nº 13.392, de 07 de dezembro de 1999**, poderá requerer a isenção da taxa de inscrição deste Concurso Público, desde que comprove os requisitos previstos nos itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3 deste Capítulo, a saber:
4.1.1. Candidatos que comprove estar **DESEMPREGADO**.
4.1.1.1. A comprovação do requisito disposto no item 4.1.1 será realizada por meio dos seguintes documentos:
a) RG ou CIN / CPF – frente e verso;
b) Apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou documento similar;
c) Formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição, constante no **Anexo IV** deste Edital.
4.1.2. Candidatos que comprove ser **DOADOR REGULAR DE SANGUE**.

4.1.2.1. A comprovação do requisito disposto no item 4.1.2 será realizada por meio dos seguintes documentos:
a) RG ou CIN / CPF – frente e verso;
b) Apresentação de documento emitido pela entidade coletora no qual constem as datas das doações (Para os fins desta lei, considera-se doador regular de sangue aquele que tenha doado sangue em órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por município, no mínimo duas vezes ao ano, por pelo menos dois anos;
c) Formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição, constante no **Anexo IV** deste Edital.
4.1.3. Candidatos que comprove ter sido **MEMBRO DE MESA RECEPTORA DE VOTOS EM SEÇÃO ELEITORAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS**.
4.1.3.1. A comprovação do requisito disposto no item 4.1.3 será realizada por meio dos seguintes documentos:
a) RG ou CIN / CPF – frente e verso;
b) apresentação de documento emitido pela Justiça Eleitoral contendo o nome completo do cidadão, a função desempenhada e a data da eleição da qual tenha participado (valerá para a inscrição em concurso público com edital de abertura publicado nos dois anos subsequentes à data da eleição da qual o candidato tenha participado);
c) Formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição, constante no **Anexo IV** deste Edital.
4.2.1. Acessar, no período de **28 de novembro de 2026 a 03 de dezembro de 2026**, no site do **Instituto Aplicativa. - www.institutoaplicativa.org.br** e, na área do Concurso Público da **Prefeitura Municipal de São Pedro da União/MG**, realizar a inscrição online;
4.2.2. Deverá encaminhar **por meio de upload em arquivo único**, em campo específico na ficha de inscrição, de **28 de novembro de 2026 a 03 de dezembro de 2026,** o formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição, constante no Anexo IV deste Edital juntamente dos documentos descritos nas alíneas itens 4.1.1.1, 4.1.2.1 e 4.1.3.1;
4.2.3. Os documentos discriminados no subitem anterior deverão ser encaminhados devidamente preenchidos, obrigatoriamente contendo a assinatura do solicitante e data.
4.3. Deverá ser realizada uma inscrição online antes do envio do formulário com documentação comprobatória, sob pena da solicitação de isenção ser indeferida.
4.4. A documentação comprobatória enviada pelo candidato será analisada pelo **Instituto Aplicativa**, que decidirá sobre a isenção do valor de inscrição, considerando o estabelecido neste capítulo.
4.5. Não será concedida isenção de pagamento do valor de inscrição ao candidato que:
a) deixar de efetuar a inscrição pela internet no período estabelecido no item 4.2.1, deste capítulo;
b) deixar de enviar a documentação comprobatória estabelecida nas alíneas dos subitens 4.1.1.1, 4.1.2.1 e 4.1.3.1, na forma e no prazo previsto neste capítulo;
c) deixar de preencher corretamente ou de assinar o formulário discriminado no subitem 4.2.2, deste capítulo;
d) omitir informações e/ou torná-las inverídicas.
4.5.1. A declaração falsa de dados para fins de isenção do pagamento do valor de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, bem como exclusão do candidato do certame em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis pelo teor das afirmativas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
4.6. No dia **04 de dezembro de 2026**, o candidato deverá verificar a situação sobre o deferimento ou indeferimento da solicitação da isenção do valor de inscrição por meio de publicação e divulgação nos endereços eletrônicos **www.institutoaplicativa.org.br**.
4.7. O(a) candidato(a) disporá de 3 (três) dias a partir da divulgação dos resultados da análise dos requerimentos de isenção do pagamento da inscrição, citada no subitem anterior, para contestar o indeferimento por meio de interposição de recurso, conforme previsto no Capítulo 12 deste edital. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
4.8. No dia **09 de dezembro de 2026**, será publicado e divulgado na Internet nos endereços eletrônicos **www.institutoaplicativa.org.br** o resultado do recurso contra o indeferimento da solicitação da isenção do valor de inscrição.
4.9. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos, para efetivar a sua inscrição no Concurso Público, deverão acessar o endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br,** imprimir a segunda via do respectivo boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição e pagá-lo até a data de seu vencimento.
4.10. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção deferidos estarão automaticamente inscritos no certame.
4.11. O candidato que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecido no item 4.12 estará automaticamente excluído do Concurso Público.

5. DA INSCRIÇÃO PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

5.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste Concurso Público, desde que as atribuições do emprego pretendido sejam compatíveis com a deficiência que possuem.
5.1.1. Às pessoas com deficiência que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhe são faculdadas no inciso VIII do artigo 37 da constituição Federal e pela Lei nº 7.853/1989 é assegurado o direito de se inscrever neste Concurso Público, desde que as atribuições da função pretendida sejam compatíveis com a deficiência que possuem, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2014, pelo 377/2009 do STJ e Lei Estadual nº 14.481/11.
5.2. Em obediência ao disposto no Artigo 37 da constituição Federal, aos candidatos com deficiência habilitados, será reservado o percentual de até **5% (cinco por cento) das vagas existentes** ou que vierem a surgir no prazo de validade do Concurso Público.
5.2.1 Na hipótese de o cálculo do percentual de reserva de até 5% (cinco por cento), previsto no Artigo 37 da Constituição Federal, resultar em número fracionado, aplicar-se-á a regra de arredondamento estabelecida pela legislação estadual (Lei nº 11.867/1995), de modo que frações iguais ou superiores a 0,5 serão arredondadas para o número inteiro subsequente e frações inferiores a 0,5 para o número inteiro anterior, garantindo sempre o mínimo de uma vaga reservada a candidatos com deficiência (PcD).
5.2.1.1 No caso de oferta de 1 vaga imediata + Cadastro Reserva (CR), a primeira vaga será destinada à ampla concorrência, enquanto a reserva para PcD ocorrerá nas chamadas subsequentes, de modo que a 5ª vaga, a 21ª vaga, a 41ª vaga, e assim sucessivamente, serão destinadas a candidatos PcD, assegurando o percentual mínimo de 20% e o arredondamento conforme legislação vigente.
5.3. Serão consideradas deficiências aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para a integração social, em conformidade com o Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004, pelo Decreto Federal nº 9.508/18 e demais alterações.
5.4. Será eliminado da lista de deficientes o candidato cuja deficiência, declarada na inscrição, não se constate, devendo o mesmo constar apenas da lista de classificação geral de aprovados.
5.4.1. Será eliminado do Concurso Público o candidato cuja deficiência declarada na inscrição seja incompatível com a função pretendida.
5.5. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

5.6. As pessoas com deficiência participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
5.7. As vagas destinadas às pessoas com deficiência que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Concurso Público ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.
5.8. No ato da inscrição, o candidato com deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias do Concurso Público deverá requerê-lo, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.
5.9. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência deverá declarar a condição na Ficha de Inscrição.
5.10. O candidato com deficiência, deverá encaminhar **por meio de upload** em campo específico na ficha de inscrição, de **28 de novembro de 2026 a 28 de dezembro de 2026**, a declaração constante no **Anexo III** deste Edital, devidamente preenchida e assinada pelo candidato, especificando a condição especial para a realização da prova, os documentos a seguir:
a) Declaração constante no Anexo III deste Edital, devidamente preenchida e assinada pelo candidato, especificando a condição especial para a realização da prova (caso a condição especial seja necessária); e
b) Cópia do Laudo Médico, expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando o seu nome, número do RG e do CPF.
5.10.1. Os candidatos que solicitarem a prova em braille deverão levar, para esse fim, no dia da aplicação das provas, reglete e punção.
5.10.2. O candidato com deficiência auditiva poderá solicitar, na declaração constante no Anexo III deste Edital, a autorização para utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação da Comissão Multidisciplinar, com a finalidade de garantir a lisura do Concurso Público.
5.10.3 O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional de 1 (uma) hora para a realização das provas, deverá enviar a documentação indicada nas alíneas "a" e "b" do item 5.10, acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência.
5.10.4. Aos deficientes visuais (amblíopes) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas neste sistema, com tamanho de letra correspondente a corpo 24.
5.10.5. As condições específicas e ajudas técnicas previstas acima não excluem outras que se fizerem necessárias.
5.10.6. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido e será divulgado conforme disposto no item 3.21 e seus subitens, do Capítulo 3 deste edital.
5.11. O candidato que não atender, dentro do período das inscrições, aos dispositivos mencionados no item 5.10 e respectivas alíneas e subitens, não terá a condição especial atendida ou não será considerado pessoa com deficiência, seja qual for o motivo alegado.
5.12. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo não poderá interpor recurso em favor de sua situação.
5.13. Os candidatos, que no ato da inscrição se declararem pessoas com deficiência, se aprovados no Concurso Público, terão seus nomes divulgados na lista geral dos aprovados e em lista à parte.

6. DAS PROVAS

6.1. O Concurso Público constará da seguinte estrutura da Prova Objetiva, conforme tabela a seguir, além das demais formas de avaliação previstas neste Edital, cujos critérios e procedimentos encontram-se descritos em capítulos específicos.

Ensino Fundamental Incompleto			
Cargo	**Formas de Avaliação**	**Quantidade de questões CB**	**Quantidade de questões CE**
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS **COVEIRO**	Objetiva	10 Língua Portuguesa 05 Matemática 05 conhecimentos Gerais	05 Conhecimentos Específicos
COZINHEIRO ESCOLAR **MOTORISTA** **OPERADOR DE MAQUINAS** **PEDREIRO** **TRATORISTA**	Objetiva + Prática	10 Língua Portuguesa 05 Matemática 05 conhecimentos Gerais	05 Conhecimentos Específicos

Ensino Fundamental Completo			
Cargo	**Formas de Avaliação**	**Quantidade de questões CB**	**Quantidade de questões CE**
AJUDANTE GERAL	Objetiva	10 Língua Portuguesa 05 Matemática 05 conhecimentos Gerais	05 Conhecimentos Específicos

Ensino Médio Completo			
Cargo	**Formas de Avaliação**	**Quantidade de questões CB**	**Quantidade de questões CE**
AUXILIAR ADMINISTRATIVO **AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO** **FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA** **FISCAL DE TRIBUTOS** **MONITOR ESCOLAR** **PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR**	Objetiva	05 Língua Portuguesa 05 Matemática 05 conhecimentos Gerais	15 Conhecimentos Específicos

Ensino Médio / Técnico			
Cargo	**Formas de Avaliação**	**Quantidade de questões CB**	**Quantidade de questões CE**
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Objetiva	05 Língua Portuguesa 05 Matemática 05 conhecimentos Gerais	15 Conhecimentos Específicos

Ensino Superior			
Cargo	**Formas de Avaliação**	**Quantidade de questões CB**	**Quantidade de questões CE**
ASSISTENTE SOCIAL **CIRURGIÃO DENTISTA** **CIRURGIÃO DENTISTA DO PSF** **CONTADOR** **ENGENHEIRO CIVIL** **FISIOTERAPEUTA** **FONOAUDIÓLOGO** **MEDICO DO PSF** **NUTRICIONISTA** **PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA** **PROFESSOR DE CONTEÚDO ESPECIFICO (ED. FÍSICA)** **PROFESSOR DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO** **PSICÓLOGO**	Objetiva + Títulos	05 Língua Portuguesa 05 Matemática 05 conhecimentos Gerais	25 Conhecimentos Específicos

PSICOPEDAGOGO **SUPERVISOR ESCOLAR**			

6.2. A Prova Escrita Objetiva será realizada com base em instrumentos que mensuram as habilidades e conhecimentos exigidos pelos cargos conforme indicação do ANEXO II, composta de questões de Conhecimentos Básicos (CB) e de Conhecimentos Específicos (CE), conforme o cargo.
6.3. As questões de Conhecimentos Básicos e Conhecimentos Específicos serão objetivas de múltipla escolha, com **4 (quatro) alternativas cada**, terão uma única resposta correta e versarão sobre os programas contidos no ANEXO II deste Edital.
6.4. A **Prova de Títulos** será realizada e avaliada conforme estabelecido no **Capítulo 9** deste Edital.
6.5. A **Prova Prática** será realizada e avaliada conforme estabelecido no **Capítulo 10** deste Edital.

7. DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

7.1. As provas objetivas serão realizadas na cidade de São Pedro da União/MG, na data prevista de **17 de janeiro de 2027**, em locais e horários a serem comunicados oportunamente através de Edital de Convocação para as Provas Objetivas a ser publicado Diário Oficial Eletrônico do Município de São Pedro da União/MG e divulgado através da Internet nos endereços eletrônicos **www.institutoaplicativa.org.br e www.saopedrodauniao.mg.gov.br**, observado o horário oficial de Brasília/DF.
7.1.1. As provas serão aplicadas conforme a divisão em **Período A** e **Período B**, de acordo com a tabela a seguir:

PERÍODO DE APLICAÇÃO DE PROVAS	CARGOS
A	**AJUDANTE GERAL** **ASSISTENTE SOCIAL** **AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO** **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** **CIRURGIÃO DENTISTA** **CONTADOR** **COZINHEIRO ESCOLAR** **ENGENHEIRO CIVIL** **FISIOTERAPEUTA** **FONOAUDIÓLOGO** **MEDICO DO PSF** **MONITOR ESCOLAR** **MOTORISTA** **PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA** **PROFESSOR DE CONTEÚDO ESPECIFICO (ED. FÍSICA)** **PSICÓLOGO** **TRATORISTA**
B	**AUXILIAR ADMINISTRATIVO** **CIRURGIÃO DENTISTA DO PSF** **COVEIRO** **FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA** **FISCAL DE TRIBUTOS** **NUTRICIONISTA** **OPERADOR DE MAQUINAS** **PEDREIRO** **PROFESSOR DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO** **PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR** **PSICOPEDAGOGO** **SUPERVISOR ESCOLAR** **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**

7.1.2. O candidato poderá se inscrever para um cargo em cada período (A e B).
7.1.3. Caso ocorra de o candidato estar inscrito, no dia da aplicação, em dois cargos no mesmo período, deverá optar por qual prova realizará, sendo considerado ausente no outro cargo.
7.1.4. Não haverá, em hipótese alguma, a possibilidade de realização de duas provas no mesmo período, ainda que o candidato esteja inscrito em mais de um cargo.
7.1.5. Caso o número de candidatos inscritos exceda à oferta de lugares existentes nos colégios da cidade de São Pedro da União/MG, o **Instituto Aplicativa** reserva-se do direito de alocá-los em cidades próximas à determinada para aplicação das provas, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.
7.1.6. NÃO SERÁ ENVIADO CARTÃO INFORMATIVO DO CANDIDATO PARA O ENDEREÇO OU E-MAIL DO CANDIDATO. O candidato deverá, a partir do dia **11 de janeiro de 2027**, informar-se, pela internet, no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br**, em que local e horário irá realizar a prova. Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de prova.
7.1.7. Não serão fornecidas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas, exceto na condição do candidato com deficiência, que demande condição especial para a realização das provas e/ou esteja concorrendo às vagas reservadas para pessoas com deficiência, que, nesse caso, deverá entrar em contato com a empresa realizadora do Concurso Público, através do e-mail **concursos@institutoaplicativa.org.br**.
7.2. Ao candidato só será permitida a participação nas provas, na respectiva data, horário e local a serem divulgados de acordo com as informações constantes no item 7.1 deste Capítulo.
7.3. Não será permitida, em hipótese alguma, a realização das provas em outro dia, horário ou fora do local designado.
7.4. Os eventuais erros referentes a nome, número de documento de identidade, sexo ou data de nascimento, deverão ser comunicados no dia da realização das provas objetivas para que o fiscal da sala faça a devida correção em Ata da Sala de Prova.
7.4.1. O candidato que não solicitar as correções dos dados pessoais nos termos do item anterior deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão.
7.5. Caso haja inexatidão na informação relativa à opção de cargo e/ou condição de candidato com deficiência, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC do **Instituto Aplicativa**, pelo e-mail **concursos@institutoaplicativa.org.br**, das 9h às 17h de segunda a sexta, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de aplicação das Provas Objetivas.
7.5.1. A alteração da condição de candidato com deficiência somente será efetuada na hipótese de que o dado expresso pelo candidato em sua ficha de inscrição tenha sido transcrito erroneamente nas listas afixadas e disponibilizado no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br** desde que o candidato tenha cumprido todas as normas e exigências constantes no Capítulo 5 deste Edital.
7.5.2. O candidato que não entrar em contato com o SAC, no prazo mencionado no item 7.5 deste Capítulo, será o único responsável pelas consequências ocasionadas pela sua omissão.
7.6. O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de:
a) Comprovante de inscrição emitido pelo site, na área do candidato;
b) Boleto bancário correspondente à inscrição, com o respectivo comprovante de pagamento ou em caso de pagamento via PIX comprovante de transação realizada;

c) De um dos documentos de identidade a seguir: Cédula Oficial de Identidade; Carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Passaporte; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por lei federal, valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CRQ etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei n.º 9.503/97). Podendo ser utilizado em sua forma digital desde que o Aplicativo seja aberto no ato da apresentação ao fiscal de sala.
d) caneta esferográfica (de material transparente) de tinta PRETA ou AZUL, lápis preto nº 2 e borracha macia.
7.6.1. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.
7.6.2. O comprovante de inscrição não terá validade como documento de identidade.
7.6.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
7.6.3.1. A identificação especial também será exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.
7.6.4. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de Motorista Sênior (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
7.6.5. Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas.
7.7. Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.
7.8. No dia da realização das provas, na hipótese de o candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, o **Instituto Aplicativa** procederá à inclusão do referido candidato, através de preenchimento de formulário específico mediante a apresentação do comprovante de inscrição.
7.8.1. A inclusão de que trata o item 7.8, será realizada de forma condicional e será confirmada pelo **Instituto Aplicativa** na fase de Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.
7.8.2. Constatada a improcedência da inscrição de que trata o item 7.8, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
7.8.3. No dia da realização das provas, não será permitido ao candidato:
7.8.3.1. Entrar ou permanecer no local de exame portando arma(s), mesmo que possua o respectivo porte;
7.8.3.2. Entrar ou permanecer no local de exame com aparelhos eletrônicos (agenda eletrônica, bip, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor, relógios digitais, relógios com banco de dados, telefone celular, walkman etc.) ligados ou semelhantes, boné, gorro, chapéu, óculos de sol, fones de ouvido, bem como protetores auriculares.
7.8.4. Na ocorrência do funcionamento de qualquer tipo de equipamento eletrônico durante a realização das provas escritas, o candidato será automaticamente eliminado do Concurso Público.
7.8.4.1. Os equipamentos eletrônicos deverão ser desligados e acondicionados em invólucros lacrados específicos para esse fim, que serão fornecidos aos candidatos pelo fiscal de sala. O aparelho celular deverá ter a bateria removida pelo próprio candidato.
7.8.4.2. O invólucro lacrado contendo os equipamentos eletrônicos desligados deverá permanecer sob a carteira do candidato até a entrega da folha de respostas ao fiscal, ao término da prova. O invólucro lacrado apenas poderá ser aberto pelo candidato após a saída do colégio de prova.
7.8.4.3. É aconselhável que o candidato **NÃO** leve nenhum dos objetos mencionados nos itens anteriores no dia da realização das provas.
7.8.5. **O descumprimento dos itens 7.8.3.1, 7.8.3.2 e 7.8.4 implicará na eliminação do candidato**.
7.8.6. O **Instituto Aplicativa** não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos, nem por eventuais danos neles causados, ocorridos durante a realização das provas, sendo assim é de inteira e EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DO PRÓPRIO CANDIDATO.
7.8.7. Durante a realização das provas, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou pessoa estranha ao Concurso Público, nem a utilização de livros, códigos, manuais, revistas, impressos, quaisquer anotações, calculadora, celulares ou qualquer outro aparelho eletrônico.
7.9. Quanto às Provas:
7.9.1. Para a realização das provas objetivas, o candidato lerá as questões no caderno de questões e marcará suas respostas na Folha de Respostas, com caneta esferográfica (de material transparente) de tinta azul ou preta. A Folha de Respostas é o único documento válido para correção.
7.9.1.1. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emendas ou rasuras, ainda que legíveis, ou aquelas respondidas a lápis.
7.9.1.2. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.
7.9.1.3. A Folha de Respostas será identificada, em campo específico, pelo próprio candidato com sua assinatura.
7.10. É de responsabilidade do candidato a leitura das orientações contidas na capa do caderno de provas e nas folhas respostas, bem como a conferencia do material entregue pelo Instituto Aplicativa, para a realização da prova.
7.11. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal a folha de respostas.
7.12. A totalidade das Provas terá a **duração de 3 (três) horas.**
7.12.1. Após o período de 1 (uma) hora, o candidato, ao terminar a sua prova, poderá levar o caderno de questões, deixando com o fiscal da sala as folhas de resposta, que serão os únicos documentos válidos para a correção. Em nenhuma outra situação será fornecido o Caderno de Questões.
7.13. Iniciadas as provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrida 1 (uma) hora, exceto em caso de extrema necessidade, desde que acompanhado por um Fiscal.
7.13.1. O início da prova será definido em cada sala de aplicação.
7.14. As Folhas de Resposta dos candidatos serão personalizadas, impossibilitando a substituição.
7.15. Será automaticamente excluído do Concurso Público o candidato que:
7.15.1. Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;
7.15.2. Não apresentar o documento de identidade exigido no item 8.6, alínea “c”, deste Capítulo;
7.15.3. Não comparecer a qualquer das provas, seja qual for o motivo alegado;
7.15.4. Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, ou antes, do tempo mínimo de permanência estabelecido no item 7.12, deste capítulo;
7.15.5. For surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, sobre a prova que estiver sendo realizada, ou utilizando-se de livros, notas, impressos não permitidos, calculadora ou similar;
7.15.6. For surpreendido portando equipamentos eletrônicos como agenda eletrônica, bip, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor, relógios digitais, relógios com banco de dados, telefone celular, fone de ouvido, walkman e/ou equipamentos semelhantes, ou ainda boné, gorro, chapéu, óculos de sol, bem como protetores auriculares;
7.15.7. Estiver com qualquer tipo de equipamento eletrônico em funcionamento durante a realização das provas escritas, incluindo os sinais sonoros referentes a alarmes;

7.15.8. Lançar mão de meios ilícitos para executar as provas;
7.15.9. Não devolver a Folha de Resposta cedida para realização das provas;
7.15.10. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos ou agir com descortesia em relação a qualquer dos examinadores, executores e seus auxiliares, ou autoridades presentes;
7.15.11. Fizer anotação de informações relativas às suas respostas fora dos meios permitidos;
7.15.12. Ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando as folhas de respostas;
7.15.13. Não cumprir as instruções contidas no caderno de questões de provas e nas folhas de respostas;
7.15.14. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público.
7.16. Constatado, após as provas, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.
7.17. No caso de Candidata Lactante serão aplicadas as situações previstas no item 3.17. do Capítulo 3 deste Edital;
7.17.3. Excetuada a situação prevista no item 3.17 do Capítulo 3 deste Edital, não será permitida a permanência de qualquer acompanhante nas dependências do local de realização da prova, podendo ocasionar, inclusive, a não participação da candidata no Concurso Público.
7.18. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.
7.19. A condição de saúde do candidato no dia da aplicação da prova será de sua exclusiva responsabilidade.
7.20. Ocorrendo alguma situação de emergência o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A equipe de Coordenadores responsáveis pela aplicação das provas dará todo apoio que for necessário.
7.21. Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, o mesmo não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do Concurso Público.
7.22. Reserva-se ao Coordenador do Concurso Público designado pelo **Instituto Aplicativa**, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado ou que desobedecer a qualquer regulamento constante deste Edital, bem como, tomar medidas saneadoras, e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.
7.23. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.
7.24. As instruções dadas pelos Fiscais e Coordenadores, assim como as contidas na prova, deverão ser respeitadas pelos candidatos.
7.25. O candidato não poderá ausentar-se da sala ou local de prova, salvo em caso de extrema necessidade, desde que acompanhado por Fiscal Credenciado e autorizado pelo Fiscal da Sala e, nesse caso, não poderá levar consigo qualquer tipo de bolsa, estojo ou qualquer objeto constante no item 8.14.6 deste capítulo, sob pena de exclusão do Concurso.
7.26. Ao final da prova, os 2 (dois) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o ultimo candidato termine sua prova, devendo todos assinarem ata de prova, atestando a idoneidade de sua fiscalização, e se retirando todos da sala ao mesmo tempo, sob pena de eliminação do certame.
7.27. Os gabaritos da prova objetiva serão divulgados no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br** em data a ser comunicada no dia da realização das provas.

8. DO JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

8.1. A Prova Objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos e terá caráter eliminatório e classificatório.
8.1.1. Na avaliação e correção da Prova Objetiva será utilizado o Escore Bruto.
8.2. O Escore Bruto corresponde ao número de acertos que o candidato obtém na prova.
8.2.1. Para se chegar ao total de pontos o candidato deverá dividir 100 (cem) pelo número de questões da prova, e multiplicar pelo número de questões acertadas.
8.2.2. Será considerado habilitado na Prova Objetiva o candidato que obtiver total de pontos igual ou superior a:
a) Ensino Fundamental Incompleto e Fundamental Completo: 25 (vinte e cinco) pontos.
b) Ensino Médio Completo e Médio / Técnico: 35 (trinta e cinco) pontos.
c) Ensino Superior: 50 (cinquenta) pontos.
8.4. O candidato que não comparecer para realizar a Prova ou não habilitado na Prova Objetiva será eliminado do Concurso Público.

9. DA PROVA DE TÍTULOS

9.1. Serão submetidos à avaliação de títulos todos os candidatos dos Cargo Público conforme capitulo 6 deste edital.
9.1.1**.** O envio dos títulos deverá ser realizado dentro do período de inscrições, independentemente da situação do candidato na Prova Objetiva. Entretanto, somente serão analisados e pontuados os títulos apresentados pelos candidatos que forem aprovados na Prova Objetiva e atingirem a pontuação mínima exigida, nos termos do Capítulo 8 deste Edital.
9.1.2. A avaliação de títulos terá caráter classificatório e será realizada somente após a apuração do resultado da Prova Objetiva, exclusivamente para os candidatos que atenderem às condições estabelecidas no item 9.1, observados os títulos, critérios, valores e limites de pontuação previstos neste Edital.
9.1.3. O candidato que não apresentar títulos, ou que não apresentar títulos passíveis de pontuação nos termos deste Edital, não será eliminado do Processo Seletivo Público Público, permanecendo com a pontuação obtida na prova objetiva, sem qualquer acréscimo decorrente da avaliação de títulos.
9.1.4. A apresentação de títulos não constitui requisito para a permanência do candidato no Processo Seletivo Público Público, sendo sua pontuação utilizada exclusivamente para fins de classificação, nos termos deste Edital.
9.2. A Prova de Títulos será realizada exclusivamente por meio eletrônico. Para participar da avaliação de títulos, o candidato deverá, durante o período de inscrições, acessar sua Área do Candidato no site da Aplicativa e realizar o cadastro e o upload dos documentos comprobatórios dos títulos que possuir, observando os campos específicos, as orientações e os formatos de arquivos estabelecidos neste Capítulo. Não será aceito o envio ou a entrega de documentos por qualquer outro meio ou após o encerramento do período de inscrições.
9.2.1. O candidato deverá, obrigatoriamente dentro do período de inscrições, compreendido entre **28 de novembro de 2026 e 28 de dezembro de 2026**, acessar sua Área do Candidato no site do Instituto Aplicativa e realizar o upload dos documentos comprobatórios dos títulos que possuir, bem como dos respectivos históricos escolares, quando exigidos, observando as orientações e os formatos de arquivos estabelecidos pela empresa organizadora. O envio dos títulos deverá ser realizado dentro desse período, não sendo admitida a inclusão, substituição ou complementação de documentos após o seu encerramento.
9.2.2. Haverá um campo específico para cada upload da documentação indicada nas alíneas da tabela do item 9.13, sendo um campo (link) para cada tipo de título constante na referida tabela deste Capítulo.

9.2.3. Antes de realizar o upload de cada arquivo no respectivo link, verifique-o atentamente, uma vez que não será admitida a substituição de arquivos já enviados, tampouco a realização de novo envio.
9.2.3.1. O candidato deverá atentar-se ao formato permitido (PDF) e ao tamanho máximo de arquivo (5MB) indicado na ficha de inscrição on-line.
9.2.3.2. Cada arquivo deverá conter apenas um título e sua respectiva comprovação. Não serão aceitos arquivos contendo múltiplos títulos ou documentos não relacionados ao tipo de título do campo específico.
9.2.3.3. Os arquivos deverão estar legíveis, completos e em boa qualidade de digitalização. Documentos ilegíveis, incompletos ou com má qualidade de imagem não serão pontuados.
9.2.4. Os arquivos anexados fora do link correspondente terão a pontuação desconsiderada, devendo o candidato verificar atentamente o anexo antes de enviar.
9.2.5. Encerrado o período de inscrições, não serão aceitos, em nenhuma hipótese, novos títulos, documentos comprobatórios ou complementações daqueles já enviados, ainda que o candidato tenha sido habilitado na Prova Objetiva.
9.2.6. Em caso de dúvidas sobre o processo de envio dos títulos, o candidato poderá entrar em contato com o **Serviço de Atendimento ao Candidato (SAC)** da Aplicativa por meio dos canais oficiais divulgados no site ou pelo WhatsApp, durante o período de envio estabelecido no item 9.2.
9.2.6.1. O SAC prestará esclarecimentos exclusivamente sobre questões técnicas relacionadas ao processo de upload e acesso à área do candidato, não cabendo orientações sobre quais documentos apresentar ou análise prévia de títulos.
9.2.7. O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento e envio dos títulos nos campos correspondentes.
9.2.7.1. Não serão aceitas alegações de desconhecimento do procedimento de envio, problemas de ordem técnica dos equipamentos do candidato, falhas de comunicação ou congestionamento de linhas de comunicação como justificativa para envio fora do prazo ou em campo incorreto.
9.2.7.2. O candidato deverá verificar e confirmar o envio correto de cada arquivo através de sua área do candidato, sendo de sua exclusiva responsabilidade certificar-se de que todos os documentos foram anexados corretamente.
9.3. Enviada a relação dos títulos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos sob qualquer hipótese ou alegação.
9.3.1. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar a confirmação do recebimento dos arquivos enviados através de sua área do candidato no site do Instituto Aplicativa.
9.3.2. A pontuação atribuída aos títulos é de competência exclusiva da banca examinadora do Instituto Aplicativa, sendo soberana em suas decisões.
9.3.3. Não serão consideradas para efeito de pontuação informações ou documentos apresentados de forma diversa da estabelecida neste Capítulo.
9.4. Serão aceitos como documentos os títulos que forem representados por diplomas e certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por estabelecimentos e instituições de ensino regularizadas perante os órgãos e entidades oficiais de ensino estaduais e federais, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.
9.4.1. Os documentos de títulos que forem representados por declarações ou certidões deverão estar acompanhados do respectivo histórico escolar, mencionando a data da colação de grau, bem como deverão ser expedidos por instituição oficial, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.
9.4.2. No caso de certificado de conclusão de pós-graduação "Stricto Sensu" (Mestrado ou Doutorado), este deverá conter a data de conclusão e a aprovação da dissertação ou defesa da tese.
9.4.3. Somente serão válidos para efeito de contagem dos títulos de mestre e doutor os cursos reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/MEC.
9.4.4. Os certificados de conclusão de cursos de pós-graduação "Lato Sensu" (especialização) deverão conter a especificação da carga horária total cumprida. Na ausência dessa informação, o candidato deverá apresentar documentos complementares (tais como histórico escolar, declaração da instituição ou matriz curricular) que comprovem a carga horária do referido certificado, sob pena de não pontuação.
9.4.4.1. Os certificados de pós-graduação "Lato Sensu" deverão conter expressamente a denominação "Pós-Graduação Lato Sensu" ou "Especialização" ou mencionar conformidade com a Resolução CNE/CES nº 1/2018 ou legislação vigente que regulamenta o curso, sob pena de não pontuação.
9.4.4.2. Não serão aceitos como pós-graduação "Lato Sensu" os cursos de aperfeiçoamento, atualização, extensão ou capacitação que não estejam expressamente identificados como especialização ou pós-graduação "Lato Sensu" nos termos da legislação vigente.
9.4.5. Os certificados expedidos em língua estrangeira deverão vir acompanhados pela correspondente tradução efetuada por tradutor juramentado ou pela revalidação dada pelo órgão competente.
9.4.6. Não serão aceitos protocolos, declarações de disciplinas cursadas ou quaisquer outros documentos que não comprovem a conclusão definitiva do curso.
9.5. Os cursos deverão estar autorizados pelos órgãos competentes.
9.6. É da exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação e comprovação dos documentos de títulos.
9.6.1. Os títulos que não estiverem devidamente acompanhados de sua respectiva comprovação, conforme especificado na tabela do item 9.13, não serão pontuados.
9.6.2. O candidato deverá certificar-se de que as cópias digitalizadas estejam completas, incluindo frente e verso dos documentos quando aplicável, sob pena de não pontuação.
9.7. Não serão aceitas substituições de documentos, bem como títulos que não constem nas tabelas apresentadas neste Capítulo.
9.7.1. Títulos relativos a cursos em andamento, trancados ou incompletos não serão considerados para fins de pontuação.
9.7.2. A não apresentação dos títulos na Área do candidato, no prazo e nos campos específicos estabelecidos neste Capítulo acarretará a atribuição de nota 0 (zero) na prova de títulos, não cabendo qualquer tipo de questionamento posterior.
9.7.3. O envio de títulos em campos incorretos ou fora do prazo estabelecido implicará na não pontuação dos mesmos, não sendo aceitas justificativas ou solicitações de análise posterior.
9.8. A soma da pontuação da documentação de títulos se limitará ao valor **máximo de 10 (dez) pontos**.
9.9. No somatório da pontuação de cada candidato, os pontos excedentes serão desprezados.
9.9.2. Não serão aceitos pedidos de inclusão de títulos por meio de recursos ou de qualquer outro meio de comunicação, qualquer que seja o motivo alegado.
9.10. Para fins deste capítulo, considera-se "ÁREA DE ATUAÇÃO" aquela que se enquadra no cargo descrito no item 9.1 deste Capítulo.
9.10.1. A comprovação de que o curso está relacionado à área de atuação será realizada mediante análise do título e conteúdo programático do curso, quando necessário.
9.11. O resultado preliminar da prova de títulos será divulgado no site da Aplicativa através do Edital de Classificação Preliminar.
9.12. A Aplicativa não se responsabiliza por problemas técnicos, falhas de conexão, arquivos corrompidos ou qualquer outra situação que impeça o envio dos títulos dentro do prazo estabelecido, sendo recomendado ao candidato não deixar para enviar a documentação nos últimos dias do período estipulado.
9.13. Serão considerados títulos somente os constantes na tabela a seguir:

TABELA DE TÍTULOS

TÍTULOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO	COMPROVAÇÃO*
a) Doutorado na área de ATUAÇÃO - Pós Graduação Stricto Sensu, concluído até a data de apresentação dos títulos.	4 pontos	4 pontos	Cópia (frente e verso) do Diploma devidamente registrado ou de Certificado/ Certidão/ Declaração de conclusão de curso.
b) Mestrado na área de ATUAÇÃO - Pós Graduação Stricto Sensu, concluído até a data de apresentação dos títulos.	3 pontos	3 pontos	Cópia (frente e verso) do Diploma devidamente registrado ou de Certificado/ Certidão/ Declaração de conclusão de curso.
c) Pós Graduação Lato Sensu (especialização) na área de ATUAÇÃO, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, concluída até a data de apresentação dos títulos.	1 ponto	3 pontos	Cópia (frente e verso) do Certificado, Certidão ou Declaração de conclusão do Curso, indicando o número de horas e período de realização do curso, acompanhada do respectivo histórico escolar.

COMPROVAÇÃO:* A ausência das comprovações previstas na tabela implicará na não pontuação do título correspondente.

9.14. Após a publicação da pontuação dos títulos através do edital de classificação preliminar, o candidato poderá interpor recurso conforme o Capítulo 12 deste Edital.
9.14.1. Após passado o prazo recursal estabelecido no Capítulo 12, o candidato não poderá mais interpor recurso, qualquer que seja o motivo alegado.
9.14.2. Não serão aceitos pedidos de revisão de pontuação, reanálise de títulos ou qualquer outra solicitação relacionada à prova de títulos após o término do prazo recursal.
9.14.3. Os títulos ou documentos enviados através de recurso não serão levados em consideração para efeito de pontuação. Serão utilizados para verificação e análise do recurso exclusivamente os títulos já cadastrados no sistema dentro do prazo de envio estabelecido no item 9.2 deste Capítulo.
9.14.4. O resultado definitivo da prova de títulos, após análise dos recursos, será publicado no site do Instituto Aplicativa e não caberá qualquer outro tipo de recurso ou solicitação de reconsideração.
9.14.5. A pontuação final de títulos será incorporada à nota final do candidato conforme estabelecido no Capítulo 11 deste Edital, não sendo passível de questionamento após a publicação do resultado definitivo.
9.14.6. Não serão computados como títulos, os certificados utilizados para ingresso no emprego.

10. DA PROVA PRÁTICA

10.1. A Prova Prática (PP) será aplicada para os cargos de **Cozinheiro Escolar, Motorista, Operador de Máquina, Pedreiro e Tratorista,** na cidade de São Pedro da União/MG, em local e horário a ser comunicado por meio do edital de convocação, publicado no endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br**
10.1.1. A data da prova poderá ser alterada, a critério da Administração.
10.1.2. Será de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações e verificar seu local de prova.
10.1.3. Somente será admitida a participação do candidato na data, horário e local previamente divulgados, conforme disposto no item 10.1.
10.2. Fica vedada, em qualquer hipótese, a realização da prova em data, horário ou local diverso do designado, qual seja o motivo alegado.
10.3. Para a realização da Prova Prática, serão convocados candidatos aprovados na prova objetiva na ampla concorrência, bem como os candidatos com deficiência aprovados nas provas objetivas, respeitada a reserva legal de 5% (cinco por cento) das vagas, e todos os candidatos empatados conforme critério de desempate previsto no Capítulo 11.
10.3.1. Somente serão convocados os candidatos APROVADOS, na quantidade descrita na tabela abaixo:

Emprego Público	Nº. de candidatos convocados	Nº. de candidatos com deficiência convocados
COZINHEIRO ESCOLAR	40	2
MOTORISTA	40	2
OPERADOR DE MÁQUINA	40	2
PEDREIRO	40	2
TRATORISTA	40	2

10.3.1. Os candidatos aprovados na prova objetiva que NÃO forem convocados para a prova prática, serão automaticamente eliminados do Concurso Público.
10.4. Os candidatos inscritos como pessoa com deficiência e aprovados na prova objetiva serão convocados para a prova prática, nos termos do item 8.6 deste Edital.
10.5. O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de documento oficial de identidade com foto e dentro do prazo de validade.
10.5.1 Não haverá tempo de tolerância para o ingresso dos candidatos à Prova Prática. O candidato que não estiver presente no horário estabelecido será automaticamente eliminado do Concurso Público.
10.6. As provas práticas têm por finalidade aferir a capacidade de adequação funcional e situacional do candidato às exigências do cargo e ao desempenho eficiente das atividades.
10.7. A Prova Prática terá caráter classificatório e eliminatório, com valor máximo de 100 (cem) pontos.
10.7.1. Será considerado habilitado o candidato que obtiver pontuação igual ou superior a 50 (cinquenta).
10.7.2. Será eliminado do Concurso Público o candidato que:
a) não comparecer para realizar a Prova Prática, conforme horário determinado no edital de Convocação para a prova prática;
b) não obtiver a pontuação mínima exigida;
c) estiver com vestimentas e/ou acessórios incompatíveis com o exercício das funções/ execução adequada da prova prática;
d) deixar de apresentar, quando exigido para o cargo, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível e vigente, conforme indicado na Tabela I deste Edital.
10.7.2.1. O não cumprimento de quaisquer das hipóteses previstas neste item implicará na exclusão do candidato da realização da Prova Prática, não lhe sendo atribuída pontuação nesta etapa e acarretando sua eliminação do Concurso Público, sem possibilidade de recurso administrativo.
10.8. Não haverá segunda chamada ou repetição da prova, seja qual for o motivo alegado.
10.9. Fica vedada a entrada e permanência de pessoas ou candidatos não convocados para a prova prática.
10.10. Após a realização da prova, será vedada a permanência do candidato no local de aplicação, sob pena de eliminação.
10.11. É vedada a utilização de câmeras, celulares, filmadoras ou quaisquer aparelhos eletrônicos capazes de reproduzir ou transmitir o conteúdo da prova prática, sob pena de eliminação.
10.12. Os critérios de avaliação da Prova Prática são:

a) Para o cargo de **COZINHEIRO ESCOLAR:**

TAREFA	PONTUAÇÃO
1 - Apresentar- se devidamente vestido para execução das tarefas.	0 a 10 pontos
2 - Aplicar técnicas corretas de higiene pessoal.	0 a 10 pontos
3 - Aplicar técnicas corretas de higiene dos alimentos.	0 a 20 pontos
4 - Reconhecer equipamentos de uma cozinha industrial.	0 a 10 pontos
5 - Manusear alimentos para o pré-preparo e preparo.	0 a 10 pontos
6 - Higienizar utensílios e equipamentos.	0 a 10 pontos
7 - Identificar pesos e medidas padrões.	0 a 10 pontos
8 - Organizar gêneros alimentícios dentro das normas.	0 a 10 pontos
9 – Distribuição alimentar aos alunos.	0 a 10 pontos
TOTAL DE PONTOS	**100 pontos**
TOTAL DE TEMPO PARA REALIZAÇÃO	**20 minutos**

b) Para o cargo de **MOTORISTA:**

TAREFAS	PONTUAÇÃO	TEMPO MÁXIMO PARA REALIZAÇÃO
1- Percorrer o trajeto, inicialmente definido, observando a legislação de trânsito, a segurança própria, dos acompanhantes e de terceiros, condução defensiva e também a que melhor conserve o veículo.	0 a 50 pontos	10 min
2 - Num espaço determinado realizar manobras a serem definidas.	0 a 25 pontos	5 min
3 - Vistoria de um veículo: o nível do óleo, água, bateria, combustível, painel de comando, pneus e demais itens.	0 a 25 pontos	5 min
TOTAL DE PONTOS E TEMPO	**100 pontos**	**20 min**

c) Para o cargo de **OPERADOR DE MÁQUINA:**

TAREFAS	PONTUAÇÃO	TEMPO MÁXIMO PARA REALIZAÇÃO
1- Num espaço determinado realizar manobras a serem definidas.	0 a 75 pontos	15 min
2 - Vistoria de um veículo: o nível do óleo, água, bateria, combustível, painel de comando, pneus e demais itens.	0 a 25 pontos	5 min
TOTAL DE PONTOS E TEMPO	**100 pontos**	**20 min**

d) Para o cargo de **PEDREIRO:**

TAREFA	PONTUAÇÃO
1 - Utilizar as ferramentas corretas para a realização para realização dos serviços que serão realizados.	0 a 10 pontos
2 - Produzir/preparar material a ser utilizado nos serviços que serão solicitados.	0 a 10 pontos
3 - Aferir as condições de medidas, nível e prumo do serviço executado.	0 a 30 pontos
4 - Interpretação do projeto.	0 a 10 pontos
5 - Avaliação do acabamento do serviço solicitado.	0 a 20 pontos
6 - Utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI´S) corretos e realizar corretamente a sinalização do local de trabalho.	0 a 20 pontos
TOTAL DE PONTOS	**100 pontos**
TOTAL DE TEMPO PARA REALIZAÇÃO	**45 min**

e) Para o cargo de **TRATORISTA:**

TAREFAS	PONTUAÇÃO	TEMPO MÁXIMO PARA REALIZAÇÃO
1- Num espaço determinado realizar manobras a serem definidas.	0 a 75 pontos	15 min
2 - Vistoria de um veículo: o nível do óleo, água, bateria, combustível, painel de comando, pneus e demais itens.	0 a 25 pontos	5 min
TOTAL DE PONTOS E TEMPO	**100 pontos**	**20 min**

10.13. Por razões de segurança, os candidatos convocados para a Prova Prática deverão apresentar-se trajando vestimenta compatível com o exercício das funções, de modo a garantir sua integridade física, a de terceiros e a adequada execução da prova, observando, no mínimo, as seguintes orientações:
a) utilizar calçados fechados e sem salto;
b) não utilizar chinelos, sandálias, bermudas, regatas, colares, pulseiras, anéis, brincos, relógios ou quaisquer outras vestimentas ou acessórios que possam comprometer a segurança ou dificultar a adequada realização das tarefas previstas;
c) nos casos de provas práticas que envolvam manipulação ou preparação de alimentos:
c.1) estar com as unhas curtas, limpas e sem esmalte;
c.2) estar com o cabelo preso;
c.3) estar com a barba aparada (quando aplicável);
c.4) apresentar-se com vestuário devidamente asseado.
10.13.1. O descumprimento do disposto no item 10.13 poderá implicar o impedimento de realização da prova prática/ eliminação do candidato, a critério da Banca Examinadora, considerando a necessidade de resguardar a segurança do candidato e de terceiros, bem como assegurar a isonomia e a adequada execução da avaliação.
10.14. Caso seja identificado risco iminente de dano ao candidato, a terceiros ou aos equipamentos e materiais disponibilizados para a realização da prova, inclusive em razão de conduta inadequada ou insuficiência técnica na execução
das atividades, o avaliador poderá interromper a prova do candidato, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

11. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

11.1. A nota final de cada candidato será IGUAL:
a) ao total de pontos obtidos na prova objetiva, conforme disposto no capítulo 6 deste edital;
b) ao total de pontos obtidos na prova objetiva, acrescido dos pontos obtidos na prova de títulos, conforme disposto no capítulo 6 deste edital;
c) ao total de pontos obtidos na prova objetiva, acrescido dos pontos obtidos na prova prática, conforme disposto no capítulo 6 deste edital;
11.2. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente da Nota Final, em lista de classificação, por cargo.
11.2.1. A ordenação de que trata o item 11.2 será realizada em dois momentos: na divulgação do resultado provisório (classificação preliminar) e na divulgação da Classificação Final, após o julgamento dos recursos, aplicando-se, em ambos, os critérios de desempate previstos no item 11.7 e seus subitens.

11.3. Serão elaboradas três listas de classificação:
a) Classificados em ampla concorrência, com a relação de todos os candidatos, incluindo os candidatos com deficiência;
b) Classificado como PCD (Pessoa com deficiência), uma relação apenas dos candidatos com deficiência;
11.4. O resultado provisório do Concurso Público será publicado no **Diário Oficial Eletrônico do Município de São Pedro da União/MG** e divulgado na Internet nos endereços eletrônicos **www.institutoaplicativa.org.br** e **www.saopedrodauniao.mg.gov.br**, cabendo recurso nos termos do Capítulo 12 deste Edital.
11.4.1. O resultado provisório conterá a classificação preliminar dos candidatos, já observados os critérios de desempate do item 11.7 e seus subitens.
11.5. Após o julgamento dos recursos eventualmente interpostos, as notas serão reprocessadas e a classificação será integralmente refeita, com nova aplicação dos critérios de desempate previstos no item 11.7 e seus subitens, sendo então divulgada a lista de Classificação Final, não cabendo mais recursos.
11.5.1. A classificação preliminar divulgada no resultado provisório não gera direito adquirido à posição nela ocupada, podendo ser alterada em razão do julgamento dos recursos e da consequente reaplicação dos critérios de desempate.
11.6. A lista de Classificação Final será divulgada nos endereços eletrônicos **www.institutoaplicativa.org.br** e **www.saopedrodauniao.mg.gov.br.**
11.6.1. Serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Pedro da União/MG apenas os resultados dos candidatos que lograram classificação no Concurso Público.
11.6.2. O resultado geral final do Concurso Público poderá ser consultado nos endereços eletrônicos **www.institutoaplicativa.org.br** e **www.saopedrodauniao.mg.gov.br** pelo prazo de 3 (três) meses, a contar da data de sua publicação.
11.7. O critério de desempate para realização da classificação preliminar, classificação final e demais etapas do certame seguirá, sucessivamente, os seguintes critérios:
11.7.1.1. Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste Concurso Público, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto da Pessoa Idosa — Lei Federal nº Lei 14.423/2022;
11.7.2. Obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos (CE);
11.7.3. Obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Básicos (CB);
11.7.4. Tiver maior idade, para os candidatos não alcançados pelo Estatuto do Idoso.
11.7.5. Tiver maior número de filhos menores de 18 (dezoito) anos ou com invalidez comprovada;
11.8. Persistindo o empate, mesmo após aplicados os critérios de desempate previstos no item 11.7 e subitens deste Capítulo, será realizado sorteio na presença dos candidatos envolvidos, por cargo. O sorteio será realizado após o julgamento dos recursos, na fase de elaboração da Classificação Final, e sua realização será previamente comunicada aos candidatos envolvidos, com indicação de data, horário e local, nos endereços eletrônicos indicados no item 11.6.
11.9. A classificação no presente Concurso Público não gera aos candidatos direito à nomeação para o cargo, cabendo ao Município de São Pedro da União/MG o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, não havendo obrigatoriedade de nomeação de todos os candidatos aprovados no Concurso Público, respeitada sempre a ordem de classificação, bem como não lhes garante a escolha do local de trabalho.

12. DOS RECURSOS

12.1. O candidato que desejar interpor recurso em face dos atos previstos no presente Edital disporá de 3 (três) dias corridos para fazê-lo, com início no dia seguinte à publicação do evento, conforme segue:
a) Divulgação do edital de abertura (impugnação);
b) Divulgação do indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição;
c) Divulgação do indeferimento de inscrição;
d) Divulgação do uso de nome social;
e) Divulgação do indeferimento da concorrência nas vagas reservadas às pessoas com deficiência;
f) Divulgação do indeferimento da solicitação de condição especial;
g) Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva;
h) Divulgação das notas da prova objetiva;
i) Divulgação das notas da prova título;
j) Divulgação das notas da prova prática;
k) Divulgação da classificação preliminar;
12.1.1. Todos os recursos deverão ser interpostos em até 3 (três) dias corridos, a contar da divulgação, por edital, de cada evento.
12.1.2. Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados não serão apreciados.
12.2. Para recorrer, o candidato deverá utilizar o endereço eletrônico da empresa realizadora do certame **www.institutoaplicativa.org.br**, acessar a área do candidato, clicar em **RECURSOS** e depois no prazo recursal específico, na área do **Concurso Público Edital Nº 001/2026 do Município de São Pedro da União/MG.**
12.3. Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo pré-estabelecido e que possuírem fundamentação e argumentação lógica e consistente que permita sua adequada avaliação.
12.4. Não serão aceitos recursos interpostos qual seja o motivo alegado através de fax, e-mail, telegrama ou outro meio que não seja o especificado no item 12.2.
12.5. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.
12.6. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento. Em caso de recurso referente ao gabarito, o candidato poderá interpor um recurso por questão.
12.6.1. O recurso deverá ser individual, devidamente fundamentado e conter a identificação do Concurso Público, nome do candidato, número de inscrição, cargo, o questionamento e o número da questão (se for o caso).
12.7. Recebido o recurso, a **Instituto Aplicativa Ltda** decidirá pelo provimento ou não do ato recorrido, dando-se ciência da referida decisão ao interessado por meio do endereço eletrônico **www.institutoaplicativa.org.br**, na área do **Concurso Público Edital Nº 001/2026 do Município de São Pedro da União/MG**.
12.8. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso, recursos de recursos e recurso de gabarito oficial definitivo.
12.9. Se do exame de recursos contra questões da Prova Objetiva resultar sua anulação, a pontuação correspondente à questão será atribuída a todos os candidatos que ainda não tiveram acumulado a mesma na sua pontuação final da prova Objetiva, independentemente de terem recorrido ou não.
12.9.1. Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, haver alteração da classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá ocorrer desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para aprovação.
12.10. Depois de julgados todos os recursos apresentados, será publicado o resultado final do respectivo Concurso Público, com as alterações ocorridas em face do disposto no item 12.9.

12.11. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

13. DA NOMEAÇÃO

13.1. A nomeação dos candidatos obedecerá rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados, observada a necessidade do **Município de São Pedro da União/MG** e o limite fixado pela Constituição e Legislação Federal com despesa de pessoal.
13.2. A aprovação e a classificação final geram, para o candidato, apenas a expectativa de direito à nomeação. O **Município de São Pedro da União/MG** reserva-se o direito de proceder às nomeações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, dentro do prazo de validade do Concurso Público.
13.3. A nomeação dos candidatos que vierem a ser convocados para nomeação no **Município de São Pedro da União/MG** será regida pelos preceitos das Leis Municipais em Vigor.
13.4. As contratações serão feitas nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de São Pedro da União/MG.
13.5. A convocação será realizada por meio de Publicação no Diário Oficial do Estado, site do município, além de jornal de circulação local/regional;
13.5.1. O candidato que não comparecer na data e horário determinados na convocação, munido das documentações para a admissão exigida neste capitulo será automaticamente eliminado do certame.
13.5.2. Os candidatos convocados deverão apresentar originais e cópias dos documentos discriminados a seguir:
a) RG/CPF, acompanhando o comprovante de situação emitido pela RFB;
b) Carteira de trabalho;
c) Carteira reservista com obrigações em dia ou, da dispensa de convocação, para o sexo masculino;
d) PIS/PASEP com data de inscrição;
e) Título de eleitor e os 2 últimos comprovantes de votação ou comprovante de quitação eleitoral;
f) Comprovante de endereço atualizado;
g) 01 foto 3x4 recente;
h) Certidão de nascimento se solteiro ou de casamento;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos ou com invalides comprovada;
j) RG/CPF de filhos menores de 18 anos ou maiores sob pagamento de pensão alimentícia ou judicial;
k) Atestado de antecedentes criminais nos termos da Lei Federal nº 7.116/1983 e demais normas aplicáveis;
l) Comprovante de escolaridade e carteira do CRC, acompanhado certidão de Regularidade, para o cargo de Contador;
m) Declaração de bens de acordo com a Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992;
n) Declaração de não acumulação de cargo, caso haja o acumulo, apresentar certidão do órgão empregador, contendo o regime jurídico, a carga horaria mensal e o horário de trabalho semanal;
o) Declaração negativa e/ou positiva, referente: a procedimento administrativo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo; a condenação em processo criminal por pratica de crimes contra a Administração Pública, capitulados nos títulos II e XI de parte especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492/86e na Lei nº 8.429/92;
p) Declaração negativa e /ou positiva, referente a demissão, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em procedimento administrativo disciplinar de qualquer Ente Público;
13.5.3. No ato de contratação, o candidato deverá declarar, sob as penas da lei, se exerce ou não, outro cargo, função ou emprego público remunerado, em outro órgão público da administração pública direta ou indireta de qualquer ente federativo, e se é aposentado por regime próprio ou geral de previdência social em âmbito municipal, estadual ou federal.
13.5.4. Caso haja necessidade, o **Município de São Pedro da União** poderá solicitar outras declarações e documentos complementares.
13.5.5. Não serão aceitos, no ato da contratação, protocolos ou cópias dos documentos exigidos. As cópias somente serão aceitas se estiverem acompanhadas do original.
13.6. Obedecida à ordem de classificação, os candidatos atendidos e que comprovarem os requisitos mínimos da forma definida neste Edital, serão submetidos a exame-médico, que avaliará sua capacidade física e mental no desempenho das tarefas pertinentes à função a que concorrem.
13.6.1. As decisões do Serviço Médico indicado pelo **Município de São Pedro da União**, de caráter eliminatório para efeito de contratação, são soberanas, assegurado o contraditório e a ampla defesa do candidato.
13.7. O candidato que não comprovar os requisitos mínimos será eliminado deste Concurso Público, não cabendo recurso.
13.8. No caso de desistência do candidato selecionado, quando chamado para uma vaga, o fato será formalizado pelo mesmo através de Termo de Desistência, passando sua vez para o próximo candidato classificado.
13.9. O candidato classificado se obriga a manter atualizado o endereço, o telefone e o e-mail perante o **Município de São Pedro da União**, conforme o disposto nos itens 14.8 e 14.9 do Capítulo 14 deste Edital.
13.10. Não poderá ser contratado o candidato habilitado que fizer, em qualquer documento, declaração falsa, inexata para fins de contratação, não possuir os requisitos mínimos exigidos ou não comprovar as condições estabelecidas no capítulo 2 deste Edital, na data estabelecida para apresentação da documentação.
13.10.1 **Não poderá ser admitido o candidato habilitado que não se enquadrar nos pré-requisitos descritos na tabela I deste edital.**

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Todas as convocações, avisos, resultado provisório e outras informações referentes exclusivamente às etapas do presente Concurso Público serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Pedro da União/MG e divulgados na Internet nos endereços eletrônicos **www.institutoaplicativa.org.br e www.saopedrodauniao.mg.gov.br**. É de responsabilidade do candidato acompanhar estas publicações.
14.1.1. As datas e horários estabelecidos nos editais poderão ser alterados, pelo **Município de São Pedro da União/MG** e a **Instituto Aplicativa Ltda,** excepcionalmente, em razão de ocorrência de caso fortuito ou força maior, mesmo sem que seja atendido o item 14.7, desde que devidamente justificado.
14.2. Serão divulgados apenas os resultados dos candidatos que lograrem classificação no Concurso Público.
14.3. O **Município de São Pedro da União/MG** e a **Instituto Aplicativa** se eximem das despesas com viagens e estadia dos candidatos em quaisquer das fases do Concurso Público.
14.4. A aprovação no Concurso Público não gera direito à nomeação, mas esta, quando se fizer, respeitará a ordem de classificação final.
14.5. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da nomeação, acarretarão a nulidade da inscrição e desqualificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.
14.6. Caberá ao **Município de São Pedro da União/MG** a homologação dos resultados finais do Concurso Público.

14.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da respectiva providência ou evento, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado no **Diário Oficial Eletrônico do Município de São Pedro da União/MG**, bem como divulgado na Internet, nos endereços eletrônicos **www.institutoaplicativa.org.br** e **www.saopedrodauniao.mg.gov.br**.
14.8. O candidato se obriga a manter atualizado o endereço perante o **Instituto Aplicativa**, para Caixa Postal 121 – Paraibuna/SP – CEP 12260-079, até a data de publicação da homologação dos resultados e, após esta data, junto à sede do **Município de São Pedro da União/MG**, situada à Rua Ferreira Barbosa - R. Cel. João F Barbosa, 46 - Centro, São Pedro da União - MG, CEP 37855-000, aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos, pessoalmente (munido de documento de identificação original com foto) ou por meio de correspondência com aviso de recebimento.
14.9. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do Concurso Público, para viabilizar os contatos se necessários.
14.10. **O Município de São Pedro da União/MG** e o **Instituto Aplicativa** não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:
14.10.1. Endereço não atualizado.
14.10.2. Endereço de difícil acesso.
14.10.3. Correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato.
14.10.4. Correspondência recebida por terceiros.
14.11. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público e à apresentação para nomeação e exercício correrão às expensas do próprio candidato.
14.12. **O Município de São Pedro da União/MG**, por decisão motivada e justificada, poderá revogar ou anular o presente Concurso Público, no todo ou em parte, bem como alterar os quantitativos de vagas constantes na Tabela I, do Capítulo 1 deste Edital.
14.13. **O Município de São Pedro da União/MG** e o **Instituto Aplicativa** não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público.
14.14. Todos os cálculos de notas descritos neste edital serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.
14.15. A legislação indicada no ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO inclui eventuais alterações posteriores, ainda que não expressamente mencionadas. Considerar-se-á, para efeito de aplicação e correção das provas, a legislação vigente até a data de publicação deste Edital.
14.16. Não serão admitidas inscrições de candidatos que possuam com qualquer dos membros do quadro societário da empresa contratada para aplicação e correção do presente certame a relação de parentesco definida e prevista nos artigos 1591 a 1595 do Código Civil, valorizando-se assim os princípios de moralidade e impessoalidade que devem nortear a Administração Pública. Constatada a tempo será a inscrição indeferida pela Comissão Organizadora e, posterior à homologação será o candidato eliminado do Concurso Público, sem prejuízo de responsabilidade civil, penal e administrativa.
14.17. A realização do Concurso Público será feita sob exclusiva responsabilidade do **Instituto Aplicativa**, não havendo o envolvimento na realização e avaliação de suas etapas, de recursos humanos do **Município de São Pedro da União/MG**.
14.18. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do Concurso Público do **Município de São Pedro da União/MG** e pelo **Instituto Aplicativa**, no que tange a realização deste Concurso Público.
14.19. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Concurso Público, e não havendo óbice administrativo, judicial ou legal, é facultada a incineração dos registros escritos, mantendo–se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

São Pedro da União/MG, 14 de setembro de 2026.

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal de São Pedro da União/MG

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES

AJUDANTE GERAL
Realizar trabalhos braçais em geral. Carregar e descarregar veículos em geral; Transportar, arrumar e elevar mercadorias, materiais de construção e outros, fazer mudança; Proceder a abertura de valas; Efetuar serviços de capina em geral; varrer, escovar, lavar e remover lixos e detritos de vias públicas e próprios municipais; Zelar pela conservação e limpeza dos sanitários; Auxiliar em tarefas de construção, calçamentos e pavimentação em geral; Auxiliar no recebimento, entrega, pesagem e contagem de materiais; Auxiliar nos serviços de abastecimento de veículos; Cavar sepulturas e auxiliar no sepultamento e exumação; Manejar instrumentos agrícolas, executar serviços de lavoura (plantio, colheita, preparo de terreno, adubações, pulverizações, etc.), aplicar inseticidas e fungicidas, cuidar de currais, terrenos baldios e praças, alimentar animais sob supervisão; Proceder a lavagem de máquinas e veículos de qualquer natureza, bem como a limpeza de peças e oficinas, executar outras tarefas afins.

ASSISTENTE SOCIAL
Prestam serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejam, coordenam e avaliam planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (saúde, educação, social seguridade, trabalho, jurídica, habitação e outras); orientam e monitoram ações em desenvolvimento relacionados à economia doméstica, nas áreas de habitação, vestuário e têxteis, desenvolvimento humano, economia familiar, educação do consumidor, alimentação e saúde; desempenham tarefas administrativas e articulam recursos financeiros disponíveis. Planejar, coordenar, executar, monitorar e avaliar programas, projetos, serviços e ações sociais, educacionais e de saúde, voltados à garantia, promoção e defesa dos direitos sociais, humanos e da cidadania, atendendo indivíduos, famílias, grupos e comunidades; Realizar acolhimento, orientação, acompanhamento social, atendimento individual e coletivo, visitas domiciliares, estudos socioeconômicos, elaboração de pareceres, relatórios técnicos, registros, formulários e demais instrumentos técnicos inerentes ao Serviço Social; Orientar usuários acerca de direitos e deveres, acesso a benefícios, programas e políticas públicas, promovendo encaminhamentos e acompanhamento junto à rede socioassistencial, educacional, de saúde e demais serviços setoriais; Participar da elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas públicas, planos, programas, projetos e ações intersetoriais, definindo prioridades, estratégias, metodologias e critérios de atendimento; Atuar na prevenção e enfrentamento de situações de vulnerabilidade, risco social, violência, negligência, evasão escolar, exclusão social, violações de direitos e demais demandas sociais identificadas no território de atuação; Promover ações de inclusão social, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, convivência, cidadania, diversidade, equidade, direitos humanos e combate a todas as formas de preconceito e discriminação; Desenvolver ações articuladas com equipes multiprofissionais e interdisciplinares, participando de reuniões, discussões de casos, planejamentos, conselhos, grupos de trabalho, atividades comunitárias e demais espaços de gestão e decisão; Atuar na articulação entre instituição, família e comunidade, fortalecendo redes de proteção social e contribuindo para o acesso, permanência e garantia de direitos dos usuários das políticas públicas; Realizar busca ativa, acompanhamento e monitoramento de casos e famílias, inclusive em situações de descumprimento de condicionalidades, vulnerabilidade social, infrequência escolar ou necessidade de

acompanhamento especializado; Pesquisar, coletar, organizar, sistematizar e analisar dados e informações sociais, territoriais e institucionais, produzindo diagnósticos, indicadores e estudos que subsidiem o planejamento e avaliação das ações desenvolvidas; Assessorar tecnicamente gestores, equipes e instituições na elaboração de programas, projetos, palestras, cursos, campanhas educativas e ações socioeducativas; Atuar na promoção da inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e demais públicos em situação de vulnerabilidade ou exclusão social; Alimentar sistemas de informação, acompanhar indicadores, monitorar resultados e avaliar a efetividade das ações, programas e serviços desenvolvidos; Executar outras atividades correlatas compatíveis com a natureza do cargo e formação profissional.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Auxiliar os profissionais da área nos serviços de natureza burocrática nos diversos setores da prefeitura. Redigir infamações simples, ofícios, cartas, memorandos e telegramas; Executar trabalhos de datilografia e digitação em geral; Secretariar reuniões; lavrar atas e fazer quaisquer expedientes a respeito; Fazer registros relativos a dotações orçamentárias, elaborar ou conferir folhas de pagamento; Classificar e organizar os expedientes recebidos, bem como qualquer documentação anexa, de acordo com a classificação predeterminada; Fazer o controle da movimentação de processos ou papéis na repartição; Organizar mapas, boletins demonstrativos; fazer anotações em fichas e manusear fichários; recortar e colecionar leis, decretos, publicações, etc., de acordo com determinações superiores; Providenciar a expedição de correspondência; Conferir materiais e suprimentos em geral com as faturas, conhecimentos ou notas de entrega; pesar, contar, medir e identificar material; Fazer apuração da efetividade de funcionários; Executar outras tarefas correlatas.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
Compreende os cargos que têm como atribuição auxiliar o cirurgião-dentista no atendimento à pacientes em consultórios, clínicas, ambulatórios odontológicos ou hospitais que possuam o serviço de odontologia. bem como executar tarefas administrativas. Receber, registrar e encaminhar pacientes para atendimento odontológico; Preencher fichas com dados individuais dos pacientes, bem como boletins de infonnações odontológicas lnfonnar os horários de atendimento e agendar consultas. pessoalmente ou por telefone; Controlar fichário e arquivo de documentos relativos ao histórico dos pacientes, organizando-os e mantendo-os atualizados, para possibilitar ao médico ou cirurgião-dentista consultá-los, quando necessário; Providenciai- a distribuição e a reposição de estoques de medicamentos, de acordo com orientação superior; Receber, registrar e encaminhar material para exame de laboratório; Auxiliar o cirurgião-dentista no preparo do material a ser utilizado na consulta; Colaborar na orientação ao público em campanhas voltadas à saúde bucal; Lavar e esterilizar todo material odontológico; Revelar e montar radiografias intra-orais; Preparar o paciente para o atendimento, auxiliando o cirurgião-dentista e o técnico de higiene dental na instrumentação junto à cadeira operatória, bem como promovendo o isolamento do campo operatório; Selecionar moldeiras, confeccionando modelos em gesso; Aplicar métodos preventivos para controle da cárie; Zelar pela conservação e limpeza dos utensílios e das dependências do local de trabalho; Executar outras tarefas afins.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Compreende os cargos que se destinam a executar serviços de limpeza, arrumação e de zeladoria, nas diversas unidades da prefeitura, bem como auxiliar no preparo de refeições. Limpar e arrumar as dependências e instalações de edificios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas; Recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as detenninações definidas; Percorrer as dependências da prefeitura, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, máquinas e aparelhos elétricos; Preparar e servir café ou pequenos lanches a visitantes e servidores da prefeitura; Auxiliar no preparo de refeições, lavando, selecionando e cortando alimentos; Preparar lanches e outras refuições simples, segundo orientação superior, para atender aos programas alimentares desenvolvidos pela prefeitura; Manter limpos os. utensílios de cozinha; Verificar a existência de material de limpeza e alimentação e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso; Manter limpo e arrumado o material sob sua guarda; Comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos e com boa aparência; Executar outras atribuições afins.

CIRURGIÃO DENTISTA
Compreende os cargos que se destinam a executar e coordenar os trabalhos relativos a diagnóstico, prognóstico e tratamento de afecções de tecidos moles e duros da boca e região maxilofacial, utilizando processos laboratoriais, radiográficos, citológicos e instrumentos adequados, para manter ou recuperar a saúde bucal. Examinar os tecidos duros e moles da boca e a face no-que couber ao cirurgião-dentista, utilizando instrumentais ou equipamentos odontológicos por via direta, para verificar patologias dos tecidos moles e duros da boca, encaminhando nos casos de suspeita de enfennidade na face,.ao médico assistente; Identificar as afecções quanto à extensão e à profundidade, utilizando instrumentos especiais, radiológicos ou outra forma de exame complementar para estabelecer diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento; Aplicar anestesias tronco-regionais, infiltrativas, tópicâs ou quaisquer outros tipos regulamentadas pela cfo, para promover conforto e facilitar a execução do tratamento; Promover a saúde bucal, quer no âmbito do posto/unidade,,de saúde' quer no meio externo, através da participação direta com conferências e palestras sobre os •vários aspectos da odontologia, notadamente a. preventiva. Extrair raízes e dentes, utilizando fórceps, alavancas e outros instrumentos, quando não houver condições técnicas e/ou materiais de tratamento conservador; Efetuar remoção de tecido cariado e restauração dentária, utilizando instrumentos, aparelhos e materiais tecnicamente adequados, para restabelecer a forma e a função do dente; Executar a remoção mecânica da placa dental e do cálculo ou tártaro supra e subgengival, utilizando0 se de meios ultra-sônicos ou ip.anuais; Prescrever ou administrar medicamentos, inclusive homeopáticos, quando o cirurgião-dentista for devidamente habilitado em homeopatia em odontologia, determinando a via de aplicação, para auxiliar no tratamento pré, trans e pós-operatório; Proceder a perícias odonto-administrativas, examinando a cavidade bucal e os dentes, a fim de fornecer atestados e laudos previstos em normas e regulamentos; Coordenar, supervisionar ou executar a coleta de dados sobre o estado clínico dos pacientes, lançando-os em fichas individuais, para acompanhar a evolução do tratameti.to; Orientar e zelar pela preservação e guarda de aparelhos, instrumental ou equipamento utilizado em sua especialidade, observando sua correta utilização; Elaborar, coordenar e executar programas educativos e de atendimento odontológico preventivo voltados principalmente para a comunidade de baixa renda e para os estudantes da rede municipal de ensino; Elaborar pareceres, infonnes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de fonnulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao município; Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

CIRURGIÃO DENTISTA DO PSF
Compreende os cargos que se destinam a executar e coordenar os trabalhos relativos a diagnóstico, prognóstico e tratamento de afecções de tecidos moles e duros da boca e região maxilofacial, utilizando processos laboratoriais, radiográficos, citológicos e instrumentos adequados, para manter ou

recuperar a saúde bucal. Examinar os tecidos duros e moles da boca e a face no-que couber ao cirurgião-dentista, utilizando instrumentais ou equipamentos odontológicos por via direta, para verificar patologias dos tecidos moles e duros da boca, encaminhando nos casos de suspeita de enfennidade na face,.ao médico assistente; Identificar as afecções quanto à extensão e à profundidade, utilizando instrumentos especiais, radiológicos ou outra forma de exame complementar para estabelecer diagnóstico, prognóstico e plano de tratamento; Aplicar anestesias tronco-regionais, infiltrativas, tópicâs ou quaisquer outros tipos regulamentadas pela cfo, para promover conforto e facilitar a execução do tratamento; Promover a saúde bucal, quer no âmbito do posto/unidade,,de saúde' quer no meio externo, através da participação direta com conferências e palestras sobre os •vários aspectos da odontologia, notadamente a. preventiva. Extrair raízes e dentes, utilizando fórceps, alavancas e outros instrumentos, quando não houver condições técnicas e/ou materiais de tratamento conservador; Efetuar remoção de tecido cariado e restauração dentária, utilizando instrumentos, aparelhos e materiais tecnicamente adequados, para restabelecer a forma e a função do dente; Executar a remoção mecânica da placa dental e do cálculo ou tártaro supra e subgengival, utilizando0 se de meios ultra-sônicos ou ip.anuais; Prescrever ou administrar medicamentos, inclusive homeopáticos, quando o cirurgião-dentista for devidamente habilitado em homeopatia em odontologia, determinando a via de aplicação, para auxiliar no tratamento pré, trans e pós-operatório; Proceder a perícias odonto-administrativas, examinando a cavidade bucal e os dentes, a fim de fornecer atestados e laudos previstos em normas e regulamentos; Coordenar, supervisionar ou executar a coleta de dados sobre o estado clínico dos pacientes, lançando-os em fichas individuais, para acompanhar a evolução do tratameti.to; Orientar e zelar pela preservação e guarda de aparelhos, instrumental ou equipamento utilizado em sua especialidade, observando sua correta utilização; Elaborar, coordenar e executar programas educativos e de atendimento odontológico preventivo voltados principalmente para a comunidade de baixa renda e para os estudantes da rede municipal de ensino; Elaborar pareceres, infonnes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de fonnulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao município; Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

CONTADOR

compreende os cargos que se destinam a planejar, coordenar e executar os trabalhos de análise, registro e perícias contábeis, estabelecendo princípios, normas e procedimentos, obedecendo às determinações de controle externo, para permitir a administração dos recursos patrimoniais e financeiros da Prefeitura. Planejar o sistema de registro e operações, atendendo às necessidades administrativas e legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário; supervisionar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando o seu processamento, adequando-os ao plano de contas, para assegurar a correta apropriação contábil; analisar, conferir, elaborar ou assinar balanços e demonstrativos de contas e empenhos, observando sua correta classificação e lançamento, verificando a documentação pertinente, para atender a exigências legais e formais de controle; controlar a execução orçamentária, analisando documentos , elaborando relatórios e demonstrativos; controlar a movimentação de recursos, fiscalizando o ingresso de receitas, cumprimento de obrigações de pagamentos a terceiros, saldos em caixa e contas bancárias, para apoiar a administração dos recursos financeiros da Prefeitura; anàlisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de contratos, convênios, acordos e atos que geram direitos e obrigações, verificando a propriedade na aplicação de recursos repassados, analisando cláusulas contratuais, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicável; analisar aspectos financeiros, contábeis e orçamentários da execução de fundos municipais, verificando a correta aplicação dos recursos repassados, dando orientação aos executores, a fim de assegurar o cumprimento da legislação aplicáve; analisar os atos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, verificando sua correção, para determinar ou realizar auditorias e medidas de aperfeiçoamento; planejar, programar, coordenar e realizar exames, perícias e auditagens, de rotina ou especiais, bem como orientar a organização de processos de tomadas de contas, emitindo certificado de auditoria, com a finalidade de atender a exigências legais; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando a estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissiona.

COVEIRO

Compreende os cargos se destinam a executar serviços de sepultamento e exumação de cadáveres, bem como os de limpeza e fiscalização de cemitérios. Abrir sepulturas, com instrumentos e técnicas adequados, a fim de evitar danos às mesmas; Preparar sepulturas, abrindo covas e moldando lajes para tampá-las, bem como auxiliar na confecção de carneiras e gavetas, entre outros; Auxiliar na remoção e no transporte de caixões, carregando-os até o carrinho para levá-los a seu destino final; Sepultar e exumar cadáveres, observando as nornas existentes e a orientação recebida para tal fim; Desenterrar restos humanos e guardar ossadas, sob supervisão de autoridade competente; Proteger a inviolabilidade das sepulturas, impedindo saques; Abrir e fechar os portões do cemitério, bem como controlar o horário de visitas; Limpar e capinar o cemitério, de acordo com orientação recebida; Participar dos trabalhos de caiação e pintura de muros, paredes e similares; Executar outras atribuições afins.

COZINHEIRO ESCOLAR

Executar o preparo, cozimento, distribuição e conservação de alimentos, observando cardápios, orientações nutricionais, normas de higiene, segurança alimentar e boas práticas de manipulação, visando garantir refeições adequadas, seguras e de qualidade aos usuários da instituição. Realizar a organização, limpeza e higienização da cozinha, utensílios, equipamentos e ambientes de armazenamento, bem como controlar o recebimento, acondicionamento e utilização dos gêneros alimentícios, prevenindo desperdícios e assegurando o correto funcionamento das atividades de alimentação e nutrição. Preparar as refeições conforme o cardápio elaborado pela nutricionista; seguir integralmente receitas padronizadas, medidas e técnicas corretas de preparo; observar dietas, restrições e necessidades específicas de alunos (ex.: alergias, intolerâncias, diabetes, alunos com seletividade alimentar, etc.); higienizar corretamente as mãos e utilizar EPI (touca, avental, sapato fechado); fazer higienização de alimentos conforme protocolos (hipoclorito, diluição adequada); controlar temperatura de armazenamento e conservação dos alimentos; fazer café, similares e lanches pedagógicos e servir; evitar contaminação cruzada entre alimentos crus e cozidos; seguir o Manual de Boas Práticas e os POP – Procedimentos Operacionais Padronizados; lavar utensílios, panelas, louças e equipamentos utilizados no preparo e na distribuição dos alimentos; manter cozinha e despensa limpas antes, durante e após a produção; executar rotinas de limpeza diária, semanal e mensal previstas no POP; separar corretamente o lixo e acondicionar para coleta; operar fogão, forno, liquidificador industrial, batedeira, panelas e demais equipamentos. seguir as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as orientações do nutricionista; incentivar o consumo de frutas e vegetais, ensinar sobre não desperdiçar alimentos e oferecer apoio e acolhimento aos estudantes; zelar pela manutenção e comunicar problemas técnicos; seguir

normas de segurança (evitar queimaduras, quedas, acidentes com utensílios cortantes); servir os alimentos nos horários definidos, garantindo que cheguem aos alunos na temperatura e porções corretas de forma igualitária; receber, controlar e armazenar os mantimentos de forma adequada para evitar perdas e garantir o consumo seguro; retirar amostras dos alimentos preparados; organizar a bancada de distribuição; controlar porções e evitar o desperdício dos alimentos servidos; preencher livro ou planilha de: controle de temperatura, saída e entrada de alimentos, sobras e desperdícios, limpeza, higienização; assinar folhas de controle solicitadas; cozinhar os alimentos bem cozidos e com tempero ideal, preservando o sabor do alimento e garantindo a qualidade das receitas; preparar e distribuir mamadeiras, fórmulas lácteas, sucos e sopas para bebês; receber e armazenar leite e insumos; higienizar rigorosamente frascos de mamadeira, bicos, copos de transição e utensílios de preparo.

ENGENHEIRO CIVIL

Elabora, executa e dirige projetos de engenharia civil relativos a rodovias. Aeroportos, vias férreas, sistemas de água e esgoto e outros, estudando características e preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos. para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo das obras mencionadas e assegurar os padrões técnicos exigidos. Elaborar e executar projetos de construção civil no âmbito da administração municipal; Executar projetos de calçamento. Asfaltamento e recuperação de vias públicas; Efetuar fiscalização, medições s e vistorias de obras civis executadas pelo município: conhecimento específico de engenharia; Elaborar planos de trabalho e planilhas de custos para fins de convênios e lic itação de obras; Vistoriar imóveis para fins de concessão de alvará de construção e habite- se; Vistoriar e projetar construção e reparos em pontes. Praças e prédios públicos; Elabora, executa e dirige projetos de engenharia civil relativos a rodovias, aeroportos, vias férreas. Sistemas de água e esgoto e outros, estudando caráter rústicas e preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos. Para possibilitar e orientar a construção. Manutenção e reparo das obras mencionadas e assegurar os padrões técnicos exigidos. Exercício de profissão no âmbito da administração municipal. Executar tarefas correlatas no campo da engenharia civil.

FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Fiscalizam, inspecionam e controlam as atividades relacionadas com saneamento e meio ambiente. Fiscalizar o saneamento básico no Município: captação, tratamento e distribuição de água potável, pública e privada, urbana e rural, coleta e tratamento, disposição final de esgotos cloacais e drenagem de águas pluviais na área urbana e rural; Fiscalizar a coleta e distribuição de lixo, inclusive reciclagem do lixo urbano; Inspecionar bares, restaurantes e congêneres, mantendo as exigências do Código Sanitário do estado em vigor, indicando ao órgão competente para apreensão quando encontrados produtos alimentares em mau estado de conservação ou fabricação; Fiscalizar, combater e controlar a poluição e a erosão ou qualquer de suas formas, líquida, sólida, sonora e gasosa; Fiscalizar e localizar resíduos e embalagens de agrotóxicos em propriedades urbanas e rurais; Fiscalizar a criação de animais e aves em liberdade ou em cativeiro, assim como os maus tratos que estes possam sofrer; Fiscalizar com o intuito de proteger a fauna e a flora, vedando as práticas que colocam em risco a função ecológica, paisagística ou que coloquem em risco a extinção das espécies; Promover a educação sanitária e ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente; Executar suas tarefas apoiado nas atribuições do cargo e na aplicação do Código Sanitário e Meio Ambiente em vigor no estado; Utilizar os equipamentos de proteção individual, pertinentes ao exercício de suas atribuições; Desenvolver atividades administrativas (documentos, registros, encaminhamentos, outros) relativas ao exercício do cargo, utilizando-se dos meios mecânicos e/ou informatizados disponíveis para esse fim; Executar as ações de Vigilância Sanitária no controle de qualidade dos alimentos, em todas as etapas, desde a produção até o consumo; Executar as ações de Vigilância Sanitária no controle de qualidade da água; Executar as ações de Vigilância Sanitária no controle de pragas, animais peçonhentos, zoonoses e vetores; Executar as ações de Vigilância Sanitária no controle de produtos e estabelecimentos relacionados à saúde, em todas as etapas, desde a produção até o consumo; Executar as ações de Vigilância Sanitária em serviços e empresas prestadoras de serviços relacionados à saúde; Realizar coleta de água, alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos de interesse à saúde para análise; Fiscalizar a qualidade da água destinada ao uso humano e animal, sua portabilidade, os mecanismos de purificação, de estocagem e destinação, seu conteúdo e suas condições; Executar as ações de Vigilância Sanitária pactuadas entre os níveis federal e estadual com o município; Executar outras tarefas da mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

FISCAL DE TRIBUTOS

Fiscaliza e promove lançamentos de créditos tributários, inspecionando estabelecimentos industriais, de prestação de serviços, e demais entidades, examinando documentos, para atender interesses da Fazenda Pública Municipal e da economia popular, tendo como norte as legislações aplicáveis. fiscaliza estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, verificando a correta inscrição quanto ao tipo de atividades, recolhimento de taxas e tributos municipais, ou licença de funcionamento, para notificar as irregularidades encontradas; autua, notifica e intima os infratores das obrigações tributárias e das normas municipais, com base em vistorias realizadas, para prestarem esclarecimento ou pagarem seus débitos junto à Prefeitura Municipal; elabora relatórios de irregularidades encontradas, com base nas vistorias efetuadas informando seus superiores para que as providências sejam tomadas; autua e notifica os contribuintes que cometerem infrações e informa-os sobre a legislação vigente, visando à regularização da situação e o cumprimento da lei; mantém-se atualizado sobre a política de fiscalização tributária, acompanhando as alterações e divulgações feitas em publicações especializadas, colaborando para difundir a legislação vigente; promove lançamentos de créditos tributários.

FISIOTERAPEUTA

Compreende os cargos que se destinam à promoção, ao tratamento e à recuperação da saúde de pacientes, mediante a aplicação de métodos e técnicas fisioterápicos, para reabilitá-los às suas atividades normais da vida diária realizar testes musculares, funcionais, de amplitude articular, de verificação cinética e movimentação, de pesquisa de reflexos, provas de esforço e de atividades, para identificar o nível de capacidade funcional dos membros afetados; planejar e executar tratamentos de afecções reumáticas, osteoporoses, sequelas de. Acidentes. vasculares cerebrais, poliomielite, raqui medulares, de paralisias cerebrais, motoras, neurogenias e de menos periféricos, miopias e outros; atender a amputados, preparando o coto e fazendo treinamento com prótese, para possibilitar a movimentação ativa e independente do paciente; ensinar aos pacientes exercícios corretivos para a coluna, os defeitos dos pés, as afecções dos aparelhos respiratório e cardiovascular, orientando-os e treinando-os em- exercícios ginásticas especiais a fim de promover correções de desvios posturais e estimular a expansão respiratória e a circulação sangüínea; proceder ao relaxamento e à aplicação de exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente, para promover a descarga ou a liberação da agressividade e estimular a sociabilidade; efetuar aplicação de ondas curtas, ultrassom, infravermelho, laser, micro-ondas, forno de Bier, eletroterapia, estimulação e contração muscular, crio e outros similares nos pacientes, conforme a enfermidade, para aliviar ou eliminar a dor, aplicar massagens terapêuticas; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento ou aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

FONOAUDIÓLOGO
Compreende os cargos que se destinam a prestar assistência fonoaudiologia à população nas diversas unidades municipais de saúde, para restauração da capacidade de comunicação dos pacientes. Avaliar as deficiências dos pacientes, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, além de outras técnicas próprias para estabelecer plano de tratamento Ou terapêutico; Elaborar plano de tratamento dos pacientes, baseando-se nos resultados da avaliação e nas peculiaridades de cada caso e se necessário nas informações médicas Desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz e audição; Desenvolver trabalhos de correção de distúrbios da palavra, voz, linguagem e audição, objetivando a reeducação neuromuscular e a reabilitação do paciente; Avaliar os pacientes no decorrer do tratamento, observando a evolução do processo e promovendo os ajustes necessários na terapia adotada; Promover a reintegração dos pacientes à família e a outros grupos sociais; Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas; fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo aspectos preventivos ligados à fonoaudiologia; Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; Participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao município; Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

MEDICO DO PSF
Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; examinar o paciente, auscultando ou fazendo uso de instrumentos especiais, no sentido de determinar diagnósticos ou, se necessário, receitar exames complementares; Analisar e interpretar resultados de exames de raio X, bioquímico, hematológico e outros, comparando: Os com padrões normais, para a confirmação de doenças e proceder diagnósticos; Prescrever medicamentos, indicando dosagens e respectiva via de administração, bem como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde dos pacientes; Manter atualizada ficha médica 'dos pacientes examinados, anotando a conclusão do diagnóstico e evolução das doenças para efetuar orientação adequada e acompanhamento médico quando necessário; Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; Executar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário, no domicilio; Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001; Aliar a atuação clínica à pratica da saúde coletiva; Fomentar a ação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental; etc.; Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra referência; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Participar do processo de programação e planejamento das ações de organização do processo de trabalho das USF's; Discutir de forma permanente, junto à equipe de trabalho e comunidade, o conceito de cidadania, enfatizando os direitos à saúde e as bases legais que os legitimam; Indicar internação hospitalar; Solicitar exames complementares; Quando necessário, conduzir veículo público, desde que devidamente habilitado.

MONITOR ESCOLAR
Prestar apoio nas atividades executadas pelo Profissional do Magistério da Educação Básica, colaborando com os alunos da rede municipal de ensino no momento de sua alimentação, na higiene pessoal, no descanso, na locomoção, na segurança individual e coletiva, orientando e auxiliando na promoção de sua autonomia nas unidades educacionais; auxiliar nas atividades pedagógicas de acordo com a orientação da professora; participar de reuniões, cursos e palestras quando oferecidos pela Secretaria de Educação, ou órgão equivalente, procurando se inteirar dos problemas relacionados às dificuldades dos alunos. manter-se atualizado quanto às modernas técnicas profissionais; requisitar e manter o suprimento necessário à realização das atividades, zelar pela higiene e limpeza do ambiente e dependências sob sua guarda; observar as condições de funcionamento dos equipamentos, instrumentos e bens patrimoniais; solicitar os reparos necessários, para evitar riscos e prejuízos; zelar pelo uso racional e econômico e pela conservação dos equipamentos, materiais de consumo e pedagógicos pertinentes ao trabalho; colaborar com o docente na observância de regras de segurança quando do atendimento aos alunos e da utilização de materiais, equipamentos e instrumentos durante o desenvolvimento das rotinas diárias; acompanhar e participar sistematicamente dos cuidados essenciais referentes à alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer dos alunos; participar de reuniões de pais/responsáveis, cursos, palestras e programas de capacitação promovidos pela secretaria municipal de educação, sempre que convocados; colaborar com o Profissional do Magistério e/ou Direção quando da execução das atividades propostas aos alunos, interagindo com os demais profissionais da instituição; apoiar o processo de inclusão do aluno com deficiência; colaborar com o Profissional do Magistério no desenvolvimento das atividades previstas no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar; receber e acatar, criteriosamente, a orientação e as recomendações do Professor no trato e atendimento ao aluno; executar tarefas relativas à observação de registros e avaliação do comportamento desenvolvimento infanto-juvenil, sob a orientação e supervisão do Profissional do Magistério; preparar, sob orientação do profissional do magistério, os materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades desenvolvida; executar tarefas relativas à observação das alterações físicas e de comportamento; colaborar na execução de atividades que visem à desestimularão da agressividade e intervir, quando necessário, em situações de conflito entre alunos, promovendo a convivência respeitosa e disciplinada entre eles; colaborar na estimulação da independência do aluno, em especial, no que tange aos hábitos alimentares, de acordo com as orientações dos técnicos responsáveis; cuidar da higiene e do asseio dos alunos sob sua responsabilidade; acompanhar o aluno em atividades sociais e culturais programadas pela unidade escolar, sejam atividades classe ou atividade extra classe; eliminar em colaboração com o regente, as barreiras que possam obstruir a participação plena e efetiva do estudante com deficiência nas atividades escolares em igualdade de condições com os demais estudantes; registrar todas as adaptações realizadas para o estudante, junto com o profissional do magistério e especialistas em educação básica na realização do PEI; estar permanentemente em contato com o professor responsável da turma para compreensão e execução das atividades propostas; atender solicitações da direção, professores e alunos, receber e transmitir recados dentro de suas atribuições, porém não repassar informações aos pais sem o conhecimento e autorização da direção; acompanhar os alunos nas salas de aulas, nos trajetos escolares, nos intervalos, passeios, apresentações, refeitório, dormitórios, lavatórios, organização de filas, mantendo a disciplina e segurança dos mesmos; auxiliar no embarque e desembarque seguro dos estudantes; garantir que todos utilizem o cinto de segurança, quando disponível; organizar os colchonetes, lençóis, travesseiros e fronhas para maior conforto das crianças no momento do repouso; verificar a lista de alunos e comunicar ausências, mudanças de rota ou situações atípicas; apoiar alunos com deficiência ou mobilidade reduzida durante o trajeto; orientar os estudantes sobre comportamento adequado dentro do veículo; informar imediatamente ao motorista e à escola qualquer ocorrência ou incidente; zelar pela integridade física dos alunos e pelo cumprimento das normas de segurança no transporte e ambiente escolar; o monitor escolar deve atuar de forma articulada com os professores da Educação Especial, da sala de aula comum, da Sala de Recursos Multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola; auxiliar alunos com dificuldades de aprendizagem, com tarefas simples ou reforço individual; informar à direção qualquer comportamento inadequado, acidente ou situação de risco; zelar, juntamente com o professor pela aprendizagem dos estudantes público da educação especial; construir o PEI juntamente com todos os atores envolvidos na processo de escolarização do estudante. Sendo eles: professor regente, especialista em educação básica e o profissional de apoio; responsabilizar se pelas crianças que aguardam os pais após o horário de saída do estabelecimento de ensino, zelando pela sua segurança e bem estar; fazer a limpeza e desinfecção dos brinquedos e demais equipamentos de recreação; oferecer e/ou administrar alimentação as crianças nos horários pré estabelecido, de acordo com o

cardápio estipulado por faixa etária; fazer anotações nas agendas das crianças relatando os acontecimentos do dia para manter os responsáveis informados; zelar e controlar os objetos e roupas individuais das crianças; desempenhar tarefas afins e outras atividades correlatas determinadas pelo superior imediato e pela secretaria municipal de educação.

MOTORISTA
Compreende os cargos que se destinam a conduzir veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros e carga dentro do território nacional, conservando-os em perfeitas condições de aparência e funcionamento. Dirigir automóveis, caminhonetes e demais veículos leves de transporte de passageiros e cargas, e outros veículos enquadrados na categoria "'d", dentro ou fora do município, verificando diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do sistema de arrefecimento, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, faróis, abastecimento de combustível, etc.; Zelar pela segurança de passageiros verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança; Verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da tarefa; Orientar o carregamento e descarregamento de cargas a fim de manter o equilíbrio do veículo e evitar danos aos materiais transportados; Observar os limites de carga preestabelecidos, quanto ao peso, altura, comprimento e largura; Fazer pequenos reparos de urgência; Manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário; Observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo Anotar em formulário próprio, a quilometragem rodada, viagens realizadas, cargas transportadas, itinerários percorridos e outras ocorrências; Recolher ao local apropriado o veículo após a realização do serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado Auxiliar no embarque e desembarque de passageiros; Auxiliar no carregamento e descarregamento de volumes; Auxiliar na distribuição de volumes, de acordo com normas e roteiros pré-estabelecidos; Conduzir os servidores da prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas Executar outras atribuições afins.

NUTRICIONISTA
Planeja e elabora o cardápio semanalmente, e baseando-se na aceitação dos alimentos pelo público alvo, para oferecer refeições balanceadas e evitar desperdícios. Orienta e supervisiona o preparo, a distribuição e o armazenamento das refeições, para possibilitar um melhor rendimento do serviço. Programa e desenvolve treinamento com os servidores, realizando reuniões e observando o nível de rendimento, de habilidade, de higiene e de aceitação dos alimentos, para racionalizar e melhorar o padrão técnico dos serviços. Elabora relatório mensal, baseando-se nas informações recebidas e no acompanhamento pessoal, para estimar o custo médio da alimentação. Zela pela ordem e manutenção da qualidade
e higiene dos gêneros alimentícios; orienta e supervisiona a sua elaboração, para assegurar refeições saudáveis e de qualidade. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

OPERADOR DE MAQUINAS
Compreende os cargos que se destinam a operar máquinas montadas sobre rodas ou esteiras e providas de implementas auxiliares que servem para nivelar, escavar, mexer, remover ou carregar terra, pedra, areia, cascalho e similares. Operar moto niveladoras, carregadeiras, rolo compactador, pá mecânica, tratores e outros, para execução de serviços de escavação, terraplanagem, nivelamento de solo, pavimentação, conservação de vias, carregamento e descarregamento de material, entre outros; Conduzir e manobrar a máquina, acionando o. motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidade do serviço; Operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina. Acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra areia, cascalho, pedras e materiais análogos; Zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução; Pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina. a fim de evitar possíveis acidentes;
Efetuar pequenos reparos de urgência, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento; Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários; Anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrência, para controle da chefia; Executar outras atribuições afins.

PEDREIRO
Preparar, limpar, medir, fincar estacas, alinhar terreno com fio de nylon ou outros assentando tijolos, adaptando- os com massas. nivelando-os e fixando às medidas, conforme o terreno; Fazer a massa misturando cimento, areia e brita, adicionando água, utilizando enxada ou outras ferramentas; Construir alicerces, com pedras ou cimento, para formar a base de paredes, muros, canaletas, meios-fios e construções similares; Reconstruir ou reformar meios-fios, canaletas, lajes, pisos, paredes, utilizando ferramentas próprias; Demolir construções, retirar escombros e separar material reaproveitável; Zelar pela segurança própria e de seus ajudantes.

PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Compreende os cargos que se destinam à regência de classe na educação infantil, ensino fundamental do 1º ao 5º ano, educação especial e alfabetização de jovens e adultos. Participar da elaboração da proposta pedagógica de sua unidade escolar; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua unidade escolar; elaborar programas e planos de aula, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação paralela para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios das atividades desenvolvidas à direção ou à coordenação da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de problemas junto dos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e da efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; executar outras atribuições afins.

PROFESSOR DE CONTEÚDO ESPECIFICO (ED. FÍSICA)
Compreende os cargos que se destinam à docência, na sua área específica de habilitação, para as classes de educação infantil, de ensino fundamental do 1º ao 5º ano e de educação especial, de acordo com o plano curricular aprovada pelo órgão competente. Participar da elaboração da proposta pedagógica de sua área específica de habilitação; cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua área específica de habilitação; elaborar programas e planos de aula de sua área específica de habilitação, relacionando e confeccionando material didático a ser utilizado, em articulação com a equipe de orientação pedagógica; ministrar aulas, repassando aos alunos os conteúdos definidos nos planos de aula; orientar os

alunos na formulação e implementação de projetos de pesquisa quanto ao seu formato e à seleção, leitura e utilização de textos literários e didáticos indispensáveis ao seu desenvolvimento, na sua área específica de habilitação; elaborar e aplicar testes, provas e outros instrumentos usuais de avaliação para verificação do aproveitamento dos alunos e da eficácia dos métodos adotados, na sua área específica de habilitação; controlar e avaliar o rendimento escolar dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação paralela para alunos de menor rendimento; elaborar e encaminhar os relatórios das atividades desenvolvidas na sua área específica de habilitação à direção ou à coordenação da unidade escolar em que está lotado; colaborar na organização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; participar de reuniões com pais e com outros profissionais de ensino; participar de reuniões e programas de aperfeiçoamento e outros eventos, quando solicitado; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento e à avaliação do processo ensino-aprendizagem e ao seu desenvolvimento profissional; participar de projetos de inclusão escolar, reforço de aprendizagem ou correção de problemas junto dos alunos da rede municipal de ensino; participar de projetos de conscientização das famílias para a necessidade de matrícula e frequência escolar das crianças do Município; participar do censo, da chamada e da efetivação das matrículas escolares para a rede municipal de ensino; realizar pesquisas na área de educação; executar outras atribuições afins.

PROFESSOR DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

Compete elaborar, executar, avaliar e compartilhar com os demais professores regentes e especializados o Plano de Atendimento Especial Especializado dos alunos, e desenvolver outras atividades correlatas. elaborar, executar, avaliar e compartilhar com os demais professores regentes e especializados o Plano de AEE do aluno contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas do aluno; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas do aluno; o cronograma do atendimento e a carga horária individual ou em pequenos grupos; programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola; produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo; estabelecer a articulação com os professores regentes e especializados e com os demais profissionais da escola, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias com áreas Inter setoriais; orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelos alunos de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação; desenvolver atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas do aluno: ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras para alunos com surdez; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação Aumentativa e Alternativa – CAA; ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistida – TA; ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação; e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores; eliminar, em colaboração com o regente, as barreiras que podem obstruir a participação plena e efetiva do estudante com deficiência nas atividades escolares em igualdade de condições com os demais estudantes; atuar na escola como multiplicador do conhecimento acerca de metodologias de ensino da Educação Especial, tecnologias assistidas e comunicação alternativa; zelar pela aprendizagem dos estudantes públicos da educação especial, acompanhando e avaliando sistematicamente seus alunos durante o processo de ensino aprendizagem; participar de reuniões pedagógicas e capacitações na área de educação promovidas pelo Departamento de Educação, sempre que convocados e de atividades complementares ao processo da sua formação profissional; trabalhar diretamente com o estudante no contra turno; articular com setores e profissionais externos à escola, como a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social dentre outros; atuar juntamente com o professor regente e o profissional de apoio na elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual.

PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Prestar apoio aos estudantes no ambiente escolar, especialmente aos alunos público da educação especial, auxiliando nas atividades pedagógicas, de alimentação, higiene, locomoção, socialização, recreação e segurança, em articulação com professores, equipe pedagógica e demais profissionais da escola, visando promover a inclusão, a autonomia, o desenvolvimento integral e a participação plena dos alunos nas atividades escolares, observadas as orientações pedagógicas, normas institucionais e diretrizes da educação inclusiva. Manter-se atualizado quanto às modernas técnicas profissionais; requisitar e manter o suprimento necessário à realização das atividades, zelar pela higiene e limpeza do ambiente e dependências sob sua guarda; observar as condições de funcionamento dos equipamentos, instrumentos e bens patrimoniais; zelar pelo uso racional e econômico e pela conservação dos equipamentos, materiais de consumo e pedagógicos pertinentes ao trabalho; colaborar com o docente na observância de regras de segurança quando do atendimento aos alunos e da utilização de materiais, equipamentos e instrumentos durante o desenvolvimento das rotinas diárias; acompanhar e participar sistematicamente dos cuidados essenciais referentes à alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer dos alunos; participar de reuniões de pais/responsáveis, cursos, palestras e programas de capacitação promovidos pela secretaria municipal de educação, sempre que convocados; colaborar com o Profissional do Magistério e/ou Direção quando da execução das atividades propostas aos alunos, interagindo com os demais profissionais da instituição; apoiar o processo de inclusão do aluno com deficiência; colaborar com o Profissional do Magistério no desenvolvimento das atividades previstas no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar; receber e acatar, criteriosamente, a orientação e as recomendações do Professor no trato e atendimento ao aluno; executar tarefas relativas à observação de registros e avaliação do comportamento desenvolvimento infanto-juvenil, sob a orientação e supervisão do Profissional do Magistério; preparar, sob orientação do profissional do magistério, os materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades desenvolvida; executar tarefas relativas à observação das alterações físicas e de comportamento; colaborar na execução de atividades que visem à desestimularão da agressividade e intervir, quando necessário, em situações de conflito entre alunos, promovendo a convivência respeitosa e disciplinada entre eles; colaborar na estimulação da independência do aluno, em especial, no que tange aos hábitos alimentares, de acordo com as orientações dos técnicos responsáveis; cuidar da higiene e do asseio dos alunos sob sua responsabilidade; acompanhar o aluno em atividades sociais e culturais programadas pela unidade escolar, sejam atividades classe ou atividade extra classe; eliminar em colaboração com o regente, as barreiras que possam obstruir a participação plena e efetiva do estudante com deficiência nas atividades escolares em igualdade de condições com os demais estudantes; registrar todas as adaptações realizadas para o estudante, junto com o profissional do magistério e especialistas em educação básica na realização do PEI; estar permanentemente em contato com o professor responsável da turma para compreensão e execução das atividades propostas; atender solicitações da direção, professores e alunos, receber e transmitir recados dentro de suas atribuições, porém não repassar informações aos pais sem o conhecimento e autorização da direção; acompanhar os alunos nas salas de aulas, nos trajetos escolares, nos intervalos, passeios, apresentações, refeitório, dormitórios, lavatórios, organização de filas, mantendo a disciplina e segurança dos mesmos; apoiar alunos com deficiência ou mobilidade reduzida durante o trajeto; o profissional de apoio deve atuar de forma articulada com os professores da Educação Especial, da sala de aula comum, da Sala de Recursos Multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola; auxiliar alunos com dificuldades de aprendizagem, com tarefas simples ou reforço individual; zelar, juntamente com o professor pela aprendizagem dos estudantes público da educação especial; construir o PEI juntamente com todos os atores envolvidos no processo de escolarização do estudante. Sendo eles: professor regente, especialista em educação básica e o profissional de apoio; desempenhar tarefas afins e outras atividades correlatas determinadas pelo superior imediato e pela secretaria municipal de educação.

PSICÓLOGO

Estudam, pesquisam e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigam os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando- os conscientes; Presta assistência na Saúde Mental, bem como atende e orienta a área Educacional, Organizacional e Assistencial, elaborando e aplicando técnicas psicológicas, para possibilitar a orientação, diagnóstico clínico, implementação de programas e projetos; desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes e atividades de área e afins. Planejar, coordenar, executar, acompanhar e avaliar ações, programas, projetos e serviços psicológicos nas áreas da saúde, educação e assistência social, atuando de forma preventiva, educativa, terapêutica, reabilitadora e de promoção da saúde mental, do desenvolvimento humano e da garantia de direitos; realizar atendimento psicológico individual, familiar e em grupo, acolhimento, orientação, escuta qualificada, avaliação psicológica, acompanhamento psicossocial e intervenções voltadas às necessidades emocionais, cognitivas, comportamentais e sociais dos usuários; estudar, pesquisar e avaliar os processos psicológicos, emocionais, sociais, institucionais e de aprendizagem dos indivíduos e grupos, visando à análise, prevenção, orientação, inclusão social e resolução de conflitos; desenvolver ações voltadas à promoção da saúde mental, prevenção de agravos psicossociais, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, enfrentamento de situações de vulnerabilidade, violência, negligência, discriminação, preconceito, exclusão social, evasão escolar e demais violações de direitos; participar da elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas públicas, programas, projetos e estratégias intersetoriais nas áreas da saúde, educação e assistência social, contribuindo tecnicamente para o planejamento e desenvolvimento institucional; atuar em equipes multiprofissionais e interdisciplinares, realizando discussões de casos, reuniões técnicas e administrativas, visitas domiciliares, atendimentos compartilhados, articulação de rede e demais ações integradas; realizar mediação de grupos, atividades coletivas, comunitárias, educativas e socioeducativas, promovendo cidadania, inclusão, convivência social, diversidade, acessibilidade, fortalecimento da autonomia e melhoria da qualidade de vida da população atendida; acompanhar famílias e usuários em situação de risco ou vulnerabilidade social, realizando busca ativa, encaminhamentos, monitoramento e articulação com a rede de proteção social, educacional, de saúde e demais serviços setoriais; contribuir para a promoção de ambientes institucionais saudáveis, inclusivos e acolhedores, apoiando ações relacionadas à convivência, relações interpessoais; manejo de conflitos, inclusão escolar e social, adaptação e desenvolvimento humano; prestar orientação técnica a gestores, profissionais, famílias e comunidade, colaborando na formação continuada das equipes, no desenvolvimento de estratégias de atendimento e na implementação de ações de promoção da saúde mental e bem-estar; elaborar relatórios, pareceres, laudos, estudos, registros, protocolos, documentos técnicos e instrumentos de acompanhamento inerentes à área de atuação, mantendo atualizados os sistemas de informação e registros institucionais; participar de cursos, capacitações, programas de treinamento, pesquisas, projetos, eventos, comissões e demais atividades institucionais relacionadas ao exercício profissional; utilizar equipamentos de proteção individual e cumprir normas técnicas, éticas, de segurança e procedimentos institucionais pertinentes ao exercício da profissão; executar outras atividades correlatas compatíveis com a natureza do cargo e formação profissional.

PSICOPEDAGOGO

Observar, avaliar e realizar intervenção com crianças e adolescentes elaborando e aplicando técnicas psicológicas e/ou psicopedagógicos para determinar as características afetivas, intelectuais, sensoriais, motoras e/ou de aprendizagem do ser como um todo, como também orientar, organizar e participar de programas que envolvam práticas institucionais colaborando com o processo de ensino-aprendizagem. Contribuir para a coesão da equipe de direção pedagógica e para sua formação técnica; Realizar a avaliação, diagnóstico, atendimento e encaminhamento de alunos com dificuldades escolares; Promover a orientação de alunos e pais; Promover a orientação profissional; Promover a orientação sexual, dando ênfase à informação sobre a sexualidade humana, os sentimentos afetivos nela envolvidos e os cuidados que devem ser considerados; Elaborar e coordenar projetos educativos específicos, em relação, por exemplo, à violência, ao uso de drogas, à gravidez precoce, ao preconceito, dentre outros; Diagnosticar, analisar e intervir em nível institucional, visando delinear estratégias de trabalho favorecedoras das mudanças necessárias para a otimização do processo educativo; Participar da construção, do acompanhamento e da avaliação da proposta pedagógica da escola; Participar do processo de seleção dos membros da equipe pedagógica e do processo de avaliação dos resultados do trabalho; Realizar oficinas direcionadas ao desenvolvimento integral dos alunos; Contribuir para a caracterização da população estudantil com o objetivo de subsidiar o ensino personalizado; Participar de comissões, grupos de trabalho ou de estudos, quando designado por seu superior hierárquico; Obedecer as normas de segurança; Executar outras atividades afins à sua Unidade Funcional, a partir das necessidades e demandas da área e de conformidade com as orientações dadas pela sua chefia imediata; Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício das demais atividades; Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho sob sua responsabilidade. Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

SUPERVISOR ESCOLAR

Compete, segundo sua habilitação, planejar, orientar, coordenar, administrar, avaliar, supervisionar e inspecionar o processo pedagógico, participar da elaboração de projetos educacionais e das propostas pedagógicas do Sistema Municipal de Ensino, bem como conduzir cursos de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal docente e exercer outras atividades que visem a melhoria do processo educacional. Coordenar o processo de construção coletiva e execução da Proposta Pedagógica, dos Planos de Estudos e dos Regimentos Escolares; investigar, diagnosticar, planejar, implementar e avaliar o currículo em integração com outros profissionais da Educação e integrantes da Comunidade; supervisionar o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidos legalmente; velar o cumprimento do plano de trabalho dos docentes nos estabelecimentos de ensino; assegurar processo de avaliação da aprendizagem escolar e a recuperação dos alunos com menor rendimento, em colaboração com todos os segmentos da Comunidade Escolar, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino; promover atividades de estudo e pesquisa na área educacional, estimulando o espírito de investigação e a criatividade dos profissionais da educação; emitir parecer concernente à Supervisão Educacional; planejar e coordenar atividades de atualização no campo educacional; propiciar condições para a formação permanente dos educadores em serviço; promover ações que objetivem a articulação dos educadores com as famílias e a comunidade, criando processos de integração com a escola; assessorar os sistemas educacionais e instituições públicas e privadas nos aspectos concernentes à ação pedagógica; planejar, executar e coordenar cursos, atividades e programas internos de capacitação profissional e treinamento; participar da elaboração do calendário escolar; exercer, em trabalho individual ou em grupo, a orientação, o aconselhamento e o encaminhamento de alunos em sua formação geral e na sondagem de suas aptidões específicas; atuar o elemento articulador das relações internas na escola e externas com as famílias dos alunos, comunidade e entidades de apoio psicopedagógicos e como ordenador das influências que incidam sobre a formação do educando; exercer atividades de apoio à docência; exercer outras atividades integrantes do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola, previstas no regulamento desta lei e no regimento escolar;

eliminar, em colaboração com Professor de AEE e com o Professor de Educação Básica, as barreias que podem obstruir a participação plena e efetiva do estudante com deficiência nas atividades escolares em igualdade de condições com os demais estudantes; atuar na escola como multiplicador do conhecimento acerca de metodologias de ensino da Educação Especial, tecnologias assistivas e comunicação alternativas; zelar pela aprendizagem dos estudantes públicos da educação especial, acompanhando e avaliando sistematicamente os alunos durante o processo de ensino de aprendizagem; participar de reuniões pedagógicas e capacitações na área da educação promovidas pela Secretaria de Educação, sempre que convocados e de atividades complementares ao processo de sua formação profissional; articular com setores e profissionais externos à escola, como interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social dentre outros; atuar juntamente com o Professor de Educação Básica, Professor de

AEE e profissionais de apoio na elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI); participar do Conselho de Classe; executar outras atribuições afins.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Orientar e executar o trabalho técnico de assistência de enfermagem aos clientes da Instituição o, auxiliar nas atividades de planejamento, ensino e pesquisa nela desenvolvidos. Trabalhar em conformidade com as normas e procedimentos de biossegurança. Prestar assistência de enfermagem segura humanizada e individua lizada aos clientes, sob supervisão do enfermeiro, assim como colaborar nas atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas na Instituição. Auxiliar o superior na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral, em programas de vigilância epidemiológica e no controle sistemático da infecção hospitalar. Preparar clientes para consultas e exames, orientando-os sobre as condições de realização dos mesmos. Colher e ou auxiliar o cliente na coleta de material para exames de laboratório segundo orientação. Realizar exames de eletro diagnósticos e registra r os eletrocardiogramas efetuados, segundo instruções médicas ou de enfermagem. Orientar e auxiliar clientes, prestando informações relativas a higiene, alimentação utilização de medicamentos e cuidado s específicos em tratamento de saúde. Verificar os sinais vitais e as condições gerais dos clientes, segundo prescrição médica e de enfermagem. Preparar e administrar medicações por via oral, tópica, intra dérmica, subcutânea, intramuscular, endovenosa e retal, segundo prescrição médica, sob supervisão do Enfermeiro. Cumprir prescrições de assistência médica e de enfermagem. Realizar a movimentação e o transporte de clientes de maneira segura. Auxiliar nos atendimentos de urgência e emergência. Realizar controles e registros das atividades do setor e outros que se fizerem necessários para a realização de relatórios e controle estatístico. Circular e instrumentar em salas cirúrgicas e obstétricas. Preparando-as conforme o necessário. Efetuar o controle diário do material utilizado bem como requisitar, conforme as normas da Instituição, o material necessário à prestação da assistência à saúde do cliente. Controlar materiais, equipamentos e medicamentos sob sua responsabilidade. Manter equipamentos e a unidade de trabalho organizada, zelando pela sua conservação e comunicando ao superior eventuais problemas. Executar atividades de limpeza, desinfecção esterilização de materiais e equipamentos bem como seu armazenamento e distribuição. Prestar serviços técnicos nas salas de vacinação.

TRATORISTA
Operar tratores para carregamento e descarregamento de material, roçada de terrenos e limpeza de vias, praças e jardins. Operar tratores, para execução de serviços de carregamento e descarregamento de material, roçada de terrenos e limpeza de vias, praças e jardins; Conduzir e manobrar a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades do serviço; Operar mecanismo de tração e movimentação dos implementas da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para carregar ou descarrega terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos; Zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução; Pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes; Limpar e lubrificar a máquina e seus implementos, seguindo as instruções de manutenção do fabricante, bem como providenciar a troca de pneus, quando necessária; Efetuar pequenos reparos, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento; Acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários; Anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos realizados, consumo de combustível, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia; Executar outras atribuições afins.

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

PARA O CARGO DE ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO
LÍNGUA PORTUGUESA
Compreensão de textos verbais e não verbais. Reconhecimento de gêneros textuais. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado. Reconhecimento de palavras corretas e incorretas. Ordenação alfabética. Divisão silábica. Alfabeto, vogais e consoantes. Frases: afirmativa, negativa, interrogativa e exclamativa. Singular/plural e masculino/feminino. Reconhecimento dos sinais de pontuação
MATEMÁTICA
Sistema de Numeração Decimal. Ordem crescente e decrescente. Operações básicas com números naturais e fracionários. Noções de conjunto. Sistema monetário nacional. Sistema de medidas: tempo, comprimento e quantidade. Raciocínio lógico.
CONHECIMENTOS GERAIS
Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais veiculados a partir de 1º de setembro de 2025, em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, Internet e televisão. Elementos de política brasileira. Cultura e sociedade: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e globais. História e geografia do Brasil e do Município de São Pedro da União/MG.

PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
CONHECIMENTO ESPECIFICO
Conhecimento de Segurança no Trabalho. Identificação e utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC). Conhecimentos especializados na área. Uso adequado de materiais, ferramentas e equipamentos para desenvolvimento das atividades próprias da função.

PARA O CARGO DE COVEIRO
CONHECIMENTO ESPECIFICO
Conhecimento de Segurança no Trabalho. Identificação e utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC). Conhecimentos especializados na área. Uso adequado de materiais, ferramentas e equipamentos para desenvolvimento das atividades próprias da função.

PARA O CARGO DE COZINHEIRO ESCOLAR
CONHECIMENTO ESPECIFICO
Conhecimentos específicos na área e uso adequado de equipamentos e materiais; Higiene na manipulação dos alimentos; prevenção de acidentes; higiene do manipulador de alimentos; Noções e técnicas de seleção de alimentos para o preparo de refeições; noções e conhecimentos de gêneros e produtos alimentícios utilizados no preparo das refeições; recebimento, armazenamento, acondicionamento e disposição desses gêneros; controle de estoque; procedimentos para economia de energia elétrica e água. Limpeza, manutenção e organização dos utensílios e equipamentos de cozinha. Noções de Segurança no trabalho e prevenção de acidentes. Resolução-RDC Anvisa nº 216/04. Demais conhecimentos compatíveis com as atribuições da função.

PARA O CARGO DE MOTORISTA

CONHECIMENTO ESPECIFICO
Legislação e Sinalização de Trânsito. Normas gerais de circulação e conduta. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao Meio Ambiente. Cidadania. Noções de mecânica básica de autos. Conhecimentos sobre condução, manutenção, limpeza e conservação de veículos; Lei nº 9.503 de 23/09/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro

PARA O CARGO DE OPERADOR DE MAQUINAS
CONHECIMENTO ESPECIFICO
Operar máquina, interpretando informações do painel da máquina, manipulando os comandos de marcha e direção do trator, da lâmina da niveladora ou da pá mecânica, ou da borda inferior, acionando as alavancas de controle, para posicionar o mecanismo segundo as necessidades do trabalho; Manobrar a máquina, acionando os comandos, para empurrar a terra solta, rebaixar as partes mais altas e nivelar a superfície ou deslocar a terra para outro lugar; Conduzir máquinas, acionando o motor e manipulando os dispositivos de marcha para posicioná-la segundo as necessidades do trabalho; Movimenta a pá escavadeira, acionando seus pedais e alavancas de comando, corte elevação e abertura, para escavar, carregar, levantar e descarregar o material; Operar máquina montada sobre rodas ou esteiras e provida de uma pá de comando hidráulico, conduzindo-a e acionando os comandos de tração e os comandos hidráulicos, para escavar e mover terra, pedras, areia, cascalho e materiais semelhantes; Operar máquina motorizada e provida de um ou mais rolos compressores ou cilindros, acionando-a e manipulando seus comandos de marcha e direção, para compactar solos naturais ou corrigidos e/ou comprimir e regularizar os elementos usados na pavimentação de rodovias, ruas e outras obras, abastecendo-a com água, enchendo os depósitos, para aumentar seu peso e permitir o umedecimento do solo; Zelar pela conservação e segurança dos maquinários, providenciando limpeza, ajustes e pequenos reparos, bem como solicitar manutenção quando necessário. Manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática específicos; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função. Registrar os serviços executados pela máquina/equipamento; Conduzir a máquina, acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para fazer avançar e retroceder o rolo compressor ou cilindros até que a superfície fique suficientemente compactada e lisa; Zelar pela conservação, limpeza e manutenção da máquina, lubrificando-a, realizando inspeção no equipamento, observando o estado geral, sistema de freios, nível de óleo, para mantê-la em boas condições de funcionamento; Executa limpeza no equipamento, utilizando panos e vassouras, retirando resíduos e detritos, para evitar danos; Recolher a máquina após a jornada de trabalho, conduzindo-a a garagem, para permitir sua manutenção e abastecimento; Pode efetuar reparos de emergência; Pode especializar-se em operar um tipo especifico de máquina a ser designado de acordo com a especialização; Executa tarefas similares às descritas anteriormente conforme orientação de seu superior imediato.
PARA O CARGO DE PEDREIRO
CONHECIMENTO ESPECIFICO
Conhecimentos sobre Equipamentos de Proteção Individual – EPIs; Conhecimento sobre demarcação da obra; materiais básicos de construção civil (areia, cimento, cal, pedra, etc); equipamentos e ferramentas; nível e prumo; concretos e argamassas; fundações; alvenarias; lajes; materiais de acabamento; impermeabilização e medidas.

PARA O CARGO DE TRATORISTA
CONHECIMENTO ESPECIFICO
Legislação e Sinalização de Trânsito. Normas gerais de circulação e conduta. Direção defensiva. Primeiros Socorros. Proteção ao Meio Ambiente. Cidadania. Noções de mecânica básica de autos. Conhecimentos sobre condução, manutenção, limpeza e conservação de veículos; Lei nº 9.503 de 23/09/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

PARA O CARGO DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral e verbo. Ortografia. Reconhecimento de frases corretas e incorretas. Acentuação gráfica. Pontuação. Concordância verbal e nominal.
MATEMÁTICA
Conjuntos numéricos. Operações com números naturais e fracionários: adição, subtração, multiplicação e divisão. Sistema de Medidas Legais. Porcentagem. Sistema monetário nacional. Resolução de situações problema. Leitura e compreensão de tabelas e gráficos. Raciocínio lógico
CONHECIMENTOS GERAIS
Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais veiculados a partir de 1º de setembro de 2025, em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, Internet e televisão. Elementos de política brasileira. Cultura e sociedade: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e globais. História e geografia do Brasil e do Município de São Pedro da União/MG.

PARA O CARGO DE AJUDANTE GERAL
CONHECIMENTO ESPECIFICO
Segurança do trabalho: Identificação e utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamento de proteção coletiva (EPC). Trabalho em altura. Espaço Confinado. Noções de higiene pessoal e do ambiente de trabalho. Produtos de limpeza e higienização: aplicação, cuidados e segurança. Manuseio de produtos de limpeza e ferramentas de trabalho. Utilização das ferramentas apropriadas para cada etapa de serviço e o bom desempenho das atividades. Ferramentas manuais e de medição. Ferramentas de uso geral. Plantas Ornamentais: Jardinagem. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. (Classificação de áreas em serviços de saúde. Equipamentos e materiais utilizados na limpeza e desinfecção de superfícies. Limpeza e desinfecção de superfícies. Higienização das mãos em serviços de saúde.).

ENSINO MÉDIO COMPLETO

PARA O CARGO DE ENSINO MÉDIO COMPLETO
LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia Oficial. Pontuação. Acentuação. Cargos das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Colocação pronominal. Crase. Sintaxe.
MATEMÁTICA

Resolução de situações-problema. Números Inteiros: Operações, Propriedades, Múltiplos e Divisores; Números Racionais: Operações e Propriedades. Números e Grandezas Diretamente e Inversamente Proporcionais: Razões e Proporções, Divisão Proporcional, Regra de Três Simples e Composta. Porcentagem. Juros Simples. Sistema de Medidas Legais. Conceitos básicos de geometria: cálculo de área e cálculo de volume. Raciocínio Lógico.

CONHECIMENTOS GERAIS

Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais veiculados a partir de 1º de setembro de 2025, em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, Internet e televisão. Elementos de política brasileira. Cultura e sociedade: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e globais. História e geografia do Brasil e do Município de São Pedro da União/MG.

PARA O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Atendimento ao público. Uso de equipamentos de escritório. Agenda. Noções de rotinas da área administrativa. Ética profissional e sigilo profissional. Redação Oficial: Manual de Redação da Presidência da República. Formas de tratamento e abreviação mais utilizadas. Distribuição de materiais: Características das modalidades de transporte. Estrutura para distribuição. Noções de arquivologia. Arquivística: princípios e conceitos. Legislação arquivística. Gestão de documentos. Protocolo: recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos. Arquivamento de documentos: Classificação de documentos de arquivo. Arquivamento e ordenação de documentos de arquivo. Tabela de temporalidade de documentos de arquivo. Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo. Preservação e conservação de documentos de arquivo. Triagem e eliminação de documentos e processos. Digitalização de documentos. Controle de qualidade da digitalização. Postura profissional. Atendimento telefônico. Organização do local de trabalho. Hierarquia. Relações Interpessoais. **Conhecimento em Informática:** Microsoft Windows 2010 ou versões mais recentes: área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS Office 2016 ou versões mais recentes. MS-Word 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. MS-Excel 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. Correio Eletrônico: comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. Internet: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, aplicativos maliciosos (vírus e/ou malware), busca e impressão de páginas.

PARA O CARGO DE AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Prontuário odontológico. Odontograma. Softwares odontológicos: conceitos, finalidade e aplicação. Organização do ambiente de trabalho odontológico. Equipamentos e instrumental odontológico: tipos e funcionalidade de acordo com a especialidade odontológica. Seleção de instrumental, material de consumo e equipamentos; disposição do instrumental. Manutenção, conservação, limpeza, desinfecção e assepsia de mobiliários, equipamentos e instalações. Biossegurança: assepsia, antissepsia, desinfecção, processamento do instrumental – conceitos, técnicas e fases (lavagem, secagem, empacotamento, esterilização e armazenagem). Doenças infectocontagiosas de relevância para o atendimento odontológico e infecção cruzada: definição e medidas preventivas. Contaminação direta e indireta: definição e medidas de prevenção - barreiras mecânicas nos equipamentos. Resíduos odontológicos: legislação; classificação, armazenamento e formas de descarte. Higiene e prevenção em saúde bucal. Segurança do trabalho aplicada à saúde bucal: conceito, obrigações legais, riscos ambientais (físicos, químicos e biológicos); mapa de riscos; prevenção de acidentes e medidas de controle, higienização das mãos, equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e Equipamentos Proteção Coletiva, (EPCs), NR32 (Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde). Ergonomia. Lei 11.889/2008. Política Nacional de Saúde Bucal; equipes de saúde bucal na estratégia Saúde da Família. Código de Ética Odontológica. Conhecimentos em Informática: **MS-Windows 7 ou versões mais recentes:** área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2010 ou versões mais recentes. **MS-Word 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. **MS-Excel 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. **Correio Eletrônico:** comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. **Internet:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, softwares maliciosos (vírus / malware), busca e impressão de páginas.

PARA O CARGO DE FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Noções básicas de epidemiologia. Programas de erradicação e controle de doenças em execução. Conhecimentos sobre vigilância epidemiológica e ambiental. Promoção da saúde. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário. Doenças de transmissão hídrica e alimentar. Esquistossomose, leishmaniose, arboviroses, raiva, leptospirose: vetor, sinais e sintomas, características epidemiológicas, ciclo, modo de transmissão, período de incubação, suscetibilidade, imunidade, área de circulação, notificação de caso e prevenção. Formas de controle de endemias: operações de campo, coleta, reconhecimento geográfico, controle vetorial químico e físico, tratamento focal e perifocal, bloqueio. Equipamentos de proteção individual. Programa Nacional de Controle da Dengue. Febre Chikungunya e Zika Vírus. Morcegos, roedores e animais peçonhentos: espécie, principais características, prevenção de acidentes e primeiros socorros. Controle ético da população de cães e gatos. Manual sobre Medidas de Proteção à Saúde dos Agentes de Combate às Endemias. Lei nº 11.350/2006 e suas atualizações. Conhecimento em Informática: Microsoft Windows 2010 ou versões mais recentes: área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MSOffice 2016 ou versões mais recentes. MS-Word 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas,

mala-direta; caixas de texto. MS-Excel 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. Correio Eletrônico: comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. Internet: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, aplicativos maliciosos (vírus e/ou malware), busca e impressão de páginas.

PARA O CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Noções de Direito Tributário: Introdução ao direito tributário. Fontes do direito tributário. Sistema Tributário Nacional. Princípios Gerais. Competência e Limitações do Poder de Tributar. Tributo e sua classificação. Impostos. Taxas. Contribuição de Melhoria. Impostos de Competência da União, Estados e Municípios. Repartição das Receitas Tributárias. Legislação Tributária. Vigência. Aplicação. Interpretação e Integração. Obrigação Tributária. Fato Gerador. Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Responsabilidade Tributária. Crédito Tributário. Constituição. Suspensão. Extinção. Exclusão. Garantias e Privilégios. Administração Tributária. Fiscalização. Dívida Ativa. Certidões Negativas. Simples Nacional – Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Cobrança Judicial da Dívida Ativa – Lei Federal nº 6.830/1980. Legislação Federal do ISS: Lei Complementar 116/2003; Lei Complementar 147/2014. Lei Orgânica Municipal. Código Tributário do Município. Aspectos constitucionais de normas de direito tributário. Lei nº 5172/66 – Código Tributário Nacional. LEI 8429/92 (Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providencias). Conhecimentos em informática: **MS-Windows 7 ou versões mais recentes:** área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2010 ou versões mais recentes. **MS-Word 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. **MS-Excel 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. **Correio Eletrônico:** comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. **Internet:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, softwares maliciosos (vírus / malware), busca e impressão de páginas.

PARA O CARGO DE MONITOR ESCOLAR
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Acidentes e Primeiros socorros. Prevenção de acidentes. Dimensão sobre trabalho de atendimento ao público. Noções de trânsito. Deveres e obrigação do Monitor. Disciplina e vigilância dos alunos. Hierarquia na escola. Controle e movimentação do aluno. Orientação aos alunos quanto às normas da Escola. Ética do exercício profissional. Relações humanas no trabalho. Telefones de emergência: Pronto Socorro, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Noções gerais de higiene. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Conhecimentos em informática: **MS-Windows 7 ou versões mais recentes:** área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2010 ou versões mais recentes. **MS-Word 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. **MSExcel 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. **Correio Eletrônico:** comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. **Internet:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, aplicativos maliciosos (vírus/ malware), busca e impressão de páginas.

PARA O CARGO DE PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Escrituração Escolar: Escrituração referente ao docente, especialista e pessoal administrativo: a. Livro de escrituração escolar: - Tipos; - Finalidades; b. Instrumentos utilizados para o registro da vida escolar do aluno: Organização didática (matrícula; atas; transferências; ficha individual; histórico escolar; boletim escolar; diário de classe; declaração provisória de transferência; certificados; diplomas) Arquivo: Finalidade. Tipos. Importância. Organização. Processo de incineração, microfilmagem, informática. Regimento Escolar e Proposta Pedagógica. Quadro Curricular. Legislação aplicável. Uso de equipamentos de escritório. Documentação e arquivamento – geral e informatizado, agenda, formas de tratamento e abreviação mais utilizadas. Noções de rotinas da área administrativa. Ética profissional e sigilo profissional. Redação Oficial**.** Conhecimento em Informática: Microsoft Windows 2010 ou versões mais recentes: área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MSOffice 2016 ou versões mais recentes. MS-Word 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. MS-Excel 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. Correio Eletrônico: comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. Internet: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, aplicativos maliciosos (vírus e/ou malware), busca e impressão de páginas.Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (e respectivas atualizações) - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e dá outras providências. Acidentes e Primeiros socorros. Prevenção de acidentes. Dimensão sobre trabalho de atendimento ao público. Deveres e obrigação do inspetor de

alunos. Disciplina e vigilância dos alunos. Hierarquia na escola. Controle e movimentação do aluno. Orientação aos alunos quanto às normas da Escola. Ética do exercício profissional. Relações humanas no trabalho. Telefones de emergência: Pronto Socorro, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Noções gerais de higiene. Higiene e seguranças nas escolas (http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/higiene.pdf).

ENSINO MÉDIO / TÉCNICO

PARA O CARGO DE ENSINO MÉDIO COMPLETO
LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação de texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia Oficial. Pontuação. Acentuação. Cargos das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Colocação pronominal. Crase. Sintaxe.
MATEMÁTICA
Resolução de situações-problema. Números Inteiros: Operações, Propriedades, Múltiplos e Divisores; Números Racionais: Operações e Propriedades. Números e Grandezas Diretamente e Inversamente Proporcionais: Razões e Proporções, Divisão Proporcional, Regra de Três Simples e Composta. Porcentagem. Juros Simples. Sistema de Medidas Legais. Conceitos básicos de geometria: cálculo de área e cálculo de volume. Raciocínio Lógico.
CONHECIMENTOS GERAIS
Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais veiculados a partir de 1º de setembro de 2025, em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, Internet e televisão. Elementos de política brasileira. Cultura e sociedade: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e globais. História e geografia do Brasil e do Município de São Pedro da União/MG.

PARA O CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM
CONHECIMENTO ESPECIFICO
Código de Ética Profissional. Política de Saúde: Diretrizes, princípios e bases da implantação do SUS. Atenção Básica no Sistema Único de Saúde. Promoção da Saúde. Biossegurança e Segurança do Trabalho. Participação na programação de enfermagem. Assistência de Enfermagem em Saúde Coletiva. Assistência de Enfermagem na Saúde do Adulto. Assistência de Enfermagem Materno Infantil. Assistência de Enfermagem em Urgência e Emergência. Assistência de Enfermagem ao Idoso. Ações educativas aos usuários dos serviços de saúde. Atendimento nos diversos programas de saúde da criança, da mulher, do adolescente, do idoso e da vigilância epidemiológica. Preparo e esterilização de material, instrumental, ambientes e equipamentos. Higiene, sono e nutrição. Controle de abastecimento e estoque de materiais médico-hospitalares e medicamentos. Participação na orientação e supervisão do trabalho de enfermagem, em grau auxiliar. Participação na equipe de saúde. Primeiros Socorros. Biossegurança. Dietoterapia e Hemoterapia. Conhecimento em Informática: Microsoft Windows 2010 ou versões mais recentes: área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2016 ou versões mais recentes. MS-Word 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. MS-Excel 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. Correio Eletrônico: comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. Internet: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, aplicativos maliciosos (vírus e/ou malware), busca e impressão de páginas.
ENSINO SUPERIOR
PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR
LÍNGUA PORTUGUESA
Interpretação e análise de textos verbais e não verbais. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia Oficial. Pontuação e seus efeitos de sentido no texto. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Sintaxe da oração e do período. Relação do texto com seu contexto histórico e social. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. Intertextualidade. Figuras de linguagem e seus efeitos expressivos. Morfossintaxe. Elementos estruturais e processos de formação de palavras. Coordenação e subordinação. Conectivos e mecanismos de coesão textual.
MATEMÁTICA
Resolução de situações-problema. Números Inteiros: Operações, Propriedades, Múltiplos e Divisores; Números Racionais: Operações e Propriedades. Razões e Proporções, Divisão Proporcional, Regra de Três Simples. Porcentagem. Juros Simples. Sistema de Medidas Legais. Conceitos básicos de geometria: cálculo de área e cálculo de volume. Raciocínio Lógico.
CONHECIMENTOS GERAIS
Fatos e notícias locais, nacionais e internacionais veiculados a partir de 1º de setembro de 2025, em meios de comunicação de massa, como jornais, rádios, Internet e televisão. Elementos de política brasileira. Cultura e sociedade: música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, jornais, revistas e televisão. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus impactos na sociedade contemporânea. Meio ambiente e cidadania: problemas, políticas públicas, aspectos locais e globais. História e geografia do Brasil e do Município de São Pedro da União/MG.
PARA O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL
CONHECIMENTO ESPECIFICO
O Serviço Social e a interdisciplinariedade. Legislação: Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Lei de criação dos Conselhos Assistência Social dos Direitos da Criança e Adolescente, Saúde e Educação. Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). O Serviço Social: história, objetivos, grupos sociais. O papel do assistente social. A prática do Serviço Social: referências teórico-práticas. Políticas de gestão de assistência social: planejamento, plano, programa, projeto. Trabalho com comunidades. Atendimentos familiar e individual. O Serviço Social junto aos estabelecimentos de ensino e ao Conselho Tutelar. O funcionamento municipal de assistência social. Legislação do Sistema Único de Saúde - SUS. Código de Ética Profissional. Estatuto do Idoso, Conselho Municipal de Saúde, o serviço social junto aos estabelecimentos públicos de saúde, papel do assistente social nas relações intersetoriais. Conhecimento em Informática: Microsoft Windows 2010 ou versões mais recentes: área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de

aplicativos MS-Office 2016 ou versões mais recentes. MS-Word 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. MS-Excel 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. Correio Eletrônico: comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. Internet: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, aplicativos maliciosos (vírus e/ou malware), busca e impressão de páginas.

PARA O CARGO DE CIRURGIÃO DENTISTA

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Saúde Pública: índices, sistema de atendimento. Bioética em Odontologia. Diagnóstico das principais doenças bucais. Noções sobre terapêutica odontológica. Semiologia em saúde Bucal- exame clínico, anamnese, exames complementares e diagnóstico das afecções da boca. AIDS - consequências na cavidade oral. Procedimentos básicos de dentística operatória e restauradora: técnica e tipos de preparo, materiais dentários. Oclusão. Prevenção: higiene dental, selantes, técnica invasiva e aplicação de flúor (tópico e sistêmico). Farmacologia: anestésicos, anti-inflamatórios e antibioticoterapia. Periodontia: tipo e classificação das doenças, raspagem e procedimentos básicos. Pediatria: tipos de preparo, material forrador e restaurador, traumatologia. Cirurgia, Pronto atendimento: urgência e emergência. Endodontia: diagnóstico e tratamento das lesões endodônticas. Métodos de desinfecção e esterilização. Noções de biossegurança em odontologia. Código de Ética Odontológica.

PARA O CARGO DE CIRURGIÃO DENTISTA PSF

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Saúde Pública: índices, sistema de atendimento. Bioética em Odontologia. Diagnóstico das principais doenças bucais. Noções sobre terapêutica odontológica. Semiologia em saúde Bucal- exame clínico, anamnese, exames complementares e diagnóstico das afecções da boca. AIDS - consequências na cavidade oral. Procedimentos básicos de dentística operatória e restauradora: técnica e tipos de preparo, materiais dentários. Oclusão. Prevenção: higiene dental, selantes, técnica invasiva e aplicação de flúor (tópico e sistêmico). Farmacologia: anestésicos, anti-inflamatórios e antibioticoterapia. Periodontia: tipo e classificação das doenças, raspagem e procedimentos básicos. Pediatria: tipos de preparo, material forrador e restaurador, traumatologia. Cirurgia, Pronto atendimento: urgência e emergência. Endodontia: diagnóstico e tratamento das lesões endodônticas. Métodos de desinfecção e esterilização. Noções de biossegurança em odontologia. Código de Ética Odontológica.

PARA O CARGO DE CONTADOR

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Contabilidade Pública: 1. Conceito, objeto e regime. 2. Princípios de Contabilidade sob perspectiva do Setor Público. 3. Campo de aplicação. 4. Legislação básica. 5. Receita: conceito, classificação e estágios, aspectos patrimoniais, aspectos legais, contabilização, deduções, renúncia e destinação da receita, Dívida Ativa. 6. Despesa: conceito, classificação e estágios, aspectos patrimoniais, aspectos legais, contabilização, dívida pública, operações de crédito. 7. Variações Patrimoniais Ativas e Passivas: interferências, mutações, acréscimos e decréscimos patrimoniais. 8. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – Edição atualizada: Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. 9. Tabela de Eventos: conceito, estrutura e fundamentos lógicos. 10. Demonstrações Contábeis: Balanço Financeiro, Patrimonial, Orçamentário e Demonstrativo das Variações Patrimoniais. Conceitos, Aspectos legais, Forma de Apresentação, elaboração, análise dos demonstrativos. 11. Sistemas de Informações Contábeis. 12. Manuais: Receita, Despesa, Dívida Ativa. 13. Registros contábeis de operações típicas na área pública: previsão da receita, dotação da despesa, descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros; empenho, liquidação e pagamento da despesa; arrecadação, recolhimento, destinação da receita orçamentária pública; retenções tributárias; renúncia da receita, deduções da receita, Restos a Pagar, Despesa de Exercícios Anteriores, Suprimento de Fundos, Operações de Créditos. 14. Sistemas de contas. 15. Bens Públicos: De uso Especial, Dominiais e de Uso Gerais. Conceitos, aspectos legais e contábeis. 16. Inventário e Administração de Material. Métodos de avaliação. Contabilização. 17. Gestão patrimonial dos bens móveis, imóveis e intangíveis. 18. Registros na contabilidade do setor público de aspectos patrimoniais: depreciações, amortização e exaustão; provisões; apropriação da receita e da despesa pelo regime de competência, contingências passivas, reservas, perdas, ajustes de exercícios anteriores. 19. Tomada e Prestação de Contas. Diversos Responsáveis. 20. Conformidade de Gestão e Conformidade Contábil. 21. Procedimentos de Encerramento do Exercício. 22. Consórcios Públicos. Conceito. Contabilização. 23. Orçamento público: princípios orçamentários; métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público; normas legais aplicáveis; receita pública: categorias, fontes, estágios; dívida ativa; despesa pública: categorias, estágios; suprimento de fundos; restos a pagar; despesas de exercícios anteriores, ciclo orçamentário; Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentárias Anual; Créditos Adicionais. 24. Licitação pública: modalidades dispensa e inexigibilidade: pregão; contratos e compras. 25. Convênios, Contratos de repasse e Termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal do Município. 26. Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. 27. Noções de Auditoria: normas brasileiras de auditoria interna: independência, competência profissional, âmbito do trabalho, execução do trabalho e administração do órgão de auditoria interna. 28. Auditoria no Setor Público. Finalidades e objetivos da auditoria governamental. Abrangência de atuação. Formas e tipos. 29. Controladoria: Definição e objetivos da Controladoria. Sistema de Informação contábil-gerencial. Planejamento de Longo Prazo: implementação, revisão e atualização do plano. Planejamento Financeiro. Planejamento de Investimentos de Capital, Planejamento Orçamentário. Integração entre Planejamento e Controle. Organização do Controle. Ética profissional. Lei Federal nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 - que regula o acesso a informações. Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei Federal nº 14.133/21). Lei Federal nº 4.320/64.

PARA O CARGO DE ENGENHEIRO CIVIL

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Conhecimento sobre projeto, planejamento, orçamento; sistema Pini; licitação (Le Lei Federal nº 14.133/21); contrato e gerenciamento de obras; terraplanagem – corte e aterro, valas e taludes, escoramento e obras de infraestrutura urbana; engenharia de sistemas prediais e componentes de construção civil; materiais de construção civil; resistência dos materiais; segurança; mecânica dos solos; elétrica hidráulica, esgoto e saneamento; sistemas e elementos estruturais; estrutura das fundações; estrutura de madeira, concreto armado e metálicas – conceito e função; lajes, vigas, pilares, etc. e elementos de fundação; características gerais do concreto e do aço para concreto armado (comportamento mecânico, classificação, etc.); alvenaria; estruturas em concreto protendido; concreto pré-moldado; estruturas em argamassa armada; geotecnia; pavimentação; práticas de construções civis; conhecimentos de Código Sanitário Estadual. Conhecimentos de AUTOCAD. Conhecimentos específicos na área e uso adequado de equipamentos e materiais. Decreto Estadual nº 12342/78 (exceto zona rural).

PARA O CARGO DE FISIOTERAPEUTA

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Código de Ética Profissional. Atenção Básica no Sistema Único de Saúde. Promoção da Saúde. Anatomia funcional. Fisiologia musculoesquelética, respiratória e cardiovascular. Fisiologia do Exercício. Desenvolvimento neuropsicomotor normal de zero a cinco anos de idade. Fisioterapia em emergência: abordagem inicial do paciente grave; oxigenoterapia; emergências pulmonares; emergências sistêmicas; insuficiência cardíaca; parada

cardiorrespiratória; AVC; traumatismo. Ventilação mecânica invasiva e não invasiva. Cinesioterapia. Eletroterapia. Hidroterapia. Termoterapia e Fototerapia. Fisioterapia cardiorrespiratória e cardiovascular. Fisioterapia neurofuncional. Fisioterapia Traumato-ortopédica. Órteses e Próteses. Mobilização precoce. Terapêuticas médicas voltadas para funções de recuperação de luxações, pós fraturas, pós amputações, prevenção de incapacidades e atendimento a pacientes especiais. Fisioterapia na Saúde da Criança. Tratamento fisioterápico aplicado às principais doenças. Adaptações para pacientes especiais em casa. Recursos Terapêuticos Manuais. Métodos de Avaliação Clínica e Funcional. Fisioterapia na Saúde do Idoso. Farmacologia Básica para Fisioterapia. Ergonomia. Exercícios corretivos. Fisioterapia Preventiva e Comunitária**.** Conhecimentos em Informática: **MS-Windows 7 ou versões mais recentes:** área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2010 ou versões mais recentes. **MS-Word 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. **MS-Excel 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. **Correio Eletrônico:** comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. **Internet:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, softwares maliciosos (vírus / malware), busca e impressão de páginas.

PARA O CARGO DE FONOAUDIÓLOGO

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Desenvolvimento e aquisição de linguagem. Anatomia e fisiologia dos órgãos da fala, voz, audição e linguagem. Sistemas e processos de comunicação: órgãos responsáveis. Patologias fonoaudiológicas: conceito, etiologia, tratamento. Psicomotricidade: teoria, técnicas em terapias psicomotoras. Aspectos neurológicos ligados à linguagem: estruturas, processos neurológicos envolvidos na fala, voz, audição e linguagem. Terapia fonoaudiológica: níveis de prevenção, intervenção precoce, reeducação psicomotora, reeducação da deglutição atípica. Reabilitação fonoaudiológica: (afasias, displasias, disfemias, afonia e disfonia, disartria, dislalias, disortografias, dislexias, disgrafias, discalculias, atrasos de linguagem por transtornos). Trabalho em equipe multi e inter disciplinar. Planejamento e programas preventivos, fonoaudiologia hospitalar. Avaliação audiológica: laudos, diagnósticos e prognósticos. Principais testes complementares. Diagnóstico diferencial precoce entre surdez na infância e outros transtornos de desenvolvimento. Manifestações da disfunção do processamento auditivo: comportamentais e clínicas. Audiologia Educacional. Código de ética profissional do fonoaudiólogo. Conhecimento em Informática: Microsoft Windows 2010 ou versões mais recentes: área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2016 ou versões mais recentes. MS-Word 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. MS-Excel 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. Correio Eletrônico: comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de emails, gerenciador de contatos. Internet: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, aplicativos maliciosos (vírus e/ou malware), busca e impressão de páginas.

PARA O CARGO DE MEDICO DO PSF

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, tratamento clínico e prevenção das doenças: cardiovasculares – insuficiência cardíaca, insuficiência coronariana, arritmias cardíacas, tromboses venosas, hipertensão arterial, choque; pulmonares – insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, tromboembolismo pulmonar, SARS-CoV-2, COVID-19.; do sistema digestivo – neoplasias, gastrite e úlcera péptica, colecistopatias, diarreias agudas e crônicas, pancreatites, hepatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon; renais – insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrolíticos e do sistema ácido-base, nefrolitíase, infecções urinárias; metabólicas e do sistema endócrino – hipovitaminoses, desnutrição, diabetes melito, hipo e hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal; hematológicas – anemias hipocrônicas, macrocíticas e hemolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios de coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão; reumatológicas – orteoartrose, gota, lúpus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doenças do colágeno; neurológicas – coma, cefaleias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias; psiquiátricas – alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão; infecciosas e transmissíveis – sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifoide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, malária, tracoma, estreptocócicas, estafilocócicas, doença meningocócica, infecção por anaeróbicos, toxoplasmose, viroses; dermatológicas – escabiose, pediculose, dermatofitose, eczema, dermatite de contato, onicomicose, infecção bacteriana; imunológicas – doença do soro, edema, urticária, anafiloxia; ginecológicas – doença inflamatória da pelve, leucorreias, intercorrência no ciclo gravídico puerperal; de intoxicações exógenas – barbitúricos, entorpecentes. Puericultura. Imunização. Calendário Nacional de Vacinação. Alimentação. Principais patologias do recém-nascido. Problemas de crescimento físico, de desenvolvimento motor e de nutrição. Desenvolvimento neurológico. Principais patologias oftalmológicas da infância. Principais problemas de vias aéreas superiores – nariz, garganta, ouvido, boca e pescoço. Doenças exantemáticas, doenças de pele mais comuns na infância. Principais doenças ortopédicas. Principais doenças oncológicas. Principais doenças infectocontagiosas da infância. Principais doenças cirúrgicas da infância. Promoção e proteção à saúde da criança, da mulher, do adolescente, do adulto e idoso. Identificação das fases evolutivas e assistência aos transtornos adaptativos da infância, adolescência, do adulto e da velhice. Método Clínico Centrado na Pessoa. Métodos e ferramentas de resolução de problemas clínicos na Medicina de Família e Comunidade (MFC). Comunicação Clínica entre o médico e a pessoa que busca atendimento. Prevalência de doenças nos diferentes níveis de atenção. Combate à hipermedicalização. Diagnóstico e tratamento das afecções mais prevalentes em Atenção Primária em Saúde. Assistência à gestação normal, classificando os diferentes tipos de risco. Diagnóstico e tratamento das afecções mais prevalentes do ciclo gravídicopuerperal. Cuidados ao recém-nascido normal e condução da puericultura. Reconhecimento e primeiros cuidados às afecções graves e urgentes. Orientação pré e pós-operatório das intervenções cirúrgicas mais comuns. Técnicas e cuidados relativos às cirurgias ambulatoriais mais comuns. Diagnóstico dos problemas mais frequentes de saúde ocupacional. Reconhecimento e abordagem às crises familiares, evolutivas e não evolutivas e às disfunções familiares no âmbito da Medicina de Família e Comunidade. Cuidados paliativos.

PARA O CARGO DE NUTRICIONISTA

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Alimentos: conceito, classificação e composição. Microbiologia dos Alimentos. Os nutrientes e seu metabolismo. Qualidade dos alimentos. Administração de Serviços de Alimentação. Saneamento e segurança alimentar, limpeza e sanitização. Aspectos físicos dos serviços de alimentação, equipamentos para cozinhas institucionais, programas de alimentação para coletividades, organização de lactários. Elaboração de cardápios. Preparo, conservação e acondicionamento dos alimentos. Avaliação alimentar e nutricional. Desvios nutricionais e doenças associadas às carências, aos excessos e a erros alimentares. Obesidade e desnutrição. Nutrição e saúde pública: epidemiologia nutricional, diagnóstico do estado nutricional de populações, nutrição e infecções, vigilância nutricional, atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Interação entre alimentos e fármacos. Doenças de origem alimentar. Dietoterapia por patologia. Técnica dietética. Dietas progressivas hospitalares. Terapia nutricional do paciente cirúrgico. Nutrição Materno Infantil. Nutrição na adolescência. Nutrição para idosos. Transtorno alimentares. Alergia e intolerância alimentar. Tratamento nutricional clínico. Código de Ética Profissional. Plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde – PGRSS. Legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Conhecimento em Informática: Microsoft Windows 2010 ou versões mais recentes: área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2016 ou versões mais recentes. MS-Word 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. MS-Excel 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtragens e classificação de dados. Correio Eletrônico: comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de emails, gerenciador de contatos. Internet: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, aplicativos maliciosos (vírus e/ou malware), busca e impressão de páginas.

PARA O CARGO DE PSICÓLOGO

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Psicologia da personalidade. Instrumentos de avaliação psicológica. Avaliação psicológica da inteligência, da personalidade e de atenção. Psicometria. Psicologia social e comunitária. Práticas terapêuticas com famílias. Intervenção psicológica junto à criança e ao adolescente. Atuação no processo de adoção. Trabalho em equipe de referência. Práticas e atuação da psicologia em políticas públicas. Saúde mental na atenção básica e apoio matricial. Políticas de saúde mental. Intervenções psicossociais em comunidades, instituições e organizações. Avaliação e intervenção psicológica no acolhimento em situações de crise, emergência e catástrofe. Vulnerabilidades sociais. Os danos psicológicos decorrentes da privação. A criança vitimizada. O abuso de álcool e outras drogas. Acompanhamento Terapêutico. Neuropsicologia. Psicodiagnóstico. Laudos psicológicos. Psicopatologia. Transtornos psicológicos. Técnicas psicoterápicas. Psicoterapias individuais e de grupo. Terapia cognitiva. Métodos e tecnologias em recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento e avaliação corporativa. Orientação Profissional. Aprendizagem e desenvolvimento sob as perspectivas teóricas de Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henri Wallon. Intervenções educacionais e escolares. Dificuldades de aprendizagem. Metodologias ativas de aprendizagem. As tecnologias da informação e comunicação e seu papel na aprendizagem. Memória, autorregulação e autoeficácia. Código de ética profissional.

PARA O CARGO DE PSICOPEDAGOGO

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Fundamentos, história e teorias da Psicopedagogia. Psicopedagogia institucional. Psicopedagogia Clínica. Desenvolvimento do Raciocínio. Desenvolvimento Psicossocial. Psicomotricidade. O processo de alfabetização. Pensamento e Linguagem. Patologia da Linguagem. Fisiologia do Desenvolvimento e Interferências mais Frequentes na Aprendizagem. Transtornos, distúrbios e dificuldades de Aprendizagem. Dificuldades psicomotoras. TDAH. TEA. Aprendizagem, neuropsicologia, neuropsicopedagogia e neuroplasticidade. Avaliação, diagnóstico e intervenção psicopedagógica. Práticas de atendimento. Ludicidade. Aspectos afetivos e sociais da aprendizagem. Código de ética.

Sugestão bibliográfica:

ACAMPORA, Bianca. Neurociências & aprendizagem: metacognição, criatividade e competências para compreensão leitora. Pimenta Cultural, 2019.

ANTUNES, Celso. O jogo e a Educação Infantil (Na sala de aula). Editora Vozes, 2017.

BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. Artmed Editora, 2011.

BOSSA, Nádia. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

CHUPIL, Priscila; SOUZA, Karlen Pagel de Oliveira; SCHNEIDER, Cleussi. A neuropsicopedagogia e o processo de aprendizagem. IESDE BRASIL, 2018.

COLL, César. MARCHESI, Álvaro; PALACIOS Jesús. Desenvolvimento Psicológico e Educação. Volumes 2 e 3. Artmed Editora.

FERREIRO, Emilia. Alfabetização em processo. São Paulo. Editora Cortez, 2017

FONSECA, Vitor da. Dificuldade de aprendizagem - Abordagem neuropsicopedagógica. Rio de Janeiro. Wak Editora, 2016.

GÊNERO, Dayse Carla. Teorias e Práticas da Psicopedagogia Institucional. Iesde Brasil, 2019.

JERÔNIMO SOBRINHO, Patrícia. Fundamentos da Psicopedagogia. Editora: Cengage Learning, 2016.

MASINI, Elcie F. Salzano (Org.). Psicopedagogia na escola: buscando condições para a aprendizagem significativa. São Paulo: Loyola.

NARDI, Antonio Egidio; QUEVEDO, João; SILVA Antônio Geraldo da. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: teoria e clínica. Editora: Artmed, 2015.

PICAGLIE, Gladys Batista; OLIVEIRA, Antonella Carvalho de. Conhecimentos e saberes da psicopedagogia clínica e institucional. Atena Editora, 2019.

RIESGO, Rudimar Dos Santos. Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Artmed Editora, 2016.

ROTTA, Newra Tellechea; BRIDI FILHO, César Augusto e BRIDI, Fabiane Romano de Souza. Plasticidade Cerebral e Aprendizagem: Abordagem multidisciplinar. Artmed Editora, 2018.

ROZEK,Marlene. DOMINGUES, Cristiane Lumertz Klein Domingues (org.). As dificuldades de aprendizagem e os processos de escolarização. EDIPUCRS, 2017.

SAMPAIO, Simaia. Manual prático do diagnóstico psicopedagógico clínico. Ed. 07. Wak Editora, 2020.

SOARES, Magda. Alfaletrar: Toda criança pode aprender a ler e a escrever. Editora Contexto, 2020.

WEISS, Maria Lucia Lemme. A intervenção psicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem escolar. Editora Wak, 2015.

PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CONHECIMENTO ESPECIFICO

Parte 1: Fundamentos da educação. Teorias pedagógicas: tradicional, tecnicista, progressista, construtivista e sociointeracionista. Pensadores da Educação. Processo de Construção: a aprendizagem, desenvolvimento e conhecimento. Problemas, dificuldades e distúrbios da aprendizagem. Construtivismo. Didática. O papel do professor. A prática educativa. Respeito, autoridade e autonomia. Alfabetização/Letramento. A leitura e a escrita. O trabalho com diferentes tipos de textos. Formas de organização dos conteúdos. Projetos. Currículo, planejamento e avaliação. A função

social do Ensino. As relações interativas em sala de aula. Educação Inclusiva. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Relação escola/família/comunidade. Bullying. A ludicidade no processo de ensino-aprendizagem. Ensino e aprendizagem de Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. A aprendizagem sobre o mundo físico e natural e a realidade histórica, social, política e geográfica. Temas transversais.

Sugestão Bibliográfica:

- AQUINO, Júlio Groppa. Autoridade e autonomia na escola alternativas teóricas e práticas. Summus editorial.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Capacidades linguísticas da alfabetização e a avaliação - MEC.
- BORTONI, Márcia Elizabeth / BARTONI - Ricardo, Stella Maris. Modos de Falar / Modos de Escrever - MEC.
- CARVALHO, João Bosco Pitombeira F. de. (coord.). Matemática: Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v. 17).
- COLL César, MARTIM Helena, MAURI Teresa, MIRAS Mariana, ONRUBIA Javier, SOLLE Isabel, ZABALA Antoni. Construtivismo na sala de aula. Editora: Ática.
- FAZENDA, Ivani. Didática e Interdisciplinaridade. Editora: Papiros.
- FONSECA, Vitor da. Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem. 1ª Ed. Porto Alegre: Artmed,2008
- JOLIBERT, Josette. Formando crianças leitoras. Editora: Artmed.
- JOLIBERT, Josette. Formando crianças produtoras de textos. Editora: Artmed.
- LATAILLE, Yves. DANTAS,Heloisa e OLIVEIRA, Marta Kohl de, Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. ed., SãoPaulo: Summus, 1992.
- LEAL, Telma Ferraz. Jogos e brincadeiras no ensino da Língua Portuguesa - MEC.
- LEITE, Vania Aparecida Marques. Dimensões Da Não-aprendizagem. IESDE Brasil, 2012.
- LIMA, Elvira Souza. Neurociência e Aprendizagem - Editora: INTERALIA.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar, 22. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- MACIEL, Francisca Izabel Pereira e outros (orgs.). A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade. Belo Horizonte:
UFMG/FAE/CEALE, 2009.(PUBLICAÇÃO MEC)- ORIENTAÇÕES PARA INCLUSÃO DA CRIANÇA DE SEIS ANOS DE IDADE Ensino Fundamental de Nove Anos – Ministério da Educação –Secretaria de Educação Básica. 2009.
- MORETTI Vanessa Dias, Neusa Maria Marques de Souza. Educação matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: princípios e práticas pedagógicas. Editora Cortez. 2015.
- NOGUEIRA, Eliete Jussara. Construtivismo.
- NADAL, Beatriz Gomes. Por varios autores. Práticas pedagógicas nos anos iniciais: concepção e ação. Editora UEPG.
- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. O PNAIC. Cadernos de Formação e Avaliação do PNAIC. portal.mec.gov.br
- Parâmetros Curriculares Nacionais – 1ª a 4ª série.
- PEREIRA, Hieda Lucia Lima. Hannas, Maria Lucia. Pedagogia na prática. Editora: Gente.
- PERRENOUD, Phillipe. Pedagogia diferenciada: das intenções à ação. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- RIOS, Terezinha Azeredo. Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.
- SMOLE, K. S. e DINIZ, M. I. Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- VIGOTSKI,L. S./Leontiev,Alexis / Luria,A. R. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem - 14ª Ed. Ícone, 2016.
- ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Editora: Artmed.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Brinquedos e brincadeiras nas creches: manual de orientação pedagógica. Brasília: MEC/SEB, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php? Option=com_content&view=article&id=12579: educacao-infantil&Itemid=1152.Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.
- Indagações sobre currículo: currículo e avaliação / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.44 p.: il.- Publicação do MEC
- VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2005.
- Livro - Do Desenvolvimento da Primeira Infância ao Desenvolvimento Humano - Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - DISPONÍVEL EM: https://issuu.com/fmcsv/docs/do_desenvolvimento_da_primeira_inf_ncia_ao_desenvo
- Livro - Desenvolvimento da Primeira Infância – da Avaliação à Ação – Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - Disponível em: https://issuu.com/fmcsv/docs/livro_mary_young2
- RICHTER, Sandra Regina Simonis; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Os bebês interrogam o currículo: as múltiplas linguagens na creche. Revista Educação, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 85-96, jan. /Abr. 2010. Disponível em: http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reveducacao/article/view/1605/900
- Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial / [coordenação geral Hédio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Silvia Pereira de Carvalho]. -- São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT: Instituto Avisa lá - Formação Continuada de Educadores, 2012 - Publicação do MEC
- Indicadores da Qualidade na Educação Infantil / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009. – Publicação do MEC
- Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças / Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. – 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009. 44 p: il. – Publicação do MEC

Parte 2:

- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9.394/20/12/1996.
- PNE - Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005 de 2014.
- Constituição Federal - Da Educação, Capítulo III, Seção I.
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 de 1990.
- Parecer CNE/CEB n.º 17/ 2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n.º 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria n.º 948, de 09/10/2007: Brasília, Ministério da Educação Básica, Secretaria da Educação Especial, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf
http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf
- ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS – ORIENTAÇÕES GERAIS – Publicação do MEC.

PARTE 3: Alfabetização/Letramento. A leitura e a escrita. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Temas transversais. A ludicidade no processo de ensino-aprendizagem. Ensino e aprendizagem de Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. A aprendizagem sobre o mundo físico e natural e a realidade histórica, social, política e geográfica.

Sugestão Bibliográfica:
- BORTONI, Márcia Elizabeth / BARTONI - Ricardo, Stella Maris. Modos de Falar / Modos de Escrever - MEC.
- LEAL, Telma Ferraz. Jogos e brincadeiras no ensino da Língua Portuguesa - MEC.
- MACIEL, Francisca Izabel Pereira e outros (orgs.). A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade. Belo Horizonte:
UFMG/FAE/CEALE, 2009.(PUBLICAÇÃO MEC)- ORIENTAÇÕES PARA INCLUSÃO DA CRIANÇA DE SEIS ANOS DE IDADE Ensino Fundamental de Nove Anos – Ministério da Educação –Secretaria de Educação Básica. 2009.
- MORETTI Vanessa Dias, Neusa Maria Marques de Souza. Educação matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: princípios e práticas pedagógicas. Editora Cortez. 2015.
- NADAL, Beatriz Gomes. Por vários autores. Práticas pedagógicas nos anos iniciais: concepção e ação. Editora UEPG.
- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. O PNAIC. Cadernos de Formação e Avaliação do PNAIC. portal.mec.gov.br
- Parâmetros Curriculares Nacionais – 1ª a 4ª série.

PARA O CARGO DE PROFESSOR DE CONTEÚDO ESPECIFICO (ED. FÍSICA)
CONHECIMENTO ESPECIFICO

PArtes 1: Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação. A História da Educação no Brasil. Pensadores e teorias da educação. Desenvolvimento e aprendizagem. Dificuldades, distúrbios e transtornos de aprendizagem. Didática e Prática Educativa. Relação aluno/professor/escola/comunidade. Educação inclusiva. Avaliação. O trabalho com projetos. Planejamento. Projeto Político Pedagógico. Currículo. Transversalidade, transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. Contemporaneidade e educação. Diversidade e Pluralidade cultural. Metodologia Ativa e Tecnologia na Sala de Aula. O ensino na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular. As diferentes expressões da violência no espaço escolar.

Sugestão Bibliográfica:
1. CANDAU, Vera Maria (org.). A didática em questão. 36. ed. — Petrópolis: Vozes, 2014.
2. CANDAU, Vera Maria. Cotidiano escolar e práticas interculturais. Cadernos de Pesquisa, v.46, n.161 p.802- 820 jul./set. 2016. Disponível em: < http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/3455/pdf >. Acesso em: 24 jun. 2019.
3. CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio (orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.
4. MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna. 2006.
5. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar, 22. ed., São Paulo: Cortez Editora, 2011.
6. OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico — São Paulo: Scipione, 2011.
7. ZABALA, Antoni. Métodos para ensinar competências. Porto Alegre: Penso, 2020.
8. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.44 p.: il.- Publicação do MEC
9. VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2005.
10. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Introdução e Estrutura. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br

Partes 2:
1. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9.394/20/12/1996.
2. PNE - Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005 de 2014.
3. Constituição Federal - Da Educação, Capítulo III, Seção I.
4. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 de 1990.
- Decreto 67.635, de 06/04/2023 – SP.
- Lei 13.146, de 06/07/2015 – Federal.
Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012
- Lei 217/2007 – Plano de Carreira e Remuneração e suas modificações

Partes 3:
Anatomia e fisiologia humana - Aspectos gerais do corpo humano. Desenvolvimento Motor (fases do desenvolvimento desde o nascimento até a adolescência); Corporeidade e Motricidade. Concepções filosóficas, históricas, sociocultural, biológica e psicológica da Educação Física. História da Educação Física. O ensino e aprendizagem de Educação Física. Cultura corporal do movimento. Qualidade de vida, lazer e recreação. Atividade Motora Adaptada. Fisiologia do exercício. Terminologia dos movimentos Corporais. Esporte, dança, ginástica, jogos. Atividades rítmicas e expressivas. Procedimentos metodológicos e avaliação. Socorros de urgência aplicados à Educação Física. A Educação Física no currículo da Educação Básica: significados e possibilidades. Perspectivas educacionais através do lúdico. As diferentes tendências pedagógicas da Educação Física na escola.

Bibliografia sugerida:
• FREIRE, J.B., Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1997.
• GALLAHUE, D. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte Editora, 2004.
• NEIRA, M. G., Educação Física: desenvolvendo competências. São Paulo; Phorte Editora, 2003.
• NEIRA M. G. Ensino de educação física. São Paulo: Thomson Learning, 2007- (Coleção ideias em ação/ coordenadora Anna Maria Pessoa de Carvalho).
• SOARES, C. L. et al., Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Editora Cortez, 2013.
• ZABALA, A. (org). Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. introdução e cap. 5, Porto Alegre: Editora Art Méd. , 1999.
• PICOLLO, V. L. N. (org),Pedagogia dos Esportes. Campinas, S.P: Papirus, 1999.
• BROTTO, Fábio Otuzi. Jogos Cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. Santos: Projeto Cooperação, 2001
• CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil - a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1991.
CASTELLANI FILHO, L. Política educacional e educacão física. Campinas. Autores Associados, 1998.
DARIDO, Suraya Cristina et all. Educação física na escola: Implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
FREIRE, João B. e SCAGLIA. Educação como Prática Corporal. Scipione. 2010.
SANTIN, S. Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade. Ijuí: Ed. Unijuí, 1987.
TANI, G. Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU/EDUSP, 1998.

PARA O CARGO DE PROFESSOR DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO
CONHECIMENTO ESPECIFICO

Parte 1: Psicologia do Desenvolvimento. Desenvolvimento e Aprendizagem. Educação e Novas Tecnologias. Planejamento e Proposta Pedagógica. Didática. Métodos de Ensino. Pedagogia de Projetos. Relação escola/comunidade. Integração/Inclusão. Relações sociais da escola. Teorias da aprendizagem. A prática educativa. A função social do Ensino e a concepção sobre processos de Aprendizagem. As relações interativas na sala de aula. A avaliação. O papel do professor. Referências essenciais à convivência democrática na escola. Temas transversais. Interdisciplinaridade.

Currículo e Desenvolvimento Humano. Educandos e Educadores: Seus Direitos e o Currículo. Currículo, Conhecimento e Cultura. Diversidade e Currículo. Currículo e Avaliação. Gestão Democrática. Orientação Sexual na Escola. Ensino e Aprendizagem na perspectiva da pluralidade cultural. Educação Ambiental. Conceitos e Princípios da Educação Inclusiva. Fundamentos sócio-históricos e Políticos da Educação.

Sugestão Bibliográfica:

- ALARCÃO, Isabel. Professores Reflexivos em uma escola Reflexiva. 6ª ed. São Paulo: Cortez. 2008.
- AQUINO, Júlio Groppa. Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas. São Paulo: Moderna. 2003.
- CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva - com os pingos nos is. 6ª ed. Porto Alegre: Editora Mediação. 2008.
- COLL, César e outros. O construtivismo na sala de aula. 6ª ed. São Paulo: Ática. 2006.
- COLL, César; MARTÍN, Elena [et al.]. Aprender conteúdos e desenvolver capacidades. Porto Alegre: ArtMed. 2004.
- CORTELLA, Mário Sérgio. A Escola e o Conhecimento. 12ª ed. São Paulo: Cortez. 2008.
- DELORS, Jacques. Educação: Um tesouro a descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 10ª ed. São Paulo: Cortez. 2006.
- GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. Autonomia da Escola: princípios e propostas. 6ª ed. São Paulo, Cortez, 2004.
- GHANEM, Elie. Democracia: uma grande escola. Alternativa de apoio à democratização da gestão e à melhoria da educação pública. Guia para equipe técnicas. São Paulo: Ação educativa/UNICEF/Fundação Ford, 1998.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora - Uma prática em construção da pré-escola à universidade. 26ª ed. Porto Alegre: Editora Mediação. 2008.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar. 19ª ed. São Paulo: Cortez. 2008.
- MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? 2ª ed. São Paulo: Editora Moderna. 2006.
- MANTOAN, Maria Tereza Égler. Caminhos Pedagógicos da Inclusão. São Paulo: Memnon. 2002.
- MATUI, Jiron. Construtivismo - Teoria Construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Moderna. 1995.
- MELLO, Guiomar Namo de. Cidadania e Competitividade - desafios educacionais para o 3º milênio. 10ª ed. São Paulo: Cortez. 2005.
- PERRENOUD, Philippe. A Prática Reflexiva no ofício de professor: Profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: ArtMed. 2002.
- PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas. Porto Alegre: ArtMed. 1999.
- PERRENOUD, Phillippe. A escola de A a Z: 26 maneiras de repensar a educação. Porto Alegre: ArtMed. 2005.
- RIOS, Terezinha Azeredo. Ética e Competência. Questões da nossa época Vol. 16. 18ª ed. São Paulo: Cortez. 2008.
- SACRISTAN, Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed. 2000.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e Interdisciplinaridade. Porto Alegre: ArtMed. 1998.
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. Avaliação da Aprendizagem: Práticas de mudança - por uma práxis transformadora. 5ª ed.(revista e ampliada). São Paulo: Libertad, 2003.
- ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: Como Ensinar. Porto Alegre: ArtMed. 1998.
- MEC - Brasília. Parâmetros Curriculares Nacionais, Vol. 1 e Vol. 10 (10.1,10.2,10.3,10.4,10.5)
- MEC - Brasília 2008 - Indagações sobre o currículo

Parte 2:

- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9.394/20/12/1996.
- PNE - Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005 de 2014.
- Constituição Federal - Da Educação, Capítulo III, Seção I.
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069 de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

- ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS – ORIENTAÇÕES GERAIS – Publicação do MEC.

PARTE 3:

Alfabetização/Letramento. A leitura e a escrita. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Temas transversais. A ludicidade no processo de ensino-aprendizagem. Ensino e aprendizagem de Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. A aprendizagem sobre o mundo físico e natural e a realidade histórica, social, política e geográfica.

Sugestão Bibliográfica:

- BORTONI, Márcia Elizabeth / BARTONI - Ricardo, Stella Maris. Modos de Falar / Modos de Escrever - MEC.
- LEAL, Telma Ferraz. Jogos e brincadeiras no ensino da Língua Portuguesa - MEC.
- MACIEL, Francisca Izabel Pereira e outros (orgs.). A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o ensino fundamental de nove anos: orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade. Belo Horizonte:

UFMG/FAE/CEALE, 2009. (PUBLICAÇÃO MEC) - ORIENTAÇÕES PARA INCLUSÃO DA CRIANÇA DE SEIS ANOS DE IDADE Ensino Fundamental de Nove Anos – Ministério da Educação –Secretaria de Educação Básica. 2009.

- MORETTI Vanessa Dias, Neusa Maria Marques de Souza. Educação matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: princípios e práticas pedagógicas. Editora Cortez. 2015.
- NADAL, Beatriz Gomes. Por vários autores. Práticas pedagógicas nos anos iniciais: concepção e ação. Editora UEPG.
- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. O PNAIC. Cadernos de Formação e Avaliação do PNAIC. portal.mec.gov.br
- Parâmetros Curriculares Nacionais – 1ª a 4ª série.

PARA O CARGO DE SUPERVISOR ESCOLAR

CONHECIMENTO ESPECIFICO

PARTE 1: Fundamentos históricos, filosóficos, políticos e sociológicos da educação. Função social da escola. Políticas educacionais, estrutura e funcionamento da educação básica. Gestão participativa e democrática. Interação com a família e a comunidade. Currículo. Projeto político pedagógico. As relações de poder no espaço escolar. Educação Inclusiva. Diversidade. Metodologia Ativa. A tecnologia no campo educativo. Principais desafios da atualidade. O ensino na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular. A história da supervisão educacional no Brasil. Supervisão Escolar: conceito, fundamentos e princípios. Tendências pedagógicas. A supervisão e o corpo docente. Relações Humanas na Supervisão Escolar. Práticas pedagógicas do supervisor escolar. A supervisão escolar no contexto sócio-político educacional brasileiro. O Supervisor e a construção do Projeto pedagógico. Planejamento, acompanhamento e desenvolvimento institucional. Avaliações externas e institucionais.

Sugestão Bibliográfica:

1. ALARCÃO, Isabel; TAVARES, José. Supervisão da Prática Pedagógica - Uma Perspectiva de Desenvolvimento e Aprendizagem. 2ª edição. Almedina, 2013.
2. ALARCÃO, Isabel. Contributos da supervisão pedagógica para a construção reflexiva do conhecimento profissional dos professores. In:*Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva*, 2a ed. São Paulo: Cortez, 2003.
3. ALVES, Nilda (Coord.). Educação e supervisão: O trabalho coletivo na escola. 13ª ed – Editora Cortez, 2017.

4. BARRO, André Gama; SILVA JUNIOR, Washington Luiz Pedrosa da. As intervenções do supervisor escolar: os desafios diários nas escolas diante da pandemia do coronavírus. *In*: OLIVEIRA, Diogo Lopes de; TAVARES, Leonardo Pereira (org.). **Educação e comunicação [livro eletrônico]: vivências e saberes.** Volume II. Campina Grande: Editora Amplla, 2022. p. 478-486.
5. CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO; MEC, 2010.
6. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Introdução e Estrutura.
7. FERREIRA, Naura Syria Carapeto(Org). Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação a ação. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
8. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização – 10ª ed. rev. e ampl. - São Paulo: Cortez, 2012.
9. LUCK, Heloisa. Ação integrada: administração supervisão e orientação educacional. 29ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
10. LUCK, Heloisa. Avaliação e Monitoramento do Trabalho Educacional. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.
11. - MAIA, Graziela Zambão Abdian (Org). MACHADO, Lourdes Marcelino (Coord.). Administração e supervisão escolar: questões para o novo milênio.
12. MANTOAN, Mª Teresa Egler. Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer? 1ª ed. São Paulo: Summus, 2015.
13. MOTA, Rosália Monteiro. Escola e Redes Sociais: Conexões, Conflitos e Sociabilidades. 1ª ed. Curitiba: Editora Appris, 2020.
14. OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon de; SILVA, Itamar Mendes da; LIMA, Marcelo. (Organizadores). Política educacional e gestão na escola básica: perspectivas. 2ª ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.
15. OLIVEIRA, Eloíza da Silva Gomes de; GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. Princípios e Métodos de Supervisão e Orientação Educacional. Curitiba: IESDE 2012.
16. PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. São Paulo: Editora Ática, 2003.
17. RANGEL, Mary (Org.). Nove olhares sobre a supervisão. 12 ed. São Paulo: Papirus, 2006.
18. RANGEL, Mary (org.) Supervisão e gestão na escola – princípios e práticas de mediação. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2013.
19. SANTOS, Alessandra Ramalho. Educação brasileira no século XXI. Editora Senac São Paulo, 2019.
20. SANTOS, Francílio de Amorim dos; SCHÜTZ, Jenerton Arlan (Orgs.). Educação escolar: diálogos e aplicações. São Carlos: Pedro & João Editores.
21. SANTOS, Marcos Pereira dos (org.). Tecnologias digitais na educação presencial, híbrida e a distância abordagens teórico-práticas. AYA Editora, 2021.
22. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. – 4. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2013.
23. SILVA, Edson Vieira da; Camargos Júnior, Artur Pires de. Educação em Múltiplos Olhares: Temas do Cotidiano. - 1ª ed. - Curitiba: Editora Appris, 2020.
24. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 13.ed., Petrópolis: Vozes, 2012.
25. _____. Corrêa da. Supervisão educacional: uma reflexão crítica. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2004. SILVA JUNIOR, Celestino Alves;
26. _____. Ministério da Educação. [Fernandes, Cláudia de Oliveira]. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2007.
27. _____. Ministério da Educação. [Nilma Lino Gomes]. Indagações sobre currículo: currículo e diversidade. Organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2007.

Parte 2:

1. Lei Federal nº 9.394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
2. Lei Federal nº 8.069/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências.
3. Lei n.º 13.005/14 - Plano Nacional de Educação.
4. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Artigos 5º, 37 a 41, 205 a 214, 227 a 229.
5. Resolução CNE/CEB nº 04/10 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
6. Resolução CNE/CEB nº 2/2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
7. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
8. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de trabalho nomeado pela Portaria Ministerial n.º 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria n.º 948, de 09/10/2007: Brasília, Ministério da Educação Básica, Secretaria da Educação Especial, 2007.
9. Decreto nº 7.611/11 – Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
10. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica.
11. Resolução CNE/CEB nº 7/2010 – Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos.
12. Decreto nº 9.765/2019 - Institui a Política Nacional de Alfabetização.

ANEXO III

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA E/OU
SOLICITANTE DE CONDIÇÃO ESPECIAL
Concurso Público nº 001/2026 – Município de São Pedro da União/MG

Dados do candidato:

NOME:			
INSCRIÇÃO:		**RG:**	
CARGO:			
TELEFONE:		**CELULAR:**	
CANDIDATO(A) POSSUI DEFICIÊNCIA? ( ) SIM ( ) NÃO			
Se sim, especifique a deficiência: _____ _____ Nº do CID: _____ Nome do médico que assina do Laudo: _____ Nº do CRM: _____			
NECESSITA DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA? ( ) SIM ( ) NÃO			
( ) INTÉRPRETE DE LIBRAS ( ) LACTANTE (BEBÊS ATÉ 6 MESES) – INDICAÇÃO DO ACOMPANHANTE (MAIOR DE 18 ANOS) ( ) LEDOR ( ) MESA PARA CADEIRANTE ( ) PROVA E FOLHA DE RESPOSTA COM FONTE AMPLIADA (TAMANHO 24) ( ) PROVA EM BRAILE ( ) SALA DE FÁCIL ACESSO (ANDAR TÉRREO COM RAMPA E/OU ELEVADOR)			

( ) SALA SEPARADA (TDHA, TEA, USO DE APARELHO DE GLICEMIA, ETC.)
( ) SANITÁRIO ADAPTADO PARA CADEIRANTE
( ) TEMPO ADICIONAL PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA (ATÉ 60 MINUTOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE)
( ) TRANSCRITOR
( ) USO DE APARELHO AUDITIVO OU PRÓTESE (QUANDO AUTORIZADO E DECLARADO PREVIAMENTE)
( ) OUTRA. QUAL?_____

ATENÇÃO: Esta declaração e a cópia do respectivo Laudo Médico deverão ser encaminhadas, **por meio de upload** em campo específico na ficha de inscrição, conforme disposto no Capítulo 5 deste Edital.
O candidato que solicitar condição especial NÃO será automaticamente considerado inscrito como PCD (pessoa com deficiência). Para usufruir dos direitos previstos, é necessário que se inscreva como PCD (pessoa com deficiência), conforme disposto no Capítulo 5, item 5.9. deste edital.
O não envio dos documentos comprobatórios acarretará o indeferimento das solicitações pleiteadas.

São Pedro da União/MG, ___ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Concurso Público nº 001/2026 – Município de São Pedro da União/MG

Dados do candidato:

NOME:			
INSCRIÇÃO:		**RG:**	
CPF:			
CARGO:			
TELEFONE:		**CELULAR:**	
Assinale a condição para solicitação da isenção da taxa de inscrição:			
( ) 4.1.1. Candidatos que comprove estar DESEMPREGADO conforme a Lei Nº 13.392, de 07 de dezembro de 1999, disposto no capítulo 4 deste edital. **( ) 4.1.2. Candidatos que comprove ser DOADOR REGULAR DE SANGUE conforme a Lei Nº 13.392, de 07 de dezembro de 1999, disposto no capítulo 4 deste edital.** **( ) 4.1.3. Candidatos que comprove ter sido MEMBRO DE MESA RECEPTORA DE VOTOS EM SEÇÃO ELEITORAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS conforme a Lei Nº 13.392, de 07 de dezembro de 1999, disposto no capítulo 4 deste edital.**			

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, venho por meio desta, requerer isenção da taxa de inscrição amparado(a) pela legislação municipal de Município de São Pedro da União/MG.
Declaro, sob as penas da Lei, e, para os devidos fins, que me enquadro nas **NORMAS PARA OBTENÇÃO DA ISENÇÃO DA TAXA (Lei Nº 13.392, de 07 de dezembro de 1999)** pela legislação do Município de São Pedro da União/MG e que as informações apresentadas por mim são verdadeiras e que estou ciente de que se for constatado omissão de informações e (ou) apresentação de informações inverídicas e (ou) falsificação e (ou) fraude da documentação por mim apresentada, será considerada nula a isenção de pagamento de taxa de inscrição, bem como estarei sujeito às penalidades da Lei.
Declaro, ainda, que se deferida a minha solicitação de isenção da taxa de inscrição no Concurso Público para a opção indicada acima, estou ciente de que a mesma representa a formalização da minha inscrição.
Firmo, por meio da presente, minha aceitação e tácita ciência das normas e condições estabelecidas no Edital, sobre as quais não poderei alegar desconhecimento.

São Pedro da União/MG, ___ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO V
FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE INCLUSÃO DE NOME SOCIAL

Concurso Público nº 001/2026 – Município de São Pedro da União/MG
Dados do candidato:

NOME:			
INSCRIÇÃO:		**RG:**	
CARGO:			
TELEFONE:		**CELULAR:**	

Eu,____ , (Nome civil do(a) interessado(a))
portador(a) de Cédula de Identidade nº_____ e CPF nº _____, inscrito(a) no Concurso Público nº 001/2026 do Município de São Pedro da União/MG para o cargo de _____, solicito a inclusão e uso do meu Nome Social _____ (Indicação do nome social) , nos registros relativos aos serviços prestados por esse órgão/entidade.
ATENÇÃO: Este Formulário e a cópia do respectivo documentos comprobatório deve ser encaminhados, **por meio de upload** em campo específico na ficha de inscrição, conforme disposto no Capítulo 3 deste Edital.
O não envio dos documentos comprobatórios acarretará o indeferimento das solicitações pleiteadas.

São Pedro da União/MG, ___ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) candidato(a)

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:CAAAB6FC

ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR AFONSO PAVIE - FHAP

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR.AFONSO PAVIE
ROL DE CONTRATOS

A Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie de Itamarandiba/MG informa que tornará públicos os contratos firmados no período de fevereiro de 2026 a 14 de setembro de 2026.
No comunicado constam as empresas vencedoras dos certames, os números e prazos de vigência dos contratos, os respectivos objetos, modalidades e valores.

N°Cont.	Nº Aditivo	Dt Ass.	Vigên. F	Objeto	Nº Proc.	Modalidade	Nº Mod.	Contratado	Valor
1		03/02/2026	03/02/2027	ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 85/2025; PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0109/2025; PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0038/2025	3	Adesão a Registro de Preços	1	**21.798.577/0001-60** - VANDERSON DE BRITO SILVA	R$ 80.409,50
2		05/02/2026	05/02/2027	Aquisição de pulseiras em nylon para classificação, triagem, e identificação de pacientes da Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie/Itamarandiba/MG, com a finalidade de classificar os pacientes de acordo com a gravidade do quadro clínico apresentado de acordo com o protocolo de Manchester	2	Dispensa	1	**22.572.274/0001-98** - JMCS SOLUCOES EM IMPRESSAO E COMUNICACAO VISUAL LTDA	R$ 3.660,00
3		05/02/2026	05/02/2027	Aquisição de pulseiras em nylon para classificação, triagem, e identificação de pacientes da Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie/Itamarandiba/MG, com a finalidade de classificar os pacientes de acordo com a gravidade do quadro clínico apresentado de acordo com o protocolo de Manchester	2	Dispensa	1	**48.186.184/0001-52** - LD BRAZIL COMERCIO E SERVICOS LTDA	R$ 3.591,00
4	1	20/02/2026	20/02/2027	Aquisição de leite integral UHT, para atender às necessidades alimentares e nutricionais dos pacientes, acompanhantes e servidores da Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie	4	Dispensa	2	**28.747.056/0001-23** - SUPERMERCADOS OLIVEIRA & ARANTES LTDA	R$ 44.414,80
5		26/02/2026	26/03/2026	Prestação de serviços técnicos especializados relacionados ao serviço de instalação de gerador de energia.				**44.397.813/0001-32** - GIGANTE DA ELETRICA LTDA	R$ 25.500,00
6		27/02/2026	27/02/2027	Aquisição de utensílios e materiais para cozinha, destinados ao atendimento das necessidades operacionais da Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie, em Itamarandiba/MG	5	Dispensa	3	**58.614.466/0001-67** - GRAFENO COMERCIO LTDA	R$ 1.237,07
7		03/03/2026	03/03/2027	Aquisição de ribbon para impressão térmica por transferência, compatível com impressora Zebra modelo ZD220 (110mm x 65mm), e rolo de etiquetas contendo 1.500 etiquetas de 50x30x1 mm, destinados ao atendimento da demanda do Laboratório de Análises Clínicas da Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie	6	Dispensa	4	**58.614.466/0001-67** - GRAFENO COMERCIO LTDA	R$ 1.828,00
8		10/03/2026	10/03/2027	Contratação de serviço especializado de mentoria, assessoria e capacitação em gestão hospitalar e faturamento SUS para atender às necessidades da Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie, no município de Itamarandiba/MG		Contratação Direta		**50.038.640/0001-69** - PLANEJAR MENTORIAS E ASSESSORIAS LTDA	R$ 58.800,00
9		01/04/2026	31/12/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA SINGULAR CONTÁBIL/ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E AUDITORIA CONTÁBIL, DEFESA NO TCEMG EM PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, TREINAMENTO E ATUALIZAÇÃO SOBRE TEMAS RELACIONADOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS JUNTO A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE.	8	Inexigibilidade	2	**02.915.196/0001-70** - HLH SERVICOS E TECNOLOGIA LTDA	R$ 60.000,00

Cód.Cont.	N°Cont.	Nº Aditivo	Dt Ass.	Vigên. F	Objeto	Nº Proc.	Modalidade	Nº Mod.	Contratado	Valor
498	10		04/05/2026	04/07/2026	Contratação de profissional especializado na área de segurança do trabalho para a prestação de serviços consistentes na capacitação dos membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes/CIPA da Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie, bem como na condução integral do respectivo processo eleitoral e na realização de ações de conscientização voltadas à segurança e saúde ocupacional dos servidores.		Contratação Direta		**070.421.926-30** - WESLEI RIBEIRO ALVES	R$ 2.580,00
499	11		19/05/2026	19/05/2027	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria contábil independente das demonstrações contábeis da Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie – FHAP, visando atender às exigências necessárias para obtenção do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social).		Contratação Direta		**21.287.369/0001-05** - ELLO SERVICOS CONTABEIS LTDA	R$ 11.900,00
500	12		20/05/2026	20/05/2027	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de tecnologia da informação, compreendendo organização e suporte da rede de computadores, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, suporte técnico remoto e presencial, manutenção de impressoras, monitores, notebooks e computadores pertencentes à Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie – FHAP, bem como assessoramento técnico em demandas relacionadas à aquisição de equipamentos de informática e infraestr		Contratação Direta		**08.491.760/0001-50** - BRUNO SANTOS MORAES LTDA	R$ 21.660,00
506	13		17/06/2026	17/06/2027	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARNES DIVERSAS COMO CARNE BOVINA, SUÍNA, FRANGO, LINGUIÇA E FILÉ DE TILÁPIA PARA ABASTECIMENTO DO SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR AFONSO PAVIE	11	Pregão Eletrônico (14.133/21)	8	**28.747.056/0001-23** - SUPERMERCADOS OLIVEIRA & ARANTES LTDA	R$ 164.261,88
512	14		24/07/2026	24/07/2027	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.		Contratação Direta		**01.864.223/0001-60** - CONAST CONSULTORIA E ASSESSORIA DE SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	R$ 35.680,00
Valor Total: R$ 515.522,25										

Publicado por:
Viviane Silva Figueiredo
Código Identificador:BF36746C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.540/26

DECRETO Nº 17.540/26

Dispõe sobre a Tabela de Temporalidade dos documentos produzidos e acumulados em decorrência das atividades desempenhadas no âmbito Procuradoria-Geral do Município – PROGER.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, considerando:

- o acesso à informação é um direito constitucional assegurado a todo cidadão, de acordo com o art. 5º, XIV da Constituição Federal;
- que é dever do Poder Público promover a gestão de documentos e a proteção especial a documentos de arquivo, como elemento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico, como elemento de prova capaz de assegurar o acesso às informações neles contidas, de acordo com o § 2º do artigo 216 da Constituição Federal e com o artigo 1º da Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991;
- que a avaliação tem como finalidade definir a destinação dos documentos públicos municipais, permitindo a eliminação de documentos desprovidos de valor de guarda permanente, sem prejuízo para a administração, à sociedade e à preservação do patrimônio arquivístico público, formado pelo conjunto de documentos considerados de valor probatório e cultural;
- que redução de massa documental é indispensável para agilizar a recuperação da informação e que permite a conquista de espaços físicos e a consequente redução dos custos operacionais de arquivamento;
- Decreto Municipal nº 6.997, de 16 de março de 2006, que estabelecem as instâncias técnicas decisórias e os procedimentos para a eliminação de documentos produzidos, recebidos ou acumulados pelos órgãos da administração pública do Município de Divinópolis;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Tabela de Temporalidade dos documentos produzidos e acumulados em decorrência das atividades desempenhadas pela Procuradoria-Geral do Município – PROGER e seus respectivos órgãos internos, nos termos do anexo que integra este decreto.
Art. 2º Para efeito deste Decreto ficam definidos os seguintes termos:
I - prazos de guarda: prazos de arquivamento do documento até sua destinação final, após encerrado o seu uso administrativo, independentemente de sua destinação final;
II - destinação final: definição a respeito do valor de cada tipo de documento identificado na Tabela de Temporalidade do ponto de vista do destino físico do documento, seja a eliminação, seja a sua preservação;
III - eliminação: a destruição física de documentos, mediante fragmentação manual ou mecânica, com garantia de que a descaracterização dos documentos não possa ser revertida, em prazo estabelecido, após aplicados os procedimentos administrativos regulamentados por autoridade competente;
IV - guarda permanente: destinação atribuída aos documentos que apresentam valor histórico, probatório ou informativo, os quais devem ser preservados permanentemente;
V - arquivo corrente: arquivo de secretaria, departamento ou outro órgão que recebe primeiramente o documento, após encerrado o seu uso administrativo imediato. É o conjunto de documentos ou processos sob custódia das unidades produtoras e protocolizadoras que constituem objeto de consultas frequentes.
VI - arquivo intermediário: arquivo onde os documentos recebidos do arquivo corrente aguardam por sua destinação final: eliminação ou recolhimento para guarda permanente;
Art. 3º Os documentos de suporte papel de responsabilidade do PROGER são considerados documentos públicos aos quais estão atribuídas destinações, seja a eliminação ou a preservação permanente, por meio deste Decreto.
Art. 4º Os documentos que constituam prova de processos judiciais de execução fiscal, ou casos semelhantes, terão suspensas as respectivas contagens de prazos de guarda e destinação definidos neste decreto, ficando até então sob responsabilidade do arquivo corrente do produtor dos referidos documentos até que tais pendências judiciais estejam resolvidas em definitivo, ou seja, expedida autorização para sua eliminação.
Art. 5º Caberá ao Arquivo Público Municipal de Divinópolis a competência de coordenar, propor e acompanhar as discussões com a Câmara Técnica de Avaliação Documental, sobre questões pertinentes à aprovação e aplicação da tabela de temporalidade do PROGER.
Art. 6º A eliminação de documentos será realizada mediante Termo de Eliminação de Documentos, assinado pela Câmara Técnica de Avaliação Documental e será publicado no Diário Oficial do Município.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 08.09.2026.

Divinópolis, 19 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal De Governo

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral Do Município

ANEXO ÚNICO

TABELA DE TEMPORALIDADE

SETOR DE DOCUMENTAÇÃO E LEGISLAÇÃO											
				PRAZO DE ARQUIVAMENTO				**DESTINAÇÃO FINAL**			
Código	**Série Documental**	**Tipologia**	**Vigência**	**Prescrição**	**Precaução**	**Arquivo Corrente**	**Arquivo Intermediário**	**Microfilme/ Digitalização**	**Eliminação**	**Guarda Permanente**	**Observação**
	Decretos	Normativa	Definido na normativa	Não prescreve	Guarda Permanente	Guarda Permanente	Guarda Permanente	Sim	Não	Totalidade	Arquivo com o ofício solicitante da expedição do decreto
	Leis Ordinárias e Complementares	Normativa	Definido na normativa	Não prescreve	Guarda Permanente	Guarda Permanente	Guarda Permanente	Sim	Não	Totalidade	Arquivo com o ofício constando a aprovação do projeto de lei pela Câmara.
	Lei Orgânica e Emendas à L.O.	Normativa	Definido na normativa	Não prescreve	Guarda Permanente	Guarda Permanente	Guarda Permanente	Sim	Não	Totalidade	
	Editais, Portarias, Regulamentos e Resoluções de demais secretarias	Normativa	Definido na normativa	Não prescreve	Guarda Permanente na própria Secretaria	Guarda Permanente na própria Secretaria	Guarda Permanente na própria Secretaria	Sim	Não	Sim	
	Projetos de Leis Ordinárias, Complementares e Propostas de Emendas à L.O.	Proposições legislativas	A partir do Protocolo na Câmara Municipal	Não prescreve	05 anos	05 anos	05 anos	Sim	Sim	Não	
	Projetos de Leis Rejeitados ou Devolvidos	Proposições legislativas	Até a devolução ou rejeição pela Câmara Municipal	Não prescreve	05 anos	05 anos	05 anos	Sim	Sim	Não	
	Ofícios expedidos para Câmara Municipal (veto, mensagens modificativa, encaminhamento de documentos).	Ofícios	Término do processo legislativo	Não prescreve	05 anos	05 anos	05 anos	Sim	Sim	Não	
	Ofícios interno expedidos	Ofícios	Até o atendimento a solicitação requerida no ofício	Não prescreve	05 anos	05 anos	05 anos	Sim	Sim	Não	
	Ofícios recebidos (outras secretarias e da Câmara)	Ofícios	Até o atendimento a solicitação requerida no ofício	Não prescreve	05 anos	05 anos	05 anos	Sim	Sim	Não	
6	Controle de entrega de diários oficiais (pela biblioteca jurídica)	Ficha	Até atualização			05 anos após a vigência		Não	sim	Sim	Dispensável considerando o diário oficial eletrônico – Convênio com a AMM. Atualmente não se arquiva esses controles
11	Minuta dos atos normativos	Minuta	Portaria, resolução, orientação, normativa	Até a edição do ato	01 mês após a vigência	Prazo de precaução		Sim	Sim	Amostragem	Atualmente fica anexado ao ato normativo solicitado.
13	Minutas de textos legais	Minuta	Até a publicação do decreto		01 ano após a vigência	Prazo de precaução		sim	sim	Amostragem	Atualmente fica anexado ao decreto solicitado, quando existente.

PROCURADORIA GERAL

Série Documental	**Vigência**	**Prescrição**	**Precaução**	**Arquivo Corrente**	**Arquivo Intermediário**	**Microfilme/ Digitalização**	**Eliminação**	**Guarda Permanente**	**Observação**
Ofícios internos expedidos	Até o atendimento da solicitação requerida no ofício	Não prescreve	05 anos	Prazo de vigência	Prazo de precaução	Não	Sim	Não	
Ofícios recebidos	Até o atendimento da solicitação requerida no ofício	Não prescreve	05 anos	Prazo de vigência	Prazo de precaução	Não	Sim	Não	
Expedientes administrativos relativos a orientação/consulta/ pareceres jurídicos	Até atualização	Não prescreve	Depende do Conteúdo	05 anos após a vigência		Não	Sim	Não	Guarda permanente dos que firmarem jurisprudência
Expedientes relativos ao Tribunal de Contas do Estado – TCE	Até decisão final do TCE	05 anos além do exercício	05 anos após vigência	Prazo de vigência	Prazo de precaução	Não	Sim	Não	
Expedientes administrativos relativos a processos judiciais (indenizações, usucapião, retificação de área,	Após trânsito em julgado da ação e providências decorrentes do		02 anos após prazo de vigência. No caso de ser expedido ofício precatório,	Prazo de vigência	Prazo de precaução	Não	Sim	Não	

infrações ambientais, entre outros)	julgamento e pagamento final		conservar até pagamento final.						
Expedientes judiciais relativos a ações cíveis/eleitorais	Após trânsito em julgado da ação e providências decorrentes do julgamento		02 anos após prazo de vigência. No caso de ser expedido ofício precatório, conservar até pagamento final.	Prazo de vigência	Prazo de precaução	Não	Sim	Não	
Processos administrativos relativos a ressarcimento	Da abertura até a conclusão do processo	05 anos além do exercício	01 ano após prazo de prescrição	Prazo de vigência	Prazo de prescrição e precaução	Não	Sim	Não	
Expedientes diversos do Ministério Público	Até a promoção do arquivamento ou da conversão em ação judicial		02 anos após prazo de vigência.	Prazo de vigência e precaução	Prazo de precaução	Não	Sim	Não	
Termos de Ajustamento de Conduta	Definido no documento			Enquanto durar a vigência ou o cumprimento das obrigações previstas no termo	10 anos após o cumprimento total do ajuste ou o trânsito em julgado	Não	Não	Sim	
Livro de Protocolo Externo	Da abertura até a conclusão do livro			05 anos	X	Não	Sim	Não	Para subsidiar consultas, sindicâncias administrativas e judiciais
Livro de Protocolo Interno	Da abertura até a conclusão do livro			05 anos	X	Não	Sim	Não	Para subsidiar consultas, sindicâncias administrativas e judiciais
Atas de reuniões		Não prescreve	Depende do Conteúdo	05 anos	X	Não	Não	Sim	Após o uso primário o documento passa a ser fonte de pesquisa e informação no acervo da procuradoria
Minuta de escritura para conferência	Até assinatura da escritura		02 anos após prazo de vigência.				Sim		

Série Documental	**Tipologia**	**Vigência**	**Prescrição**	**Precaução**	**Arquivo Corrente**	**Arquivo Intermediário**	**Microfilme/ Digitalização**	**Eliminação**	**Guarda Permanente**	**Observação**
Expedientes relativos a ações tributárias		Após trânsito em julgado da ação e providências decorrentes do julgamento		05 anos após trânsito em julgado da ação e providências decorrentes do julgamento	Prazo de vigência	Prazo de precaução	Sim	Sim	Não	Código Tributário Nacional – art. 173
Termos de parcelamento/confissão de dívida e/ou Processos Tributários Administrativos – PTA'S		Previsto no documento		05 anos após a última parcela	Prazo de vigência	Prazo de precaução	Sim	Sim	Não	Se houver reparcelamento, o prazo reinicia
Protestos		01 anos (ou até a baixa do protesto)		5 anos após a vigência	Prazo de vigência	Prazo de precaução	Não	Sim	Não	Prazo contado após o cancelamento do protesto ou pagamento.
Certidões emitidas pelos Cartórios de Registro Civil e Imobiliário		Enquanto o processo judicial ou administrativo estiver ativo		02 anos após prazo de vigência.	Prazo de vigência	Prazo de precaução	Sim	Sim	Não	
Livro de Protocolo Externo		Da abertura até a conclusão do livro			05 anos	X	Não	Sim	Não	Para subsidiar consultas, sindicâncias administrativas e judiciais
Livro de Protocolo Interno		Da abertura até a conclusão do livro			05 anos	X	Não	Sim	Não	Para subsidiar consultas, sindicâncias administrativas e judiciais

JUNTA DE REVISÃO FISCAL

Série Documental	**Tipologia**	**Vigência**	**Prescrição**	**Precaução**	**Arquivo Corrente**	**Arquivo Intermediário**	**Microfilme/ Digitalização**	**Eliminação**	**Guarda Permanente**	**Observação**
Acórdãos	Decisões				10 anos	X	Sim	Sim	Não	
Distribuição de processos					4 anos	1 ano		Sim		
Ficha de presença					4 anos	1 ano		Sim		
Livro de atas	Atas				Até o término do livro	X			Sim	responsabilidade de guarda é do setor
Pauta					4 anos	1 ano				
Relatórios					10 anos				Sim	
Unificação de súmulas					10 anos				Sim	
Pagamento Jeton		Até o efetivo pagamento				1 ano		Sim		
Ofícios		Até o atendimento da solicitação requerida no ofício	Não prescreve		5 anos			sim		
Planilha de controle de ofícios					1 ano			sim		
Planilha de controle de recursos					1 ano			Sim		
Intimação		Até a publicação do acórdão			5 anos			Sim		
Documento de divulgação das reuniões		Até o julgamento			5 anos			Sim		
Termo de vista		Até o julgamento			4 anos	1 ano		Sim		
Pareceres processos junta de revisão fiscal					10 anos					
Votos					10 anos					

Publicado por:
Jessica Teodoro Xavier
Código Identificador:FAF3B3B5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 140/2026 - DISPENSA ELETRONICA N° 043/2026 - AQUISIÇÃO DE KIT NATALIDADE A SEREM CONCEDIDOS EM VIRTUDE DE NASCIMENTO CONFORME DISPÕE A LEI MUNICIPAL Nº 1.256/2025

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 043/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 140/2026
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O(a) PREFEITO MUNICIPAL do(a) MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG comunica aos interessados e participantes da DISPENSA ELETRÔNICA 043/2026 referente à *Aquisição de kit natalidade a serem concedidos em virtude de nascimento conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.256/2025, que regulamenta os benefícios eventuais, conforme quantitativos e especificações técnicas constantes nos termos da tabela do Termo de Referência.*, que ADJUDICA nos termos da Lei nº 14.133/21, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : VILMA ALVES DA SILVA CONFECCOES ME - 07.294.295/0001-03										
Lote	**Item**	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. R$**
1	**1**	90,00	UNIDADE	Baratinha	Baratinha	R$ 18,80	R$ 1.692,0000	R$ 25,19	R$ 2.267,10	R$ 575,10
Descrição: Body Recém Nascido tamanho P e M, 100 algodão, manga longa, 50 com estampa e 50 sem estampa.										
1	**2**	90,00	UNIDADE	Baratinha	Baratinha	R$ 18,30	R$ 1.647,0000	R$ 24,51	R$ 2.205,90	R$ 558,90
Descrição: Body Recém Nascido tamanho M E G, 100 algodão, manga curta. 50 com estampa e 50 sem estampa.										
1	**3**	180,00	UNIDADE	Baratinha	Baratinha	R$ 15,29	R$ 2.752,2000	R$ 20,48	R$ 3.686,40	R$ 934,20
Descrição: Calça sem Pé nos tamanhos P, M e G, 100 algodão, 50 com estampa e 50 sem estampa.										
1	**4**	30,00	UNIDADE	Flapy	Flapy	R$ 56,09	R$ 1.682,7000	R$ 75,12	R$ 2.253,60	R$ 570,90
Descrição: Macacão sem Pé (M), EM FLEECE OU PLUSH, sem estampa, CORES NEUTRAS										
1	**5**	15,00	UNIDADE	Incomfral	Bubli	R$ 31,92	R$ 478,8000	R$ 42,77	R$ 641,55	R$ 162,75
Descrição: Toalha de Banho bebê com touca, três camadas em tecido soft 100 algodão, medida igual ou acima de 90cm x 75cm.										
1	**6**	15,00	UNIDADE	Incomfral	Incomfral	R$ 28,85	R$ 432,7500	R$ 38,65	R$ 579,75	R$ 147,00
Descrição: Fralda de Pano, 100 algodão, tamanho 70cm x 70cm, especial, tecido duplo. Pacote com 5 unidades.										
1	**7**	15,00	UNIDADE	Incomfral	Bercinho	R$ 42,36	R$ 635,4000	R$ 56,75	R$ 851,25	R$ 215,85
Descrição: Jogo de lençol 3 peças, para berço. 100 algodão, contendo: 1 Lençol com elástico, 1 virol e 1 fronha. Cores neutras.										
1	**8**	15,00	UNIDADE	2UBABY	2UBABY	R$ 23,99	R$ 359,8500	R$ 32,14	R$ 482,10	R$ 122,25
Descrição: Manta bebê microfibra antialérgico/antiácaro, 100 poliéster, tamanho: 0,80cm x 100cm, sem estampa, em cores neutras										
1	**9**	75,00	UNIDADE	VIVANTE X	VIVANT	R$ 4,30	R$ 322,5000	R$ 5,76	R$ 432,00	R$ 109,50
Descrição: Pares de meias para recém-nascido, cores neutras, em algodão.										
1	**10**	30,00	UNIDADE	Incomfral	Incomfral	R$ 6,64	R$ 199,2000	R$ 8,90	R$ 267,00	R$ 67,80
Descrição: Babetes: Pano De Boca Babete Enxoval Bebê com medidas a partir de 30x30cm, cores neutras, em algodão.										
1	**11**	15,00	UNIDADE	Mave	Keila	R$ 55,26	R$ 828,9000	R$ 74,02	R$ 1.110,30	R$ 281,40
Lote	**Item**	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. R$**
Descrição: Bolsa maternidade, tam. Médio, com capacidade média de 18 litros, medindo aproximadamente 35x28x18 cm, com alças de boa qualidade, em tons neutros.										
1	**12**	30,00	UNIDADE	MC	MC	R$ 32,29	R$ 968,7000	R$ 43,26	R$ 1.297,80	R$ 329,10
Descrição: Sapatos para bebê, para recém-nascido, cores neutras, material: lã										
Subtotal Adjudicado:						**R$ 12.000,00**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 16.074,75**	**25,3487 %**	**R$ 4.074,75**
TOTAL GERAL DO PROCESSO										
Total Adjudicado				**Total Orçado**		**Economia %**			**Economia R$**	
R$ 12.000,00				R$ 16.074,75		25,3487 %			4.074,75	

Japaraíba-MG , 14 de Setembro de 2026

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

Assine aqui
Assine aqui

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:4F543AA2

LICITAÇÃO

TERMO HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 140/2026 - DISPENSA ELETRONICA N° 043/2026 - AQUISIÇÃO DE KIT NATALIDADE A SEREM CONCEDIDOS EM VIRTUDE DE NASCIMENTO CONFORME DISPÕE A LEI MUNICIPAL Nº 1.256/2025

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 043/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 140/2026
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITO MUNICIPAL, HOMOLOGA nos termos da Lei nº 14.133/21, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Aquisição de kit natalidade a serem concedidos em virtude de nascimento conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.256/2025, que regulamenta os benefícios eventuais, conforme quantitativos e especificações técnicas constantes nos termos da tabela do Termo de Referência.*

Fornecedor : VILMA ALVES DA SILVA CONFECCOES ME - 07.294.295/0001-03										
Lote	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
1	90,00	UNIDADE	Baratinh a	Baratinha	R$ 18,80	R$ 1.692,00	R$ 25,19	R$ 2.267,10	--	R$ 6,39
Descrição: Body Recém Nascido tamanho P e M, 100 algodão, manga longa, 50 com estampa e 50 sem estampa.										
1	90,00	UNIDADE	Baratinh a	Baratinha	R$ 18,30	R$ 1.647,00	R$ 24,51	R$ 2.205,90	--	R$ 6,21
Descrição: Body Recém Nascido tamanho M E G, 100 algodão, manga curta. 50 com estampa e 50 sem estampa.										
1	180,00	UNIDADE	Baratinh a	Baratinha	R$ 15,29	R$ 2.752,20	R$ 20,48	R$ 3.686,40	--	R$ 5,19
Descrição: Calça sem Pé nos tamanhos P, M e G, 100 algodão, 50 com estampa e 50 sem estampa.										
1	30,00	UNIDADE	Flapy	Flapy	R$ 56,09	R$ 1.682,70	R$ 75,12	R$ 2.253,60	--	R$ 19,03
Descrição: Macacão sem Pé (M), EM FLEECE OU PLUSH, sem estampa, CORES NEUTRAS										
1	15,00	UNIDADE	Incomfra l	Bubli	R$ 31,92	R$ 478,80	R$ 42,77	R$ 641,55	--	R$ 10,85
Descrição: Toalha de Banho bebê com touca, três camadas em tecido soft 100 algodão, medida igual ou acima de 90cm x 75cm.										
1	15,00	UNIDADE	Incomfra l	Incomfral	R$ 28,85	R$ 432,75	R$ 38,65	R$ 579,75	--	R$ 9,80
Descrição: Fralda de Pano, 100 algodão, tamanho 70cm x 70cm, especial, tecido duplo. Pacote com 5 unidades.										
1	15,00	UNIDADE	Incomfra l	Bercinho	R$ 42,36	R$ 635,40	R$ 56,75	R$ 851,25	--	R$ 14,39
Descrição: Jogo de lençol 3 peças, para berço. 100 algodão, contendo: 1 Lençol com elástico, 1 virol e 1 fronha. Cores neutras.										
1	15,00	UNIDADE	2UBABY	2UBABY	R$ 23,99	R$ 359,85	R$ 32,14	R$ 482,10	--	R$ 8,15
Descrição: Manta bebê microfibra antialérgico/antiácaro, 100 poliéster, tamanho: 0,80cm x 100cm, sem estampa, em cores neutras										
1	75,00	UNIDADE	VIVANT EX	VIVANT	R$ 4,30	R$ 322,50	R$ 5,76	R$ 432,00	--	R$ 1,46
Subtotal Adjudicado R$ 12.000,00							**Subtotal Orçado: R$ 16.074,75**		**25,3487 %**	**R$ 4.074,75**
Lote	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
Descrição: Pares de meias para recém-nascido, cores neutras, em algodão.										
1	30,00	UNIDADE	Incomfra l	Incomfral	R$ 6,64	R$ 199,20	R$ 8,90	R$ 267,00	--	R$ 2,26
Descrição: Babetes: Pano De Boca Babete Enxoval Bebê com medidas a partir de 30x30cm, cores neutras, em algodão.										
1	15,00	UNIDADE	Mave	Keila	R$ 55,26	R$ 828,90	R$ 74,02	R$ 1.110,30	--	R$ 18,76
Descrição: Bolsa maternidade, tam. Médio, com capacidade média de 18 litros, medindo aproximadamente 35x28x18 cm, com alças de boa qualidade, em tons neutros.										
1	30,00	UNIDADE	MC	MC	R$ 32,29	R$ 968,70	R$ 43,26	R$ 1.297,80	--	R$ 10,97
Descrição: Sapatos para bebê, para recém-nascido, cores neutras, material: lã										
Subtotal Lote R$ 12.000,00										
Subtotal Adjudicado R$ 12.000,00							**Subtotal Orçado: R$ 16.074,75**		**25,3487 %**	**R$ 4.074,75**
TOTAL GERAL DO PROCESSO										
Total Adjudicado					**Total Orçado**		**Economia %**	**Economia R$**		
R$ 12.000,00					R$ 16.074,75		25,3487 %	4.074,75		

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Japaraíba-MG , 14 de Setembro de 2026

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

Assine aqui
Assine aqui

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:73FA30B6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
4283-26-LST-PSS	MARIA HELENA PEREIRA	09/12/1967		Não	22/12/1987	Graduação	9518	Deferido	1
2618-26-LST-PSS	KAMILA ONEZIO DE PAIVA	01/12/1989		Não	28/02/2008	Pós-Graduação	6441	Deferido	2
3791-26-LST-PSS	ALINE DAMASCENO CARVALHO SOARES	12/05/1979		Não	04/09/2001		5833	Deferido	3
3404-26-LST-PSS	ROSIANE GRAZIELLE DE JESUS	17/06/1982		Não	23/12/2000		5767	Deferido	4
3681-26-LST-PSS	AMANDA FONSECA COSTA	23/03/1991		Não	16/12/2008		5602	Deferido	5
4046-26-LST-PSS	VINICIUS LIMA SANTOS	27/05/1988		Não	15/12/2006		5440	Deferido	6
3426-26-LST-PSS	JANE MARIANO COSTA	21/08/1964		Não	23/12/1982	Graduação	5203	Deferido	7
4797-26-LST-PSS	CASSIA MARA SOARES VIEIRA	23/06/1987		Não	15/12/2005		4684	Deferido	8
4475-26-LST-PSS	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS FERREIRA	27/02/1990		Não	19/12/2008		4502	Deferido	9
2916-26-LST-PSS	GEISA ARAÚJO ANTUNES SOARES	10/04/1989		Não	15/12/2007		4372	Deferido	10
4744-26-LST-PSS	MARIANA PRISCILA NUNES	12/10/1991		Não	10/12/2009	Pós-Graduação	4092	Deferido	11
4087-26-LST-PSS	CLEBER AUGUSTO DE MATOS	29/05/1975		Não	30/12/1993	Graduação	4081	Deferido	12
4214-26-LST-PSS	MARIA DO SOCORRO FERRAZ SANTOS	13/07/1962		Não	13/12/1980		4047	Deferido	13
3682-26-LST-PSS	ALY RODRIGUES GÓES	20/02/1974		Não	15/06/1993		3878	Deferido	14
2540-26-LST-PSS	VANIA ARAUJO DOS SANTOS	23/10/1982		Não	15/08/2002		3679	Deferido	15
4393-26-LST-PSS	DENISE EMILIA HELIODORO NASCIMENTO	17/06/1968		Não	17/03/1997		3624	Deferido	16
2701-26-LST-PSS	GABRIELA DE OLIVEIRA MENDES DOSA SANTOS	14/07/1998		Não	31/12/2015		3605	Deferido	17
4739-26-LST-PSS	MERCES PEREIRA ALVES	18/07/1962		Não	15/12/1995		3476	Deferido	18
4300-26-LST-PSS	GABRIELLA DUARTE DE OLIVEIRA	03/09/1990		Não	17/12/2008	Graduação	3266	Deferido	19
2755-26-LST-PSS	NAYARA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA PIMIENTA	13/10/1991		Não	22/12/2009	Graduação	3237	Deferido	20
4966-26-LST-PSS	FLAVIO FRANCISCO SILVA	11/11/1977		Não	01/06/2016	Pós-Graduação	3184	Deferido	21
3938-26-LST-PSS	JAQUELINE IARA DE PAULA RAMOS CALDEIRA	22/11/1977		Não	27/12/1996	Pós-Graduação	3094	Deferido	22
4804-26-LST-PSS	RENATA CRISTINA BARBOSA DOS SANTOS	20/03/1981		Não	15/12/2000		2898	Deferido	23
4473-26-LST-PSS	CHAYENE GABRIELLE TOMAZ ALCICI	16/06/1995		Não	21/12/2012		2809	Deferido	24
3565-26-LST-PSS	TAMIRES DE CASTRO DUARTE	10/09/1987		Não	22/12/2005		2801	Deferido	25
4152-26-LST-PSS	MATHEUS GABRIEL AMARAL SANTOS	14/05/2001	1	Sim	10/01/2019	Graduação	2741	Deferido	26
3835-26-LST-PSS	DEIVISSON DE CARVALHO DA FONSECA	28/11/1984		Não	28/01/2005		2709	Deferido	27
2710-26-LST-PSS	REJANE BATISTA	08/06/1988		Não	21/12/2006	Graduação	2608	Deferido	28
4395-26-LST-PSS	VANESSA MARINHO	29/04/1986		Não	19/12/2003	Graduação	2538	Deferido	29
3725-26-LST-PSS	LUIZ HENRIQUE KLEINPAUL JARDIM	18/06/1988		Não	21/12/2005		2490	Deferido	30
2670-26-LST-PSS	BRIGIDA A M GON	10/02/1994		Não	20/12/2011		2444	Deferido	31
3350-26-LST-PSS	DANIELA LOPES DOS SANTOS	17/07/1994		Não	21/12/2012		2379	Deferido	32
4489-26-LST-PSS	LUANA FERNANDES SABARENSE OLIVEIRA	21/08/1981		Não	22/06/2001		2243	Deferido	33
4513-26-LST-PSS	YASMIN FREITAS SANTOS	20/02/1990		Não	28/11/2007	Graduação	2210	Deferido	34
2694-26-LST-PSS	MARIANA LOBATO DE FARIA DA COSTA	10/06/1981		Não	01/12/1999		2202	Deferido	35
3775-26-LST-PSS	ROSEANE OLIVEIRA DA SILVA	04/04/1996		Não	30/12/2013	Graduação	2151	Deferido	36
4219-26-LST-PSS	JAIZA SHEILA DE OLIVEIRA	06/11/1991		Não	02/02/2010	Graduação	2127	Deferido	37
4779-26-LST-PSS	JOSIANA MARIA DIAS	11/04/1980		Não	25/03/1998		2029	Deferido	38
3718-26-LST-PSS	FRANCIELE ANTUNES DOVAL	17/09/1992		Não	23/12/2009		2029	Deferido	39
4935-26-LST-PSS	DANIELA CRISTINA DE ABREU SAMPAIO	07/05/1987		Não	22/12/2004	Pós-Graduação	2008	Deferido	40
3013-26-LST-PSS	JHENIFER LORRANE DA SILVA ANTUNES	28/04/1998		Não	17/12/2015		1913	Deferido	41
2713-26-LST-PSS	JULIANA ISIS DAMASCENO FONSECA	25/09/1978		Não	22/12/1998		1822	Deferido	42
3100-26-LST-PSS	ELIANE FAGUNDES MIRANDA	07/02/1997		Não	19/12/2014		1766	Deferido	43
4321-26-LST-PSS	MARCELA FERNANDES TIAGO	31/03/1981		Não	22/12/1999	Pós-Graduação	1763	Deferido	44

4684-26-LST-PSS	HEVELLYN GONCALVES SANT ANA	06/04/1999		Não	15/12/2016		1760	Deferido	45
4590-26-LST-PSS	CARLA OLIVEIRA MOREIRA	15/04/1979		Não	21/12/2001		1706	Deferido	46
3186-26-LST-PSS	LADI DE ASSIS TAMEIRAO	17/08/1962		Não	31/12/1999	Pós-Graduação	1694	Deferido	47
2549-26-LST-PSS	RICARDO CAVALCANTE CARVALHO	30/07/1989		Não	18/12/2006		1677	Deferido	48
3473-26-LST-PSS	HELYSA STACEY D´ASCENÇÃO BRITO	23/02/2004		Não	17/12/2021		1666	Deferido	49
3723-26-LST-PSS	JULIANA AGUIAR SALOMÃO	16/06/1970		Não	22/12/1989		1657	Deferido	50
4650-26-LST-PSS	TATIANE PEREIRA DA SILVA FREITAS	17/07/1993		Não	31/12/2010		1617	Deferido	51
3942-26-LST-PSS	JULIANA MOURA CHAGAS	18/04/1989		Não	17/12/2008		1608	Deferido	52
2493-26-LST-PSS	KARINE LARISSA PRISCO SANTOS	05/06/1997		Não	19/12/2014		1588	Deferido	53
4459-26-LST-PSS	VITÓRIA SULAMITA PEREIRA DE CARVALHO	01/11/1998		Não	31/12/2016		1572	Deferido	54
3342-26-LST-PSS	DAIANE DOS SANTOS FERREIRA	29/04/1985		Não	21/12/2011		1498	Deferido	55
2750-26-LST-PSS	RICARDO LUIZ ALVES FRANCA	26/01/1961		Não	28/10/1998		1461	Deferido	56
4355-26-LST-PSS	ELISANGELA EVARISTO VIEIRA	04/01/1977		Não	21/12/1999		1455	Deferido	57
3097-26-LST-PSS	ANA PAULA ASSIMOS NOGUEIRA	18/11/1973		Não	14/12/1992	Pós-Graduação	1443	Deferido	58
4027-26-LST-PSS	VILMA MARIA BATISTA	04/12/1973		Não	20/12/1991		1421	Deferido	59
3109-26-LST-PSS	KESSIA EMANUELLE DOS REIS SILVA	03/01/1999		Não	15/12/2016	Graduação	1417	Deferido	60
2473-26-LST-PSS	MICAELA APARECIDA FURTADO FERREIRA	25/07/1997		Não	30/12/2014		1400	Deferido	61
4325-26-LST-PSS	MARCIA ALVES BATISTA	22/04/1989		Não	21/12/2007		1380	Deferido	62
4445-26-LST-PSS	PAMELA REBECA ISRAELA SANT ANA ABEL	01/05/1985		Não	20/12/2003		1366	Deferido	63
3577-26-LST-PSS	GEYSA EVANGELISTA AVELAR IZIDORO	23/05/1988		Não	12/08/2010		1363	Deferido	64
2817-26-LST-PSS	MARIZA DIULHA SIQUEIRA DOS SANTOS	30/08/1990		Não	17/12/2008	Graduação	1309	Deferido	65
3660-26-LST-PSS	LARYSSA GOMES DE SOUZA	25/11/1999		Não	23/12/2017	Graduação	1234	Deferido	66
4343-26-LST-PSS	FLAVIA APARECIDA ALVES	15/11/1996		Não	19/12/2014		1195	Deferido	67
3409-26-LST-PSS	STEFANY KAREN SOUZA LIMA	27/04/2002		Não	12/12/2019	Graduação	1182	Deferido	68
3071-26-LST-PSS	HIAGO HENRIQUES DOS SANTOS	08/11/1992		Não	16/12/2011	Pós-Graduação	1158	Deferido	69
4075-26-LST-PSS	DANIELLE DE MELLO CALDEIRA	15/10/1977		Não	01/09/1997		1116	Deferido	70
4484-26-LST-PSS	ANA CLÁUDIA MOURA DE SOUZA	07/02/1987		Não	03/07/2015		1104	Deferido	71
4174-26-LST-PSS	HIAGO ANTONIO DA SILVA XAVIER	11/06/2002		Não	13/12/2019		1103	Deferido	72
3456-26-LST-PSS	ELIANE ALVES DA SILVA	29/09/1987		Não	12/07/2023		1103	Deferido	73
3024-26-LST-PSS	BRICILLA AGUIDA SALZMAM SILVA	19/06/2001		Não	14/12/2019	Graduação	1102	Deferido	74
4050-26-LST-PSS	KARINA LOPES DRUMOND	16/09/1982		Não	22/12/2000		1101	Deferido	75
3956-26-LST-PSS	ANA CLARA FERREIRA PATRICIO	10/11/2004		Não	17/12/2022		1101	Deferido	76
3393-26-LST-PSS	LUDMILA CARVALHO DOS ANJOS	15/01/1987		Não	22/12/2005		1097	Deferido	77
2457-26-LST-PSS	CHRISTIANE ALVES DOS SANTOS	15/08/1995		Não	17/12/2013		1094	Deferido	78
4144-26-LST-PSS	GABRIELE CRISTINA BENTO DE CARVALHO	23/08/2000		Não	09/03/2018		1030	Deferido	79
5016-26-LST-PSS	INGRID MICHELLE DA SILVA	13/04/1992		Não	20/12/2010	Graduação	1023	Deferido	80
4369-26-LST-PSS	KENIA DE JESUS COUTINHO SILVA	11/03/1987		Não	21/12/2013		1000	Deferido	81
4211-26-LST-PSS	GUILHERME RODRIGUES DE SOUZA	23/11/1991		Não	18/12/2009	Graduação	929	Deferido	82
3150-26-LST-PSS	PRISCILA DE OLIVEIRA	27/01/1984		Não	30/12/2002		902	Deferido	83
4422-26-LST-PSS	CRISTIANE DOS SANTOS BATISTA	24/10/1983		Não	05/08/2008		876	Deferido	84
3116-26-LST-PSS	MARIA EDUARDA LIMA SANTOS	29/05/2002		Não	27/01/2021		869	Deferido	85
2483-26-LST-PSS	BRENDA LUIZA	15/03/2000		Não	16/12/2017	Pós-Graduação	839	Deferido	86
4319-26-LST-PSS	DANUBIA SOARES VIEIRA	19/04/1997		Não	15/02/2024	Pós-Graduação	837	Deferido	87
2469-26-LST-PSS	NARDELIO DA SILVA GOMES	17/12/1987		Não	21/12/2007		819	Deferido	88
2573-26-LST-PSS	CAMILA PEREIRA DOS SANTOS	02/02/1992		Não	14/01/2010		808	Deferido	89
3564-26-LST-PSS	EVELYN TALIM RAMOS	11/03/2005		Não	17/12/2022		780	Deferido	90
2751-26-LST-PSS	MARIA CLARA SOUZA GOMES	19/05/1999		Não	19/12/2017		731	Deferido	91
2699-26-LST-PSS	DAVI CHAVANTE CARLOS	20/08/2003		Não	10/12/2021		731	Deferido	92
3947-26-LST-PSS	MARCUS FERNANDO NOIVO FERREIRA DE ALMEIDA SILVA	05/12/2000		Não	14/12/2018	Graduação	730	Deferido	93
4755-26-LST-PSS	BRUNNA BATISTA HELO FARIA	12/11/1994		Não	21/03/2014		730	Deferido	94
3252-26-LST-PSS	ANA FLAVIA VIEIRA MACEDO	26/05/1986		Não	22/12/2004	Graduação	725	Deferido	95
3226-26-LST-PSS	TADEU MARTINS DE PAULA TURSI	06/11/2001		Não	18/12/2019	Pós-Graduação	718	Deferido	96
3193-26-LST-PSS	RICHARD BATISTA DA COSTA	20/01/1998		Não	19/12/2015		707	Deferido	97
4875-26-LST-PSS	JAQUELINE MENDES DE OLIVEIRA	04/03/1990		Não	18/12/2007	Graduação	699	Deferido	98
4044-26-LST-PSS	ANA CLARA ALVES VANNUCCI WARDIL	06/01/2000		Não	27/12/2017		691	Deferido	99
2890-26-LST-PSS	FELIPE DE SOUZA SILVA	08/06/1996		Não	03/03/2017		662	Deferido	100
2550-26-LST-PSS	MICHELE PEREIRA DE SOUZA DIAS	08/03/1983		Não	20/12/2002		655	Deferido	101
2900-26-LST-PSS	JULIANA KEROLEN DA SILVA BRAGA LINO	02/11/2003		Não	22/12/2021		642	Deferido	102
2653-26-LST-PSS	JÉSSICA OLIVEIRA GOIS	08/11/1992		Não	16/12/2011		639	Deferido	103
3896-26-LST-PSS	ANDREZZA GOMES DE JESUS	02/06/1998		Não	29/12/2017		634	Deferido	104
4924-26-LST-PSS	NELMA BARBOSA DA COSTA	14/12/1988		Não	21/12/2006	Graduação	623	Deferido	105

4259-26-LST-PSS	JAQUELINE BORGES PEREIRA CORTES	25/12/1987		Não	01/12/2005	Graduação	581	Deferido	106
2506-26-LST-PSS	JOZE GONCALVES VIANA	31/07/1980		Não	31/12/1998		574	Deferido	107
3886-26-LST-PSS	CELANDINE LOUISE	02/08/2001		Não	14/12/2019		573	Deferido	108
4784-26-LST-PSS	EMILY JULIA MARQUES NEVES	25/02/2003		Não	01/07/2022		570	Deferido	109
2853-26-LST-PSS	MILLENA RAMOS	17/03/2000		Não	23/12/2017		568	Deferido	110
4774-26-LST-PSS	NABYACIA COLLOBONE INACIO	05/09/1982		Não	31/12/2000	Pós-Graduação	552	Deferido	111
2472-26-LST-PSS	AMANDA COSTA DA MATA	12/03/2004		Não	18/12/2021		532	Deferido	112
4293-26-LST-PSS	JOAO CARLOS VIEIRA KIRDEIKAS	25/09/1977		Não	31/12/1995	Mestrado	518	Deferido	113
4029-26-LST-PSS	LUCIANA GONCALVES DE FARIA AMENO ROCHA	19/11/1992		Não	24/03/2018	Pós-Graduação	516	Deferido	114
4015-26-LST-PSS	TALITA HELEN DE PAULA SANTOS	24/06/1988		Não	22/12/2006	Graduação	516	Deferido	115
3002-26-LST-PSS	KARINE GONCALVES MOREIRA SANTOS	21/09/1995		Não	18/12/2012		514	Deferido	116
2664-26-LST-PSS	ARTUR CESAR TORRES	13/08/2006		Não	16/02/2025		507	Deferido	117
3086-26-LST-PSS	TAYNA RODRIGUES DE OLIVEIRA	23/12/1994		Não	21/12/2012		495	Deferido	118
4217-26-LST-PSS	GABRIEL VITOR TEIXEIRA DA SILVA	06/01/2007		Não	19/12/2024		488	Deferido	119
4331-26-LST-PSS	JHONATAN VINICÍUS DOMINGOS JAHN	06/12/1996		Não	19/12/2014	Mestrado	487	Deferido	120
4012-26-LST-PSS	PALOMA ALVES	05/12/1996		Não	19/12/2013		487	Deferido	121
3741-26-LST-PSS	ASHLEY SCARLETT DE SOUZA LOPES	17/03/2005		Não	17/12/2022		486	Deferido	122
3926-26-LST-PSS	BARBARA BATISTA RODRIGUES	20/09/1984		Não	23/12/2002	Graduação	484	Deferido	123
2652-26-LST-PSS	MELISSA CALIXTO SILVA	24/03/2003		Não	11/12/2020		478	Deferido	124
3620-26-LST-PSS	MARIA EDUARDA VIANA DAHER	22/02/2005		Não	17/12/2022		473	Deferido	125
2478-26-LST-PSS	CAMILA KRISTINE BORGES MOREIRA	20/05/1998		Não	22/12/2016		457	Deferido	126
2746-26-LST-PSS	MARCIA MARILIA BERNARDINO RIBEIRO	27/10/1974		Não	21/10/2019		453	Deferido	127
3594-26-LST-PSS	RAQUEL TEIXEIRA ALVES	04/01/1984		Não	27/03/2021	Pós-Graduação	445	Deferido	128
4156-26-LST-PSS	MARIA JULIA MAGRI BARBOSA FARRAPO	11/05/2005		Não	10/12/2021	Graduação	445	Deferido	129
4394-26-LST-PSS	RAQUEL GOMES SILVEIRA	30/09/1975		Não	16/12/1993		441	Deferido	130
2718-26-LST-PSS	LUCIENE CALIXTO DA SILVA	27/04/1966		Não	10/08/2000		430	Deferido	131
2547-26-LST-PSS	SAMARA SAAD SOARES TEIXEIRA	25/03/2001		Não	18/01/2019		429	Deferido	132
2932-26-LST-PSS	VICTORIA SILVA DOS SANTOS	20/01/2003		Não	17/12/2021		422	Deferido	133
2969-26-LST-PSS	KATIA RODRIGUES DE QUANDT	18/06/1969		Não	28/12/1991		421	Deferido	134
3908-26-LST-PSS	SABRINA GOMES NATAL	22/09/1994		Não	28/08/2019		407	Deferido	135
3969-26-LST-PSS	POLIANA RAMOS DE FREITAS	20/06/1995		Não	22/12/2017	Graduação	389	Deferido	136
4493-26-LST-PSS	CAMILA BARBOZA VIEIRA ROCHA	24/07/1982		Não	18/12/2000		388	Deferido	137
3843-26-LST-PSS	MARYSSA THATILA BATISTA DA SILVA	14/08/1999		Não	07/02/2018	Pós-Graduação	386	Deferido	138
3654-26-LST-PSS	WILLIAM DE AGUIAR PEREIRA	15/09/1994		Não	22/12/2011		381	Deferido	139
2921-26-LST-PSS	BRUNA DIAS DOS SANTOS	17/01/1990		Não	13/09/2017	Pós-Graduação	374	Deferido	140
2584-26-LST-PSS	ALINE GABRIELLI DA SILVA	06/04/2002		Não	14/12/2019		374	Deferido	141
4205-26-LST-PSS	JOSE MARIA DOS SANTOS	15/01/1986		Não	19/11/2017		373	Deferido	142
2679-26-LST-PSS	PEDRO AUGUSTO RODRIGUES DE ALMEIDA	16/03/2003		Não	17/12/2021		366	Deferido	143
2993-26-LST-PSS	JULIA MACHADO DOS SANTOS	24/06/1999		Não	22/12/2017		365	Deferido	144
3080-26-LST-PSS	ALINE CRISTINA DE CASTRO GONCALVES	27/12/2001		Não	19/12/2019		365	Deferido	145
4368-26-LST-PSS	SIMONE RAMOS DA SILVA BATISTA	15/09/1985		Não	17/12/2004	Graduação	357	Deferido	146
2812-26-LST-PSS	ADELANIA SILVA PEREIRA	25/07/1999		Não	17/12/2017		344	Deferido	147
2617-26-LST-PSS	CINARA GONÇALVES FAGUNDES	11/10/1980		Não	05/03/2012		301	Deferido	148
3530-26-LST-PSS	NATALINA PACHECO DE OLIVEIRA	24/12/1977		Não	31/12/1999		283	Deferido	149
3912-26-LST-PSS	AMANDA CAROLINA PRATES DOS SANTOS	06/02/2003		Não	27/01/2021		277	Deferido	150
3832-26-LST-PSS	GUILHERME TADEU FIGUEIREDO DE SOUZA SOARES	26/12/2000		Não	22/12/2018		275	Deferido	151
2831-26-LST-PSS	GIZELLE NUNES LIMA	26/11/1987		Não	18/09/2006	Pós-Graduação	272	Deferido	152
2559-26-LST-PSS	CAMILA KARINE MIGUEL SALES	01/01/2001		Não	15/11/2020		272	Deferido	153
2650-26-LST-PSS	MARIA EDUARDA DOS SANTOS LAGE	29/12/2004		Não	17/12/2022		266	Deferido	154
3484-26-LST-PSS	GABRIEL HENRIQUE LEÃO JONUSAN	23/08/2002		Não	27/01/2021	Graduação	262	Deferido	155
2910-26-LST-PSS	LEIDIENE PINHEIRO DA COSTA SILVA	01/12/1987		Não	30/12/2005		254	Deferido	156
4867-26-LST-PSS	LORRAINE INGRID DE FREITAS FERREIRA	15/08/2000		Não	18/01/2019		243	Deferido	157
3379-26-LST-PSS	WEMERSON DE SOUZA ROCHA	06/08/1973		Não	01/12/1992		220	Deferido	158
3010-26-LST-PSS	ROBERT PEREIRA	28/06/2005		Não	21/12/2023		220	Deferido	159
3167-26-LST-PSS	ISABELA VITORINO	05/03/2008		Não	12/12/2025		198	Deferido	160
2975-26-LST-PSS	SANDRA MARA RODRIGUES	02/10/1971		Não	25/05/2006		185	Deferido	161
4765-26-LST-PSS	PAULA EDUARDA COSTA SANTANA	20/10/2005	2	Sim	21/12/2023		183	Deferido	162
4525-26-LST-PSS	GIOVANNA DELANOCCI DOS SANTOS	01/04/2007		Não	19/12/2025		182	Deferido	163
2860-26-LST-PSS	ALEXIA JUNIA FERREIRA MARTINS	21/05/1999		Não	31/12/2016		180	Deferido	164
2730-26-LST-PSS	SAMYA CRISTINA DA SILVA VALERIO	10/12/2003	3	Sim	17/12/2021		170	Deferido	165
2458-26-LST-PSS	ALINE DIAS XAVIER	14/07/1989		Não	16/10/2009		149	Deferido	166

4674-26-LST-PSS	LUIZA IZABEL FIALHO	09/11/2006		Não	17/12/2024		128	Deferido	167
4216-26-LST-PSS	INGRID MARRONY DAMASCENO REIS	27/08/1994		Não	01/12/2011	Graduação	110	Deferido	168
4946-26-LST-PSS	ANA CRISTINA SOARES TINOCO ARAUJO	18/06/1968		Não	06/07/2001		101	Deferido	169
4538-26-LST-PSS	IARA PRISCILA DE MATOS PARREIRAS	02/06/1983		Não	23/12/2002	Graduação	99	Deferido	170
2834-26-LST-PSS	MACSIELEN CASANOVA DOS SANTOS CARVALHO	07/06/1988		Não	18/12/2006	Graduação	92	Deferido	171
4137-26-LST-PSS	WELLINGTON RIBEIRO	30/08/1999		Não	22/12/2018		87	Deferido	172
3287-26-LST-PSS	FELIPE RAMALHO DE ALMEIDA SILVA	07/02/2003		Não	27/01/2021		75	Deferido	173
3628-26-LST-PSS	LARISSA MEDEIROS DE PAULA	02/06/1998	4	Sim	10/03/2024	Graduação	29	Deferido	174
3829-26-LST-PSS	MARIA EDUARDA RODRIGUES MIRANDA	19/06/2000		Não	18/01/2019	Graduação	9	Deferido	175
4697-26-LST-PSS	MICHELLE SILVA DE OLIVEIRA	28/09/1988		Não	14/07/2026		5	Deferido	176
4894-26-LST-PSS	ANA ROSA VIDIGAL GUIMARAES	20/06/1969		Não	30/12/1986	Doutorado	0	Deferido	177
4118-26-LST-PSS	CLARA DE ASSIS OLIVEIRA DA ROCHA	04/10/1993		Não	16/12/2011	Mestrado	0	Deferido	178
4648-26-LST-PSS	CINTHIA RODRIGUES DE SOUZA	01/03/1971		Não	18/12/1989	Pós-Graduação	0	Deferido	179
3652-26-LST-PSS	ANA CRISTINA AURELIO FAJARDO DE CASTRO	24/01/1977		Não	20/12/1995	Pós-Graduação	0	Deferido	180
4948-26-LST-PSS	ELIZETE ANGELA DA MATA	07/07/1972		Não	06/07/2001	Pós-Graduação	0	Deferido	181
2619-26-LST-PSS	CHRISTIANE KEYLLA DOS SANTOS SOUZA	29/03/1979		Não	15/09/2003	Pós-Graduação	0	Deferido	182
4208-26-LST-PSS	ISABELA PRADO BANDEIRA MEINBERG	24/04/1986		Não	19/12/2003	Pós-Graduação	0	Deferido	183
4982-26-LST-PSS	GRACIELLE GOMES ALCICI	21/08/1989		Não	21/12/2006	Pós-Graduação	0	Deferido	184
4719-26-LST-PSS	LUANA DE MENDONÇA PINTO COSTA MENDES	26/05/1986		Não	07/07/2009	Pós-Graduação	0	Deferido	185
2864-26-LST-PSS	NAYARA FERNANDA LIMA	02/01/1982		Não	12/04/2010	Pós-Graduação	0	Deferido	186
3151-26-LST-PSS	ANA CAROLINA ABREU SOUSA	17/12/1992		Não	23/12/2010	Pós-Graduação	0	Deferido	187
2906-26-LST-PSS	POLLYANNA SANTOS GUIMARAES	14/02/1992		Não	12/12/2014	Pós-Graduação	0	Deferido	188
4535-26-LST-PSS	ELISANGELA COELHO DE ASSIS RODRIGUES	19/12/1987		Não	19/12/2014	Pós-Graduação	0	Deferido	189
3588-26-LST-PSS	GABRIEL OLIVEIRA MELO	15/08/1997		Não	28/01/2015	Pós-Graduação	0	Deferido	190
4121-26-LST-PSS	SAYONARA LOPES MACHADO	04/12/1981		Não	20/08/2015	Pós-Graduação	0	Deferido	191
4727-26-LST-PSS	LETICIA GABRIELA DE SOUZA FLORENZANO	03/09/1992		Não	22/12/2023	Pós-Graduação	0	Deferido	192
4439-26-LST-PSS	LUZIANE APARECIDA SOARES CARVALHO	14/07/1991		Não	19/02/2024	Pós-Graduação	0	Deferido	193
4877-26-LST-PSS	LUCIANO CAMPELO ALBUQUERQUE	05/09/1958		Não	29/12/1978	Graduação	0	Deferido	194
4689-26-LST-PSS	LUCILLE ROMUALDO RIOS	09/01/1959		Não	15/07/1992	Graduação	0	Deferido	195
4309-26-LST-PSS	BRUNO EDUARDO CERQUEIRA	13/03/1979		Não	18/12/1998	Graduação	0	Deferido	196
4290-26-LST-PSS	MICHELLE DE ABREU RICALDONI LIMA	14/07/1980		Não	12/01/1999	Graduação	0	Deferido	197
2920-26-LST-PSS	ADRIANA RODRIGUES DE CARVALHO	31/05/1973		Não	10/03/1999	Graduação	0	Deferido	198
4846-26-LST-PSS	CRISTINA JARDIM	01/12/1981		Não	22/12/2000	Graduação	0	Deferido	199
4922-26-LST-PSS	VALERIA LUCIANA MARTINS	26/03/1983		Não	22/12/2000	Graduação	0	Deferido	200
4820-26-LST-PSS	JACKSON MARQUES DE FARIA	17/09/1982		Não	14/08/2002	Graduação	0	Deferido	201
4762-26-LST-PSS	ORLANDO BENEDITO DA SILVA	30/09/1959	5	Sim	28/08/2002	Graduação	0	Deferido	202
4575-26-LST-PSS	PATRICIA CELESTE DE CASTRO MACHADO	11/02/1983		Não	30/12/2002	Graduação	0	Deferido	203
3503-26-LST-PSS	DELMIRO JORGE DOS SANTOS	28/07/1976		Não	01/07/2003	Graduação	0	Deferido	204
3668-26-LST-PSS	MONICA ALVES DE LIMA	10/03/1978		Não	20/09/2004	Graduação	0	Deferido	205
4253-26-LST-PSS	WASHINGTON DE OLIVEIRA RAMOS	04/02/1986		Não	16/12/2005	Graduação	0	Deferido	206
4916-26-LST-PSS	VINICIUS ALVES TAVARES	30/09/1986		Não	13/07/2006	Graduação	0	Deferido	207
4177-26-LST-PSS	GLEICE VIEIRA LOPES	03/10/1990		Não	30/12/2008	Graduação	0	Deferido	208
4342-26-LST-PSS	ANANDA DA COSTA GONCALVES FLORIANO	09/03/1991		Não	03/06/2009	Graduação	0	Deferido	209
2970-26-LST-PSS	ELAINE OLAVO MAURICIO	27/06/1991		Não	11/12/2009	Graduação	0	Deferido	210
4480-26-LST-PSS	MARINA DE OLIVEIRA LEAL COSTA	14/01/1992		Não	21/12/2009	Graduação	0	Deferido	211
3702-26-LST-PSS	JESSICA APARECIDA GOMES LIMA COELHO	05/11/1987		Não	30/12/2009	Graduação	0	Deferido	212
3414-26-LST-PSS	CAMILA DA SILVA BORGES	26/02/1992		Não	26/01/2010	Graduação	0	Deferido	213
4983-26-LST-PSS	ROBERTA DE FATIMA SILVA RIBEIRO LADEIRA	11/01/1993		Não	31/12/2010	Graduação	0	Deferido	214
4079-26-LST-PSS	JULIA GABRIELA DOS SANTOS ROCHA	08/04/1993		Não	31/12/2010	Graduação	0	Deferido	215
4172-26-LST-PSS	BRUNA PEREIRA BATISTA	26/05/1993		Não	31/12/2010	Graduação	0	Deferido	216
2851-26-LST-PSS	CRISTIANE RODRIGUES FERNANDES GONCALVES	09/09/1983		Não	09/06/2011	Graduação	0	Deferido	217
2580-26-LST-PSS	CAROLINA SILQUEIRA HICKSON RIOS	22/11/1993	6	Sim	30/01/2014	Graduação	0	Deferido	218
3996-26-LST-PSS	MARIA DE LOURDES ARAUJO BRUM	03/10/1973		Não	13/07/2015	Graduação	0	Deferido	219
4776-26-LST-PSS	HENRIQUE DE SOUZA WIRZ LEITE	28/04/1999		Não	26/11/2016	Graduação	0	Deferido	220
2612-26-LST-PSS	JULIA NASCIMENTO	26/05/1998		Não	15/12/2016	Graduação	0	Deferido	221
3099-26-LST-PSS	THYMOTEO SILVA HAYSTER NIGRI	11/03/1998	7	Sim	15/12/2017	Graduação	0	Deferido	222
4310-26-LST-PSS	POLIANA VITORIA DE OLIVEIRA DA SILVA	02/02/2000		Não	19/12/2017	Graduação	0	Deferido	223
3180-26-LST-PSS	SHELLYN VIDAL CHAVES	16/11/1999		Não	22/12/2017	Graduação	0	Deferido	224
3103-26-LST-PSS	BRENDA ALCANTARA SANTOS BASTOS	18/01/2000		Não	28/12/2017	Graduação	0	Deferido	225
2957-26-LST-PSS	ALAN NASCIMENTO FERREIRA MOREIRA	13/06/1999		Não	29/12/2017	Graduação	0	Deferido	226
3263-26-LST-PSS	LARISSA RENATA SANTOS DO CARMO	06/06/2003		Não	27/01/2021	Graduação	0	Deferido	227

2899-26-LST-PSS	VINICIUS DE SOUZA SANTOS	08/03/2004		Não	17/12/2021	Graduação	0	Deferido	228
3902-26-LST-PSS	ANA NASCIMENTO	31/03/1992		Não	31/12/2024	Graduação	0	Deferido	229
4595-26-LST-PSS	KAMILLY NICOLE DE OLIVEIRA SILVA	11/07/2007		Não	22/12/2025	Graduação	0	Deferido	230
2556-26-LST-PSS	RODRIGO JONAS DE MORAIS SANTOS	11/02/1992		Não	20/01/2026	Graduação	0	Deferido	231
3537-26-LST-PSS	ELIZABETH APARECIDA DA GLORIA ABREU	31/12/1949		Não	19/12/1969		0	Deferido	232
4793-26-LST-PSS	DALVA DE MATOS MOREIRA	27/06/1962		Não	22/12/1979		0	Deferido	233
3247-26-LST-PSS	EDSON PALHARES JÚNIOR	14/02/1965		Não	22/12/1982		0	Deferido	234
2595-26-LST-PSS	LEANDRO CORREA DE ARAUJO	11/05/1966		Não	30/06/1985		0	Deferido	235
2976-26-LST-PSS	MARIA GORETTI LAGE	27/01/1967		Não	30/11/1986		0	Deferido	236
4037-26-LST-PSS	CLAUDIA JUNQUER DE ALMEIDA	02/10/1968		Não	12/12/1986		0	Deferido	237
4956-26-LST-PSS	JOSÉ CARLOS RIBEIRO DE ANDRADE	17/02/1967		Não	23/12/1988		0	Deferido	238
3979-26-LST-PSS	FLAVIA CRISTHINE DE SA E SILVA	28/04/1971		Não	15/12/1989		0	Deferido	239
4091-26-LST-PSS	MARCO ANTONIO DE MELLO	15/11/1966		Não	11/12/1991		0	Deferido	240
4884-26-LST-PSS	ELIANA ÂNGELA LOUZADA LIMA ROSA	31/05/1973		Não	31/12/1991		0	Deferido	241
3533-26-LST-PSS	GRACEJOSE FERNANDES ALMEIDA	01/03/1977		Não	17/02/1994		0	Deferido	242
4163-26-LST-PSS	KARLA DO NASCIMENTO SILVA	07/09/1976		Não	30/12/1994		0	Deferido	243
2775-26-LST-PSS	KÊNYA DE FÁTIMA COSTA	14/10/1976		Não	05/05/1995		0	Deferido	244
3215-26-LST-PSS	GLEICE NOVAES DE CASTRO	21/07/1976		Não	20/12/1995		0	Deferido	245
3875-26-LST-PSS	KEILA SILVA ROCHA DE SOUZA GOMES	11/07/1977		Não	29/12/1995		0	Deferido	246
3064-26-LST-PSS	CRISTIANA RODRIGUES SOARES	05/04/1974		Não	14/02/1996		0	Deferido	247
4561-26-LST-PSS	ILMA RODRIGUES ROCHA DE OLIVEIRA	21/07/1975		Não	27/12/1996		0	Deferido	248
3209-26-LST-PSS	ANA CRISTINA DOS SANTOS SENA	14/09/1976		Não	30/12/1996		0	Deferido	249
3300-26-LST-PSS	ALESSANDRA GIOVANELLI L GIMENEZ	09/10/1972		Não	05/12/1997		0	Deferido	250
4072-26-LST-PSS	DAVY KANE SANT ANA ABEL	02/04/1975		Não	12/12/1997		0	Deferido	251
3090-26-LST-PSS	CAROLINE PISSOLATO ESQUERDO TOCAFUNDO GODINHO	20/09/1978		Não	30/12/1997		0	Deferido	252
2777-26-LST-PSS	CHRISTIANE DE FATIMA PEREIRA ASSIS	02/12/1978		Não	30/12/1998		0	Deferido	253
4940-26-LST-PSS	ZILCA NERI DE OLIVEIRA SILVA	13/11/1961		Não	12/07/1999		0	Deferido	254
4737-26-LST-PSS	DANIELLE OLIVEIRA DA CRUZ	09/05/1979		Não	22/09/1999		0	Deferido	255
4860-26-LST-PSS	SOLANGE TEIXEIRA BRAGA ABEL	09/12/1979		Não	10/12/1999		0	Deferido	256
4350-26-LST-PSS	PATRICIA MARIA GOES MANTINI DA CUNHA	07/09/1980		Não	12/12/1999		0	Deferido	257
3622-26-LST-PSS	TAYTIANE CRISTINA DE FREITAS TORRES	22/11/1980		Não	18/12/1999		0	Deferido	258
3218-26-LST-PSS	RENATO BATISTA DE PAULA	15/02/1978		Não	22/12/1999		0	Deferido	259
4400-26-LST-PSS	CRISTINA DANIELA RODRIGUES DE SOUSA	11/07/1979		Não	22/12/1999		0	Deferido	260
4844-26-LST-PSS	WARLLEN GONÇALVES MIRANDA	22/07/1981	8	Sim	22/12/1999		0	Deferido	261
3597-26-LST-PSS	JAQUELINE DA SILVA RODRIGUES RIBEIRO	29/05/1980		Não	24/12/1999		0	Deferido	262
3236-26-LST-PSS	RENATA ADRIANA MOREIRA BOSSI	21/06/1977		Não	30/12/1999		0	Deferido	263
3778-26-LST-PSS	MARINA BATISTA ANDRADE	19/03/1981		Não	22/07/2000		0	Deferido	264
2663-26-LST-PSS	QUELE FERNANDA DE OLIVEIRA RIBEIRO	11/07/1982		Não	08/12/2000		0	Deferido	265
4633-26-LST-PSS	NAUDNÉIA DOS SANTOS ESTEVES	07/09/1982		Não	22/12/2000		0	Deferido	266
3161-26-LST-PSS	SAMIRA ALCICI	10/03/1983		Não	22/12/2000		0	Deferido	267
2845-26-LST-PSS	KELLY CRISTINA SANTOS DE OLIVEIRA	08/09/1980		Não	30/12/2000		0	Deferido	268
4238-26-LST-PSS	MICHELLE CRISTINA PINTO DOS SANTOS	28/12/1983		Não	21/01/2001		0	Deferido	269
4613-26-LST-PSS	NELY ELANE DA FONSECA CHAGAS	29/06/1983		Não	15/12/2001		0	Deferido	270
3395-26-LST-PSS	MÁRCIA LUZIA DA SILVA RESENDE	04/05/1983		Não	20/12/2001		0	Deferido	271
4108-26-LST-PSS	GRAZIELLE ARAUJO BARRETO	15/02/1984		Não	23/12/2001		0	Deferido	272
4557-26-LST-PSS	ROSSINE FRANCISCO TEIXEIRA DE OLIVEIRA	18/01/1969		Não	28/08/2002		0	Deferido	273
2964-26-LST-PSS	ISRAEL LOPES GONCALVES JUNIOR	28/07/1984		Não	01/12/2002		0	Deferido	274
3848-26-LST-PSS	LIGIA EMANUELE DUMONT DE MOURA	15/02/1985		Não	20/12/2002		0	Deferido	275
4970-26-LST-PSS	CLAUDILANE BARBOSA DA COSTA	01/11/1984		Não	23/12/2002		0	Deferido	276
3999-26-LST-PSS	LUDMILA VIEIRA DE AQUINO DE ALCANTARA	11/04/1981		Não	24/12/2002		0	Deferido	277
2649-26-LST-PSS	LEANDRO ANTONIO DE MATOS	11/04/1985		Não	25/06/2003		0	Deferido	278
3340-26-LST-PSS	VALERIA GONCALVES ALMEIDA MARTINS	18/12/1985		Não	19/12/2003		0	Deferido	279
3638-26-LST-PSS	UFLANDER ALVES DE FREITAS	08/01/1986		Não	20/12/2003		0	Deferido	280
3699-26-LST-PSS	CARLA CRISTINA DE ASSIS PINTO CELESTINO	28/12/1982		Não	30/12/2003		0	Deferido	281
4103-26-LST-PSS	BERNARDO FIGUEIREDO LUCCHESI	02/05/1986		Não	31/12/2003		0	Deferido	282
3155-26-LST-PSS	MIRIAM MACHADO NARDIN	28/05/1986		Não	31/12/2003		0	Deferido	283
4670-26-LST-PSS	ADRIANA FIGUEIRO MENDES	11/12/1966		Não	17/03/2004		0	Deferido	284
2924-26-LST-PSS	CLARICE EVANGELISTA QUINTAO	30/11/1967		Não	15/06/2004		0	Deferido	285
4120-26-LST-PSS	EDNICE SILVA DE SOUZA	28/11/1967		Não	20/07/2004		0	Deferido	286
3770-26-LST-PSS	LETÍCIA VAN ZANTEN COURA	22/11/1984		Não	29/11/2004		0	Deferido	287
4315-26-LST-PSS	DENIZIA PEREIRA REIS	14/07/1980		Não	08/12/2004		0	Deferido	288

4775-26-LST-PSS	LIDIA CHRISTINA GUIMARAES PEREIRA	06/05/1986		Não	16/12/2004		0	Deferido	289
3534-26-LST-PSS	ITAMAR RODRIGO	23/11/1984	9	Sim	20/12/2004		0	Deferido	290
2696-26-LST-PSS	ERICA CRISTINA DOS SANTOS	11/06/1986		Não	20/12/2004		0	Deferido	291
3659-26-LST-PSS	LIBIA CARVALHO DOS SANTOS	24/08/1984		Não	22/12/2004		0	Deferido	292
2753-26-LST-PSS	ROSEANE CLAUDIA DE JESUS	25/12/1986		Não	22/12/2004		0	Deferido	293
4585-26-LST-PSS	THAIS EMANUELA PEREIRA DOS SANTOS	26/07/1988		Não	15/12/2005		0	Deferido	294
2844-26-LST-PSS	JANAINA FERNANDES DE OLIVEIRA ASSIS	05/05/1986		Não	16/12/2005		0	Deferido	295
4150-26-LST-PSS	ANA CLAUDIA SILVA RIBEIRO	12/09/1987		Não	16/12/2005		0	Deferido	296
3274-26-LST-PSS	GEISIANE SOARES VALENTINO BENFICA	17/08/1987		Não	22/12/2005		0	Deferido	297
5001-26-LST-PSS	MYLLENE ALDRY SOUZA	14/05/1970		Não	08/02/2006		0	Deferido	298
3803-26-LST-PSS	MIRIAM ARAUJO VICTOR	12/12/1985		Não	20/06/2006		0	Deferido	299
2690-26-LST-PSS	ANIELLY DUARTE AZEVEDO	04/11/1988		Não	15/12/2006		0	Deferido	300
3368-26-LST-PSS	LUCIANA RAMOS DO CARMO	12/07/1987		Não	19/12/2006		0	Deferido	301
2771-26-LST-PSS	MARIA DO SOCORRO SABINO PEREIRA	06/10/1987		Não	20/12/2006		0	Deferido	302
4634-26-LST-PSS	CAMILA BATISTA DOS SANTOS	14/05/1988		Não	21/12/2006		0	Deferido	303
3656-26-LST-PSS	VALQUIRIA GUIMARAES FERREIRA DOS SANTOS	02/12/1986		Não	30/12/2006		0	Deferido	304
3713-26-LST-PSS	SOLANGE PAULA REIS	22/12/1988		Não	08/01/2007		0	Deferido	305
4362-26-LST-PSS	ANNIELE FRANCE MOREIRA DE JESUS AMARAL	08/03/1989		Não	26/01/2007		0	Deferido	306
4723-26-LST-PSS	ELIZABETE CRISTINA ADRIANE DOS SANTOS	30/05/1988		Não	26/07/2007		0	Deferido	307
3812-26-LST-PSS	PRISCILA GONCALVES GARCIA VIANA	04/06/1984		Não	13/12/2007		0	Deferido	308
4615-26-LST-PSS	LUCAS KENNEDY FERNANDES	13/02/1990		Não	14/12/2007		0	Deferido	309
4848-26-LST-PSS	PRISCILA DE OLIVEIRA SANTOS	29/12/1989		Não	17/12/2007		0	Deferido	310
3828-26-LST-PSS	JENIFFER CRISTINE CARDOSO DA SILVA CHAGAS	17/07/1989		Não	20/12/2007		0	Deferido	311
3562-26-LST-PSS	KENIA PAIVA DA SILVA	28/10/1989		Não	20/12/2007		0	Deferido	312
4813-26-LST-PSS	SILVIA CRISTINA DE SOUZA PRADO	02/03/1981		Não	02/04/2008		0	Deferido	313
2836-26-LST-PSS	MARILIA SILVA FERNANDES	16/03/1989		Não	09/12/2008		0	Deferido	314
3939-26-LST-PSS	NEIVA MARIA OLIVEIRA CARMO	06/03/1959		Não	17/12/2008		0	Deferido	315
2708-26-LST-PSS	ALINE RODRIGUES PASSOS	15/04/1991		Não	17/12/2008		0	Deferido	316
3556-26-LST-PSS	DAIANY FEITOSA MOTTA LOUZADA CHANTAL	19/02/1991		Não	19/12/2008		0	Deferido	317
2448-26-LST-PSS	BRUNA LUIZA DE SOUZA BUENO	15/04/1991		Não	20/12/2008		0	Deferido	318
3324-26-LST-PSS	DAMIANE GRASIELE FERREIRA DOS SANTOS	28/03/1989		Não	26/12/2008		0	Deferido	319
4880-26-LST-PSS	KARIME VIEIRA DE PAULA	09/10/1984		Não	06/04/2009		0	Deferido	320
4828-26-LST-PSS	CHRISTIANNE BRIAN VILELLA MARTINS	07/11/1989		Não	16/12/2009		0	Deferido	321
3073-26-LST-PSS	KARINA FERNANDA PAVUNA TARANTINO	30/08/1991		Não	18/12/2009		0	Deferido	322
2989-26-LST-PSS	MARCELO HENRIQUE PEREIRA COELHO	02/12/1991		Não	18/12/2009		0	Deferido	323
2887-26-LST-PSS	JESSICA SOUZA SANTOS	27/01/1991		Não	22/12/2009		0	Deferido	324
3147-26-LST-PSS	NATHIELLE FERREIRA	16/11/1991		Não	22/12/2009		0	Deferido	325
3055-26-LST-PSS	ADERLEI ERICK DE SOUSA	26/03/1992		Não	22/12/2009		0	Deferido	326
2503-26-LST-PSS	CLAURENICE FERREIRA DOS SANTOS	12/07/1991		Não	24/12/2009		0	Deferido	327
4873-26-LST-PSS	FELIPE SOARES DA COSTA	10/04/1990		Não	04/02/2010		0	Deferido	328
4503-26-LST-PSS	GIORDANNO HAIDAR DOS SANTOS	23/09/1990		Não	15/12/2010		0	Deferido	329
4333-26-LST-PSS	IOLANDA FERREIRA DOS SANTOS	10/11/1992		Não	17/12/2010		0	Deferido	330
4170-26-LST-PSS	VANESSA MICHELLE PEREIRA MARCAL	18/04/1993		Não	17/12/2010		0	Deferido	331
4501-26-LST-PSS	DAYANE PEREIRA MARTINS KAWAHARA	13/10/1993		Não	17/12/2010		0	Deferido	332
2521-26-LST-PSS	PALOMA MACEDO SILVA MELO	09/10/1992		Não	22/12/2010		0	Deferido	333
3305-26-LST-PSS	FILIPE DIVINO AZEVEDO DOS SANTOS	04/07/1993		Não	23/12/2010		0	Deferido	334
3753-26-LST-PSS	BRENO CESAR DA SILVA MENDES	28/11/1983		Não	27/12/2010		0	Deferido	335
2486-26-LST-PSS	JAINE PIRES DE CARVALHO MORAIS	06/08/1993		Não	30/12/2010		0	Deferido	336
4572-26-LST-PSS	BARBARAH DEANNE MENDES DE OLIVEIRA	23/05/1993		Não	10/01/2011		0	Deferido	337
2787-26-LST-PSS	PRISCILA OLIVEIRA CHAGAS	07/08/1983		Não	10/02/2011		0	Deferido	338
2715-26-LST-PSS	ELIS MARIA RODRIGUES RIBEIRO	17/10/1969		Não	20/08/2011		0	Deferido	339
2662-26-LST-PSS	GRAZIANE FREITAS FONSECA DA SILVA	20/07/1985		Não	02/12/2011		0	Deferido	340
4052-26-LST-PSS	PALUANA DIAS SOUSA COSTA	01/10/1991		Não	16/12/2011		0	Deferido	341
4055-26-LST-PSS	KENYA KAROLINE OLIVEIRA DOS SANTOS	17/07/1992	10	Sim	16/12/2011		0	Deferido	342
3877-26-LST-PSS	MARCOS DA SILVA NASCIMENTO	06/09/1988		Não	20/04/2012		0	Deferido	343
4148-26-LST-PSS	JANAINA MARA DA SILVA FREIRE	06/04/1987		Não	14/12/2012		0	Deferido	344
4135-26-LST-PSS	NAYARA LEYRIA	20/04/1995		Não	17/12/2012		0	Deferido	345
3701-26-LST-PSS	ELAINE APARECIDA DOS SANTOS	11/10/1992		Não	18/12/2012		0	Deferido	346
3219-26-LST-PSS	JOSELENE CAMELO MORAIS	10/10/1994		Não	18/12/2012		0	Deferido	347
3742-26-LST-PSS	ANA LUÍZA BARBOSA RODRIGUES	03/03/1995		Não	18/12/2012		0	Deferido	348
2919-26-LST-PSS	RUTE LEIA INACIO DA CRUZ DE CARVALHO	31/10/1995		Não	18/12/2012		0	Deferido	349

4414-26-LST-PSS	ANGELITA MAURICIO SILVA FELICIANO	03/03/1985		Não	31/12/2012		0	Deferido	350
2863-26-LST-PSS	LOUISE DIAS VALE	24/12/1996		Não	13/12/2013		0	Deferido	351
2971-26-LST-PSS	TATIANE ROCHA SILVA	04/07/1996		Não	16/12/2013		0	Deferido	352
4207-26-LST-PSS	CLARISSA SILVA BOAVENTURA BARBOSA	10/02/1988		Não	18/12/2013		0	Deferido	353
4158-26-LST-PSS	ITALA DAIANE DE OLIVEIRA SILVA	16/03/1995		Não	31/12/2013		0	Deferido	354
3028-26-LST-PSS	ANA PAULA F. DE OLIVEIRA	30/05/1996		Não	23/01/2014		0	Deferido	355
2881-26-LST-PSS	GUSTAVO EGIDIO GUIMARAES	18/06/1986		Não	02/12/2014		0	Deferido	356
3360-26-LST-PSS	THAMARA RODRIGUES	06/12/1997		Não	12/12/2014		0	Deferido	357
3398-26-LST-PSS	ALINE DE CASSIA ALVES	08/07/1995		Não	18/12/2014		0	Deferido	358
4915-26-LST-PSS	TÂMARA DE SOUZA SOARES	21/06/1995		Não	19/12/2014		0	Deferido	359
2455-26-LST-PSS	EDUARDA CARVALHO DE SOUZA	22/08/1996		Não	19/12/2014		0	Deferido	360
2452-26-LST-PSS	LEONARDO TADEU BRITO DA COSTA	17/09/1996	11	Sim	19/12/2014		0	Deferido	361
3834-26-LST-PSS	MARIANA JUNIA DOS SANTOS	18/06/1997		Não	23/12/2014		0	Deferido	362
3755-26-LST-PSS	PAULA BEATRIZ DOS SANTOS	10/05/1996	12	Sim	24/12/2014		0	Deferido	363
3349-26-LST-PSS	BRUNO RAIMUNDO ROSA NETO	11/05/1996		Não	30/12/2014		0	Deferido	364
3863-26-LST-PSS	JADE SILVA SANTOS	08/04/1997		Não	26/03/2015		0	Deferido	365
3581-26-LST-PSS	MARCIA APARECIDA DE ALMEIDA	04/01/1983		Não	15/05/2015		0	Deferido	366
3445-26-LST-PSS	BRENDA IANICK DE SOUZA SILVA	01/11/1998		Não	25/11/2015		0	Deferido	367
3511-26-LST-PSS	NATIELLE ANDRADE FREITAS COUTIER	09/06/1998		Não	11/12/2015		0	Deferido	368
4532-26-LST-PSS	LUCILEIDE SANTOS CARVALHO	24/09/1992		Não	17/12/2015		0	Deferido	369
4647-26-LST-PSS	GEISA L M J SOARES	06/02/1998		Não	17/12/2015		0	Deferido	370
2757-26-LST-PSS	BRUNA SILVA ARAUJO NUNES	27/07/1998		Não	17/12/2015		0	Deferido	371
3371-26-LST-PSS	JUNILANE DOS SANTOS MOREIRA	21/05/1987		Não	18/12/2015		0	Deferido	372
3107-26-LST-PSS	LARISSA EVA	06/09/1997		Não	18/12/2015		0	Deferido	373
4274-26-LST-PSS	ALINE MENDES SOBRINHO	15/07/1998		Não	18/12/2015		0	Deferido	374
4855-26-LST-PSS	BRUNA BATISTA DE LIMA	09/10/1997		Não	19/12/2015		0	Deferido	375
2602-26-LST-PSS	MAYSA GABRIELE DOS SANTOS CHAGAS	24/04/1994		Não	20/12/2015		0	Deferido	376
3190-26-LST-PSS	ISABELA CRISTIANE ROCHA FERREIRA	28/10/1996		Não	30/12/2015		0	Deferido	377
3824-26-LST-PSS	ROGERIO FRANCO DE MAGALHAES	18/10/1996		Não	18/03/2016		0	Deferido	378
4573-26-LST-PSS	TATIANE CRISTIMARA DE MORAIS	17/09/1986		Não	02/07/2016		0	Deferido	379
4181-26-LST-PSS	ANNE KAROLINE VIEIRA NASCIMENTO DAS VIRGENS	16/04/1997		Não	05/07/2016		0	Deferido	380
2623-26-LST-PSS	CAMILA MARTINS DA SILVA LOPES	22/04/1994		Não	30/11/2016		0	Deferido	381
3037-26-LST-PSS	PALOMA SIQUEIRA DIAS DE JESUS	25/07/1999		Não	14/12/2016		0	Deferido	382
2534-26-LST-PSS	LAYRA ALVES CANGUSSU OLIVEIRA	10/03/1999		Não	15/12/2016		0	Deferido	383
4244-26-LST-PSS	WALQUIRIA GALVAO	25/06/1986		Não	17/12/2016		0	Deferido	384
3624-26-LST-PSS	FABIOLA BUENO MAIA LINHARES	24/10/1997		Não	20/12/2016		0	Deferido	385
4881-26-LST-PSS	MARIA CLARA ANDRADE GUERRA	14/05/1999		Não	31/12/2016		0	Deferido	386
4221-26-LST-PSS	WENDEL DIAS	25/06/1991		Não	10/03/2017		0	Deferido	387
3970-26-LST-PSS	MAYRA IZABELLA ANDRADE BRUCK	12/01/1989		Não	03/06/2017		0	Deferido	388
4918-26-LST-PSS	FLAVIA RENATA ALVES NETO	16/08/1990	13	Sim	29/06/2017		0	Deferido	389
4712-26-LST-PSS	MICHELLI DE SOUZA LUCENA SIQUEIRA	20/05/1982		Não	09/11/2017		0	Deferido	390
3292-26-LST-PSS	ELIZANGELA MOREIRA DE MORAES	01/11/1972		Não	19/11/2017		0	Deferido	391
2869-26-LST-PSS	ALESSANDRA FERNANDES GOMES	10/11/1974		Não	15/12/2017		0	Deferido	392
3239-26-LST-PSS	MARIA THERESA SOUZA AMARAL	06/04/2000		Não	15/12/2017		0	Deferido	393
2480-26-LST-PSS	BRENDA MENDES DE OLIVEIRA	19/07/1999		Não	16/12/2017		0	Deferido	394
4275-26-LST-PSS	PAULA RAMALHO DOS SANTOS	09/02/2000		Não	19/12/2017		0	Deferido	395
3585-26-LST-PSS	DENISE SOARES DE ALMEIDA	05/08/1979	14	Sim	22/12/2017		0	Deferido	396
2979-26-LST-PSS	TAIS CAMILA VIEIRA	21/02/2000		Não	22/12/2017		0	Deferido	397
4138-26-LST-PSS	DYULLE PAOLLA FERREIRA DE JESUS	26/12/1994		Não	23/12/2017		0	Deferido	398
3036-26-LST-PSS	GUSTAVO MACHADO CARRIJO	09/02/1999		Não	23/12/2017		0	Deferido	399
3225-26-LST-PSS	MILENA MOREIRA DA SILVA	16/01/2000		Não	23/12/2017		0	Deferido	400
2530-26-LST-PSS	LARISSA LAYS SOUZA SOARES	17/01/2000		Não	28/12/2017		0	Deferido	401
3337-26-LST-PSS	GABRIELA DRUMOND MOREIRA	15/08/1999		Não	31/12/2017		0	Deferido	402
2967-26-LST-PSS	GISELE DOS SANTOS FERNANDES	21/02/1987		Não	09/07/2018		0	Deferido	403
4104-26-LST-PSS	ANA PAULA DE ALMEIDA SANTOS	09/08/1983		Não	05/08/2018		0	Deferido	404
2502-26-LST-PSS	KAROLINE PEREIRA SANTOS	19/12/1991		Não	31/08/2018		0	Deferido	405
4297-26-LST-PSS	DIEGO BARRETO RAMOS	28/04/1990		Não	17/11/2018		0	Deferido	406
3123-26-LST-PSS	MARIA DO CARMO REZENDE SILVA LANCA	29/11/1966		Não	18/11/2018		0	Deferido	407
3357-26-LST-PSS	THAIS CANDIDA ANTUNES	03/01/2001		Não	10/12/2018		0	Deferido	408
3514-26-LST-PSS	LUCCA VASCONCELLOS SIMOES	18/07/2001		Não	10/12/2018		0	Deferido	409
4906-26-LST-PSS	KEYTILE EVIS DE OLIVEIRA DOS SANTOS	02/05/1996		Não	18/12/2018		0	Deferido	410

3088-26-LST-PSS	CECÍLIA BÁRBARA GONÇALVES DE OLIVEIRA	17/03/2001		Não	19/12/2018		0	Deferido	411
2789-26-LST-PSS	THAMYRIS DE FREITAS ABREU	21/10/1999		Não	20/12/2018		0	Deferido	412
4090-26-LST-PSS	BARBARA CAROLINE ALVES	20/09/2000		Não	21/12/2018		0	Deferido	413
4800-26-LST-PSS	MATEUS CRISTIAN PEREIRA BORGES	23/06/2000		Não	31/12/2018		0	Deferido	414
2507-26-LST-PSS	LAYS VITÓRIA RODRIGUES PEREIRA	14/05/2000		Não	18/01/2019		0	Deferido	415
3579-26-LST-PSS	RAPHAEL MARQUES ABDALLA VIANA	24/10/2000		Não	18/01/2019		0	Deferido	416
4106-26-LST-PSS	VITORIA LOURA	20/06/2000		Não	22/01/2019		0	Deferido	417
2598-26-LST-PSS	POLYANNA IDALIA DO CARMO	21/06/2000		Não	28/02/2019		0	Deferido	418
3827-26-LST-PSS	NERIAN SILVA	17/06/1972		Não	25/08/2019		0	Deferido	419
3262-26-LST-PSS	ANNA CLARA BARBOSA DE PAULA	14/05/2001		Não	01/12/2019		0	Deferido	420
3267-26-LST-PSS	MARIA EDUARDA DE ABREU GONCALVES	03/01/2002		Não	05/12/2019		0	Deferido	421
3210-26-LST-PSS	DAIANA RODRIGUES DE SOUZA	15/07/2000		Não	13/12/2019		0	Deferido	422
4426-26-LST-PSS	LARISSA ALÉXIA VAZ DE JESUS RIBEIRO	22/06/2001		Não	13/12/2019		0	Deferido	423
4592-26-LST-PSS	JÉSSICA FERNANDES RODRIGUES	28/10/2001		Não	13/12/2019		0	Deferido	424
4200-26-LST-PSS	KYANNE BATISTA MELO FARIA	06/11/2001		Não	13/12/2019		0	Deferido	425
3771-26-LST-PSS	KAMILLA FERREIRA REIS	17/04/2002		Não	13/12/2019		0	Deferido	426
4013-26-LST-PSS	MARIA LUIZA AFONSO ARCHANJO	24/02/2001		Não	14/12/2019		0	Deferido	427
2682-26-LST-PSS	TAUANE JUNIA SILVA DE MIRANDA	04/10/2001		Não	14/12/2019		0	Deferido	428
2474-26-LST-PSS	LORENA SILVA CANDEIA	15/06/2002		Não	14/12/2019		0	Deferido	429
4832-26-LST-PSS	ESTHER MAGALHAES ROCHA	11/11/2002		Não	14/12/2019		0	Deferido	430
2727-26-LST-PSS	MAYSA LARA DO CARMO MADEIRA	07/05/2002		Não	15/12/2019		0	Deferido	431
3991-26-LST-PSS	ANA PAULA FERREIRA DE CASTRO	15/05/2002		Não	15/12/2019		0	Deferido	432
3136-26-LST-PSS	EMILLY VERONICA	11/10/2000		Não	17/12/2019		0	Deferido	433
4256-26-LST-PSS	THAIS MALATER GONÇALVES VIEIRA	17/03/2001		Não	20/12/2019		0	Deferido	434
2492-26-LST-PSS	GABRIEL LOPES DA SILVA	02/05/2003		Não	31/12/2019		0	Deferido	435
3798-26-LST-PSS	THAINE DE PAULA GOMES	04/02/1980		Não	07/06/2020		0	Deferido	436
4505-26-LST-PSS	TATIANA PESSOA FERNANDES	25/11/1980		Não	14/07/2020		0	Deferido	437
2837-26-LST-PSS	MILENA LUIZA AMANCIO GOULART	18/11/2002		Não	16/12/2020		0	Deferido	438
2538-26-LST-PSS	RAFAELA GONCALVES DE SOUZA	31/10/2001		Não	18/12/2020		0	Deferido	439
3851-26-LST-PSS	ANDRESSA DIAS GOMES	23/09/1997		Não	31/12/2020		0	Deferido	440
3506-26-LST-PSS	JOÃO WELLAS SILVA DE SOUSA	12/05/2002		Não	31/12/2020		0	Deferido	441
3241-26-LST-PSS	LIVIA BEATRIZ DE MOURA ALVES	04/11/2002		Não	27/01/2021		0	Deferido	442
3497-26-LST-PSS	CARLOS EDUARDO	03/06/2003		Não	27/01/2021		0	Deferido	443
2545-26-LST-PSS	HEMILLY LETICIA SOUZA ROCHA	18/12/2001		Não	28/01/2021		0	Deferido	444
3268-26-LST-PSS	GUSTAVO ROCHA RIBEIRO	24/11/2002		Não	28/01/2021		0	Deferido	445
3469-26-LST-PSS	ERICK AUGUSTO LOPES DA CRUZ	01/01/2003		Não	28/01/2021		0	Deferido	446
2512-26-LST-PSS	MARCELLE MARTINS SANTOS	17/01/2003		Não	01/02/2021		0	Deferido	447
4155-26-LST-PSS	GABRIEL MARQUES DA LUZ LOPES DE ALENCAR	10/05/2003		Não	02/02/2021		0	Deferido	448
3977-26-LST-PSS	JÉSSICA CAROLINA RODRIGUES DOS SANTOS	02/05/1994		Não	30/04/2021		0	Deferido	449
2839-26-LST-PSS	INGRIDY NAREL PEREIRA ROCHA MATIAS	17/06/2002		Não	27/07/2021		0	Deferido	450
4908-26-LST-PSS	GUSTAVO MENDES COSTA	21/07/2002		Não	08/09/2021		0	Deferido	451
3732-26-LST-PSS	CAROLINA ADRIANA ALBERTO	11/07/1987		Não	13/11/2021		0	Deferido	452
3256-26-LST-PSS	DAVI EMANUEL RODRIGUES	26/12/2003		Não	30/11/2021		0	Deferido	453
3735-26-LST-PSS	YASMIN OLIVEIRA SOUZA	01/12/2003		Não	01/12/2021		0	Deferido	454
3618-26-LST-PSS	KAREN VITORIA PEREIRA GONCALVES	17/12/2003		Não	08/12/2021		0	Deferido	455
2677-26-LST-PSS	SUELEN FERREIRA OLIVEIRA	15/06/2003		Não	13/12/2021		0	Deferido	456
4927-26-LST-PSS	RAUL DO AMARAL ESTEVES	16/09/2003		Não	15/12/2021		0	Deferido	457
4580-26-LST-PSS	THAINA ESTHEPHANE DE CARVALHO SOARES	09/07/2003		Não	17/12/2021		0	Deferido	458
3495-26-LST-PSS	ANA LUIZA GONCALVES DINIZ	20/10/2003		Não	18/12/2021		0	Deferido	459
4173-26-LST-PSS	JHENIFFER CRISTINA MENEZES SANTOS	02/03/2004		Não	18/12/2021		0	Deferido	460
4081-26-LST-PSS	LUDMILA ARAUJO ROCHA	27/05/2004		Não	18/12/2021		0	Deferido	461
4818-26-LST-PSS	VANESSA BATISTA DE SOUZA	07/05/1982		Não	23/12/2021		0	Deferido	462
3546-26-LST-PSS	GISELLY CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA	22/05/2002		Não	29/12/2021		0	Deferido	463
3957-26-LST-PSS	ANA CRISTINA DA COSTA COELHO	27/05/1984		Não	22/06/2022		0	Deferido	464
5014-26-LST-PSS	SIMONE RIBEIRO VIEIRA	02/02/1983		Não	30/06/2022		0	Deferido	465
3374-26-LST-PSS	MARIA APARECIDA DOS SANTOS DE JESUS FERREIRA	22/11/1985		Não	29/07/2022		0	Deferido	466
3914-26-LST-PSS	LARISSA FIGUEIREDO DA SILVA	22/05/1997		Não	05/08/2022		0	Deferido	467
3228-26-LST-PSS	HEDSARA BARBOSA PACHECO	26/05/1982		Não	24/08/2022		0	Deferido	468
4827-26-LST-PSS	ANGELICA SOUZA FIDELES	14/10/1993		Não	28/08/2022		0	Deferido	469
3069-26-LST-PSS	ANA CLARA PISSOLATO PIMENTA GODINHO	21/02/2005		Não	02/12/2022		0	Deferido	470
4614-26-LST-PSS	BEATRIZ BASTOS	21/01/2005		Não	12/12/2022		0	Deferido	471

4663-26-LST-PSS	WLADMIR BRACARENSE CARVALHO BRANDAO	14/02/2005	15	Sim	12/12/2022		0	Deferido	472
3710-26-LST-PSS	ARTHUR FELIPE DE ANDRADE BATISTA	22/01/2003		Não	15/12/2022		0	Deferido	473
3081-26-LST-PSS	LETICIA MIRANDA DE SIQUEIRA ABREU	22/03/2005		Não	15/12/2022		0	Deferido	474
3195-26-LST-PSS	LARISSA VITORIA DE OLIVEIRA COELHO	29/12/2004		Não	16/12/2022		0	Deferido	475
4566-26-LST-PSS	ANA CAROLINE RODRIGUES TEIXEIRA	24/08/2004		Não	17/12/2022		0	Deferido	476
2585-26-LST-PSS	JOAO CARLOS CANDIDO BATISTA	19/09/2004		Não	17/12/2022		0	Deferido	477
3582-26-LST-PSS	LUIZA VITÓRIA NUNES RIBEIRO	08/10/2004		Não	17/12/2022		0	Deferido	478
4885-26-LST-PSS	NAGILA FRANCINE PEREIRA DA SILVA	30/11/2004		Não	17/12/2022		0	Deferido	479
3819-26-LST-PSS	CECILIA NUNES ROCHA E OLIVEIRA	23/11/2003		Não	22/12/2022		0	Deferido	480
3118-26-LST-PSS	LORENA CHRISTINE MOREIRA DE OLIVEIRA	23/05/1998		Não	24/12/2022		0	Deferido	481
4766-26-LST-PSS	JOAO LUCAS MARTINS DE SOUZA	14/07/2001		Não	31/12/2022		0	Deferido	482
4656-26-LST-PSS	IGOR BRACARENSE CARVALHO BRANDAO	14/02/2005		Não	31/12/2022		0	Deferido	483
4277-26-LST-PSS	MAYRA NYCOLE DA SILVA	11/04/2005		Não	31/12/2022		0	Deferido	484
2879-26-LST-PSS	DAIANA OLIVEIRA ROCHA CARDOSO DOS REIS	08/03/1988		Não	01/03/2023		0	Deferido	485
3658-26-LST-PSS	JAQUEILE DE FATIMA DOS SANTOS	05/02/1977		Não	07/06/2023		0	Deferido	486
3626-26-LST-PSS	VINICIUS CAETANO DE SOUZA COELHO	23/11/2004		Não	05/07/2023		0	Deferido	487
2797-26-LST-PSS	ILSA MARIA DE JESUS	30/03/1974		Não	07/07/2023		0	Deferido	488
2589-26-LST-PSS	IVANEIDE FRANCISCA DE OLIVEIRA	05/10/1973		Não	12/07/2023		0	Deferido	489
4039-26-LST-PSS	ROBERT ROBERTO RODRIGUES	21/10/2003		Não	17/11/2023		0	Deferido	490
3114-26-LST-PSS	ANDRÉ LUCAS NERES DE OLIVEIRA	06/06/2005		Não	22/11/2023		0	Deferido	491
4298-26-LST-PSS	EMILY MARIA SOUZA FREITAS	20/12/2005		Não	15/12/2023		0	Deferido	492
4000-26-LST-PSS	STHEFANY RODRIGUES TEIXEIRA DA SILVA	02/07/2005		Não	20/12/2023		0	Deferido	493
3825-26-LST-PSS	QUÉREN HAPUQUE REIS SILVA	02/09/2005		Não	20/12/2023		0	Deferido	494
2850-26-LST-PSS	LUANA CAROLINA PEREIRA SOARES	21/03/2006		Não	20/12/2023		0	Deferido	495
2685-26-LST-PSS	JOYCE NERI DE ABREU SOUSA	21/09/2005		Não	21/12/2023		0	Deferido	496
2719-26-LST-PSS	MARIA EDUARDA ALCANTARA RODRIGUES SILVA	11/03/2006		Não	21/12/2023		0	Deferido	497
3694-26-LST-PSS	SAMUEL BATISTA CESARIO	17/04/2001		Não	22/12/2023		0	Deferido	498
3978-26-LST-PSS	POLLYANNA ARAUJO ROCHA	12/01/1982		Não	23/12/2023		0	Deferido	499
3214-26-LST-PSS	ANA CLARA DINIZ REIS	06/09/2005		Não	29/12/2023		0	Deferido	500
3029-26-LST-PSS	CLAUDIO EDUARDO GONCALVES FELIPETTO	19/02/1977		Não	20/06/2024		0	Deferido	501
4892-26-LST-PSS	DILMA BATISTA DA COSTA	20/04/1984		Não	10/07/2024		0	Deferido	502
3857-26-LST-PSS	ELOIZA CRISTINA RODRIGUES COELHO	19/04/2006		Não	21/11/2024		0	Deferido	503
3821-26-LST-PSS	LAURA ASSIS PAIVA	11/04/2006		Não	04/12/2024		0	Deferido	504
4465-26-LST-PSS	GABRIELA FARIA LESSA TADIM	24/10/2006		Não	12/12/2024		0	Deferido	505
4657-26-LST-PSS	GUYLHERME DA MATA TRINDADE	23/01/2007		Não	12/12/2024		0	Deferido	506
2555-26-LST-PSS	ESTEFANI BIANCA DA SILVA NUNES	23/04/1998		Não	13/12/2024		0	Deferido	507
4307-26-LST-PSS	ANA JULIA TOMAZ RIBEIRO	29/04/2006		Não	13/12/2024		0	Deferido	508
4270-26-LST-PSS	JANINE GONCALVES DE ALMEIDA	10/05/2006		Não	13/12/2024		0	Deferido	509
4665-26-LST-PSS	KAROLINE KELLY PEREIRA DA SILVA	07/03/2007		Não	13/12/2024		0	Deferido	510
2597-26-LST-PSS	ESTHER YANDRA PEREIRA DA SILVA DE RAMOS	23/03/2007		Não	13/12/2024		0	Deferido	511
2820-26-LST-PSS	VIVIANE KELLEN DE SOUZA RODRIGUES PIRES	12/03/1981		Não	14/12/2024		0	Deferido	512
2802-26-LST-PSS	MARIANA RAMOS DINIZ	24/04/2006		Não	17/12/2024		0	Deferido	513
2907-26-LST-PSS	ANDRE KERLLON DA SILVA PEREIRA	12/05/2006		Não	17/12/2024		0	Deferido	514
4781-26-LST-PSS	SOFIA PRISCILA DE SOUZA E SILVA	05/09/2006		Não	17/12/2024		0	Deferido	515
2640-26-LST-PSS	EDUARDA DE ABREU FIDELIS	10/03/2007	16	Sim	17/12/2024		0	Deferido	516
4061-26-LST-PSS	ISABELLA CORGOSINHO NOGUEIRA FIGUEIREDO	05/10/2006		Não	20/12/2024		0	Deferido	517
4212-26-LST-PSS	MARCOS VINICIUS GOMES QUEIROZ	15/10/2006		Não	27/12/2024		0	Deferido	518
3946-26-LST-PSS	ALEX JUNIO GONCALVES VALADARES	14/05/1996		Não	17/03/2025		0	Deferido	519
3351-26-LST-PSS	KAYQUE EVANDRO HIBANEZ GOMES	06/02/2008		Não	28/11/2025		0	Deferido	520
3693-26-LST-PSS	MARIA GABRIELA DIOLINO MARTINS	29/04/2008		Não	28/11/2025		0	Deferido	521
3093-26-LST-PSS	FELIPE FERREIRA FERNANDES	20/04/2007		Não	10/12/2025		0	Deferido	522
4721-26-LST-PSS	ISADORA LETICIA BRAGA SANT'ANA ABEL	09/07/2007		Não	10/12/2025		0	Deferido	523
2784-26-LST-PSS	LUIZA MEL VIEIRA MENDES	09/03/2008		Não	10/12/2025		0	Deferido	524
3769-26-LST-PSS	IZZADORA LUISA DA SILVA	28/07/2007		Não	15/12/2025		0	Deferido	525
2447-26-LST-PSS	PAULO CESAR BRITO DA COSTA	19/09/1987		Não	16/12/2025		0	Deferido	526
3255-26-LST-PSS	SARAH LUIZA PEREIRA FONSECA	14/03/2008		Não	16/12/2025		0	Deferido	527
4600-26-LST-PSS	ANA CLARA FRAGA FALCONI	18/03/2007		Não	17/12/2025		0	Deferido	528
3898-26-LST-PSS	ANNA PAULA BATISTA DE SOUZA JARDIM	21/06/2007		Não	17/12/2025		0	Deferido	529
3211-26-LST-PSS	BLENDA LARYSSA DA CRUZ AMORIM	12/09/2007		Não	17/12/2025		0	Deferido	530
3391-26-LST-PSS	NATHAN JUNQUER DE ALMEIDA CASTRO	02/11/2007		Não	17/12/2025		0	Deferido	531
2764-26-LST-PSS	IZABELY LUIZA CARDOSO	19/11/2007		Não	17/12/2025		0	Deferido	532

4754-26-LST-PSS	LIVIA GABRIELA ALCANTARA DE SALES	27/04/2008		Não	17/12/2025		0	Deferido	533
4324-26-LST-PSS	HUGO LUIZ	18/05/2007		Não	22/12/2025		0	Deferido	534
3092-26-LST-PSS	CIBELY RODRIGUES DE PONTES	14/04/2008	17	Sim	22/12/2025		0	Deferido	535
2739-26-LST-PSS	DAVIDSON SOARES DE JESUS	04/12/1970		Não	26/01/2026		0	Deferido	536
3347-26-LST-PSS	GISELA HELENA RODRIGUES ALVES	24/12/1991		Não	18/03/2026		0	Deferido	537
2904-26-LST-PSS	JONARA ALMEIDA ANDRADE SILVEIRA	27/10/1993		Não	30/03/2026		0	Deferido	538
3826-26-LST-PSS	MARINA ROSA FERREIRA SILVA	10/07/1990		Não	05/05/2026		0	Deferido	539
3477-26-LST-PSS	MELISSA YASMINE DOS SANTOS VIEIRA	03/11/2007		Não	08/07/2026		0	Deferido	540
3234-26-LST-PSS	THALITA NATALIA DE OLIVEIRA ALVES	19/02/1989		Não	09/07/2026		0	Deferido	541
2451-26-LST-PSS	VANDERLEIA MOTA LIMA DA PAZ	11/09/1995		Não	27/08/2023		0	Indeferido	Desclassificado
2467-26-LST-PSS	YASMIM TAINÁ SOUZA DE SENA	14/08/2006		Não	13/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
2481-26-LST-PSS	ANA CLARA RODRIGUES SANTIAGO	09/06/2003		Não	18/12/2020		0	Indeferido	Desclassificado
2484-26-LST-PSS	JOSE MANOEL MACHADO PUBLIO	19/05/1993		Não	30/06/2018		0	Indeferido	Desclassificado
2488-26-LST-PSS	ANA PAULA NAVES DE CARVALHO	10/01/1976		Não	30/08/1998		0	Indeferido	Desclassificado
2490-26-LST-PSS	JOEL FERREIRA GOMES	06/05/1983		Não	01/05/2010		0	Indeferido	Desclassificado
2499-26-LST-PSS	MARIANA DE OLIVEIRA COELHO	01/01/1909		Não	23/12/2017		0	Indeferido	Desclassificado
2508-26-LST-PSS	LORRAYNE DOS SANTOS NASCIMENTO	09/12/1997		Não	19/12/2010		0	Indeferido	Desclassificado
2526-26-LST-PSS	ELIZA FERNANDA BAIA	29/04/1984		Não	01/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
2576-26-LST-PSS	BRUNA EDUARDA COELHO DE OLIVEIRA	19/12/1997		Não	25/08/2019		0	Indeferido	Desclassificado
2591-26-LST-PSS	SILVANIA DO CARMO TEIXEIRA	02/06/1979		Não	20/12/1999		0	Indeferido	Desclassificado
2592-26-LST-PSS	MAGDA MARTINS DRUMOND	30/03/1979		Não	30/11/2024		0	Indeferido	Desclassificado
2593-26-LST-PSS	ISAAC RODRIGUES MARTINS	26/10/2000		Não	08/07/2026		0	Indeferido	Desclassificado
2603-26-LST-PSS	MAYSA GABRIELE DOS SANTOS CHAGAS	24/04/1994		Não	20/12/2015		0	Indeferido	Desclassificado
2607-26-LST-PSS	DEBORA ARAUJO ALVES	21/12/1982		Não	02/01/2001		0	Indeferido	Desclassificado
2627-26-LST-PSS	GABRIELLY GABRIELLA DAS NEVES SOARES	25/02/2005		Não	15/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
2638-26-LST-PSS	ISABELA CARVALHO RANGEL	29/12/1998		Não	19/12/2016		0	Indeferido	Desclassificado
2735-26-LST-PSS	MARCELO DE LIMA VALADARES	21/02/1970		Não	15/12/2010		0	Indeferido	Desclassificado
2741-26-LST-PSS	ENDEREÇO PESSOAL DE GILBERTO DA SILVA GARES	23/12/1977		Não	15/02/2024		0	Indeferido	Desclassificado
2813-26-LST-PSS	GERALDA DOS SANTOS FERREIRA	12/06/1988		Não	12/12/2006		0	Indeferido	Desclassificado
2814-26-LST-PSS	JOÃO LUCAS MARINHO	01/09/2003		Não	18/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
2822-26-LST-PSS	EDUARDO HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA	24/01/2006		Não	31/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
2832-26-LST-PSS	MARIA EDUARDA NUNES DA SILVA	20/08/2005		Não	20/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
2840-26-LST-PSS	MARIANA RAMOS DINIZ	24/04/2006		Não	17/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
2847-26-LST-PSS	MARIANA RAMOS DINIZ	24/04/2006		Não	17/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
2870-26-LST-PSS	VANESSA APARECIDA FERREIRA SILVA REIS	23/06/1990		Não	30/06/2026		0	Indeferido	Desclassificado
2905-26-LST-PSS	DEBORAH PEREIRA DOS SANTOS SILVA	02/12/1992		Não	04/01/2017		0	Indeferido	Desclassificado
2934-26-LST-PSS	BERNARDO DE SOUSA BOSSIGIA	30/10/2003		Não	15/09/2022		0	Indeferido	Desclassificado
2940-26-LST-PSS	CLARICE EVANGELISTA QUINTAO	30/11/1967		Não	15/06/2004		0	Indeferido	Desclassificado
2945-26-LST-PSS	GABRIEL EDUARDO DA COSTA	24/12/1997	Desclassificado	Sim	15/12/2016		0	Indeferido	Desclassificado
2951-26-LST-PSS	ENDEREÇO DO USUÁRIO	07/04/2005		Não	01/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
2954-26-LST-PSS	OLAVIA DAIANE DIAS MOREIRA DEMETRIO	22/10/1987		Não	20/12/2025		0	Indeferido	Desclassificado
2972-26-LST-PSS	RAFAELA GONCALVES DE SOUZA	31/10/2001		Não	18/12/2020		0	Indeferido	Desclassificado
2973-26-LST-PSS	RAFAELA GONCALVES DE SOUZA	31/10/2001		Não	18/12/2020		0	Indeferido	Desclassificado
3006-26-LST-PSS	KARINE GONCALVES MOREIRA SANTOS	21/09/1995		Não	18/12/2012		0	Indeferido	Desclassificado
3023-26-LST-PSS	JOSE AURINO VAZ MARTINS	01/09/1992		Não	18/12/2009		0	Indeferido	Desclassificado
3032-26-LST-PSS	ELLEN DO CARMO SOARES	01/11/2001		Não	28/10/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3040-26-LST-PSS	SILVANIA DO CARMO TEIXEIRA	02/06/1979		Não	20/12/1999		0	Indeferido	Desclassificado
3045-26-LST-PSS	MARILIA SILVA FERNANDES	16/03/1989		Não	09/12/2008		0	Indeferido	Desclassificado
3106-26-LST-PSS	YASMIM TAINA SOUZA DE SENA	21/08/2006		Não	13/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3128-26-LST-PSS	SAMILY RODRIGUES OLIVEIRA	22/06/1996		Não	20/12/2014		0	Indeferido	Desclassificado
3135-26-LST-PSS	ELIZEU PINHEIRO NUNES	25/05/1999		Não	22/12/2017		0	Indeferido	Desclassificado
3139-26-LST-PSS	RAYSSA STHEPHANIE CARRIJO CALDEIRA CRUZ	10/09/2000		Não	09/11/2018		0	Indeferido	Desclassificado
3176-26-LST-PSS	ANDRESA DA CONCEICAO GONCALVES	26/05/1978		Não	19/07/2023		0	Indeferido	Desclassificado
3188-26-LST-PSS	JESSICA SOUZA SANTOS	27/01/1991		Não	22/12/2009		0	Indeferido	Desclassificado
3198-26-LST-PSS	STÉFANY FERREIRA DE SOUSA	03/03/2004		Não	31/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3229-26-LST-PSS	YASMIM CABRAL DOS SANTOS SILVA	27/12/2002		Não	01/01/2027		0	Indeferido	Desclassificado
3235-26-LST-PSS	JOICE ELVIRA AGRIPINO	20/11/1994		Não	14/09/2015		0	Indeferido	Desclassificado
3242-26-LST-PSS	ANA CLARA CARDOSO FURTADO	13/03/2006		Não	05/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3245-26-LST-PSS	NICOLY ALVES DA SILVA	26/08/2002		Não	18/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3251-26-LST-PSS	JOSE DA SILVA JUNIOR	24/04/1992		Não	16/12/2013		0	Indeferido	Desclassificado
3257-26-LST-PSS	ANA CAROLINA DOS SANTOS DINIZ	02/03/2007		Não	20/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado

3261-26-LST-PSS	KERLEN MACEDO	03/08/1995		Não	20/11/2014		0	Indeferido	Desclassificado
3291-26-LST-PSS	IGOR JESU	07/02/2008	Desclassificado	Sim	17/12/2025		0	Indeferido	Desclassificado
3296-26-LST-PSS	DARLAN FELIPE EMANUEL NUNES	01/09/1992		Não	10/02/2010		0	Indeferido	Desclassificado
3297-26-LST-PSS	ANA CLARA FIALHO	04/03/2004		Não	18/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3298-26-LST-PSS	MARIANA DOS SANTOS MARGARIDA	24/05/1984		Não	31/12/2004		0	Indeferido	Desclassificado
3322-26-LST-PSS	SILVIA CRISTINA COSTA GAMA	06/08/1979		Não	10/12/1999		0	Indeferido	Desclassificado
3327-26-LST-PSS	VALDANIA DE PAULA MARTINS	19/06/1983		Não	21/12/2001		0	Indeferido	Desclassificado
3338-26-LST-PSS	CINTIA DE OLIVEIRA NEVES	11/02/1974		Não	01/01/1994		0	Indeferido	Desclassificado
3373-26-LST-PSS	RAMONA ALVES DE SOUZA	22/12/1987		Não	17/12/2005		0	Indeferido	Desclassificado
3375-26-LST-PSS	RAMONA ALVES DE SOUZA	22/12/1987		Não	17/12/2005		0	Indeferido	Desclassificado
3403-26-LST-PSS	AMANDA DA SILVA PEREIRA	28/12/2006		Não	17/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3428-26-LST-PSS	HORRANA RODRIGUES SILVA	20/02/1992		Não	24/02/2010		0	Indeferido	Desclassificado
3438-26-LST-PSS	YCARO	07/09/2007		Não	12/12/2025		0	Indeferido	Desclassificado
3458-26-LST-PSS	PATRICIA PRADO BANDEIRA	03/09/1983		Não	15/01/2002		0	Indeferido	Desclassificado
3468-26-LST-PSS	MARIANA GONCALVES DA SILVA	20/08/1987		Não	22/05/2005		0	Indeferido	Desclassificado
3474-26-LST-PSS	DIOGO CARDOSO FONSECA	25/02/1997		Não	30/12/2014		0	Indeferido	Desclassificado
3528-26-LST-PSS	MARRAYLA ROBERTA SOUZA DE PAULA	03/02/2003		Não	28/01/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3532-26-LST-PSS	GRACIELE PEREIRA SOUZA CIDRAO	07/11/1981		Não	12/12/2001		0	Indeferido	Desclassificado
3569-26-LST-PSS	TAMIRES DE CASTRO DUARTE	11/09/1987		Não	22/12/2005		0	Indeferido	Desclassificado
3614-26-LST-PSS	DAIANE NOVAES DOS SANTOS PIRES	29/05/1989		Não	20/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3696-26-LST-PSS	POLYANA CRISTINA DE JESUS	23/08/1988		Não	10/12/2007		0	Indeferido	Desclassificado
3792-26-LST-PSS	ANA CAROLINA ALVES LOPES	19/08/2006		Não	15/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3796-26-LST-PSS	MARIA LUIZA DE PAULA	14/12/2006		Não	17/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3801-26-LST-PSS	TAMARA GABRIELA DE PAULA OLIVEIRA	28/12/2002		Não	18/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3807-26-LST-PSS	ANDRE HENRIQUE RODRIGUES DE ANDRADE	18/10/2000		Não	20/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
3837-26-LST-PSS	GUILHERME TADEU FIGUEIREDO DE SOUZA SOARES	26/12/2000		Não	22/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
3853-26-LST-PSS	LIGIA EMANUELE DUMONT DE MOURA	15/02/1985		Não	20/12/2002		0	Indeferido	Desclassificado
3860-26-LST-PSS	ADIRLENE CARLA RODRIGUES DA SILVA	28/07/1983		Não	11/11/1999		0	Indeferido	Desclassificado
3868-26-LST-PSS	VANESSA CRISTINA SANTOS DE JESUS	19/01/1989		Não	16/12/2006		0	Indeferido	Desclassificado
3885-26-LST-PSS	MARIANA DE SOUZA LIMA	29/03/1986		Não	12/03/2015		0	Indeferido	Desclassificado
3890-26-LST-PSS	MARLUCE SILVA	09/04/1972		Não	28/11/2013		0	Indeferido	Desclassificado
3929-26-LST-PSS	MARINA MOREIRA DA SILVA	23/11/1982		Não	01/12/2000		0	Indeferido	Desclassificado
3937-26-LST-PSS	LUIZ ALBERTO DA SILVA	22/07/1976		Não	05/03/2007		0	Indeferido	Desclassificado
3949-26-LST-PSS	ZILDA DINIZ ALVES	10/08/2005		Não	21/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
3951-26-LST-PSS	CAMILLA ALVES DINIZ MARQUES	10/08/2005		Não	21/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4047-26-LST-PSS	RICARDO LUIZ ALVES FRANCA	26/01/1961		Não	28/10/1998		0	Indeferido	Desclassificado
4069-26-LST-PSS	PAULA TATIELLE DUTRA WAGMANN	15/12/1989		Não	15/07/2014		0	Indeferido	Desclassificado
4084-26-LST-PSS	ALAN ALVES BATISTA	17/01/1982		Não	31/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4105-26-LST-PSS	FERNANDA APARECIDA SILVA NEVES	12/10/1988		Não	27/07/2011		0	Indeferido	Desclassificado
4133-26-LST-PSS	LAIANE RAMOS SILVA	05/08/2004		Não	20/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4141-26-LST-PSS	RENATA DE SOUZA GUERRA COSTA	03/05/1987		Não	18/12/2005		0	Indeferido	Desclassificado
4145-26-LST-PSS	BEATRIZ DE SOUZA COUTINHO GUEDES	09/06/2008		Não	04/08/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4154-26-LST-PSS	FERNANDO DIVINO MARTINS	07/03/1970		Não	18/12/2007		0	Indeferido	Desclassificado
4159-26-LST-PSS	TALITHA JULIA DE OLIVEIRA FONSECA	27/05/2003		Não	15/12/2020		0	Indeferido	Desclassificado
4179-26-LST-PSS	CLAUDIO MOURA DOS SANTOS	01/09/1959		Não	17/03/1998		0	Indeferido	Desclassificado
4182-26-LST-PSS	VANESSA GOMES DE CASTRO	08/01/2003		Não	20/12/2020		0	Indeferido	Desclassificado
4184-26-LST-PSS	LIDIANE DA SILVA	01/04/1987	Desclassificado	Sim	16/03/2006		0	Indeferido	Desclassificado
4197-26-LST-PSS	ROSILENE MARIA DE JESUS MARQUES	07/09/1983		Não	09/10/2019		0	Indeferido	Desclassificado
4203-26-LST-PSS	RAPHAEL HENRIQUE XAVIER DE LIMA	03/01/2003		Não	15/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4204-26-LST-PSS	FRANCISCO LUIZ DE SÁ	28/12/1982		Não	01/12/2000		0	Indeferido	Desclassificado
4206-26-LST-PSS	BRUNA CRISTINA AGRIPINO	13/07/1996		Não	02/08/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4218-26-LST-PSS	GERALDO MAGELA ARRUDA	10/06/1963		Não			0	Indeferido	Desclassificado
4220-26-LST-PSS	MARIA EDUARDA GONCALVES MONTEIRO	17/06/2004		Não	13/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4246-26-LST-PSS	VIDA VIVA	23/02/1986		Não	02/04/2008		0	Indeferido	Desclassificado
4247-26-LST-PSS	VITOR MOREIRA GONCALVES	24/04/1997		Não	15/08/2024		0	Indeferido	Desclassificado
4263-26-LST-PSS	MILENA DE SOUZA ANDRADE	22/04/1998		Não	17/12/2016		0	Indeferido	Desclassificado
4327-26-LST-PSS	ANA CLARA GOMES CANAZART DE SOUZA	13/08/2003		Não	13/12/2019		0	Indeferido	Desclassificado
4329-26-LST-PSS	ROBSON WANDERLEY AMBROSIO	29/12/1964		Não	31/12/1986		0	Indeferido	Desclassificado
4330-26-LST-PSS	VANECIA PEREIRA REIS SILVA	30/08/1978		Não	15/12/2000		0	Indeferido	Desclassificado
4340-26-LST-PSS	ROGER LUIZ	22/02/1999		Não	14/12/2016		0	Indeferido	Desclassificado
4346-26-LST-PSS	ANDREIA INEZ SANTOS TEIXEIRA	12/11/1972		Não	05/05/1995		0	Indeferido	Desclassificado

4356-26-LST-PSS	MARCIA ALVES DE BARCELLOS BARREIROS	20/05/1977	Desclassificado	Sim	30/12/1995		0	Indeferido	Desclassificado
4358-26-LST-PSS	NANIMA CRISTINA BICALHO	23/03/1993		Não	20/12/2012		0	Indeferido	Desclassificado
4374-26-LST-PSS	ROBSON PAULA LIMA	03/09/1967		Não	21/04/1989		0	Indeferido	Desclassificado
4388-26-LST-PSS	IARA JOSIANE OLIVEIRA DA SILVA	09/10/1982		Não	01/12/2000		0	Indeferido	Desclassificado
4392-26-LST-PSS	PEDRO ALVES	22/03/2005		Não	20/11/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4398-26-LST-PSS	PEDRO AUGUSTO MOREIRA BONIFACIO	03/06/2002		Não	17/11/2020		0	Indeferido	Desclassificado
4403-26-LST-PSS	WELLERSON WEBER WAGMANN	05/04/1985		Não	16/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4408-26-LST-PSS	SIBELE ARYADNE DA SILVA	17/11/1989		Não	16/02/2016		0	Indeferido	Desclassificado
4411-26-LST-PSS	LARISSA MEDEIROS DE PAULA	02/06/1998	Desclassificado	Sim	09/07/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4433-26-LST-PSS	FERNANDA APARECIDA FARIA	09/11/1981		Não	10/12/1999		0	Indeferido	Desclassificado
4468-26-LST-PSS	LUIZ FELIPE DE OLIVEIRA	01/12/2004		Não	16/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4478-26-LST-PSS	ANA LUIZA RODRIGUES VILELA SOUZA	12/01/1995		Não	01/12/2012		0	Indeferido	Desclassificado
4481-26-LST-PSS	KETLEEN NAYARA DA SILVA REIS BARROS	28/06/1991		Não	14/12/2009		0	Indeferido	Desclassificado
4496-26-LST-PSS	BRUNA VITORIA MEIRA	09/02/2005		Não	10/12/1024		0	Indeferido	Desclassificado
4512-26-LST-PSS	VILMARA COSTA DA SILVA SANTOS	10/02/1975		Não	12/05/1998		0	Indeferido	Desclassificado
4514-26-LST-PSS	CELIA LUCIANA CUNHA	10/09/1971		Não	25/08/2017		0	Indeferido	Desclassificado
4537-26-LST-PSS	MARINALVA DE SOUSA LIMA	17/06/1972		Não	02/09/1993		0	Indeferido	Desclassificado
4540-26-LST-PSS	RACHEL MATOS MARTINS DA SILVA	31/07/1980		Não	02/12/2002		0	Indeferido	Desclassificado
4549-26-LST-PSS	BARBARA NAZIR	16/06/1993		Não	01/12/2010		0	Indeferido	Desclassificado
4552-26-LST-PSS	LUIS HENRIQUE MARTINS FERNANDES SOUZA	19/06/2000		Não	15/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4564-26-LST-PSS	MILENA DE MATOS OLIVEIRA	15/04/2004		Não	01/12/2019		0	Indeferido	Desclassificado
4574-26-LST-PSS	RONAN TEIXEIRA RODRIGUES	20/07/1985	Desclassificado	Sim	03/07/2015		0	Indeferido	Desclassificado
4599-26-LST-PSS	POLYANA CRISTINA DE JESUS	23/08/1988		Não	21/12/2006		0	Indeferido	Desclassificado
4607-26-LST-PSS	OTTO BWNFICA GONÇALVES DE OLIVEIRA	22/01/2004		Não	01/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4616-26-LST-PSS	NELY ELANE DA FONSECA CHAGAS	29/06/1983		Não	15/12/2001		0	Indeferido	Desclassificado
4623-26-LST-PSS	JULIANA SILVA DE OLIVEIRA PATRICIO	11/10/1982		Não	22/12/1999		0	Indeferido	Desclassificado
4666-26-LST-PSS	THALITA VITOR DA SILVA	21/12/1994		Não	22/12/2012		0	Indeferido	Desclassificado
4675-26-LST-PSS	CLEIDE DE FARIA VEIGA	13/10/1972		Não	22/12/1996		0	Indeferido	Desclassificado
4710-26-LST-PSS	HELTON CANAVERDE DE CASTILHO	08/03/1979		Não	13/07/2001		0	Indeferido	Desclassificado
4722-26-LST-PSS	ROBERTA RIBEIRO DE MATOS	15/06/1985		Não	20/12/2002		0	Indeferido	Desclassificado
4732-26-LST-PSS	RAIAM MAIA E MAIA	15/04/1989	Desclassificado	Sim	02/12/2006		0	Indeferido	Desclassificado
4736-26-LST-PSS	MAURO CESAR NOVAIS PEREIRA	25/11/1980		Não	15/12/1999		0	Indeferido	Desclassificado
4743-26-LST-PSS	MATHEUS AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA	22/10/2002		Não	01/12/2020		0	Indeferido	Desclassificado
4747-26-LST-PSS	GABRIEL DIAS VIANA	06/09/2006		Não	06/09/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4768-26-LST-PSS	ADRIELLE CRISTINA DA SILVA MACHADO	28/08/1987		Não	30/12/2005		0	Indeferido	Desclassificado
4796-26-LST-PSS	STHEFANY MARTINS DOS SANTOS	28/03/2003		Não	01/01/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4808-26-LST-PSS	WELLINGTON ANTONIO NONATO	16/02/1965		Não	21/12/1983		0	Indeferido	Desclassificado
4810-26-LST-PSS	NATHALIA LEITE DIAS AVELAR	09/07/1986		Não	28/02/2011		0	Indeferido	Desclassificado
4815-26-LST-PSS	NATHALIA LEITE DIAS AVELAR	09/07/1986		Não	28/02/2012		0	Indeferido	Desclassificado
4819-26-LST-PSS	LUANA TEREZA DOS SANTOS CANUTO	06/04/1982		Não	14/12/2001		0	Indeferido	Desclassificado
4822-26-LST-PSS	ANA CLARA DE SOUZA	22/09/1999		Não	14/12/2017		0	Indeferido	Desclassificado
4850-26-LST-PSS	CAROLINA BENEVIDES MUCCHIUT	27/08/1978		Não	01/12/1998		0	Indeferido	Desclassificado
4858-26-LST-PSS	BEATRIZ AUGUSTA GONÇALVES	21/11/1957	Desclassificado	Sim	26/08/1987		0	Indeferido	Desclassificado
4911-26-LST-PSS	VIVIANE BEATRIZ FERREIRA DO NASCIMENTO	15/10/1986		Não	01/12/2006		0	Indeferido	Desclassificado
4950-26-LST-PSS	CAIQUE GOMES RODRIGUES XAVIER	09/04/1993		Não	31/12/2010		0	Indeferido	Desclassificado
4971-26-LST-PSS	ROSANA COSTA FREIRE	09/12/1968		Não	07/07/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4973-26-LST-PSS	ESTER CRISTINA	01/08/2007		Não	15/12/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4987-26-LST-PSS	MARIA CECÍLIA	17/01/2006		Não	31/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4991-26-LST-PSS	TIAGO ESTEVES	20/03/1992		Não	22/12/2025		0	Indeferido	Desclassificado
5017-26-LST-PSS	POLIANE CARDOSO DE OLIVEIRA	14/02/1991		Não	17/03/2017		0	Indeferido	Desclassificado
5022-26-LST-PSS	FERNANDA CAROLINE FERREIRA ARAUJO	24/06/1979		Não	30/12/1999		0	Indeferido	Desclassificado
5024-26-LST-PSS	EDUARDO HERMETO DE SIQUEIRA	01/10/1961		Não	15/07/2025		0	Indeferido	Desclassificado
5029-26-LST-PSS	RAISSA NASCIMENTO RIBEIRO	06/06/1992		Não	18/12/2009		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:44A52357

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO FAZENDÁRIO

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
4544-26-LST-PSS	EDIRSON ABREU DA SILVA	01/08/1955		Não	31/12/1975		17108	Deferido	1
4651-26-LST-PSS	DENILSON VIEIRA DA CONCEICAO	14/05/1970		Não	22/12/1989		12728	Deferido	2
4933-26-LST-PSS	LAUDICEIA EVANGELISTA SILVA DE OLIVEIRA	10/09/1981		Não	16/12/1999	Graduação	7573	Deferido	3
5006-26-LST-PSS	CRISTIANE PEREIRA ALVES SANTOS	01/03/1979	1	Sim	15/12/1998		7286	Deferido	4
3980-26-LST-PSS	WALKIRIA FERREIRA SOARES	20/11/1976		Não	27/12/1996	Pós-Graduação	6122	Deferido	5
2821-26-LST-PSS	CRISTHIANE MARIA ASSI	21/06/1970		Não	02/02/1988	Pós-Graduação	5636	Deferido	6
4958-26-LST-PSS	CASSIA CARRARO AMBROSIO	12/03/1980		Não	28/12/1998	Pós-Graduação	5592	Deferido	7
3737-26-LST-PSS	MICHELLY DA SILVA COSTA FELIX	07/03/1989		Não	17/12/2008		5537	Deferido	8
4871-26-LST-PSS	GLAYCE SOARES BRANDAO	31/05/1977		Não	20/12/1995	Graduação	5080	Deferido	9
3499-26-LST-PSS	SARAH MALLACO SALOMAO ROMUALDO	18/01/1987		Não	14/09/2013		4146	Deferido	10
2811-26-LST-PSS	RENATA MACHADO TELES SOARES DE FREITAS	28/07/1988		Não	15/12/2006	Graduação	3923	Deferido	11
4227-26-LST-PSS	NAYARA FABIANE ROSEMARI SILVA	09/01/1990		Não	17/12/2013	Pós-Graduação	3782	Deferido	12
4536-26-LST-PSS	MARCOS AMADEU DE CASTRO	01/07/1981		Não	22/12/2000	Pós-Graduação	3687	Deferido	13
2535-26-LST-PSS	DANUBIA FERREIRA DOS SANTOS	17/02/1985		Não	30/12/2002		3457	Deferido	14
2500-26-LST-PSS	ANNA VITORIA FILOMENA FERREIRA DE MORAIS	26/01/1991		Não	01/12/2008		2807	Deferido	15
4667-26-LST-PSS	CLEIDE DE FARIA VEIGA	13/10/1972		Não	22/12/1996	Graduação	2725	Deferido	16
4842-26-LST-PSS	ARIANA MARISA DA SILVA BRAS	20/02/1976		Não	01/08/2012	Pós-Graduação	2278	Deferido	17
3122-26-LST-PSS	RAFAELA PEREIRA XAVIER DE OLIVEIRA	29/01/1993		Não	17/02/2012	Graduação	2255	Deferido	18
4901-26-LST-PSS	MARILENE APARECIDA COSTA	03/02/1983		Não	23/12/2000		2254	Deferido	19
3412-26-LST-PSS	ANDREIA DE FREITAS RESENDE	24/10/1975		Não	01/12/2008		2222	Deferido	20
2614-26-LST-PSS	CRISTINA TOMICH ALVES	01/06/1983		Não	15/12/2005	Graduação	1931	Deferido	21
4190-26-LST-PSS	LEILA NASCIMENTO LEAL DE OLIVEIRA	22/05/1979	2	Sim	05/12/1997	Graduação	1884	Deferido	22
4979-26-LST-PSS	REGINA DOS SANTOS SILVA	23/04/1986		Não	30/12/2004	Graduação	1639	Deferido	23
3899-26-LST-PSS	RAPHAELA CINTIA LOURENCO	08/08/1990		Não	12/03/2019		1465	Deferido	24
2491-26-LST-PSS	MONICA WAN DER MAAS DE SOUZA	01/12/1990		Não	20/12/2007	Graduação	1434	Deferido	25
3709-26-LST-PSS	MAYARA LUIZA VELOSO MARTINS	05/10/2002		Não	28/01/2021		1351	Deferido	26
4587-26-LST-PSS	ROBERTA KELLY DE ABREU REZENDE	06/05/1999		Não	22/12/2017		1275	Deferido	27
3451-26-LST-PSS	MILENA FABRICIA PEREIRA ROCHA	20/07/1993		Não	23/12/2010		1274	Deferido	28
3981-26-LST-PSS	LARISSA MELO DE QUEIROGA SOARES	20/04/1997		Não	17/05/2016	Graduação	1206	Deferido	29
2918-26-LST-PSS	ERICK HENRIQUE MARTINS FERREIRA	10/07/2003		Não	18/12/2021		1172	Deferido	30
3639-26-LST-PSS	ELISMARA BORGES MOREIRA	17/09/1974		Não	20/08/1996	Graduação	1118	Deferido	31
4644-26-LST-PSS	VANDERLEIA RODRIGUES DE SOUSA OLIVEIRA	17/10/1981		Não	08/12/2021		1105	Deferido	32
4771-26-LST-PSS	AMANDA CAROLINE DE CASTRO GONCALVES	23/03/2005		Não	21/12/2022		1101	Deferido	33
4852-26-LST-PSS	ANA MARCIA DE SOUZA GONTIJO	28/01/1974		Não	21/12/2001		1087	Deferido	34
3986-26-LST-PSS	JOSIANE ROCHA DE SOUZA	02/10/1993		Não	27/12/2010	Graduação	1070	Deferido	35
3888-26-LST-PSS	RENATA CARLA FREITAS PAULISTA	15/05/1981		Não	22/12/2000		986	Deferido	36
2608-26-LST-PSS	ISABELA CRISTINA AGANETTE	30/03/1994		Não	30/12/2011		920	Deferido	37
2790-26-LST-PSS	LAYLA MACHADO COSTA	27/12/1999		Não	22/12/2017		852	Deferido	38
4735-26-LST-PSS	THALYTA NAPOLES DE PAULA	18/03/2002		Não	31/12/2021		846	Deferido	39
4345-26-LST-PSS	EMMANUEL MATEUS GOUVEA	10/12/1991		Não	24/05/2023		778	Deferido	40
5018-26-LST-PSS	ROZANA NUNES PEREIRA NEVES	17/04/1981		Não	06/12/1999		732	Deferido	41
3472-26-LST-PSS	NATHALIA SOARES PARDINHO	01/08/1990		Não	30/12/2017		731	Deferido	42
3394-26-LST-PSS	OIRAN AMOAI	25/08/2001		Não	31/12/2019		731	Deferido	43
4984-26-LST-PSS	CRISLEON VALADARES DA CRUZ	22/06/1987		Não	09/08/2016	Pós-Graduação	730	Deferido	44
4763-26-LST-PSS	EVELLYN LAVINIA ARAUJO SILVA	16/04/2005		Não	21/12/2023		675	Deferido	45
3529-26-LST-PSS	PEDRO HENRIQUE RODRIGUES DE SOUZA	15/06/1996		Não	30/01/2014		555	Deferido	46
2517-26-LST-PSS	ALINE CRISTHIAN DE LIMA SILVA	21/02/1997		Não	13/12/2013		538	Deferido	47
3259-26-LST-PSS	MAURICIO ARTHUR SOUZA DE PAULA	24/11/2000		Não	31/12/2018	Graduação	480	Deferido	48
5011-26-LST-PSS	RICARDO CORDEIRO MELLO MAGALHAES DA ROCHA	11/12/1984		Não	01/12/2002		464	Deferido	49
4189-26-LST-PSS	THAISE PRISCILA DE SOUSA TELES	30/04/1994		Não	31/12/2012		460	Deferido	50
3153-26-LST-PSS	ABRAAO DAVI BARBOSA SANTOS	08/05/1992		Não	28/12/2009	Pós-Graduação	417	Deferido	51
3823-26-LST-PSS	IASMYN KENDALLYN BARBOSA TORRES	06/09/1998		Não	23/12/2016		413	Deferido	52
3606-26-LST-PSS	THAYNA AIRES DOS SANTOS	21/03/1998		Não	17/12/2015	Graduação	379	Deferido	53

4450-26-LST-PSS	ROBERT LEE QUIRINO BATISTA	23/10/1998		Não	17/12/2015		365	Deferido	54
4862-26-LST-PSS	RAQUEL VIEIRA DA SILVA	04/07/1999		Não	15/12/2016		341	Deferido	55
3800-26-LST-PSS	ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA ARAÚJO	02/11/2003		Não	10/03/2023		327	Deferido	56
4704-26-LST-PSS	LORENA DE MATOS MARTINS	17/08/1995		Não	18/12/2013		302	Deferido	57
3465-26-LST-PSS	ISABEL FERNANDA CASTRO DE LIMA	08/04/2003		Não	30/12/2019	Pós-Graduação	298	Deferido	58
3492-26-LST-PSS	GUSTAVO DE SOUSA ASSIS OLIVEIRA	31/07/2000		Não	18/12/2018	Graduação	221	Deferido	59
3707-26-LST-PSS	ANA CECILIA RIBEIRO	30/07/1980		Não	31/12/1999		221	Deferido	60
2698-26-LST-PSS	GILBERTO DORNELAS MIRANDA	05/08/1978		Não	01/12/2002	Pós-Graduação	185	Deferido	61
4826-26-LST-PSS	ADRIANA GLORIA DOS SANTOS	14/11/1982		Não	09/08/2016		120	Deferido	62
3303-26-LST-PSS	DENILSON FERREIRA CARDOSO	17/09/1982		Não	19/03/2007		114	Deferido	63
4165-26-LST-PSS	LUIGI LUCAS PROCESSY MARINHO	17/03/1999		Não	12/12/2016		77	Deferido	64
4034-26-LST-PSS	THAILLA VICTORIA MARTINS CAMPO	03/10/2007		Não	18/12/2025		45	Deferido	65
3310-26-LST-PSS	FAMUEL REIS ARAUJO	08/11/2000		Não	07/07/2026		12	Deferido	66
3145-26-LST-PSS	MARIA CRISTINA ALVES DE LIMA	24/11/1975		Não	20/12/1993	Mestrado	0	Deferido	67
4338-26-LST-PSS	CLAUDIA MARIA DOS REIS	28/04/1971		Não	21/12/1993	Pós-Graduação	0	Deferido	68
4606-26-LST-PSS	ALESSANDRA AVILA GARCIA MAIA	10/06/1990		Não	20/12/2007	Pós-Graduação	0	Deferido	69
4676-26-LST-PSS	ZAQUEU RODRIGUES ALVES	12/09/1983		Não	19/08/2015	Pós-Graduação	0	Deferido	70
3931-26-LST-PSS	CRISTINA FERREIRA FUJIE	10/06/1981		Não	19/12/1998	Graduação	0	Deferido	71
4295-26-LST-PSS	DENISE DOS SANTOS RIBEIRO	22/03/1979		Não	30/12/1998	Graduação	0	Deferido	72
4407-26-LST-PSS	DEBORA CORGOSINHO NOGUEIRA FIGUEIREDO	05/09/1981		Não	31/12/1999	Graduação	0	Deferido	73
2894-26-LST-PSS	RAFAEL NOGUEIRA ZADRA	27/10/1983		Não	20/12/2002	Graduação	0	Deferido	74
3644-26-LST-PSS	MONALISA FERREIRA DE CARVALHO	24/09/1985		Não	22/12/2003	Graduação	0	Deferido	75
3789-26-LST-PSS	ROSA FRANCISCA DA SILVA	08/08/1983		Não	21/12/2006	Graduação	0	Deferido	76
3328-26-LST-PSS	JOAO PAULO NUNES ARAUJO	19/02/1982		Não	18/06/2007	Graduação	0	Deferido	77
3548-26-LST-PSS	THAIS CAROLINE SILVA	30/10/1989		Não	19/11/2007	Graduação	0	Deferido	78
3893-26-LST-PSS	CRISTIANO FLORENTINO BEATRIZ	08/10/1981		Não	14/12/2007	Graduação	0	Deferido	79
4119-26-LST-PSS	LAIR AYRES DE LIMA FILHO	01/08/1964		Não	17/04/2008	Graduação	0	Deferido	80
3761-26-LST-PSS	REINALDO FRIEDRICH JUNIOR	15/04/1991		Não	21/12/2008	Graduação	0	Deferido	81
3141-26-LST-PSS	CHARLES HENRIQUE DE ALMEIDA ANDRADE	01/09/1993		Não	22/12/2010	Graduação	0	Deferido	82
2862-26-LST-PSS	JAQUELINE DE OLIVEIRA SANTOS	02/08/1993		Não	31/12/2011	Graduação	0	Deferido	83
3667-26-LST-PSS	MARCELO CARVALHO	28/07/1994		Não	03/01/2014	Graduação	0	Deferido	84
3715-26-LST-PSS	BIANCA LUZIA SILVA CANDEIA	13/12/1999	3	Sim	17/12/2018	Graduação	0	Deferido	85
4479-26-LST-PSS	DARLENE GLÓRIA NEVES	06/08/1985		Não	23/12/2023	Graduação	0	Deferido	86
2856-26-LST-PSS	WASHINGTON SANTOS	02/02/1981		Não	31/12/2025	Graduação	0	Deferido	87
4421-26-LST-PSS	ALESSANDRA DO CARMO EVANGELISTA	19/06/1970		Não	23/12/1987		0	Deferido	88
4899-26-LST-PSS	JAIME CARNEIRO JUNIOR	07/09/1970		Não	24/01/1991		0	Deferido	89
4890-26-LST-PSS	LIANA BEATRIZ DA SILVA	28/01/1965		Não	17/12/1991		0	Deferido	90
4187-26-LST-PSS	ELIANE APARECIDA PERUSSI	26/06/1974		Não	20/12/1991		0	Deferido	91
3754-26-LST-PSS	ELISANGELA SILVA	22/06/1973		Não	23/12/1991		0	Deferido	92
2637-26-LST-PSS	EDSON MIGUEL DE MACEDO	27/02/1971		Não	31/07/1992		0	Deferido	93
2876-26-LST-PSS	NEIO LUCIO DAS NEVES SILVA	28/03/1962		Não	15/12/1996		0	Deferido	94
4699-26-LST-PSS	ERIKA DE MATOS MARTINS	15/01/1977		Não	22/12/1996		0	Deferido	95
3183-26-LST-PSS	MANOEL BISPO DOS SANTOS	20/02/1977		Não	22/12/1997		0	Deferido	96
4406-26-LST-PSS	DUVAL AUGUSTO DE OLIVEIRA NETO	21/08/1972		Não	27/04/1998		0	Deferido	97
3661-26-LST-PSS	LUCIANA OLIVEIRA	06/02/1981		Não	17/12/1999		0	Deferido	98
2806-26-LST-PSS	GERALDO MOREIRA DE LIMA	09/10/1981		Não	20/12/1999		0	Deferido	99
3077-26-LST-PSS	MAHINLINE CRISTINNE NUNES ALVES	21/07/1983		Não	06/01/2000		0	Deferido	100
3304-26-LST-PSS	KELLY CRISTINA SOARES MARTINS	29/07/1982		Não	08/12/2000		0	Deferido	101
4731-26-LST-PSS	ROSANGELA DE MATOS OLIVEIRA	22/03/1973		Não	06/07/2001		0	Deferido	102
3345-26-LST-PSS	CLÉLIA SOUZA RODRIGUES	17/07/1977		Não	30/07/2001		0	Deferido	103
3323-26-LST-PSS	VALDANIA DE PAULA MARTINS	19/06/1983		Não	21/12/2001		0	Deferido	104
3461-26-LST-PSS	TALITA FERNANDES VALADAR	14/05/1985		Não	10/12/2003		0	Deferido	105
3551-26-LST-PSS	CIBELE ARAÚJO DUARTE	20/08/1985		Não	22/12/2004		0	Deferido	106
3892-26-LST-PSS	POLLYANA GONCALVES	13/09/1987		Não	17/12/2005		0	Deferido	107
4469-26-LST-PSS	ROBERTA PEREIRA FERREIRA	18/04/1987		Não	22/12/2005		0	Deferido	108
3410-26-LST-PSS	FERNANDA APARECIDA COSTA	25/07/1988		Não	01/12/2006		0	Deferido	109
3065-26-LST-PSS	SHIRLEY MAKLENE BARBOSA	12/04/1988		Não	18/12/2006		0	Deferido	110
4903-26-LST-PSS	VIVIANE BEATRIZ FERREIRA DO NASCIMENTO	15/10/1986		Não	21/12/2006		0	Deferido	111
3788-26-LST-PSS	GABRIELA DE AZEVEDO SILVA	10/09/1988		Não	22/12/2006		0	Deferido	112
2531-26-LST-PSS	GENIFER ALVARENGA LEITE	04/12/1988		Não	31/12/2006		0	Deferido	113
3312-26-LST-PSS	POLIANA CHAGAS BITENCOURT	10/04/1990		Não	21/12/2007		0	Deferido	114

2983-26-LST-PSS	SIMONE DE SA NEVES	09/11/1991		Não	12/12/2008		0	Deferido	115
2947-26-LST-PSS	LILIAN BONIFACIO	28/04/1982		Não	10/07/2010		0	Deferido	116
2724-26-LST-PSS	MARCELO DE LIMA VALADARES	21/02/1970		Não	15/12/2010		0	Deferido	117
2733-26-LST-PSS	IZABELLE DE FREITAS ALVES	11/08/1992		Não	24/06/2012		0	Deferido	118
4188-26-LST-PSS	DANIEL RIBEIRO ARAUJO	19/05/1995		Não	18/12/2012		0	Deferido	119
3611-26-LST-PSS	LAYLA ROBERTA ROCHA FREITAS	26/07/1994		Não	31/12/2012		0	Deferido	120
3009-26-LST-PSS	LAION BELTRÃO ARAÚJO	08/06/1989		Não	24/02/2013		0	Deferido	121
2645-26-LST-PSS	ERICA CAROLINA DE ABREU SCARPELLI	24/09/1984		Não	13/08/2013		0	Deferido	122
3117-26-LST-PSS	MARLUCE BARBOSA DA SILVA	09/04/1972		Não	28/11/2013		0	Deferido	123
3246-26-LST-PSS	JOSE DA SILVA JUNIOR	24/04/1992		Não	16/12/2013		0	Deferido	124
4139-26-LST-PSS	NEILIANE DE OLIVEIRA	27/07/1984		Não	23/12/2013		0	Deferido	125
2745-26-LST-PSS	VINICIUS SILVA HAYASHI	12/04/1995		Não	05/12/2014		0	Deferido	126
2866-26-LST-PSS	ADIENE ELDA DE SOUZA MARTINS	15/10/1996		Não	12/12/2014		0	Deferido	127
2780-26-LST-PSS	BRENO HENRIQUE BATISTA DA SILVA	11/11/1993		Não	19/12/2014		0	Deferido	128
2594-26-LST-PSS	MARIANA PAEZ MATHEOS MONTEIRO CHAVES	27/02/1996		Não	19/12/2014		0	Deferido	129
3678-26-LST-PSS	DEBORA CRISTINA DE MOURA MEDEIROS	16/01/1997		Não	19/12/2014		0	Deferido	130
3084-26-LST-PSS	SAMILY RODRIGUES OLIVEIRA	22/06/1996		Não	20/12/2014		0	Deferido	131
3196-26-LST-PSS	ELISSANDRA DE VILHENA SILVA	14/10/1977		Não	20/02/2016		0	Deferido	132
3079-26-LST-PSS	IZAQUE DANIEL DO NASCIMENTO BELILO	16/11/1997		Não	09/12/2016		0	Deferido	133
3170-26-LST-PSS	WALTERSON THYAGO DE SOUZA MARCAL	17/05/1990		Não	24/01/2017		0	Deferido	134
2702-26-LST-PSS	PAULA RAMONNY FONSECA AZEVEDO	15/09/1997		Não	14/06/2017		0	Deferido	135
4376-26-LST-PSS	ANA BEATRIZ DE SOUZA DUTRA	30/09/1999	4	Sim	08/12/2017		0	Deferido	136
2487-26-LST-PSS	ANA FLAVIA FONSECA DA SILVA OLIVEIRA	16/05/1995		Não	03/05/2018		0	Deferido	137
4883-26-LST-PSS	LORRANY CRISTINA DA SILVA	18/09/2000		Não	21/12/2018		0	Deferido	138
2946-26-LST-PSS	HELOIZA ARAUJO CARDOSO	21/07/2000		Não	31/12/2018		0	Deferido	139
4705-26-LST-PSS	SAMUEL SALLUN ARABE	31/08/2000		Não	22/01/2019		0	Deferido	140
4863-26-LST-PSS	SABRINA GOMES PEREIRA	02/10/2000		Não	25/01/2019		0	Deferido	141
4031-26-LST-PSS	LETICIA VELOSO SILVA	08/12/2000		Não	13/12/2019		0	Deferido	142
3331-26-LST-PSS	ITALO RAVIER RAMOS DE GOIS	20/06/2000		Não	14/12/2019		0	Deferido	143
4112-26-LST-PSS	ADRIA QUELIANE SIMÃO DA SILVA	15/03/2002		Não	18/02/2020		0	Deferido	144
4888-26-LST-PSS	PEDRO LUCAS SANTANA DE ALCANTARA BATISTA	25/05/2001		Não	10/03/2020		0	Deferido	145
4975-26-LST-PSS	ISABELA GONCALVES ARAUJO	11/08/2002		Não	31/12/2020		0	Deferido	146
3513-26-LST-PSS	RICARDO JOSE DE OLIVEIRA	07/05/1989		Não	27/03/2021		0	Deferido	147
4748-26-LST-PSS	NAIARA DOLABELLA E SANTOS	14/01/2002		Não	16/12/2021		0	Deferido	148
3144-26-LST-PSS	HELDER MARCOS DOS ANJOS	22/01/2003		Não	17/12/2021		0	Deferido	149
3038-26-LST-PSS	LEONARDO GABRIEL BARBOSA DE ASSUNCAO ARAUJO	06/08/2003		Não	17/12/2021		0	Deferido	150
4725-26-LST-PSS	MARIA EDUARDA SANTOS OLIVEIRA	13/08/2003		Não	18/12/2021		0	Deferido	151
2961-26-LST-PSS	DANIELA CAMILY DE OLIVEIRA REIS	11/10/2003		Não	18/12/2021		0	Deferido	152
4972-26-LST-PSS	CRISTINA MAIA COSTA MAGALHAES	22/01/1989		Não	31/01/2022		0	Deferido	153
2725-26-LST-PSS	LILIANE SANTANA MICRONI	08/01/1992		Não	17/02/2022		0	Deferido	154
3364-26-LST-PSS	DAVI MACEDO GONCALVES	21/09/1991		Não	04/03/2022		0	Deferido	155
3910-26-LST-PSS	MONICA REIS SANTOS	05/06/1985		Não	31/03/2022		0	Deferido	156
2636-26-LST-PSS	RYKISON DA SILVA FREITAS	11/04/2004		Não	17/12/2022		0	Deferido	157
4876-26-LST-PSS	RONALDO DA SILVA DO VALE JUNIOR	10/07/2004		Não	19/12/2022		0	Deferido	158
2449-26-LST-PSS	CAROLINA ISIS DAMASCENO FONSECA	26/11/2004		Não	20/12/2022		0	Deferido	159
4833-26-LST-PSS	YASMIN DE SOUZA CORDEIRO	02/11/1999		Não	23/12/2022		0	Deferido	160
4242-26-LST-PSS	VICTOR AUGUSTO NUNES SANTOS	21/10/2004		Não	31/12/2022		0	Deferido	161
4196-26-LST-PSS	LEONARDO RODRIGUES MOREIRA	15/06/1998		Não	19/01/2023		0	Deferido	162
4794-26-LST-PSS	ANDREIA GONCALVES DE LIMA SILVA	25/07/1989		Não	09/12/2023		0	Deferido	163
4322-26-LST-PSS	GABRIELLA MELO DE QUEIROGA SOARES	08/01/2006	5	Sim	10/12/2023		0	Deferido	164
2891-26-LST-PSS	ANA LUIZA PRATES DOS SANTOS	14/12/2005		Não	20/12/2023		0	Deferido	165
2878-26-LST-PSS	MARIA EDUARDA BONFIOLI MUNDIM	22/02/2007		Não	20/12/2024		0	Deferido	166
3156-26-LST-PSS	DANIELA ALVES RAMOS	30/04/1981		Não	28/01/2025		0	Deferido	167
2564-26-LST-PSS	ANDREZA SIMIONI VIEIRA	04/10/1977		Não	03/02/2025		0	Deferido	168
4541-26-LST-PSS	LUAN FERNANDES SABARENSE	19/07/2004		Não	09/07/2025		0	Deferido	169
4086-26-LST-PSS	JOÃO PAULO LOPES VIEIRA	12/07/1985		Não	13/12/2025		0	Deferido	170
3960-26-LST-PSS	YASMIN LAYSSA DE SÁ FREITAS	25/02/2008		Não	19/12/2025		0	Deferido	171
3101-26-LST-PSS	GABRIELLY SOARES DE SOUSA	01/05/2007		Não	22/12/2025		0	Deferido	172
4749-26-LST-PSS	JÉSSICA SILVA SALZMANN GONÇALVES	07/01/1997		Não	10/07/2026		0	Deferido	173
2464-26-LST-PSS	KALANIA CHAVES RODRIGUES	06/12/1995		Não	16/06/2025		0	Indeferido	Desclassificado
2600-26-LST-PSS	SILVANIA DO CARMO TEIXEIRA	02/06/1979		Não	20/12/1999		0	Indeferido	Desclassificado

2676-26-LST-PSS	DEBORA CANDIDA MOREIRA	22/11/1997		Não	01/01/2020		0	Indeferido	Desclassificado
2684-26-LST-PSS	IVAN WAGNER RODRIGUES	12/06/1997		Não	24/01/2025		0	Indeferido	Desclassificado
2734-26-LST-PSS	MAYSA LARA DO CARMO MADEIRA	07/05/2002		Não	15/12/2019		0	Indeferido	Desclassificado
2823-26-LST-PSS	RILDO JUSTINO BARBOSA	28/02/1970		Não	12/12/1980		0	Indeferido	Desclassificado
2825-26-LST-PSS	DALADIER ADNS DE FREITAS	18/12/1983		Não	20/12/2002		0	Indeferido	Desclassificado
2829-26-LST-PSS	EDUARDO HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA	24/01/2006		Não	31/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
2848-26-LST-PSS	JANAINA FERNANDES DE OLIVEIRA ASSIS	05/05/1986		Não	16/12/2005		0	Indeferido	Desclassificado
2877-26-LST-PSS	MICHELLE BARLETTE DE OLIVEIRA	20/11/2000		Não	22/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
2927-26-LST-PSS	GEISA ARAÚJO ANTUNES SOARES	10/04/1989		Não	15/12/2007		0	Indeferido	Desclassificado
2950-26-LST-PSS	KEDREN LUCAS OLIVEIRA SILVA	22/02/2000		Não	08/02/2024		0	Indeferido	Desclassificado
2952-26-LST-PSS	ENDEREÇO DO USUÁRIO	07/04/2005		Não	01/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
2966-26-LST-PSS	ISRAEL LOPES GONCALVES JUNIOR	28/07/1984		Não	01/12/2002		0	Indeferido	Desclassificado
2974-26-LST-PSS	TATIANE ROCHA SILVA	04/07/1996		Não	16/12/2013		0	Indeferido	Desclassificado
2982-26-LST-PSS	TAIS CAMILA VIEIRA	21/02/2000		Não	22/12/2017		0	Indeferido	Desclassificado
3001-26-LST-PSS	JULIA MACHADO DOS SANTOS	24/06/1999		Não	22/12/2017		0	Indeferido	Desclassificado
3031-26-LST-PSS	JOICE ELLEN DE OLIVEIRA GONCALVES	06/10/1997		Não	20/12/1996		0	Indeferido	Desclassificado
3044-26-LST-PSS	JOSUE RODRIGUES DA SILVA	08/12/2006		Não	31/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3047-26-LST-PSS	SILVANIA DO CARMO TEIXEIRA	02/06/1979		Não	20/12/1999		0	Indeferido	Desclassificado
3082-26-LST-PSS	LETICIA MIRANDA DE SIQUEIRA ABREU	22/03/2005		Não	15/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3091-26-LST-PSS	TAYNA RODRIGUES DE OLIVEIRA	23/12/1994		Não	21/12/2012		0	Indeferido	Desclassificado
3168-26-LST-PSS	HORRANA RODRIGUES SILVA	20/02/1992		Não	24/02/2010		0	Indeferido	Desclassificado
3199-26-LST-PSS	RUBENS JUNIOR	14/05/1992		Não	12/12/2009		0	Indeferido	Desclassificado
3217-26-LST-PSS	CAMILA STEPHANIE SANTOS SILVA	01/05/1998		Não	23/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
3230-26-LST-PSS	JOSELENE CAMELO MORAIS	10/10/1994		Não	18/12/2012		0	Indeferido	Desclassificado
3238-26-LST-PSS	JOICE ELVIRA AGRIPINO	20/11/1994		Não	14/09/2015		0	Indeferido	Desclassificado
3249-26-LST-PSS	VINICIUS SILVA HAYASHI	12/04/1995		Não	05/12/2014		0	Indeferido	Desclassificado
3260-26-LST-PSS	DAVI EMANUEL RODRIGUES	26/12/2003		Não	30/11/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3269-26-LST-PSS	GUSTAVO ROCHA RIBEIRO	24/11/2002		Não	28/01/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3282-26-LST-PSS	SARAH OLIVEIRA SOUZA	31/05/1990		Não	01/01/2009		0	Indeferido	Desclassificado
3288-26-LST-PSS	FELIPE RAMALHO DE ALMEIDA SILVA	07/02/2003		Não	27/01/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3301-26-LST-PSS	YASMIM CABRAL DOS SANTOS SILVA	27/12/2002		Não	27/01/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3382-26-LST-PSS	RONILDO PEREIRA RIBEIRO	03/07/1979		Não	04/10/2001		0	Indeferido	Desclassificado
3425-26-LST-PSS	MARIA CLARA RAMOS DE MOURA	21/07/2004		Não	22/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3549-26-LST-PSS	SARAH VITÓRIA ARAÚJO COSTA	11/05/2004		Não	18/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
3600-26-LST-PSS	BRUNA SILVA ARAUJO NUNES	27/07/1998		Não	17/12/2015		0	Indeferido	Desclassificado
3634-26-LST-PSS	VINICIUS CAETANO DE SOUZA COELHO	23/11/2004		Não	05/07/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3636-26-LST-PSS	MARIA EDUARDA VIANA DAHER	22/02/2005		Não	17/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3640-26-LST-PSS	EDUARDO GABRIEL DE ASSUNCAO	31/08/2000		Não	12/07/2026		0	Indeferido	Desclassificado
3745-26-LST-PSS	ASHLEY SCARLLET DE SOUZA LOPES	17/03/2005		Não	17/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3764-26-LST-PSS	REINALDO FRIEDRICH JUNIOR	15/04/1991		Não	21/12/2008		0	Indeferido	Desclassificado
3773-26-LST-PSS	REINALDO FRIEDRICH JUNIOR	15/04/1991		Não	21/12/2008		0	Indeferido	Desclassificado
3799-26-LST-PSS	MARIA LUIZA DE PAULA	14/12/2006		Não	17/12/2024		0	Indeferido	Desclassificado
3830-26-LST-PSS	MARINA ROSA FERREIRA SILVA	10/07/1990		Não	05/05/2026		0	Indeferido	Desclassificado
3844-26-LST-PSS	GUILHERME TADEU FIGUEIREDO DE SOUZA SOARES	26/12/2000		Não	22/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
3854-26-LST-PSS	THAIS DA SILVA FERREIRA	31/07/1996		Não	10/06/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3867-26-LST-PSS	ELISANGELA SILVA	22/06/1973		Não	14/06/1992		0	Indeferido	Desclassificado
3988-26-LST-PSS	JUSSARA CANDELARIA SILVA	11/09/1979		Não	23/01/2002		0	Indeferido	Desclassificado
4002-26-LST-PSS	PAULA COSTA DE SOUZA	06/06/2000		Não	18/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4017-26-LST-PSS	TALITA HELEN DE PAULA SANTOS	24/06/1988		Não	22/12/2006		0	Indeferido	Desclassificado
4024-26-LST-PSS	MARIANE SILVA TAVARES	23/11/2005		Não	30/12/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4107-26-LST-PSS	VINICIUS HENRIQUE PEREIRA	17/09/1979		Não	30/04/2008		0	Indeferido	Desclassificado
4114-26-LST-PSS	TALITA SPÍNDOLA DA SILVA	29/03/1994		Não	12/01/2012		0	Indeferido	Desclassificado
4128-26-LST-PSS	BARBARA GABRIELA PEREIRA DE JESUS ARRUDA	12/11/1996		Não	22/12/2014		0	Indeferido	Desclassificado
4131-26-LST-PSS	CLEITON AUGUSTO FROES DA SILVA	19/10/1982		Não	01/06/2010		0	Indeferido	Desclassificado
4213-26-LST-PSS	GUILHERME RODRIGUES DE SOUZA	23/11/1991		Não	18/12/2009		0	Indeferido	Desclassificado
4245-26-LST-PSS	CELSO REZENDE	24/01/1995		Não	31/12/2014		0	Indeferido	Desclassificado
4292-26-LST-PSS	JESSICA LARISSA DE ARAUJO SILVA VELOSO	24/09/1992		Não	13/07/2017		0	Indeferido	Desclassificado
4303-26-LST-PSS	FABIANA MARTINS DE SA	13/07/1985		Não	01/12/2003		0	Indeferido	Desclassificado
4361-26-LST-PSS	DANIELA GOMES LARES RODRIGUES	07/11/1981		Não	20/12/2002		0	Indeferido	Desclassificado
4363-26-LST-PSS	PATRICIA PEREIRA DA SILVA	10/03/1988		Não	01/06/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4435-26-LST-PSS	NILSON NASCIMENTO PINHEIRO	26/06/1987		Não	20/12/2007		0	Indeferido	Desclassificado

4447-26-LST-PSS	KAREN NOGUEIRA MAIA	08/10/2001		Não	31/12/2019		0	Indeferido	Desclassificado
4453-26-LST-PSS	THALES SIX WILLIG GUALBERTO DE SOUZA	15/10/2004		Não	15/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4454-26-LST-PSS	PAMELA REBECA ISRAELA SANT ANA ABEL	01/05/1985		Não	20/12/2003		0	Indeferido	Desclassificado
4462-26-LST-PSS	MARIA ISABELA DE PINHO	24/09/1983		Não	03/02/2003		0	Indeferido	Desclassificado
4463-26-LST-PSS	SIMONE A PRIMO BAPTISTA	26/06/1973		Não	15/12/2003		0	Indeferido	Desclassificado
4518-26-LST-PSS	ANDRÉ FERNANDES	10/09/1998		Não	15/12/2016		0	Indeferido	Desclassificado
4581-26-LST-PSS	PEDRO ALVES PRADO MEDEIROS	22/02/2005		Não	20/11/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4594-26-LST-PSS	JÉSSICA FERNANDES RODRIGUES	28/10/2001		Não	13/12/2019		0	Indeferido	Desclassificado
4669-26-LST-PSS	ENDEREÇO DO USUÁRIO	18/12/1989		Não	31/03/2014		0	Indeferido	Desclassificado
4695-26-LST-PSS	KENYA KAROLINE OLIVEIRA DOS SANTOS	17/07/1992		Não	16/12/2011		0	Indeferido	Desclassificado
4708-26-LST-PSS	MILENA DE MATOS OLIVEIRA	15/04/2004		Não	10/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4806-26-LST-PSS	FELIPE DIAS ALVARENGA	23/07/1984		Não	10/12/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4878-26-LST-PSS	BEATRIZ AUGUSTA GONÇALVES	21/11/1957	Desclassificado	Sim	26/08/1987		0	Indeferido	Desclassificado
4930-26-LST-PSS	RAUL DO AMARAL ESTEVES	16/09/2003		Não	15/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4943-26-LST-PSS	VANDERLEIA APARECIDA GONCALVES	10/09/1983		Não	22/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4992-26-LST-PSS	MARIA CECÍLIA	17/01/2006		Não	31/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:82B92B49

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: ANALISTA DE POLÍTICAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
3675-26-LST-PSS	DEBORAH LIMA DUARTE TALIM	25/10/1983		Não	06/12/2013	Doutorado	0	Deferido	1
3220-26-LST-PSS	RODRIGO RENAN	17/08/1970		Não	07/06/2002	Mestrado	0	Deferido	2
4857-26-LST-PSS	CLAUDIO ALEXANDRE SANTOS MORAES	22/01/1979		Não	15/12/2004	Pós-Graduação	0	Deferido	3
4458-26-LST-PSS	LUCAS PEREIRA MELO	09/01/1994		Não	19/01/2018	Pós-Graduação	0	Deferido	4
5002-26-LST-PSS	ANA CAROLINA SILVA	05/12/1990		Não	31/12/2018		0	Deferido	5
4909-26-LST-PSS	VICTOR TEREZA AZEDO	28/02/1998		Não	11/03/2022		0	Deferido	6
4441-26-LST-PSS	DAVI LUIZ RIBEIRO	15/04/1993		Não	14/07/2022		0	Deferido	7
3858-26-LST-PSS	FLÁVIO AUGUSTO PROCÓPIO MACIEIRA	16/07/2001		Não	26/09/2024		0	Deferido	8
3897-26-LST-PSS	ANA CLARA LIMA AIRES DE ABREU	03/05/2003		Não	04/02/2026		0	Deferido	9
2516-26-LST-PSS	LETÍCIA ROCHA BUENO	06/11/2002		Não	02/04/2026		0	Indeferido	Desclassificado
2824-26-LST-PSS	LORENA CRUZ E SILVA	10/09/2000		Não	27/01/2023		0	Indeferido	Desclassificado
3039-26-LST-PSS	JOAO LUCAS RODRIGUES ROCHA	29/07/1990		Não	07/07/2017		0	Indeferido	Desclassificado
3231-26-LST-PSS	RAQUEL DE LIMA SILVA	22/08/1994		Não	09/01/2019		0	Indeferido	Desclassificado
3250-26-LST-PSS	DANIELA CONCEICAO BATISTA TOMAZ	09/04/1980		Não	31/12/2005		0	Indeferido	Desclassificado
3369-26-LST-PSS	JOYCE SANTOS	07/10/1998		Não	31/01/2023		0	Indeferido	Desclassificado
3976-26-LST-PSS	PAULO HENRIQUE NEGRE	11/07/1987		Não	22/01/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4191-26-LST-PSS	GABRIELA ALVES FERREIRA	31/03/1997		Não	22/12/2021		0	Indeferido	Desclassificado
4250-26-LST-PSS	RAFAEL LUCCA ANDRADE MARTINS	22/06/2002		Não	23/12/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4360-26-LST-PSS	HELLEN GODINHO ANTUNES GUIMARAES	12/03/1988		Não	19/09/2012		0	Indeferido	Desclassificado
4604-26-LST-PSS	STEFHANIE DOS SANTOS MARTINS	01/05/1996		Não	12/09/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4713-26-LST-PSS	RODOLFO NAZARETH JUNQUEIRA FONSECA	28/02/1980		Não	07/11/2003		0	Indeferido	Desclassificado
4824-26-LST-PSS	RICARDO LACERDA	01/01/1977		Não	12/08/2001		0	Indeferido	Desclassificado
4849-26-LST-PSS	IGOR PRADO RODRIGUES MENESES	07/04/1995		Não	16/08/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4923-26-LST-PSS	EVELIN CAMILE RIBEIRO BARBOSA	04/12/2003		Não	15/07/2026		0	Indeferido	Desclassificado
4925-26-LST-PSS	ANA FLAVIA NASCIMENTO PAES	12/11/1979		Não	28/10/2008		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:6601793C

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
4437-26-LST-PSS	LUIZ GUILHERME CALDEIRA HELLMEISTER	10/08/1983		Não	27/01/2012		3062	Deferido	1
4782-26-LST-PSS	SÉRGIO BRUNO FERNANDES	06/11/1992		Não	29/04/2016	Doutorado	2899	Deferido	2
3043-26-LST-PSS	VALFRIDES DA FONSECA DINIZ JUNIOR	26/12/1990		Não	07/12/2019	Pós-Graduação	2340	Deferido	3
2999-26-LST-PSS	JACIELE BARBOSA DA SILVA	11/09/1995		Não	05/04/2019	Pós-Graduação	2220	Deferido	4
3772-26-LST-PSS	THIAGO JULIO TAVARES MOTTA	23/12/1990		Não	18/07/2017	Pós-Graduação	1770	Deferido	5
2639-26-LST-PSS	WALACY DA ROCHA CRUZ	09/11/1981		Não	08/08/2018	Pós-Graduação	1433	Deferido	6
4312-26-LST-PSS	FELICIA RODRIGUES VIANA PRIMO	23/11/1987		Não	25/07/2015	Mestrado	1429	Deferido	7
4389-26-LST-PSS	IRACEMA CLARA ALVES LUZ	04/11/1989		Não	25/10/2012	Doutorado	1164	Deferido	8
4998-26-LST-PSS	HENRIQUE COSTA PEDROSA	18/07/1988		Não	30/08/2014	Pós-Graduação	1099	Deferido	9
4456-26-LST-PSS	FELIPE TEIXEIRA BORBA	26/08/1987		Não	06/02/2019		1014	Deferido	10
4492-26-LST-PSS	MARINA DOS SANTOS QUEIROGA	18/06/1992		Não	24/11/2021		941	Deferido	11
4928-26-LST-PSS	ADRIANE VIEIRA SOUZA	24/05/1989	1	Sim	03/09/2011	Doutorado	731	Deferido	12
2495-26-LST-PSS	RALPH BONANDI BARREIROS	05/12/1983		Não	19/07/2019	Doutorado	601	Deferido	13
2541-26-LST-PSS	CHRISTIAN JHALELE FUMUPAMBA	14/03/1993		Não	26/12/2023		238	Deferido	14
4082-26-LST-PSS	DANIEL DOS SANTOS MARCELINO	29/11/1989		Não	09/02/2018	Pós-Graduação	222	Deferido	15
3052-26-LST-PSS	DJAVAN PINHEIRO SANTOS	28/08/1986		Não	11/04/2013	Doutorado	204	Deferido	16
3402-26-LST-PSS	ARIANA ELISEI VILELA	28/09/1981		Não	11/05/2007	Doutorado	0	Deferido	17
4488-26-LST-PSS	POLLYANNA SANTIAGO LOPES RODRIGUES	15/11/1984		Não	19/12/2008	Doutorado	0	Deferido	18
2631-26-LST-PSS	JULIANA MARTINS DE OLIVEIRA	22/03/1991		Não	25/07/2015	Doutorado	0	Deferido	19
4994-26-LST-PSS	JORGIANI DE AVILA	29/05/1989		Não	30/04/2016	Doutorado	0	Deferido	20
3476-26-LST-PSS	LARA NASCIMENTO GUIMARÃES	10/08/1996		Não	05/02/2020	Doutorado	0	Deferido	21
4229-26-LST-PSS	JOVANA SILVA CABRAL	15/07/1994		Não	14/01/2022	Mestrado	0	Deferido	22
3971-26-LST-PSS	ANDREA CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS	24/08/1981		Não	06/03/2023	Mestrado	0	Deferido	23
2660-26-LST-PSS	PAULO AUGUSTO DE ARAUJO CARLI	27/06/1986		Não	26/03/2015	Pós-Graduação	0	Deferido	24
3578-26-LST-PSS	THAIS GONCALVES CHATEAUBRIAND	27/06/1989		Não	01/08/2019	Pós-Graduação	0	Deferido	25
3490-26-LST-PSS	IGOR FERREIRA AGUIAR	31/05/1997		Não	18/12/2019	Pós-Graduação	0	Deferido	26
3361-26-LST-PSS	RICARDO COELHO ANDRADE	29/06/1993		Não	27/04/2023	Pós-Graduação	0	Deferido	27
4252-26-LST-PSS	CAIO HENRIQUE CANTAO PARIS	14/03/1994		Não	05/07/2023	Pós-Graduação	0	Deferido	28
4168-26-LST-PSS	MARCUS VINICIUS SANTOS DE MORAIS	27/12/1973		Não	07/07/2001		0	Deferido	29
4772-26-LST-PSS	MAYRA LUIZA COSTA MOURA	29/10/1993		Não	27/12/2019		0	Deferido	30
3200-26-LST-PSS	MARIANA CRISTINA DE OLIVEIRA ROCHA	29/03/1997		Não	25/08/2022		0	Deferido	31
3839-26-LST-PSS	MARIA LUIZA REZENDE FONTOURA	30/11/1997		Não	25/07/2023		0	Deferido	32
3094-26-LST-PSS	LUCIANE ANDREA DA SILVA	11/01/1989		Não	20/08/2025		0	Deferido	33
4621-26-LST-PSS	IAGO EDUARDO	28/11/2000		Não	22/12/2025		0	Deferido	34
3904-26-LST-PSS	DOUGLAS GERALDO CARDOSO OLIVEIRA	09/02/1991		Não	15/01/2026		0	Deferido	35
4495-26-LST-PSS	GERALDO LUCAS	04/06/1981		Não	06/03/2026		0	Deferido	36
3779-26-LST-PSS	BRUNO BRANDAO NUNES LUCAS SANTOS	27/04/2002		Não	14/03/2026		0	Deferido	37
2519-26-LST-PSS	ALICIO DO CARMO FRANCA NETO	26/11/1974		Não	11/12/2009		0	Indeferido	Desclassificado
2960-26-LST-PSS	REINALDO JOSÉ MARRA NOGUEIRA	01/01/1982		Não	15/12/2015		0	Indeferido	Desclassificado
3000-26-LST-PSS	MONNA LYSA TEIXEIRA SANTANA	18/12/1992		Não	23/10/2015		0	Indeferido	Desclassificado
3149-26-LST-PSS	TAHINE RODRIGUES DOS SANTOS	12/07/1989		Não	01/06/2026		0	Indeferido	Desclassificado
3270-26-LST-PSS	CAMILA BELICO SOARES SILVA	29/10/2000		Não	30/01/2026		0	Indeferido	Desclassificado
3275-26-LST-PSS	FREDERICO FERNANDES VIEIRA	06/01/1986		Não	22/07/2011		0	Indeferido	Desclassificado
3320-26-LST-PSS	VINICIUS DIAS QUEIROZ	20/01/1998		Não	10/09/2022		0	Indeferido	Desclassificado
3543-26-LST-PSS	FABIANO CARMO DE LIMA	22/09/1986		Não	01/02/2013		0	Indeferido	Desclassificado
3545-26-LST-PSS	FABIANO CARMO DE LIMA	22/09/1986		Não	01/02/2012		0	Indeferido	Desclassificado
3573-26-LST-PSS	MARTHA ELIZABETH DA CUNHA JASSE	24/02/1980		Não	23/08/2007		0	Indeferido	Desclassificado
3711-26-LST-PSS	THALLES AUGUSTO TEODORO DE SOUZA SILVA	12/09/1997		Não	07/02/2023		0	Indeferido	Desclassificado

3859-26-LST-PSS	DAIANE SOUZA BARROS	05/01/1994		Não	09/01/2025		0	Indeferido	Desclassificado
3933-26-LST-PSS	ROBERTO LUIZ QUEIROZ	16/06/1972		Não	09/11/2010		0	Indeferido	Desclassificado
3972-26-LST-PSS	EULINA FERNANDES DAMIAO	24/01/1993		Não	13/04/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4064-26-LST-PSS	IDOMAR FERNANDES MILINDRO	12/06/1993		Não	05/04/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4068-26-LST-PSS	MARLON GOMES DIAS	04/05/1993		Não	28/02/2020		0	Indeferido	Desclassificado
4296-26-LST-PSS	DAVI MARTINS	07/07/1995		Não	07/09/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4311-26-LST-PSS	ATHOS RODRIGUES SOARES VIANA	31/03/1991		Não	21/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4341-26-LST-PSS	NATANIELLY RODRIGUES AVELINO	07/03/1991		Não	29/04/2016		0	Indeferido	Desclassificado
4390-26-LST-PSS	PRISCILA MENEZES DE SOUZA MAIA	26/08/1989		Não	22/07/2016		0	Indeferido	Desclassificado
4436-26-LST-PSS	PHELIPPE PASSINI SILVA	17/11/1988		Não	17/09/2012		0	Indeferido	Desclassificado
4508-26-LST-PSS	CRISTIANO ARAUJO MEIRA	05/11/1988		Não	15/03/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4533-26-LST-PSS	MARCELA RESENDE VIEIRA	20/12/1991		Não	16/07/2026		0	Indeferido	Desclassificado
4643-26-LST-PSS	VANDERLEI DONEDA TONON	08/11/1966		Não	28/03/1992		0	Indeferido	Desclassificado
4809-26-LST-PSS	AMANDA BIANCHI GUIMARÃES DE AQUINO	23/11/1992		Não	21/12/2018		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:55A19A96

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: ENGENHEIRO AMBIENTAL

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
4902-26-LST-PSS	JANE LILIAN DAVILLA BARBOSA	01/04/1977		Não	10/02/2010	Pós-Graduação	3514	Deferido	1
4332-26-LST-PSS	FERNANDA MOTA FINS	07/05/1982		Não	05/05/2006	Pós-Graduação	3172	Deferido	2
3924-26-LST-PSS	NATHÁLIA CORRÊA DAS DORES	07/04/1993		Não	23/08/2019	Pós-Graduação	2408	Deferido	3
4785-26-LST-PSS	RICARDO FERNANDO AUGUSTO DA COSTA	01/04/1981		Não	24/02/2013	Pós-Graduação	2122	Deferido	4
2511-26-LST-PSS	ALEXANDRE CÉSAR FEUCHARD LINHARES CERASO	17/04/1993		Não	26/08/2018	Pós-Graduação	1813	Deferido	5
3990-26-LST-PSS	ULDIELE OLIVEIRA RIGUETTI	29/07/1991		Não	21/03/2016		1711	Deferido	6
3356-26-LST-PSS	JULIO CESAR GOMES MARQUES	13/02/1983		Não	21/12/2005	Mestrado	1483	Deferido	7
2553-26-LST-PSS	JESSICA ELORDE RIBEIRO	12/08/1994		Não	26/12/2018	Pós-Graduação	1290	Deferido	8
4364-26-LST-PSS	SARAH CHRISTINA RIBEIRO ANTUNES	28/10/1995		Não	29/01/2020	Mestrado	1187	Deferido	9
3894-26-LST-PSS	LARISSA RIBEIRO DE FARIA	17/05/1997		Não	04/10/2021	Pós-Graduação	1125	Deferido	10
4176-26-LST-PSS	GABRIELLA GONTIJO LOPES FERREIRA	09/10/1998		Não	04/10/2021	Pós-Graduação	1092	Deferido	11
4129-26-LST-PSS	TALITA COUTINHO TEIXEIRA	22/11/1989		Não	28/08/2019		1056	Deferido	12
4457-26-LST-PSS	CAIO TALES DE CARVALHO SANTOS	10/08/1995		Não	15/12/2020		1045	Deferido	13
4316-26-LST-PSS	AMANDA FELICIANO NASCIMENTO	06/11/1994		Não	21/12/2019	Pós-Graduação	743	Deferido	14
4700-26-LST-PSS	MARIA DA CONCEICAO GOMES BERNARDO	07/12/1992		Não	19/02/2018	Mestrado	740	Deferido	15
4788-26-LST-PSS	FABIO LUCIO DIAS DA SILVA	23/07/1985		Não	20/12/2011		736	Deferido	16
4715-26-LST-PSS	MORZANI GONCALVES	06/11/1979		Não	12/02/2008	Pós-Graduação	713	Deferido	17
3953-26-LST-PSS	TAYNARA SANTOS AMARAL	16/10/1999		Não	16/09/2022	Mestrado	432	Deferido	18
2882-26-LST-PSS	LUCAS SAMPAIO LOPES	02/12/1987		Não	24/07/2015	Doutorado	387	Deferido	19
3941-26-LST-PSS	STEPHANIE HELENA COTA	10/02/1986		Não	22/03/2018	Pós-Graduação	270	Deferido	20
4759-26-LST-PSS	LUIZ SOUZA	24/09/1978		Não	19/08/2016	Mestrado	0	Deferido	21
3184-26-LST-PSS	ELBIA MARA MACHADO SILVANO	18/06/1990		Não	15/12/2015	Pós-Graduação	0	Deferido	22
3862-26-LST-PSS	NIVIA MARIA MOREIRA ALVES	14/07/1993		Não	23/12/2016	Pós-Graduação	0	Deferido	23
3721-26-LST-PSS	LEIWANNY LEYCE LIMA AMARO	28/05/1993		Não	08/12/2017	Pós-Graduação	0	Deferido	24
3782-26-LST-PSS	LORENA OLIVEIRA MARQUES	28/03/1995		Não	14/12/2017	Pós-Graduação	0	Deferido	25
3882-26-LST-PSS	FRANCIELLI FAGUNDES BAGGETO	02/01/1997		Não	14/02/2020	Pós-Graduação	0	Deferido	26
4234-26-LST-PSS	ROSANA DA SILVA	09/07/1986		Não	15/02/2020	Pós-Graduação	0	Deferido	27
3284-26-LST-PSS	FRANCISCO FELIX DOS SANTOS	02/02/1999		Não	11/05/2023	Pós-Graduação	0	Deferido	28
3318-26-LST-PSS	LORRANY LARISSA VILA REAL CIRILO	27/12/1997		Não	05/02/2025	Pós-Graduação	0	Deferido	29
3489-26-LST-PSS	JEYSIANE MONTALTO DE SOUZA	12/04/1996		Não	21/07/2025	Pós-Graduação	0	Deferido	30
2995-26-LST-PSS	WHINNE BARONI CORDEIRO MAGALHÃES	19/11/1992		Não	12/12/2025	Pós-Graduação	0	Deferido	31
2477-26-LST-PSS	GUILHERME RESENDE TAVARES	12/12/1987		Não	24/02/2013	Graduação	0	Deferido	32

3593-26-LST-PSS	DEBORA GOMES ASSIS	13/01/1993		Não	13/02/2015		0	Deferido	33
3664-26-LST-PSS	CAMILA CASSIA DE ASSIS	06/11/1988		Não	18/12/2018		0	Deferido	34
3332-26-LST-PSS	GUILHERME HENRIQUE COSTA	08/04/1996		Não	18/08/2022		0	Deferido	35
2997-26-LST-PSS	BRUNO MENDES FERREIRA	22/11/1994		Não	13/06/2023		0	Deferido	36
4022-26-LST-PSS	MICHELLE HILARIO TEIXEIRA DA ROCHA	08/02/2003		Não	07/07/2026		0	Deferido	37
2737-26-LST-PSS	ALEXANDRE VASCONCELOS LEVY	28/10/1985		Não	21/06/2016		0	Indeferido	Desclassificado
2744-26-LST-PSS	THAIS MARA SALDANHA E SILVA	21/01/1993		Não	29/06/2018		0	Indeferido	Desclassificado
2901-26-LST-PSS	LEONARDO GONCALVES TOMAZZI	08/03/1993		Não	01/10/2015		0	Indeferido	Desclassificado
3140-26-LST-PSS	CLEÓFAS TADEU PINTO DE SOUZA LIMA	26/01/1980		Não	23/11/2014		0	Indeferido	Desclassificado
3335-26-LST-PSS	ALESSIO CEZAR SILVA DE OLIVEIRA	04/07/1995		Não	31/08/2019		0	Indeferido	Desclassificado
3380-26-LST-PSS	LILIANE MARQUES ESTEVES	27/04/1981		Não	20/12/2004		0	Indeferido	Desclassificado
3552-26-LST-PSS	GERUSA LEITE CAETANO	24/03/1992		Não	16/08/2018		0	Indeferido	Desclassificado
3627-26-LST-PSS	JOZILENE DAS MERCÊS MOTA FERREIRA	25/02/1991		Não	01/08/2020		0	Indeferido	Desclassificado
3665-26-LST-PSS	LEAN CASSIO FIGUEIREDO SOUSA	17/05/1989		Não	23/01/2013		0	Indeferido	Desclassificado
3740-26-LST-PSS	PAULA BARTOLI RABELO DA COSTA	02/08/1986		Não	31/12/2010		0	Indeferido	Desclassificado
3756-26-LST-PSS	PATRICIA DA COSTA MATOS	04/07/1975		Não	26/03/2010		0	Indeferido	Desclassificado
3759-26-LST-PSS	WANDERLEI ALMEIDA RAMOS FILHO	18/05/1982		Não	15/08/2017		0	Indeferido	Desclassificado
3913-26-LST-PSS	JESSICA LORRANE BATISTA DIAS	23/01/1993		Não	10/03/2018		0	Indeferido	Desclassificado
3994-26-LST-PSS	NIVIA LOPES DOS SANTOS	18/03/1986		Não	25/05/2015		0	Indeferido	Desclassificado
4127-26-LST-PSS	JOSIANE LOIOLA DA SILVA	29/04/1979		Não	28/08/2023		0	Indeferido	Desclassificado
4130-26-LST-PSS	POLLYANA MAYARA ALVES MACHADO PEREIRA	22/11/1993		Não	25/09/2018		0	Indeferido	Desclassificado
4258-26-LST-PSS	ROSANA DA SILVA	09/07/1986		Não	15/02/2020		0	Indeferido	Desclassificado
4278-26-LST-PSS	EMANUEL DOS SANTOS RODRIGUES	26/09/1997		Não	09/05/2025		0	Indeferido	Desclassificado
4576-26-LST-PSS	VIVIANE SANTOS DA SILVA ALMEIDA	05/08/1992		Não	30/06/2022		0	Indeferido	Desclassificado
4629-26-LST-PSS	MARIANA LUCCHESI RIOS MIRANDA	08/08/1987		Não	24/08/2014		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:D315000B

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2026 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CARGO: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD

Número da Inscrição/ Processo	Nome do candidato	Data de Nascimento	Número de classificação – PCD	PCD (Sim ou Não)	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Titulação	Tempo de Experiência (Formato dias)	Resultado (Deferido ou Indeferido)	Número de classificação – Ampla Concorrência
4563-26-LST-PSS	JORDANIA KELLY FERNANDES	14/02/1986		Não	29/05/2015	Graduação	2494	Deferido	1
3815-26-LST-PSS	ELIAS DA COSTA	20/04/1989		Não	18/01/2013		2265	Deferido	2
4547-26-LST-PSS	LEANDRO AUGUSTO CIRILO	27/11/1987		Não	23/04/2020		2090	Deferido	3
4424-26-LST-PSS	RODRIGO INACIO DE MATOS	26/01/1980		Não	24/10/2011		1833	Deferido	4
4014-26-LST-PSS	VALNEI DE CASTRO TEIXEIRA	06/10/1980		Não	21/09/2012	Pós-Graduação	1663	Deferido	5
2527-26-LST-PSS	MARCELA DOS SANTOS	25/08/1983		Não	22/12/2018	Pós-Graduação	1551	Deferido	6
4335-26-LST-PSS	MIRIAM SILVA MELO STUART	04/01/1978		Não	19/12/2010	Graduação	1329	Deferido	7
3306-26-LST-PSS	SOPHIA EMANUELLE DE MENDONCA BREMER	25/09/2003	1	Sim	25/09/2023		999	Deferido	8
3110-26-LST-PSS	YURI GABRIEL GAMA MARCELINO	18/11/2005		Não	16/02/2024		648	Deferido	9
4273-26-LST-PSS	WELVIS HENRIQUE MARTINS	07/01/1991		Não	07/02/2018		601	Deferido	10
2731-26-LST-PSS	JUSSARA EDNA DOS SANTOS MACIEL	16/11/1971		Não	02/02/2024		521	Deferido	11
4805-26-LST-PSS	CINTIA APARECIDA DA CRUZ PEREIRA E SOUZA	23/11/1972		Não	30/06/2021	Graduação	146	Deferido	12
2568-26-LST-PSS	NATHALIA LALESKA DORIGUETTO EVARISTO DE SOUZA	29/07/2003		Não	31/10/2024		90	Deferido	13
4542-26-LST-PSS	ANDREZZA PAULA DE MORAES	26/01/1990		Não	04/07/2024		0	Deferido	14
4185-26-LST-PSS	LUANA PEREIRA DE JESUS	23/06/2004		Não	11/09/2025		0	Deferido	15
2668-26-LST-PSS	LEANDRO AUGUSTO RIBEIRO	22/01/1986		Não	16/12/2016		0	Indeferido	Desclassificado
2717-26-LST-PSS	LUCIENE DE CASTRO OLIVEIRA	01/06/1993		Não	01/11/2012		0	Indeferido	Desclassificado
2795-26-LST-PSS	ELIZABETH CRISTINA NEVES LACERDA LOPES	19/07/1991		Não	21/11/2019		0	Indeferido	Desclassificado
2884-26-LST-PSS	ESDRA BORGES	15/03/1989		Não	01/08/2011		0	Indeferido	Desclassificado
2885-26-LST-PSS	LUIZ JOSE DA LUZ	18/09/1964		Não	27/12/1984		0	Indeferido	Desclassificado
2896-26-LST-PSS	RAYSSA STHEPHANIE CARRIJO CALDEIRA CRUZ	10/09/2000		Não	10/11/2025		0	Indeferido	Desclassificado

2948-26-LST-PSS	RENATO RODRIGUES ARAUJO	07/05/1977		Não	23/11/2007		0	Indeferido	Desclassificado
2978-26-LST-PSS	FERNANDO DIVINO MARTINS	07/03/1970		Não	12/09/2023		0	Indeferido	Desclassificado
3012-26-LST-PSS	LEONEL RICHARD DE ALMEIDA ARAUJO	05/03/1986		Não	05/07/2016		0	Indeferido	Desclassificado
3078-26-LST-PSS	LILIAN FERREIRA DE MATOS	28/01/1992		Não	12/09/2011		0	Indeferido	Desclassificado
3111-26-LST-PSS	TAYNAH MARTINS	01/09/1992		Não	16/10/2015		0	Indeferido	Desclassificado
3113-26-LST-PSS	TAYNAH MARTINS	01/09/1992		Não	16/10/2015		0	Indeferido	Desclassificado
3227-26-LST-PSS	RAIMUNDO BRAZ DOS SANTOS	12/03/1990		Não	12/07/2011		0	Indeferido	Desclassificado
3399-26-LST-PSS	MIRIA LUIZA XAVIER DOS SANTOS	28/02/2002		Não	27/11/2023		0	Indeferido	Desclassificado
3820-26-LST-PSS	JOÃO CARLOS REIS	29/01/1973		Não	04/07/2011		0	Indeferido	Desclassificado
4302-26-LST-PSS	ANDERSON CARLOS DE MATOS	02/09/1963	Desclassificado	Sim	19/11/2012		0	Indeferido	Desclassificado
4709-26-LST-PSS	VANDA APARECIDA MARTINS	06/10/1982		Não	17/08/2016		0	Indeferido	Desclassificado
4773-26-LST-PSS	ALEXANDRE GONÇALVES DOS SANTOS	17/04/1983	Desclassificado	Sim	01/03/2011		0	Indeferido	Desclassificado

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:3F4EF093

SECRETARIA DE SAÚDE
ERRATA Nº 006 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 002/2026 - SECRETARIA DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO A NECESSIDADE TEMPORÁRIA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
A Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, no uso de suas atribuições legais, informa que, em razão da nova listagem de classificação publicada pela Secretaria Municipal de Saúde em cumprimento ao AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 2823302-46.2026.8.13.0000/MG, foram efetuadas as seguintes alterações referente ao RESULTADO FINAL - INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS – AMPLA CONCORRÊNCIA E PCD – CARGO CIRURGIÃO DENTISTA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE
Onde se lê:

Número da Inscrição/ processo	Nome candidato	Data de Nascimento	PCD	Classificação PCD	Tempo de experiência	Doutorado	Mestrado	Pos-Graduacao Latu Senso	Pos-Graduacao Saude Da Familia	Residencia	Residencia em Saude Da Familia	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Tempo total de experiência	Maior escolaridade/titulação	Nota Final	Resultado	Classificação AMPLA
102-26-LST-PSS *	**LUCAS DE MORAIS BARROS***	**21/12/1966**	**Não**		**10**	**5**	**4**	**1**	**0**	**0**	**0**	**09/12/1988**	**0**	**Ensino Superior Completo**	**20.00**	*Classificado sub judice**	**1**
1188-26-LST-PSS	GABRIELLY FERNANDES MACHADO	09/07/1986	Não		4	5	4	1	0	0	0	09/08/2017	4	Ensino Superior Completo	14.00	Classificado	2
561-26-LST-PSS	ANETE LUCIA DE OLIVEIRA MARTINS	07/08/1968	Não		10	0	0	1	2	0	0	16/12/1995	17	Ensino Superior Completo	13.00	Classificado	3
293-26-LST-PSS	ENES FRANCISCO BERALDO DE QUEIROZ	14/11/1980	Não		7	0	4	1	0	0	0	16/12/2010	7	Ensino Superior Completo	12.00	Classificado	4
2057-26-LST-PSS	LUCIANA GRAVITO DE AZEVEDO BRANCO	03/07/1974	Não		6	0	4	2	0	0	0	27/10/2015	6	Ensino Superior Completo	12.00	Classificado	5
2243-26-LST-PSS	MARCELA TORRES NASTA	15/05/1981	Não		10	0	0	1	0	0	0	07/12/2006	13	Ensino Superior Completo	11.00	Classificado	6
1140-26-LST-PSS	HELOISA HELENA DUARTE SCORZA	01/07/1976	Não		10	0	0	1	0	0	0	04/10/2001	11	Ensino Superior Completo	11.00	Classificado	7
50-26-LST-PSS	TAMIRIS GARCIA VALADARES	18/08/1988	Não		7	0	0	2	2	0	0	22/07/2011	7	Ensino Superior Completo	11.00	Classificado	8
1121-26-LST-PSS	NELSON FERREIRA BATISTA	03/01/1974	Não		10	0	0	0	0	0	0	25/07/2006	15	Ensino Superior Completo	10.00	Classificado	9
1859-26-LST-PSS	HERCILIA MARBURG TEIXEIRA	27/02/1977	Não		10	0	0	0	0	0	0	28/12/1998	12	Ensino Superior Completo	10.00	Classificado	10
152-26-LST-PSS	CAMILLA GOMES VILACA	09/02/1990	Não		9	0	0	1	0	0	0	25/06/2014	9	Ensino Superior Completo	10.00	Classificado	11
1784-26-LST-PSS	LAIS SILVA APOLINARIO	16/07/1987	Não		8	0	0	1	0	0	0	17/07/2013	8	Ensino Superior Completo	9.00	Classificado	12
528-26-LST-PSS	NATHALIA SILVIA SOUZA DE PAULA	21/04/1994	Não		7	0	0	0	2	0	0	28/12/2018	7	Ensino Superior Completo	9.00	Classificado	13
703-26-LST-PSS	FABIANE CRISTINA SOUZA COSTA	26/06/1984	Não		6	0	0	1	2	0	0	23/01/2014	6	Ensino Superior Completo	9.00	Classificado	14
1551-26-LST-	JONAS ALAN CARISSIMI	17/01/1986	Não		5	0	0	2	2	0	0	12/01/2013	5	Ensino Superior	9.00	Classificado	15

PSS														Completo			
570-26-LST-PSS	AMANDA MOTA LACERDA	03/10/1993	Não		2	0	4	0	0	0	3	14/07/2017	2	Ensino Superior Completo	9.00	Classificado	16
937-26-LST-PSS	MARIA DE LOURDES GONCALVES PINTO	01/11/1984	Não		7	0	0	1	0	0	0	09/08/2014	7	Ensino Superior Completo	8.00	Classificado	17
565-26-LST-PSS	ANDREZZA DUARTE FERREIRA PINTO	19/10/1994	Não		7	0	0	1	0	0	0	11/12/2017	7	Ensino Superior Completo	8.00	Classificado	18
2048-26-LST-PSS	GABRIELA ARAGAO CARVALHO COSTA	04/03/1991	Não		6	0	0	0	2	0	0	29/06/2018	6	Ensino Superior Completo	8.00	Classificado	19
1447-26-LST-PSS	KELLY RAMOS MOREIRA	21/04/1990	Não		5	0	0	1	2	0	0	24/02/2016	5	Ensino Superior Completo	8.00	Classificado	20
231-26-LST-PSS	MAYARA DE FREITAS PAIVA	25/09/1992	Não		6	0	0	0	2	0	0	19/01/2017	5	Ensino Superior Completo	8.00	Classificado	21
203-26-LST-PSS	DEUSA MARIA MENDES FURTADO	02/11/1994	Não		4	0	0	2	2	0	0	22/07/2019	4	Ensino Superior Completo	8.00	Classificado	22
501-26-LST-PSS	BRUNO CESAR BREMER	22/03/1978	Não		7	0	0	0	0	0	0	30/12/2014	7	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	23
86-26-LST-PSS	ANA MARINA RODRIGUES CASTRO DIAS	28/06/1995	Não		7	0	0	0	0	0	0	22/12/2017	7	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	24
975-26-LST-PSS	CARLA CRISTINA PEREIRA CAMPOS	27/08/1990	Não		6	0	0	1	0	0	0	02/04/2016	6	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	25
205-26-LST-PSS	ADILSON SILVA PRADO	03/06/1966	Sim	1	5	0	0	2	0	0	0	12/12/1992	4	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	26
529-26-LST-PSS	ANA FLAVIA CORTES TOLENTINO	22/11/1992	Não		4	0	0	1	2	0	0	13/05/2015	4	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	27
41-26-LST-PSS	LAIS HELENA GONDIM DE MOURA ARAUJO	11/05/1992	Não		4	0	0	1	2	0	0	27/07/2021	4	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	28
733-26-LST-PSS	CRISTIANO MACLEY CAMILO BATISTELI	06/08/1983	Não		3	0	0	2	2	0	0	27/04/2020	3	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	29
809-26-LST-PSS	TEREZA CRISTINA PEREIRA DE ANDRADE IGINO	20/08/1998	Não		3	0	0	1	0	0	3	21/12/2021	3	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	30
2016-26-LST-PSS	KHARINNE RACHEL SÁ VETTORAZZO	23/09/1992	Não		0	0	4	1	2	0	0	11/07/2018	0	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	31
1750-26-LST-PSS	MARCELO MACHADO ANDRADE	15/03/1961	Não		6	0	0	0	0	0	0	14/12/1985	6	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	32
746-26-LST-PSS	MELISSA CARINA MENEZES	12/04/1980	Não		6	0	0	0	0	0	0	11/12/2017	6	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	33
553-26-LST-PSS	LUISA RAQUEL PINTO DIAS	25/12/1995	Não		5	0	0	1	0	0	0	21/12/2019	5	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	34
955-26-LST-PSS	LUCAS MACHADO DE OLIVEIRA	06/03/1998	Não		4	0	0	2	0	0	0	11/12/2020	4	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	35
1011-26-LST-PSS	CAMILA LEMES ALVES	26/08/1997	Não		4	0	0	2	0	0	0	18/12/2020	4	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	36
1060-26-LST-PSS	MARCELLY TOMAZ SANTOS	03/08/1997	Não		4	0	0	0	2	0	0	17/12/2019	4	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	37
111-26-LST-PSS	GUILHERME AUGUSTO MARTINS DOS SANTOS	16/03/1992	Não		3	0	0	1	2	0	0	11/11/2020	3	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	38
336-26-LST-PSS	ANNA LUIZA SOUZA RODRIGUES	16/10/1990	Não		2	0	0	2	2	0	0	10/08/2015	2	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	39
1963-26-LST-PSS	NAYARA FRANCIELE FIGUEIREDO BARROSO	29/08/1994	Não		2	0	0	2	2	0	0	10/10/2017	2	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	40
643-26-LST-PSS	PATRICIA VANESSA VALLADARES	07/01/1982	Não		2	0	0	2	2	0	0	17/12/2021	2	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	41
210-26-LST-PSS	LIANARA MARÇAL PEIXOTO FERREIRA	29/09/1982	Não		0	0	4	2	0	0	0	23/12/2022	0	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	42
233-26-LST-PSS	DANIELLE CAROLINE SALES ROCHA	12/06/1990	Não		4	0	0	1	0	0	0	26/05/2021	5	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	43
1049-26-LST-PSS	ALINE KELLY SILVA	03/11/1987	Não		4	0	0	1	0	0	0	23/01/2015	4	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	44
653-26-LST-PSS	SERGIO RUBENS DE BARROS PINTO	13/06/1962	Não		3	0	0	2	0	0	0	09/12/1983	3	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	45
454-26-LST-PSS	MARIA TERESA DA SILVA COELHO	08/10/1977	Não		3	0	0	2	0	0	0	30/06/2021	3	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	46
24-26-LST-PSS	MIRIAM MACEDO SILVA LAZARINI	10/03/1986	Não		2	0	0	1	2	0	0	21/12/2012	2	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	47
1470-26-LST-PSS	FERNANDO ANTONIO DE SOUZA	24/02/1983	Não		2	0	0	1	2	0	0	10/01/2020	2	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	48
984-26-LST-	GUILHERME MARTINS BRAGA	11/03/1998	Não		2	0	0	1	2	0	0	22/12/2020	2	Ensino Superior	5.00	Classificado	49

PSS														Completo			
1808-26-LST-PSS	MONICK PADILHA DE MIRANDA	14/05/1996	Não		2	0	0	1	2	0	0	08/03/2024	2	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	50
63-26-LST-PSS	KAROLINA REYSILA SILVEIRA GONTIJO	20/04/1994	Não		1	0	0	2	2	0	0	15/07/2022	1	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	51
318-26-LST-PSS	GUSTAVO HENRIQUE MARCAL REIS	06/05/1997	Não		0	0	4	1	0	0	0	19/07/2022	0	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	52
272-26-LST-PSS	ANNA CAROLINA RYE SATO KIMURA	23/01/1997	Não		0	0	4	1	0	0	0	31/07/2023	0	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	53
335-26-LST-PSS	IGOR LUCAS DA SILVA MARTINS	28/11/1989	Não		4	0	0	0	0	0	0	22/12/2017	4	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	54
791-26-LST-PSS	GIOVANNA HOSÓRIO SILVA VALADARES	09/04/1997	Não		4	0	0	0	0	0	0	14/07/2022	4	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	55
2068-26-LST-PSS	BRUNA KAROLINE DA CRUZ ANANIAS	03/11/1998	Não		4	0	0	0	0	0	0	22/07/2022	4	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	56
1343-26-LST-PSS	MERCIA CIBELE BRITO VASCONCELOS	06/11/1989	Não		3	0	0	1	0	0	0	22/12/2022	3	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	57
1431-26-LST-PSS	SHEILA REGINA PIO DA SILVA	09/10/1973	Não		2	0	0	0	2	0	0	16/12/2006	2	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	58
624-26-LST-PSS	LETICIA SILVA FREITAS	12/01/1983	Não		1	0	0	1	2	0	0	01/07/2011	1	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	59
1715-26-LST-PSS	AMANDA ALVES LEÃO	17/11/1999	Não		1	0	0	1	2	0	0	27/12/2024	1	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	60
87-26-LST-PSS	ANDREIA DE CARVALHO KNIPP	08/10/1975	Não		2	0	0	0	2	0	0	16/02/2024	1	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	61
1070-26-LST-PSS	ROBERTA APARECIDA FIGUEIREDO VIEIRA	10/10/1976	Não		0	0	4	0	0	0	0	21/12/2000	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	62
595-26-LST-PSS	SCHIRLEY APARECIDA MAIA	11/10/1985	Não		0	0	4	0	0	0	0	26/07/2012	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	63
97-26-LST-PSS	VIVIANE MENDES PINTO	23/10/1978	Não		0	0	0	2	2	0	0	01/12/2000	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	64
1289-26-LST-PSS	ALFONSO ENRRIQUE URBINA GUADARISMO	18/09/1996	Sim	2	0	0	0	2	2	0	0	10/12/2019	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	65
1761-26-LST-PSS	ANDRE ALMEIDA ANTUNES	30/04/1989	Não		0	0	0	2	2	0	0	23/12/2021	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	66
2430-26-LST-PSS	LARISSA ELISA ALVES SILVA	10/01/1997	Não		1	0	0	1	2	0	0	16/03/2022	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	67
833-26-LST-PSS	DAYANNE NATASHA DE OLIVEIRA SANTANA	01/03/1990	Não		0	0	0	2	2	0	0	12/07/2022	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	68
636-26-LST-PSS	MARCOS VINICIUS MARQUES TAVARES DE LIMA	16/03/1996	Não		0	0	0	2	2	0	0	10/07/2023	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	69
437-26-LST-PSS	JOÃO VICTOR DOS SANTOS CARDOSO	12/09/1996	Sim	3	0	0	0	1	0	0	3	01/08/2023	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	70
1968-26-LST-PSS	JOYCE ESPECHIT VALERIO	04/03/1991	Não		0	0	0	2	2	0	0	19/01/2024	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	71
954-26-LST-PSS	TIAGO CESAR OLIVEIRA LEMOS	20/11/2000	Não		0	0	0	2	2	0	0	09/07/2025	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	72
1933-26-LST-PSS	IOLANDA CAROLINA BITENCOURT ARAUJO	05/05/1999	Não		0	0	0	2	2	0	0	18/12/2025	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	73
908-26-LST-PSS	SIMONE VIEIRA NASCIMENTO SOARES	01/04/1974	Não		3	0	0	0	0	0	0	26/08/1999	3	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	74
1759-26-LST-PSS	EUGENIO PACELI DE ALMEIDA JUNIOR	10/10/1987	Não		3	0	0	0	0	0	0	07/02/2013	3	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	75
815-26-LST-PSS	VALERIA SANTOS DE SOUZA	23/12/1984	Não		3	0	0	0	0	0	0	01/06/2016	3	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	76
1799-26-LST-PSS	MARCELA DE ASSIS CABRAL PEREIRA	30/05/1991	Não		3	0	0	0	0	0	0	29/06/2018	3	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	77
841-26-LST-PSS	JESSICA RODRIGUES DOS SANTOS	14/02/1991	Não		3	0	0	0	0	0	0	12/11/2021	3	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	78
117-26-LST-PSS	MATHEUS MORAIS ALVES DE SOUZA	12/05/1998	Não		3	0	0	0	0	0	0	30/06/2022	3	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	79
1768-26-LST-PSS	SHEILEY NASCIMENTO REIS PEREIRA	18/04/1985	Não		3	0	0	0	0	0	0	23/12/2022	3	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	80
941-26-LST-PSS	ROBERTA NOBRE DA CUNHA	24/07/1991	Não		2	0	0	1	0	0	0	29/01/2015	2	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	81
2288-26-LST-PSS	HINDYARA BRIONE TEIXEIRA	03/06/1989	Não		2	0	0	1	0	0	0	19/01/2017	2	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	82
940-26-LST-	DANIELLE FERNANDES LOPES	20/08/1997	Não		2	0	0	1	0	0	0	20/12/2021	2	Ensino Superior	3.00	Classificado	83

PSS														Completo			
586-26-LST-PSS	GIOVANNA ALVES DA CRUZ	02/07/1999	Não		0	0	0	1	2	0	0	10/01/2023	0	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	84
1347-26-LST-PSS	MAURILIO VENTURA DA CUNHA VALE	14/08/1967	Não		0	0	0	1	2	0	0	29/08/2023	0	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	85
2318-26-LST-PSS	ERCILIO FARIA CORONHEIRO	25/06/1986	Não		0	0	0	1	2	0	0	03/01/2024	0	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	86
2070-26-LST-PSS	YASMIM AMARANTE PINTO	11/02/2001	Não		0	0	0	1	2	0	0	12/12/2025	0	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	87
1108-26-LST-PSS	THALES ARAUJO DA SILVA	30/10/1997	Não		0	0	0	0	0	0	3	18/01/2023	0	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	88
2317-26-LST-PSS	ALESSANDRA PATRICIA MONTEIRO DE CASTRO	21/11/1972	Não		0	0	0	2	0	0	0	18/12/1997	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	89
2233-26-LST-PSS	FABIOLA PIETSCH MATTOS DOS SANTOS	05/03/1980	Não		0	0	0	2	0	0	0	01/12/2004	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	90
1224-26-LST-PSS	PATRICIA CAROLINE LIMA SILVA VIANA	02/03/1982	Não		0	0	0	2	0	0	0	21/08/2006	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	91
337-26-LST-PSS	ALINE CRISTINA PERONA REIS DAS NEVES	14/01/1994	Não		0	0	0	2	0	0	0	24/02/2018	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	92
1223-26-LST-PSS	KEILA VALERIA FERREIRA NUNES PINTO	06/01/1966	Não		0	0	0	2	0	0	0	22/07/2019	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	93
819-26-LST-PSS	LUIZA EDUARDA RIBEIRO PEGO	08/09/1999	Não		0	0	0	2	0	0	0	16/03/2021	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	94
247-26-LST-PSS	ANA CAROLINA DOS REIS	26/09/1993	Não		0	0	0	2	0	0	0	07/07/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	95
1570-26-LST-PSS	ISABELA GEOVANA DE OLIVEIRA FARIA	27/01/1999	Não		0	0	0	2	0	0	0	22/07/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	96
535-26-LST-PSS	PEDRO NARDSON AVELINO DE OLIVEIRA	30/08/2000	Não		0	0	0	2	0	0	0	12/12/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	97
811-26-LST-PSS	VALQUIRIA GABRIELE ALMEIDA DE SOUZA OLIVEIRA	16/04/1997	Não		0	0	0	2	0	0	0	17/12/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	98
245-26-LST-PSS	INGRID GABRIELY DE ARAUJO NUNES	08/01/1996	Não		0	0	0	2	0	0	0	21/12/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	99
284-26-LST-PSS	ELIZABET DA PIEDADE BARBOSA DO NASCIMENTO	07/10/1969	Não		0	0	0	2	0	0	0	22/12/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	100
455-26-LST-PSS	MIGUEL HENRIQUE SALOMAO DE ALMEIDA	20/01/1990	Sim	4	0	0	0	2	0	0	0	15/12/2023	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	101
1295-26-LST-PSS	AMABILY SUELLEN MOREIRA TEIXEIRA	27/11/1996	Não		0	0	0	2	0	0	0	22/01/2024	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	102
655-26-LST-PSS	DEBORA SIMOES TEIXEIRA	25/10/1979	Não		0	0	0	0	2	0	0	07/08/2012	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	103
824-26-LST-PSS	SIMONY FERREIRA GOUVEIA	01/08/1989	Não		0	0	0	0	2	0	0	07/02/2013	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	104
1640-26-LST-PSS	BARBARA DAPHINI MATOS SILVA	20/11/1992	Não		0	0	0	0	2	0	0	10/12/2014	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	105
575-26-LST-PSS	ELISA DE SOUZA CABRAL	30/06/1992	Não		0	0	0	0	2	0	0	20/07/2016	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	106
345-26-LST-PSS	LORENA COTA SCARPATTI	07/07/1996	Não		0	0	0	0	2	0	0	06/12/2019	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	107
1745-26-LST-PSS	ISABELA CARVALHAES LAGARES PINTO	02/02/1998	Não		0	0	0	0	2	0	0	23/09/2021	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	108
2342-26-LST-PSS	BRUNA LUIZA CARVALHO OLIVEIRA	04/02/1999	Não		0	0	0	0	2	0	0	22/12/2021	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	109
265-26-LST-PSS	DEBORA LYS NETO	29/03/1997	Não		0	0	0	0	2	0	0	15/02/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	110
866-26-LST-PSS	LANNA ELISA FURTADO OLIVEIRA	31/05/1996	Não		0	0	0	0	2	0	0	16/03/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	111
321-26-LST-PSS	CAIO VINICIUS FALCÃO PEIXOTO	28/07/1993	Não		0	0	0	0	2	0	0	01/12/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	112
1053-26-LST-PSS	JULLIA DE CAMPOS CRUZ	26/12/1999	Não		0	0	0	0	2	0	0	15/07/2023	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	113
2149-26-LST-PSS	RANNY SOPHIA DA SILVA FERNANDES	28/04/2000	Não		0	0	0	0	2	0	0	29/04/2024	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	114
428-26-LST-PSS	KAROLINE TAMARA DINIZ ROCHA	27/07/2000	Não		0	0	0	0	2	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	115
680-26-LST-PSS	MARCELLY CAROLINE PIMENTA BRAGA	12/12/2001	Não		0	0	0	0	2	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	116
107-26-LST-	ANA PATRICIA VALADARES COSTA	21/05/1998	Não		0	0	0	0	2	0	0	03/07/2025	0	Ensino Superior	2.00	Classificado	117

PSS														Completo			
755-26-LST-PSS	FLAVIO VINICIO RIBEIRO	28/09/1992	Não		0	0	0	0	2	0	0	08/07/2025	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	118
476-26-LST-PSS	BRENO GOBIRA GUIMARAES DE ASSIS	09/04/1996	Não		1	0	0	0	0	0	0	16/08/2018	1	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	119
1876-26-LST-PSS	AYSSER LOPES DAHER	09/09/1964	Não		0	0	0	1	0	0	0	17/12/1988	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	120
831-26-LST-PSS	ANTONIO CARLOS BRAGA RAMOS	07/07/1969	Não		0	0	0	1	0	0	0	12/07/1991	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	121
1793-26-LST-PSS	SONIA APARECIDA DE LIMA	29/10/1974	Não		0	0	0	1	0	0	0	29/01/1998	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	122
877-26-LST-PSS	MYRIAN ALVES DOS SANTOS QUEIROGA	10/05/1967	Não		0	0	0	1	0	0	0	01/12/2007	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	123
1061-26-LST-PSS	MARCYNA APARECIDA GONCALVES	18/06/1976	Não		0	0	0	1	0	0	0	26/12/2007	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	124
1005-26-LST-PSS	DAFNE GONZALEZ BOTELHO	19/07/1985	Não		0	0	0	1	0	0	0	12/08/2008	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	125
444-26-LST-PSS	NATALIA RODRIGUES DE PAULA	17/05/1985	Não		0	0	0	1	0	0	0	02/12/2008	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	126
94-26-LST-PSS	ANGELICA APARECIDA BARROSO MOURAO	28/06/1988	Não		0	0	0	1	0	0	0	21/01/2014	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	127
239-26-LST-PSS	WANDIRLENE APARECIDA DE OLIVEIRA TRINDADE	26/11/1983	Não		0	0	0	1	0	0	0	08/02/2017	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	128
581-26-LST-PSS	LAWREY GUIMARÃES MIGUEL	01/06/1993	Não		0	0	0	1	0	0	0	27/07/2017	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	129
851-26-LST-PSS	BARBARA VICTORIA	26/10/1996	Não		0	0	0	1	0	0	0	01/07/2018	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	130
1733-26-LST-PSS	NATALIA MOTA MENDES MELO	08/11/1995	Não		0	0	0	1	0	0	0	14/12/2018	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	131
926-26-LST-PSS	RENATA DE SOUZA GUERRA COSTA	03/05/1987	Não		0	0	0	1	0	0	0	06/02/2019	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	132
304-26-LST-PSS	GREGORY GARCIA GASTAO DE CARVALHO	22/06/1997	Não		0	0	0	1	0	0	0	05/12/2019	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	133
379-26-LST-PSS	JADE RIOS CAMPOS	29/09/1994	Não		0	0	0	1	0	0	0	10/01/2020	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	134
1870-26-LST-PSS	GLORIA IRIS REBECA JAQUE FURIO	29/11/1979	Não		0	0	0	1	0	0	0	30/07/2020	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	135
956-26-LST-PSS	GABRIELA MARIA FRAGA	07/05/1998	Não		0	0	0	1	0	0	0	20/10/2020	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	136
1687-26-LST-PSS	JOSIANE GUEDES PASCOAL	23/07/1993	Não		0	0	0	1	0	0	0	22/12/2020	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	137
2276-26-LST-PSS	LARISSA CASSIA DIAS	26/03/1999	Não		0	0	0	1	0	0	0	14/07/2022	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	138
1227-26-LST-PSS	ANA CAROLINA DE OLIVEIRA QUINTAL MELO	24/04/2000	Não		0	0	0	1	0	0	0	20/07/2022	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	139
1216-26-LST-PSS	MORGANA SOARES SILVEIRA	28/05/1995	Não		0	0	0	1	0	0	0	17/12/2022	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	140
1942-26-LST-PSS	LUISA CRISTINA FIALHO	16/12/1999	Não		0	0	0	1	0	0	0	22/12/2022	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	141
1892-26-LST-PSS	CAMILA SILVA ALVES	04/05/1996	Não		0	0	0	1	0	0	0	23/12/2022	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	142
1001-26-LST-PSS	CAMILA HELLEN CASTRO E SILVA	09/10/1999	Sim	5	0	0	0	1	0	0	0	23/12/2022	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	143
1279-26-LST-PSS	LUANA MONIQUE DA SILVA MELO	05/03/2000	Não		0	0	0	1	0	0	0	06/07/2023	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	144
1561-26-LST-PSS	LORENA VIEIRA BOY	02/05/1997	Não		0	0	0	1	0	0	0	12/12/2023	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	145
1638-26-LST-PSS	PAMELA KERIGMA MOREIRA	22/09/1999	Não		0	0	0	1	0	0	0	21/12/2023	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	146
1468-26-LST-PSS	JESSICA CRISTINA SANTOS PINHEIRO	23/04/1992	Não		0	0	0	1	0	0	0	22/12/2023	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	147
177-26-LST-PSS	JESSICA NATHALIM DE FARIA	20/04/1998	Não		0	0	0	1	0	0	0	04/01/2024	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	148
1776-26-LST-PSS	SAMARA REIS DORNELAS	07/05/2000	Não		0	0	0	1	0	0	0	04/01/2024	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	149
27-26-LST-PSS	ELISANGELA GENEROSO MARQUES DA CRUZ	16/07/1999	Não		0	0	0	1	0	0	0	05/01/2024	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	150
394-26-LST-	LARISSA COSTA DE MATOS	19/02/1997	Não		0	0	0	1	0	0	0	07/01/2025	0	Ensino Superior	1.00	Classificado	151

PSS														Completo			
127-26-LST-PSS	SOPHIA MARIA PINTO E PAES	18/02/2001	Não		0	0	0	1	0	0	0	25/07/2025	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	152
279-26-LST-PSS	THIAGO ALVINO MEDEIROS	17/09/1998	Não		0	0	0	0	1	0	0	30/12/2024	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	153
2434-26-LST-PSS	FRANCISCO CARLOS DA SILVA ARAUJO	29/01/1955	Não		0	0	0	0	0	0	0	09/01/1982	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	154
55-26-LST-PSS	JEANNE DARC TOSTES DRUMOND	14/10/1966	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/1988	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	155
1020-26-LST-PSS	ADRIANE NASCIMENTO CALDEIRA SILVA	21/05/1964	Não		0	0	0	0	0	0	0	06/12/1990	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	156
2398-26-LST-PSS	FLAVIA CARNEIRO XAVIER	23/04/1971	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/02/1996	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	157
147-26-LST-PSS	SIMONE DUARTE DIEGO	30/05/1972	Não		0	0	0	0	0	0	0	09/07/1999	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	158
881-26-LST-PSS	ZANONI DE FARIA SANTANA	11/08/1974	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/07/1999	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	159
2190-26-LST-PSS	RENATA CHRISTIANE MARQUES LISBOA SIMÕES	10/11/1977	Não		0	0	0	0	0	0	0	07/02/2003	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	160
516-26-LST-PSS	ANALUIZA BARBOSA DE ALMEIDA SOUZA MARQUES	14/08/1981	Não		0	0	0	0	0	0	0	19/12/2003	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	161
1973-26-LST-PSS	CRISTIANE FLAVIA DOS SANTOS CORREA	12/05/1980	Não		0	0	0	0	0	0	0	07/01/2004	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	162
2306-26-LST-PSS	GUSTAVO OLIVEIRA FELICIANO	25/05/1978	Não		0	0	0	0	0	0	0	09/07/2004	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	163
319-26-LST-PSS	RAPHAELA SCHERRER MENDES BRUM	16/02/1985	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/08/2007	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	164
283-26-LST-PSS	SÔNIA MARIA DE SOUZA CABRAL	12/12/1976	Não		0	0	0	0	0	0	0	04/07/2008	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	165
474-26-LST-PSS	DANIELLE PEREIRA PIRES	21/05/1987	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2010	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	166
298-26-LST-PSS	MARCELO SIMIAO NETO	28/10/1977	Não		0	0	0	0	0	0	0	09/02/2011	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	167
2163-26-LST-PSS	CÁSSIA MARIA LEÔNCIO DOS SANTOS	09/02/1965	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/07/2011	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	168
573-26-LST-PSS	EMILLY CAROLINNI SAMPAIO GALIASSI	08/04/1988	Não		0	0	0	0	0	0	0	07/08/2012	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	169
1888-26-LST-PSS	FABIANA ANTUNES DE OLIVEIRA	25/04/1977	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/12/2012	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	170
2052-26-LST-PSS	MARCIA LOUREIRO	15/11/1964	Não		0	0	0	0	0	0	0	11/07/2013	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	171
1030-26-LST-PSS	CARLA LUIZA DE MACEDO SIQUEIRA DIAS	07/02/1986	Não		0	0	0	0	0	0	0	19/03/2014	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	172
762-26-LST-PSS	ANNA CAROLINA VYCAS SERRA	18/10/1987	Não		0	0	0	0	0	0	0	09/08/2014	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	173
515-26-LST-PSS	THAIS COSTA MOREIRA	06/07/1992	Não		0	0	0	0	0	0	0	05/09/2014	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	174
1310-26-LST-PSS	GLENDA ADRIELLE GONCALVES MOREIRA	22/07/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/12/2014	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	175
735-26-LST-PSS	LORENA CAROLINA ALMEIDA SILVA	11/02/3313	Não		0	0	0	0	0	0	0	15/08/2015	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	176
757-26-LST-PSS	NAYARA BRUNO COSTA BICALHO	22/11/1991	Não		0	0	0	0	0	0	0	01/12/2015	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	177
1959-26-LST-PSS	ISABELLA VAZ DA COSTA ALECRIM	25/06/1993	Não		0	0	0	0	0	0	0	10/12/2015	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	178
1809-26-LST-PSS	EMMANUEL PETRACCONE CAIXETA	30/12/1987	Não		0	0	0	0	0	0	0	29/12/2015	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	179
1348-26-LST-PSS	LORENA LEONCIO COSTA	07/03/1992	Não		0	0	0	0	0	0	0	31/12/2015	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	180
465-26-LST-PSS	CRISTIANO R RODRIGUES	11/10/1988	Não		0	0	0	0	0	0	0	12/02/2016	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	181
222-26-LST-PSS	AMANDA DOS SANTOS MANCUZO	10/03/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	15/06/2016	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	182
436-26-LST-PSS	MARIANNA MOTA MENDES	09/08/1994	Não		0	0	0	0	0	0	0	02/12/2016	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	183
1636-26-LST-PSS	DEIVINIANE FRANCIELE BRAGA	30/03/1984	Não		0	0	0	0	0	0	0	14/07/2017	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	184
787-26-LST-	ALEX ABRAO VASCONCELOS	12/07/1991	Não		0	0	0	0	0	0	0	12/07/2018	0	Ensino Superior	0.00	Classificado	185

PSS														Completo			
1726-26-LST-PSS	MAISA APOSTOLO NOGUEIRA	24/10/1993	Não		0	0	0	0	0	0	0	25/07/2018	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	186
1760-26-LST-PSS	LIVIA DE OLIVEIRA	06/07/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	31/07/2018	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	187
490-26-LST-PSS	NAYARA BATISTA LEITE FRANCO	08/07/1993	Não		0	0	0	0	0	0	0	07/12/2018	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	188
181-26-LST-PSS	KAREN BEATRIZ BATISTA CABRAL	30/11/1993	Não		0	0	0	0	0	0	0	27/12/2018	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	189
1482-26-LST-PSS	MARJORE ALVES FERREIRA	02/05/1995	Não		0	0	0	0	0	0	0	24/07/2019	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	190
1507-26-LST-PSS	ANA PAULA DE RESENDE LARA	12/04/1973	Não		0	0	0	0	0	0	0	26/07/2019	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	191
1669-26-LST-PSS	GABRIELA ISTELEN CRUZ HENRIQUE	30/01/1996	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/12/2019	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	192
2146-26-LST-PSS	GIOVANNA SILVEIRA GONTIJO	28/10/1996	Não		0	0	0	0	0	0	0	14/07/2020	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	193
282-26-LST-PSS	NADIA SANTOS DO VALLE	27/10/1992	Não		0	0	0	0	0	0	0	02/09/2020	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	194
1526-26-LST-PSS	BEATRIZ REGINA PADILHA ROCHA	20/11/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	11/11/2020	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	195
924-26-LST-PSS	MAISA DE ASSIS RABELO	22/11/1995	Não		0	0	0	0	0	0	0	24/02/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	196
720-26-LST-PSS	RAYAMA XAVIER GORDIANO	01/07/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	24/02/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	197
1072-26-LST-PSS	PEDRO LAPONES DO AMARAL GONTIJO CUNHA	30/07/1981	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/05/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	198
1203-26-LST-PSS	LETICIA SILVA ARAUJO	10/06/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	28/05/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	199
651-26-LST-PSS	GABRIELLA MILANEZ MALAGOLI	18/05/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	30/08/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	200
1674-26-LST-PSS	ALICE DUARTE SANTOS VELOSO	26/07/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	06/12/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	201
13-26-LST-PSS	THALHES CRISTIAN PEDROSA	16/10/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	202
2348-26-LST-PSS	GABRIELA CRISTINA SILVA MARTINS	13/08/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	203
433-26-LST-PSS	GABRIEL LUIZ DE CARVALHO COSTA	03/04/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	204
1607-26-LST-PSS	ADRIANA DIAS MIRANDA	30/06/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	30/12/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	205
2126-26-LST-PSS	LUCAS MATHEUS ROCHA FIRMINO	30/09/1994	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/01/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	206
215-26-LST-PSS	VIVIAN JENNIE MORAIS PIMENTA	20/03/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	30/06/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	207
953-26-LST-PSS	NATALIA KATHLEEN CIRIACO SILVA	18/08/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/07/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	208
1440-26-LST-PSS	LEONARDO GUEDES PECHIR	08/07/1983	Não		0	0	0	0	0	0	0	12/08/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	209
856-26-LST-PSS	ESTHER SOARES PROTASIO	26/09/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/08/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	210
303-26-LST-PSS	THAYNARA ALVES DE FREITAS	17/04/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	07/11/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	211
963-26-LST-PSS	LUMA TALITA DE SOUZA	23/03/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	08/12/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	212
141-26-LST-PSS	TALYSSA MONIKE MARCELINO MARTINS	10/08/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/12/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	213
432-26-LST-PSS	ANDRESSA DE OLIVEIRA CANDIDO	28/06/1982	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/12/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	214
2339-26-LST-PSS	AMANDA MONTEIRO BADARO	17/10/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	215
1661-26-LST-PSS	LORENA ANGELICA RODRIGUES COSTA	29/10/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	216
608-26-LST-PSS	TIAGO HENRIQUE DE OLIVEIRA ROCHA	25/06/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/01/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	217
2185-26-LST-PSS	THIAGO HENRIQUE ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA	21/05/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/01/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	218
771-26-LST-	GRAZIELLA MINCHILLO AMARAL	27/07/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	27/01/2023	0	Ensino Superior	0.00	Classificado	219

PSS														Completo			
15-26-LST-PSS	BRENO MARTINS DIAS	25/09/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	03/02/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	220
1611-26-LST-PSS	ISABELA LEANDRA MENDES DE SA	19/10/2000	Sim	6	0	0	0	0	0	0	0	20/02/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	221
616-26-LST-PSS	KELY CRISTINA FERREIRA LELIS	08/02/1982	Não		0	0	0	0	0	0	0	05/03/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	222
1036-26-LST-PSS	RAFAELLA RIBEIRO PEDROSA	09/03/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	14/07/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	223
812-26-LST-PSS	GABRIELA ESTEVES AVELINO NUNES DE SOUZA	16/08/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	31/07/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	224
823-26-LST-PSS	ISADORA RODRIGUES GROSSI	07/04/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	01/08/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	225
2011-26-LST-PSS	WENDEL YANN COSTA ALVES	07/11/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	06/08/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	226
2002-26-LST-PSS	KENIA COSTA DE OLIVEIRA	07/01/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	29/08/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	227
946-26-LST-PSS	JULIANA CRISTINA MOREIRA MARTINS ALVES	01/10/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/10/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	228
683-26-LST-PSS	YAN RODRIGUES SILVA ROCHA	16/02/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	08/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	229
817-26-LST-PSS	MAYANNE AMORIM DUTRA	09/10/1989	Não		0	0	0	0	0	0	0	15/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	230
447-26-LST-PSS	MARIANA MOL NUNES	22/10/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	231
448-26-LST-PSS	MARIA CLARA CARVALHO FREIRE CARNEIRO	07/03/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	232
1494-26-LST-PSS	ALICIA JARDIM GONCALVES	19/04/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	233
331-26-LST-PSS	SARAH LIMA LEAO	20/07/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	234
2415-26-LST-PSS	KATE STEPHANIE DE SOUZA SANTOS	30/12/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	235
504-26-LST-PSS	EDUARDA STEPHANY XAVIER BARBOSA	23/12/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	236
1600-26-LST-PSS	IGOR HENRIQUE MADUREIRA MOREIRA	14/08/1993	Não		0	0	0	0	0	0	0	31/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	237
1634-26-LST-PSS	MILLENA JARDIM VIEIRA	23/02/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	12/01/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	238
676-26-LST-PSS	MARIA LUIZA ARAUJO ALMEIDA	17/07/1998	Sim	7	0	0	0	0	0	0	0	12/01/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	239
545-26-LST-PSS	GIOVANNA ARAUJO FARIA	22/05/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	03/02/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	240
2252-26-LST-PSS	ANNY CAROLINE PIRES ALVARES	27/08/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	03/02/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	241
2034-26-LST-PSS	MARIA CLARA ALVES DA SILVA	11/04/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	06/02/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	242
1443-26-LST-PSS	CINDY SANTOS OLIVEIRA	25/03/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	08/02/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	243
1660-26-LST-PSS	JULIA DE CASTRO SANTOS	23/09/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	12/03/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	244
51-26-LST-PSS	JADE ALINE MOREIRA MACIEL	14/09/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	10/06/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	245
1044-26-LST-PSS	KARINA SANTOS GUSMAO	24/08/1989	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/06/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	246
508-26-LST-PSS	SARA QUEREN HAPUQUE DE SOUZA GODOI	22/01/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	28/06/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	247
1143-26-LST-PSS	ADRIELY CRISTINA COSTA PINTO	07/05/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	05/07/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	248
1195-26-LST-PSS	LUCAS DE VETTE ROCHA	14/02/1994	Não		0	0	0	0	0	0	0	08/07/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	249
2208-26-LST-PSS	JUNIA PAULA NONATO DE ALMEIDA	19/11/1987	Não		0	0	0	0	0	0	0	11/07/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	250
1430-26-LST-PSS	ESTER VITORIA BATISTA NASCIMENTO	08/07/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/07/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	251
232-26-LST-PSS	BRUNA GENY CORREA GONCALVES	23/06/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	26/07/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	252
1830-26-LST-	CAROLINA CAMPOS MACIEL COSTA	11/11/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	26/07/2024	0	Ensino Superior	0.00	Classificado	253

PSS														Completo			
1659-26-LST-PSS	KAROLINA SOLANO VALADARES	01/05/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	27/07/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	254
960-26-LST-PSS	ISABELLA LUIZA MATEUS DE CARVALHO	17/04/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/10/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	255
893-26-LST-PSS	AMANDA CRISTIANE SANTOS SOARES	04/09/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	06/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	256
264-26-LST-PSS	MARCELO MONTEIRO MARTINS	20/02/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	12/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	257
467-26-LST-PSS	THAYNARA MARTINS GONCALVES	05/01/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	258
864-26-LST-PSS	ROBSON PEREIRA GONCALVES	28/06/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	14/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	259
2229-26-LST-PSS	FRANCINY PEREIRA DOS SANTOS	06/11/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	260
2124-26-LST-PSS	CRISTIANE GRAZIELLE SOARES DE SOUZA	12/08/1987	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	261
1663-26-LST-PSS	TATIANE SOARES CAMPOS	11/07/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	262
1525-26-LST-PSS	GABRIEL RAFAEL COSTA	18/09/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	263
596-26-LST-PSS	GABRIEL SANTANA MENDES	13/09/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	264
915-26-LST-PSS	LUDMILA FUNGHI DE SOUZA	31/10/1986	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	265
2157-26-LST-PSS	ISABELA CRISTINA OLIVEIRA MATEUS	13/12/1992	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	266
1185-26-LST-PSS	EDUARDA SILVA	15/04/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	267
669-26-LST-PSS	EDUARDA LUZZI RESENDE	16/09/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	268
1176-26-LST-PSS	MILENA FERREIRA DE ALMEIDA	30/04/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	269
1737-26-LST-PSS	BRUNA FAGUNDES ROSA	08/06/1994	Não		0	0	0	0	0	0	0	24/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	270
1976-26-LST-PSS	FERNANDA FERREIRA DIAS ROCHA	01/09/1994	Não		0	0	0	0	0	0	0	30/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	271
479-26-LST-PSS	NATHAN ALEX DA COSTA MEDEIROS	22/03/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	30/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	272
1120-26-LST-PSS	FILIPE MARTINS DE QUADROS MAIA	04/12/1984	Sim	8	0	0	0	0	0	0	0	31/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	273
237-26-LST-PSS	THAIS MARTINS DA SILVA	15/03/1992	Não		0	0	0	0	0	0	0	31/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	274
1260-26-LST-PSS	CAROLINA RESENDE LARA MOREIRA	13/07/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	03/01/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	275
997-26-LST-PSS	MARCELLO TAVARES VARGAS	17/04/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	25/01/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	276
2042-26-LST-PSS	REUEL DE PAULA SANTANA	02/03/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	14/02/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	277
224-26-LST-PSS	DANIELLE FERREIRA ROCHA	09/08/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	30/06/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	278
2325-26-LST-PSS	JESSICA BEATRIZ SANTOS TEIXEIRA	06/02/1996	Não		0	0	0	0	0	0	0	06/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	279
1309-26-LST-PSS	KETELYN KEROLAYNE MARTINS FRUTUOSO	13/02/1996	Não		0	0	0	0	0	0	0	06/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	280
1245-26-LST-PSS	TAIANE FELIPE MUNIZ	18/11/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	07/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	281
1839-26-LST-PSS	ANA BARBARA DE PAULA SILVA	27/10/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	09/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	282
1007-26-LST-PSS	PALOMA CONCEICAO DUARTE SANTOS	22/11/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	10/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	283
1575-26-LST-PSS	LETICIA VIANNA DA COSTA GONCALVES	27/07/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	11/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	284
872-26-LST-PSS	ANNA PRUCHOVA ALVES	12/06/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	11/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	285
839-26-LST-PSS	BIANCA CRISTINA TEIXEIRA BARCELOS	20/12/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	11/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	286
1894-26-LST-	BRENO CAMPOS DA SILVA	17/01/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	14/07/2025	0	Ensino Superior	0.00	Classificado	287

PSS														Completo			
569-26-LST-PSS	POLYANA BARBOSA DA SILVA	16/11/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	15/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	288
1418-26-LST-PSS	LIDIANE TEIXEIRA BRANDAO	05/05/1979	Não		0	0	0	0	0	0	0	25/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	289
1475-26-LST-PSS	RAQUEL CRISTINA NOGUEIRA BRANT	22/01/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	25/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	290
1297-26-LST-PSS	EMANUELLE ARAUJO SANTOS	19/10/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	25/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	291
599-26-LST-PSS	MARIANA GOMES OLIVEIRA	18/02/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	05/08/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	292
681-26-LST-PSS	RAFAELA MAGALHAES BRAGA DO AMARAL	18/01/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	05/08/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	293
1129-26-LST-PSS	VICTORIA KETLEN MOREIRA	21/09/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	29/08/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	294
291-26-LST-PSS	ROSEMARY ROSA BATISTA DE ALKIMIM	23/06/1985	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/10/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	295
582-26-LST-PSS	JOAO PAULO SURIANI SIQUEIRA	10/04/1986	Não		0	0	0	0	0	0	0	01/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	296
1050-26-LST-PSS	IZABELA SOUTO JACOB PORCARO	01/08/2004	Não		0	0	0	0	0	0	0	03/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	297
903-26-LST-PSS	CAMILA MORENO MORAES	29/04/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	09/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	298
617-26-LST-PSS	LUANA DA SILVA RIBEIRO	24/03/1996	Não		0	0	0	0	0	0	0	11/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	299
2222-26-LST-PSS	MARIA EDUARDA D ORAZIO LOURES	15/12/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	12/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	300
212-26-LST-PSS	LEONARDO URBIETA PORTILLO	06/05/2003	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	301
376-26-LST-PSS	TATIANE REGINA NETO NASCIMENTO DE ASSIS	15/04/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	302
1228-26-LST-PSS	MARLON HENRIQUE TRINDADE LIMA	11/01/1993	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	303
1021-26-LST-PSS	LEANDRO MARCOS ALVES LOPES	21/07/1995	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	304
327-26-LST-PSS	FABRICIO HENRIQUE FRANCA	05/10/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	305
390-26-LST-PSS	GABRIELA FERREIRA DIAS	20/03/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	306
484-26-LST-PSS	ISADORA CASTRO DE FREITAS BEZERRA	21/09/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	307
875-26-LST-PSS	YASMIN VELOSO D ASSUMPCAO	18/09/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	308
1941-26-LST-PSS	RODRIGO TELES EVANGELISTA GUIMARAES LINH	16/05/2003	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	309
1370-26-LST-PSS	LEIDEANE BRENDA BENAC DE OLIVEIRA	13/10/1992	Não		0	0	0	0	0	0	0	17/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	310
289-26-LST-PSS	DIOGO DE OLIVEIRA EMILIO	30/12/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	17/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	311
748-26-LST-PSS	LUCAS WILLIAN DUARTE MIRANDA	10/04/2003	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	312
942-26-LST-PSS	ARTHUR GOMES MEDRADO	24/11/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	19/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	313
1512-26-LST-PSS	VINICIUS SANTOS SABINO	07/10/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	19/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	314
652-26-LST-PSS	MARIA CLARA RIBEIRO MACHADO	03/03/2003	Não		0	0	0	0	0	0	0	19/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	315
1925-26-LST-PSS	ROBERTA LENI ANTUNES BARBOSA	16/04/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	316
592-26-LST-PSS	LARA SILVA MOURA	22/12/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	317
1346-26-LST-PSS	ROSILENE MARA MENDES DA SILVA FRANCO	15/12/1987	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	318
1621-26-LST-PSS	MARLON GREIGUE EUZEBIO MOREIRA DA SILVA	17/05/1995	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	319
349-26-LST-PSS	REGIANE DE OLIVEIRA MENEGUINE DALTOÉ	21/05/1993	Sim	9	0	0	0	0	0	0	0	22/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	320
364-26-LST-	LARA BASTOS LIMA	16/02/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/12/2025	0	Ensino Superior	0.00	Classificado	321

PSS														Completo			
242-26-LST-PSS	LARISSA ACACIO TAVARES	14/09/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	322
190-26-LST-PSS	PEDRO LUIZ AFONSO FARIA	17/10/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	323
526-26-LST-PSS	GABRIELA PUBLIO FLISTER	15/01/2003	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	324
741-26-LST-PSS	GILVANIA CAROLINA NUNES DA SILVA	29/03/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	31/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	325
463-26-LST-PSS	ESTELA ADRIELI DA SILVA NASCIMENTO DE MATOS	24/08/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	31/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	326
1329-26-LST-PSS	CASSIA ALVES DE LIMA LUNA	12/10/1994	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/01/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	327
1045-26-LST-PSS	YVIS EMMANUEL MOTA FERNANDES	14/08/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/01/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	328
139-26-LST-PSS	RENATA BARBOSA GUERRA SALLES	09/12/1988	Não		0	0	0	0	0	0	0	30/01/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	329
1580-26-LST-PSS	LUIZA RAMOS SANABIO DE ALCANTARA	13/06/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	05/02/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	330
363-26-LST-PSS	MARIANE DE SOUZA SILVEIRA	15/07/3514	Não		0	0	0	0	0	0	0	05/02/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	331
200-26-LST-PSS	BEATRIZ RIBEIRO DA CRUZ OLIVEIRA SANTOS	29/12/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	02/03/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	332
1583-26-LST-PSS	GILVANE VIVIANE MORAES XAVIER	22/05/1975	Não		0	0	0	0	0	0	0	05/05/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	333
1618-26-LST-PSS	BIANCA MENDES DE MELO MARQUES	25/03/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/05/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	334
1095-26-LST-PSS	JULY ABIKO	29/07/1970	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/12/1993	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1226-26-LST-PSS	PATRICIA CAROLINE LIMA SILVA VIANA	02/03/1982	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/08/2006	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
2221-26-LST-PSS	AISLAN CONCEICAO SOARES DIORATO	19/03/1980	Não		0	0	0	0	0	0	0	29/07/2007	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1366-26-LST-PSS	LORENA LEONCIO COSTA	07/03/1992	Não		0	0	0	0	0	0	0	10/12/2015	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
2428-26-LST-PSS	CARLA CRISTINA PEREIRA CAMPOS	27/08/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	02/04/2016	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
355-26-LST-PSS	AMANDA DOS SANTOS MANCUZO	10/03/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/06/2016	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
912-26-LST-PSS	RUA TUPIS 1149	30/04/1988	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1438-26-LST-PSS	EDVANDO PEREIRA	29/08/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/12/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1345-26-LST-PSS	RAFAELA OBERHOFER NASCIMENTO	28/04/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	28/07/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
862-26-LST-PSS	ESTHER SOARES PROTASIO	26/09/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/08/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
26-26-LST-PSS	BRENO MARTINS DIAS	25/09/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	03/02/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1970-26-LST-PSS	MARIA DO ROSÁRIO CONRADO DE SOUZA	18/06/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1017-26-LST-PSS	CONDOMINIO EDIFICIO HORA	27/12/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	01/08/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
2394-26-LST-PSS	LAYLA MACHADO COSTA	27/12/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	01/08/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
2401-26-LST-PSS	LAYLA MACHADO COSTA	27/12/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	01/08/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
2373-26-LST-PSS	DANIELA MAGALHAES CAMPOS	03/04/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	29/09/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1138-26-LST-PSS	HUGO MENDES MENEZES SOBRINHO	21/04/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	19/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1511-26-LST-PSS	ALCIONE DE ÂNGELUS SILVA	16/06/1971	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
959-26-LST-PSS	CAPELA VELHA	08/10/1988	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
2019-26-LST-PSS	PEDRO DIANTOMAR JESUS CARNEIRO	02/07/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	31/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1706-26-LST-	VINICIUS DE SOUZA XAVIER	08/10/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	08/07/2025	0	Ensino Superior	0.00	Desclassificado	

PSS														Completo			
1684-26-LST-PSS	VINICIUS DE SOUZA XAVIER	08/10/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	08/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1957-26-LST-PSS	YAGO DIAS PIRES	16/12/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	25/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
579-26-LST-PSS	LUCAS ASSUNCAO RODRIGUES	26/03/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	15/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
131-26-LST-PSS	JULIA LEON MARTINS	17/11/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	15/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
644-26-LST-PSS	ALVARO EMANUEL FERREIRA FONTOURA	02/12/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	17/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1290-26-LST-PSS	LUCAS WILLIAN DUARTE MIRANDA	10/04/2003	Não		0	0	0	0	0	0	0	17/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
143-26-LST-PSS	ISABELA RODRIGUES OSORIO	24/01/1995	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
165-26-LST-PSS	ISABELA RODRIGUES OSORIO	24/01/1995	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1054-26-LST-PSS	GABRIEL ALVES	15/09/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/01/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
549-26-LST-PSS	JULIA VILLEMBERG TURINI CONSTANTINO	27/02/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/01/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
638-26-LST-PSS	CAMYLLA MONTIMOR ANDRASSY OLIVEIRA	20/02/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	27/02/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
2341-26-LST-PSS	MARIA EDUARDA SILVEIRA MACIEL	13/02/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/05/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	

Lagoa Santa, 14 de julho de 2026.

Leia-se:

Número da Inscrição/ processo	Nome candidato	Data de Nascimento	PCD	Classificação PCD	Tempo de experiência	Doutorado	Mestrado	Pos-Graduacao Latu Senso	Pos-Graduacao Saude Da Familia	Residencia	Residencia em Saude Da Familia	Maior tempo de conclusão do requisito exigido	Tempo total de experiência	Maior escolarida de/titulação	Nota Final	Resultado	Classificação AMPLA
1188-26-LST-PSS	GABRIELLY FERNANDES MACHADO	09/07/1986	Não		4	5	4	1	0	0	0	09/08/2017	4	Ensino Superior Completo	14.00	Classificado	1
561-26-LST-PSS	ANETE LUCIA DE OLIVEIRA MARTINS	07/08/1968	Não		10	0	0	1	2	0	0	16/12/1995	17	Ensino Superior Completo	13.00	Classificado	2
293-26-LST-PSS	ENES FRANCISCO BERALDO DE QUEIROZ	14/11/1980	Não		7	0	4	1	0	0	0	16/12/2010	7	Ensino Superior Completo	12.00	Classificado	3
2057-26-LST-PSS	LUCIANA GRAVITO DE AZEVEDO BRANCO	03/07/1974	Não		6	0	4	2	0	0	0	27/10/2015	6	Ensino Superior Completo	12.00	Classificado	4
2243-26-LST-PSS	MARCELA TORRES NASTA	15/05/1981	Não		10	0	0	1	0	0	0	07/12/2006	13	Ensino Superior Completo	11.00	Classificado	5
1140-26-LST-PSS	HELOISA HELENA DUARTE SCORZA	01/07/1976	Não		10	0	0	1	0	0	0	04/10/2001	11	Ensino Superior Completo	11.00	Classificado	6
50-26-LST-PSS	TAMIRIS GARCIA VALADARES	18/08/1988	Não		7	0	0	2	2	0	0	22/07/2011	7	Ensino Superior Completo	11.00	Classificado	7
1121-26-LST-PSS	NELSON FERREIRA BATISTA	03/01/1974	Não		10	0	0	0	0	0	0	25/07/2006	15	Ensino Superior Completo	10.00	Classificado	8
1859-26-LST-PSS	HERCILIA MARBURG TEIXEIRA	27/02/1977	Não		10	0	0	0	0	0	0	28/12/1998	12	Ensino Superior Completo	10.00	Classificado	9
152-26-LST-PSS	CAMILLA GOMES VILACA	09/02/1990	Não		9	0	0	1	0	0	0	25/06/2014	9	Ensino Superior Completo	10.00	Classificado	10
1784-26-LST-PSS	LAIS SILVA APOLINARIO	16/07/1987	Não		8	0	0	1	0	0	0	17/07/2013	8	Ensino Superior Completo	9.00	Classificado	11
528-26-LST-PSS	NATHALIA SILVIA SOUZA DE PAULA	21/04/1994	Não		7	0	0	0	2	0	0	28/12/2018	7	Ensino Superior Completo	9.00	Classificado	12
703-26-LST-PSS	FABIANE CRISTINA SOUZA COSTA	26/06/1984	Não		6	0	0	1	2	0	0	23/01/2014	6	Ensino Superior Completo	9.00	Classificado	13
1551-26-LST-PSS	JONAS ALAN CARISSIMI	17/01/1986	Não		5	0	0	2	2	0	0	12/01/2013	5	Ensino Superior Completo	9.00	Classificado	14
570-26-LST-PSS	AMANDA MOTA LACERDA	03/10/1993	Não		2	0	4	0	0	0	3	14/07/2017	2	Ensino Superior Completo	9.00	Classificado	15
937-26-LST-PSS	MARIA DE LOURDES GONCALVES PINTO	01/11/1984	Não		7	0	0	1	0	0	0	09/08/2014	7	Ensino Superior Completo	8.00	Classificado	16

565-26-LST-PSS	ANDREZZA DUARTE FERREIRA PINTO	19/10/1994	Não		7	0	0	1	0	0	0	11/12/2017	7	Ensino Superior Completo	8.00	Classificado	17
2048-26-LST-PSS	GABRIELA ARAGAO CARVALHO COSTA	04/03/1991	Não		6	0	0	0	2	0	0	29/06/2018	6	Ensino Superior Completo	8.00	Classificado	18
1447-26-LST-PSS	KELLY RAMOS MOREIRA	21/04/1990	Não		5	0	0	1	2	0	0	24/02/2016	5	Ensino Superior Completo	8.00	Classificado	19
231-26-LST-PSS	MAYARA DE FREITAS PAIVA	25/09/1992	Não		6	0	0	0	2	0	0	19/01/2017	5	Ensino Superior Completo	8.00	Classificado	20
203-26-LST-PSS	DEUSA MARIA MENDES FURTADO	02/11/1994	Não		4	0	0	2	2	0	0	22/07/2019	4	Ensino Superior Completo	8.00	Classificado	21
501-26-LST-PSS	BRUNO CESAR BREMER	22/03/1978	Não		7	0	0	0	0	0	0	30/12/2014	7	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	22
86-26-LST-PSS	ANA MARINA RODRIGUES CASTRO DIAS	28/06/1995	Não		7	0	0	0	0	0	0	22/12/2017	7	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	23
975-26-LST-PSS	CARLA CRISTINA PEREIRA CAMPOS	27/08/1990	Não		6	0	0	1	0	0	0	02/04/2016	6	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	24
205-26-LST-PSS	ADILSON SILVA PRADO	03/06/1966	Sim	1	5	0	0	2	0	0	0	12/12/1992	4	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	25
529-26-LST-PSS	ANA FLAVIA CORTES TOLENTINO	22/11/1992	Não		4	0	0	1	2	0	0	13/05/2015	4	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	26
41-26-LST-PSS	LAIS HELENA GONDIM DE MOURA ARAUJO	11/05/1992	Não		4	0	0	1	2	0	0	27/07/2021	4	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	27
733-26-LST-PSS	CRISTIANO MACLEY CAMILO BATISTELI	06/08/1983	Não		3	0	0	2	2	0	0	27/04/2020	3	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	28
809-26-LST-PSS	TEREZA CRISTINA PEREIRA DE ANDRADE IGINO	20/08/1998	Não		3	0	0	1	0	0	3	21/12/2021	3	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	29
2016-26-LST-PSS	KHARINNE RACHEL SÁ VETTORAZZO	23/09/1992	Não		0	0	4	1	2	0	0	11/07/2018	0	Ensino Superior Completo	7.00	Classificado	30
1750-26-LST-PSS	MARCELO MACHADO ANDRADE	15/03/1961	Não		6	0	0	0	0	0	0	14/12/1985	6	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	31
746-26-LST-PSS	MELISSA CARINA MENEZES	12/04/1980	Não		6	0	0	0	0	0	0	11/12/2017	6	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	32
553-26-LST-PSS	LUISA RAQUEL PINTO DIAS	25/12/1995	Não		5	0	0	1	0	0	0	21/12/2019	5	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	33
955-26-LST-PSS	LUCAS MACHADO DE OLIVEIRA	06/03/1998	Não		4	0	0	2	0	0	0	11/12/2020	4	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	34
1011-26-LST-PSS	CAMILA LEMES ALVES	26/08/1997	Não		4	0	0	2	0	0	0	18/12/2020	4	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	35
1060-26-LST-PSS	MARCELLY TOMAZ SANTOS	03/08/1997	Não		4	0	0	0	2	0	0	17/12/2019	4	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	36
111-26-LST-PSS	GUILHERME AUGUSTO MARTINS DOS SANTOS	16/03/1992	Não		3	0	0	1	2	0	0	11/11/2020	3	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	37
336-26-LST-PSS	ANNA LUIZA SOUZA RODRIGUES	16/10/1990	Não		2	0	0	2	2	0	0	10/08/2015	2	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	38
1963-26-LST-PSS	NAYARA FRANCIELE FIGUEIREDO BARROSO	29/08/1994	Não		2	0	0	2	2	0	0	10/10/2017	2	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	39
643-26-LST-PSS	PATRICIA VANESSA VALLADARES	07/01/1982	Não		2	0	0	2	2	0	0	17/12/2021	2	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	40
210-26-LST-PSS	LIANARA MARÇAL PEIXOTO FERREIRA	29/09/1982	Não		0	0	4	2	0	0	0	23/12/2022	0	Ensino Superior Completo	6.00	Classificado	41
233-26-LST-PSS	DANIELLE CAROLINE SALES ROCHA	12/06/1990	Não		4	0	0	1	0	0	0	26/05/2021	5	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	42
1049-26-LST-PSS	ALINE KELLY SILVA	03/11/1987	Não		4	0	0	1	0	0	0	23/01/2015	4	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	43
653-26-LST-PSS	SERGIO RUBENS DE BARROS PINTO	13/06/1962	Não		3	0	0	2	0	0	0	09/12/1983	3	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	44
454-26-LST-PSS	MARIA TERESA DA SILVA COELHO	08/10/1977	Não		3	0	0	2	0	0	0	30/06/2021	3	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	45
24-26-LST-PSS	MIRIAM MACEDO SILVA LAZARINI	10/03/1986	Não		2	0	0	1	2	0	0	21/12/2012	2	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	46
1470-26-LST-PSS	FERNANDO ANTONIO DE SOUZA	24/02/1983	Não		2	0	0	1	2	0	0	10/01/2020	2	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	47
984-26-LST-PSS	GUILHERME MARTINS BRAGA	11/03/1998	Não		2	0	0	1	2	0	0	22/12/2020	2	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	48
1808-26-LST-PSS	MONICK PADILHA DE MIRANDA	14/05/1996	Não		2	0	0	1	2	0	0	08/03/2024	2	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	49
63-26-LST-PSS	KAROLINA REYSILA SILVEIRA GONTIJO	20/04/1994	Não		1	0	0	2	2	0	0	15/07/2022	1	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	50

318-26-LST-PSS	GUSTAVO HENRIQUE MARCAL REIS	06/05/1997	Não		0	0	4	1	0	0	0	19/07/2022	0	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	51
272-26-LST-PSS	ANNA CAROLINA RYE SATO KIMURA	23/01/1997	Não		0	0	4	1	0	0	0	31/07/2023	0	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	52
102-26-LST-PSS *	LUCAS DE MORAIS BARROS*	21/12/1966	Não		0	5	0	0	0	0	0	09/12/1988	0	Ensino Superior Completo	5.00	Classificado	53
335-26-LST-PSS	IGOR LUCAS DA SILVA MARTINS	28/11/1989	Não		4	0	0	0	0	0	0	22/12/2017	4	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	54
791-26-LST-PSS	GIOVANNA HOSÓRIO SILVA VALADARES	09/04/1997	Não		4	0	0	0	0	0	0	14/07/2022	4	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	55
2068-26-LST-PSS	BRUNA KAROLINE DA CRUZ ANANIAS	03/11/1998	Não		4	0	0	0	0	0	0	22/07/2022	4	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	56
1343-26-LST-PSS	MERCIA CIBELE BRITO VASCONCELOS	06/11/1989	Não		3	0	0	1	0	0	0	22/12/2022	3	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	57
1431-26-LST-PSS	SHEILA REGINA PIO DA SILVA	09/10/1973	Não		2	0	0	0	2	0	0	16/12/2006	2	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	58
624-26-LST-PSS	LETICIA SILVA FREITAS	12/01/1983	Não		1	0	0	1	2	0	0	01/07/2011	1	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	59
1715-26-LST-PSS	AMANDA ALVES LEÃO	17/11/1999	Não		1	0	0	1	2	0	0	27/12/2024	1	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	60
87-26-LST-PSS	ANDREIA DE CARVALHO KNIPP	08/10/1975	Não		2	0	0	0	2	0	0	16/02/2024	1	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	61
1070-26-LST-PSS	ROBERTA APARECIDA FIGUEIREDO VIEIRA	10/10/1976	Não		0	0	4	0	0	0	0	21/12/2000	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	62
595-26-LST-PSS	SCHIRLEY APARECIDA MAIA	11/10/1985	Não		0	0	4	0	0	0	0	26/07/2012	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	63
97-26-LST-PSS	VIVIANE MENDES PINTO	23/10/1978	Não		0	0	0	2	2	0	0	01/12/2000	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	64
1289-26-LST-PSS	ALFONSO ENRRIQUE URBINA GUADARISMO	18/09/1996	Sim	2	0	0	0	2	2	0	0	10/12/2019	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	65
1761-26-LST-PSS	ANDRE ALMEIDA ANTUNES	30/04/1989	Não		0	0	0	2	2	0	0	23/12/2021	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	66
2430-26-LST-PSS	LARISSA ELISA ALVES SILVA	10/01/1997	Não		1	0	0	1	2	0	0	16/03/2022	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	67
833-26-LST-PSS	DAYANNE NATASHA DE OLIVEIRA SANTANA	01/03/1990	Não		0	0	0	2	2	0	0	12/07/2022	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	68
636-26-LST-PSS	MARCOS VINICIUS MARQUES TAVARES DE LIMA	16/03/1996	Não		0	0	0	2	2	0	0	10/07/2023	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	69
437-26-LST-PSS	JOÃO VICTOR DOS SANTOS CARDOSO	12/09/1996	Sim	3	0	0	0	1	0	0	3	01/08/2023	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	70
1968-26-LST-PSS	JOYCE ESPECHIT VALERIO	04/03/1991	Não		0	0	0	2	2	0	0	19/01/2024	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	71
954-26-LST-PSS	TIAGO CESAR OLIVEIRA LEMOS	20/11/2000	Não		0	0	0	2	2	0	0	09/07/2025	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	72
1933-26-LST-PSS	IOLANDA CAROLINA BITENCOURT ARAUJO	05/05/1999	Não		0	0	0	2	2	0	0	18/12/2025	0	Ensino Superior Completo	4.00	Classificado	73
908-26-LST-PSS	SIMONE VIEIRA NASCIMENTO SOARES	01/04/1974	Não		3	0	0	0	0	0	0	26/08/1999	3	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	74
1759-26-LST-PSS	EUGENIO PACELI DE ALMEIDA JUNIOR	10/10/1987	Não		3	0	0	0	0	0	0	07/02/2013	3	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	75
815-26-LST-PSS	VALERIA SANTOS DE SOUZA	23/12/1984	Não		3	0	0	0	0	0	0	01/06/2016	3	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	76
1799-26-LST-PSS	MARCELA DE ASSIS CABRAL PEREIRA	30/05/1991	Não		3	0	0	0	0	0	0	29/06/2018	3	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	77
841-26-LST-PSS	JESSICA RODRIGUES DOS SANTOS	14/02/1991	Não		3	0	0	0	0	0	0	12/11/2021	3	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	78
117-26-LST-PSS	MATHEUS MORAIS ALVES DE SOUZA	12/05/1998	Não		3	0	0	0	0	0	0	30/06/2022	3	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	79
1768-26-LST-PSS	SHEILEY NASCIMENTO REIS PEREIRA	18/04/1985	Não		3	0	0	0	0	0	0	23/12/2022	3	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	80
941-26-LST-PSS	ROBERTA NOBRE DA CUNHA	24/07/1991	Não		2	0	0	1	0	0	0	29/01/2015	2	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	81
2288-26-LST-PSS	HINDYARA BRIONE TEIXEIRA	03/06/1989	Não		2	0	0	1	0	0	0	19/01/2017	2	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	82
940-26-LST-PSS	DANIELLE FERNANDES LOPES	20/08/1997	Não		2	0	0	1	0	0	0	20/12/2021	2	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	83
586-26-LST-PSS	GIOVANNA ALVES DA CRUZ	02/07/1999	Não		0	0	0	1	2	0	0	10/01/2023	0	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	84

1347-26-LST-PSS	MAURILIO VENTURA DA CUNHA VALE	14/08/1967	Não		0	0	0	1	2	0	0	29/08/2023	0	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	85
2318-26-LST-PSS	ERCILIO FARIA CORONHEIRO	25/06/1986	Não		0	0	0	1	2	0	0	03/01/2024	0	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	86
2070-26-LST-PSS	YASMIM AMARANTE PINTO	11/02/2001	Não		0	0	0	1	2	0	0	12/12/2025	0	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	87
1108-26-LST-PSS	THALES ARAUJO DA SILVA	30/10/1997	Não		0	0	0	0	0	0	3	18/01/2023	0	Ensino Superior Completo	3.00	Classificado	88
2317-26-LST-PSS	ALESSANDRA PATRICIA MONTEIRO DE CASTRO	21/11/1972	Não		0	0	0	2	0	0	0	18/12/1997	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	89
2233-26-LST-PSS	FABIOLA PIETSCH MATTOS DOS SANTOS	05/03/1980	Não		0	0	0	2	0	0	0	01/12/2004	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	90
1224-26-LST-PSS	PATRICIA CAROLINE LIMA SILVA VIANA	02/03/1982	Não		0	0	0	2	0	0	0	21/08/2006	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	91
337-26-LST-PSS	ALINE CRISTINA PERONA REIS DAS NEVES	14/01/1994	Não		0	0	0	2	0	0	0	24/02/2018	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	92
1223-26-LST-PSS	KEILA VALERIA FERREIRA NUNES PINTO	06/01/1966	Não		0	0	0	2	0	0	0	22/07/2019	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	93
819-26-LST-PSS	LUIZA EDUARDA RIBEIRO PEGO	08/09/1999	Não		0	0	0	2	0	0	0	16/03/2021	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	94
247-26-LST-PSS	ANA CAROLINA DOS REIS	26/09/1993	Não		0	0	0	2	0	0	0	07/07/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	95
1570-26-LST-PSS	ISABELA GEOVANA DE OLIVEIRA FARIA	27/01/1999	Não		0	0	0	2	0	0	0	22/07/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	96
535-26-LST-PSS	PEDRO NARDSON AVELINO DE OLIVEIRA	30/08/2000	Não		0	0	0	2	0	0	0	12/12/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	97
811-26-LST-PSS	VALQUIRIA GABRIELE ALMEIDA DE SOUZA OLIVEIRA	16/04/1997	Não		0	0	0	2	0	0	0	17/12/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	98
245-26-LST-PSS	INGRID GABRIELY DE ARAUJO NUNES	08/01/1996	Não		0	0	0	2	0	0	0	21/12/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	99
284-26-LST-PSS	ELIZABET DA PIEDADE BARBOSA DO NASCIMENTO	07/10/1969	Não		0	0	0	2	0	0	0	22/12/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	100
455-26-LST-PSS	MIGUEL HENRIQUE SALOMAO DE ALMEIDA	20/01/1990	Sim	4	0	0	0	2	0	0	0	15/12/2023	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	101
1295-26-LST-PSS	AMABILY SUELLEN MOREIRA TEIXEIRA	27/11/1996	Não		0	0	0	2	0	0	0	22/01/2024	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	102
655-26-LST-PSS	DEBORA SIMOES TEIXEIRA	25/10/1979	Não		0	0	0	0	2	0	0	07/08/2012	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	103
824-26-LST-PSS	SIMONY FERREIRA GOUVEIA	01/08/1989	Não		0	0	0	0	2	0	0	07/02/2013	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	104
1640-26-LST-PSS	BARBARA DAPHINI MATOS SILVA	20/11/1992	Não		0	0	0	0	2	0	0	10/12/2014	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	105
575-26-LST-PSS	ELISA DE SOUZA CABRAL	30/06/1992	Não		0	0	0	0	2	0	0	20/07/2016	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	106
345-26-LST-PSS	LORENA COTA SCARPATTI	07/07/1996	Não		0	0	0	0	2	0	0	06/12/2019	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	107
1745-26-LST-PSS	ISABELA CARVALHAES LAGARES PINTO	02/02/1998	Não		0	0	0	0	2	0	0	23/09/2021	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	108
2342-26-LST-PSS	BRUNA LUIZA CARVALHO OLIVEIRA	04/02/1999	Não		0	0	0	0	2	0	0	22/12/2021	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	109
265-26-LST-PSS	DEBORA LYS NETO	29/03/1997	Não		0	0	0	0	2	0	0	15/02/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	110
866-26-LST-PSS	LANNA ELISA FURTADO OLIVEIRA	31/05/1996	Não		0	0	0	0	2	0	0	16/03/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	111
321-26-LST-PSS	CAIO VINICIUS FALCÃO PEIXOTO	28/07/1993	Não		0	0	0	0	2	0	0	01/12/2022	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	112
1053-26-LST-PSS	JULLIA DE CAMPOS CRUZ	26/12/1999	Não		0	0	0	0	2	0	0	15/07/2023	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	113
2149-26-LST-PSS	RANNY SOPHIA DA SILVA FERNANDES	28/04/2000	Não		0	0	0	0	2	0	0	29/04/2024	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	114
428-26-LST-PSS	KAROLINE TAMARA DINIZ ROCHA	27/07/2000	Não		0	0	0	0	2	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	115
680-26-LST-PSS	MARCELLY CAROLINE PIMENTA BRAGA	12/12/2001	Não		0	0	0	0	2	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	116
107-26-LST-PSS	ANA PATRICIA VALADARES COSTA	21/05/1998	Não		0	0	0	0	2	0	0	03/07/2025	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	117
755-26-LST-PSS	FLAVIO VINICIO RIBEIRO	28/09/1992	Não		0	0	0	0	2	0	0	08/07/2025	0	Ensino Superior Completo	2.00	Classificado	118

476-26-LST-PSS	BRENO GOBIRA GUIMARAES DE ASSIS	09/04/1996	Não		1	0	0	0	0	0	0	16/08/2018	1	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	119
1876-26-LST-PSS	AYSSER LOPES DAHER	09/09/1964	Não		0	0	0	1	0	0	0	17/12/1988	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	120
831-26-LST-PSS	ANTONIO CARLOS BRAGA RAMOS	07/07/1969	Não		0	0	0	1	0	0	0	12/07/1991	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	121
1793-26-LST-PSS	SONIA APARECIDA DE LIMA	29/10/1974	Não		0	0	0	1	0	0	0	29/01/1998	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	122
877-26-LST-PSS	MYRIAN ALVES DOS SANTOS QUEIROGA	10/05/1967	Não		0	0	0	1	0	0	0	01/12/2007	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	123
1061-26-LST-PSS	MARCYNA APARECIDA GONCALVES	18/06/1976	Não		0	0	0	1	0	0	0	26/12/2007	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	124
1005-26-LST-PSS	DAFNE GONZALEZ BOTELHO	19/07/1985	Não		0	0	0	1	0	0	0	12/08/2008	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	125
444-26-LST-PSS	NATALIA RODRIGUES DE PAULA	17/05/1985	Não		0	0	0	1	0	0	0	02/12/2008	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	126
94-26-LST-PSS	ANGELICA APARECIDA BARROSO MOURAO	28/06/1988	Não		0	0	0	1	0	0	0	21/01/2014	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	127
239-26-LST-PSS	WANDIRLENE APARECIDA DE OLIVEIRA TRINDADE	26/11/1983	Não		0	0	0	1	0	0	0	08/02/2017	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	128
581-26-LST-PSS	LAWREY GUIMARÃES MIGUEL	01/06/1993	Não		0	0	0	1	0	0	0	27/07/2017	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	129
851-26-LST-PSS	BARBARA VICTORIA	26/10/1996	Não		0	0	0	1	0	0	0	01/07/2018	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	130
1733-26-LST-PSS	NATALIA MOTA MENDES MELO	08/11/1995	Não		0	0	0	1	0	0	0	14/12/2018	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	131
926-26-LST-PSS	RENATA DE SOUZA GUERRA COSTA	03/05/1987	Não		0	0	0	1	0	0	0	06/02/2019	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	132
304-26-LST-PSS	GREGORY GARCIA GASTAO DE CARVALHO	22/06/1997	Não		0	0	0	1	0	0	0	05/12/2019	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	133
379-26-LST-PSS	JADE RIOS CAMPOS	29/09/1994	Não		0	0	0	1	0	0	0	10/01/2020	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	134
1870-26-LST-PSS	GLORIA IRIS REBECA JAQUE FURIO	29/11/1979	Não		0	0	0	1	0	0	0	30/07/2020	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	135
956-26-LST-PSS	GABRIELA MARIA FRAGA	07/05/1998	Não		0	0	0	1	0	0	0	20/10/2020	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	136
1687-26-LST-PSS	JOSIANE GUEDES PASCOAL	23/07/1993	Não		0	0	0	1	0	0	0	22/12/2020	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	137
2276-26-LST-PSS	LARISSA CASSIA DIAS	26/03/1999	Não		0	0	0	1	0	0	0	14/07/2022	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	138
1227-26-LST-PSS	ANA CAROLINA DE OLIVEIRA QUINTAL MELO	24/04/2000	Não		0	0	0	1	0	0	0	20/07/2022	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	139
1216-26-LST-PSS	MORGANA SOARES SILVEIRA	28/05/1995	Não		0	0	0	1	0	0	0	17/12/2022	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	140
1942-26-LST-PSS	LUISA CRISTINA FIALHO	16/12/1999	Não		0	0	0	1	0	0	0	22/12/2022	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	141
1892-26-LST-PSS	CAMILA SILVA ALVES	04/05/1996	Não		0	0	0	1	0	0	0	23/12/2022	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	142
1001-26-LST-PSS	CAMILA HELLEN CASTRO E SILVA	09/10/1999	Sim	5	0	0	0	1	0	0	0	23/12/2022	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	143
1279-26-LST-PSS	LUANA MONIQUE DA SILVA MELO	05/03/2000	Não		0	0	0	1	0	0	0	06/07/2023	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	144
1561-26-LST-PSS	LORENA VIEIRA BOY	02/05/1997	Não		0	0	0	1	0	0	0	12/12/2023	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	145
1638-26-LST-PSS	PAMELA KERIGMA MOREIRA	22/09/1999	Não		0	0	0	1	0	0	0	21/12/2023	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	146
1468-26-LST-PSS	JESSICA CRISTINA SANTOS PINHEIRO	23/04/1992	Não		0	0	0	1	0	0	0	22/12/2023	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	147
177-26-LST-PSS	JESSICA NATHALIM DE FARIA	20/04/1998	Não		0	0	0	1	0	0	0	04/01/2024	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	148
1776-26-LST-PSS	SAMARA REIS DORNELAS	07/05/2000	Não		0	0	0	1	0	0	0	04/01/2024	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	149
27-26-LST-PSS	ELISANGELA GENEROSO MARQUES DA CRUZ	16/07/1999	Não		0	0	0	1	0	0	0	05/01/2024	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	150
394-26-LST-PSS	LARISSA COSTA DE MATOS	19/02/1997	Não		0	0	0	1	0	0	0	07/01/2025	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	151
127-26-LST-PSS	SOPHIA MARIA PINTO E PAES	18/02/2001	Não		0	0	0	1	0	0	0	25/07/2025	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	152

279-26-LST-PSS	THIAGO ALVINO MEDEIROS	17/09/1998	Não		0	0	0	0	1	0	0	30/12/2024	0	Ensino Superior Completo	1.00	Classificado	153
2434-26-LST-PSS	FRANCISCO CARLOS DA SILVA ARAUJO	29/01/1955	Não		0	0	0	0	0	0	0	09/01/1982	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	154
55-26-LST-PSS	JEANNE DARC TOSTES DRUMOND	14/10/1966	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/1988	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	155
1020-26-LST-PSS	ADRIANE NASCIMENTO CALDEIRA SILVA	21/05/1964	Não		0	0	0	0	0	0	0	06/12/1990	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	156
2398-26-LST-PSS	FLAVIA CARNEIRO XAVIER	23/04/1971	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/02/1996	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	157
147-26-LST-PSS	SIMONE DUARTE DIEGO	30/05/1972	Não		0	0	0	0	0	0	0	09/07/1999	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	158
881-26-LST-PSS	ZANONI DE FARIA SANTANA	11/08/1974	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/07/1999	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	159
2190-26-LST-PSS	RENATA CHRISTIANE MARQUES LISBOA SIMÕES	10/11/1977	Não		0	0	0	0	0	0	0	07/02/2003	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	160
516-26-LST-PSS	ANALUIZA BARBOSA DE ALMEIDA SOUZA MARQUES	14/08/1981	Não		0	0	0	0	0	0	0	19/12/2003	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	161
1973-26-LST-PSS	CRISTIANE FLAVIA DOS SANTOS CORREA	12/05/1980	Não		0	0	0	0	0	0	0	07/01/2004	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	162
2306-26-LST-PSS	GUSTAVO OLIVEIRA FELICIANO	25/05/1978	Não		0	0	0	0	0	0	0	09/07/2004	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	163
319-26-LST-PSS	RAPHAELA SCHERRER MENDES BRUM	16/02/1985	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/08/2007	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	164
283-26-LST-PSS	SÔNIA MARIA DE SOUZA CABRAL	12/12/1976	Não		0	0	0	0	0	0	0	04/07/2008	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	165
474-26-LST-PSS	DANIELLE PEREIRA PIRES	21/05/1987	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2010	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	166
298-26-LST-PSS	MARCELO SIMIAO NETO	28/10/1977	Não		0	0	0	0	0	0	0	09/02/2011	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	167
2163-26-LST-PSS	CÁSSIA MARIA LEÔNCIO DOS SANTOS	09/02/1965	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/07/2011	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	168
573-26-LST-PSS	EMILLY CAROLINNI SAMPAIO GALIASSI	08/04/1988	Não		0	0	0	0	0	0	0	07/08/2012	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	169
1888-26-LST-PSS	FABIANA ANTUNES DE OLIVEIRA	25/04/1977	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/12/2012	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	170
2052-26-LST-PSS	MARCIA LOUREIRO	15/11/1964	Não		0	0	0	0	0	0	0	11/07/2013	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	171
1030-26-LST-PSS	CARLA LUIZA DE MACEDO SIQUEIRA DIAS	07/02/1986	Não		0	0	0	0	0	0	0	19/03/2014	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	172
762-26-LST-PSS	ANNA CAROLINA VYCAS SERRA	18/10/1987	Não		0	0	0	0	0	0	0	09/08/2014	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	173
515-26-LST-PSS	THAIS COSTA MOREIRA	06/07/1992	Não		0	0	0	0	0	0	0	05/09/2014	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	174
1310-26-LST-PSS	GLENDA ADRIELLE GONCALVES MOREIRA	22/07/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/12/2014	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	175
735-26-LST-PSS	LORENA CAROLINA ALMEIDA SILVA	11/02/3313	Não		0	0	0	0	0	0	0	15/08/2015	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	176
757-26-LST-PSS	NAYARA BRUNO COSTA BICALHO	22/11/1991	Não		0	0	0	0	0	0	0	01/12/2015	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	177
1959-26-LST-PSS	ISABELLA VAZ DA COSTA ALECRIM	25/06/1993	Não		0	0	0	0	0	0	0	10/12/2015	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	178
1809-26-LST-PSS	EMMANUEL PETRACCONE CAIXETA	30/12/1987	Não		0	0	0	0	0	0	0	29/12/2015	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	179
1348-26-LST-PSS	LORENA LEONCIO COSTA	07/03/1992	Não		0	0	0	0	0	0	0	31/12/2015	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	180
465-26-LST-PSS	CRISTIANO R RODRIGUES	11/10/1988	Não		0	0	0	0	0	0	0	12/02/2016	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	181
222-26-LST-PSS	AMANDA DOS SANTOS MANCUZO	10/03/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	15/06/2016	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	182
436-26-LST-PSS	MARIANNA MOTA MENDES	09/08/1994	Não		0	0	0	0	0	0	0	02/12/2016	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	183
1636-26-LST-PSS	DEIVINIANE FRANCIELE BRAGA	30/03/1984	Não		0	0	0	0	0	0	0	14/07/2017	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	184
787-26-LST-PSS	ALEX ABRAO VASCONCELOS	12/07/1991	Não		0	0	0	0	0	0	0	12/07/2018	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	185
1726-26-LST-PSS	MAISA APOSTOLO NOGUEIRA	24/10/1993	Não		0	0	0	0	0	0	0	25/07/2018	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	186

1760-26-LST-PSS	LIVIA DE OLIVEIRA	06/07/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	31/07/2018	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	187
490-26-LST-PSS	NAYARA BATISTA LEITE FRANCO	08/07/1993	Não		0	0	0	0	0	0	0	07/12/2018	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	188
181-26-LST-PSS	KAREN BEATRIZ BATISTA CABRAL	30/11/1993	Não		0	0	0	0	0	0	0	27/12/2018	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	189
1482-26-LST-PSS	MARJORE ALVES FERREIRA	02/05/1995	Não		0	0	0	0	0	0	0	24/07/2019	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	190
1507-26-LST-PSS	ANA PAULA DE RESENDE LARA	12/04/1973	Não		0	0	0	0	0	0	0	26/07/2019	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	191
1669-26-LST-PSS	GABRIELA ISTELEN CRUZ HENRIQUE	30/01/1996	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/12/2019	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	192
2146-26-LST-PSS	GIOVANNA SILVEIRA GONTIJO	28/10/1996	Não		0	0	0	0	0	0	0	14/07/2020	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	193
282-26-LST-PSS	NADIA SANTOS DO VALLE	27/10/1992	Não		0	0	0	0	0	0	0	02/09/2020	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	194
1526-26-LST-PSS	BEATRIZ REGINA PADILHA ROCHA	20/11/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	11/11/2020	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	195
924-26-LST-PSS	MAISA DE ASSIS RABELO	22/11/1995	Não		0	0	0	0	0	0	0	24/02/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	196
720-26-LST-PSS	RAYAMA XAVIER GORDIANO	01/07/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	24/02/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	197
1072-26-LST-PSS	PEDRO LAPONES DO AMARAL GONTIJO CUNHA	30/07/1981	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/05/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	198
1203-26-LST-PSS	LETICIA SILVA ARAUJO	10/06/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	28/05/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	199
651-26-LST-PSS	GABRIELLA MILANEZ MALAGOLI	18/05/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	30/08/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	200
1674-26-LST-PSS	ALICE DUARTE SANTOS VELOSO	26/07/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	06/12/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	201
13-26-LST-PSS	THALHES CRISTIAN PEDROSA	16/10/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	202
2348-26-LST-PSS	GABRIELA CRISTINA SILVA MARTINS	13/08/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	203
433-26-LST-PSS	GABRIEL LUIZ DE CARVALHO COSTA	03/04/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	204
1607-26-LST-PSS	ADRIANA DIAS MIRANDA	30/06/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	30/12/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	205
2126-26-LST-PSS	LUCAS MATHEUS ROCHA FIRMINO	30/09/1994	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/01/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	206
215-26-LST-PSS	VIVIAN JENNIE MORAIS PIMENTA	20/03/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	30/06/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	207
953-26-LST-PSS	NATALIA KATHLEEN CIRIACO SILVA	18/08/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/07/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	208
1440-26-LST-PSS	LEONARDO GUEDES PECHIR	08/07/1983	Não		0	0	0	0	0	0	0	12/08/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	209
856-26-LST-PSS	ESTHER SOARES PROTASIO	26/09/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/08/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	210
303-26-LST-PSS	THAYNARA ALVES DE FREITAS	17/04/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	07/11/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	211
963-26-LST-PSS	LUMA TALITA DE SOUZA	23/03/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	08/12/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	212
141-26-LST-PSS	TALYSSA MONIKE MARCELINO MARTINS	10/08/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/12/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	213
432-26-LST-PSS	ANDRESSA DE OLIVEIRA CANDIDO	28/06/1982	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/12/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	214
2339-26-LST-PSS	AMANDA MONTEIRO BADARO	17/10/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	215
1661-26-LST-PSS	LORENA ANGELICA RODRIGUES COSTA	29/10/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	216
608-26-LST-PSS	TIAGO HENRIQUE DE OLIVEIRA ROCHA	25/06/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/01/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	217
2185-26-LST-PSS	THIAGO HENRIQUE ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA	21/05/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/01/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	218
771-26-LST-PSS	GRAZIELLA MINCHILLO AMARAL	27/07/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	27/01/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	219
15-26-LST-PSS	BRENO MARTINS DIAS	25/09/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	03/02/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	220

1611-26-LST-PSS	ISABELA LEANDRA MENDES DE SA	19/10/2000	Sim	6	0	0	0	0	0	0	0	20/02/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	221
616-26-LST-PSS	KELY CRISTINA FERREIRA LELIS	08/02/1982	Não		0	0	0	0	0	0	0	05/03/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	222
1036-26-LST-PSS	RAFAELLA RIBEIRO PEDROSA	09/03/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	14/07/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	223
812-26-LST-PSS	GABRIELA ESTEVES AVELINO NUNES DE SOUZA	16/08/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	31/07/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	224
823-26-LST-PSS	ISADORA RODRIGUES GROSSI	07/04/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	01/08/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	225
2011-26-LST-PSS	WENDEL YANN COSTA ALVES	07/11/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	06/08/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	226
2002-26-LST-PSS	KENIA COSTA DE OLIVEIRA	07/01/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	29/08/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	227
946-26-LST-PSS	JULIANA CRISTINA MOREIRA MARTINS ALVES	01/10/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/10/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	228
683-26-LST-PSS	YAN RODRIGUES SILVA ROCHA	16/02/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	08/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	229
817-26-LST-PSS	MAYANNE AMORIM DUTRA	09/10/1989	Não		0	0	0	0	0	0	0	15/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	230
447-26-LST-PSS	MARIANA MOL NUNES	22/10/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	231
448-26-LST-PSS	MARIA CLARA CARVALHO FREIRE CARNEIRO	07/03/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	232
1494-26-LST-PSS	ALICIA JARDIM GONCALVES	19/04/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	233
331-26-LST-PSS	SARAH LIMA LEAO	20/07/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	234
2415-26-LST-PSS	KATE STEPHANIE DE SOUZA SANTOS	30/12/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	235
504-26-LST-PSS	EDUARDA STEPHANY XAVIER BARBOSA	23/12/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	236
1600-26-LST-PSS	IGOR HENRIQUE MADUREIRA MOREIRA	14/08/1993	Não		0	0	0	0	0	0	0	31/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	237
1634-26-LST-PSS	MILLENA JARDIM VIEIRA	23/02/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	12/01/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	238
676-26-LST-PSS	MARIA LUIZA ARAUJO ALMEIDA	17/07/1998	Sim	7	0	0	0	0	0	0	0	12/01/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	239
545-26-LST-PSS	GIOVANNA ARAUJO FARIA	22/05/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	03/02/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	240
2252-26-LST-PSS	ANNY CAROLINE PIRES ALVARES	27/08/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	03/02/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	241
2034-26-LST-PSS	MARIA CLARA ALVES DA SILVA	11/04/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	06/02/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	242
1443-26-LST-PSS	CINDY SANTOS OLIVEIRA	25/03/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	08/02/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	243
1660-26-LST-PSS	JULIA DE CASTRO SANTOS	23/09/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	12/03/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	244
51-26-LST-PSS	JADE ALINE MOREIRA MACIEL	14/09/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	10/06/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	245
1044-26-LST-PSS	KARINA SANTOS GUSMAO	24/08/1989	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/06/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	246
508-26-LST-PSS	SARA QUEREN HAPUQUE DE SOUZA GODOI	22/01/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	28/06/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	247
1143-26-LST-PSS	ADRIELY CRISTINA COSTA PINTO	07/05/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	05/07/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	248
1195-26-LST-PSS	LUCAS DE VETTE ROCHA	14/02/1994	Não		0	0	0	0	0	0	0	08/07/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	249
2208-26-LST-PSS	JUNIA PAULA NONATO DE ALMEIDA	19/11/1987	Não		0	0	0	0	0	0	0	11/07/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	250
1430-26-LST-PSS	ESTER VITORIA BATISTA NASCIMENTO	08/07/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/07/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	251
232-26-LST-PSS	BRUNA GENY CORREA GONCALVES	23/06/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	26/07/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	252
1830-26-LST-PSS	CAROLINA CAMPOS MACIEL COSTA	11/11/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	26/07/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	253
1659-26-LST-PSS	KAROLINA SOLANO VALADARES	01/05/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	27/07/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	254

960-26-LST-PSS	ISABELLA LUIZA MATEUS DE CARVALHO	17/04/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/10/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	255
893-26-LST-PSS	AMANDA CRISTIANE SANTOS SOARES	04/09/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	06/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	256
264-26-LST-PSS	MARCELO MONTEIRO MARTINS	20/02/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	12/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	257
467-26-LST-PSS	THAYNARA MARTINS GONCALVES	05/01/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	258
864-26-LST-PSS	ROBSON PEREIRA GONCALVES	28/06/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	14/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	259
2229-26-LST-PSS	FRANCINY PEREIRA DOS SANTOS	06/11/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	260
2124-26-LST-PSS	CRISTIANE GRAZIELLE SOARES DE SOUZA	12/08/1987	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	261
1663-26-LST-PSS	TATIANE SOARES CAMPOS	11/07/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	262
1525-26-LST-PSS	GABRIEL RAFAEL COSTA	18/09/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	263
596-26-LST-PSS	GABRIEL SANTANA MENDES	13/09/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	264
915-26-LST-PSS	LUDMILA FUNGHI DE SOUZA	31/10/1986	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	265
2157-26-LST-PSS	ISABELA CRISTINA OLIVEIRA MATEUS	13/12/1992	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	266
1185-26-LST-PSS	EDUARDA SILVA	15/04/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	267
669-26-LST-PSS	EDUARDA LUZZI RESENDE	16/09/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	268
1176-26-LST-PSS	MILENA FERREIRA DE ALMEIDA	30/04/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	269
1737-26-LST-PSS	BRUNA FAGUNDES ROSA	08/06/1994	Não		0	0	0	0	0	0	0	24/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	270
1976-26-LST-PSS	FERNANDA FERREIRA DIAS ROCHA	01/09/1994	Não		0	0	0	0	0	0	0	30/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	271
479-26-LST-PSS	NATHAN ALEX DA COSTA MEDEIROS	22/03/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	30/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	272
1120-26-LST-PSS	FILIPE MARTINS DE QUADROS MAIA	04/12/1984	Sim	8	0	0	0	0	0	0	0	31/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	273
237-26-LST-PSS	THAIS MARTINS DA SILVA	15/03/1992	Não		0	0	0	0	0	0	0	31/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	274
1260-26-LST-PSS	CAROLINA RESENDE LARA MOREIRA	13/07/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	03/01/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	275
997-26-LST-PSS	MARCELLO TAVARES VARGAS	17/04/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	25/01/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	276
2042-26-LST-PSS	REUEL DE PAULA SANTANA	02/03/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	14/02/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	277
224-26-LST-PSS	DANIELLE FERREIRA ROCHA	09/08/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	30/06/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	278
2325-26-LST-PSS	JESSICA BEATRIZ SANTOS TEIXEIRA	06/02/1996	Não		0	0	0	0	0	0	0	06/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	279
1309-26-LST-PSS	KETELYN KEROLAYNE MARTINS FRUTUOSO	13/02/1996	Não		0	0	0	0	0	0	0	06/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	280
1245-26-LST-PSS	TAIANE FELIPE MUNIZ	18/11/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	07/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	281
1839-26-LST-PSS	ANA BARBARA DE PAULA SILVA	27/10/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	09/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	282
1007-26-LST-PSS	PALOMA CONCEICAO DUARTE SANTOS	22/11/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	10/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	283
1575-26-LST-PSS	LETICIA VIANNA DA COSTA GONCALVES	27/07/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	11/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	284
872-26-LST-PSS	ANNA PRUCHOVA ALVES	12/06/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	11/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	285
839-26-LST-PSS	BIANCA CRISTINA TEIXEIRA BARCELOS	20/12/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	11/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	286
1894-26-LST-PSS	BRENO CAMPOS DA SILVA	17/01/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	14/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	287
569-26-LST-PSS	POLYANA BARBOSA DA SILVA	16/11/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	15/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	288

1418-26-LST-PSS	LIDIANE TEIXEIRA BRANDAO	05/05/1979	Não		0	0	0	0	0	0	0	25/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	289
1475-26-LST-PSS	RAQUEL CRISTINA NOGUEIRA BRANT	22/01/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	25/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	290
1297-26-LST-PSS	EMANUELLE ARAUJO SANTOS	19/10/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	25/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	291
599-26-LST-PSS	MARIANA GOMES OLIVEIRA	18/02/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	05/08/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	292
681-26-LST-PSS	RAFAELA MAGALHAES BRAGA DO AMARAL	18/01/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	05/08/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	293
1129-26-LST-PSS	VICTORIA KETLEN MOREIRA	21/09/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	29/08/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	294
291-26-LST-PSS	ROSEMARY ROSA BATISTA DE ALKIMIM	23/06/1985	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/10/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	295
582-26-LST-PSS	JOAO PAULO SURIANI SIQUEIRA	10/04/1986	Não		0	0	0	0	0	0	0	01/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	296
1050-26-LST-PSS	IZABELA SOUTO JACOB PORCARO	01/08/2004	Não		0	0	0	0	0	0	0	03/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	297
903-26-LST-PSS	CAMILA MORENO MORAES	29/04/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	09/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	298
617-26-LST-PSS	LUANA DA SILVA RIBEIRO	24/03/1996	Não		0	0	0	0	0	0	0	11/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	299
2222-26-LST-PSS	MARIA EDUARDA D ORAZIO LOURES	15/12/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	12/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	300
212-26-LST-PSS	LEONARDO URBIETA PORTILLO	06/05/2003	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	301
376-26-LST-PSS	TATIANE REGINA NETO NASCIMENTO DE ASSIS	15/04/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	302
1228-26-LST-PSS	MARLON HENRIQUE TRINDADE LIMA	11/01/1993	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	303
1021-26-LST-PSS	LEANDRO MARCOS ALVES LOPES	21/07/1995	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	304
327-26-LST-PSS	FABRICIO HENRIQUE FRANCA	05/10/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	305
390-26-LST-PSS	GABRIELA FERREIRA DIAS	20/03/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	306
484-26-LST-PSS	ISADORA CASTRO DE FREITAS BEZERRA	21/09/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	307
875-26-LST-PSS	YASMIN VELOSO D ASSUMPCAO	18/09/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	308
1941-26-LST-PSS	RODRIGO TELES EVANGELISTA GUIMARAES LINH	16/05/2003	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	309
1370-26-LST-PSS	LEIDEANE BRENDA BENAC DE OLIVEIRA	13/10/1992	Não		0	0	0	0	0	0	0	17/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	310
289-26-LST-PSS	DIOGO DE OLIVEIRA EMILIO	30/12/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	17/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	311
748-26-LST-PSS	LUCAS WILLIAN DUARTE MIRANDA	10/04/2003	Não		0	0	0	0	0	0	0	18/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	312
942-26-LST-PSS	ARTHUR GOMES MEDRADO	24/11/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	19/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	313
1512-26-LST-PSS	VINICIUS SANTOS SABINO	07/10/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	19/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	314
652-26-LST-PSS	MARIA CLARA RIBEIRO MACHADO	03/03/2003	Não		0	0	0	0	0	0	0	19/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	315
1925-26-LST-PSS	ROBERTA LENI ANTUNES BARBOSA	16/04/1997	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	316
592-26-LST-PSS	LARA SILVA MOURA	22/12/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	317
1346-26-LST-PSS	ROSILENE MARA MENDES DA SILVA FRANCO	15/12/1987	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	318
1621-26-LST-PSS	MARLON GREIGUE EUZEBIO MOREIRA DA SILVA	17/05/1995	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	319
349-26-LST-PSS	REGIANE DE OLIVEIRA MENEGUINE DALTOÉ	21/05/1993	Sim	9	0	0	0	0	0	0	0	22/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	320
364-26-LST-PSS	LARA BASTOS LIMA	16/02/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	321
242-26-LST-PSS	LARISSA ACACIO TAVARES	14/09/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	322

190-26-LST-PSS	PEDRO LUIZ AFONSO FARIA	17/10/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	323
526-26-LST-PSS	GABRIELA PUBLIO FLISTER	15/01/2003	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	324
741-26-LST-PSS	GILVANIA CAROLINA NUNES DA SILVA	29/03/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	31/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	325
463-26-LST-PSS	ESTELA ADRIELI DA SILVA NASCIMENTO DE MATOS	24/08/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	31/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	326
1329-26-LST-PSS	CASSIA ALVES DE LIMA LUNA	12/10/1994	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/01/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	327
1045-26-LST-PSS	YVIS EMMANUEL MOTA FERNANDES	14/08/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/01/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	328
139-26-LST-PSS	RENATA BARBOSA GUERRA SALLES	09/12/1988	Não		0	0	0	0	0	0	0	30/01/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	329
1580-26-LST-PSS	LUIZA RAMOS SANABIO DE ALCANTARA	13/06/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	05/02/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	330
363-26-LST-PSS	MARIANE DE SOUZA SILVEIRA	15/07/3514	Não		0	0	0	0	0	0	0	05/02/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	331
200-26-LST-PSS	BEATRIZ RIBEIRO DA CRUZ OLIVEIRA SANTOS	29/12/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	02/03/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	332
1583-26-LST-PSS	GILVANE VIVIANE MORAES XAVIER	22/05/1975	Não		0	0	0	0	0	0	0	05/05/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	333
1618-26-LST-PSS	BIANCA MENDES DE MELO MARQUES	25/03/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/05/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Classificado	334
1095-26-LST-PSS	JULY ABIKO	29/07/1970	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/12/1993	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1226-26-LST-PSS	PATRICIA CAROLINE LIMA SILVA VIANA	02/03/1982	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/08/2006	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
2221-26-LST-PSS	AISLAN CONCEICAO SOARES DIORATO	19/03/1980	Não		0	0	0	0	0	0	0	29/07/2007	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1366-26-LST-PSS	LORENA LEONCIO COSTA	07/03/1992	Não		0	0	0	0	0	0	0	10/12/2015	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
2428-26-LST-PSS	CARLA CRISTINA PEREIRA CAMPOS	27/08/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	02/04/2016	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
355-26-LST-PSS	AMANDA DOS SANTOS MANCUZO	10/03/1990	Não		0	0	0	0	0	0	0	16/06/2016	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
912-26-LST-PSS	RUA TUPIS 1149	30/04/1988	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1438-26-LST-PSS	EDVANDO PEREIRA	29/08/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	22/12/2021	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1345-26-LST-PSS	RAFAELA OBERHOFER NASCIMENTO	28/04/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	28/07/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
862-26-LST-PSS	ESTHER SOARES PROTASIO	26/09/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/08/2022	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
26-26-LST-PSS	BRENO MARTINS DIAS	25/09/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	03/02/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1970-26-LST-PSS	MARIA DO ROSÁRIO CONRADO DE SOUZA	18/06/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2023	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1017-26-LST-PSS	CONDOMINIO EDIFICIO HORA	27/12/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	01/08/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
2394-26-LST-PSS	LAYLA MACHADO COSTA	27/12/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	01/08/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
2401-26-LST-PSS	LAYLA MACHADO COSTA	27/12/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	01/08/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
2373-26-LST-PSS	DANIELA MAGALHAES CAMPOS	03/04/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	29/09/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1138-26-LST-PSS	HUGO MENDES MENEZES SOBRINHO	21/04/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	19/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1511-26-LST-PSS	ALCIONE DE ÂNGELUS SILVA	16/06/1971	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
959-26-LST-PSS	CAPELA VELHA	08/10/1988	Não		0	0	0	0	0	0	0	20/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
2019-26-LST-PSS	PEDRO DIANTOMAR JESUS CARNEIRO	02/07/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	31/12/2024	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1706-26-LST-PSS	VINICIUS DE SOUZA XAVIER	08/10/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	08/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1684-26-LST-PSS	VINICIUS DE SOUZA XAVIER	08/10/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	08/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	

1957-26-LST-PSS	YAGO DIAS PIRES	16/12/1999	Não		0	0	0	0	0	0	0	25/07/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
579-26-LST-PSS	LUCAS ASSUNCAO RODRIGUES	26/03/1998	Não		0	0	0	0	0	0	0	15/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
131-26-LST-PSS	JULIA LEON MARTINS	17/11/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	15/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
644-26-LST-PSS	ALVARO EMANUEL FERREIRA FONTOURA	02/12/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	17/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1290-26-LST-PSS	LUCAS WILLIAN DUARTE MIRANDA	10/04/2003	Não		0	0	0	0	0	0	0	17/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
143-26-LST-PSS	ISABELA RODRIGUES OSORIO	24/01/1995	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
165-26-LST-PSS	ISABELA RODRIGUES OSORIO	24/01/1995	Não		0	0	0	0	0	0	0	23/12/2025	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
1054-26-LST-PSS	GABRIEL ALVES	15/09/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/01/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
549-26-LST-PSS	JULIA VILLEMBERG TURINI CONSTANTINO	27/02/2000	Não		0	0	0	0	0	0	0	21/01/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
638-26-LST-PSS	CAMYLLA MONTIMOR ANDRASSY OLIVEIRA	20/02/2002	Não		0	0	0	0	0	0	0	27/02/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	
2341-26-LST-PSS	MARIA EDUARDA SILVEIRA MACIEL	13/02/2001	Não		0	0	0	0	0	0	0	13/05/2026	0	Ensino Superior Completo	0.00	Desclassificado	

Lagoa Santa, 15 de setembro de 2026.

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:8D15B0E3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
CLASSIFICAÇÃO PARCIAL - PROVA PRÁTICA EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SMS Nº 005/2026 NÍVEL SUPERIOR – MÉDICO ESF

	CANDIDATO	DT. NASC.	PROVA PRÁTICA	Digitação	Format.	Finalização Gravação Comp. Envio	TOTAL 1ª ETAPA	TOTAL GERAL	SITUAÇÃO	
1	MONICA APª N. ANDRADE OLIVEIRA	12/10/1984	PRESENTE	10	65	25	50	150	CLASSIFICADO	
2	MARCELO FILIPE ANDRADE BONIFÁCIO	21/05/1998	PRESENTE	15	65	30	40	150	CLASSIFICADO	
3	DIANA LEVITA RODRIGUES DE ALMEIDA	16/10/1990	PRESENTE	10	65	30	36	141	CLASSIFICADO	
4	MATHEUS SAGGIORO DE ALMEIDA	14/08/1991	PRESENTE	15	65	30	30	140	CLASSIFICADO	
5	TOMÁS MACHADO S. DUTRA	19/03/1996	PRESENTE	15	65	30	28	138	CLASSIFICADO	
6	ANA CAROLINA WERNECK FURTADO	15/09/1990	PRESENTE	15	65	30	25	135	CLASSIFICADO	
7	PEDRO NETTO B. COUTINHO	26/09/1997	PRESENTE	15	65	30	25	135	CLASSIFICADO	
8	WANGLISON SILVA DO NASCIMENTO	18/04/1993	PRESENTE	10	60	25	35	130	CLASSIFICADO	
9	CARLA RODRIGUES BOLSONI	26/01/1998	PRESENTE	15	65	30	20	130	CLASSIFICADO	
10	VIVIANE MUNIZ MONTEIRO	23/12/1974	PRESENTE	5	65	30	28	128	CLASSIFICADO	
11	MARIA LETÍCIA BEDIM C. CABRAL	17/02/1997	PRESENTE	15	65	25	21	126	CLASSIFICADO	
12	BRUNO SILVA BARBOSA	03/07/1998	PRESENTE	15	65	30	12	122	CLASSIFICADO	
13	ANA CAROLINA DE O. MARTINS	20/02/1990	PRESENTE	5	65	30	20	120	CLASSIFICADO	
14	JOANA EVANELISTA AMARAL	05/09/1997	PRESENTE	15	65	30	10	120	CLASSIFICADO	
15	LARA PIMENTEL DE O. NETTO	29/07/1999	PRESENTE	15	65	30	8	118	CLASSIFICADO	
16	JULIA NERY TAVARES	16/05/1992	PRESENTE	15	65	30	7	117	CLASSIFICADO	
17	ARNON FRANCISCO R. VASCONCELOS	15/01/1995	PRESENTE	5	60	30	20	115	CLASSIFICADO	
18	ANA LUIZA C. ALBURQUEQUE	30/07/1997	PRESENTE	15	65	30	2	112	CLASSIFICADO	
19	LARA MACHADO DE O. BRUGGER	31/10/2000	PRESENTE	15	65	30	2	112	CLASSIFICADO	
20	OTÁVIO FARINHA ALVES	22/07/2001	PRESENTE	15	65	30	0	110	CLASSIFICADO	

21	REINALDO ROCHA FRAGA	28/09/1979	PRESENTE	10	65	30	0	105	CLASSIFICADO	
22	LAURA DE SOUZA C. NETTO	03/09/1999	PRESENTE	15	60	25	0	100	CLASSIFICADO	
23	RODRIGO RODRIGUES M. FILHO	03/08/2001	PRESENTE	15	55	30	0	100	CLASSIFICADO	
24	GABRIELA REZENDE COELHO	14/10/2001	PRESENTE	10	60	30	0	100	CLASSIFICADO	
	SANDRA S. QUINTANILHA	20/03/1962	PRESENTE	-	-	-	-	-	DESCLASSIF.	NÃO SALVOU O DOCUMENTO
	CESAR AUGUSTO C. GOULART	18/11/1990	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	BRAULIO P. SILVA MIRANDA	06/01/1991	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	IGOR REZENDE COUTINHO	07/03/1992	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	PEDRO HENRIQUE DELFINO	30/01/1991	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	DAYANE PATRÍCIA F. MENEZES	17/08/1993	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	BARBARA F SENRA C. E SILVA	10/04/1997	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ADRIANO PARANHOS M. E S. SEGUNDO	18/08/1991	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	GUSTAVO COELHO PETTERSEN	18/06/1988	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ANA CLARA BANHATTO CORREIA	28/03/1996	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	BRENDA RAMOS FARIAS	23/04/1998	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ESTEVAN SILVA SOUZA	16/04/1999	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	HELENA FURLANI DE PAULA	06/05/2000	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	FÁBIO MENDES DE PAULA	26/08/1999	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	AMANDA PONTES DE C. PINTO	06/12/1991	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	KESIA GOMES	12/10/1994	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	AMANDA DE TOLE DO ROLDI	04/03/1995	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ALICE DA SILVA SERRA	28/02/1999	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	PATRIK MIKELOS DE C LANES	07/03/1995	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	MICHELE PONTES TEIXEIRA	27/04/1996	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	KASSIA COSTALONGA RODRIGUES	15/11/1998	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	PEDRO DE CASTRO C. SANTOS	04/12/2000	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	JULYANNA D. DE OLIVEIRA	16/12/1984	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	JEFERSON MIGUEL M. ANTUNES	28/11/2000	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	GUILHERME ROCHA FERREIRA	20/04/1993	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	MIGUEL ANGELO DE S. MARINHO	11/06/1948	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ROSEANE W. NOGUEIRA AOYANNA	05/07/1969	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ANDRÉ LUIZ C. DE MATOS	28/12/1976	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	TALITA ANTONUCCI VIEIRA	06/07/1981	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	NATHALIA MARQUES MOREIRA	25/12/1982	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	DRIELI LEITE AMARAL	24/02/1985	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	DENILTON RIBEIRO DOS SANTOS	24/03/1986	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ANDRE HIPOLITO FERREIRA NUNES	17/09/1986	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	INGRID DAYANA M. DE OLIVIERA	01/04/1987	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	MAIKON DE ALMEIDA MICLOS	06/03/1988	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	THIAGO DE ALMEIDA ROSA	15/03/1988	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	RAPHAELA NAARA S. DA S. MONTEIRO	25/08/1989	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	WANESSA COUTO B. TEIXEIRA	15/08/1990	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ROBSON DA C. CLEMENTE	26/02/1991	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	MATHEUS DE F. SOUZA	24/04/1992	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	EMANUEL B. DE SOUSA LIRA	25/05/1993	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ANA CAROLINA DE MORAIS	06/12/1993	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	BARBARA MACHADO CHAVES	19/09/1994	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ISABELA DE CARVALHO CASARIM	04/02/1995	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	MARCELO FÉLIX DE F. JUNIOR	19/09/1995	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	JOHATAN MELO SOLIDADE	08/11/1995	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	JULIANA CARVALHO REZENDE	27/12/1995	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	AMANDA REIS FLORES	25/04/1996	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	AMADEU CLAUDINO DO A. NETO	26/12/1996	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ISABELLE DE A. S. SANTOS	03/01/1997	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	NATHALIA LACERDA FURTADO	11/01/1997	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	LARA SAMPAIO Z. COELHO	28/04/1997	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ANA LUIZA MORAES OLIVEIRA	28/05/1997	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	FABIO WILLIAM GOMES ANDRADE	03/06/1997	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	MATHEUS PEREIRA DOMINGUES	21/01/1998	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ANDRESSA MELO DE OLIVEIRA	10/07/1998	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	THAYS PASCINI S. GONÇALVES	16/07/1998	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU

	STEFHANY CARDOSO PEREIRA DE CASSIO	15/08/1998	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	LUIZA MELLO CROCI	21/08/1998	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	JULIA FERRAZ BARBOSA	02/10/1998	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	LAIS LACERDA MENDES	20/12/1998	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	THAIS CALDEIRA SOARES FOFFANO	04/01/1999	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ITALO BRAYAN L. OLIVEIRA	15/01/1999	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	LETICIA MARIA MOREIRA FERREIRA	03/03/1999	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	FABIO DE OLIVEIRA SILVA	28/04/1999	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	AMANDA DA SILVA SANTOS	15/05/1999	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	BEATRIZ PANHOL MORAES	30/05/1999	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	VINICIUS F. SENRA COSTA E SILVA	05/07/1999	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	THIAGO ROCHA PEREIRA DE MORAES	22/10/1999	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	GABRIEL CIRINO GROSSI	01/11/1999	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ISABELLA ROSSINI L. SILVA	04/11/1999	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	JULYANA SANTOS FRAGA	15/11/1999	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	CHRISTIAN GROSSI FONSECA	24/12/1999	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	MARIAMMA O. SCARTON	01/03/2000	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	MATHEUS RIBEIRO BEDIM	30/03/2000	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	GABRIEL SALOMÃO MOURA	07/04/2000	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	MAYSA CRISTINA MOREIRA	05/06/2000	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	FLAVIO RODRIGUES P. FILHO	24/06/2000	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	HELLEN CRISTINA P. DE M. FABI	02/09/2000	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	RANDOLPHO R. ROCHA	26/11/2000	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	JULIA GOUVEA TOME GORRADO	08/01/2001	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	THAYANE O. DA S. CAETANO	09/02/2001	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ARTHUR OLIVEIRA DE ALENCAR	11/02/2001	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	GUILHERME F. ARAÚJO	01/03/2001	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	VANDER OLIVEIRA DE A. FILHO	30/05/2001	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	JULIA ROQUE DOS SANTOS	04/06/2001	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	MARIA HELENA ROCHA M. FRAGA	13/08/2001	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	JULIO CESAR BATISTA FERREIRA	14/08/2001	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ANA CAROLINA SOARES DUMONT	26/08/2001	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	ELENA PEREIRA FERRAZ	17/10/2001	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	JULIANA CRISTINA F. MIRANDA	24/12/2001	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	LIVIA AZEVEDO MIATO	01/02/2002	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	LUISA MARTINS LEAL D. C. NEVES	14/02/2002	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	MATEUS FELIPE DA SILVA	25/02/2002	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	EDUARDO DE SOUZA OLIVEIRA	17/03/2002	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	CAMILA ROCHA FERREIRA	23/04/2002	AUSENTE						DESCLASSIF.	NÃO COMPARECEU
	VICTOR HUGO FERRAZ DA SILVA	08/09/1993	AUSENTE						DESCLASSIF.	DESCLASSIFICADO NA 1° ETAPA
	PEDRO ERNESTO SILVA DE CASTRO	12/02/1998	AUSENTE						DESCLASSIF.	DESCLASSIFICADO NA 1° ETAPA
	ALEXANDRE AMARAL ROCHA	17/03/1999	AUSENTE						DESCLASSIF.	DESCLASSIFICADO NA 1° ETAPA

Leopoldina, 14 de setembro de 2026

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

MÁRCIO VIEIRA MACHADO
Secretário de Saúde

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador Geral do Município

Publicado por:
Carla Monteiro da Silveira Silva
Código Identificador:2A9CE403